



# Trajetórias e Desafios

[www.50anos.ufsc.br](http://www.50anos.ufsc.br)

# UFSC 50 anos

Trajetórias e Desafios

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

*Reitor:* Alvaro Toubes Prata

*Vice-Reitor:* Carlos Alberto Justo da Silva

*Chefe de Gabinete:* José Carlos Cunha Petrus

*Diretor da Agência de Comunicação:* Moacir Loth

*Pró-Reitor de Assuntos Estudantis:* Cláudio José Amante

*Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social:* Luiz Henrique Vieira Silva

*Pró-Reitora de Ensino de Graduação:* Yara Maria Rauh Müller

*Pró-Reitor de Infraestrutura:* João Batista Furtuoso

*Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão:* Débora Peres Menezes

*Pró-Reitora de Pós-Graduação:* Maria Lúcia de Barros Camargo

*Secretária de Cultura e Arte:* Maria de Lourdes Alves Borges

*Secretário de Planejamento e Finanças:* Luiz Alberton

*Secretário de Relações Institucionais e Internacionais:* Enio Luiz Pedrotti

*Diretor do Centro de Ciências Agrárias:* Edegar Roberto Andreatta

*Diretora do Centro de Ciências Biológicas:* Sônia Gonçalves Carobrez

*Diretor do Centro de Ciências da Educação:* Wilson Schmidt

*Diretora do Centro de Ciências da Saúde:* Kenya Schmidt Reibnitz

*Diretor do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas:* Tarciso Antônio Grandi

*Diretora do Centro de Ciências Jurídicas:* Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

*Diretor do Centro de Comunicação e Expressão:* Felício Wessling Margotti

*Diretor do Centro de Desportos:* Juarez Vieira do Nascimento

*Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas:* Roselane Neckel

*Diretor do Centro Sócio-Econômico:* Ricardo José Araújo de Oliveira

*Diretor do Centro Tecnológico:* Edison da Rosa

*Diretor Geral do Campus Araranguá:* Sergio Peters

*Diretor Geral do Campus Curitiba:* Cesar Damian

*Diretor Geral do Campus Joinville:* Acires Dias

Roselane Neckel  
Alita Diana C. Küchler  
(Organizadoras)

# UFSC 50 anos

## Trajetórias e Desafios

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis  
2010

**Universidade Federal de Santa Catarina**  
Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima  
Trindade – CEP 88040-970  
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Tel: +55 (48) 3721-8602  
eventos@reitoria.ufsc.br  
www.ufsc.br

*Coordenação Geral do Projeto de Elaboração do Livro 50 anos da UFSC:*

**Roselane Neckel e Alita Diana Corrêa Küchler**

*Coordenação, Supervisão e Orientação “Trajetórias”:*

**Roselane Neckel**

*Catálogo das Fontes e Referências Bibliográficas:*

**Cezar Karpinski**

*Coordenação e Supervisão “Desafios”:*

**Alita Diana C. Küchler**

*Supervisão e Edição do Centro de Ciências Agrárias:*

**Alita Diana**

*Supervisão e Edição do Centro de Ciências Biológicas:*

**Arley Reis**

*Supervisão e Edição do Centro de Ciências da Educação:*

**Cláudia Schaun Reis**

*Supervisão e Edição do Centro de Ciências da Saúde:*

**Alita Diana, Artemio Reinaldo de Souza e Moacir Loth**

*Supervisão e Edição do Hospital Universitário:*

**Alita Diana e Paulo Clóvis Schmitz**

*Supervisão e Edição do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas:*

**Arley Reis**

*Supervisão e Edição do Centro de Ciências Jurídicas:*

**Mauro César Silveira**

*Supervisão e Edição do Centro de Comunicação e Expressão:*

**Mauro César Silveira**

*Supervisão e Edição do Centro de Desportos:*

**Margareth Vianna Rossi Claussen**

*Supervisão e Edição do Centro de Filosofia e Ciências Humanas:*

**Alita Diana**

*Supervisão e Edição do Centro Sócio-Econômico:*

**Mauro César Silveira**

*Supervisão e Edição do Centro Tecnológico:*

**Alita Diana**

*Comissão Executiva das  
Comemorações dos 50 anos da UFSC:*

**Cléia Silveira Ramos (Presidente)**

**Verônica Martins Malta (Secretária)**

**Claudete Regina Ferreira**

**Fernando Crocomo**

**José Carlos Cunha Petrus**

**Luiz Roberto Barbosa**

**Moacir Loth**

**Soni Silva**

*Diagramação:*

**Daniella Zatarian**

*Projeto Gráfico e Campanha UFSC 50 Anos:*

**Vicenzo Berti**

*Capa (sobre o excerto do mosaico que reveste o prédio da Reitoria da UFSC e selo da campanha dos 50 anos da UFSC):*

**Vicenzo Berti**

*Fotos:*

**Antiga Fazenda Assis Brasil, atual campus da UFSC em Florianópolis – Década de 1950 (Acervo Agecom e Campus Reitor João David Ferreira Lima, Florianópolis/2007)**

*Foto:*

**Vicenzo Berti**

*Tratamento de fotografias*

**Mariana Dória**

**Raisa Harumi**

**Rodolfo Conceição**

**Thaine Machado**

*Impressão:*

**Gráfica Coan**

## Ficha catalográfica

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

U25 UFSC 50 anos : trajetórias e desafios / Roselane Neckel e Alita Diana  
Corrêa Küchler, organizadoras. – Florianópolis : UFSC, 2010.  
480 p. : il.

Inclui bibliografia

1. Universidade 2. História 3. Memória 4. Projetos. I. Neckel,  
Roselane. II. Küchler, Alita Diana Corrêa.

---

CDU: 378(816.4)

# Sumário

Apresentação.....	7
-------------------	---

## Trajetórias

Apresentação – UFSC 50 anos: Trajetórias .....	11
A UFSC na década de 1960: outras histórias.....	17
A UFSC sob o regime militar: do Centro de Estudos Básicos aos Movimentos Estudantis .	36
“Quem sabe faz a hora não espera acontecer”: a UFSC e a redemocratização .....	61
De centro agropecuário a Centro de Ciências Agrárias .....	85
O Centro de Ciências Biológicas e a construção de uma história .....	101
Centro de Comunicação e Expressão: histórias e memórias do cotidiano.....	125
O Curso de Direito e o Centro de Ciências Jurídicas: histórias e percepções.....	143
O Centro de Ciências da Saúde e suas histórias .....	171
As pós-graduações no Centro de Ciências da Saúde.....	190
Da obrigatoriedade surge a oportunidade: o Centro de Desportos e a Prática Desportiva.	204
Centro de Ciências da Educação: desafios e conquistas.....	226
Centro de Filosofia e Ciências Humanas: narrativas de histórias e memórias .....	250
Centro de Ciências Físicas e Matemáticas: tempos e percepções.....	279
O Centro Sócio-Econômico e suas Trajetórias .....	296
Disputas e tentativas: a gênese da engenharia catarinense.....	309

## Desafios

Desafios – A UFSC do século XXI .....	335
Centro de Ciências Agrárias (CCA).....	337
Centro de Ciências Biológicas (CCB).....	353
Centro de Comunicação e Expressão (CCE).....	365
Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) .....	372
Centro de Ciências da Saúde (CCS).....	378
Hospital Universitário (HU) .....	391
Centro de Desportos (CDS) .....	396
Centro de Ciências da Educação (CED).....	410

<b>Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) . . . . .</b>	<b>425</b>
<b>Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM) . . . . .</b>	<b>437</b>
<b>Centro Sócio-Econômico (CSE) . . . . .</b>	<b>449</b>
<b>Centro Tecnológico (CTC) . . . . .</b>	<b>452</b>
<b>Universidade Federal de Santa Catarina – referência no ensino, pesquisa e extensão . . . .</b>	<b>471</b>



## Apresentação

**N**a celebração do jubileu de ouro da Universidade Federal de Santa Catarina, saudamos a publicação deste livro. Esta obra, escrita por diversas mãos, ilustra com propriedade a instituição eclética, plural e diversificada que é a UFSC. As trajetórias que percorremos ao construir esta importante instituição brasileira são diversas, e refletir sobre nosso passado nos encoraja e motiva a perseguir os novos desafios que se apresentam. O texto é rico em detalhes e mostra a Universidade através de distintos ângulos, bem próprio de uma instituição que se manifesta de diferentes maneiras. Cumprimentamos a todos que se envolveram com esta obra e agradecemos a cada um pela contribuição dada. A comunidade universitária está de parabéns. Pelos cinquenta anos de existência, pela instituição, pelo livro, e sobretudo pelo seu honroso passado e pelo futuro que se descortina, que certamente seguirá sendo glorioso. Que tenham todos uma boa leitura!

Professor Alvaro Toubes Prata  
*Reitor da UFSC*

Professor Carlos Alberto Justo da Silva  
*Vice-Reitor da UFSC*



UFSC 50 Anos: Trajetórias e Desafios

# Trajetórias



# UFSC



# Apresentação

## UFSC 50 anos: Trajetórias

Roselane Neckel <sup>1</sup>

Creio que escrevemos para fazer conquistas, para seduzir leitores, para fazer amigos, porque não dizer amantes no pensamento e do pensamento. Espero que cada texto seja tomado com um gesto de carinho, mesmo na crítica mais dura, pois a crítica sincera é a base de qualquer amizade. O que torna o amigo indispensável não são os elogios que nos faz, mas as críticas, os reparos, as broncas amorosas que nos pode fazer, é a fala carinhosa que retifica e corrige, que nos faz pensar, que nos faz rever nossas certezas e relativizar nossas verdades. Que este livro seja um amigo, a lhe propor questões, a lhe colocar dúvidas, a lhe obrigar a pensar o que tinha como certeza e verdade.<sup>2</sup>

A elaboração desta obra, que reúne uma série de capítulos dedicados às trajetórias da Universidade Federal de Santa Catarina, começou a ser pensada a partir de uma reunião com o reitor no Fórum de Diretores da UFSC, em maio de 2009, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, em que um dos pontos de pauta tratava da comemoração dos cinquenta anos da Instituição. Nesse momento o Reitor Alvaro Toubes Prata apresenta a ideia de registrar em um livro a história institucional da Universidade desde sua criação em 1960. A partir dessa proposta, argumentamos que o maior desafio ao escrever essa história seria, especialmente, a definição dos rumos teóricos e metodológicos que orientariam o trabalho dos/as pesquisadores/as responsáveis pela elaboração do livro. Considerando que escrever um livro apenas narrando fatos e acontecimentos já é muito difícil, fazê-lo em tão pouco tempo, buscando fontes documentais e ao mesmo tempo problematizando-as com qualidade não era igualmente uma tarefa de execução fácil. No entanto, após algumas reuniões, diante da grande possibilidade de abrir caminhos para que outros/as pesquisadores/as escrevessem as histórias da UFSC e contando com apoio institucional, aceitamos o desafio.

Para realizar este trabalho, em outubro de 2009 foram selecionados 11 estagiários do Curso de Graduação em História para a realização da pesquisa de fontes em cada Centro de Ensino da Universidade e três bolsistas do Programa de Bolsa Permanência da UFSC, que já atuavam no projeto sobre a história do CFH. Inicia-se então um rigoroso trabalho de coleta de fontes na Biblioteca Central, nas setoriais e no Arquivo Central da UFSC. O grupo da história geral e dos centros trabalha inicialmente com os periódicos “Boletim do Pessoal”, que são publicações institucionais encontradas na Biblioteca Central. Os/as estagiários/as buscavam nos documentos escritos, além das informações, nomes de pessoas que poderiam ser entrevistadas. O primeiro boletim é de 1962, e era denominado “Boletim Informativo”, que desaparece em 1967, dando lugar ao “Boletim do Pessoal”, cujo último número pesquisado, de acordo com o recorte temporal desta pesquisa, data de 1998. Em 1995, temos também o Boletim Oficial, um compêndio de portarias e ofícios administrativos. Todos os boletins foram localizados, lidos e fichados pelos pesquisadores/as. Por meio dessas publicações foi possível acompanhar atos administrativos da Instituição, como portarias, atas, resoluções e outros documentos afins. Os boletins encontrados nas estantes da Biblioteca Universitária serão disponibilizados também aos/as pesquisadores/as de outras instituições por meio da indexação digitalizada, no *site* da UFSC. Acreditamos que a divulgação no *site* abrirá a possibilidade de que outras histórias da UFSC possam ser elaboradas, destacando outros aspectos, outras facetas e análises.

Além dos boletins, os/as pesquisadores/as também procuraram fontes no Arquivo Central da UFSC e nos próprios departamentos de cada Centro. Nesses locais, encontraram uma rica documentação que muito contribuiu para as discussões sobre os projetos de implantação de cursos e das políticas internas que desencadearam a história de muitos dos centros de ensino da UFSC. São ofícios, cartas, projetos, imagens, fax, *folders*, enfim, uma grande quantidade de fontes que acabaram por trazer informações

<sup>1</sup> Professora do Departamento de História da UFSC. Coordenadora do Projeto de Elaboração do Livro *UFSC 50 anos: trajetórias e desafios*. Orientadora dos/as estagiários/as de pesquisa sobre a História da UFSC e de seus centros de ensino.

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 14. Fragmento extraído da obra em que o autor expressa o que o motiva a oferecer um conjunto de textos para o debate com seus colegas.

sobre várias relações, situações e acontecimentos no interior da Instituição. A pesquisa nesses arquivos, além de contribuir com a escrita dos textos, possibilitou um levantamento de fontes que facilitará o registro histórico e, conseqüentemente, novas pesquisas, olhares e perspectivas.

Outra fonte documental utilizada foi construída no decorrer da própria pesquisa, sob a perspectiva metodológica da história oral. A escolha dessa metodologia foi muito tranquila, pois sendo a UFSC uma universidade nova, com apenas cinquenta anos de existência, muitas das pessoas que vivenciaram seu cotidiano e que tomaram parte nas suas ações administrativas e políticas, algumas inclusive ainda interagindo conosco nos dias atuais, puderam narrar suas memórias. É por meio desses relatos e visões registrados nas gravações sob a forma de entrevista que oferecemos aos/as leitores/as as interpretações do que são, de como foram, de como deveriam ter sido os fatos ocorridos na Instituição.

Na verdade falamos história oral, mas poderíamos dizer simplesmente história, por ser construída com fontes orais, como aponta Vilanova.<sup>3</sup> Em tal procedimento as pessoas por meio de palavras gravadas possibilitaram-nos interpretar os fatos e nos inspiraram na construção do texto. A primazia do conteúdo, contido na fonte, saiu do papel impresso ou do manuscrito, e ganhou interação entre os pesquisadores e as pessoas que aceitaram prestar seus relatos para nós. É a história escrita considerando a subjetividade, por depender das pessoas que expressaram suas impressões, interpretações a respeito do vivido. Na escrita da história, as fontes escritas e orais devem ter a mesma importância.<sup>4</sup>

As gravações com as pessoas que aceitaram integrar o projeto “UFSC 50 anos” foram acompanhadas e executadas pela coordenação do projeto e pelos 14 pesquisadores/as. Antes de efetuar cada entrevista, a equipe se preparava realizando leituras (acesso ao currículo lattes, publicações na imprensa ou em boletins) a respeito do/a entrevistado/a. Esse procedimento colaborou na preparação de um roteiro de perguntas, de modo que as informações fossem úteis no momento da entrevista, para evitar questionamentos desnecessários ou constrangedores, por abordar conteúdos descontextualizados ou que explorassem temáticas pouco aconselháveis para tratar naquela oportunidade. A equipe foi preparada para ter a consciência de que no ato da entrevista quem realiza as perguntas também é observado/a pela pessoa com quem interage. Daí a importância em adotar postura sempre respeitosa, para que o trabalho seja tomado sob a mais elevada credibilidade e confiança. Nessa oportunidade ocorre uma relação de igualdade entre sujeitos. Por isso a pessoa que manipula o gravador tem uma responsabilidade muito grande, obriga-se a ser respeitosa; ainda que discorde de determinados pontos de vista, deve fazê-lo com cordialidade; deve olhar<sup>5</sup> direto no rosto do entrevistado/a, sem demonstrar falta de interesse pelo conteúdo que está em discussão, pois, ainda que o assunto não seja objeto da pauta, deve ser ouvido com atenção, uma vez que por algum motivo, não perceptível no momento, o/a entrevistado/a resolveu falar daqueles temas.

É importante ressaltar que tivemos o cuidado de não tratar as questões de determinado momento com olhares do nosso tempo, compreendendo os relatos como interpretações, procurando não confundir as memórias com as histórias. Cuidados, como alerta Durval Muniz de Albuquerque,

que devem ir desde uma clara conceituação de memória e de História, que evite considerar as memórias um discurso mais verdadeiro, mais próximo do que teria sido a “verdadeira história” em contraponto à “história oficial”, até uma mais clara definição de métodos, tanto no que diz respeito à coleta destas memórias como no seu emprego posterior no interior de um discurso historiográfico.<sup>6</sup>

Cabe chamar a atenção dos/as leitores/as para o fato de que não tivemos a intenção de utilizar os registros de memória que aparecem no texto como prova ou como simples reforço do que pretendíamos dizer, tomando-os como “verdade em si”, e de que as entrevistas não podem ser consideradas como um ponto de vista sobre o real, mas sim como uma realidade individual, emitida a partir de pontos de intersecção de várias séries ou correntes mentais aproximadas pelas relações sociais e por um emaranhado de experiências coletivas e individuais.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> VILANOVA, Mercedes. La Historia sin adjetivos com fuentes orales. *Revista História Oral*. São Paulo, n.1, jun. 1998, p.31-42.

<sup>4</sup> MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire; KARPINSKI, Cezar. *Memória e História Oral*. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2010.

<sup>5</sup> MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 32, n.1, jun. 2006, p.117-125.

<sup>6</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado...* op.cit., p.200.

<sup>7</sup> Idem.

As narrativas gravadas ainda não foram transcritas integralmente, o que aconteceu em partes, à medida que a escrita do texto requeria determinado conteúdo do discurso. As gravações originais ficarão à disposição para consulta no *site* da UFSC, após a transcrição de todas as 113 entrevistas.

Portanto, o livro que ora apresentamos é resultado de um intenso trabalho de pesquisa de 14 jovens pesquisadores/as, sob nossa orientação, que, fundamentados em documentos oficiais dos acervos da Biblioteca Central, do Arquivo Central da UFSC e de alguns Centros e Departamentos, e das memórias dos/as entrevistados/as, escreveram sobre as trajetórias da UFSC, permeadas pelo contexto cultural, político, social e econômico.

Cabe uma explicação também, nesse momento, sobre a escolha do nome *trajetórias* para a parte histórica deste livro.<sup>8</sup> Essa foi uma maneira que encontramos para que o título possibilitasse aos/às leitores/as o entendimento, desde o início, de que esta obra não trata de uma “história da UFSC”, com começo, meio e fim, que o/a leitor/a perceba que não é possível contar toda a história, mas algumas de suas faces, pois a escrita da história depende das fontes disponíveis e das compreensões sobre a escrita da história dos/as historiadores/as responsáveis pelo fazer historiográfico no presente. Ao contrário do que costumeiramente se espera, no caso da escrita da história, as fontes disponíveis convivem com o cotidiano do historiador, com suas concepções teóricas e metodológicas e com seus olhares. Nessa perspectiva a história não é aquilo que passou, mas é um emaranhado de experiências e registros do passado que foram entrelaçadas no presente, por isso não cabe confundir a história com suas fontes. No lugar das imagens que relacionam o passado com “coisas velhas”, lembramos que o passado é também construído pelo contexto e pelas perguntas do tempo em que vive o/a historiador/a.

*Assim, esperamos que este livro não seja visto como a história dos cinquenta anos da UFSC*, mas como uma coletânea de textos que trazem algumas das trajetórias que foram possíveis, incompletas, pois outros/as historiadores/as poderão no futuro construir, a partir de nossa pesquisa, outros caminhos dessa história. Portanto, enfatizamos que a história da UFSC será sempre um território a ser explorado em sua cartografia histórica.

Mergulhar na imensidão desse território foi nosso maior desafio, ao mesmo tempo estimulados/as pela curiosidade e por nosso maior desejo que era escrever histórias da UFSC que nos fizessem pensar, rever nossas certezas e relativizar nossas verdades, propondo questões, expondo dúvidas. Nosso objetivo central era não escrever uma história laudatória, buscando evitar que a criação e consolidação da Universidade fossem reduzidas à ação pioneira de indivíduos, o que, infelizmente, insiste em figurar em obras desse tipo. Nesse sentido, informamos aos nossos/as leitores/as que não esperem deste livro uma história construída de cima para baixo, bem arrumada, dando ênfase a autoridades, políticos, personalidades, apresentando-os como sujeitos únicos da história, transformando-os em heróis. Buscamos, em todos os momentos, não escrever a história dessa maneira, concentrando-se nos grandes feitos dos grandes homens, destinando às demais pessoas o papel de figurantes. Porque nesse tipo de história privilegiam-se como fonte os registros oficiais produzidos pela Instituição e guardados em seus arquivos. Nega-se a utilização de fontes históricas, como a história oral, as fotografias e outras que possibilitem ao historiador uma visão menos centrada nas ações da Administração Central da Instituição, e que na maioria das vezes acaba restringindo a história da Instituição àquelas pessoas que aparecem nessa documentação.

Em nossa história, procuramos dar destaque a outros sujeitos como capazes de fazê-la. Entendemos que dessa maneira atuamos no sentido de tornar a história mais próxima das pessoas, considerando a existência daquelas ditas comuns e sua importância para a construção da Instituição. Nosso maior desafio foi trazer à cena os mais variados personagens, contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Dessa forma, o passado da UFSC deixa de ser marcado por imagens petrificadas, dando lugar a uma história pulsante, vibrante, assinalada por tensões, contradições, conflitos, alianças, esperanças, utopias, opiniões diversas, diferentes projetos políticos, interesses individuais e coletivos, de grupos organizados, de lutas, de atos de repressão e de liberdade, apresentando vários olhares sobre sua organização, desenvolvimento e consolidação, evidenciando que a UFSC não foi resultado apenas da ação de seus líderes, mas o desdobramento do trabalho, do entusiasmo e do compromisso de mulheres e homens, dia a dia, em várias gerações.

<sup>8</sup> Na definição do título da obra foi importante o diálogo que realizamos, no início do projeto de pesquisa, com o professor Sílvio Marcus de Souza Correa, do Departamento de História da UFSC.

Nessa perspectiva, a publicação comemorativa da passagem dos cinquenta anos da UFSC exerce a primazia de interpretar e apontar o foco para o processo de transformação das utopias coletivas e individuais, que a partir de faculdades isoladas redundaram na construção da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, em 1960. Nos 14 capítulos da primeira parte do livro *UFSC 50 anos: trajetórias e desafios*, muitos aspectos mereceram destaque, como: as formas de ingresso na Instituição nas diferentes décadas; a implantação da UFSC no *campus* da Trindade, um longo debate; o golpe e a Ditadura militar e as comissões de inquérito na UFSC; as diretrizes pedagógicas e as reformas universitárias; a criação do Centro de Estudos Básicos (CEB) e o vestibular unificado; as contratações de professores e técnico-administrativos; as vivências dos estudantes no cotidiano na UFSC; os movimentos reivindicatórios de professores, técnico-administrativos e estudantes; a criação dos cursos de graduação e pós-graduação; a redemocratização; as eleições; e vários outros temas do cotidiano dessa Instituição.

Esses capítulos foram escritos pelos estagiários e pelas estagiárias selecionados/as, com o objetivo inicialmente de realizar a pesquisa e organizar as fontes sobre a história da UFSC. Porém, o árduo trabalho de pesquisa realizado, a iniciativa na superação das dificuldades encontradas, a responsabilidade e o entusiasmo demonstrado com a pesquisa em cada etapa de trabalho acabou por definir que estes/as seriam os/as autores/as dos capítulos do livro a ser publicado em 2010. A oportunidade dada a esses jovens pesquisadores do Curso de Graduação em História é, sem dúvida, por si só, inovadora na produção de um livro comemorativo. A partir dessa decisão, iniciamos o trabalho de orientação para escrita dos textos. A luta contra o tempo, o inimigo durante todo o trabalho, impossibilitou o envio dos capítulos, referentes aos centros de ensino, às equipes de apoio, ou a suas direções para uma leitura prévia. Por isso, assumimos toda a responsabilidade pelos textos produzidos.

Assim, nos textos gerais, Icles Rodrigues escreve sobre a UFSC na década de 1960; Kennya Souza Santos, sobre a UFSC e o regime militar, o Centro de Estudos Básicos e os movimentos estudantis; e Lara de Oliveira Beck, sobre a redemocratização e a UFSC nos anos de 1980 e 1990. Os demais capítulos são dedicados às trajetórias de cada Centro de Ensino da UFSC: Mayara Cristina Capistrano escreve sobre o Centro de Ciências Agrárias; Dayanne Schetz, sobre o Centro de Ciências Biológicas; Renato Affonso Sant'Anna de Sá, sobre histórias e memórias do Centro de Comunicação e Expressão; Glauco de Sousa Backes, em torno de suas percepções acerca da história do Centro de Ciências Jurídicas; Lídia Schneider Bristol narra histórias do Centro de Ciências da Saúde; Ingrid Lima Kuerten entra no mundo dos esportes por meio das memórias e história do Centro de Desportos; Rosângela da Silva Vasconcelos enfrenta os desafios e as conquistas cotidianas do Centro de Ciências da Educação; Douglas Felipe Abelino apresenta o lugar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas na UFSC; Júlia Pedrollo Albertoni conta sua história do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas; Juan Filipi Garces e Rodrigo Prates de Andrade, as trajetórias do Centro Sócio-Econômico; e Marcos Dalcastagne em sua escrita destaca a gênese da Engenharia em Santa Catarina.

Cabe destacar, ainda, que, além dos capítulos elaborados pelos autores e autoras citados/as acima, recebemos um texto elaborado pela comissão de apoio à produção deste livro, do Centro de Ciências da Saúde, sobre suas pós-graduações. Esse texto elaborado pelos professores Maria Itayra Padilha, Cléo Nunes de Souza e José Tadeu Pinheiro foi incluído no capítulo referente a esse Centro de Ensino.

Por fim, queremos registrar nossos agradecimentos ao doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Cezar Karpinski, cuja parceria foi indispensável na etapa final da elaboração dos textos. Suas sugestões e intervenções foram importantíssimas para a organização das referências de acordo com as normas da ABNT, especialmente das fontes pouco utilizadas, como foi o caso dos boletins.

Agradecemos também especialmente a Alita Diana Corrêa Küchler, pelo apoio e parceria no processo de elaboração deste livro; a Vincenzo Berti pelo projeto gráfico; a Daniella Zatarian, pela editoração; e a Ana Lúcia Pereira Amaral, por sua contribuição e disponibilidade na revisão ortográfica deste livro, sob a pressão do tempo. À Comissão Executiva das Comemorações dos 50 Anos da UFSC, especialmente a Cléia Silveira Ramos

e Claudete Regina Ferreira; à Reitoria, aos/as Diretores/as e aos membros das equipes de apoio à pesquisa nos centros de ensino, um agradecimento especial pela confiança e pelo apoio dado ao longo do processo de pesquisa e redação da obra.

Agradecemos à diretora da Biblioteca Central da UFSC, Narcisa de Fátima Amboni, pelo espaço cedido ao Projeto, carinhosamente apelidado pelos estudantes de quartel general (QG do Projeto do Livro UFSC 50 Anos), e a João Oscar do Espírito Santo, por todo o apoio na consulta ao acervo. À equipe do Arquivo Central da UFSC e à equipe da AGEKOM que colaboraram na busca, na recuperação e digitalização das fotografias utilizadas neste livro, também nosso muito obrigado!

Finalmente os/as autores/as dirigem seus agradecimentos com especial admiração a todos/as aqueles/as que colaboraram com nosso trabalho, aos que se interessaram e especialmente aos que nos ajudaram com seus relatos. No decorrer dos capítulos aparecem os nomes de todos/as os/as entrevistados/as que, com suas memórias, deram uma contribuição vital para nossa pesquisa. Vocês estão presentes neste livro e na nossa memória.





## A UFSC na década de 1960: outras histórias...

Icles Rodrigues<sup>1</sup>

No dia 12 de março de 1962, reuniram-se no Teatro Álvaro de Carvalho o governador do estado de Santa Catarina, o arcebispo metropolitano, o presidente do Tribunal de Justiça, entre outras “ilustres” personalidades, para a solenidade de instalação da Universidade de Santa Catarina (USC).<sup>2</sup> Nesse ato solene, João David Ferreira Lima, então reitor da Instituição, discursou sobre a “desvanecedora e difícil incumbência de coordenar a criação da Universidade Federal”<sup>3</sup> no estado de Santa Catarina, destacando, principalmente, o papel social das universidades. Nas entrelinhas de tal discurso, pode-se coletar as *nuances* de uma época com falta de mão de obra especializada nas áreas técnicas – discussão que até nossos dias mantém-se em pauta dentro e fora do meio acadêmico – e a consequente imposição de maior objetivismo didático na “universidade moderna”.<sup>4</sup> Em trechos de seu discurso, Ferreira Lima exalta o papel de prestígio que merece o professor. E nesse ponto, o pensamento como produto de uma época aparece de forma evidente, quando o reitor afirma:

Se na área do Ocidente, os Estados Unidos e a Europa cercam os mestres universitários de prestígio, de amplos instrumentos de trabalho, de indagação e de pesquisas; de compensadora assistência material, no fortalecimento do conceito das prerrogativas democráticas pela aptidão profissional; pela gradual elevação das massas obreiras à consciência integral na participação direta dos sagrados bens da vida; pelo desdobramento da socialização autêntica, sob a égide da Democracia, longe da qual jamais haverá salvação, – a União Soviética, a seu turno, mesmo sob a humilhante, arrasadora<sup>5</sup> e total intervenção do Estado no processo da Cultura, situa esses mestres em atmosfera de prestígio, deferindo-lhes as maiores honrarias, no quadro de um regime odioso e brutal, para que atenuem, mais eficientemente, forças econômicas e poderio bélico subterrâneo, na conquista, pelas armas e pela ameaça, de novas dimensões sociais.<sup>6</sup>

Entendemos que a Universidade é um agente direto da sociedade e, como não podia deixar de ser, a reflete. No discurso supracitado de Ferreira Lima, fica claro o posicionamento ocidental no contexto da Guerra Fria, onde a democracia era vista como princípio fundamental e indispensável para o bem-estar e o sucesso de uma sociedade, enquanto o comunismo soviético era tido como caminho sem volta à perdição.



Figura 1. Solenidade de criação da UFSC. Fonte: Agecom (1960)

<sup>1</sup> Estagiário do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmico do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação Pro<sup>fa</sup> Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> Os nomes da maioria das autoridades não constam na fonte.

<sup>3</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962, p.7.

<sup>4</sup> *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962, p.15.

<sup>5</sup> Neste artigo, optamos por manter a ortografia original dos documentos impressos.

<sup>6</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962, p.15.

Para que a Universidade se tornasse uma realidade, no entanto, muitos tiveram que trabalhar ferrenhamente. Em diversos depoimentos colhidos durante as pesquisas para esta obra, ficou nítido o orgulho daqueles que, nos primórdios da USC – nascida como universidade federal, mas chamada de UFSC oficialmente apenas após a Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965<sup>7</sup> –, trabalharam nas madrugadas e nos finais de semana em busca de um ideal comum. Não podia ser outra coisa senão a busca de um ideal que fazia com que funcionários e professores – com exceção da Faculdade de Direito, possuidora de uma maior autonomia – trabalhassem durante todo o ano de 1961 sem receber seus salários, o que aconteceu apenas no fim do ano, após liberação de verba pelo Governo Federal; um compromisso idealista que foi reforçado nos depoimentos de diversos entrevistados. Desde nomes que ajudaram a iniciar a Universidade, como Teodoro Rogério Vahl e Aluizio Blasi, até funcionários, ex-alunos e professores, que passaram pela Instituição no decorrer de sua existência – muitos até hoje atuando –, o orgulho por fazer parte desta história transpareceu em diversas entrevistas realizadas. Desde os mais altos cargos de chefia até os funcionários técnico-administrativos, desde os alunos até os funcionários mais anônimos, a UFSC é uma obra do trabalho de muitas pessoas. Destacando esse caráter de agente ativo e, ao mesmo tempo, reflexo da sociedade, remetemo-nos ao início da Universidade Federal de Santa Catarina.

## Uma cidade universitária

Sancionada pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 18 de dezembro de 1960, a Lei nº 3.849 federalizava a Universidade do Rio Grande do Norte e criava a Universidade Federal de Santa Catarina.<sup>8</sup> Entre os artigos desta lei, constava o Art. 3º, que afirmava que as duas universidades teriam personalidade jurídica e gozariam “de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma de lei”.<sup>9</sup> Contudo, antes de vigorar a referida lei, existiam na Ilha algumas instituições de Ensino Superior, tais como: a Faculdade de Direito (1932, localizada na Rua Esteves Júnior, 11); Faculdade de Ciências Econômicas (1943, localizada na Avenida Hercílio Luz, 47); Odontologia (1946, localizada na Rua Esteves Júnior, 93); Farmácia e Bioquímica (1946, localizada na Rua Esteves Júnior, 1); Filosofia (1952, localizada na Trindade); Medicina (1957, localizada na Rua Ferreira Lima); e Serviço Social (1958, localizada na Rua Victor Konder, 53).<sup>10</sup>

No entanto, ao ser constituída como Universidade Federal de Santa Catarina, a UFSC contou com as seguintes faculdades: Direito, Farmácia e Odontologia (posteriormente separadas), Filosofia, Medicina, Engenharia e Serviço Social na qualidade de agregada.<sup>11</sup> Segundo Ferreira Lima em seu livro *UFSC: sonho e realidade*,<sup>12</sup> a Faculdade de Engenharia sequer existia, mas fora escrita na mensagem determinada pelo despacho presidencial visando à criação da Universidade. O pedido pela Faculdade de Engenharia foi inserido nessa mensagem de última hora, por insistência do primeiro reitor. Em entrevistas, levantamos a informação de que, para a criação de uma universidade, era obrigatória a presença das faculdades de Direito, Filosofia e Engenharia,<sup>13</sup> o que explica a inserção de uma faculdade até então inexistente. A “Faculdade de Agricultura” foi solicitada, mas o pedido fora negado.<sup>14</sup>

Antes disso, porém, houve intensos debates sobre a localização da futura Universidade. Os professores João David Ferreira Lima e Henrique da Silva Fontes apresentaram no decorrer das discussões sobre o assunto diferentes propostas. Fontes idealizava uma cidade universitária no então subdistrito da Trindade – mais precisamente na Fazenda Assis Brasil –, enquanto Ferreira Lima mostrou-se contrário, sendo, porém, derrotado no Conselho Universitário.<sup>15</sup>

A suposta inviabilidade da instalação da futura Universidade na Trindade foi corroborada pelo parecer de uma equipe de arquitetos e urbanistas, oriundos de Porto Alegre, que se posicionaram a favor da Instituição próxima ao centro de Florianópolis, quando elaboraram o Plano Diretor de Florianópolis de 1952, com a finalidade de manter sua “conexão íntima com a paisagem marítima”.<sup>16</sup> Segundo eles, a realidade brasileira inviabilizava uma cidade universitária nos moldes das europeias, pois estas trabalhavam com o pressuposto de que seus estudantes teriam recursos para se sustentarem sem a

<sup>7</sup> CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.85-86.

<sup>8</sup> O projeto da referida Lei foi aprovado no dia 10 de dezembro do mesmo ano.

<sup>9</sup> BRASIL. Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 21 Dez. 1960, p.16.173. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=86921>>.

Acesso em: 23 ago. 2010. Esta lei também pode ser encontrada nos Boletins de 1962 e 1976, neste último como anexo.

<sup>10</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962, p.104.

<sup>11</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p.52.

<sup>12</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2000.

<sup>13</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931: Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 11 Abr de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

<sup>14</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade... op.cit.*, p.74.

<sup>15</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade... op.cit.*, p.51.

<sup>16</sup> Idem, p.56.

necessidade de um trabalho. Defendiam a ideia de que era inviável o uso do subdistrito da Trindade para a implantação da Universidade, pois havia uma significativa distância entre o local e o centro da cidade; mais ainda, afirmavam que Florianópolis crescia em direção ao continente, e que a construção do porto (prevista no plano) aceleraria esse processo, pois entre o centro e a Trindade havia “um maciço montanhoso separador”, que era o Morro da Cruz. Os arquitetos afirmavam que o crescimento em direção à Trindade não tinha “nenhuma base real, nenhuma possibilidade histórica de efetivação”.<sup>17</sup> As terras, na época, eram terras de uso comunal pelos poucos habitantes das cercanias. O professor Nazareno José de Campos em sua entrevista lembrou que no início da Universidade os moradores da região cortavam as cercas colocadas para a demarcação da área reservada à Instituição para colocar seu gado para pastar. A situação permaneceu durante algum tempo, haja vista certa resistência dos moradores em aceitar a nova realidade do local.<sup>18</sup>

Apesar do parecer completamente desfavorável por parte da equipe de arquitetos, o governo do estado era favorável à construção do *campus* na Trindade, tanto que cerca de dois anos depois desse mesmo parecer, em 26 de novembro de 1954, com a Lei nº 1.170, o governador do estado reservava as terras solicitadas por Henrique Fontes para a instalação da Universidade, na Trindade. Essa insistência de Fontes se apoiava no parecer de Ernesto de Souza Campos, ex-ministro da Educação, que, em 1953, visitou o local da futura Universidade, dando um parecer favorável às terras do subdistrito.<sup>19</sup> Segundo as lembranças de Nereu do Vale Pereira,<sup>20</sup> um número considerável de pessoas cogitou a possibilidade de Henrique da Silva Fontes ser eleito o primeiro reitor da Universidade de Santa Catarina; no entanto, por conta de sua idade avançada, a ideia foi rediscutida. Em 16 de setembro de 1961, João David Ferreira Lima é então nomeado primeiro reitor da Universidade.<sup>21</sup>

As discussões acerca da localização do *campus* eram dificultadas por conta das construções já existentes. Uma terça parte dos blocos destinados para a Faculdade de Filosofia, construídos com recursos do estado, havia sido inaugurada no dia 30 de janeiro de 1961, sendo a Faculdade instalada no local em 16 de fevereiro. O prédio foi construído com verbas oriundas do governo estadual, pois Henrique da Silva Fontes – ligado a UDN, uma das duas agremiações políticas de destaque em Santa Catarina – idealizou, de início, uma universidade estadual. Posteriormente, as discussões acerca da inviabilidade de o governo estadual suprir os gastos relativos à construção da Universidade fizeram com que a escolha por uma instituição federal fosse a mais efetiva. Ferreira Lima – ligado ao PSD – lutou por essa federalização, tendo como experiência bem-sucedida a Faculdade de Direito, já federalizada anteriormente.



Figura 2. Fazenda Assis Brasil. Fonte: Agecom [s/ data]

<sup>17</sup> GRAEFF, Edgar; PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demétrio. *Florianópolis: plano diretor*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Rio Grande do Sul, 1952. In: SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade...* op.cit., p.57. FONTES, Henrique da Silva. *Pensamentos, palavras e obras*. Florianópolis: Edição do Autor, 1962, p.59.

<sup>18</sup> Nazareno José de Campos. *Entrevista concedida a Ieles Rodrigues e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

<sup>19</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade...* op.cit., p.61.

<sup>20</sup> Nereu do Vale Pereira. *Entrevista concedida a Roselane Neckel, Ieles Rodrigues e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 05 ago. 2010.

<sup>21</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962, p.32-33.



Figura 3. Foto dos primeiros trabalhadores da UFSC. Fonte: Agecom (1962). Nota: Na foto estão presentes, da esquerda para direita: Hermes José Greipel (motorista), Adair Scharf (chefe de compras), Josué Fortkamp (diretor de material), Ari Ramos Castro (tesoureiro), Antônio Nicoló Grillo (diretor de pessoal), Antonio Miroski (diretor de finanças), Zoélio Hugo Valente (escriturário), João José Caldeira Bastos (chefe de legislação de pessoal), Emanuel Campos (chefe de gabinete do Reitor), Luiz Osvaldo d'Acâmpora (vice-Reitor), João David Ferreira Lima (Reitor), Aluizio Blasi (secretário geral), Hely Porto (escriturária), Teodoro Rogério Vahl (diretor da Imprensa Universitária), José Fernandes Neves Júnior (diretor de serviços gerais), Aldo Nascimento (motorista do Reitor), Aldo Arnaldo Meira (auxiliar da secretaria geral), Manoel Roldão da Rosa (almoxarife) e Vivaldi Garofallis (diretor de contabilidade). Identificação efetuada por Aluizio Blasi em 11 maio 2010, Teodoro Rogério Vahl, em 17 jun 2010 e Alcémelia Maria Cardoso, em jul de 2010, a pedido de Claudete Regina Ferreira.

No ano seguinte, as discussões relativas à localização da Universidade continuaram com força total. Cerca de dois meses antes da sua instalação solene, em 26 de janeiro de 1962, Ferreira Lima colocou em discussão a compra de um prédio para a Reitoria. Inicialmente, o reitor solicitou ao diretor da Faculdade de Direito a cessão do Salão Nobre ou outra dependência qualquer para instalar provisoriamente a Reitoria. Com a necessidade de um local permanente, aventou-se a hipótese de se alugar um andar do prédio “Sul América”, que havia sido adquirido pelo estado. Novamente, um revés: o andar seria utilizado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado e Secretaria de Estado.

Foi então que Ferreira Lima recebeu a informação de que a Família Molenda estava interessada em se desfazer da residência que possuía, localizada na Rua Bocaiúva, 60, centro de Florianópolis. O valor inicial da casa e do terreno era de Cr\$ 41.000,00, reduzindo posteriormente para Cr\$ 31.000,00. Ao visitar o imóvel, o reitor fez a proposta de Cr\$ 25.000,00 por toda a propriedade, o que foi aprovado pelo Conselho Universitário,<sup>22</sup> tendo sido instalada no local, então, a Reitoria.

Em maio do mesmo ano, Ferreira Lima correspondeu-se com as faculdades componentes da Universidade, solicitando pronunciamento sobre a questão da localização do *campus*. As discussões se arrastaram por meses, havendo pela primeira vez um grande movimento de estudantes universitários em Santa Catarina, os liderados pela Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina – FEUSC, que, em suas manifestações, mostraram-se favoráveis à sua instalação na Trindade.

O Jornal *O Estado*, em 26 de outubro de 1962, na página 2, publicou uma matéria sobre o movimento dos estudantes no centro de Florianópolis, criticando seus supostos “exageros”. Segundo o Jornal – que dois dias depois publicava outra matéria, pontuando as reivindicações destes –, os estudantes “atacavam rude e impiedosamente” o reitor, responsabilizando-o pela paralisação das obras da “Cidade Universitária”.<sup>23</sup> Como resposta, o estudante Rogério Duarte de Queiroz, diretor geral do jornal da FEUSC, envia uma nota para o jornal *O Estado*, que fora publicada no dia 10 de novembro, afirmando que os ataques não eram dirigidos à figura do reitor, mas sim aos seus atos administrativos.<sup>24</sup> A luta dos estudantes ganhou ainda mais força quando os acadêmicos de Direito, contrariando a opinião do presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito, lançaram manifesto favorável à construção da cidade universitária na Trindade, sendo publicado em 23 de novembro de 1962. No manifesto, eles pontuavam a urgência da obra, sua viabilidade e o apoio irrestrito à construção da cidade universitária no então

<sup>22</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade...* op.cit., p.82-83.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Ibidem, p.84.

subdistrito da Trindade. No fim do manifesto, os estudantes colocam esta luta como “passo decisivo para a efetivação da Reforma Universitária”.<sup>25</sup>

No dia 27 de novembro, em sessão do Conselho Universitário, o reitor fez um longo discurso ao proferir seu voto, discorrendo sobre os motivos que, segundo sua opinião, impediam a construção de uma cidade universitária na Trindade – medida que classificou como “erro”. Segundo seus argumentos, a realidade universitária brasileira não permitia a realização de tal empreendimento, tanto que nem mesmo a União conseguira realizar, por questões financeiras. Ferreira Lima afirmou: “Isso não tem sentido. E o dizemos com a sinceridade e boa fé que caracterizam os nossos atos e ações”.<sup>26</sup> São pontuadas algumas questões, em defesa da instalação da Universidade no centro da capital: curtas distâncias entre os prédios, que possibilitaria a ida a pé de um ponto a outro; terreno alagadiço da Trindade, que encareceria a construção dos prédios; falta de verba para a manutenção da cidade universitária – que, segundo o projeto inicial, contaria com residência para estudantes e professores, lavanderias, restaurante universitário, etc. –; dificuldades de transporte dos alunos até o local, tendo em vista as condições de transporte da cidade, entre outros. Os prédios já existentes na Trindade, segundo a proposta, seriam utilizados para Institutos de Pesquisa. As faculdades já existentes permaneceriam nos mesmos prédios, enquanto as novas escolas seriam construídas no terreno da Reitoria, na Rua Bocaiúva, formando assim um “Centro Universitário”.<sup>27</sup> Mais adiante, sugeriu:

Ali estariam os prédios das Faculdades, a Biblioteca Central, laboratórios, restaurante, auditório para festas e colações de grau, servindo também para projeções de caráter científico e cultural, e ainda, à noite, funcionaria como cinema do bairro, dando receita à Universidade. Neste Centro, haveria, é claro, uma casa dos estudantes, destinada apenas aos estudantes pobres e que não tem família residente em Florianópolis.<sup>28</sup>

Para finalizar, o reitor apontou a possibilidade de veto do projeto, mas afirmou que não o faria, pois não daria margem para que se pensasse tratar-se de teimosia e imposição de opinião pessoal.<sup>29</sup>

No dia 28 de novembro de 1962, o jornal *O Estado* publica a decisão do Conselho Universitário de criar um “Conjunto Universitário” na Trindade. A ideia de “Cidade Universitária” foi alterada, mas permaneceu o local. No entanto, as faculdades se mantiveram no centro da capital. No atual *campus*, existiam o prédio de Filosofia, Ciências e Letras (que abrigava a Biblioteca da universidade na época), casas próximas usadas como primeiras salas de aula do Colégio de Aplicação e as obras iniciais do que viriam a ser a atual Reitoria e os prédios das Engenharias (que funcionavam em casas de madeira localizadas no terreno da Reitoria, na Rua Bocaiúva apelidadas de “Casa do Tarzan” pelos estudantes, por serem de madeira e por se localizarem em área vastamente arborizada). As demais faculdades mantiveram-se nos mesmos lugares. A mudança foi gradativa, tendo em vista que as obras na Trindade ocorriam lentamente, pois os alagamentos também dificultavam as suas realizações.



Figura 4. Placa fixada no busto de Henrique Fontes. Fonte: Cavalheiro (2010)

<sup>25</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade...* op.cit., p.85.

<sup>26</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962, p.101.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p.99-102.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p.103.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p.104.

Sobre esse momento, Luiz Fernando Scheibe<sup>30</sup> e Nereu do Vale Pereira<sup>31</sup> lembram que em alguns casos, em dias de chuva, os alunos chegavam à Faculdade com seus sapatos nas mãos, fazendo uso de uma torneira para lavarem os pés, e só após isso então colocarem os calçados para assistir às aulas. Apenas com a Reforma Universitária as faculdades passaram a, efetivamente, planejar a mudança para localizarem-se no atual *campus*, que só contou com a presença de todas as faculdades na década de 1970.

Durante a pesquisa para a confecção deste livro, em entrevistas efetuadas com professores, técnico-administrativos, entre outros, o que ficou claro é a sustentação de um “mito fundador”. Alguns dos entrevistados deixaram claro em suas falas que a localização atual da Universidade Federal de Santa Catarina fora uma brilhante ideia do homem que a idealizou, João David Ferreira Lima. Contudo, a análise documental mostra que ele foi ferrenhamente contra a ideia, hoje vista como “à frente de seu tempo”, sendo Henrique da Silva Fontes o idealizador do atual *campus* situado na Trindade. Mesmo no fim da década de 1960, quando novamente se discutiu a sua localização, Ferreira Lima desempatou a votação do Conselho Universitário em favor do *campus* na Trindade, mas por pressão dos alunos. Segundo palavras de Nereu do Vale Pereira, o primeiro reitor viu-se impossibilitado de negar a mudança, por ter sido uma luta encampada ferrenhamente pelos estudantes.<sup>32</sup>

Entretanto, o acordo MEC/USAID e a Reforma Universitária, no final da década de 1960, inspirada na estrutura utilizada nos Estados Unidos, impossibilitava que os alunos se deslocassem a grandes distâncias no centro da cidade em busca de créditos em disciplinas distintas, oferecidas em prédios diferentes que se situavam distantes uns dos outros. Logo, a união dessas Faculdades em centros localizados no *campus* permitia que esse sistema fosse levado a cabo.

Apesar de tudo, não devemos nos prender a maniqueísmos e efetuarmos julgamentos precipitados. Creditar Henrique da Silva Fontes como idealizador do *campus* na Trindade, tendo Ferreira Lima como opositor, de forma alguma anularia todos os esforços do primeiro reitor da Universidade em vê-la tornar-se realidade. Há, no entanto, a necessidade de se fazer um registro histórico dos esforços de Henrique da Silva Fontes, que iniciou com empenho o trabalho que futuramente traria frutos, gerando a Universidade, projeto do qual tantas pessoas se orgulham de ter trabalhado para realizar, idealizada por ele anos antes. Como atesta o discurso abaixo, proferido por Fontes em 8 de fevereiro de 1961, em sessão da Congregação da Faculdade de Filosofia:

Há três anos, recordei conceitos que havia expressado dezesseis anos antes, ao ser empossado no cargo de diretor da Faculdade de Direito, quando, depois de apontar as excelências da nossa Capital para centro universitário, concluí: “Sempre pensei, por isso, em termos aqui, junto à Faculdade, a Casa do Estudante, e imagino também o nosso quarteirão universitário e a Universidade de Santa Catarina, da qual esta Faculdade é a primeira pedra”.<sup>33</sup>

E continua: “E afirmei: ‘Não estou a devanear meus Senhores. Estou tão somente a raciocinar ousadamente talvez, mas dentro das premissas que são os resultados até aqui conseguidos’. Isto disse eu em 1942, no dia 11 de agosto.”<sup>34</sup>

Os motivos dos debates intensos sobre a localização da Universidade são justificados por ambas as partes, geralmente dizem respeito aos alunos, professores e técnico-administrativos. Como visto anteriormente, Ferreira Lima pontuava a facilidade de locomoção e os altos custos das obras na Trindade. Já Henrique da Silva Fontes argumentava sobre a possibilidade de expansão futura, por conta do vasto terreno. No entanto, temos que colocar em pauta nessa discussão um fator importante, mais definitivo para a definição da localização da Universidade, talvez, do que as posições dos dois professores: a especulação imobiliária no município de Florianópolis e os interesses econômicos das oligarquias políticas da cidade e do estado. Segundo Maria Inês Sugai:

Estas disputas refletiam os embates políticos e as divergências de interesses existentes entre as elites locais, representadas, depois de 1945, pelas duas maiores agremiações partidárias: o PSD e a UDN. Nestes partidos aglutinavam-se os interesses das duas oligarquias regionais, que tiveram uma maior estruturação após o movimento de 30 e eram constituídas por três famílias: a família Ramos (PSD) e as famílias Konder e Bornhausen (UDN).<sup>35</sup>

<sup>30</sup> Luiz Fernando Scheibe. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

<sup>31</sup> Nereu do Vale Pereira. *Entrevista citada*.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> FONTES, Henrique da Silva. *Pensamentos Palavras e Obras*: segundo Caderno: Da Cidade Universitária. Florianópolis: [Edição do Autor], 1960, p.35.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> FONTES, Henrique da Silva. *Pensamentos Palavras e Obras...* op.cit., p.74.



Figura 5. Bustos de João David Ferreira Lima (esq.) e Henrique da Silva Fontes (dir.). Fonte: Brasil & Cavalheiro (2010)

A parte norte do centro da capital era tomada por um grande número de chácaras que, desde o final do século XIX, configuravam-se em grandes lacunas nesse espaço norte da península. Essa região era gradativamente ocupada por populações de alta renda; algumas chácaras, no entanto, permaneciam intactas, esperando maior valorização fundiária.<sup>36</sup> O fato de a ponte Hercílio Luz ser a única ligação viária entre o continente e a Ilha fez com que as áreas próximas a ela valorizassem e concentrassem as áreas comerciais, incentivando que as camadas de mais alta renda continuassem a residir próximo ao centro, na área norte da península central.<sup>37</sup> Essa dinâmica de ocupação urbana de Florianópolis, segundo Maria Inês Sugai, “obedeceu, principalmente, aos interesses dos setores sociais mais influentes, muitos vinculados ao capital imobiliário, que mantiveram a ocupação da península pelas elites, apesar das dificuldades de acesso das áreas norte à ponte.”<sup>38</sup>

Nesse contexto é que surge o plano diretor anteriormente citado, que pontua o projeto de criação do *campus* da Trindade como um erro. O plano “absorveu muitas das aspirações que surgiam, principalmente da classe dominante, ao mesmo tempo que direcionou os primeiros passos para a sua efetivação.”<sup>39</sup> A afirmação de inviabilidade do projeto atesta o óbvio: a existência do projeto. Segundo Sugai, “havia o empenho de setores das elites locais na implantação do futuro *campus* universitário na área da Fazenda Estadual Assis Brasil, antigas terras comunais da Trindade, proposição que tinha total discordância dos autores do Plano.”<sup>40</sup> No mesmo trecho Sugai afirma que o interesse na ocupação da região a leste do Morro da Cruz vinha desde o início da década de 1950. Eis que as duas principais propostas sobre a localização da futura Universidade confluem com interesses imobiliários da época.

Caso a Universidade se localizasse no centro da cidade, nos arredores da Reitoria, na Rua Bocaiúva, constituir-se-ia um centro universitário rodeado de terrenos e imóveis – como, por exemplo, as pensões para estudantes, já existentes por conta das faculdades instaladas no centro – e valorizar-se-iam as residências e terrenos de um grupo de pessoas que certamente lucrariam consideravelmente com as mudanças no panorama imobiliário do local. Essa região norte da península central possuía, como vimos, um grande número de chácaras e terrenos oriundos do desmembramento de chácaras mais antigas. Além das residências de pessoas mais abastadas, essa região possuía uma concentração de hospitais, entre eles o Hospital Nereu Ramos (1943), Maternidade Carmela Dutra (1955) e Casa de Saúde São Sebastião (1941). Apenas o Hospital de Caridade (séc. XVIII) e o Hospital Militar (séc. XIX) se situavam mais afastados dessa área, estando localizados próximo à baía sul, além da Maternidade Dr. João Carlos Correa, que estava em uma área intermediária.<sup>41</sup>

<sup>36</sup> SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-ilha*. 232 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994, p.55.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.56-57.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p.58.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.61.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p.67.

<sup>41</sup> SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano...* op.cit., p.69.

Já a Universidade instalada na Trindade valorizaria os loteamentos aprovados já na década de 1940 (incluindo os loteamentos clandestinos).<sup>42</sup> A instalação da Universidade no local “representava a possibilidade de mudanças na economia e na dinâmica imobiliária da capital.”<sup>43</sup> Era esperado que fossem escoados para Florianópolis e, em especial, para a área da cidade universitária, maciços investimentos federais, já que estava acordado que ela seria federal, e não estadual.<sup>44</sup>

Maria Inês Sugai afirma ainda:

Toda polêmica envolveu os setores mais influentes da cidade, muitos dos quais enviaram ao Conselho Universitário telegramas de congratulações e cumprimentos tão logo souberam da deliberação, entre eles, o então Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis. Sabia-se que a implantação do campus universitário na Trindade iria interferir, a médio prazo, e dependendo dos investimentos urbanos efetuados pelo Estado, na expansão e na estruturação urbana de Florianópolis. Representava, sem dúvida nenhuma, uma imensa frente de expansão e investimentos para o capital imobiliário.<sup>45</sup>

Interessados em novas frentes para o capital imobiliário, alguns membros das elites queriam, com essa ocupação imobiliária iminente, evitar “intervenções que viessem a desvalorizar a região, como aquelas efetuadas ali em décadas anteriores (cemitério, penitenciária, aterro sanitário, etc).”<sup>46</sup>

Portanto, os debates acalorados no meio universitário, mesmo que porventura involuntariamente por parte de alguns, representavam a defesa de diferentes interesses econômicos em relação aos projetos de especulação imobiliária na capital e de aplicação dos investimentos urbanos de Florianópolis, influenciando diretamente na produção do espaço urbano de Florianópolis.<sup>47</sup> Esses interesses aparecem também nos embates políticos em torno dos planos diretores da cidade de Florianópolis na década de 1950 e nos anos de 1970.

Apresentamos, então, três perspectivas: 1) a das memórias de João David Ferreira Lima, que afirma em seu livro *UFSC: sonho e realidade* que seu próprio conteúdo serviria para que futuros historiadores tivessem um relato do início da Universidade vivido por alguém que participou do processo e, assim, não fossem cometidos equívocos ao se deparar com “inverdades”;<sup>48</sup> 2) a perspectiva da luta de Henrique da Silva Fontes, que participou ativamente da criação da Universidade e conseguiu que seus anseios de levá-la para o então subdistrito da Trindade se tornassem realidade, demonstrando uma sensibilidade notável, ao pensar na questão territorial visando a um futuro ainda distante, onde a expansão seria inevitável; 3) a perspectiva da especulação imobiliária em Florianópolis, do ponto de vista da urbanização da capital e dos interesses de frações de grupos abastados proprietários de terras e imóveis. Não temos por intenção apresentar uma “verdade”: nosso objetivo é mostrar as mais diversas perspectivas e com as quais nos deparamos na construção dessa obra, deixando para o leitor a tarefa de escolher qual a “verdadeira” história. Mais do que uma narrativa, esta obra é a tentativa de trazer à cena as relações de poder, os conflitos políticos, o idealismo e outros aspectos que constituíram a Universidade Federal de Santa Catarina, deixando de lado os adjetivos como visionários, idealistas, heróis ou vilões e dando lugar a sujeitos sociais e ao contexto político, econômico, social em que constituíram suas experiências de vida.

## Os estudantes

É errôneo pensar que em seus anos iniciais, a Universidade Federal de Santa Catarina foi construída apenas pelo esforço de nomes ilustres. Os estudantes foram agentes determinantes em diversas ocasiões, não apenas nas manifestações citadas anteriormente pela instalação da Universidade na Trindade, mas em outras ocasiões, algumas de vital importância. Os movimentos estudantis têm sua parte nessa história desde os primórdios.

Desde a década de 1940, os estudantes florianopolitanos mostraram-se ativos, quando, por exemplo, em 1948, apoiados pelos professores, iniciaram uma organização em prol da “Casa do Estudante”. Uma iniciativa ainda com pouca densidade, mas que ecoaria futuramente.<sup>49</sup> Em 1949, foi criada a União Catarinense de Estudantes (UCE), que pontuaria a presença deles em diversos movimentos. Poucos anos depois, fariam do extinto Clube Germânia – localizado na Rua Álvaro de Carvalho, nº 88-A – sua sede.<sup>50</sup>

<sup>42</sup> Ibidem, p.88.

<sup>43</sup> Ibidem, p.76.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Ibidem, p.79.

<sup>46</sup> Ibidem, p.90.

<sup>47</sup> Ibidem, p.88.

<sup>48</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2000, p.27.

<sup>49</sup> MORETTI, Serenito A. Movimento estudantil em Santa Catarina. Florianópolis: [s/c], 1984, p.47-48.

<sup>50</sup> Ibidem, p.95.



Figura 6. Manifestação dos estudantes sobre a moradia estudantil. Fonte: Agecom (c.a. 1960)

Em 1953, a Assembleia Legislativa do Estado declara a UCE como uma entidade de utilidade pública. Posteriormente, a Câmara Municipal forneceu aos estudantes o “Bar Miramar”, localizado no então denominado “Trapiche Miramar”, para a instalação do Restaurante Universitário, e doou um terreno com a finalidade de se construir a Casa do Estudante. Após uma campanha, os estudantes conseguiram inaugurar a Casa Provisória do Estudante Catarinense em 1956, contando com 15 vagas e administrada pelos próprios estudantes.<sup>51</sup>

Em 1960, a gestão da UCE foi liderada por Domingos Augusto Gaió. Nesse período, iniciou-se a construção do Restaurante Universitário, concluído em 1961, e também administrado pelos estudantes. Vemos em deliberações do Conselho Universitário do ano de 1963, por exemplo, questões acerca de adiantamentos provenientes do fundo patrimonial para a obtenção de alimentos para o restaurante, solicitados pela UCE. Não obstante, a UCE trabalhou atrelada com demandas populares, entre elas a instalação de um curso noturno de alfabetização e a campanha contra o aumento de 30% das tarifas dos transportes coletivos urbanos.<sup>52</sup> Neste ponto, fica claro que a luta dos estudantes em questões sociais se mostra muito mais antiga do que as lutas que presenciamos em nosso cotidiano, muitas vezes pelos mesmos motivos de outrora.

Outra questão estudantil que desde o início foi intensamente debatida foi a da “Casa do Estudante”. Em 1964, pelo insistente apelo dos estudantes, a Reitoria firmou um contrato provisório com Mario Hotel, firmando ali a Casa do Estudante Universitário, que contava inicialmente com alojamento para quarenta estudantes. Lá seriam servidos cafés da manhã, conforme contrato firmado entre a Reitoria e a firma A. Rosa & Cia. Ltda, proprietária do estabelecimento em questão.<sup>53</sup>

Futuramente estas questões implicariam protestos e intensas discussões. Na Ata da 106ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, em 24 de maio de 1968, Ferreira Lima traçou um histórico sobre a questão da moradia estudantil.<sup>54</sup> Nesse documento, o reitor afirma que posteriormente à locação dos estudantes no Mario Hotel, contratou-se uma residência localizada na Rua Bocaiúva para 24 moças, por elas nomeada “Paraíso”. Mais adiante, sem saber precisar o ano exato – se 1965 ou 1966, o reitor afirmou que foi procurado por um grupo de moças que fez o vestibular, mas, por serem de outras localidades do estado, não poderiam ingressar na Universidade se não encontrassem moradia. Ficou acordado, posteriormente, que as moças seriam instaladas em alas construídas nos terrenos adjacentes ao “Paraíso”. O contrato fora firmado, mas era necessário se precaver para uma próxima demanda estudantil por moradias.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> MORETTI, Serenito A. Movimento estudantil em Santa Catarina... op.cit., p.96.

<sup>53</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.3, n.4, 1964, p.31.

<sup>54</sup> Para o trecho da ata na íntegra, cf. SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia De Uma Universidade...* op.cit., p.124-126.



Figura 7. Acadêmicas na manifestação sobre a moradia estudantil. Fonte: Agecom (ca. 1960)

Novas residências foram adquiridas para moças e rapazes (“LUSC”, residência na Rua Alan Kardec, onde estudantes haviam sido alojadas quando o contrato com José Carlos Daux foi assinado, e “Planalto”, localizada na Rua Almirante Lamego, com o mesmo fim), sendo a despesa por estudante de NCr\$ 30,00 mensais. Problemas relativos à falta de vagas motivaram os estudantes a fazer reivindicações ao Conselho Universitário. As duas proposições foram a diminuição da taxa mensal de NCr\$ 30,00 e a rescisão do contrato. Posteriormente, houve a proposta de redução desse valor para NCr\$ 20,00, mas o presidente do DCE não aceitou, tendo sido reivindicado então NCr\$ 10,00. O reitor respondeu afirmando que o valor era baixo demais, e que a questão da rescisão deveria ser debatida no Conselho Universitário, não só pelas implicações jurídicas envolvidas, mas também pelo fato de que, ao pedir uma redução de mensalidade e uma rescisão do contrato, os estudantes caíam em contradição; era necessário que a proposta fosse equacionada e que os 260 alunos hospedados até então não ficassem desabrigados.

As discussões se estenderam. Na 107ª Sessão do Conselho Universitário, a discussão da moradia entrou novamente em pauta.<sup>55</sup> O professor Osvaldo Rodrigues Cabral, que anos antes havia se posicionado contra a compra da casa da família Molenda para ser usada como reitoria, argumentava que, mesmo que a obtenção de imóveis fora da Trindade trouxesse resultados positivos, mantinha-se contra; preferia que os estudantes recebessem bolsas e, com esta ajuda, habitassem aonde quisessem. Já os estudantes Heitor Bittencourt Filho e Célio Hercílio Maços da Silva se posicionaram contrários à compra do “LUSC”, porque o prédio não teria condições para a habitação e, por isso, haveria gastos posteriores. No fim, a resolução nº 031/68 deliberou: a compra dos imóveis “Planalto” e “LUSC”; a rescisão de contrato com José Carlos Daux, referente ao edifício da Rua Bocaiúva; a concessão de bolsas de NCr\$ 60,00 aos alunos que, em virtude da rescisão, tivessem que arcar com o ônus de habitação; e, por fim, que os imóveis adquiridos pela Universidade e ocupados pelos estudantes fossem administrados por eles, por meio de diretoria eleita e sem ônus para a UFSC.<sup>56</sup> Vale lembrar que as discussões a respeito da moradia estudantil permanecem até hoje. Apenas durante a gestão do reitor Antônio Diomário de Queiroz (1992-1996) foi instalado um pequeno prédio para moradia dos estudantes, perto do *campus* universitário.<sup>57</sup>

Outra discussão que ressurgiu diz respeito às taxas cobradas pela UFSC. Durante a confecção deste livro, no ano de 2010, ocorreram diversas amostras de insatisfação por parte dos estudantes, contestando a legitimidade da cobrança de taxas por parte da Reitoria. Vemos, pelos documentos, que no início da Universidade, os estudantes – e até mesmo os professores – já se viam obrigados a arcar com taxas e emolumentos. Abaixo constam os valores retirados do *Boletim Informativo*, do primeiro semestre de 1963:

<sup>55</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia De Uma Universidade...*, op.cit., p.129-131.

<sup>56</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do pessoal*. Florianópolis: v. 2, n. 13, 1968, p.1.

<sup>57</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia De Uma Universidade...*, op.cit., p.132.

1. Inscrição e Exame Vestibular .....	200,00
2. Matrícula em cada ano e cadeira .....	100,00
3. Guia de transferência .....	1.000,00
4. Inscrição em defesa de tese .....	2.000,00
5. Certidão de aprovação em defesa de tese .....	50,00
6. Certidão de frequência .....	20,00
7. Certidão não especificada	
a) verbum ad verbum – rasa .....	1,00
b) em relatório .....	20,00
8. Diploma de conclusão de curso .....	2.000,00
9. Certificado de curso de especialização .....	500,00
10. Diploma de doutor .....	1.000,00
11. Certificado de curso de Aperfeiçoamento .....	50,00
12. Certidão de revalidação de diploma .....	5.000,00
13. Certidão de habilitação profissional estrangeira .....	2.000,00
14. Inscrição em exame para revalidação de diploma .....	500,00
15. Título de docente livre .....	1.500,00
16. Inscrição em concurso de Professor Catedrático .....	2.000,00
17. Idem, Idem, de docente livre .....	1.000,00 <sup>58</sup>

Em entrevista, o funcionário técnico-administrativo Arnaldo Podestá Jr. afirma: “Os alunos fizeram uma proposta para a Reitoria para não pagar nada: ‘Nós não vamos pagar nada’ era o lema.”, fazendo então com que o então reitor Rodolfo Pinto da Luz convocasse o Conselho Universitário.<sup>59</sup> Curiosamente, este mesmo lema foi utilizado pelos estudantes no ano de 2010 em cartazes e alguns outros materiais de divulgação da frente de luta mobilizada pelos estudantes.

Muito mais conturbada, contudo, foi a relação dos estudantes com o Golpe Militar de 1964.

## Golpe ou revolução?

Os motivos dados para a “Revolução” do dia 1º de abril de 1964 (sendo sua data convenientemente alterada para 31 de março pelo fato de o dia 1º de abril ser considerado o dia da mentira) foram repetidos à exaustão pelos meios de comunicação. As manifestações favoráveis ao golpe por parte das autoridades florianopolitanas transparecem no discurso de “defesa da democracia” e luta contra a “infiltração vermelha”, fazendo referência ao comunismo. Havia, na época, a crença de que o golpe seria temporário, que, afastados seus motivos, os políticos civis voltariam ao controle da administração do estado e que os militares tomavam o poder para a manutenção da democracia. As autoridades usaram, na realidade, o discurso democrático para a implantação do regime ditatorial. Houve declarações de apoio ao novo governo militar, sempre chamado de “democrático”, por parte do governador Celso Ramos, do Comando do 5º Distrito Naval, da Cúria Metropolitana, de Ivo Silveira, representando a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e do Partido Democrático Cristão (PDC).<sup>60</sup>

Assim que o golpe foi deflagrado, houve uma declaração por parte dos acadêmicos de Direito no jornal *O Estado*, mostrando descontentamento com o movimento estudantil anterior ao golpe.<sup>61</sup> Na declaração, os estudantes afirmam que, naquele momento, acabava de ser extinta no Brasil “a mola propulsora do comunismo internacional”.<sup>62</sup> Mais do que isso, afirmavam que deviam ter a convicção inabalável do direito e da justiça. Como aponta Elizabeth Farias da Silva em sua tese *Ontologia de uma universidade: A Universidade Federal de Santa Catarina*, “torna-se difícil comentar tal emaranhado de equívocos por parte de estudantes de Direito. No mínimo a constitucionalidade deveria ter sido respeitada”.<sup>63</sup> Na mesma declaração, vemos não só o discurso de cunho político, mas também um discurso religioso que o legitima, e fica claro em diversas documentações a respeito do período. Em um trecho da declaração, há a seguinte passagem: “Os Gregos e os Romanos nos momentos culminantes de sua história, foram povos cultos, mas nem sempre civilizados. Porque só o cristianismo civiliza os povos. E somente à luz de seus princípios, nas tradições de cada povo, se conceitua a verdadeira democracia.”<sup>64</sup>

A nova conjuntura política do Brasil trouxe episódios pouco comentados, salvo vozes isoladas. O novo governo trouxe com ele a instalação de comissões de inquérito, a inserção

<sup>58</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.2, n.2, 1963, p.43. Os valores estão informados em Cruzeiros, moeda vigente entre 1º de Nov. de 1942 a 12 de Fev. de 1967 cf. BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Cédulas e moedas brasileiras*. Brasília: BC/Museu de Valores, s/data. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?CEDMOEBR>> Acesso em: 1º set 2010.

<sup>59</sup> Arnaldo Podestá Jr. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues e Lara Beck*. Florianópolis, 22 de julho de 2010. O entrevistado falava apenas sobre a taxa paga no ato da matrícula, e não especificou a época. Tendo ocorrido em um dos mandatos de Rodolfo Pinto da Luz, o período possível compreende 1984 a 1988 e 1996 a 2004. Fonte: site da UFSC.

<sup>60</sup> Para os trechos das declarações, cf. SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontologia De Uma Universidade...* op.cit., p.99-104.

<sup>61</sup> *O Estado* do dia 10 de abril de 1964, p.8.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontologia De Uma Universidade...* op.cit., p.105.

<sup>64</sup> *O Estado*, op.cit., 08.

de espíões em sala de aula – conhecidos na época como “ratos”, segundo palavras do professor Nazareno José de Campos – e incidentes oriundos da intolerância presente no discurso militar.

Um desses incidentes ocorreu no dia 6 de abril de 1964, no centro de Florianópolis. No local havia uma livraria chamada Anita Garibaldi, que pertencera ao escritor e jornalista Salim Miguel, mas naquele momento estava nas mãos de outro proprietário. Ela fora a primeira de Santa Catarina a vender livros importados, de todas as tendências, entre eles livros marxistas. Na data em questão, poucos dias após o golpe, um grupo invadiu a livraria, levando grande parte de seus exemplares e queimando-os na rua, diante de transeuntes atônitos. Salim Miguel afirmou, em entrevista ao jornal *Diário Catarinense*, em 6 de junho de 2009:

Queimaram um livro sobre o cubismo, achando que se tratava de Cuba. Eu costumo dizer que quem queima livro não deve ter seu nome nem citado. Todos que viveram aquela época sabem quem encabeçou a queima dos livros. Era um chefe e dois subchefes, eu sei o nome dos três, mas me recuso a dizer o nome deles.<sup>65</sup>

João Carlos Mosimann, escritor e pesquisador, escreveu em 2004 um artigo, também para o *Diário Catarinense*, que falava sobre o incidente da queima de livros, no qual afirma de forma contundente:

O fato ocorreu quando transcorria abril de 1964 e não se tratava de militares numa eventual ação tática do próprio golpe militar em andamento, mas um odioso ato liderado por um professor de mente medieval, deformada por uma ideologia de direita, mais odiosa ainda. Investiam de maneira oportunista, aproveitando-se do golpe militar, naquele momento já vitorioso.<sup>66</sup>

Outro problema citado anteriormente era a presença dos ditos “ratos” nas salas de aula. “Rato” era o apelido que se dava para espíões que, infiltrados na Universidade, passavam informações a respeito de atividades subversivas para órgãos de segurança. Esses nomes, segundo o que se acreditava na época, iam para um suposto “Livro Negro”. Em entrevista concedida ao projeto, o professor Nazareno José de Campos afirma que:

Alguns que eram considerados líderes, que seriam na época o próprio diretor do DCE e essa turma, ficavam por lá no Livro Negro. Todos sabiam da existência desse tal livro negro – não sei se foi provado ou não –, que seria um livro onde estariam os nomes de todos que eles consideravam problemáticos, perigosos.<sup>67</sup>

Como problemáticos e perigosos? Por quê? Havia um clima de tensão entre alguns estudantes e professores. Tanto que até mesmo na diretoria do DCE houve um membro que, na realidade, era um “rato” infiltrado. Ainda segundo Nazareno:

Ele estava sempre no movimento, no DCE, mas ninguém nunca desconfiava. Então o Adolfo Dias – já falecido, que na época era o presidente do DCE, um dos que foram presos na Novembrada – durante a Novembrada viu ele num canto apontando para as pessoas e o reconheceu. Aí é que eles perceberam que ele era um grande rato, para estar infiltrado até no DCE.<sup>68</sup>

Ainda no início do governo militar, foram instaladas comissões de inquérito na Universidade. Embora cursos como Sociologia, História e Filosofia fossem os mais visados, a comissão abrangia toda a Instituição. Podemos citar, a exemplo, um inquérito contra um professor voluntário da Faculdade de Odontologia, Osni Lisboa e contra os alunos José Leite Sobrinho e Milton Valentin Goellner. Nele, investigava-se o fato de Osni Lisboa – acusado pelo então diretor da Faculdade de Odontologia, Pedro Mendes de Sousa – ter assinado uma espécie de abaixo-assinado, solicitando a legalização do Partido Comunista do Brasil. Já a acusação contra José Leite Sobrinho seria o fato de este ter feito a assinatura de um jornal chamado *Panfleto*. Por fim, a acusação contra Milton Valentin Goellner era a de ter escrito uma carta ao embaixador de Cuba no Brasil, falando sobre a possibilidade de cursar medicina naquele país. Osni Lisboa, ao tomar conhecimento do processo, afastou-se da Universidade; no entanto, os inquiridos foram considerados inocentes.<sup>69</sup> É importante citar que o relator do inquérito em questão era o futuro reitor da Universidade, Roberto Mündell de Lacerda.

<sup>65</sup> REZENDE, Dorva. Autor premiado: quarto entrevistado da série dos escritores catarinenses, Salim Miguel receberá, em julho, a maior distinção da Academia Brasileira de Letras. *Diário Catarinense*, Florianópolis, n.8.458, 06 de jun. 2009. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a2536154.xml&template=3898.dwt&edition=12470&section=1323>>. Acesso em: 1º set. 2010.

<sup>66</sup> MOSIMANN, João Carlos. Literatura – De fogueiras e livros. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 de mar. 2004. Disponível em: <[http://www.canavieiras.com.br/informativos\\_new/informativo\\_11.htm](http://www.canavieiras.com.br/informativos_new/informativo_11.htm)> . Acesso em: 1º set. 2010.

<sup>67</sup> Nazareno José de Campos. *Entrevista citada*.  
<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Comissão de inquérito nº 10/64*. Florianópolis, 23 de maio de 1964. Arquivo Central UFSC. Caixa 04.

No dia 15 de abril de 1964, o general Humberto Castelo Branco assumiu o cargo de presidente do Brasil. Durante as comemorações da Semana da Pátria, alguns meses depois, o reitor professou um discurso onde brada diversas vezes “A pátria precisa de nós”. Em sua fala, Ferreira Lima incita os ouvintes a “pertinaz defesa do regime democrático livre, contra os extremismos, sejam quais forem”, e continua solicitando aos presentes que mantivessem a ordem, respeitassem a hierarquia e a disciplina e as autoridades constituídas. “Sejamos escravos da lei”, clama o reitor da Universidade.<sup>70</sup>

Alguns dias antes da posse de Castelo Branco, mais precisamente no dia 31 de março de 1964, o Conselho Universitário reuniu-se em sessão extraordinária (39ª Sessão) para discutir os acontecimentos ocorridos em Florianópolis nas noites de 24 e 25 daquele mês, principalmente no que se referia às atividades policiais. O acadêmico Francisco Mastella, presidente da FEUSC, relatou o ocorrido naquelas ocasiões. Segundo ele, os estudantes “se solidarizaram com o povo na luta contra o aumento das passagens de ônibus urbanos que servem às linhas da Capital”. Como o prefeito não quis dialogar com o povo, os manifestantes se dirigiram à sua residência. Já de noite, a polícia reprimiu a manifestação com violência, tendo em vista as atitudes de alguns manifestantes mais exaltados. No dia seguinte, eles fizeram um enterro simbólico do prefeito municipal, sendo novamente atacados pela polícia, que agrediu populares e estudantes, sem distinção.

Em proposta apresentada pelo reitor e aceita por unanimidade, o Conselho Universitário decidiu, segundo a ata da sessão:

1. que seja aplaudido o gesto do Governo do Estado, pela abertura de Inquérito a fim de apurar responsabilidades sobre as lamentáveis ocorrências verificadas nesta Capital, nas noites de 24 e 25 do corrente mês;
2. A par do aplauso, que perante S. Exa. Protesta o Conselho Universitário pelas violências ocorridas após manifestação dos estudantes;
3. Que seja admitido no inquérito, como observador, de representante do Conselho Universitário, a fim de que pudesse ser o Conselho informado sobre o andamento dos trabalhos e apuração dos fatos.<sup>71</sup>

Já segundo a ata da 40ª Sessão do Conselho Universitário, do dia 23 de abril de 1964, no dia seguinte, 1º de abril, quando o golpe fora deflagrado, os estudantes estavam distribuindo, em uma Kombi, folhetos solicitando a presença do povo para uma assembleia na UCE, e acabaram presos. O reitor, após interceder pelos estudantes, conseguiu a libertação de todos.

Na mesma sessão do Conselho Universitário de 23 de abril, o reitor Ferreira Lima pediu a palavra. Segundo ele, havia um órgão na Universidade que estava incompatibilizado com a “situação atual”, a FEUSC. Para evitar que o órgão sofresse “maiores vexames” – em recorrência da prisão do seu presidente, Francisco Mastella –, o reitor afirmou que o Conselho Universitário deveria providenciar a cassação dos mandatos da diretoria. Em seguida, deveria ser nomeado um estudante que, dentro de uma semana, convocasse uma Assembleia Geral dos estudantes para a eleição de uma nova diretoria para a FEUSC, desde que esta estivesse “desvinculada da situação anterior”.<sup>72</sup>

O presidente em exercício da FEUSC, Walmir Antônio da Silva, defendeu o órgão afirmando que este não participara de movimentos subversivos, e que Francisco Mastella, quando atuara em movimentos, agira em seu nome, nunca em nome da FEUSC.

A proposta de cassação de toda a diretoria da FEUSC colocada por Ferreira Lima foi rejeitada pela maioria, ficando acordado que apenas o mandato do presidente seria cassado, enquanto os demais membros da diretoria da FEUSC responderiam a inquérito. A dissolução da FEUSC se tornou inevitável, acompanhada do adjetivo “subversivo”, que começa a se fazer presente nas atas. Mas não seria o único órgão estudantil a perecer.

Ainda em 1964, iniciou-se um projeto que extinguiu a União Nacional dos Estudantes. Em 23 de agosto, é publicada uma nota pela FEUSC ressaltando a necessidade de não se extinguir os órgãos de representação estudantil, assinada pela própria FEUSC, pelos Centros Acadêmicos: VIII de Setembro, da Faculdade de Filosofia; Pío XII, da Faculdade de Serviço Social; José Batista Rosa, da Faculdade de Odontologia; XI de Fevereiro, da Faculdade de Direito; José Boiteux, da Faculdade de Ciências Econômicas; e Henrique Brüggmann, da Faculdade de Farmácia.<sup>73</sup> No entanto, Castelo Branco assinou a Lei nº 4.464, no dia 9 de novembro de 1964, extinguindo o órgão. O Centro Acadêmico XI de Fevereiro,

<sup>70</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.3, n.6, 1964, p.3-4.

<sup>71</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 31 de março 1964*. Livro 2, p.117-118.

<sup>72</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 23 de abril 1964*. Livro 2, p.121.

<sup>73</sup> Para maiores detalhes sobre essa nota cf. SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia De Uma Universidade...* op.cit., p.136-137.

do Direito, publicou então uma nota na Imprensa, dessa vez muito mais contundente, onde afirmava que o governo pretendia “marginalizar o universitário brasileiro”.<sup>74</sup>

Não seria a primeira, nem a última vez que os estudantes se veriam diante de confrontos relativos à incompatibilidade com o regime militar, sob o discurso de “manutenção da democracia.”

Outro ponto interessante é perceber que, gradativamente, a censura começa a se mostrar presente na Universidade. Em ata da 66ª Sessão do Conselho Universitário, em 26 de maio de 1965, é discutido o trote dos calouros. Segundo o reitor João David Ferreira Lima, o trote havia excedido suas funções tradicionais, desrespeitando as “autoridades constituídas”. Com o objetivo de regulamentar esta atividade, o reitor propôs uma resolução cujos itens responsabilizavam os diretórios acadêmicos pelos trotes – pontuando as possíveis punições – e, principalmente, “cartazes, quadros, dísticos, faixas e tudo o que mais contenha”, seriam “submetidos à censura prévia da Direção de cada Unidade”.<sup>75</sup>

Ainda em 1965 ocorre uma discussão no Conselho Universitário sobre a gestão do Restaurante da Universidade, então deficitário. O fato gerou uma manifestação do movimento estudantil, e foi levado à discussão no Conselho Universitário, em sessão extraordinária realizada no dia 15 de setembro de 1965. Naquele momento, o restaurante era administrado pelo Diretório Estadual dos Estudantes de Santa Catarina (DEESC), e os estudantes declararam greve objetivando a resolução do problema, tendo como resposta a ameaça da Reitoria de que a Lei 4.464./64 fosse aplicada. Por fim, o CUn decidiu pela reabertura do Restaurante na Escola Industrial com a participação de funcionários da USC. A medida desagradou aos estudantes, mas estes recuaram mediante o Ofício nº 41/65 do Diretório Central dos Estudantes (73ª e 74ª Sessões, de 17 e 18 de setembro de 1965).<sup>76</sup>



Figura 8. Construção da Reitoria. Fonte: Agecom [196-?]

Assim, no dia 20 de setembro (75ª Sessão do Conselho Universitário), a gestão do Restaurante Universitário deixou, em médio prazo, as mãos do movimento estudantil. O encerramento dessa questão foi aceito por unanimidade pelo Conselho Universitário. O Restaurante Universitário passava para a Escola Industrial de Florianópolis (atualmente, Instituto Federal de Santa Catarina), localizado na Rua Mauro Ramos, sendo administrado pela Universidade, mediante convênio.<sup>77</sup>

## O crescimento durante os “anos de chumbo”

Apesar das previsões negativas de João David Ferreira Lima sobre a criação de uma Universidade na Trindade e das dificuldades relativas às verbas e construções, mediante duro trabalho, o crescimento da Universidade Federal de Santa Catarina não parou. No início de 1966, estavam em construção um pavilhão de Mecânica e um prédio para a administração da Escola de Engenharia Industrial e um novo bloco para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, além de reformas e projetos de construção, entre eles o do futuro Centro de Desportos. Além disso, foi constituído um grupo de

<sup>74</sup> Ibidem, p.137-138.

<sup>75</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 26 de maio 1964*. Livro 2, p.301-302.

<sup>76</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia De Uma Universidade...* op.cit., p.120-121.

<sup>77</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 26 de maio 1964*. Livro 2, p.301-302.

trabalho para cuidar de questões como saneamento e pavimentação do *campus*,<sup>78</sup> e foi apresentado o projeto arquitetônico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina.<sup>79</sup> Já a administração era considerada um modelo para as outras universidades brasileiras. Aluizio Blasi, um dos primeiros funcionários da Universidade, braço direito do primeiro reitor, afirmou em entrevista concedida ao projeto que a UFSC forneceu um curso para as demais universidades do país, dando detalhes sobre sua administração, vista como altamente eficiente.<sup>80</sup> A Instituição encarava, contudo, problemas relativos à contratação de funcionários. Esta sofria “os mais contundentes efeitos das decisões administrativas emanadas de setores dirigentes da União, que se consubstanciaram na proibição, sob qualquer pretexto, da admissão de novos servidores”.<sup>81</sup> Essa estagnação não acompanhava o crescimento do número de alunos. Segundo dados levantados, em 1962, estavam matriculados cerca de setecentos alunos. Em 1963, o número aumentou para 1.017 alunos, sendo que, no ano seguinte, registraram-se 1.491 matrículas nos diferentes cursos universitários. Em 1965, a Universidade matriculava 1.827 estudantes, e esse número aumentou em 1966 para mais de 2.200 alunos.<sup>82</sup>

Naquele ano, os discursos acerca da legitimidade do regime vigente não cessaram. O então diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, professor Raymundo Augusto Moniz de Aragão, em uma aula magna, afirma que as universidades são somente compatíveis nas democracias, pois geram “o direito de pensar, a liberdade de agir”. Afirma ainda que as ditaduras “constituíram-se em experiências amargas para o ensino brasileiro”, estagnando o Ensino Superior.<sup>83</sup>

Em palestra comemorativa ao aniversário da Batalha do Tuiuti, o reitor Ferreira Lima, entre outras coisas, instiga a confiança nos homens das Forças Armadas, que “o povo aceitou para salvá-lo do caos”. Solicita em seu discurso que o povo reconheça “a linha de conduta dos homens de nossas Três Armas”, quando estes impediram a “escravidão política, a nossa subserviência ideológica, o nosso esmagamento econômico”.<sup>84</sup> Tempos depois, o reitor receberia telegrama do presidente Castelo Branco, agradecendo pelas congratulações referentes ao aniversário da Revolução.<sup>85</sup>

Em junho de 1967, o reitor João David Ferreira Lima foi confirmado, por eleição dos demais reitores, como presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Ao assumir o cargo, sua maior preocupação foi, a princípio, a da necessidade da Reforma Universitária, e de uma discussão mais apurada das políticas de acesso ao Ensino Superior. Até o momento, cada uma das faculdades possuía seu próprio vestibular. A proposta da Reforma visava a um vestibular unificado. Na UFSC, um grande plano de reestruturação foi elaborado em 1967, com a criação de departamentos e mudanças nas estruturas dos centros. Nesse plano, consta a criação do Centro de Estudos Básicos (CEB), que contaria com 15 departamentos: Biologia, Matemática, Física, Química, Geografia, Psicologia, Sociologia, História, Filosofia, Teologia, Língua e Literatura Estrangeiras, Língua e Literatura Vernáculas, Biblioteconomia e Documentação, Artes e Audiovisuais. Já os centros, além do CEB, estariam dispostos da seguinte maneira: Biomédico, Tecnológico, Sócio-Econômico, de Educação, de Desportos e Agropecuário.<sup>86</sup> Sobre a Reforma, o jornal *O Estado*, de 23 de agosto de 1967, publicou que a Universidade Federal de Santa Catarina já possuía seu projeto de Reforma Universitária, criado por uma comissão designada para tal fim.<sup>87</sup> Ao fim da década, a Reitoria seria transferida para o prédio onde se localiza atualmente, projetado para fazer parte das Engenharias.

O ano de 1968 mostrou-se atribulado, mas não deixou de ter grande importância. De início, houve problemas com déficit no Restaurante Universitário, que obrigaram a Reitoria a designar uma comissão para estudar uma racionalização dos serviços administrativos do RU.<sup>88</sup> Entre contratações de professores e funcionários administrativos, é aplicado nesse ano o regime de dedicação exclusiva.<sup>89</sup> Alguns cursos foram criados também nesse ano, como o de Administração e o de Antropologia, além da criação da Faculdade de Enfermagem, solicitada há muito tempo.

Contudo, com o assassinato do estudante Edson Luiz Souto, em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, os estudantes florianopolitanos se mobilizaram. Não apenas houve greve geral na UFSC, como no dia 2 de abril, eles fizeram passeata lamentando a morte do estudante, protestando contra a violência da Polícia. Por fim, queimaram a bandeira dos Estados Unidos publicamente.<sup>90</sup>

<sup>78</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.5, n.9, 1966, p.7-9.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p.7.

<sup>80</sup> Aluizio Blasi. *Entrevista concedida a Glauco Baches e Icles Rodrigues*. Florianópolis, 27 jul. 2010.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p.9.

<sup>82</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.5, n.9, 1966, p.22.

<sup>83</sup> Para a íntegra da aula, cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.5, n.9, 1966, p.31-32.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p.39.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p.57.

<sup>86</sup> Para detalhes sobre todo o plano de reestruturação, cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.6, n.12, 1967, p.65-77.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p.144-145.

<sup>88</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do pessoal*. Florianópolis, v.2, n.13, 1968, p.1.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p.3-5.

<sup>90</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia De Uma Universidade... op.cit.*, p.140.

A repressão por parte do regime militar aumentou consideravelmente a partir do ano de 1968. A entrada de alunos espiões se intensificou, segundo relato. Nas palavras de Zuleika Lenzi,

Nós vamos sentir muito mais a pressão do regime militar a partir de 68. Você sente a pressão em vários sentidos; não se tem conhecimento, mas você sabe que estão sendo matriculadas pessoas que não prestaram vestibular. [...] você não sabe quem são essas pessoas, mas você sabe que [...] existem matrículas não colocadas nas fichas, mas que foram feitas fora do conhecimento dos professores.<sup>91</sup>

O fim da década de 1960 foi marcado pelo crescimento da Universidade; contudo, também foi marcado pela repressão aos estudantes e diversos momentos de tensão. As eleições para o conselho executivo do DCE em 1969, por exemplo, tiveram interferência direta de Órgãos de Informação e Segurança do governo, que encaminharam documentos tornando inelegíveis determinados acadêmicos para quaisquer órgãos de representação estudantil.<sup>92</sup> No entanto, não houve mobilizações ou manifestações na Imprensa, o que demonstra a efetividade do AI-5, deflagrado um ano antes em todo seu discurso “antissubversivo”.<sup>93</sup>

Ao fim da década, aplicavam-se as mudanças relativas à Reforma Universitária. Entre elas, a separação das turmas devido à possibilidade de uma matrícula mais personalizada, tornando possível ao aluno a matrícula em disciplinas separadas, que não necessariamente fossem aquelas do ano que estivessem cursando – também pela mudança de ciclos anuais para semestrais. A leitura que se fazia da época, segundo diversos depoimentos, é a de que isso se fez para que fossem dificultadas articulações entre os estudantes que pudessem resultar em atividades subversivas. Em um desses depoimentos, o de Zuleika Lenzi, fica evidente que a impressão que se tinha na época era de que o fim dos cursos seriados e a implantação do sistema de créditos e cursos básicos – a UFSC foi a primeira universidade do Brasil a adotar o sistema – era um meio de dispersão, que revoltou alunos e até mesmo alguns professores. Conforme Zuleika Lenzi: “Tirou todo aquele pertencimento, aquela sensação de turma”.<sup>94</sup>

Zuleika Lenzi afirma que o primeiro reitor, João David Ferreira Lima, era um reitor mais propenso ao diálogo; costumava ser uma espécie de conciliador, independente de determinadas ações que porventura não corroborassem com essa imagem. Um homem habilidoso com a política e a diplomacia, soube contornar certas intempéries. Já Roberto Mündell de Lacerda não agia da mesma maneira. A situação se tornou mais complicada com a posse do cargo de reitor por parte de Lacerda, já na década de 1970. Nesse período, lembra Zuleika Lenzi, intensificaram-se tanto a pressão do regime militar quanto os embates entre a Maçonaria e a Igreja Católica.

Quando entra o Lacerda é que tudo se torna mais difícil e porque também entra um embate muito grande [...] que é a Maçonaria contra a Igreja Católica. [...] A Maçonaria é que passa a fazer os futuros reitores. [...] [Ferreira Lima] tinha uma ligação maior com o PSD. A Maçonaria pode ter pesado ali [em sua eleição para Reitor], mas não era um grande peso.<sup>95</sup>

<sup>91</sup> Zuleika Lenzi. *Entrevista concedida a Roselane Nechel, Lara Beck e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 29 jul. 2010.

<sup>92</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia De Uma Universidade...* op.cit., p.133-134.

<sup>93</sup> Sobre as providências a serem tomadas mediante infrações disciplinares praticadas por alunos, professores, funcionários e empregados de estabelecimentos de ensino, cf.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do pessoal*. Florianópolis, v.3, n.27, 1969, p.24-26.

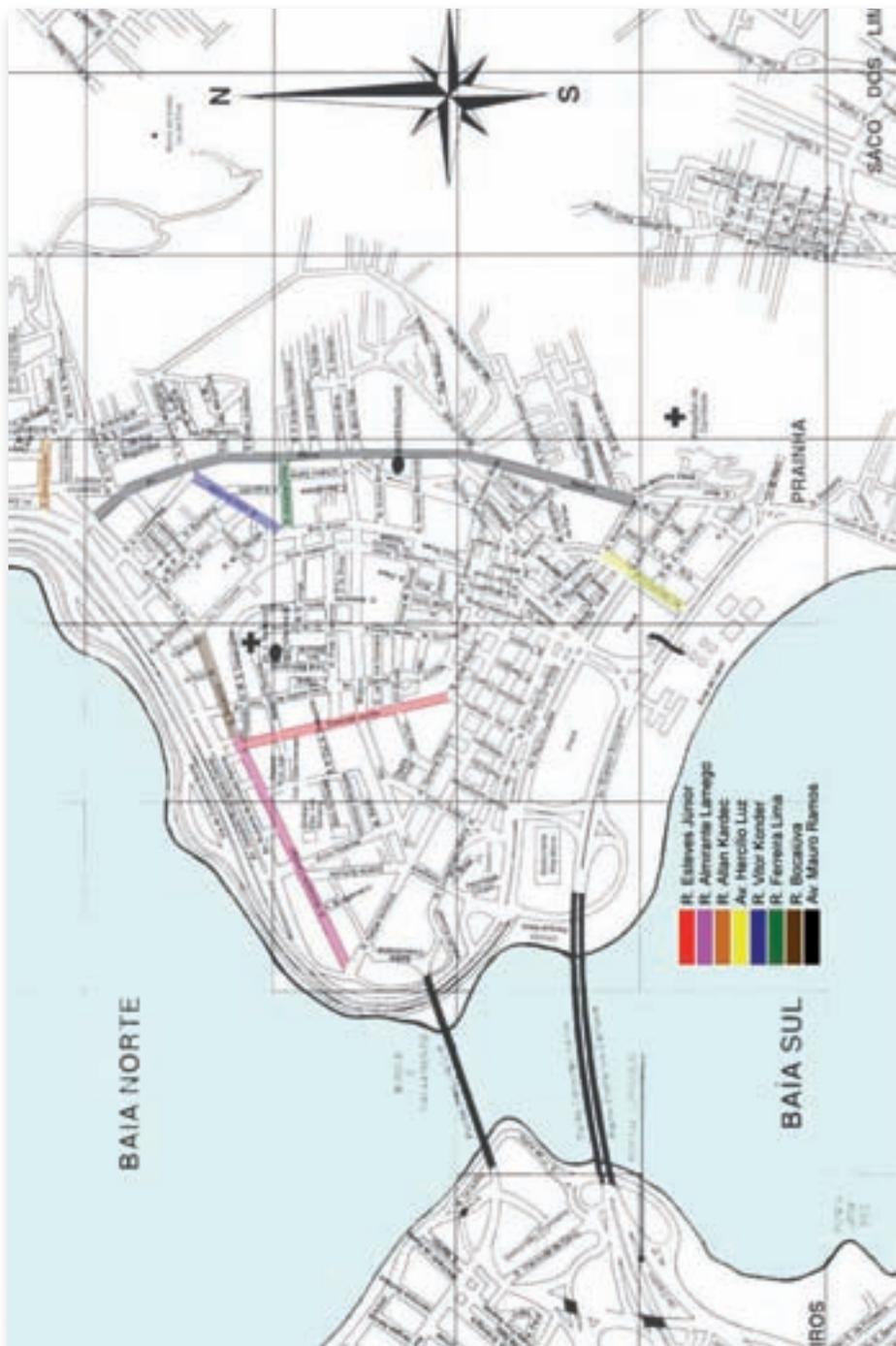
<sup>94</sup> Zuleika Lenzi. *Entrevista citada*.

<sup>95</sup> Idem.



Figura 9. Mudança da Reitoria, da rua bocaívia, centro, para o campus da trindade. Fonte: Agecom (1972)

No entanto, muitos professores, funcionários e outros personagens presentes na história da Universidade, no que compreende o período do governo militar, quando questionados sobre as questões mais delicadas, como algumas aqui citadas, tratam os acontecimentos como casos irrelevantes, inexpressivos. Percebe-se que há uma grande discrepância entre os discursos por parte daqueles que viveram o período que este texto compreende. Atribuir essas discrepâncias ao uso de um discurso conveniente ou percepções diferenciadas, no entanto, é um julgamento que nos abtemos de fazer, pois não é nossa função.



Mapa 1. Mapa do centro de Florianópolis. Fonte: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte de Florianópolis [s/ data]

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 2, n. 2, 1963.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 3, n. 4, 1964.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 3, n. 6, 1964.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 5, n. 9, 1966.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 6, n. 12, 1967.

\_\_\_\_\_. *Boletim do pessoal*. Florianópolis, v. 2, n.13, 1968.

\_\_\_\_\_. *Boletim do pessoal*. Florianópolis, v. 3, n. 27, 1969.

\_\_\_\_\_. *Comissão de inquérito nº 10/64*. Florianópolis, 23 de maio de 1964.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 31 de mar. 1964*. Livro 2.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 23 de abr. 1964*. Livro 2.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 26 de maio 1964*. Livro 2.

### Entrevistas

Aluizio Blasi. *Entrevista concedida a Glauco Backes e Icles Rodrigues*. Florianópolis, 27 jul. 2010.

Arnaldo Podestá Jr. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues e Lara Beck*. Florianópolis, 22 jul. de 2010.

Luiz Fernando Scheibe. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

Nazareno José de Campos. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

Nereu do Vale Pereira. *Entrevista concedida a Roselane Neckel, Icles Rodrigues e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 05 ago. 2010.

Zuleika Lenzi. *Entrevista concedida a Roselane Neckel, Lara Beck e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 29 jul. 2010.

### Figuras

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGEKOM. *Acadêmicas na manifestação sobre a moradia estudantil*. 1966. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Construção da Reitoria*. [196-?]. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Fazenda Assis Brasil*. [195-?]. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Foto dos primeiros trabalhadores da UFSC*. [1962]. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Manifestação dos estudantes sobre a moradia estudantil*. 1966. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Solenidade de Criação da UFSC*. 1960. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Mudança da reitoria, da Rua Bocaiúva, Centro, para o Campus da Trindade*. 1972. 1 fotografia p&b, sem autoria.

BRASIL, José Vitor; CAVALHEIRO, Raphaela Reis. *Bustos de João David Ferreira Lima (esq.) e Henrique da Silva Fontes (dir.)*. 2010. 2 fotografias color.

CAVALHEIRO, Raphaela Reis. *Placa fixada no busto de Henrique Fontes*. 2010. 1 fotografia color.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES DE FLORIANÓPOLIS.

*Mapa do centro de Florianópolis*. Florianópolis: A Secretaria: Guia Geográfico, s/data, s/escala. Com adaptações do autor. Disponível em: <<http://www.mapas-sc.com/florianopolis-centro.htm>>. Acesso em: 19 set. 2010.

### Referências bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Cédulas e moedas brasileiras*. Brasília: BC/Museu de Valores, s/ data. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?CEDMOEBR>. Acesso em: 1º set. 2010.

BRASIL. Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 21 Dez. 1960, p. 16.173. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=86921>>. Acesso em: 23 ago. 2010. Essa lei também pode ser encontrada nos Boletins de 1962 e 1976, neste último como anexo.

BRASIL. Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931: Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 11 abr. de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 29 ago. 2010

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FONTES, Henrique da Silva. *Pensamentos Palavras e Obras*: Segundo Caderno – Da Cidade Universitária. Florianópolis: [Edição do Autor], 1960.

LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2. ed. Florianópolis, UFSC, 2000.

MOSIMANN, João Carlos. Literatura – De fogueiras e livros. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 27 de mar. 2004. Disponível em: <[http://www.canasvieiras.com.br/informativos\\_new/informativo\\_11.htm](http://www.canasvieiras.com.br/informativos_new/informativo_11.htm)> Acesso em: 1º set. 2010.

MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis: [s.e.], 1984.

REZENDE, Dorva. Autor premiado: quarto entrevistado da série dos escritores catarinenses, Salim Miguel receberá, em julho, a maior distinção da Academia Brasileira de Letras. *Diário Catarinense*. Florianópolis, n.8.458, 06 de Jun. 2009. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a2536154.xml&template=3898.dwt&edition=12470&section=1323>>. Acesso em: 1º set. 2010.

SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962 – 1980)*. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-ilha*. 232 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

## A UFSC sob o regime militar: do Centro de Estudos Básicos aos Movimentos Estudantis

Kennya Souza Santos<sup>1</sup>

Como consideração inicial, este trabalho tem como objetivo relatar os caminhos e trajetórias da Universidade Federal de Santa Catarina nos anos de 1970. Composto assim, a maneira com a qual foi conduzida a Reforma Universitária nesse período e os movimentos estudantis articulados em meio ao regime militar ditatorial na Universidade. Todavia, não tendo por sua vez a história uma única versão, um fim determinado sobre os fatos, uma história verdadeira, as fontes por nós levantadas e algumas descobertas têm como objetivo proporcionar e despertar o interesse a novas pesquisas e projetos. Como recurso, neste trabalho utilizei de fontes diversas, como o *Boletim de Pessoal* da Universidade, Atas do Conselho Universitário, Relatórios da Universidade, entrevistas com ex-alunos e professores, entre outras. Contudo, e apesar do curto prazo concedido à pesquisa, obtivemos ótimos e inovadores resultados com relação à história da Universidade Federal de Santa Catarina.

Os anos 1970 caracterizam o auge ditatorial imposto pelo regime militar ao país. Censura, prisões, assassinatos, corrupção e medo marcaram o Brasil nesse período, afetando diretamente as universidades brasileiras, estas vivendo sobre profunda vigilância. Na Universidade Federal de Santa Catarina o início dos anos 70 assinala o fim do mandato do então Reitor da Universidade, João David Ferreira Lima, encerrado no dia 24 de outubro de 1971, após dez anos sob o comando da Instituição.

Iniciou-se dessa forma o processo de seleção para o cargo de reitor, dentro de um regime de leis ditatoriais, que consentia na elaboração de uma lista sêxtupla para a escolha do representante para o cargo, pelo então presidente da República, na época, general Emílio Garrastazu Médici. O Conselho Universitário (CUN), órgão de representação máxima da Universidade, reuniu-se em sessão especial no dia 23 de agosto de 1971 para a elaboração da lista. Entretanto, o diretor do Centro Sócio-Econômico, Paulo Henrique Blasi, atentou para a ilegalidade da formação do Conselho. Segundo Blasi, a constituição dos conselhos departamentais não haviam sido até então definidas de forma fixa e, por esse motivo, o CUN possuía ainda suas respectivas representações. Além disso, todos os diretores dos centros foram nomeados *pro tempore*. Em sua explanação, Paulo Blasi afirma:

[...] Senhores Membros do Egrégio Conselho Universitário: é com a mesma sinceridade, franqueza e lealdade, com que sempre servi à Universidade Federal de Santa Catarina, que ousa neste instante solicitar a atenção de meus eminentes colegas para algumas considerações que julgo fundamentais. [...] Primeiramente, Egrégio Conselho, tenho dúvidas sobre a legitimidade do pronunciamento deste órgão, desde a sua composição atual não reflete a determinação estatutária. Sendo a nomeação para os altos cargos de Reitor e Vice-Reitor atos administrativos complexos, que só se tornam perfeitos e acabados pela integração de todos os elementos que o compõem, é natural que a fase em que eles se desdobram venha condicionar-se à legitimidade. Parece-me, à semelhança do que acontece com as atuais Unidades Universitárias, que o Conselho Universitário, tal como os Conselhos Departamentais, somente terão condições plenas de elaborar as listas sêxtuplas para serem encaminhadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República após se comporem nos termos do estatuto da Universidade. A relevância do assunto, parece, está a exigir uma manifestação preliminar e soberana do Egrégio Conselho Universitário, aqui integrada, ora, com elementos ilustres da Egrégia Comissão de Ensino e Pesquisa, para que não restem quaisquer dúvidas sobre a legitimidade ou não das listas a serem apresentadas.<sup>2</sup>

Na continuação, o Reitor João David Ferreira Lima afirma a legalidade do Conselho, que por ele havia sido nomeado, mas que, no entanto, não era de sua denominação, embora o tivesse feito baseado no artigo 134 do Estatuto, que dava plenos poderes ao Reitor na constituição da reforma.

<sup>1</sup> Estagiária do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmica do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação Pro<sup>fa</sup> Roselene Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis. *Ata da sessão realizada em 23 de ago. 1971*. Livro 3, p.219.



Figura 1. Vista aérea da UFSC na década de 1970. Fonte: Agecom [1972]

Então, isto eu devo submeter ao Conselho, para que o Conselho decida livremente, soberanamente. Certo de que eu, que organizei o Conselho, terei que dizer que acho o Conselho organizado legalmente, porque ele está organizado assim, porque nós estamos num período extraordinário e no Estatuto foi colocado um dispositivo contra o qual eu me manifestei porque achei que não era muito democrático; um dispositivo que deu poderes ao Reitor para praticar todos os atos necessários para a implantação da reforma. Ora, se deu esses poderes, sem limitação, e se a Universidade para entrar na nova estrutura e na reforma precisava de ter órgãos, em virtude disso eu constitui o Conselho Universitário e o Conselho de Curadores, nomeei os Sub-Reitores, os Diretores de Centro, que não são de nomeação do Reitor, e constituí todo esse organismo que está funcionando, parece-me que há dois anos, sem nunca ninguém ter levantado nada contra ele.<sup>3</sup>(grifos no original).

O Conselho Universitário era então formado por membros de confiança de João David Ferreira Lima, sendo a lista sêxtupla elaborada em um grupo de amigos. Em suma, em sessão especial do CUN de 23 de agosto de 1971, com os votos contrários de Paulo Blasi e Eric Caspar Stemmer, foi formada a lista com os seis nomes para reitor, assim composta:

1º. Roberto Mündell de Lacerda (Vice-Reitor), 2º. Samuel Fonseca (Sub-Reitor de Ensino e Pesquisa), 3º. João Makowiecky (Sub-Reitor de Planejamento), 4º. Ernani Bayer (Sub-Reitor de Assistência e Orientação ao Estudante), 5º. José Edu Rosa (Diretor do Centro de Estudos Básicos), 6º. Édio Chagas (Diretor do Centro de Educação).<sup>4</sup>

Devido à ilegalidade da formação do Conselho, as listas sêxtuplas foram devolvidas por parte do presidente da República. Assim o Conselho Universitário novamente reúne-se em sessão especial no dia 9 de janeiro de 1972, com a presença do ex-reitor, João David Ferreira Lima. Na sessão, o ex-reitor deu andamento à ordem do dia, que era a remessa dos pareceres sobre as listas sêxtuplas do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, sendo o documento assinado por Newton Sucupira, o então diretor do referido departamento. Nesses pareceres Newton afirma a irregularidade da constituição do Conselho universitário, devido à falta dos representantes dos Conselhos Departamentais. Em relato, o ex-reitor ainda justifica suas atitudes ao Conselho:

Em seguida, em ampla exposição, explicou o momento especial que a Universidade está atravessando, a partir da Reforma Universitária e, com detalhes, justificou sua situação, explicando que agiu de acordo com o que estabelece o artigo 134 do Estatuto, já aprovado pelo Conselho Federal de Educação, embora, inicialmente, fosse contrário ao citado artigo, por achá-lo pouco arbitrário, mas que hoje, tem certeza de que ele foi altamente sábio porque, sem ele, não haveria

<sup>3</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 291 f. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2000, p.189.

<sup>4</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade...* op.cit., p.192-193.

condições para instalar uma estrutura completamente nova e revolucionária. [...] Falou também, que assim como designou os diretores e Sub-Reitores, poderia, sem dúvida, designar o representante do Conselho Departamental mas, assim não agiu porque, na época em que foi assinada a Portaria, não existiam, ainda, os Conselhos Departamentais, com exceção do Centro de estudos Básicos, que estava com os departamentos organizados. [...] Dessa forma, após todas essas informações, ficou profundamente chocado com os pareceres do Professor Newton Sucupira, seu particular amigo e com todas as decorrências que ele acarreta, pois ele se considerava responsável por essa falha, no final de trinta anos de magistério de dez de Reitoria, apesar de que o Conselho Universitário aprovou estas decisões. [...] continuou dizendo que estas eram as explicações que gostaria de dar.<sup>5</sup> (grifos no original)

Na fala do ex-Reitor fica claro sua consciência de que a mudança na composição do Conselho, tornando-o de acordo com a lei federal, alteraria a decisão final da lista. Sendo assim, no dia 10 de março de 1972, o Conselho Universitário reuniu-se com os sete conselheiros que faltavam, conforme a exigência de Newton Sucupira em seu parecer, e elaborou as novas listas sêxtuplas, sendo que aquela com os seis nomes para o cargo de vice-reitor havia sido modificada.

A lista fora enviada, sendo indicados para o seguinte mandato, de 1972 a 1976, como reitor o professor Roberto Mündell de Lacerda e como vice o professor Hamilton Schaefer. Nessa administração implementou e consolidou-se a Reforma Universitária, iniciada na gestão de João David Ferreira Lima. Cabe lembrar que o Reitor Mündell de Lacerda, além de vice-reitor durante o mandato de Ferreira Lima, foi presidente do Grupo de Trabalho para elaboração e implantação da Reforma Universitária.

No entanto, em sua gestão Lacerda vai se deparar com os problemas advindos da Reforma. O fracasso do novo sistema não foi admitido nos primeiros anos. Foram tomadas várias medidas para tentar diminuir seus efeitos desastrosos no que dizia respeito aos termos didático-pedagógicos. Nesse mesmo período, por consequência desses tais problemas e em necessidade de dar atenção a assuntos estudantis, foi criada a Pró-Reitoria de Assistência ao Estudante, atual Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), sob o comando do primeiro pró-reitor na área, o professor Aníbal Nunes Pires.<sup>6</sup>

Em 1976 o professor Roberto Mündell de Lacerda encerra sua gestão como reitor e em seu lugar ingressa no cargo o ex-diretor do Centro Tecnológico, Caspar Erich Stemmer. Nesse momento houve manifestações por parte dos estudantes na hora da elaboração das listas sêxtuplas, estes exigiam maior participação do corpo discente do Conselho Universitário, assim conseguindo uma representação de dois para seis estudantes.<sup>7</sup>

A administração de Caspar Eric Stemmer foi fortemente marcada pelo grande número de obras realizadas na Universidade, pois muitos recursos foram adquiridos durante sua gestão, por meio dos contatos obtidos. Em um conjunto de entrevistas concedidas, na percepção de alguns ex-professores e ex-funcionários, Stemmer é apresentado como um homem de ação, trabalhador, dinâmico, de inovações, com iniciativa e concretizações.<sup>8</sup> Entretanto, em afirmações de ex-alunos, ele aparece como uma personalidade autoritária, reacionário, inteiramente vinculado ao regime ditatorial e avesso a reivindicações políticas.<sup>9</sup>

A gestão de Stemmer também é apontada pela consolidação do *Campus* da cidade universitária na Trindade, pela venda da antiga Reitoria e pela alienação dos imóveis das antigas faculdades, ambos localizados no centro da cidade. A resolução referente à alienação desses imóveis é a de nº 21/78, e se apresenta da seguinte maneira:

Art. 1º – ALIENAR os seguintes imóveis da Universidade Federal de Santa Catarina, situados no centro da cidade:

- a) Prédio da ex-FACULDADE DE DIREITO, localizado à rua Esteves Júnior, nº 11, com terreno de 3.961,97 m<sup>2</sup> [...];
- b) Prédio da ex-FACULDADE DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA, localizado à rua Esteves Júnior, nº 93, com terreno de 2.664,00 m<sup>2</sup> [...];
- c) Prédio da ex-FACULDADE DE MEDICINA, localizado à rua Ferreira Lima, nº 26, com terreno de 1.350,00 m<sup>2</sup> [...];
- d) Prédio da ex-FACULDADE DE ODONTOLOGIA, localizado à rua São Francisco nº 09, com terreno de 1.802,60 m<sup>2</sup>[...].

Art. 2º – Os recursos provenientes da alienação, de que trata o artigo anterior, serão aplicados na complementação das obras do Campus. Florianópolis, 24 de abril de 1978.<sup>10</sup>

<sup>5</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 09 de jan. 1972*. Livro 3, p.230.

<sup>6</sup> Aníbal Nunes Pires foi professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas da UFSC.

<sup>7</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 09 de jan. 1972*. Livro 3, p.249-250.

<sup>8</sup> Arno Blass. *Entrevista concedida a Marcos Dal Castagne*. Florianópolis, 22 jul. 2010; Teodoro Rogério Vahl. *Entrevista concedida a Ieles Rodrigues, Juan Filipe Garces, Rodrigo Prates de Andrade e Roselane Neckel*. Florianópolis, 02 ago. 2010; Amantino Francisco Monteiro. *Entrevista concedida a Ieles Rodrigues e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 23 jul. 2010.

<sup>9</sup> Nildo Ouriques. *Entrevista concedida a Rodrigo Prates de Andrade, Juan Filipe Garces, Kenya Souza Santos*. Florianópolis, 27 jul. 2010; Lécio Rosa Andrade. *Entrevista concedida a Roselane Neckel, Kenya Souza Santos*. Florianópolis, 28 jul. 2010.

<sup>10</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.1, n.4, abr. 1967, p.3-4.



Figura 2. Venda da antiga Reitoria (1977). Fonte: Agecom (1977)

Os anos seguintes na Universidade Federal de Santa Catarina foram fortemente influenciados pela década de 1970. O episódio que marcou a Instituição em questão por longos anos foi, sem dúvida nenhuma, a Reforma Universitária, consequência do governo ditatorial, que também alterou o cenário da UFSC.

## Reforma Universitária na UFSC

O regime ditatorial instaurado no Brasil, no ano de 1964, promoveu significativas mudanças no país, assim como também na Educação brasileira, que sofreu, como diversos outros setores, com o forte autoritarismo do governo. Reformas foram realizadas em todos os níveis de ensino, sem participação nenhuma de alunos, professores ou da sociedade, fato que poderia vir também a explicar os, posteriores, negativos resultados didático-pedagógicos da Reforma. Mudanças como estas foram precedidas pelos acordos MEC-Usaid, entre o Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional), onde o Brasil receberia apoio técnico e financeiro para a implementação das reformas no país. Essas mudanças visavam atrelar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico dependente de interesse norte-americano, onde para tal são geradas modificações na Lei de Diretrizes e Bases (LDB).<sup>11</sup>

Os Decretos-leis nº 53/66<sup>12</sup> e nº 252/67 já estabeleciam modificações e reformas nas universidades brasileiras. Mas foi com a Lei nº 5.540/68<sup>13</sup> que a Reforma Universitária foi implementada no país de forma completa e concreta. É de suma importância salientar que essas mudanças foram baseadas em um estudo sobre as universidades brasileiras, realizado pelo teórico norte-americano Rudolph Atcon, que, como veremos adiante, visitou essas instituições, inclusive a Universidade Federal de Santa Catarina, e elaborou um relatório que, posteriormente, foi utilizado como base para a implantação da política educacional superior em questão.<sup>14</sup>

Entre as principais inovações da Reforma está a criação do ciclo básico e consequentemente do Centro de Estudos Básicos (CEB). Na UFSC o CEB foi fundado em 1969, adjacente à implementação do plano da Reforma. Com o novo sistema, as universidades deixariam de ser compostas por faculdades e seriam agora formadas por centros, onde o Centro de Estudos Básicos seria o de primeiro ingresso e estaria composto por áreas de conhecimento, que, após sua conclusão, o acadêmico iniciaria o profissionalizante. O aluno não ingressava mais na universidade por escolha de um curso, e sim por áreas de conhecimento. Por exemplo, se o graduando quisesse estudar medicina, deveria escolher a área de Ciências Biológicas.

<sup>11</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil: (1930/1973)*. 34.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p.193-233.

<sup>12</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 21 Nov. 1966, p.13.416. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=91485>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

<sup>13</sup> Idem. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 29 nov. 1968, p.10.369. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75564>>. Acesso em: 24 ago 2010.

<sup>14</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2000, p.130-131.



Figura 3. Centro de Estudos Básicos – década de 1970. Fonte: Agecom [197?]

Diante disso, ocorreram mudanças também no ingresso do aluno à Universidade. O vestibular passou a ser Único e Unificado, “*único* – um só concurso para todos os candidatos – e *unificado* – um só curso vestibular para todos os cursos da Universidade”.<sup>15</sup> Como visto anteriormente, com a nova estrutura da Reforma, o aluno não se inscrevia mais por curso e sim por área de interesse. O exame tinha resultado classificatório e possuía caráter eliminatório, com isso o governo acabaria com o problema de alunos excedentes,<sup>16</sup> pois só passaria no concurso o número de alunos correspondentes ao número de vagas oferecidas pela Universidade.

Com a instituição do ciclo básico, o candidato à Universidade não se matricula diretamente numa escola ou curso, mas será encaminhado a uma das grandes divisões de conhecimento. Isto implica que o vestibular seja único ou por grupos e de qualquer modo centralizado em sua execução como prevê a Lei [...].<sup>17</sup>

A Universidade Federal de Santa Catarina foi a primeira do país a praticar esse novo exame, realizado em janeiro de 1970. A prova continha 11 matérias, reduzidas futuramente a nove. O vestibular era feito em quatro etapas contendo as seguintes disciplinas: a primeira etapa era Biologia e Química; a segunda Física, Matemática e Desenho; a terceira Geografia, História, Organização Social e Política; e por fim a quarta etapa, constituída de Português, Inglês e Francês.<sup>18</sup>

Outras importantes mudanças foram definidas com a Reforma, como o estabelecimento do semestre como unidade de estudo para cada disciplina, o regime de matrícula por disciplina, sendo estas codificadas e determinando pré-requisitos e, ainda, o sistema de crédito, fixando o número de horas e trabalhos.<sup>19</sup>

Com o novo sistema de ensino ocorreram alterações também nos setores administrativos das universidades, onde este passou a ser mais burocrático, centralizado e menos autônomo. Todas as decisões e as direções dos centros e departamentos, principalmente e mais diretamente as do Centro Básico, passam a ser de responsabilidade e designação da Administração Central, que possuía o poder para toda e qualquer decisão. Decisões essas que partiam do Conselho Universitário e do Conselho de Curadores, sem esquecer, é claro, da figura do reitor, cujos membros anteriormente citados necessitavam de aprovação do presidente da República para assumir seus cargos.

<sup>15</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade...* op.cit., p.203.

<sup>16</sup> Alunos aprovados no vestibular, mas para os quais não havia vagas.

<sup>17</sup> CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *O ciclo básico (1. ciclo geral de estudos)*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1969, p.17.

<sup>18</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade...* op.cit., p.15.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p.16.



Figura 4. Reitoria em 1971. Fonte: Agecom (1971)

Com relação à Administração Central da UFSC, esta sempre estabeleceu intensas relações com o Ministério da Educação e Cultura, desde sua criação em 1960. Cabe mencionar, inclusive, que no final dessa década, a Universidade recebeu a “visita” de Rudolph Atcon, teórico norte-americano especializado em assuntos universitários. Atcon foi contratado pelo Ministério da Educação e Cultura para vistoriar todas as universidades brasileiras, apontando o que deveria ser corrigido e modificado nelas, com o intuito principal de aderir aos modelos norte-americanos de universidade. No final de sua expedição, Atcon publicou um trabalho nomeado *Rumo à reformulação estrutural da Universidade brasileira*, onde cita a Universidade Federal de Santa Catarina e sua Reitoria.<sup>20</sup>

Tudo isso, em si, não representaria mais do que o quadro de uma pequena e nova Universidade tradicional em desenvolvimento. O que a transforma em um local promissor é, por um lado, a orientação que lhe proporciona o Reitor e os seus colaboradores, e, por outro, a grande novidade que ali encontrei no que se diz respeito a um sistema administrativo verdadeiramente modelar. Em Florianópolis encontrei a solução administrativa para as universidades brasileiras.<sup>21</sup>

Rudolph Atcon ainda recomenda:

Agora, no referente a uma recomendação de qual maneira se poderia começar para chegar a soluções específicas, só posso reiterar encarecidamente a alta conveniência de implantar em todas as universidades brasileiras e privadas, como primeiro passo, o sistema administrativo mecanizado da Universidade Federal de Santa Catarina.<sup>22</sup>

O teórico provocou significativas mudanças na Universidade em questão. Segundo Arno Blass,<sup>23</sup> em entrevista concedida,<sup>24</sup> Atcon foi o responsável pela simplicidade dos prédios administrativos da UFSC. Em seus relatórios este afirma claramente que a Universidade em questão possuía bases favoráveis, estruturais e administrativas, para a implementação desse novo regime educacional.

No dia 28 de junho de 1967, a UFSC aprova, por meio do Conselho Universitário, um convênio com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), no intuito de realizar aqui na Universidade um Curso de Aperfeiçoamento do Pessoal Administrativo das Universidades Brasileiras. Na sessão realizada, abordando o referente convênio, a ata do CUN apresenta-se da seguinte forma:

<sup>20</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade...* op.cit., p.131.

<sup>21</sup> ATCON, Rudolph apud LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade...* op.cit., p.131.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p.133.

<sup>23</sup> Engenheiro, matemático e professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>24</sup> Arno Blass. *Entrevista citada*.

Amplamente discutido o assunto pelo Plenário e em seguida em votação aprovou o Egrégio Conselho Universitário por unanimidade o seguinte convênio: **Convênio** – Convênio que entre si fazem a Universidade Federal de Santa Catarina, doravante chamada “Universidade” representada, neste ato, por seu Reitor, Professor João David Ferreira Lima, ad referendum do Conselho Universitário, e o Conselho de reitores das Universidades Brasileiras, doravante chamado “Conselho”, representado pelo Reitor Pe. Laércio Dias de Moura S.J., membro do Diretório Executivo, para a organização e execução de um curso de aperfeiçoamento de pessoal administrativo das Universidades Brasileiras, [...] Convênio, que tem por finalidade a organização e execução de um curso de aperfeiçoamento de pessoal administrativo, que visa a melhoria da Administração Central de todas as universidades Brasileiras. [...] O curso terá início ainda este ano e terminará dentro de um período não superior a 18 meses, a contar da assinatura do presente convênio.[...] O “Conselho”, através do presente instrumento, assume a responsabilidade financeira do projeto e sua execução total.<sup>25</sup>

Nesse mesmo ano de 1967, a Universidade Federal de Santa Catarina recebeu do Ministério da Educação e Cultura o valor de Cr\$ 400.000,00 para custear as despesas destinadas ao estabelecimento do Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento em Administração Universitária. Esse curso deveria ser realizado pela UFSC e designado a outras universidades brasileiras. O evento foi reconhecido em todo o Brasil e, após seis meses, foi produzido um livro com os relatórios julgados mais importantes do curso.<sup>26</sup>

Cabe aqui destacar que no ano de 1971, como reflexo de seu alinhamento às políticas do governo em relação à Reforma, a Universidade Federal de Santa Catarina realizou o Seminário Internacional de Administração Universitária, entre os dias 26 de setembro e 2 de outubro.<sup>27</sup> Por meio de um convênio realizado com a Fundação de Universidades Privadas da América Central (FUPAC), a UFSC conseguiu apoio de universidades internacionais para a realização do evento e, com isso, maior prestígio.

Devido a esse Seminário Internacional, a Universidade preocupou-se com a estrutura do *campus* para sediá-lo. Dessa forma, o prédio da Reitoria e o auditório nela existente foram concluídos, além de outros serviços instalados, como os correios e agência bancária. Como consequência do forte envolvimento da Educação brasileira na época com organizações internacionais, algumas delas como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) enviaram representantes ao evento.<sup>28</sup> Acontecimentos como esse curso promovido pela UFSC mostram as relações e ao mesmo tempo o apoio internacional recebido pela Reforma Universitária. O objetivo do evento foi o de preparar os funcionários e dirigentes ao novo sistema educacional que vinha se estabelecendo. Mas apesar de todo o apoio, os modelos externos apresentam-se inadequados para a sociedade brasileira.

Portanto, no que diz respeito à administração universitária, a UFSC serviu de exemplo a outras instituições, revelando e afirmando, com isso, um caráter centralizador advindo de sua fundação, caráter este constitutivo da própria Reforma. A Universidade Federal de Santa Catarina foi reconhecida por aderir fortemente ao novo modelo educacional, sendo considerada uma das pioneiras a implementá-lo.

Os Decretos-leis nº 53/66 e nº 252/67 instaurados pelo Governo Federal, como já citado, deram início à Reforma no setor universitário do país. Diante disso, e com o aumento das exigências por parte do Ministério da Educação e Cultura, o reitor da UFSC, João David Ferreira Lima, nomeou, por meio da Portaria nº 392/66, o Grupo de Trabalho destinado a elaborar a nova estrutura universitária nos moldes da Reforma.

O Professor João David Ferreira Lima, Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições [...]

RESOLVE:

DESIGNAR os Professores Roberto Mündell de Lacerda, Paulo Henrique Blasi, Miguel Espera em Deus Manganelli Orofino, Ranulpho José de Souza Sobrinho, Ayrton Roberto de Oliveira, Anibal Nunes Pires e Waldir Dias, sob a presidência do primeiro, constituírem o Grupo de Trabalho destinado a adaptação da estrutura da Universidade Federal de Santa Catarina às normas do Decreto-lei nº 53/66. [...].<sup>29</sup>

<sup>25</sup> Ata do Conselho Universitário. In: SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade...* op.cit., p.150.

<sup>26</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade...* op.cit., p.143.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p.154.

<sup>28</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade...* op.cit., p.153.

<sup>29</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*, Florianópolis, a. 2, n. 13, jan de 1968, p.12.



Figura 5. Seminário Internacional de Administração Universitária em 1979. Fonte: Lima (1979)

Posteriormente foram inseridos ao grupo mais três professores. Primeiramente Nilson Paulo e Felipe Gama D'Eça, por meio da portaria nº 29/68 e, logo após, Ernani Bayer, que passou a fazer parte da comissão em fevereiro de 1969. De início a presidência do Grupo foi exercida pelo reitor em questão, João David Ferreira Lima, mas posteriormente foi passada para o vice-reitor Roberto Mündell de Lacerda.<sup>30</sup>

O grupo elaborou um anteprojeto da Reforma na UFSC, aprovado pelo Conselho Universitário em 18 de agosto de 1967 e enviado ao Conselho Federal de Educação em 20 de agosto de 1967. Entretanto, logo após, em sessão realizada pelo CUN em 23 de setembro de 1968, o Grupo afirma ter recebido um relatório de Rubens Maciel do Conselho Federal de Educação. Nessa mesma sessão Roberto Mündell de Lacerda discorre:

Magnífico Reitor: o Grupo de Trabalho designado por Vossa Magnificência pela Portaria nº 29/68, recebeu o relatório do Ilustre Conselheiro Rubens Maciel do Conselho Federal de Educação, e estudou as providências e sugestões contidas no mesmo e relativas ao Projeto de Reforma desta Universidade. As ponderações do Ilustre Conselheiro Rubens Maciel, levaram o Grupo de Trabalho a um estudo demorado, inclusive do funcionamento da Nova Universidade, o que nos obrigou a pedir prorrogação do prazo de 60 dias o que nos foi concedido pelo Conselho Federal de Educação. No espaço de tempo de 139 dias, o Grupo de trabalho realizou 52 reuniões e, afinal, elaborou o Relatório que em anexo encaminhamos a Vossa magnificência.<sup>31</sup>

Dentre as principais providências e considerações, o relatório apresenta-se dessa forma:

RELATÓRIO SOBRE AS DILIGÊNCIAS SOLICITADAS PELO EGRÉGIO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, PARA A ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). [...] O Centro de Estudos Básicos proposto no plano de Reforma Universitária da UFSC visa, fundamentalmente, criar o espírito universitário no jovem que ingressa, independente da futura área profissional que irá cursar. Pretende uma comunicação constante entre professores e pesquisadores, que, dessa interação, sintam que seu trabalho é UNIVERSITÁRIO e não de um Instituto ou de uma faculdade ou de uma escola. [...] Acredita o Grupo de Trabalho que o pensamento dominante no Brasil seja pela integração, independentemente das dificuldades que tal sistema venha a acarretar.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade...* op.cit., p.198-199.

<sup>31</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 23 de set. 1968*. Livro 3, p.62 verso.

<sup>32</sup> Idem.

O grupo de trabalho da Reforma na UFSC congregou-se durante três anos, de 1967 a 1969. As principais dificuldades estavam em conseguir compreender o novo sistema pretendido pela Reforma, dificuldade esta encontrada também em outras universidades brasileiras.

Em 2 de julho de 1968 foi constituído pelo presidente da república O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GRTU), por meio do Decreto nº 62.937/68, “com a missão de estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país”.<sup>33</sup> Com base nos resultados do trabalho do grupo, no dia 28 de novembro do mesmo ano, o Governo Federal instituiu a Lei nº 5.540/68, que fixava as normas e a organização do Ensino Superior no Brasil, a lei da Reforma Universitária. Devido a essa lei, a Reforma Universitária na UFSC, que já vinha sendo trabalhada desde 1967 por meio do Decreto-lei nº 53, viu-se obrigada a ser oficialmente implantada. O plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina havia sido aprovado pelo Decreto nº 64.824, em 15 de julho de 1969. Contudo, em 30 de dezembro de 1969 o Reitor João David Ferreira Lima, pela Portaria nº 220/69, determina por completo e oficialmente a Reforma na Universidade Federal de Santa Catarina, onde a figura do Reitor, por meio de decisão do Conselho Universitário, tinha plenos poderes para conduzir o Plano da Reforma, já que o regimento geral da UFSC ainda não havia sido aprovado.<sup>34</sup>

Foi estabelecida dessa forma a nova estrutura organizacional da UFSC. Estrutura essa elaborada pelo Grupo de Trabalho da Reforma e já exposta no dia 25 de setembro de 1968 em sessão do CUN.

Com Finalidades administrativas didáticas e de pesquisa o Centro de Estudos Básicos (CEB) congregará áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmo ou em vista de ulteriores aplicações. § 1º – Estas áreas, em número de 4 (quatro) abrangerão os seguintes campos: Ciências Biológicas, Ciências Físicas, Ciências Sociais e Humanas, Artes e Comunicação. § 2º – Além do Coordenador do Centro de Estudos Básicos, que representará a área da qual é originário no Conselho Universitário, cada uma das demais áreas terão um representante nesse órgão, escolhidos na forma prevista aos Estatutos da Universidade. [...] Art. 40 – Para os efeitos do Art. 6º do Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, as atuais faculdades de Filosofia, Ciência e letras, Direito, Ciências Econômicas, Medicina, Farmácia e Bioquímica e Escola de Engenharia Industrial serão absorvidas pelas novas unidades da Universidade, sendo os respectivos cargos redistribuído pelos Centros e respectivos Departamentos.<sup>35</sup>

A citação acima expõe as áreas de conhecimento do Centro de Estudos Básicos e a reformulação da estrutura universitária feita em meio a esse centro. Entretanto, outra mudança significativa, além da separação por centros e não mais por faculdades, foi a criação dos departamentos. Cada centro possuiria subunidades departamentais. No projeto de Reforma da UFSC, os centros e departamentos se estruturaram dessa forma:

Centro de Estudos Básicos: 1 – Departamento de Biologia; 2 – Departamento de Matemática; 3 – Departamento de Física; 4 – Departamento de Química; 5 – Departamento de Geociências; 6 – Departamento de Psicologia; 7 – Departamento de Sociologia; 8 – Departamento de História; 9 – Departamento de Filosofia; 10 – Departamento de Teologia; 11 – Departamento Língua e Literatura Estrangeiras; 12 – Departamento de Língua e Literatura Vernáculas; 13 – Departamento de Biblioteconomia e Documentação; 14 – Departamento de Artes.

Centro Bio-Médico: 1 – Departamento de Patologia; 2 – Departamento de Enfermagem e Práticas Médicas; 3 – Departamento de Maternidade e Infância; 4 – Departamento de Entomologia; 5 – Departamento de Clínica.

Centro Tecnológico: 1 – Departamento de Técnicas Fundamentais de Engenharia; 2 – Departamento de Materiais de Construção; 3 – Departamento de Termotécnica; 4 – Departamento de Estruturas; 5 – Departamento de Mecânica; 6 – Departamento de Eletrotécnica; 7 – Departamento de Eletrônica e Telecomunicações; 8 – Departamento de Transportes; 9 – Departamento de Hidráulica e Saneamento; 10 – Departamento de Tecnologia Industrial; 11 – Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

<sup>33</sup> BRASIL. *Reforma universitária: relatório do grupo de trabalho criado pelo decreto n. 62.937/68* [S.L.]: [s.n.], 1968, p.9.

<sup>34</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade...* op.cit., p.159.

<sup>35</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. *Florianópolis, Ata da sessão realizada em 25 de set. 1968.* Livro 3, p.63.

**Centro Sócio-Econômico:** 1 – Departamento de Ciências do Estado; 2 – Departamento de Economia Geral; 3 – Departamento de Direito Privado; 4 – Departamento de Direito Processual; 5 – Departamento de Direito Social; 6 – Departamento de Ciências Penais; 7 – Departamento de Administração; 8 – Departamento de Contabilidade; 9 – Departamento de Análise Econômica.

**Centro de Educação:** 1 – Departamento de Didática; 2 – Departamento de Pedagogia; 3 – Departamento de Pedagogia Diferencial; 4 – Departamento de Sistemas de Educação; 5 – Departamento de Revisão e atualização Educacional.<sup>36</sup>

Quanto ao **Centro de Desportos**, este também havia sido criado com a Reforma, entretanto mantinha-se apenas como projeto não instituído. Só em 1976, com a criação de três departamentos, é que foi finalmente oficializado o CDS.<sup>37</sup> Já o **Centro Agropecuário**, instituído também com a Reforma, obteve seu primeiro curso em 1975.<sup>38</sup>

Sobre a estrutura da Administração Superior e sobre a constituição do Conselho Universitário, lê-se na ata do CUN:

DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE. Art. 15 – A Universidade será constituída dos seguintes órgãos, aos quais incumbirá a administração superior: I – Conselho Universitário; II – Conselho de Curadores; III – Reitoria Vice-Reitoria e Sub-Reitorias; IV – Comissão de Ensino e Pesquisa; V – Comissão de Planejamento; VI – Comissão de Assistência e Orientação ao Estudante. Capítulo I. DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Art. 16 O Conselho Universitário, Órgão supremo de deliberação em matéria de administração e políticas universitárias, compõe-se: I – do Reitor como representante; II – do Vice-Reitor; III – dos Presidentes das Comissões de Ensino e Pesquisa, Planejamento e Assistência e Orientação ao Estudante; IV – dos Diretores das Unidades Universitárias; V – de um representante de cada casa do Centro Profissional, eleito pelo respectivo Conselho Departamental; VI – de dois representantes do Centro de Estudos Básicos, eleito pelo Conselho Departamental, sendo um de cada conjunto do que trata o § 1º do Art. 11; VII – de um representante da Comunidade, indicado pelas entidades de nível superior das classes produtoras do Estado, conforme dispuser o Regimento Geral; VIII – de dois representantes do Corpo Discente, designados na forma prevista no Regimento Geral.<sup>39</sup>

Com a Reforma, os departamentos passaram a ser subordinados aos centros e estes, junto com os cursos, a pós-graduação e os órgãos suplementares, passaram a ser subordinados diretamente à Administração Central. A Figura 6 mostra em detalhes a estrutura geral da UFSC após a Reforma Universitária:

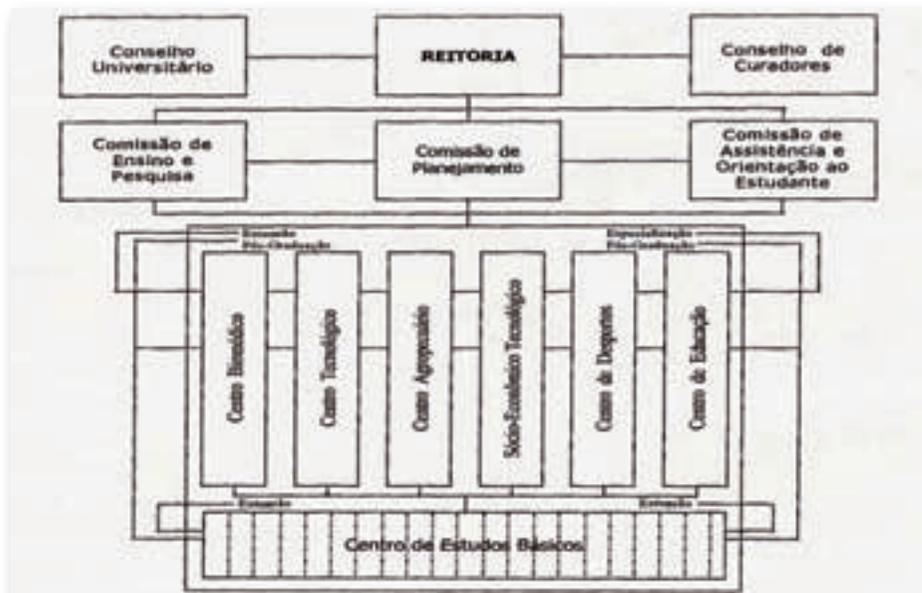


Figura 6. Estrutura geral da UFSC após a Reforma Universitária. Fonte: Silva (2000)

<sup>36</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, Ata da sessão realizada em 25 de set. 1968. Livro 3, p.68 verso.

<sup>37</sup> Cf. artigo de Ingrid Lima Kuerten. Centro de Desportos – CDS e sua história na UFSC, neste livro.

<sup>38</sup> Cf. artigo de Mayara Cristina Capistrano. A criação do Centro de Ciências Agrárias: A extensão rural em Santa Catarina, neste livro.

<sup>39</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, Ata da sessão realizada em 25 de set. 1968. Livro 3, p.67.

Dentre as principais mudanças trazidas pela Reforma Universitária está a criação do, já citado, Centro de Estudos Básicos, chamado Ciclo Básico. Com a mudança de ano letivo, para semestre letivo, o aluno passava de três a quatro semestres no CEB, cursando disciplinas em área comum, área esta escolhida no primeiro ingresso à Universidade, onde após esse período básico iniciava o ciclo profissionalizante, com o curso escolhido, caso tivesse obtido nota suficiente para cursá-lo. Diante disso, a universidade criou o “Conselho de Assistência e Orientação ao Estudante”, com o intuito de ajudar o aluno na escolha da carreira, quando passasse do ciclo básico para o profissional.

O objetivo pedagógico do Centro de Estudos Básicos (CEB) era sanar possíveis falhas que o aluno trouxesse do chamado Ensino Médio, [...], porém o CEB teria uma outra missão: selecionar os melhores para os cursos mais concorridos. Desta forma a competição para cursos como Medicina, Direito e Engenharia Civil passou para o âmbito interno da Universidade, passou a ser problema da UFSC e não mais de uma sociedade dividida em classes sociais.<sup>40</sup>

O Centro de Estudos Básicos, principal característica renovadora da Reforma, com intenções de progresso e modernização, mostrou-se, posteriormente, um dos principais problemas desse novo sistema. Trazendo para dentro da Instituição universitária a concorrência entre alunos ao ingresso em cursos muito procurados, pois aqueles que tinham as melhores notas possuíam chance de sair do nível básico e ingressar nos mais disputados cursos no ciclo chamado de profissionalizante. Devido à alta concorrência, os dias de avaliações eram bastante tensos e disputados.

Com a pretensão de eliminar possíveis atos ilegais com relação às perguntas e respostas dos testes, devido à concorrência por vagas nos cursos, foi baixada a Portaria nº 098/70, que atribuíam provas iguais a todas as disciplinas do ciclo básico e a todas as turmas, sendo realizadas no mesmo dia em um mesmo horário e com as aulas suspensas. Todas as perguntas deveriam ser elaboradas por professores das referentes matérias. Havia duas provas por semestres, cada uma com pesos diferentes na média, porém essa medida enfraquecia a autonomia do professor, que se via impedido de exigir outras tarefas, por não possuírem peso na média final dos alunos, sendo então por estes desconsideradas. Com o intuito de solucionar o problema, instituiu-se a Portaria nº 392/71, que dava, além das duas provas, outros trabalhos designados pelo departamento e que obtinham conceito na média final.<sup>41</sup>



Figura 7. Alunos estudando (30/06/1971). Fonte: Agecom (1971)

<sup>40</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade...* op.cit., p.166.

<sup>41</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade...* op.cit., p.210.

Outro problema, advindo da atribuição do ciclo básico, foi o número de reprovações de alunos. O ciclo durava cerca de três a quatro semestres, mas muitos alunos não eram aprovados ou não possuíam nota suficiente para ingressar no curso desejado. Apesar disso, havia aqueles que não almejavam cursos tão concorridos, mas chegavam ao final do ciclo com notas suficientes para entrar em um curso mais disputado, então mudavam de opinião sobre a profissão que queriam exercer.

Nota-se claramente que o Centro de Estudos Básicos não conseguiu atingir os objetivos pretendidos. Tanto que em 1973 os alunos “ao ingressarem na Universidade, faziam suas opções por curso no ato da matrícula para o vestibular”<sup>42</sup> e não mais por áreas de conhecimento. Os departamentos aos poucos foram também se desarticulando do Centro de Estudos Básicos e formando centros próprios, quando finalmente em 1976 o CEB foi rescindido.<sup>43</sup>

Algumas mudanças dessa nova estrutura educacional, estabelecida no final dos anos 1960, ainda permanecem atualmente, como a departamentalização, os semestres letivos, as disciplinas por unidades e o sistema de créditos, que foi alterado somente no sentido de que antes eram conceitos e agora são notas e, por fim, o caráter centralizador da Administração Central.

### Movimentos estudantis e a UFSC: do golpe aos princípios da reabertura

Nos primeiros anos de 1960 o movimento estudantil se manteve ativo e articulado. Seminários e encontros eram realizados em diferentes regiões do país, assim como os debates em torno das necessidades de transformação das estruturas sociais brasileiras e reivindicações de caráter pedagógico que estavam presentes na luta política dos estudantes. Com o golpe militar de abril de 1964, a história do movimento estudantil passou a se confundir com a história da repressão às liberdades, abatendo, em primeira instância, o movimento.<sup>44</sup> Estudantes em todo o país foram presos e/ou processados devido ao estabelecimento dos inquéritos policiais militares, estando também presente nessa atuação o estado de Santa Catarina. Como resultado do regime repressivo, logo após o golpe, a unidade máxima de representação estudantil do estado, a UCE, teve sua sede invadida por soldados em plena madrugada e seus arquivos destruídos.<sup>45</sup>

A intenção em controlar e combater o movimento estudantil chegou a obter sua própria lei, a de nº 4.464/64.<sup>46</sup> Mas conhecida como Lei Suplicy, ela veio a substituir, contra a vontade dos estudantes, a UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEEs), os Centros Acadêmicos tornaram-se Diretórios Acadêmicos (DAs) e criou-se o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Essas unidades ficavam à mercê das autoridades universitárias e dependiam diretamente de verbas do Ministério da Educação e Cultura, tirando assim total autonomia das Uniões, que estavam proibidas de constituírem entidades livres, mantendo dessa forma o movimento estudantil sob tutela do governo.<sup>47</sup>

Em meio a essa política de contenção por parte do regime, em outubro de 1965 os policiais do DOPS invadem duas vezes a Universidade Federal de Santa Catarina, por determinação do Secretário de Segurança Pública. Entram no Centro Acadêmico XI de Fevereiro, pertencente ao Curso de Direito, e recolhem as urnas em pleno processo eleitoral, com a alegação de que estudantes participantes das chapas eram considerados subversivos.<sup>48</sup>

Mas, de todos os anos após o Golpe de 1964, o de 1968 é que ficou na história como o ano de protestos e revoltas. Ressalte-se, ainda, que este ano é marcado por sérias crises e violentas manifestações estudantis em diversos países em um movimento de luta desencadeado, em plano quase mundial. No Brasil, acima das influências dos fatores internacionais e da identidade com movimentos contestadores de outros países, 1968 teve suas especificidades locais determinantes. O movimento estudantil desse ano, por exemplo, nasceu de uma dinâmica de luta própria, anterior a maio de 1968.<sup>49</sup>

<sup>42</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade...* op.cit..., p.176.

<sup>43</sup> *Ibidem* p.175-176.

<sup>44</sup> MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (Org). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSE, 2003, p.565-567.

<sup>45</sup> MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis: [s.e.], 1984, p.88.

<sup>46</sup> BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964: Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 11 nov. de 1964. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128637/lei-4464-64>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

<sup>47</sup> MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina...* op.cit..., p.89.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p.91.

<sup>49</sup> GARCIA, Marcos Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org). *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999, p.55-59.



Figura 8. Inauguração do DCE da UFSC (20/07/1971). Fonte: Agecom (1971)



Figura 9. Protesto contra o fechamento dos cursos de Comunicação. Fonte: Hemeroteca (1981)

A organização estudantil foi o único movimento de massas que se articulou nacionalmente nos primeiros anos pós 1964, lançando-se em significativos protestos de rua em 1968. Manifestações estudantis estas que vinham ocorrendo desde 1966, com intensa repressão policial, mas foi no referido ano de contestações que se deu o amadurecimento da rebelião estudantil. O primeiro grande conflito acontece no início de 1968. Surgindo em torno do assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, morto pela polícia militar em março de 1968 enquanto comia no restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro.<sup>50</sup> Diante do fato, deflagra-se a indignação dos estudantes ao sistema militar ditatorial. Revoltas e manifestações foram realizadas de imediato pelo país inteiro, com o apoio de intelectuais, artistas e parlamentares, como Chico Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, entre outros.<sup>51</sup>

Seguindo essa corrente contestadora em um movimento nacional, o DCE da Universidade Federal de Santa Catarina declara greve de três dias. Estudantes catarinenses tomam as ruas de Florianópolis com cartazes e faixas contra a Ditadura militar e o imperialismo

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Educação no Brasil...* op.cit., p.580.

americano. As passeatas tinham sua origem na frente da sede da UCE, na Rua Álvaro de Carvalho, e partiam em direção à Praça XV de Novembro, em frente à Catedral. No último dia os estudantes saíram debaixo de chuva com faixas e cartazes expondo as seguintes frases: “Fora a intervenção americana nos assuntos internos do país”, “O Estado Policial que caracteriza a ditadura”, “meu filho está morto, o seu poderá ser o próximo”, e uma grande faixa escrito “Neste luto, começou a luta”.<sup>52</sup>

Outra greve iria estourar na UFSC naquele mesmo ano, precisamente em 29 de maio, iniciada pelos estudantes de medicina e apoiada pela UCE. A manifestação se deu com relação aos termos do contrato firmado pelo Reitor João David Ferreira Lima com a empresa Daux, no aluguel de diversas casas que serviam de moradia a 256 estudantes. No contrato o preço do aluguel era de Cr\$ 99,00 mensais para cada estudante, onde a UFSC abarcava com Cr\$ 79. Os acadêmicos requeriam a rescisão do contrato, devido ao valor do aluguel ser 40% maior que o preço médio da cidade, desta forma defraudando o caixa da Universidade.

O movimento se estendeu pelas ruas do centro da cidade, tornando-se a principal manchete dos meios de comunicação da época. Ao final de cada passeata, os estudantes realizavam uma cerimônia simbolizando o enterro do reitor da Universidade, o professor João David Ferreira Lima.<sup>53</sup> Além da conquista da rescisão do contrato, foram comprados dois prédios destinados à moradia estudantil, denominados “Planalto” e “Lusc”. Criaram-se ainda as “bolsas de moradia”, com a pretensão de dar auxílio financeiro aos estudantes que moravam em outras pensões pagas.

No ano de 1967 é imposto o Decreto-lei nº 228,<sup>54</sup> que além de declarar obrigatório o voto estudantil nas eleições dos Diretórios Acadêmicos, extinguiu o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), antiga União Nacional dos Estudantes (UNE). No entanto, em meio às agitações populares e estudantis, a agora clandestina UNE continuou a realizar congressos e reuniões às escuras e com a participação de delegados catarinenses. A exemplo tem-se o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, iniciada clandestinamente num sítio em Ibiúna, interior de São Paulo, onde, no dia 12 de outubro de 1968, os congressistas foram descobertos e presos por soldados da Força Pública e policiais do DOPS. Entre os presos estava Luis Travassos, presidente da UNE, e Gerônimo Machado, que participou como representante da UFSC.<sup>55</sup>

Em um ambiente de contestações que vivia o país e o estado e apesar das ameaças por parte de alguns professores de enquadramento no 477,<sup>56</sup> organizam-se na UFSC, como vimos, movimentos estudantis. Um deles foi o chamado “Repeteco”, que se restringiu à área do *campus* universitário.



Figura 10. Protesto contra o fechamento dos cursos de Comunicação. Fonte: Hemeroteca (1981)

<sup>52</sup> MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina...* op.cit., p.580.

<sup>53</sup> MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do Sol: operação barriga verde*. Florianópolis: Ed. da UFSC: Fundação Boiteux, 2006, p.109.

<sup>54</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967: Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 28 fev. de 1964. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126145/decreto-lei-228-67>>.

Acesso em: 31 ago. 2010.

<sup>55</sup> MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do Sol...* op.cit., p.105-107.

<sup>56</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1967: Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 26 fev. de 1967. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129413/decreto-lei-477-67>>.

Acesso em: 31 ago. 2010.



Figura 11. Movimento pela moradia estudantil (1968). Fonte: Agecom (1968)



Figura 12. Movimento pela moradia estudantil (1968). Fonte: Agecom (1968)

O preço das refeições do Restaurante Universitário vinha aumentando constantemente, além do mais os alunos não possuíam direito de repetir o prato, e foi pela busca inicial desse direito que se iniciaram as manifestações. Quando favoravelmente no dia 28 de março de 1973 os jornais anunciam a vinda do ministro da Educação à Universidade. Em sua chegada, após visitar o Palácio do Governo, o então ministro, Coronel Jarbas Passarinho, encontra-se na Universidade Federal de Santa Catarina junto ao Conselho Universitário, quando então repercute pela Universidade o som dos estudantes proferindo “repeteco, repeteco...”, junto, com talheres sendo batidos nas bandejas do RU. Todo esse barulho é ouvido na Reitoria e pelo visitante Coronel. A Reitoria, diante do ato, abre negociações com os estudantes.<sup>57</sup> O movimento, pela forma como se repercutiu e pela sua intensidade, com a vinda do ministro, estava além de reclamações por preços e repetições no Restaurante Universitário, ali também havia o descontentamento por parte dos estudantes com a reforma educacional instalada e o regime ditatorial do governo.

<sup>57</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade...* op.cit., p.219-220.



Figura 13. Restaurante Universitário – junho de 1973. Fonte: Agecom (1973)



Figura 14. Restaurante Universitário na década de 1970. Fonte: Duarte [197?]

Outra grande manifestação organizada por parte dos estudantes da UFSC foi a da conclusão das obras do Hospital das Clínicas, cujas empreitadas foram iniciadas em 1966 e paralisadas em 1969, com a desculpa de falta de recursos. Os acadêmicos da área da Saúde necessitavam do Hospital para efetuarem seus estágios, sendo assim, tomaram partido dos acontecimentos. Dessa forma:

Em 1973, o DACEB e o Diretório do Centro Biomédico, tendo como presidente o estudante de Enfermagem Jorge Lorenzetti, organizam-se e iniciam a campanha pela conclusão do Hospital das Clínicas. [...] Os estudantes extravasam os limites do campus universitário, vão para as ruas, lançam adesivos em prol da conclusão do hospital, aplicam questionários entre os cidadãos no centro da cidade, saem em passeata pelas ruas do Centro.<sup>58</sup>

Os estudantes entram então em contato com o Planalto, conseguem uma entrevista com o ministro da Educação Jarbas Passarinho e seguem em direção a Brasília. Na entrevista este afirma não ter recebido nenhum pedido de verba do Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina para conclusão do Hospital. Sendo assim, como consequência a essa resposta trazida por parte dos estudantes, a Reitoria decide então constituir uma comissão para estudar o caso do Hospital das Clínicas.<sup>59</sup> No dia 11 de dezembro de 1975 em sessão do Conselho Universitário, o Reitor Roberto Mündell de Lacerda anuncia a retomada das obras da construção do Hospital,<sup>60</sup> sendo este inaugurado na gestão de Caspar Erich Stemmer (1976-1980), com o nome de Hospital Universitário.

Mais tarde, em junho de 1979, estudantes concorrentes às eleições para o Diretório Central dos Estudantes – DCE, junto com Jorge Lorenzetti, agora representante da Associação dos Professores da UFSC – APUFSC, voltariam a Brasília, em meio ao processo eleitoral sendo realizado na UFSC, mas agora para reivindicar recursos para a complementação das obras do então já inaugurado Hospital Universitário.<sup>61</sup>

Já não bastassem as drásticas atitudes repressivas por parte do governo, no dia 13 de dezembro de 1968 é decretado o AI-5.<sup>62</sup> O imposto ato retirava todos os direitos políticos e legalizava a perseguição aos inimigos do regime. Santa Catarina, e em foco a Universidade Federal, já vinham sendo observadas por suas manifestações e publicações de jornais ditos subversivos, despertando a atenção das autoridades repressivas. Entre as citadas publicações está o jornal *A crise*, de 1972, que continha críticas à UFSC e aos governos, federal e estadual, o mimeografado *O Engembrado*, do Diretório Acadêmico do Centro Tecnológico da UFSC, *O Baratão*, editado pelo DCE, *O Coruja*, do Diretório Acadêmico do Curso de Filosofia e o panfleto *Alavanca*, também do DCE, onde todos esses possuíam publicações de articuladores e participantes de movimentos e partidos de esquerda, como de Vladimir Amarante<sup>63</sup> do PCB.<sup>64</sup>

<sup>58</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade...* op.cit., p.229-230.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p.230-232.

<sup>60</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário, Florianópolis. *Ata da sessão realizada em 11 de dez. 1975*. Livro 04, p.[230].

<sup>61</sup> *Jornal O Estado*, 11/06/79, p.6. In: ANDRADE, Lécio Rosa de. *Abaixo as ditaduras: História do Movimento Estudantil Catarinense – 1974 a 1981*.

Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p.81.

<sup>62</sup> BRASIL. Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968: Da poderes extraordinários ao presidente da república e outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 13 dez de 1968. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126781/ato-institucional-5-68>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

<sup>63</sup> Um dos principais líderes do PCB, em Florianópolis, foi barbaramente torturado durante a prisão em 1975.

<sup>64</sup> MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do Sol...* Op.cit, p.112.



Figura 15. Hospital Universitário – abril de 1980. Fonte: Agecom (1980)

Com base no referido ato nº 5 e apesar da política de Distensão<sup>65</sup> aderida pelo governo, operações repressivas foram realizadas em todo o país, aqui em Santa Catarina foi denominada como Operação Barriga Verde. No dia 4 de novembro de 1975 vários militantes foram presos em todo o estado, entre eles Marcos Cardoso, presidente da juventude do MDB, pertencente ao PCB e professor da UFSC. A universidade em questão, nesse mesmo dia, foi cercada e invadida por policiais em busca de articuladores de movimentos contra o governo, em especial a partidários do PCB, sendo assim a UFSC presenciou diversos de seus professores e alunos sendo carregados por policiais.<sup>66</sup> Ao todo foram 42, não só do ambiente universitário, presos, torturados, processados e condenados, em meio à acusação de serem comunistas e pertencerem ao partido.<sup>67</sup>

Ainda no ano de 1975 começa a surgir e se organizar, em meio universitário, o Sapiens Clube de Cultura (SCC). Um grupo formado a partir de líderes estudantis e de personagens ligados ao antigo MDB, que viria a se tornar posteriormente a chapa Luta Democrática, em 1979, concorrente e inesperadamente vitoriosa as eleições do DCE desse mesmo ano.<sup>68</sup> O SCC não se concebia nem de direita e nem vinculado à esquerda comunista, fato este que os livrou de fortes repreensões e perseguições por parte do governo. O grupo tinha como ideal um movimento estudantil ligado a interesses diretos dos estudantes, sendo os primeiros a trazer à tona o debate político ao meio universitário em pleno regime. Com assembleias lotadas, o SCC oferecia aos estudantes, de uma forma mais próxima, os problemas e a crítica ao sistema instalado.<sup>69</sup>

O grupo participou e organizou diversas manifestações ligadas à Universidade e de interesse dos estudantes. A exemplo, o grave problema ocorrido no vestibular da UFSC, em janeiro de 1976. Percebeu-se na época um erro com relação aos gabaritos das provas, não se notava diferença com relação às folhas de resposta, pareciam idênticas, mudando apenas as turmas, seguindo uma ordem logicamente previsível. Sendo assim, o vestibular foi então declarado sob suspeita.<sup>70</sup>

Os estudantes da UFSC se mobilizaram contra o fato, colando cartazes pelo centro da cidade explicitando a obviedade das respostas dos gabaritos. As manifestações provocaram tumultos e conflitos, além da entrada da Polícia na Universidade. Em protesto, 952 estudantes não participaram da última etapa do vestibular.<sup>71</sup> Segundo Léo Rosa no documentário “Abaixo as Ditaduras”, a princípio o reitor não queria cancelar as provas, mas por uma ordem vinda de cima anulou o exame.

O movimento estudantil na UFSC na década de 1970 e 1980 estava intrinsecamente ligado com o movimento cultural. Grandes eventos eram organizados, não só palestras e debates, mas também saraus, festas e *shows*. Acontecimentos como estes aproximavam um maior número de estudantes às atividades políticas, afinal muitos dos movimentos eram articulados em meio a esses episódios, sejam em concretas reuniões, ou por relações que ali se davam. Apesar das restrições impostas pela ditadura, as festas eram bastante lotadas, onde, entre as bandas de maior sucesso por parte dos estudantes, estava o grupo “Engenho”.<sup>72</sup>

Em 1978 o movimento estudantil começa a se modificar, pois o processo de redemocratização no Brasil vinha se desenvolvendo, Decretos-lei como o nº 228 e o nº 477 já haviam sido revogados. Com isso, dá-se início a ideia de reestruturação da UNE, sendo realizado o 31º Congresso da UNE, ocorrido em Salvador, em maio de 1979. “Na UFSC, não se discutia amplamente a proposta de recriação da UNE”.<sup>73</sup> Entretanto, 24 estudantes, eleito em assembleia geral, foram delegados e seguiram de ônibus ao evento.<sup>74</sup>

Em meio ao ambiente de abertura, “dentro da UFSC, já se falava, de maneira muito tímida e por poucos, na volta de eleições diretas para o DCE”.<sup>75</sup> Foi quando nas eleições para o Diretório Central dos Estudantes de 1979 ocorreu a mudança, modificando toda a campanha e provavelmente seu resultado:

Ninguém cogitava. Nem sequer havia boatos. Alguns estudantes até gostavam das eleições indiretas. Muitos outros eram contrários, mas não vislumbravam a possibilidade de uma mudança nas regras da ditadura. Veio, então, a grande novidade. O processo eleitoral já havia sido deflagrado obedecendo às normas em vigor, mas uma alteração da legislação, bem no início do pleito, transformou a eleição para o DCE, tornando-a direta. Um grande avanço democrático.<sup>76</sup>

<sup>65</sup> Projeto de redemocratização concebido por Geisel que previa a adoção de um conjunto de medidas políticas liberalizantes, cuidadosamente controladas pelo executivo federal. Devido às próprias imposições repressivas da ditadura o governo encontrava-se em uma situação insustentável. Portanto, a distensão foi concebida de modo que a saída dos militares do governo não deveria ameaçar a ordem vigente e os interesses das classes dominantes.

<sup>66</sup> MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do Sol...* op.cit., p.237-239.

<sup>67</sup> ANDRADE, Lédio Rosa de. *Abaixo as ditaduras...* op.cit., p.23.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p.113-131.

<sup>69</sup> Luis Carlos Cancellier. *Entrevista concedida a*

*Kenya Souza Santos*. Florianópolis 26 jul. de 2010; e Lédio Rosa Andrade. *Entrevista citada*.

<sup>70</sup> LIMA, Ana Maria. *“Abaixo as Ditaduras”*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009. Documentário.

<sup>71</sup> *Jornal O Estado*, 15/01/1976, capa. In: ANDRADE, Lédio Rosa de. *Abaixo as ditaduras...* op.cit., p.37.

<sup>72</sup> Luis Carlos Cancellier. *Entrevista citada*.

<sup>73</sup> ANDRADE, Lédio Rosa de. *Abaixo as ditaduras...* op.cit., p.64.

<sup>74</sup> *Jornal O Estado*, 29/05/79, p.16. In: ANDRADE, Lédio Rosa de. *Abaixo as ditaduras...* op.cit., p.67.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p.64.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p.78.



Figura 16. Apresentação do Grupo Engenho na UFSC (19/06/1981). Fonte: Agecom (1981)



Figura 17. Eleições DCE UFSC (1979). Fonte: Andrade (1979)

Nessa eleição, alunos da Arquitetura, em protesto, decidiram não participar da votação, apesar de terem sido avisados que receberiam punições pelo ato, pois o voto era obrigatório. A manifestação por parte do Centro Acadêmico Livre de Arquitetura (CALA) baseava-se na criação de CAs livres, desatrelados da legislação repressiva do governo, propondo uma ação autônoma, podendo cada Centro Acadêmico realizar suas próprias eleições. Vários outros estudantes da Universidade possuíam a mesma vontade; entretanto, não o faziam com receio de ações repressivas por parte da Instituição.

No período de 1979 a início dos anos 1980, na primeira gestão eleita de forma direta do DCE, e em meio ao processo de abertura, foram constatadas diversas atividades e protestos na Universidade Federal de Santa Catarina. Em agosto de 1979 ocorreu uma manifestação por melhorias nas condições do RU. Em setembro do mesmo ano, estudantes de Farmácia e Bioquímica entraram em greve “contra a tramitação de um projeto de lei

na câmara dos deputados para regularizar o ato médico”.<sup>77</sup> No mesmo mês, estudantes de Medicina realizam um movimento contra as mudanças no currículo. Em novembro, um ato público foi organizado pelo DCE, dentro do *campus* universitário, em crítica ao sistema autoritário e por democracia nas eleições para reitor, que já se aproximavam. Na virada do ano, em março de 1980, uma passeata é organizada também pelo DCE, dentro das imediações da UFSC, contra a Lei de Segurança Nacional, poucos estudantes participaram do ato e o Reitor Stemmer fechou a porta da Reitoria impedindo a entrada dos manifestantes.<sup>78</sup>

Dentre os movimentos sociais ocorridos em Florianópolis, o de maior destaque e repercussão nacional foi a Novembrada. Organizada por líderes estudantis, membros do DCE da UFSC, o movimento tinha como intenção inicial ir contra a presença do general João Figueiredo na cidade. Durante o ato, a multidão manifestante se concentrou em frente ao atual Palácio Cruz e Souza, onde se encontrava o então presidente, e exibia faixas, cartazes e gritos de ordem do tipo, “Abaixo a Ditadura”, “Abaixo Figueiredo, o povo não tem medo”, conforme detalhes das Figuras 21, 22 e 23.

A indignação ao regime era gritante. Algumas pessoas, trabalhadores que iam chegando, observavam o movimento e se uniam ao protesto que se mantinha pacífico. Entretanto, devido ao enfrentamento por parte do General aos estudantes, iniciou-se o tumulto e muita violência. Em resultado, com base no ocorrido fato e na Lei de Segurança Nacional, o governo prendeu e processou sete estudantes, membros e/ou participantes do DCE.<sup>79</sup> Foram eles:

Adolfo Luiz Dias, estudante de Direito e Presidente do DCE; Lígia Giovanella, Vice-Presidente; Marise Lippel; Newton Vasconcellos (os três estudantes de medicina); Rosângela Koerich, estudante de Direito; Geraldo Barbosa, então estudante de Medicina e, depois, de Ciência Política; e Amilton Alexandre, o “Mosquito”, estudante de Administração.<sup>80</sup>



Figura 18. Manifestação por melhorias no RU (28/08/1979). Fonte: Andrade (1979)

<sup>77</sup> ANDRADE, Lédio Rosa de. *Abaixo as ditaduras...* op.cit., p.92.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p.92; 98-99.

<sup>79</sup> ANDRADE, Lédio Rosa de. *Abaixo as ditaduras...* op.cit., p.99.

<sup>80</sup> *Idem*.



Figura 19. Praça XV de Novembro – Novembrada (30/11/1979). Fonte: Agecom (1979)



Figura 20. Praça XV de Novembro – Novembrada (30/11/1979). Fonte: Agecom (1979)

Os movimentos partidários reagiram laborando um ato, um julgamento popular em frente à Catedral, a Polícia respondeu à mobilização com muita violência, montados a cavalo e utilizando de seus cassetetes. Diversos protestos foram realizados em defesa dos presos, todos severamente reprimidos. Por fim, os estudantes enquadrados foram defendidos por renomados juristas, levados a julgamento, por muito poucos absolvidos e soltos.<sup>81</sup>

A abertura política faz reacender o movimento estudantil, em foco o catarinense, que realizou em setembro de 1979 o I Encontro Catarinense de Estudantes.<sup>82</sup> O afrouxamento da repressão dentro da UFSC traz de volta a política estudantil pra dentro do *campus*, a exemplo as eleições do DCE em 1981, onde foram espalhados por toda a Universidade faixas das chapas concorrentes. Com esse processo se ascenderam também a disputa de correntes do movimento estudantil, pleiteando em qual direção seguiria o movimento.

O processo de redemocratização vinha se desenvolvendo; entretanto, assim como o de instalação do regime ditatorial, foi dado o longo prazo. Só que agora o povo, assim também incluso os estudantes, tinham uma liberdade maior, uma vontade mais explícita e exacerbada, um sentimento mais vivo de esperança e de seguir em frente com a luta.

<sup>81</sup> Ibidem, p.111.

<sup>82</sup> MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina...* op.cit., p.99.



Figura 21. Praça XV de Novembro – Novembrada (30/11/1979). Fonte: Agecom (1979)



Figura 22. Campanha do DCE (1981). Fonte: Hemeroteca (1981)



Figura 23. I Encontro Catarinense de Estudantes (1979). Fonte: Agecom (1979)

## Considerações Finais

A Universidade Federal de Santa Catarina em seus anos de 1970, foi fortemente marcada pela Reforma Universitária. O novo sistema educacional instalado visava, assim como em âmbito nacional, à modernização do sistema de ensino no país aos moldes dos padrões norte-americanos. Entretanto, o que ocorreu foi um grande atraso didático-pedagógico a ser superado pelos anos seguintes, devido ao fato de os modelos externos terem se mostrado inadequados à realidade brasileira, e consequentemente à UFSC. Com relação aos movimentos estudantis, esses, como vimos, se mostraram presentes na capital do estado de Santa Catarina, mesmo durante o período ditatorial do regime militar. Afirmando, portanto, o envolvimento político dos estudantes da Universidade Federal e da cidade de Florianópolis, desestruturando a ideia de que os movimentos sociais preponderantes se deram somente em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, as principais do país. Na realidade, o movimento estudantil em Santa Catarina se mostrou ativo, articulado e de caráter forte. Criando dessa forma, em um período de tempo, uma cultura em torno de movimentos políticos para com os estudantes da Universidade, demonstrando-se atualmente permanentemente ativos em frentes de lutas e como um dos mais destacáveis e diligentes do país, apesar de sofrer com a intensa criminalização.

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.5, 6, n.9, 10, 11, 12, 1966-1967.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.1, n.1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, jan. a dez. 1968.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.3, n.25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, jan. a dez.1969.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.4, n. 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, jan. a dez.1970.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.5, n.49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, jan. a dez. 1971.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.6, n.61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, jan. a dez.1972.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.7, n.71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, jan. a dez. 1973.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.8, n.85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, jan. a dez. 1974.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.9, n.97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 107, 109, jan. a dez. 1975.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.9, 10, n.109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, jan. a dez.1976.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.11, n.121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, jan. a dez. 1977.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.12, jan. a dez. 1978.

\_\_\_\_\_. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.13, jan. a dez. 1979.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário, Florianópolis. Ata da sessão realizada no dia 28 de jun. de 1967. Livro 02.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário, Florianópolis. Ata da sessão realizada no dia 23 de set. de 1968. Livro 03.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário, Florianópolis. Ata da sessão realizada no dia 19 de ago. de 1969. Livro 03.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário, Florianópolis. Ata da sessão realizada no dia 23 de ago. de 1971. Livro 03.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário, Florianópolis. Ata da sessão realizada no dia 25 de set. de 1968. Livro 03.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário, Florianópolis. Ata da sessão realizada no dia 09 de jan. de 1972. Livro 03.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário, Florianópolis. Ata da sessão realizada no dia 11 de dez. de 1975. Livro 04.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário, Florianópolis. Ata da sessão realizada no dia 20 de abr. de 1978. Livro 04.

### Entrevistas

Amantino Francisco Monteiro. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 23 jul. 2010.

Arno Blass. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

Lédio Rosa Andrade. *Entrevista concedida a Roselane Neckel, Kennya Souza Santos*. Florianópolis, 28 jul. 2010.

Luis Carlos Cancellier. *Entrevista concedida a Kennya Souza Santos*. Florianópolis 26 jul. 2010.

Nildo Ouriques. *Entrevista concedida a Rodrigo Prates de Andrade, Juan Filipi Garces, Kennya Souza Santos*. Florianópolis, 27 jul. 2010.

Teodoro Rogério Vahl. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues, Juan Filipe Garces, Rodrigo Prates de Andrade e Roselane Neckel*. Florianópolis, 02 ago. 2010.

### Figuras

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGEKOM. *I Encontro Catarinense de Estudantes (1979)*. 1979. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Apresentação do grupo engenho na UFSC (19/06/1981)*. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Alunos estudando (30/06/1971)*. 1971. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Centro de Estudos Básicos – década de 1970*. [197?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Hospital universitário – abril de 1980*. 1980. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Inauguração do DCE da UFSC (20/07/1971)*. 1 fotografia p&b. s/autoria.

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGEKOM. *Movimento pela moradia estudantil (1968)*. 1968. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Movimento pela moradia estudantil (1968)*. 1968. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Praça XV de Novembro – Novembrada (30/11/1979)*. 1979. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Praça XV de Novembro – Novembrada (30/11/1979)*. 1979. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Praça XV de Novembro – Novembrada (30/11/1979)*. 1979. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Reitoria em 1971*. 1971. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Restaurante Universitário – junho de 1973*. 1973. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Vista aérea da UFSC na década de 1970*. [197?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Venda da antiga Reitoria (1977)*. 1977. 1 fotografia p&b. s/autoria.

ANDRADE, Lédio Rosa de. *Eleições DCE UFSC (1979)*. 1979. 1 fotografia p&b. In: \_\_\_\_\_. *Abaixo as ditaduras: História do Movimento Estudantil Catarinense – 1974 a 1981*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p.86.

\_\_\_\_\_. *Manifestação por melhorias no RU (28/08/1979)*. 1979. 1 fotografia p&b. In: \_\_\_\_\_. *Abaixo as ditaduras: História do Movimento Estudantil Catarinense – 1974 a 1981*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p.93.

DUARTE, Gerusa Maria. *Restaurante universitário na década de 1970*. [197?]. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo pessoal.

HEMEROTECA. *Campanha do DCE (1981)*. 1981. 1 fotografia p&b. s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Acervo de imagens*. Florianópolis: Hemeroteca/Jornalismo – UFSC, [s/data]. Disponível em: <[http://www.hemeroteca.cce.ufsc.br/acervo\\_de\\_imagens/foto/1957](http://www.hemeroteca.cce.ufsc.br/acervo_de_imagens/foto/1957)>.

\_\_\_\_\_. *Protesto contra o fechamento dos cursos de comunicação*. 1981. 1 fotografia p&b. s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Acervo de imagens*. Florianópolis: Hemeroteca/Jornalismo – UFSC, [s/data]. Disponível em: <[http://www.hemeroteca.cce.ufsc.br/acervo\\_de\\_imagens/foto/2008](http://www.hemeroteca.cce.ufsc.br/acervo_de_imagens/foto/2008)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Protesto contra o fechamento dos cursos de comunicação*. 1981. 1 fotografia p&b. s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Acervo de imagens*. Florianópolis: Hemeroteca/Jornalismo – UFSC, [s/data]. Disponível em: <[http://www.hemeroteca.cce.ufsc.br/acervo\\_de\\_imagens/foto/2004](http://www.hemeroteca.cce.ufsc.br/acervo_de_imagens/foto/2004)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

LIMA, João David Ferreira. *Seminário internacional de administração universitária em 1979*. 1979. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo pessoal.

SILVA, Elizabeth Farias da. Estrutura geral da UFSC após a Reforma Universitária. In: \_\_\_\_\_. *Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 291 f. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2000, p.164.

### Referências bibliográficas

ANDRADE, Lédio Rosa de. *Abaixo as ditaduras: História do Movimento Estudantil Catarinense – 1974 a 1981*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

BRASIL. Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968: Da poderes extraordinários ao presidente da república e outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 13 dez. 1968. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126781/ato-institucional-5-68>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 21 Nov. 1966, p. 13.416. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=91485>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967: Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 28 fev. de 1964. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126145/decreto-lei-228-67>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1967: Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 26 fev. de 1967. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129413/decreto-lei-477-67>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964: Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 11 nov. de 1964. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128637/lei-4464-64>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento dos Ensino Superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 29 nov. 1968, p. 10.369. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75564>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. *Reforma universitária: relatório do grupo de trabalho criado pelo decreto n. 62.937/68* [S.l.]: [s.n.], 1968.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *O ciclo básico (1. ciclo geral de estudos)*. Rio de Janeiro: [s.c.], 1969.

GARCIA, Marcos Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

LIMA, Ana Maria. *“Abaixo as Ditaduras”*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009. Documentário.

LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2000.

MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do Sol: operação barriga verde*. Florianópolis: Ed. da UFSC: Fundação Boiteux, 2006.

MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis: [s.c.], 1984, p.88.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil: (1930/1973)*. 34. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 291 f. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2000.

## “Quem sabe faz a hora não espera acontecer”: a UFSC e a redemocratização

Lara de Oliveira Beck<sup>1</sup>

Foram, praticamente vinte anos de documentos e memórias, recolhidos e reunidos em menos de um ano de pesquisa. No início começamos com os *Boletins do Pessoal* da UFSC, documentos caracterizados como cadernos, que registram os acontecimentos administrativos da Universidade, os quais proporcionavam informações importantes, porém esparsas e desconexas em relação às décadas de 1980 e 1990. Posteriormente, visitamos o Arquivo Central da Universidade, imbuídos das esperanças de encontrar mais informações, que pudessem estabelecer conexões e relações, com as informações retiradas dos Boletins. Todavia, poucas documentações desse gênero encontraram-se lá, onde processos e licitações de obras realizadas no Campus, dominavam e preenchiam as caixas, relacionadas ao período analisado, que o Arquivo dispunha. Mas, para escrevermos este texto, utilizamos também depoimentos de pessoas que viveram esse período, 1980 e 1990, na UFSC. Não somente aquelas pessoas advindas dos setores administrativos, mas também aquelas que foram estudantes nesse período. Os depoimentos foram importantes para que pudéssemos elaborar uma narrativa, nos quais dados administrativos e oficiais da Universidade, estivessem entrelaçados com as memórias dessas pessoas, podendo proporcionar uma leitura das passagens, não somente burocráticas, mas também passagens de modificação nas relações humanas dentro da Instituição.

### Momentos Finais da Década de 1970 na UFSC: Suas Contribuições Para as Décadas de 1980 e 1990

O período das décadas, de 1980 e 1990, na Universidade Federal de Santa Catarina começou antes mesmo do dia 1º de janeiro de 1980, em seus aspectos sociais, culturais e administrativos, pois foi intensamente marcado pelo fortalecimento de movimentos iniciados na década anterior. Consideramos importante ao iniciar este capítulo destacar por exemplo as diferenças entre as eleições pra Reitor na década de 1970 e nas décadas de 1980 e 90. Em janeiro de 1976 foi nomeado o Reitor Caspar Erich Stemmer, pela Resolução nº 01/76<sup>2</sup> do mesmo mês, assinada pelo então Reitor Roberto Mündel de Lacerda. No dia 10 de maio de 1976 Caspar Erich Stemmer assinou sua primeira Portaria, a de número 280/76, assumindo efetiva e administrativamente o cargo de Reitor da Universidade.<sup>3</sup> O processo de escolha foi realizado no Conselho Universitário, no entanto o primeiro colocado na lista sêxtupla, que foi enviada a Brasília, era o professor João Makoviecky. Porém governo militar indicou o Profº Eric Gaspar Stemmer. Esse processo eleitoral, porém, não foi admitido tranquilamente no meio estudantil. A efervescência, dos estudantes da Universidade, contrária ao processo de nomeação do professor Stemmer, pode ser observada na Ata de 20 de janeiro de 1976, do Conselho Universitário, na qual os representantes estudantis da época, João Carreirão Neto e Antônio J. F. de Andrade, declararam explicitamente a opinião da categoria quanto à nomeação de Stemmer, de que tal processo eleitoral representou “os conchavos políticos e os jogos de interesse entre as pessoas e grupos, onde o futuro da Universidade era relegado a plano secundário”.<sup>4</sup> Demonstrando assim a posição estudantil ante o novo Reitor professor Caspar Erich Stemmer. Os estudantes então sentiram com o processo de nomeação de Stemmer e a conjuntura política no Brasil, algo característico de mudança.

O Brasil encontrava-se em uma conjuntura na qual a abertura política e a redemocratização estavam próximas a começar seus movimentos de consolidação, já que a política de governo de João Batista Figueiredo (1979 – 1985) era a de constituir um governo mais popularizado, o que fez com que os militares comesçassem a deixar, gradualmente, o regime autoritário, por perceber que estavam tornando-se impopulares no governo. Também foi no governo de Figueiredo que os estudantes começaram a reorganizar a União Nacional dos Estudantes (UNE). No entanto, estes ainda encontravam barreiras, e

<sup>1</sup> Estagiária do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmica do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação Profª Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.9, n. 109, jan. 1976, p.1.

<sup>3</sup> UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria geral. Divisão de pessoal. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, a.10, n. 113, maio 1976, p.12.

<sup>4</sup> O trecho da ata é reproduzido na íntegra em SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 269f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p.249.

um exemplo foi o caso ocorrido na UFSC, em que o Reitor Stemmer recebera do Ministro da Educação em maio de 1979, um telegrama dizendo que a Reitoria não poderia impedir nenhum estudante de reestruturar a União Nacional dos Estudantes, mas que era preciso deixar claro que arcaíam com as consequências de participarem de um movimento, até então considerado ilegal.<sup>5</sup>

Stemmer, por sua vez, deixou claro em sua afirmativa ao jornal *O Estado*, maio de 1979, que a UNE não trouxera muitos benefícios à classe que representava, pois causara complicações e prisões afirmando ainda que esta possuía características de um local de estágio para os estudantes que pretendiam exercer uma carreira política; Stemmer comparou a UNE ao Hospital Universitário, pois, segundo ele, assim como o HU auxiliava os estudantes de Medicina, na prática de seu futuro ofício, assim também a UNE auxiliaria aqueles que seguissem o ofício de políticos.<sup>6</sup>

O mesmo aconteceu com outros movimentos de caráter democrático, as barreiras políticas, econômicas, administrativas e sociais eram um modo de atrasar seu percurso até a consolidação. Porém isso não impediu que estudantes, funcionários técnicos administrativos e professores continuassem seguindo seus ideais políticos de liberdade sabendo que uma hora ou outra conseguiriam encontrar o pilar de sustentação da nova democracia no Brasil e na Universidade. Tinham esta esperança contida em suas mentes, pois vislumbravam isto na abertura política que estava se instalando, aumentando a ideia de que havia um enfraquecimento e uma proximidade com o fim da ditadura dentro e fora da Universidade.

Tanto sabiam que existia esta brecha que, quando a então política brasileira dera seu primeiro sinal de mudança, um de seus primeiros passos de redemocratização mais concretos, foi em maio de 1979 quando o então atual presidente João Batista Figueiredo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.680, que revogava os Decretos-Leis 477 e 228. Mesmo que tenha sido uns dos primeiros passos à democratização política, isso não significou total liberdade aos órgãos representativos dos estudantes, professores e funcionários técnicos administrativos dentro da Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, também não foi unicamente uma decisão tomada pelo órgão representativo no Brasil, mas também pela pressão causada pelos movimentos daqueles que estavam sendo prejudicados e reivindicavam seus direitos.

Desse modo o movimento pela democracia na Universidade começou a se fortalecer, vindo da parte dos seus estudantes, professores e servidores técnicos administrativos, que se organizaram e se mobilizaram para lutar pelos seus direitos. Muitos desses direitos haviam sido negados em tempos anteriores, como o da organização sindical e estudantil que lhes foram proibidos durante a ditadura. Foi então neste momento, que o movimento de professores, estudantes e servidores técnicos administrativos começaram a trilhar seu reconhecimento dentro e fora da Universidade.

## Movimentos e Órgãos Representativos: Docentes, Técnicos e Estudantes

A gestão do professor Stemmer foi marcada, não somente pelos movimentos em prol da reestruturação da UNE, mas também pelos movimentos da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC), que, em 1978, começou sua grande caminhada, rumo ao reconhecimento de sua importância e força. Reconhecimento este não restringido ao *Campus* da Universidade, mas também nas Universidades Federais de muitas partes do Brasil. A APUFSC deu seu primeiro passo no caminho do reconhecimento quando obteve a vitória da chapa única “Luta e Independência” nas eleições para a diretoria (1978), tendo como presidente o professor Osvaldo de Oliveira Maciel e como seu vice o professor Jorge Lorenzetti. Tal fato consistiu em uma grande vitória para a APUFSC, pois as eleições passaram por conturbadas tentativas de boicotes vindos da Reitoria e também por ser a primeira eleição direta.<sup>7</sup>

Essa eleição adquiriu como característica, em outras visões dentro e fora do Campus, uma forma de protesto ao governo autoritário, pressionando a troca desse pela liberdade de escolha de representantes, nacionais, estaduais, municipais, bem como nos órgãos representativos de poder dentro da UFSC.<sup>8</sup> A vitória desta chapa, entre os profissionais da educação da APUFSC, significou uma mudança no foco central de atenções na Universidade, da Reitoria, pois passou a conviver com um grupo articulado e organizado

<sup>5</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de Uma Universidade...* op.cit. p.251.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 269f. Tese (Doutorado em Educação Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p.251.

<sup>8</sup> PIACENTINI, Tanira; RAMPINELLI, Waldir. APUFSC 30 anos. *Plural* – Revista de Publicação da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, a. 12, n.15, out. 2006. p.86.

de docentes com propostas de modificações, tanto administrativas quanto econômicas. E tudo isso, em âmbito coletivo, não mais com propostas particularizadas, como vinha se fazendo até o momento.

Os professores que participaram da formação desta chapa, que marcou a história da APUFSC e da UFSC, além dos já citados, foram Valmir Martins, Neri dos Santos, Ayrton Roberto de Oliveira, Longuinho M. da Costa Leal, Silvio Coelho dos Santos, Luis Fernando Scheibe e Zuleika Mussi Lenzi.<sup>9</sup> Essas pessoas eram reconhecidas na comunidade universitária não só por representarem o movimento, mas também porque acreditavam fielmente nas novas ideias políticas e, principalmente pela busca constante da consolidação da liberdade e democracia dentro e fora da Universidade.

A chapa “Luta e Independência” surgiu no momento em que a imprensa brasileira estava mais aberta e expansiva, havia uma grande crise no governo ditatorial e o movimento pela anistia seguia seus passos de concretização. A Universidade Federal de Santa Catarina tornou-se reconhecida nacionalmente, naquele momento, como uma força expressiva do movimento dos profissionais docentes e também dos estudantes. Ambos, tinham uma visão da política mais participativa e se, comprometiam com o coletivo, fazendo com que suas reivindicações repercutissem dentro e fora da Universidade. Tal postura política remodelada ficou reconhecida em outras Instituições Federais, tornando-se exemplo para muitas outras que começavam a dar igualmente seus primeiros passos rumo à democracia. A nova visão política caracterizou a chapa “Luta e Independência”, em seus objetivos, diferenciando-a das gestões anteriores da APUFSC, pois propunha a democratização da Universidade, com eleições para os chefes de departamentos, reitores, além de reivindicar por melhores condições de trabalho e salários.<sup>10</sup>

Com a atuação da APUFSC, que começou a mobilizar-se por suas lutas políticas, Stemmer, teve então que lidar com uma paralisação de um dia, 26 de setembro de 1979. Após uma assembleia que reuniu seiscentos professores, estes decidiram por um reajuste salarial de 70% e reformulações da carreira do magistério. Também tomaram a decisão de não participarem do Vestibular de 1980, sendo uma maneira de protestar, pressionar e chamar a atenção para a forma displicente que a Educação estava sendo conduzida.<sup>11</sup> Alegavam ainda que os profissionais da área docente não eram plenamente respeitados, e que sua categoria fora rebaixada moral e legalmente. Além disso, criticavam abertamente o modelo de Educação tecnicista que, baseada em teorias positivistas e behavioristas, valorizavam a ciência como forma de um conhecimento objetivo, a ser adquirido pelos docentes, por meio de experiências e observação. Os docentes entendiam que, por essa prática pedagógica valorizar a tecnologia e a ciência tecnológica, a Filosofia e outras Ciências Humanas foram desvalorizadas.



Figura 1. Inauguração da Sede da APUFSC. Fonte: Agecom (24 de Junho de 1976)

<sup>9</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia De Uma Universidade...* op.cit. p.253.

<sup>10</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia De Uma Universidade...* op.cit. p.254. *Ibidem*, p.254.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p.256.



Figura 2. Almoço no Restaurante Universitário. Fonte: Caderno de Relatório da UFSC (1979)

No momento então os docentes começaram a ganhar força dentro do movimento, já na década de 1980, a Educação brasileira encontrava-se, ideologicamente, em modificação. Isso ocorreu por que desde o início, a reforma da Lei de Diretrizes e Bases tornou-se improdutiva e gerou um fracasso na Educação, além de desvalorização dos profissionais docentes, pois as escolas não tinham o compromisso com a capacitação destes. Mesmo que o movimento tecnicista tenha entrado em cena na Educação, não conseguiu sua consolidação, já que os professores eram ainda influenciados pelas ideias tracionais ou escolanovistas.<sup>12</sup> Dessa forma a década de 1980, ficou conhecida como um momento de busca por novas ideias para a reformulação da Educação brasileira, no qual se buscava por teorias que fossem contra as crítico reprodutivistas democráticas e de caráter popular.<sup>13</sup> Voltando à valorização da Filosofia, buscavam-se ideais de Educação para a toda a população, com melhorias e construções de novas escolas públicas, bem como valorizar a profissionalização dos docentes como forma de manter a Educação brasileira de qualidade e igual para todos.

Assim, os docentes imbuídos desses novos pensamentos não participaram do Vestibular de 1980, que ocorreu por meio de professores que eram instituídos em repartições da administração da Universidade e por aqueles sem dedicação exclusiva. O vestibular também ocorreu com a presença de muitos policiais, mesmo que alguns desses ficassem dentro dos prédios, que passavam a impressão de que estavam lá somente para qualquer outro imprevisto, que viria do movimento docente.

Mas, tais preocupações na Educação e na Política brasileira, podem ser observadas igualmente no movimento, que no ano anterior a 1980, marcou a cidade de Florianópolis, deixando claro que o movimento estudantil e docente ganhara força total e apoio da comunidade da antiga Nossa Senhora do Desterro. Movimento este que juntamente participaram docentes e discentes, e que caracterizou o episódio do protesto acontecido durante a visita do então Presidente João Batista Figueiredo a Florianópolis. A visita de Figueiredo, anunciada pelo então Governador Jorge K. Bornhausen que recentemente havia inaugurado, na Praça XV de Novembro no Centro de Florianópolis, uma placa em homenagem ao Marechal Floriano Paixoto comemorativa dos noventa anos da República brasileira, doada pelo Presidente visitante. Por conta disso, em 25 de novembro de 1979 o vereador Içuriti Pereira, no jornal "O Estado" chamava a população para um protesto, alegando haver "a necessidade de se fazer um movimento para acabar com esta placa, colocada no coração de nossa cidade, e que veio abrir antigas feridas e magoar a população florianopolitana".<sup>14</sup>

<sup>12</sup> ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Brasil no século XX: o desafio da educação. In: \_\_\_\_\_. *História da Educação*. São Paulo: Ed. Moderna, 1996. p.216-219.

<sup>13</sup> SAVIANI, Dermeval. Ensaio contra-hegemônico: as pedagogias críticas buscando orientar a prática educativa (1980-1991). In: \_\_\_\_\_. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2007. p.399-422.

<sup>14</sup> *Jornal O Estado*, 25 de novembro de 1979, p.15. Apud SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia De Uma Universidade...* op.cit., p.258.

No dia 30 de novembro de 1979, dia marcado para a tão esperada visita do Presidente Figueiredo pela cidade e pelos movimentos ativistas. Quando este se estabeleceu no Palácio Cruz e Sousa para proferir um pequeno discurso improvisado, em frente à Praça XV de Novembro, os estudantes, professores e o povo de Florianópolis reuniram-se, e começaram a proferir seus protestos, contra o aquele governo de João Batista Figueiredo. Entre suas reivindicações, a população pedia que houvesse maior preocupação com a fome no Brasil, e, assim, o movimento atinge seu ápice e a Praça XV tonara-se um campo de guerra: vaiavam, arremessaram pedaços de pau, amassaram carros arrancaram a placa de Marechal Floriano Peixoto, como forma de protesto ao então governo. Esse movimento teve grande repercussão nacional e ficou conhecido como a “Novembrada”.

Tais movimentos se deram fora do *Campus* Universitário, porém com integrantes vindos de dentro da Universidade, que demonstravam cada vez mais a organização e mobilização do movimento estudantil e docente, e também sua importância, força e presença dentro da comunidade de Florianópolis. Os protestos de reivindicação de melhorias no ensino vinham juntamente coligados com as reivindicações de melhorias salariais, que marcaram a história da década de 1980 na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi na Assembleia do dia 17 de novembro de 1980, onde houve a adesão à Primeira Greve das Federais Autárquicas, e que a UFSC começou a trilhar seus caminhos de mudanças significativas, não somente políticas, mas administrativas e educacionais. Essa foi uma das greves mais importantes para os docentes, pois foi também a primeira greve de Servidores Públicos no regime militar, ainda às sombras do AI-5. Os motivos principais para a ocorrência desta greve se deram pelo fato de que em 1980 a inflação do país pairava em 90%, e o salário dos professores estavam reduzidos a um terço do que detinham na década de 1970, e a verba destinada à Educação era de apenas 4,28% do Orçamento Geral da União. Além desses fatores, o governo de Figueiredo decretou um reajuste salarial aos professores de apenas 56%, enquanto que aos militares deliberou premiações de 75% de aumento salarial. Fatores externos à economia também influenciaram na adesão à Greve, cujos exemplos são: o controle ideológico, o quadro permanente, que impedia a absorção do grande número de professores colaboradores, auxiliares de ensino e visitantes, e também a distribuição de poderes dentro das Universidades, nas quais não se podia votar democraticamente para chefes de departamentos, diretores de centros ou Reitores.<sup>15</sup>



Figura 3. Estudantes Prestando o Exame de Vestibular. Fonte: Caderno de Relatório da UFSC (1980)

<sup>15</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de Uma Universidade...* op.cit. p.92-93.

Essa Primeira Greve das Federais Autárquicas ocorreu na gestão do professor Ernani Bayer, durou 26 dias, teve seu início em novembro de 1980 e seu término em dezembro de 1980. Participavam desta Greve professores da UFSC e de mais 18 Universidades Autárquicas e professores de sete Escolas isoladas. As principais reivindicações eram: reajuste salarial de 48% relativo ao mês de março de 1980, implantação de reajuste salarial semestral de salários, o envio do anteprojeto da carreira do Magistério ao Congresso Nacional, revogação da Lei nº 6.733, que determinava a nomeação de reitores pelo Presidente da República e 12% do Orçamento Geral da União para a Educação. Com a greve os docentes almejavam algumas mudanças, um pouco significativas, conseguiram a aprovação do decreto que estabelecia novos planos de carreira no Magistério Superior e de 1º e 2º Graus, reajuste de 35% para janeiro de 81 e 35% para cumulativos em abril, resultando em 82,25% de aumento para os servidores.<sup>16</sup>

As primeiras greves na UFSC tornaram-se importantes, não somente por causa das reivindicações salariais, educacionais e de carreiras, mas também teve sua importância nas relações entre as pessoas da Universidade. Formaram-se redes de amizades que foram se construindo nas greves, nos piquetes, nas assembleias, nos comitês de greve e nos comícios. Unindo docentes dos diferentes centros de ensino da Universidade, estudantes, funcionários técnico-administrativos, causando uma identificação entre as pessoas participantes do movimento, e também se construíram relações de reconhecimento e amizades entre esses atuantes das greves, como depõe a professora do Curso de Arquitetura, Maria Inês Sugai:

Tinha um grupo de professores, nós tínhamos uma posição um pouco mais radical, então nós fazíamos defesas bastante enfáticas, [...]. Nós tínhamos que fazer piquetes para retirar os professores e os alunos de sala de aula, [...]. Era uma certeza, uma esperança, tinha-se a ideia da necessidade desse enfrentamento, para haver transformações, a importância dessa pressão coletiva, foi um momento muito bonito na Universidade. Mesmo na época de 79, quando foram presos os estudantes, foi um movimento incrível. Foi um momento que unia todos os departamentos, eu me lembro que nós fomos no DCE, que era no Centro (da cidade) ainda, quando os alunos foram presos, estávamos discutindo, quando eu vejo, os professores da Sociologia, havia um que era professor visitante da Sociologia, de São Paulo, estava ajudando, datilografando com os estudantes. Então foi muito interessante esse processo, e foi o momento que a Universidade mais se conheceu, porque nós não nos conhecíamos, um conhecia somente as pessoas do CTC, e nós começamos a conhecer os professores nas assembleias [...].<sup>17</sup>

Em 1981, os movimentos docentes dentro das Universidades Autárquicas ganharam novo apoio, a criação da ANDES, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior foi um passo importantíssimo, conquistado pelos professores, depois da criação das associações representativas de docentes, pois significou uma elevação qualitativa nos movimentos antes pautados em reivindicações em níveis setoriais. Com a ANDES, o movimento ganhou características mais fortes, com reivindicações ao nível do estado, buscando sempre com mais fervor os direitos do trabalhador e não se aceitavam mais simples concessões do governo. A exemplo disso temos a Primeira Grande Greve das Federais Autárquicas (citado anteriormente), que juntamente com um reajuste salarial propunha igualmente um projeto de carreira de Magistério, pensando não somente em uma melhoria de condição social e econômica, mas também em projetar uma mudança e melhoria na qualidade do Ensino Superior e de 1º e 2º Grau.<sup>18</sup>

Em fevereiro de 1982 a ANDES realizou seu Primeiro Congresso, na cidade de Florianópolis, no qual seicentos professores oriundos de diversas regiões do Brasil participaram. A APUFSC, então com o apoio da infraestrutura da administração da UFSC, sediou o Evento no *Campus* da UFSC, que se transformou numa grande assembleia nacional, onde questões relevantes ao movimento docente foram intensamente discutidas e revistas pelos participantes e organizadores. Uma das pautas mais discutidas no Congresso foi a preocupação com o descaso da Educação Superior e de 1º e 2º Grau. Também foram denunciadas as manobras políticas, como financiamento para manutenção de empresas multinacionais e diminuição das verbas destinadas à Educação no Brasil. Além disso, discutiram e levantaram a denúncia de que tais atos levariam a extinguir o Ensino público Superior e outras modalidades no Brasil.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> PIACENTINI, Tanira; RAMPINELLI, Waldir. APUFSC 30 anos... op.cit. p.87.

<sup>17</sup> Maria Inês Sugai. Entrevista concedida à

Icles Rodrigues, Marcos Dalcastagne e Roselane Nechel, 23 set. 2010.

<sup>18</sup> PIACENTINI, Tanira; RAMPINELLI, Waldir. APUFSC 30 anos... op.cit. p.88.

<sup>19</sup> Ibidem, p.88.

Seguindo esses movimentos pela melhoria de trabalho e de qualidade na Educação, ocorreram outras greves significativas para a Universidade, que agora tinham o apoio da ANDES. Como foi o caso da greve de 1983, com duração de 32 dias, entre os meses de junho e julho daquele ano. Sob a gestão do professor Bayer, os grevistas tinham como proposta de reivindicações uma reposição salarial de 70%, a partir do dia 1º de maio de 1983, o reajuste semestral a partir de novembro de 1983, o 13º salário para estatutário, direito à sindicalização e o Estatuto para o Servidor Público. Essa greve significou o reconhecimento da Educação Superior como um serviço Público Federal e dos professores como Servidores Públicos Federais. Mesmo sabendo que mais ou menos oitocentos mil Servidores Públicos estavam paralisados, o governo não demonstrou qualquer perspectiva de negociação com os docentes, mas foi a primeira greve em que os docentes e os técnicos administrativos uniram-se pelo objetivo de melhoria da Educação no Brasil.<sup>20</sup>

Outra greve que segue como exemplo significativo, é a greve do ano seguinte, 1984, teve seu início em maio e seu término em agosto, sendo uma das greves mais longas da classe, 84 dias. Nesta greve, além de participarem os professores da UFSC, participaram também professores de 18 Universidades Autárquicas e de professores de oito Escolas Isoladas bem como funcionários técnico-administrativos das respectivas instituições. Teve como propostas principais a reposição salarial de 64,8% referente a janeiro de 1984, 13º salário para Funcionários Públicos, um piso salarial de três salários mínimos para os servidores e financiamento do Instituto de Ensino Superior (IES). Contudo, a greve não surtiu o efeito esperado, acabando em fracasso e tendo que ser suspensa depois de intensas negociações, e o conflito causou problemas aos docentes e funcionários técnico-administrativos, pois estes sofreram um corte salarial em agosto de 1984.<sup>21</sup>



Figura 4. Professores em Assembleia na UFSC, Primeira Greve Nacional. Fonte: Caderno de Relatórios da UFSC (1980)

<sup>20</sup> *Ibidem*. p.88.

<sup>21</sup> *Idem*.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Nota: Um Plano

Econômico, que levou o nome do Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, estabelecido pelos Decretos-Lei nº 2.335/87 e 2.336/87, cinco meses após o Plano Cruzado II. Este Plano econômico determinou o congelamento dos preços de mercadorias, prestação de serviços e tarifas. Mais informações, consultar: LEITE, Julio Cesar do Prado; LOBO, Eugenio Roberto Haddock. *Os planos econômicos e suas repercussões no direito do trabalho*: plano Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Brasília: Consulex, 1991. p.23-34.

<sup>24</sup> Nota: Plano Econômico, denominado Plano

Verão, na qual o Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega estabelece pela Medida Provisória nº 32, convertida em Lei nº 7.730/89, que gerou assim uma Nova moeda, Cruzado Novo, com o objetivo de eliminar a indexação, mas não obteve completo sucesso, e três meses após sua implantação a inflação crescia por mês. Mais informações consultar: LEITE, Julio Cesar do Prado; LOBO, Eugenio Roberto Haddock. *Os planos econômicos e suas repercussões no direito do trabalho...op.cit.* p.34-68.

<sup>25</sup> Nota: Plano Econômico, sobre um regime democrático, a Ministra da Economia Zélia Cardoso Mello edita o Plano Collor I, um plano imposto à população, em meio a uma inflação que chegava aos 100% ao mês. O Plano Collor I veio para diminuir a alta inflação sem atingir a produção do país, mas acabou influenciando nas redes bancárias, e na década de 1990 houve retiradas de dinheiro das Cadernetas de Poupança e Contas Correntes, forçadas pela Medida Provisória 168, e mesmo assim a crescente inflação causou um declínio no consumo e consequente produção. Para mais informações, consultar: Idem. p.69-115.

<sup>26</sup> LEITE, Julio Cesar do Prado; LOBO, Eugenio Roberto Haddock. *Os planos econômicos e suas repercussões no direito do trabalho...op.cit.*, p.88.

A greve de 1987 realizou-se quando José Sarney estava na Presidência do Brasil e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz na Reitoria da UFSC. Participaram desse movimento professores de 45 Instituições Federais de Ensino Superior, incluindo professores de autarquias e fundações. Teve 44 dias de duração, e tinha como principais reivindicações e propostas a defesa do ensino público e gratuito, carreira única para profissionais das Instituições Federais de Ensino Superior, igualdade salarial em cada qualificação salarial e aposentadoria integral. Depois de todo tempo de paralisação e após negociações, o resultado da greve foi que o Congresso aprovou uma Lei, acordada com o movimento docente, criando um Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos, que permitiu assim unificar o regime jurídico das autarquias e fundações gerando um aumento salarial significativo para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior.<sup>22</sup>

Houve também nesse período a greve de 1991, que perdurou entre o mês de junho e setembro, sendo uma das greves mais longas da década de 1990, com total de 107 dias de paralisação. Participaram dessa greve professores de 45 Institutos Federais de Ensino Superior e também os técnicos administrativos da UFSC e demais instituições públicas. Na época o Presidente da República era Fernando Collor de Melo, e como representante da Universidade, na Reitoria, era o professor Bruno Rodolfo Schlemper Júnior. As principais propostas para o objetivo dessa greve eram: uma reposição salarial de 114,38%, a incorporação de perdas salariais advindas dos planos econômicos “Bresser”<sup>23</sup>, “Verão”<sup>24</sup> e “Collor”<sup>25</sup>, somando 640,39% de acréscimos salariais. Também era proposto a abertura de concursos públicos e assim a consequente expansão dos Institutos Federais de Ensino Superior, esta greve também ficou reconhecida como uma característica de protesto contra a proposta da Medida Provisória 168, que excluía docentes e técnicos do plano de reajuste salarial do governo. Depois de docentes e técnicos administrativos ficarem por mais de três meses paralisados, tiveram como resultado dessa greve um reajuste salarial de 20%, um aumento nas gratificações por titulação, a implantação da gratificação para especialização profissional.<sup>26</sup>



Figura 5. Assembleia dos Professores e Técnicos na Greve na UFSC. Fonte: Agecom (1987)

Sete anos posteriores, em 1998, professores, técnicos administrativos e também estudantes de cinquenta e um Institutos Federais de Ensino Superior aderem a uma nova greve. E essa também foi marcante para UFSC, pois ocorreu entre os meses de março e julho, com duração de 104 dias de paralisação. Fernando Henrique Cardoso era o Presidente da República, e Rodolfo Pinto da Luz, o reitor da Universidade. As principais perspectivas de reivindicações eram o reajuste salarial de 48,65%, uma recomposição no quadro de docentes dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), e também

era sugerido a expansão de vagas e abertura de concursos para docentes das IFES. Os grevistas não obtiveram resultados desta mobilização, pois o governo não aceitou as propostas em pauta, mesmo depois de 14 docentes terem feito greve de fome por alguns dias. Os professores de 1º e 2º Graus e aposentados não obtiveram concessões, porém desta greve resultou a aprovação pelo governo da retirada do Congresso Nacional a PEC 370 (Proposta de Emenda à Constituição), que tinha como iniciativa a desconexão do financiamento das IFES por parte do governo, o que as transformaria as IFES em, instituições privadas e assim mensalidades seriam exigidas dos alunos, se a PEC 370 fosse aprovada.<sup>27</sup>

A UFSC não teve participação somente nas greves citadas, mas também em outras greves, não tão significativas, mas também de importância, como as de 1981, 1982, 1986, 1989, 1993, 1994, 1996 e 1998 (última greve do ano de 1990). Tais movimentos dos docentes são representações do crescimento do reconhecimento do compromisso da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, que primeiramente levou os docentes a participar de greves mesmo não possuindo ainda um sindicato nacional elaborado e constituído, mas que lutavam por seus ideais políticos e educacionais. Também com a criação da ANDES, as greves dos docentes e técnico administrativos tornaram-se com voz mais ativa, organizadas e comprometidas com as negociações com o governo.

### Caminhos e Representações Políticas: Formação do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC

Os movimentos dos técnicos administrativos começaram a ganhar força e espaço desde 1980. Os levantamentos executados pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e pela Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC), a primeira greve em que os técnicos administrativos e docentes participam juntos é a de 1982. Mas, naquela época os técnico-administrativos não tinham representação sindical, somente a Associação dos Servidores da UFSC, ASUFSC, criada em 1969, já que neste momento era proibido a formação de sindicatos, criavam assim associações que pudessem oferecer assistencialismo e recreação.<sup>28</sup>



Figura 6. Docentes, Técnico-Administrativos e Estudantes em Greve no Centro de Florianópolis. Fonte: James Tavares [1982?]

<sup>27</sup> PIACENTINI, Tanira; RAMPINELLI, Waldir. APUFSC 30 anos. *Plural* – Revista de Publicação da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, a. 12, n.15, out. 2006, p.94.

<sup>28</sup> ABREU, Miriam Santini de. Fragmentos de quando a luta começa. In: \_\_\_\_ et. al. *Corpo de Luta*. Florianópolis, p.24-26.

Contudo, em 1982 a ASUFSC consegue romper com as linhas de barreiras, passando as políticas de assistencialismo e recreação, fazendo com que a Associação tomasse aspectos sindicalistas representativos e reivindicativos de seus direitos trabalhistas. E a proposta que a categoria assumia era a de contestar o Projeto de Reestruturação das Universidades brasileiras, que representava a essa categoria a possível privatização do Ensino público Superior. No início a manifestação objetivava uma paralisação de 24 horas, mas se estendeu por quatro semanas. Apesar de todas as repreensões recebidas da Reitoria, o movimento articulou-se e organizou-se, tendo grande número de trabalhadores e estudantes como integrantes. As alas do Restaurante Universitário e os ginásios do Centro de Desportos (CDS) eram utilizados para articulação e realização das assembleias.<sup>29</sup>

Entretanto, foi somente em 10 de abril de 1987, com a aprovação da Lei nº 7.596, que estabeleceu a isonomia salarial entre as Universidades Autárquicas e Fundacionais, por meio do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE). Este plano foi elaborado e proposto ao governo Federal pelos próprios trabalhadores, por meio da FASUBRA, foram esses que discutiram e construíram uma nova estrutura de uma nova carreira de sua própria categoria. Assim, a Constituição Federal de 1988, também trouxe novos elementos administrativos aos servidores públicos federais, proporcionando novas normas na relação dos servidores com o governo Federal e também fez estabelecer o direito de organização sindical. Então em 1989, com uma nova gestão política na ASUFSC, demarca-se um novo período de organização dos trabalhadores dentro da UFSC, que irá resultar em uma greve, que tinha como objetivo principal da paralisação, a questão orçamentária da UFSC. Os protestos ocorridos neste momento seguiam dos diferentes Estados do País e uniam-se em Brasília, formando movimentações de grande significância e importância. A esses protestos o Governo Federal respondia levantando hipóteses de retirar os aposentados das folhas de pagamento das Universidades, e os atos em protesto contra estas hipóteses marcaram o movimento dos servidores perante o Governo Federal e as universidades.<sup>30</sup>

A década de 1990 traz novas marcas nas relações dos servidores com o governo Federal, pois é aprovada a Lei nº 8.112, que institui o Regime Jurídico Único (RJU) dos Servidores Públicos Civis da União e essas mudanças não repercutiram nos servidores no Brasil, principalmente nos da UFSC, que começavam a pensar em uma mudança dentro da ASUFSC, queriam reestruturá-la e transformá-la em sindicato, entre os anos de 1990 e 1991, essa proposta é levada à votação entre os filiados, para tomarem decisão. A diretoria da associação divide-se em duas vertentes, nesse momento: uma defendia a associação como um órgão de beneficência, lazer, esporte e convênios; a outra defendia a estruturação em forma de sindicato, que teria como objetivo a luta por melhorias salariais, carreiras, garantias de lazer etc. Porém, somente no ano seguinte, 1992, é que os técnico-administrativos da UFSC reúnem-se e fundam o SINTUFSC, mudando seu Estatuto do Órgão e da Administração deste.<sup>31</sup>

Antes mesmo que a ASUFSC viesse a transformar-se em SINTUFSC, os Servidores aderiram a uma greve em 1991, propuseram a defesa da Previdência Social, da Saúde Pública e gratuita, do Serviço Público, da Reforma Agrária e por um fim na violência que assolava a agricultura brasileira. A FASUBRA nesta greve reivindicava uma reposição salarial de 427,7%, que seria para repor perdas ocorridas entre janeiro de 1990 e abril de 1991. E assim, um ato que marcou fortemente esta greve, ocorreu em 25 de junho de 1990, onde estudantes, técnico-administrativos, professores e trabalhadores de outras funções do serviço Público Federal, uniram-se em um ato de “abraçar” o prédio da Reitoria do *Campus* da UFSC, e foi desta maneira, que pela primeira vez, o Governo Federal assinou um acordo com a FASUBRA, sendo reconhecida como representante oficial dos técnico-administrativos em educação.<sup>32</sup>

No ano de 1993 o SINTUFSC realiza o primeiro congresso dos trabalhadores da UFSC, onde estes estruturaram um plano estratégico de atuação, e organizaram uma greve, na qual conseguiram atingir uma de suas principais reivindicações, a garantia, por meio de Lei, do vale alimentação. Porém, a vida dos Servidores Públicos da UFSC estava fortemente prejudicada, pois os reajustes salariais não eram devidamente estabelecidos e muito menos garantidos, mas a isso somava-se ainda aos aumentos oscilantes, da

<sup>29</sup> ABREU, Míriam Santini de. Fragmentos de quando a luta começa.....op.cit. p.26-28.

<sup>30</sup> ABREU, Míriam Santini de. Fragmentos de quando a luta começa.....op.cit. p.28-29.

<sup>31</sup> *Ibidem*. p.31.

<sup>32</sup> *Ibidem*. p.30-31.

inflação brasileira. O ano de 1995 é um ano marcado pela presença do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que teve sua administração no país marcada pelas crescentes privatizações de empresas, fundações e indústrias brasileiras. E em meados desse ano, os servidores da UFSC discutem a possibilidade de filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT).<sup>33</sup>



Figura 7. Professores e Técnico-Administrativos manifestando pelo aumento salarial. Fonte: AGECOM/ 1998



Figura 8. Movimento dos Servidores Públicos filiados à CUT. Fonte: Silvana Pereira (1990)

<sup>33</sup> Ibidem, p.33.

O SINTUFSC participou e promoveu greves em períodos como de novembro de 1988 a janeiro de 1989, e ainda no mesmo ano outra greve entre os meses de maio a julho. Em 1990 entre os meses de setembro e outubro, em 1991, entre junho e agosto. Outra entre os meses de abril e junho de 1994. Em 1996, entre os meses de abril e maio, e, em 1998, de abril a julho.<sup>34</sup>

Estes movimentos dos docentes, técnicos administrativos e estudantes dentro da Universidade Federal de Santa Catarina ganharam várias visões, conforme alguns depoimentos de técnicos e professores da Universidade. Visões estas que, com a abertura política e a democratização, faziam com que pudessem ser percebidos os grupos que se formavam dentro dos departamentos e em outras instâncias administrativas. Era mais perceptível ao olhar as mudanças ideológicas, e observavam-se então as divisões entre o grupo que preferia uma ideologia direcionada para a esquerda e o grupo que se direcionava para ideologias de direita. Mas, o movimento dos docentes não foi somente de participação dos professores. Segundo os depoimentos de Maria Bernadete Ramos Flores,<sup>35</sup>

Sim, aderiram, os estudantes assumiam bem os movimentos dos professores, eles participavam das reuniões, houve momentos em que eles invadiram sala de reunião, para defender determinada votação de determinado grupo de professores, tivemos momentos críticos inclusive, [...], mas de modo geral os alunos participavam das reuniões, tomando partido, já sabiam o que estava sendo discutido. Era mais organizado, [...]. O período de oitenta até boa parte de noventa, os alunos eram bastante críticos, bastante atuantes, bastante organizados. Eles entravam nas salas sabendo o que iam fazer, de que lado eles estavam...<sup>36</sup>

#### E Corina Martins<sup>37</sup>:

Na realidade, na época de oitenta a questão da Moradia Estudantil sempre foi um foco, na época existia uma casa, [...], e não tinha Moradia Estudantil feminina, e aconteceu que a Universidade pagava uma casa no centro para as alunas, próxima ao Colégio Catarinense. [...] E em noventa, já havia uma perspectiva, [...], e começou-se toda uma mobilização, junto aos prefeitos, das cidades, para conseguir auxílio, para tentar construir uma Moradia Estudantil. E o grande problema sempre foi recurso, que não se tinha recurso para a Moradia Estudantil, [...], mas foi por água abaixo, porque não houve envolvimento dos prefeitos.<sup>38</sup>

Portanto, de acordo com os relatos acima citados, observa-se que os estudantes também participaram dos movimentos, aderindo às greves juntamente com os professores.



Figura 9. Docentes, Técnicos-Administrativos e Estudantes em Protesto Contra as Privatizações no Brasil. Fonte: Lúcio Flávio Giovanella [199?]

<sup>34</sup> MOYSÉS, Raquel. Corpo de Luta. In: ABREU, Miriam Santini de. et al. *Corpo de Luta*. Florianópolis, p.21.

<sup>35</sup> Maria Bernadete Ramos Flores. *Entrevista concedida a Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 05 ago. de 2010. Graduada em História pela Universidade do Vale do Itajaí (1973) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Atualmente é professora titular da UFSC, atuando nos temas: festa, gênero, tradição, estética, história da arte, corpo, memória e cultura.

<sup>36</sup> Maria Bernadete Ramos Flores. *Entrevista citada*.

<sup>37</sup> Corina Martins Espíndola. *Entrevista concedida a Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 30 jul. 2010. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente exerce o cargo de Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da UFSC.

<sup>38</sup> Corina Martins Espíndola. *Entrevista citada*.

Isto se deve porque, nesse período de 1980 e 1990, não somente a APUFSC e SINTUFSC marcaram historicamente suas ações na Universidade, mas também o movimento estudantil que possuía um Diretório Central dos Estudantes (DCE) muito firme e presente. Porque fazia parte da atuação dos representantes do órgão estudantil entrar nas salas dos centros de ensino da Universidade, para avisar sobre manifestações e adesão às greves dos professores. Os estudantes que representavam o órgão estudantil eram comprometidos com os interesses de sua classe, sabiam quais eram as maiores necessidades a que estavam submetidos. Dentre elas, a Moradia Estudantil, que, para quem fosse de fora da cidade de Florianópolis, era questão, muitas vezes, de sobrevivência, o acesso ao Restaurante Universitário, à Biblioteca Central e a recursos para financiar permanência desses estudantes na cidade, para que pudessem continuar cursando a Universidade.

Juntamente com o DCE, os Centros Acadêmicos (CAs) de vários cursos também entravam nos movimentos, trazendo as necessidades de seus cursos, bem como os problemas mais frequentes e pertinentes para serem solucionados e garantidos juntamente com o DCE. Pois, ambos os órgãos na década de 1980 tinham caráter apolítico, a opinião política de cada integrante desses órgãos eram apenas particularidades, já que tinham foco para as necessidades e problemas cotidianos de dentro da comunidade Universitária. Como representantes dos estudantes, os CAs e o DCE tinham papel fundamental na organização e mobilização dos estudantes para conseguirem soluções dos seus problemas e necessidades, mostrando que os interesses estudantis também tinham apoio e voz ativa dentro das decisões administrativas tomadas na Universidade.

Os movimentos tanto advindos do DCE e CAs como da APUFSC, ou ambos, tinham locais estratégicos para realizações de seus atos, reuniões e assembleias, locais estes bem conhecidos dentro do cenário da Universidade, como o Restaurante Universitário, o hall da Reitoria e a praça em frente à Reitoria, eram locais de frequentes ocupações, organizações e execuções de assembleias e reuniões, transformando-se em pontos comuns de mobilização e atos. O Restaurante Universitário durante o período de manifestações, na década de 1980, foi usado como local de reunião e de assembleias, o hall da Reitoria foi ocupada algumas vezes como ato de protesto, na qual funcionários não puderam sair nem entrar. Já a Praça em frente à Reitoria foi usada como ponto de encontro de manifestantes para seguirem em passeata posteriormente, bem como foi palco para assembleias decisivas ao ar livre.

## Arte, Cultura dentro da UFSC

A UFSC, desde seu início na década de 1960, preocupava-se com a sua parte cultural e artística. Tanto que esse interesse mostrou-se um elemento indispensável à Universidade. Tal importância foi observada quando a Universidade cria seu brasão com a insígnia Artes e Ciências. Deste momento em diante, ela se preocupava cada vez mais com a divulgação e a promoção dos artistas, pensadores, pintores, escultores e principais integrantes de movimentos culturais do Estado de Santa Catarina, utilizando de seu espaço físico para este fim.<sup>39</sup>

Assim, em 1971 a Universidade cria dois setores para administração dessa parte promotora de arte e cultura: o de Manifestações Artísticas, que administrava os eventos ligados a fotografia, cinema e artes plásticas; o de Educação Musical, que foi importante para marcar a presença cultural dentro da Universidade. Posteriormente, em 1977, a UFSC então cria a Seção de Atividades Artísticas, que seria para contemplar os eventos administrados pelos dois setores acima citados, que não atendiam tanto quanto anteriormente à demanda, e também para proporcionar outros tipos de eventos culturais que a Universidade dispunha à comunidade ao seu entorno.<sup>40</sup>

Porém, a Universidade não possuía espaço físico para a instalação da seção acima citada, que administrava as atividades do Coral e das Oficinas de Arte, então em 1978 sede-se o prédio da antiga Igreja da Trindade e da Casa do Divino, como espaço para a sua instalação. Em 1979, o prédio do antigo Salão Paroquial também é entregue à seção, que com reformas foi transformado, e até hoje perdura, no Teatro da UFSC. Também nesse mesmo ano, a nomenclatura da seção modifica-se para Núcleo de Atividades Artísticas e Culturais (NAAC), logo em seguida da mudança no nome, cria-se o Departamento

<sup>39</sup> UFSC. *Departamento Artístico e Cultural*, Florianópolis – SC. Disponível em: <<http://www.dac.ufsc.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

<sup>40</sup> Idem.

de Assuntos Culturais (DAC), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e de Extensão, e assim o NAAC ficou subordinado à administração do então recém-criado Departamento.<sup>41</sup>

No ano de 1984, novamente ocorreu uma mudança na estrutura das pró-reitorias, portanto, na Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão são extinguidos o Departamento de Assuntos Culturais e o Núcleo de Atividades Artísticas, criando-se o Departamento de Apoio à Extensão, que estava nesse momento subordinado a recém-criada Divisão de Atividades Artísticas e Culturais. Mas, em 1988 ocorreu uma grande e significativa mudança na estrutura organizacional da UFSC, devido ao crescente interesse pelas atividades artísticas no *Campus* e fora dele. E assim criou-se a Pró-Reitoria de Cultura e extensão, e houve também a transformação da Divisão de Atividades Artísticas e Culturais em Departamento Artístico e Cultural (DAC).<sup>42</sup>



Figura 10. Apresentação do Coral da UFSC em frente ao prédio da Reitoria. Fonte: Agecom (1981)



Figura 11. Apresentação do Grupo Engenho na UFSC. Fonte: Agecom (1981)

<sup>41</sup> UFSC. *Departamento Artístico e Cultural*, Florianópolis – SC... op.cit.

<sup>42</sup> Idem.

Posteriormente a estas mudanças administrativas, o DAC implanta-se e fixa-se na Universidade, tanto física quanto presencialmente, devido aos seus esforços para a criação da Galeria de Arte, do Núcleo de Cinema, e também para o Teatro que recebe reformas e auxílios para melhoria. Desse momento em diante a UFSC vem aumentando seu reconhecimento perante outras instituições, diante de seu crescente investimento para proporcionar à comunidade ao seu entorno acesso às diversas formas de artes que o Estado de Santa Catarina produz. Porém, este departamento da Universidade precisa de mais recursos e espaços físicos para demonstrar toda a sua potencialidade e importância dentro da Universidade.<sup>43</sup>

## Experiências Políticas e Projetos de Universidades nos anos 1980 e 1990

No período, entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, temos gestões administrativas que propuseram projetos para que a identidade da Universidade e seus processos de desenvolvimento acontecessem, bem como seus processos de aproximação com a sociedade ao seu entorno, expandindo-se, com o passar dos anos, para sua representação na cidade, no Estado e então no Brasil. Neste momento, em meados da década de 1980, mas especificamente entre os anos de 1984 a 1988, temos a primeira gestão do professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, que começa sua vida na UFSC no ano de 1967, no Curso de Direito. Em sua vida acadêmica participou do Diretório Acadêmico, começando assim sua estruturação política dentro da UFSC. Posteriormente Rodolfo participou do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, como estudante, representando o DCE, o que caracterizou ainda mais seus caminhos políticos dentro da Universidade.<sup>44</sup>

O professor Rodolfo entra em campanha eleitoral e assume a gestão administrativa da Reitoria, em uma época em que a UFSC e o Brasil passavam por um processo de abertura política, na qual os movimentos sociais deixaram seus legados, o que impulsionou o resultado da abertura. Havia nesse momento, na UFSC, uma mudança de estruturação administrativa e também política, pois foi quando começavam a ocorrer reformulações no Estatuto Interno, modificando as normas sobre as eleições de chefes de departamentos, de centros de ensino e também para reitores. Então, nessa época, as eleições diretas começaram a se fortalecer e conseguir espaço dentro da Universidade, fossem elas para chefes de departamentos, coordenadores de curso e outros cargos administrativos. Essa reforma no Estatuto fez emergir a questão da participação dos docentes, estudantes e técnicos nas eleições,<sup>45</sup> como relembra o professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz: “84 foi a primeira eleição direta para reitor, [...], e foi uma eleição paritária entre os técnicos, professores e estudantes, com pesos equivalentes...um terço, um terço e um terço.”<sup>46</sup>

As propostas elaboradas pela chapa do professor Rodolfo, que seriam metas e objetivos norteadores da gestão administrativa na UFSC, foram fortemente influenciadas pelas dificuldades e realizações ocorridas em gestões anteriores, como ele mesmo relata:

84 eu era Pró-Reitor de Administração do professor Ernani, então eu conhecia a Universidade como estava. Na época do Ernani a nossa grande luta foi implantar os cursos criados na época do Stemmer. Os cursos de graduação, que realmente tiveram um crescimento significativo, mas entre o Stemmer e o Ernani, o Stemmer ainda passou por uma fase de desenvolvimento. A Universidade detinha certa liberdade para contratar e, certa liberdade de aplicar os recursos. Mas quando entrou o Ernani, a situação complicou bastante, o governo passou a interferir diretamente na Universidade e tivemos um problema de implantação destes cursos, e que me sobrecarregava muito, porque eu era o Pró-Reitor encarregado de buscar recursos para contratação de pessoal [...], pois tudo isso era na Pró-Reitoria de Administração, que possuía uma Assessoria de Planejamento, mas basicamente o orçamento e toda a administração geral eram destinados à Pró-Reitoria de Administração.<sup>47</sup>

Com estas dificuldades administrativas e políticas, conforme sugere o relato proferido acima pelo professor Rodolfo, observa-se a forte característica de influência do Governo Federal na Universidade, transformando dificuldades administrativas e orçamentárias internas da Instituição, em elementos de extrema influência na elaboração de uma proposta administrativa diferenciada, de autoria do grupo da nova gestão da Reitoria, a qual o professor Rodolfo dedicou-se a atingir perpassando todos os elementos sofridos pelas

<sup>43</sup> UFSC. Departamento Artístico e Cultural, Florianópolis – SC... op.cit.

<sup>44</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista concedida a Glauco Baches e Roselane Neckel*. Florianópolis, 10 de ago. de 2010.

<sup>45</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada*.

<sup>46</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada*.

<sup>47</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada*.

gestões anteriores. Entre essas propostas da chapa do professor Rodolfo, encontravam-se ideias de criação de um Conselho Comunitário, que teria como objetivo principal a comunicação da Universidade com a sociedade em que ela se insere; porém, esta proposta não foi aceita e assim não se executou. Havia também a de criação de uma Ouvidoria, que conseguiram executar somente na segunda gestão de Reitoria do professor Rodolfo, quando o grupo conseguiu aprovação, execução e consolidação da proposta.<sup>48</sup>

Na primeira gestão do professor Rodolfo, os técnicos administrativos conseguiram consolidar e implantar sua representação política, como um sindicato organizado, trazendo mais presença e participação da categoria dentro das decisões da UFSC. Na gestão de 1984 a 1988, do professor Rodolfo, no momento inicial da administração, a chapa fez um projeto de mudança administrativa da Universidade, e conseguiu a sua aprovação e execução, realizando uma Reforma Estatutária na UFSC, modificando pró-reitorias e outros elementos administrativos.<sup>49</sup> Porém, as memórias do professor Rodolfo sobre esse momento falam não somente de conquistas, mas também de grandes dificuldades internas na Universidade:

A luta de 84 a 88 era, eu diria, quase de sobrevivência, [...] Fizemos a proposta de consolidar a Universidade na graduação, manter a graduação, não tinha nenhuma proposta de expansão, porque nós sabíamos que não havia recursos. Ampliar a pós-graduação sim, ampliação de mestrados e doutorados, ampliação da titulação docente. Na reforma administrativa, juntamos a graduação com a pós-graduação, a Sub-Reitoria mudamos para Pró-Reitoria, e a Pró-Reitoria de Ensino, incluía graduação e pós-graduação, o Silvio Coelho dos Santos foi o pró-reitor. O objetivo era de nós conseguirmos fortalecer a graduação unindo-a com a pós-graduação, e ampliando a pós-graduação. Então era consolidar a graduação e ampliar a pós-graduação, e conseguimos. A pesquisa e a extensão nós unimos também, que era para, justamente, você ter a pesquisa e a extensão correlacionadas e relacioná-las com a sociedade, [...], modificando a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para Pró-Reitoria de Assistência da Comunidade Universitária. [...] Então a política foi essa, de procurar ampliar a relação com a comunidade [...].<sup>50</sup>

No relato citado, observa-se uma forte preocupação com a manutenção e fortalecimento da graduação, utilizando mudanças administrativas para obter garantias deste fortalecimento. O que gerou, conseqüentemente, incentivos à ampliação das pós-graduações, e essas ampliações significaram a construção de uma identidade da UFSC, nas décadas de 1980 e 1990, proporcionando mudanças significativas desse período, transformando-o em um período reconhecido pelo momento de crescimento de pós-graduações. Esse relato não somente demonstra a marca significativa, que as ampliações das pós-graduações deixaram de legado para a Universidade, mas também a preocupação da gestão, com a visão e as ligações que a Universidade tinha com a comunidade florianopolitana. Assim, como se observa na fala do professor Rodolfo, essa preocupação com o retorno à comunidade fazia parte do compromisso principal:

Nós tínhamos um *Campus* Avançado em Santarém, que depois nós encerramos e passamos para a Universidade Federal do Pará, [...], fizemos o *Campus* Avançado em Praia Grande, no Sul do Estado, que depois fechou, mas a interiorização foi uma ação importante, pois era a época da Constituinte. Nós fizemos uma ação pró-constituinte de construção. Fomos a todos os Municípios Catarinenses, a Universidade foi, debatendo as propostas para a constituinte, [...], e promovendo debates, Cidade por Cidade. [...] Quem coordenou foi a Sidnéia. [...] Foi um trabalho muito interessante, nós tivemos, assim, muitas pessoas que nunca tinham visto a Universidade do interior, [...], nunca tinham vindo na UFSC, e vieram. Fizemos uma proposta, que mandamos para o Congresso Nacional, uma proposta catarinense feita realmente nas bases.<sup>51</sup>

O professor Rodolfo enfatiza também, em sua fala, que o objetivo dessa formulação da constituinte foi de extrema importância para a Universidade, pois gerava autonomia para a Universidade, e também trazia garantias para uma vinculação orçamentária destinada à Educação, o que também proporcionava a gratuidade do ensino público. Mas, o professor coloca que, mesmo com todas as dificuldades e restrições orçamentárias, a UFSC cresceu e continuou crescendo tanto estruturalmente quanto na graduação e pós-graduação.<sup>52</sup>

<sup>48</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada*.

<sup>49</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada*.

<sup>50</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada*.

<sup>51</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada*.

<sup>52</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada*.

A UFSC continuou crescendo, não somente em consequência da elaboração da constituinte, mas também por meio da obtenção de apoios, provenientes dos recursos estabelecidos. Já que na gestão do professor Stemmer (1976-1980) houve muitas construções, resultantes dos recursos firmados. Porém, no início dos anos 1980, a crise, econômica e política, agravava-se no país, e assim surgem dificuldades de estabelecimento de recursos, que seriam destinados à ampliação e melhoramento da Universidade. Segundo o professor Rodolfo, as dificuldades eram presentes tanto na sua gestão quanto na anterior, do professor Ernani Bayer,<sup>53</sup> conforme relata a seguir:

Com Ernani foi muito difícil para contratar, não havia autorização nenhuma, era uma guerra para nós conseguirmos contratar professores e funcionários. E depois continuou, mas nós conseguimos superar, o prédio do CFH foi construído naquela época, [...], era um por um, metro por metro, não entrava no orçamento, não tinha um tostão para construir, era tudo por meio de convênios de Brasília [...].<sup>54</sup>

As dificuldades de manutenção da expansão física, de corpo docente e de técnico administrativo na Universidade não foram somente problemas enfrentados pelo professor Ernani Bayer em sua gestão. Em depoimentos, o professor Rodolfo expõe suas relações com tais dificuldades:

O CFM, Física, Química e Matemática, quando eu assumi tinham muitos prédios, só o início dos prédios, porque foi do planejamento participativo da época do Diomário, e aí ao invés de fazer um depois o outro, começaram tudo ao mesmo tempo, sem dinheiro para continuar, daí quando assumi no segundo mandato, eu disse: “gente (eu reuni os diretores), nós não temos dinheiro para continuar prédio nenhum”. E realmente não tínhamos nada! Chegou, no segundo e terceiro mandato, anos de não ter dinheiro para comprar uma mesa, porque era material permanente. Nós, claro eu deixava de pagar luz, água e telefone, quando públicos, para manter a Universidade, e nós comunicávamos, mandávamos um ofício para o Ministro e para o Governador, [...], e mandavam para Brasília. E assim, tivemos anos que eles fizeram assim: zero de investimentos. Não tinha um dinheiro para comprar uma mesa, uma cadeira e um computador, nada! Construir, nem se fala, zero! Então você tinha que ir um por um...<sup>55</sup>

No segundo mandato do professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz (1996–2000), não somente os problemas de expansão da Universidade eram abordados, discutidos e necessitavam de uma dissolução, como também os problemas políticos, emergentes no Brasil naquele momento. Nessa época, com o Ministro da Educação Paulo Renato e como Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a UFSC e outras Instituições Federais de Ensino Superior no País passaram por grandes dificuldades. Foram anos em que ocorreram na Universidade muitas greves significativas, como a dos docentes, técnico-administrativos e a dos alunos. Pois, cada vez mais as Universidades Públicas estavam sendo comprimidas no orçamento, e isto causava a diminuição da autonomia destas instituições.<sup>56</sup> Assim, como se observa nas memórias do professor Rodolfo:

Nós fizemos uma proposta na ANDIFES<sup>57</sup> de expansão da Universidade Pública, porque nós entendíamos que cada vez mais a Universidade Pública estava mais comprimida, não crescia, então nós fizemos a chamada Agenda ANDIFES, que era justamente para ampliar a Universidade, [...], e a reivindicação era de justamente de ampliação, para que pudéssemos ampliar a graduação, consolidar a pós-graduação e ampliação da pós-graduação. Abrimos mais alguns cursos de mestrado e doutorado. Queríamos expandir a graduação, mas estávamos com dificuldades, conseguimos poucos cursos novos e algumas ampliações de vagas. E também propomos uma política de fortalecimento da graduação, criando o Fun-Grad, que era o Fundo de Apoio à Graduação, nós tínhamos o Fundo de Apoio à Pesquisa, e criamos o Fundo de Apoio à Extensão. Os novos cursos nós criamos com apoios, dando prioridade de contratação, aquisição de livros, laboratórios e instalações para esses novos cursos. O Fundo de Apoio à Graduação tinha como objetivo apoiar projetos de cursos de graduação, coisa que nunca existiu na Universidade, e a graduação ficava sempre à margem, porque a pós-graduação recebia recursos direto de Brasília, da CAPES.<sup>58</sup> <sup>59</sup>

<sup>53</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada.*

<sup>54</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada.*

<sup>55</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada.*

<sup>56</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada.*

<sup>57</sup> Nota: A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, criada em 23 de maio de 1989, representante oficial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no Governo Federal, das Associações de Professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. Para mais informações, consultar: [http://www.andifes.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=93&Itemid=64](http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid=64).

<sup>58</sup> Nota: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O objetivo principal a expansão e a consolidação da Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, em todos os Estados do País. Para mais informações, consulte: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>.

<sup>59</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada.*

Uma das razões pelas quais as duas gestões do professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz foram consideradas significativas entre as décadas de 1980 e 1990 são as suas relações com os movimentos reivindicativos, provenientes de ações de docentes, de técnico-administrativos e de estudantes. As quais o professor Rodolfo relata sua proposta de reação ante a estes movimentos:

[...] com os estudantes, com os professores ou com os funcionários, era uma época ainda de participação ativa, a primeira coisa a fazer é saber quais são as reivindicações, colocar sempre claramente o que se pode e o que não se pode fazer, e acima de tudo batalhar! Mostrar também àqueles do governo e da sociedade as razões das reivindicações, das necessidades, porque as pessoas não compreendem, a Universidade Federal sempre é tida como uma instituição rica.<sup>60</sup>

Mesmo que a Universidade possuísse um grande orçamento, esta também carecia de muitos gastos, desse modo se fazia necessário mostrar tanto à comunidade em que a UFSC encontra-se inserida quanto à comunidade Universitária que, ainda que o orçamento da UFSC fosse grande, esta possuía muitos gastos e encargos. O professor Rodolfo em seu relato demonstra suas relações sobre a questão problemática orçamentária:

O importante sempre é o diálogo. Então quando o estudante invadia, abria-se a porta, primeiro não se fecha porta, se fechar a porta a tendência é forçar para entrar. Mas, se você abre, a pessoa entra, explica, e no final vai embora, porque não tem mais o que argumentar, e sabe também na maioria das vezes que a solução não está ali, porque não era o Reitor que poderia solucionar.[...]O trabalho sempre foi nesta linha do diálogo.<sup>61</sup>

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi recebida sem surpresa dentro da Universidade, pois havia um acompanhamento. Desse modo a UFSC precisou fazer apenas uma adaptação no seu Estatuto Interno. Os princípios da LDB já estavam incorporados nas ações diárias das pessoas na Instituição. A UFSC estava vivenciando um momento muito complicado com o Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso e como Ministro Paulo Renato. Nesse momento, a relação da UFSC com o Ministério não era nada pacífica, haviam sempre conflitos, as manifestações reivindicativas eram objetivadas para melhores salários, melhorias na Educação, buscando, cada vez mais, garantias de Educação pública, gratuita e de qualidade. As greves ocorriam em quase todos os anos, chegando ao máximo a intervalos de dois anos.<sup>62</sup>



Figura 12. Vista Aérea do Campus Universitário na década de 1990. Fonte: Agecom/Década de 1990

<sup>60</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada.*

<sup>61</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada.*

<sup>62</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada.*

Contudo, as gestões do professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz expressam os momentos vividos na UFSC nas décadas de 1980 e 1990, como também a gestão do professor Antônio Diomário de Queiroz (1992-1996), cuja vice-reitora foi a professora Nilcéia Lemos Pelandré, que começou sua vida profissional dentro da Universidade ao passar em um concurso para o Centro de Ciências da Educação (CED). Nilcéia então começou a estabelecer laços de amizades com outros professores e professoras, como as professoras Vera Bazzo, Tânia Piacentini, Tanira, Leda Scheibe, entre outros integrantes do Centro. Amizades estas que estavam conectadas por uma postura mais aberta e democrática. Nilcéia, juntamente com outros docentes, muitos deles seus amigos, participavam dos movimentos de ação pela liberdade e por uma Universidade democrática. Movimentos estes como as assembleias, eleições da APUFSC e greves. A professora Nilcéia também foi representante do CED dentro da CEPE, que era o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, criado para abrir um maior espaço para a área de pesquisa e extensão, e não somente o ensino, acompanhando os movimentos progressivos nacionais.<sup>63</sup> A professora Nilcéia em seu depoimento, relata sobre suas relações com os cargos administrativos que ocupou:

Eu fui coordenadora de estágios, e nessas funções, eu tinha a compreensão que as coisas eram muito colegiadas, que a gente realmente tinha que trazer para discutir, para debater, para levar a posição do grupo, nós íamos nos movimentando, e foi assim que eu sempre agi, e nos embates corriqueiros do dia a dia a gente tinha sempre aquele grupo que defendia essa abertura, essa participação maior, as coisas transparentes, as coisas de gabinete, e assim fui indo...<sup>64</sup>

A professora Nilcéia em seu depoimento fala sobre como ocorreu a sua aproximação com a Reitoria e sobre a chapa do professor Antônio Diomário de Queiroz, relatando como procedeu esse processo e suas questões pessoais e profissionais:

Então, não passava pela minha cabeça em hipótese alguma, a questão da Reitoria, jamais eu havia pensado, eu gostava de estar participando dos movimentos, mas não me passava pela cabeça. Na época, havia como candidatos, o Diomário, o Scheibe e o Rodolfo. Bem, eu sempre fui muito próxima do pessoal, Vera Bazzo, Tânia Piacentini, Tanira, Leda Scheibe e todo mundo. Um dia eu recebi um convite, para conversar com o Diomário, [...], aí eu achei muito estranho, porque eu não tinha nenhuma relação mais próxima [...]. E eu fui conversar com ele, e aí ele me apresentou a proposta dele de gestão, me apresentou as propostas de Universidade, que diferiam, até então, das outras propostas desenvolvidas. Ele colocava como uma proposta aberta para discussão, e ele gostaria de ter, na sua chapa, era proposta dele, alguém da área de Humanas, para trazer ao centro da Universidade esse lado da área de Humanas e Educação, e gostaria de trazer também uma mulher, para a direção da Universidade. [...] Nossa, mas eu nunca pensei nisso na vida, estava fora dos meus planos pessoais e profissionais, e aí eu conversei com algumas pessoas. Mas, eu havia gostado do projeto, tinha achado interessante. Eu vi naquela possibilidade uma forma de, de fato, trazer a área de Humanas e Educação para o centro da Universidade, que até então não tinha.<sup>65</sup>

As dificuldades enfrentadas pela área de Humanas na Universidade, segundo a professora Nilcéia, eram percebidas em muitos órgãos administrativos e representativos; no depoimento a seguir, ela relata questões que interfeririam em sua decisão em participar da chapa do professor Diomário:

A nossa dificuldade no CEPE era que nós sempre éramos os primos pobres, aqueles que não têm vez, aqueles que ficam por último, era sempre assim, e era uma briga tremenda para a gente conseguir alguma coisa, para o CED, para o CFH,<sup>66</sup> para o CCE,<sup>67</sup> para o CCB,<sup>68</sup> era uma dificuldade, era tudo destinado à medicina, engenharia, administração, era sempre assim na Universidade. E isso mexeu comigo, essa possibilidade de abrir, de participar, e depois pensei na questão de uma mulher, porque são sempre Reitores e pró-reitores, e assim quem sabe a gente pode abrir?! E comecei a conversar com o Diomário, antes de dar meu sim, e fazer algumas colocações [...], pois eu sabia também, que a princípio eu compraria uma briga com os meus colegas, porque havia uma rejeição ao Diomário. [...]E em um dia eu encontrei uma pessoa que foi decisiva para eu dar o meu sim, que foi a Tanira Piacentini, [...], eu disse: “Tanira, eu

<sup>63</sup> Nilcéia Lemos Pelandré. *Entrevista concedida a Lara de O. Beck e Roselane Neckel*. Florianópolis, 2 de set. de 2010.

<sup>64</sup> Nilcéia Lemos Pelandré. *Entrevista citada*.

<sup>65</sup> Nilcéia Lemos Pelandré. *Entrevista citada*.

<sup>66</sup> Nota: Centro de Filosofia Ciências e Letras.

<sup>67</sup> Nota: Centro de Comunicação e Expressão.

<sup>68</sup> Nota: Centro de Ciências Biológicas.

preciso hoje falar contigo“. E eu abri toda a situação, e falei: ”o que tu achas?“. E para a minha surpresa, ela disse: ”vai! tens mais é que aceitar!“. [...] Acabei ponderando, e pensei que não daria muito certo, mas eu vou, vamos ver como fica, e eu assumi o compromisso com as pessoas de que realmente eu continuaria agindo como eu sempre agi, e que eu procuraria abrir espaço para todos da área de Humanas. [...] E acabamos ganhando a eleição, nunca fizemos restrição, fizemos realmente uma administração conjunta.<sup>69</sup>

As propostas expostas pela chapa do professor Diomário e a professora Nilcéia tinham como base uma mudança na identidade da Universidade, transformando-a em uma instituição plural, democrática, aberta, transparente e que levasse em consideração a questão humana. Outra proposta que se tornou o principal pilar da gestão foi a da humanização do *Campus* Universitário, voltando as atenções para o cuidado com os jardins, os prédios e as instalações dentro da UFSC. Contudo, não somente foi dado ênfase à humanização do *Campus* da UFSC, mas igualmente houve uma preocupação com a formação e humanização, no que se refere à elaboração de projetos voltados para os técnicos administrativos, para os professores, estimulando as pós-graduações e promovendo projetos também para melhorias na qualidade das graduações, implantando assim a avaliação acadêmica, que geram resultados, posteriormente retornados aos professores, buscando sempre uma melhoria e qualidade no ensino da graduação.<sup>70</sup> Porém, a gestão não foi sempre contribuída com auxílios e participações, havia também resistências dentro da UFSC, como relata a professora Nilcéia:

Nós tínhamos resistências de ordem política, tínhamos uma resistência bastante grande da APUFSC, por mais que a gente abrisse, e chamasse e conversasse, havia por exemplo, a questão da URP, que alguns professores recebiam outros não, e a APUFSC insistia que precisava haver uma extensão dessa URP a todos os professores, e que a gente não podia fazer, era ilegal, não tinha como fazer, não tinha como pagar, sob pena de a gente cometer uma infração grave.<sup>71</sup>



Figura 13. A Humanização do *Campus* Universitário. Fonte: Agecom/ Década de 1980

Entretanto, mesmo com todas as resistências, o grupo da gestão do professor Diomário conseguiu manter um relacionamento passível com o DCE, com o SINTUFSC e com a APUFSC, realizando isso por meio de muitos diálogos, que foram mantidos mesmo em meio às greves e manifestações. Na graduação houve projetos para melhoramentos no ensino da graduação, o cuidado com os recursos para as distribuições de materiais e etc. Houve, também, uma aproximação entre CTC,<sup>72</sup> CFH e CSE<sup>73</sup> etc., pois essa gestão visava à união destes, e propunha um fim com a divisão ilusória de lados do rio, que havia na UFSC, propondo que não somente porque o CTC executava mais projetos ele devesse receber mais atenção. Tiveram dificuldades, mas tiveram um período bom, quando no Ministério da Educação estava o Murilo Hingel, pois este declarava propostas, que

<sup>69</sup> Nilcéia Lemos Pelandré. *Entrevista citada.*

<sup>70</sup> Nilcéia Lemos Pelandré. *Entrevista citada.*

<sup>71</sup> Nilcéia Lemos Pelandré. *Entrevista citada.*

<sup>72</sup> Nota: Centro Tecnológico.

<sup>73</sup> Nota: Centro Sócio-Econômico.

eram contidas de grandes sensibilidades em relação às questões da Universidade, de mais recursos e sensibilidade para as questões de autonomia da Universidade. E percebeu-se então um grande baque na Educação, com a entrada de Fernando Henrique Cardoso na presidência e Paulo Renato no Ministro, pois o Brasil voltou a assumir uma postura política de centralização, e conseqüentemente houve represálias a essa postura, tornando-se um período difícil. Entretanto, ainda na gestão de Diomário, fortaleceu-se ainda mais a proposta de humanização do *Campus* Universitário<sup>74</sup> como é reproduzido a seguir no depoimento da professora Nilcéia:

No projeto de humanização do *Campus*, se previa e se implantou a Praça da Cidadania, que é a praça central, em frente ao Prédio da Reitoria. À Praça da Cidadania, trouxemos o Betinho, com um grande evento, tem até um monumento em homenagem ao Betinho<sup>75</sup>, contra a fome e a miséria. E houve sugestão de se fazer homenagem aos fundadores da Universidade, mas há duas correntes: aqueles que diziam que o fundador é o Henrique da Silva Fontes, ele foi o grande idealizador que batalhou, e há os que dizem não, que o grande fundador da Universidade é o David Ferreira Lima, que eram de correntes políticas diferentes. E a nossa posição era os dois.<sup>76</sup>

Esta questão da construção da Praça da Cidadania, inaugurada em 1992, surge no Planejamento Estratégico da Universidade, localizando-se em frente ao prédio da Reitoria, onde antes era somente um local de passagem de pedestres, ônibus e carros, tornando-se, na gestão do professor Antônio Diomário de Queiroz, um local de encontro, lazer e extensão. Este projeto de Planejamento Estratégico da Universidade gerou a elaboração de um programa de humanização do *Campus* Universitário, resgatando a sua ideia inicial, como Burle Marx (1909-1994) havia proposto, uma praça onde fosse um ponto de encontro e de ligação entre as pessoas da Universidade e da sociedade, proporcionando uma convivência, o que se tornou fundamental para a ideia de uma Universidade aberta. A rua principal que passa em frente ao prédio da Reitoria foi fechada pela prefeitura da UFSC, em 1992, para dar mais conforto às mais de 18 mil pessoas que na época passavam pelo local.<sup>77</sup> Em depoimentos, o professor Antônio Diomário de Queiroz resgata a concepção da construção da praça:

A partir da restauração do conceito de praça, nós demos o nome de Praça da Cidadania, onde seriam cultivados também os valores acadêmicos, os valores humanos, essenciais para a afirmação da própria Universidade. Foi assim, que nós resgatamos as imagens dos dois criadores da Universidade...<sup>78</sup>

As imagens as quais o professor Diomário remete são os bustos em homenagem aos professores Henrique da Silva Fontes e João David Ferreira Lima, que foram inaugurados em 1995, quando a UFSC completava seus 35 anos. A praça trouxe espetáculos musicais, teatrais, seminários, encontros, feiras e festas, tornando-se reconhecida como um espaço democrático de livre expressão artística, política e cultural. Além da proposta de elaboração da Praça da Cidadania, o professor Diomário e sua equipe propuseram outras, como a construção de um centro ecumênico, pois sabiam que a conexão com a espiritualidade era um elemento importante para a formação de cidadãos. E outra proposta foi a de realizar um resgate da questão da inserção do Estado de Santa Catarina no Brasil e o Brasil na América Latina, trouxeram alunos e professores do Chile para isso, onde foi construído a Escultura do Abraço, simbolizando a aproximação e a união entre os oceanos Pacífico e Atlântico. E também, para resgatar essa conexão entre o Estado de Santa Catarina e o Brasil, assim, com a América Latina, o professor Diomário juntamente com a sua equipe criaram um concurso para relembrar as memórias do “Descobrimiento da América” e para, assim, discutir os efeitos causados nas culturas e as transformações culturais ocorridas.<sup>79</sup> Como relembra o professor Diomário:

Temos aquela obra sobre o sol, que mostra o corte havido na cultura, e que os símbolos das civilizações pré-colombianas foram cortados pela espada, pela força, para uma emergência, de uma série de símbolos que nos invade até hoje. Com o Rodrigo de Haro,<sup>80</sup> procuramos resgatar o imaginário de toda a construção dessa cultura Latino Americana nesses painéis, que revestiram o Prédio da Reitoria. Começando pelo resgate da própria imagem de Santa Catarina, [...]. E o processo cultural, retratado externamente ao prédio, que começa do resgate das culturas pré-colombianas, dos maias, dos astecas.<sup>81</sup>

<sup>74</sup> Nilcéia Lemos Pelandré. *Entrevista citada*.

<sup>75</sup> Herbert José de Sousa, conhecido como Betinho, (Bocaiúva, 3 de novembro de 1935 – 9 de agosto de 1997) foi um sociólogo e ativista dos direitos humanos brasileiro. Concebeu e dedicou-se ao projeto *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*.

<sup>76</sup> Nilcéia Lemos Pelandré. *Entrevista citada*.

<sup>77</sup> Antônio Diomário de Queiroz. *Entrevista concedida a AGEKOM*. Florianópolis, 24 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/agecomulsc#p/u/49/XccDsV8uRA>>. Acesso em: 24 set. 2010.

<sup>78</sup> Antônio Diomário de Queiroz. *Entrevista citada*.

<sup>79</sup> Antônio Diomário de Queiroz. *Entrevista citada*.

<sup>80</sup> Nota: Rodrigo de Haro, é um poeta, pensador, mosaicista e artista brasileiro. Filho do conhecido pintor clássico Martinho de Haro.

<sup>81</sup> Antônio Diomário de Queiroz. *Entrevista citada*.

O projeto da Praça da Cidadania deu-se por meio de um Plano Diretor, onde cada espaço da Praça dela foi planejado para as propostas acadêmicas da UFSC, como relata o professor Diomário:

A Praça da Cidadania, ela foi depois, muito valorizada pela sua abertura aos movimentos sociais. A população encontrou um espaço de lazer. Mas, esta abertura social, está bem retratada pelo singelo monumento, que foi construído quando se deu, na Praça, o título de Doutor *Honoris*<sup>82</sup> *Causa* ao Betinho [...]. [...] E então ali ele deixou aquela frase: “A Fome é Crime Ético”,<sup>83</sup> marca a responsabilidade social da Universidade.[...] O conceito então da Praça da Cidadania resgatou inicialmente o conceito de Burle Marx, afirmou a política de humanização do *Campus*, e afirmou uma série de valores fundamentais para afirmar a própria Universidade, e hoje realmente é um local de encontro.<sup>84</sup>

Podemos então observar que as décadas de 1980 e 1990 na Universidade Federal de Santa Catarina tiveram fortes e significativos acontecimentos, que não somente deixaram legados pelas grandes ampliações físicas, construções de prédios para instalações de centros de ensino, mas também pelos movimentos de reivindicações. Pelos professores, a APUFSC, que lutavam por aumento salarial, melhores condições de trabalho, por uma reforma na Educação brasileira, de forma que esta se mantivesse pública, gratuita e de qualidade. Da parte dos alunos, os movimentos estudantis, além de também reivindicarem por uma Educação pública e de qualidade, buscavam melhorias para a permanência dos estudantes dentro da UFSC, lutando por melhorias no Restaurante Universitário, na Moradia Estudantil, na Biblioteca Central e por bolsas que pudessem manter financiamento os alunos dentro da Universidade.

Todavia, nos movimentos reivindicativos não havia somente, como participantes, docentes e alunos, também houve uma forte participação por parte dos técnicos administrativos, na UFSC e no âmbito nacional. Além de reivindicarem melhorias salariais e de carreira, havia fortes momentos e discussões sobre a manutenção do ensino público, principalmente no cenário dos anos 1990, de onde emergiam as ideias e propostas de privatizações das instituições federais. Fazendo construir um movimento que unisse docentes, estudantes e técnicos administrativos.

Temos também ações, advindas das administrações entre os anos 1980 e 1990, que proporcionaram mudanças significativas para a Universidade, que fizeram com que a UFSC construísse sua identidade, suas propostas de retornos à comunidade e também à reformulação de seus principais objetivos, valores e atuação. Ações, estas, que veiculavam o processo de desenvolvimento da UFSC.

<sup>82</sup> Nota: *Honoris Causa* é um título concedido a uma personalidade que contribuiu com os preceitos de uma instituição oficial de ensino, sem pertencer a à instituição Comum em universidades. É um título atribuído à personalidade que se tenha distinguido pelo saber ou pela atuação em prol das artes, das ciências, da filosofia, das letras ou do melhor entendimento entre os povos.

<sup>83</sup> Nota: Burle Marx, nascido em São Paulo (1909), foi um grande artista plástico brasileiro, tendo reconhecimento internacionalmente ao exercer a profissão de paisagista.

<sup>84</sup> Antônio Diomário de Queiroz. *Entrevista citada.*



Figura 14. Família Fontes, Inauguração do Busto do Professor Henrique da Silva Fontes. Fonte: Acervo da Família Fontes/1995

Todos estes movimentos fizeram parte de vinte anos dentro da Universidade Federal de Santa Catarina e que deixaram um legado que não se poderá deixar de recordar. Lutaram por uma Educação de qualidade, com investimentos nos profissionais da área, pela liberdade da livre escolha dos chefes de departamentos, chefes de centros e reitores, buscando uma democracia que estivesse sempre presente em todas as instâncias dentro da Universidade, fossem elas de caráter administrativo ou representativo. Sendo assim, foram estes movimentos que geraram mudanças, para que hoje tivéssemos uma Universidade Federal de Santa Catarina pública, de qualidade e democrática, que cresceu e se modificou a partir de ações persistentes de pessoas que acreditavam nas mudanças e que as fizeram acontecer.

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.9, n. 109, jan. 1976.

### Depoimentos

Arnaldo Podestá Jr. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

Amantino Francisco Monteiro. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 23 jul. 2010.

Anamaria Beck. *Entrevista concedida a Douglas Abelino Felipe e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 02 ago. 2010.

Antônio Diomário de Queiroz. *Entrevista concedida a AGEKOM*. Florianópolis, 24 maio 2010.

Augusto Coelho. *Entrevista concedida a Douglas Abelino Felipe e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 28 jul. 2010.

Aparício Siqueira Filho. *Entrevista concedida a Julia Albertoni e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 29 jul. 2010.

Aurora Goulart. *Entrevista concedida a Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 28 jul. 2010.

Bruno Rodolfo Schlemper. *Entrevista à Dayanne Schetz e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 03 ago. 2010.

Corina Martins. *Entrevista concedida a Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 30 jul. 2010.

Hamilton Schaffer. *Entrevista concedida a Julia Albertoni, Lara de Oliveira Beck e Roselane Neckel*. Florianópolis, 30 jul. 2010.

Hermes Graipel. *Entrevista concedida a Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 28 jul. 2010.

Jaime Ultramare. *Entrevista concedida a Julia Albertoni e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 27 jul. 2010.

Maria Bernadete Ramos Flores. *Entrevista concedida a Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 6 ago. 2010.

Maria Inês Sugai. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues, Marcos Dalcastagne e Roselane Neckel*. Florianópolis, 23 set. 2010.

Nilcéia Lemos Pelandré. *Entrevista concedida a Lara de Oliveira Beck e Roselane Neckel*. Florianópolis, 02 set. 2010.

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista concedida a Glauco Sousa Backes e Roselane Neckel*. Florianópolis, 10 ago. 2010.

Sérgio Bayeoff. *Entrevista concedida a Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 26 jul. 2010.

Vilmar Bayeoff. *Entrevista concedida a Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 27 jul. 2010.

Zuleika Lenzi. *Entrevista concedida a Douglas Abelino Felipe, Lara de Oliveira Beck e Roselane Neckel*. Florianópolis, 29 jul. 2010.

### Figuras

AGEKOM. Inauguração da Sede da APUFSC.[1976]. In: AGEKOM. *Acervo Digital da AGEKOM*, 2010.

Sem Autor. Almoço no Restaurante Universitário.[1979]. In: MEC e Universidade Federal de Santa Catarina. *Relatório 1979*. v. 1. p. 56.

Sem Autor. Exame de Vestibular.[1980]. In: MEC e Universidade Federal de Santa Catarina. *Relatório 1980*. p.20.

Sem Autor. Assembleia de Professores.[1980]. In: MEC e Universidade Federal de Santa Catarina. *Relatório 1980*. p.46.

AGECOM. Assembleia de Professores.[1987]. In: AGECOM. *Acervo Digital da AGECOM*, 2010.

TAVARES, James. Docentes, Técnico-Administrativos e Estudantes em Greve no Centro de Florianópolis. [1982?]. In: ABREU, Míriam Santini de et. al.. *Corpo de Luta*. Florianópolis. p.15.

AGECOM. Professores e Técnicos-Administrativos. [1998]. In: AGECOM. *Acervo digital da AGECOM*, 2010.

TAVARES, James. Docentes, Técnico-Administrativos e Estudantes em Greve no Centro de Florianópolis. [1982?]. In: ABREU, Míriam Santini de et. al.. *Corpo de Luta*. Florianópolis. p.15.

FLÁVIO, Lúcio.Docentes, Servidores e Estudantes em Protesto Contra as Privatizações no Brasil. [199?]. In: ABREU, Míriam Santini de et. al.. *Corpo de Luta*. Florianópolis. p.37.

AGECOM. Apresentação do Coral da UFSC em frente ao Prédio da Reitoria.[1981]. In: AGECOM. *Acervo Digital da AGECOM*, 2010.

AGECOM. Apresentação do Grupo Engenho na UFSC.[1981].In: AGECOM. *Acervo Digital da AGECOM*, 2010.

AGECOM.Vista Aérea do *Campus* Universitário na Década de 90.In: AGECOM. *Acervo Digital da AGECOM*.

AGECOM. A Humanização do *Campus* Universitário. In: AGECOM. *Acervo Digital da AGECOM*, 2010.

Acervo da Família Fontes. Família Fontes, inauguração do Busto do Professor Henrique da Silva Fontes. [1995]. In: FONTES, Terezinha. *Biblioteca Henrique da Silva Fontes*. Florianópolis, 2010.

#### Referências bibliográficas e de web

ABREU, Míriam Santini de. et al. *Corpo de Luta*. Florianópolis.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Ed. Moderna, 1996.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=93&Itemid=64](http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid=64)>. Acesso em: 20 set. 2010.

CAPES – *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 20 set. 2010.

SAVIANI, Dermeval. *História da Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2007.

HISTÓRICO DEPARTAMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL – UFSC Disponível em: <<http://www.dac.ufsc.br/>> Acesso em: 28/08/2010.

KOSHIBA, Luiz e PEREIRA, Denise M. F. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Atual, 1987.

LEITE, Julio Cesar do Prado; LOBO, Eugenio Roberto Haddock. *Os planos econômicos e suas repercussões no direito do trabalho: plano Bresser, Verão, Collor I e Collor II*. Brasília: Consulex, 1991.

PIACENTINI, Tanira e RAMPINELLI, Waldir. APUFSC 30 anos. *Plural – Revista de Publicação da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina*, n.15, Ano 12, out. 2006.

SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia De Uma Universidade: A Universidade Federal de Santa Catarina (1962 – 1980)*. 2000. 269p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 291f.

UFSC. *Departamento Artístico e Cultural*, Florianópolis – SC. Disponível em: <<http://www.dac.ufsc.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

# De centro agropecuário a Centro de Ciências Agrárias

Mayara Cristina Capistrano<sup>1</sup>

Esse capítulo destina-se a contar as trajetórias de fundação e desenvolvimento do Centro de Ciências Agrárias (CCA), e mostrar como os trabalhos realizados ao longo desse tempo trouxeram benefícios para a sociedade. O trabalho de pesquisa teve início com os Boletins do Pessoal, que se encontravam na Biblioteca Central da UFSC e que contêm informações sobre as decisões administrativas da Reitoria e dos centros de ensino; no entanto, as informações referentes ao CCA eram raras e, muitas vezes, pouco contribuíam para a pesquisa, sendo, portanto, muito difícil encontrar fontes sobre ele, já que não há nada publicado sobre sua história. A busca por informações passou então a se concentrar no próprio Centro, quando em reunião com o diretor, professor Edemar Roberto Andreatta, e com a coordenadora de apoio administrativo, Carla Athayde S. Silva, foi consultado se não existiam arquivados documentos que pudessem fornecer informações sobre a constituição do CCA, ao que ambos responderam não saber ao certo que tipo de documento seria útil, disponibilizando, então, o arquivo localizado na Direção do Centro, para que fossem selecionados aqueles documentos que mais atendessem aos objetivos da pesquisa. A sala onde ficam armazenados esses documentos é utilizada também como almoxarifado, o que gerou algumas dificuldades para a realização da pesquisa documental. No entanto, mesmo com essas dificuldades, o trabalho no arquivo foi sem dúvida muito importante para a pesquisa, pois somente nesses documentos é que foram encontradas informações sobre a origem do CCA. Entre vários deles encontramos os relatórios de atividades que não foram publicados, já que publicados havia apenas o referente à gestão de 1984-1988, que contém os atos administrativos do Centro e principalmente o relatório do ano de 1978, que traz importantes informações sobre sua fundação.

De fundamental importância foram também as entrevistas realizadas com pessoas que fazem parte dessa história há muito tempo, como o professor Ernani Sebastião Santa'Anna e Maria Inês Nava Azevedo, chefe de expediente do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos, que falaram não só como trabalhadores, mas também como ex-alunos. Temos ainda a entrevista com o engenheiro agrônomo Glauco Olinger, que atuou na fundação do CCA, e com os professores Edemar Roberto Andreatta e Enio Luiz Pedrotti, que iniciaram sua carreira profissional dentro da UFSC logo nos primeiros anos de existência do CCA.

Os documentos encontrados nos arquivos foram fotografados, e as entrevistas transcritas; assim, esse grande trabalho de pesquisa não servirá apenas para a construção desse livro, mas estarão disponíveis também para quem quer que se interesse pelo tema, ajudando assim a constituir a história da Universidade, pois com certeza ainda há muitas outras histórias a serem escritas sobre o CCA a partir de outros ângulos e escolhas diferentes das nossas.

## A criação do Centro de Ciências Agrárias: a extensão rural em Santa Catarina

A obra de Glauco Olinger sobre o desenvolvimento da extensão rural em Santa Catarina é uma referência importante nesse texto, para entendermos um pouco sobre o cenário rural do estado de Santa Catarina. Sua obra destaca que na década de 1950, as atividades rurais no estado eram realizadas a partir de métodos de trabalho e ferramentas “antiquadas”, o que tornava o trabalho do agricultor muito difícil, demorado e sem bons resultados quanto à produtividade. O governo do estado não dispunha de uma política eficiente para o desenvolvimento rural, as instituições de ensino e de pesquisa nessa área eram ainda muito incipientes. Em alguns casos, o governo distribuía ajuda aos agricultores; no entanto, somente recebiam esse auxílio aqueles que eram adeptos

<sup>1</sup> Estagiária do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmica do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da professora Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

do partido em vigor. Essa política privilegiava apenas um pequeno grupo, e não trazia resultados positivos à produtividade catarinense.<sup>2</sup>

Na gestão de Juscelino Kubitschek foi dado início a alguns projetos que buscavam o desenvolvimento do segmento rural do país. Assinou um acordo com os Estados Unidos por meio de um programa de ajuda ao setor rural de países subdesenvolvidos. Desse acordo nasceu o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), esse escritório oferecia ajuda técnica e financeira a projetos que auxiliassem no desenvolvimento rural do Brasil. Em fevereiro de 1956 teve início o ETA – Projeto 17, que buscava instituir em Santa Catarina o serviço de extensão rural. A duração desse acordo era de quatro anos, passado esse período, o governo teria que manter esse projeto independentemente. Para isso, em 1957, foi fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC). A extensão rural, por meio de instituições de ensino e de pesquisa, busca levar até aos agricultores novos métodos de produção que tornem o seu trabalho mais fácil e ágil, que aumente sua produtividade e, conseqüentemente, que melhore as condições de vida das famílias do meio rural.<sup>3</sup>

Embora o setor agrário de Santa Catarina já estivesse a algum tempo em processo de desenvolvimento, na década de 1970 ainda havia muito que fazer, era preciso crescer tanto nacional quanto internacionalmente. É nesse contexto que é criado o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, com a intenção de formar profissionais competentes para esse ramo em expansão, aliando sempre a pesquisa e extensão para que a atividade agrícola se torne cada vez mais eficiente.

## O Centro Agropecuário

Com o Decreto-lei nº 5.540/68, que implantou a Reforma Universitária no Brasil, o então reitor João David Ferreira Lima deu início aos trabalhos que reestruturaram a Universidade de acordo com as exigências do MEC. O Centro Agropecuário já estava previsto nesse Plano de Reforma, e sua criação foi aprovada por meio do Decreto nº 64.629/69,<sup>4</sup> sendo presidente da República o general Emílio Garrastazú Médici, ministro da Educação Jarbas Passarinho e reitor da Universidade João David Ferreira Lima. Em 1971 começaram os trabalhos de estruturação do Centro, em conjunto com o governo do estado, a Universidade Federal de Santa Catarina criou uma Comissão de Planejamento que contava com a participação de membros de ambas as instituições para estudar a sua implantação na UFSC. Essa comissão foi presidida pelo professor Acácio Garibaldi Santiago<sup>5</sup> e composta pelos professores Osvaldo Ferreira de Mello, Valmir Dias,<sup>6</sup> Luiz Felipe Gama D'Eça,<sup>7</sup> David Ferreira Lima,<sup>8</sup> Christovão Andrade Franco<sup>9</sup> e Glauco Olinger.<sup>10</sup> Esses estudos levaram em conta o fato de que o Brasil é um dos maiores detentores de recursos naturais do mundo e de que os países mais populosos já estavam ficando sem espaço para atividades agrárias, o que levou a crer que o Brasil se tornaria uma das nações mais prósperas nessa área, e que conseqüentemente esses profissionais desse ramo seriam altamente requisitados. Tendo em vista esse futuro promissor para as Ciências Agrárias, a UFSC decidiu criar o Centro Agropecuário (como foi chamado no início, e só mais tarde decidem por chamá-lo Centro de Ciências Agrárias).<sup>11</sup> Embora os estudos para estruturação do Centro tenham começado em 1971, a definitiva implantação ocorreu somente em 1975, com a criação do Curso de Agronomia. O então reitor Roberto Mündel Lacerda nomeou por meio da Portaria nº 184/75, o engenheiro agrônomo Glauco Olinger para dirigir a implantação do Centro e executar o convênio firmado entre a UFSC, ACARESC e o governo do estado de Santa Catarina.<sup>12</sup>

O Centro foi composto por cinco departamentos: de Fitotecnia; de Zootecnia; de Engenharia Rural; de Extensão Rural e de Aquicultura. Existiam, ainda, dois colégios agrícolas, que formam Agro-Técnicos, um localizado em Camboriú e outro em Araquari., ambos foram vinculados ao Centro de Ciências Agrárias da UFSC.<sup>13</sup>

<sup>2</sup> OLINGER, Glauco. *50 anos de extensão rural: breve histórico do serviço de extensão rural no Estado de Santa Catarina 1956 a 2006*. Florianópolis, SC: EPAGRI – Empresa de Pesquisa e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina, 2006, p.72.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório Geral 72-75*. Florianópolis, SC, Imprensa Universitária, 1975, p.73-74.

<sup>5</sup> Advogado, professor do Curso de Direito da UFSC e primeiro Diretor do Curso de Pós-Graduação (Nível de Mestrado) da UFSC.

<sup>6</sup> Professor do Departamento de Química da UFSC.

<sup>7</sup> Arquiteto, professor da UFSC e membro do Núcleo de Engenharia.

<sup>8</sup> Chefe do Setor de Engenharia.

<sup>9</sup> Secretário Executivo Adjunto da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC)

<sup>10</sup> Engenheiro

Agrônomo formado pela Universidade Federal de Viçosa, fundador da ACARESC, idealizador do *campus* no Itacorubi e primeiro diretor do CCA.

<sup>11</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades CCA 1978*. Florianópolis, 1978.

Arquivo da Direção do CCA. Caixa: Relatórios de Atividades CCA – 1978 a 1993; Diversos Recebidos – 1991 a 1995; Gestão CCA 1975 – 1996. Cf. também UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro

de Ciências Agrárias. *A pesquisa no Centro de Ciências Agrárias*. Florianópolis: [Imprensa Universitária], [198?], p.3-5.

<sup>12</sup> Idem. *Relatório Geral 72-75... op.cit.* p.73-74.

<sup>13</sup> Idem. *Relatório de Atividades CCA 1978...* op.cit., p.2.



Figura 1. Vista parcial do terreno no Itacorubi onde foi construído o CCA. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s/data]

A implantação do Centro de Ciências Agrárias foi possível devido ao convênio realizado entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o governo do estado, por meio da Secretaria de Agricultura e da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), conforme a Resolução nº 14/75:

O Professor Roberto Mündell de Lacerda, Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, “ad referendum” do Egrégio Conselho Universitário, e tendo em vista o constante no Processo nº 024509/75, RESOLVE:

APROVAR o Termo de Convênio a ser firmado entre o Estado de Santa Catarina, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina e a Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de instalar o Centro Agropecuário – CAP – da Universidade.

Florianópolis, 22 de abril de 1957.

**Prof. Roberto Mündell de Lacerda**<sup>14</sup>

Um dos principais objetivos desse convênio é ligar os conhecimentos científicos e práticos à realidade catarinense, à região Sul e a do país, seguindo prioritariamente essa ordem. Dentre outras coisas, o convênio possibilitava:<sup>15</sup>

Utilização, pelo Centro de Ciências Agrárias, das instalações e equipamentos, do Instituto de Análises de Solos e Minerais da Secretaria e do Centro Prático de Treinamento da ACARESC, ambos localizados em Itacorubi – Florianópolis.

Cessão gratuita das áreas de terras do Centro de Treinamento da ACARESC, que forem necessárias às construções do Centro de Ciências Agrárias da UFSC.

c) Utilização, pelo Centro de Ciências Agrárias, de Pessoal técnico e Administrativo dos quadros da Secretaria da Agricultura e/ou da ACARESC.

d) Utilização pelo CCA, de outras unidades da Secretaria da Agricultura, que forem julgadas convenientes, a exemplo dos Centros de Treinamento do interior, Parques Florestais e Campos de Experimentação.<sup>16</sup>

O convênio firmado entre a UFSC e a ACARESC durante a gestão do Reitor Caspar Erich Stemmer possibilitou ainda que a UFSC pudesse instalar a Administração do Centro de Ciências Agrárias em um prédio devidamente equipado, que foi cedido pela ACARESC,<sup>17</sup> a qual não doou apenas o espaço físico e equipamentos – conforme afirma Glaucio Olinger – mas também funcionários foram cedidos, como o próprio entrevistado, que era funcionário da daquela Instituição e teve seu afastamento permitido para atuar como primeiro diretor do CCA. Assim também o primeiro coordenador de Curso, Christovão Andrade Franco, e a primeira secretária, Maria José de Souza.<sup>18</sup>

<sup>14</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 9, n. 97, jan. 1975.

<sup>15</sup> Idem. *Relatório de Atividades CCA 1978...* op.cit., p.4.

<sup>16</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades CCA 1978...* op.cit., p.4

<sup>17</sup> Ibidem, p.6.

<sup>18</sup> Glaucio Olinger. *Entrevista concedida a Mayara Cristina Capistrano*. Florianópolis, 11 ago. 2010.



Figura 2. Preparação do terreno para construção do primeiro prédio do CCA. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s.Data]



Figura 3. Construção do primeiro prédio do CCA. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s/data]

Além desse convênio já citado, que auxiliou na implantação do Centro de Ciências Agrárias, a UFSC também mantinha convênios com outras empresas visando ao desenvolvimento do Centro e buscando também benefícios para a sociedade com a extensão das pesquisas desenvolvidas. Podemos tomar como exemplo o convênio com a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC), que tem por objetivo o benefício de ambas as partes no que diz respeito ao uso de pessoal para consultoria em pesquisas e para o ensino, e também o convênio firmado com a FINEP, que visava ao desenvolvimento de pesquisas em Aquicultura com duração de dois anos.<sup>19</sup>

Fundado em 8 de abril de 1953 por meio de um acordo firmado entre o Governo Federal e o estado de Santa Catarina, o CAC deu início às suas atividades de ensino no ano de 1962, com o Curso Ginásial Agrícola e em 1965, com o Curso Técnico em Agricultura, que em 1973 passou a ser chamado Curso Técnico em Agropecuária. Até o ano de 1968, o CAC esteve ligado à Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura, e sua parte pedagógica à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação, o CAC passou a ser vinculado à UFSC, estando diretamente ligado à Pró-Reitoria de Ensino. De

<sup>19</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades CCA 1978...* op.cit., p.6.

25 de janeiro de 1968, ano da vinculação do CAC à UFSC, até 1990 o Colégio contava apenas com o Ensino Médio ligado à área agrária. Depois dessa data deu-se início ao Curso Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente ao Ensino Médio. Mesmo sendo uma Instituição voltada para área agrícola, o CAC, percebendo as necessidades do mercado de trabalho, passou a oferecer, a partir de 2000, cursos na área de informática e meio ambiente, em 2003, Técnico em Transações Imobiliárias, e em 2008, o Curso Técnico em Turismo e Hospitalidade.<sup>20</sup>

O Colégio Agrícola de Araquari foi criado em 1954 também por meio de acordo entre o Governo Federal e o estado de Santa Catarina, e suas atividades tiveram início em 1959. Assim como o CAC, esse Colégio também foi vinculado à UFSC, porém no ano de 1969.<sup>21</sup> Com a implantação do Centro de Ciências Agrárias, esses colégios passaram da administração central da UFSC para a administração do Centro.<sup>22</sup> Em 2009, ambos se tornaram *campi* do Instituto Federal Catarinense, assim como os colégios agrícolas de Concórdia, Rio do Sul, Videira e Sombrio, que não eram vinculados à UFSC. Desse modo, passaram, então, a oferecer cursos de nível superior e também de pós-graduação.<sup>23</sup>



Figura 4. Vista aérea do Colégio Agrícola de Camboriú. Fonte: Instituto Federal Catarinense (IFC) Camboriú [s/data]



Figura 5. Colégio Agrícola da Araquari. Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina [197?]

<sup>20</sup> INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. *Campus de Camboriú. A instituição*. Camboriú: O Instituto, [2010]. Disponível em: <<http://www.ifc-camboriu.edu.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

<sup>21</sup> INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. *Campus Araquari. Histórico*. Araquari: IFC, 2009. Disponível em: <[http://ifc-araquari.edu.br/1/index.php?option=com\\_content&view=article&idItemid=11](http://ifc-araquari.edu.br/1/index.php?option=com_content&view=article&idItemid=11)>. Acesso em: 27 jul. 2010

<sup>22</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades CCA 1978...* op.cit., p.2.

<sup>23</sup> INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. *Campus Araquari. Histórico...* op.cit.

## Curso de Agronomia

De acordo com o Relatório de Atividades do CCA de 1978, a UFSC realizou uma pesquisa sobre a necessidade de profissionais para a agropecuária catarinense, e chegou à conclusão de que o engenheiro agrônomo, o médico-veterinário e o agrotécnico seriam os profissionais mais procurados nos próximos dez anos.<sup>24</sup> No entanto, de acordo com Glauco Olinger em seu depoimento, o fator determinante que levou à criação do Curso de Engenharia em Agronomia foi o forte apelo por parte da Associação Catarinense de Engenheiros Agrônomos para que este fosse criado em Florianópolis um Curso de Agronomia, devido à grande demanda por esses profissionais, já que os poucos engenheiros agrônomos que atuavam em Santa Catarina exerciam cargos de chefia. Era necessário pessoal que atuasse junto aos agricultores oferecendo assistência técnica afim de que aprendessem a utilizar corretamente os materiais que, por meio de cabos eleitorais, o governo do estado doava aos produtores, como adubos, sementes e máquinas.<sup>25</sup> Como a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) já possuía um Curso de Veterinária, e já existiam cinco colégios agrícolas, a UFSC decidiu por iniciar as atividades do Centro de Ciências Agrárias com o Curso de Agronomia, sendo este o primeiro do estado. A autorização para o início das matrículas foi dada pelo ministro da Educação Ney Amintas Braga, pelo RETEMEC nº 1.342, de 25/10/ (RETEMEC era um aparelho utilizado para enviar e receber documentos, que foi substituído pelo TELEX, e mais tarde pelo FAX).<sup>26</sup> O Curso teve início num ciclo básico em agosto de 1975, com trinta alunos, num concurso de vestibular que teve 360 candidatas. Em 1978 o Curso chegou a 7ª fase com um total de 229 alunos, a matrícula passou de trinta para quarenta alunos por semestre. A parte do ciclo básico foi realizada na UFSC no *campus* da Trindade, já o primeiro ciclo profissionalizante teve início em 1977 no *campus* do bairro do Itacorubi, na área da ACARESC, cedida pelo estado.<sup>27</sup> A respeito do ciclo básico, Glauco Olinger nos fala que as matérias lecionadas nessa etapa ficavam a critério dos professores que não eram da área de Ciências Agrárias, e que, embora tenham sido bem ministradas, não eram voltadas para o Curso de Agronomia e não atendiam a todos os seus interesses.<sup>28</sup>

O primeiro currículo do Curso de Agronomia foi desenvolvido por Christovão de Andrade Franco e Glauco Olinger. Em seu depoimento, o professor Glauco afirma que eles utilizaram como base o currículo do Curso de Agronomia da Universidade Federal de Viçosa, contudo, adaptaram-no de forma que correspondesse à realidade catarinense e aos programas agropecuários em desenvolvimento no estado.<sup>29</sup> O relatório de atividades de 1978 discorre sobre a especificidade de Santa Catarina no tocante às características geográficas e fundiárias, o que deveria ser levado em conta na formação dos engenheiros agrônomos deste estado.

Santa Catarina é um estado com características muito singulares, no tocante à fertilidade de suas áreas agricultáveis, na topografia em geral acidentada, no clima diversificado, na área territorial reduzida em relação aos estados vizinhos e, sobretudo, marcado por uma estrutura fundiária extremamente defeituosa, em que predomina o minifúndio, ao lado de expressivas áreas de latifúndios por exploração.<sup>30</sup>

Sendo assim a Universidade se baseou nessas condições para compor um currículo que formasse profissionais capazes de desenvolver tecnologias que auxiliassem o desenvolvimento da agropecuária Catarinense, com o aumento da produção e da qualidade do produto, afim de que o estado se tornasse competitivo nacional e internacionalmente.<sup>31</sup>

Com o intuito de alcançar tal objetivo, a Universidade Federal de Santa Catarina buscou integrar o ensino à pesquisa, para a criação de soluções, e à extensão para que os resultados chegassem o mais rápido possível aos produtores. Por isso foi imprescindível a ligação do Centro de Ciências Agrárias com os órgãos estaduais federais e com empresas particulares, pois assim ocorria um favorecimento da pesquisa e da extensão. Outro objetivo importante do Curso foi o de proporcionar ao estudante um currículo que fornecesse de forma balanceada as disciplinas teóricas e práticas, para que o saber e o fazer fossem unidos, dando oportunidade ao profissional de se adequar ao seu futuro local de trabalho.<sup>32</sup>

<sup>24</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades CCA 1978...* op.cit., p.7.

<sup>25</sup> Glauco Olinger. *Entrevista citada.*

<sup>26</sup> Informação fornecida por Claudete Regina Ferreira, Chefe de Gabinete do Reitor.

<sup>27</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades CCA 1978...* op.cit., p.7; 12.

<sup>28</sup> Glauco Olinger.

*Entrevista citada.*

<sup>29</sup> Glauco Olinger.

*Entrevista citada.*

<sup>30</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades CCA 1978...* op.cit., p.8.

<sup>31</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades CCA 1978...* op.cit., p.7-8.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p.7-9.



Figura 6. Aula inaugural do Curso de Agronomia. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s/data.]

Nos primeiros anos do Curso, quando ainda estava em fase de implantação, o Centro de Ciências Agrárias não possuía todas as estruturas físicas necessárias para realizar trabalhos de campo, então contou com a colaboração de empresas particulares que permitiram que seus laboratórios fossem utilizados para realização dos trabalhos práticos. Em seu relato, o professor Enio Luiz Pedrotti nos fala que, devido a essa grande movimentação dos alunos para a realização das aulas práticas, o Curso era chamado de “Agrotour”.<sup>33</sup>

O Curso de Agronomia era chamado de “Agrotour”, por que, como não tinha nenhum laboratório, as aulas práticas eram feitas a partir de viagens. Os alunos tomavam um ônibus e iam fazer as aulas práticas no interior numa estação experimental da EPAGRI, ou então as aulas práticas de laboratórios eram, no máximo, feitas em alguns laboratórios dos cursos básicos, da Biologia, ou da Química, porque na Agronomia não tinha laboratórios [...].<sup>34</sup>

Em algumas dessas empresas e cooperativas agropecuárias, os alunos realizavam um estágio supervisionado nas últimas fases do Curso. Essas visitas e o estágio possibilitavam ao aluno uma visão realista da vida agropecuária e ainda aproximavam a Universidade da Sociedade.<sup>35</sup>



Figura 7. Placa com a primeira turma de formandos do Curso de Agronomia. Fonte: Centro de Ciências Agrárias (1979)

<sup>33</sup> Enio Luiz Pedrotti. *Entrevista concedida a Mayara Cristina Capistrano*. Florianópolis, 16 ago. 2010.

<sup>34</sup> Enio Luiz Pedrotti. *Entrevista citada*.

<sup>35</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades CCA 1978...* op.cit., p.10.

## Engenharia de Aquicultura

Em outubro de 1979, foi inaugurada a primeira Estação Experimental de Aquicultura do CCA, localizada no Itacorubi, onde foram realizadas as primeiras pesquisas sobre reprodução e cultivo de peixes em cativeiro e logo após tiveram início os estudos sobre o cultivo de camarões marinhos. A partir dessa estação é que se originou o Departamento de Aquicultura,<sup>36</sup> que já constava no plano de criação do CCA em 1969; porém, só foi definitivamente implantado em 1984.<sup>37</sup>

Em 1988 foi implantado o Programa de Pós-Graduação em Aquicultura com o curso de mestrado. Em 1998, em função do desenvolvimento da atividade aquícola em Santa Catarina e no Brasil, e da demanda por profissionais especializados nessa área, foi criado o Curso de Graduação em Engenharia de Aquicultura.<sup>38</sup> Por meio da Resolução nº 03/CEG/98, o presidente da Câmara de Ensino de Graduação professor Renato Lebarbenchon, de acordo com a decisão tomada em sessão dessa Câmara, resolve aprovar a criação do Curso. No dia 9 de dezembro, foi aprovada a sua estrutura curricular pela Portaria nº 172/PREG/98, e as aulas tiveram início no primeiro semestre letivo de 1999, sendo esse o primeiro Curso de Aquicultura do país.<sup>39</sup>



Figura 8. Vista parcial da primeira estação de aquicultura do CCA no Itacorubi. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s/data]



Figura 9. Laboratório de Aquicultura. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s/data]

<sup>36</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Aquicultura. *Histórico*. Florianópolis: UFSC/CCA/AQI, [2010].

Disponível em: <<http://www.aqi.ufsc.br/content.php?area=inst>>. Acesso em: 15 set. 2010.

<sup>37</sup> Edegar Roberto Andreatta. *Entrevista concedida a Mayara Cristina Capistrano*. Florianópolis, 16 ago. 2010.

<sup>38</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Aquicultura. *Histórico...* op.cit.

<sup>39</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Aquicultura. *Graduação: introdução*. Florianópolis: UFSC/CCA/AQI. Disponível em: <<http://www.aqi.ufsc.br/content.php?area=grad>>. acesso em: 15 set. 2010.

## Ciência e Tecnologia de Alimentos

De acordo com a fala da técnica administrativa Maria Inês Nava Azevedo,<sup>40</sup> este Departamento foi criado em 1970 e pertencia, inicialmente, ao Centro de Ciências da Saúde (CCS), com a denominação “Fármacos e Alimentos” até 1979, quando passou a integrar o Centro de Ciências Agrárias. No entanto, permaneceu ainda durante um tempo junto ao CCS no centro da cidade nas Ruas Esteves Júnior e São Francisco, onde funcionava o antigo prédio da Odontologia. Somente em 1983 o Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos (CAL) recebeu suas instalações no Itacorubi, acontecendo então o definitivo desmembramento do CCS.<sup>41</sup>

Em entrevista o professor Ernani Sebastião Sant’Anna,<sup>42</sup> relata que no início o Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos (CAL) não tinha nenhum curso, atuava na pesquisa e oferecia algumas disciplinas para os outros cursos do CCA. Assim como na Aquicultura, o CAL inverteu a lógica e começou com a Pós-Graduação.<sup>43</sup> Seu Curso de Mestrado em Ciência dos Alimentos foi criado em 1988 pela Resolução nº 017/CEPE/88, onde o então reitor da UFSC professor Bruno Rodolfo Schlemper Júnior, tendo em consideração o que foi decidido em sessão pelo Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovou a criação do Curso de Mestrado em Ciência dos Alimentos, que ficou ligado ao Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos do CCA.<sup>44</sup>

Em agosto de 2008 a UFSC aprovou a criação do Curso de Graduação em Ciência e Tecnologia Agroalimentar, por meio da Resolução nº 005/CEG/08, de 06 de agosto de 2008, em que a presidente da Câmara de Ensino de Graduação professora Yara Maria Rauh Müller, considerando a decisão dessa Câmara, que consta no Parecer nº 102/CEG/2008, decidiu pela criação do Curso.<sup>45</sup>



Figura 10. Prédio do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s/data]



Figura 11. Laboratório do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s/data]

<sup>40</sup> Maria Inês Nava Azevedo ingressou na UFSC em 1975, como aluna do Curso de Letras ainda no antigo Centro de Estudos Básico. Logo no início do Curso, recebeu uma bolsa de trabalho para atuar no Departamento de Matemática. Em julho de 1976 foi aprovada num concurso da UFSC para auxiliar amanuense (função extinta). Na década de 1990 houve uma mudança nas nomenclaturas das funções. Inês foi então migrada para o cargo de Técnica de Nível Superior em Assuntos Educacionais. Em 3 de novembro de 1982 foi convidada a exercer a função de chefe de Expediente do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos, que já pertencia ao CCA, porém ainda se localizava no Centro de Florianópolis à Rua Esteves Júnior.

<sup>41</sup> Maria Inês Nava Azevedo. *Entrevista concedida a Mayara Cristina Capistrano*. Florianópolis, 11 ago. 2010.

<sup>42</sup> Ernani Sebastião Sant’Anna, Farmacêutico Bioquímico formado em uma das primeiras turmas desse Curso na UFSC. Em 1977 começou a trabalhar como professor colaborador e em 1978 passa a ser professor titular do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos, atualmente atua como chefe desse Departamento.

<sup>43</sup> Ernani Sebastião Sant’Anna. *Entrevista concedida a Mayara Cristina Capistrano*. Florianópolis, 11 de Ago. 2010.

<sup>44</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, 3º trim. 1988, 1ª semana de jul. 1988, p.21.

<sup>45</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Câmara de Ensino de Graduação – CEG. *Resoluções*. Florianópolis: UFSC/CEG, [2010]. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/resocons.nsf/eab68f213e7101e80325638c005e9041/a95d1aafe357d8fc832574f1006e9246?OpenDocument>>. Acesso em: 16 set. 2010.

## Zootecnia

O Departamento de Zootecnia faz parte do Centro de Ciências Agrárias desde a sua criação em 1969, e ao longo dos anos veio trabalhando com projetos de pesquisas nos seus mais de dez laboratórios e oferecendo disciplinas aos outros cursos do CCA,<sup>46</sup> isso até 2007, quando foi aprovada a implantação do Curso de Graduação em Zootecnia, pela Resolução nº 002/CEG/07, de 14 de março de 2007, em que o presidente da Câmara de Ensino de Graduação, de acordo com o Parecer nº 23080.046532/2006/40, da sessão realizada pela câmara nessa data, aprovou o projeto de implantação.<sup>47</sup>

De acordo com o professor Enio Luiz Pedrotti,<sup>48</sup> tanto o Curso de Ciência e Tecnologia Agroalimentar como o Curso de Zootecnia foram criados com recursos do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI),<sup>49</sup> que foi instituído em 2007 e tem os seguintes objetivos: o aumento das vagas nas Universidades Federais; maior oferta de cursos noturnos; entre outras metas que intentam principalmente diminuir a desigualdade social do país. O REUNI é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).<sup>50</sup>

<sup>46</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural. *Página Inicial*. Florianópolis: DZDR, 2006. Disponível em: <<http://www.dzdr.cca.ufsc.br/>>. Acesso em: 16 set. 2010.; Idem. *Laboratórios*. Florianópolis: DZDR, 2006. Disponível em: <<http://www.dzdr.cca.ufsc.br/labs.html>>. Acesso em: 16 set. 2010.

<sup>47</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Agrárias. Curso de Zootecnia. *Criação de Curso*. Florianópolis: Expert Designers, 2007. Disponível em: <<http://www.cursodezootecnia.cca.ufsc.br/>>. Acesso em: 16 set. 2010.

<sup>48</sup> Enio Luiz Pedrotti é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1980 começou a trabalhar na UFSC como professor do Departamento de Fitotecnia, foi chefe desse Departamento por dois mandatos, e diretor do CCA também por dois mandatos. Atualmente é secretário do SINTER (Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais).

<sup>49</sup> Enio Luiz Pedrotti. *Entrevista citada*.

<sup>50</sup> BRASIL. Ministério Da Educação. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). *O que é o REUNI*. Brasília: REUNI, 2010. Disponível em: <[http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25&Itemid=28](http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28)>. Acesso em: 18 set. 2010.



Figura 12. Prédio do Departamento de Zootecnia. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s/data]



Figura 13. Projeto Avicultura do Departamento de Zootecnia. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s/data]

## O Programa de Desenvolvimento do Ensino de Ciências Agrárias (PRODECA)

O Ministério da Educação foi o responsável pela criação de um Programa de Desenvolvimento do Ensino de Ciências Agrárias, o PRODECA, que recebeu recursos do Fundo de Desenvolvimento das Áreas Estratégicas (FDAE), cujo intuito é o cumprimento do II PDN. Esse II PDN foi um plano econômico brasileiro instituído no governo Ernesto Geisel, que visava estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. O PRODECA foi iniciado em 1975 e teve um papel muito importante na implantação do Curso de Agronomia da UFSC. As verbas para obras, aquisição de equipamentos, instalações e aperfeiçoamento de docentes e técnicos foram obtidas por meio do PRODECA.<sup>51</sup>



Figura 14. Construção do CCA com auxílio do PRODECA. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s/data]

## Pesquisa e extensão

O Centro de Ciências Agrárias sempre esteve fortemente ligado à pesquisa e extensão, para isso conta com cerca de cinquenta laboratórios distribuídos nos departamentos e duas fazendas experimentais, sendo uma em Florianópolis, Fazenda Experimental da Ressacada no bairro Tapera, e a Fazenda Experimental UFSC/YAKULT, no Balneário Barra do Sul. Há também grandes laboratórios fora do *campus* do Itacorubi, como o Laboratório de Biologia e Cultivo de Peixes de Água de Doce (LAPAD), localizado junto ao Parque Municipal da Lagoa do Peri, e a Estação de Pesquisa da Barra da Lagoa, onde estão o Laboratório de Moluscos Marinhos (LMM) e o Laboratório de Camarões Marinhos (LCM), que têm importante contribuição para o trabalho de pesquisa e extensão.<sup>52</sup>

## Fazenda Experimental da Ressacada

O CCA recebeu do governo do estado de Santa Catarina em 1982 uma área de 183,43 hectares localizada no Bairro Tapera – Florianópolis –, e estas terras seriam usadas principalmente para realização de aulas práticas, estágios, desenvolvimento de pesquisas e aperfeiçoamento dos professores. Em 1989 começaram as primeiras construções e os primeiros experimentos foram instalados. Pesquisas em diversas áreas foram realizadas, e não apenas com os cursos do CCA, havendo também projetos de pesquisa em conjunto com a Pós-Graduação do Departamento de Engenharia Mecânica e Engenharia Ambiental.<sup>53</sup> Porém, manter todas as unidades de pesquisa e a manutenção de uma área tão extensa sempre custou muito, e devido à falta de recursos, os trabalhos na fazenda foram paralisados durante um longo tempo. A partir de 2006 foi que se retomaram os trabalhos no local, onde atualmente existem obras de desenvolvimento do terreno afim de que este se torne um importante centro de pesquisa.<sup>54</sup>

<sup>51</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades CCA 1978...*

op.cit., p.11.

<sup>52</sup> OS 32 ANOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFSC.

Direção de Bruno Branco e Lucas Amorim. Florianópolis: UFSC/CCA, 2007. 1 DVD color.

<sup>53</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Agrárias. Fazenda Experimental Ressacada.

*Histórico*. Florianópolis: UFSC/CCA, [2010].

Disponível em: <<http://fazenda.ufsc.br/historia/>>.

Acesso em: 27 jul. 2010.  
<sup>54</sup> Edeimar Roberto Andreatta. *Entrevista Citada*.



Figura 15. Vista parcial do terreno da Fazenda da Ressacada. Fonte: Centro de Ciências Agrárias [s/data]



Figura 16. Colheita de alfaces na Fazenda da Ressacada. Fonte: UFSC – Fazenda Experimental da Ressacada (2010). Nota: Primeira colheita destinada ao Restaurante Universitário da UFSC.

## Fazenda UFSC/YAKULT

O professor Edegar Roberto Andreatta fala em seu depoimento sobre essa fazenda de 365 hectares localizada em Balneário Barra do Sul-SC, que pertencia à Empresa Yakult S/A. Ele conta que as pesquisas que eram realizadas pela empresa nesse local estavam paradas há cerca de dois anos, quando a equipe responsável pelas pesquisas na Estação da Barra da Lagoa propôs aos administradores da Empresa que a fazenda fosse revitalizada. A resposta dada por ela foi a de que se o CCA construísse no local algo que fosse útil e trouxesse benefícios para a sociedade o terreno seria doado ao Centro, o que ocorreu em fevereiro de 1999. Embora já houvesse uma estrutura montada no local, foram necessárias algumas reformas e a instalação de alguns equipamentos. As verbas para a realização

desses trabalhos de melhorias vieram de um convênio firmado em 1998 entre a UFSC e o Canadá por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. O programa chamava-se “Brazilian Mariculture Linkage Program (BMLP)”, e, assim, começaram os trabalhos de produção de camarão na fazenda em questão.<sup>55</sup> O professor Andreatta<sup>56</sup> afirma em seu depoimento que, além do trabalho de produção e de desenvolvimento de novas tecnologias de cultivo, a fazenda também atua na preparação de produtores e técnicos. E que com o seu desenvolvimento, ela passou a comercializar camarão para o mercado interno e externo, cuja renda obtida com essa comercialização foi investida em melhorias feitas na fazenda e também em projetos de pesquisa.<sup>57</sup>

É visível na figura 17 a grande área verde que cerca o local, isso se deve ao comprometimento do CCA com a preservação do meio ambiente, a fazenda é responsável pela preservação de 333 hectares de Mata Atlântica em seu estado original. Assim, o CCA cumpre o acordo firmado com a empresa Yakult no ato da doação do terreno, o espaço se tornou útil para a sociedade no que diz respeito à preservação ambiental, ao desenvolvimento da economia que afeta a população, seja de forma direta ou indireta, e também na criação de empregos, visto que todos os seus funcionários de apoio pertencem à comunidade local.<sup>58</sup>

Outra ação do CCA em relação à preservação do meio ambiente que podemos destacar foi sua intervenção no processo de construção, na Barra da Lagoa, do “Projeto Porto da Barra”, da Empresa Porto Bello. No dia 29 de dezembro de 1995, o chefe do Departamento de Aquicultura do CCA, professor João Bosco Rozas Rodrigues, encaminhou uma carta ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Diomário de Queiroz, que explicava as preocupações do Departamento de Aquicultura quanto à construção desse empreendimento. O Colegiado do Departamento se reuniu para analisar o projeto e levantaram alguns questionamentos referentes aos possíveis impactos ambientais consequentes, tais como: derrame de combustíveis, resíduo de manutenção mecânica, acúmulo de lixo, contaminação por meio de substâncias tóxicas presentes nas tintas dos barcos, etc. Havia uma preocupação não somente ambiental, havia também um receio de que esse empreendimento afetasse de maneira negativa os laboratórios do Departamento que se localizam na Barra da Lagoa. Todos esses possíveis danos citados afetam a qualidade da água, e pode comprometer a produção de larvas de camarão e sementes de ostras, o que consequentemente, seria prejudicial à produção de Santa Catarina, visto que esta depende dos resultados obtidos nesses laboratórios. Nessa carta o Departamento faz questão de deixar claro que apesar dessas preocupações não é contrário ao empreendimento, já que tem consciência do quão importante este é para o desenvolvimento turístico e econômico de Florianópolis. O Departamento busca apenas uma solução em que nenhum dos lados seja prejudicado.<sup>59</sup>

No dia 6 março de 1996, os representantes do Departamento de Aquicultura junto com o diretor do CCA professor Oswaldo Coelho reuniram-se com empresários responsáveis pelo projeto “Porto da Barra”. No dia 20 de março de 1996, o professor João Bosco Rozas Rodrigues encaminhou outra carta ao Reitor Diomário de Queiroz para relatar o que foi discutido e acordado nessa reunião. De acordo com o documento enviado ao reitor, os representantes do CCA expuseram aos empresários todas as suas dúvidas quanto ao projeto e suas consequências, questionando-os sobre quais atitudes seriam tomadas para resolver os possíveis danos ambientais e consequentemente ao Laboratório do CCA localizado na Barra da Lagoa. Os empresários responderam a todas as questões e se propuseram a resolver todos os problemas apontados pelos membros do Departamento de Aquicultura, dando continuidade ao empreendimento sem prejudicar o meio ambiente. Todos os compromissos firmados foram colocados por escrito para que, caso necessário, pudessem ser cobrados posteriormente.<sup>60</sup>

Todos os resultados positivos obtidos com as pesquisas que são realizadas nessas estações experimentais e laboratórios beneficiam a sociedade. Como no caso do LCM, que deu início aos seus trabalhos em 1985, sendo o primeiro laboratório instalado na Estação de Pesquisa da Barra da Lagoa, que teve origem da primeira estação experimental do CCA construída em 1979 no Itacorubi.<sup>61</sup> Entre os anos de 1991 e 1997, o LCM teve a maior parte do seu trabalho voltado para programas sociais, como o repovoamento de Lagoas Costeiras. A partir de 1998, passou a trabalhar com o cultivo de uma nova espécie de camarão mais competitiva comercialmente, produzindo cerca de 60 milhões de pós-larvas por mês, que são repassadas para a indústria auxiliando seu desenvolvimento, e,

<sup>55</sup> Edegar Roberto Andreatta. *Entrevista citada*.

<sup>56</sup> Edegar Roberto Andreatta é graduado em Zootecnia pela Universidade Federal de Santa Maria, começou a trabalhar na UFSC em 1978 lecionando no Curso de Agronomia, participou da instalação da Estação da Barra da Lagoa, onde atuou como Coordenador durante aproximadamente 25 anos. Atualmente é diretor do CCA, seu mandato tem duração de 2009 a 2013.

<sup>57</sup> Edegar Roberto Andreatta. *Entrevista citada*.

<sup>58</sup> LABORATÓRIO DE CAMARÕES MARINHOS (LCM). *Fazenda UFSC/YAKULT*. Florianópolis: LCM, 2007. Disponível em: <<http://www.lcm.ufsc.br/index.php?area=34>>. Acesso em: 15 set. 2010.

<sup>59</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Aquicultura. *Ofício n.055/AQI/95*. Florianópolis, 29 de dezembro de 1995. Ofício enviado por João Bosco Rozas Rodrigues, chefe do Departamento de Aquicultura, para Antônio Diomar de Queiroz, Reitor da UFSC. Assunto: Construção da Marina na Barra da Lagoa. Arquivo Direção do CCA. Caixa: Processos Diversos.

<sup>60</sup> Idem. *Ofício n.008/AQI/96*. Florianópolis, 20 de março de 1996.

Ofício enviado por João Bosco Rozas Rodrigues, chefe do Departamento de Aquicultura, para Antônio Diomar Queiroz, Reitor da UFSC. Assunto: Construção da Marina na Barra da Lagoa. Arquivo Direção do CCA. Caixa: Processos Diversos.

<sup>61</sup> Edegar Roberto Andreatta. *Entrevista Citada*.

consequentemente, aumentando o número de vagas de emprego<sup>62</sup> É importante destacar também o trabalho do LMM, que em parceria com a EPAGRI, desenvolveu junto aos pescadores artesanais um método de trabalho não extrativista que é o cultivo de moluscos marinhos. O repasse desses conhecimentos desenvolvidos nos laboratórios e os cursos de aperfeiçoamento que são oferecidos gratuitamente geram empregos e renda para esses pescadores. Desta forma, os projetos desenvolvidos pelo CCA auxiliam também em questões sociais como a diminuição da migração dos moradores de comunidades litorâneas tradicionais, que com um novo meio de sobrevivência não deixam mais suas comunidades de origem.<sup>63</sup> Em sua entrevista o professor Andreatta citou um dos projetos do CCA para ilustrar como estes refletem na sociedade:

Toda semente de ostra produzida em Santa Catarina é fornecida pela Universidade Federal de Santa Catarina aos produtores, e toda a produção do Estado, que é a maior produção do país com 95% da produção, é reflexo da reprodução que é feita dentro da Universidade, e, obviamente, isso proporciona diretamente uma quantidade muito grande de empregos, e indiretamente uma quantidade muito grande de oportunidades, porque a ostra serve para a FENAOSTRA, serve para fomentar o turismo e serve especialmente para melhorar a renda dos pescadores que estavam completamente desarmados financeiramente por causa da diminuição da pesca. Então hoje a maricultura é uma realidade em Santa Catarina e tem o suporte por parte da Universidade que trabalha com essa questão da reprodução para produção de sementes, assim como o camarão também foi, os peixes marinhos também serão e outros tipos de formas jovens poderão ser desenvolvidos no futuro para abrigar indústrias que se espera que se desenvolvam [...].<sup>64</sup>

Por fim, cabe registrar que a partir do trabalho de muitas pessoas na história do CCA é que este centro conseguiu contribuir tanto com a formação profissional de inúmeros estudantes, mas também as políticas de extensão e atividades de pesquisa atingiram não apenas grandes produtores ou pessoas que estejam ligadas diretamente com o ramo agrário, os benefícios desses trabalhos chegaram e chegam à sociedade seja direta ou indiretamente. Por exemplo, merecem destaque os cursos de especialização oferecidos gratuitamente aos pequenos e médios produtores tanto da área rural quanto da aquícola, participação constante na elaboração de projetos ambientais e desenvolvimento da economia do nosso Estado.



Figura 17. Vista aérea da Fazenda Experimental UFSC/YAKULT. Fonte: Laboratório de Camarões Marinhos (LCM) (2007)

<sup>62</sup> LABORATÓRIO DE CAMARÕES MARINHOS (LCM). *Histórico*. Florianópolis: LCM, 2007. Disponível em: <<http://www.lcm.ufsc.br/index.php?area=9&id=12>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

<sup>63</sup> LABORATÓRIO DE MOLUSCOS MARINHOS (LMM). *O LMM*. Florianópolis: UFSC/CCA/AQI/LMM, 2007. Disponível em: <<http://projetos.lmm.ufsc.br/index.php>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

<sup>64</sup> Edeimar Roberto Andreatta. *Entrevista Citada*.

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos UFSC/CCA

OS 32 ANOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFSC. Direção de Bruno Branco e Lucas Amorim. Florianópolis: UFSC/CCA, 2007. 1 DVD color.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 9, n. 97, jan. 1975.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, 3º trim. 1988, 1ª semana de jul. 1988, p.21.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades CCA 1978*. Florianópolis, 1978. Arquivo da Direção do CCA. Caixa: Relatórios de Atividades CCA – 1978 a 1993; Diversos Recebidos – 1991 a 1995; Gestão CCA 1975 – 1996.

\_\_\_\_\_. *Relatório Geral 72-75*. Florianópolis, SC, Imprensa Universitária, 1975, p.73-74.

\_\_\_\_\_. Câmara de Ensino de Graduação – CEG. *Resoluções*. Florianópolis: UFSC/CEG, [2010]. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/resocons.nsf/eab68f213e7101c80325638c005e9041/a95d1aafe357d8fc832574f1006e9246?OpenDocument>>. Acesso em: 16 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Agrárias. *A pesquisa no Centro de Ciências Agrárias*. Florianópolis: [Imprensa Universitária], [198?], p.3-5.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Aquicultura. *Ofício n.055/AQI/95*. Florianópolis, 29 de dezembro de 1995. Ofício enviado por João Bosco Rozas Rodrigues, chefe do Departamento de Aquicultura, para Antônio Diomar de Queiroz, Reitor da UFSC. Assunto: Construção da Marina na Barra da Lagoa. Arquivo Direção do CCA. Caixa: Processos Diversos.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Aquicultura. *Ofício n.008/AQI/96*. Florianópolis, 20 de março de 1996. Ofício enviado por João Bosco Rozas Rodrigues, chefe do Departamento de Aquicultura, para Antônio Diomar Queiroz, Reitor da UFSC. Assunto: Construção da Marina na Barra da Lagoa. Arquivo Direção do CCA. Caixa: Processos Diversos.

### Entrevistas

Edemar Roberto Andreatta. *Entrevista concedida a Mayara Cristina Capistrano*. Florianópolis, 16 ago. 2010.

Enio Luiz Pedrotti. *Entrevista concedida a Mayara Cristina Capistrano*. Florianópolis, 16 ago. 2010.

Ernani Sebastião Sant'Anna. *Entrevista concedida a Mayara Cristina Capistrano*. Florianópolis, 11 ago. 2010.

Glauco Olinger. *Entrevista concedida a Mayara Cristina Capistrano*. Florianópolis, 11 ago. 2010.

Maria Inês Nava Azevedo. *Entrevista concedida a Mayara Cristina Capistrano*. Florianópolis, 11 ago. 2010.

### Figuras

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS. *Aula inaugural do curso de Agronomia*. 1 fotografia color. s/ autoria. Acervo da direção do CCA.

\_\_\_\_\_. *Construção do CCA com auxílio do PRODECA*. 1 fotografia color. s/autoria. Acervo da direção do CCA.

\_\_\_\_\_. *Construção do primeiro prédio do CCA*. [s/data]. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo da direção do CCA.

\_\_\_\_\_. *Laboratório de Aquicultura*. 1 fotografia color. s/autoria. Acervo da direção do CCA.

\_\_\_\_\_. *Laboratório do Depto. de Ciência e Tecnologia de Alimentos*. 1 fotografia color. s/autoria. Acervo da direção do CCA.

\_\_\_\_\_. *Placa com a primeira turma de formandos do curso de Agronomia*. 1 fotografia color. s/autoria. Acervo da direção do CCA.

\_\_\_\_\_. *Prédio do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos*. 1 fotografia color. s/autoria. Acervo da direção do CCA.

\_\_\_\_\_. *Prédio do Departamento de Zootecnia*. 1 fotografia color. s/autoria. Acervo da direção do CCA.

\_\_\_\_\_. *Preparação do terreno para construção do primeiro prédio do CCA*. [s/data]. 1 fotografia p&b. s/ autoria. Acervo da direção do CCA.

\_\_\_\_\_. *Projeto Avicultura do Departamento de Zootecnia*. 1 fotografia color. s/autoria. Acervo da direção do CCA.

\_\_\_\_\_. *Vista parcial da primeira estação de aquicultura do CCA no Itacorubi*. [s/data]. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo da direção do CCA.

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS. *Vista parcial do terreno da Fazenda da Ressacada*. 1 fotografia color. s/autoria. Acervo da direção do CCA.

\_\_\_\_\_. *Vista parcial do terreno no Itacorubi onde foi contruido o CCA*. [s/data]. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo da direção do CCA.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC) CAMBORIÚ. Vista aérea do colégio agrícola de Camboriú. 1 Fotografia aérea color. s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Galeria de fotos*. Camboriú, s/data. Disponível em: <<http://www.ifc-camboriu.edu.br/>>. Acesso em: 09 nov. 2010.

LABORATÓRIO DE CAMARÕES MARINHOS. Vista aérea da Fazenda Experimental UFSC/ Yakult. [2007]. 1 Fotografia aérea color. s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Galeria de Imagens*. Florianópolis: LCM, 2007. Disponível em: <<http://www.lcm.ufsc.br/index.php?area=34>>. Acesso em: 09 nov. 2010.

UFSC – FAZENDA EXPERIMENTAL. Colheita de alfices na Fazenda da Ressacada. 2010. 1 fotografia color. Autoria de Marcelo Venturi. In: PANORÂMIO. *Primeira colheita de Alfice para o R.U. – pré-lavação*. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/39727949>>. Acesso em: 09 nov. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Colégio Agrícola da Araquari. 1 fotografia p&b. s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Relatório de atividades 1976-7*: Colégio Agrícola de Araquari. Florianópolis: [Imprensa Universitária], 1977, p.88/89.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério Da Educação. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). *O que é o REUNI*. Brasília: REUNI, 2010. Disponível em: <[http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25&Itemid=28](http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28)>. Acesso em: 18 set. 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. *Campus de Camboriú. A instituição*. Camboriú: O instituto, [2010]. Disponível em: <<http://www.ifc-camboriu.edu.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. *Campus Araquari. Histórico*. Araquari: IFC, 2009. Disponível em: <[http://ifc-araquari.edu.br/1/index.php?option=com\\_content&view=article&id=11](http://ifc-araquari.edu.br/1/index.php?option=com_content&view=article&id=11)>. Acesso em: 27 jul. 2010

LABORATÓRIO DE CAMARÕES MARINHOS (LCM). *Fazenda UFSC/YAKULT*. Florianópolis: LCM, 2007. Disponível em: <<http://www.lcm.ufsc.br/index.php?area=34>>. Acesso em: 15 set. 2010.

\_\_\_\_\_. *Histórico*. Florianópolis: LCM, 2007. Disponível em: <<http://www.lcm.ufsc.br/index.php?area=9&id=12>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

LABORATÓRIO DE MOLUSCOS MARINHOS (LMM). *O LMM*. Florianópolis: UFSC/CCA/AQI/LMM, 2007. Disponível em: <<http://projetos.lmm.ufsc.br/index.php>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

OLINGER, Glaucio. *50 anos de extensão rural: breve histórico do serviço de extensão rural no Estado de Santa Catarina 1956 a 2006*. Florianópolis, SC EPAGRI – Empresa de Pesquisa e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina, 2006, p.72.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Agrárias. Curso de Zootecnia. *Criação de Curso*. Florianópolis: Expert Designers, 2007. Disponível em: <<http://www.cursodezootecnia.cca.ufsc.br/>>. Acesso em: 16 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Aqüicultura. *Histórico*. Florianópolis: UFSC/CCA/AQI, [2010]. Disponível em: <<http://www.aqi.ufsc.br/content.php?area=inst>>. Acesso em: 15 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Aquicultura. *Graduação: introdução*. Florianópolis: UFSC/CCA/AQI. Disponível em: <<http://www.aqi.ufsc.br/content.php?area=grad>>. Acesso em: 15 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural. *Página Inicial*. Florianópolis: DZDR, 2006. Disponível em: <<http://www.dzdr.cca.ufsc.br/>>. Acesso em: 16 set. 2010.;

Idem. *Laboratórios*. Florianópolis: DZDR, 2006. Disponível em: <<http://www.dzdr.cca.ufsc.br/labs.html>>. Acesso em: 16 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Agrárias. Fazenda Experimental Ressacada. *Histórico*. Florianópolis: UFSC/CCA, [2010]. Disponível em: <<http://fazenda.ufsc.br/historia/>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

# O Centro de Ciências Biológicas e a construção de uma história

Dayanne Schetz<sup>1</sup>

## Introdução

É importante que pensemos a história não apenas como uma ciência do passado, mas como uma ciência do presente,<sup>2</sup> pois, apesar das dúvidas que surgem de questionamentos que fazemos observando o que passou, é no presente que elas serão analisadas, estudadas e possivelmente respondidas. Apesar de os documentos terem sido construídos no passado, é no presente que temos a capacidade de observá-los como possíveis fontes de pesquisa aptas a responder às imprecisões contidas neste momento. E o questionamento neste momento não é apenas como a Universidade Federal de Santa Catarina surgiu, mas como ela foi se constituindo diante da sociedade catarinense, sua trajetória e a trajetória de seus centros de ensino.

Na busca da construção de uma narrativa histórica do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina, a proposta é mostrar a história deste Centro com uma abordagem diferenciada, procurando detalhar alguns acontecimentos que tornaram possível uma análise mais clara sobre eventos que envolveram questões não apenas acadêmicas, mas também políticas e sociais. A primeira, tentando mostrar as interferências sofridas por demandas dos próprios estudantes, buscando condições melhores de ensino; a segunda motivada por questões externas à Universidade (algumas também internas), onde as Universidades brasileiras precisavam se adequar ao sistema político em vigência; e a terceira, indicando as tentativas de o CCB cumprir o seu papel dentro da sociedade, que é o de aplicar os conhecimentos obtidos na Instituição dentro da comunidade em que se insere, buscando respostas e propondo soluções para os problemas que vêm surgindo.

Por meio de entrevistas com pessoas que, de alguma maneira, estiveram ligadas ao CCB, há uma proposta de serem utilizadas fontes diferentes quando se trata de abordagem histórica. Procurar trabalhar com outras fontes que não sejam as consideradas “oficiais”, apesar de uma tarefa um tanto “laboriosa”, já que as fontes orais se modificam e estão em constante construção, é ao mesmo tempo algo prazeroso. Escutar as histórias vividas e presenciadas por cada indivíduo pode nos ajudar a entender como as pessoas de diferentes pontos de vista e de diferentes períodos puderam perceber as transformações ocorridas não apenas no Centro de Ciências Biológicas, mas na Universidade; tratando de alguns detalhes não presentes nos documentos/monumentos,<sup>3</sup> como, por exemplo, a questão dos primeiros currículos do Curso de Ciências Biológicas, os departamentos do CCB e os projetos fora da Universidade. Isso faz com que se preencham lacunas não respondidas pelos documentos deixados ou não; e ainda podendo comparar o que é dito hoje com relação aos documentos que resistiram ao tempo e que atualmente são instrumentos de pesquisa.

Das fontes utilizadas para realizar a pesquisa sobre o CCB, contamos não apenas com as informações dadas pelos entrevistados, mas também: com Boletins de Pessoal, onde as alterações curriculares e os convênios obtiveram maior destaque sobre este Centro; com as Atas do Conselho Universitário, onde prevalecem as decisões tomadas pelos professores e conselheiros da época; e ainda com alguns documentos relacionados não apenas às mudanças de currículo, mas também a alguns processos e pareceres que são interessantes para complementar a história deste Centro que vem sendo construída.

A principal tarefa aqui é fazer uma abordagem na qual seja possível ressaltar informações pouco conhecidas até mesmo pela comunidade acadêmica. É preciso construir uma história para que os atuais e futuros acadêmicos e a sociedade possam perceber as influências que o Centro de Ciências Biológicas veio sofrendo ao longo dos anos. Abordar sua trajetória e alguns desafios, percebendo que não são os grandes marcos que fazem essa história e que o tornam um Centro de excelência nesta Universidade,

<sup>1</sup> Estagiária do Projeto Livro UFSC 50 Anos. Acadêmica do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof.<sup>3</sup> Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p.52.

<sup>3</sup> LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992, p.545.

mas que foi por meio de um longo processo que ele se constituiu e se constitui assim, e que independentemente dos nomes que aparecem em diversos documentos, a história também é feita por “coadjuvantes”.

## De Departamento de Biologia a Centro de Ciências Biológicas

O Departamento de Biologia esteve vinculado ao Centro de Estudos Básicos (CEB) entre os anos de 1967 e 1976, quando este Departamento foi desmembrado do CEB, sendo então criado o Centro de Ciências Biológicas (CCB). Inicialmente contou com quatro departamentos: de Ciências Fisiológicas; de Morfologia; de Microbiologia e Parasitologia; e de Biologia. Foi considerada uma unidade de ensino básica, pelo fato de serem ministradas aí as disciplinas básicas de vários outros cursos de profissionalização da Universidade.<sup>4</sup>

A Reforma Universitária surgiu na UFSC antes da proposta do Ministro Jarbas Passarinho, em 1971.<sup>5</sup> A proposta de criação do Centro de Estudos Básicos surgiu em 1967, como um aglutinador do ensino e da pesquisa básicos, comuns a toda a Universidade; já os centros de formação profissional estavam incumbidos do ensino de formação profissional e da pesquisa aplicada. Dividido em áreas afins, o CEB abrangia os campos das Ciências Naturais, Ciências Sociais, Ciências Humanas e Comunicações, constituindo-se de quinze departamentos iniciais, dentre os quais o de Biologia. Os centros de formação profissional estavam divididos em Biomédico, Tecnológico, Sócio-Econômico, de Educação, de Desportos e Agropecuário.<sup>6</sup> Implantado em 1969, tendo como executor o professor Waldir Dias,<sup>7</sup> foi neste Centro que os alunos classificados no vestibular se matricularam, de acordo com as opções de inscrição. O ciclo básico, como era denominado o período em que os acadêmicos cursavam as disciplinas no CEB, era como uma preparação para a formação científica e profissional, tendo como funções definidas recuperar insuficiências na formação dos estudantes e orientar para a escolha da profissão.<sup>8</sup>

A política educacional do Ministro Jarbas Passarinho foi caracterizada, principalmente, pela Lei nº 5.692/71, onde todo o ensino anterior à universidade foi reformado, com a pretensão de dar ao aluno determinada profissão.<sup>9</sup>

Esse tipo de acesso à Universidade, escolhendo uma área de afinidade e não um curso acabou por frustrar muitos acadêmicos, como afirmou a professora Roseli Mosimann. Segundo ela, a partir de 1970, com a Reforma Universitária, houve muita disputa entre os alunos, pois boa parte dos acadêmicos das Biológicas, por exemplo, ansiavam ir para o Centro Biomédico, para obter uma formação profissional em medicina ou odontologia. A professora relatou ainda que, certa vez, ela e mais dois professores acabaram retidos dentro da casa, onde hoje funciona o Curso de Pós-Graduação em Botânica, sem comunicação com outras pessoas para auxiliá-los, pois os estudantes haviam se organizado numa manifestação em que exigiam notas altas, uma vez que as obtidas nas provas eram baixas. Até o carbono utilizado para fazer a prova (que era mimeografada), jogado no lixo após o uso, era “catado” por estudantes que desejavam saber o conteúdo da prova, antes de esta ser aplicada pelos professores.<sup>10</sup> A Reforma Universitária não só transformou o ensino, mas também os estudantes, que pareciam encarar o outro como um concorrente. A maioria aspirava aos cursos mais concorridos, e, para alcançar seus objetivos, não importava quem era o colega, e sim a que curso o estudante estaria apto a ser admitido.

A Reforma Universitária surgiu como um meio de silenciar e desmobilizar os estudantes que lutavam por mais verbas, mais vagas e uma universidade mais democrática. A proposta de silenciar os estudantes pode ter funcionado em parte, pois, enxergando o outro como inimigo, não havia unidade por parte dos acadêmicos, deixando assim o Movimento Estudantil enfraquecido, à mercê das vontades do governo.

Na década de 1970, o atual Centro de Ciências Biológicas, denominado Centro de Biologia, era constituído por um único Departamento, o de Biologia (BLG), onde estavam vinculadas as divisões de Biologia, Bioquímica-Biofísica-Fisiologia, Anatomia-Histologia e Microbiologia. A professora Juliet Sugai afirmou que este Departamento era muito grande e complicado até mesmo para realizar reuniões, pois os interesses por parte daqueles que constituíam este vasto Departamento também se distinguiam. Assim, houve movimentos, por parte de algumas alas ligadas a este Setor, para que o mesmo fosse dividido em unidades menores. No ano de 1976 o Departamento de Biologia

<sup>4</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 110, fev. 1976, p.15.

<sup>5</sup> Para contextualização e maiores detalhes sobre este período e assunto ver o capítulo sobre a “A UFSC sob o regime militar: do Centro de Estudos Básicos aos Movimentos Estudantis” neste livro.

<sup>6</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.VI, n.12, 2º Semestre de 1967, p.65-77.

<sup>7</sup> Idem. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 34, out. 1969, p.9.

<sup>8</sup> Idem. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 34, out. 1969, p.3-38.

<sup>9</sup> BUFFA, Ester. O debate novamente reprimido: 1964-1984. In: \_\_\_\_\_. *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991, p.143.

<sup>10</sup> Roseli Maria de Souza Mosimann. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 31 maio 2010.

desmembrou-se em quatro Departamentos: Biologia, Ciências Fisiológicas (com as divisões de Biofísica, Bioquímica e Fisiologia), Microbiologia (com as divisões de Microbiologia e Parasitologia) e Morfologia (com as divisões de Anatomia e Histologia). Dividindo em partes menores esta unidade setorial seria possível levar ao conhecimento da Reitoria e dos demais Centros, os anseios e necessidades dos estudantes, técnicos e professores que compunham esta Unidade.<sup>11</sup>

No ano de 1976, a Reforma Universitária teve seu fim. Passaram a ser considerados centros de estudos básicos todas as unidades de ensino que abrangessem as disciplinas consideradas básicas para os demais cursos da Universidade. O Centro de Ciências Biológicas passou desta maneira a abrigar disciplinas básicas a serem oferecidas nos cursos de diferentes centros, tidos como profissionalizantes.<sup>12</sup> Segundo o professor Milton Muniz,

[...] Com a sua criação, o CCB ocupou a atual área da Direção do CCB, e as áreas ocupadas pelos Departamentos de: Botânica, Ciências Morfológicas, Ciências Fisiológicas e parte da Bioquímica, e o primeiro corredor do antigo prédio do Básico, partindo do Bar da Biologia. Este foi o espaço inicial do CCB, o que limitou, em muito, o seu desenvolvimento inicial.<sup>13</sup>

A Direção do Centro que o professor cita continua funcionando no mesmo prédio, próximo ao antigo CEB, ao lado do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM).

Na Figura 1 podemos observar o antigo prédio do CCB, onde, atualmente, funciona a direção do Centro. O local conta ainda com algumas salas de aula. A fotografia tirada em 2006 mostra um Centro de Ensino ainda funcionando no térreo, diferente de outros centros e do novo prédio do CCB, com arquitetura mais moderna, com mais andares, sendo utilizados não apenas o subsolo e térreo.



Figura 1. Prédio antigo do CCB – UFSC. Fonte: Gasparotto (2006)

## Os primeiros currículos do Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado e Licenciatura

É importante que, para um maior entendimento da criação do Curso de Ciências Biológicas, seja aqui descrito um pouco da trajetória dos primeiros currículos formulados para atender as suas necessidades. Analisando as propostas de currículos que existiam na época da criação do bacharelado e licenciatura em Biologia, é possível perceber como

<sup>11</sup> Juliet Kioko Sugai. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 06 jul. 2010.  
<sup>12</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 110, fev. 1976, p.15.  
<sup>13</sup> Milton Divino Muniz. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 19 jul. 2010.

nestes anos foi necessária a adequação de um curso universitário às situações impostas; situações estas que poderiam buscar formar profissionais cada vez mais capacitados ou que precisavam atender o crescimento de determinada área no mercado de trabalho.

Em maio de 1972, a UFSC fez um convênio para realizar cursos de licenciatura de curta duração, em regime intensivo, nos setores de Matemática e Ciências<sup>14</sup> e, em 1973, tendo como reitor o professor Roberto Mündel de Lacerda, foi então criado “o Curso de Ciências, abrangendo a Licenciatura de 1º Grau em Ciências e de 2º Grau em Física e Ciências Biológicas nas áreas de Ciências Físicas e de Ciências Biológicas”.<sup>15</sup> Fazia parte deste Curso, as licenciaturas, também de 2º Grau, em Química e Matemática.<sup>16</sup> Com esse ato, as Portarias nº 209/73 e nº 211/73 foram revogadas, uma vez que ambas criavam a Licenciatura em Física e em Ciências Biológicas, respectivamente.<sup>17</sup>

Segundo a professora Elza Muniz, este curso tinha por objetivo formar professores em curto prazo, em um período de dois anos, e os graduados estariam aptos a ministrar aulas aos alunos de 1º Grau (5ª a 8ª série), e se optassem por serem professores de 2º Grau (atual ensino médio) era necessário que cursassem mais dois anos, a licenciatura plena. O fato de este Curso abranger muitas disciplinas causou um grande número de evasão, pois acabava não satisfazendo as ambições dos acadêmicos porque muitos deles cursavam disciplinas que não eram compatíveis com o que desejavam aprender. Teve-se como alternativa, depois de muitas discussões, a criação do Curso de Ciências Biológicas,<sup>18</sup> aprovado pelo Decreto nº 81.553/78, onde o então Presidente da República, Ernesto Geisel, concedeu “reconhecimento ao curso de Ciências Biológicas, licenciatura de 2º Grau, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina”.<sup>19</sup> Tendo iniciado no ano de 1979, a Licenciatura era a única opção a ser cursada.

Nesse período houve também a proposta de criar o Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas,<sup>20</sup> já que a profissão de biólogo havia sido regulamentada em 3 de setembro de 1979 por meio da Lei nº 6.684,<sup>21</sup> e o mesmo aconteceu em várias universidades. Inicialmente a ideia teria sido a criação do Bacharelado em Biologia, modalidade Ecologia, e, segundo a professora Elza Muniz, havia uma resolução no MEC que permitia às universidades com licenciaturas criarem o bacharelado no Curso, o que ajudou na sua concretização em 1980. Apenas as fases iniciais haviam sido aprovadas e, com uma discussão entre estudantes e professores, chegaram à conclusão de que o bacharelado não deveria ser restringido apenas à especificidade Ecologia, mas sim a Ciências Biológicas, que melhor contemplaria a escolha dos acadêmicos a partir da definição da área específica para sua formação. A professora relatou ainda que seja provável que apenas duas turmas tenham se formado na opção Ecologia.<sup>22</sup>

Durante a entrevista, a professora Elza Muniz também fez menção sobre a vinculação do Curso de Ciências ao Centro de Ciências da Educação (CED); assim, apesar de o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ter sua Coordenadoria no Centro de Ciências Biológicas, no início ele estava subordinado ao CED, justamente por ser uma licenciatura. Ela acredita que entre os anos de 1985 ou 1986, conseguiu-se a vinculação efetiva do Curso de Graduação em Ciências Biológicas ao CCB; no entanto, até o momento em que isso aconteceu, o CED era a referência de localização do Curso. A função do CCB era oferecer a maior parte das disciplinas a serem cursadas, funcionando apenas como um Centro que oferecia disciplinas básicas, sem Curso profissionalizante, já que o Bacharelado em Ciências Biológicas estava alocado no Centro de Ciências da Saúde (CCS).<sup>23</sup> A Figura 2 é uma fotografia de 1985, época da inauguração do novo prédio do CCB. Enquanto a Figura 1 mostra a parte frontal da construção, aquela mostra a parte de trás, com uma planta mais baixa em relação à anterior.

Uma das informações colhidas no parecer nº 52/81 indica que não havia apenas uma opção de bacharelado em Biologia, e sim duas: Ecologia e Biomédico; que tiveram suas proposições encaminhadas em 27 de junho de 1978 e que sofreram diversas modificações até o ano de 1981. Como principais alterações deste currículo, incluem-se a restrição da opção Biomédico pelo Conselho Departamental do Centro, em 13 de setembro de 1978, e a aprovação, em 29 de junho de 1979, da implantação do curso, com o número de trinta vagas, no ano de 1980.<sup>24</sup>

<sup>14</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, maio 1972, p.2.

<sup>15</sup> Idem. Florianópolis, a. VII, n. 82, out. 1973, p.8.

<sup>16</sup> Idem. Florianópolis, a. VII, n. 82, out. 1973, p.8.

<sup>17</sup> Idem. Florianópolis, maio 1972, p.6.

<sup>18</sup> Elza Costa Netto Muniz. *Entrevista*

*concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 08 jul. 2010.

<sup>19</sup> BRASIL. Decreto nº 81.553, de 10 de Abril de 1978. Concede reconhecimento ao curso de Ciências Biológicas do Centro de Educação da

Universidade Federal de Santa Catarina, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

*Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 11 abr. 1978, p.5.089. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81553-10-abril-1978-430779-publicacao-1-pe.html>>.

Acesso em: 30 ago. 2.010.

<sup>20</sup> Elza Costa Netto Muniz. *Entrevista citada*.

<sup>21</sup> BRASIL. Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979. Regulamenta as profissões de Biólogo e Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências.

*Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 04 set. 1979, p.12.761. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6684-3-setembro-1979-377756-publicacao-1-pl.html>>.

Acesso em: 30 ago. 2010.

<sup>22</sup> Elza Costa Netto Muniz. *Entrevista citada*.

<sup>23</sup> Elza Costa Netto Muniz. *Entrevista citada*.

<sup>24</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. *Parecer nº 52/81 do*

*Processo nº 078885: sobre a implantação do Bacharelado em Ciências Biológicas*. Florianópolis, 1981. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 14, p.1.



Figura 2. Prédio inaugurado no CCB. Fonte: Bastos (1985)

Houve a proposta de criação de um modelo curricular, onde haveria três modalidades da opção Ecologia; contudo, mesmo tendo este alvitre sido aprovado pelo Colegiado de Curso, foi refutado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em 22 de outubro de 1979, pelo parecer do professor Osvaldo de Oliveira Maciel. Algumas alterações foram aprovadas, mas a modalidade Ecologia continuou una.<sup>25</sup> Dentre as outras alterações, é importante ressaltar as sofridas no currículo do Curso de Ciências Biológicas, opção licenciatura, que entrariam em vigor a partir de 1980. Nessa portaria é possível observar que, mesmo com o fim do ciclo de estudos básicos no CEB, a 1ª e a 2ª fases deste Curso foram consideradas básicas, enquanto as demais eram tidas como profissionalizantes.<sup>26</sup>

Enquanto o curso de licenciatura já sofria alterações em todas as fases de seu currículo, o de Bacharelado em Ciências Biológicas começava a dar seus primeiros passos, sendo no ano de 1979 aprovadas as duas primeiras fases do currículo-sugestão deste Curso, na opção Ecologia, que entraria em vigor em 1980.<sup>27</sup> Apenas no ano de 1980 foram aprovadas a 3ª e 4ª fases do currículo-sugestão que entrariam em vigor no primeiro semestre de 1981.<sup>28</sup>

Em parecer do ano de 1981, a professora Elza Muniz, coordenadora do Curso de Ciências Biológicas, bacharelado e licenciatura, apresentou questões que já deveriam ter sido resolvidas, como a aprovação das fases finais do curso, especialmente a 5ª e 6ª fases, que precisavam ser aprovadas o mais breve possível, já que deveriam iniciar em 1982. Tendo as quatro primeiras fases funcionado em 1980 e 1981, por meio das portarias já citadas (536/79 e 396/80), a intenção era de que se propusessem apenas as quatro últimas fases. Porém, houve a proposta de um novo currículo integral ao CEPE. Foi preciso, então, que o colegiado de curso e os departamentos envolvidos analisassem a nova proposição curricular,<sup>29</sup> que finalizada chegou à seguinte conclusão: “[...] sobre a inconveniência de modificações radicais já que se acha em andamento, a nível nacional, vários estudos para a fixação de novos currículos mínimos para as licenciaturas e, conseqüentemente, para os bacharelados delas decorrentes.”<sup>30</sup>

Mesmo assim, a sugestão curricular previa várias alterações na parte que já havia sido aprovada e no currículo mínimo. Se manifestando a respeito disso, a professora Elza Muniz lembrou que qualquer currículo de bacharelado deve ser elaborado a partir do currículo de licenciatura plena, que deu origem ao primeiro, com exceção da formação pedagógica; e relatou que o funcionamento do Bacharelado em Ciências Biológicas não havia sido aprovado, até aquele momento, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), uma vez que havia sido criado a partir da licenciatura em Ciências Biológicas, que por sua vez correspondia ao currículo mínimo.<sup>31</sup> Em se tratando da não aprovação inicial do Bacharelado em Ciências Biológicas pelo CFE, o professor Milton Muniz disse acreditar que essa questão de aprovar um curso posteriormente ao período de sua iniciação, continua

<sup>25</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. *Parecer nº 52/81 do Processo nº 078885*; sobre a implantação do Bacharelado em Ciências Biológicas. Florianópolis, 1981. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 14, p.2.

<sup>26</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, dez. 1979, p.22-24.

<sup>27</sup> Idem. Florianópolis, dez. 1979, p.25-26.

<sup>28</sup> Idem. Florianópolis, set. 1980, p.8-9.

<sup>29</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Colegiado do Curso de Ciências Biológicas. *Parecer nº 74/81 do Processo nº 078885*; sobre o Currículo do Bacharelado em Ciências Biológicas. Florianópolis, 1981. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 14, p.1.

<sup>30</sup> Ibidem, p.2.

<sup>31</sup> Idem.

até os dias de hoje. Não foi diferente com o bacharelado em Biologia, dado que havia um curso prévio, que era de Ciências Biológicas, opção licenciatura, e o CFE autorizava as instituições que já possuísem esta opção a estenderem, *a priori*, a um bacharelado. Depois o Curso foi sendo estruturado, e então obteve a autorização legal para funcionar.<sup>32</sup>

## A questão do Biotério Central

É importante, antes de começar a tratar especificamente sobre a questão do Biotério Central, fazer um breve relato de como ele era e de que modo funcionava dentro da UFSC, para que assim seja possível um melhor entendimento da sua trajetória. Como os documentos escritos encontrados sobre este não deixam alguns pontos claros, tornou-se necessário um uso maior de fontes orais para que o Biotério (que é de importância relevante para este Centro, que igualmente utiliza parte dos animais para estudos) tivesse sua história “construída”.

Em entrevista, o professor Telmo Tavares, informou que o Biotério era uma espécie de canil. As lutas para transformar este canil em Biotério teriam surgido no antigo Departamento de Biologia.<sup>33</sup> Segundo o professor Tavares, no período em que foi diretor do CCB, teve “a oportunidade de dar [...] *start* para a transformação desse canil em Biotério propriamente”.<sup>34</sup> Com sua transformação em Biotério, no ano de 1977, o Centro de Ciências Biológicas, sob sua direção, encaminhou ao Sub-Reitor Antonio Niccoló Grillo, uma sugestão para a vinculação administrativa do Biotério Central da Universidade a este Centro.<sup>35</sup>

Caberia ao Biotério Central, com a vinculação administrativa ao CCB, “promover a criação e a manutenção, em condições adequadas, de animais de laboratório a fim de atender às necessidades dos programas de ensino e dos projetos de pesquisa desenvolvidos na UFSC”.<sup>36</sup> Apesar da manifestação em querer vincular o Biotério ao CCB, este trecho mostra também que este órgão não atenderia única e exclusivamente a este Centro, pois o documento não especifica em qual centro ou setor da Universidade os projetos de pesquisa seriam realizados. Subentende-se que o Centro de Ciências Biológicas não era o único que utilizava animais para as pesquisas.

Os funcionários que prestassem serviço ao Biotério seriam lotados no CCB, e um professor deste Centro poderia ser designado, pela sua direção, para ser o responsável pelo referido órgão, tendo como função cuidar do bom funcionamento e “fiscalizar” os funcionários que trabalhassem neste local.<sup>37</sup> A vinculação do Biotério ao CCB ocorreu em 15 de abril de 1977, pela Portaria nº 376/77, assinada pelo então reitor, professor Caspar Erich Stemmer.<sup>38</sup> Talvez o principal motivo para tal vinculação esteja no fato de o CCB ser o Centro que mais utilizava este órgão para experimentos com animais, mas que não era o único. Segundo Tavares, o Biotério não era uma unidade de ensino, mas um local para criação de animais, de modo que outros centros, como o de Ciências da Saúde, por exemplo, também o utilizavam.<sup>39</sup>

Apenas onze anos após a vinculação ao CCB, o Biotério Central, por meio de Portaria do Conselho Universitário, transformou-se então em um órgão suplementar.<sup>40</sup> Na Ata do Conselho Universitário, houve proposta de criação do Regimento Interno do Biotério, e ela teve como relator o professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, que apresentou o histórico deste. Pelo que consta nesta Ata, a sugestão de transformar o Biotério em órgão suplementar surgiu em julho de 1985, e foi proposta pelo professor Newton de Carvalho. O processo teria tramitado durante quase três anos no Conselho Departamental do CCB, e foi aprovado em abril de 1988. Na análise feita, o Biotério não atendia apenas ao CCB, mas também ao CCS, por exemplo, e não era justo que o CCB arcasse com custos em um órgão que não atendia apenas as suas necessidades.<sup>41</sup>

No que se refere a essa questão, parte dos professores entrevistados disse não lembrar o assunto, outros disseram não ter um conhecimento mais profundo sobre. Entretanto, outros professores, quando perguntados sobre o porquê desta desvinculação do Centro de Ciências Biológicas, por um tempo relativamente curto, as respostas apontavam para a mesma direção, ou seja, de que não era um órgão que atendia exclusivamente ao CCB, que este por sua vez arcava com todas as despesas, e que traria melhoras ao Biotério se ele não estivesse ligado a um Centro. Nas palavras da professora Thereza de Lima, a desvinculação do Biotério Central do CCB ocorreu por questões políticas, mas

<sup>32</sup> Milton Divino Muniz. *Entrevista citada.*

<sup>33</sup> Telmo Tavares. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz.* Florianópolis, 11 maio 2010.

<sup>34</sup> Telmo Tavares. *Entrevista citada.*

<sup>35</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. *Ofício nº 34/CCB/77.* Enviado pelo Diretor, em exercício, do Centro de Ciências Biológicas, para Professor Antonio Niccoló Grillo, Sub-Reitor de Planejamento, com a sugestão de vinculação administrativa do Biotério ao CCB. Florianópolis, 1977. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 30, p.1.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p.2.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal.* Florianópolis, n. 121, abr. 1977, p.13.

<sup>39</sup> Telmo Tavares.

*Entrevista citada.*

<sup>40</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal.* Florianópolis, jul. 1988, p.12.

<sup>41</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis. *Ata da sessão extraordinária realizada em 19 de jul. 1988.* Livro 3, p.2(frente) – 3(frente).

[...] política no sentido bom. Vamos ligá-lo a Pós-Graduação. Então, a partir do momento que você tem uma Pró-Reitoria de Pós-Graduação separada, é mais fácil ligar ele (o Biotério Central) à Pós-Graduação. Então, fortalecendo a Pós-Graduação, várias outras Pós-Graduações, como as do CCS, ou das outras áreas, do CCA, usando animais, foi mais fácil tirar o Biotério do CCB, porque não passa a ser usuário só o CCB. [...] No caso que eu digo política, mas uma política boa, uma política de todo mundo ter acesso igual.<sup>42</sup>

Referindo-se ao desvinculação do Biotério, comentou o professor Calixto algumas questões que podem nos ajudar a aprofundar o que foi dito por sua colega,

[...] como o CCB era o que mais fazia pesquisa, e o Biotério atendia essas pesquisas, [...] ele passou a ser vinculado ao CCB, porque achava que o CCB que gastava a maior parte do dinheiro. [...] aí uma decisão: bom, vamos criar um órgão suplementar, [...] para o Biotério tornar um órgão que tenha um orçamento próprio.<sup>43</sup>

O professor afirmou ainda que houve pouca resistência para que esta desvinculação ocorresse, e que o Biotério acabou estando mais ligado à pesquisa e à pós-graduação quando o uso de animais em aula prática foi proibido. Outra questão levantada pelo entrevistado diz respeito ao orçamento. Sendo o CCB o responsável administrativamente pelo Biotério, os outros centros que o utilizavam não ajudavam com as despesas.<sup>44</sup> Em entrevista, o professor Reinaldo Takahashi informou que o CCB era o centro que mais utilizava os animais do Biotério, e que isso teria sido um dos fatores para que o mesmo fosse vinculado a esta Unidade, mas que um centro de ensino não tem a autonomia financeira necessária para gerir recursos de um órgão com esse tipo de estrutura, pois, à medida que crescia aumentavam suas despesas.<sup>45</sup>

Segundo o professor Bruno Schlemper Júnior, o Biotério passou a nível Central para que pudesse melhorar tanto as questões de orçamento quanto as de funcionamento; e já que outras áreas também usufruíam desse órgão, “não era justo que o CCB ficasse tendo despesas em seu parco orçamento, para atender outras áreas da Universidade”.<sup>46</sup> Assim sendo, ele acredita que este tenha sido o principal motivo para o desvinculamento, para que o Biotério tivesse então uma estrutura funcional.

De acordo com o professor Milton Muniz, a proposta de desvinculação do Biotério teria sido encaminhada após ser discutida no gabinete do reitor. Quando a possível decisão chegou ao CCB, foi pedida apenas um consentimento, uma vez que este pertencia àquele Centro, para que o Conselho a efetivasse.<sup>47</sup>

Na gestão do Reitor Antonio Diomário de Queiroz e Nilcéia Lemos Pelandrê, de 1992 a 1996, a Reitoria fez três ações no Biotério Central: construiu um canil pós-operatório, um pombal e reformou o canil de crescimento. As informações podem ser vistas na Figura 3, uma fotografia tirada em 1996, onde é possível ver a placa que informa os feitos. A imagem mostra a Vice-Reitora Nilcéia Lemos Pelandrê e a professora Marisa Bercht Canozzi no ato da inauguração.



Figura 3. Inauguração no Biotério Central. Fonte: Silva (1996)

<sup>42</sup> Thereza Christina Monteiro de Lima.

*Entrevista concedida a Dayanne Schetz.* Florianópolis, 14 jul. 2010.

<sup>43</sup> João Batista Calixto.

*Entrevista concedida a Dayanne Schetz.* Florianópolis, 05 jul. 2010.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Reinaldo Naoto Takahashi. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz.* Florianópolis, 14 jul. 2010.

<sup>46</sup> Bruno Rodolfo Schlemper Júnior. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz e Lara Beck.* Florianópolis, 03 ago. 2010.

<sup>47</sup> Milton Divino Muniz. *Entrevista citada.*

## O projeto de restauração de fortalezas

No ano de 1979, a Universidade Federal de Santa Catarina e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional firmaram um convênio com o Ministério da Marinha, a fim de que a Universidade pudesse utilizar a Fortaleza de Anhatomirim, que pertencia à Marinha do Brasil, como local de pesquisa, não apenas histórica, mas também oceanográfica de ecologia marinha.<sup>48</sup> A Figura 4 mostra o início dos trabalhos de restauração na Ilha de Anhatomirim. Ao fundo, pode-se observar uma apresentação dos planos de trabalho.

Em depoimento concedido, Armando Gonzaga relatou ter sido voluntário no projeto de Restauração das Fortalezas, e que seu maior interesse estava em preservar um patrimônio da cidade de Florianópolis para atração turística. O entrevistado disse também que tudo teve início em 1968, quando sua nomeação foi expedida pelo então governador do estado de Santa Catarina, Ivo Silveira, para o cargo de diretor do Departamento Autônomo de Turismo (DEATUR). Pensando em algo que pudesse ser um atrativo turístico, Armando lembrou-se das fortalezas, pois, em cidades que havia visitado eram fortes impulsionadoras do turismo. Disse ainda que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) não se interessou em restaurar os fortes, uma vez que o mesmo não acontecia com a própria comunidade. Foi assim que se deu início à tentativa de convencer a Universidade Federal de Santa Catarina a aderir à ideia, dado que ela pretendia, segundo ele, instalar no local um Núcleo de Estudos do Mar.

Ainda segundo Armando Gonzaga, o Reitor Caspar Erich Stemmer foi levado a visitar a Ilha de Anhatomirim e que este se entusiasmou, mas faltavam recursos para tornar viável o Projeto de Restauração. Foi criada então a operação “Chapéu na mão”.<sup>49</sup>

A Universidade convidava, e a gente levava uma autoridade para mostrar o projeto, dizer o que seria, qual era a intenção de conseguir algum recurso. Nós levamos a CELESC, a CASAN, a SANTUR, representando a EMBRATUR, a SUDESUL [...] e todo mundo se entusiasmava e se prontificava a ajudar. Esse foi o começo do trabalho.<sup>50</sup>

Segundo o ex-reitor, professor Stemmer, na “Semana de Estudos sobre o Mar e seus Recursos”, realizada entre os dias 17 e 23 de março de 1980, o IPHAN havia decidido há poucos anos reconstruir os prédios históricos da Fortaleza. Comentou ainda sobre o pouco progresso na restauração, pois os arquitetos afirmavam que a obra era difícil, além das dificuldades advindas da falta de energia elétrica, comunicação e a distância.<sup>51</sup> O professor falou também sobre a operação “Chapéu na Mão”, que mostrou o interesse da população pela Ilha, e que esta ação teria mostrado a ele que a UFSC deveria se dedicar à manutenção da antiga Fortaleza.<sup>52</sup>

Até este ponto, muito se falou sobre a importância histórica do local. Apenas na última parte de sua fala, o reitor mencionou de maneira mais clara os interesses de outras áreas na Ilha, afirmando que desejavam “usar os prédios como museus de Arqueologia, Oceanologia, como salas de aula, laboratórios: como Sede de um Instituto de Ciências do Mar”. Além disso, destacou ainda que haveria lugar para pesquisa de Arqueologia, História e Biologia marinha.<sup>53</sup>

Interessante aqui é aprofundar um pouco mais esta questão de a Fortaleza funcionar como sede do Instituto de Ciências do Mar. O professor Bruno Schlemper Júnior afirmou que não haveria nenhum motivo plausível para que isso acontecesse, pois o tipo de fauna e flora encontrado naquele local eram praticamente os mesmos encontrados no continente. Ele acredita que “criou-se essa visão para as pessoas de fora da Universidade, talvez com o objetivo de atrair recursos”.<sup>54</sup>

Muito se falou até este momento da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim por ser a maior de todas, e por ter sido o local onde o projeto de Restauração teve início. Outros fortes, como o de Rationes, foram restaurados, que, segundo Gonzaga, foi o trabalho mais bonito, pois toda a limpeza da vegetação que encobria a Fortaleza foi realizado por voluntários. Foi preciso 52 sábados para a limpeza do mato, era a comunidade interessada no patrimônio.<sup>55</sup> A Figura 5 mostra o início das obras na Fortaleza. Nela podemos observar alguns materiais no chão, e como estava quando o projeto teve início. É possível perceber que sem a manutenção devida, patrimônios como este não poderiam ser apreciados pelo público, pela própria falta de estrutura para receber visitação.

<sup>48</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 154, out. 1979, p.4.

<sup>49</sup> Armando Gonzaga. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

<sup>50</sup> Idem.  
<sup>51</sup> STEMMER, Caspar Erich. Universidade Federal de Santa Catarina. In: SEMANA DE ESTUDOS SOBRE O MAR E SEUS RECURSOS. 1980. Florianópolis. *O mar e seus recursos*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1980, p.15.

<sup>52</sup> STEMMER, Caspar Erich. Universidade Federal de Santa Catarina... op.cit., p.17.

<sup>53</sup> Idem.  
<sup>54</sup> Bruno Rodolfo Schlemper Júnior. *Entrevista citada*.

<sup>55</sup> Armando Gonzaga. *Entrevista citada*.



Figura 4. Início dos trabalhos para a restauração das fortalezas. Fonte: Agecom [s/data]



Figura 5. Restauração da Ilha de Ratonés. Fonte: Agecom [s/data]

## A criação do Núcleo de Estudos do Mar (NEMAR)

Segundo os documentos oficiais da UFSC, entre as questões que levaram à criação do NEMAR está a do papel que este Núcleo vinha desenvolvendo entre os anos de 1980 e 1983, com base nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Ciências do Mar, realizadas por meio do Projeto em Anhatomirim. No *Boletim de Pessoal* consta que os “compromissos assumidos pela UFSC através do grupo mencionado determina a necessidade de fortalecer e agilizar mecanismos administrativos para atender às metas propostas”.<sup>56</sup> O Núcleo de Estudos do Mar – Anhatomirim foi criado em 13 de maio de 1983 e foi vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e de Extensão.<sup>57</sup>

A professora responsável por este Núcleo, Blanca Sierra de Ledo, veio do Uruguai a convite do professor Telmo Tavares (então diretor do CCB) e da professora Elza Camargo (então chefe do Departamento de Biologia), para ministrar o curso “Semana de Estudos o Mar e seus Recursos”. Houve então a proposta de que ela ficasse na UFSC e começasse a trabalhar com a restauração e manutenção da Fortaleza de Santa Cruz, na ilhota de Anhatomirim. A professora se integrou então a estrutura de ensino, trabalhando com o NEMAR.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, Maio 1983, p.5-6.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Telmo Tavares, *Entrevista citada*.

Dois anos após a criação do NEMAR/Anhatomirim e sua vinculação à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e de Extensão, o Núcleo foi vinculado ao Centro de Ciências Biológicas, e a Ilha passou a ser administrada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão. A justificativa para tal feito foi dada considerando questões como a aplicação e ampliação dos trabalhos propostos, e ainda

CONSIDERANDO que a Ilha de ANHATOMIRIM já possui um infra-estrutura que permite a sua utilização integrada para a pesquisa nas ciências do mar e o desenvolvimento do turismo educativo;

CONSIDERANDO que o nível atual de compromissos assumidos pela UFSC através do grupo mencionado determina a necessidade de fortalecer e efetivar mecanismos administrativos para atender às metas postostas; [...] <sup>59</sup>

É relevante perceber que o CCB se envolveu neste projeto e que devido a este envolvimento foi possível a criação de um Núcleo responsável por estudar a Ciência do Mar, tendo em vista sua relativa importância, levando em consideração que nossa Instituição de Ensino se encontra em uma ilha, na capital do estado. Essa questão fica visível na fala do ex-reitor, Ernani Bayer, ao dizer, na abertura da Semana de Estudos, que, ao assumir a Reitoria para o período entre os anos de 1980/1984, havia grande desejo em inserir a UFSC no processo de transformação da sociedade catarinense e brasileira; e de que já no ano de 1972 percebia-se que seria necessário voltar à atenção da Universidade para o mar. <sup>60</sup>

Atualmente o NEMAR ainda está integrado ao Centro de Ciências Biológicas, e conta com pesquisadores que desenvolvem atividades multidisciplinares. Conta com um total de seis Laboratórios de Pesquisa: Ecologia de Manguezais e Marismas; Hidrogeoquímica; Ictiologia; Sedimentologia; Bentos, e, Magnetização da Água. Tem como objetivos o tripé ensino-pesquisa-extensão e seu coordenador é o professor Eduardo Soriano Sierra, filho da professora Blanca. <sup>61</sup> A Figura 6 mostra a fachada do NEMAR, que se encontra no Centro de Ciências Biológicas. Na placa, podemos ver no canto direito o símbolo do Núcleo.

É importante se ter, mesmo que seja breve, um conhecimento sobre o NEMAR, afinal a Universidade Federal de Santa Catarina encontra-se em uma ilha, e ela não poderia deixar de lado um recurso tão imenso como o mar que a rodeia, pois é preciso lembrar que este é utilizado também como um meio de sobrevivência para pescadores da região. O discurso, todavia pode ser o mesmo, de que a UFSC precisa se voltar para o meio que está em seu entorno, mas ainda há muito que se fazer pela sociedade, e esta pela Universidade. Tal troca mútua é que poderá tornar possível uma universidade de excelência e uma sociedade sendo beneficiada com o conhecimento produzido no *campus*.



Figura 6. Fachada do Núcleo de Estudos do Mar no CCB. Fonte: NEMAR [s/data]

<sup>59</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, maio 1985, p.12.

<sup>60</sup> BAYER, Ernani. *Universidade Federal de Santa Catarina. In: SEMANA DE ESTUDOS SOBRE O MAR E SEUS RECURSOS*. 1980. Florianópolis. *O mar e seus recursos*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1980, p.11.

<sup>61</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. Núcleo de Estudos do Mar (NEMAR). *Apresentação*. Florianópolis, NEMAR-UFSC, [2010]. Disponível em: <www.nemar.ccb.ufsc.br>. Acesso em: 10 ago. 2010.

## Os Departamentos do Centro de Ciências Biológicas

Com exceção do Horto Botânico e do Departamento de Farmacologia, não foram encontrados documentos que fornecessem informações precisas sobre a criação dos demais departamentos do Centro de Ciências Biológicas. O principal objetivo aqui não foi o de inferiorizar os demais departamentos, mas mostrar que a falta de fontes, sejam documentos escritos, ou a memória daqueles que fizeram parte da estrutura departamental, acarretou na deficiência de uma possível construção histórica dos setores que auxiliaram e auxiliam na produção de conhecimento do Centro de Ciências Biológicas. Afinal, este não poderia se constituir como Unidade de Ensino da Universidade, sem as estruturas que possibilitaram a formação e capacitação de profissionais. Foram apenas pequenos fragmentos que tornaram possível uma breve construção da história dos departamentos desta Unidade de Ensino.

## O Horto Botânico e o Departamento de Botânica

No ano de 1979 foi encaminhado ao diretor do CCB, Carlos Aramis Dornelles Silva, um documento para que fossem expostos ao reitor os motivos dos professores, tanto do Horto quanto do Departamento de Biologia, para que aquele se tornasse um órgão suplementar.<sup>62</sup> A proposta enviada para apreciação do reitor pedia que fosse criado um horto botânico na UFSC, em substituição ao antigo Centro de Pesquisas e Estudos Botânicos (CEPEB), criado em 7 de outubro de 1966 e extinto com a Reforma Universitária. O restante desta parte do documento trata de trabalhos realizados pelos professores que outrora compunham o CEPEB e a importância da preservação da mata na Ilha de Santa Catarina.<sup>63</sup> Na sua entrevista, a professora Roseli Mosimann afirma que o CEPEB era ligado à Faculdade de Farmácia e Bioquímica, e este teria sido o motivo de sua extinção, pois, com a Reforma Universitária, não existiam mais as faculdades isoladas. A razão principal para transformar o Horto em órgão suplementar se devia ao fato, segundo a entrevistada, de que este possuía estrutura, mas não era vinculado a nenhum setor específico da Universidade, tendo seguido em um primeiro momento as orientações do Centro de Estudos Básicos e posteriormente ao Centro de Ciências Biológicas.<sup>64</sup> A Figura 7 é uma fotografia da antiga casa da fazenda Assis Brasil, local onde funcionou a primeira Reitoria no *campus* universitário da UFSC. Atualmente a casa pertence ao Departamento de Botânica.

Segundo consta no documento sobre a exposição de motivos para a criação do Horto Botânico, o CEPEB tinha como funções principais estudo e pesquisa de assuntos relacionados à botânica, organização e administração de herbário, levantamento florístico e elaboração de uma flórmula de Florianópolis, cultura e adaptação de plantas medicinais exóticas, organização do jardim botânico com fins didáticos e a publicação dos resultados das pesquisas realizadas. Pelos documentos analisados, percebe-se que esses trabalhos já teriam sido iniciados, mas não alcançaram a plenitude desejada, pela falta de subsídios.<sup>65</sup>

As justificativas dadas pelos professores para que a disciplina de Botânica, do Departamento de Biologia, não tivesse assumido tamanha responsabilidade de um programa como este foram: falta de verbas para dar continuidade às pesquisas e publicações; falta de espaço físico adequado; necessidade de material permanente e pessoal para plantio e autonomia adequada. Os professores justificam ainda que com a criação do Horto Botânico como órgão suplementar,

[...] terá a Universidade Federal de Santa Catarina, maior campo para o desenvolvimento do ensino da Botânica e suporte para os demais campos (Biologia, Fisiologia, Genética, Zoologia, etc.), bem como, e principalmente, maiores possibilidades de obter recursos para as suas publicações, desenvolvimento de pesquisas, atendimento a comunidade, atendimento a demandas de pesquisas tais como “Nativas Florestais”, “Plantas Medicinais”, “Levantamento Florístico da Lagoa do Peri” e outros.<sup>66</sup>

O documento conta ainda com a assinatura de seis professores, que provavelmente auxiliaram na formulação do documento, já que três dos que assinaram a proposta ministravam a disciplina de Botânica.<sup>67</sup> Anexo ao documento estão as assinaturas de dez professores, provavelmente todos do Departamento de Biologia, colocando-se como

<sup>62</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Biologia/Horto Botânico. *Ofício nº 16/79*. Enviado pelo Professor Antonio Bresolin, responsável pelo Horto Botânico, ao Professor Carlos Aramis Dornelles Silva, Diretor do Centro de Ciências Biológicas: exposição de motivos para transformar o Horto Botânico em Órgão Suplementar. Florianópolis, 1979. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 30.

<sup>63</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Exposição de motivos para a criação do Horto Botânico ao Magnífico Reitor*. Florianópolis, 1979. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 30, p.1.

<sup>64</sup> Roseli Maria de Souza Mosimann. *Entrevista citada*.

<sup>65</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Exposição de motivos para a criação do Horto Botânico ao Magnífico Reitor...* op.cit. p.2.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p.3.

<sup>67</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Exposição de motivos para a criação do Horto Botânico ao Magnífico Reitor...* op.cit., p.2.

favoráveis à transformação do Horto Botânico em órgão suplementar.<sup>68</sup> Em maio de 1984 foi criada, em caráter transitório, a coordenadoria do Horto Botânico, que seria vinculada à direção do Centro de Ciências Biológicas, e congregaria as disciplinas com o código BOT.<sup>69</sup> Apenas em 31 de agosto de 1993, quase dez anos após se tornar Coordenadoria Especial (09/05/1984), o Horto Botânico viria a ser o Departamento de Botânica.<sup>70</sup>

A área externa do Departamento de Botânica, denominada por alguns professores de “Horto Didático”, é utilizada atualmente não apenas para produção de material para aulas práticas, mas também como local de implantação de experimentos de projetos de pesquisa e desenvolvimento de projetos de extensão, particularmente aqueles associados à educação ambiental, segundo a professora Maria Leonor.<sup>71</sup> É um dos setores que recebe visitas de estudantes de escolas pelo projeto “Venha conhecer a UFSC”.<sup>72</sup> Localizado em frente ao prédio mais antigo do CCB, o Horto, que funciona no mesmo local que seu Departamento, é cercado por uma área verde, motivo que o leva a funcionar neste lado do *campus* universitário. A Figura 8 mostra a professora Maria Leonor Del Rei Souza apresentando o Horto Didático a estudantes de um colégio.



Figura 7. Horto botânico e antiga casa da fazenda Assis Brasil. Fonte: Bastos (1990)



Figura 8. Professora Maria Leonor apresentando o Horto Botânico a estudantes. Fonte: Gasparotto [2001?]

<sup>68</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Biologia/Equipe de Botânica – Centro de Ciências Biológicas. *Abaixo assinado para transformar o Horto Botânico em órgão suplementar*. Florianópolis, 1979. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 30.

<sup>69</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, maio 1984, p.21.

<sup>70</sup> Roseli Maria de Souza Mosimann. *Entrevista citada*.

<sup>71</sup> Maria Leonor Del Rei Souza. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 15 jul. 2010.

<sup>72</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão. Programa “Venha Conhecer a UFSC”. *O Programa*. Florianópolis: PRPE-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.venhaconhecer.ufsc.br/index.html>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

## O Departamento de Farmacologia

Um grupo de trabalho designado pela Portaria nº 001/81 tinha por função estudar a possibilidade de transferência da disciplina de Farmacologia, vinculada ao Departamento de Patologia, e que vinha sendo ministrada nas dependências da Faculdade de Medicina, para o CCB.

A comissão informou que um dos principais interesses para a vinculação da Farmacologia ao CCB seria o desenvolvimento de pesquisa interdisciplinar, afirmando que pesquisas ligadas à disciplina vinham sendo desenvolvidas em velocidade crescente, pois possuíam organização funcional dinâmica, com recursos humanos e materiais. Segundo a comissão, foi estudado o assunto e ouvidas as diferentes opiniões de professores favoráveis ou não a esta transferência.

Foram então elaborados estes cinco pontos principais que justificariam a vinculação da Farmacologia ao CCB: a definição de universidades nacionais e estrangeiras de que a Farmacologia é uma disciplina básica, associada às Ciências Fisiológicas; a utilização de material e equipamentos comuns à Farmacologia e à Fisiologia, que poderia evitar a duplicação de meios, unificando-os; evitaria o deslocamento dos estudantes de graduação e possibilitaria maior entrosamento didático entre eles; a existência de pesquisa interdepartamental entre a Farmacologia e os Departamentos de Ciências Fisiológicas, Biologia e Química, que facilitaria o intercâmbio entre esses departamentos; e por fim a criação de condições necessárias para que, no futuro, possam ser instalados cursos de pós-graduação no CCB.<sup>73</sup>

Como aspectos negativos para essa transferência, foram elaborados dois pontos: falta de espaço físico para que a transferência fosse possível; e necessidade de conservar a dinâmica operacional da Farmacologia, já que havia projetos de pesquisa em andamento. Em contrapartida, duas soluções foram propostas: a divisão do mesmo espaço pela Farmacologia e a Fisiologia; e a possível formação de um Departamento de Farmacologia e Fisiologia, desmembrando a segunda disciplina do Departamento de Ciências Fisiológicas, e este, por sua vez, passando a fazer parte do Departamento de Bioquímica e Biofísica. O documento foi assinado em 8 de junho de 1981, por quatro professores do CCB.<sup>74</sup>

Segundo as informações colhidas em entrevistas e em um texto-memória, tem-se a possibilidade de três datas para a transferência administrativa da disciplina de Farmacologia ao CCB. Em entrevista, a professora Thereza Lima informa que a transferência da FMC para o CCB ocorreu em 1986,<sup>75</sup> já o professor João Calixto, que o fato se deu no ano de 1982.<sup>76</sup> No texto-memória do professor Reinaldo Takahashi, tem-se a informação de que a transferência ocorreu no ano de 1985.<sup>77</sup> Aqui fica claro como pode haver controvérsias ao trabalharmos com vários tipos de fontes advindas da memória, sejam elas colhidas em depoimentos orais ou textos memorialísticos. Afinal, o fenômeno da memória humana comporta lembranças, esquecimentos e, principalmente, as representações que cada indivíduo dá aos fatos inscritos no tempo.<sup>78</sup> O importante aqui é mostrar que esta vinculação ocorreu apesar de não termos a certeza de sua data, pois elas aqui são acrescentadas não para legitimar algo que foi dito, mas para nos localizarmos no tempo. O que as três fontes trazem em comum é a afirmação de que a Farmacologia era uma disciplina vinculada ao Departamento de Patologia, na Faculdade de Medicina, que se tornou uma coordenadoria especial por não possuir o número suficiente de professores para constituir um departamento (que no mínimo deveria ser em número de 15) e que, apesar da vinculação, continuaram atuando na Rua Ferreira Lima.<sup>79</sup>

A professora Theresa C. M. de Lima vê a importância dessa transferência da disciplina de Farmacologia para o CCB, no sentido de que era um grupo forte na pesquisa já naquele momento, e que foram importantes para o CCB, pois foram os primeiros a implantar um curso de pós-graduação no Centro, servindo de “exemplo” ou estímulo para os demais Departamentos.<sup>80</sup>

É importante esclarecer que, apesar da vinculação da disciplina de Farmacologia ao CCB, apenas no ano de 2006 a disciplina de Farmacologia passou a integrar o currículo de Bacharelado em Biologia como disciplina obrigatória. Antes era somente uma disciplina optativa.<sup>81</sup> Outra informação importante é que este Departamento se mudou para o CCB apenas em 2004, pois até então funcionava no centro de Florianópolis.<sup>82</sup> A Figura 9 mostra o ato de inauguração do Bloco D do CCB, que passou a abrigar o Departamento de Farmacologia no momento do discurso do então Reitor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, em abril de 2004.

<sup>73</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. *Parecer do Grupo de Trabalho, designado pela Portaria nº 001/81 do Diretor do C.C.B., para o estudo da transferência da Farmacologia*. Florianópolis, 1981.

Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 03 p.1-3.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p.3-4.

<sup>75</sup> Thereza Christina Monteiro de Lima. *Entrevista citada*.

<sup>76</sup> João Batista Calixto. *Entrevista Citada*.

<sup>77</sup> TAKAHASHI, Reinaldo Naoto. *Breve histórico do Departamento de Farmacologia*. Florianópolis, 2010, p.1. (Texto-memória não publicado)

<sup>78</sup> Existe uma infinidade de referências bibliográficas sobre assuntos relacionados ao fenômeno da Memória e suas interconexões com a História. No entanto, as análises feitas neste ponto do artigo sobre o CCB foram sugeridas por vários artigos presentes em BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

<sup>79</sup> TAKAHASHI, Reinaldo Naoto. *Breve histórico do Departamento de Farmacologia...* op.cit., p.1.

<sup>80</sup> Thereza Christina Monteiro de Lima. *Entrevista citada*.

<sup>81</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Departamento de Administração Escolar. *Curriculo do curso 108. Ciências Biológicas*.

Florianópolis: Núcleo de Processamento de dados, 2010. Disponível em: <<http://www.cienciasbiologicas.ufsc.br/arquivos/CBiol-2006-1-04032010.pdf>>. Acesso em: 13 ago 2010.

<sup>82</sup> Thereza Christina Monteiro de Lima. *Entrevista citada*.

É de relevante importância deixar registrado aqui os anos em que a Farmacologia conseguiu aprovação para funcionamento de seus cursos de Pós-Graduação, uma vez que, segundo informações obtidas no texto do professor Takahashi, foi o primeiro Departamento do CCB a conseguir este feito. O curso de mestrado em Farmacologia foi aprovado em 1991, e de doutorado em 1996.<sup>83</sup>



Figura 9. Inauguração do Bloco "D" do CCB. Fonte: Gasparotto (2004)

## O Departamento de Bioquímica

O Departamento de Bioquímica foi criado a partir de uma separação do Departamento de Ciências Fisiológicas, que na época contava com as divisões de Bioquímica, Biofísica e Fisiologia. Sua criação teria obtido aprovação em nível Departamental, em abril de 1986, e a aprovação do Conselho do Centro de Ciências Biológicas, em maio do mesmo ano.<sup>84</sup>

A divisão de Bioquímica teria sido criada na década de 1970, destinada a atender às necessidades da disciplina de mesmo nome da divisão, para cursos de Farmácia, Medicina, Odontologia, Agronomia e Licenciatura em Biologia. Com a criação do Departamento, os professores passaram a ministrar disciplinas para os cursos já citados, e ainda para aos cursos de Nutrição, Enfermagem, e Psicologia; além de atender ao curso de especialização em Odontopediatria, do Centro de Ciências da Saúde, e ao nivelamento do Curso de Mestrado em Enfermagem, do mesmo Centro. Já no ano de 1989, começou a participar do Curso de Pós-Graduação em Aquicultura, do Centro de Ciências Agrárias, e, em 1996, do Mestrado em Biotecnologia. Apenas em 2007 foi criado o mestrado e doutorado em Bioquímica, no Centro de Ciências Biológicas.<sup>85</sup>

Até o presente momento, estas são as informações mais relevantes que dizem respeito a este Departamento. Poucas fontes foram encontradas a respeito deste, e as informações aqui colocadas surgiram da compilação de textos de professores do Departamento de Bioquímica: são memórias construídas em conjunto, que, reunidas em um único texto, podem nos ajudar a construir esta história.

## O Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia

O Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia surgiu, como já foi dito, juntamente com o Centro de Ciências Biológicas, no ano de 1976, quando foram criados quatro departamentos neste Centro, dentre eles o de Microbiologia e Parasitologia,<sup>86</sup> resultado da fusão das disciplinas de Microbiologia, das faculdades de Farmácia, Medicina, Enfermagem e Odontologia, e funcionou, em um primeiro momento, no subsolo da antiga Faculdade de Medicina, na Rua Ferreira Lima, tendo sido transferida posteriormente para o subsolo do CCB, onde permaneceu até 1996. No ano de 1997 mudou-se para as novas instalações do Centro de Ciências Biológicas.<sup>87</sup>

<sup>83</sup> TAKAHASHI, Reinaldo Naoto. *Breve histórico do Departamento de Farmacologia...* op.cit., p.1.  
<sup>84</sup> SUGAI, Juliet.

*Histórico do Departamento de Bioquímica para o Livro do CCB-50 anos.* Florianópolis, 2010, p.1. (Texto-Memória não publicado).

<sup>85</sup> SUGAI, Juliet. *Histórico do Departamento de Bioquímica para o Livro do CCB-50 anos...* op.cit., p.1-2

<sup>86</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal.* Florianópolis, n. 110, fev. 1976, p.15.

<sup>87</sup> STEINDEL, Mário. *Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia.* Florianópolis, 2010, p.1. (Texto-memória não publicado).

Até o ano de 1980, o Departamento realizava somente atividades de ensino de graduação, apenas nas disciplinas que constituem o nome do departamento, somente para três grandes áreas: Saúde, Biológica e Agrária. A partir desta década, passou a contar com seus primeiros docentes mestres e doutores, e começou a estruturar os laboratórios de pesquisa. Nesse mesmo período, tiveram início as atividades de extensão, como, por exemplo, “a identificação de animais peçonhentos e artrópodes transmissores de doenças, diagnóstico de doença de Chagas, Leishmanioses e Esquistossomose”.<sup>88</sup>

No ano de 1986 foi aprovada a implantação do Curso de Especialização em Imunologia Básica, em caráter temporário, com início previsto para o primeiro semestre de 1986, com a carga horária de 450 horas/aula, sob a responsabilidade da Divisão de Imunologia do Departamento de Microbiologia e Parasitologia.<sup>89</sup>

## O Departamento de Ciências Morfológicas

Assim como o Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia, o de Morfologia foi criado no ano de 1976.<sup>90</sup>

No ano de 1983, a grande enchente que assolou a região Sul atingiu inclusive o *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina, e o Centro de Ciências Biológicas teve suas instalações igualmente invadidas pelas águas, que chegaram a trinta centímetros de altura. Dentre as áreas atingidas estava o Departamento de Ciências Morfológicas e seus laboratórios, de Histologia e de Anatomia. A Ata do Conselho Universitário do dia 10 de fevereiro de 1983 pedia medidas a serem tomadas pelo Ministério da Educação e Cultura, no sentido de tomar providências para sanar os prejuízos sofridos pela Universidade.<sup>91</sup> Quanto a esses prejuízos, não se tem a informação do que foi perdido por esse Departamento.

Dentre as atividades de extensão já efetivadas em 1983 pelo Departamento de Ciências Morfológicas foi realizado, por meio de convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária um curso de extensão sobre “Sexualidade Humana”, ministrado pelo professor Ademar de Souza, no período entre os dias 17 e 19 de novembro de 1982.<sup>92</sup>

Atualmente este Departamento atende aos cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Psicologia,<sup>93</sup> bem como aos programas de Pós-Graduação em Clínica Médica e Engenharia Elétrica.<sup>94</sup>

## O Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética

Não foram encontrados documentos que remetem à criação do Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética. A informação encontrada está disponível no endereço eletrônico do Departamento, e contém a informação de que ele foi criado em “[...] 29 de agosto de 1995, pela Resolução 11 do Conselho Universitário, mas sua origem remonta a 1969, quando a reforma universitária foi implantada na UFSC, e as faculdades se reorganizaram em centros que agrupavam departamentos”.<sup>95</sup>

Afora esta informação, apenas mais uma foi encontrada, e diz respeito a um concurso anulado pelo Conselho Departamental do Centro de Ciências Biológicas para o cargo de Professor Assistente na área de Biologia Celular, devido ao fato de os candidatos não terem seguido as normas que constam no artigo 14º da Resolução nº 005/CEPE/86.<sup>96</sup> O artigo diz respeito ao trabalho escrito que deveria ser entregue e que

[...] constará de análise crítica do Artigo anexado ao trabalho sobre o assunto compreendido na área de conhecimento do concurso, extraído de periódico especializado de alto conceito, apresentado pelo candidato ao departamento, em três vias, com antecedência de 20 dias, para imediato encaminhamento à Comissão Examinadora.<sup>97</sup>

Não há informações se esta vaga foi preenchida posteriormente por outro concurso, mas é interessante perceber a diferença entre um concurso e um cargo indicado, que era comum durante o governo militar. Sendo um concurso, teoricamente todos teriam as mesmas chances, e percebe-se, por meio desta informação, que o não cumprimento de uma exigência para concorrer a um cargo público surte efeitos, neste caso, de cancelamento.

<sup>88</sup> TAKAHASHI, Reinaldo Naoto. *Breve histórico do Departamento de Farmacologia...* op.cit., p.1.

<sup>89</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessal*. Florianópolis, maio 1986, p.13.

<sup>90</sup> Idem. Florianópolis, n. 110, fev.1976, p.15.

<sup>91</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 10 de fev. de 1983*, p.1 (frente)-2 (frente).

<sup>92</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessal*. Florianópolis, fev. 1983, p.6.

<sup>93</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. Departamento de Ciências Morfológicas (MOR). *Cursos Atendidos*. Florianópolis, MOR, [2007]. Disponível em:

<[www.ccb.ufsc.br/mor/](http://www.ccb.ufsc.br/mor/)>. Acesso em: 11 ago. 2010.

<sup>94</sup> Idem. *Pós-Graduação*. Florianópolis, MOR, [2007]. Disponível em:

<[www.ccb.ufsc.br/mor/](http://www.ccb.ufsc.br/mor/)>. Acesso em: 11 set. 2010.

<sup>95</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética (BEG). *Histórico*. Florianópolis, BEG-UFSC, [2010] Disponível em:

<<http://www.ccb.ufsc.br/beg/>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

<sup>96</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessal*. Florianópolis, jan.-maio 1989, p.154.

<sup>97</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Gabinete do Reitor. Resoluções. *Resolução n.005/CEPE/86 de 20 de março de 1986*. Estabelece normas para ingresso na carreira do Magistério Superior na Universidade de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1986. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufsc.br/cppd/resolucoes/res005cepe86.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

Este Departamento vem atendendo aos cursos de Graduação em Agronomia, Aquicultura, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Alimentos, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Pedagogia.<sup>98</sup>

## O Departamento de Ciências Fisiológicas

As duas únicas informações encontradas a respeito do Departamento de Ciências Fisiológicas remetem: à sua criação, que advém da criação do Centro de Ciências Biológicas em 1976;<sup>99</sup> e à quantidade de professores lotados neste Departamento no ano de 1978. Na informação colhida, seriam dezoito homens e apenas cinco mulheres.<sup>100</sup> Apesar das poucas informações encontradas, é interessante fazer uma analogia entre este Departamento e o Departamento de Biologia. No mesmo ano, este último contava com doze professores e treze professoras.<sup>101</sup> Era o único Departamento do CCB que possuía um número superior de mulheres, em relação aos homens, ministrando aulas. É uma questão interessante, tendo em vista que foi aos poucos que as mulheres foram se firmando no mercado de trabalho, e assumindo cargos que eram predominantemente dos homens.

## O Departamento de Ecologia e Zoologia

A única informação encontrada sobre a criação do Departamento de Ecologia e Zoologia está no endereço eletrônico do Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética, onde se encontra que em 1995 as áreas que ainda não se reuniam em departamento se dividiram em dois grupos: o de Biologia Celular, Embriologia e Genética; e o de Ecologia e Zoologia.<sup>102</sup>

A outra informação encontrada sobre o Departamento remete ao Laboratório de Mamíferos Aquáticos (LAMAQ). O Laboratório tem o objetivo de conhecer, divulgar e conscientizar sobre os cetáceos (baleias, golfinhos, etc.). O LAMAQ foi criado em 1985, e vem realizando pesquisas em nível internacional, contribuindo com a preservação dos cetáceos em Santa Catarina.

A equipe recupera animais encalhados nas praias e costas catarinenses, bem como investiga causas de ocorrência de mortes. Além disso, “estuda o comportamento e a ecologia de baleias-franca e golfinhos no litoral e em unidades de conservação de Santa Catarina”.<sup>103</sup>

Ao que diz respeito à criação do Laboratório, há uma pequena divergência no seu endereço eletrônico, onde consta que as pesquisas com mamíferos aquáticos no estado de Santa Catarina teriam sido iniciadas no ano de 1985, mas que o LAMAQ só teria sido criado em 4 de maio de 1988.<sup>104</sup> Divergências à parte, o que é importante aqui é deixar registrado a relevância deste Laboratório do Departamento de Ecologia e Zoologia na Universidade, pela sociedade e pelo meio ambiente, considerando-se que a UFSC encontra-se em uma ilha, cuidados com o meio que a cerca são de vital importância. A Figura 10 mostra o trabalho de campo de alguns participantes do LAMAQ. É interessante perceber os cuidados que a equipe tem ao ir a campo, utilizando luvas e máscaras para realizar o trabalho.



Figura 10. Cetáceo encalhado e a equipe do LAMAQ. Fonte: LAMAQ – UFSC [s/data]

<sup>98</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética (BEG). *Atividades de Ensino*. Florianópolis, BEG-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.cb.ufsc.br/beg/>>. Acesso em: 11 set. 2010.

<sup>99</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 110, fev. 1976, p.15.

<sup>100</sup> Idem. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 149, maio 1979, p.35-70.

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética. *Histórico*. Florianópolis BEG-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.cb.ufsc.br/beg/>>. Acesso em: 14 ago 2008.

<sup>103</sup> AGECOM. *Universidade Viva*. Revista da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, n. 1, dez. 1995, p.44.

<sup>104</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. Laboratório de Mamíferos Aquáticos (LAMAQ). *Histórico*. Florianópolis, LAMAQ-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.lamaq.ufsc.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

## Museu Fritz Plaumann

Quando se fala em museu, logo se pensa em local onde são guardados objetos da antiguidade, por vezes raros, e que remetem a um tempo distante. Diferente desta visão museológica tipicamente comum no imaginário popular, o Museu Entomológico Fritz Plaumann traz uma coleção diversificada de insetos, contando com cerca de oitenta mil exemplares, com dezessete mil espécies diferentes, tendo sido descobertas por Fritz Plaumann mil e quinhentas novas espécies, resultado de um trabalho que durou setenta anos.<sup>105</sup>

Fritz Plaumann nasceu em 2 de maio de 1902, na Prússia Oriental, antiga Alemanha e atual território da Lituânia. Veio para o Brasil com sua família em 1924.<sup>106</sup> No dia 1º de janeiro de 1925 iniciou suas pesquisas entomológicas e científicas no Brasil, mantendo contato com outros pesquisadores nacionais e internacionais.<sup>107</sup> A Figura 11 é uma fotografia de Plaumann exposta no *site* do Museu.

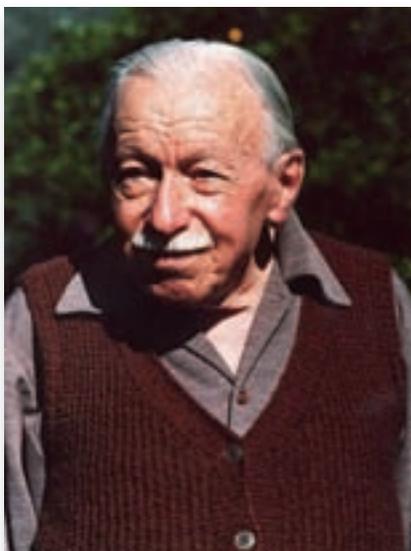


Figura 11. Fritz Plaumann. Fonte: Museu Fritz Plaumann [s/data]

Apesar de ter sido criado apenas em 23 de outubro de 1988, desde o ano de 1983 o Museu mantinha um convênio com a UFSC, por meio do CCB. Acredita-se que aproximadamente 75% da coleção de Plaumann contenham espécies extintas na região, ou mesmo no planeta.<sup>108</sup> Na Figura 12 vê-se uma exposição de várias amostras de borboletas, o que nos dá uma ideia do rico acervo do Museu.



Figura 12. Parte do acervo de Plaumann. Fonte: Museu Fritz Plaumann [s/data]

Quando perguntado sobre a questão do Museu de Plaumann, o professor Milton Muniz afirma que, quando era chefe de Departamento, ele, o professor Calixto Golim, diretor do CCB, e o professor Hamilton Savi, pró-reitor de Assuntos Estudantis visitaram Fritz Plaumann em Seara, no oeste catarinense, e que após a visita teria sugerido que fossem feitos três investimentos: o primeiro seria no próprio Plaumann, que conseguiu fazer toda a sua coleção de maneira autodidata, sem nenhum apoio institucional, tornando-se, portanto, merecedor de reconhecimento; o segundo deveria ser com

<sup>105</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas – CCB – *Catálogo*. Florianópolis, [2006?], p.12.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> LEMKE, Milton Wanderlei. *Rádio documentário sobre Fritz Plaumann*. Seara: Museu Entomológico Fritz Plaumann. 40 min. Disponível em: <<http://www.museufritzplaumann.ufsc.br/documentario.htm>>. Acesso em: 15 ago 2010.

<sup>108</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. *Centro de Ciências Biológicas – CCB – Catálogo...* op.cit., p.12.

relação à coleção, em que a Universidade assumiria o projeto do Museu; e o terceiro dizia respeito a fazer investimentos no oeste de Santa Catarina, onde havia grande carência de ensino público. As duas primeiras sugestões foram atendidas,<sup>109</sup> e no ano de 1985, Fritz Plaumann recebeu o título de Mérito Universitário.<sup>110</sup> A terceira proposta não foi atendida, segundo informação, porque a Universidade não tinha interesse em expandir o ensino além da ilha.<sup>111</sup>

Na opinião do professor Paulo Hofmann, deveria ser uma atividade acadêmica obrigatória a visita de estudantes do Curso de Graduação em Ciências Biológicas ao Museu de Fritz Plaumann; e que a Universidade e o CCB deveriam fazer um melhor aproveitamento deste Museu,<sup>112</sup> considerado de extrema importância, devido a sua grandiosidade de pesquisa e acervo, como já foi relatado aqui.

## Unidade de Conservação Ambiental Desterro

A área onde se encontra atualmente a Unidade de Conservação Ambiental Desterro (UCAD) esteve em domínio privado até 1970, e no ano de 1995 a responsabilidade sobre a área foi transferida para a Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente a UCAD está sob a coordenação do Departamento de Botânica.<sup>113</sup> Esta Unidade de Conservação está localizada na região entre Santo Antônio de Lisboa, Cacupé e Rationes, ao norte da ilha. Em entrevista, a professora Nilcéia Lemos Pelandré informou que o proprietário da área onde hoje se localiza a UCAD pretendia desfazer-se dela, mas não queria que fosse parar nas mãos da especulação imobiliária, por este motivo teria feito uma proposta à Universidade Federal de Santa Catarina para que ela assumisse a área.<sup>114</sup> Na figura 13 podemos ver um mapa com a localização desta Unidade de Conservação Ambiental, onde foram destacados ao seu entorno alguns bairros e a rodovia localizada próximo a ela.

A Universidade firmou um convênio com o governo do estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda, para que o primeiro contribuísse financeiramente com a construção do Parque Ecológico Desterro.<sup>115</sup> O convênio se tornou notícia em jornal, onde era mencionado que seriam realizadas atividades de pesquisa, mas que a área permitiria “a implementação de um programa de conservação e manejo de florestas tropicais, educação ambiental” e reforçaria “o turismo educativo”. Além disso, a matéria expôs ainda que um dos objetivos da UFSC era o de “implantar um projeto integrado de pesquisa contemplando as mais diversas áreas do conhecimento afetas à conservação e utilização de recursos naturais”.<sup>116</sup>



Figura 13. Localização da Unidade de Conservação Ambiental Desterro. Fonte: Pimenta (1999)

<sup>109</sup> Milton Divino Muniz.

Entrevista citada.

<sup>110</sup> LEMKE, Milton

Wanderlei. *Radio documental sobre Fritz Plaumann...* op.cit.

<sup>111</sup> Milton Divino Muniz.

Entrevista citada.

<sup>112</sup> Paulo Hofmann.

Entrevista concedida

a Dayanne Schetz.

Florianópolis, 6 jul. 2010.

<sup>113</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas – CCB – *Catálogo...* op.cit., p.13.

<sup>114</sup> Nilcéia Lemos Pelandré. *Entrevista concedida a Roselane Neckel e Lara Beck*. Florianópolis, 2 set. 2010

<sup>115</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n. 19, maio 1996, p.25.

<sup>116</sup> MEIO AMBIENTE: vida e economia. *O Estado*. Florianópolis, 18 dezembro de 1995, p.8.

A UCAD corresponde a 1,2% de toda a floresta que cobria Florianópolis originalmente, totalizando uma área superior a quatro milhões de metros quadrados.<sup>117</sup> Ainda no ano de 1995, em matéria da revista *Universidade Viva*, há informação de que a Universidade Federal de Santa Catarina estava estudando a biodiversidade da Mata Atlântica não apenas por pesquisadores do CCB, mas também do CCA, bem como estava “desenvolvendo um método de manejo de rendimento sustentado e identificando as espécies vegetais e animais de alto potencial como fonte de alimentos, madeira, produtos, fibras e ornamentos”.<sup>118</sup> Na mesma revista consta a informação de que o palmeiro estaria sendo conservado por pesquisadores de tais centros e que estes estariam “desenvolvendo um trabalho de conservação da espécie através do manejo de rendimento sustentado direcionando a exploração periódica e a regeneração natural”.<sup>119</sup>

A UCAD é vinculada ao Centro de Ciências Biológicas, e atualmente é administrada por uma professora da Botânica e um servidor técnico. Por abrigar importantes nascentes de água, com remanescentes significativos da Floresta Atlântica, em diversos estádios sucessionais e formações secundárias avançadas, também se constitui em um importante corredor natural de fauna e flora da Ilha. Nessa área são desenvolvidos projetos de educação ambiental, além de servir para o desenvolvimento de pesquisas nos mais diversos segmentos científicos.<sup>120</sup>

Mesmo com o esforço que a Universidade tem em manter esta área, é necessária uma maior conscientização para que as pessoas entendam que a UCAD não é apenas um patrimônio da Universidade Federal de Santa Catarina, mas é um patrimônio da própria população florianopolitana, e que é uma função de todos zelarem por esta Unidade de Conservação. Neste sentido, a Figura 14 é bem sugestiva, pois mostra a visita de estudantes à Unidade de Conservação Ambiental Desterro.



Figura 14. Estudantes em visita à Unidade de Conservação Ambiental Desterro. Fonte: Carobrez [s/data]

## O Mangue do Itacorubi

Seriam necessárias inúmeras páginas se fosse possível colocar no papel todo o trabalho que a Universidade e, neste caso especificamente, o Centro de Ciências Biológicas desenvolveram e desenvolvem no meio em que estão inseridos. Por este motivo, foi preciso fazer uma escolha do que tratar aqui. Foi encontrada, em um *Boletim de Pessoal*, no mês de outubro do ano de 1984, a formação de uma comissão especial, com o objetivo de

<sup>117</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. *Centro de Ciências Biológicas – CCB – Catálogo...* op.cit., p.13.

<sup>118</sup> AGEKOM. *Universidade Viva...* op.cit., p.43.

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> Maria Leonor Del Rei Souza. *Entrevista Citada*.

[...] propor soluções com vista a impedir ações degradatórias que estão ocorrendo no MANGUE DO ITACORUBI, composta dos professores MILTON DIVINO MUNIZ, do Centro de Ciências Biológicas, que a presidirá, CARLOS ROGÉRIO POLLÍ do Centro de Ciências Agrárias e do Engenheiro MÁRIO CESAR COLLAÇO PAULO, do ETUSC.<sup>121</sup>

A comissão teria o prazo de sessenta dias para apresentar suas conclusões. Segundo o professor Muniz, que presidiu esse grupo de trabalho, a guarda da área do Mangue pertencia à UFSC. Os maiores problemas teriam surgido quando o governo do estado criou a Avenida Beira-Mar Norte, em cima do Mangue, tendo sua construção sido precária para o tipo de local onde foi implantada: ela ficou mais alta em relação ao nível do Mangue, o que causou o represamento da água em dias de chuva, formando alagamentos na comunidade em seu entorno.

O professor relatou ainda que

Aparentemente, o que essa Comissão descobriu foi que era interesse do Governo do Estado, ou de setores do Governo do Estado, ou de pessoas que atuavam no Governo do Estado [...] era o que queria, porque o interesse não era com a comunidade. O interesse era caracterizar o Mangue como algo desnecessário e que precisava ser destruído, ser incorporado à sociedade [...].<sup>122</sup>

Segundo as informações obtidas no relato do professor Muniz, a Comissão não produziu relatório, mas ela foi instituída porque o Departamento de Estradas e Rodagens colocou máquinas no Mangue para abrir um canal para a água das chuvas descender e não causarem mais alagamentos. Ao que foi indicado, a UFSC percebeu que não seria possível contar com o apoio da prefeitura ou do governo do estado para preservar o Manguezal, e a Universidade acabou transferindo a responsabilidade do Mangue à prefeitura.<sup>123</sup>

O resultado dessa degradação pode ser visto atualmente. A área degradada deu lugar à rodovia, aos carros e ao ramo imobiliário. Na figura 15 temos a fotografia do Mangue do Itacorubi.



Figura 15. Fotografia do Mangue do Itacorubi. Fonte: Dutra (1990).

## Conclusão

Em 2008, quando ingressei na Universidade, uma frase na camiseta dos calouros do Curso de Ciências Contábeis chamou minha atenção: “UFSC: Universalidade ou Feudalismo?” Perguntei à minha amiga o porquê daquela frase, e a resposta foi que aquele questionamento dizia respeito ao fato de a UFSC ser uma instituição fechada, voltada apenas para seus problemas, ou se ela abrangeria os problemas da sociedade e da comunidade que a rodeia, tentando auxiliá-las de alguma maneira. Então perguntei a

<sup>121</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, out. 1984, p.9.

<sup>122</sup> Milton Divino Muniz. *Entrevista citada*.

<sup>123</sup> Idem.

respeito da opinião que ela tinha sobre o assunto, e a resposta veio prontamente informando a questão da universalidade da UFSC, já que o Hospital Universitário atendia a todas as pessoas gratuitamente.

Naquele momento, esta questão me intrigou, pois fiquei tentando imaginar quais as maneiras que a Universidade como um todo, e não apenas um único centro, poderia utilizar para atender de maneira efetiva à comunidade. Com a proposta da elaboração de um livro que contasse a sua trajetória e de seus centros de ensino, foi possível uma superação de expectativas a respeito de como não só a Universidade interfere na sociedade, mas também como a sociedade interfere na Universidade.

Seja por meio da criação do Curso de Graduação em Ciências Biológicas, bacharelado ou licenciatura, atendendo à demanda do mercado, capacitando profissionais aptos para pôr em prática seus conhecimentos não só com o meio ambiente, mas também para ministrar aulas, ou por meio de ações de extensão, onde o CCB pode mostrar a sociedade a sua importância.

A Comissão do Mangue do Itacorubi, a criação do NEMAR e do LAMAQ, da UCAD, a Restauração das Fortalezas são apenas alguns exemplos de como o Centro de Ciências Biológicas da UFSC pode atuar, visando não apenas à pesquisa e ao ensino para os acadêmicos que se interessam pelo assunto, mas também tentando melhorar as condições de vida das pessoas e a maneira com que estas se relacionam com o meio em que vivem.

É óbvio que apesar de todas as ações que o CCB desenvolveu nestes 34 anos de existência, ainda há muito que ser feito. Fica claro o quanto importante foi a criação deste Centro e de seu Curso de Graduação, seja para a formação de biólogos e professores, seja para tentar conscientizar as pessoas de alguma maneira. Mas, mesmo que ele só atendesse aos cursos profissionalizantes da Universidade, e não possuísse seu próprio curso de profissionalização, já seria de extrema importância, pois auxilia não apenas na formação de pessoas ligadas à área da Saúde, mas a outros cursos, atendendo atualmente disciplinas básicas para cerca de dezessete cursos vinculados a outros centros da Instituição (CCA, CCS, CDS, CFH e CTC).<sup>124</sup>

Sem dúvida, não somente a história da UFSC seria diferente sem a existência deste Centro, mas a própria história do estado de Santa Catarina não seria a mesma. Com este trabalho, procurou-se encontrar respostas que, durante muito tempo, permaneceram até mesmo sem as devidas perguntas. Perceber que o passado é um dado que não irá se modificar, mas que o conhecimento sobre ele se transforma pelos documentos que encontramos e, especialmente, pelo que problematizamos,<sup>125</sup> é perceber que podem ser escritas inúmeras histórias sobre o Centro de Ciências Biológicas, histórias que mostram serem possíveis diferentes análises sobre um mesmo objeto de estudo, e que é preciso nos debruçar sobre o passado para que possamos compreender aspectos diversos do presente.

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos UFSC e CCB

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.VI, n.12, 2º Semestre de 1967.

- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 33, set. 1969.
- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 34, out. 1969.
- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, maio 1972.
- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, a. VII, n. 82, out. 1973.
- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 110, fev.1976.
- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 121, abr. de 1977.
- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 149, maio 1979.
- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 154, out. 1979.
- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, dez. 1979.
- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, set. 1980.
- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, fev. 1983.
- \_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, maio 1983.

<sup>124</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. *Centro de Ciências Biológicas – CCB – Catálogo...* op.cit., p.1.

<sup>125</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história...*, p.75.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, jan./jun. de 1984.

\_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, out. 1984.

\_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, maio 1985.

\_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, maio 1986.

\_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, jul. 1988.

\_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, jan./maio 1989.

\_\_\_\_\_. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n. 19, maio 1996.

\_\_\_\_\_. *Exposição de motivos para a criação do Horto Botânico ao Magnífico Reitor*. Florianópolis, 1979. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 30.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Biológicas. *Ofício nº 34/CCB/77*. Enviado pelo Diretor, em exercício, do Centro de Ciências Biológicas; para Professor Antonio Niccoló Grillo, Sub-Reitor de Planejamento, encaminhando sugestão para vinculação administrativa do Biotério ao CCB. Florianópolis, 1977. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 30.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Biológicas. *Parecer n. 52/81 do Processo n.078885*: sobre a implantação do Bacharelado em Ciências Biológicas. Florianópolis, 1981. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 14.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Biológicas. *Parecer do Grupo de Trabalho, designado pela Portaria nº 001/81 do Diretor do C.C.B., para o estudo da transferência da Farmacologia*. Florianópolis, 1981. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 03.

\_\_\_\_\_. Colegiado do Curso de Ciências Biológicas. *Parecer n. 74/81 do Processo nº 078885*: sobre o Currículo do Bacharelado em Ciências Biológicas. Florianópolis, 1981. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 14.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão extraordinária realizada em 19 de jul. 1988*. Livro 3, p.2(frente)-3(frente).

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 10 de fev. de 1983*, p. 1(frente)-2(frente).

\_\_\_\_\_. Departamento de Biologia/Equipe de Botânica – Centro de Ciências Biológicas. *Abaixo assinado para transformar o Horto Botânico em órgão suplementar*. Florianópolis, 1979. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 30.

\_\_\_\_\_. Departamento de Biologia/Horto Botânico. *Ofício nº 16/79*. Enviado pelo Professor Antonio Bresolin, responsável pelo Horto Botânico, ao Professor Carlos Aramis Dornelles Silva, Diretor do Centro de Ciências Biológicas: exposição de motivos para transformar o Horto Botânico em Órgão Suplementar. Florianópolis, 1979. Arquivo Central – UFSC/CCB, Caixa 30.

### Entrevistas

Armando Gonzaga. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

Bruno Rodolfo Schlemper Júnior. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz e Lara Beck*. Florianópolis, 03 ago. 2010.

Elza Costa Netto Muniz. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 08 jul. 2010.

Hélio Warken. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Antônio Carlos, 17 abr. 2010.

Hercílio Pedro da Luz. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 14 jun. 2010.

João Batista Calixto. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 05 jul. 2010.

Juarez Phillipi. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. São José, 02 jun. 2010.

Juliet Kioko Sugai. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 06 jul. 2010.

Maria Leonor Del Rei Souza. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 15 jul. 2010.

Milton Divino Muniz. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 19 jul. 2010.

Nilcéia Lemos Pelandré. *Entrevista concedida a Roselane Neckel e Lara Beck*. Florianópolis, 02 set. 2010.

Paulo Hofmann. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 06 jul. 2010.

Reinaldo Naoto Takahashi. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 14 jul. 2010.

Roseli Maria de Souza Mosimann. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 31 maio 2010.

Telmo Tavares. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 11 maio 2010.

Thereza Christina Monteiro de Lima. *Entrevista concedida a Dayanne Schetz*. Florianópolis, 14 jul. 2010.

**Figuras**

AGECOM. Início dos trabalhos para a Restauração das Fortalezas. Sem data. 1 fotografia p&b. Sem autoria. In: \_\_\_\_\_. *Exposição de fotografias dos 45 anos da Universidade Federal de Santa Catarina*. Disponível em: <[http://www.agecom.ufsc.br/expo\\_45anos/index\\_1980.html](http://www.agecom.ufsc.br/expo_45anos/index_1980.html)>. Acesso em: 15 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Restauração da Ilha de Ratores. Sem data. 1 fotografia p&b. Sem autoria. In: AGECOM. *Exposição de fotografias dos 45 anos da Universidade Federal de Santa Catarina*. Disponível em: <[http://www.agecom.ufsc.br/expo\\_45anos/index\\_1990.html](http://www.agecom.ufsc.br/expo_45anos/index_1990.html)>. Acesso em: 15 ago. 2010.

BASTOS, Jones. *Novo prédio inaugurado no CCB*. 1985. 1 fotografia color. Acervo pessoal do Professor Odival Cezar Gasparotto.

\_\_\_\_\_. *Fotografia do Horto Botânico e da antiga casa da Fazenda Assis Brasil*. 1990. 1 fotografia p&b. Acervo pessoal do Professor Odival Cezar Gasparotto.

DUTRA, Paulo. *Mangue do Itacorubi*. 1990. 1 fotografia p&b. Acervo pessoal do Professor Odival Cezar Gasparotto.

CAROBREZ, Sonia Gonçalves. *Estudantes em visita a Unidade de Conservação Ambiental Desterro*. s/data. 1 fotografia color. Acervo da Professora Sonia Gonçalves Carobrez.

GASPAROTTO, Odival Cezar. *Prédio antigo do CCB – UFSC*. 2006. 1 fotografia p&b. Acervo pessoal do Professor Odival Cezar Gasparotto.

\_\_\_\_\_. *Inauguração do Bloco D do Centro de Ciências Biológicas*. 2004. 1 fotografia color. Acervo pessoal do Professor Odival Cezar Gasparotto.

\_\_\_\_\_. *Professora Maria Leonor apresentando o Horto Botânico a estudantes*. [2001?]. 1 fotografia color. Acervo pessoal do Professor Odival Cezar Gasparotto.

LAMAQ. *Cetáceo enalhado e a equipe do LAMAQ*. s/data. 1 fotografia color. Sem autoria. Disponível em: <<http://www.lamaq.ufsc.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

NEMAR. *Fachada do Núcleo de Estudos do Mar no CCB*. s/data. 1 fotografia color. Sem autoria. Disponível em: <[www.nemar.ccb.ufsc.br/](http://www.nemar.ccb.ufsc.br/)>. Acesso em: 15 ago. 2010.

PIMENTA, Luiz H. F. Localização da Unidade de Conservação Ambiental Desterro. In: PONTES, Thaís Krauspenhar. Estudo etnobiológico das comunidades vizinhas da Unidade de Conservação Ambiental Desterro (UCAD). *Omnes Urbes – Todas as Aldeias – Revista Virtual de Antropologia*. Florianópolis, a.2, n.3, abr.2001. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/aldeias/TEXTOS/krauspenhar.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2010.

MUSEU ENTOMOLÓGICO FRITZ PLAUMANN. Fritz Plaumann. s/data. 1 fotografia color. Sem autoria. In: \_\_\_\_\_. *Galeria de Fotos*. Disponível em: <[http://www.museufritzplaumann.ufsc.br/galeria\\_fotos/photos/042.html](http://www.museufritzplaumann.ufsc.br/galeria_fotos/photos/042.html)>. Acesso em: 15 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Parte do acervo de Plaumann. s/data. 1 fotografia color. Sem autoria. In: MUSEU ENTOMOLÓGICO FRITZ PLAUMANN. *Galeria de Fotos*. Disponível em: <[http://www.museufritzplaumann.ufsc.br/galeria\\_fotos/photos/044.html](http://www.museufritzplaumann.ufsc.br/galeria_fotos/photos/044.html)>. Acesso em: 15 ago. 2010.

SILVA, Nilson da. Inauguração no Biotério Central. 1996. 1 fotografia p&b. Acervo pessoal do Professor Odival Cezar Gasparotto.

**Referências Bibliográficas e de WEB**

AGECOM. *Universidade Viva*. Revista da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, n. 1, dez. 1995, p.44.

BAYER, Ernani. *Universidade Federal de Santa Catarina*. In: SEMANA DE ESTUDOS SOBRE O MAR E SEUS RECURSOS. 1980. Florianópolis. *O mar e seus recursos*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1980.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BUFFA, Ester. *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991.

BRASIL. Decreto nº 81.553, de 10 de Abril de 1978. Concede reconhecimento ao curso de Ciências Biológicas do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 11 Abr. 1978, p. 5.089. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81553-10-abril-1978-430779-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.684, de 3 de Setembro de 1979. Regulamenta as profissões de Biólogo e Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 04 Set. 1979, p. 12.761. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6684-3-setembro-1979-377756-publicacao-1-pl.html>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

LEMKE, Milton Wanderlei. *Radio documentário sobre Fritz Plaumann*. Seara: Museu Entomológico Fritz Plaumann. 40 min. Disponível em: <<http://www.museufritzplaumann.ufsc.br/documentario.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

MEIO AMBIENTE: vida e economia. *O Estado*. Florianópolis, 18 de dezembro de 1995.

STEINDEL, Mário. *Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia*. Florianópolis, 2010, p. 1. (Texto-memória não publicado).

STEMMER, Caspar Erich. Universidade Federal de Santa Catarina. In: SEMANA DE ESTUDOS SOBRE O MAR E SEUS RECURSOS. 1980. Florianópolis. *O mar e seus recursos*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1980.

SUGAI, Juliet. *Histórico do Departamento de Bioquímica para o Livro do CCB-50 anos*. Florianópolis, 2010, p.1. (Texto-memória não publicado).

TAKAHASHI, Reinaldo Naoto. *Breve histórico do Departamento de Farmacologia*. Florianópolis, 2010, p. 1. (Texto-memória não publicado).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Biológicas. *Centro de Ciências Biológicas – CCB – Catálogo*. Florianópolis, [2006?].

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Biológicas. Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética. *Histórico*. Florianópolis BEG-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.ccb.ufsc.br/beg/>>. Acesso em: 14 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Biológicas. Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética (BEG). *Atividades de Ensino*. Florianópolis, BEG-UFSC, [2010] Disponível em: <<http://www.ccb.ufsc.br/beg/>>. Acesso em: 11 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Biológicas. Laboratório de Mamíferos Aquáticos (LAMAQ). *Histórico*. Florianópolis, LAMAQ-UFSC, [2010] Disponível em: <<http://www.lamaq.ufsc.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Biológicas. Departamento de Ciências Morfológicas (MOR). *Cursos Atendidos*. Florianópolis, MOR, [2007]. Disponível em: <[www.ccb.ufsc.br/mor/](http://www.ccb.ufsc.br/mor/)>. Acesso em: 11 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Biológicas. Núcleo de Estudos do Mar (NEMAR). *Apresentação*. Florianópolis, NEMAR-UFSC, [2010] Disponível em:<[www.nemar.ccb.ufsc.br/](http://www.nemar.ccb.ufsc.br/)>. Acesso em: 10 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Gabinete do Reitor. Resoluções. *Resolução n.005/CEPE/86 de 20 de março de 1986*. Estabelece normas para ingresso na carreira do Magistério Superior na Universidade de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1986. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufsc.br/cppd/resolucoes/res005cepe86.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Departamento de Administração Escolar. *Currículo do curso 108. Ciências Biológicas*. Florianópolis: Núcleo de Processamento de dados, 2010. Disponível em: <<http://www.cienciasbiologicas.ufsc.br/arquivos/CBiol-2006-1-04032010.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão. Programa “Venha Conhecer a UFSC”. *O Programa*. Florianópolis: PRPE-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.venhaconhecer.ufsc.br/index.html>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

Idem. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 33, set. 1969, p. 9.

# Centro de Comunicação e Expressão: histórias e memórias do cotidiano

Renato Affonso Sant'Anna de Sá<sup>1</sup>

É impossível escrevermos a história do todo ou uma história completa ou contempladora de todos os agentes históricos por toda uma temporalidade. Em poucas páginas, as injustiças que se cometem ao escrever sobre determinado assunto são infinitas. Equacionar esta questão, todavia, é uma das grandes problemáticas do historiador. Alguns recortes espaciais e temporais têm de ser feitos e, certamente, nomes, informações e acontecimentos podem ficar de “fora” da narrativa historiográfica. Reconhecendo esta situação, não se tentará, neste artigo, tratar “da” história do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), mas de “uma” história ou, se preferir, de “uma versão” historiográfica de alguns acontecimentos e/ou relações sociais constituídas neste Centro ao longo dos cinquenta anos da UFSC. Não serão descritos as histórias de cada um dos cursos que hoje compõem este Centro, pois, para isso, necessitaríamos de um livro para cada um dos departamentos, o que inviabilizaria este projeto. O que inserimos nas páginas seguintes são algumas questões gerais do CCE, como as bases da sua formação quando ainda era Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o prédio hoje conhecido como Básico, o cotidiano dos estudantes na década de 1960 e algumas passagens relacionando cursos e departamentos.

Algumas das fontes utilizadas neste texto são encontradas no próprio Centro de Comunicação e Expressão. Apesar de esta afirmação parecer óbvia, não o é. Foi por meio de um arquivo, que denominam depósito, situado à direita, na entrada do Bloco B do CCE, que encontramos muitas das fontes utilizadas. Durante a pesquisa e a indexação das fontes, descobriu-se que quase ninguém sabia da existência de tais documentos, muito menos que haviam procurado ou se utilizado destes, isso para não afirmar que na verdade ninguém os havia utilizado. Para se expor a quantidade de documentos, há mais de cem caixas com boletins, resoluções, processos administrativos, informes, revistas de laboratórios, atas de reuniões dos centros da UFSC, projetos pedagógicos, documentos referentes a laboratórios, dentre outros inúmeros assuntos. Todos esses documentos não estão catalogados e não possuem um controle e um rigor de manuseio, como encontramos em grandes arquivos. Logo, é um acervo que necessita de maior cuidado e atenção, pois lá está parte da história do CCE, que pesquisadores ainda hão de escrever.

## As bases de formação do Centro de Comunicação e Expressão: da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ao CCE

A criação da Universidade de Santa Catarina (USC), em seguida Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1960,<sup>2</sup> ocorreu por meio de uma demanda social crescente no Brasil das décadas de 1950-1960. Compondo esta nova Universidade estavam as faculdades e escolas já existentes na capital catarinense: Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Engenharia Industrial e Serviço social.<sup>3</sup>

Nesse período, a Universidade, como se pode perceber, não se encontrava estruturada da forma como a vemos hoje. Eram diversas faculdades, cada qual com seus devidos cursos, aglutinadas sob uma mesma estrutura administrativa. Não se pode falar em dispersão dos cursos, pois estes assim já se encontravam antes da criação da Universidade de Santa Catarina.

Estas faculdades situavam-se espalhadas por Florianópolis. A grande maioria encontrava-se, quando não no centro da cidade, em suas proximidades. À exceção se fazia a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que se localizava no bairro da Trindade.<sup>4</sup> A hipótese de um *campus* universitário no bairro da Trindade era latente quando da fundação da Universidade de Santa Catarina; porém, o contexto da época, como afirmava o então Reitor João David Ferreira Lima, era de poucos recursos para obras de elevado porte. E a grande distância entre o referido bairro e o centro da cidade era o outro entrave que se colocava.<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Estagiário do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmico do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da professora Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 1, n. 1, 1962, p.24-25.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 1, n. 1, 1962, p.104.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.100-101.

Nobairro da Trindade, a Faculdade de Filosofia, Ciências Letras contava com a estrutura hoje denominada “Bloco A do CCE”. Muito mais singelo e menos estruturado, somente a Ala Sul do prédio existia (ver Figura 2). Dos cursos oferecidos nessa Faculdade, após 1960 integrante da Universidade de Santa Catarina, estava o curso de Letras-Português. Relata a professora da UFSC Diva Zandomênego, estudante do Curso de Letras na década de 1960 e atualmente professora do Departamento de Letras e Literatura Vernáculas (DLLV), que em geral os estudantes residiam no centro da cidade e deslocavam-se para a Trindade por meio de ônibus. Existia já ao final dos anos 1960 o Restaurante Universitário; entretanto, ficava próximo às outras faculdades da Universidade.<sup>6</sup>

A partir de 1968 as universidades federais passam a se submeterem ao Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, e à Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que balizam a Reforma Universitária,<sup>7</sup> fazendo com que grande parte dessas universidades tenham sido obrigadas a modificar suas estruturas administrativas e curriculares. Nesse contexto, a UFSC estrutura o currículo dos cursos por ciclos.<sup>8</sup> O aluno, ao entrar na universidade, destinava-se ao ciclo de estudos básicos, cujas disciplinas ofertadas eram as de caráter geral, não condizendo especificamente com o curso desejado. Somente após esse “curso básico”, ocorreria a escolha do curso profissionalizante desejado.<sup>9</sup> Esse primeiro ciclo básicos de disciplinas foi oferecido no *campus* da Trindade, onde se encontrava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, daí o nome relutante do prédio mais antigo da UFSC: Básico.

Compondo o Centro de Estudos Básicos (CEB), encontravam-se os departamentos cujas disciplinas eram consideradas as bases para o posterior ensino profissional, como os departamentos de Letras e Literatura Estrangeiras, Letras e Literatura Vernáculas e o de Artes.<sup>10</sup>

Mais especificamente no ano de 1969 é que surgem os centros de ensino, similares às estruturas dispostas hoje. Sob o signo do recém-formado Centro de Comunicação e Expressão encontravam-se apenas três departamentos: Letras e Literatura Vernáculas, Letras e Literatura Estrangeiras e Artes. Os dois primeiros possuíam os tradicionais cursos de Letras, provenientes já do período anterior à UFSC, quando ainda as faculdades não possuíam quaisquer vínculos entre si. Por outro lado, o Departamento de Artes, hoje Departamento de Expressão Gráfica, não possuía cursos sob sua tutela. Segundo o aluno do Curso de Engenharia Mecânica da década de 1970 e hoje docente no Departamento de Expressão Gráfica do CCE José Arno Scheidt, o Departamento de Artes era um prestador de serviços, destinado a fornecer disciplinas aos mais diversos cursos como Arquitetura, Matemática, Engenharias, Biologia, dentre outros.<sup>11</sup>

<sup>6</sup> Diva Zandomênego. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 27 abr. 2010.

<sup>7</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962 – 1980)*. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p18.

<sup>8</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n. 34, set. 1969, p.9.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p.14-17.

<sup>10</sup> *Idem*. Plano de Reforma. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n. 8, 1967, p.3-4.

<sup>11</sup> José Arno Scheidt. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 2 ago. 2010.

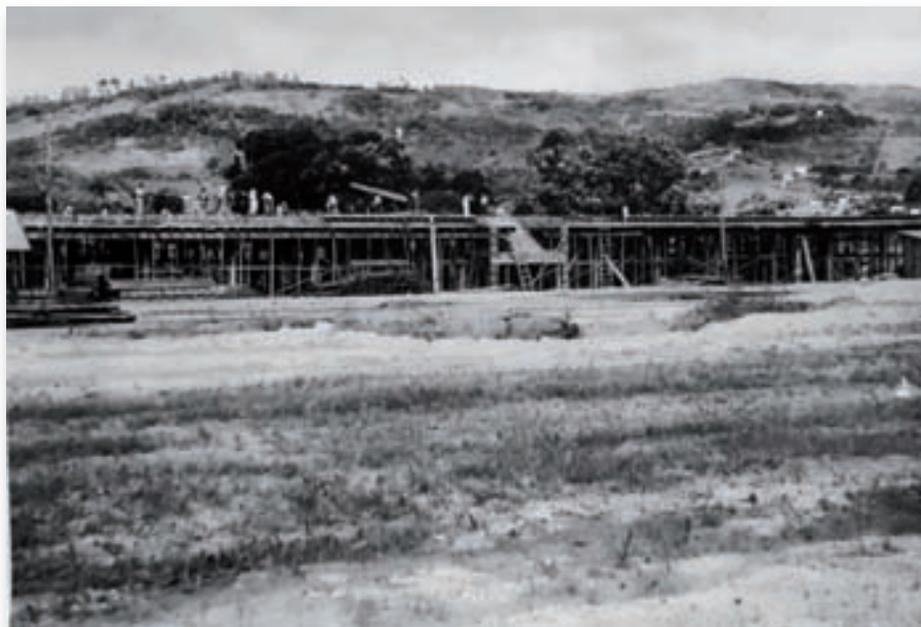


Figura 1. Construção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Fonte: Fontes (1957)



Figura 2. Primeiro prédio da UFSC (atual ala sul do bloco a do CCE). Fonte: Agecom (1967)

É inserido neste contexto de federalização de universidades e de reformas universitárias que surge, dentro da Universidade Federal de Santa Catarina, o Centro de Comunicação e Expressão. Sob a tutela do CCE eram oferecidos os cursos de graduação em Letras e suas diversas habilitações e, por meio do Departamento de Artes, disciplinas a vários cursos de graduação.

## Os departamentos e os cursos: um olhar para o início

Os departamentos tais quais os conhecemos hoje são frutos da Reforma Universitária, proposta ainda em 1966 pelo Governo Federal e implementada a partir de 1969 na UFSC. Os departamentos viriam a compor, segundo o Plano de Estruturação da Universidade, as menores unidades administrativas do organograma institucional.<sup>12</sup> Assim como o professor Scheidt, a professora Diva Zandomênego lembra-se do papel que teve o Departamento de Artes nesta época e afirma que, em boa parte do período de atuação dele, serviu de apoio a outros cursos. Formado por um corpo docente variado, possuía de engenheiros a artistas, e atuava no oferecimento de disciplinas como desenho técnico, desenho de anatomia e artes aos mais variados cursos de graduação da Universidade.<sup>13</sup>

O Departamento de Artes surge apenas após a Reforma Universitária de 1969. Não se identifica, anterior a esta data, departamento ou subunidade da Universidade que possuísse características ou funções similares. No Plano de Reforma da UFSC apresentado em 1967, o Curso de Artes aparece apenas como parte integrante do Centro de Estudos Básicos, e, pelo que se percebe, não existia a pretensão de ele sediar um curso de graduação naquele momento. A proposta da criação de centros de ensino e suas subunidades, os departamentos, foi legitimada por um forte argumento: a redução de custos e a centralização de capital intelectual em apenas um setor da Universidade.

Art. 4º – Os diversos cursos se organizarão com estrutura e método de funcionamento que visem preservar a unidade de suas funções de ensino e pesquisa, assegurando-se a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sendo vetada a duplicação de meios para fins idênticos.<sup>14</sup>

Como diversos cursos mantinham, de forma independente, professores para as disciplinas de desenho, a concepção de um departamento de artes, aglutinante e fornecedor de todas estas disciplinas, tornou-se fundamental no Plano de Reforma. Esta necessidade justifica-se, institucionalmente, a partir do Artigo 10º do Plano de Estruturação da UFSC:

<sup>12</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Plano de Estruturação da Universidade Federal de Santa Catarina. In: *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.VI, n. 12, 2º Sem. de 1967, p.65-67.

<sup>13</sup> ZANDOMÊNIGO, Diva. *Entrevista citada*.

<sup>14</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Plano de Estruturação da Universidade Federal de Santa Catarina... op.cit., p.65-67.

Art. 10º – Cada CENTRO será desdobrado em tantos departamentos quantos forem os grupos de disciplinas afins e homogêneas congregando professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa.

Parágrafo único – Os Departamentos constituir-se-ão de modo a atender, dentro de sua área de ensino e pesquisa, todos os cursos da Universidade.<sup>15</sup>

A questão do Departamento de Artes ser visto como um prestador de serviços, rememora o professor Scheidt, passou a incomodar os professores.<sup>16</sup> Esta insatisfação pode ser percebida igualmente na fala do professor Felício, quando este relata que se cogitou a possibilidade da transferência do Departamento de Artes para o Curso de Arquitetura.<sup>17</sup> Somente na década de 1990, enfatiza o professor Scheidt, com a ampliação do corpo docente, é que, mediante um planejamento estratégico, definiu-se a criação de um curso de graduação e um de pós-graduação no Departamento de Artes.<sup>18</sup>

Em 1999 implementou-se o Curso de Comunicação e Expressão Visual, pela Portaria nº. 05/CEG/98, hoje Design – Habilitação Design Gráfico. Em sequência são criados o Curso de Pós-Graduação em Design Gráfico e os cursos de graduação com habilitação em Design de Produto e em Design de Animação. Mesmo atrasado, segundo o professor Scheidt, os cursos de graduação e de pós-graduação fizeram com que o agora Departamento de Expressão Gráfica (EGR) se firmasse e fosse reconhecido no CCE.

Por meio de um processo diferente, verifica-se o nascimento do Curso de Graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo. A oferta de pequenos cursos de jornalismo, em forma de extensão universitária, já pode ser observada em 1964, no 1º Ciclo de Promoções Técnico-Culturais. Neste ciclo, diversas áreas da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foram discutidos, dentre eles a temática do Jornalismo:

Sob a orientação do Departamento de Educação e Cultura, da Reitoria da Universidade de Santa Catarina, vem se desenvolvendo, há certo tempo, em Florianópolis, o 1º Ciclo de Promoções Técnico-Culturais. Compreende este Ciclo uma série de cursos importantes, ministrados por professores universitários de grande expressão nacional. Até o momento já foram realizados os seguintes: DICÇÃO E ESTILO [...], DRAMATURGIA DE WILLIAN SHAKESPEARE [...], TEORIA DO CINEMA [...], ROMANTISMO NO BRASIL – OS POETAS [...], HISTÓRIA DO TEATRO BRASILEIRO [...], CURSO DE INTRODUÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA [...], JORNALISMO: HISTÓRIA E PROBLEMAS [...], INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA RURAL [...]. Êstes Cursos iniciaram em Julho, e todos obtiveram resultados altamente satisfatórios. [...].<sup>19</sup>(grifo nosso)



Figura 3. Do “básico” ao Centro de Comunicação e Expressão. Ampliação do prédio para abrigar outros departamentos. Fonte: Agecom (197?)

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> José Arno Scheidt. *Entrevista citada.*

<sup>17</sup> Felício Wessing Margotti. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant’Anna de Sá.* Florianópolis, 20 abr. 2010.

<sup>18</sup> José Arno Scheidt. *Entrevista citada.*

<sup>19</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo.* Florianópolis, v. 3, n. 4, 1º sem. de 1964, p.23-26.

### Onde aparecem ainda no documento:

CURSO: 'JORNALISMO: HISTÓRIA E PROBLEMAS'

Professor Carlos Rizzini

Período: 10 a 16 de agosto

Local: Auditório da Federação das Indústrias de Santa Catarina

Inscritos: 114

Certificados Conferidos: 74

Índice de aproveitamento: 60,7%

PROGRAMA: O jornal e a informação. O jornalismo das cartas e das gazetas a mão. O advento da tipografia. O jornalismo das gazetas impressas. A liberdade de Imprensa. A imprensa brasileira contemporânea. A imprensa de hoje e seus problemas atuais próximos.<sup>20</sup>

Provavelmente, a demanda pelo Curso de Jornalismo já estava latente durante a década de 1960, o total de 114 inscritos no Curso anteriormente destacado oferece este indício. Em entrevista coletiva concedida no ano de 1967, o então Reitor João David Ferreira Lima justificou a não criação de um curso de jornalismo:

Posso afirmar que muitas faculdades de Filosofia do país não o possui. Ora, todos nós sabemos que a imprensa catarinense ainda não é bem desenvolvida, com mercado de trabalho insuficiente para quem viesse a se formar por essa Faculdade.<sup>21</sup>

Ainda em entrevista, o professor Ferreira Lima afirma que alguns alunos possuíam aspiração pela carreira de jornalismo, cogitando a possibilidade de a Universidade fornecer bolsas de estudos para que estes estudantes desenvolvessem seus estudos em outras instituições.<sup>22</sup> Torna-se claro a relutância pela criação de um curso de comunicação e ou jornalismo por parte do então reitor. A arguição baseada na falta de mercado de trabalho é quebrada pelo próprio argumento do não desenvolvimento desta área no estado.

Nos anos seguintes, outras tentativas de se estruturar um curso de jornalismo na UFSC não tiveram êxito. Mesmo no período de consolidação da Reforma Universitária de 1969 e nos anos seguintes, onde se estruturam algumas graduações, os simpatizantes e fomentadores de um curso de jornalismo não conseguiram tal realização. De forma que algumas pressões internas e a demanda por um curso de comunicação social na década de 1970 somam forças para que em 1978, por meio da portaria nº 278/GR/78 da Universidade Federal de Santa Catarina, fosse autorizado o funcionamento, no ano seguinte, do Curso de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo sob a coordenação do professor Moacir Pereira.



Figura 4. Aula – Jornal laboratório em frente ao CCE. Fonte: Hemeroteca-jornalismo UFSC [s/data]

<sup>20</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 3, n. 4, 1º sem. de 1964, p.23-26.

<sup>21</sup> LIMA, João David Ferreira. Entrevista. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.VI, n. 12, 2º sem. de 1967, p.48.

<sup>22</sup> Idem.

Em princípio, devido a fatores diversos, como estrutura deficiente e pequeno número de professores, o Curso de Comunicação foi abrigado no então Departamento de Artes, hoje Departamento de Expressão Gráfica.<sup>23</sup> Em suas memórias, o professor Orlando Tambosi relata que as dificuldades em se criarem novos departamentos eram enormes, por isso a vinculação do Curso ao Departamento de Artes.<sup>24</sup> Tal dificuldade é verificada igualmente na fala do professor Scheidt, que aponta ainda que, pelo fato de não terem um número mínimo de professores, o Curso de Comunicação não pôde formalizar seu próprio departamento. Como maneira de diferenciação entre o Departamento de Artes e o Curso de Jornalismo, atribuíram-se os seguintes nomes aos departamentos: de Artes A e de Artes B, este último abrigando a administração do Curso de Jornalismo.<sup>25</sup> A partir deste momento, o Curso passou a se estruturar e a consolidar-se dentro do Centro de Comunicação e Expressão e dentro da própria Universidade.

No final da década de 1980 e início da década de 1990 começa-se um questionamento em torno do viés que o Curso de Comunicação Social deveria tomar. Desde a sua implementação, a única habilitação oferecida era a de jornalismo. Entretanto, relata o atual coordenador do Curso de Cinema e professor do Departamento de Comunicação à época Mauro Pommer que alguns professores passam a vislumbrar a possibilidade de novas habilitações, desta forma abrindo-se o leque de formação dos alunos.<sup>26</sup> Por outro lado, existia uma grande parcela de professores propensos a manter o Curso nos moldes já estabelecidos, desta forma dando maior ênfase a disciplinas mais técnicas e voltadas à formação jornalística.<sup>27</sup>

Por fim, o grupo defensor de um curso estritamente voltado ao jornalismo consolida-se, passando a chamar-se apenas Jornalismo. Esse processo deu-se de maneira complexa, e muitos dos professores que defendiam um curso com formação mais ampla acabaram por transferir-se para outros cursos.

Uma das habilitações para o Curso de Comunicação que era defendida focava o cinema. Em meados da década de 1990, por meio de um projeto de extensão realizado por um grupo de professores do Curso de Comunicação e pela Cinemateca Catarinense, foi oferecido um curso de dois anos e meio, onde muitos dos egressos participaram de obras de grande repercussão no cenário catarinense e brasileiro.<sup>28</sup> Esse evento fomentou a possibilidade de criação de uma graduação em Cinema, cuja primeira tentativa tornou-se frustrada por alguns anos, relata o professor Mauro Pommer. Somente após o ano 2000, o professor Dilvo I Ristoff, então diretor do CCE, retoma a ideia de um curso de Cinema, e, para tanto, reúne os propositores iniciais para levar o projeto adiante.

Em um primeiro momento, relembra o professor Pommer, a câmara de ensino e os departamentos do CCE viram a criação de um novo curso com certa desconfiança. Entretanto, após a averiguação do projeto e a arguição da comissão responsável, aos poucos os departamentos foram aprovando o projeto do curso. Contudo, podemos observar nestas aprovações inúmeras ressalvas. O Colegiado do Curso de Jornalismo, apesar de aprovar a criação do Curso de Cinema, explícita que se encontrava, em 2003, em fase de implantação uma nova turma do Curso de Jornalismo, bem como de uma pós-graduação *strictu sensu* e, por esta razão, nos próximos quatro anos, não poderia arcar com quaisquer ônus de empréstimo de equipamentos, estrutura e liberação de professores.<sup>29</sup> Em 2003 o projeto foi aprovado e no ano seguinte já eram ofertadas as primeiras vagas.

Um pouco mais branda foi a constituição do Curso de Artes Cênicas. Do mesmo modo que o de Cinema, este já era ansiado, em 1990, por um grupo de professores, principalmente dos cursos de Letras; entretanto, somente em 2007 ele foi aprovado. Relembra Alai Diniz, professora do Curso de Artes Cênicas e dos cursos de Letras, que, em alguns cursos que envolviam extensão e pesquisa em áreas afins, as artes cênicas já eram ofertadas, mas que somente com a proposta da Reitoria, em meados da década de 2000, é que o projeto fora constituído.<sup>30</sup>

Apesar da relativa facilidade com que surgiu o Curso de Artes, é possível constatar, mediante fala da professora Alai, que a luta por recursos é desgastante e que a luta por espaço físico é constante.<sup>31</sup> O mesmo se evidencia no relato do professor Pommer, que argumenta ser constante a busca por afirmação dos novos cursos.

<sup>23</sup> José A. Scheidt.

*Entrevista citada.*

<sup>24</sup> Orlando Tambosi.

*Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá. Florianópolis, 12 ago. 2010.*

<sup>25</sup> Orlando Tambosi.

*Entrevista citada.*

<sup>26</sup> Mauro Pommer.

*Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá. Florianópolis, 16 set. 2010.*

<sup>27</sup> Mauro Pommer.

*Entrevista citada.*

<sup>28</sup> RISTOFF, Dilvo I.

*Projeto de Criação do Curso de Cinema. Florianópolis, 5 maio 2003, p.4.*

<sup>29</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Comunicação e Expressão. Colegiado do Curso de Jornalismo. *Parecer do Colegiado do Curso de Jornalismo à criação do Curso de Cinema assinado por Regina Carvalho. Florianópolis, 9 jul. 2003, p.1.*

<sup>30</sup> Alai Diniz, *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá. Florianópolis, 20 set. 2010.*

<sup>31</sup> Alai Diniz, *Entrevista citada.*



Figura 5. Centro de Estudos Básicos em dia de vestibular. Fonte: Agecom (1971)

Os cursos de Letras já eram oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras antes mesmo da fundação da Universidade de Santa Catarina. Por meio do Decreto nº 36.658/54, passaram a funcionar os cursos de Letras e Literatura Portuguesa, Letras e Literatura Espanhola, Letras e Literatura Francesa, Letras e Literatura Inglesa, Letras e Literatura Italiana e Letras e Literatura Alemã.

Dentre os primeiros cursos oferecidos no *campus* da Trindade, os de Letras permanecem até hoje no mesmo prédio desde a fundação da Universidade. Certamente, as instalações foram ampliadas com a construção do Bloco B do CCE, mas pode-se dizer que os cursos de Letras são os únicos ainda a permanecer na mesma estrutura ou localização desde a implementação da Universidade.

Os cursos de Letras, até 1969, eram divididos em duas etapas, comenta em entrevista o professor Paulino Vandresen: a primeira etapa era destinada ao bacharelado; e a segunda, o último ano, destinado à licenciatura, isso para os alunos que pretendessem seguir a carreira de professor.<sup>32</sup> Onde hoje está erguido o Bloco B do Centro, segundo relembra a professora Diva, eram oferecidas as fases finais do Curso de Letras; ao passo que as primeiras fases eram ministradas no que se chama hoje de Bloco A.<sup>33</sup> O formato do Curso ainda previa um sistema onde o acadêmico estudaria duas línguas, o português e uma língua estrangeira.<sup>34</sup> Não se encontraram documentos que possibilitem um apontamento do número de graduandos em Letras durante o período da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A pesquisa também se tornou um dos grandes pilares do Departamento de Letras. O programa de Pós-Graduação em Linguística foi o segundo a ser criado. O contexto de criação da pós-graduação do Curso de Letras inseriu-se no panorama da Reforma Universitária do final da década de 1960, onde diversos programas foram igualmente instituídos.

Na estrutura dos cursos de graduação e pós-graduação em Letras, verificam-se a manutenção e a participação em diversos circuitos e programas de pesquisa. O Projeto Atlas Linguístico Etnográfico da Região Sul, envolvendo também as universidades federais do Paraná e do Rio Grande do Sul, possuiu grande parte de suas pesquisas desenvolvidas no CCE, mais especificamente por professores dos cursos de Letras.<sup>35</sup> O I Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul (CelSul) foi realizado com a organização do Departamento de Letras da UFSC, e reuniu mais de trezentos pesquisadores de todo o Mercosul.<sup>36</sup>

No Centro de Comunicação e Expressão, os professores dos cursos de Letras quase sempre formaram a base de sustentação do Centro. A grande maioria dos diretores ou vice-diretores do CCE, por exemplo, faziam parte dos departamentos de Letras, como

<sup>32</sup> Paulino Vandresen. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 21 jul. 2010.

<sup>33</sup> Diva Zandomêgno. *Entrevista citada*.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> ATLAS LINGUÍSTICO DA REGIÃO SUL – ALERS. *Correspondência de Oswaldo A. Furlan e Hilda G. Vieira, coordenadores do ALERS, para Lúcia N. Olímpio, chefe do Dep. de LLY, Sérgio Morra, diretor do CCE e Faruk Nome, coordenador do Curso de Pós-Graduação em Linguística da UFSC sobre as atividades do Projeto Atlas Linguístico da Região Sul*. Florianópolis, 25 abr. 1994. Arquivo CCE, Caixa A-13. Pasta: Assuntos das Reuniões do Conselho Departamental 1991/1996, p.1-2

<sup>36</sup> SILVA, Luiz Lopes da. *Correspondência para Sérgio Mattos, Diretor do CCE, sobre Fundação do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul CelSul*. Florianópolis, 22 maio 1994. Arquivo CCE, Caixa A-13. Pasta: Assuntos Reuniões do Conselho departamental 1991/1996, p.1.

será apresentado adiante. Cabe salientar que durante os primeiros anos de existência do Centro, apenas existiam as graduações em Letras. Segundo os professores Sidneya Gaspar de Oliveira,<sup>37</sup> Felício W. Margotti<sup>38</sup> e José A. Scheidt,<sup>39</sup> o Departamento de Artes não possuía grande representatividade nas decisões administrativas, e o Curso de Comunicação, logo após 1979, ainda estava em seus anos iniciais.

Igualmente ao corpo docente, os estudantes dos cursos de Letras sempre foram maioria dentro do CCE. Até 1979 somente graduavam-se pelo CCE alunos de Letras, haja vista a não existência de outros cursos. Em 1976, duzentas vagas para os cursos de Letras foram oferecidas no vestibular; em 1977, esse número aumentou para 220; e no ano seguinte, reduziu para 170 vagas. Tal redução foi acompanhada do decréscimo das inscrições de 194 inscritos, em 1978, para 67, em 1979.<sup>40</sup>

Com relação ao número total de alunos matriculados, é possível encontrar dados mais confiáveis a partir da década de 1980, ano em que o Curso de Letras possuía 376 graduandos, número este que, em 1985, sobe para 518, e, em 1990, decresce para 476 alunos matriculados.<sup>41</sup>

## Extensão

Os anos de 1980 a 1990 foram marcados, no Brasil, pela tentativa e posterior conquista da sua redemocratização. Direitos como o voto direto e a liberdade de expressão e comunicação estavam em pauta. Dentro das universidades uma das ferramentas que possibilitaram um maior canal de comunicação com a sociedade eram os projetos de extensão. Não se quer aqui afirmar que esta era a finalidade única e exclusiva dos projetos de extensão, apenas que por meio deles a Universidade aproximava-se mais da sociedade. Em algumas poucas linhas se tentará demonstrar como alguns projetos de extensão, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, levaram a Comunidade à Universidade e a Universidade à Comunidade, em uma via de mão dupla.

A Reforma Universitária de 1969 modificou, em grande parte das universidades brasileiras, o regime estatutário e as bases das instituições de Ensino Superior. Dentre as várias mudanças, está a inclusão da extensão como parte de um “tripé” em que iriam se sustentar as universidades. Ensino, pesquisa e extensão:

ATO DO PODER LEGISLATIVO “LEI Nº 5.540”, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Art. 40 – As instituições de ensino superior:

por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;<sup>42</sup>

Já em 1967, a Universidade Federal de Santa Catarina procura se alinhar aos discursos reformistas e, no plano de reestruturação deste mesmo ano, é possível encontrar uma adequação à legislação que, embora aprovada, entraria em vigor dois anos mais tarde:

PLANO DE REFORMA

Anteprojeto de Decreto

PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, EM OBEDIÊNCIA ÀS DETERMINAÇÕES DOS DECRETOS LEIS Nºs 53 E 552 DE 18-11-66 E 28-2-67

[...]

Art. 3º – Para cumprir seus objetivos, a Universidade manterá cursos de graduação, pós-graduação, extensão, especialização, aperfeiçoamento, treinamento profissional e outros, se necessários.<sup>43</sup>

Muito embora a partir de 1969 as universidades federais fossem obrigadas a possuir programas de extensão, não foram encontradas grandes modificações na forma prática cotidiana, no que se refere ao fomento desse tipo de atividade na UFSC. É possível encontrar-se uma quantidade razoável de documentos estatísticos sobre extensão a partir de meados da década de 1980.<sup>44</sup>

<sup>37</sup> Sidneya Gaspar de Oliveira, *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 9 set. 2010.

<sup>38</sup> Felício W. Margotti, *Entrevista citada*.

<sup>39</sup> José A. Scheidt, *Entrevista citada*.

<sup>40</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório Geral da UFSC*. Florianópolis: UFSC, 1979, p.25.

<sup>41</sup> Idem. *Relatório Geral da UFSC*. Florianópolis: UFSC, 1990, p.60.

<sup>42</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n.19, ago. 1968, p.29-38, n.32

<sup>43</sup> *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n. 8, 1967, p.2.

<sup>44</sup> Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Catálogo de Extensão Cultural 1984/1*. Florianópolis: UFSC.

Arquivo CCE, Caixa A-05; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Calendário de extensão, 1991*.

Florianópolis: UFSC. Arquivo CCE, Caixa A-05; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Comunicação e Expressão. *Projetos de Extensão 1988-90*. Florianópolis: UFSC.

Arquivo CCE, Caixa A-05; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Comunicação e Expressão. *Relatório Anual de Atividades: 1990*. Florianópolis: UFSC. Arquivo CCE, Caixa A-06.

A UFSC, por meio de seu Regimento Interno aprovado em 1975, definiu as funções da extensão da seguinte forma:

REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Capítulo VI

DA EXTENSÃO

Art. 120 – Além das atividades de ensino e pesquisa, a Universidade promoverá a extensão direta dessas funções com o objetivo de contribuir, de forma também imediata, para o progresso material e espiritual da comunidade.

Art. 121 – A extensão poderá alcançar o âmbito de toda a coletividade, ou dirigir-se a pessoas e instituições públicas ou privadas, abrangendo cursos e serviços que serão realizados conforme planos específicos.

§ 1º – Os cursos de extensão serão oferecidos ao público em geral, com o propósito de divulgar conhecimento e técnicas de trabalho.

§ 2º – Os serviços de extensão poderão ser prestados sob forma de atendimento de consultas, realização de estudos, elaboração e orientação de projetos em matéria científica técnica e educacional, bem como de participação em iniciativas de natureza científica, artística e cultural.

§ 3º – A Universidade manterá conjuntos instrumentais e vocais, grupos de dança e de teatro, promovendo espetáculos e concertos públicos.

[...].<sup>45</sup>

Cerca de doze anos mais tarde é baixada uma resolução, por parte da Reitoria, normatizando as atividades de extensão. Nesse documento a extensão universitária é entendida como uma das funções básicas da Universidade:

Resolução nº 044/CEPE/87

Art. 1º- A Extensão, entendida como uma das funções básicas da Universidade, é a interação sistematizada desta com a comunidade, através da mútua prestação de serviços, visando contribuir para o desenvolvimento dessa comunidade e dela buscar conhecimentos e experiências para a avaliação e vitalização do ensino e da pesquisa.<sup>46</sup>

No primeiro semestre de 1984, somente o Centro de Comunicação e Expressão oferecia 47 projetos de extensão cultural à comunidade. Desses, quatro eram por meio do Departamento de Artes: “Aprofundamento fotográficos para amadores”, que tinha trinta vagas sob a orientação do hoje professor Pedro Antônio Melo;<sup>47</sup> “Cinema como expressão”, que visava desenvolver a capacidade de expressão através do cinema; “A cerâmica latino-americana e seu realce contemporâneo”; “Dança expressiva”, que ofertava cinquenta vagas para a alunos da UFSC e comunidade em geral.<sup>48</sup>

Neste primeiro semestre de 1984, vê-se que não foram oferecidos quaisquer cursos de extensão cultural, pelo Departamento de Artes (hoje Departamento de Expressão Gráfica) que possuísem consonância com as tradicionais disciplinas de Desenho Técnico ofertadas para os cursos de Engenharia e Arquitetura. Uma considerável parcela de professores desse Departamento não possuía formação especificamente em Artes: muitos eram engenheiros ou arquitetos.<sup>49</sup> Entretanto, como se pode identificar nas falas dos professores Felício Wessling Margotti<sup>50</sup> e Diva Zandomênego,<sup>51</sup> havia professores com a formação artística. Um dos momentos em que estas variedades de formação apareciam eram justamente nesses cursos de extensão.

Conforme os documentos já citados,<sup>52</sup> os departamentos de Letras apresentavam-se, no CCE, como os maiores propositores de cursos de extensão. De cursos de línguas estrangeiras a cursos como Prática de redação ou Oratória, todos eram ofertados à comunidade em geral; todavia, nem todos eram gratuitos. Cursos como os de língua estrangeira possuíam parte de suas vagas destinadas à comunidade de forma gratuita e outra de forma paga pelos participantes. Inclusive alguns cursos de capacitação possuíam a obrigatoriedade de pagamento, mesmo que para setores afins ou para funcionários técnico-administrativos da própria Universidade. No início dos anos de 1990 o Departamento de Imprensa e Marketing da UFSC solicita aos cursos de Letras que seus servidores possam frequentar os cursos de capacitação, ofertados pelos departamentos de Letras, a custo zero. O argumento para tal solicitação era a falta de verba.<sup>53</sup>

<sup>45</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.IX, n.110, fev. 1976, p.51-54.

<sup>46</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. *Resolução n.044/CEPE/87*. Florianópolis: UFSC-Reitoria, 1987.

<sup>47</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Catálogo de Extensão Cultural 1984/1...* op.cit., p.21-69.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> José A. Scheidt. *Entrevista citada*.

<sup>50</sup> Felício W. Margotti. *Entrevista citada*.

<sup>51</sup> Diva Zandomênego. *Entrevista citada*.

<sup>52</sup> Ver nota n. 44.

<sup>53</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Imprensa Universitária. *Solicitação*. Florianópolis: UFSC. Arquivo CCE, Caixa A-13. Existe, ainda, uma série de documentos contendo diversas solicitações e reclamações da Imprensa Universitária ao longo dos primeiros anos de 1990. Entre as reclamações estavam o péssimo estado dos equipamentos e a solicitação de redução de pedidos, devido a não capacidade das máquinas e a falta de material.



Figura 6. “Bar do Básico” no CCE. Fonte: Hemeroteca-Jornalismo UFSC (1981)

Um dos cursos de extensão oferecidos pelo CCE e pelo Departamento de Letras que possui grande capilaridade na sociedade da Grande Florianópolis denominava-se Programa de Português, Teoria e Prática (PORTEPRÁ). Esse curso possuía como objetivo fornecer: “consultoria, serviços de ensino e atividades culturais”,<sup>54</sup> de forma gratuita a professores e alunos. Tal projeto teve início por volta de 1987; entretanto, não encontraram-se vestígios concretos de uma data mais exata de seu início. Em sua fala a professora Diva Zandomênego credita o início ao ano de 1986 ou 1987. Em um catálogo de extensão identificou-se o PORTEPRÁ III, datado de 1991.<sup>55</sup> Já em outro catálogo de extensão, o mesmo projeto PORTEPRÁ III aparece datado de 1990. Logo, pode-se pensar que a edição I tenha realmente sido oferecida por volta de 1987.

Sob a coordenação e realização das professoras Maria Carolina Gallott Kehrig, Diva Zandomênego, Virgínia Gil Marquez e Odília Carreirão Ortiga, o PORTEPRÁ possuía como finalidade dar consultoria aos professores de Ensino de 1º e 2º Graus da Grande Florianópolis. Para tanto, retoma a professora Diva, de 15 em 15 dias eram oferecidos, no salão paroquial de São José, cursos aos professores da rede municipal da região<sup>56</sup> abordando Técnicas de educação e de teatro infantil.<sup>57</sup>

No mesmo tempo em que os professores da rede pública estavam em curso, os alunos, principalmente do Curso de Letras, assumiam a regência em sala de aula.<sup>58</sup> Assim, por meio desse formato, o projeto cumpria duas frentes de atuação, uma junto aos professores e outra junto aos alunos da UFSC.

Com o amadurecimento dos coordenadores do projeto e a identificação de outras demandas por parte de estudantes e professores das redes municipais, criou-se a biblioteca itinerante. Lembra a professora Diva: “nós chegávamos com caixas de quarenta livros e a cada visita trocávamos uma caixa por outra”.<sup>59</sup>

Ainda em seu relato a professora Zandomênego aponta que, conforme os estudantes das escolas levavam os livros para suas casas, seus pais lembravam outras histórias e contos, ouvidos em suas infâncias. Ainda segundo a professora, isso fez com que resurgisse um aspecto cultural já esquecido por aqueles pais.<sup>60</sup>

O PORTEPRÁ não atuava em frente única, projetos de extensão dos cursos de Biblioteconomia, Medicina, Odontologia e Pedagogia atuavam de maneira conjunta. Eram destinados aos alunos da rede municipal tratamentos odontológicos, consultas médicas, criação e manutenção de bibliotecas nas escolas e suporte e cursos pedagógicos aos professores. Essas informações aparecem tanto nos documentos oficiais<sup>61</sup> quanto na entrevista de Zandomênego.<sup>62</sup>

<sup>54</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Comunicação e Expressão.

*Projetos de Extensão – CCE 1988-90...* op.cit., p.32.

<sup>55</sup> Idem. *Calendário de Extensão 1991...* op.cit., p.113.

<sup>56</sup> Diva Zandomênego. *Entrevista citada.*

<sup>57</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Comunicação e Expressão. *Calendário de Extensão 1991...* op.cit., p.113.

<sup>58</sup> Diva Zandomênego. *Entrevista citada.*

<sup>59</sup> Diva Zandomênego. *Entrevista citada.*

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Comunicação e Expressão. *Calendário de Extensão 1991...* op.cit., p.113.

<sup>62</sup> Diva Zandomênego. *Entrevista citada.*

Este aspecto interdisciplinar também pôde ser verificado quando das visitas ao *campus* da Universidade. Em suas memórias, diz a professora Diva, chegou-se a trazer, em um único só dia, mais de dois mil estudantes e professores da rede municipal da Grande Florianópolis para visitar a UFSC. Nessa visita diversos cursos atuavam em diversas frentes: o Centro de Desportos oferecia atividades recreativas, os cursos de Física e Geografia acompanhavam visitas ao planetário; também eram feitas visitas ao Museu, à Biblioteca e inclusive ao Anatômico.<sup>63</sup>

A partir desses poucos fragmentos de projetos de extensão, pode-se verificar uma atuação relevante da UFSC e principalmente do Centro de Comunicação e Expressão, junto à comunidade: de projetos como fotografia e dança, oferecidos dentro do próprio *campus* à comunidade em geral, a projetos que envolviam uma ação conjunta com outros centros, em uma espécie de programa.

## TV educativa

As redes de televisão educativa tiveram início em 1967 com a fundação da TVE do Rio de Janeiro. Até o ano de 1996 constavam mais de 230 canais, sendo destes 18 geradoras,<sup>64</sup> entre as quais encontrava-se a Anhatomirim TV Educativa.

No decorrer das linhas abaixo, explanaremos alguns dos principais momentos da implantação da Anhatomirim TV Educativa. Certamente um projeto ambicioso, tratando-se da execução de um canal de televisão que possuiu ação direta, mas não somente, do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC.

Na UFSC, aponta em entrevista o professor Felício, já “havia a pretensão do Curso de Jornalismo de possuir um canal de rádio e TV”,<sup>65</sup> isso no início dos anos 1990. Sob essa demanda é instituída, em 30 de março de 1994, na sala de sessões do Conselho Universitário da UFSC, a Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural (Fundação Jerônimo Coelho). Esta teria por objetivo a futura instalação de uma rede de televisão que suprisse o déficit na área educativa e cultural de Santa Catarina. A essa época o CCE era dirigido pelo professor Sérgio Ferreira de Mattos, do Curso de Jornalismo, e pelo professor Antônio Mauro Motta, do departamento de Artes. Constam como fundadores principalmente professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).<sup>66</sup>

Como deve ser do conhecimento de V.Sa., foi criada em abril último, pela UFSC e UDESC, com o objetivo de viabilizar em Santa Catarina e particularmente na Grande Florianópolis a Televisão Educativa, a Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural “Jerônimo Coelho”.<sup>67</sup>

A Fundação Jerônimo Coelho tinha por objetivo sediar a Anhatomirim TV Educativa, que iniciou suas transmissões em 29 de dezembro de 1994.<sup>68</sup> Ainda em setembro desse mesmo ano, formou-se um grupo de trabalho com os professores Sergio Ferreira de Matos, Francisco Karam, Maria Luiza Belloni, Paulo José da Cunha Brito e Ricardo Miranda Barcia, representantes da UFSC, e Eliane Tejera Lisboa, Elisabete Nunes Anderle, José Carlos Cechinel e Sandra Regina Ramalho e Oliveira, representantes da UDESC, que tinha o seguinte objetivo: “[...] elaborar a proposta do projeto que estabeleça os fundamentos político-filosófico que venham a orientar a programação a ser retransmitida, produzida e gerada pela ANHATOMIRIM TV EDUCATIVA.”<sup>69</sup>

Em sequência foi apresentada proposta de programação baseada na: “[...] interatividade, com participação direta de públicos diferenciados, buscando ao mesmo tempo assegurar a expressão da opinião pública, formar o telespectador crítico e divulgar o trabalho da emissora.”<sup>70</sup>

Verifica-se na segunda Reunião do Conselho de Produção e Programação da Fundação Jerônimo Coelho, composta por diversas entidades como: Sindicato dos jornalistas, FIESC, SINPROESC, FECOMERCIO, UDESC, FECESC, Fundação Franklin Cascaes, FETAESC, CCE UFSC, CED UFSC, que os gastos de instalação técnica da TV Educativa giravam em torno de R\$ 60.000,00 à época. Destes, R\$ 15.000 foram doados pela Prefeitura Municipal de São José e R\$ 15.000, de forma equitativa, pela UFSC e UDESC.<sup>71</sup>

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL JERÔNIMO COELHO. Projeto do I Encontro Nacional de Emissoras Educativas. Florianópolis: 1996. Arquivo CCE. Caixa A-23, p.1.

<sup>65</sup> Felício W. Margotti. Entrevista citada.

<sup>66</sup> FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL JERÔNIMO COELHO. Florianópolis. Ata de Instalação da Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural realizada em 30 de março de 1994. [s/livro], 2f. Arquivo CCE. Caixa A-23. f.1-2.

<sup>67</sup> Idem. Anhatomirim TV. Ofício Suplementar 115/94. Florianópolis, 08 Dez. 1994. Enviado pelo Professor. Rogério Braz da Silva, Diretor Superintendente da referida fundação, ao professor Sérgio F. Mattos, diretor do CCE. Arquivo do CCE. Caixa A-23.

<sup>68</sup> Idem. Ata da segunda reunião realizada em 03 de abril de 1995. [s/livro], 4f. Arquivo CCE. Caixa A-23, f.1.

<sup>69</sup> Idem. Portaria n 01/94. Florianópolis, 22 set. 1994. Arquivo CCE. Caixa A-23.

<sup>70</sup> Idem. Anhatomirim TV Educativa: projeto político-filosófico. Florianópolis, [199?]. Arquivo CCE. Caixa A-23.

<sup>71</sup> Idem. Ata da segunda reunião realizada em 03 de abril de 1995...op.cit., f.1.

Apesar de estar sediada na cidade de Florianópolis, o município de São José responsabilizou-se por uma considerável parcela dos custos de instalação técnica da TV Anhatomirim. Em apresentação textual elaborada poucos dias antes do início das transmissões, verifica-se ainda um agradecimento aos apoiadores da execução da TV Anhatomirim: prefeitura de São José, UFSC, UDESC, Telesc, governo do estado.<sup>72</sup> Nos documentos encontrados não foram identificadas outras entidades e órgãos apoiadores da instalação da TV Anhatomirim, o que não exclui esta possibilidade.

Pôde-se verificar um breve panorama dos momentos que sucederam a realização da TV Educativa em Santa Catarina. Dentro deste aspecto, o Centro de Comunicação e Expressão tinha posição fundamental, principalmente, como visto acima, na composição e elaboração do projeto político-filosófico que nortearia as ações da TV, bem como da instituição do Conselho de produção e programação, que definia a grade de conteúdo do canal. Esse meio midiático, portanto, foi mais uma das áreas de atuação do CCE junto à sociedade.

## A administração

Desde 1976 pode-se verificar uma alternância na administração do Centro de Comunicação e Expressão. Anterior a essa data, não se encontram documentos que fundamentem o processo eleitoral para a direção do Centro. Apesar da mudança de nomes, é possível notar certa permanência ou, como cita o professor Felício em entrevista, uma soberania dos departamentos de Letras.

Em 1976 encontrava-se como diretor do CCE o professor Mário Feiten, do Departamento de Letras e Literatura Estrangeira. Como vice assumia o professor Lauro Junkes, do Departamento de Letras e Literatura Vernáculas. Tal composição da direção perdurou até 1980, e é nesse período que surge o Curso de Comunicação e que o CCE passa a assumir cada vez mais a estrutura do atual Bloco A do Centro.

De 1980 a 1984 assumem a direção dois professores do Departamento de Letras e Literatura Estrangeiras, a professora Sidnéya Gaspar de Oliveira e o professor Celestino Tambosi, diretora e vice, respectivamente. Nas eleições que elegeram estes dois professores, o CCE contava apenas com três departamentos: Letras e Literatura Vernáculas (LLV), Letras e Literatura Estrangeiras (LLE) e Artes (RTS) (que abrigava também o recém-criado Curso de Jornalismo).

É somente em 1984 que uma professora não pertencente aos departamentos de Letras conseguirá eleger-se para a administração de Centro. Entretanto, a direção ficava a cargo da professoras Maria Elizabeth M. de Albuquerque, do Departamento de Letras e Língua Estrangeiras (LLE), enquanto como vice constava a professora Regina Carvalho, do Departamento de Comunicação Social (COM).

A partir de então se começa uma série de alianças entre os departamentos. Em 1988 assumem os professores Felício Wessling Margotti (LLV), como diretor, e José Arno Scheid (RTS), como vice. Aquele, sucedido em meio ao mandato do professor Antônio Carlos de Souza, do Departamento de Artes. Em 1991 é criada a habilitação Secretariado Executivo e Tradutor Bilíngue em Língua Portuguesa e Língua Inglesa, conforme Resolução nº 25/CEPE/91.

De 1992 a 1996, período da criação da Anhatomirim TV Educativa, o CCE estava sob a direção dos professores Sérgio Ferreira de Mattos (COM) e Antônio Mauro Motta (RTS). Pela primeira vez, ganha as eleições uma chapa composta por professores que não pertenciam a nenhum dos departamentos de Letras.

Novamente como diretor, o professor Felício Wessling Margotti (LLV) assume pela segunda vez a direção de Centro, acompanhado pela professora Susana Maria Fontes (LLE) como vice. É nesse período que mais um curso de graduação surge no CCE: o de Comunicação e Expressão Visual, hoje Design, que é autorizado em 1998 e passa a ser oferecido em 1999.

O professor Dilvo I. Ristoff (LLE) em conjunto com o professor David Lemos (EGR) assumem a direção e vice-direção, respectivamente, em 2000. O mesmo professor David Lemos torna-se diretor do CCE de 2003 a 2004, tendo como vice o professor Élon Manuel Pereira (EGR). É nesse período que o Curso de Cinema é criado.

<sup>72</sup> Idem. Diretoria. Apresentação. Florianópolis, 19 dez. 1994. Arquivo CCE. Caixa A-23.

Seguem-se mais duas direções encabeçadas por professores de Letras: de 2004 a 2008 a professora do Departamento de Letras e Literatura Estrangeiras (LLE) Viviane Maria Heberle e a professora Lúcia Maria Nassib Olímpio (LLV), período em que foi criado, por meio da Resolução nº 003/CEG/2007, o Curso de Bacharelado em Artes Cênicas, Habilitação em Teatro. E o mandato de 2008, novamente sob a direção do professor Felício Wessling Margotti (LLV) e a vice-direção do professor Antônio Carlos de Souza (EGR). Uma nova frente de graduação passa a ser oferecida em 2009, o curso de graduação em Letras – Libras – Língua Brasileira de Sinais, oferecido nas modalidades presenciais e a distância.

## Do centro da cidade à Trindade: memórias do cotidiano dos estudantes do *campus* da Trindade na década de 1960

Nem todas as ruas eram calçadas e, como o terreno era pantanoso, nos dias de chuva era praticamente impossível caminhar sem que os sapatos se encharcassem nas poças de água. Não existiam padarias, supermercados, restaurantes, prédios, quase nada. Como vimos nas figuras 2 e 3, assim era o entorno do recém-criado *campus* da Trindade, da Universidade de Santa Catarina, local que no início da década de 1960 abrigava apenas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Os anos que findaram a década de 1950, bem como os anos iniciais da década seguinte, foram marcados, sob o prisma da educação brasileira, pela federalização e criação de diversas universidades pelo país. Neste turbilhão de mudanças, tanto no cenário universitário catarinense quanto no contexto político nacional, estavam os estudantes. Parte de suas preocupações, algumas delas vemos ainda hoje, estavam ligadas à moradia, transporte, alimentação e lazer. Lançar um olhar em busca do cotidiano da vida desses estudantes é buscar compreender uma parte do nascimento da UFSC, pois entendemos que estes sempre foram a parte elementar desta e de todas as universidades.

As faculdades que viriam a compor a Universidade de Santa Catarina localizavam-se na região central da capital. Outrossim, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras situava-se no bairro da Trindade. Muitos dos estudantes precisavam deslocar-se do centro da cidade, local de maior concentração urbana na época, para o distante bairro. Neste período, o percurso passava pelos bairros do Centro, Agronômica e Trindade. Os ônibus saíam do Teatro Álvaro de Carvalho, passavam pela Rua Bocaiúva e chegavam ao *campus* da Trindade pela Lauro Linhares,<sup>73</sup> a Avenida Beira-Mar Norte somente foi construída na década de 1970 e o trajeto pela Carvoeira ou Pantanal, até meados da década de 1970 era instável, devido às condições precárias das ruas. As aulas iniciavam às 7h20min da manhã, e eram comuns aulas aos sábados. Devido ao trajeto, uma pessoa que residisse em Barreiros precisava sair de casa por volta das 5h, para dar conta das duas horas de trajeto, sem congestionamentos à época.<sup>74</sup> Muitas vezes, o ônibus que vinha pela Carvoeira, parava ainda no Saco dos Limões. O atual professor do Departamento de Expressão Gráfica José Arno Scheidt fazia o Curso de Engenharia Mecânica na década de 1970 e, algumas vezes, pegou o ônibus que tentava fazer esse trajeto em dias de chuva. Segundo ele, “o barro era tanto que o ônibus não vencia o morro da Carvoeira e parava lá do outro lado, quem quisesse vinha andando pelo barro”.<sup>75</sup>

Apenas a Empresa de Viação Trindadense realizava o trajeto para o *campus* da Trindade. Para tal linha, existiam três ônibus, como relembra a professora Gerusa Duarte, formada em 1965, na Faculdade de Filosofia. Um deles, comenta a professora Gerusa, de tão velho e enferrujado foi apelidado de museu; outro, não menos velho, chamava-se guarda-louças, em alusão ao imenso barulho que fazia ao rodar; em um terceiro, aponta ainda a professora, os passageiros precisavam abrir seus guardas-chuvas, nos dias chuvosos, pois era imensa a quantidade de água que entrava.<sup>76</sup>

O ônibus que se deslocava do centro possuía, em 1960, como ponto final a “Pracinha da Trindade”, onde hoje se encontra a Praça Santos Dumont. Os alunos desciam ali e percorriam os cerca de quinhentos metros até o único prédio existente no período.<sup>77</sup> O barro era o imperativo, pois a grande maioria das ruas que circundavam o nascente *campus*, assim como as do próprio *campus* não eram calçadas. Em dias de chuva, afirma o professor Paulino Vandresen, aluno de 1960 a 1963, os calçados ficavam todos enlameados.<sup>78</sup> Era

<sup>73</sup> Teodoro Rogério Vahl. *Entrevista concedida Icles Rodrigues, Juan Filippi Garces, Rodrigo Prates de Andrade e Roselane Nechel*. Florianópolis, 2 ago. 2010.

<sup>74</sup> Sidney G. Oliveira. *Entrevista citada*.

<sup>75</sup> José A. Scheidt.

*Entrevista citada*.

<sup>76</sup> Gerusa Duarte.

*Entrevista concedida Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis 1º set. 2010

<sup>77</sup> Diva Zandomênego.

*Entrevista citada*.

<sup>78</sup> Paulino Vandresen.

*Entrevista citada*.

comum as moças retirarem seus calçados e realizarem parte do percurso a pé, afirma a professora Diva Zandomênego, aluna do período de 1964 a 1967.<sup>79</sup> A preocupação não ficava restrita ao barro, a quantidade de mosquitos e borrachudos era enorme.<sup>80</sup> A região que hoje chamamos de Pantanal era a denominação que se dava também à região onde se instalou a UFSC. Grande parte da antiga Fazenda Assis Brasil, de propriedade do Governo do Estado, era um grande alagadiço, daí a enorme proliferação de mosquitos. Neste descampado, muitos moradores criavam gado, e, segundo o professor Vandresen, alguns eram tão bravos que chegavam a correr atrás dos estudantes.<sup>81</sup>

O elevado custo do transporte para o subdistrito da Trindade era um elemento-chave na vida financeira desses estudantes.<sup>82</sup> Em 1964 foi adquirido, por parte da Universidade, um ônibus,<sup>83</sup> que estaria destinado ao transporte dos alunos, realizando o trajeto Centro – Trindade; entretanto, com o crescente aumento do corpo discente e a transferência da Escola de Engenharia Industrial para o *campus* da Trindade, este único veículo já não satisfazia a crescente demanda.

Somente no ano de 1967, após a greve dos estudantes de 1966, em uma reunião envolvendo os representantes da UFSC, a professora Maria Alice Faria e Caspar Eric Stemmer, ela diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ele diretor da Escola de Engenharia Industrial, e os representantes da prefeitura de Florianópolis, é que se chegou a um acordo quanto ao transporte na região.<sup>84</sup> Antigas reivindicações estudantis foram posta em pauta. Uma delas era a possibilidade de uma parada de ônibus dentro do *campus* da Trindade, conforme podemos verificar na Figura 7. Outra reivindicação atendida é sobre uma parada de ônibus em frente ao Restaurante Universitário (RU), situado no centro da cidade, à Rua Álvaro de Carvalho.

A problemática do transporte ficava mais evidente e enfática pelo fato de o bairro da Trindade não possuir estrutura para abrigar os alunos que lá estudavam. A grande maioria dos estudantes que vinha para Florianópolis para estudar fixava-se no centro da cidade, e, durante um grande período, as ações da Reitoria em busca de sanar o déficit de moradia estudantil fora dedicada a vagas na região central da cidade.

Alguns estudantes advindos das cidades do interior agrupavam-se em repúblicas, buscando deste modo reduzir os custos de moradia. Outros procuravam pensões, como a Pensão da Dona Ida, situada à Rua Almirante Lamego, que era famosa nos anos de 1950, aponta em entrevista Teodoro Rogério Valh.<sup>85</sup> Todavia, para os estudantes do *campus* da Trindade, a questão da moradia complicava-se ainda mais, devido ao isolamento dessa área. Não havia uma estrutura que possibilitasse ao estudante morar nos bairros do entorno da UFSC; com isso, a região central continuava sendo destino de moradia desses alunos.



Figura 7. Parada de ônibus em frente ao prédio do “Básico”. Fonte: Agecom (1970)

<sup>79</sup> Diva Zandomênego.

*Entrevista citada.*

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Paulino Vandresen.

*Entrevista citada.*

<sup>82</sup> LIMA, David Ferreira.

Discurso ao Conselho

Universitário. In:

UNIVERSIDADE

FEDERAL DE SANTA

CATARINA. *Boletim*

*Informativo*. Florianópolis,

v. 1, n. 1, 1961, p.101.

<sup>83</sup> Idem. As atividades

de 1964. In:

UNIVERSIDADE

FEDERAL DE SANTA

CATARINA. *Boletim*

*Informativo*. Florianópolis,

v.4, n.7, 1º sem. 1965,

p.9-15.

<sup>84</sup> UNIVERSIDADE

FEDERAL DE SANTA

CATARINA. *Boletim*

*Informativo*. Florianópolis,

n. 11, 1º sem. 1967, p.42.

<sup>85</sup> Teodoro R. Valh.

*Entrevista citada.*

Em 1964, o Reitor João David Ferreira Lima fechou um acordo com a empresa Mário Hotel, no centro de Florianópolis, e os estudantes passaram a contar com cinquenta vagas, na chamada Casa do Estudante Universitário (CEU).<sup>86</sup> Para o preenchimento das vagas criadas no CEU, os diretórios acadêmicos indicavam os nomes dos alunos necessitados, que posteriormente seriam escolhidos pela Divisão de Assistência ao Estudante.<sup>87</sup> Entretanto, parte dos alunos instalados nessa moradia eram obrigados a pagar uma determinada taxa à Universidade.

Destaca-se, porém, que este mesmo nome CEU, era utilizado para denominar a Casa da Estudante Universitária. Situada próxima ao Colégio Catarinense, relembra a professora Sidneya, a CEU era uma pensão de propriedade de Alice Petrelli, que destinava-se apenas a abrigar as mulheres que estudavam na UFSC. Os quartos eram alugados, através de um convênio com a UFSC, e as estudantes poderiam residir nesta pensão durante o curso.<sup>88</sup>

Para os estudantes do *campus* da Trindade, a moradia estudantil não fora efetivamente uma solução. A distância em relação ao local de estudo, o pagamento de taxas e a pequena oferta de vagas nas moradias direcionavam os alunos a agruparem-se em repúblicas. Muitos alunos abandonavam o curso por não possuírem condições financeiras para se manterem na Universidade. De uma turma de 27 alunos entrantes, apenas cinco se formaram ao final do período de quatro anos, destaca a então estudante de Letras, professora Diva.<sup>89</sup> Esses abandonos por dificuldades financeiras também eram verificados em outros cursos. Como destaca a professora Gerusa, muitos alunos abandonavam os cursos de graduação por não possuírem condições para custear as despesas.<sup>90</sup>



Figura 8. Antiga Casa da Estudante Universitária na Rua Esteves Júnior. Fonte: *Jornal O Estado* (1993)

<sup>86</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 3, n. 4, 1<sup>o</sup> sem. 1964, p.13-16.

<sup>87</sup> *Idem*. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 3, n. 4, 1<sup>o</sup> sem. 1964, p.31.

<sup>88</sup> Sidneya Gaspar de Oliveira. *Entrevista citada*.

<sup>89</sup> Diva Zandomênego. *Entrevista citada*.

<sup>90</sup> Gerusa Duarte. *Entrevista citada*.



Figura 9. Greve dos estudantes em 1966. Fonte: Agecom (1966)

A questão da dispersão das faculdades em vários pontos da cidade juntamente com a problemática da moradia e do transporte dificultavam a aglomeração dos estudantes. É destacado no depoimento da professora Diva Zandomênego que as dificuldades de união dos estudantes eram, de alguma forma, contornadas por meio das festas universitárias. Dentre as mais cotadas, estavam as festas da Medicina, Odontologia e Farmácia,<sup>91</sup> festas estas onde, como comenta o professor Paulino Vandresen, os estudantes arrecadaram parte das verbas que auxiliaram na construção do Restaurante Universitário.<sup>92</sup>

A princípio, o Restaurante Universitário (RU) era mantido quase que exclusivamente pelos alunos, apesar de parte das verbas já advirem da Universidade.<sup>93</sup> Aberto no início de 1960, funcionava sob a tutela da União Catarinense dos Estudantes (UCE), e localizava-se na Rua Álvaro de Carvalho, onde hoje se encontra uma agência dos Correios e a própria UCE. Relembra o professor Vandresen que alguns acordos eram realizados com empresas locais, e essas forneciam certos alimentos que se destinavam aos acadêmicos. Não foram encontradas evidências de cobrança de taxas sobre as refeições.

Alguns anos mais tarde, a UFSC resolve administrar o Restaurante Universitário e, para isso, utiliza-se de um espaço na Escola Técnica, na Rua Mauro Ramos.<sup>94</sup> Já aqui é possível apontar diretrizes orçamentárias claras em relação ao RU. Em 1966, o preço médio de uma refeição custava para a Universidade Cr\$ 1.009.<sup>95</sup> Para o ano seguinte, sob considerações do então reitor da UFSC David Ferreira Lima, acerca da inflação, a universidade aumentaria o subsídio unitário, em 1967, para Cr\$ 800,<sup>96</sup> em relação a um custo, verificado no decorrer do ano, de NCr\$ 1,31<sup>97</sup> (equivalente a Cr\$ 1.310,00, haja vista a mudança de moeda no período).

Com a progressiva transferência dos cursos para o *campus* da Trindade, constrói-se aí a primeira ala do Restaurante Universitário na Trindade. Em 1969 ele passa a ser considerado órgão suplementar; desse modo, de importância equivalente a outros órgãos como a Biblioteca.

Analisando a situação atual dos estudantes da UFSC, pode-se apontar que muitas situações que interferem no cotidiano foram melhoradas. Outrossim, de alguns dos problemas apresentados como moradia, transporte e alimentação, ainda carecem de atenção.

Muito embora os acadêmicos contem com estruturas, como o Restaurante Universitário, oferecendo duas refeições diárias e atendendo aos sábados e domingos, a demanda crescente por esse tipo de serviço não vem sendo acompanhada de uma melhoria na estrutura de atendimento. Outros pontos como a moradia estudantil, que já na década de 1960 apresentava certo déficit de vagas, não progrediu em consonância com o aumento das necessidades estudantis.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> Paulino Vandresen.

*Entrevista citada.*

<sup>93</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.V, n. 2, 1º sem. 1963, p.33.

<sup>94</sup> Teodoro R. Vahl.

*Entrevista citada.*

<sup>95</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.VI, n. 1, 1967, p.2.

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> Idem. *Boletim Informativo*. Florianópolis, n. 13, 1968, p.2.

Ainda procurando realizar uma ponte, um tanto perigosa metodologicamente, entre o passado e o presente, percebe-se que as necessidades e as condições de transporte não foram completamente equacionadas ao crescimento, não só da UFSC, mas de toda a cidade. Se em um dado momento as preocupações incorriam nas condições viárias e nas condições dos ônibus, que se mostram precárias, nos dias atuais os problemas são diferentes, mas caminham juntos. Preço, trânsito e a falta de alternativas de transporte são reivindicações constantes de estudantes.

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos UFSC e relacionados ao CCE

ATLAS LINGÜÍSTICO DA REGIÃO SUL – ALERS. Coordenadoria. *Correspondência de Oswaldo A. Furlan e Hilda G. Vieira, coordenadores do ALERS, para Faruk Nome, coordenador do Curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da UFSC sobre a elaboração do projeto do Atlas Lingüístico da Região Sul*. Florianópolis, 15 de Dezembro de 1992. Arquivo CCE, Caixa A-13.

\_\_\_\_\_. *Correspondência de Oswaldo A. Furlan, coordenador do ALERS, para Faruk Nome, coordenador do Curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da UFSC sobre a situação do Projeto Atlas Lingüístico da Região Sul*. Florianópolis, 25 de Novembro de 1993. Arquivo CCE, Caixa A-13.

\_\_\_\_\_. *Correspondência de Oswaldo A. Furlan e Hilda G. Vieira, coordenadores do ALERS, para Lúcia N. Olímpio, chefe do Dep. de LLV, Sérgio Morra, diretor do CCE e Faruk Nome, coordenador do Curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da UFSC sobre as atividades do Projeto Atlas Lingüístico da Região Sul*. Florianópolis, 25 de abril de 1994. Arquivo CCE, Caixa A-13. Pasta: Assuntos das Reuniões do Conselho departamental 1991/1996.

\_\_\_\_\_. *Correspondência de Oswaldo A. Furlan, coordenador do ALERS, para Sérgio Mattos, Diretor do CCE, sobre a Fundação do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul – CelSul*. Florianópolis, 22 de maio de 1994. Arquivo CCE, Caixa A-13, Pasta: Assuntos das Reuniões do Conselho departamental 1991/1996.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL JERÔNIMO COELHO. *Anhatomirim TV Educativa*: projeto político-filosófico. Florianópolis, [199?]. Arquivo CCE. Caixa A-23.

\_\_\_\_\_. *Portaria n 01/94*. Florianópolis, 22 Set. 1994. Arquivo CCE. Caixa A-23.

\_\_\_\_\_. *Anhatomirim TV. Ofício Suplementar 115/94*. Florianópolis, 8 dez. 1994. Enviado por Rogério Braz da Silva, Diretor Superintendente da referida Fundação, para Sérgio F. Mattos, diretor do CCE. Arquivo do CCE. Caixa A-23.

\_\_\_\_\_. *Diretoria. Apresentação*. Florianópolis, 19 dez. 1994. Arquivo CCE. Caixa A-23.

\_\_\_\_\_. *Florianópolis. Ata da Instalação da Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural realizada em 30 de março de 1994*. [s/livro], 2f. Arquivo CCE. Caixa A-23. CCE. Caixa A-23.

\_\_\_\_\_. *Florianópolis. Ata da segunda reunião realizada em 03 de abril de 1995*. [s/livro], 4f. Arquivo CCE. Caixa A-23.

[FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL JERÔNIMO COELHO?]. *Projeto do I Encontro Nacional de Emissoras Educativas*. Florianópolis, 1996. Arquivo CCE. Caixa A-23.

RISTOFF, Dilvo I. *Projeto de Criação do Curso de Cinema*. Florianópolis, 5 maio 2003, p. 4.

SILVA, Luiz Lopes da. *Correspondência para Sérgio Mattos, Diretor do CCE, sobre Fundação do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul CelSul*. Florianópolis, 22 maio 1994. Arquivo CCE, Caixa A-13. Pasta: Assuntos Reuniões do Conselho departamental 1991/1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 1, n. 1, 1961.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 1, n. 1, 1962.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*, Florianópolis, a.V, n. 2, 1º Sem. 1963.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 3, n. 4, 1º Sem. 1964.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v. 4, n. 7, 1º Sem. 1965.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.VI, n.1, 1967.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.VI, n.12, 2º Sem. 1967.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, n. 13, 1968.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, n.34, 1969.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, n. 11, 1º Sem. de 1967.

- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n. 8, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n. 19, ago. de 1968, p. 29-38.
- \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n.34, set. 1969.
- \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.IX, n. 110, fev. de 1976.
- \_\_\_\_\_. *Calendário de extensão, 1991*. Florianópolis: UFSC. Arquivo CCE, Caixa A-05.
- \_\_\_\_\_. *Catálogo de Extensão Cultural 1984/1*. Florianópolis: UFSC. Arquivo CCE, Caixa A-05.
- \_\_\_\_\_. *Relatório Geral da UFSC*. Florianópolis: UFSC, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Relatório Geral da UFSC*. Florianópolis: UFSC, 1990.
- \_\_\_\_\_. Centro de Comunicação e Expressão. *Projetos de Extensão 1988-90*. Florianópolis: UFSC. Arquivo CCE, Caixa A-05.
- \_\_\_\_\_. Centro de Comunicação e Expressão. *Relatório Anual de Atividades: 1990*. Florianópolis: UFSC. Arquivo CCE. Caixa A-06.
- \_\_\_\_\_. Centro de Comunicação e Expressão. Colegiado do Curso de Jornalismo. *Parecer do Colegiado do Curso de Jornalismo à criação do Curso de Cinema*. Florianópolis, 9 de julho de 2003, p. 1. Documento assinado por Regina Carvalho.
- \_\_\_\_\_. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. *Resolução n.044/CEPE/87*. Florianópolis: UFSC-Reitoria, 1987.
- \_\_\_\_\_. Imprensa Universitária. *Solicitação*. Florianópolis: UFSC. Arquivo CCE, Caixa A-13.

### Entrevistas

- Alai Diniz. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 20 set. 2010.
- Diva Zandomênego. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 27 abr. 2010.
- Felício Wessinlg Margotti. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 20 abr. 2010.
- Gerusa Duarte. *Entrevista concedida Douglas Felipe Abelino e Roselane Neckel*. Florianópolis 1º set. 2010.
- José Arno Scheidt. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 2 ago. 2010.
- Mauro Pommer. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 16 set. 2010.
- Orlando Tambosi. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 12 ago. 2010.
- Paulino Vandresen. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 21 jul. 2010.
- Sidneya Gaspar de Oliveira. *Entrevista concedida a Renato Affonso Sant'Anna de Sá*. Florianópolis, 9 set. 2010.
- Teodoro Rogério Vahl. *Entrevista concedida Icles Rodrigues, Juan Filipi Garces, Rodrigo Prates de Andrade e Roselane Neckel* Florianópolis, 2 ago. 2010.

### Figuras

- AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGEKOM. Primeiro prédio da UFSC (atual Ala Sul do Bloco A do CCE). [196?] 1 fotografia p&b. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. 'Básico' ao centro. Ampliação do Prédio para abrigar outros departamentos. [197?] 1 fotografia p&b. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. Centro de Estudos Básicos em dia de Vestibular. 1971. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. Greve dos Estudantes em 1966. 1966. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. Parada de ônibus em frente ao prédio do "Básico". 1970. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- FONTES, Terezinha de Jesus da Luz. Construção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. [195?]. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo pertencente à Terezinha de Jesus da Luz Fontes.
- HEMEROTECA – JORNALISMO UFSC. Aula – Jornal Laboratório em frente ao CCE. s/data. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. "Bar do Básico" no CCE. 1981. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- JORNAL "O ESTADO". Antiga Casa da Estudante Universitária na Rua Esteves Júnior. 1993. 1 fotografia p&b. s/autoria. In: GAROTAS já sentem saudade do casarão. *Jornal "O Estado"*. Florianópolis, 7 jul. 1993. Caderno geral, p. 13.

### Referência Bibliográfica:

- SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

# O Curso de Direito e o Centro de Ciências Jurídicas: histórias e percepções

Glauco de Sousa Backes<sup>1</sup>

O presente capítulo teve como ponto de partida a criação do Curso de Direito em 1932, na Faculdade de Direito de Santa Catarina. Foi à união desta com outras faculdades que formaram a Universidade Federal de Santa Catarina, onde, em 1995, foi construído o prédio do Centro de Ciências Jurídicas.

Para a execução desse projeto, fomos pesquisar em diversos locais da Universidade, como a Biblioteca Universitária, os arquivos do Centro de Ciências Jurídicas, o Arquivo Central. Realizamos entrevistas com ex-alunos, ex-professores e professores atuais do Curso de Direito. Os arquivos do Centro de Ciências Jurídicas foram os mais promissores para observarmos muitas histórias. Os objetivos que direcionaram essa pesquisa foram: buscar informações sobre as práticas políticas dos alunos na década de 1940 e 1960; relatar como professores e professoras do Curso chegaram à UFSC e como o Curso de Direito foi sendo construído pedagogicamente. Para que estes fossem alcançados, tivemos que optar por selecionar as fontes sobre as quais escreveríamos e por definir as teorias que nos guiaríamos em nossas críticas a essas fontes. Essa nunca é uma tarefa fácil para um historiador, pensar qual a melhor maneira de escrever a história. Fazer estas escolhas é o grande desafio para os historiadores.

Antes de qualquer coisa, faz-se necessário explicar que durante o texto nos referimos sempre à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que é o nome pelo qual conhecemos a universidade hoje, escolhamos essa denominação por se aproximar da realidade atual da comunidade. Até 1965 o nome utilizado em todos os documentos era Universidade de Santa Catarina (USC), muda com a Lei nº 4.759 de 20 de agosto de 1965, esta lei inclui o adjetivo “Federal” em todas as escolas técnicas e universidades pertencentes à União.

Ainda precisamos esclarecer que muitos textos quando trazem em seu conteúdo transcrições de textos antigos fazem correção ortográfica e gramatical dos mesmos, aqui neste texto entendemos que essas correções não se fazem necessárias por não impedir a compreensão das ideias do texto e por proporcionar ao leitor uma visão da maneira como eram escritos estes textos.

Dentro da História temos uma variedade de argumentos que podem ser utilizados para explicar os acontecimentos, registrados ou não oficialmente. Esta história em particular é fundamentada na História Cultural, que podemos compreendê-la como um estudo que abarca todo tipo de cultura. Mas para isso precisamos, primeiramente, entender o que é cultura, como fundamento principal da história, ela se definiu como um conjunto de realizações humanas materiais e imateriais ao longo do tempo. Esse conceito é concebido na perspectiva da Nova-história, nascida pela escola dos Annales, seguindo uma linha interdisciplinar.<sup>2</sup>

A intencionalidade da história cultural pode-se dizer, é contar a história daqueles que estão à margem da história tradicional. Sobre cultura podemos ainda dizer que, conforme Burke, “na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar)”, cultura então é algo muito complexo e que pode ter muitas classificações.<sup>3</sup>

A pesquisa documental foi a mais difícil e ficou entre as mais intrigantes, catalogamos e pesquisamos diversos documentos originais, cartas manuscritas, ofícios e atas de conselhos. Observar esses documentos e tentar criticá-los, no sentido de tentar descobrir o que eles poderiam nos dizer, além do que estava escrito, foi uma tarefa árdua e ao mesmo tempo instigante. Na análise dos documentos, buscou-se compreender como se deu o processo de produção dos documentos, ou seja, em que contexto social, político e econômico foi produzido. Portanto, os documentos não são considerados como textos

<sup>1</sup> Estagiário do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmico do Curso Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.85-88.

<sup>3</sup> BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. 2.ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.43.

marcados pelas verdades ou mentiras, mas são produzidos em meio a relações sociais e de poder que precisam ser consideradas em quaisquer textos históricos.

Ainda nos utilizamos de fontes orais, lembranças daqueles que viveram o período que estudamos, levando em conta sempre que a memória é algo que está sujeito ao esquecimento, à confusão, à interferência do presente. A memória é objeto de estudo da ciência histórica, mas a memória não é história e sim objeto de estudo daquela. Segundo Nora, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”.<sup>4</sup> Ela se utiliza da memória para reconstruir o passado recente, por meio de entrevistas. Como explica Nora, a memória está sujeita a modificações ao longo do tempo, aos esquecimentos, a importância de se organizá-la e manter seus registros verifica a necessidade da percepção que temos do passado e a possibilidade de reconstruí-lo.

Dentro destas perspectivas, procuramos compreender como funcionava a sociedade do período e a sua influência na formação do Curso de Direito antes e depois da criação da Universidade Federal de Santa Catarina. Tendo isso em mente, é ainda importante ressaltar que a leitura dos documentos disponíveis e das entrevistas é aberto a vários pontos de vista. Cada pesquisador, dependendo de suas concepções teóricas e metodológicas, poderá fazer diferentes perguntas aos documentos. Portanto, se fosse outro historiador poderiam ser outras perguntas, ou ainda as mesmas perguntas, mas com outras respostas. A partir desse momento, as interpretações também serão dos leitores, pois perguntas e respostas, dependendo das perspectivas, podem mudar.

## A Faculdade de Direito – década de 1930

Em onze de fevereiro de 1932 é criada a Faculdade de Direito de Santa Catarina. Esta será a mais antiga faculdade que, junto com outras, em 1960, compõem a Universidade Federal de Santa Catarina. Nessa Faculdade formaram-se juristas, juízes, promotores, advogados e personagens políticos da história da cidade, e do estado. Também faziam parte do corpo docente o futuro reitor da UFSC, o professor João David Ferreira Lima, e alguns dos professores que pertenceram ao corpo docente da UFSC, como José Luis Sobierajsk, futuro diretor do Centro de Ciências Jurídicas. Nas discussões realizadas na Faculdade pelos professores e alunos foi se fortalecendo o projeto para construção de uma universidade em Santa Catarina.

A Faculdade de Direito foi criada num período conturbado da história brasileira, durante a ascensão de Getúlio Vargas, pouco antes do Estado Novo. O governo do estado de Santa Catarina estava nas mãos do engenheiro militar Ptolomeu de Assis Brasil, que exercia a interventoria federal no estado no período. Assis Brasil assumiu o governo depois da Junta Governativa, que passou a administrar o estado com a Revolução de 30.<sup>5</sup>

Nessa época a Ilha de Santa Catarina passava por um período de decadência, pois não possuía indústrias, a manufatura exercida era rústica e entrava em declínio. Quanto ao resto do estado, cresciam a região do Planalto de Lages, de onde vieram os Ramos, que governaram o estado em diversos períodos, e o Vale do Itajaí, de onde vieram os Konder-Bornhausen.<sup>6</sup>

Em homenagem aos 34 anos da Faculdade de Direito de Santa Catarina, a UFSC escreveu um *Boletim Informativo*, no ano de 1966, contando uma pequena parte dessa história, enumerando seus fundadores e seus primeiros alunos, sua federalização até sua situação naquele ano:

### FACULDADE DE DIREITO: 34 ANOS

Há trinta e quatro anos, era fundada a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, mercê dos esforços e do ideal de José Boiteux.

No dia 11 de fevereiro de 1932, José Boiteux, juntamente com Henrique Fontes e Américo Silveira Nunes, fundavam a Faculdade de Direito, alugando uma sala

<sup>4</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, 1993, p.9.

<sup>5</sup> Para a lista completa dos governadores de Santa Catarina, cf. SANTA CATARINA. *Governadores de Santa Catarina*. Florianópolis: CIASC, c2002. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/governadores.html>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

<sup>6</sup> AGUIAR, Letícia Carneiro. *O curso de pedagogia em Santa Catarina: a história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960*. 262f. Tese (Doutorado em Educação) Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006, p.18-20.

à Rua Felipe Schmidt (onde se localiza hoje o Lux Hotel),<sup>7</sup> com as suas próprias economias.

#### PRIMEIROS PROFESSORES E PRIMEIRA TURMA

Após incessantes esforços, juntamente com outros professores, foi constituída a primeira direção da Faculdade de direito e formado o corpo docente, constituído dos seguintes nomes: Pedro de Moura Ferro – Introdução à Ciência do Direito; Economia Política e Ciências das Finanças – Henrique da Silva Fontes; Direito Constitucional – Nereu de Oliveira Ramos; Direito Civil – Francisco Tavares da Cunha Melo Sobrinho, Heráclito Carneiro, Sálvio de Sá Gonzaga e Fúlvio Coriolano Aducci; Direito Comercial – Afonso Guilhermino Wanderley e Henrique Rupp Júnior; Direito Internacional – Gil Costa; Direito Administrativo – José Arthur Boiteux; Direito Judiciário Civil – Adalberto Belisário Ramos e Alfredo Von Trompowsky. Direito Judiciário Penal – Érico Ennes Tôrres; e Medicina Legal – Antônio Bottini.

A primeira turma, composta de sete alunos, colou grau em 1936, e entre os alunos vivos destacam-se Wilmar Orlando Dias, Aldo G. Gonzaga, Ary Pereira Oliveira e outros...<sup>8</sup>

Entre os fundadores da Faculdade de Direito, podemos destacar José Artur Boiteux, filho do comerciante do município de Tijucas, Henrique Carlos Boiteux e de Dona Maria Carolina Jaques, filha de um abastado comerciante e armador, Alexandre Martins Jaques, Artur Boiteux também era neto de Lucas Boiteux um próspero comerciante suíço-francês José Boiteux fundou, além da faculdade de direito, o Instituto Politécnico de Santa Catarina, primeiro curso superior do Estado, em 1917, que teve curta duração.<sup>9</sup>

Em seu livro Renato Barbosa<sup>10</sup> conta que o surgimento da Faculdade de Direito transformou a vida social da capital. Entre os acontecimentos, festas e eventos entravam em cena as escolhas de professores para as cátedras ministradas no Curso.<sup>11</sup> Em um ambiente que comportasse público para observar as provas, os ilustres moradores da antiga Desterro se reuniam e observavam os nervosos candidatos que ministravam suas teses. Esses eventos poderiam durar várias horas e convidados de outros estados participavam das bancas examinadoras para aprovação dos novos mestres. A antiga Desterro era considerada uma cidade pequena, com poucas distrações, por isso os concursos realizados na Faculdade de Direito viravam uma atração social, além dos acadêmicos, ainda que em pequeno número, podiam-se ver senhoras muito bem vestidas, meninas encantadoras, magistrados, membros do Ministério Público; enfim, toda a sociedade florianopolitana frequentava eventos do tipo.<sup>12</sup>



Figura 1. Primeiro edifício da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Fonte: Agecom [s/data]. Nota: Localizava-se na esquina da rua Felipe Schmidt com a Praça XV de Novembro

<sup>7</sup> O Edifício São Jorge, citado pelo *Boletim* de 1966, onde se especifica o funcionamento do Lux Hotel, hoje foi transformado em centro comercial. Entre os hotéis que existiram nesse período, alguns não suportaram a concorrência de uma hotelaria mais moderna, com instalações mais modernas, deixaram de funcionar como estabelecimentos de hospedagem, passaram a investir em outros seguimentos, tiveram que adaptar suas instalações para incorporar outras funções. Antigos hotéis modificaram suas instalações para que se implantassem centros comerciais, foi o caso de hotéis como o Lux Hotel, o Hotel Quercência e o Hotel Royal. Atualmente, no lugar do hotel funcionam diversas lojas e empresas que ocupam seus antigos quartos. Mas o Edifício em estilo Art Déco ainda sobrevive em meio a lojas de construções mais antigas e revitalizadas na capital, situado à Rua Felipe Schmidt, é conhecido como ponto de encontro, no chamado "bar senadinho". Para mais informações, cf. SANTOS, Fabíola Martins dos; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Análise histórico-espacial do setor hoteleiro no núcleo urbano central de Florianópolis-SC. *Geosul*. Florianópolis, v. 23, n. 46, p.115-135, jul./dez. 2008, p.134. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/12504/11728>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

<sup>8</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.5, n.9, jan./jun. 1966, p.47-48.

<sup>9</sup> RAMOS, Rubens de Arruda. O almirante Henrique Boiteux no seu centenário natalício. *Revista Atualidades*. Florianópolis, 1948. Disponível em: <[http://www.henriquefontes.pro.br/livros/o\\_almirante\\_henrique.pdf](http://www.henriquefontes.pro.br/livros/o_almirante_henrique.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2010.

<sup>10</sup> Ex-professor da Faculdade de Direito de Santa Catarina e do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina

<sup>11</sup> BARBOSA, Renato. *Café aberto... reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos no cinqüentenário de sua fundação* (11/02/1932-11/02/1982). Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1982, p.94.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Conforme Thomas Skidmore, Getúlio Vargas já se preparava para a tomada do poder em 1930, havia uma programação a ser executada. “A revolta começou como programado, com Vargas exortando os rebeldes do Rio Grande do Sul a marcharem sobre o Rio de Janeiro. ‘Rio Grande, de pé, pelo Brasil Não poderás falhar ao teu destino heroico!’ O ‘povo’ estava se levantando ‘para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional’, proclamava Vargas”. Uma junta militar governou o país durante dez dias após a aclamação de Getúlio e entregou o poder ao mesmo em três de novembro de 1930. Esse movimento com liderança de Vargas chamou-se Revolução de 30. Vargas ficou no poder de 1930 à 1945, promoveu mudanças educacionais, políticas, econômicas e sociais.

Sempre existiram lutas pelo poder, mas a revolução de 30 se distingue das outras por dois fatores, o primeiro é que ela pôs fim à estrutura política oligárquica existente até aquele período, o Estado que possuía dissensões internas acabou em crise. O outro fator era que existia uma concordância sobre uma revisão do sistema político. A revolução gerou um esforço de sete anos de improvisação política que culminou no Estado Novo em 1937. Em 1943 Vargas inaugura usinas de ferro e aço, fábricas de alumínio e cobre e o Brasil passa a exportar minério, e se utiliza desses avanços em seus discursos, criando já bases para sua volta, Vargas sabia que com o fim da guerra seu governo autocrático chegaria ao fim também. Para mais informações cf. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*, 1930-1964. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>14</sup> Aqui Renato Barbosa faz uma referência a Eça de Queiroz, escritor do século XIX, a um personagem do livro “O Primo Basílio”, o Conselheiro Acácio, uma espécie de paladino da moral e dos bons costumes, refere-se ao tipo de discurso vazio, sem conteúdo, enfeitado e pomposo, beirando ao ridículo.

<sup>15</sup> BARBOSA, Renato. *Cofre aberto*:... op.cit., p.106.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p.107.

<sup>17</sup> Período de governo de Getúlio Vargas que vai de 1932 a 1945.



Figura 2. Edifício São Jorge, antigo Hotel Lux. Fonte: Backes (2010)

Sobre este período há uma observação no do livro, “Cofre Aberto”, de Renato Barbosa, o qual versava sobre “*A luta, no direito brasileiro, entre os princípios de nacionalidade de domicílio*”. O autor se apresenta com uma tese bem avançada para a época, haja vista a ditadura reinante.<sup>13</sup> O trecho de seu livro, apresenta a seguinte questão: “Para alguns críticos acacianos,<sup>14</sup> intelectualmente espartilhados, sustentar, em plena ditadura, uma tese reformadora implicava em contestar o próprio Estado Novo, comprometendo até o nascente prestígio da Faculdade, e a que todos os catarinenses cumpria resguardarem”.<sup>15</sup>

Renato Barbosa ainda diz que apesar de tudo teve o apoio de Nereu Ramos, que na época exercia a Interventoria Federal, concordando que, no caso dos estrangeiros, a lei existente era atrasada. Porém, defende bastante o político, observando que se ele estivesse cercado por assistentes mais competentes não teria galgado o autoritarismo, pois era optante pelo debate.<sup>16</sup>

Barbosa relata na obra que a Faculdade de Direito era formada por intelectuais politizados, que estavam preocupados com todos os aspectos políticos brasileiros. Era uma Faculdade formadora de opinião e que, apesar de o período passar por uma ditadura,<sup>17</sup> o Curso de Direito era um dos expoentes de opiniões políticas.

Outro aspecto importante foi nossa descoberta, por meio da fala dos entrevistados e do livro de Renato Barbosa, sobre a estadualização da Faculdade de Direito, que na sua fundação era uma instituição privada e não tinha condições de se manter mesmo com a subvenção recebida do estado, e que quatro anos após a sua fundação foi estadualizada. Barbosa descreve a lei do artigo 4º ao 8º:

#### LEI Nº 19 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1935

Reconhece a Faculdade de Direito de Santa Catarina como Instituto Estadual.

O Dr. Nereu Ramos, governador do Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – É declarada Instituto Estadual a Faculdade de Direito de Santa Catarina, fundada a 11 de fevereiro de 1932.

Art. 2º. – O cargo de diretor será ocupado por um professor catedrático, nomeado pelo Governador do Estado.

Art. 3º. – O corpo docente e o pessoal administrativo desse Instituto serão nomeados pelo Governo do Estado, observadas as disposições das legislações federal e estadual, relativas ao ensino.

§1º. – O corpo docente e o pessoal administrativo terão todos os direitos e garantias, assegurados por lei aos funcionários públicos do Estado.

§2º. – São mantidos os atuais catedráticos e docentes livres da Faculdade, com todas as vantagens, asseguradas em lei a esses títulos, desde que tenham sido

providas as respectivas cadeiras, antes da promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934, e consideradas vagas [...]

Art. 4º. – O Governo custeará todos os serviços da Faculdade, cobrando as taxas regulamentares.

Art. 5º. – Passarão ao domínio do Estado todos os bens pertencentes à Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Art. 6º. – A receita da Faculdade será arrecadada pelo Tesouro.

Art. 7º. – O Governo poderá nomear para o corpo docente da Faculdade de Direito, o candidato que apresentar provas de habilitação em concurso prestado perante Faculdade Oficial ou equiparada, da cadeira que pretender.

Art. 8º. – Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretario do Interior e Justiça assim faça executar.

Palácio do governo, em Florianópolis, 30 de novembro de 1935.

NEREU RAMOS

MANOEL PEDRO SILVEIRA (Publicada a presente lei na Diretoria do Interior e Justiça aos trinta dias do mês de novembro de 1935.)

Gustavo Neves - Diretor<sup>18</sup>

Portanto, a Faculdade de Direito já era um órgão público antes de sua federalização, mais adiante, quando da criação da UFSC, houve uma discussão se esta seria estadual ou federal. Logo após a sua fundação, a Faculdade de Direito passa a funcionar na Rua Esteves Júnior nº 11, onde nos dias atuais encontra-se o Colégio Henrique Stodiek.

Na entrevista com o Dr. Aluizio Blasi, que foi aluno e depois secretário da Faculdade de Direito de Santa Catarina, e posteriormente viria a ser Secretário-Geral da Universidade de Santa Catarina (1960 a 1980), constatou-se que a estadualização da Faculdade durou pouco tempo. Segundo o entrevistado, com a Constituição “Polonesa” outorgada por Vargas, não se poderia acumular cargos públicos; no entanto, diversos professores da Faculdade de Direito ocupavam cargos de desembargadores e juizes, ou seja, profissionais do serviço público que, baseados na Constituição, tiveram que deixá-la. Com isso, restaram apenas quatro ou seis professores para analisar os trabalhos finais da primeira turma a se formar no Curso, e esses mesmos professores tiveram o encargo de realizar o concurso vestibular para o ano seguinte.<sup>19</sup>

Nessa ocasião, o professor João Bayer Filho foi à presença do Sr. Nereu Ramos, na época interventor do estado de Santa Catarina, para solicitar que a Faculdade fosse novamente desvinculada do governo, ou seja, para que retornasse ao seu estado anterior de instituição particular, os professores pudessem voltar a ministrar suas cátedras e os alunos não ficassem sem seus professores. Esse período, segundo Dr. Blasi, foi muito perigoso para a Faculdade, pois quase fechou suas portas.<sup>20</sup>



Figura 3. Vista externa da Faculdade de Direito na Rua Esteves Júnior nº 11. Fonte: Agecom [s/data]

<sup>18</sup> BARBOSA, Renato. *Cofre aberto...* op.cit., p.221.

<sup>19</sup> Aluizio Blasi. *Entrevista concedida a Glauco de Sousa Baches e Icles Rodrigues.*

Florianópolis, 27 jul. 2010.

<sup>20</sup> Idem.



Figura 4. Vista interna da Faculdade de Direito na Rua Esteves Júnior nº 11. Fonte: Agecom [s/data]

## A faculdade de direito e as filosofias da educação

O período também passa por mudanças no contexto educacional, as novas filosofias influenciaram o contexto brasileiro e a formação da Faculdade de Direito.

### O escolanovismo

O escolanovismo surgiu nos anos 1920, pregava a escola pública para todos, introduzindo o pensamento liberal democrático no alcance de uma sociedade igualitária. Os intelectuais da nova escola produziram abundante material e pretendiam transformar o ensino brasileiro. Os mais importantes desse movimento foram: Anísio Teixeira (1900-1971), inspirado pelo americano Dewey,<sup>21</sup> influenciou a escola nova dos anos 1920 aos anos 1960; Fernando Azevedo (1894-1974), que tinha influência de Durkheim;<sup>22</sup> e, por último, Lourenço Filho (1897-1970) que junto com Anísio Teixeira participaram dos movimentos de reforma do ensino na década de 1930.<sup>23</sup>

Por defenderem a escola pública e serem contra uma escola elitista acadêmica sob o monopólio da Igreja, e por apoiarem a laicidade e a coeducação provocam a reação dos conservadores. Vinte e seis educadores, em 1932, assinaram o “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, liderado por Fernando de Azevedo. “O documento defende a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito nacional”.<sup>24</sup> Criticam o dualismo de uma escola para ricos e outra para pobres. Esse movimento representa “a tomada de consciência da defasagem entre a educação e as exigências do desenvolvimento”.<sup>25</sup>

Os escolanovistas foram chamados de ateus e comunistas, com exceção de Pascoal Leme e Hermes Lima, que representavam o pensamento de uma burguesia em ascensão. Na década de 1950, o escolanovismo sofre influências e o sociólogo Florestan Fernandes passa a lutar pela escola pública.<sup>26</sup>

Em contrapartida a esse movimento, houve uma reação católica ao escolanovismo baseada na filosofia de São Tomás de Aquino, “filosofia perene”, pensadores católicos “preconizam a reintrodução do ensino religioso. [...] Para eles, as escolas leigas ‘só instruem, não educam’”.<sup>27</sup>

Antes que o escolanovismo fosse conhecido, vários estados brasileiros empreenderam reformas pedagógicas baseadas nos expoentes desse pensamento. É criado, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde, que é ocupado por Francisco Campos, que deixa sua marca renovadora em diversos decretos de 1931 e 1932. Acontece então a primeira reforma em nível nacional. Exige-se que as universidades possuam no mínimo os cursos de Direito, Medicina e Engenharia ou, em vez de um deles, a Faculdade de Educação, Ciências e

<sup>21</sup> John Dewey (1859-1952), filósofo e educador estadunidense, considerado fundador da escola filosófica pragmática, seu livro mais conhecido é DEWEY, John. *Psychology*. New York: Harper and Bros., 1887.

<sup>22</sup> Émile Durkheim (1858-1917 – França), fundador da escola francesa de sociologia, considerado pai da sociologia moderna, tem entre seus principais livros: DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1977 e DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

<sup>23</sup> ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da educação*. 2. ed.rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996. p.198.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Ibidem, p.199.

<sup>27</sup> Idem.

Letras.<sup>28</sup> Percebia-se descaso para com o Ensino Fundamental, o que não acontecia com os ensinos profissionalizantes, foi dada maior prioridade ao ensino comercial em vez do industrial, por justificar ser mais necessário naquele momento econômico.<sup>29</sup>

Para a Faculdade de Direito essas discussões foram importantes para a formação pedagógica do período. Primeiramente nasce, durante a filosofia do escolanovismo, educação pública para todos, ideário que permeava o momento, depois Getúlio Vargas chega ao poder e Francisco Campos toma medidas que afetarão as faculdades de forma renovadora. Durante esse período a reação católica também intervém nas filosofias educacionais e até a década de 1970 do século XX a capital catarinense ainda recebia influência da igreja.

Mesmo com todas as dificuldades, o período que vai da queda da República até a ascensão do Estado Novo, a década de 1930, foi muito importante para a criação e a organização das universidades. Ainda que algumas já existissem, eram apenas uma simples agregação de faculdades, nelas a concepção acadêmica era direcionada para o “espírito da profissão”. Os decretos de Francisco Campos incutem uma nova filosofia, voltada para uma maior autonomia didática e administrativa, orientação para a pesquisa, propagação da cultura e o benefício da comunidade.<sup>30</sup>

## Os partidos políticos em Santa Catarina e a Universidade de Santa Catarina

Voltando aos acontecimentos brasileiros, a retirada de Getúlio do governo pelos militares leva Vargas de volta ao Rio Grande do Sul e ajuda na criação de dois partidos: o PSD (Partido Social Democrático), ao qual se filia, um partido sem um objetivo político claro, um ajuntamento de interesses sem foco direto, mas com muitas influências, e que não possuía nenhuma ideologia com os partidos sociais europeus; e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), formado pela classe trabalhadora, com os avanços criados pelas políticas do seu governo. Vargas não era diretamente filiado ao PTB, mas detinha grande apoio da classe.<sup>31</sup>

Um terceiro partido político era composto por constitucionalistas liberais que formaram a UDN (União Democrática Nacional), partido que detinha oposição a Vargas e que se apoiou no exército para garantir a sua saída do governo.<sup>32</sup>

A presença das oligarquias no estado é acentuada no período, e o cenário político catarinense caracteriza-se pela presença de duas grandes famílias, Ramos e Konder-Bornhausen. A oligarquia Ramos teve sua origem no município de Lages, que, no período, foi considerada a capital política do estado, com estreita e histórica ligação com o Rio Grande do Sul. A família Ramos teve significativa expressão política no cenário nacional, ocuparam todos os níveis de poder político, do municipal ao federal, no executivo e no legislativo. A ascensão da família Ramos se deu com o extrativismo da araucária, fazendeiros por tradição, com o crescimento do poder passaram a atuar e participar das decisões políticas do estado de Santa Catarina.<sup>33</sup>

Já a família Konder-Bornhausen se destaca em Itajaí, com o crescimento do porto e com a vinda de imigrantes europeus para o Vale do Itajaí. Marcos Konder, patriarca da família, conseguiu evidência por meio de seu casamento com Adelaide Flores (filha de Major José Henrique Flores). Marieta Konder, filha do casal, casa-se com Irineu Bornhausen, aumentando assim o prestígio da família e sua atuação no governo.<sup>34</sup>

É dentro desse contexto econômico e social que nasce a Faculdade de Direito de Santa Catarina, em 1932. Florianópolis era considerada uma capital pequena e que estava muito aquém do desenvolvimento que acontecia nas metrópoles; entretanto, iniciava-se o processo que levou ao desenvolvimento intelectual que conhecemos hoje e à criação do curso superior de Direito no Estado, processo que no decorrer resultou em sua maior evidência, a Universidade Federal de Santa Catarina.

Em Santa Catarina os partidos PSD e UDN dividiam o governo e determinavam os rumos da nova universidade.

Na economia catarinense destacam-se dois períodos: o primeiro, do colonial até a década de 1950, e o segundo, de 1955 até os dias de hoje. “De 1945 a 1962 ocorreu uma consistente diversificação e ampliação da base produtiva na economia catarinense, decorrente do surgimento de novos setores como: o do papel, papelão, pasta mecânica, cerâmica, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de

<sup>28</sup> Ibidem, p.200-201.

<sup>29</sup> Ibidem, p.201.

<sup>30</sup> ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da educação...* op.cit., p.201.

<sup>31</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil...* op.cit., p.80-82.

<sup>32</sup> Ibidem, p.83-84.

<sup>33</sup> AGUIAR, Leticia Carneiro. *O curso de pedagogia em Santa Catarina...* op.cit., p.18-20.

<sup>34</sup> Ibidem, p.20-22.

transporte.”<sup>35</sup> Economicamente Santa Catarina passa por uma metamorfose: de economia agrária, extrativista e mercantil para o capital industrial e agroindustrial.

O período JK (1956-1961) foi de grandes investimentos no país, como o da internacionalização da economia, sendo a maior parte desses investimentos dirigidos ao Sudeste do Brasil. Com o maior direcionamento dos investimentos para o Sudeste, o governo catarinense juntamente com o empresariado concluem que o processo de desenvolvimento econômico não poderia ficar somente a cargo do Governo Federal, então, neste sentido o governo estadual passa a tomar a frente e planejar o desenvolvimento do estado com investimentos para movimentar a economia.<sup>36</sup>

### Década de 1940 e 1950: a redemocratização

Na política existiam muitas expectativas com relação aos novos líderes e ao novo governo, havia uma classe média de trabalhadores operários e profissionais liberais, recém-criada e fortalecida pelo governo Vargas e que se beneficiaria da era de redemocratização.

Três principais consequências podem ser observadas com a saída de Getúlio Vargas: a primeira delas é que ainda que Vargas abandonasse a centralidade do poder na recente história brasileira, a sombra da sua personalidade preponderaria à política nacional durante os anos que viriam. Em segundo, o desvio de Vargas da vida pública exigia uma nova estrutura legal, para a nova era democrática. Seria necessária uma nova constituição para substituir os decretos de Francisco Campos, de 1937. Os partidos políticos, antes suprimidos, teriam que ser fundados e fortalecidos. Todo o aparato burocrático governamental precisaria ser reajustado, passa-se de uma ditadura para uma era democrática. Em último lugar, o retorno da democracia oferecia grandes possibilidades para o surgimento de conflitos políticos. Uma classe média e um operariado, fortalecidos durante a Era Vargas, beneficiariam-se, pois tinham um número grande de votos em qualquer eleição nacional, mesmo que o voto fosse limitado aos alfabetizados, como aconteceu na Constituição de 1946.<sup>37</sup>

Dentro do ensino ocorrem mudanças com a redemocratização, e nesse período há uma volta ao pensamento liberal anterior ao Estado Novo, novas perspectivas se abrem e ocorre uma renovação acadêmica.

Acontecem nesse momento mudanças no cenário econômico: o desenvolvimento caracterizado pelo nacionalismo passa a ser de abertura e internacionalização da economia. Acontece também grande expansão cultural, o Cinema Novo, a Bossa Nova e a conquista da Copa de 58.<sup>38</sup>

Bem diferente da Constituição outorgada em 1937, a de 1946 reflete o processo de redemocratização, os escolanovistas retomam o discurso de 1934. Clemente Mariani, em 1948, apresenta o anteprojeto da LDB, sob a orientação de Lourenço Filho, projeto que só é aprovado em 1961, já atrasado devido às distorções, mudanças e discussões durante todo esse período.<sup>39</sup>

Embates com as escolas católicas, elitistas, transformam o conteúdo do projeto, e Carlos Lacerda, representante das camadas conservadoras, desloca o foco da educação para a “liberdade de ensino”.<sup>40</sup> Criam-se o Conselho Federal de Educação (CFE) e os Conselhos Estaduais de Educação (CEE), o ensino técnico continua a não ter muita atenção.<sup>41</sup>

Nesse período da educação brasileira surgem as teorias de Paulo Freire, no campo da Pedagogia, que ficou conhecido como um dos maiores pensadores da área. Freire parte do princípio que vivemos numa sociedade dividida em classes, cujos privilégios da mais abastada impedem a maioria de usufruir dos bens produzidos, destes, a educação é um dos que grande parte da população é excluída. Freire se refere a dois tipos de pedagogia: aquela em que a educação subsiste como prática da dominação, a dos dominantes, e aquela em que persiste a prática de liberdade.<sup>42</sup>

Essa nova pedagogia transforma o pensamento educacional, mas nada é tão simples de se mudar, há sempre uma resistência às mudanças, porque o oprimido, mesmo sabendo de sua situação, incorpora-a e assume uma atitude fatalista de aceitação. Para se libertar, o oprimido deve ele mesmo forjar o movimento que o libertará e deve participar dele, tratando-se assim de um trabalho de conscientização e de politização. O oprimido deve também se dispor a transformar sua realidade.<sup>43</sup>

<sup>35</sup> AGUIAR, Leticia Carneiro. *O curso de pedagogia em Santa Catarina...* op.cit., p.16.

<sup>36</sup> *Ibidem* p.17.

<sup>37</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil...* op.cit., p.79.

<sup>38</sup> ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *Historia da educação...* op.cit., p.203.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.203-204.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p.204.

<sup>41</sup> ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *Historia da educação...* op.cit., p.205.

<sup>42</sup> ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *Historia da educação...* op.cit., p.207.

<sup>43</sup> *Ibidem*. p.208.

## A participação dos acadêmicos

Mas não só os políticos atuavam nesse período, a participação estudantil na sociedade florianópolis também foi expressiva. Eram frequentes as indicações que os presidentes do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito faziam para os clubes recreativos da capital, para aceitação dos alunos.

Essas indicações eram realizadas por meio de cartas enviadas aos clubes, um dos mais procurados era o Lira Tênis Clube, existente ainda hoje na Rua Tenente Silveira, no centro da capital. O presidente do centro acadêmico inclusive indicava o candidato e solicitava que não fosse requisitada nenhuma joia (compra do título por parte do sócio) para a entrada no clube. Alguns desses pedidos foram encontrados no Centro de Ciências Jurídicas como parte do acervo documental, como exemplo temos:

Of. 204/46  
 Florianópolis, 5 de abril de 1946.  
 Senhor Presidente:  
 Em nome do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Santa Catarina, indico a V.S., pelo presente, o nome do acadêmico CARLOS C. ZADROZNY, brasileiro, solteiro, com 19 anos de idade, que deseja ingressar no quadro social dêsse Clube, na qualidade de 'Sócio Aspirante', isento de qualquer jóia. Outrosim, informo que o enderço do colega, para efeito de cobrança, é o seguinte: Banco Inco, com acadêmico Roberto Machado. Sem outro particular no momento, firmo-me com elevada estima e grande consideração.  
 Atenciosamente,  
 Theodoro Miguel Atherino  
 Presidente<sup>44</sup>

Não apenas para clubes se dirigiam os estudantes de Direito, havia uma participação ativa dentro da faculdade, bem como na comunicação com os alunos do Curso de Direito do Paraná, requisitando inclusive fundos para melhoria da situação do Centro Acadêmico e dos alunos de Curso, da referida Faculdade.



Figura 5. Lira Tênis Clube de Florianópolis, década de 1920. Fonte: Velho Bruxo [192?]

Outra correspondência encontrada nos arquivos do Centro de Ciências Jurídicas foi a que se referia a um pedido de subvenção federal para o Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF), para atender às necessidades financeiras pelas quais este precisava para manter suas ações.<sup>45</sup>

Além de requisitar subvenções e entrar em contato com o clube, nos arquivos do Centro de Ciências Jurídicas também podemos encontrar ações estudantis no sentido de defender os direitos dos alunos. Há nos arquivos do CCJ uma carta endereçada ao presidente da União Nacional dos Estudantes que se refere às taxas cobradas pela Faculdade, mais

<sup>44</sup> FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA. Diretório Acadêmico. *Ofício 204/46*. Florianópolis, 5 abr. 1946. De Theodoro Miguel Atherino, presidente do Centro Acadêmico, para o presidente do Lira Tennis Clube. Arquivo CCJ.

<sup>45</sup> FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA. Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF). *Ofício 202/46*. Florianópolis, 1946. De Antônio Adolfo Lisboa ao Presidente do Conselho Nacional de Serviço Social. Arquivo CCJ.

especificamente ao imposto do selo que era cobrado dos estudantes no ato da matrícula. E nessa carta os estudantes citam inclusive o Decreto-lei nº 8.029, de 2 de outubro de 1945, para justificarem seu pedido.<sup>46</sup>

Ainda se encontra nos arquivos do Curso um ofício destinado ao diretor da Faculdade de Direito pedindo ao seu Egrégio Conselho a isenção das taxas também com base no Decreto-lei nº 8.029. Mais uma vez percebe-se que os alunos lutavam por seus direitos e participavam ativamente para a melhoria das suas condições. Nesse ofício, eles se referem a leis e ofícios para justificar a isenção da taxa, além de demonstrarem coerentemente o porquê de os alunos do Ensino Superior também terem direito à isenção mediante um anexo com diversos itens e suas justificativas.<sup>47</sup>

Os alunos buscavam a isenção das taxas cobradas pela Faculdade que, por direito, não precisariam pagar. Por isso procuravam por meio do CAXIF exercer força política dentro da Congregação e tentar acordos no intuito de preservar os direitos dos estudantes.

Outra evidência da participação dos acadêmicos da Faculdade de Direito dentro da própria Instituição são suas sugestões a respeito da Reforma Universitária em 1946, logo depois do fim do Estado Novo, durante o processo de redemocratização pós-Vargas. Assim, um ofício enviado à União Nacional dos Estudantes propõe mudanças e informa, ainda, as ações que o Centro Acadêmico realiza dentro da própria Faculdade, como campanhas para promover debates sobre a Reforma, para a construção de uma sede própria, para a arrecadação de livros com o objetivo de aumentar o acervo da Biblioteca, todas ações em prol dos estudantes.<sup>48</sup>

Além da participação na Reforma Universitária, os acadêmicos são muito envolvidos em diversas áreas de luta, como pela educação feminina, pelo teatro. Envolvem-se com a UNE, provavelmente todo esse entusiasmo deve-se ao clima de abertura política que acontece pós-ditadura Vargas. Os alunos do Curso de Direito tinham participação ativa dentro da Faculdade e da comunidade florianopolitana.

Os alunos parecem possuir uma necessidade de se envolver com a comunidade. A partir da leitura dos documentos, observamos que esse movimento se faz por meio de seu envolvimento com o estrato mais abastado da comunidade, por meio das entradas nos clubes, da eleição da Rainha dos estudantes, e dentro da própria Faculdade.

Por meio do depoimento do ex-reitor da UFSC Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, que foi aluno da Universidade no Curso de Direito, participou do Centro Acadêmico XI de Fevereiro e foi presidente do DCE, podemos observar como era o clima durante os governos militares da década de 1960:

Era um período complicado, de manifestação limitadíssima, então você não tinha muito como..., a política estudantil de 68, que foi um período crítico, mas nessa época eu ainda não estava no Diretório, foi logo depois, podia se tratar de coisas do Curso, qualquer manifestação nessa época era bastante difícil, e aí era mais uma participação na Congregação, que era formada pelos professores, depois daí eu participei também do Conselho Universitário, daí como presidente do DCE. Eu me lembro de uma vez que nós fizemos um jornalzinho e critiquei um certo professor, foi uma desgraça, entre os alunos, entre os colegas, 'a não faça isso', que era um professor que não era muito de dar aula [...], mas isso pra evitar uma retaliação, não foi nada por uma questão política, mais por 'daqui a pouco ele vai aparecer, nos exigir'.<sup>49</sup>

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, como aluno, teve participação ativa dentro do movimento estudantil. A dificuldade em se manifestar fica evidente no depoimento, ainda assim existe, nesse período, uma participação ativa, mesmo que apenas nas exigências por melhores condições de estudo. Claro que não se dispensa a participação dos alunos fora da Universidade, em outros espaços e discussões nos ambientes mais privados pela democracia.

## A rainha dos estudantes

Em nossa pesquisa encontramos algumas curiosidades, dentre elas a que chamou mais atenção foi a eleição para a Rainha dos Estudantes, que é citada no livro de Renato Barbosa bem como nos arquivos do CCJ conforme mostra um ofício que remete a esse concurso definindo as regras de participação.

<sup>46</sup> Idem. *Ofício 202/46*. Florianópolis, 1946. De Antônio Adolfo Lisboa para o Presidente da União Nacional de Estudantes. Arquivo CCJ.

<sup>47</sup> Idem. *Ofício 170/46*. Florianópolis, 1946. De Antônio Adolfo Lisboa para o Diretor de Faculdade de Direito de Santa Catarina. Arquivo CCJ.

<sup>48</sup> FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA. Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF). *Ofício 169/46*. Florianópolis, 1946. De Antônio Adolfo Lisboa a Venâncio P. Igrejas Lopes, Secretário de Intercâmbio da União Nacional de Estudantes. Arquivo CCJ.

<sup>49</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista concedida a Roselane Nechel e Glaucio de Sousa Backes*. Florianópolis 4 ago. 2010.

Exigentes em seus direitos e certos de que lutando por eles estariam participando da sociedade da capital, o concurso de beleza, ou seja, a escolha da Rainha dos Estudantes, era assim uma forma de se firmar politicamente. Publicavam em jornais os editais e definiam quem poderia ou não participar do dito concurso, sendo: alunas com pelo menos 17 anos de idade, secundaristas ou de curso superior. Além disso, indicavam também quais os cursos que estavam aptos a participar. Eram enviadas cartas aos ditos cursos pedindo representantes para a comissão julgadora do concurso. Esses foram realizados em alguns locais de Florianópolis, um deles o Antigo Cine Odeon (Atual Teatro Álvaro de Carvalho) ou o Cine Ritz, situado ao lado da Igreja Matriz da Capital.

Podemos observar as regras do concurso por meio de uma carta encontrada nos arquivos do Curso de Direito, datada de ano de 1945:

#### CONCURSO PARA 'RAINHA DOS ESTUDANTES DE 1945'

'Tudo se conjuga em fazer de Florianópolis – escreveu o saudoso Professor Gil Costa – uma cidade ideal para os estudantes.'

'Florianópolis possui cenários indescritíveis, praias e montanhas, recantos que são um convite constante à admiração da natureza, que, de tão pródiga, faz da ilha em que Florianópolis se engastou, uma das jóias mais preciosas da criação do Brasil meridional.

Os arredores da cidade, quer na ilha, quer no continente, que a mais atrevida das pontes une e movimenta, são um estímulo para a vida ao ar livre, um descanso para os olhos para os afazeres escolares.'

A pena privilegiada do insigne mestre, cuja emoção sempre vibrou ante as maravilhas de nossa terra, escapou, porém, na relação dos encantos de Florianópolis, um pormenor dos mais importantes para o espírito irrequieto do estudante – a beleza de suas mulheres.

O Centro Acadêmico XI de Fevereiro, na intenção de homenagear as estudantes catarinenses, expressões magníficas da nossa juventude feminina, promoverá, mais uma vez a realização do concurso para 'Rainha dos Estudantes'. Com essa finalidade, apela para a boa vontade da mocidade estudantil, no sentido de serem apresentadas, oficialmente, candidatas pelos estabelecimentos de ensino da Capital, o que concorrerá, certamente, para maior brilhantismo do concurso.

#### BASES DO CONCURSO PARA 'RAINHA DOS ESTUDANTES DE 1945' DAS CANDIDATAS

São requisitos essenciais para ser candidata:

Ser brasileira;

Ter, pelo menos, dezessete (17) anos, na data da apuração final do concurso;

Ser aluna, regularmente matriculada, de curso secundário ou superior.

Entende-se por 'curso secundário', para efeito do presente concurso qualquer dos seguintes cursos:

No Instituto Coração d Jesus:

Curso Ginásial

Curso Fundamental

Curso Normal;

No Instituto de Educação de Florianópolis:

Curso Fundamental

Curso Normal;

Na Academia de Comércio de Santa Catarina:

Curso de Técnico-contabilista.

São 'cursos superiores', para efeito do presente concurso:

Curso Superior de Finanças

Faculdade de Direito de Santa Catarina.

#### DA VOTAÇÃO

Os votos serão distribuídos a partir do dia 2 (dois) de setembro de 1945, para todos os jornais e cinemas desta Capital, sob orientação do Centro Acadêmico XI de Fevereiro. Os votos distribuídos pelos cinemas terão o carimbo do Centro Acadêmico. Todos os votos serão depositados em urnas, colocadas nas entradas dos cinemas. Não serão tomados em consideração votos riscados, ou violados por qualquer outra forma, bem como aqueles que, distribuídos pelos cinemas, não trouxerem o carimbo do Centro Acadêmico XI de Fevereiro.

#### DA APURAÇÃO

A apuração será realizada na sede do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, à Rua Esteves Júnior, n.º. 11, por uma Comissão, previamente designada pela Diretoria

do Centro, e contará com a presença de representantes dos órgãos estudantis dos diferentes institutos de ensino desta Capital. Semanalmente, a partir do dia quinze (15) de setembro próximo, serão realizadas apurações parciais, a apuração final será efetuada no dia trinta (30) de outubro próximo vindouro. De cada apuração lavrar-se-á ata, que será assinada por todas os presentes.<sup>50</sup>



Figura 6. Rainha Isabel Leal. Fonte: Barbosa (1932)

A rainha dos estudantes não representava apenas uma personagem figurativa, também participava da vida acadêmica de forma que os estudantes mais necessitados pudessem conseguir alguns privilégios para que conseguissem cumprir suas metas estudantis. Ela lutava pelos direitos dos estudantes, trazia à baila assuntos que fariam a diferença dentro da comunidade acadêmica. Barbosa traz em seu livro uma das mais proeminentes Rainhas do seu tempo, eleita em 1931, que teve seus domínios aumentados com a criação da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

A encantadora senhorinha Isabel Leal, de antiga família catarinense, eleita, em fins de 1931, rainha dos ginásianos, e que, nos primeiros meses do ano seguinte, fundada a Faculdade de Direito, ampliou as fronteiras de seus domínios até o universo despontante dos estudantes de Direito.<sup>51</sup>

A nota que informava ser a rainha dos estudantes de antiga família catarinense dá destaque e nobreza à própria rainha; afinal, justifica-se à época pelo fato de se estar saindo da República Velha, que era composta por oligarquias.



Figura 7. Corte da Rainha dos Estudantes Isabel Leal. Fonte: Barbosa (1932)

<sup>50</sup> FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA. *Concurso para 'rainha dos estudantes de 1945'*. Florianópolis, 1945. Texto para publicação em Jornais. Arquivo do CCJ.

<sup>51</sup> BARBOSA, Renato. *Cofre aberto...* op.cit. p.361.

## A federalização

O próximo passo importante da Faculdade de Direito de Santa Catarina foi a federalização. Esta foi uma conquista muito importante para ganhar recursos e para dar início a um processo que levaria à criação da UFSC.

Observando as atas dos conselhos da Faculdade, percebemos que sempre foi muito esperada a federalização, pois seria necessário para que a Faculdade crescesse e pudesse fornecer aos seus alunos mais qualidade na pesquisa e no ensino.

Nesse período, a Faculdade de Direito situa-se à Rua Esteves Júnior, nº 11, no centro da capital catarinense, onde hoje se localiza o Colégio Estadual Henrique Stodiek, <sup>52</sup> colégio que leva o nome de um dos personagens da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Além das atas dos conselhos, uma homenagem em 1966 feita pela UFSC no *Boletim Informativo* conta um pedaço dessa história:

### RECONHECIMENTO E FEDERALIZAÇÃO

Com a ascensão do Dr. Nerêu de Oliveira Ramos à Interventoria do Estado, a Faculdade de Direito foi reconhecida de utilidade pública, sendo-lhe consignada verba no orçamento estadual. Daí então, com a fixação, da Escola no conceito público, foi reconhecida pelo Governo da República, sendo federalizada em 1957.

### CONCEITO

Atualmente, parte integrante da Universidade Federal de Santa Catarina, e contando com mais de quinhentos alunos, a Faculdade de Direito, pela capacidade dos seus mestres e pelos bacharéis competentes que tem formado, grangeou conceito, não apenas no Estado, mas no País.<sup>53</sup>

No livro de Atas da Congregação da Faculdade de Direito, em diversas datas, há menção da federalização alguns anos antes da criação da UFSC. Numa delas há congratulações pela federalização, noutra, de maneira efusiva, a respeito do processo de federalização, pode suscitar algumas perguntas, pois nela havia a dúvida da aprovação da federalização da Faculdade, já que a de Niterói tivera sua solicitação negada.

Pela importância do documento, foram transcritos o teor dessa ata por completo: assim, além de o documento ter sua exposição completa, havia a possibilidade também de interpretações diferentes.

Ata da sessão da Congregação da Faculdade de Direito de Santa Catarina realizada no dia 4 de fevereiro de 1953 como abaixo se declara:

Presidente: Professor Henrique Rupp Junior

Secretário: Edmundo Accacio Moreira

Aos quatro dias de fevereiro de mil novecentos e cinqüenta e três, nesta cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, às dezassete horas e trinta minutos, presentes os Srs. Henrique Rupp Junior, Henrique da Silva Fontes, Othon d'Eça, J. Madeira Neves, João José Cabral, Ferreira Lima, Pedro de Moura Ferro, Henrique Stodiek, J. Bayer Filho e Aldo Arruda da Luz foi pelo Sr. Diretor e Presidente aberta a sessão da Congregação [...] O Sr. Diretor externou-se a seguir, sobre o projeto de federalização da Faculdade, sendo o assunto debatido pelos professores Henrique Fontes, João José Cabral, J. Bayer filho, e outros, deliberando-se que a matéria fosse objeto de um projeto antíssimo, e maior resultante de emenda ao projeto visando a idêntica providência em estabelecimento de ensino superior de outro Estado tanto mais porque o projeto relativo à federalização da Faculdade de Direito de Niterói tivera parecer contrário do Sr. Lodi. [...] (assinaturas)<sup>54</sup>

Por maiores que fossem as expectativas quanto à federalização da Faculdade de Direito, observamos que nem todos os professores estavam satisfeitos, alguns ainda preferiam a independência em relação ao Governo Federal. Em um trecho de uma ata da Congregação da Faculdade de Direito, por meio da manifestação do professor Henrique Rupp Júnior, está explicitado o que pensavam sobre a federalização:

Ata da sessão da Congregação da Faculdade de Direito de Santa Catarina realizada no dia 30 de dezembro de 1955, como abaixo declara:

Presidente: Professor Ferreira Lima

Secretário: Professor Ferreira Bastos.

<sup>52</sup> Henrique Stodiek foi professor e diretor da antiga Faculdade de Direito de Santa Catarina e do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>53</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.5, n.9, jan./jun. 1966, p.47-48.

<sup>54</sup> FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA. Florianópolis. *Ata da sessão da Congregação da Faculdade de Direito de Santa Catarina realizada no dia 4 de fevereiro de 1953*. Livro n.4, f.8-9.

[...] Com a palavra o Sr. Diretor fez uma exposição sôbre o que se estava processando na Capital da República a respeito da federalização da Faculdade, para o que fôra, oficialmente, autorizado pela Congregação, conforme consta da ata da sessão de 30 de novembro próximo findo. Com efeito, comparecera, não só ao Ministério da Educação, como, ainda, ao Palácio do Catete, onde se avistara com o Presidente Nereu Ramos, tendo S. Excia. lhe declarado que iria remeter Memorial e projeto de lei para o fim visado pela Faculdade de Direito de Santa Catarina. Com a palavra o Professor Rupp Júnior, declarou que, se estivesse presente à sessão anterior, ter-se-ia manifestado contra a federalização da Faculdade.<sup>55</sup>

Durante a década de 1960, ou se desenvolveram ou foram criadas diversas universidades federais, sob a égide do governo militar, pois o pensamento desenvolvimentista permeava o imaginário da nação.

A criação da UFSC se deu em 18 de dezembro de 1960, o art. 2º da Lei nº 3.849, formada pelas faculdades de Direito, Farmácia, Odontologia, Medicina, Filosofia, Serviço Social, Ciências Econômicas e Engenharia Industrial.<sup>56</sup>

Juscelino Kubitschek também fez parte da linha de pensamento desenvolvimentista, e, durante seu governo, além da construção de Brasília e inúmeros grandes empreendimentos, criam-se diversas universidades que irão se formar conceitualmente, se estruturar e florescer durante a Ditadura militar que tomou o país em 1964.

Para a Faculdade de Direito, esse momento foi importante, pois, pelo pensamento desenvolvimentista, o país cresceu social, cultural e economicamente, exigindo cada vez mais mão de obra especializada, fazendo com que nascesse na Faculdade a ideia da criação de uma universidade no estado, dentro do espírito do desenvolvimento.

Outro grande momento para a Faculdade de Direito é a criação da Universidade Federal de Santa Catarina, momento histórico em nosso estado. pois agora, além de outras respeitáveis faculdades, a mais antiga delas, a Faculdade de Direito, passou a fazer parte do quadro de cursos oferecidos pela nova universidade.

Nesta oportunidade podemos refletir sobre como era o período de efervescência política e como foram politizados os professores envolvidos com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, observamos a influência que os partidos políticos tiveram sobre a atuação e os desacordos sobre onde e como se criar uma universidade, e quem estava com maior proeminência no momento venceu a aposta.

Podemos ainda observar na fala da professora Zuleika Mussi Lenzi que “no bar chamado Meu Cantinho encontravam-se professores que delineavam as novas linhas da Filosofia e da Política de Direito”. Segundo lembra a professora, o professor Henrique da Silva Fontes, na época diretor da Faculdade de Filosofia e antes pertencente à Faculdade de Direito, era a favor de uma universidade estadual, enquanto o professor João David Ferreira Lima era a favor de uma universidade federal, e alegava que o estado não teria condições de manter um empreendimento de tão alto custo, vencendo então a proposta de uma universidade federal.<sup>57</sup>

Há ainda a questão da localização dessa universidade, o professor Henrique Fontes é da opinião que ela precisaria de espaço, por isso então deveria ser na Trindade, pois o centro não suportaria o crescimento do *campus*. Já o professor João David Ferreira Lima era a favor de uma universidade no centro da cidade.

Segundo Zuleika Lenzi a política partidária influenciou nas decisões sobre criação da Universidade. O professor Henrique Fontes pertencia à UDN, enquanto o professor João David Ferreira Lima ao PSD, partido de Juscelino Kubitschek, que aprovou a criação da Universidade Federal de Santa Catarina. A entrevistada ainda diz que mesmo os clubes recreativos da cidade eram divididos entre os partidos: os sócios do Lira eram UDN e os do Clube 12, PSD.<sup>58</sup>

A professora Zuleika lembra ainda que a conjugação das forças políticas na época favorecia a figura do professor Ferreira Lima, que acaba construindo na Reitoria, à Rua Bocaiúva, o busto de JK. Segundo ela, nada deixa de passar pelo pano de fundo da política partidária. Comenta que, naquela época, quem traisse seu partido no processo eleitoral era excluído totalmente dos meios sociais.<sup>59</sup>

Também sobre esse contexto político, o entrevistado desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi, ao se referir ao bar “Meu Cantinho”, afirma que o professor Henrique

<sup>55</sup> FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA. Florianópolis. *Ata da sessão da Congregação da Faculdade de Direito de Santa Catarina realizada no dia 30 de dezembro de 1955*. Livro n. 4, f. 76(verso).

<sup>56</sup> OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. *Discurso de comemoração dos 75 anos da Faculdade de Direito* p.8 arquivo pessoal da professora Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira.

<sup>57</sup> Zuleika Mussi Lenzi. *Entrevista concedida a Roselane Nechel, Douglas Felipe Abelino e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 29 jul. 2010.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Zuleika Mussi Lenzi. *Entrevista citada*.

Stodieck tinha uma liderança na década de 1960 e 1970, além disso frequentavam o bar Waldemiro Cascaes, professor de Processo Civil, e o professor Abelardo Gomes, bem como os professores da Faculdade de Filosofia e de Línguas, como o professor Fioravante Ferro, os professores Eudoro de Souza e Agostinho da Silva (portugueses que lecionavam na Faculdade de Filosofia). Estes últimos eram tidos como comunistas, eram considerados como um “casulo” de esquerda, segundo o desembargador Lenzi, quem pensava diferente era considerado comunista.<sup>60</sup> Podemos observar por meio das memórias de nossos depoentes o quanto foi importante o jogo político dentro do processo da criação da Universidade.

## Os governos militares

A tomada do poder pelos militares gerou grande tensão nos meios acadêmicos, as universidades sofreram grande repressão, os professores e alunos foram cassados e retirados das instituições, alguns torturados, outros exilados. Segundo Olive:

Após a tomada do poder pelos militares, em 1964, as universidades passaram a ser objeto de uma ingerência direta do governo federal, foi afastado um grande número de professores, principalmente na Universidade de Brasília; também foram criadas Assessorias de Informação nas instituições federais de ensino superior, com a intenção de coibir as atividades de caráter “subversivo”, tanto de professores quanto de alunos.<sup>61</sup>

O Regime militar, diante de uma série de movimentos estudantis em Paris, a Primavera de Praga, que tornaram-se exemplo para o surgimento de vários protestos no Brasil, em defesa das liberdades democráticas, aprova o Ato Institucional N° 5 – AI-5, que estabelece várias medidas que representaram cerceamento das liberdades individuais. Esse decreto tinha sua justificativa na “defesa da segurança nacional”. O conceito de segurança nacional aparece baseado na Doutrina Truman de 1947, que destinava a excluir de qualquer modo a existência da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) pode ser compreendida como uma defesa da sociedade ocidental cristã. Baseados nesses ideais, criou-se o que se chamou de “inimigos internos”, brasileiros ou estrangeiros que pudessem propagar ideologias subversivas que prejudicassem essa visão de mundo. Para tanto, era considerado necessário a exclusão desse tipo de elemento, seja por meio legal ou ilegal, como sequestros e sumiços de agentes subversivos, esses agentes possuíam um ideal diferente do comunismo clássico e eram conhecidos como “nova esquerda”.<sup>62</sup>

Immanuel Wallerstein, sociólogo estadunidense, denominou o movimento existente na década de 1960 de “nova esquerda”, movimento que acreditava num engajamento mais político, mais ideológico, e era uma resposta à chamada “velha esquerda”, que se engajava na estrutura operária. Essa esquerda tinha uma forte representação estudantil, eles constituíam uma força política importante. Por esse motivo, as ditaduras existentes no mundo nas décadas de 1960 e 1970 adotaram como uma de suas medidas invadir as universidades, puseram na clandestinidade as centrais dos estudantes e prenderam professores e alunos, como no México e na Indonésia.<sup>63</sup>

No Brasil, os estudantes também tiveram um papel importante na crítica “velha esquerda”. A falta de liberdade nos países comunistas foi criticada pelos estudantes que saíram dos partidos comunistas oficiais e aderiram à luta armada. Essa ideologia, ao longo do tempo, foi vitoriosa tanto dentro dos partidos comunistas quanto entre os estudantes, e este movimento foi radicalizando no decorrer dos anos.<sup>64</sup>

A pressão exercida durante os governos militares foi grande em todos os âmbitos da sociedade, mas especialmente dentro das universidades, consideradas espaços efervescentes de novas ideias e de produção de conhecimento. As intervenções dentro das universidades foram fortes e na UFSC não seria diferente, principalmente em uma cidade em que aconteceram discussões políticas.

O professor José Luis Sobierajsk relata em entrevista suas experiências pessoais com os governos militares:

Eu antes de entrar na Universidade sofri a ação do governo militar, não estive preso, mas eu advogava no interior, e no interior prestava assistência como advogado a umas associações de lavradores, que acabaram umas delas depois

<sup>60</sup> Carlos Alberto Silveira Lenzi. *Entrevista concedida a Glaucio de Sousa Backes*. Florianópolis 14 ago. 2010.

<sup>61</sup> OLIVE, Arabela Campos. *Histórico da Educação Superior no Brasil*. In: SOARES, Maria Susana Arrosa. *A Educação superior no Brasil*. Brasília: CAPES, UNESCO, 2002, p.39.

<sup>62</sup> LEITE, Isabel Cristina. *Doutrina de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado: análise comparada entre Brasil e Argentina*. In: ENCONTRO MEMORIAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/UFOP 2. 2009. Mariana-MG. *Nossas letras na história da educação: anais do II Encontro Memorial...* Mariana: ICHS/UFOP, 2009. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h413.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

<sup>63</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim de. *O golpe de 1964: testemunho de uma geração*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sa. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p.298.

<sup>64</sup> Idem.

se transformando em sindicatos, e isso aí para aquela época foi considerado atividade subversiva. Inclusive respondi a inquérito policial militar, chamado DM, na 5ª região militar, e fui absolvido.

Eu recebi documento pra responder ao processo na 5ª Região Militar em Curitiba, e pedi para eu mesmo fazer a minha defesa. Eu e outras pessoas fomos enquadrados com um grupo de 11, que éramos chamados o grupo de 11, só que nesse grupo de 11 tinha 14, foram todos absolvidos, mas antes disso todos fomos chamados a Curitiba para prestar vários depoimentos ou para acompanhar outros depoimentos.

O fato que aconteceu comigo aconteceu antes de eu entrar na faculdade. Quando fiz concurso para entrar na Faculdade de Direito, eu fiz concurso três vezes, duas vezes, eu fui recusado porque tinha respondido a IPM, apesar de ter sido absolvido, só no terceiro, e eu insisti fazendo, o primeiro concurso foi para o Direito Privado e Social, eu tirei o primeiro lugar e não fui nomeado, fui preterido, e naquela ocasião não cabia mandato de segurança porque o mandato de segurança estava suspenso. O segundo eu fiz para o Direito Público e Ciências Políticas e tirei o segundo lugar, também não fui nomeado. No terceiro eu fui o único que passou dos candidatos, e eu insisti e fui conversar com o secretário de segurança pública do estado, que controlava isso, e relatei a história toda pra ele e ele pediu que eu aguardasse uns dias e fui procurado por um delegado de polícia, que me levou um questionário pra eu responder, eu respondi ao questionário e devolvi. Passado mais uns dias, ele apareceu de novo no meu escritório, que aquele documento tinha desaparecido, que precisava preencher outro. Eu não tenho dúvida, eu tenho cópia aqui. A intenção dele era saber se na segunda informação eu confirmava os primeiros. Aí que eu fui liberado e tomei posse na Faculdade de Direito. Tomei posse no dia 4 de setembro de 74.<sup>65</sup>

Mesmo com a perseguição do governo militar e as explicações dadas pelo professor Sobierajski em função do seu processo, ele consegue entrar para o quadro de docentes da UFSC ainda com suspeitas. Percebe-se que as perseguições existiram mesmo para o Curso, que forma todo o quadro de um dos poderes do estado.

A Ditadura militar no Brasil utilizou-se ainda da censura como forma de controle das pessoas, dentro das universidades. Com base no AI-5, inúmeros foram demitidos, dispensados, presos, torturados e mortos. Sobre estas formas de controle, o professor Carlos Alberto Silveira Lenzi diz o seguinte:

Eu nunca fui *persona grata* ao sistema militar, porque em primeiro lugar eu sempre escrevi, e, escrevendo em jornal, eu sempre fui uma pessoa muito independente, nunca tive partido político, então eu fui uma pessoa independente, e eu criticava o regime militar, um regime de falta de liberdades, censura. Eu dava aula na Universidade e estava advogando, e eu fui comentarista político na RBS, fazia comentários políticos na hora do almoço, e quiseram me censurar, não tinha naquele tempo *teleprompt*, eu fazia de improviso, tinha três minutos pra fazer um comentário, então eu repartia mentalmente um assunto em três facetas e desenvolvia as três.<sup>66</sup>

O Desembargador conta ainda sobre um artigo que escreveu no mesmo dia do golpe militar:

Eu escrevi um artigo no jornal *A Gazeta*, no dia 1º de abril de 64, o artigo intitulado “De Pitecantropos e de coisas”, em suma dizia meu artigo que os macacos vestidos de verde subiram na árvore do poder, aí fui em cana, me levaram para depor lá na Escola de Aprendizes de Marinheiros, fiquei lá depondo dois dias, fiquei só depondo, porque eu não tinha ligação com o partido comunista, com ninguém e nada. Eu era um livre pensador e escrevia, sempre diziam que era comunista.<sup>67</sup>

Sobre o clima dentro da UFSC, em suas memórias, Lenzi descreve o que acontecia dentro de sua sala de aula:

Eu fui submetido a um inquérito dentro da Universidade, foi em 64, quem fez a minha defesa foi o professor Severino Nicomedes, que era professor de Direito Civil na Universidade, eu tenho até hoje a minha defesa, belíssima a minha defesa. Porque eu era esquerdista, sempre o mesmo motivo, daí não encontraram nada, mas era um constrangimento, só porque eu escrevia, era um livre pensador, eles achavam que eu incomodava. E eu não me ajustava ao *status quo* do sistema autoritário.

<sup>65</sup> José Luis Sobierajski. Entrevista concedida a Glauco de Sousa Baches. Florianópolis, 2 ago. 2010.

<sup>66</sup> Carlos Alberto Silveira Lenzi. Entrevista citada.

<sup>67</sup> Idem.

Eu como professor tinha lá alunos que, entre aspas, não eram alunos, eram da polícia federal. Dois, eu descobri quem eram porque ficaram meus amigos. Eu pensava comigo, fizeram o vestibular e ingressaram, então eles ficavam especialmente pra ver se eu fazia proselitismo político nas minhas aulas de Processo Civil, depois eles saíam. E a Universidade era conivente com isso. Isso que é ruim. O sistema exigia, “ó têm professores que são suspeitos, então eles vão assistir às aulas de tais e tais professores”.

Os alunos de Direito sempre foram os mais politizados, e tinha ali na Rua Álvaro de Carvalho a União Catarinense de Estudantes. E eu participei também da política estudantil, eles quiseram fechar, daí cercaram, nós enfrentamos a tropa do Exército e tal, sentamos na rua e tal, aquele negócio todo, a gente sabia que ia acontecer isso, a polícia tava ameaçando.

Eu tive alunos meus presos inclusive, evidente que foram presos por que eram contra o regime, contra o golpe, tinham participação política estudantil.

O professor José do Patrocínio Galloti foi preso, mas esse era comunista confesso, era do Direito, lecionava Teoria Geral do Estado.<sup>68</sup>

Sobre as memórias desse período, percebemos, em alguns depoimentos, que os professores preferiam não falar muito sobre o assunto. No entanto, foi possível perceber por meio de seus depoimentos que o regime autoritário deixou marcas em suas lembranças de vida.

## A Reforma Universitária

Ao longo desse período de Ditadura militar, foram implementadas várias políticas de intervenção para controlar a comunidade acadêmica das universidades brasileiras. Neste contexto, foi elaborado o projeto da Reforma Universitária em 1968, que estabeleceu novos parâmetros para a estrutura administrativa das universidades, criando os departamentos, o sistema de créditos, um novo tipo de vestibular, e dispondo sobre o professor universitário.

Para o professor Luis Carlos Cancellier, a Reforma Universitária do final dos anos 1960 transformou “o ensino num formador de técnicos, não formava mais pensadores”. Em seu depoimento, Cancellier fala sobre os significados das mudanças propostas pela Reforma do final da década de 1960, para o Curso de Direito:

Afetou no engessamento, nas restrições orçamentárias, na execução de programas, na dependência em relação ao MEC, e na compartimentalização das unidades, das disciplinas. Hoje ainda se tem uma ideia de fase fechada, essa ideia de curso estanque, fechado, isso vem da Reforma Universitária. Então é evidente que isso teve um dano central na qualidade de ensino, na perspectiva de um projeto político pedagógico do Curso, num Curso voltado especificamente a uma formação técnica e profissionalizante, formação na área Jurídica, pra ocupação dos postos. E a tradição do Curso de Direito não é essa, o Curso aqui é um espaço de política. Todos nós vamos trabalhar depois, vamos ser advogados, juízes, promotores, docentes na área do Direito, mas a nossa perspectiva é de contribuir com a crítica, com a denúncia. Porque é um Curso que tem uma diferença, ele trabalha num norte, tem um viés, que é o viés da justiça. E, quando tu pensares em algo próximo da justiça,, tu tens que fazer política...

Nessa mesma direção, o currículo passou a ser mais dogmático, mais voltado ao Direito Civil, ao Direito Penal, mais a disciplina de formação dogmática, porque o objetivo do Curso passou a ser uma formação profissional. Se tu pegares hoje, trinta anos depois, tu tens uma série de disciplinas propedêuticas no Curso de Direito, aqui tu estudas Antropologia Jurídica, História do Direito, Sociologia Jurídica, Economia Política, Ciência Política, tu tens Criminologia, tu tens uma série de matérias preparatórias, que não são necessariamente voltadas às dogmáticas, não está se estudando o Código seco a aplicação da lei seca, ou se estudando como se fazer a jurisprudência, esse conjunto de matérias propedêuticas, ele tem exatamente esse objetivo de ter uma visão crítica em relação ao Sistema Jurídico, esse é o espírito do Curso hoje [...] o Curso hoje é bem diferente do da década de 1970, ele deixou de lado essa característica meramente profissionalizante e voltou a ser um Curso que faz necessariamente... que faz a crítica ao Sistema Jurídico e judicial.<sup>69</sup>

Com a Reforma Universitária de 1968, ocorre a mudança da estrutura administrativa, a Faculdade de Direito passa a fazer parte do Centro Sócio-Econômico juntamente com a Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis.<sup>70</sup>

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Luiz Carlos Cancellier. *Entrevista concedida a Kenya Souza Santos*.

Florianópolis, 26 jul. 2010.

<sup>70</sup> OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. Discurso de comemoração dos 75 anos da Faculdade de Direito...op.cit., p.8.

O *Boletim Informativo* de 1966, no período de julho a dezembro daquele ano, refere-se à Reforma da seguinte forma:

#### REFORMA UNIVERSITÁRIA

Na Guanabara, o Professor João David Ferreira Lima – Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, integrou a Comissão de Reitores, recentemente escolhida no Fórum de reitores, para apreciar o anteprojeto que dispõe sobre a reestruturação das Universidades brasileiras.

A Comissão está composta dos seguintes Reitores: João David Ferreira Lima – Universidade Federal de Santa Catarina; Clementino Fraga Filho – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Guilardo Martins – da Universidade Federal da Paraíba; Padre Laércio de Moura – da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Irmão Otão – da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, e, ainda, como integrante da Comissão, o professor Walmí Chagas – da Universidade do Ceará, autor do anteprojeto de reestruturação das Universidades.

Santa Catarina, através da atuação do Professor João David Ferreira Lima no panorama do ensino superior do país, consegue a evidência de honrosa participação em assunto da mais alta importância e responsabilidade para os destinos da educação nacional.

A escolha do Professor João David Ferreira Lima, pela unanimidade dos Reitores das Universidades Brasileiras, oferece dimensão do alto conceito que desfruta o Reitor da UFSC junto aos círculos mais representativos do pensamento nacional tocante às diretrizes e normas que hão de disciplinar a estrutura e o funcionamento das nossas Universidades, adaptando-as a idéias e concepções inteiramente novas, atualizando-as tanto no sistema didático como no sistema administrativo, colocando-as na mesma linha de ação das melhores universidades do mundo.<sup>71</sup>

Com a Reforma Universitária, houve uma união das faculdades que compunham a Universidade Federal de Santa Catarina, essas faculdades perdem a sua autonomia e se agrupam em Centros de Ensino, unidas pela finalidade em comum. Nessa perspectiva, a Faculdade de Direito passa a fazer parte do Centro Sócio-Econômico (CSE). A implantação desse Centro deu-se pela Portaria nº 162/69, e o executor do projeto é o professor Paulo Henrique Dias.<sup>72</sup>

Em nossas entrevistas, encontramos falas a respeito de como essa reunião com as faculdades que compõem o CSE repercutiu, podemos dizer que essa ação não foi aceita completamente, pois além da Faculdade de Direito perder sua autonomia, alunos e professores argumentaram que o Curso de Direito não se encaixava completamente dentro do centro em que estava. Essa opinião vai perdurar e influenciar na criação do Centro de Ciências Jurídicas.

### A Pós-Graduação em Direito

Durante a década de 1970 cria-se a pós graduação em Direito, cuja data mais precisa é 29 de junho de 1973, por meio da Portaria nº 116/73,<sup>73</sup> que leva a assinatura do professor Roberto Mündell de Lacerda, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina no período. Suas áreas de concentração em Instituições Jurídico-políticas e Relações Internacionais e suas atividades tiveram início em 1º de outubro do mesmo ano.<sup>74</sup>

No ano de 1984 o Conselho Federal de Educação recredenciou o Curso de Pós-Graduação em Direito e é acrescentado as áreas de concentração de Filosofia e Teoria do Direito.<sup>75</sup> Pela Portaria nº 216/84, de 4 de maio de 1984, é aprovado o Curso de Doutorado em Direito, que tem seu início efetivo em 1988.<sup>76</sup>

### O DIAPRAJ

Em 1973 foi criado o DIAPRAJ, que futuramente se transformaria no EMAJ (Escritório Modelo de Assistência jurídica), um escritório modelo para que os alunos do Curso de Direito pudessem praticar a futura profissão. Segundo Aluísio Blasi, a iniciativa para a instituição de tal empresa foi da parte do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, do Curso de Direito, que, por meio de advogados contratados, atuavam e aprendiam o que

<sup>71</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.5, n.10, jul./dez. 1966, p.45-46.

<sup>72</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n. 33, 1969, p.10.

<sup>73</sup> Idem. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.VII, n.78, jun. 1973, p.20.

<sup>74</sup> OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. Discurso de comemoração dos 75 anos da Faculdade de Direito...op.cit., p.8.

<sup>75</sup> Ibidem, p.9.

<sup>76</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, maio 1984, p.14.

precisavam para entrar no mercado de trabalho, além de retribuírem à sociedade, na forma de serviços, o privilégio de estudar numa universidade gratuita. Assim os processos poderiam ser encaminhados aos seus propósitos. O professor Rodolfo Pinto da Luz descreve um fato interessante sobre o início do DIAPRAJ, futuro EMAJ:

O Diapraj, pelo que eu sei, foi o Napoleão Amarante, ele sempre diz que foi ele quem criou o Diapraj, como estudante de Direito. O Diapraj teria sido criado, segundo ele, pelos estudantes ou por pressão dos estudantes, para que fosse criado um local para exercício prático, mas isso já foi anterior a minha entrada na Faculdade.<sup>77</sup>

Mesmo terminando o Curso de Direito antes da criação da UFSC e tendo se tornado docente após a criação do Diapraj, em entrevista o professor Sobierajsk relata o seguinte:

O Diapraj começou dentro do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, quando a Faculdade ainda estava lá na Rua Esteves Júnior, lá começou como um departamento do Centro Acadêmico, depois mais tarde é que foi absorvido pelo Departamento de Direito Processual e Prática Forense, mas o início do Diapraj foi dentro do Centro Acadêmico XI de Fevereiro.<sup>78</sup>

A iniciativa foi e ainda é de grande utilidade na formação dos alunos do Curso, é por meio desse implemento que os estudantes têm seus primeiros contatos com os processos reais, sendo deles a responsabilidade de encaminhá-los.

Referindo-se à criação do Diapraj, o Desembargador Silveira Lenzi fala:

Eu criei dentro do nosso Departamento de Processo Civil, eu fiz um convênio com o Tribunal de Justiça, propus um convênio da Universidade com o Tribunal de Justiça, pra instalar uma Vara de Família lá na Universidade, na área do Direito, e esse convênio foi aprovado, e essa Vara foi instalada. Os alunos participavam das audiências, então eu criei uma cadeira de Prática Forense, porque não adianta ensinar só teoria para os alunos, tem que se ensinar prática. O Processo Civil são as rodas do Direito, o Processo faz o Direito andar. Eu criei então essa unidade do Tribunal de Família lá na Universidade, que hoje é aquele fórum. O nascedouro foi aquele convênio que eu fiz com o Tribunal. Em cima dessa minha ideia, desse meu convênio, do Departamento de Prática Forense, surgiu isso aí depois, inclusive tem uma disciplina de Prática Forense na Universidade.<sup>79</sup>

Nesse processo de criação e ensino, o professor aposentado Carlos Alberto Silveira Lenzi contribuiu com o Diapraj, atual EMAJ. O fato de que a Universidade possui um fórum próprio alivia tanto a comunidade quanto estimula o aluno nesse processo de aprendizado. Silveira Lenzi afirma que a maior parte dos processos que chegam dentro do Escritório Modelo, e que eram também maioria desde sua criação, direcionam-se à Vara da Família, como separações, pensões alimentícias e processos do gênero.

Lenzi não é o único a afirmar isso, a ex-aluna Regina de Fátima Rios Machado, hoje trabalhando na área Jurídica, também afirma que já naquela época o Diapraj adquiriu essa função. Sobre quem era atendido e quais eram os casos mais frequentes, e a estrutura física do EMAJ, ela afirma que:

[...] as pessoas necessitadas, aqueles que não podem pagar, o que a assistência judiciária atende hoje, lá também se atende. Mais separação, ou então briga de vizinhos, esse tipo de coisa. Eram salinhas pequenininhas com uma mesinha, duas cadeirinhas, uma cadeira pros alunos e duas pras pessoas sentarem, eram várias salinhas, eu não me lembro a quantidade de salas, mas eram várias.<sup>80</sup>

A professora Renata Raupp Gomes refere-se aos atendimentos do EMAJ da seguinte forma, antes e hoje: “outra coisa que é muito frustrante é que os alunos veem praticamente a mesma coisa, ações trabalhistas, ações familiares, algumas ações possessórias, porque as demandas não mudam, elas são muito semelhantes.”<sup>81</sup>

## Abertura política – tempo de mudanças

O período que inicia nos anos 1980 costuma ser chamado de período de abertura política. E se inicia com a presidência de João Batista de Oliveira Figueiredo, último general a assumir esse cargo durante a ditadura, em 15 de março de 1979. O início de seu

<sup>77</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada*.

<sup>78</sup> José Luis Sobierajsk. *Entrevista citada*.

<sup>79</sup> Carlos Alberto Silveira Lenzi. *Entrevista citada*.

<sup>80</sup> Regina de Fátima Rios Machado. *Entrevista concedida a Glauco de Sousa Baches*. Florianópolis, 08 ago. 2010.

<sup>81</sup> Renata Raupp Gomes. *Entrevista concedida a Glauco de Sousa Baches*. Florianópolis, 02 ago. 2010.

governo foi marcado pela continuação da abertura política, iniciada no governo anterior do general Ernesto Geisel.<sup>82</sup>

Realiza-se assim a anistia política, tanto para perseguidos políticos quanto para aqueles que agiram em nome da segurança nacional (torturadores, militares envolvidos no terrorismo governamental). Nesse período acaba-se com o bipartidarismo, os partidos ARENA (partido do governo) e MDB (partido da chamada “oposição”) são extintos e aparece uma pluralidade de partidos no Brasil, inclusive de esquerda.<sup>83</sup>

Economicamente o Brasil passa por um período de estagnação econômica e inflação alta, o modelo econômico desenvolvido pelos militares perde sua eficácia, e o país e o mundo ficam em crise.<sup>84</sup>

Em 1983 realiza-se o movimento pelas “Diretas já”: eleições diretas para presidente, movimento que não obteve êxito naquele momento, mas depois de mais uma eleição indireta, em que foram eleitos presidentes civis.<sup>85</sup>

Em 1980, o Curso de Direito se une, no *campus* da Trindade, às outras faculdades do Centro Sócio-Econômico, e o imóvel que ocupara à Rua Esteves Júnior é vendido para o estado, onde passa a ser instalada a Escola Básica Henrique Stodiek.<sup>86</sup> A esse respeito, José Luis Sobierajsk comenta o que acontece no *campus* da Trindade antes da ida para lá do Curso de Direito, e quando se dá essa transferência:

Eu quando entrei, em 1974, aliás como professor, eu recebi uma disciplina pra lecionar à noite, era num outro curso, então só tinha aqui dois prédios, o prédio da Reitoria e o prédio do Básico, que ficava ali na frente, e a gente chegava aqui pra dar aula à noite e era um deserto completo, não havia nem iluminação, era uma verdadeira escuridão. Depois a Faculdade de Direito, aliás o Curso de Direito, já se mudou aqui para a Universidade, isso se deu em dezembro de 79, nessa época eu era coordenador do Curso de Direito, e me lembro bem disso aí, aqui a Universidade já tinha, dentre outros prédios, o prédio do Centro Sócio-Econômico, e nós ficamos instalados ali, porque nessa ocasião o Curso de Direito, ele fazia parte do Centro Sócio-Econômico, não tinha um centro especial só para o Curso de Direito. Então junto era o Curso de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia, e depois ainda veio o Curso de Serviço Social.<sup>87</sup>

Sobre esse momento, a professora Olga, diretora do Centro de Ciências Jurídicas, fala a respeito da efervescência política e de como o Curso de Direito participava desse contexto, e quais foram suas ações nesse período:

Principalmente aqui na pós-graduação, o Direito tem sempre essa característica de ser um Curso muito tradicional, mas a pós-graduação sempre se destacou pelo seu papel crítico. Então nós tínhamos discussões muito críticas, questionando toda essa filosofia, o regime, o governo, o que significaria as eleições diretas já, qual era o papel do Tancredo Neves, do Sarney, ou seja, o que seria essa nova Constituição. Uma Constituição que todos estavam, a partir da assembleia constituinte, tentando vislumbrar, uma Constituição realmente voltada para a garantia dos direitos sociais. E como eu tinha realizado tanto a especialização como o mestrado na área de Direitos Sociais, isso me ajudou também a amadurecer as ideias, as próprias disciplinas que eu buscava, trabalhava o Estado e o Sindicalismo, a Estrutura Sindical no Brasil, o Direito Coletivo Comparado, todos eles foram feitos com base naqueles ensinamentos obtidos no exterior. Isso te dá uma visão muito mais ampla, inclusive mais crítica, porque sai daqueles autores nacionais que você estava acostumada a lidar aqui no Brasil. A gente sempre tentava isso, participava das reuniões do sindicato, escutava as discussões que os colegas tentavam organizar, dessa maneira a efervescência aqui foi muito grande.<sup>88</sup>

No *Boletim do Pessoal* de 1986, é publicada a Resolução que separa definitivamente o Curso de Direito do Centro Sócio-Econômico, dando-lhe maior autonomia em suas deliberações:

RESOLUÇÃO Nº 131/CUn/85 – DATA: 15.10.85 – PROCESSO Nº 016880/84 APROVAR a criação do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina.<sup>89</sup>

Na ata de 8 de outubro de 1985 do Conselho Universitário, entra em pauta a criação do Centro de Ciências Jurídicas, cujo relator, Osvaldo Ferreira de Melo, expõe o histórico

<sup>82</sup> ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Os Presidentes e a República*: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009, p.164.

<sup>83</sup> ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Os Presidentes e a República...* op.cit., p.164.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p.165.

<sup>85</sup> *Idem*.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. Discurso de comemoração dos 75 anos da Faculdade de Direito... op.cit., p.9.

<sup>87</sup> José Luis Sobierajsk. *Entrevista citada*.

<sup>88</sup> Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira.

*Entrevista concedida a Glauco de Sousa Baches*. Florianópolis, 20 set. 2010.

<sup>89</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, fev. 1986, p.2.

do surgimento da proposta da criação do referido Centro, afirmando que o processo começou dentro do próprio Centro Sócio-Econômico, e que todos os departamentos foram a favor da sua criação. Dentre as justificativas utilizadas, destacam-se a de que o Curso, dada a sua área de atuação, não se encaixaria no Centro Sócio-Econômico, inclusive pelo que sugere a sua nomenclatura; outra justificativa seria de que os cursos de Direito sempre mantiveram certa independência e que esta autonomia manteria as peculiaridades necessárias para formar todos os integrantes de um dos poderes do estado. E por fim, que esta medida traria benefícios práticos tanto para os cursos que compõem o Centro Sócio-Econômico como para o Curso de Direito.<sup>90</sup>

Dentro dessa mesma ata, aparece uma discussão sobre as estruturas criadas pela Reforma Universitária de 1969, e os problemas que esta trouxe para o ensino. A Universidade Federal de Santa Catarina foi uma das primeiras a completar a reestruturação baseada na Reforma, mas, ao que pareceu, ela não foi satisfatória para muitas pessoas, em seus cursos.<sup>91</sup>

Na sessão seguinte, do dia 15 de outubro de 1985, dia da aprovação da proposta de criação do Centro de Ciências Jurídicas, surgem também dois questionamentos: se haveria ou não ônus para a Universidade tal mudança, dúvida de alguns representantes, embora a apresentação da proposta ressaltasse que isso não iria acontecer, que seria apenas feito um remanejamento dentro do Centro, e que este seria dividido entre o Centro Sócio-Econômico e o Centro de Ciências Jurídicas; o outro questionamento que surge é a questão de que a aprovação desse novo centro poderia estimular outros a se dividirem. Dúvidas que não impediram que houvesse afinal a criação do novo centro, que acabou sendo aprovada por unanimidade, pelo Conselho Universitário.<sup>92</sup>

Reitor do período, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, descreve sobre a criação do CCJ e sobre as falas que teve com os responsáveis pela proposta da criação do centro:

O CCJ foi criado quando eu era reitor pela primeira vez, que aí teve primeiro a criação dos centros, acabou o Básico, os centros, CFH etc., etc., os quatro centros, e depois passou muito tempo sem uma criação, aí, quando eu fui reitor, veio a pressão para criar, porque era a primeira Faculdade, o Direito é um dos poderes da República, é todo formado pela Faculdade de Direito, os tribunais etc., os advogados, os procuradores, aquela coisa toda. O CCJ tinha os mestrados, fez o doutorado, cresceu muito em qualidade, então a pressão. Aí foi o Hélio Barreto, era o diretor, aí foi a discussão com o Sócio-Econômico, aquela história de perde e ganha, foi ao Conselho Universitário e foi aprovado, eu como reitor, mas não foi uma iniciativa minha não, foi do próprio Centro. É claro que eu apoiei, nem podia ser contra, imagina eu ser contra, mas eu só disse o seguinte, só tem uma condição, vocês vão, o Sócio-Econômico e o CCJ estão num prédio e vão ficar no mesmo prédio, vocês não vem pedir porque aí eu não tenho a mínima condição com aquela crise toda, tinham outras necessidades etc., e tava todo mundo acomodado ali, na verdade os professores estavam, os alunos estavam, a única coisa era mudar, era criar uma sala de direção, uma secretaria e tal, 'nós dividimos aqui não vamos pedir nada', perfeito então foi aprovado o CCJ.<sup>93</sup>

O professor José Luis Sobierajsk também se pronuncia a esse respeito:

Para a criação do Centro de Ciências Jurídicas, embora aprovada pelo conselho departamental do Centro de Ciências Econômicas, era necessário que houvesse aprovação do Conselho Universitário. No Conselho Universitário, a representação estudantil pediu vistas, porque queria discutir com os estudantes, então eu me lembro que nós fizemos uma mobilização e explicamos para os alunos, até que novamente o processo voltou para o Conselho Universitário, onde o relator era o professor Osvaldo Ferreira de Melo, que era representante do Centro Sócio-Econômico, no Conselho Universitário, e depois de um embate dentro do Sócio-Econômico, dentro do Conselho Universitário, embate até bem pesado, uma disputa grande, o Centro conseguiu obter a aprovação por maioria.<sup>94</sup>

Uma curiosidade desse período, depois de aprovado o curso de doutorado em Direito, é o ingresso nos quadros da pós-graduação da professora Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, egressa da Unisinos (Universidade do Vale dos Sinos), que chegou na UFSC com uma bolsa Recém Doutor do CNPq. Sendo assim a primeira mulher a fazer parte do quadro docente no Curso de Direito, foi também a primeira coordenadora do Curso,

<sup>90</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 8 de outubro de 1985*. Livro de Atas 1985/1987, f. 8-11.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> Ibidem f. 4-5.

<sup>93</sup> Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista citada*.

<sup>94</sup> José Luis Sobierajsk. *Entrevista citada*.

a primeira vice-diretora e por fim a primeira diretora do Centro de Ciências Jurídicas. A professora Olga cursou suas pós-graduações no México e lá se especializa na área de Direitos Sociais. Sobre a sua chegada na Universidade Federal de Santa Catarina, ela nos fala:

Nós tínhamos um colega, um amigo da sociologia, tanto o professor Antônio N. Pedroti, que hoje é da SINTER, como um professor da sociologia aqui que eram gaúchos, também de Porto Alegre, disseram: Por que você não vem pra Florianópolis?

Porque a Unisinos na época não tinha curso de mestrado, nem de doutorado, em Direito, tinha apenas dois cursos de especialização. E eu me sentia meio “fora da casinha”, como eu digo. Porque eu queria aplicar tudo aquilo que eu tinha aprendido, e eu não consegui, não tinha uma estrutura de pós-graduação forte como nós temos hoje. Então os dois colegas, amigos, me sugeriram que eu viesse para Florianópolis. E eu fui recebida então em março de 1986 pelo professor Paulo Henrique Blasi, que era o coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito.

E ele ficou muito feliz em me receber, olhou todo o meu currículo, toda a minha experiência internacional e disse: Você vem pra cá e nós vamos ver uma forma de isso se concretizar. Disse que havia uma possibilidade via bolsa CNPq, Bolsa Recém Doutor. Aconselhou-me a procurar a Câmara de Pós-Graduação aqui da UFSC. Eu fiz uns contatos, soube dos formulários, me inscrevi, participei da seleção em nível nacional, e consegui a bolsa Recém Doutor.

Em 86 eu venho pra cá, depois de dois meses, com a bolsa Recém Doutor CNPq, e nesse momento eu passo a fazer parte do Curso de Pós-Graduação em Direito, e era a única mulher, vinte professores doutores e eu era a única mulher, então isso também foi um impacto, mas um aspecto foi muito bacana, o pessoal dizia: minha doutorinha, como o professor costumava me chamar.

Depois de dois anos se abre, oficialmente, o programa de doutorado e eu começo a fazer parte dele, começamos com as disciplinas, com as orientações. Então essa carreira acadêmica começa a se consolidar mesmo a partir dessa bolsa Recém Doutor do CNPq, quando em 1989 eu sou habilitada em concurso público para professor adjunto, tirei o primeiro lugar no concurso, haviam três ou quatro candidatos, alguns desistiram, eu fui até a última etapa e a banca era composta pelo professor Clóvis de Souto Goulart, professor Osvaldo Ferreira de Melo e pelo professor Cristian Cubet. E em 1989 eu comecei a fazer parte do corpo docente da Federal.

Continuava sendo a única mulher, depois de uns cinco ou oito anos é que veio a professora Vera e depois de alguns anos a professora Josiane, depois veio a professora Vera Pereira de Andrade, mas eu fiquei de oito a quase dez anos sendo a única mulher do programa.

Nesse ano de 1989 eu me elegi como chefe do departamento aqui do CCJ, já nesse momento começa toda a minha rotina administrativa também, eu sempre gostei muito de casar a parte administrativa com a parte acadêmica, porque às vezes o professor fica tão afastado, fica tão envolvido com a questão da pesquisa, com a rotina da publicação ou da orientação que ele não vivencia essa parte administrativa. Acho que isso nos faz amadurecer e até entender um pouco das dificuldades do que são os denominados recursos ou orçamentos públicos para as federais, então já a partir de 89 nós começamos, eu fui chefe de departamento por três vezes, depois eu fui a primeira coordenadora da pós-graduação, fui a primeira vice-diretora de Centro, fiquei oito anos como vice-diretora, estou no segundo mandato como diretora também, quer dizer, em quase oitenta anos a faculdade de Direito nunca tinha tido uma mulher nem como vice-diretora nem como diretora. Então para mim isso foi a demonstração do respeito, do reconhecimento do trabalho sério que a gente vem desenvolvendo, não só a nível acadêmico como também em nível administrativo também.<sup>95</sup>

Sendo assim, o Curso de Direito, que sempre foi bastante ativo política e socialmente, passa a ter a primeira mulher em seu quadro docente, que assume cargos de destaque no Centro de Ciências Jurídicas. Percebemos que até o Direito pode demorar a incorporar novos costumes.

<sup>95</sup> Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira. *Entrevista citada.*

## Década de 1990, LDB e a construção do prédio do Centro de Ciências Jurídicas

As repercussões da legislação sobre os projetos pedagógicos dos cursos também aparece nas análises da professora Renata Raupp Gomes, quando ela se lembra dos reflexos da nova LDB de 1996 sobre o Curso de Direito:

O que a gente amadureceu mais foi a questão curricular, foi a disposição das disciplinas, foi o desencadeamento do que a gente quer oferecer, o tipo de formação que a gente quer dar. Como é que repercute o que determina a LDB na nossa formação, no nosso perfil. Posso te dizer que no Direito a gente tem um perfil bem específico, bem conhecido, o nosso aluno que procura a Universidade, já sabe o perfil de bacharel que a gente vai oferecer, e normalmente esse perfil já é definido pela pós-graduação mesmo, que é um perfil mais publicista, um perfil mais crítico, de disciplinas hermenêuticas. E até os professores, como eu, que são professores de disciplinas mais dogmáticas, a gente tenta sempre dar uma visão mais crítica, uma visão mais ampla e não aquela visão só no que é a lei. E eu acho que isso é uma tendência, porque a gente não quer um profissional bitolado, a gente quer um profissional que seja o mais completo possível, e a gente quer formar um profissional que tenha versatilidade, que ele possa atuar em qualquer frente que ele pretenda.<sup>96</sup>

Sobre esse momento, a professora Olga pode nos dizer como o Curso de Direito discutia seu currículo num momento de maior abertura educacional pouco antes da aprovação da LDB e também durante esse processo:

Na realidade todas as reformas da educação que têm acontecido a partir do Ministério da Educação são técnicas, elas passam a ser políticas, dependendo muito do papel que o próprio Ministro da Educação ocupa naquela pasta. E isso claro tem um vínculo com o próprio governo, a partir das suas ligações políticas com os partidos majoritários.

O que se percebe é que, dependendo do perfil desse Ministro da Educação, ele busca na própria sociedade, seja na OAB, seja nas faculdades de Direito, tanto em nível público quanto em nível privado; uma participação maior desse seguimento, isso ajudou muito a repensar um pouco os currículos de Direito. Porque ele sempre foi construído com uma base muito técnica e tradicional positivista.

A partir de 1990, com a própria evolução da pós-graduação no país, a CAPES começa a despontar com o comitê de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, com o objetivo de criar programas consolidados, de qualidade. Isso fez com que começasse a afetar também aquelas diretrizes curriculares voltadas para o Curso de Direito. Então saímos um pouco daquele tradicional para tentar buscar uma análise muito mais crítica, que já começa a partir das primeiras fases, quando colocamos como disciplinas humanistas, dentro desse caráter, como a ética, a sociologia, a política, a antropologia, a psicologia, essa é uma das tentativas.

Eu creio que não são suficientes porque infelizmente o nosso aluno quando ingressa, ele tem uma noção um pouco equivocada do que é o Curso de Direito. Ele acha que o Curso de Direito está formando advogados. O Curso de Direito não forma advogados, ele forma bacharéis, e a partir disso é que eu posso escolher uma ou outra profissão jurídica. Esse leque exige também que eu prepare um aluno com muito mais qualidade, não apenas um aluno voltado para a parte técnica de leitura e da análise do Código de Processo Civil, do Código Tributário, do Código Penal. Eu preciso trazer outros elementos para esse aluno. Esses elementos, em parte, vêm através dessas disciplinas com esse caráter mais humanista, mas não só isso, eu preciso de um corpo docente qualificado que também tenha uma formação mais crítica. Porque se eu trouxer para a sala de aula um professor que foi formado dentro de uma diretriz curricular tradicional, ele não vai conseguir exercer e nem levar o aluno a essa discussão mais crítica. Por exemplo, há um conceito de cidadania, o conceito de Estado, o que significa esse direito à saúde, qual é o significado de desenvolvimento sustentável, de direitos humanos, o que significa o lema da Revolução Francesa, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, o que é uma busca por uma sociedade solidária e justa. Isso eu consigo nas primeiras fases de um professor que tenha uma formação crítica mais consolidada e que possa direcionar para uma leitura diferente daquela tradicional, eu não posso me restringir apenas aos manuais e aos códigos, eu tenho que abrir isso que eu consigo através de umas disciplinas com esse caráter mais humanista.

<sup>96</sup> Renata Raupp Gomes. *Entrevista citada.*

O Curso de Direito não é responsável apenas por um dos poderes do Estado, na realidade todo o monopólio do Direito está com o Estado. O Estado tem o monopólio do poder executivo, do poder legislativo e do poder judiciário. Tudo que diz respeito à aplicação, à análise, à interpretação, ou à decisão através de uma sentença em qualquer dos níveis, o judiciário está na mão do Estado. Eu ainda vejo isso como uma dificuldade de os alunos entenderem também de que apesar de nós termos disciplinas com um caráter mais humanista, todo monopólio do Direito ainda está com o Estado.

A partir de 2011 nós vamos ter outra grade curricular para o Direito. Isso significa que de 1996 a 2011 são várias tentativas de busca de uma diretriz curricular nacional não apenas para o Direito, mas para outras áreas, tentando fortalecer mais esse caráter humanista. Eu diria não apenas para o Direito, essa questão de você discutir uma relação entre Filosofia e Antropologia significa que eu não posso considerar que o Direito fala sozinho ou decide sozinho, significa que eu vou ter que buscar em outras ciências esse diálogo, eu acho isso o mais importante, eu não posso encontrar as respostas através de uma única ciência, esse diálogo com outras ciências é fundamental.<sup>97</sup>

Portanto, o Curso de Direito se adaptou aos novos tempos, e a partir das primeiras fases os alunos já são estimulados a discutir e criticar a legislação, e não apenas a realizar uma leitura positivista. Um curso que está entre os melhores do Brasil, desenvolve professores críticos e formadores de bacharéis em Direito mais qualificados.

Assim, o Centro de Ciências Jurídicas, que dividia o espaço físico com o Centro Sócio-Econômico, articula a construção de mais um prédio anexo ao CSE, separando-se deste por um acordo feito em dezembro de 1996. Mais tarde o Centro de Ciências Jurídicas vai complementar seu espaço com a construção de mais um edifício, agora o CCJ funciona ao lado do fórum construído na parte de trás do CSE.

O processo de construção do Centro de Ciências Jurídicas acontece na gestão do professor Antônio Diomário Queiroz, e seu término acontece já durante o reitorado de Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, que conta o seguinte:

Quando eu fui secretário de Ensino Superior, aí eu já dei uma ajuda como secretário pra começar o prédio novo do CCJ, o primeiro prédio do CCJ, e foi concluído quando eu já era Reitor pela segunda vez, e aí eu consegui recursos para muita coisa na Universidade, tudo também lá era muito difícil, mas aí não só pro CCJ, o Centro de Esportes, aí foi tudo que se podia, tanto é que o ministro disse 'Rodolfo para', mas eu também nunca fiz, sempre com critério, nunca beneficiei a Universidade em detrimento das outras.<sup>98</sup>

Ainda sobre a construção, em seu depoimento o professor Sobierajsk diz:

A construção desses prédios novos começou na administração do Reitor Diomário de Queiroz, a Universidade recebeu uma verba, então o Centro Sócio-Econômico recebeu uma parte da verba que foi destacada para a construção do Centro de Ciências Jurídicas, por isso que os prédios estão acoplados. E depois veio outra verba que construiu a segunda parte.<sup>99</sup>

Nesta questão, a professora Olga, diretora do Centro de Ciências Jurídicas, pode esclarecer como acontece a construção do Centro:

Eu me lembro que nós ocupávamos o mesmo espaço, o Direito ocupava o térreo, lá a direção era o professor Rogério Stoteral, nós ocupávamos ali algumas salas, então nós dividíamos esse espaço e posso dizer que sempre tivemos uma certa afinidade. Nunca houve uma briga, nunca houve uma discussão pelo espaço. Existem aquelas dificuldades normais de busca de salas, mas a gente sempre conseguiu conviver de forma dialogada com o Centro Sócio-Econômico.

E em 96, a partir exatamente da reforma das diretrizes curriculares, nós ganhamos um espaço, que é o Bloco E, que seria um espaço para os laboratórios do Centro Sócio-Econômico. Mas nós estávamos numa luta muito grande de sairmos enquanto centro, a ideia era criar o Centro de Ciências Jurídicas e não permanecer com o Sócio-Econômico. Nós fizemos essa tentativa, neste momento sim houve várias discussões em relação a desmembrar o Direito do Centro Sócio-Econômico, e finalmente nós conseguimos isso quando esse prédio do Bloco E vem para o Direito, o professor Sobierajsk era diretor, eu era vice-diretora, o professor Rodolfo Pinto da Luz era reitor, então o Direito vem para o Bloco E.

<sup>97</sup> Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira. *Entrevista citada.*

<sup>98</sup> Rodolfo Pinto da Luz. *Entrevista citada.*

<sup>99</sup> José Luis Sobierajsk. *Entrevista citada.*

Nós estávamos ali com o mestrado e o doutorado, estávamos com um espaço físico bem acanhado, muito reduzido, e depois anos mais tarde já na gestão do professor Lúcio Botelho é que nós conseguimos, em 2005. Enquanto diretora eu inaugurei esse bloco F, que é o bloco atual. Hoje nós temos dois blocos em torno mais ou menos de 4.000 m<sup>2</sup>, que abriga o Curso de Graduação em Direito, a parte administrativa, o auditório, a biblioteca, todos os dois programas de pós-graduação, mestrado e doutorado e a sala de professores. A partir de 96 a gente consegue essa parte física mais adequada para o Direito.<sup>100</sup>

Assim, os edifícios em que hoje funciona o Centro de Ciências Jurídicas foram construídos para abrigar um curso de graduação em expansão que necessitava de um ambiente maior em que os seus cursos de pós-graduação também pudessem ser alojados e proporcionar uma educação qualificada para seus alunos.



Figura 08. Primeiro edifício construído do CCJ. Fonte: Backes (2010)



Figura 09. Segundo edifício construído do CCJ. Fonte: Backes (2010)

Uma curiosidade interessante sobre a construção do Centro de Ciências Jurídicas é a lenda de que ele foi construído sobre um cemitério. Bem não é de todo uma lenda, a verdade é que a igreja que se localiza na frente do Centro abrigava um cemitério sim, mas ao seu lado e não na parte de trás. E então, o estacionamento ao lado da igreja fica realmente sobre o antigo cemitério, conforme mostra a foto a seguir.

<sup>100</sup>Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira. Entrevista citada.



Figura 10. Vista panorâmica do CCJ. Fonte: Agecom [s/data]

E essas são algumas histórias do Centro de Ciências Jurídicas, atravessando a queda da República Velha até o século XXI, das rainhas estudantis à economia estabilizada, do centro da cidade da antiga Desterro para o bairro da Trindade. A Faculdade mais antiga a compor a UFSC, agora está localizada dentro do último Centro a ser instituído, e aqui fica a pergunta, terá mesmo a Universidade Federal de Santa Catarina só cinquenta anos? Bom, se for considerado a origem das faculdades que a compuseram na sua fundação até as mais jovens, podemos dizer que a UFSC tem aproximadamente 78 anos, e digo mais, 78 anos não só de avanços, mas de lutas, crises e história.

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos UFSC e Faculdade de Direito de Santa Catarina

FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA. *Concurso para 'rainha dos estudantes de 1945'*. Florianópolis, 1945. Texto para publicação em Jornais. Arquivo do CCJ.

\_\_\_\_\_. Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF). *Ofício 169/46*. Florianópolis, 1946. De Antônio Adolfo Lisboa a Venâncio P. Igrejas Lopes, Secretário de Intercâmbio da União Nacional de Estudantes. Arquivo CCJ.

\_\_\_\_\_. Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF). *Ofício 170/46*. Florianópolis, 1946. De Antônio Adolfo Lisboa para o Diretor de Faculdade de Direito de Santa Catarina. Arquivo CCJ.

FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA. Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF). *Ofício 202/46*. Florianópolis, 1946. De Antônio Adolfo Lisboa ao Presidente do Conselho Nacional de Serviço Social. Arquivo CCJ.

\_\_\_\_\_. Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF). *Ofício 202/46*. Florianópolis, 1946. De Antônio Adolfo Lisboa para o Presidente da União Nacional de Estudantes. Arquivo CCJ.

\_\_\_\_\_. Diretório Acadêmico. *Ofício 204/46*. Florianópolis, 5 de abril de 1946. De Theodoro Miguel Atherino, presidente do Centro Acadêmico, para o presidente do Lira Tennis Clube. Arquivo CCJ.

\_\_\_\_\_. Florianópolis. *Ata da sessão da Congregação da Faculdade de Direito de Santa Catarina realizada no dia 4 de fevereiro de 1953*. Livro n.4, f.8-9.

\_\_\_\_\_. Florianópolis. *Ata da sessão da Congregação da Faculdade de Direito de Santa Catarina realizada no dia 30 de dezembro de 1953*. Livro n.4, f.76(verso).

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. Discurso de comemoração dos 75 anos da Faculdade de Direito p.8 Arquivo pessoal da professora Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.5, n.9, Jan/Jun, 1966.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.5, n.10, jul./dez. 1966.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n.33, 1969, p.10.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.VII, n.78, jun. 1973, p.20.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, maio 1984, p.14.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, fev. 1986, p.02.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da sessão realizada em 8 de outubro de 1985*. Livro de Atas 1985/1987, f.8-11.

### Entrevistas

Aluizio Blasi. *Entrevista concedida a Glauco de Sousa Backes e Icles Rodrigues*. Florianópolis, 27 jul. 2010.

Carlos Alberto Silveira Lenzi. *Entrevista concedida a Glauco de Sousa Backes*. Florianópolis 14 ago. 2010.

Ildemar Egger. *Entrevista concedida a Glauco de Sousa Backes*. Florianópolis, 04 ago. 2010.

José Luis Sobierajsk. *Entrevista concedida a Glauco de Sousa Backes*. Florianópolis, 02 ago. 2010.

Luiz Carlos Cancellier. *Entrevista concedida a Kennya Souza Santos*. Florianópolis, 26 jul. 2010.

Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira. *Entrevista concedida a Glauco de Sousa Backes*. Florianópolis, 20 set. 2010.

Regina de Fátima Rios Machado. *Entrevista concedida a Glauco de Sousa Backes*. Florianópolis, 08 ago. 2010.

Renata Raupp Gomes. *Entrevista concedida a Glauco de Sousa Backes*. Florianópolis, 02 ago. 2010.

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. *Entrevista concedida a Roselane Neckel e Glauco de Sousa Backes*. Florianópolis 04 ago. 2010.

Zuleika Mussi Lenzi. *Entrevista concedida a Roselane Neckel, Douglas Felipe Abelino e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 29 jul. 2010.

### Figuras

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGECON. *Primeiro edifício da Faculdade de Direito de Santa Catarina*. [s/data]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Vista externa da Faculdade de Direito na Rua Esteves Júnior nº 11*. [s/data]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Vista interna da Faculdade de Direito na Rua Esteves Júnior nº 11*. [s/data]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGECON. *Vista panorâmica do CCJ*. [s/data]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

BACKES, Glauco de Sousa. *Edifício São Jorge, antigo Hotel Lux*. 2010. 1 fotografia color.

\_\_\_\_\_. *Primeiro edifício construído do CCJ*. 2010. 1 fotografia color.

\_\_\_\_\_. *Segundo edifício construído do CCJ*. 2010. 1 fotografia color.

BARBOSA, Renato. Corte da Rainha dos Estudantes Isabel Leal. [1932] 1 fotografia p&b. s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Cofre aberto... reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos no cinquentenário de sua fundação (11/02/1932 – 11/02/1982)*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1982, p.362.

BARBOSA, Renato. Rainha Isabel Leal [1932]. 1 fotografia p&b. s/autoria. In: BARBOSA, Renato. *Cofre aberto... reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos no cinquentenário de sua fundação (11/02/1932 – 11/02/1982)*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1982, p. 362

VELHO BRUXO. Lira Tênis Clube, década de 1920. [192?]. 1 fotografia p&b. s/autoria. In: LUIZ, Edson. (Velho Bruxo). *Coisas de um velho sonhador: fotos novas e antigas*. Florianópolis, 1999.

Disponível em: <[http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album006/pages/6044%20-%20Lira%20Tenis%20Clube%20e%20atual%20rua%20tenente%20silveira%20anos%20de%201920-Theodoro\\_.jpg.htm](http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album006/pages/6044%20-%20Lira%20Tenis%20Clube%20e%20atual%20rua%20tenente%20silveira%20anos%20de%201920-Theodoro_.jpg.htm)>. Acesso dia 22 set. 2010.

### Referências bibliográficas e de WEB

AGUIAR, Letícia Carneiro. *O curso de pedagogia em Santa Catarina: a história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960*. 262f. Tese (Doutorado em Educação) Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da educação*. 2.ed.rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. 4.ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009.
- BARBOSA, Renato. *Cofre aberto... reminiscências da Faculdade de Direito e outros assuntos do cinquentenário de sua fundação (11/02/1932 – 11/02/1982)*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1982.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. 2.ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- DEWEY, John. *Psychology*. New York: Harper and Bros., 1887.
- DURKHEIM, Emile. *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. 8.ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- LEITE, Isabel Cristina. Doutrina de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado: análise comparada entre Brasil e Argentina. In: ENCONTRO MEMORIAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/UFOP. 2. 2009. Mariana-MG. *Nossas letras na história da educação: anais do II Encontro Memorial...* Mariana: ICHS/UFOP, 2009. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h413.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2010.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. O golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sa. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.10, 1993.
- OLIVE, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa. *A Educação superior no Brasil*. Brasília: CAPES, UNESCO, 2002.
- RAMOS, Rubens de Arruda. O almirante Henrique Boiteux no seu centenário natalício. *Revista Atualidades*. Florianópolis, 1948. Disponível em: <[http://www.henriquefontes.pro.br/livros/o\\_almirante\\_henrique.pdf](http://www.henriquefontes.pro.br/livros/o_almirante_henrique.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2010.
- SANTA CATARINA. *Governadores de Santa Catarina*. Florianópolis: CIASC, c2002. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/governadores.html>>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- SANTOS, Fabíola Martins dos; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Análise histórico-espacial do setor hoteleiro no núcleo urbano central de Florianópolis-SC. *Geosul*. Florianópolis, v. 23, n. 46, p.115-135, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/12504/11728>>. Acesso em: 19 jul. 2010.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

# O Centro de Ciências da Saúde e suas histórias

Lidia Schneider Bristot<sup>1</sup>

## Considerações iniciais

O Centro de Ciências da Saúde (CCS), antigo Centro Biomédico, surgiu na Universidade em 1979; no entanto, o ensino de saúde iniciou muito antes em Florianópolis. Como curso superior, começou com o Instituto Polytechnico, a primeira instituição de Ensino Superior de Santa Catarina, onde havia, entre outros, os cursos de Farmácia e Odontologia. Dessa maneira, então, podemos concluir que o ensino da saúde está há muito tempo fazendo parte da história catarinense.

Seguimos uma trajetória de pesquisa coletando informações da produção bibliográfica já existente, da documentação oficial da Universidade e de entrevistas realizadas com personagens desta história, para assim constituirmos o percurso do Centro de Ciências da Saúde na UFSC e antes dela. A partir das informações dos documentos escritos e orais, fomos compondo os fragmentos desta história, que possibilitaram a criação deste capítulo. No decorrer das histórias que contaremos, esperamos que os leitores consigam perceber os vários momentos que marcaram a consolidação do ensino de saúde na UFSC. Nossa intenção, por meio desta pesquisa, é mostrar como se formou o ensino de saúde ao longo desse tempo. Lembramos, porém, que, para nós, os processos históricos constituem-se não apenas pela força de grandes lideranças, que tomaram a frente em determinados momentos importantes, mas também por meio de pessoas que viveram aqueles momentos, e que com suas atitudes, posições e opiniões foram igualmente determinantes para o sucesso ou para o fracasso de muitos projetos. Assim, optamos por não ressaltar uma única pessoa como responsável por concretizar grandes empreendimentos ou como agentes responsáveis por problemas. Entendemos que os sujeitos sociais são produtos de seu tempo histórico, e não se pode olhar suas ações sem compreender que estes estão integrados ao contexto social, político, cultural e econômico dos vários períodos históricos.

Dessa forma, apresentamos neste capítulo a trajetória do CCS baseado nos momentos que consideramos significativos para a sua constituição atual. Não é a intenção aqui estabelecer a história “total” ou “real” deste Centro, que sabemos estar muito longe destas poucas páginas que se seguem, mas sim levar aos leitores e pesquisadores curiosos alguns aspectos dos caminhos percorridos pelas pessoas que constituíram as histórias no Centro de Ciências da Saúde desta Instituição.

## A origem do ensino de saúde no Instituto Polytechnico

O Instituto Polytechnico compôs a primeira tentativa de uma instituição de Ensino Superior em Florianópolis, Santa Catarina. Fundado em 1917, oferecia os cursos de Farmácia, Odontologia, Comércio, Agrimensura e Engenharia Geográfica.<sup>2</sup> Sua importância é devida relevante, uma vez que, sendo inédita a possibilidade de um curso superior em Santa Catarina, ele tanto foi uma alternativa para os jovens com intenção de se especializar, mas que não tinham possibilidades de ir para outras regiões, como também serviu de um centro aglutinador da elite intelectual residente na Ilha.<sup>3</sup> Para Rosa e Madeira, “A década de vinte foi a fase áurea do Instituto Polytechnico. Nesse período, a sua contribuição foi de elevado valor para a comunidade catarinense, formando uma mão de obra especializada e preenchendo as necessidades regionais de trabalho [...]”<sup>4</sup>

Porém, ao final do ano de 1932, começaram a aparecer diversas notícias acerca de irregularidades no Instituto. Essas notícias, veiculadas em jornais da capital, levaram a revisões na contabilidade e na movimentação das contas bancárias, além de a uma série de pedidos de demissões por parte de funcionários e professores. Devido a essas irregularidades, a falta de recursos financeiros e a dificuldade de se formar um quadro de docentes, o Instituto Polytechnico de Florianópolis acabou sendo extinto em 1935.<sup>5</sup> Todavia, o seu valor não deve ser contestado, uma vez que fez seu papel na sociedade catarinense, gerando alternativas de ensino para a população não elitizada, atraindo

<sup>1</sup> Estagiária do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmica do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> VIEIRA, Amazile de Hollanda. *Instituto Polytechnico: no contexto sócio-cultural de Florianópolis*. Florianópolis: A & P, 1986, p.38.

<sup>3</sup> ROSA, José E.; MADEIRA, Ademar A. *Odontologia Catarinense: evolução, ensino e movimento associativo*. Florianópolis: UFSC, 1982, p.35.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p.50.

<sup>5</sup> VIEIRA, Amazile de Hollanda. *Instituto Polytechnico... op.cit.*, p.39.

práticos para a profissionalização, formando mão de obra para o estado, além de influenciar na criação das faculdades que surgiram posteriormente em Florianópolis.<sup>6</sup>

Com o encerramento de suas atividades, novamente foi criada uma lacuna no ensino da área da Saúde em Santa Catarina, que viria a ser resolvida apenas catorze anos mais tarde, em 1946, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina. Estes foram os cursos criados na área da Saúde por serem os que possuíam melhores condições para sua implantação e implementação, visto que havia também a experiência anterior ocorrida no Instituto Polytechnico.

## A Faculdade de Farmácia e Odontologia

A existência de um corpo qualificado de profissionais na cidade, as necessidades do mercado de trabalho e a implantação do Departamento de Saúde Pública do estado na capital foram os principais fatores para a criação da Faculdade – além do passado no Instituto Polytechnico. O movimento para a implantação da Faculdade de Farmácia e Odontologia envolveu a maioria dos profissionais da saúde de Florianópolis, que haviam realizado a sua formação em outros estados e foram buscar apoio junto à Faculdade de Direito para elaborar um projeto que fosse aceito pelo Governo Federal. Dessa forma, o médico Benoni Laurindo Ribas, na época diretor do Departamento de Saúde Pública, propôs ao diretor da Faculdade de Direito, através do Ofício n. 1.591, que “promovesse, realizasse gestões com o fim de criar, em Santa Catarina, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, dotando o Estado de mais uma entidade de ensino superior”.<sup>7</sup>

Com o apoio da Faculdade de Direito, foi iniciada uma série de reuniões entre as pessoas da área da Saúde para elaborar um anteprojeto do regulamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia. A diretoria da Faculdade de Direito apoiou o regulamento e a concretização da Faculdade que acontece finalmente no ano de 1945; porém, devido a desentendimentos particulares e políticos não foi possível inaugurá-la nesse ano. Segundo Rosa e Madeira, em seu livro *Odontologia catarinense*, esses desentendimentos foram tanto de ordem política como de ordem pessoal, devido ao interesse em cargos na Instituição.<sup>8</sup> No ano seguinte, com o amadurecimento dos propósitos da fundação e tranquilidade dos ânimos, foi possível que se inaugurasse a Faculdade de Farmácia e Odontologia, no dia 22 de janeiro de 1946.<sup>9</sup> A Faculdade, privada, entrou em atividade com um corpo docente de 24 catedráticos e 17 docentes-livres (ou livre-docente, ainda em algumas universidades brasileiras), sua estrutura seguia a das outras faculdades brasileiras, os dois cursos tinham duração de três anos, com quatro cátedras ao ano.<sup>10</sup>



Figura 1. Batida da estaca inicial do prédio da Faculdade à Rua Esteves Júnior nº 93. Fonte: Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina (27 dez. 1956)

<sup>6</sup> Ibidem, p.117.

<sup>7</sup> FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE SANTA CATARINA. Histórico da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina.

Florianópolis, [s/ data]. Obra não publicada, p.1.

<sup>8</sup> ROSA, José E.; MADEIRA, Ademar A. *Odontologia catarinense...*

op.cit., p.88.

<sup>9</sup> Ibidem, p.90.

<sup>10</sup> Ibidem, p.91.

Durante esse período, os cursos de Farmácia e Odontologia andaram juntos e seu relacionamento era muito próximo, pois, além de dividirem o centro acadêmico da Faculdade, também compartilhavam o mesmo prédio na Rua Esteves Júnior, nº 93.<sup>11</sup> Vale dizer que este não era o único prédio da Faculdade, que contava com mais alguns imóveis naquela rua. Ela seguiu com muitas dificuldades, devido principalmente à necessidade de recursos financeiros, pois nem as mensalidades dos alunos, nem a ajuda periódica do governo estadual eram suficientes. Segundo dados, até 1959 a Faculdade havia formado 335 profissionais, 236 apenas no Curso de Odontologia.<sup>12</sup> Porém, no início do curso foram poucos os alunos matriculados, o que acentuava ainda mais a falta de recursos vindo das mensalidades.

Foi encontrada em nossa pesquisa uma documentação muito interessante que demonstra claramente as dificuldades financeiras pelas quais a Faculdade estava passando. Em uma carta destinada ao governador do estado no início de 1959, a direção e o corpo docente da Faculdade de Farmácia e Odontologia, além de narrarem todos os empecilhos vividos, exigiam maiores verbas por parte do estado, advertindo que sem isso a escola não teria mais possibilidades de continuar em funcionamento e fecharia suas portas. Nessa carta os professores deixam claro que é protelada a ajuda à Faculdade em relação às outras faculdades de Florianópolis:

[...] há 13 anos vêm os professores de Farmácia e Odontologia percebendo os vencimentos de 800 cruzeiros mensais (se tal exiguidade merece ainda este nome, na época atual) enquanto professores da Faculdade de Filosofia, que iniciou atividades há 4 anos, já percebem Cr\$ 17.000,00 mensais. Ao ser fundada, nossa escola, com dois cursos técnicos, conseguiu do Governo do Estado apenas quatro milhões de cruzeiros em apólices da dívida pública, rendendo 200 mil cruzeiros de juros anuais, enquanto a Faculdade de Direito já tinha 5 milhões, com um só curso, teórico (nascíamos com o pêso da injustiça!). Dez anos após sua fundação e em plena luta de reivindicações, memoriais, pedidos, visitas em palácio, dez anos de perspectivas falhadas, assistiram os professores desta escola e assistiu o Prof. João Batista Rosa, que morreu injustiçado, e assistiu o Prof. Henrique Brüggemann, que tinha esperança até o dia de fechar os olhos, todos nós enfim assistimos atônitos o Governo do Estado dotar com 10 milhões de apólices à Faculdade de Filosofia, teórica, abrindo créditos especiais para remunerar condignamente a vários professores, a maior parte de fora do Estado.<sup>13</sup>

É perceptível o desespero dos professores em relação à situação desoladora em que se encontrava a escola. De acordo com a carta, não existia um só laboratório, biblioteca ou salas de aula suficientes. Nota-se que o governo estadual parece não se importar tanto com a Faculdade de Farmácia e Odontologia quanto com as outras instaladas na cidade. Esse problema apenas será sanado a custo da federalização da Faculdade, por causa de sua incorporação à Universidade de Santa Catarina.<sup>14</sup>



Figura 2. Gabinete de Anatomia com aparelho projetor. Fonte: Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina [1952]

<sup>11</sup> Ibidem, p.120.

<sup>12</sup> FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA.

Carta enviada para o Governador Heriberto Hülse. Florianópolis, [1959?], p.1.

<sup>13</sup> Ibidem, p.2.

<sup>14</sup> O vocábulo "Federal" foi incorporado apenas em 1965, devido à Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, que regulamentou os nomes das universidades federais. Porém, percebe-se o uso concomitante das duas expressões (USC e UFSC) durante certo período.

## A Faculdade de Medicina

À parte deste processo, ocorria, na década de 1950, outro movimento para constituição de uma faculdade de medicina em Florianópolis, que era uma grande necessidade, considerando o número de hospitais e maternidades já existentes na cidade e no estado,<sup>15</sup> e a falta de profissionais médicos na região. A sua criação já era bastante requerida pelos médicos de Santa Catarina. O artigo publicado por Roldão Consoni no jornal *O Estado*, em 1951, já apresentava planos de como se obter uma boa faculdade de medicina:

Encarando o assunto de modo objetivo, concreto, vamos analisar os fatores que intervêm em primeira linha na obtenção de uma boa escola: a) bons professores; b) laboratórios bem equipados e c) estabelecimentos hospitalares adequados. De outro lado, já que a organização não visa lucro, a cooperação eficiente do governo. Esta é indispensável para que a escola tenha bom padrão de ensino [...] Pensamos não errar ao afirmar que, sem o amparo eficiente dos órgãos governamentais, a fundação de uma faculdade de Medicina em Florianópolis estaria fadada a completo fracasso.<sup>16</sup>

Este artigo também demonstra a plena percepção de que é necessário ajuda governamental para manter uma instituição de ensino médico. Esta busca por ajuda governamental será realmente perceptível na formação da faculdade, tanto pela doação de equipamentos quanto pela doação de subsídios estaduais, como apólices normativas e verbas fixas anuais.<sup>17</sup> Além disso, percebe-se em seus fundadores o intento de federalizá-la assim que possível.

A primeira tentativa para a criação da Faculdade também foi incentivada e apoiada pela Faculdade de Direito, mas não obteve êxito. Em 1955 o assunto voltou a fazer parte das reuniões da Sociedade Catarinense de Medicina, onde seus membros discutiram e planejaram novamente a criação da Faculdade, sendo que, desta segunda tentativa, fez-se a Faculdade de Medicina de Santa Catarina, que tem como data de fundação 20 de dezembro de 1956. Porém, tendo a data da inauguração oficial como 18 de fevereiro de 1960, após a realização do primeiro vestibular em janeiro daquele ano, que contou com 136 inscritos – 78 deles catarinenses – para as 28 vagas oferecidas.<sup>18</sup> Uma das dificuldades para a sua criação era a falta de uma sede própria; tal problema foi sanado com o uso do prédio do Colégio Barriga Verde, situado à Rua Ferreira Lima, que há anos estava sem atividades por parte do colégio. Além disso, essa propriedade era de posse de um grupo de cerca de 200 famílias da capital, as quais, através de doações, cederam o prédio à Faculdade. O Dr. Henrique Manuel Prisco Paraíso<sup>19</sup> relembra o acontecimento:

A sede própria era uma condição básica para que a faculdade pudesse funcionar. Então, levantamos várias hipóteses, e foi lembrada a realidade da sociedade cultural Colégio Barriga Verde. Essa foi uma entidade fundada por Oscar Cardoso Filho, comerciante em Florianópolis, contando com o apoio de professores e de membros da indústria e do comércio de Florianópolis. O objetivo qual era, da sociedade cultural Colégio Barriga Verde? Era criar um colégio de nível médio (naquela época chamávamos ginásial) que fosse leigo [...] e fosse grátis. Já que [as] outras escolas eram pagas e só quem tinha recursos podia matricular seus filhos. Então começaram a vender cotas, seriam, digamos, ações: o indivíduo comprava quantas cotas desejasse para colaborar. [...] Ora, o que acontece? Quando este prédio, [...] a sociedade cultural Colégio Barriga Verde, na rua Ferreira Lima, estava quase concluído anos depois, ao mesmo tempo, o governo do Estado criou o Instituto de Educação. Então surgiu uma escola pública, segundo grau, sem ensino religioso obrigatório, aquilo que era objetivo da sociedade cultural. Isso então concorreu para arrefecer o entusiasmo, não se conseguia, digamos, novos e suficientes recursos. E a obra parou por muitos anos. Até que o governo do estado, não sei dizer bem em que administração, concluiu o prédio e passou a utilizá-lo para uma série de atividades, cursos de alemão, [...] depósito da merenda escolar, [...] e o colégio não tinha chance mais de prosperar. Então surgiu o pensamento: por que não conquistar a doação dessas cotas para aqui funcionar a Faculdade de Medicina? Procuramos as pessoas envolvidas, [...] que nos deram a entender e conhecer o regimento da sociedade. Esse regimento dizia que, a finalidade, do estatuto, melhor dito, só podia ser mudada, pela aquiescência ou voto de dois terços [...] das cotas, [...]. Então nós saímos em busca da conquista dessas cotas, visitando os proprietários

<sup>15</sup> Na cidade de Florianópolis já existiam quatro hospitais (Hospital de Caridade, Hospital da Guarnição, Colônia Santana e Hospital Nereu Ramos) e duas maternidades (Dr. Carlos Corrêa e Carmela Dutra), além de mais de vinte hospitais pelo estado de Santa Catarina na década de 1950. Cf. BRISTOT, Lidia Schneider. Hospitais e maternidades de Santa Catarina na década de 1950. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/pub?id=1F1drrnWuXjZMGSDsnyXbw5cNn4JmrgC6uRdKeBmJX60>> Acesso em: 11 set. 2010.

<sup>16</sup> Artigo publicado por Roldão Consoni no jornal *O Estado*, de 04/07/1951. In: CONSONI, Roldão. *Fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina: reminiscências e dados históricos*. Florianópolis: UFSC, 2005, p.85.

<sup>17</sup> CONSONI, Roldão. *Fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina...* op.cit., p.107.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.120.

<sup>19</sup> Dr. Prisco Paraíso, médico e professor aposentado. Participou da comissão de implantação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina. Trabalhando na Faculdade e na Universidade Federal até a década de 1980.

das mesmas e solicitando para que ali pudesse funcionar uma Faculdade de Medicina [...]. E fomos conseguindo a doação de cotas até atingirmos os 66%, ou seja, os dois terços. Com isso, o prédio então foi transferido para a Faculdade de Medicina e nós o apresentamos no Ministério de Educação como a nossa sede própria, onde devíamos vir a funcionar.<sup>20</sup>

O período da Faculdade de Medicina fora da Universidade Federal de Santa Catarina foi curto. No ano de 1960 ela iniciou uma tentativa de federalização, tendo sido arquivada, uma vez que no mesmo ano foi criada a Universidade de Santa Catarina (USC), pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Conforme Dr. Prisco Paraíso, a criação da Faculdade de Medicina foi de extrema importância para a concretização de uma universidade; segundo ele, “o triunvirato necessário, exigido à época para uma universidade, estava completo: Direito, Filosofia e Medicina”.<sup>21</sup> Apesar de não terem sido encontrados outros dados que sustentem esta ideia no caso da USC, esta é uma teoria que tem, com certeza, respaldo no contexto social da época, em que a linha teórica liberal de programa para a criação de universidades partia do pressuposto de se agregarem faculdades preexistentes, privilegiando as áreas de Direito, Ciências Humanas e Medicina.

## Criação da Universidade de Santa Catarina: a incorporação das faculdades

Segundo o Art. nº 5 da Lei de criação da Universidade de Santa Catarina, ela é formada pelas faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e Ciências Econômicas de Santa Catarina, Faculdade Catarinense de Filosofia, Escola de Engenharia Industrial e Faculdade de Serviço Social da Fundação Vidal Ramos.<sup>22</sup> A Faculdade de Farmácia e Odontologia, segundo Ferreira Lima, foi dividida em duas faculdades, na mensagem enviada ao Congresso Nacional solicitando uma universidade federal para Santa Catarina. Igualmente a Escola de Engenharia Industrial foi incluída nessa mensagem, embora ainda não existisse, para que assim fosse possível ser concretizada.<sup>23</sup>

Apesar da fundação da Universidade e da incorporação das faculdades por ela, estas não tiveram alterações substanciais em suas administrações, suas estruturas curricular, administrativa e docente continuaram as mesmas. No discurso proferido pelo Reitor João David Ferreira Lima, na sessão solene de instalação da Universidade de Santa Catarina, pode-se perceber as melhorias realizadas nas faculdades da área da Saúde, onde fica clara a necessidade de ajuda financeira pública para manter as escolas funcionando da melhor forma possível.

Foi-nos possível, pelo processo de rigorosa e quase drástica economia, no trato de verbas escassas, sem nos haver sido liberadas, por ora, as correspondentes ao exercício de 1962, constantes da lei de meios, atender às justas, urgentes e imperiosas solicitações da Faculdade de Medicina.

Iniciou-se em ritmo acelerado após a coleta de preços, autorizada pelo Código de Contabilidade da União, em casos de emergência, a construção do Instituto de Anatomia Patológica anexo ao prédio onde a Escola funciona, e sem o que seria possível o funcionamento regular da 3ª série do curso.

Da mesma forma já assinamos contrato para conclusão, no prazo de 60 dias do pavilhão em que funcionarão os Laboratórios da Faculdade de Farmácia.<sup>24</sup>

O auxílio financeiro também aparece na assistência ao estudante. Já em 1962, além de ajuda financeira aos centros acadêmicos, entre eles os de Farmácia (Centro Acadêmico Henrique Bruggemann), Medicina (Centro Acadêmico Djalma Moellmann) e Odontologia (Centro Acadêmico João Batista Rosa<sup>25</sup>), há também a concessão de 21 bolsas aos alunos da área da Saúde. A importância que os recursos financeiros possuem aparece também na fala dos entrevistados, como a do Dr. Prisco Paraíso, que foi enfático ao dizer que a federalização foi a solução de todos os problemas, pois “os recursos estavam garantidos”.<sup>26</sup>

O médico Luiz Carlos Espíndola<sup>27</sup> relata sua vivência nesses primeiros anos da Faculdade de Medicina, que, apesar de recente, possuía uma qualidade correspondente àquela época:

Era uma turma muito boa... [...] Nós nos mantivemos muito unidos... [...] Era um curso extremamente... – não sei como é que anda a distribuição hoje –, mas era uma coisa bastante intensiva. Mesmo no período em que nós tínhamos

<sup>20</sup> Henrique Manuel Prisco Paraíso. *Entrevista concedida a Lidia Bristol*. Florianópolis, 27 de jul. de 2010.

<sup>21</sup> Henrique Manuel Prisco Paraíso. *Entrevista citada*.

<sup>22</sup> BRASIL. Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 21 dez. 1960, p.16.173.

<sup>23</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. Florianópolis: UFSC, 2. ed., 2000, p.74.

<sup>24</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.1. n.1. 2º Semestre de 1962, p.18.

<sup>25</sup> “A luta pela regulamentação legal do Centro Acadêmico teve início após a federalização, mas a aprovação dos seus Estatutos estava na dependência da aprovação do Regimento da Faculdade. Somente em 21 de janeiro de 1965 conseguiu o Centro esse intento, quando passou a chamar-se ‘Diretório Acadêmico José Batista da Rosa’, homenageando um dos mais antigos e eminentes professores da Faculdade.” Cf. ROSA, José E; MADEIRA, Ademar A. *Odontologia catarinense...* op.cit., p.176.

<sup>26</sup> Henrique Manuel Prisco Paraíso. *Entrevista citada*.

<sup>27</sup> Médico endocrinologista, residente em Florianópolis. Formou-se na terceira turma da Faculdade de Medicina, era vice-presidente da UCE e foi preso durante três meses pelo governo militar em 1964.

uma ou duas matérias, a verdade é que aquilo nos ocupava a manhã e a tarde. Sempre. Mas foi um período muito bom de convivência, apesar de o grosso de todo o curso ter ocorrido depois de 64, já durante o período militar, em que as coisas estavam muito difíceis. Mas, de um modo geral, olhando para trás, ante toda a dificuldade de implantação, a verdade é que o padrão, o nível, que eles conseguiram imprimir na Faculdade foi muito bom, tanto que a maioria [...] que saiu prestando concursos para residências e tudo mais..., todo mundo se deu muito bem, todo mundo se deu muito bem.<sup>28</sup>

Durante os primeiros anos da recém-criada Universidade Federal no estado, o crescimento das faculdades foi perceptível. Além do crescimento físico, houve uma grande demanda de alunos: segundo dados, em 1962 havia setecentos estudantes matriculados, número que muda para 2.200 em três anos,<sup>29</sup> um aumento de 215%. Esse crescimento se refletiu também nas faculdades da área da Saúde. No vestibular da Faculdade de Farmácia, em 1964, foram disponibilizadas 45 vagas, segundo a Resolução nº 82/63. Porém, lendo um pouco mais desta Resolução, vê-se que ela dá a entender que a demanda não era muito maior que as vagas oferecidas, uma vez que há quatro artigos apenas para abaixar a nota de corte do vestibular no caso de restarem vagas. A Faculdade de Odontologia também aprovou um sistema de classificação no vestibular semelhante, todavia demonstra possuir uma demanda um pouco maior.<sup>30</sup> Um grande aumento, ao se considerar que antes da federalização a faculdade contava com uma média de vinte alunos por turma.<sup>31</sup> Mas esse crescimento acarretou alguns problemas, entre eles a necessidade de um hospital para o ensino da prática médica. Um hospital próprio sempre foi uma reivindicação dos profissionais da saúde na Universidade, pode-se ver que a tentativa de construí-lo se inicia desde a década de 1960,<sup>32</sup> conforme nota-se em 1964 na seguinte notícia veiculada no jornal *O Estado*:

#### HOSPITAL DAS CLÍNICAS

Após o memorial da Comissão Encarregada da Construção do Hospital das Clínicas e do parecer do Arquiteto da USC, foi aprovada pelo Reitor João David Ferreira Lima, a proposta do arquiteto Hélio Ferreira Pinto para elaboração do ante-projeto e projeto definitivo do Hospital das Clínicas, que será construído no Conjunto Universitário da Trindade. O referido Hospital [...] terá a capacidade para quinhentos leitos e será um dos mais bem instalados do país.<sup>33</sup>



Figura 3. Trote dos calouros de Odontologia em 1967. Fonte: Rosa e Madeira (1982)

<sup>28</sup> Luiz Carlos Espíndola. *Entrevista concedida a Lídia Bristot*. Florianópolis, 30 jul. 2010.

<sup>29</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.5, n.9, jan./jun. 1966, p.22.

<sup>30</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, IIº Semestre de 1963, a.2, n.3, p.56-57.

<sup>31</sup> ROSA, José E.; MADEIRA, Ademar A. *Odontologia catarinense...* op.cit., p.148-152.

<sup>32</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.5, n.9, jan./jun. 1966, p.53, 56, 57.

<sup>33</sup> Idem, *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.3, n.4, jan./ago. 1964, p.13.



Figura 4. Início do estaqueamento do hospital das clínicas. Fonte: Agecom [1966?]

Contudo, estas obras andaram lentamente durante toda a década de 1960. O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, como seria o seu nome, teve o contrato assinado para estaqueamento do terreno onde seria construído em 1966. Na ocasião, o Reitor João David Ferreira Lima em discurso afirmou que pretendia entregar uma primeira ala do Hospital já construída em fins de 1968,<sup>34</sup> algo que não se realizou. Na verdade este estaqueamento será a única etapa da construção do Hospital na década de 1960. As obras cessam completamente durante mais da metade da década seguinte, sendo novamente retomadas apenas na gestão do Reitor Caspar Erich Stemmer. Nesse meio tempo, a solução encontrada para o empecilho da falta de um hospital próprio para as aulas práticas necessárias aos profissionais da saúde foi amenizada com uma série de convênios com os seguintes hospitais de Florianópolis: Celso Ramos, Infantil Edith Gama Ramos, Nereu Ramos, Colônia Santana, dentre outros. Porém, o principal deles foi, sem dúvida, o Hospital de Caridade, com quem a Universidade selou vários acordos, tendo a própria Universidade construído várias clínicas para suporte do ensino médico, como mostra o relatório das atividades de 1964, que menciona a construção de um pavilhão com dois pavimentos no Hospital de Caridade, onde funcionaria cadeiras do Curso, salas de cirurgias e ambulatórios para o ensino da prática médica dos estudantes de Medicina.<sup>35</sup> Os outros cursos da área da Saúde também realizaram convênios específicos com hospitais, como é o caso do Curso de Farmácia, que manteve convênio com o Hospital de Caridade e o Hospital dos Servidores Públicos do Estado, tanto para a realização de exames laboratoriais como para o fabrico de drogas.

Com a criação da Universidade de Santa Catarina, delineou-se um problema que, principalmente para a área da Saúde, levaria tempo para ser sanado: a questão do espaço físico. As faculdades já possuíam suas instalações no centro de Florianópolis, e, com a polêmica sobre a instalação da cidade universitária na Trindade ou no Centro, durante um tempo razoável<sup>36</sup> elas permaneceram em seus prédios anteriores. Contudo, isso de certa forma tolheu as possibilidades de desenvolvimento físico, pois, sem ir para a Trindade – as construções para as faculdades que já possuíam propriedades no centro eram proteladas em benefício dos novos cursos que não possuíam seu espaço próprio –, as possibilidades de grandes melhorias de infraestrutura diminuía. Apesar das reformas realizadas em diversos prédios das faculdades e também da compra de um ou outro imóvel, a busca por melhorias foi sempre muito maior do que a administração conseguia atender. Um ofício expedido pelo Centro Acadêmico José Batista Rosa ao diretor da Faculdade de Odontologia demonstra o apoio dos estudantes à mudança para a Trindade, além do pedido em caráter emergencial de melhorias nos imóveis atuais:

<sup>34</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.5, n.9, jan./jun.1966, p.57.

<sup>35</sup> *Idem*. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.4, n.7, jan./jun. 1965, p.9.

<sup>36</sup> Ver capítulo “A UFSC na década de 1960: outras histórias...” deste mesmo livro.

<sup>37</sup> UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. Faculdade de Odontologia. *Certidão de 11/12/1963*. Enviada pelo Diretor Pedro Mendes de Souza à reitoria da Universidade de Santa Catarina certificando a existência do ofício 193/63 com solicitações do Centro Acadêmico de Odontologia. Florianópolis: USC, 1963. Arquivo Central/Faculdade de Odontologia, Caixa 04, p.1.

<sup>38</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis. *Ata da 77ª sessão realizada em 29 de out. 1965*. Livro 2, p.354.

<sup>39</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.5, n.10, jul./dez. 1966, p.42.

<sup>40</sup> Idem.  
<sup>41</sup> BORENSTEIN, Miriam Süsskind; ALTHOFF, Coleta Rinaldi; SOUZA, Maria de Lourdes de (Org.). *Enfermagem da UFSC: recortes de caminhos construídos e memórias 1969/1999*. Florianópolis: Insular, 1999, p.41.

<sup>42</sup> Para se criar uma nova faculdade na UFSC, seria necessária uma lei específica, aprovada em Congresso Nacional, uma vez que a Lei nº 3.849/60, que criou a Universidade, incorporou apenas as sete faculdades existentes. Já para a criação de cursos não é exigido lei específica.

<sup>43</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Faculdade de Medicina. *Ofício nº 50/69*. Florianópolis, 17 de janeiro de 1969. Ofício enviado por Ayrton Roberto de Oliveira, Diretor em exercício da Faculdade de Medicina, para Roberto Mündell de Lacerda, Reitor em exercício da UFSC. Arquivo Central/Faculdade de Medicina. Caixa 04.

<sup>44</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Câmara de Ensino Superior. *Parecer nº 868/68*; sobre criação da Faculdade de Enfermagem na UFSC. Florianópolis, 16 de dezembro de 1968. Arquivo Central/Faculdade de Medicina. Caixa 04. Percebe-se então que a intenção inicial da UFSC era criar uma Faculdade de Enfermagem, porém a resposta da Câmara de Ensino Superior foi a favor de um curso agregado, devido as mudanças que iriam ocorrer com a Reforma.

Estudando as presentes circunstâncias em que passamos, com a vigência de um novo currículo para quatro anos e ainda estudando as diferenças exorbitantes existentes entre nossa escola de ensino com as demais espalhadas pelos estados da Federação, levamos a V. Excia. o nosso desejo da construção imediata de novas instalações, em caráter de emergência, em terreno a ser doado a nossa Faculdade pela Universidade.

Solicitamos outrossim, a V. Excia. que seja fixada no conjunto destas novas instalações uma sede com espaço amplo para nosso Centro Acadêmico, a fim de acomodarem os alunos nos intervalos de aulas e ainda para a presença da prática de pequenos esportes.

Deixamos aqui claro e expresso que ainda estamos imbuídos no pensamento do Conselho Universitário, isto é, o da construção do bloco Universitário na Trindade.<sup>37</sup>

Com a constante demanda por aumento de instalações no centro da cidade, foram proibidas as obras fora do *campus* da Trindade em 1965, sendo permitidas apenas as de caráter emergencial. É possível perceber que este assunto é discutido através da Ata da 77ª sessão do Conselho Universitário, onde ficou acertado que somente seriam permitidas as obras de caráter emergencial e que não retardassem a transferência das unidades de ensino para a Trindade. Além disso, foram proibidas a aquisição de novos imóveis ou terrenos, exceto os previstos para o Curso de Enfermagem.<sup>38</sup> Com esse parecer, inculcou-se a ideia de que o mais breve possível ocorreriam as transferências, todavia essas mudanças se demonstraram longamente adiadas. Mudanças estas que aparentam ser proteladas pelas próprias congregações e posteriormente pelas direções dos cursos da área biomédica.

## O Curso de Enfermagem

A década de 1960 também foi marcada pela ampliação dos cursos de saúde na Universidade, com a criação do primeiro Curso de Graduação em Enfermagem de Santa Catarina. A intenção de se criar um curso de Enfermagem já aparece na fala do então Reitor Ferreira Lima em 1966, prevendo a criação de uma faculdade de Enfermagem até o fim da década. Foi nesse mesmo ano que a Associação Brasileira de Enfermagem de Santa Catarina, por meio de sua presidenta, Senhora Eloita Pereira Neves, enviou à Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina um memorial contendo as razões e justificativas para a construção de uma Escola de Enfermagem como órgão autônomo da Universidade.<sup>39</sup>

Segundo o memorial, a lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, dispõe sobre o Ensino de Enfermagem no País, e, em seu artigo 20, diz que em cada Centro Universitário, onde houver Faculdade de Medicina, deverá haver uma Faculdade de Enfermagem.

[...]

Prossigue o memorial: “Em Santa Catarina, atualmente, existem 15.500 leitos hospitalares e, segundo o critério da Organização Mundial da Saúde, deveríamos dispor de 930 enfermeiros. Mas, na realidade, contamos apenas com 0,2 enfermeiros para cada 100 leitos”.<sup>40</sup>

O então reitor em exercício Polydoro Ernani de São Thiago nomeou uma comissão encarregada de fazer um estudo prévio da possibilidade da criação de um curso de Enfermagem.<sup>41</sup> Em 1968, pela Resolução nº 034, foi aprovado o parecer desta comissão em favor da Faculdade de Enfermagem e, a partir de então, iniciam-se os trâmites para sua implantação. Inicialmente agregada à Faculdade de Medicina, o Curso de Enfermagem surgiu em um momento muito específico da educação brasileira, quando a reforma das universidades já era estudada e estava em vias de se concretizar em nossa Instituição.

É possível perceber como esse fato influenciou no Curso de Enfermagem, inicialmente agregado à Faculdade de Medicina por se saber a impossibilidade de criar uma nova faculdade, pois, além da burocracia necessária para criá-la,<sup>42</sup> isso não seria o melhor caminho a ser tomado, uma vez que já se tinha o conhecimento das mudanças que iriam ocorrer com a Reforma Universitária. Segundo o ofício expedido pelo diretor da Faculdade de Medicina,<sup>43</sup> tão logo fosse aprovada a Reforma, que na época tramitava no Conselho Federal de Educação, o Curso de Enfermagem seria desagregado da Faculdade de Medicina. Essa ideia foi dada pelo parecer da Câmara de Ensino Superior, ao responder ao processo que solicitava a autorização para o funcionamento da Faculdade de Enfermagem.<sup>44</sup>

Dessa maneira, o Curso de Enfermagem então inicia suas atividades. Vale ressaltar que, apesar de agregado à Faculdade de Medicina, foi assegurado sua autonomia e regimento próprio. Inicialmente o Curso possuía sua sede em uma casa nos fundos da Reitoria, na Rua Bocaiúva. O primeiro vestibular foi realizado já em 1969, com a primeira turma de calouros iniciando suas atividades em 10 de março de 1969. Naquele momento o Curso era seriado, e a grande maioria das disciplinas era ministrada por professores da Faculdade de Medicina. Todavia, várias mudanças logo ocorreram com a implantação da Reforma na Universidade Federal de Santa Catarina.



Figura 5. Sede do Curso de Enfermagem nos fundos da antiga Reitoria. Fonte: GEHCE [197?]



Figura 6. Álbum do trote da primeira turma de calouros de Enfermagem. Fonte: GEHCE (1969)

## Reforma Universitária: as mudanças no Centro Biomédico

A década de 1970 iniciou com grandes mudanças; a Reforma Universitária brasileira, aprovada pelo Congresso Nacional em 1968 entrou em vigor na Universidade em 1º de janeiro de 1970, com as devidas adaptações para o caso específico da UFSC. Entre as mudanças ocorridas, a dissolução das faculdades, a criação de departamentos e centros e a introdução do ciclo básico e ciclo profissionalizante atingiram diretamente a área da Saúde. Foi a primeira vez que os cursos desta área estiveram verdadeiramente unidos, tendo em vista o surgimento do Centro Biomédico, a raiz do atual Centro de Ciências da Saúde.

Uma das alterações que, apesar da pouca duração, afetou profundamente a área da Saúde consistiu na modificação ocorrida no vestibular, fazendo com que não existisse mais as opções por curso, e sim por área. Dessa forma o candidato era classificado por grandes áreas, como, por exemplo, a de Ciências Biológicas. Os alunos ingressavam no ciclo básico ao serem aprovados no vestibular, completando-o em cerca de três semestres na área escolhida e, com base no índice de aproveitamento alcançado, eram classificados e faziam suas opções de carreira. Esse sistema gerou alguns problemas, como a dificuldade de adaptação do currículo para a área Biomédica, uma vez que o ciclo básico deveria proporcionar o saber necessário aos cursos de Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia.<sup>45</sup>

Um dos aspectos positivos da realização do vestibular Único e Unificado foi a possibilidade de ser ampliado o campo de conhecimento do estudante na Universidade, podendo este, assim, decidir sua profissão depois de já ter algum conhecimento da área. Este fato acarretou uma mudança no perfil dos alunos de cada curso, como cursos que eram frequentados eminentemente por mulheres ou homens e passaram a ser mistos.

Não obstante, o maior dos problemas foi a concorrência interna entre os estudantes. Situação ainda mais exacerbada na área de Ciências Biológicas, devido à preferência maciça dos alunos pelo Curso de Medicina. Como a escolha do Curso era realizada com base nas notas de cada aluno no ciclo básico, e a maioria deles tinham predileção pelo Curso de Medicina, muitos ficavam na espera, pois não conseguiam o ingresso devido às notas.

A possibilidade de poder refazer as disciplinas para melhorar as notas e novamente pleitear o curso pretendido originou um novo grupo de estudantes, os chamados “excedentes internos”, composto por aqueles que já haviam concluído o ciclo básico, mas que, por não conseguirem vaga no curso desejado, ficavam à espera de uma outra oportunidade, gerando um acúmulo de estudantes nessas condições, o que resultou em transtornos para a Universidade. Em entrevista retirada da Tese de Elizabeth Farias da Silva, o professor Roberto Mündell<sup>46</sup> de Lacerda relata o seguinte:

O aluno ficava durante 2 semestres, apresentava seus conceitos e era feita toda uma classificação de todo o aluno daquela faixa. E acontecia uma coisa que era muito comum, entravam nas áreas de ciências biológicas, mas entravam candidatos que pretendiam inicialmente estudar biologia, mas se ele conseguia bons conceitos, no final ele pensava: por que eu não vou fazer medicina, eu quero ser médico. Por que eu vou ser farmacêutico se eu posso ser médico, na época havia uma espécie [...] que as pessoas preferiam ser médicos. Havia aqueles que não tinham uma vocação. Havia uns que só queriam ser médicos, ou eram médicos ou nada feito. Eles tinham a possibilidade, já que eles não conseguiam a classificação para ingressar no curso de medicina, eles podiam continuar renovando os créditos de disciplinas para conseguir novos conceitos. Então criou-se o que se chamou de excedente interno, antes só havia excedente externo. Com o excedente interno na universidade pressionava-se para aumentar o número de vagas. Isso criou um problema político, porque nós sempre notamos que havia uma tendência muito grande das famílias para [...], depois que colocasse o filho na universidade [...], bom agora o problema não é mais tanto nosso. Vamos apoiar, bater palmas, mas o problema não é nosso, o problema é do governo. E esses rapazes, moças, ficavam na universidade como excedente interno, e era impressionante. Nós criamos na época um sistema de segurança pelo qual depois de um determinado número de renovação, o excedente interno perdia o direito, deixava a universidade. Aí é que o negócio começou [...] o assunto se tornou do interesse ministerial e fomos obrigados a rever isso.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> VVer capítulo “A UFSC sob o regime militar: do Centro de Estudos Básicos aos Movimentos Estudantis” deste memo livro.

<sup>46</sup> Reitor da Universidade durante o período de 1972-1976, um dos implantadores da Reforma Universitária na UFSC.

<sup>47</sup> Roberto Mündell de Lacerda. Entrevista concedida a Elizabeth Farias da Silva. In: SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962 – 1980)*. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p.212-213.



Figura 7. Laboratório do Curso de Farmácia em 1971. Fonte: Agecom (1971)

A concorrência entre os alunos acabou ficando fora de controle, e casos de roubo de provas, compra de provas, entre outros, tornaram-se perigosamente comuns. E apesar da realização de projetos de conscientização e informação acerca das outras atividades na área da Saúde, além da Medicina, até surtiu algum efeito a médio prazo,<sup>48</sup> mas não o suficiente para que esse método de escolha da profissão se tornasse eficiente nessa área.

A questão transformou-se em algo realmente sério, e há inúmeros relatos de casos que demonstram a competição entre alunos e as suas aflições nessa fase da Reforma Universitária na UFSC. As provas realizadas muitas vezes aos sábados, no Restaurante Universitário, devido ao alto número de alunos, eram frequentemente surpreendidas por crises de choro e de estresse no momento de suas aplicações.<sup>49</sup> A maioria desses problemas eram ligados ao Curso de Medicina, que, até hoje, ainda é o que possui maior concorrência no vestibular.<sup>50</sup> O professor de Física Jaime Oltramari<sup>51</sup> relata esse período de estresse dos estudantes:

Outra coisa que aconteceu é o seguinte, você imagina se vocês duas querem fazer engenharia química: vocês entram no vestibular, vocês começam a fazer as cadeiras básicas na área de Ciências Exatas, aí ela tira uma nota melhor que você em uma prova, você já começa, não é? Na outra você tira uma nota maior que ela: mas quem mais tirou uma nota maior do que eu? Então a ideia era que isso estimulasse, mas sabe o que aconteceu, o aluno entrava na Biblioteca, havia alguns livros que não tinha disponível no mercado, pegava o livro, dava uma estudada e colocava em estante diferente, pra ninguém achar. Mas não era competição, ficou uma coisa radical, ficou guerra. Então isso foi desfeito, porque aquela história de vestibular único, unificado e não sei o que complicou. [...] Acabava tendo coisa do tipo, um grupo, especialmente na área de Medicina que era mais competitivo, queria melhorar, queriam passar os outros para trás, reuniam-se em quatro ou cinco, arrumavam um jeito e colocavam uma moça de empregada na casa do professor, pra ela pegar prova. Então houve, eu to dizendo, eu fiz parte de comissões de inquérito que tinha essas questões, então, não deu certo... foi para a estrutura nova. Você faz o curso numa área, mas faz o curso.<sup>52</sup>

A mudança para o antigo sistema de admissão na Universidade ocorreu novamente no concurso vestibular de 1973.<sup>53</sup> Acabando assim com esse problema, que, apesar de ter durado pouco tempo, afetou profundamente a Universidade, e, principalmente, o Centro Biomédico, onde vários estudantes acabaram fazendo cursos que não representavam a profissão pretendida. Temos como exemplo o caso do Curso de Enfermagem, que nesse período recebeu uma quantidade de alunos muito menor do que o número de vagas que oferecia (25 vagas), sendo matriculados, em média, cinco estudantes por semestre.<sup>54</sup>

<sup>48</sup> ROSA, José E.; MADEIRA, Ademar A. *Odontologia catarinense...* op.cit., p.239.

<sup>49</sup> SILVA, Elizabeth Farias. *Ontogenia de uma Universidade...* op.cit., p.213-220.

<sup>50</sup> No vestibular UFSC 2010 a relação candidato/vaga do Curso de Medicina aparte do programa de ações afirmativas era de 71.19 c/v. Quatro vezes maior que o segundo curso mais concorrido, Arquitetura. Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Comissão Permanente do Vestibular. Vestibular 2010. *Relatório Oficial: relação candidatos/vaga*. Florianópolis: CÔPERVE-UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.vestibular2010.ufsc.br/relatorio/vestcva02.html>> Acesso em: 29 ago. 2010.

<sup>51</sup> Professor aposentado do Departamento de Física da UFSC. Foi o primeiro físico do Estado de Santa Catarina e Diretor do Centro de Ciências Física e Matemáticas durante 12 anos.

<sup>52</sup> Jaime Oltramari. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni*. Florianópolis, 27 jul. 2010.

<sup>53</sup> SILVA, Elizabeth Farias. *Ontogenia de uma Universidade...* op.cit., p.212.

<sup>54</sup> BORENSTEIN, Miriam Süskind; ALTHOFF, Coleta Rinaldi; SOUZA, Maria de Lourdes de (Org.). *Enfermagem da UFSC...* op.cit., p.77



Figura 8. Formatura do Centro Biomédico em 1978. Os graduandos de todos os cursos do Centro formavam-se juntos no Ginásio do SESC. Fonte: Agecom (1978)

## Hospital Universitário: uma conquista do Centro de Ciências da Saúde

Em 1973 também foram retomados os movimentos para a conclusão das obras do Hospital das Clínicas, que desde 1968 estavam estagnadas. Essas mobilizações partiram de dois setores distintos da Universidade – estudantes e Reitoria – que concorreram para que as obras fossem concluídas.<sup>55</sup>

Por meio do Diretório Acadêmico do Centro Biomédico, os estudantes da área da Saúde iniciaram uma campanha em prol da conclusão do Hospital das Clínicas, campanha esta que não se limitou ao *campus*, pois eles realizaram passeatas no centro da cidade, distribuíram adesivos em favor da conclusão das obras, demonstrando possuir amplo apoio da população. Em entrevista, o professor Carlos Alberto Justo da Silva<sup>56</sup> relatou que foram organizadas festas na chamada “Boate da Medicina” para arrecadar fundos para a campanha, e foi com o lucro destas festas que foram confeccionados os adesivos que eram distribuídos no centro da cidade em prol da conclusão do Hospital Universitário. O ex-aluno de Medicina relembra também que os estudantes combinaram com o professor Polydoro Ernani de São Thiago para que realizassem aulas no terreno onde havia o abandonado esqueleto do Hospital, como uma forma de protesto, para que as obras fossem retomadas.<sup>57</sup> Em junho de 1973 este movimento alcançou a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, através de uma comissão formada por sete estudantes. Possuindo apoio de instituições públicas catarinenses – além da Assembleia, houve o apoio da Secretária de Saúde e Câmara de Vereadores –, os estudantes conseguiram uma reunião com o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em Brasília. Um grupo de três estudantes (Reinaldo B. Machado, José Luiz Saldanha Moreira e Jorge Lorenzetti) foram, assim, se encontrar com o ministro. Fatos que foram noticiados no jornal de maior circulação de Santa Catarina da época, *O Estado*.<sup>58</sup>

A importante pressão realizada pelo movimento estudantil fez com que a Reitoria se sentisse constrangida e também se movimentasse em prol do Hospital, criando assim uma Comissão de Estudos para a implementação dele. Desta comissão participaram

<sup>55</sup> Em várias entrevistas realizadas surgiu, na fala dos entrevistados, a questão de que havia uma resolução ministerial que proibia a construção de novos hospitais universitários naquela época, e o governo federal disponibilizava verbas apenas para os que já possuíam sua construção iniciada. Em nossa pesquisa não foi possível encontrar esta legislação.

<sup>56</sup> Carlos Alberto Justo da Silva é formado em Medicina pela UFSC. Atualmente é Vice-Reitor da Universidade e presidente da Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino. Já foi Diretor do CCS e do Hospital Universitário.

<sup>57</sup> Carlos Alberto Justo da Silva. *Entrevista concedida a Lidia Bristol*. Florianópolis, 08 de setembro de 2010.

<sup>58</sup> SILVA, Elizabeth Farias. *Ontogenia de uma Universidade...* op.cit., p.230.

três professores de Medicina, Polydoro Ernani de São Thiago como presidente, Roldão Consoni e Ayrton de Oliveira, além de um estudante do Curso, Carlos Alberto Pierre, e professores do Departamento de Engenharia e Arquitetura da Universidade.<sup>59</sup> Fazendo com que na última sessão do Conselho Universitário da gestão de Roberto Mündell de Lacerda como reitor, de 1972 a 1975, Lacerda destacasse a retomada das obras do Hospital das Clínicas como um dos principais feitos de 1975.<sup>60</sup>

No final da década de 1970, ocorreram modificações substanciais na Universidade Federal de Santa Catarina. A gestão da Reitoria, de 1976 a 1980, com Caspar Erich Stemmer e com o vice Roldão Consoni, este professor do Departamento de Medicina, e as novas articulações por parte de alunos e professores – como as eleições para a APUFSC – trouxeram novos ares para a Universidade, fazendo com que ela se desenvolvesse cada vez mais.

As obras iniciaram-se nesta nova gestão com grande empenho e agilidade, tendo como nome não mais Hospital das Clínicas, mas sim Hospital Universitário. Suas obras foram concluídas no ano de 1980 e sua inauguração foi realizada pelo então Reitor Caspar Erich Stemmer. Na década de 1990 teve seu nome trocado para “Hospital Universitário Prof. Dr. Polydoro Ernani de São Thiago”,<sup>61</sup> em homenagem ao referido professor após a sua morte. Segundo o professor Carlos Alberto Justo da Silva, ele foi um dos mais empenhados para a conclusão do Hospital.<sup>62</sup> Sobre a questão da mudança na nomenclatura do hospital, o professor e médico Nelson Grisard<sup>63</sup> relatou o seguinte em entrevista retirada do Trabalho de Conclusão de Curso de José Antônio Martins:

O HU primeiramente era chamado de Hospital das Clínicas da Universidade de Santa Catarina, depois passou a ser HU da Universidade Federal de Santa Catarina e depois propusemos-lhe o nome de HU Prof. Polydoro Ernani de São Thiago, e isto foi discutido no Conselho Universitário e foi vetado, pois entenderam que não se deveria colocar o nome de alguém vivo, mas este desejo permaneceu latente, muito embora houvessem a Av. Ivo Silveira e a Ponte Colombo Sales, personagens atuantes da sociedade até hoje. Houve uma polêmica junto ao Reitor da época que juntamente com o Conselho Universitário vetaram o nome. Assim, iniciou-se um movimento por alguns funcionários do hospital e da UFSC, inclusive com arrecadação de recursos para a elaboração do busto do prof. Polydoro que lá está. Destarte, com alguma pressão, foi batizado o “HU Prof. Polydoro Ernani de São Thiago”.<sup>64</sup>



Figura 9. Comissão para implantação do Hospital Universitário. Fonte: Agecom [197?] ]

<sup>59</sup> Ibidem, p.232.

<sup>60</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da 163ª sessão realizada em 11 de dez. 1975*. Livro 4, p.127.

<sup>61</sup> Existem diversas versões do nome do Hospital Universitário (HU Polydoro Ernani de São Thiago, HU Prof. Polydoro Ernani de São Thiago, HU Prof. Dr. Polydoro Ernani de São Thiago). Escolhi essa versão seguindo a nomenclatura de uma placa existente no Hospital Universitário datada de abril de 1996.

<sup>62</sup> Carlos Alberto Justo da Silva. *Entrevista citada*.

<sup>63</sup> Nelson Grisard é médico Pediatra. Iniciou sua carreira na UFSC como docente em 1964, faz parte do corpo docente da Pós-Graduação em Ciências Médicas e foi o primeiro diretor do Hospital Universitário.

<sup>64</sup> Nelson Grisard. Entrevista concedida a José Antonio Ferreira Martins. In: MARTINS, José Antônio Ferreira. *Resgate histórico do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina*. 88f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina). Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Medicina. Departamento de Saúde Pública. Florianópolis, 2004, p.44.

Foi também nessa época que as graduações do Centro Biomédico começaram a migrar para o *campus* universitário da Trindade. A primeira delas foi o Curso de Enfermagem, em 1977, que, ainda sem possuir seu espaço físico próprio, instalou-se na área do Centro de Estudos Básicos.<sup>65</sup> Em 1978 foram disponibilizados dados sobre o total de área ocupada fora do *campus* da Universidade, e o Centro Biomédico mostrou-se em primeiro lugar, com mais de 10.000 m.<sup>2</sup> no centro de Florianópolis.<sup>66</sup> Porém, em abril desse mesmo ano começaram as discussões mais concretas sobre a mudança para a Trindade. Uma portaria do Conselho Universitário de 24 de abril decidiu por alienar os prédios das ex-faculdades de Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia e Bioquímica.<sup>67</sup> Essas mudanças só ocorreram, devido ao acordo de que o dinheiro das vendas dos imóveis no centro da cidade seria destinado às construções dos prédios no *campus* universitário da Trindade.<sup>68</sup> Questão que o MEC tomou como imprescindível para autorizar as vendas daqueles imóveis.<sup>69</sup>

Em 1979 as obras do agora Centro de Ciências da Saúde<sup>70</sup> foram concluídas. Segundo os documentos, a sua área construída deveria conter um bloco administrativo, um de ligação, um de salas de aula, um para o diretório acadêmico e outro bloco para os laboratórios, totalizando assim 9.871 m.<sup>2</sup><sup>71</sup> Foi então designada uma Comissão em maio do mesmo ano, a fim de programar e coordenar a transferência daquele Centro para o *campus* universitário, a partir do início do 2º semestre do corrente ano. Comissão esta presidida pelo então diretor do Centro de Ciências da Saúde, Dr. Arthur Pereira e Oliveira, com a participação de todos os coordenadores de curso do CCS, além de assessoria especial do professor Waldomiro Dantas.<sup>72</sup> Novamente a Enfermagem foi o primeiro departamento a realizar a mudança, migrando da área que ocupava no antigo Centro de Estudos Básicos para o novo prédio do atual CCS, ainda assim apenas em 1980.<sup>73</sup> Segundo o professor Carlos Alberto Justo da Silva, um dos motivos para a demora da vinda dos cursos da área da Saúde, e mais especificamente a Medicina, ocorreu devido à ausência do Hospital Universitário na Trindade:

Então na verdade, a Medicina só vem efetivamente para o *Campus*, com a abertura do Hospital Universitário, e a ativação do HU foi progressiva. No primeiro ano só veio a clínica médica, não veio a clínica cirúrgica, mas mesmo assim não tinha vindo nem a pediatria nem a ginecologia. A ginecologia só vem dez anos depois. Então isso que acabou dificultando uma vinda totalmente dos alunos pra cá.<sup>74</sup>



Figura 10. Inauguração do Centro de Ciências da Saúde em 9 de maio de 1980. Fonte: Agecom (1980)

<sup>65</sup> BORENSTEIN, Miriam Süsskind; ALTHOFF, Coleta Rinaldi; SOUZA, Maria de Lourdes de (Org.). *Enfermagem da UFSC...* op.cit., p.93.

<sup>66</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Plano de Desenvolvimento*. Florianópolis, 1978, p.93.

<sup>67</sup> Resolução nº 021/78 do Conselho Universitário de 24 de abril de 1978.

In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.12, n.136, abr. 1978, p.3-4.

<sup>68</sup> SILVA, Elizabeth Farias. *Ontogenia de uma Universidade...* op.cit., p.245.

<sup>69</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da 173ª sessão realizada em 20 de abr. 1978*. Livro 4, p.181.

<sup>70</sup> A primeira vez que aparece o termo Centro de Ciências da Saúde em documento oficial da UFSC foi em: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.12, n.150, jun.1979, p.39.

Segundo Borenstein, Althoff e Souza, a mudança ocorreu com o Regimento Geral da UFSC de 1979. Cf. BORENSTEIN, Miriam Süsskind; ALTHOFF, Coleta Rinaldi; SOUZA, Maria de Lourdes de (Org.). *Enfermagem da UFSC...* op.cit., p.145.

<sup>71</sup> GRILLO, Antônio Niccolo et al. *Plano de Desenvolvimento...* op.cit., p.129.

<sup>72</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.12, n.149, maio 1979, p.79.

<sup>73</sup> BORENSTEIN, Miriam Süsskind; ALTHOFF, Coleta Rinaldi; SOUZA, Maria de Lourdes de (Org.). *Enfermagem da UFSC...* op.cit., p.145.

<sup>74</sup> Carlos Alberto Justo da Silva. *Entrevista citada*.



Figura 11. Hospital Universitário em 1982. Fonte: Agecom (1982)

## Expansão e consolidação do Centro

O início da década de 1980 se evidenciou pela expansão do Centro de Ciências da Saúde. A criação do Hospital Universitário, de extrema importância para a área médica, possibilitou o avanço do CCS por meio da assistência, ensino e pesquisa. E, além disso, foi uma das grandes realizações da Universidade para a comunidade catarinense, uma vez que é o único Hospital completamente público do estado. Também em 1980 entrou em funcionamento um novo curso no Centro de Ciências da Saúde – a Graduação em Nutrição – implantado na UFSC em 1979,<sup>75</sup> e que durante muito tempo foi o único Curso de Nutrição de Santa Catarina.

A implantação da Graduação em Nutrição ocorreu mediante movimentação do Departamento de Saúde Pública e uma parceria realizada entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para a elaboração do projeto de criação do Curso, que foi iniciado sem que houvesse um departamento de Nutrição, sendo inicialmente agregado ao de Saúde Pública e sem tampouco um professor nutricionista, devido à falta de profissionais da área na região Sul do Brasil. Dessa forma, foi realizado um concurso para o posto de Coordenador do Curso, onde foi classificada a professora e nutricionista Laura Aguilar, que entrou para a Universidade alocada no Departamento de Saúde Pública com esta tarefa. Sobre esse período inicial do Curso de Nutrição, quando ainda não possuía seu departamento próprio, a professora Laura<sup>76</sup> assim relembra:

[...] Estando já no Departamento de Saúde Pública... Começou a aparecer a situação de que na reunião, muitas das decisões do Departamento de Saúde Pública eram para resolver problemas do Curso de Nutrição. E o Departamento não estava acostumado a discutir coisas de Nutrição, porque não havia Nutrição... [...] Eu lembro muito bem que uma vez alguém do Departamento de Saúde Pública em uma reunião do departamento disse assim: 'mas por que que nós estamos discutindo isto aqui, se isso só tem haver com o Curso de Nutrição? Nós estamos perdendo tempo aqui, nós estamos discutindo uma coisa que não tem nada haver com o Departamento de Saúde Pública. Isso não nos pertence'. Isso foi em uma reunião... Na próxima reunião, a mesma pessoa que tinha dito isso na outra reunião disse: "Não, mas isso tem que passar aqui pelo Departamento de Saúde Pública." Eu fui obrigada a dizer: "vocês vão ter que decidir se o Departamento de Saúde Pública deve de tomar uma decisão desse porte para o Curso de Nutrição ou não. Quando o Departamento se posicionar e decidir se tem que ter ingerência nos assuntos internos da Coordenação do Curso de Nutrição ou não então eu vou dar uma resposta, porque agora... na reunião anterior foi dito isso, e na reunião hoje estão dizendo exatamente o contrário. Eu quero saber qual é a posição do Curso. Porque dependendo disso eu vou me posicionar, se não eu também vou me sentir perdendo meu tempo." Sempre,

<sup>75</sup> PORTARIA nº 384/79 do gabinete do Reitor, de 10 de agosto de 1979. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.12, n.152, ago.1979, p.15.

<sup>76</sup> Laura Aguilar é aposentada do Departamento de Nutrição da UFSC. Nascida em El Salvador, chegou ao Brasil para realizar mestrado em Nutrição na década de 1970, vindo para Florianópolis em 1980 devido à aprovação no concurso de Coordenadora do Curso de Nutrição da UFSC.

sempre dava polêmica, porque uma hora precisava outra hora não era. Assim foi como se estudou o caso, se viu a necessidade de que se fosse estabelecido uma comissão específica do Curso de Nutrição... Mais adiante essas pessoas começaram a trabalhar para que se criasse o Departamento de Nutrição, que teria ingerência sobre o Curso de Nutrição. Assim como todos os outros cursos do Centro de Ciências da Saúde.<sup>77</sup>

Dessa maneira, em 1985 foi criado o Departamento de Nutrição, pela Resolução nº 136 do Conselho Universitário,<sup>78</sup> sendo o décimo primeiro Departamento do Centro de Ciências da Saúde. Centro que, a partir da década de 1980, procurou cada vez mais se consolidar na Universidade Federal. Os cursos da área da Saúde sempre foram extremamente expressivos no cenário da UFSC, seus professores e alunos aparecem como agentes de diversos movimentos dentro do espaço universitário.



Figura 12. Curso de Nutrição em 1995. Fonte: Agecom (1995)



Figura 13. Farmácia escola em 1995. Fonte: Agecom (1995)

<sup>77</sup> Laura Aguilar. *Entrevista concedida a Lídia Bristot*. Florianópolis, 24 jul. 2010.

<sup>78</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*, fev. 1985, p.28

É também pela sua atuação que o Centro de Ciências da Saúde tenta conseguir alcançar sempre uma maior excelência no cenário acadêmico, exemplo disso é o recém-aberto Curso de Fonoaudiologia,<sup>79</sup> que iniciou suas atividades no segundo semestre de 2009. Por meio destas ações, o CCS melhora seus pontos fortes, como a grande capacidade de extensão, e busca consolidar suas pesquisas pelos programas de Pós-Graduação existentes hoje no Centro.

## Considerações finais

Neste artigo buscamos compreender a formação do Centro de Ciências da Saúde numa trajetória que consideramos ter 93 anos. O processo de nossa pesquisa foi extremamente intenso, devido também à corrida contra o tempo, que foi enfrentada para concluirmos este projeto. As dificuldades sempre aparecem, mas apesar de o grande empecilho vivenciado pela maioria dos pesquisadores do “Projeto UFSC-50 anos” ter sido a falta de documentação e fontes, no CCS isso não ocorreu como o principal obstáculo. O Centro de Ciências da Saúde possui uma razoável produção bibliográfica acerca da história de alguns cursos, que serviram como apoio e passo inicial para esta pesquisa. Além disso, havia uma grande quantidade de documentos no Arquivo Central da UFSC que necessitavam apenas ser “redescobertos”.

Esta pesquisa foi um grande processo de amadurecimento. O encontro com uma série de documentos inéditos e novas descobertas tornou todo este período sempre excitante, por mais exaustivo que tenha sido. Com a quantidade de fontes, dados e situações importantes que ocorreram no CCS, sofremos mais com a falta de tempo – e talvez pela pouca experiência acadêmica desta autora – do que com a escassez de informações. Esperamos, assim, termos contribuído para esclarecer mais um trecho da trajetória da Universidade.

E se obtivemos sucesso neste intento, não o alcançamos sozinhas(os). Além de todos os que participaram desta pesquisa, agradeço principalmente às pessoas que nos concederam entrevistas, que abriram suas casas e suas memórias para que este projeto se concretizasse. Foram os encontros com todos os entrevistados, cujos nomes aparecem ou não neste texto, que tornaram possível uma melhor compreensão sobre o que é o Centro de Ciências da Saúde. Agradecemos também todo o apoio da Comissão Interna para a produção da história do CCS, pois, sem o auxílio da professora Maria Itayra Padilha, do professor José Tadeu Pinheiro e do professor Cléo Nunes, não teria sido possível concretizar este trabalho. Este apoio que encontramos no Centro teve um valor inestimável para a produção desta história. Além disso, a Comissão escreveu sobre a pós-graduação no CCS, que também faz parte deste capítulo.

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos da Faculdade de Odontologia de Santa Catarina/UFSC/CCS

FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE SANTA CATARINA. *Histórico da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina*. Florianópolis, [19--]. Obra não publicada.

\_\_\_\_\_. *Carta enviada para o Governador Heriberto Hülse*. Florianópolis, [1959?].

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. Faculdade de Odontologia. *Certidão de 11/12/1963*. Enviada pelo Diretor Pedro Mendes de Souza à reitoria da Universidade de Santa Catarina certificando a existência do ofício 193/63 com solicitações do Centro Acadêmico de Odontologia. Florianópolis: USC, 1963. Arquivo Central/Faculdade de Medicina. Caixa 04.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.1, n.1. 2º Semestre de 1962.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.2, n.3, IIº Semestre de 1963.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.3, n.4, jan./ago. 1964.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.4, n.7, jan./jun. 1965.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.5, n.9, jan./jun. 1966.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.5, n.10, jul./dez. 1966.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.12, n.136, abr. 1978.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.12, n.149, maio 1979.

<sup>79</sup> Resolução nº 005 da Câmara de Ensino de Graduação, em 25 de março de 2009. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n. 14, 2009. Disponível em: <<http://www.notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/>>. Acesso em: 03 set. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.12, n.150, jun.1979.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.12, n.152, ago. 1979.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, fev. 1985.

\_\_\_\_\_. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n. 14, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Câmara de Ensino Superior. *Parecer nº 868/68*: sobre criação da Faculdade de Enfermagem na UFSC. Florianópolis, 16 de Dezembro de 1968. Arquivo Central/Faculdade de Medicina. Caixa 04.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da 77ª sessão realizada em 29 de out. 1965*. Livro 2, p. 354.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, *Ata da 163ª sessão realizada em 11 de dez. 1975*. Livro 4, p.127.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, *Ata da 173ª sessão realizada em 20 de abr. 1978*. Livro 4, p.181

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Faculdade de Medicina. *Ofício nº 50/69*. Florianópolis, 17 de Janeiro de 1969. Ofício enviado por Ayrton Roberto de Oliveira, Diretor em exercício da Faculdade de Medicina, para Roberto Mündell de Lacerda, Reitor em exercício da UFSC. Arquivo Central/Faculdade de Medicina. Caixa 04.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Plano de Desenvolvimento*. Florianópolis, 1978.

### Entrevistas

Aldo Brito. *Entrevista concedida a José Tadeu Pinheiro*. Florianópolis, 22 abr. 2010.

Bruno Rodolfo Schlemper Júnior. *Entrevista concedida a Lidia Bristot*. Florianópolis, 31 ago. 2010.

Carlos Alberto Justo da Silva. *Entrevista concedida a Lidia Bristot*. Florianópolis, 08 set. 2010.

Cléo Nunes de Souza. *Entrevista concedida a Maria Itayra Padilha*. Florianópolis, 09 abr. 2010.

Günter José Ammon. *Entrevista concedida a Lidia Bristot*. Florianópolis, 18 maio 2010.

Henrique Manuel Prisco Paraíso. *Entrevista concedida a Lidia Bristot*. Florianópolis, 27 jul. 2010.

Jaime Oltramari. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni*. Florianópolis, 27 jul. 2010.

José Edu Rosa. *Entrevista concedida a Roselane Neckel*. Florianópolis, 30 jul. 2010.

Laura Aguilari. *Entrevista concedida a Lidia Bristot*. Florianópolis, 24 jul. 2010.

Luiz Carlos Espíndola. *Entrevista concedida a Lidia Bristot*. Florianópolis, 30 jul. 2010.

Luiz Henrique Prazeres. *Entrevista concedida a Lidia Bristot*. Florianópolis, 26 jul. 2010.

Lumar Valmor Bertoli. *Entrevista concedida a Lidia Bristot*. Florianópolis, 06 maio 2010.

Rossana Pacheco Proença. *Entrevista concedida a Lidia Bristot*. Florianópolis, 03 set. 2010.

Silvana Maria Pereira. *Entrevista concedida a Lidia Bristot*. Florianópolis, 23 jul. 2010.

### Figuras

FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA. *Gabinete de Anatomia com aparelho projetor*. [195?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Batida da estaca inicial do prédio da Faculdade à Rua Esteves Júnior nº 93*. 1956. 1 fotografia p&b. s/autoria.

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGECOM. *Comissão para implantação do Hospital Universitário*. [197?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Curso de Nutrição em 1995*. 1995. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Farmácia Escola em 1995*. 1995. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Formatura do Centro Biomédico em 1978*. 1978. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Hospital Universitário em 1982*. 1982. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Inauguração do Centro de Ciências da Saúde em 09 de maio de 1980*. 1980. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Início do estacionamento do Hospital das Clínicas*. [1966?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Laboratório do Curso de Farmácia em 1971*. 1971. 1 fotografia p&b. s/autoria.

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO CONHECIMENTO DA ENFERMAGEM – GEHCE. *Álbum do trote da primeira turma de calouros da Enfermagem*. 1969. 1 álbum (9 fotografias), p&b. s/autoria.

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO CONHECIMENTO DA ENFERMAGEM – GEHCE. *Sede do curso de Enfermagem nos fundos da antiga Reitoria*. [197?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

ROSA, José E.; MADEIRA, Ademar A. Trote dos calouros de Odontologia em 1967. 1967. 1 fotografia p&b. s/autoría. In: \_\_\_\_\_. *Odontologia Catarinense: evolução, ensino e movimento associativo*. Florianópolis: UFSC, 1982, p. 98.

### Referências Bibliográficas e de web

BORENSTEIN, Miriam Süsskind; ALTHOFF, Coleta Rinaldi; SOUZA, Maria de Lourdes de (Org.). *Enfermagem da UFSC: recortes de caminhos construídos e memórias 1969/1999*. Florianópolis: Insular, 1999.

BRASIL. Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 21 Dez. 1960, p. 16.173. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=86921>>. Acesso em: 11 set. 2010.

BRISTOT, Lidia Schneider. *Hospitais e Maternidades de Santa Catarina na década de 1950*. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/pub?id=1Ff1drnWuXjZMGSDsnyXbw5cNn4JmrgC6uRdKeBmJX60>>. Acesso em: 11 set. 2010.

CONSONI, Roldão. *Fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina: reminiscências & dados históricos*. Florianópolis: UFSC, 2005, p. 85.

LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. Florianópolis: UFSC, 2. ed., 2000, p. 74.

MARTINS, José Antônio Ferreira. *Resgate histórico do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina*. 88f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina). Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Medicina. Departamento de Saúde Pública. Florianópolis, 2004.

ROSA, José E.; MADEIRA, Ademar A. *Odontologia Catarinense: evolução, ensino e movimento associativo*. Florianópolis: UFSC, 1982.

SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Comissão permanente do Vestibular. Vestibular 2010. *Relatório Oficial: relação candidatos/vaga*. Florianópolis: COPERVE-UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.vestibular2010.ufsc.br/relatorio/vestcva02.html>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

VIEIRA, Amazile de Hollanda. *Instituto Polytechnico: no contexto sócio-cultural de Florianópolis*. Florianópolis: A & P, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Saúde. Coordenadoria do Curso de Medicina. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Medicina. Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.medicina.ufsc.br/sobre/projeto.php>>. Acesso em: 24 maio 2010.

# As pós-graduações no Centro de Ciências da Saúde<sup>1</sup>

Maria Itayra Padilha<sup>2</sup>  
Cleo Nunes de Sousa<sup>3</sup>  
José Tadeu Pinheiro<sup>4</sup>

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao longo de sua história, acompanhou os movimentos relativos à educação nacional tanto para a criação das faculdades/cursos de graduação como também da pós-graduação. E, nesse sentido, podemos citar alguns fatores que influenciaram na criação de cursos de pós-graduação formal no país a partir da década de 1950: mobilização pela Reforma Universitária; crescimento das matrículas no Ensino Superior; expansão quantitativa dos institutos e departamentos; necessidade de docentes mais qualificados; e o aumento decisivo sobre a demanda para a pós-graduação. A organização do ensino de pós-graduação *stricto sensu* foi fundamentada no Parecer Sucupira (Parecer nº 977/65), aprovado pelo então Conselho Federal de Educação em 1966, e pela Reforma Universitária ocorrida em 1968. Esse Parecer instituiu a indissolubilidade entre ensino e pesquisa, sistema de unidades de créditos e os departamentos como unidades mínimas do sistema, e fez a distinção entre os programas de pós-graduação *lato sensu* e os programas de pós-graduação *stricto sensu*.<sup>5</sup>

A década de 1970 foi marcada pela mobilização da Reforma Universitária, exigindo alterações na estrutura dos cursos, a criação de departamentos de ensino e a necessidade de qualificação dos docentes. Devido ao aumento da demanda acadêmica e da criação de novos cursos de graduação, iniciou-se a ocupação do *campus* da Trindade. O período de 1976 a 1980 foi caracterizado pela expansão da estrutura física da UFSC, bem como pela implantação da pesquisa científica e dos cursos de pós-graduação.

Para entender o processo de criação dos programas de pós-graduação no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFSC é necessário pensar no modo como os cursos foram se desenvolvendo em termos de prioridades e intenções. Inicialmente, os cursos da área da Saúde, em especial, a Medicina e a Odontologia tinham como tradição a formação universitária de graduação e, no caso da Medicina, a residência médica, a especialização e a prática profissional autônoma ou integrada ao sistema de saúde da época. A Odontologia seguia o mesmo processo, e a sua grande fortaleza eram os cursos de especialização articulados à prática profissional, o que de certo modo continua até os dias atuais. Naquela época, de acordo com o professor Carlos Alberto Justo da Silva:

A especialidade era mais importante do que o *stricto sensu*, mestrado e doutorado. A residência, para o médico, é mais importante, pois é uma consequência natural. A residência exacerba o saber fazendo. Diferente do mestrado e doutorado, que te prepara para ser pesquisador. Nesse sentido, o HU se estruturou muito rapidamente para abrir as residências médicas e não a pós-graduação. A residência consome muito mais tempo. Isso dificultava o interesse em mestrado ou em doutorado, porque o aluno já cursava, no caso da Medicina, seis anos de curso, outros dois de residência e outros dois de especialização. Naquela época, o mestrado eram três anos. Então era muito tempo... A tradição da especialização não era tão forte na Enfermagem. A Enfermagem assume a pós-graduação *stricto sensu* até como um diferencial de qualidade. Ela assume o mestrado e posteriormente o primeiro doutorado do CCS. E é um diferencial.<sup>6</sup>

## O Programa de Pós-Graduação em Odontologia

No entanto, um dos primeiros programas de pós-graduação da UFSC surgiu no Centro de Ciências da Saúde e mais especificamente na Odontologia.

A Faculdade de Odontologia foi pioneira na criação de um curso de pós-graduação no Centro de Ciências da Saúde. Essa ideia vem atender às demandas das novas exigências ocorridas posteriormente à Reforma Universitária, além da necessidade de capacitação do corpo docente do Curso. O anteprojeto deste foi elaborado por uma comissão designada

<sup>1</sup> Este texto contou com a valiosa contribuição de Lidia Schneider Bristot, estagiária do Projeto do Livro UFSO 50 Anos, acadêmica do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da professora Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> Professora Associada do Departamento de Enfermagem da UFSC. Doutora em Enfermagem pela Escola Anna Nery (UFRJ). Pós-Doutora pela Lawrence Bloomberg Faculty of Nursing at University of Toronto/Canada. Líder do Grupo de Estudos da História do Conhecimento de Enfermagem e Saúde (GEHCES). Pesquisadora do CNPq.

<sup>3</sup> Professor Adjunto do Departamento de Estomatologia da UFSC. Doutor em Odontologia (Dentística) pela UFSC. Diretor Geral da FAPEU.

<sup>4</sup> Professor Adjunto do Departamento de Análises Clínicas da UFSC, aposentado. Possui graduação em Farmácia e Bioquímica e especialização em Imunologia Básica.

<sup>5</sup> ZUCCO, Carlos. Relação entre pós-graduação e graduação. A pós-graduação no contexto histórico educacional. In: *Discussão da pós-graduação brasileira*. B. 1, Brasília: CAPES. p.79-96.

<sup>6</sup> Carlos Alberto Justo da Silva *Entrevista concedida a Lidia Schneider Bristot*. Florianópolis, 9 set. 2010.

pela Portaria 08/71 e constituída dos seguintes professores: Jorge Seara Polidoro, Ademar Américo Madeira, Rogério Henrique Hildebrand da Silva, Manoel Américo de Barros Filho, Nildo Walmor Sell e Daltro Halla. Após a análise de mercado de trabalho e de possibilidades de implementação, o grupo decidiu que a área de escolha para o curso de mestrado seria a Odontopediatria.

Na época, a pós-graduação no Brasil, e particularmente na UFSC, encontrava-se em um estágio insipiente. Assim como os demais cursos de pós-graduação criados posteriormente no CCS, este também contou com a colaboração de docentes de outras universidades brasileiras, considerando que o corpo docente da UFSC não era suficiente em quantidade e em qualificação necessária para sua implementação.

Em agosto de 1971, o curso de mestrado em **Odontopediatria** teve a sua instalação solene, presidida pelo reitor à época, professor João David Ferreira Lima e demais autoridades universitárias, além de representantes da comunidade odontológica catarinense.<sup>7</sup> O início das atividades didáticas ocorreu em março de 1972, com 16 alunos, sendo 15 professores do Curso de Odontologia da UFSC e uma aluna da comunidade externa, proveniente da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. O primeiro coordenador foi o professor Rogério Henrique Hildebrand da Silva, que já havia participado da comissão de elaboração do projeto do Curso permanecendo no cargo até 1974, quando foi substituído pelo professor Ademar Américo Madeira.<sup>8</sup>



Figura 1. Inauguração do prédio do Centro de Ciências da Saúde em 9 de maio de 1980. Fonte: Agecom (1980)



Figura 2. Inauguração do Programa de Pós-Graduação em Odontologia (agosto de 1971). Fonte: Agecom (1971)

<sup>7</sup> ROSA, José E.; MADEIRA, Ademar A. *Odontologia Catarinense: evolução, ensino e movimento associativo*. Florianópolis: UFSC, 1982.

<sup>8</sup> Idem.

Seguindo os moldes dos cursos de pós-graduação no país, o mestrado se dividia em duas áreas: a de domínio conexo e a de concentração, totalizando 1.680 horas de curso. Além disso, o mestrando teria mais 600 horas para realização da dissertação.

O Curso estruturou-se sobre a experiência didática de um grupo de professores da antiga Faculdade de Odontologia que se preocupava em melhorar as condições de ensino – apenas alguns deles possuíam apreciável experiência em pesquisa –, bem como contou com a colaboração da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, que, por meio de um convênio específico, estruturou e desenvolveu todo o Curso em suas duas primeiras turmas. Após esse período inicial de estruturação, os professores da UFSC portadores dos títulos de livre-docente ou doutor foram gradativamente assumindo o comando do Curso.

O credenciamento definitivo do Curso de Pós-Graduação em Odontologia deu-se em 1981, com a aprovação do Parecer nº 479/81, de 24 de julho de 1981, quando assume mais intensamente o objetivo de formar pessoal de alto nível para o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão.

Apesar de ter sido um dos primeiros programas de pós-graduação da UFSC, o Doutorado só foi criado praticamente 30 anos depois, em 2000, após o esforço coletivo do grupo de docentes já doutores que participavam do curso de Mestrado em Odontopediatria. Neste sentido, foi implantado o Curso de Doutorado nas áreas de Odontopediatria e Implantodontia (este pioneiro na região sul do país). Esta decisão foi respaldada na experiência e na produção científica do corpo docente nestas áreas.<sup>9</sup> O Coordenador do Programa na época da implantação do Doutorado era o professor Mauro Amaral Caldeira de Andrada, que permaneceu até 2002, sendo depois substituído pela professora Isabel Cristina Santos Almeida. O corpo docente era composto por 15 professores permanentes e outros participantes das áreas de Educação, Química e Engenharia. O programa em 2001 possuía 17 linhas de pesquisa todas com projetos em andamento e/ou concluído, relacionados com as áreas de concentração. Na primeira avaliação do programa já obteve conceito 04 da CAPES, o que significava um selo de qualidade ao curso.

Desde seu início, o Programa de Pós-Graduação tinha como objetivo a realização orientada de estudos avançados no campo da Odontologia, a geração do conhecimento, a produção da pesquisa, treinamento didático e a elaboração de trabalho de conclusão que representa trabalho original (para o Doutorado), fruto da atividade de pesquisa.<sup>10</sup>

Enquanto os professores Carlos Alberto Justo Silva e Cleo Nunes de Sousa estiveram na Direção do Centro de Ciências da Saúde a partir de 1996, houve um grande impulso na criação de Cursos de Mestrado que ainda não existiam (Farmácia, Saúde Pública e Nutrição) e de Doutorado naqueles que já tinham Mestrado (Odontologia).

Quando assumi só tinha o mestrado em Ciências Médicas, em Odontopediatria e o mestrado e doutorado em Enfermagem. Eu comeci a observar que o CCS é um dos centros mais fortes da UFSC em graduação e extensão, mas tinha fragilidade em pesquisa e pós-graduação *stricto sensu*. Chamei todo mundo e falei [...] temos que focar nisto aqui. Não aceito que ninguém tenha mais especialização se não fizer pós-graduação. Isto para a minha gestão de quatro anos. As pessoas responderam muito bem ao desafio. E isto foi feito. Abrimos todas as pós-graduações que faltavam.<sup>11</sup>

## O Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

O **Curso de Enfermagem**<sup>12</sup> também foi um dos pioneiros no investimento em curso de pós-graduação no Centro de Ciências da Saúde, e isto se deu em meados de 1974, quando o Departamento de Enfermagem estabeleceu contato com a Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, para discutir o assunto. Como resposta, o Pró-Reitor designou uma Comissão<sup>13</sup> para elaborar um projeto de Curso de Especialização em Enfermagem.<sup>14</sup> Essa Comissão, após realizar um estudo aprofundado na legislação específica e considerar outras informações obtidas, sugeriu a criação de um curso de pós-graduação, em nível de mestrado.

O Departamento de Enfermagem, estimulado pela Reitoria, através da Portaria nº 28, de 27/01/76, do Reitor Roberto Mündell de Lacerda, inicia o Mestrado em “Saúde do Adulto” em março de 1976, com dez alunos. A coordenação temporária do Curso

<sup>9</sup> FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES.

*Memória da Pós-Graduação.* Disponível em: <[http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2001/41001010/018/2001\\_018\\_41001010008PO\\_Programa.pdf&aplicacao=cadernoavaliacao](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2001/41001010/018/2001_018_41001010008PO_Programa.pdf&aplicacao=cadernoavaliacao)>.

<sup>10</sup> Informações fornecidas pelo Professor Dr. Cleo Nunes de Sousa.

<sup>11</sup> Carlos Alberto Justo Silva *Entrevista citada*.

<sup>12</sup> A história da pós-graduação em enfermagem tomou por base o texto PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind; MAIA, Ana Rosete Camargo Rodrigues; GUEDES, Jenifer; LESSMANN, J. C.; MACHADO, Caroline. Uma história de sucesso – 30 anos da Pós-Graduação em enfermagem da UFSC. *Texto & Contexto. Enfermagem*, v. 15, p.20-30, 2006.

<sup>13</sup> Comissão designada pela Portaria no. 231/74, do Pró-reitor de Ensino e Pesquisa, Professor Samuel Fonseca designando as professoras: Eloita Pereira Neves, Ingrid Elsen, Nely Terezinha Coutinho Mendes e Rosita Saupé.

<sup>14</sup> PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind; MAIA, Ana Rosete Camargo Rodrigues; Guedes, Jenifer; LESSMANN, J. C.; MACHADO, Caroline. *Uma história de sucesso...* op.cit., p.20-30.

ficou sob a responsabilidade da professora Ingrid Elsen, que já havia participado de seu planejamento e organização do mesmo. Administrativamente o Curso foi instalado junto ao Departamento de Enfermagem, tendo sido destacado uma secretaria da Pró-Reitoria de Planejamento, para o referido curso.

O corpo docente fixo inicial da área conexa era basicamente constituído por professores doutores e mestres de outros departamentos da UFSC. Para a área de concentração o Curso contou com a participação de professores de outras universidades brasileiras e americanas.

Desse período, a professora Ingrid Elsen relembra que atuou como “integradora durante um ano, convidando os professores, mantendo o curso. Praticamente comeci o curso, digamos na parte administrativa”.<sup>15</sup> Segundo esta professora, em algumas reuniões para a organização do mestrado, já havia uma combinação entre o grupo das docentes sobre a necessidade de realizar o doutorado no exterior, de modo a evitar a endogenia. Desse modo, aquelas que concluíssem o Curso, deveriam imediatamente sair do país e continuar sua formação acadêmica. As professoras que permanecessem deveriam dar conta das atividades da pós-graduação. Em 1977, a professora Maria Albertina Braglia Pacheco<sup>16</sup> retornou para Florianópolis já tendo concluído as disciplinas teóricas do mestrado na Escola Anna Nery, quando foi convocada para assumir a coordenação do Curso (1977-1979), juntamente com a professora Lúcia Hisako Takase Gonçalves. De acordo com as professoras e coordenadoras do Programa, essa foi uma época com uma série de dificuldades.

A falta de professores qualificados associado ao número insuficiente de produções científicas fez com que fosse temporariamente interrompido o ingresso de novos alunos, e o curso passasse por uma reestruturação. Na década de 1980, com o empenho do corpo docente, o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem avança na capacitação nacional e internacional como Mestres e Doutores, além da criação dos primeiros cinco Grupos de Pesquisa do Programa, a partir de 1982. O primeiro grupo de pesquisa criado foi o Grupo de Estudos sobre cuidado de Saúde Integral a Pessoas Idosas (GESPI) sob a coordenação da professora Lúcia Hisako Takase Gonçalves. A partir desta iniciativa, até o final da década, outros quatro grupos foram criados.

A década de noventa marca um período histórico de muita expressividade e produção científica, levando a pós-graduação em Enfermagem a despontar no cenário nacional e internacional e consequentemente ampliando os grupos de pesquisa. Nesta década foram fundados outros oito grupos, totalizando doze ao final dos anos 1990. Nos anos seguintes outros três grupos foram criados.



Figura 3. Aula para a primeira turma de Mestrado em Saúde do Adulto do PEN/UFSC em 21/08/1978. Fonte: Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (1978)

<sup>15</sup> PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BÖRENSTEIN, Miriam Süsskind; MAIA, Ana Rosete Camargo Rodrigues; Guedes, Jenifer; LESSMANN, J. C.; MACHADO, Caroline. *Uma história de sucesso...* op.cit., p.6.  
<sup>16</sup> Idem, p.7.

Ao ser redimensionado politicamente, o programa assumiu o compromisso de investir intensivamente na titulação de mestres e doutores em Enfermagem na região sul do Brasil. A partir de 1993 é implantada a Modalidade de Mestrado Expandido para Unidades Receptoras ou Pólos.

Essa ampliação veio responder a uma proposta elaborada em um Encontro da Enfermagem da Região Sul, promovido pelas ABENs (Associação Brasileira de Enfermagem), no final dos anos 80, com vistas a impulsionar a qualificação da força de trabalho na região.<sup>17</sup>

Esta ideia foi concretizada em 1992, com a criação da REPENSUL (Rede de Enfermagem da Região Sul) tendo como coordenadora a professora Maria de Lourdes de Souza. Patrocinada inicialmente pela Fundação WK. Kellog com apoio institucional da CAPES, FAPERGS, *Fullbright Comission* e Fundação BESC. Iniciou os Cursos de Mestrado expandido para as instituições de ensino de enfermagem da Região Sul (UFRGS, UFSM, FURG, UFP, UNIVALI, UFMT, UFPR).

Com a consolidação do Mestrado e após um longo período de estudos, implantou-se, em 1993, o Curso de Doutorado em Filosofia de Enfermagem, para enfermeiros, visando ampliar a capacidade de reflexão teórico-conceitual, ética e metodológica sobre as questões ligadas ao cuidado no processo de ser e viver saudável. A coordenadora do Programa foi a professora Maria Tereza Leopardi e a sub-coordenadora, a professora Ingrid Elsen.

Neste sentido, percebe-se que desde a década de oitenta, o programa convive com o processo de reestruturação permanente da produção acadêmica, adequando-a ao trabalho científico, efetivamente realizado por docentes e discentes. Este trabalho, efetivado anteriormente a partir de pesquisas isoladas e individuais, passa a ser desenvolvido em núcleos e a se inserir em áreas temáticas que se constituem as linhas de investigação, configurando projetos integrados e articulados com a atividade de ensino e assistência.

Ao final de 1997, desencadeou-se um processo de reestruturação do Curso de Doutorado, o qual se estendeu ao longo do ano de 1998, envolvendo trabalhos em comissão, seminários e posterior aprovação em plenária ampliada envolvendo docentes e discentes do Programa. Este processo reafirmou o curso como Doutorado em Enfermagem, com caráter interdisciplinar, além de manter a perspectiva disciplinar e profissional da enfermagem. O Curso manteve duas áreas de concentração, que passaram a ser denominadas “Filosofia em Enfermagem e Saúde” e “Enfermagem, Saúde e Sociedade”. Em dezembro de 2000, as duas áreas de concentração do Doutorado foram fundidas em uma única: Filosofia, Saúde e Sociedade. Em julho de 2002, a grade curricular do Doutorado sofreu um ajuste de modo a proporcionar uma estrutura ágil e flexível capaz de satisfazer as exigências da evolução do conhecimento. Isto vem propiciando uma maior articulação entre pós-graduação e graduação, bem como garantindo a aderência dos alunos aos grupos de pesquisa.<sup>18</sup> “Houve a necessidade de modificar as disciplinas, diminuindo o número das obrigatórias e das optativas – obrigatórias, articuladas às oito linhas de pesquisa e que por sua vez são articuladas aos grupos de pesquisa”.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind; MALA, Ana Rosete Camargo Rodrigues; Guedes, Jenifer; LESSMANN, J. C.; MACHADO, Caroline. *Uma história de sucesso...* op.cit., p.9.

<sup>18</sup> Relatório Qualitativo CAPES, do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC, 2001.

<sup>19</sup> PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind; MALA, Ana Rosete Camargo Rodrigues; Guedes, Jenifer; LESSMANN, J. C.; MACHADO, Caroline. *Uma história de sucesso...* op.cit., p.12.



Figura 4. Primeira turma do Curso de Doutorado em Enfermagem (na época, Doutorado em Filosofia da Enfermagem (1993). Fonte: Programa e Pós-Graduação em Enfermagem (1994)

O Curso, acompanhando a necessidade de reformulação e modernização, aprova em maio de 2001 a nova estrutura, destacando-se a abrangência multiprofissional, tendo como objetivo geral promover o repensar das práticas de Enfermagem e de saúde, com base em referenciais teórico-metodológicos, apresentando contribuições crítico-inovadoras para o cuidado no processo de viver humano.

O Curso de Mestrado em Enfermagem completava 15 anos em 1991 e havia titulado 75 mestres. No Curso de Doutorado, cuja primeira turma iniciou em 1993, havia uma demanda muito grande de produção científica em forma de artigos, tanto de docentes quanto de discentes, e em forma de atividades profissionais, como foi o caso de enfermeiras assistenciais, embora houvesse poucos veículos nacionais de divulgação e socialização dessa produção. Após inúmeras discussões sobre fontes de financiamento, periodicidade, corpo editorial, indexação, seções adotadas pela Revista e também qual seria o diferencial desta sobre as demais, foi editado, em 1992, a revista *Texto & Contexto Enfermagem* com periodicidade inicialmente semestral, sob a coordenação de Ingrid Elsen.<sup>20</sup> A partir de 2002, a revista sofre alterações na capa, normalização e passa a ser trimestral, trilingue e amplia suas indexações. A assinatura eletrônica da Revista foi viabilizada a partir de março de 2006, e em 31 do mesmo ano foi lançada eletronicamente, visando ampliar a sua inserção nacional e internacional. Em 2010 seu corpo diretivo entendeu que ela deveria deixar de ser temática, a fim de facilitar o processo de submissão de artigos, considerando as indexações já conquistadas ao longo do tempo.



Figura 5. Primeiras capas da revista *Texto & Contexto Enfermagem*, sendo cada volume em uma cor e em segundo plano a capa adotada a partir de 2002. Fonte: Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (2006)

Em 1965, a antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia foi desmembrada em dois cursos: a Faculdade de Farmácia e a Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Com a Reforma Universitária, os cursos foram alocados em departamentos de ensino. O Departamento de Ciências Farmacêuticas (CIF), situado nas dependências do Centro de Ciências da Saúde (CCS), tornou-se responsável pelas disciplinas do ciclo profissionalizante da formação do profissional farmacêutico.

O Departamento de Análises Clínicas (ACL), do Centro de Ciências da Saúde, foi criado pela Portaria nº 001/MEC, de 2 de janeiro de 1989, ofício nº 041/PDT, de 12 de junho de 1989 e Portaria nº 626-A/GR, de 27 de junho de 1989, a partir do desmembramento da Divisão de Análises Clínicas do Departamento de Processos Diagnósticos Terapêuticos e Complementares, cujo espaço de suas instalações na ocasião foi constituído pelos professores Arício Treitinger e Mário Cesar Garcia, como chefe e subchefe do Departamento, respectivamente.

O ACL ocupa-se com a formação do profissional farmacêutico-bioquímico, opção Análises Clínicas, no Curso de Graduação em Farmácia, com um total de 1.584 horas de atividades teórico-práticas em várias disciplinas, incluindo o estágio obrigatório dos graduandos, realizado principalmente nas dependências do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário.

## O Programa de Pós-Graduação em Farmácia

A proposta de criação do **Programa de Pós-Graduação em Farmácia (PGFAR)** na UFSC surgiu no final da década de 1990.<sup>21</sup> Os jovens doutores que estavam sendo contratados pelos departamentos de Ciências Farmacêuticas (CIF) e de Análises Clínicas

<sup>20</sup> PADILHA, MICS; SILVA, DG. A temática como possibilidade de intersubjetividade – uma opção da revista *Texto & Contexto Enfermagem*. *Revista Brasileira de Enfermagem REBEn*. Brasília, v.55, n. 2, p.174-182, 2002.

<sup>21</sup> Informações fornecidas pelo professor José Tadeu Pinheiro em colaboração com a Coordenação do PPGFAR.

(ACL), bem como os professores daqueles departamentos que retornavam à UFSC após seu doutoramento, tinham até então apenas a possibilidade de inserção em programas de pós-graduação de áreas afins, o que nem sempre atendia às expectativas e/ou necessidades de orientadores e orientados farmacêuticos. O núcleo inicial de nove professores envolvidos na proposta vislumbrou a possibilidade de um programa de pós-graduação abrangendo duas áreas de concentração (Análises Clínicas e Fármaco-Medicamentos), cada uma com três linhas de pesquisa. O caráter original da proposta do Programa baseava-se na ideia de explorar também a interface entre as áreas de concentração. Na época, em toda a região Sul do Brasil havia apenas um Programa de Pós-graduação em Farmácia, mas cerca de 15 cursos de graduação, o que configurava uma grande demanda reprimida.

A criação do PGFAR/UFSC, em nível de Mestrado, foi aprovada pela CAPES em dezembro de 1998, e a primeira coordenação foi constituída pelos professores Miriam de Barcellos Falkenberg e Edson Luiz da Silva. A primeira seleção para o Curso de Mestrado ocorreu em julho de 1999, com grande número de candidatos de vários estados. Foram selecionados vinte alunos para a primeira turma de mestrado, cuja aula inaugural se deu em agosto de 1999 ministrada pelo professor Eliezer de Jesus Barreiro (UFRJ). O novo Programa recebeu apoio institucional do PROF com inicialmente quatro bolsas. Os primeiros titulados já defenderam suas dissertações a partir de 18 meses de atividade. O primeiro Regimento do Curso foi aprovado pela Resolução nº 30/CPG, de 20 de maio de 1999, e determinava em seu artigo primeiro que este tivesse duas áreas de concentração: Fármaco-Medicamentos e Análises Clínicas.<sup>22</sup>

Nos anos seguintes, aumentou o número de professores credenciados e em algumas seleções chegou-se a admitir trinta novos mestrados. O bom desempenho do Programa nos anos seguintes possibilitou a ampliação do número de bolsas de mestrado, com aporte também de bolsas CNPq. Com o acréscimo do número e abrangência de disciplinas ministradas, a formação acadêmica ficou mais diversificada, ocorrendo uma solicitação maior do número de alunos de outros programas que requeriam matrícula em disciplinas do PGFAR. O número considerável de produtividade científica do núcleo de capacitação docente, somado a outros indicadores de qualidade, possibilitou o aumento do conceito do Programa junto à CAPES e viabilizou a aprovação da proposta de criação do curso de doutorado em 2004, tendo sido aprovado pela Resolução nº 21/CPG, de 20 de maio de 2004.<sup>23</sup> A coordenadora do programa designada à época foi a professora Tania Beatriz Crecynski Pasa.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n.022/99, jun. 1999.

Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/9d01afe5b30d16c303256797006fbd05?OpenDocument>>. Acesso em: 09 nov. 2010.

<sup>23</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n.025/2004, jun. 2004.

Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/136638d438fd5ad003256ebb006767b4?OpenDocument>>. Acesso em: 09 nov. 2010.

<sup>24</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n.015/2004, abr. 2004

Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/eb667d254812ffa203256e750054e460?OpenDocument>>. Acesso em: 09 nov. 2010.



Figura 6. Participação do Programa de Pós-Graduação em Farmácia no Encontro das Pós-Graduações do CCS, em 2003. Fonte: PGFAR (2010)

O PGFAR passou então a oferecer cursos de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado. A primeira turma de doutorado iniciou suas atividades em setembro de 2005, e as primeiras titulações em nível de doutorado ocorreram no início de 2009. De acordo com os dados de coleta CAPES de 2006, o Programa tem, portanto, como meta a qualificação de docentes e pesquisadores e, em seu escopo, são priorizados enfoques multidisciplinares e interinstitucionais nacional e internacionalmente, com as repercussões sociais, econômicas e políticas, advindas da atuação de seus egressos na sociedade. Além disso, ao buscar o cumprimento de seus objetivos, o Programa estará contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à comunidade da área na saúde e para o desenvolvimento da área de Farmácia no país.<sup>25</sup>

## O Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

O Departamento de Saúde Pública, identificado pela sigla SPB, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina foi criado através do Decreto nº 64.824 de 15 de julho de 1969 que determinou a nova estrutura das Instituições de Ensino Superior no Brasil. Foram membros constituintes da comissão responsável para sua implantação os professores Fernando Vitorino de Oliveira, Genovêncio Mattos Neto, Ieda Barbosa e Manoel Américo de Barros Filho.

Nos seus mais de 40 anos de existência, o SPB vem atuando na formação de profissionais de saúde, especificamente na área de Saúde Pública. Tem característica multidisciplinar, ministrando 33 disciplinas, atendendo semestralmente cerca de 1.700 alunos inseridos em todos os cursos de graduação em saúde, como Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição e Odontologia.

O Mestrado em Saúde Pública foi implantado em março de 1996 e teve como primeiro coordenador o professor Sergio Fernando Torres de Freitas e como sub-coordenadora a professora Vera Blank. Fruto de uma pretensão antiga no Departamento, a proposta enviada à CAPES em 1995 foi sua terceira tentativa. O projeto foi desenvolvido pelos professores Sérgio Fernando Torres de Freitas, Eleonora Conill, Fernando Pires e Maria de Lourdes Souza, a partir da concepção de que um curso de pós-graduação consolidaria a identidade e o objeto de trabalho da saúde coletiva.

Aluta para sua implantação contou com o apoio fundamental da chefe do Departamento à época, professora Elza Berger Salema Coelho, e do diretor do CCS, professor Lúcio José Botelho, que também é do SPB. No início havia duas áreas de concentração: Administração de Serviços de Saúde e Epidemiologia, que mais tarde, com o desenvolvimento do Curso, modificou para: Epidemiologia e Ciências Humanas e Políticas Públicas. Em sua primeira avaliação obteve conceito três, e, em 2007, quatro. Criou seu curso de doutorado em 2009, quando passou a ser denominado Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva.



Figura 7. Aula inaugural do Mestrado em Saúde Pública (21/03/96). Fonte: Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública

<sup>25</sup> FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Coleta de dados. Brasília: CAPES, 2006. Disponível em: <[http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2006/41001010/19/2006\\_019\\_41001010044P7\\_Proposta.pdf&aplicacao=cadernovavaliacao.>](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2006/41001010/19/2006_019_41001010044P7_Proposta.pdf&aplicacao=cadernovavaliacao.>). Acesso em: 09 nov. 2010.

Na região Sul, preencheu uma lacuna geográfica importante, por ser o primeiro curso de mestrado em Saúde Pública; até então, os interessados tinham que se dirigir a outras regiões do país para obter essa formação. O seu primeiro mestre foi titulado em 1997, e até 2009, quando mudou sua denominação, já havia titulado pouco mais de 180 mestres. Entre suas características mais duradouras, destaca-se a composição do corpo docente, com uma mescla de recém-egressos que procuram a pesquisa, pessoal oriundo dos serviços que busca aprimoramento para sua prática profissional e professores de outras universidades do estado, cujo objetivo é a qualificação. Merecem destaque as duas grandes mudanças ocorridas em 2009, fruto do esforço constante de seu corpo docente: a criação do curso de doutorado, iniciado no segundo semestre, e a mudança de nome para Saúde Coletiva, refletindo o progresso epistemológico, o desenvolvimento, a consolidação de suas linhas de pesquisa e o aumento da produção científica. O currículo do Curso de doutorado foi criado para a formação qualificada de pesquisadores, e está estruturado em quatro disciplinas obrigatórias: Métodos Quantitativos, Métodos Qualitativos, Seminários avançados em Saúde Coletiva e Seminários de Pesquisa.<sup>26</sup>

Em síntese, podemos perceber um programa marcado pela forte produção científica, com orientação voltada para a produção acadêmica e para serviços públicos de saúde, com porcentagem expressiva de egressos ocupando cargos de destaque regionais e estaduais – muitos são ou foram secretários municipais de saúde, gerentes e diretores de secretarias municipais e estaduais, ou se tornaram professores de universidades públicas e privadas.

## O Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas

As discussões para a criação de um **Programa de Pós-Graduação em Medicina Interna** foram iniciadas no ano de 1991 e o mentor e organizador desse processo foi o professor Waldomiro Dantas, já falecido. Acabou sendo um processo natural, decorrente do próprio desenvolvimento da Universidade, mas poderia já ter acontecido antes. A cultura da Medicina, como da Odontologia, era voltada para a prática, para a residência médica, para a especialização. Isso, para o médico, era considerado mais importante, pois atendia diretamente a uma demanda da prática profissional.

A residência exacerba o saber fazendo. Diferente do mestrado e doutorado, que te prepara para ser pesquisador. Neste sentido, o HU se estruturou muito rapidamente para abrir as residências médicas e não a pós-graduação. A residência consome mais tempo.<sup>27</sup>

Com a inserção de professores com mestrado e doutorado no Curso, começa a haver a necessidade de pesquisa e conseqüentemente da criação dessas pós-graduações, bem como, com os novos concursos, houve a exigência de profissionais qualificados com essa formação.

A tramitação da documentação e discussão ocorreu em 1991, durante o mandato do professor Bruno Rodolfo Schlemper Júnior na Reitoria. A criação da pós-graduação atendeu à necessidade da época de capacitar os recursos humanos para o ensino e pesquisa. Foi elaborado o projeto pela comissão coordenada pelo professor Waldomiro Dantas e alguns professores com maior titulação da área clínica (a cirurgia não participou nesse primeiro momento). Dessa discussão também participou o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação na época, professor Abelardo Queiróz.<sup>28</sup> Nas palavras do professor Bruno Schlemper:

O primeiro coordenador só podia ser uma pessoa, o professor Waldomiro Dantas, o qual, como dito, foi o inspirador, idealizador e responsável pela elaboração do projeto do mestrado. Eu assumi como subcoordenador, pois, nessa oportunidade, já havia encerrado meu mandato de reitor e retornado às atividades acadêmicas.<sup>29</sup>

No primeiro momento, foi criado apenas o mestrado, em 1992, quando o professor Waldomiro Dantas assume a coordenação do Programa acompanhado do professor Bruno Rodolfo Schlemper Júnior na subcoordenação. Participam do Curso os professores que haviam entrado na década de 1980. Houve também um maior interesse dos docentes e profissionais médicos em cursar o mestrado, o que não era muito fácil, devido à dedicação necessária para tanto.

<sup>26</sup> Dados obtidos do resultado da avaliação trienal realizada pela CAPES. Mas detalhes cf. FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES.

*Resultados da avaliação de programas.* Brasília: Capes, 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/resultados-da-avaliacao-de-programas>>. Acesso em: 6 de set. 2010.

<sup>27</sup> Carlos Alberto Justo Silva. *Entrevista citada.*

<sup>28</sup> Bruno Rodolfo Schlemper Júnior. *Entrevista concedida a Lidia Schneider Bristol.* Florianópolis, 28 ago. 2010.

<sup>29</sup> Idem.

Amplia-se a visão de pesquisa, e a partir daí também surge a troca do nome de Medicina Interna para Ciências Médicas, para as linhas de pesquisa estabelecidas. Quando os novos doutores começam a retornar do exterior, se amplia esta aceitação da necessidade de pesquisa e de pós-graduação *stricto sensu*.<sup>30</sup>

Como nas demais áreas, a maior dificuldade foi encontrar corpo docente titulado e com produção científica regular na área médica. Vários eram de outras áreas, básicas e de humanidades. Alguns eram de outras instituições e ministravam apenas disciplinas teóricas; no entanto, com um ano de Curso já começaram a ocorrer as defesas das dissertações. A primeira delas foi defendida pelo professor Emílio Pizzichini, que se afastou logo em seguida para o Canadá, onde fez seu doutorado e retornou para atuar no Programa.



Figura 8. Grupo de alunos e professores da terceira turma do Curso de Mestrado em Medicina Interna 2004. Fonte: Programa de Pós-Graduação em Medicina Interna (2004)

A Pós-Graduação em Ciências Médicas passou por distintas fases: uma inicial, de crescimento lento, ordenado e restrito à Clínica Médica; e a outra, que se deu após a morte do professor Waldomiro Dantas, de expansão desordenada, tanto no número exagerado de alunos como na ampliação para as Ciências da Saúde, culminando com sua desativação pela CAPES em 2004. Segundo o professor Carlos Alberto Justo da Silva,

O Curso passou por um período negativo, até ser descredenciado. Isso aconteceu por uma dificuldade de foco da linha de pesquisa. O processo de gestão é difícil. A mudança de paradigma traz dificuldades que vocês às vezes não imaginam. Com a decisão de abrir para as Ciências da Saúde, abrir linhas de pesquisa, uma parte do colegiado se afastou. Começa a haver dificuldade de gestão. Um curso que seria para ser melhor, para dar consistência... mas não deu certo. Os relatórios eram insuficientes. As pessoas não mandavam sua produção. As pessoas não aceitavam um modelo interdisciplinar.<sup>31</sup>

A partir de 2005 os professores do Curso de Medicina iniciam a reestruturação do programa com vistas a sua reativação. Houve o envolvimento de vários professores, dentre eles, as professoras doutoras Marcia Pizzichini e Tania Fröde, entre outros, e foi retomada a discussão das linhas, da estrutura do Curso. Chamou-se um grupo com formação mais forte em pesquisa e foi montado o projeto para encaminhar para a CAPES.

O programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGCM-UFSC), em nível de Mestrado e Doutorado, foi aprovado pela CAPES em 2007 com nota 4, sendo oferecido para médicos e outros profissionais da área da Saúde e afins. Em 2008 foi realizada a primeira seleção nesta nova modalidade com 32 candidatos inscritos, tendo sido aprovados 9 alunos de doutorado (07 médicos, 01 psicólogo e 01 bioquímico) 14 de mestrado (12 médicos, 01 biólogo e 01 fisioterapeuta). Embora ainda em fase de consolidação, o PPGCM-UFSC distingue-se pela forte ênfase

<sup>30</sup> Carlos Alberto Justo da Silva. *Entrevista citada.*

<sup>31</sup> Idem.

dada à metodologia da pesquisa como embasamento para a formação de pesquisadores e docentes. Isto vem ao encontro do objetivo principal do programa que é a formação de pesquisadores capazes de produzir, inovar e divulgar o conhecimento científico na área médica. Por isto, o programa está estruturado em duas áreas de concentração (Investigação Clínica e Investigação Biomédica), cada qual com linhas de pesquisa bem definidas que presentemente, são desenvolvidas por um grupo pequeno, mas comprometido e produtivo de professores do programa.<sup>32</sup>

## O Programa de Pós-Graduação em Nutrição

O Curso de **Nutrição** da Universidade Federal de Santa Catarina foi implantado em 1979, através da Portaria nº 384/79, na gestão do Reitor *Caspar Erich Stemmer*, iniciando suas atividades em março de 1980. O curso iniciou em 1980 dentro do Departamento de Saúde Pública e no início não havia nenhum nutricionista. No ano de 1983 foi criada a Coordenadoria Especial de Nutrição, transformada em Departamento dois anos depois.

O projeto de criação do Curso foi elaborado pela UFSC em parceria com a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente o Departamento de Nutrição conta com 29 professores efetivos e 6 professores substitutos os quais juntamente com os alunos têm construído um Curso de Graduação em Nutrição avaliado entre os melhores do país e à altura da excelência desta universidade.

Com o objetivo de melhoria da formação acadêmica dos graduandos, em 1992 foi implantado o Programa Especial de Treinamento da CAPES (PET/Nutrição), preparando o corpo discente para programas de Pós-Graduação. Os alunos egressos deste Treinamento estão hoje, em sua maioria, atuando como docentes de outras Universidades e, como outros graduados, precisam buscar a continuação de seus estudos acadêmicos em outras áreas ou regiões, pois na época não existia nenhum Programa de Pós-Graduação em Nutrição na região sul.

A partir de meados de 1990, à medida que o número de docentes do Departamento de Nutrição com título de doutor foi sendo ampliado, sendo que em 1997 já eram sete titulados no Brasil e fora do Brasil, também se iniciaram as orientações de alunos junto ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC e BIP/UFSC).

Em 1997, o Departamento de Nutrição iniciou atividades de Pós-Graduação *latu sensu* oferecendo o curso de Especialização em Terapia Nutricional e, em 1998, o curso de Gerência de Qualidade de Produção de Refeições. Neste período, vários docentes se envolveram com outros Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na UFSC, orientando, co-orientando e ministrando disciplinas.

Neste período também teve início o processo de estruturação da proposta do Programa de Pós-Graduação em Nutrição *stricto sensu* da UFSC, com designação de comissão de docentes e colaboração de professores de outras universidades. O grupo amadureceu nestas discussões e tramitação do processo, consciente da responsabilidade da construção de um Programa de Pós-Graduação de qualidade, sendo um dos poucos Programas de Pós Graduação em Nutrição no país e único da Região Sul. A professora Rossana Pacheco da Costa Proença conta um pouco como foi este processo:<sup>33</sup>

Eu era chefe de departamento e nós fizemos a primeira proposta de criação de pós-graduação em Nutrição. Em 1997, nós fizemos a primeira proposta de mestrado. Passou pelas instâncias da UFSC e foi para a CAPES. Na visita da CAPES, achou-se que não tinha condições. O projeto tramitou por 5 anos. No final de 2001 o curso foi aprovado e começou a funcionar em março de 2002. Neste período novos professores se titularam e tínhamos dez doutores. Criamos o curso a partir do amadurecimento dos professores e o principal motivo foi qualificar a pesquisa em nutrição. O nosso foco não são os próprios docentes do Departamento.

O grupo de professores que montou o primeiro projeto para criação do Programa foi: Arlete Catarina Titoni Corso, Francisco de Assis Guedes Vasconcelos, Maria Alice Altenburg de Assis, Vera Lúcia Garcia Cardoso Tramonte, Rossana Pacheco da Costa Proença, Emilia Addisson Machado Moreira, Regina Lucia Martins Fagundes e Patrícia Faria Di Pietro.

<sup>32</sup> Dados obtidos do resultado da avaliação trienal realizada pela CAPES. Para maiores detalhes cf. FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. *Resultados da avaliação de programas...* op.cit.

<sup>33</sup> Rossana Pacheco da Costa Proença. *Entrevista concedida a Lídia Schneider Bristol*. Florianópolis, 03 set. 2010.

Culminando este processo, o Programa de Pós-Graduação em Nutrição da UFSC (PPGN/UFSC) foi aprovado pela CAPES em 12/12/2001, através do parecer no. 1.334/01 – CES/CNE e reconhecido pela Portaria no. 177/02 – MEC, de 25 de janeiro de 2002. O início das atividades ocorreu objetivamente em março de 2002 com a “entrada” da primeira turma, composta por oito alunos no Programa e, a princípio era uma turma a cada dois anos. A partir de meados de 2003 os alunos começaram a se titular.<sup>34</sup>

A primeira coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Nutrição foi a professora Emilia Addison Machado Moreira e a sub-coordenadora foi a professora Vera Lucia Cardoso Garcia Tramonte.

Falando das dificuldades iniciais para a implantação do Programa, a professora Rossana refere:

A nossa maior dificuldade foi conseguir aprovar o projeto. Até hoje é uma luta. Nós não somos uma área para a CAPES. É como se nós fôssemos uma especialização da área médica. Isto é uma dificuldade. Sempre fomos julgados por critérios médicos e não por critérios da nutrição. Nós temos um Fórum Nacional de Coordenadores de Nutrição, na qual eu sou a coordenadora, e nós estamos numa luta grande. Se tudo der certo até o final deste ano a nossa área será criada. Por outro lado temos uma vantagem bem significativa em que para o Governo Federal a Ciência e Tecnologia são áreas muito incentivadas, valorizadas. Se antes a gente tinha uma dificuldade imensa, hoje isto está melhor. Vai aprimorando, vai conseguindo financiamento. Vai se criando uma cultura de pós-graduação. Temos apenas 19 programas no país. Temos tido muito apoio desta Pró-Reitoria de Pós-graduação. E isto é muito bom. Somos um curso novo. O único programa da região sul.<sup>35</sup>



Figura 9. Inauguração do Programa de Pós-Graduação em Nutrição em março de 2002. Fonte: Agecom (2002)

Todos os professores e alunos do PPGN-UFSC participam do **Grupo de Pesquisa Nutrição e Saúde**, estão cadastrados no CNPq desde 1992 como o compilador das atividades de pesquisa que geraram o Programa. Este grupo atualmente é liderado pela Coordenadora e pelo Sub-Coordenador do PPGN. Atualmente, dos 123 alunos, 75 são bolsistas, o que só foi iniciado também depois de 2005. Até agosto de 2010 foram titulados 87 mestres, sendo que a maioria atua como docentes.

## Considerações Finais

A educação acompanha o ser humano desde a sua origem. Com sua vocação ontológica de ser mais, o ser humano é capaz de comprometer-se com sua realidade para poder atuar e transformá-la. A educação é parte integrante de nossa vida e acontece de forma contínua, dinâmica, situada no tempo e no espaço.

<sup>34</sup> Dados obtidos do resultado da avaliação trienal realizada pela CAPES. Para maiores detalhes cf. FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. *Resultados da avaliação de programas...* op.cit.

<sup>35</sup> Rossana Pacheco da Costa Proença. *Entrevista citada.*

Fazer parte da trajetória dos 50 anos da UFSC nos permitiu um olhar sobre as condições, ousadias, empenho e dedicação daqueles que fizeram nascer as pós-graduações no Centro de Ciências da Saúde e daqueles que ainda continuam acreditando que é preciso ousar, experimentar novas ideias, novas formas de enfocar problemas como condição inquestionável para a reconstrução, não desistir quando as avaliações não são aquelas esperadas e merecidas.

Sabemos de outro modo que esta trajetória não está terminada, ao contrário; a provisoriamente de cada caminho construído é o início de muitos outros que se conjugarão para um mundo do trabalho mais condizente com os anseios de ser-mais de uma sociedade que conta e confia em uma educação na área da Saúde condizente com o compromisso de mudanças crescentes por um viver saudável.

Nosso compromisso é com uma prática social, política e tecnicamente voltada para a defesa do direito à saúde e de uma assistência de qualidade. Por isso, não podemos cultivar os defeitos dos intelectuais, apontados por Génèreux, em seu livro “O horror é político” quando afirma que há falta de regularidade de nossas ações, já que nossas intervenções se dão apenas em momentos esporádicos e não necessariamente nas questões mais urgentes para a população; que nossa intervenção permanece, essencialmente, como protesto; e, de que somos individualistas, que nosso envolvimento é mais solitário do que solidário.

Nosso compromisso com a sociedade é mostrar que nós, assim como a grande maioria dos que pensam, dos que criam, dos que informam, dos que ensinam, dos que analisam os problemas de nossa época não acredita que não haja nada além do desespero: ao contrário, está convicção de que sempre podemos escolher nossa história, construir nossas esperanças.<sup>36</sup>

Enfim, é preciso considerar que a realidade não cessa de transformar-se. Neste sentido, é que finalizamos este texto com as ilustrações das etapas de construção do “prédio das pós-graduações do Centro de Ciências da Saúde” iniciado em 2005. Trata-se de um prédio de 1.662 m<sup>2</sup> que, além de constituir-se em um espaço físico adequado, é uma importante iniciativa de articulação interdisciplinar, ao mesmo tempo em que potencializa a utilização de área física, recursos tecnológicos e acadêmicos para o conjunto das Pós-Graduações do CCS.



Figura 10. Construção do novo prédio das pós-graduações CCS. 2006. Fonte: Pós-Graduação de Enfermagem (2006)



Figura 11. Prédio em processo de finalização, 2008. Fonte: Garcia (2008)

## Fontes e referências bibliográficas

### Entrevistas

Bruno Rodolfo Schlemper Júnior. *Entrevista concedida a Lidia Schneider Bristot*. Florianópolis, 28 ago. 2010.

Carlos Alberto Justo Silva. *Entrevista concedida a Lidia Schneider Bristot*. Florianópolis 09 set. 2010.

Rossana Pacheco da Costa Proença. *Entrevista concedida a Lidia Schneider Bristot*. Florianópolis, 03 set. 2010.

### Figuras

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGEKOM. Inauguração do prédio do Centro de Ciências da Saúde em 09 de maio de 1980. 1980. 01 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. Inauguração do Programa de Pós-Graduação em Nutrição em março de 2002. 2002. 01 fotografia p&b. s/autoria.

<sup>36</sup> GÉNÈREUX, Jacques. *O horror político: o horror não é econômico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

- AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGECOM. Inauguração do Programa de Pós-Graduação em Odontologia em agosto de 1971. 1971. 01 fotografia p&b. s/autoria.
- GARCIA, Cláudia Crespi. Prédio em processo de finalização – 2008. 2008. 01 fotografia color.
- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM. Aula para a primeira turma de Mestrado em Saúde do Adulto do PEN/UFSC em 21/08/1978. 1978. 01 fotografia p&b. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. Início da construção do Novo Prédio das Pós-Graduações CCS – 2006. 2006. 01 fotografia color. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. Primeira turma do curso de Doutorado em Enfermagem. 1994. 01 fotografia color. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. Primeiras capas da revista *Texto & Contexto Enfermagem*. 2006. Adaptação e elaboração de Maria Itayra Padilha.
- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA. Participação do PPG em Farmácia no Encontro das Pós-Graduações do CCS, em 2003. 2003. 01 fotografia color. s/autoria.
- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEDICINA INTERNA. Alunos e professores da terceira Turma do Curso de Mestrado em Medicina Interna, 2004. 01 fotografia color. s/autoria.
- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA. Aula inaugural do mestrado em saúde pública (21/03/96). 1996. 01 fotografia color. s/autoria.

### Bibliografia

- FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. *Coleta de dados*. Brasília: CAPES, 2006. Disponível em: <[http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2006/41001010/019/2006\\_019\\_41001010044P7\\_Proposta.pdf&aplicacao=cadernoavaliacao](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2006/41001010/019/2006_019_41001010044P7_Proposta.pdf&aplicacao=cadernoavaliacao)>. Acesso em: 09 nov. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Memória da Pós-Graduação, Sistema de Avaliação e Síntese e Indicadores: Programa 41001010008P-0 / Odontologia/UFSC(NRD6)–2001*. Brasília: CAPES, 2001. Disponível em: <[http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2001/41001010/018/2001\\_018\\_41001010008P0\\_Programa.pdf&aplicacao=cadernoavaliacao](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2001/41001010/018/2001_018_41001010008P0_Programa.pdf&aplicacao=cadernoavaliacao)>. Acesso em: 09 nov. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Relatório Qualitativo do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC*. Brasília: CAPES, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Resultados da avaliação de programas*. Brasília: CAPES, 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/resultados-da-avaliacao-de-programas>>. Acesso em: 6 de set. 2010.
- GÉNÉREUX, Jacques. *O horror político: o horror não é econômico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza et al. Uma história de sucesso – 30 anos da Pós-Graduação em enfermagem da UFSC. *Texto & Contexto. Enfermagem*. Florianópolis, v. 15, 2006, p. 20-30.
- PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; SILVA, Denise Maria Guerreiro Vieira da. A temática como possibilidade de intersubjetividade – uma opção da revista *Texto & Contexto Enfermagem*. *Revista Brasileira de Enfermagem REBEn*. Brasília, v.55, n. 2, p. 174-182, 2002.
- ROSA, José E.; MADEIRA, Ademar A. *Odontologia Catarinense: evolução, ensino e movimento associativo*. Florianópolis: UFSC, 1982.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n.022/99, jun. 1999. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/9d01afe5b30d16c303256797006fbd05?OpenDocument>>. Acesso em: 09 nov. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n.015/2004, abr. 2004 Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/eb667d254812ffa203256e750054e460?OpenDocument>>. Acesso em: 09 nov. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n.025/2004, jun. 2004. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/136638d438fd5ad003256ebb006767b4?OpenDocument>>. Acesso em: 09 nov. 2010.
- \_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa. *Portaria nº231/74*. Florianópolis, 1974.
- ZUCCO, Carlos. Relação entre pós-graduação e graduação. A pós-graduação no contexto histórico educacional. In: FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Discussão da pós-graduação brasileira*. Brasília: CAPES, 1996, p.79-96.

## Da obrigatoriedade surge a oportunidade: o Centro de Desportos e a Prática Desportiva

Ingrid Lima Kuerten<sup>1</sup>

Fazer uma pesquisa histórica não é fácil. Não podemos simplesmente contar “estórias”, temos que buscar fontes documentais escritas ou não que possibilitem compreender aspectos sobre o objeto de pesquisa em foco. No entanto, é o olhar do pesquisador sobre esses documentos que constituem as perguntas e as respostas que podem ou não serem efetuadas. Nesse caso, o mesmo documento pode ser utilizado por outro pesquisador e outras perguntas e respostas podem ser construídas; todavia, as respostas somente são possíveis se os documentos existirem. Para este texto sobre o Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, usamos fontes de diversas origens: boletins oficiais da Universidade, entrevistas com professores, ex-professores e ex-alunos, documentos cedidos por aqueles ou encontrados no Arquivo Central, livros, jornais, atas e decretos. Todos esses materiais poderão ser sempre problematizados, especialmente com um tempo maior para pesquisa do que aquele que tivemos. Estes são os primeiros resultados de um intenso trabalho de pesquisa; vários documentos já foram localizados e outros pesquisadores poderão refletir sobre eles e trazer outras questões que se buscam ou aquelas que nem cogitavam a existência.

É importante ressaltar que cuidadosamente analisamos algumas questões com visões diferentes em outros tempos. Não podemos dizer que a Prática Desportiva e a Educação Física eram preconceituosas em relação a gênero ou a habilidades físicas, porque essa não era a compreensão dada a esses fatos naquele momento. Portanto, é importante registrar o cuidado que tivemos em não tratar as questões de determinado momento com olhares do nosso tempo. Por exemplo, as implicações de gênero e a inclusão de pessoas com necessidades especiais, problemáticas que são recentes. E não devemos assumir uma concepção que em história chamamos de anacronismo, olhar o passado com o pensamento do presente, uma distorção das ideias de uma época.



Figura 1. O Centro de Desportos com suas quadras, ginásios, a piscina descoberta, o campo e a pista de atletismo. Fonte: Agecom [s/data]

<sup>1</sup> Estagiária do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmica do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da professora Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

Assim, nas entrevistas realizadas percebe-se que a obrigatoriedade da Prática Desportiva no Ensino Superior não foi recebida pelos profissionais envolvidos como um “ato de autoritarismo”, mas como uma oportunidade. A área de Ensino e Pesquisa sobre a Educação Física ainda estava em seu início. Não havia campo de trabalho ou mesmo de estudo para especializações; o governo militar trouxe para essas pessoas a chance de elas explorarem a sua profissão de uma maneira completa. Os alunos percebiam também que a obrigatoriedade da Prática Desportiva não era de responsabilidade dos professores, e nessas circunstâncias não havia motivos para deles não se aproximarem.

Dizemos isso porque vamos trazer à cena neste capítulo sobre a história do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina o período da Ditadura militar, as legislações e as situações dentro desse Centro, questionando situações e momentos, suscitando muitas perguntas e reflexões que não eram pensadas na época. Nossas análises compreendem o período desde a criação do Centro até 1999.

Assim, esperamos que nosso trabalho desperte o interesse de pesquisa em outros acadêmicos, pois acreditamos que não existe uma história verdadeira e completa, existem escolhas e pontos de vista sobre as fontes encontradas.

## Contexto político-econômico e a legislação sobre a Prática Desportiva no Brasil

A Universidade Federal de Santa Catarina é criada pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, assinada pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. A composição da Universidade é feita por faculdades já existentes na cidade de Florianópolis, sendo estas as de Direito, de Medicina, de Farmácia, de Odontologia, de Ciências Econômicas de Santa Catarina, a Catarinense de Filosofia, de Serviço Social da Fundação Vidal Ramos,<sup>2</sup> e tendo sido criado um curso especialmente para fazer parte da nova Universidade que é a Escola de Engenharia Industrial.<sup>3</sup>

Nos anos seguintes da década de 1960 alguns acontecimentos irão interferir diretamente nesta Universidade que acabara de ser criada. Em janeiro de 1961, Jânio Quadros toma posse como presidente do Brasil, mas renuncia em agosto do mesmo ano. Assume em seu lugar, o vice-presidente da República João Belchior Marques Goulart (ou simplesmente Jango). Conhecido por suas políticas sociais, era visto com maus olhos pelos militares. Para que ele pudesse governar, houve uma movimentação entre políticos brasileiros em prol da implantação de um governo parlamentarista, e assim Jango consegue assumir. Governa até 1963 com um parlamento, quando a realização de um plebiscito decide pela volta de um governo presidencialista.<sup>4</sup>

Também não podemos esquecer que nos anos de 1960 o mundo estava em meio a Guerra Fria (1945-1991), onde capitalismo, na figura dos Estados Unidos da América (EUA), e comunismo, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), estão em um confronto de todo visível, mas em meios, por assim dizer, diplomáticos. Nesse sentido, aqueles que não aceitavam as políticas comunistas, estavam do lado capitalista (mesmo não gostando dos EUA) e aqueles que demonstrassem preocupações com políticas sociais ou igualitárias eram tidos como comunistas.<sup>5</sup> As políticas que Jango adotava nesse momento eram as de cunho político-social. Os militares, por sua vez, vendo no governo uma ameaça à ordem brasileira e uma aproximação cada vez maior dessas políticas sociais definidas como “subversivas”, depõem Jango com um golpe em 1964.<sup>6</sup>

Chamado de “revolução” pelos militares, o golpe militar de 1º de abril de 1964 criou uma junta,

autodenominada Comando Supremo da Revolução [...]. O regime instaurado com o golpe de 1964 apresentava-se como uma intervenção militar de caráter provisório, que pretendia reinstaurar a ordem social e retomar o crescimento econômico, contendo o avanço do comunismo e da corrupção.<sup>7</sup>

Como sabemos, esse governo provisório teve sua duração oficialmente até 1985. Nesse período, o Brasil passou por várias mudanças, e teve nas ideologias militares as bases das políticas de governo. Aqui nos interessa especialmente as políticas educacionais, como, por exemplo, a obrigatoriedade da Prática Desportiva no sistema de ensino. A prática de atividades físicas, comum no meio militar, é considerada de vital importância, pois, “além dos benefícios físicos e mentais proporcionados, exerce relevante papel, desenvolvendo

<sup>2</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.1, n.1, IIº semestre de 1962, p.24-25.

<sup>3</sup> Para saber mais cf. capítulo deste livro “Disputas e tentativas: a gênese da engenharia catarinense”, de Marcos Dalecastagne.

<sup>4</sup> ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Os presidentes e a República*: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. 2.ed.rev. e aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009, p.35-37.

<sup>5</sup> Para saber mais sobre o assunto, cf. HOBBSBAWN, Eric J. *A Era dos Extremos*: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>6</sup> ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Os presidentes e a República...* op.cit., p.37.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.39.

valores e princípios, como o espírito de corpo, a camaradagem, a disciplina, a coragem física e moral, a tenacidade e o caráter”.<sup>8</sup>

A imposição da prática de Educação Física aparece primeiramente no Decreto-lei nº 705, de 25 de julho de 1969, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e que diz apenas “Será obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior”.<sup>9</sup> No entanto, cabe ressaltar que, mesmo antes dessa obrigatoriedade, aos alunos da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1966 já eram disponibilizados “cursos de atualização sobre desportos”,<sup>10</sup> como tênis, atletismo, basquete e ginástica, organizados pelo Departamento de Educação e Cultura,<sup>11</sup> com aulas teóricas e práticas, demonstrando o interesse da Universidade em oferecer aos seus alunos a prática de esportes com qualidade. Em 1971 surge o Decreto-lei nº 69.450, que especifica plenamente a aplicação da Prática Desportiva. Já no primeiro artigo é destacada a importância da atividade física: “A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional”.<sup>12</sup>

A partir do segundo artigo começam a aparecer as especificações quanto à Prática Desportiva, indicando que esta será integrada regularmente ao “currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino”<sup>13</sup> e que no Ensino Superior haverá: “práticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no *campus* universitário, à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade”.<sup>14</sup> Esse artigo demonstra o que alguns professores entrevistados citaram sobre o motivo do surgimento da obrigatoriedade da Educação Física, principalmente no Ensino Superior. O destacado por essas pessoas é a ideia de criar nos alunos hábitos que futuramente os mantivessem saudáveis,<sup>15</sup> ou mesmo apenas para mantê-los ocupados.<sup>16</sup> Também se pode concluir que era pretensão do governo injetar um “sentimento cívico” nesses alunos por meio do esporte, das competições em nome de sua Universidade, cidade, estado, país.

O decreto também orienta as normas em relação à quantidade de aulas na semana, “duas sessões no ensino superior, evitando-se concentração de atividades em um só dia ou em dias consecutivos”,<sup>17</sup> cujo tempo era definido “50 minutos, não incluindo o período destinado à preparação dos alunos para as atividades”,<sup>18</sup> a composição das turmas “50 alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão física”<sup>19</sup> e o espaço destinado para as aulas “três metros quadrados por aluno, no ensino médio e no superior”.<sup>20</sup> Temos ainda a listagem daqueles que não eram obrigados a cursar a Prática Desportiva:

- a) aos alunos do curso noturno que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas;
- b) aos alunos maiores de trinta anos de idade;
- c) aos alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa;
- d) aos alunos amparados pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento.<sup>21</sup>

A participação dos alunos nas práticas de esporte é tão importante para o governo militar que o art. 9 determina que “a participação de estudantes de qualquer nível de ensino em competições desportivas oficiais, de âmbito estadual, nacional ou internacional, bem como as suas fases preparatórias, será considerada atividade curricular, regular, para efeito de assiduidade em educação física”<sup>22</sup> e o art. II demonstra alguns objetivos daquela administração em relação aos alunos/atletas do Ensino Superior.

O Ministro da Educação e Cultura, por intermédio do órgão competente, estabelecerá e divulgará, convenientemente, os testes de aptidão física, com a finalidade de orientar os estabelecimentos e acompanhar a evolução das possibilidades dos recursos humanos nacionais. Parágrafo único. Os estabelecimentos são responsáveis pelo registro e arquivamento dos resultados dos testes na previsão de posterior solicitação de informações pelos órgãos competentes.<sup>23</sup>

Como já foi destacado, no Ensino Superior, a Educação Física tinha um foco completamente diferente dos outros anos de ensino. Há toda uma abordagem especial

<sup>8</sup> ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN). *Sessão de Educação Física: histórico*. Resende-RJ: Divisão de Tecnologia da informação, 2008. Disponível em: <http://www.aman.ensino.cb.br/index.php?option=com\_content&task=view&id=183&Itemid=1>. Acesso em: 29 out. 2010.

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 705, de 25 de julho de 1969. Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com relação à obrigatoriedade da Prática Desportiva em todos os níveis de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 25 jul. de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1988/Del0705.htm.>. Acesso em: 27 maio 2010.

<sup>10</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a. 5, n. 9, janeiro a junho de 1966, p.68-70.

<sup>11</sup> Idem.  
<sup>12</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 69.450, de 19 de Novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 19 nov. de 1971. Artigo 1º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/D69450.htm.> Acesso em: 27 maio 2010.

<sup>13</sup> Ibidem, artigo 2º.

<sup>14</sup> Ibidem, artigo 3º.

<sup>15</sup> Ernesto Vahl Filho.

*Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 04 ago. 2010.

<sup>16</sup> José Carlos Becker.

*Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*.

Florianópolis, 23 jul. 2010.

<sup>17</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 69.450, de 1 de novembro de 1971... op.cit., artigo 5º, I.

<sup>18</sup> Ibidem, artigo 5º, II.

<sup>19</sup> Ibidem, artigo 5º, III.

<sup>20</sup> Ibidem, artigo 5º, IV.

<sup>21</sup> Ibidem, artigo 6º.

<sup>22</sup> Ibidem, artigo 9º.

<sup>23</sup> Ibidem, artigo 11.

em relação à construção da Prática Desportiva nas universidades e sua organização, com a criação de clubes, monitoramento das práticas, campo para o Curso de Educação Física e participação em competições, isso tudo está exposto no Capítulo III da lei, dedicado especificamente ao Ensino Superior.

Art. 13. A prática da educação física no ensino superior será realizada por meio de clubes universitários, criados segundo modalidades desportivas ou atividades físicas afins, na conformidade das instalações disponíveis, os quais se filiarão à Associação Atlética da respectiva instituição.

[...]

Art. 14. Nas universidades onde houver escola de educação física, o professor de educação física será assessorado pelos alunos desta, em caráter de prática de ensino; nas demais e nos estabelecimentos isolados, por tantos monitores-universitários quantos julgados necessários.

[...]

§ 1º. A função precípua do órgão de direção desportiva universitária é a de incentivar, além das práticas programadas nos clubes, os campeonatos, torneios, competições de representação e intercâmbio, demonstrações e excursões desportivas de caráter formativo.<sup>24</sup>

O apoio governamental era tão intenso que na própria lei existem informações em relação a materiais, locação para as aulas, verbas disponíveis para a realização da implantação, bolsas de incentivo aos melhores alunos/atletas, e a opção de prática para aqueles alunos que não são atingidos por ela.

[...]

§ 1º. Enquanto não dispuser do equipamento e material a que se refere este artigo, cada estabelecimento, ou a autoridade competente para o caso, celebrará convênio com clube, associação, corporação militar ou a entidade mais próxima que os possuir.

[...]

Art. 18. Os órgãos oficiais incumbidos da concessão de bolsas-de-estudo deverão dar prioridade aos alunos de qualquer nível, que se sagrarem campeões desportivos, na área estadual, nacional e internacional, desde que tenham obtido aproveitamento escolar compatível.

[...]

Parágrafo único. Não será vedada a participação de universitários cujo ato de primeira matrícula ocorreu anteriormente a esta regulamentação, tanto na elaboração quando na execução dos programas das atividades por ela reguladas.

Art. 20. Às instituições de ensino superior, quer oficiais, quer particulares, aproveitando as facilidades proporcionadas pelo Governo Federal, programarão a construção das instalações e a aquisição do material de educação física por etapas, iniciando pelo que for prioritário e abrangia maior número de estudantes, de modo que em seis anos já estejam em condições de desenvolver, de modo pleno, os objetos da presente regulamentação.<sup>25</sup>

Esse decreto-lei preenche todos os campos sem deixar margens para que a implantação da Prática Desportiva obrigatória não ocorra e que muitas pessoas deixem de participar. É realmente forte a intenção do governo militar de transformar seus alunos em atletas.

Em 28 de novembro de 1968, a Lei nº 5.540 fixa normas para modificações administrativas, de organização e funcionamento das universidades. Na UFSC durante a elaboração das modificações fixadas por essa lei, e com a chegada do Decreto-lei nº 705, o Centro de Desportos é criado. Em outubro de 1969 a Reforma Universitária é oficializada,<sup>26</sup> e a partir de janeiro de 1970<sup>27</sup> começa a sua implantação na Universidade Federal de Santa Catarina, período em que se iniciam a Prática Desportiva e mais futuramente o CDS.

## O Centro de Desportos e a Prática Desportiva: a implantação na Universidade Federal de Santa Catarina

O Centro de Desportos aparece no Estatuto da Universidade como centro de formação profissional, mas assim como várias modificações feitas na Reforma, não foi instantaneamente posto em funcionamento. Ainda era necessária muita pesquisa e elaboração referente à Prática Desportiva para que isso acontecesse. Em 1971, o professor Heber Lebarbenchon Poeta,<sup>28</sup> a pedido do professor Nilson Paulo, diretor do Centro de

<sup>24</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 69.450, de 1 de novembro de 1971... op.cit., artigos 13-14.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 3, n. 34, out. de 1969, Anexo 1, p.3-38.

<sup>27</sup> Idem. Portaria nº 008/70. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 4, n. 37, jan. de 1970, p.5.

<sup>28</sup> Juntamente com a professora Ivete Vieira Dutra, o professor Heber Lebarbenchon Poeta foi um dos primeiros professores de Educação Física do Colégio de Aplicação (C.A.) da UFSC e juntos iniciaram a primeira Olimpíada do C.A. Além disso, exerceu o cargo de diretor do Departamento de Educação Física e Desportos (DED) de 1971 a 1975.

Educação, “[...] apresenta um anteprojeto do Centro de Desportos[...].”<sup>29</sup> Esse documento contém informações sobre a possível organização do Centro e a instalação do Curso de Educação Física, com sugestões para as atividades previstas pelo Decreto-lei nº 705, em relação à predominância de clubes esportivos na Prática Desportiva do Ensino Superior. O referido anteprojeto foi avaliado em maio do mesmo ano pela sub-reitoria de ensino e pesquisa, que emitiu o parecer 110/71 sobre a viabilidade da implantação do Centro de Desportos.<sup>30</sup>

Em abril de 1972, são constituídos grupos de trabalho<sup>31</sup> com a incumbência de realizar estudos para a formação dos clubes desportivos, e em novembro se dispõem quais professores pesquisarão sobre qual esporte, sendo eles: para Atletismo: professores Hercides José da Silva, Luiz Pegoraro, Mauro José Moser e Terezinha Steiner; para Basquete: professores Philippi May, José Carlos Becker, Maria Elena Bonaldo e Odir José Prazeres; para Futebol (de salão e campo): professores Nilton Poeta de Melo e Odir José Prazeres; para Ginástica Olímpica: professores Gilca Avila Hilbert, Hercides José da Silva e Virgínia da Cunha; para Ginástica Rítmica: professoras Clarice Maria de Lourdes Tomasi, Dênia Maria Zanatta Braudeburgo, Mafalda Morselha Springmann e Marina Dunquer Heindrich; para Halterofilismo: professor Luiz Pegoraro; para Handebol: professores Clarice Maria de Lourdes Tomasi e Willibaldo José Neckel e para Natação: professores Ernesto Vahl Filho, Ivete Vieira Dutra e Nivaldo de Paula Lemos.<sup>32</sup>

De acordo com o professor Vilmo Francisco de Farias, foi realizado um exame classificatório no primeiro semestre de 1973 para:

Professores Auxiliares de Ensino de Disciplina de Prática Desportiva [...] e em 30 de julho do mesmo ano, oito professores tomaram posse [...]: José Carlos Becker, Hercides José da Silva, Vilmo Francisco de Farias, Neusa Maria Burigo, Ivete Dutra Schwonke, Dênia Maria Zanatta Brandeburgo, Clarice Maria de Lourdes Tomasi e Marina Heidrich.<sup>33</sup>

Com relação à matrícula dos alunos, a disciplina a Prática Desportiva aparece no primeiro semestre de 1973 como optativa nos currículos da 1ª e 2ª fases dos cursos. Mas em abril do mesmo ano, seu início é transferido para o segundo semestre, pois não é possível a sua implantação.<sup>34</sup> A Coordenadoria de Prática Desportiva, responsável pelas matrículas e pela sua organização, é criada inicialmente junto à Sub-Reitoria de Assistência e Orientação ao Estudante,<sup>35</sup> sob o comando do professor Ernesto Vahl Filho,<sup>36</sup> mas durante o período da administração do Reitor Roberto Mündell de Lacerda (maio/72-maio/76) acontece a sua passagem para o Centro de Desportos.<sup>37</sup>



Figura 2. Apresentação ao ar livre das alunas das aulas de dança rítmica da Prática Desportiva. Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (1981)

<sup>29</sup> POETA, Heber Lebarbenchon. *Ante-Projeto do Centro de Desportos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Jan. 1971. Arquivo Central-UFSC/CDS, Caixa 10, Processo 1971-1981, p.1.

<sup>30</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa. *Parecer nº 110/71*: da Comissão de Ensino e Pesquisa sobre o anteprojeto do Centro de Desportos: relator Polidoro Ernani de São Thiago. Florianópolis: Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa, maio 1971. Arquivo Central-UFSC/CDS, Caixa 10, Processo 1971-1981, Folha 01.

<sup>31</sup> Idem. Portaria nº 185/72. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 6, n. 64, abr. de 1972, p.7.

<sup>32</sup> Idem. Portaria nº 010/72/SRAOE. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 6, n. 71, nov. de 1972, p.14-15.

<sup>33</sup> FARIAS, Vilmo F. de. *O CDS e sua História 1973-1998*. Florianópolis: Imprensa Universitária UFSC, 1998, p.15.

<sup>34</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Portaria nº 065/73. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 7, n. 76, abr. 1973, p.4-5.

<sup>35</sup> Idem. Portaria nº 137/73. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 7, n. 79, jul. 1973, p.9-10.

<sup>36</sup> Que também estava presente nos grupos de trabalho que estudaram a implantação.

<sup>37</sup> FARIAS, Vilmo F. de. *O CDS e sua História 1973-1998... op.cit.*, p.14.

Em agosto de 1973 regulamentam-se todos os procedimentos para a Prática Desportiva,<sup>38</sup> antes disso, em julho, surgem os Clubes Universitários dispondo as modalidades e vagas dessa maneira: Ginástica: cem vagas femininas; Basquete: sessenta masculinas e quarenta femininas; Handebol: quarenta masculinas e vinte femininas; Vôlei: sessenta masculinas e cem femininas; Atletismo: oitenta masculinas e quarenta femininas; Futebol (de campo e de salão): 110 masculinas, tendo no total 350 vagas para homens e trezentas vagas para mulheres.<sup>39</sup>

Podemos perceber claramente que as modalidades estão separadas por sexo, e que algumas delas (Ginástica, Futebol de Salão, Futebol de Campo) são apenas para o sexo masculino. Em 1974 foram criados mais seis clubes: Ginástica Olímpica, Natação, Judô, Xadrez,<sup>40</sup> Remo<sup>41</sup> e Canto,<sup>42</sup> sendo judô e remo estritamente masculinos.

Uma fonte muito interessante com a qual trabalhamos foi o jornal *Desportos Universitários*, pertencente ao arquivo pessoal do professor Nelson Aguiar,<sup>43</sup> e que foi disponibilizado para a pesquisa. Durante uma de nossas conversas sobre o projeto é que o Jornal veio à sua lembrança: guardava duas folhas desse periódico. Essas duas folhas não possuem muitas informações explícitas, como nome de autor, local de impressão, data, e mesmo em uma folha não há sequer numeração de página. Sendo assim datei esse documento aproximadamente de 1975, de acordo com as informações contidas em suas reportagens. Nas suas páginas, aparentemente escrito por alunos do Curso de Educação Física, há uma sessão dedicada especialmente à Prática Desportiva e um recorte muito interessante sobre o Clube de Xadrez:

#### Inabilitados

Dentro da Universidade Federal de Santa Catarina, com relação à disciplina de Prática Desportiva, tudo foi planejado eficientemente. Para os alunos considerados inabilitados, avaliados em triagem médica, a UFSC criou o “Clube de Xadrez”, em convênio com o Clube de Xadrez de Florianópolis. O Xadrez é destinado somente ao estudante inabilitado que ganha inclusive conceito. Mesmo não se interessando pela prática desta modalidade o aluno não terá o seu crédito prejudicado.<sup>44</sup>

O trecho acima, extraído do referido Jornal, cita a triagem médica como item de matrícula para os alunos. Ela era obrigatória, sendo que no começo foi feita pelo Hospital Universitário, mas com o número crescente de estudantes, estes passaram a ter que trazer um atestado médico para comprovar suas aptidões físicas. Aqueles que apresentassem problemas eram encaminhados a uma junta médica para sua dispensa da Prática Desportiva. Em 1973, 650 alunos pertencentes a diversos cursos da UFSC matricularam-se nas várias disciplinas disponíveis.<sup>45</sup> A maioria das aulas se dava ao ar livre, onde cada professor era responsável por uma turma, separada por sexo: um professor dava aula para o sexo masculino e uma professora para o sexo feminino. A piscina não possuía cobertura e aquecimento, as quadras estavam sempre se multiplicando, a cada semestre o número de matrículas em Prática Desportiva aumentava consideravelmente, pois os alunos eram obrigados a cumprir a disciplina em cada fase do seu curso.

Outros fatores interessantes apresentados por esse periódico são: a forma de escolha de modalidades pelos alunos, os créditos e as dispensas, essa última por sinal do modo como está exposto pela lei.

#### Escolhe a Modalidade

Durante a matrícula, o aluno recebe um guia onde consta todas as modalidades e os respectivos horários. Em caso de não se adaptar na modalidade escolhida, o aluno tem o direito de optar por outra, sem prejuízo de crédito. Todavia, mesmo não gostando o aluno é obrigado a cumprir a prática, que é oferecida em muitas opções.

Com objetivo de evitar concentrações, conforme determina o Decreto, são oferecidas duas aulas semanais: segunda e quinta, terça e sexta, e quarta-feira e sábado, com o aluno escolhendo o horário que melhor lhe convier, e recebendo dois créditos semestrais.

A título de estímulo, a UFSC criou o sistema de conceito, da seguinte forma: se o aluno tem 29 ou 30 aulas, recebe o conceito “A”; de 27 a 29, conceito “B”; de 24 a 26, conceito “C”; de 20 a 23, conceito “D” e menos de 20 aulas recebe conceito “E”, e neste caso o aluno foi reprovado. O conceito é acumulado ao índice geral (com outras notas). Mas se o aluno é militar, tem mais de 30 anos ou se estuda em curso noturno, tem direito à dispensa, ganhando inclusive crédito.<sup>46</sup>

<sup>38</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Portaria nº 145/73. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 7, n. 80, ago. 1973, p.14-16.

<sup>39</sup> Idem. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 7, n. 79, jul. 1973, p.20-21.

<sup>40</sup> Idem. Portaria nº 001/74/SRAOE. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 8, n. 86, fev. 1974, p.17-18.

<sup>41</sup> Idem. Portaria nº 005/74/SRAOE. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 8, n. 89, maio 1974, p.30.

<sup>42</sup> Idem. Portaria nº 015/74/SRAOE. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 8, n. 96, dez. 1974, p.36-37.

<sup>43</sup> Agradecemos especialmente a este professor que foi aluno da primeira turma do Curso de Educação Física da UFSC de 1975 e que ainda pertence ao quadro de professores do CDS, pois foi nosso contato com o Centro de Desportos no que se referiu à pesquisa feita para a elaboração deste trabalho, sendo muito solícito e receptivo.

<sup>44</sup> DECRETO determinou a Prática Desportiva. *Desportos Universitários*. Florianópolis, 1975, p.9.

<sup>45</sup> FARIAS, Vilmo F. de. *O CDS e sua História 1973-1998... op.cit.*, p.27.

<sup>46</sup> DECRETO Determinou a Prática Desportiva. *Desportos Universitários*. Florianópolis, 1975, p.9.

O Jornal traz a realidade sobre a questão da obrigatoriedade e das vagas nas práticas esportivas. O aluno não tinha escolha quanto à modalidade, se essa não se encaixasse no seu horário disponível ou se já não possuísse mais vagas, tinha que se inscrever numa modalidade mesmo que não estivesse confortável nesta, e sua “nota” era validada pela sua presença e não pelo seu desempenho. O que mais chama a atenção nesse periódico (datado de meados de 1975) é que estas colocações sobre a obrigatoriedade estão presentes no momento da implantação, não é uma visão futura sobre os procedimentos, mas uma análise do que acontece no presente.

Outro aspecto que merece destaque é que, no início, a Prática Desportiva na UFSC teve muitas de suas aulas ministradas fora do *campus* universitário, como no 14<sup>o</sup> BC – Batalhão de Caçadores (Estreito), na Escola de Aprendizes de Marinheiros (Estreito), nas quadras da Faculdade de Direito e da Faculdade de Ciências Econômicas (Centro), no hangar (Ginásio de Alumínio) na própria UFSC<sup>47</sup> e na Escola de Cadetes da Polícia Militar (Trindade).<sup>48</sup> Ao longo dos anos, foram sendo construídas as instalações necessárias, como ginásios, piscina, salas de aula, dojô,<sup>49</sup> vestiários, quadras esportivas entre tantos outros estabelecimentos, e todos financiados com apoio do governo militar, como especificado pela lei. O material didático também vinha em grandes quantidades, novamente apoio governamental, e era transportado para os locais das aulas, assim como os professores, por uma Kombi pertencente ao centro.<sup>50</sup> Com o passar do tempo e a diminuição da obrigatoriedade, novas instalações referentes à Prática Desportiva deixaram de ser construídas, pelo menos no nível frenético que aconteceu nos final dos anos 1970 e início dos 1980,<sup>51</sup> e veio a preocupação de criar espaços melhores em relação a salas de aula, salas de professores e a instalações administrativas.

Em 1976 com o novo Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina, o CDS ganha três departamentos: de Educação Física; de Metodologia Desportiva; de Recreação e Prática Desportiva.<sup>52</sup> De acordo com o professor Vilmo, o Departamento de Metodologia Desportiva só foi realmente implantado em 1985, isso ocorreu porque segundo a legislação eram necessários três departamentos para a criação de um Centro.<sup>53</sup> Antes disso só existia a Coordenadoria de Prática Desportiva, que se mantém até hoje com o nome de Coordenadoria de Educação Física Curricular.

<sup>47</sup> BURIGO, Neusa Maria. *A prática desportiva: Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1988, p.4.

<sup>48</sup> FARIAS, Vilmo F. de. *O CDS e sua História 1973-1998...*, op.cit., p.15-16.

<sup>49</sup> O dojô é o local onde se treinam artes marciais, especialmente as nipônicas. Muito mais do que uma simples área, o dojô deve ser respeitado como se fosse a casa dos praticantes. Por isso, é comum ver o praticante fazendo uma reverência antes de adentrar, tal como se faz nos lares japoneses. Na UFSC a arte marcial praticada era o Judô.

<sup>50</sup> José Carlos Becker. *Entrevista já citada*.

<sup>51</sup> FARIAS, Vilmo F. de. *O CDS e sua História 1973-1998...*, op.cit., p.14.

<sup>52</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina.

In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 10, n. 110, fev. 1976, p.19.

<sup>53</sup> FARIAS, Vilmo F. de. *O CDS e sua História 1973-1998...*, op.cit., p.42.



Figura 3. Quadras e piscina do CDS, construídas nos anos de 1970 para Prática Desportiva. Fonte: Agecom [1977]

## A quase extinção do Centro de Desportos e as modificações na Prática Desportiva

O Centro de Desportos (CDS) foi criado durante a Reforma Universitária, mas esse fato não foi bem aceito por todos. Na Ata da 98ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 9 de agosto de 1967, aparece a proposta feita pelo professor Caspar Eric Stemmer, diretor da Escola de Engenharia, em relação à criação do Centro de Desportos, e a resposta dada pela Conselho:

Prof. Caspar Erich Stemmer – “Eliminar do artigo 15 o Centro de Desportos”. Incluir no art. 14: “Departamento de Desporto e Educação Física”. Não foi aceita a emenda proposta porque foi intencional da parte do Grupo de Trabalho a criação de um Centro de Desportos. Ele pretende dar ênfase à importância de uma atividade imprescindível para a formação da personalidade do homem, ao mesmo tempo que visa formar técnicos em todos os ramos dessa atividade que hoje é praticamente inexistente da Universidade Brasileira.<sup>54</sup>

O proposto pelo professor era vincular a Prática Desportiva e o Curso de Licenciatura em Educação Física ao Centro de Educação, pois não aceitava a ideia de que um centro tivesse apenas um curso. Segundo as lembranças do professor José Carlos Becker,<sup>55</sup> quando o Doutor Stemmer assumiu a Reitoria, em 1976, época em que o citado professor ficou temporariamente na direção do CDS, uma das atitudes tomadas durante a sua gestão foi a de realizar sua antiga vontade, fechar o CDS e vinculá-lo ao CED.<sup>56</sup> Mas não era somente o então reitor que não gostava da Prática Desportiva como ela se encontrava. Desde que foi instituída na Universidade a obrigatoriedade desta disciplina, ela criou “resistências”. Pelo fato de no início os estudantes terem que cursá-la a cada semestre do curso em que estavam matriculados, tendo poucos o direito à dispensa e sendo ela item de validação para a conclusão do curso desses acadêmicos, criou muitos conflitos entre a Coordenadoria de Prática Desportiva e o restante da Universidade, pois esse fator por muitas vezes prejudicava os alunos. A professora Ivete Vieira Dutra<sup>57</sup> se lembra dessas situações e comentou em seu depoimento “que foram difíceis os momentos passados nesse período”.<sup>58</sup> Mas, ainda de acordo com o que o professor Becker comentou, houve uma movimentação dentro do CDS para que o fechamento deste, que acabara de ser criado, não acontecesse. Foram procurados amigos e colegas pertencentes a outros centros, e também aqueles que apoiavam a Prática Desportiva e tinham voz e voto dentro do Conselho Universitário para que lhes dessem apoio nessa decisão.<sup>59</sup>

A Prática Desportiva sofreu várias alterações de cunho legal no passar dos anos dentro da Universidade justamente por causa desses conflitos entre o CDS e os outros centros. Mudanças quanto ao abono de faltas, redução de semestres obrigatórios, número de horas-aula para obtenção de conceito, entre outros.<sup>60</sup> Em 1988, esses conflitos causaram a designação de uma comissão para avaliar a Prática Desportiva, com membros representantes de todos os centros e um acadêmico do Curso de Educação Física.<sup>61</sup> Esse acadêmico, Valmir José Oléias é atualmente professor do Centro de Desportos e em entrevista realizada salientou que sua participação nessa comissão se deu, pois era um membro ativo do DCE (Diretório Central Estudantil) e participava das sessões do CUn. Sobre a comissão diz que esta foi criada pelo Conselho Universitário apenas para formalizar a decisão já tomada sobre a diminuição da carga horária da Prática Desportiva, e que teve duração de um semestre aproximadamente. Em 1990, surge a Educação Física Curricular, que vem para substituir a Prática Desportiva, continua sendo obrigatória, mas apresenta agora uma carga-horária de apenas 108 horas-aula ou dois semestres.<sup>62</sup> A partir de 1990/2 os clubes universitários passam a ser mistos, exceto futebol de campo e de salão,<sup>63</sup> e em 1997 a agora Educação Física Curricular deixa de ser obrigatória.<sup>64</sup>

<sup>54</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Florianópolis. Ata da 98ª sessão realizada em 09 de ago. 1967. Livro 3, p.488.

<sup>55</sup> Participou das comissões para a implantação da prática desportiva, pertenceu ao primeiro quadro de professores contratados para a prática desportiva pela Universidade Federal de Santa Catarina e também ministrou aulas no Curso de Educação Física, hoje está aposentado.

<sup>56</sup> José Carlos Becker. *Entrevista citada*.

<sup>57</sup> Ivete Vieira Dutra. Foi professora de Educação Física do Colégio de Aplicação da UFSC, participou das comissões para a implantação da Prática Desportiva, e pertenceu ao primeiro quadro de professores contratados para a referida disciplina pela Universidade Federal de Santa Catarina e também ministrou aulas no Curso de Educação Física, hoje está aposentada.

<sup>58</sup> Ivete Vieira Dutra. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 05 ago. 2010.

<sup>59</sup> José Carlos Becker. *Entrevista citada*.

<sup>60</sup> Todo esse processo de mudanças foi legitimado por inúmeras portarias, as quais foram publicadas nos *Boletins do Pessoal da UFSC*.

<sup>61</sup> Professores designados: Joel Cardoso – CDS; Elizabeth Rosito da Costa Marques – CTC; Antônio Silveira Sbiassa – CCS; Lineu Schneider – CCA; Vivian Leysler da Rosa – CCB; Washington Luiz do Vale Pereira – CSE; Márcia Rampinelli Zanella – CFM; Marco Antônio Castelli – CCE e acadêmico Valmir José Oléias.

CE. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Portaria nº 241/GR/88. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, 2º

Trimestre, 3ª Semana de jun. 1988, p.4.

<sup>62</sup> FARIAS, Vilmo F. de. *O CDS e sua História 1973-1998...* op.cit., p.39.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p.45.

<sup>64</sup> Joaquim Felipe de Jesus. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 22 jul. 2010. Joaquim Felipe de Jesus ingressou no CDS em 1975 e faz parte do quadro de professores até hoje.

## O Curso de Educação Física: um novo momento para o Centro de Desportos

Em 7 de outubro de 1974 o Curso de Licenciatura em Educação Física<sup>65</sup> é criado e passa a constar na lista dos cursos da área de Artes e Comunicações<sup>66</sup> para o vestibular de 1975.<sup>67</sup> Suas vagas são divididas por sexo, quarenta masculinas e quarenta femininas (vinte alunos a cada semestre), e para poder prestar o vestibular para o Curso é exigido dos interessados um teste de habilidade específica, que era eliminatório, ou seja, em caso de reprovação, nem chegariam a prestar a prova do vestibular.<sup>68</sup> O Curso de Educação Física é reconhecido pelo Decreto-lei nº 81.759, de 6 de junho de 1978, e no mesmo ano é criado o Curso de Habilitação Desportiva de curta duração (apenas um ano) e que visava a alunos já formados.<sup>69</sup>

O Curso de Educação Física, mesmo estando presente na Universidade no período do ciclo básico de ensino, não foi inserido nesse sistema. De acordo com ex-alunos e professores do Curso, desde o início eram dadas matérias específicas de Educação Física, como atletismo, e matérias referentes a outras áreas que eram dadas em seus departamentos específicos, estes por muitas vezes localizados no prédio do Centro de Estudos Básicos (CEB).<sup>70</sup> Apesar de as turmas serem divididas por sexo na inscrição do vestibular, essa separação só ocorria nas aulas práticas, sendo que as aulas teóricas possibilitavam a convivência entre todos os alunos.<sup>71</sup> No depoimento da maioria dos professores, essa separação entre sexos é explicitada como natural, pois o esporte é algo que se mede por condições físicas, o que biologicamente separa homens de mulheres. Mas há aqueles que acreditam que é possível essa união entre homens e mulheres nas práticas desportivas e mesmo no Curso de Educação Física, sem maiores problemas; porém, essa visão só é demonstrada por eles, pois, ao serem questionados quanto a esta separação, mostraram que não viam a questão de sexo da mesma forma como vemos hoje em dia.

No princípio do Curso, o currículo era essencialmente tecnicista, mas com resquícios do antigo modelo higienista.<sup>72</sup> Esses conceitos estavam em alta no período militar, que buscava na Educação um foco técnico, profissionalizante.<sup>73</sup> De acordo com as palavras da professora Iara Regina Damiani,<sup>74</sup> que ingressou no CDS nos anos 1980, os alunos não tinham visões de como trabalhar a educação física de outros modos a não ser na prática de esportes.<sup>75</sup>



Figura 4. As “meninas” na aula de vôlei em 1981. Fonte: Hemeroteca (1981)

<sup>65</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Portaria nº 470/74 In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 8, n. 94, out. 1974, p.4.

<sup>66</sup> O vestibular após a Reforma Universitária passa a ser feito por áreas, no sistema de ensino do ciclo básico, que tem seu início nos anos 1970 com a referida Reforma. Possui um centro de estudos básicos onde os estudantes, ao ingressar na Universidade, seriam separados por áreas (Saúde, Humanas, Matemática) e cursariam dois anos de disciplinas de cunho comum aos cursos de sua área, e após esse período entrariam no ciclo profissionalizante, que duraria um ano e meio para a sua conclusão. Para saber mais sobre o ciclo básico, cf. capítulo do livro “A UFSC sob o regime militar: do Centro de Estudos Básicos aos Movimentos Estudantis”, de Kennya Souza.

<sup>67</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Portaria nº 467/74 In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 8, n. 94, out. 1974, p.3-10.

<sup>68</sup> Valmir José Oléias. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 09 set. 2010.

<sup>69</sup> FARIAS, Vilmo F. de. *O CDS e sua História 1973-1998...* op.cit., p.47-51.

<sup>70</sup> Ivete Vieira Dutra. *Entrevista citada*; Nelson da Silva Aguiar. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 02 de ago. 2010; Valmir José Oléias. *Entrevista citada*.

<sup>71</sup> Nelson da Silva Aguiar. *Entrevista citada*.

<sup>72</sup> O modelo higienista preocupa-se com a saúde da população, isso acontece principalmente nas disciplinas de Educação Física.

<sup>73</sup> GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Filosofia e História da Educação Brasileira*. Barueri: Manole, 2003, p.125-193.

<sup>74</sup> Entrou no CDS como professora em 1980, lutou pelos direitos do professores nas comissões para greves, atualmente está aposentada.

<sup>75</sup> Iara Regina Damiani. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 10 ago. 2010.



Figura 5. Os “meninos” na aula de Basquete em 1981. Fonte: Hemeroteca (1981)

Cabe mencionar, ainda, que dentro desse currículo também estava uma disciplina específica imposta pelo governo militar para ser ministrada a todos os alunos da UFSC, Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB). No Curso de Educação Física, de acordo com o professor Valmir José Oléias,<sup>76</sup> EPB ocorria no primeiro semestre, como era matrícula obrigatória, sua turma de estudo permanecia a mesma que do seu curso. Seu professor de Estudos dos Problemas Brasileiros nos anos 1980 foi Waldir Rampinelli, que hoje ministra aulas no Departamento de História. Para Valmir, nesse período de maior abertura política, Rampinelli teve uma importância muito grande, pois foi seu “primeiro professor” na Universidade, foi alguém que o estimulou em um pensamento crítico, pois diferentemente do Curso de Educação Física, que as matérias se concentravam na técnica, essa disciplina abordava os problemas políticos brasileiros e da América Latina, com um olhar diferenciado, buscando a discussão de temas complexos e com fontes polêmicas para o período.<sup>77</sup>

De acordo com Vilmo de Farias, a partir de 1989 foi extinto o currículo mínimo, possibilitando assim a criação de duas áreas: formação geral e de aprofundamento, num percentual de 80% para a primeira e 20% para a segunda, e passando o Curso de três para quatro anos. Além disso, segundo o mesmo autor “na formação geral incluiu-se áreas de conhecimentos como filosóficos, humanísticos, técnicos e sociais, enquanto na área de aprofundamento deu-se destaque a: esporte e dança, educação física pré-escolar e educação física especial – da primeira à quarta série”.<sup>78</sup> Esse currículo renovado trouxe novos enfoques para o ensino de Educação Física, o que possibilitou aos alunos visões diversificadas da sua profissão.

### Projetos de extensão: momentos de aprendizagem e contato com a população

Desde 1973, quando ainda não existia o Curso de Educação Física na Universidade Federal de Santa Catarina, já era oferecido para as crianças (filhos de professores, de alunos, de funcionários, ou mesmo crianças da comunidade que viviam ao redor da Universidade) as colônias de férias. Usava-se o *campus* universitário, os outros locais onde se ministravam as práticas desportivas e as praias da Ilha de Santa Catarina para a realização dessas atividades.

<sup>76</sup> Entrou no ano de 1985 como aluno do Curso de Educação Física da UFSC, atualmente é professor do CDS e chefe do Departamento de Educação Física.

<sup>77</sup> Valmir José Oléias. *Entrevista citada*. O professor cita o livro *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, como uma das fontes usadas pelo professor Rampinelli para discutir a matéria.

<sup>78</sup> FARIAS, Vilmo F. de. *O CDS e sua História 1973-1998...* op.cit., p.47.

Professora Clarice Tomasi,<sup>79</sup> quando falávamos sobre o início da Prática Desportiva na Universidade, lembrou-se com carinho das colônias de férias:

a gente participava de muitas colônias de férias no final do ano, colônias de férias que envolviam a comunidade, crianças de uma determinada idade que estavam de férias vinham tudo pra Universidade, aquelas quadras todas eram assim lindas, era tudo pintadinho de amarelo e azul, mas olha uma vez uma professora veio do Paraná [...], ela ficou encantada, que à medida que tua ia descendo, via aquelas quadras [...], com bastante participação nas aulas, era lindo, bola pra cá, bola pra lá [...].<sup>80</sup>

Com o Curso de Educação Física já em andamento a partir de 1975, a Prática Desportiva serve como campo de treinamento e aperfeiçoamento para seus alunos em relação à prática de ensino, isto é o que está escrito na legislação e que foi confirmado por alguns entrevistados. Como, por exemplo, a professora Iara Damiani,<sup>81</sup> que conta que somente entrava em contato com alunos do Curso de Educação Física quando estes participavam de suas aulas de Prática Desportiva como monitores. Outro meio de prática de ensino eram os projetos de extensão, que são normalmente criados por professores e buscam envolver os alunos na sua elaboração, como fonte de aprendizagem e como apoio para as atividades a serem exercidas. Dois projetos, dos muitos que já constaram na lista do CDS, e que merecem destaque por permanecerem ativos até hoje são: a Escola Infantil de Esportes (ESINDE) e o Projeto da Terceira Idade.

A ESINDE foi criada pelas professoras Alva Neves Pessi e Nívea Terezinha Duarte em 1976, e é o primeiro projeto de extensão a envolver crianças.<sup>82</sup> A faixa etária dessas crianças é diferente em cada documentação, a base de 8 anos para início permanece igual em todas elas, mas a idade final de participação é entre 12 e 14 anos. A Escola Infantil de Esportes aparece sempre nos relatórios da UFSC nas áreas dedicadas à extensão, e destaca-se neles a população atingida pelo projeto que chega a trezentas crianças das comunidades que circundam a Universidade. O relatório de 1979 traz como objetivo da ESINDE: “aperfeiçoar habilidades, contribuindo para o desenvolvimento integral do indivíduo, oportunizando as revelações latentes na comunidade”.<sup>83</sup> Trabalham neste projeto tanto alunos quanto professores do Curso de Educação Física. Vários professores do Curso foram coordenadores do projeto, que pesquisaram e implantaram nele múltiplos sistemas de didática.



Figura 6. Esporte em férias – CDS. Fonte: Agecom (1977)

<sup>79</sup> Participou das comissões para a implantação da prática desportiva, pertenceu ao primeiro quadro de professores contratados para a prática desportiva pela Universidade Federal de Santa Catarina e também ministrou aulas no curso de educação física, hoje esta aposentada.

<sup>80</sup> Clarice Maria de Lourdes Tomasi. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 03 ago. 2010.

<sup>81</sup> Iara Regina Damiani. *Entrevista citada*.

<sup>82</sup> FARIAS, Vilmo F. de. *O CDS e sua História 1973-1998...* op.cit., p.55.

<sup>83</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de 1979: volume I*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1979.



Figura 7. Alunas da Esinde. Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (1979)

O projeto de Extensão da Terceira Idade foi criado por iniciativa do NETI<sup>84</sup> (Núcleo de Estudos da Terceira Idade). De acordo com a professora Marize Amorim Lopes,<sup>85</sup> na época em que ela trabalhava na área de Dança do Centro de Desportos, a professora Neusa Mendes Guedes procurou o CDS para que pudessem incluir no NETI um trabalho referente à atividade física para os idosos, espelhando-se em um trabalho já realizado na Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Após contatar duas professoras que não aceitaram o convite este chegou até a professora Marize e foi aceito.<sup>86</sup>

Em agosto de 1985 começam os trabalhos com o grupo de idosos. A princípio eram apenas cinco alunas. Foi necessário criar métodos para se trabalhar com esses alunos, já que não havia grande quantidade de informações nessa área. A professora Marize buscou começar com práticas para ajudar no equilíbrio e na forma muscular, hábitos comuns no meio da dança, e foi atrás de metodologias de ensino orientais para incluir em seu trabalho. As aulas não eram restritas a apenas um sexo, mas os homens tinham, e ainda têm dificuldades em se adaptar a mudanças. Tentaram-se aulas com professor do sexo masculino para buscar chamar a atenção dos homens, mas não houve êxito. Sendo assim, criou-se a turma de casais, o que trouxe para as aulas a ala masculina da terceira idade, eles possuem ainda uma participação pequena no projeto, mas estão em uma margem melhor do que no início. A faixa etária também se modificou, quando o projeto foi iniciado, a idade para ingresso era de cinquenta anos, baseada na aposentadoria, mas, com a mudança da lei e com o envelhecimento da população, foi adotada a idade de sessenta anos, preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Os alunos agora estão em uma faixa etária em torno dos oitenta anos.<sup>87</sup>

O grupo de dança, parte mais divulgada do projeto que frequentemente está presente em apresentações da Universidade, foi criado por iniciativa das professoras que davam aula de dança para os universitários. Percebendo que a cada semestre a rotatividade de alunos fazia com que as aulas tivessem que recomeçar do ponto zero, foi feito um convite para os idosos que já participavam da turma de ginástica em 1988 e estes aceitaram a ideia. Em 1989 começaram os treinamentos num trabalho que busca por meio da dança o aprofundamento no conhecimento da cultura local açoriana da cidade de Florianópolis.<sup>88</sup>

<sup>84</sup> O Núcleo de Estudos da Terceira Idade é um órgão vinculado ao Departamento de Projetos de Extensão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina. O NETI coloca o conhecimento da gerontologia à disposição da comunidade, desenvolvendo estudos e pesquisas, inserindo e promovendo as pessoas idosas no meio acadêmico, como sujeito em transformação e agentes transformadores da sociedade. Para mais informações cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI). *NETI 25 ANOS: abrindo um mundo de conhecimentos*. Florianópolis: NETI/UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.neti.ufsc.br/index.php>>. Acesso em: 10 set. 2010.

<sup>85</sup> Aluna da primeira turma do Curso de Educação Física da UFSC de 1975, atualmente coordena o projeto Terceira Idade no CDS.

<sup>86</sup> Marize Amorim Lopes. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 10 set. 2010.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Marize Amorim Lopes. *Entrevista citada*.



Figura 8. Alunas do Projeto Terceira Idade. Fonte: Lopes [s/data]

Outro projeto é a Instrutoria de Esportes, interessante perceber no artigo do jornal *Desportos Universitários* a forma como ela é tratada, suas motivações, objetivos e a percepção em relação aos alunos do Curso de Educação Física.

Em agosto de 1974 a Universidade Federal de Santa Catarina instituiu uma nova frente de ação junto às universitários criando a Instrutoria de Esportes.

A Instrutoria é composta de universitários que, como instrutores, realizam um trabalho de base com universitários, alunos do Colégio de Aplicação da UFSC e crianças da Comunidade, iniciando-os na sadia prática de esportes nas diversas modalidades e despertando-lhes o gosto pelas atividades físicas.

Este trabalho feito junto a comunidade, ainda em fase de implantação, tem encontrado nas crianças dos bairros próximos ao Campus Universitário a melhor reciprocidade possível e o interesse demonstrado nos treinamentos, com relação a freqüência, principalmente, tem superado as expectativas.

Considerando que o futuro do esporte em Santa Catarina está dentro da Universidade Federal de Santa Catarina, e que nas crianças estão a confiança de novas conquistas; estas devem, desde cedo, ser preparadas física e mentalmente para alcançarem as condições técnicas necessárias para o desempenho de sua atividade.

A atividade dos Instrutores se estende também no treinamento dos atletas da UFSC convocados para competições, permitindo aos universitários interessados, o aprimoramento de sua técnica e consequentemente alcançado a sua condição de atleta. Os instrutores são atletas que trabalham juntamente com a UFSC, objetivando formar o campeão de amanhã.

O trabalho dos instrutores alcançam aspectos importantes, considerando que vivem entre o professor e o aluno.<sup>89</sup>

Os projetos de extensão, como o citado no Jornal, buscam também a ligação da Universidade com a Comunidade. Preparam ainda os alunos para sua futura vida como professores, dando a eles responsabilidades e oportunidades.

### Treinamentos e competições: o nome da Universidade levado a todos os cantos

De acordo com o *Relatório de Atividades* da UFSC de 1976-77, o objetivo da prática desportiva

[...] não é o de fazer atletas, mas o de colocar o aluno em condições de praticar, com certo grau de conhecimento, uma ou mais modalidades desportivas, sendo que os melhores dotados tecnicamente são convidados a participarem do Clube Universitário. As modalidades de handebol, basquetebol e atletismo constituíram os maiores destaques no âmbito de eficiências das atividades desenvolvidas pelo Centro de Desportos, possibilitando que a Universidade Federal de Santa

<sup>89</sup> O PAPEL dos Instrutores: entre o professor e o aluno. *Desportos Universitários*. Florianópolis, 1975, [obra não paginada].

Catarina participasse do XXXIII Jogos Universitários Catarinenses. Estão sendo feitas as devidas sondagens para ampliar a participação da UFSC em competições de caráter nacional.<sup>90</sup>

O trecho acima demonstra o objetivo principal não só da Prática Desportiva, mas também dos Clubes Universitários. Estes são as fontes principais de atletas para os grandes campeonatos, outros saem de eliminatórias de jogos internos. A UFSC possui clubes com qualidades esportivas de alto nível que participam de competições em todo o estado e em tantas outras regiões do país. O professor José Becker apresenta em sua fala algumas lembranças sobre os clubes universitários e suas organizações quanto a treinadores, competições e apoio da UFSC.

tínhamos na época o clube universitário de esportes, que começou com o professor Ronaldo Schreiner [...], era o clube universitário que disputava com outras equipes do estado basquete, vôlei, futebol de salão, tinha o ônibus da universidade que levava os atletas [...], tinha um treinador para o basquete, que não precisava ser professor da Universidade [...], o diretor do clube universitário era um professor, o professor Jorge Martins, [...] era uma espécie de coordenação, [...], então eles é que saíam com as equipes para jogar fora, para participar do campeonato catarinense [...], porque na verdade o clube universitário era para ser tocado por alunos, nessa parte de competição, a Universidade dava o apoio, mas a gente colocava um professor porque era melhor, era mais fácil, daria mais resultado, então eles participavam do campeonato estadual, do brasileiro, a nossa Universidade foi campeã universitária brasileira em 77 parece, uma coisa assim, o professor Trentin (João Luiz Buss Trentin) que era o técnico, [...] gostava de futebol, e treinava a turma do futebol sem ganhar nada por isso [...].<sup>91</sup>

A responsabilidade pela participação da UFSC nas competições estaduais e nacionais entre universidades era da Associação Atlética. Fixada no Centro de Convivência, a lei permitia que fosse coordenada por alunos. Era responsável pelos clubes universitários e pela participação dos mesmos nos jogos universitários. Atualmente a coordenação da participação da Universidade em competições foi assumida pela UFSC e é de competência da Divisão de Apoio ao Desporto Universitário, a Associação Atlética não existe mais.<sup>92</sup>

As instalações da Universidade ficam à disposição das organizações esportivas da comunidade<sup>93</sup> e das equipes de atletismo do município,<sup>94</sup> para que estas possam treinar. O professor Willibaldo José Neckel,<sup>95</sup> quando entrevistado, lembrou-se dos acontecimentos que marcaram sua vida como treinador de atletismo da UFSC:

[...] muitas vezes eu pegava os atletas, pessoas que nunca tinham feito atividade física, nunca haviam participado de nenhuma competição, e quando eu olhava e tinha aquela visão, que aquele indivíduo ia ter condição de fazer aquilo ali, eu dizia assim, por exemplo, o Édio Petroski,<sup>96</sup> o dia que eu disse pra ele “oh tu vais fazer decatlo e na primeira marca tu vais fazer essa, essa, essa, essa, essa e aquela marca”, ele olhou pra mim e ficou meio branco, meio assustado, e eu disse pra ele, “não, tu vais fazer, pode vir que tu vai te dar bem”, e realmente depois ele foi [...], ele perdeu os jogos abertos em Jaraguá do Sul no decatlo por quatro pontos e por um vacilo, porque se não ele teria ganho, e lá em Lages ele ganhou o quatrocentos metros com barreira, numa prova impossível de ganhar, e ele conseguiu ganhar, então essas são as coisas que me marcaram muito porque eram provas que..., competições que a gente não tinha aquela visão, ninguém acreditava e ele chegou lá e levou os quatrocentos com barreira [...] era montar as equipes, estruturar as equipes de forma tal que mesmo com valores, com treinamento, vamos dizer assim, com menos treinamentos, com menos dedicação, nós conseguimos ganhar, as equipes na base de, como se diz assim, usando da parte intelectual, usando a inteligência dos nossos atletas, [...] para aproveitar nas competições, e conseguimos ganhar várias, muitas vezes nessa base, então isso chamava muita atenção, era com a influência do nível intelectual, e aquela confiança que a gente passava para os atletas interferia nos resultados, [...] e outra era o espírito de equipe que a gente tinha, que marcava muito [...].<sup>97</sup>

O jornal *Desportos Universitários* dá informações sobre o trabalho feito pela UFSC para o fortalecimento do atletismo. Nesse periódico há também uma reportagem especial sobre os primeiros jogos universitários da capital. Sobre estes, fala-se da importância desse tipo

<sup>90</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de 1976-7*. Florianópolis: Imprensa Universitária, [1977?], p.102-103.

<sup>91</sup> José Carlos Becker. *Entrevista citada*.

<sup>92</sup> Valmir José Oléias. *Entrevista citada*.

<sup>93</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de 1976-7...* op.cit., p.103

<sup>94</sup> Miriam Ghizoni Pereira Silva. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 15 jul. 2010. Miriam Ghizoni Pereira Silva participou como aluna da disciplina de prática desportiva e foi atleta pelo município de Florianópolis, atualmente é servidora da UFSC.

<sup>95</sup> Participou das comissões para a implantação da Prática Desportiva, pertenceu ao quadro de professores contratados para a disciplina pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1976, foi treinador de Atletismo, e diretor do CDS, hoje está aposentado.

<sup>96</sup> Atualmente pertence ao quadro de professores do Centro de Desportos.

<sup>97</sup> Willibaldo José Neckel. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. São José, 24 jul. 2010.

de competição e das preocupações do governo com a falta de instalações apropriadas (os jogos foram realizados nas quadras das unidades universitárias da UFSC) e expõe ainda sobre o esporte catarinense, que tinha seu futuro nas mãos dos alunos, já que estes eram destinados a participar das competições de todos os níveis, e sendo, para isso, treinados nos clubes universitários (de acordo com a nova política sobre Educação Física vista na lei). A UFSC, ao longo dos anos, sedia várias competições e treina alunos para tantas outras, e como não pudesse deixar de ser, também organiza os seus. Os Jogos Internos de Turmas da Prática Desportiva (JITS) são organizados todo final de semestre e contam com a participação dos alunos. Há uma quantidade maior de alunos do que a necessária para a formação de times, então aqueles que não jogam vão às competições para torcer. São dias de muita movimentação, os alunos se organizam, criam bandeiras, camisetas e aproveitam para negociar com os professores as faltas obtidas nas aulas de Prática Desportiva.



Figura 9. Jogos Universitários de Santa Catarina. Fonte: Agecom (1988)



Figura 10. Jogos Universitários. Fonte: Agecom [s/data]

## Relacionamento entre professores e alunos: a obrigatoriedade não interfere na amizade!

No relacionamento entre professor e aluno no Centro de Desportos observam-se muitas questões. O entrosamento, a dedicação em conhecer seus alunos, o reconhecimento pelo seu trabalho e o apoio nos momentos necessários demonstram que, mesmo que muitos alunos não gostassem da Prática Desportiva obrigatória, eles sabiam que os professores não tinham culpa dessas situações e que faziam o que era possível para o bem-estar de todos; e dessa forma nas várias turmas muitos laços de amizade foram se constituindo. Um caso interessante está nos desfiles de 7 de setembro (organizado pelo 5º Distrito Naval, os professores iam até lá na semana anterior ao desfile para acertar os detalhes),<sup>98</sup> lembrados por alguns. Os professores de Prática Desportiva eram obrigados a desfilar com um pelotão próprio, nessa situação, alguns destes convidavam os alunos para participar negociando com eles frequências na disciplina.

A professora Iara Damiani, quando perguntada sobre a Prática Desportiva, o Curso de Educação Física e o seu relacionamento com os alunos, principalmente em questões de politização no início dos anos 1980, destacou:

[...] eu trabalhava com a Prática Desportiva e a Prática Desportiva tem uma característica de prática pela prática mesmo, eu não tinha uma sala de aula, eu não tinha um ginásio, a não ser que eu trabalhasse com ginástica, então ela não tinha esse caráter de formação continuada, porque os meus alunos não necessariamente seriam os mesmos no semestre seguinte, porque assim você vai criando afinidades, têm aqueles que gostam de ti e têm aqueles que também não gostam, tem horário que tá bom, tem horário que não está, enfim, o Curso de Educação Física era uma coisa assim longínqua da prática, ele passou a ter proximidade quando eu comecei daí a receber os alunos que vinham para fazer estágio, [...] que optavam pela prática de ensino lá, então é assim, foi com esses alunos que eu comecei a ter esse respaldo, essas discussões políticas, [...] e onde é que eu fazia o processo de politização dessas coisas da greve, na aula, na prática desportiva, era pra mim o melhor celeiro, porque os alunos eram de vários cursos, de várias fases, tinha de primeira fase, de última fase, tinha gente que já tinha terminado e continuava, enfim, e daí assim, eles queriam saber da assembleia, daí o movimento estudantil também começa a se organizar, mesmo que eles não participassem ativamente do DCE, mas participavam do seu curso, e assim é lógico, eles também queriam greve, porque eles também iam ter folga e essas coisas todas, mas nesse processo de eles quererem folga também se discutia, e daí assim, eu via que eles me colocavam mais, digamos assim, na prensa do que os meus próprios colegas, do que o resultado da greve, e daí eu disse, eu tinha que dar respostas convincentes, porque que eu ia entrar em greve, porque tinha uma grande maioria que não queria [...].<sup>99</sup>

A professora Ivete Vieira recordou com carinho de suas alunas de natação:

[...] as alunas que vinham de fora, que não moravam aqui, elas me consideravam assim como tipo de uma mãezona e trocávamos ideias e elas pediam conselhos então, era uma intimidade assim fora de série, coisa muito boa, eram como se fossem umas filhas, e muito respeito esses momentos... a gente fazia as nossas homenagens ali na piscina, final de ano era... cada uma trazia um negócio e nós fazíamos aquela bagunça como diz, em volta da piscina, tirávamos fotos, era muito bom... o problema da nossa piscina, sabe o que era, é que era piscina olímpica, ela não dava pé, então aqueles alunos que vinham sem saber nada, nada mesmo, quando eles saíam depois do curso que já sabiam dominar a água, e não saíam 100%, muitos saíam 100% sabendo os quatro estilos e tudo, outros, eles sabiam teoricamente, mas na prática por causa do medo às vezes da profundidade e tudo, eles dominavam a água, mas não saíam com aquele domínio completo do estilo, pra saber ensinar depois, então esses que tinham mais dificuldade e depois alguns conseguiram dominar bem, a euforia deles, a compensação por ter conseguido era muito bom, muito bom, [...] e muitos saíram professores de natação, escolheram a modalidade natação por causa disso, por causa desse entrosamento que a gente tinha, essa empolgação entendeu, então, isso aí foi muito gratificante.<sup>100</sup>

A criação desses vínculos familiares que aparecem na fala da professora Ivete pode ser compreendida pelo apoio que buscavam um grande número de estudantes de todos os

<sup>98</sup> José Carlos Becker. *Entrevista citada.*

<sup>99</sup> Iara Regina Damiani. *Entrevista citada.*

<sup>100</sup> Ivete Vieira Dutra. *Entrevista citada.*

curso que chegavam de outras cidades para estudar na UFSC. Um desses alunos foi o professor Valmir Oléias, que, vindo do oeste de Santa Catarina, da cidade de Chapecó, utilizava toda a infraestrutura da Universidade para se manter no curso. Frequentava o Restaurante Universitário, ganhava uma bolsa de meio salário mínimo da própria UFSC, quando não trabalhava para se manter, e morava em pensão, junto com muitos colegas de curso que também vinham de longe. De acordo com ele, em médias 80% dos alunos chegavam de outras cidades do estado para fazer o curso.

Para o professor Valmir, a participação dos estudantes de Educação Física nos problemas da Instituição era ativa: lutavam pela moradia estudantil, por melhores condições dentro da Universidade, por diversidade de cursos, por mais vagas, e umas dessas diversas lutas encampadas era relacionada ao uso de uniformes. A obrigatoriedade do uso de uniforme (nas cores azuis e amarelas, para a Prática Desportiva, e nos tons de azul, para o curso de Educação Física), imposta pela UFSC para todos os alunos de Prática Desportiva e do curso de Educação Física, era visto por eles, no contexto do governo militar, como algo desnecessário e autoritário, e após o término do governo essa luta foi “vencida”. Hoje o uniforme existe somente para ser usado pelos alunos nas competições como símbolo de representação da Universidade.<sup>101</sup>



Figura 11. Piscina descoberta anos 1970. Fonte Agecom [197?]



Figura 12. Piscina coberta. Fonte: Agecom (1999)

<sup>101</sup> Valmir José Oléias.  
*Entrevista citada.*

## Os primeiros professores do CDS

Nas entrevistas que realizamos, um dos aspectos que mais se destacaram em todas as histórias de vida foram as respostas sobre onde realizaram sua formação acadêmica. Muitos deles haviam sido alunos ou professores do Curso Normal de Educação Física da UDESC, que foi criada em 1964, e muitos desses alunos posteriormente, se formaram na Escola Superior de Educação Física, também da UDESC.<sup>102</sup> A lista de professores que entraram no CDS a partir de 1976 tem vários nomes em comum com a lista de alunos formados pela Escola Superior da UDESC, como, por exemplo, Alva Neves Pessi, Célio José Gerent, Jamira Lindocir da Silva, João Carlos Amarante, Linéia Coral, Raquel Stela de Sá, Vânia Raulino Ribeiro, Willibaldo José Neckel, Wilson Arcanjo da Silva, Yuta Sandra Balsini, Markus Vinícius Nahas, Hamilton Wiggers, Iara Regina Damiani. Sobre esse fato, o professor Willibaldo José Neckel, quando entrevistado, comentou que, para poderem prestar o concurso para a UFSC, esses alunos que estavam se formando em 1976 (ele era um deles) tiveram que entrar com Mandado de Segurança,<sup>103</sup> pois o Curso da UDESC ainda não era reconhecido pelo MEC.<sup>104</sup>

Também observamos que muitos que compuseram o quadro de professores ingressaram na UFSC como professores do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, de lá vieram os professores Ernesto Vahl Filho, Ivete Dutra Vieira e Clarice Maria de Lourdes Tomasi. Já os professores Hercides José da Silva e José Carlos Becker trabalharam primeiramente na UDESC antes de fazer parte do quadro docente da UFSC. Aqueles que não se formaram na Escola Superior de Educação Física da UDESC, completaram suas formações em outras universidades, como na Escola Superior de Educação Física e Desportos do Paraná, Escola Superior de Educação Física de Joinville e na Escola de Educação Física do Rio Grande do Sul.

O jornal *Desportos Universitários* em uma de suas edições dá destaque ao professor Willibaldo Neckel e fala sobre suas origens, sua vida acadêmica e seus locais de trabalho.

O professor Willibaldo José Neckel é natural de Santo Amaro da Imperatriz, atualmente cursando a última fase da Escola de Educação Física. Fez Curso Normal de Educação Física em 1968 e em 1970, foi assistente da cadeira prática do mesmo Curso (permanecendo até hoje) e professor no Instituto Estadual de Educação; em 1972, foi professor do Colégio de Aplicação da UFSC; em 1973 iniciou suas atividades como treinador no IEE, trabalhando em conjunto com Valmir Gomes, e atualmente exerce as funções de treinador de atletismo na Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi contratado em abril.<sup>105</sup>

Esse recorte demonstra o quanto estes professores eram valorizados e como era visível a falta de profissional da área de Educação Física na cidade de Florianópolis. Nesse sentido uma questão a ser colocada é o regime de horas que estes professores trabalhavam, que eram de 12, 20, 30 e 40 horas além da Dedicção Exclusiva. Mas como visto no registrado pelo Jornal, o professor Willibaldo, assim como tantos outros, não ingressou na Universidade Federal de Santa Catarina em cargo de dedicação exclusiva, que passa a ser sua opção a partir de 1978. Alguns professores com o passar dos anos optaram pela dedicação exclusiva à UFSC, como foi o caso do professor Willibaldo, em 1979, e outros como o professor Becker, que permaneceram ministrando aulas em outros colégios.<sup>106</sup> O professor Ernesto Vahl Filho<sup>107</sup> foi o primeiro a dedicar-se exclusivamente à Prática Desportiva quando esta estava em implantação, mas ele ainda pertencia ao quadro docente do Colégio de Aplicação da Universidade.<sup>108</sup> Sobre seus melhores momentos no CDS, relacionou-os ao tempo em que esteve na direção do Centro e ao resultado de seu trabalho no início da Prática Desportiva, quando optou pelo regime de dedicação exclusiva. Suas lembranças também são marcadas pelo compromisso e responsabilidade com a Instituição em detrimento de seu convívio familiar:

[foi] muita coisa boa, ver a alegria dos alunos, a satisfação de vir fazer prática esportiva, ter certeza que fiz uma coisa útil, lamento ter acabado, foram oito anos na direção, e foram oito anos que eu não tinha horário pra iniciar e terminar o trabalho, começava às vezes 8h, 7h 30 min, 8 h da manhã, vinha em casa almoçar e voltava pra casa as 10h da noite, meus filhos passaram muitos anos

<sup>102</sup> Curso oficializado em 1973, cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA (UDESC). Centros de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID). Curso de Educação física. *Histórico*. Florianópolis: CEFID, 2010. Disponível em: <<http://www.cfid.udesc.br/?modo=historico>> Acesso em: 29 ago. 2010.

<sup>103</sup> Willibaldo José Neckel. *Entrevista citada*.

<sup>104</sup> Esse curso da UDESC só viria a ser reconhecido em 16 de dezembro de 1976 com o Decreto nº 78.967. Maiores detalhes cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA (UDESC). Centros de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID). *Histórico...* op.cit.

<sup>105</sup> OS CONHECIMENTOS adquiridos por Willibaldo. *Desportos Universitários*. Florianópolis, 1975, [obra não paginada].

<sup>106</sup> José Carlos Becker. *Entrevista citada*.

<sup>107</sup> Participou das comissões para a implantação da prática desportiva, pertenceu ao quadro de professores contratados para a prática desportiva pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1974, foi diretor do CDS e hoje está aposentado.

<sup>108</sup> Ernesto Vahl Filho. *Entrevista citada*.

desses oito anos praticamente, não tiveram muito convívio comigo porque quando eu chegava em casa eles estavam dormindo[...], mas me trazia muita satisfação passar esse tempo dentro do Centro de Desportos, dava trabalho, mas um trabalho que é gratificante[...].<sup>109</sup>

Muitos profissionais do CDS, como o professor Ernesto, buscando aprimoramento, procuram cursos de especialização, e aqueles que podiam saíram do estado ou mesmo do país para fazer mestrado, pois ainda não existia essa possibilidade em Santa Catarina. Um dos primeiros professores com mestrado no CDS foi Markus Vinicius Nahas,<sup>110</sup> que obteve seu título em 1979, nos Estados Unidos. Esse professor sempre esteve envolvido com a possibilidade de o Centro passar a oferecer Mestrado, Doutorado, cursos de especialização e pós-doutorado. O professor Willibaldo José Neckel, em sua entrevista, destacou que na época que foi diretor do Centro de Desportos regulamentou o Curso de Mestrado, porém lembrou que contou sempre com o apoio de outros professores, e principalmente do professor Marcos Vinicius Nahas, que elaborou o projeto.<sup>111</sup>



Figura 13. Professores que ingressaram na UFSC nos anos de 1970 uniformizados. Fonte: Agecom [197?]

Em seu depoimento o professor Markus Nahas narrou seus momentos mais marcantes no Centro de Desportos relacionados às lutas e conquistas em relação ao desenvolvimento das pesquisas e cursos de especialização no CDS. Assim como o Mestrado, o Doutorado e a pós-graduação lembrou que:

teve épocas aqui no nosso Centro, teve uma época em que nós começamos a fazer pesquisa, no início dos anos 1980, isso marcou, eu fui o primeiro coordenador de pesquisa do Centro. Ninguém fora daqui acreditava que existisse pesquisa de Educação Física, esporte, a gente tinha que participar de reuniões na Reitoria com a Engenharia, Medicina, Filosofia, etc. e nós tínhamos que convencê-los de que a área de esportes, de exercícios, também era uma área acadêmica, que investigava, pesquisava, etc. Hoje a gente não tem mais esse problema, mas, quer dizer, essa foi uma época, o início da pesquisa aqui no Centro no início dos anos 1980 e meados dos anos 1980. Nós começamos a oferecer os primeiros cursos de pós-graduação *lato sensu* regulares, então eram cursos gratuitos, repetidos, a cada ano entrava uma turma, e nós começamos a construir um ambiente de pós-graduação, isso já mais para o final dos anos 1980, foi um segundo momento que para mim foi marcante, um terceiro momento foi quando nós criamos de fato um Curso de Mestrado aqui, foi em 1996, eu fui o primeiro coordenador do Curso, nós tínhamos oito professores com doutorado aqui, e aí nós tivemos o Curso aprovado pela avaliação inicial da CAPES. E ali foi marcante também, e dez anos depois foram períodos assim de dez anos para fazer a primeira especialização, primeiro Mestrado e o primeiro Doutorado em 2006. Então quer dizer, eu me

<sup>109</sup> Ernesto Vahl Filho. *Entrevista citada.*

<sup>110</sup> Entrou como professor do CDS em 1977, antes era decatleta pertencente ao grupo de atletismo da UFSC treinado pelo professor Willibaldo José Neckel.

<sup>111</sup> Willibaldo José Neckel. *Entrevista citada.*

envolvi muito com essa construção da área de pesquisa e pós-graduação aqui do Centro. Então hoje eu fico muito feliz de ver que a gente tem uma produção *per capita* que rivaliza com as outras unidades [...], que a gente tem um número de doutores muito grande, e o nosso mestrado e doutorado tem uma avaliação entre os melhores programas aqui da Universidade, nós somos cinco que e tem perspectiva de se tornar seis, a curto prazo, na escala de avaliação da CAPES, então esses foram momentos marcantes, o início da pesquisa, a criação da pós-graduação, são coisas que eu me lembro [...].<sup>112</sup>

## Um breve instante de memória em relação ao presente...

Vemos pelos depoimentos inscritos nesse texto, que o Centro de Desportos era a vida de todas essas pessoas. Não importa se a Prática Desportiva foi instituída por um decreto durante o governo militar, a criação do CDS (primeiro com a Prática Desportiva e depois com o Curso Superior de Educação Física) propiciou oportunidade para todos desenvolverem uma área de conhecimento que transformou a vida de muitas pessoas. Essa implantação foi feita por pessoas que acreditavam, e ainda acreditam, na prática do esporte como um fator importante para o desenvolvimento humano. O relacionamento entre esses homens e mulheres com seus alunos, o respeito, a admiração, demonstra que acima de ser uma obrigação, a Prática Desportiva era um lugar de relações humanas e sociais. As narrativas sobre o cotidiano nos anos 1970, 1980 e o princípio dos anos 1990 descrevem o colorido das quadras cheias de alunos, uma movimentação intensa de esportistas. Essa intensidade diminuiu, pois a Prática Desportiva foi sendo reduzida ao longo dos anos e por fim deixou de ser obrigatória, atendendo agora a uma quantidade muito menor de alunos<sup>113</sup> do que a média de quatro mil nessa época.<sup>114</sup> Em várias falas registrou-se certo pesar dos entrevistados que veem hoje as quadras praticamente vazias quando passam pelo Centro de Desportos da UFSC comparadas a esse período da obrigatoriedade da Prática Desportiva.<sup>115</sup> Esse pesar que aparece junto às lembranças sobre os anos de implantação da Prática Desportiva marca os esforços de muitos professores, técnico-administrativos e estudantes que dedicaram muitos momentos de suas vidas para que tudo acontecesse da melhor maneira possível e que a educação física pudesse ser estendida a todos.

Para se estudar História existe várias vertentes para se explicar os acontecimentos: conservadoras, teleológicas, contemporâneas, positivistas, e cabe ao historiador escolhê-las. Em algumas delas apenas uma pessoa seria dita como responsável por toda a história contada aqui, para outras seria uma questão de destino e não importasse quem, todos esses fatos aconteceriam. Para o Centro de Desportos e a Universidade Federal de Santa Catarina essas percepções não se aplicam. Foram necessárias muitas pessoas, cada uma desenvolvendo um papel significativo, para que tudo acontecesse. Algumas ideias não se concretizaram, outras foram sendo modificadas com o passar do tempo e isso apenas demonstra que há dezenas de pessoas (porque não dizer centenas ou milhares dada a extensão dessa Universidade) ligadas a diversos fatos e que são responsáveis por muitos acontecimentos, mas que não possuem consciência disso. A história do CDS está aqui para demonstrar que o começo foi difícil e que sem essas pessoas, nomeadas ou não, ele não seria o que é hoje. Dentro da UFSC ele ainda é jovem e tem ainda muita história pra ser escrita por quem está ali.

## Fontes e bibliografia

### Documentos UFSC/CDS

POETA, Heber Lebarbenchon. *Ante-Projeto do Centro de Desportos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Jan. 1971. Arquivo Central-UFSC/CDS, Caixa 10, Processo 1971-1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.1, n.1, IIº semestre de 1962.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a. 5, n. 9, janeiro a junho de 1966.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 3, n. 34, out. de 1969, Anexo I, p. 03 a 38.

<sup>112</sup> Markus Vinícius Nahás. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 29 jul. 2010.

<sup>113</sup> Valmir José Olécias.

*Entrevista citada*.

<sup>114</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de 1972-75*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1975, p.56.

<sup>115</sup> Ivete Vieira Dutra. *Entrevista citada*; Iara Regina Damiani. *Entrevista citada*; Ernesto Vahl Filho. *Entrevista citada*; Willibaldo José Neckel. *Entrevista citada*.

- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 10, n. 110, fev. 1976, p. 19.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 008/70. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 4, n. 37, jan. 1970, p. 05.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 010/72/SRAOE. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 6, n. 71, nov. 1972, p. 14-15.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 185/72. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 6, n. 64, abr. 1972, p. 07.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 05/73/SRAOE. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 7, n. 79, jul. 1973, p. 20-21.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 065/73. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 7, n. 76, abr. 1973, p. 04-05.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 137/73. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 7, n. 79, jul. 1973, p. 09-10.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 145/73. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 7, n. 80, ago. 1973, p. 14-16.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 001/74/SRAOE. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 8, n. 86, fev. 1974, p. 17-18.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 005/74/SRAOE. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 8, n. 89, maio 1974, p. 30.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 015/74/SRAOE. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 8, n. 96, dez. 1974, p. 36-37.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 467/74 In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 8, n. 94, out. 1974, p. 3-10.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 470/74 In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 8, n. 94, out. 1974, p. 4.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 241/GR/88. In: \_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, 2º Trimestre, 3ª semana de jun. 1988, p. 04.
- \_\_\_\_\_. *Relatório de 1972-75*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1975, p. 56.
- \_\_\_\_\_. *Relatório de 1976-7*. Florianópolis: Imprensa Universitária, [1977?], p. 102-103.
- \_\_\_\_\_. *Relatório de 1979*: volume I. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1979.
- \_\_\_\_\_. Conselho Universitário. Florianópolis, *Ata da 98ª sessão realizada em 09 de ago. 1967*. Livro 3, p. 488.
- \_\_\_\_\_. Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa. *Parecer nº 110/71*: da Comissão de Ensino e Pesquisa sobre o anteprojeto do Centro de Desportos: relator Polidoro Ernani de São Thiago. Florianópolis: Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa, maio 1971. Arquivo Central-UFSC/CDS, Caixa 10, Processo 1971-1981.

### Entrevistas

- Ernesto Vahl Filho. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 04 ago. 2010.
- José Carlos Becker. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 23 jul. 2010.
- Ivete Vieira Dutra. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 05 ago. 2010.
- Joaquim Felipe de Jesus. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 22 jul. 2010.
- Valmir José Oléias *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 09 set. 2010.
- Nelson da Silva Aguiar. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 02 ago. 2010.
- Iara Regina Damiani. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 10 ago. 2010.
- Clarice Maria de Lourdes Tomasi. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 03 ago. 2010.
- Marize Amorim Lopes. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 10 set. 2010.
- Miriam Ghizoni Pereira Silva. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 15 jul. 2010.
- Willibaldo José Neckel. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. São José, 24 jul. 2010.
- Markus Viniccius Nahás. *Entrevista concedida a Ingrid Lima Kuerten*. Florianópolis, 29 jul. 2010.

### Figuras

- AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGEKOM. *Esporte em férias – CDS*. 1977. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. *Jogos Universitários de Santa Catarina*. 1988. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. *Jogos Universitários*. s/data. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGEKOM. *O Centro de Desportos com suas quadras, ginásios, a piscina descoberta, o campo e a pista de atletismo*. [s/data]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGEKOM. *Piscina coberta*. 1999. 1 fotografia p&b. s/ autoria.

\_\_\_\_\_. *Piscina descoberta anos 1970*. [197?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Professores que ingressaram na UFSC nos anos de 1970 uniformizados*. [197?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Quadras e piscina do CDS, construídas nos anos de 1970 para Prática Desportiva*. [197?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

HEMEROTECA. Acervo de Imagens. *As “meninas” na aula de vôlei em 1981*. 1981. 1 fotografia p&b. s/autoria. Disponível em: <[http://www.hemeroteca.cce.ufsc.br/acervo\\_de\\_imagens](http://www.hemeroteca.cce.ufsc.br/acervo_de_imagens)>. Acesso em: 20 out. 2010.

\_\_\_\_\_. *Os “meninos” na aula de Basquete em 1981*. 1 fotografia p&b. s/autoria. Disponível em: <[http://www.hemeroteca.cce.ufsc.br/acervo\\_de\\_imagens](http://www.hemeroteca.cce.ufsc.br/acervo_de_imagens)>. Acesso em: 20 out. 2010.

LOPES, Marize Amorim. *Alunas do Projeto Terceira Idade*. [s/data]. 1 fotografia color.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Alunas da Esinde*. 1979. 1 fotografia p&b. s/ autoria. In: \_\_\_\_\_. *Relatório de 1979*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1979, p.48.

\_\_\_\_\_. Apresentação ao ar livre das alunas das aulas de dança rítmica da Prática Desportiva. 1981. 1 fotografia p&b. s/ autoria. In: \_\_\_\_\_. *Relatório de 1981*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1981, p.66.

### Referências Bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. 2.ed.rev. e aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN). *Sessão de Educação Física: histórico*. Resende-RJ: Divisão de Tecnologia da informação, 2008. Disponível em: <[http://www.aman.ensino.cb.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=183&Itemid=1](http://www.aman.ensino.cb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=183&Itemid=1)>. Acesso em: 29 out. 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968: Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 28 nov. de 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm)>. Acesso em: 27 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 705, de 25 de julho de 1969. Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com relação à obrigatoriedade da Prática Desportiva em todos os níveis de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 25 jul. de 1969. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1988/Del0705.htm>>. Acesso em: 27 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 69.450, de 1º de Novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 1º nov. de 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D69450.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D69450.htm)>. Acesso em: 27 maio 2010.

BURIGO, Neusa Maria. *A prática desportiva*: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1988.

DECRETO determinou a Prática Desportiva. *Desportos Universitários*. Florianópolis, 1975.

FARIAS, Vilmo F. de. *O CDS e sua História 1973-1998*. Florianópolis: Imprensa Universitária UFSC, 1998.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Filosofia e História da Educação Brasileira*. Barueri: Manole, 2003.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

O PAPEL dos Instrutores: entre o professor e o aluno. *Desportos Universitários*. Florianópolis, 1975, [obra não paginada].

OS CONHECIMENTOS adquiridos por Willibaldo. *Desportos Universitários*. Florianópolis, 1975, [obra não paginada].

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA (UDESC). Centros de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID). Curso de Educação física. *Histórico*. Florianópolis: CEFID, 2010. Disponível em: <<http://www.cefid.udesc.br/?modo=historico>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI). *NETI 25 ANOS: abrindo um mundo de conhecimentos*. Florianópolis: NETI/UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.neti.ufsc.br/index.php>>. Acesso em: 10 set. 2010.

## Centro de Ciências da Educação: desafios e conquistas

Rosângela da Silva Vasconcelos<sup>1</sup>

O processo de implantação do Centro de Educação (CED) se deu em 12 de setembro de 1969, por meio da Portaria nº 160/69, que designava o professor Nilson Paulo para, como executor, implantá-lo.<sup>2</sup> No entanto, o início do CED é anterior a essa data. A Faculdade Catarinense de Filosofia (FCL), da qual o CED é originário, teve seu início no ano de 1951, por iniciativa da Faculdade de Direito e do Colégio Catarinense. A FCL foi reconhecida em 1959, e, em 1960, foi incorporada à Universidade, sendo a primeira a instalar-se no conjunto da Trindade.<sup>3</sup> Henrique da Silva Fontes, fundador da Faculdade Catarinense de Filosofia, e idealizador da “Cidade Universitária” na região da Trindade, pretendia inicialmente uma universidade estadual, mas essa ideia não se concretizou. De acordo com Schroeder:

Cremos que Fontes inicialmente tenha concebido, a exemplo de São Paulo e para ganhar mais liberdade, uma universidade estadual. A ideia foi, porém, logo abandonada em face do alto montante das despesas que o pequeno estado não poderia suportar. De qualquer forma, numa ambiência inicialmente inóspita, instalou-se em caráter pioneiro a Faculdade de Filosofia.<sup>4</sup>

Quando a Faculdade Catarinense de Filosofia foi integrada à Universidade, passou a se chamar Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), agora composta por outros cursos: Ciências (matemática, física, história natural, geografia e história), Letras (clássicas, neolatinas, anglo-germânicas), filosofia e pedagogia. Duarte e Mange,<sup>5</sup> responsáveis pelo *Plano da Cidade Universitária de Santa Catarina*, apontavam a necessidade de criação dos novos cursos naquele momento, para atender ao “enorme interesse de desenvolvimento do ensino secundário”, além disso, atentavam para o fato de serem “relativamente econômicos”.<sup>6</sup>

No ano de 1968, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina João David Ferreira Lima pela Portaria nº 009/68 criou uma secretaria executiva para o grupo de trabalho responsável pelos estudos necessários à implantação da Reforma Universitária, que ficou a cargo do professor assistente José Edu Rosa.<sup>7</sup> No ano seguinte, várias mudanças ocorreram na Universidade Federal de Santa Catarina, a FFCL foi dividida, foi criado o Centro de Estudos Básicos (CEB) e os Centros de Formação Profissional, dos quais o Centro de Educação faria parte.<sup>8</sup>



Figura 1. Vista aérea do CED. Fonte: Agecom [s/data]

<sup>1</sup> Estagiária do Projeto do livro UFSC 50 anos. Acadêmica do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Professora Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*, Florianópolis, v. 3, n. 33, 1969, p.9.

<sup>3</sup> SCHROEDER, Orlando Borges. *Renovação do Ensino Superior*. Florianópolis: Imprensa

Universitária de Santa Catarina, 1969, p.213.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p.214.

<sup>5</sup> Professores da Universidade de São Paulo contratados para realizar estudos e elaborar o “plano da cidade universitária”, futuro campus da UFSC, no Bairro Trindade.

<sup>6</sup> DUARTE, Helio de Queiroz; MANGE, Ernesto Roberto de Carvalho. *Plano da Cidade Universitária de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Universidade de Santa Catarina, 1957, p.53-54.

<sup>7</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*, Florianópolis, v. 2, n. 15, 1968, p.4-5.

<sup>8</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*, Florianópolis, v.3, n.34, 1969, p.3-38.

O CEB foi constituído por vários departamentos e agrupou o ensino e a pesquisa básicos, comuns a toda Universidade. Os seguintes departamentos compunham o CEB: o de Biologia; o de Matemática; o de Física; o de Química; o de Geociências; o de Psicologia; o de Sociologia; o de História; o de Filosofia; o de Língua e Literatura Estrangeiras; o de Biblioteconomia e documentação; e o de Artes. O centro de Estudos Básicos tinha finalidades administrativas, didáticas e de pesquisa: “... O CENTRO DE ESTUDOS BÁSICOS (CEB) congregará áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em vista de ulteriores aplicações”.<sup>9</sup>

Quanto aos centros de formação profissional, foram criados os seguintes: Biomédico; Tecnológico; Sócio-Econômico; de Educação; de Desportos e Agropecuário. Quanto à finalidade, os novos centros foram os responsáveis pela formação profissional e pela pesquisa. De acordo com o estatuto universitário de 1969: “Cada unidade universitária será desdobrada em tantos departamentos quantos forem os grupos de disciplinas afins e homogêneas, congregando docentes para objetivos comuns de ensino e pesquisa, de modo a atender, dentro de sua área, todos os cursos da Universidade”.<sup>10</sup>

Dessa forma, surgiu o Centro de Educação sob a coordenação do professor Nilson Paulo, ex-diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e letras (1964-1966). Num ofício datado de 31 de agosto de 1970, ele informa ao então coordenador do grupo de trabalho responsável pela Reforma, o Vice-Reitor Roberto Mündell e Lacerda, sobre o andamento dos trabalhos referentes à implantação do Centro, sua departamentalização, divisões, lotações das disciplinas e principais atividades.<sup>11</sup>

O CED era composto por dois departamentos: o de Métodos de Ensino e o de Meios de Comunicação Educacionais. O primeiro seria responsável pela pesquisa e planejamento educacional, pela orientação educacional e também pela escola experimental; o segundo pela instrução programada, pelo áudio visual e pela comunicação gráfica.

O ofício informava ainda as principais atividades do Centro. Na Biblioteca ficaria reunido o material didático usado em todo o país e “o melhor em uso no exterior”, assim como obras modernas de educação para pesquisas. Nas atividades relacionadas à “pesquisa e planificação educacional”, fica evidente a preocupação na qualificação de professores. Um dos pontos falava em planejamento de cursos para professores do interior, outro sobre a realização de um levantamento das “dificuldades mais acentuadas no magistério do estado”, no intuito de estabelecer “diretrizes mais racionais de atuação”.<sup>12</sup>



Figura 2. Vista panorâmica do CED. Fonte: Agecom [s/data]

<sup>9</sup> Idem. *Boletim do Pessoal*, Florianópolis. v. 3, n. 34, 1969, p.3-38.

<sup>10</sup> Idem. *Boletim do Pessoal*, Florianópolis. v. 3, n. 34, 1969, p.3-38.

<sup>11</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Educação. *Ofício nº 270/70*. Florianópolis, 31 de agosto de 1970. Ofício enviado por Nilson Paulo, Diretor do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, para Roberto M. de Lacerda, Coordenador da Reforma Universitária. Arquivo Geral da UFSC.

<sup>12</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Educação. *Ofício nº 270/70...* op.cit.

A departamentalização dos recém-criados centros de formação atendia ao novo modelo de organização das universidades com a Reforma Universitária de 1968. O projeto teve como base o *Relatório Atcon*, realizado pelo teórico norte-americano Rudolf Atcon, e o *Relatório Meira Mattos*, de autoria desse coronel da Escola Superior de Guerra. Entre junho e setembro de 1965, o consultor Rudolf Atcon elaborou um estudo visando à reformulação da estrutura universitária no Brasil, a convite da diretoria de Ensino Superior. O objetivo foi o de identificar nas universidades brasileiras o que pudesse ser aproveitado para acelerar o processo de mudanças no Ensino Superior.<sup>13</sup>

O *Relatório Meira Mattos* foi o resultado do trabalho de uma comissão especial instituída pelo presidente Costa e Silva, preocupado com os protestos e a “subversão” crescentes no meio universitário. A comissão criada pelo Decreto nº 62.024, de 20 de setembro de 1967, deveria propor soluções para os problemas relacionados ao movimento estudantil. Tanto o *Relatório Atcon* quanto o *Relatório Meira Mattos* são exemplos de como o Estado militar procurou maneiras de legitimar-se por vias coercitivas e consensuais.<sup>14</sup> De acordo com Maria de Lourdes A. Favero:

A comissão Meira Mattos, assumindo suas consonâncias com a ideologia do poder vigente, teve como maior preocupação propor medidas que servissem de instrumentos de aceleração do desenvolvimento e de acesso social, vinculando a educação às exigências do processo técnico e econômico-social do país. Tal preocupação não deve causar estranheza, uma vez que momentaneamente convertida em problema político e social prioritário, a universidade seria reformada para evitar toda e qualquer possibilidade de contestação – interna e externa – e para atender às exigências de ascensão e aos interesses sociais de parcelas da classe média que apoiaram o golpe de estado de 1964 e que exigiam ser recompensadas.<sup>15</sup>

Nos dois documentos, a educação aparece como um “fator primordial” para o desenvolvimento econômico e também de integração nacional. Em ambos, o modelo recomendado para a nova estrutura administrativa da Universidade teve como base o modelo empresarial, visando o “rendimento, a eficiência, e não a produção acadêmica, científica e cultural”. A novidade do ponto de vista político e ideológico é o fato de os dois documentos expressarem “interesses empresariais”, na área da educação.<sup>16</sup>

A Reforma foi responsável por uma profunda mudança no Ensino Superior. O vestibular foi unificado, as faculdades, aglutinadas em universidades, e a cátedra, extinta. Segundo Maria L. da A. Aranha, o Curso Básico foi instituído para “suprir as deficiências” do Ensino de 2º Grau. No ciclo profissional, foram estabelecidos cursos de curta e longa duração. Um programa de pós-graduação também foi desenvolvido.<sup>17</sup>

A reestruturação da administração visava “modernizar o modelo com a integração de cursos, áreas e disciplinas”:

Uma nova composição curricular permite a matrícula por disciplinas, instituindo-se o sistema de créditos. A nomeação de reitores e diretores de unidade dispensa a exigência de pessoas ligadas ao corpo docente universitário, bastando possuir “alto tirocínio da vida pública e empresarial”. Como convém a uma reforma em que o viés tecnocrático se sobrepõe ao pedagógico.<sup>18</sup>

Naquele período, o Brasil inaugurava uma nova fase no desenvolvimento capitalista. A necessidade de ampliação do acesso ao Ensino Superior se dava por causa das demandas econômicas e sociais do momento. Tratava-se de um modelo econômico concentrador e centralizador em vias de internacionalização, que tinha no consumo de bens duráveis, de maneira individual, um importante recurso. O surgimento de multinacionais e de grandes empresas públicas e privadas criou um mercado para a mão de obra de nível superior. Dessa forma, o Ensino de 3º Grau possibilitou a ampliação da classe média, aumentando o mercado consumidor. No entanto, a necessidade de expansão do Ensino Superior encontrou dificuldades no que diz respeito a investimentos, a solução encontrada foi favorecer a ampliação do ensino privado no país.<sup>19</sup>

Isso corrobora com a análise feita por Leda Scheibe e Zenilde Durli sobre o Curso de Pedagogia em Santa Catarina.<sup>20</sup> A Universidade Federal de Santa Catarina foi a primeira a implantá-lo, mas a expansão dele se deu a partir das décadas de 1970 e 1980, dentro do

<sup>13</sup> FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991, p.19.

<sup>14</sup> FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada...* op.cit., p.56.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.58.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p.57-59.

<sup>17</sup> ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1996, p.214.

<sup>18</sup> *Idem*.

<sup>19</sup> SILVA JÚNIOR, João dos Reis.; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do estado e mudança na produção*. São Paulo: Bragança Paulista, 2001, p.178.

<sup>20</sup> SCHEIBE, Leda; DURLI, Zenilde. *A expansão dos Cursos de Pedagogia em Santa Catarina no contexto da interiorização e privatização do ensino superior*. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 28, 2005, Caxambu. *Artigos Completos da 28ª Reunião da ANPED*. Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt05/GT05-1118-Int.rtf>>. Acesso em: 4 jun. 2010.

movimento de interiorização e privatização do Ensino Superior que visava à qualificação da mão de obra. Inicialmente, o Curso tinha como finalidade a formação de docentes para atuar nos cursos normais e nos de formação de técnicos educacionais. Segundo as autoras, o estudo permitiu perceber que as vagas nos cursos de Pedagogia em instituições públicas permaneceram estagnadas durante as décadas estudadas, isso significou que: “o estado desobrigou-se cada vez mais da formação de professores permitindo uma expansão caracterizada essencialmente por um ensino sem pesquisa e fortemente influenciado pela ideologia do desenvolvimentismo”.<sup>21</sup>

Foi nesse contexto social, econômico e político que se deu a implantação do Centro de Educação, quando o Governo Federal sofria pressão no sentido de ampliar o Ensino de 3º Grau:

No final da década de 60, dada a forma de seleção nos exames vestibulares para a universidade, aumentou consideravelmente o número de aprovados que não conseguiam vagas nas Universidades, criando-se a figura dos excedentes. No início da década eles somavam aproximadamente 30 mil, no seu final eram mais de 160 mil e exerciam enorme pressão sobre o governo.<sup>22</sup>

Isso fez com que fosse acelerado o processo de privatização do Ensino Superior, estratégia utilizada pelo governo que viu na expansão do ensino privado a solução para o problema de falta de vagas.

O Centro de Educação passou a se chamar Centro de Ciências da Educação a partir do ano de 1979, no entanto, nenhum curso integrava o CED nesse momento.<sup>23</sup> Os cursos eram administrados diretamente pela Reitoria da Universidade, cabendo ao Centro a tarefa de fornecer professores necessários ao funcionamento dos cursos. Nesse momento, faziam parte do CED o Departamento de Metodologia de Ensino, o de Estudos Especializados em Educação, o de Biblioteconomia e Documentação, o Colégio de Aplicação e o Núcleo de Educação Pré-escolar, atual Núcleo de Desenvolvimento Infantil.

## O Colégio de Aplicação: experimentação e saber

O Decreto-lei nº 9053, de 12 de março de 1946, determinou que as faculdades de Filosofia ficassem obrigadas a manter ginásios de aplicação destinados à prática docente dos alunos do Curso de Didática. Desta forma, os ginásios de aplicação foram estabelecidos com a finalidade de servir de campo obrigatório de estágios para os alunos licenciandos das faculdades de Filosofia, com o objetivo de ministrar o ensino regular, assim como um espaço de experimentação de novas práticas pedagógicas.<sup>24</sup>

Os ginásios de aplicação foram constituídos dentro do contexto de modernização da sociedade brasileira, quando esta iniciava um processo de industrialização, deixando de ser predominantemente agrária. Assim, se fazia necessário, segundo Selma Coelho:

[...] um discurso renovador da escola, alterando aspectos da forma e da cultura existentes na escola e varrendo todo e qualquer vestígio de uma educação tradicional, na união da funcionalidade, experimentalismo e eficiência no ato de aprender/ensinar, e na valorização da autoformação e da atividade espontânea da criança.<sup>25</sup>

Estes fundamentos também fizeram parte do “Movimento da Escola Nova”, que teve início nos Estados Unidos e na Europa, no final do século XIX, e que chegou ao Brasil nos anos de 1920. O chamado Movimento Escolanovista trouxe com ele, além de contribuições nos aspectos pedagógicos, a possibilidade de integração não só da elite brasileira, mas sim de toda a população nos novos caminhos vislumbrados pelo país.<sup>26</sup>

No entanto, de acordo com Nunes *apud* Coelho,<sup>27</sup> o Movimento da Escola Nova, ao propor a expansão e mudanças na educação, também pretendia “operar modificações no ideário que os alunos, suas famílias e professores haviam construído até então sobre a escola”, interferindo dessa forma nos valores construídos. Além disso, ao tentar essa “renovação da escola real” sem considerar as diferenças culturais e sociais dos agentes envolvidos, seriam disciplinados os mais pobres, negando-se a ordem social existente e ignorando com isso as desigualdades nas esferas da tradição, trabalho e cultura, que já nesse período se evidenciavam na constituição social do povo brasileiro.<sup>28</sup>

<sup>21</sup> SCHEIBE, Leda; DURLI, Zenilde. *A expansão dos Cursos de Pedagogia em Santa Catarina no contexto da interiorização e privatização do ensino superior...* op.cit., p.14.

<sup>22</sup> SILVA JÚNIOR, João dos Reis.; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil...* op.cit., p.186.

<sup>23</sup> BECKER, Antonio César. *Histórico do centro de Ciências da Educação.* In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. *Histórico.* Florianópolis: CED/UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/novosite/administracao-e-conselho/historico>. Acesso em: 30 ago. 2010.

<sup>24</sup> COELHO, Selma C. C. *Interações subjetivas no contexto escolar numa prática de inclusão, no Letramento.* In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16, 2007, Campinas-SP. *Anais do 16º...* Campinas: Unicamp, 2007, p.2. Disponível em: [http://www.alb.com.br/anais16/sem10pdf/sm10ss04\\_04.pdf](http://www.alb.com.br/anais16/sem10pdf/sm10ss04_04.pdf). Acesso em: dia 2 ago. 2010.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.3.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p.4.

<sup>27</sup> NUNES, C. *Descantando da Modernidade Pedagógica.* *Apud* COELHO, Selma C. C. *Interações subjetivas no contexto escolar numa prática de inclusão, no Letramento...* op.cit., p.2.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p.4.



Figura 3. Curso de primeiros socorros. Fonte: Agecom (1971)

Assim sendo, os ginásios de aplicação foram concebidos como um ambiente propício à formação de professores, em “contato direto com as práticas pedagógicas”, promovendo uma “renovação metodológica”, com base em pesquisas acadêmicas. De acordo com Gabriel Jareta, a ideia era criar uma:

[...] escola ligada à universidade em que a ação dos pesquisadores envolvidos com a formação ajudasse a testar, implementar e analisar criticamente novas ações pedagógicas, de forma que elas retornassem ao ambiente formativo e fossem novamente reprocessadas para formar outras gerações de novos docentes, num processo contínuo.<sup>29</sup>

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina foi criado no ano de 1961, com o nome “Ginásio de Aplicação” e entrou em funcionamento em março desse mesmo ano, com a finalidade de servir como campo de estágio para os alunos do Curso de Didática. De acordo com o primeiro artigo do Regimento do Ginásio de Aplicação de 1963:

O Ginásio de Aplicação da Faculdade Catarinense de Filosofia, fundado e mantido pela Faculdade, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, tem por objetivo ministrar o ensino secundário dentro dos planos, leis e normas estabelecidas pela Legislação Federal em vigor, dentro dos princípios de liberdade e solidariedade humana, destinando-se, especialmente, na conformidade de Decreto-lei nº. 9.053, de 12 de março de 1956, à prática docente dos alunos matriculados no Curso de Didática.<sup>30</sup>

Legalmente, a finalidade do “Aplicação” como um espaço de “observação, pesquisa e experimentação, demonstração e aplicação de métodos e técnicas modernas de ensino” foi explicitado no regimento da escola, no ano de 1968. De acordo com Carmem Aíde H. Silva, o caráter de “escola experimental” sempre esteve presente no discurso e nas ações dos docentes antes disso. Na prática, entretanto, no período inicial estudado por ela (1961/1966), o “Aplicação” funcionava de maneira parecida às demais escolas da época: “a seleção dos alunos era realizada por concurso de admissão, a escola estava organizada em classes e a avaliação da aprendizagem era sintetizada em notas bimestrais”. Havia por

<sup>29</sup> JARETA, Gabriel. Abandono da inovação. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). *Na mídia*. Brasília-DF: ANDIFES, 2010. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3782:abandono-da-inovacao&catid=52&Itemid=100013](http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3782:abandono-da-inovacao&catid=52&Itemid=100013)>. Acesso em: 2 de ago.2010.

<sup>30</sup> SILVA, Carmen Aíde Hermes. *Análise da Prática Docente: um estudo da dinâmica de modernização pedagógica*. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, 1989, p.39.

parte dos professores a “preocupação em criar um ensino diferente”, mas isso acontecia dependendo de quem ocupava a cadeira de Didática, que por lei também deveria ocupar a cadeira de diretor.<sup>31</sup>

De fato, a inovação no campo pedagógico atingiu o Ginásio de Aplicação nos anos de 1966 a 1973. Por esse tempo, ficou definida formalmente a finalidade do Colégio como um espaço para experiências didático-pedagógicas e como campo de estágio para os alunos da UFSC que ingressassem na carreira do magistério. Além disso, os resultados obtidos nessas experiências deveriam ser revertidos para a comunidade.<sup>32</sup> Carmem Aide H. Silva informa que, apesar de ter sido explicitado nesse momento o caráter experimental do colégio de forma oficial, já existia entre professores e diretores da época a preocupação na “construção de uma escola modelo”. Houve o que a autora chama de “oficialização” de outra finalidade da escola, que era “inovar” no ensino. Para Carmem Silva:

Há uma identidade explícita, clara, entre a filosofia e a finalidade da escola, ambas as partes integrantes da teoria escolanovista na sua vertente deweyana. A escola é experimental, não somente no sentido de ser modelo, mas fundamentalmente no sentido de ser um local onde se dá a educação no preciso entendimento de Dewey – processo de reconstrução e reorganização da experiência –, portanto um local de contato com a vida, sem que se faça dela um local de preparação para a vida, pois a escola é a própria vida.<sup>33</sup>

O marco central responsável por essa mudança ocorrida no Ginásio de Aplicação foi um seminário realizado em fevereiro do ano de 1967, que contou com a participação da professora da Faculdade de Educação do Rio Grande do Sul, Margot Ott. Como resultado final do seminário, saiu o “Planejamento Geral do Ginásio de Aplicação” para o mesmo ano, com o título “Integração do aluno na sua comunidade”. O documento traz informações sobre a comunidade local, nacional e internacional, além de informar sobre quais seriam as “qualidades fundamentais” do educando, que contribuiria para solucionar os problemas apontados.<sup>34</sup> As “características básicas” do educando seriam: criatividade, iniciativa, comunicabilidade, autoconfiança, autocrítica, liderança, objetividade, liberdade afetiva e intelectual, responsabilidade, tolerância, amadurecimento, sociabilidade (interação), e formação moral, religiosa e cívica. Dentre todas essas características, três foram escolhidas como principais objetivos da escola: criatividade (iniciativa), comunicabilidade (interação) e responsabilidade (liberdade afetiva e intelectual), sendo na verdade uma síntese de todas elas.<sup>35</sup>

Dessa forma, os educandos estariam se “instrumentalizando para a vida em sociedade” por meio do desenvolvimento da criatividade e da responsabilidade: “resolvendo os problemas colocados pela vida escolar, eles estariam se preparando para a vida em sociedade, já que a escola era um ‘mundo em miniatura’”.<sup>36</sup> A base teórica que fundamentaria a organização e prática pedagógica na escola estava delimitada. Em sala de aula, desenvolvia-se uma prática que procurava partir do “mais simples” para o “mais complexo”. Primeiro, o aluno compreenderia o modo de vida da sua comunidade, e depois, de outras. Essa formulação adveio da influência da Psicologia na educação, cujo modelo defendia que no processo ensino/aprendizagem se deveria partir do mais simples para o mais complexo, do conhecido para o desconhecido, seguindo uma ordem gradativa.<sup>37</sup> Ainda segundo Carmem, havia “uma preocupação evidente com a cultura, com a transmissão para o aluno da realidade em que ele estava inserido”; no entanto, havia uma ênfase maior na forma como ela era adquirida. Existia uma preocupação por parte dos professores em abordar o conteúdo de forma que houvesse uma participação ativa dos alunos, utilizando muitas técnicas de trabalho em grupo.<sup>38</sup>

Em 1967, foi criado o “governo comunitário dos alunos” como exemplo da presença do ideário escolanovista no Ginásio de Aplicação nesse período. Tratava-se de um órgão sociocultural composto pelos alunos, que tinha uma estrutura semelhante à da administração municipal: “prefeitos e vice-prefeitos eleitos por voto secreto e universal para um período de dois anos; vários departamentos preenchidos por alunos nomeados pelo prefeito”. Além disso, as turmas escolhiam representantes que formavam um “simulacro da Câmara de Vereadores”. O governo comunitário teve participação significativa no período em questão; por meio dele, os alunos participavam de forma ativa na organização e coordenação, muitas vezes, de inúmeras atividades desenvolvidas na escola, juntamente com os professores.<sup>39</sup>

<sup>31</sup> *Ibidem*, p.40.

<sup>32</sup> SILVA, Carmen Aide Hermes. *Análise da Prática Docente...* op.cit., p.45.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p.46.

<sup>34</sup> SILVA, Carmen Aide Hermes. *Análise da Prática Docente...* op.cit., p.46

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.49.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p.50.

<sup>37</sup> *Idem*.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p.51.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.56.



Figura 4. Debate Científico no CA. Fonte: Agecom (1972)

De acordo com Carmem, “O sentido da criação do Governo Comunitário estava, sem sombra de dúvida, vinculado ao ‘aprender fazendo’, ao entendimento de que a escola era o local do ‘treino democrático’; porém, isso não se dava de maneira mais radical e profunda”. Não se pode esquecer, que se brincava de eleições no período mais duro da ditadura no Brasil. De fato, os alunos não podiam interferir nas decisões mais importantes da escola:<sup>40</sup>

A vida em comunidade, o aprender fazendo, era proposto como uma forma de superação da alienação do indivíduo na sociedade industrializada sem que fossem explicitadas as contradições desta sociedade. É uma sociedade ideal que se transporta para a escola, pressupondo-se que, com o desenvolvimento da inteligência e a formação integral do aluno, os problemas sociais seriam solucionados e se formaria uma sociedade democrática.<sup>41</sup> Contraditoriamente, os ideais escolanovistas presentes na prática pedagógica da escola, como a igualdade e a democracia, chocavam-se com a realidade vivida. Não só isso, a autora atenta para uma outra questão: na seleção para o ingresso na escola, os alunos tinham de passar por uma prova de conhecimentos gerais de alto nível, o que fez com esse processo ficasse conhecido como “vestibularzinho”.

Desta maneira, os selecionados formavam uma “elite intelectual”, conferindo à escola o *status quo* de melhor escola de Florianópolis e até mesmo do estado.<sup>42</sup>

Além disso, o agrupamento dos alunos por classe e não por interesse, como pregava a escola nova, também contradizia os ideais escolanovistas. Não obstante a isso, houve no Colégio de Aplicação o que Carmem Silva chamou de “ação coerente” na proposta de educação da escola, pois, de modo geral, nas escolas públicas, as ideias e ações do escolanovismo apenas “respingaram”.<sup>43</sup>

Em 1970, aconteceu uma mudança no nome da escola, a partir de então, ele passou a se chamar Colégio de Aplicação e começou a ofertar a primeira série do segundo ciclo, com o curso Clássico e Científico, sendo que, nos anos seguintes, as demais séries do Ensino Médio viriam a ser implementadas gradativamente. Neste tempo, a pedagogia tecnicista ganhou força no Colégio de Aplicação, por iniciativa de alguns professores que “buscavam a inovação do ensino pela via metodológica (ou técnica), sem abdicar

<sup>40</sup> Ibidem, p.57.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> SILVA, Carmen Aide Hermes. *Análise da Prática Docente...* op.cit., p.58.

<sup>43</sup> Idem.

do diretivismo do professor no processo”. Dois exemplos podem ser citados do ideário pedagógico tecnicista na escola: as inovações nas técnicas de trabalho em grupo; e o surgimento de alguns organismos com o objetivo de coordenar algumas atividades, como a Coordenadoria de Avaliação e Conselho de Classe.<sup>44</sup> Segundo Carmem, isso evidencia a estruturação de um “trabalho de controle ‘científico’ do processo ensino-aprendizagem”, característica da pedagogia tecnicista. No entanto, para ela:

Permece, entretanto, e ainda por algum tempo, o predomínio da atividade pedagógica com características mais acentuadamente escolanovistas, principalmente considerando-se que na preocupação com a “atividade do aluno” estava embutida a máxima da “experimentação”, da aquisição do método como “processo interno”, isto é, como processo mental de aquisição do saber.<sup>45</sup>

Foi possível perceber que, na década de 1970, a modernização da prática pedagógica do Colégio de Aplicação caminhou no sentido de “organização racional do processo de ensino”. No entanto, contraditoriamente, à medida que a escola evoluía nesse processo, na prática pedagógica, cada vez mais se voltava ao ensino tradicional.<sup>46</sup>

A década de 1980 foi marcada pela mobilização da sociedade na luta pela recuperação da cidadania. Nesse contexto, os professores que atuavam no Ensino Superior se organizaram por melhores condições de trabalho e melhor remuneração. Outrossim, eles defendiam também um ensino público gratuito e de melhor qualidade. No Colégio de Aplicação não foi diferente: os professores se mobilizaram e trouxeram às discussões questões de ordem pedagógicas e administrativas, desencadeando um processo de mudança na organização e filosofia da escola. Um exemplo foi a mudança na escolha da sua direção, que passou a ser por eleição.<sup>47</sup>

Outra mudança ocorrida e de grande importância foi a eliminação da nota no aspecto socioemocional (participação, interesse, respeito, cooperação, responsabilidade, etc.). Enquanto, para alguns professores, esta nota nada significava; para outros, ela se caracterizava como um “instrumento de poder”, pois podia ser usada para premiar os que se “comportassem bem” ou para castigar os que não se comportassem de forma “adequada”, os ditos indisciplinados. Essas mudanças, em parte, davam início ao processo de eliminação das contradições envolvendo a organização, a prática pedagógica e a avaliação.<sup>48</sup> Por essa época, discussões e críticas a respeito da educação, que já ocorriam em todo o país, passaram a acontecer no Colégio de Aplicação. Em questão, o papel da escola na sociedade. Isso influenciou o grupo de professores que, naquele momento, estava encarregado de rever a proposta curricular do Colégio. A preocupação do grupo era “discutir e aprovar uma ‘filosofia de ação’ para a escola, que desse sentido às transformações curriculares, do que propriamente encaminhar, na época, modificações na grade curricular”.<sup>49</sup>

Para os professores do grupo, as mudanças deveriam vir de “cima para baixo”, começando na organização escolar até atingir a prática pedagógica. No entanto, essa filosofia foi interpretada pelos professores das mais diferentes formas:

Esta apropriação diferenciada implicou em que não houvesse alteração na prática pedagógica de muitos professores, pois sua prática já estava, conforme afirmavam, centrada na transmissão de conhecimentos, e objetivando a formação do cidadão crítico, sujeito da história. A repercussão visível, após esta modificação, foi a exacerbada utilização da expressão “crítico” na redação dos objetivos das suas disciplinas.<sup>50</sup>

Para alguns grupos de professores, principalmente os das disciplinas de História, Geografia e Português, a alteração na proposta foi responsável pela ampliação da discussão e questionamentos em torno do “ser da escola e da prática nela desenvolvida,” pois, mesmo que não apresentasse uma opção política definida de maneira explícita, deixava evidente uma preocupação com a crítica e com alternativas que possibilitassem “um aprender bem da cultura produzida historicamente”.<sup>51</sup>

Já no final da década de 1980, o Colégio de Aplicação sofreu algumas alterações nas normas relacionadas ao modo de ingresso. A Resolução de nº. 041/CEPE/88 determinou que, a partir de então, o preenchimento das vagas na 1ª série do 1º Grau se daria por sorteio público, e as vagas que porventura surgissem nas demais séries igualmente seriam

<sup>44</sup> *Ibidem*, p.59.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p.62

<sup>46</sup> *Ibidem*, p.61.

<sup>47</sup> SILVA, Carmen Aide  
Hermes. *Análise da Prática Docente...* op.cit., p.74

<sup>48</sup> *Idem*.

<sup>49</sup> SILVA, Carmen Aide  
Hermes. *Análise da Prática Docente...* op.cit., p.76.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.77.

<sup>51</sup> *Idem*.

preenchidas por sorteio público.<sup>52</sup> A partir do ano de 1992, o Colégio passou por um processo de “democratização”, quando as vagas foram ofertadas a toda comunidade, não somente a filhos de professores e técnicos administrativos, como vinha sendo feito até então.<sup>53</sup>

Na atualidade, o Colégio de Aplicação serve como campo de estágio para os cursos de Licenciatura e Educação, proporcionando o desenvolvimento de experiências pedagógicas. Os princípios pedagógicos norteadores do Colégio evidenciam o caráter da escola como um espaço que se propõe a produzir, construir e transmitir conhecimento, de acordo com a política da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem como objetivo, promover o Ensino, Pesquisa e Extensão.<sup>54</sup>

A professora Vera Lúcia Bazzo,<sup>55</sup> em entrevista para o Projeto UFSC 50 Anos, definiu o papel do Colégio Aplicação no Centro de Ciências da Educação. Segundo ela, o Colégio é o lado de contato maior com a realidade, pois lá há aula de verdade, alunos de verdade. É nele que os alunos vão estagiar, fazer suas experimentações, e aos professores cabe pensar coisas novas para a educação a partir dessas experimentações. Assim sendo, cabe ressaltar a importância do Colégio de Aplicação na Universidade Federal de Santa Catarina, no processo de formação de professores e como um ambiente que propicia aos seus alunos o ensino de qualidade.<sup>56</sup>



Figura 5. Formatura dos alunos do CA. Fonte: Agecom (1972)

<sup>52</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*, Florianópolis, 2º Trim. de 1988. p.9.

<sup>53</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Colégio de Aplicação. *Histórico*. Florianópolis: CA/UFSC, s/data. Disponível em: <<http://www.ca.ufsc.br/ca/institucional/>>. Acesso em: 2 ago.2010.

<sup>54</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Colégio de Aplicação. *Histórico...* op.cit.

<sup>55</sup> Vera Lúcia Bazzo, professora de Metodologia e Prática de Ensino de Inglês, foi diretora do CED (1996-2000) e trabalhou na Pró-Reitoria de Ensino Ensino (1992). Participou do movimento estudantil na UFSC durante o regime militar e foi ativista na política universitária nos anos 1980.

<sup>56</sup> Vera Lúcia Bazzo. *Entrevista concedida a Rosângela da Silva Vasconcelos*. Florianópolis, 13 jul. 2010.



Figura 6. Desfile dos alunos do CA. Fonte: Agecom (1973)

## O Núcleo de Desenvolvimento Infantil: de “creche no local de trabalho” à excelência em Educação Infantil

No ano de 1977 o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Caspar Erich Stemmer, instituiu um “grupo de trabalho” para estudar a criação do Núcleo de Educação Pré-Escolar (NEPE), atualmente conhecido como Núcleo de desenvolvimento Infantil (NDI). O grupo tinha a representação do Centro de Ciências da Educação, do Escritório Técnico administrativo da UFSC (ETUSC), da Associação dos Servidores da UFSC (ASUFSC), da Associação dos Volantes (AVUFSC) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Inicialmente, o grupo de trabalho procurou fazer o levantamento das necessidades da clientela a qual o NEPE iria atender (alunos, funcionários técnico-administrativos, professores). Por ser elevado o número de pessoas que representavam a comunidade universitária (12.000), o grupo optou por trabalhar com uma pequena amostra, um percentual de 10% de cada categoria. Em seguida, questionários foram distribuídos e, após a devolução destes, no total de 74%, os dados foram analisados, chegando-se à conclusão de que a maioria das pessoas pesquisadas era a favor da criação do Núcleo.<sup>57</sup>

De fato, o NDI surgiu a partir de um movimento organizado pelas mães da comunidade universitária, dos funcionários técnico-administrativos da UFSC, que no momento reivindicavam aumento salarial, e a creche, de certa forma, seria indiretamente um aumento no salário. Havia também o CED, que pleiteava a criação do Núcleo para que os alunos do Centro realizassem ali atividades de pesquisa, estágio e observações.<sup>58</sup>

<sup>57</sup> RAUPP, Marilene Dandolini; BARRETO, Eli Maria de Melo; WALTRICK, Rose Elaine de Liz. *A trajetória do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC: 20 anos de história*. Florianópolis: UFSC, 2002, p.11-12.

<sup>58</sup> NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – NDI/UFSC. *Núcleo de desenvolvimento infantil: 30 anos*. Revisão de Marilene Dandolini Raupp et al. Florianópolis: [s./e.], 2010. 1 Fôlder.



Figura 7. Inauguração do NDI. Fonte: Raupp e Barreto (1980, p. 13)

No Brasil, a creche foi criada com fins assistencialistas, diferentemente de países europeus e norte-americanos, cujos objetivos tinham fins pedagógicos. A intenção era “ajudar” mulheres que trabalhavam fora e “viúvas desamparadas”; além disso, havia a questão dos órfãos abandonados, para esconder a vergonha da dita “mãe solteira”, geralmente figuras da alta sociedade. Em uma sociedade essencialmente patriarcal, a ideia era “criar uma solução para os homens”, retirando deles a responsabilidade de assumir uma paternidade indesejada. Nessa época, ainda não havia sido definido o papel da infância na vida do ser humano.<sup>59</sup> Dessa forma:

As tendências que acompanharam a implantação de creches e jardins de infância no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX no Brasil foram: a jurídico-policia, que defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham a intenção de combater o alto índice de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições de atendimento à infância.<sup>60</sup>

Nesse tempo, as creches eram destinadas às camadas mais carentes da população, e os jardins de infância, concebidos já com finalidades pedagógicas, atendiam às camadas mais abastadas da sociedade. Mesmo os primeiros jardins de infância públicos, criados no Brasil por volta de 1908 e 1909, atendiam às crianças dos segmentos economicamente privilegiados da sociedade. De fato, a educação infantil em escolas públicas se deu de forma lenta no país. A expansão ocorreu no final dos anos 1970 por diversos fatores, entre eles “o crescimento urbano, a crise no regime militar, a reconfiguração do perfil familiar”. Outros fatores também foram relevantes, como a intensificação dos movimentos organizados, principalmente grupos formados por mulheres, assim como a influência política de órgãos como a UNESCO, UNICEF e a OMS, para com os países ditos de terceiro mundo.<sup>61</sup>

Com o processo de industrialização crescente, o aumento da mão de obra feminina no mercado de trabalho trouxe a necessidade de se criar espaços em que essas mulheres pudessem deixar seus filhos. Os operários, organizados nos grandes centros, passaram a reivindicar melhores condições de trabalho, incluindo creches. Com uma sociedade cada vez mais industrializada e mulheres de classe média ingressando no mercado de trabalho de forma expressiva, a demanda por instituições desse tipo aumentou.<sup>62</sup>

O movimento feminista nos Estados Unidos, nos anos 1960, e no Brasil, nos anos 1970, trouxe um enfoque diferente, defendia a ideia de que todas as mulheres, independentemente de classe social e econômica, deveriam ter direito a deixar seus filhos em locais destinados ao atendimento da criança. Como resultado, aumentou o número

<sup>59</sup> PASCHOAL, Jaqueline D.; MACHADO, M<sup>ª</sup>. Cristina G. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista Histedbr On Line*. Campinas, n. 33, p.78-95, mar. 2009, p.82. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05\\_33.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2010.

<sup>60</sup> Idem.  
<sup>61</sup> CARVALHO, Denise Maria; CARVALHO, Tânia C. A. Educação Infantil: História, Contemporaneidade e Formação de Professores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2, 2002, Natal. *Anais do 2º Congresso...* Natal: CBHE, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3117.pdf>>.

Acesso em: 2 ago. 2010.  
<sup>62</sup> PASCHOAL, Jaqueline D.; MACHADO, M<sup>ª</sup>. Cristina G. A História da Educação Infantil no Brasil... op.cit., p.83.

de creches mantidas pelo poder público. Mas esse movimento que tinha como base a “Teoria da privação cultural”, que entendia a necessidade de atendimento à criança pequena nessas instituições como possibilidade de “superação das precárias condições sociais” em que viviam, também foi objeto de críticas. O atendimento à criança seria de caráter compensatório, no sentido de suprir carências de ordem educacionais e de saúde daquelas de classes menos favorecidas. Assim, as instituições mantidas pelo poder público atendiam a crianças dos extratos sociais mais carentes da população, enquanto as crianças das classes mais abastadas eram atendidas em instituições particulares no curso de meio período, já com um enfoque pedagógico e não compensatório, visando à “socialização e à preparação para o ensino regular”.<sup>63</sup>

Neste sentido, eram necessárias políticas que possibilitassem à criança o direito a uma educação de qualidade. Mas, do ponto de vista legal, pouco foi feito durante a década de 1970 no Brasil. No entanto, o aumento foi quantitativo, não havia investimento na qualificação dos profissionais que atuavam na área. O trabalho era feito por “voluntárias da comunidade”, ou contratadas a baixo custo, geralmente leigas, ou de baixo nível escolar.<sup>64</sup> Somente a partir dos anos 1980, com a Constituição de 1988, as creches e pré-escolas passaram a fazer parte dos sistemas educacionais. A ideia de assistencialismo presente no atendimento à criança foi perdendo força, e cada vez mais a infância é concebida com uma importante etapa do desenvolvimento humano. Segundo Jaqueline Paschoal e Maria Cristina G. Machado:

Verifica-se que, até meados do final da década de setenta, pouco se fez em termos de legislação que garantisse a oferta desse nível de ensino. Já na década de oitenta, diferentes setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores na área de infância, comunidade acadêmica, população civil e outros uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Do ponto de vista histórico foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, foi somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido.<sup>65</sup>



Figura 8. Crianças no NDI. Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (1980)

<sup>63</sup> *Ibidem*, p.84.

<sup>64</sup> CARVALHO, Denise Maria; CARVALHO, Tânia C. A. Educação Infantil... op.cit. [p.6].

<sup>65</sup> PASCHOAL, Jaqueline D.; MACHADO, M<sup>ª</sup>. Cristina G. *A História da Educação Infantil no Brasil...* op.cit., p.85

O reconhecimento, a partir de então, de que creches e pré-escolas tinham finalidades iguais, contribuiu, mesmo que no “plano teórico-legal”, para superar a “falsa dicotomia entre educar-cuidar”, algo que, segundo as autoras, tem marcado de forma discriminatória o trabalho em creches.<sup>66</sup> A Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente do ano de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do ano de 1996 foram os responsáveis pela inserção da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, sendo considerado um grande avanço. Trata-se de um direito conquistado pela criança, embora não sendo uma etapa obrigatória na Educação.

Em relação ao NDI, ele nasceu como “creche no local de trabalho”, uma reivindicação de alguns setores da comunidade universitária que levou a estudos e pesquisas que apontaram para a necessidade da criação de um espaço adequado para que alunos, funcionários técnico-administrativos e professores pudessem deixar os seus filhos enquanto desenvolviam suas atividades na UFSC. No ano de 1980, o NDI foi inaugurado, e tinha como objetivos iniciais:

Atender a crianças de 3 meses a 6 anos, filhos de funcionárias, professoras e alunas da UFSC, oferecendo-lhes condições para o desenvolvimento psicossocial, intelectual e afetivo adequado; envolver a família na filosofia preconizada pelo serviço; oportunizar campo de estágio e pesquisa (projeto de implantação do NDI).<sup>67</sup>

Desde a sua criação, o NDI esteve vinculado ao CED, tanto pelos objetivos ligados à educação quanto para fins de supervisão técnica. A professora Ivonete Izé, representante do Centro de Ciências da Educação, foi responsável pela coordenação do trabalho no grupo instituído para estudar a criação do Núcleo. A relação do NDI com o Centro sofreu “altos e baixos” ao longo do tempo. Houve momentos em que as discussões giravam em torno de questões administrativas. No entanto, após um entrosamento maior entre professores do CED e do NDI, passou a se estabelecer também uma relação de caráter pedagógico. De acordo com Marilene D. Raupp, à medida que o NDI foi se consolidando como um espaço educativo, outras possibilidades foram vislumbradas na relação, não ficando restrita às questões administrativas. O NDI contribuía, por um lado, na formação dos professores, como campo de estágio, e, por outro lado, os professores do CED participavam da formação dos profissionais do Núcleo.<sup>68</sup>

No ano de 1986, o NDI conquistou a representação no Conselho Departamental do CED com direito somente a voz, e posteriormente conquistou também o direito a voto. Em 1997, passou a fazer parte do colegiado do Curso de Pedagogia, e, no ano seguinte, a integrar o fórum das licenciaturas.<sup>69</sup> Na parceria do CED com o NDI, alguns pontos foram significativos: as oficinas pedagógicas ofertadas aos alunos do curso de pedagogia sob a coordenação dos profissionais do Núcleo, a parceria de profissionais do CED e do NDI na criação do Núcleo de Pesquisas de zero a seis anos. Outro aspecto importante foi a participação dos representantes dos funcionários técnico-administrativos e dos professores, no Conselho Departamental, com direito a voz e voto. Segundo Marilene D. Raupp e Eli Maria de Melo Barreto, nesse processo o CED se mostrou um importante aliado nas “batalhas” travadas junto à Administração Central na “definição de recursos, nas melhorias relativas à infra-estrutura, nas questões políticas definidoras do caráter acadêmico almejado e defendido pelo NDI, dada a sua inserção na UFSC”.<sup>70</sup>

Quanto à clientela atendida e às formas de ingresso no NDI, estas sofreram inúmeras alterações desde a sua criação. Inicialmente, o Núcleo atendia a crianças de três a nove meses completos, e estas vagas deveriam ser distribuídas da seguinte maneira: “20% para filhos de alunas, 40% para filhos de funcionárias e 40% para filhos de professoras”. A PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) e o Serviço Social eram responsáveis pela seleção dos filhos das alunas, junto à Divisão de Assistência e Orientação. A seleção dos filhos das funcionárias, e professoras era realizada no NDI. Nos dois primeiros meses de funcionamento, o NDI atendeu a 35 crianças, três a mais do que determinava a Portaria nº 119/80, que fixava em 32 o número de vagas.<sup>71</sup>

Na atualidade, o NDI atende a 278 crianças na faixa etária de quatro meses a seis anos, de acordo com a Resolução nº 035/CEPE/94, que ainda se encontra em vigor.

<sup>66</sup> CARVALHO, Denise Maria; CARVALHO, Tânia C. A. *Educação Infantil...* op.cit. [p.6]

<sup>67</sup> RAUPP, Marilene Dandolini; BARRETO, Eli Maria de Melo; WALTRICK, Rose Elaine de Liz. *A trajetória do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC...* op.cit., p.12

<sup>68</sup> RAUPP, Marilene Dandolini; BARRETO, Eli Maria de Melo; WALTRICK, Rose Elaine de Liz. *A trajetória do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC...* op.cit., p.14.

<sup>69</sup> Ibidem, p.15.

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> RAUPP, Marilene Dandolini; BARRETO, Eli Maria de Melo; WALTRICK, Rose Elaine de Liz. *A trajetória do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC...* op.cit., p.15.

Esta determinava que o número total de vagas fosse 278, sendo 139 para cada período (matutino e vespertino). A distribuição das vagas se daria de acordo com a Resolução nº 050/CEPE, de 12 de novembro de 1992, que havia estipulado que: 40% seria para filhos de funcionárias técnico-administrativas, 30% para filhos funcionárias carentes e 30% para filhos de alunas. Em relação às vagas remanescentes, estas deveriam ser sorteadas entre as categorias, resguardando o percentual destinado a cada uma delas.<sup>72</sup>

Quanto ao projeto pedagógico, nos anos iniciais o NDI foi conhecido como “creche da UFSC”:

Os dois primeiros anos caracterizaram-se, basicamente, pela “guarda” das crianças. Não havia pessoal com formação mínima exigida por lei para fazer um trabalho pedagógico com as crianças, orientar estagiários, colaborar ou participar de pesquisa e extensão. A preocupação principal era com a saúde, alimentação e higiene das crianças. Os profissionais atendiam às necessidades básicas.<sup>73</sup>

Novas diretrizes de ordem administrativa e educacional se deram a partir de 1983, com a mudança da Direção. O trabalho com as crianças passou a ser discutido em reuniões, materiais pedagógicos, equipamentos e brinquedos foram adquiridos para facilitar o desenvolvimento do trabalho. Passou a ser exigido profissionais com o mínimo de formação, e as crianças foram divididas em grupo por faixa etária.<sup>74</sup> Inicia-se então a caminhada do NDI no sentido de se tornar um espaço pedagógico, principalmente a partir de 1989. O manual do NDI, nesse mesmo ano, apresentou um planejamento para o berçário e para o maternal, e destacou ainda pontos importantes como a participação da família e a avaliação das crianças. De acordo com Marilene D. Raupp, por essa época “seus profissionais passaram a assumir como seus os objetivos da UFSC e, consequentemente, do NDI, ou seja: trabalhar nos níveis de ensino, da pesquisa e da extensão”.<sup>75</sup>

Os projetos pedagógicos passaram a ser instituídos de forma sistemática no NDI a partir do ano de 1994, fruto de um longo período de trabalho e discussões iniciado em meados dos anos 1990, envolvendo os profissionais do Núcleo.<sup>76</sup> Atualmente, a proposta pedagógica do NDI tem como base a perspectiva histórico-cultural, principalmente os estudos de Vigotski, Elkonin, Lúria e Leontiev, que:

[...] baseia-se pelos estudos das diferentes áreas do conhecimento, notadamente a Antropologia, Filosofia, História, Pedagogia, Psicologia, Sociologia, entre outras. As contribuições destas áreas vêm trazendo para a educação infantil subsídios que permitem avançar e refinar o conhecimento sobre a infância e a criança, tornando possível desenvolver novas metodologias de trabalho pedagógico neste nível de educação.<sup>77</sup>

Considerando os fundamentos dessas áreas de conhecimento, a criança deve ser vista como sujeito no processo ensino/aprendizagem, sendo consideradas as especificidades da infância. Com base nestes pressupostos teóricos, ela deve ser respeitada como um ser social que já é, e não um “projeto” de um “vir a ser”. Assim sendo, a infância é concebida como uma importante etapa no desenvolvimento do ser humano.<sup>78</sup>

O NDI vem se constituindo também como um importante campo de estágio e observação para os mais variados cursos da UFSC e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Na área da pesquisa, coordenou em 2010 uma pesquisa nacional sobre “A qualidade da educação no Brasil”, sob a liderança da Professora Dra. Maria Malta Campos e do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Integra também diversos grupos de pesquisa no CED, que tem como foco estudos sobre a infância. Na Extensão, o NDI integra e responde pela Secretaria Executiva do Grupo Gestor do Fórum Catarinense de Educação Infantil. Recebe mensalmente profissionais das redes municipais que atuam na área de Educação Infantil de todo o estado, para que estes possam conhecer o trabalho desenvolvido no Núcleo, por meio do Projeto de Extensão NDI – Comunidade.<sup>79</sup> Além disso, o NDI está envolvido em outras atividades de extensão, tais como: participação em eventos nacionais e internacionais, mesas-redondas em eventos relacionados à área de Educação Infantil, participa de entrevistas e debates na mídia, assim como de bancas de concursos públicos para contratação de professores e técnicos de universidades públicas.<sup>80</sup>

<sup>72</sup> *Ibidem*, p.20-21.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p.32.

<sup>74</sup> *Idem*.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p.35.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p.36.

<sup>77</sup> NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – NDI/UFSC. *Núcleo de desenvolvimento infantil: 30 anos... op.cit., s/n.*

<sup>78</sup> *Ibidem*, s/n.

<sup>79</sup> *Ibidem*, s/n.

<sup>80</sup> *Ibidem*, s/n.

O NDI completou trinta anos de história numa trajetória repleta de desafios e conquistas. Atualmente é considerado referência na área de Educação Infantil, sendo reconhecido nacionalmente. O conhecimento produzido na área e o desempenho na formação de profissionais que atuam nesta modalidade de ensino possibilitaram que o NDI trilhasse o caminho no sentido de se consolidar cada vez mais como um espaço pedagógico produtor de conhecimento, deixando de ser visto apenas como uma “creche no local de trabalho”, como no início de sua trajetória.

## Um breve histórico do Curso de Pedagogia no Brasil e na UFSC

O Curso de Pedagogia foi criado no Brasil pelo Decreto-lei nº 1.190 no ano de 1939, no bojo das discussões em torno da constituição das universidades brasileiras. O Curso surgiu juntamente com outras licenciaturas na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade Brasil. No entanto, antes mesmo de se constituir como curso, ele fazia parte do contexto universitário, por meio dos institutos de educação, dentro das experiências com a Nova Escola de Anísio Teixeira e Lourenço Filho.<sup>81</sup> De acordo com Gisele Cruz:

A instituição do curso de pedagogia no final da década de 30 decorreu de um longo processo de tentativas dos legisladores em definir as bases da formação do professor, em especial, para atuar no ensino secundário. Francisco Campos ao assumir o Ministério da Educação e Saúde Pública em 18 de novembro de 1930 destacou a necessidade de formação específica para os professores desse nível de ensino.<sup>82</sup>

Assim, quando Campos realizou a reforma do Ensino Secundário no ano de 1931, sugeriu a criação da “Faculdade de Educação, Ciências e Letras”, que após esse momento passaria a alojar o Curso de Pedagogia. De acordo com Cruz, apesar do nome proposto inicialmente nos decretos promulgados (19.851, 19.852 e 22.579), que estabeleciam normas para o Ensino Superior no país, o nome adotado pelas instituições que a partir de então seriam responsáveis pela formação de professores do Ensino Secundário foi o de “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”.<sup>83</sup>

A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras estava inserida no processo de estruturação da Universidade, dentro do contexto das reformas do período denominado “Estado Novo”. Uma das exigências previstas no estatuto para a criação de uma universidade era a reunião de pelo menos três das seguintes faculdades: Direito, Medicina, Engenharia e Educação, Ciências e Letras. Exceto a última, que, como visto anteriormente, foi adotada como Faculdade de Filosofia Ciências e Letras as demais já existiam e eram reconhecidamente escolas tradicionais. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras passou a integrar a “meta de implantação do regime universitário no país”, passando a figurar entre as faculdades responsáveis pela formação das classes dirigentes, dentro no novo modelo econômico.<sup>84</sup>

Inicialmente, a FFCL diplomaria licenciados para atuar no ensino de 2º. Grau. No entanto, essa não foi a sua única função, ela também ficou responsável por manter: “o cultivo de uma ambiência cultural, que favorecesse uma formação de para além dos interesses puramente profissionais, essencialmente focados na formação filosófica, sociológica e histórica da ‘elite pensante’ da sociedade da época”.<sup>85</sup>

Quanto à estrutura de funcionamento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, ela se dava da seguinte maneira:

Para cada seção da faculdade corresponderia um ou mais cursos (Curso de Filosofia, Curso de Ciências, Cursos de Matemática, Curso de Química, Curso de Letras, Curso de Pedagogia, etc.), acrescido de uma seção especial, responsável pelo Curso de Didática, criado com a intenção de trabalhar a formação pedagógica, necessária ao exercício da docência. A seção de Pedagogia e a seção especial de Didática ofereciam apenas um curso cada uma, cujo nome era o mesmo da seção: curso de Pedagogia e Curso de didática. O grau de licenciado seria conferido apenas àqueles que realizassem também o Cursos de Didática, credenciado não só para o exercício do magistério secundário, mas também para o Curso Normal. Aos concluintes dos cursos das demais seções seria conferido o diploma de bacharel.<sup>86</sup>

<sup>81</sup> CRUZ, Gisele Barreto da. Da história do curso de pedagogia e a formação do pedagogo no Brasil. In \_\_\_\_\_. *O Curso de Pedagogia no Brasil na visão dos Pedagogos Primordiais*. 302 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p.42. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410346\\_08\\_cap\\_03.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410346_08_cap_03.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2010.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p.43.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p.45

<sup>84</sup> CRUZ, Gisele Barreto da. *O Curso de Pedagogia no Brasil na visão dos Pedagogos Primordiais...* op.cit., p.44.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p.45.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p.47-48.

O Decreto-lei nº 3.454, de 24 de julho de 1941, determinou que o Curso de Didática não pudesse ser cursado concomitantemente com outro, o que levou os cursos de licenciatura a terem a duração de quatro anos, o modelo conhecido como 3+1: três anos de bacharelado e mais um de licenciatura, isto é, as disciplinas de cunho pedagógico. Nesses moldes, o Curso de Pedagogia começou a funcionar, e os bacharelados em Pedagogia atuavam como técnicos em Educação, e os licenciados, na escola normal.<sup>87</sup>

Do ponto de vista legal, o Curso de Pedagogia possui em seu currículo alguns marcos: o primeiro foi o decreto-lei que instituiu a sua criação, visto anteriormente; o segundo é o Parecer nº. 251 do Conselho Federal de Educação (CFE), de 1962, que tratou do estabelecimento de um currículo mínimo e da duração do Curso em nível de bacharelado. No ano de 1969, o Parecer nº 252, assim como o anterior, tratou de estabelecer a sua duração e o currículo mínimo; e a Resolução nº.1, do Conselho Nacional de Ensino, que fixava as suas diretrizes curriculares.<sup>88</sup> De acordo com Leda Scheibe e Márcia A. Aguiar, o curso sofreu apenas alguns “retoques” em 1962, na prática pouca coisa mudou em sua estrutura. Ele continuava preparando profissionais para atuar como “técnico de educação, ou especialista de educação, ou administrador de educação, ou profissional não docente do setor educacional”.<sup>89</sup>

Em 1969, a distinção entre bacharelado e licenciatura foi abolida, sendo criadas então as habilitações. Apesar disso, “a concepção dicotômica do modelo anterior permaneceu na nova estrutura, assumindo apenas uma feição diversa”. Foi dividido em dois blocos, “de um lado as disciplinas dos chamados fundamentos da educação e, de outro, as disciplinas das habilitações específicas”. Dessa forma: “o curso de Pedagogia passou então a ser predominantemente formador dos denominados ‘especialistas’ em educação (supervisor escolar, orientador educacional, administrador escolar, inspetor escolar etc.)”<sup>90</sup> Nesse momento, o Curso sofreu outras alterações: “de acordo com o Parecer CFE nº 252 de 11 de abril de 1969, o Curso de Pedagogia passou a conferir apenas o grau de licenciado, abolindo o de bacharel, pautado pelo núcleo central do curso que focava o pedagógico a serviço da docência.” Assim, só alcançava uma habilitação quem comprovasse experiência no magistério, algo que perdurou até o ano de 1972, quando passou por uma regulamentação.<sup>91</sup>

No ano de 2006, foram fixadas as diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia, após um longo período de discussões e debates, por meio da Resolução nº.1 do Conselho Nacional de Ensino, do dia 16 de abril desse ano, e pelos pareceres CNE/C nº. 5/2005 e nº. 3/2006. Em destaque algumas alterações:

[...] a ampliação da formação do pedagogo que passa a contemplar integralmente a docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas em contextos escolares e não escolares.<sup>92</sup>

Segundo Gisele Cruz, o debate em torno da “identidade da pedagogia”, da “dicotomia entre formar o professor e o especialista”, entre outras questões que envolveram o Curso, aconteceu ao longo de muitos anos, sem atingir um consenso.<sup>93</sup>

Em Santa Catarina, o Curso de Pedagogia foi criado no ano de 1960, na Universidade Federal de Santa Catarina, sendo o primeiro do estado. No entanto, o movimento de criação desse Curso iniciou na década de 1950, no interior da Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF), por iniciativa de seu diretor, Henrique da Silva Fontes. Em 1953, o Curso de Pedagogia constava na lista de cursos requeridos pela FCF ao Conselho Nacional de Educação.<sup>94</sup> Na Ata da Congregação de 10 de março de 1955, Fontes justifica a necessidade de sua criação:

[...] irá atender àqueles que concluírem o ensino normal e querem se dedicar ao magistério, [...] e para o meio social, este curso possibilitará, melhor aparelhar a escola catarinense, preparando-lhe professores para o ensino secundário e superior, além de dar oportunidade de estudos cientificamente orientados para os que, até aqui, só como autodidatas, atingem as esferas da alta cultura.<sup>95</sup>

Diante das dificuldades em obter a autorização do Ministério Público, o professor buscou apoio do governo do estado, ressaltando a importância da criação de uma Faculdade de Filosofia. Na correspondência endereçada ao governador, Fontes falou sobre a “urgência” na criação desta faculdade principalmente por causa do Curso de

<sup>87</sup> *Ibidem*, p.48.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p.3-74.

<sup>89</sup> SHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela. *Formação de Profissionais da Educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão. Educação & Sociedade*. Campinas-SP, a.20, n.68, p.220-238, 1999, p.224. Disponível em: <[http://www.redeceas.com.br/bibliografia\\_marcia/Formacao%20de%20profissionais%20da%20educacao%20no%20brasil.pdf](http://www.redeceas.com.br/bibliografia_marcia/Formacao%20de%20profissionais%20da%20educacao%20no%20brasil.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2010.

<sup>90</sup> SHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela. *Formação de Profissionais da Educação no Brasil...* op.cit., p.224.

<sup>91</sup> CRUZ, Gisele Barreto da. *O Curso de Pedagogia no Brasil na visão dos Pedagogos Primordiais...*

op.cit., p.59-60.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p.70.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p.71.

<sup>94</sup> AGUIAR, Letícia Carneiro. *O curso de pedagogia em Santa Catarina: a história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960*. 262 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, 2006, p.148. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0555.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

<sup>95</sup> FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, Ata da Congregação de 10/3/1955. *Apud* AGUIAR, Letícia Carneiro. *O curso de pedagogia em Santa Catarina...* op.cit., p.148.

Pedagogia, que, segundo ele, viria “completar o aparelhamento do ensino primário catarinense”, pois este forneceria “docentes devidamente preparados para as escolas de formação de professores”.<sup>96</sup>

Com a criação do Curso de Pedagogia, pretendia-se uma melhoria no Ensino Superior, Secundário e Primário. No plano da “cidade universitária”, realizado por Duarte e Mange em janeiro de 1957, eles observam que: “Foram programados novos cursos para a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, dado o enorme interesse do desenvolvimento do Ensino Secundário, inclusive com base para o futuro crescimento da Universidade”.<sup>97</sup> O Conselho Nacional de Educação autorizou a Faculdade Catarinense de Filosofia a oferecer os cursos de Pedagogia e Didática no dia 19 de janeiro de 1960, após o inspetor, designado pelo órgão, emitir um parecer favorável: “com a criação do curso de Didática surgiu a possibilidade de serem formados em nível superior os primeiros professores licenciados de Santa Catarina.”<sup>98</sup>

O Curso de Pedagogia teve início na Universidade Federal de Santa Catarina em março de 1960, com apenas oito alunos matriculados; no entanto, foi reconhecido apenas em 1975.<sup>99</sup> Nesse momento, também foi ofertado o Curso de Didática, que tinha como público-alvo graduandos bacharéis de outros cursos, que pretendiam a obtenção do título de licenciado.<sup>100</sup> O ingresso no Curso se deu mediante “concurso de habilitação”, segundo o qual, o candidato deveria realizar uma prova escrita, primeiro em português, e, caso fosse aprovado, faria então nas demais disciplinas de Psicologia e História Geral. Para se considerar aprovado, o aluno deveria obter a média geral quatro, e não “zerar” as outras disciplinas.<sup>101</sup> Eram oferecidas quarenta vagas, mas, segundo Letícia C. Aguiar, a procura era pouca: “Constatamos que durante os primeiros quatro anos de funcionamento do curso esse número não era preenchido, apesar de a Faculdade realizar até duas chamadas no concurso de habilitação.” A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, no ano de 1966 determinou que os graduandos do Curso de Pedagogia, a partir de então, receberiam apenas o título de licenciado. Nessa época, o Curso de Didática foi extinto.<sup>102</sup>

Em Santa Catarina, a expansão do Curso veio nas décadas seguintes. A Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, contribuiu significativamente para isso. Nela ficou proposto que a formação de professores para atuar no 1º Grau deveria ser em nível superior. Assim, aumentou a demanda por professores do Ensino Fundamental. De acordo com Leda Scheibe e Zenilde Durlí, houve a “ampliação da clientela das fundações educacionais que estavam sendo implantadas em várias microrregiões pelo movimento de interiorização deste nível de ensino”.<sup>103</sup>

<sup>96</sup> Ibidem, p.149.

<sup>97</sup> DUARTE, Helio de Queiroz; MANGE, Ernesto Roberto de Carvalho. *Plano da Cidade Universitária de Santa Catarina...* op.cit., p.53-54.

<sup>98</sup> AGUIAR, Letícia Carneiro. *O curso de pedagogia em Santa Catarina...* op.cit., p.155.

<sup>99</sup> Ibidem, p.161.

<sup>100</sup> SCHEIBE, Leda. DURLI, Zenilde. *A Expansão dos Cursos de Pedagogia em Santa Catarina no Contexto da Interiorização e Privatização do Ensino superior...* op.cit., p.5-6.

<sup>101</sup> AGUIAR, Letícia Carneiro. *O curso de pedagogia em Santa Catarina...* op.cit., p.162.

<sup>102</sup> Ibidem, p.168.

<sup>103</sup> SCHEIBE, Leda. DURLI, Zenilde. *A expansão dos cursos de Pedagogia em Santa Catarina no contexto da interiorização e privatização do Ensino Superior...* op.cit., p.11.



Figura 9. Recepção às calouras do Curso de Pedagogia. Fonte: UFSC/C/ED/Centro Acadêmico Livre de Pedagogia (2006)

O Curso de Pedagogia expandiu-se no estado catarinense, dentro do processo de interiorização e privatização do Ensino Superior, previsto num primeiro momento pela política estadual de educação, que via no nível deste ensino o principal meio de desenvolvimento social e econômico do estado catarinense. Nacionalmente, o governo adotava uma política de expansão do Ensino Superior que visava atender à demanda gerada pela classe média, e também pelo processo de industrialização pelo qual passava o país, o que exigia mão de obra especializada.<sup>104</sup>

Inicialmente, as turmas eram formadas por jovens vindos do interior do estado, algo em torno de 70%, e a maior parte deles havia cursado o Ensino Médio em escolas particulares. A autora salienta que, se se levar em conta o que envolve manter um filho estudando em outra cidade, é possível perceber a qual extrato social pertenciam esses alunos. Isso fica evidente também em outro dado importante, mais de 61% desses alunos haviam cursado o Ensino Médio em escolas particulares, ou seja, o acesso ao Ensino Superior era restrito a uma determinada camada da sociedade.<sup>105</sup>

O Curso era basicamente formado por integrantes do sexo feminino, característica essa que permaneceu ao longo do tempo. Se naquele momento isso apontava para o que se conhece como “feminização de magistério”, baseado em questões de natureza cultural, hoje é possível afirmar a presença de outros elementos como os de cunho econômico. Se antes isso se dava principalmente pelo fato de o trabalho com crianças estar vinculado à mulher, hoje, no entanto:

Se mantém por conta também do salário, se a atividade fosse melhor remunerada certamente haveria homens também. Isso a gente percebe porque no magistério superior nós temos vários colegas homens que dão aulas para as meninas. Porque o magistério superior é considerado uma profissão que te dá condições de sustentar uma família, que compete com outras atividades. Mas, enquanto o magistério for remunerado dessa forma muito poucos meninos vão querer fazer.<sup>106</sup>

De acordo com a professora, a dificuldade em atrair jovens para a área de formação de professores se dá num modo geral: “hoje em dia nem as meninas...”. Se inicialmente o Curso era frequentado pelas camadas médias e altas da sociedade, hoje a realidade difere disso: “têm pesquisas bem recentes que mostram o quanto quem busca cursos de Pedagogia, cursos de licenciaturas, são as camadas mais pobres da população, porque são as que têm maior possibilidade de ingressar na área da educação”, afirma a professora Leda Scheibe.<sup>107</sup> A ascensão das mulheres no mercado de trabalho, nas mais diversas áreas, também é um fator a se considerar nessa questão.<sup>108</sup>

O currículo do Curso sofreu algumas alterações desde a sua criação. No momento, ele forma profissionais para atuar no magistério, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Infantil e em diversas atividades educacionais. Ele busca contemplar a pesquisa e a prática pedagógica na formação profissional e tem como objetivo maior formar o pedagogo comprometido com uma escola pública de qualidade. É importante ressaltar que o pedagogo é responsável pela formação de profissionais das mais diversas áreas de conhecimento, o que denota, dessa forma, a sua importância como profissional do ensino.

## O Departamento de Ciências da Informação

O Departamento de Ciências da Informação, antigo Departamento de Biblioteconomia e Documentação (BDC), que oferece o Curso de Biblioteconomia e, recentemente, o de Arquivologia, recebeu essa nomenclatura em 30 de março de 1999. Foi criado no ano de 1976, quando a Reitoria da UFSC estava a cargo de Caspar Erich Stemmer, vinculado ao Centro Sócio-Econômico. O BDC foi vinculado ao Centro de Ciências da Educação no ano de 1979, sob a chefia da professora Liene Campos.<sup>109</sup>

O Decreto nº. 8.835, de 11 setembro de 1911, criou o primeiro Curso de Biblioteconomia no Brasil; no entanto, o primeiro curso teve início no ano de 1915, na Biblioteca do Rio de Janeiro, destinado à formação de bibliotecários. O modelo do Curso foi inspirado no modelo francês, da École des Chater, e tinha em seu currículo as disciplinas de Bibliografia, Paleografia, Diplomática, Iconografia e Numismática. Tinha a duração de dois anos e foi extinto no ano de 1922, sendo restabelecido no ano de 1933.<sup>110</sup>

<sup>104</sup> AGUIAR, Letícia Carneiro. *O curso de Pedagogia em Santa Catarina...* op.cit., p.164.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p.165.

<sup>106</sup> Vera Lúcia Bazzo. *Entrevista citada*.

<sup>107</sup> Leda Scheibe.

Professora aposentada do Departamento de Ensino do CED, e, professora voluntária no programa de pós-graduação.

Trabalha na linha de pesquisa do doutorado em educação, História e Sociologia da Educação.

Faz parte do Grupo de Pesquisa de Ensino e Formação de Educadores.

<sup>108</sup> Leda Scheibe. *Entrevista concedida a Rosângela da Silva Vasconcelos*, Florianópolis, 08 jul. 2010.

<sup>109</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação.

Departamento de Ciências da Informação. *Histórico do Departamento de Ciências da Informação*. Florianópolis: CIN-UFSC, [2010]

Disponível em: <<http://www.cin.ufsc.br/historico.htm>>. Acesso em: 1º ago. 2010.

<sup>110</sup> BIBLIOTECA VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. *História da biblioteca e do bibliotecário no mundo e no Brasil*.

São Paulo: Biblioteca Virtual, [s/data], obra não paginada. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/docs/200703-historiadabiblioteca.pdf>>. Acesso em: 1º ago. 2010.

A partir do ano de 1929, veio contrapor-se a esse modelo o de orientação norte-americana, criado no Mackenzie College em São Paulo. Esse Curso passou a enfatizar os aspectos mais técnicos da profissão como a Catalogação, Classificação, Referência e Organização, sendo, posteriormente, essas disciplinas adotadas por todos os cursos criados.<sup>111</sup>

Em 1936, a Prefeitura Municipal de São Paulo criou um Curso de Biblioteconomia dentro do Departamento de Cultura, sendo, mais tarde, incorporado à Escola de Sociologia e Política de São Paulo. No ano de 1962, o Conselho Federal de Educação aprovou o currículo mínimo do Curso, quando já funcionavam no país 11 cursos. A partir de 1963, esse currículo deveria ser seguido obrigatoriamente. De acordo com Lemos:<sup>112</sup>

Essa medida de cunho normativo e exigida para todos os cursos superiores que formem profissionais para o exercício de profissões reguladas em lei, como é o caso do bibliotecário, refletia uma tendência conciliadora, pois procurava generalizar uma experiência de ensino que datava do período 1929/1944, admitir no âmbito da Biblioteconomia, a “nova” disciplina que era a Documentação e, ao mesmo tempo, tornar obrigatório o ensino de Paleografia.<sup>113</sup>

O currículo mínimo incluía ainda outras disciplinas: História da Arte, História da Literatura, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Evolução do pensamento Filosófico e Científico, História do Livro e das Bibliotecas, Organização e Administração de Bibliotecas e Introdução aos Estudos Históricos e Sociais.<sup>114</sup> Nessa época, muitos cursos haviam sido criados no país sem normas que regulamentassem o assunto; com isso, havia uma variedade na duração e currículos dos cursos, algo que a lei de 1962 tentou corrigir.<sup>115</sup>

Os cursos de pós-graduação não demoraram a surgir. No ano de 1954, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que mais tarde viria se chamar Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), criou alguns cursos: no ano de 1970, na Universidade Federal de Minas Gerais, o primeiro curso de Mestrado, dando início ao surgimento de vários programas de pós-graduação na área de Biblioteconomia, Documentação e Ciências da Informação.<sup>116</sup>

Na Universidade Federal de Santa Catarina, o Curso de Biblioteconomia foi criado no ano de 1973, pelo Parecer nº. 3.129 do Conselho Nacional de Educação, de 8 de novembro de 1977. A confirmação se deu no ano seguinte, pelo Decreto Presidencial nº. 81.144, publicado no *Diário da União*, do dia 2 de janeiro de 1978. A iniciativa para criação do Curso partiu da então bibliotecária Alvaceli Lusa Braga, visto que se fazia necessário preparar o pessoal para as “atividades técnicas”. Em relação aos primeiros alunos do curso:<sup>117</sup>

[...] a primeira turma foi convidada pelos organizadores do curso, ingressando na 2ª fase e, formaram-se 10 alunos em 8 de maio de 1976. O primeiro vestibular foi em 1974, como primeira opção para o curso de Biblioteconomia, com 20 alunos, que se formaram em dezembro de 1976.<sup>118</sup>

O Departamento de Ciências da Informação (CIN) forma bacharéis em Biblioteconomia desde 1976 e de outros cursos desde 1980, ministrando aulas de Biblioteconomia e Ciências da Informação. A partir do vestibular de 2010, passou a oferecer o Curso de Arquivologia, atendendo a “uma demanda da sociedade catarinense demonstrada em diversos eventos arquivísticos realizados em Santa Catarina nos últimos anos”.<sup>119</sup>

O Curso vem consolidar a atuação da UFSC na área de Arquivologia, trabalho que vem sendo realizado mediante várias edições do Curso de Especialização em Gestão de Arquivos. São sessenta vagas distribuídas no período matutino e noturno.<sup>120</sup> O Departamento de Ciências da Informação também realiza diversas atividades de extensão por meio de cursos, palestras e conferências.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> LEMOS, Antonio

Agenor B. Estado atual da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação. *RBB-Revista Brasileira de Biblioteconomia*. Brasília, v.1, n.1, p.59-65, 1973, p.51. Disponível em: <<http://164.41.105.3/portaledsp/ojs-2.1.1/index.php/RBB/article/view/15/8>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

<sup>113</sup> LEMOS, Antonio

Agenor B. Estado atual da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação... op.cit., p.52.

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> CALDIN, Clarice et

al. Os 25 anos do ensino de Biblioteconomia na UFSC. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v.4, n.7, mai. 2007, s/n. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/37/89>>. Acesso em: 1º ago. 2010.

<sup>116</sup> BIBLIOTECA VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. *História da biblioteca e do bibliotecário no mundo e no Brasil...* op.cit.

<sup>117</sup> CALDIN, Clarice et al. Os 25 anos do ensino de Biblioteconomia na UFSC... op.cit. s/n.

<sup>118</sup> Ibidem, s/n.

<sup>119</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciências da Informação. *Curso de Graduação em Arquivologia*. Florianópolis: CIN-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.cin.ufsc.br/arquivologia.php>>. Acesso em: 1º ago. 2010.

<sup>120</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciências da Informação. *Curso de Graduação em Arquivologia*. Florianópolis: CIN-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.cin.ufsc.br/arquivologia.php>>. Acesso em: 1º ago. 2010.



Figura 10. Curso de Biblioteconomia. Fonte: Agecom (1971)



Figura 11. Recepção aos calouros da primeira turma do Curso de Arquivologia. Fonte: Álbuns da web no Picasa (2010)

## Uma missão especial: formar professores e bibliotecários

O Centro de Ciências da Educação nasceu com a Reforma no Ensino Superior do ano de 1968. De acordo com a professora Vera Lúcia Bazzo, o CED iniciou-se “pequeninho”:

Quando eu cheguei já existia o Centro de Educação, era pequenininho, tinha acho que dois departamentos, o de Metodologia de Ensino, que foi por onde eu entrei, o MEN, e o Departamento de Estudos Especializados em Educação. Eu não sei se a gente chegou a ter em algum momento da história um Departamento de Fundamentos, porque desde que eu entrei eu ouvia falar que era preciso criar um Departamento de Fundamentos Educacionais.[...] Então, o CED nasceu muito pequenininho, muito pouco legitimado na sua importância.<sup>121</sup>

Na época, não havia pessoal formado. A partir da década de 1970, alguns professores buscaram formação em outros estados, pois ainda não existia em Santa Catarina bons cursos de pós-graduação na área de Educação. Os professores que atuavam no CED estavam mais voltados para a Prática de Ensino e tinham pouco embasamento teórico:<sup>122</sup>

[...] a nossa área foi uma das últimas a ter curso de pós-graduação, a se estabelecer como pensadores intelectuais da área, nós éramos os professores que iam para as práticas de ensino, uma atividade mais prática do que teórica, a gente meio que nasceu com essa marca. Depois tivemos de fazer uma revolução em termos de formação, em termos de se fortalecer teoricamente para enfrentar as outras áreas que eram todas cheias de doutores.<sup>123</sup>

O programa de mestrado do CED foi implantado no ano de 1984 e o primeiro doutorado em 1998. A professora Vera atenta para o fato de que, no período da ditadura, houve muito investimento na pós-graduação. No entanto, esse investimento era direcionado à área Científica e Tecnológica, pois o governo visava destacar-se no cenário mundial nesse setor, em Humanas, pouco investimento foi feito.<sup>124</sup>

Na atualidade, o CED oferece quatro cursos em nível de graduação: Pedagogia, Biblioteconomia e, mais recentemente, Educação do Campo e Arquivologia. O Curso de Educação do Campo teve início em 2009, para atender à demanda existente. Tem como finalidade formar professores para atuar na Educação Básica, especificamente para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas escolas do campo, nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias. A importância do Curso se dá pela carência de profissionais para atuar nessa área, segundo pesquisa recente do MEC, estima-se que seja necessário formar em torno de vinte mil professores para atender às escolas rurais.<sup>125</sup>

O CED é composto por três departamentos: Departamento de Ciência da Informação (CIN), Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED) e o Departamento de Metodologia de Ensino (MEN). Tanto o EED quanto o MEN estão mais fortemente vinculados, por um lado, ao Curso de Pedagogia e à Pós-Graduação em Educação e, por outro, de uma maneira mais ampla, à formação pedagógica nos cursos de licenciatura de uma maneira geral.<sup>126</sup>

Com um número expressivo de doutores, o programa de pós-graduação do CED atua em diversas linhas de pesquisa. Na área de Educação: Educação e Comunicação, Ensino e Formação de Educadores, Educação, História e Política, Filosofia da Educação, Educação e Infância, Educação e Movimentos Sociais, Educação, Estado e Políticas Públicas e Trabalho e Educação. O Departamento de Ciências da Informação oferece o curso de mestrado na área, e atua nas linhas de pesquisa de Fluxo da Informação e Profissionais da Informação. Há também o programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, que tem como linhas de pesquisa, a Formação de Professores, Ensino e Aprendizagem das Ciências, Implicações Sociais da Ciência e da Tecnologia na Educação, Epistemologia e História da Ciência e da Matemática, Mídia e Ensino de ciências e Linguagens e Ensino. Em nível de doutorado, as pesquisas envolvem três linhas de pesquisa: Ensino e Formação de Educadores, Educação História e Política e Trabalho e Educação.<sup>127</sup>

O Centro de Ciências da Educação dentro da Universidade tem como tarefa principal a formação de professores. Nesse sentido, o CED tem buscado cumprir o seu

<sup>121</sup> Vera Lúcia Bazzo.

*Entrevista citada.*

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. Departamento de Pedagogia. *Curso de Pedagogia*. Florianópolis: CED-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/pedagogia/curso.htm>>.

Acesso dia 06 ago.2010.

<sup>126</sup> Leda Scheibe. *Entrevista citada.*

<sup>127</sup> UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. *Pós-Graduação*. Florianópolis: CED-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/novosite/>>. Acesso em: 5 ago. 2010.

papel em oferecer uma formação de qualidade aos futuros profissionais da Educação. Seu programa de pós-graduação o torna com importância significativa não só na Universidade, mas em nível estadual, pelo papel desenvolvido na formação dos quadros educacionais.<sup>128</sup> Segundo a professora Leda, o CED, por ter sido por muito tempo o único Centro a possuir um programa de mestrado, e ainda hoje ser o único a oferecer o doutorado em Educação, em Santa Catarina, fez com que se voltasse para a formação de pesquisadores, desenvolvendo um importante papel no estado, o de “formador de formadores”.<sup>129</sup>

A missão do Centro de Ciências da Educação envolve muitos desafios, num país em que a área de Educação é reconhecidamente marcada por graves problemas. Apesar de se ter avançado em alguns aspectos nos últimos tempos, ainda resta um longo caminho a ser percorrido no sentido de ampliar a qualidade do ensino, as condições de acesso e a valorização do profissional da educação, o que torna maior a responsabilidade do Centro. Para a professora Vera Lúcia Bazzo, o CED é a alma da Universidade, porque pensa a educação, porque faz a crítica, porque discute a importância do papel do professor em todos os níveis e, além disso, tem o compromisso de formar professores para a educação brasileira: “uma Universidade que não tem um Centro de Educação atuante, comprometido, pulsante, é uma Universidade morta”.<sup>130</sup>

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos UFSC/CED

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*, Florianópolis, v.2, n.15, 1968.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, v. 2, n. 34, 1969.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*, Florianópolis, v. 3, n. 33, 1969.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*, Florianópolis, v. 3, n. 34, 1969.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*, Florianópolis, 2º Trim. de 1988.

\_\_\_\_\_. Centro de Educação. *Ofício nº 270/70*. Florianópolis, 31 de Agosto de 1970. Ofício enviado por Nilson Paulo, Diretor do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, para Roberto M. de Lacerda, coordenador da Reforma Universitária. Arquivo Geral da UFSC.

### Entrevistas

Vera Lúcia Bazzo. *Entrevista concedida a Rosângela da Silva Vasconcelos*. Florianópolis, 13 jul. 2010.

Leda Scheibe. *Entrevista concedida a Rosângela da Silva Vasconcelos*. Florianópolis, 08 jul. 2010.

### Figuras

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGEKOM. *Curso de Biblioteconomia*. 1971. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Curso de primeiros socorros no Colégio de Aplicação*. 1971. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Debate científico no Colégio de Aplicação*. 1972. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Desfile dos alunos do Colégio de Aplicação*. 1973. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Formatura dos alunos do Colégio de Aplicação*. 1972. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Vista aérea do CED*. [s/data]. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. *Vista panorâmica do CED*. [s/data]. 1 fotografia p&b, sem autoria.

ÁLBUNS DA WEB NO PICASA. *Fotografias do primeiro dia do curso de graduação em Arquivologia da UFSC. Recepção aos calouros do curso de Arquivologia*. Florianópolis, 2010.

Disponível em: <<http://picasaweb.google.com/113945703812650113951/FotografiasDoPrimeiroDiaDoCursoDeGraduacaoEmArquivologiaNaUFSC#5444174937906924098>>. Acesso em: 6 ago. 2010.

RAUPP, Marilene Dandolini; BARRETO, Eli Maria de Melo; WALTRICK, Rose Elaine de Liz. Inauguração do NDI. In: \_\_\_\_\_. *A trajetória do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC: 20 anos de história*. Florianópolis: UFSC, 2002, p. 13.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Crianças no NDI*. In: \_\_\_\_\_. *Relatório geral*. Florianópolis: UFSC, 1980, p. 36.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. Núcleo de desenvolvimento Infantil. *Primeiros educadores do NDI: Histórico*. Florianópolis: NDI, 1980.

<sup>128</sup>Leda Scheibe. *Entrevista citada*.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> Vera Lúcia Bazzo. *Entrevista citada*.

Disponível em: <[http://www.ndi.ufsc.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=58&Itemid=54](http://www.ndi.ufsc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=54)>. Acesso em: 6 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências da Educação. Centro Acadêmico Livre de Pedagogia. *Recepção às calouras do Curso de Pedagogia*. Fotos. Florianópolis: CALPe, 2006. Disponível em: <<http://www.calpe.ced.ufsc.br/fotos.htm>>. Acesso em: 6 ago 2010.

### Referências bibliográficas

- AGUIAR, Letícia Carneiro. *O curso de pedagogia em Santa Catarina: a história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960*. 262 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0555.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2010.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.
- BECKER, Antonio César. Histórico do centro de Ciências da Educação. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. *Histórico*. Florianópolis: CED/UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/novosite/administracao-e-conselho/historico>> Acesso em: 30 ago. 2010.
- BIBLIOTECA VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. *História da biblioteca e do bibliotecário no mundo e no Brasil*. São Paulo: Biblioteca Virtual, [s/data]. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/docs/200703-historiadabiblioteca.pdf>>. Acesso em: 1º ago. 2010.
- CALDIN, Clarice et al. Os 25 anos do ensino de Biblioteconomia na UFSC. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v.4, n.7, maio 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/37/89>>. Acesso em 1º ago. 2010.
- CARVALHO, Denise Maria; CARVALHO, Tânia C. A. Educação Infantil: História, Contemporaneidade e Formação de Professores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2, 2002, Natal. *Anais do 2º Congresso...* Natal: CBHE, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3117.pdf>>. Acesso em: 2 ago 2010.
- COELHO, Selma C. C. Interações subjetivas no contexto escolar numa prática de inclusão, no Letramento. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16, 2007, Campinas-SP. *Anais do 16º...* Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em <[http://www.alb.com.br/anais16/sem10pdf/sm10ss04\\_04.pdf](http://www.alb.com.br/anais16/sem10pdf/sm10ss04_04.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2010
- CRUZ, Gisele Barreto da. Da história do curso de pedagogia e a formação do pedagogo no Brasil. In \_\_\_\_\_. *O Curso de Pedagogia no Brasil na visão dos Pedagogos Primordiais*. 302 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410346\\_08\\_cap\\_03.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410346_08_cap_03.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2010.
- DUARTE, Helio de Queiroz; MANGE, Ernesto Roberto de Carvalho. *Plano da Cidade Universitária de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Universidade de Santa Catarina, 1957.
- FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- JARETA, Gabriel. Abandono da inovação. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). *Na mídia*. Brasília-DF: ANDIFES, 2010. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3782:abandono-da-inovacao&catid=52&Itemid=100013](http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3782:abandono-da-inovacao&catid=52&Itemid=100013)>. Acesso em: 2 ago. 2010.
- LEMONS, Antonio Agenor B. Estado atual da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação. *RBB-Revista Brasileira de Biblioteconomia*. Brasília, v.1, n.1, p. 59-65, 1973. Disponível em: <<http://164.41.105.3/portalnsp/ojs-2.1.1/index.php/RBB/article/view/15/8>>. Acesso em: 30 ago. 2010.
- NUCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – NDI/UFSC. *Núcleo de desenvolvimento infantil: 30 anos*. Revisão de Marilene Dandolini Raupp et al. Florianópolis: [s.e.], 2010. 1 Fôlder.
- PASCHOAL, Jaqueline D.; MACHADO, M<sup>a</sup>. Cristina G. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista Histedbr On Line*. Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05\\_33.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2010.
- RAUPP, Marilene Dandolini; BARRETO, Eli Maria de Melo; WALTRICK, Rose Elaine de Liz. *A trajetória do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC: 20 anos de história*. Florianópolis: UFSC, 2002.
- SHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela. Formação de Profissionais da Educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão. *Educação & Sociedade*. Campinas-SP, a.20, n.68, p.220-238, 1999. Disponível em: <[http://www.redecaes.com.br/bibliografia\\_marcia/Formacao%20de%20profissionais%20da%20educacao%20no%20brasil.pdf](http://www.redecaes.com.br/bibliografia_marcia/Formacao%20de%20profissionais%20da%20educacao%20no%20brasil.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2010.

SCHEIBE, Leda; DURLI, Zenilde. A expansão dos Cursos de Pedagogia em Santa Catarina no contexto da interiorização e privatização do ensino superior. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 28, 2005, Caxambu-MG. *Artigos Completos da 28ª Reunião da ANPED*. Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt05/GT05-1118--Int.rtf>>. Acesso em: 4 jun. 2010.

SCHROEDER, Orlando Borges. *Renovação do Ensino Superior*. Florianópolis: Imprensa Universitária de Santa Catarina, 1969.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis.; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do estado e mudança na produção*. São Paulo: Bragança Paulista, 2001.

SILVA, Carmen Aide Hermes. *Análise da Prática Docente: um estudo da dinâmica de modernização pedagógica*. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciências da Informação. *Histórico do Departamento de Ciências da Informação*. Florianópolis: CIN-UFSC, [2010] Disponível em: <<http://www.cin.ufsc.br/historico.htm>>. Acesso em: 1º ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Colégio de Aplicação. *Histórico*. Florianópolis: CA/UFSC, [s/data]. Disponível em: <<http://www.ca.ufsc.br/ca/institucional/>>. Acesso em: 2 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciências da Informação. *Curso de Graduação em Arquivologia*. Florianópolis: CIN-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.cin.ufsc.br/arquivologia.php>>. Acesso em: 1º ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências da Educação. Departamento de Pedagogia. *Curso de Pedagogia*. Florianópolis: CED-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/pedagogia/curso.htm>>. Acesso em: 6 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências da Educação. *Pós-Graduação*. Florianópolis: CED-UFSC, [2010]. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/novosite/>>. Acesso em: 5 ago. 2010.

## Centro de Filosofia e Ciências Humanas: narrativas de histórias e memórias

Douglas Felipe Abelino<sup>1</sup>

Quase sessenta anos de documentos e memórias reunidos e compilados em menos de um ano de pesquisa. De início apenas os boletins da Universidade, cadernos de documentos que registram os acontecimentos oficiais da Instituição, faziam poucas menções realmente relevantes ao Centro. Posteriormente, visitas foram feitas ao Arquivo Central da Universidade na esperança de encontrar mais informações; porém, pouco havia lá. Em uma das inúmeras visitas que fizemos comentamos com a arquivista sobre a estranheza do fato, e esta nos diz que grande parte do material referente à antiga Faculdade de Filosofia pereceu num incêndio, restando apenas algumas caixas contendo documentação dos alunos e alguns processos administrativos. Mesmo assim, a partir de depoimentos de pessoas que fizeram parte da construção do Centro e da Universidade, os quais sempre apontavam a importância desse trabalho realizado por nós, das bibliografias levantadas por meio de estudos já realizados nas diversas áreas das Ciências Humanas, foi possível construir esta narrativa, que apresenta muitas vezes a cronologia e parecendo abordar de forma superficial os acontecimentos dos quase sessenta anos da outrora Faculdade Catarinense de Filosofia. Mas, o que nos interessa é registrar, principalmente, que a Faculdade foi não só a pioneira nas Ciências Humanas em Santa Catarina, mas também elemento propulsor da criação de uma universidade pública no estado. Lembramos igualmente que muitos outros aspectos poderão ainda ser escritos, lembrando que a escrita da História é relacionada ao contexto social, político e econômico em que está sendo elaborada e, dessa forma, não está (e não será) completa, pois outras perguntas, outras memórias, poderão tecer outras histórias.

### O princípio das Ciências Humanas no estado: a Faculdade Catarinense de Filosofia

Em fins de 1940, em Florianópolis, organizado pelo desembargador Henrique da Silva Fontes, então professor da Faculdade de Direito, contando com o apoio do Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, entre outros nomes de destaque da elite cultural florianopolitana, acontece o Primeiro Congresso de História Catarinense, que contemplava não só a História, mas também a Geografia, Literatura e Linguística entre outras áreas das humanidades. O Congresso contou com um número expressivo de participantes, proporcionando uma aberta discussão acerca da ampliação do círculo acadêmico catarinense e da falta de oportunidades dadas aos jovens que desejavam ingressar no Ensino Superior no estado. De certa forma, o Congresso foi um dos fatores que viria a impulsionar os esforços para a instalação de uma Faculdade de Filosofia na ilha, no início da década seguinte; porém, a criação dessa Faculdade se inseria num projeto bem maior.

Henrique da Silva Fontes nasceu em 15 de março de 1885 no município de Itajaí, Santa Catarina, filho do comerciante e industrial Manoel Antônio Fontes e de Dona Ana da Silva Fontes.<sup>2</sup> Tendo concluído o curso primário em Itajaí, em 1903 ingressa no Ginásio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, onde três anos depois recebe o título de Bacharel em Ciências e Letras. Em 1908 ingressa na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com o intuito de se formar em Engenharia. Como cita em seus *Pensamentos, Palavras e Obras*: “entre outras razões, se me afigurava profissão em que ficaria livre de fazer discursos”, porém, o destino levaria Fontes a exercitar em muito sua oratória em centenas de discursos proferidos ao longo dos seus 81 anos de vida. Interrompe os seus estudos na capital federal em 1910, e, de volta a Santa Catarina, muda-se para Florianópolis, passando a lecionar no Colégio Catarinense aulas de Português e História do Brasil e posteriormente Pedagogia e Psicologia. Em 1927 é titulado Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Da década de 1920 até meados da de 1940 exerce cargos públicos no estado, aposentando-se como desembargador em 1947.

<sup>1</sup> Estagiário do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmico do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da professora Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> Informações retiradas do *sítio* mantido pela família do professor Henrique da Silva Fontes. Cf. BIOGRAFIA de Henrique da Silva Fontes. Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.henriquefontes.pro.br/index.php?codpagina=00006262>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

Fontes auxiliou o professor José Arthur Boiteux na Faculdade de Direito de Santa Catarina, da qual participou da fundação, sendo seu diretor por duas vezes. Gestou o projeto de criação da Faculdade Catarinense de Filosofia, bem como foi seu diretor desde a criação até a incorporação pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Henrique da Silva Fontes é descrito pelos que o conheceram, a despeito de sua postura sempre “imponente” e “elegante”, trajando sempre terno e gravata, como um sujeito simples e carismático, acessível e de fácil trato. Relata em entrevista a professora Zuleika Lenzi, aluna do Curso de Filosofia da Faculdade no início da década de 1960, que, no início dos anos 1960, quando ainda exercia a função de diretor da Faculdade de Filosofia, o professor Fontes percorria o trajeto de sua casa, na Avenida Trompowski, até a “Cidade Universitária” da Trindade de ônibus, junto com os estudantes, e, mesmo contando já com 75 anos, não aceitava que, se o ônibus estivesse cheio, cedesse-lhe um assento.<sup>3</sup> Entusiasta nas áreas de História, Geografia e Linguística, participou de diversos congressos nestas áreas. Foi o gosto pelas Ciências Humanas que o estimulou na empreitada da criação de uma Faculdade de Filosofia em Florianópolis. Fontes pode ser considerado como um dos pioneiros na luta por trazer o Ensino Superior público a Santa Catarina. Quando da concretização do seu projeto, já estava em idade avançada, vindo a falecer em 1966, seis anos após a criação da Universidade.

O projeto de uma universidade para Santa Catarina, ambicionado pelo desembargador Fontes já estaria sendo gestado em 1942, quando este assume a direção da Faculdade de Direito. É desse projeto de concepção de uma universidade no estado que se insere a criação da Faculdade Catarinense de Filosofia no início da década de 1950. Em meados dos anos 1930 o então ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema dá início a uma reforma no âmbito educacional. É o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispõe as atribuições do Ensino Superior no Brasil. Tal decreto institui a obrigatoriedade de uma Faculdade de Filosofia e Educação dentro da estrutura das universidades, objetivando um incentivo nos estudos nas áreas humanas tomando como molde o que já se praticava na Europa.

A 6 de setembro de 1951, é dado o primeiro passo efetivo para o que viria a ser o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, então pensado como Faculdade Catarinense de Filosofia. É convocada reunião, promovida pelos professores da Faculdade de Direito de Santa Catarina (já existente desde 1932), Henrique da Silva Fontes, Urbano Müller Salles e Henrique Rupp Junior.

[...] urgente é em Santa Catarina uma Faculdade de Filosofia, porque esta, com o seu curso de Pedagogia, virá a completar o aparelhamento do ensino primário catarinense, que está entre os mais eficientes no Brasil, fornecendo-lhes docentes devidamente preparados para as escolas de formação de professores.<sup>4</sup>



Figura 1. Busto de Henrique da Silva Fontes localizado em frente à Reitoria da UFSC. Fonte: Brasil (2010)

<sup>3</sup> Zuleika Mussi Lenzi. *Entrevista concedida a Roselane Neckel*. Florianópolis, 29 jul. 2010.  
<sup>4</sup> FONTES, Henrique da Silva. *Pensamentos, Palavras e Obra*: primeiro caderno: Da Faculdade de Filosofia. Florianópolis: Edição do Autor, 1960, p.6.

O objetivo inicial da Faculdade, como afirma Fontes em seu livro de memórias, era preparar pessoal qualificado para o magistério em Santa Catarina; porém, o Curso de Pedagogia não viria a funcionar junto da Faculdade no princípio de suas atividades. No entanto, a Faculdade já foi pensada como um elemento a compor a futura universidade tão almejada pela elite intelectual catarinense.

Posteriormente é realizada outra reunião onde são aprovados o estatuto e escolhida a diretoria cujo nome foi o do professor Henrique da Silva Fontes. Por força de lei, a partir de 1952 a Faculdade Catarinense de Filosofia passa a receber auxílio concedido pelo governador Irineu Bornhausen,<sup>5</sup> eleito pela União Democrática Nacional (UDN) em 1951, partido ao qual Fontes também era afiliado. A Faculdade passa a funcionar como instituto particular de caráter filantrópico com o subsídio financeiro do governo estadual catarinense. São dados mais dois anos para a Instituição atender a todas as exigências legais para a sua consolidação, de acordo com o Decreto nº 36.658, de 24 de dezembro de 1954, publicado no *Diário Oficial* em janeiro de 1955, que autoriza o funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas,<sup>6</sup> da Faculdade Catarinense de Filosofia, com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina.

Ao ser instalada, em 1955, a Faculdade Catarinense de Filosofia tinha sua sede num casarão pertencente à família Petrelli, localizada nos finais da Rua Esteves Júnior, onde funcionavam a secretaria, o gabinete da direção, a sala da congregação, a biblioteca e algumas disciplinas [...] Outra parte das aulas era ministrada nas instalações do Colégio Catarinense, pertencente aos jesuítas, vizinho da Faculdade. E os cursos de História e Geografia tinham sua base num outro casarão, situado na pracinha localizada nos finais da Rua Esteves Júnior, a menos de 200 metros da sede da Faculdade.<sup>7</sup>

O Colégio Catarinense<sup>8</sup> não só colaborou com a Faculdade cedendo o espaço físico (sem ônus). Alguns dos professores da Faculdade faziam parte do seu corpo docente, assim como o Colégio também compartilhava da filosofia católica que norteava os trabalhos desenvolvidos na Faculdade Catarinense de Filosofia. Por meio dos escritos deixados pelo professor Fontes, é perceptível que este era guiado por fortes princípios cristãos, bem como boa parte da sociedade florianopolitana da época. Fato este corroborado na fotografia de seu gabinete, que mostra um crucifixo na parede sobre sua mesa de trabalho. No entanto, é válido ressaltar que, apesar da proximidade com a Igreja Católica e a “parceria” com o Colégio Catarinense, a Faculdade não se caracterizava como um estabelecimento de ensino confessional. A “filosofia cristã” da Faculdade “era traduzida pelo forte humanismo evidenciado nas atitudes do professor Fontes, no dia-a-dia, tais como as confraternizações com o propósito de integração entre os membros da comunidade acadêmica, bem como no tratamento ético com as pessoas e instituições”.<sup>9</sup>



Figura 2. Professor Fontes em seu gabinete na Faculdade de Filosofia. Fonte: Fontes [entre 1950 e 1960]

<sup>5</sup> SANTA CATARINA. Lei nº 684, de 03 de julho de 1952. Autoriza O Poder Executivo a emitir apólices inalienáveis da dívida pública em favor da Faculdade Catarinense de Filosofia. *Diário Oficial de Santa Catarina*, Florianópolis, 03 jul. 1952, p.1.

<sup>6</sup> O Curso de Letras Clássicas consistia em aulas de Grego e Latim; o de Letras Neolatinas em aulas de Língua Portuguesa, Francesa, Espanhola e Italiana, e o de Letras Algo-germânicas consistia em Língua Inglesa e Alemã.

<sup>7</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC/ABA, 2006, p.20-21.

<sup>8</sup> Tradicional escola confessional de Florianópolis mantida pelos irmãos da Companhia de Jesus, situado à Rua Esteves Júnior, 117, o Colégio Catarinense foi fundado em 1905, fazendo parte do projeto de governo da Primeira República, que visava ampliar o Ensino Secundário no país, seguindo os moldes do Colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro. Até os anos 1960, ele funcionava no regime de internato, atendendo apenas estudantes do sexo masculino.

<sup>9</sup> SILVEIRA, José Carlos da. *Gênese do ensino superior de geografia em Santa Catarina: da Faculdade de Filosofia à Universidade Federal (1951-1962)*. Ensino e pesquisa na dinâmica de modernização estadual. 192 f. Tese (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, p.82.



Figura 3. Trote dos alunos da Faculdade de Filosofia (Turma de 1962). Fonte: Duarte (1962)

Em princípios de 1955, a Faculdade contava com oitenta alunos. Sobre os alunos, o professor Augusto Bernardino Coelho, aluno da primeira turma do Curso de Letras Neolatinas da Faculdade Catarinense de Filosofia, comenta que na época de sua inscrição havia quarenta vagas, mas só dez alunos interessados.<sup>10</sup> Ainda assim, o Curso de Letras tinha um número mais expressivo de alunos, bem como o de História. Grande parte deles já exercia a docência, apenas aguardavam a oportunidade de obter um diploma de Ensino Superior. Segundo lembra a professora Gerusa Maria Duarte, que realizou a prova para o ingresso no Curso de Geografia em 1962: “os alunos eram selecionados através de um vestibular direcionado à área pretendida pelo estudante que se dava através de uma prova escrita e uma prova oral, perante uma banca composta por três professores”.<sup>11</sup> Após a aprovação e o ingresso na UFSC, os estudantes eram recebidos com um trote, narrado em detalhes pela professora:

O trote acontecia em praça pública, juntavam-se os alunos das faculdades e fomos para a Praça XV no centro, e eles vinham com roupas e fantasias para vestirmos. [...] E caminhávamos pela Praça, porque era um *debut* para sociedade, nos mostrávamos. E não só isso, nós também andávamos um ano inteiro com uma touca, ao estilo judaico, a nossa da Filosofia era roxa com um ‘F’ de Filosofia, amarela era da Farmácia, verde da Medicina. E nós usávamos. Assim que passávamos no vestibular, ganhávamos a touca, e era também um pouco de orgulho porque mostrava para a população que éramos universitários.[...] Tinha uma importância.<sup>12</sup>

As aulas eram ministradas no período noturno, durante o período em que a Faculdade funcionou no centro da cidade, só sendo transferidas para o período matutino quando já instalada na Trindade, devido às dificuldades de acesso à região.

<sup>10</sup> Augusto Bernardino Coelho. *Entrevista concedida a Roselane Neckel e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 26 jul. 2010.

<sup>11</sup> Gerusa Maria Duarte. *Entrevista concedida a Roselane Neckel e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 1 set. 2010.

<sup>12</sup> Idem.



Figura 4. Corpo docente da Faculdade Catarinense de Filosofia em 1955. Fonte: Fontes (1955). Nota: Primeira aula inaugural, em 25 de março de 1955. Da esquerda para a direita: João Batista Luft, Eudoro de Sousa, Henrique da Silva Fontes, George Agostinho Baptista da Silva e Lydio Martinho Callado. Margarida Ingeborg Herr, Pe. Ernesto Seidl S.J. e Aníbal Nunes Pires. Oswaldo Rodrigues Cabral, Consuelo Romero Pintos, Cônego Antônio Waterkemper, Pe. Bertholdo Braun S.J., Pe. Werner José Soell S.J. e João Dias da Silveira.

Em depoimento, o professor Armen Mamigonian, que atuou junto à Faculdade em seu início lecionando Geografia, lembra que “a Faculdade de Filosofia de Florianópolis surgiu com um nível de qualidade de alto padrão”.<sup>13</sup> As aulas eram ministradas por cerca de vinte professores, a maior parte habitante da cidade onde exerciam outras funções além da docência, como os professores Jaldyr Bhering Faustino da Silva e Aujor Ávila da Luz, este último, médico que produziu um trabalho histórico baseado em relatos dos viajantes que passaram por Santa Catarina em diferentes épocas e que lecionava História da América na Faculdade. Além desses dois já citados, compunham o quadro de professores: padre Ernesto Seidl (Filosofia), monsenhor Francisco Hobold (História da Filosofia), Biase Agnesino Faraco (Biologia Geral), Oswaldo Rodrigues Cabral (História da Antiguidade e Idade Média), João Baptista Luz (Língua e Literatura Alemã), Henrique da Silva Fontes (Língua Portuguesa), Lydio Martinho Callado (Psicologia), Edmundo Acácio Moreira (Sociologia), padre Alvim Bertholdo Braun (Antropologia e Etnografia), cônego Antônio Waterkemper (Língua e Literatura Latina), padre Francisco de Sales Bianchini (Língua e Literatura Italiana) e padre Werner José Soell (Língua e Literatura Anglo-Americana).<sup>14</sup> Também foram convidados professores em outras universidades do país como da USP e da antiga Universidade do Brasil (atual UFRJ), como João Evangelista de Andrade Filho, que ministrava a disciplina de História da Arte. Contava também a Faculdade com a presença de professores estrangeiros, entre eles os portugueses Eudoro de Sousa e George Agostinho Baptista da Silva,<sup>15</sup> autoexilados no Brasil da ditadura de Antônio Salazar, que deram significativa contribuição nas áreas de Literatura e Linguística, e a espanhola Consuelo Romero Pintos, que ministrava aulas de Língua e

<sup>13</sup> Armen Mamigonian. *Entrevista concedida a Roselane Neckel e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 6 ago. 2010.

<sup>14</sup> SILVEIRA, José Carlos da. *Gênese do ensino superior de geografia em Santa Catarina: da Faculdade de Filosofia à Universidade Federal (1951-1962)*... op.cit., p.98.

<sup>15</sup> Ambos os professores permaneceram em Florianópolis até a primeira metade da década de 1960, quando foram atraídos a Brasília pelas ideias do antropólogo Darcy Ribeiro, participando da fundação da UnB.

Literatura Espanhola. Professores considerados jovens, porém renomados, convidados a vir a Florianópolis na tentativa de ampliar o círculo cultural e intelectual da cidade, que no início da década de 1950 contava apenas com cerca de cinquenta mil habitantes.

À época os professores entravam na Faculdade por convites ou indicações da administração, não havendo nenhum tipo de concurso, para cumprir uma carga de trabalho de apenas 12 horas semanais, situação que perdurou dentro da Universidade até a consolidação da Reforma, em princípios da década de 1970, quando começaram a realizarem-se concursos para o ingresso de novos professores na Instituição. Conforme afirmaram a professora Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva,<sup>16</sup> que ministrou aulas logo no início da Faculdade de Filosofia, posteriormente vindo a integrar o Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, e o professor Nereu do Vale Pereira,<sup>17</sup> formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e posteriormente professor na área de Sociologia, os salários eram baixos, praticamente simbólicos e constantemente atrasavam, trabalhava-se pelo ideal de construir em Santa Catarina uma instituição de nível superior em Santa Catarina sólida e de qualidade. O regime de trabalho de 12h possibilitava – e tornava necessário – aos docentes o exercício de atividades paralelas que possibilitavam um intercâmbio entre a Faculdade e a comunidade já que aquela ainda não possuía programas de pesquisa específicos.<sup>18</sup>

No Parecer nº 463/54, do Conselho Nacional de Educação, que trata da criação da Faculdade Catarinense de Filosofia, consta um curso de Geografia e História conjugado: “o programa era o mesmo desenvolvido na Faculdade Nacional de Filosofia, que procurava dosar cadeiras das duas áreas para possibilitar a formação do bacharel e/ou do professor [...]”,<sup>19</sup> porém:

O curso de Geografia e História teve curta duração em Santa Catarina, pois, no ano em que iniciou suas atividades, sofreu um processo de desmembramento, em âmbito nacional por determinação legal que, em consequência para os anos subsequentes, alterou a estrutura curricular da Faculdade Catarinense de Filosofia, que passou a contar com duas novas opções na grade curricular: a Geografia e a História. Os alunos da turma de 1955 continuaram com a opção original até 1957, quando sua primeira e derradeira turma se formou, sendo o mesmo extinto.<sup>20</sup>

A separação deu-se sem nenhum problema, tanto que, mesmo com o desmembramento dos dois cursos (História e Geografia), as duas coordenadorias funcionaram juntas até 1978, quando foram individualizadas:<sup>21</sup>

No entanto, esta situação causou, de um lado, acréscimo nas despesas, uma vez que mais professores teriam que ser contratados, em função da nova organização didática dos cursos recém-criados, bem como da necessidade de novas instalações e materiais. Por outro lado, porém, a Faculdade foi intelectualmente acrescida na composição do quadro docente e de seus cursos.<sup>22</sup>

A partir desse momento, a estruturação do Curso de Geografia na Faculdade Catarinense de Filosofia ficou a cargo do professor João Dias da Silveira, que fora mandado a Florianópolis e posto à disposição da recém-criada Faculdade, para a gestão do ensino em Geografia pelo governo do estado de São Paulo, gestão Lucas Nogueira Garcês.<sup>23</sup> E ainda contava com o apoio dos professores Paulo Araújo Fernando Lago, Armém Mamigonian, Maria Ingeborg Herr e Luiz de Melo Rodrigues. O Curso de Geografia também passou a contar com a presença do professor piauiense Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, sendo hoje considerado um dos maiores geógrafos na área de climatologia integrante do corpo docente de professores da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP. Atraído a Florianópolis pela eficiência na produção científica do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC),<sup>24</sup> Monteiro viria a ocupar o posto do professor João Dias da Silveira, que retornava a São Paulo. Na época da criação da Faculdade Catarinense de Filosofia, o professor Victor Antônio Peluso Jr. exercia o cargo de Secretário de estado da Agricultura. Já formado em Agrimensura, o professor Peluso estava apto a exercer atividades docentes na Faculdade, porém fez questão de cursar Geografia, colando grau de bacharel e licenciado em 1960. Teve grande importância na estruturação do Curso de Geografia da Faculdade devido a sua atuação no DEGC.

<sup>16</sup> Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 30 jul. 2010.

<sup>17</sup> Nereu do Vale Pereira. *Entrevista concedida a Roselane Neekel, Douglas Felipe Abelino e Idles Rodrigues*. Florianópolis, 5 ago. 2010.

<sup>18</sup> Anamária Beck. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 2 de ago. 2010; e SANTOS, Sívio Coelho dos (Org.).

*Memória da Antropologia no Sul do Brasil...* op.cit., p.34.

<sup>19</sup> SILVEIRA, José Carlos da. *Gênese do ensino superior de geografia em Santa Catarina: da Faculdade de Filosofia à Universidade Federal (1951-1962)...* op.cit., p.100.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.102.

<sup>21</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Coordenadoria do Curso de Geografia. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia*. Florianópolis: UFSC, 2006, p.6.

<sup>22</sup> SILVEIRA, José Carlos da. *Gênese do ensino superior de geografia em Santa Catarina: da Faculdade de Filosofia à Universidade Federal (1951-1962)...* op.cit., p.104.

<sup>23</sup> MAMIGONIAN, Armen et. al. *Entrevista com o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro*. *Revista Geosul*, Florianópolis, v.6, n.12, p.57-102, 1º sem., 1991, p.67-68.

<sup>24</sup> O Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC) foi fundado em 1945, no governo de Nereu Ramos, pelo professor Victor Antônio Peluso Jr. Rapidamente o órgão alcançou uma posição de destaque no cenário nacional entre os institutos geográficos do país.

Na antiga Faculdade Catarinense de Filosofia tínhamos combinado ensino-pesquisa, que fazia parte da tradição universitária europeia. O professor Fontes era ele próprio pesquisador na área de filologia e havia publicado anos antes livros didáticos de geografia. Esta combinação, para a geografia, era facilitada pela existência do DEGC e assim nasceram várias pesquisas realizadas por Carlos Augusto, [Francisco] Takeda, Paulo Lago e por mim, sendo o Atlas geográfico de Santa Catarina, publicado em 1960, obra pioneira a nível nacional e que serviu de modelo a outras iniciativas semelhantes pelo Brasil [...]<sup>25</sup>

Como lembra o professor Armen, naquela época, além de ministrar paralelamente aulas na Faculdade Catarinense de Filosofia o professor Carlos Augusto dirigia a preparação do *Atlas Geográfico de Santa Catarina*,<sup>26</sup> projeto do DEGC então dirigido por Carlos Buchele Jr.

Com o apoio da Direção – tanto do DEGC como da Faculdade –, conseguimos fazer um excelente entrosamento, de tal modo que os dois departamentos de geografia eram como que uma extensão natural do outro. Para isso a realização do Atlas Geográfico de Santa Catarina foi um excelente veículo, pois promovemos um intercâmbio entre professores da Faculdade e técnicos do DEGC, com grande proveito para ambas as instituições.<sup>27</sup>

De acordo com o professor Armen Mamigonian, sobre o ensino da Geografia na Universidade em Santa Catarina, no início dos anos 1970:

[...] a saída do professor Carlos Augusto, a federalização e o regime militar causaram sérios prejuízos a geografia, que passou a ser inferiorizada pela falta de apoio, estímulos e recursos, culminando no fechamento do DEGC no *desgoverno* Konder Reis e na introdução de Estudos Sociais, EPB, OSPB. Assim, quando os problemas ecológicos passaram a se agravar (enchentes no vale do Itajaí, por exemplo), Santa Catarina estava desprovida de estudos sobre sua realidade geográfica, retardando ainda mais a busca de soluções. [...] A obrigatoriedade com que antes os professores assumiam suas pesquisas quase cessou, a iniciação científica dos alunos foi negligenciada, as reuniões científicas (AGB) foram abandonadas.<sup>28</sup>

O Curso de História oferecia as disciplinas de História Antiga, História do Brasil, História da América, História Contemporânea, ocasionalmente Cultura Ibérica, e Didática Geral e Específica, Fundamentos Sociológicos da Educação e Fundamentos Biológicos da Educação para a formação do professor. Os cursos eram todos seriais, divididos em ciclos anuais, “o modelo do Ministério da Educação previa que no final de quatro anos os chamados cursos de bacharelado teriam uma cobertura que seria o Curso de Didática”,<sup>29</sup> como conta Walter Fernando Piazza, aluno da primeira turma de História da Faculdade. A Didática Geral abrangia a área da Pedagogia, enquanto os demais cursos de Licenciatura (História, Geografia, Filosofia e Letras) necessitavam de uma didática específica aplicada a sua área. Porém, havia uma dificuldade em encontrar professores para o Curso de Didática, para lecionar em Florianópolis. Havia uma demanda reprimida de formados com o título de bacharel que não podiam exercer a docência pela falta do Curso de Didática, que dava ao aluno o grau de licenciado. O professor Fontes, em fins da década de 1950, conseguiu, por meio dos seus contatos na capital da República, um ministrante para lecionar Didática na Faculdade; porém, ao final de dois anos de trabalho, descobriu-se que o professor paulista havia falsificado o diploma que o tornava apto a lecionar a referida disciplina, assim atrasando em um ano a colação de grau dos licenciados na Faculdade, como nos contam nossos depoentes Augusto Coelho,<sup>30</sup> Emiliana Cardoso da Silva<sup>31</sup> e Walter Piazza.<sup>32</sup> Posteriormente, a Faculdade conseguiu trazer professores aptos a lecionar Didática, consolidando assim as licenciaturas, que desde o início eram um dos objetivos maiores do professor Fontes ao fundar a Faculdade Catarinense de Filosofia. Na área da Antropologia era oferecida a disciplina de Antropologia Cultural aos cursos de História e Geografia, e, como as turmas eram pequenas, a disciplina era ministrada comumente a ambos pelo professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Os alunos do Curso de Geografia também deveriam cursar Antropologia Física, e à História era obrigatória a cadeira de Antropologia Geral e do Brasil. Numa época em que os estudos e pesquisas em Antropologia ainda estavam se consolidando, a cadeira de Antropologia na Faculdade aceitava profissionais provindos de diversas áreas. Por exemplo, o professor Cabral, a

<sup>25</sup> PRATES, Arlene Maria Maykot; BUSS, Maria Dolores; GERCINO, Odair. Entrevista com o professor Armen Mamigonian. *Revista Geosul*, Florianópolis, v.6, n.12, p.43-56, 1º sem., 1991, p.51.

<sup>26</sup> Luiz Fernando Scheibe. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino e Icles Rodrigues*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

<sup>27</sup> MAMIGONIAN, Armen et al. Entrevista com o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro... op.cit., p.70.

<sup>28</sup> PRATES, Arlene Maria Maykot; BUSS, Maria Dolores; GERCINO, Odair. Entrevista com o professor Armen Mamigonian... op.cit., p.51.

<sup>29</sup> Walter Fernando Piazza. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino e Icles Rodrigues*. Florianópolis, 30 jul. 2010.

<sup>30</sup> Augusto Bernardino Coelho. *Entrevista citada*.

<sup>31</sup> Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva. *Entrevista citada*.

<sup>32</sup> Walter Fernando Piazza. *Entrevista citada*.

despite de seu interesse e vasto conhecimento na área de História e Antropologia, tinha sua formação acadêmica em Medicina.

Nos quatro primeiros anos, apesar das dificuldades financeiras, a Faculdade foi se estabelecendo como centro de formação intelectual da capital Catarinense. O professor Armen diz que “[...] num esforço de verdadeiro milagre da multiplicação dos pães o professor Fontes conseguiu prover recursos para o andamento dos trabalhos”.<sup>33</sup>

É importante também ressaltar o papel que a Faculdade Catarinense de Filosofia teve na inserção da mulher no Ensino Superior em Santa Catarina. Diferentemente das outras Faculdades da cidade (como Farmácia e Odontologia, Ciências Econômicas e Direito), onde o número de mulheres dentre os discentes raramente ultrapassava a marca dos 10%, conforme aponta o levantamento feito pelo professor José Carlos da Silveira em sua tese de mestrado, a Faculdade Catarinense de Filosofia era um espaço um pouco mais “feminino”, onde as mulheres totalizavam 56% dos alunos entre os anos de 1955 e 1962, chegando a totalizar 75% no Curso de Letras Neolatinas e quase 90% no Curso de Pedagogia.<sup>34</sup> Ora o intuito primeiro da criação da Faculdade era habilitar pessoal qualificado para ao magistério no estado, à época o papel que cabia a mulher dentro da sociedade era o de esposa e mãe e no mercado de trabalho a sua inserção fazia-se, majoritariamente, no magistério.

Fato perceptível pela foto da Primeira Aula Inaugural da Faculdade de Filosofia no Colégio Catarinense a 25 de março de 1955. Cabe ressaltar na imagem também a presença de uma estudante negra. Como comenta a professora Ana Lize Brancher<sup>35</sup> em entrevista, a inserção significativa de alunos negros na Universidade é bastante recente, ela afirma que à época de sua graduação em História, nos anos 1980, havia apenas um professor negro no quadro de docentes e que teve apenas dois colegas negros durante o decorrer do Curso. “Nós só víamos os negros na UFSC enquanto funcionários, e como funcionários nunca dentro dos cargos burocráticos, mas nos cargos como jardinagem, etc.”<sup>36</sup>



Figura 5. Primeira Aula Inaugural da Faculdade Catarinense de Filosofia em 1955. Fonte: Fontes (1955). Nota: Aula realizada no Salão Nobre do Colégio Catarinense, ministrada pelo professor João Dias da Silveira, da Universidade de São Paulo, em 25 de março de 1955. Os primeiros alunos da Faculdade Catarinense de Filosofia, da esquerda para a direita por fila: Dilza Délia Dutra, Selva Palma Ribeiro, Oswaldina Cabral Gomes, Matilde Vieira, Marly Anna Fortes Bustamante; Therezinha Pedrosa, Theresinha de Jesus da Luz Fontes, Dinah Fernandes Brognoli, Alzira Scholz, Hend Miguel, Célia Vieira Bucchi, Gertrudes Pereira da Silva, Izabel Maria Souto, Irene Reckziegel (Irmã Astúris), Aurora Goulart; Maria Agnes Heinen (Irmã Mariana), Helena Anna de Souza, Olga Cruz, Florentino Carminati Jr., Hélio Barreto dos Santos, Jairo Lisboa, Walter Fernando Piazza; Joe Puerta Kersten, Boris Miguel Moreira da Silva, Antenor Luz, José Warken Filho, Moacyr Pereira, Friedrich Karl, Franzke, Ângelo Ribeiro, Anna Therezinha Sanford Lins, Edith Soares, Olga Brasil da Luz, Yvone Christoval, José Hilário Pereira, Giovanni Pasqualino Faraco; Luiz Adolfo Olsen da Veiga, Dilma Ana de Andrade, Ernestina Brüggman, Ingeborg Madalena Boehme, Marylena Evangelista, Telmo Vieira Ribeiro, Kalil Boabaid, Célia Róvere, Dilma Livramento, Oswaldo José Fraga, Osny Nunes e Daniel Barreto.

<sup>33</sup> MAMIGONIAN, Armen et. al. Entrevista com o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro... op.cit., p.69.

<sup>34</sup> SILVEIRA, José Carlos da. *Gênese do ensino superior de geografia em Santa Catarina: da Faculdade de Filosofia à Universidade Federal (1951-1962)*... op.cit., p.122-123.

<sup>35</sup> Ana Lize Brancher. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino*.

Florianópolis, 26 jul. 2010.

<sup>36</sup> Idem.

## Uma universidade em Santa Catarina: a concretização de um sonho

A discussão sobre uma universidade no estado ficava em torno da questão: universidade estadual ou federal? O professor Fontes, sendo partidário de uma universidade estadual e afiliado à UDN, partido do então governador. A Lei nº 1.363, de 29 de outubro de 1955, que instituiu a Fundação Universidade de Santa Catarina, que deveria aglutinar as outras instituições superiores já existentes na capital,<sup>37</sup> para isso o governo estadual cedeu as terras da Fazenda Modelo Assis Brasil,<sup>38</sup> localizada no subdistrito da Trindade, em Florianópolis. O governo estadual posterior, Jorge Lacerda, também se demonstrou partidário de Fontes, continuando a subsidiar o projeto, aprovando o Plano da “Cidade Universitária” na Trindade, mesmo com recomendação contrária do plano diretor da cidade de Florianópolis (1952), que indicava o centro da cidade como localização mais adequada às instalações da Faculdade.

Graças aos esforços do professor Henrique da Silva Fontes e de seus colaboradores, foi dado início às obras de aterramento para construção do conjunto Faculdade de Filosofia, com recursos do governo estadual, na Trindade em 1957. “O conjunto dos edifícios destinados à Faculdade de Filosofia foi projetado na Diretoria de Obras Públicas do Estado, sendo a especificação das suas várias dependências elaboradas pelo Prof. Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral.”<sup>39</sup>

O terreno era pantanoso e alagadiço, e necessitou ser drenado antes de erguer qualquer construção. Ainda não urbanizada na década de 1950, a Trindade era uma área de sítios, distante do centro e que se resumia a algumas casas em torno da igreja, nos arredores da antiga Fazenda Assis Brasil. Além disso, fazia parte do então subdistrito alguns estabelecimentos comerciais em volta da praça (atual Praça Santos Dummont), como o Colégio Estadual Olívia Amorim, que permaneceu até o início da década de 1970 no prédio onde atualmente funciona o Departamento de Administração Escolar (DAE) da UFSC e uma penitenciária feminina, onde hoje funciona a Prefeitura Universitária e o Escritório Técnico Administrativo da UFSC (ETUSC).<sup>40</sup> Na área onde hoje se encontra o biotério da Universidade funcionava o Laboratório de Análises de Solos e Minerais de Secretária da Agricultura de Santa Catarina. Nas várias lembranças conta-se que até meados da década de 1970 eram comuns bois e vacas pastando pelo *campus*, que ainda estava em meio a uma área rural.

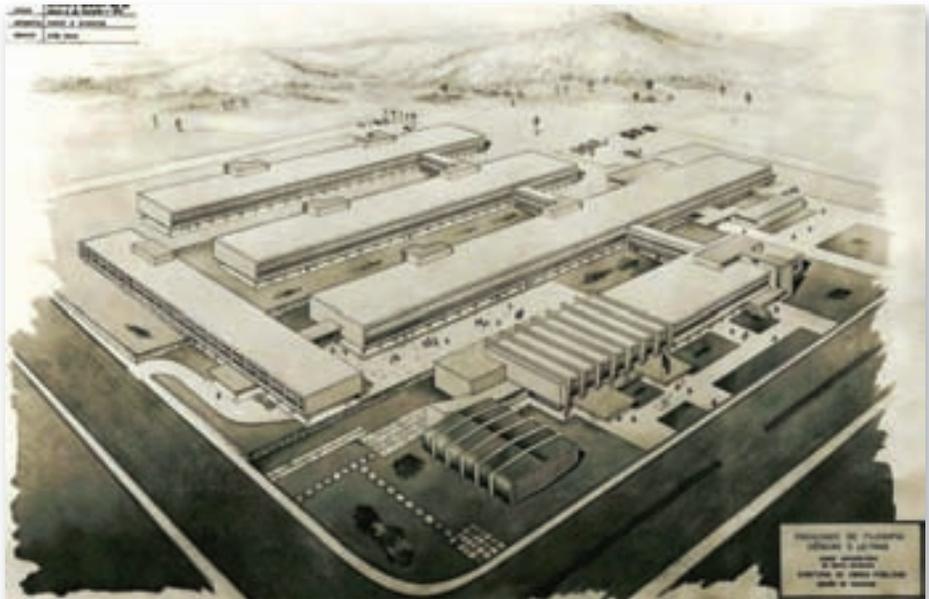


Figura 6. Cidade Universitária de Santa Catarina. Fonte: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras [195-?].

<sup>37</sup> SANTOS, Sívio Coelho dos (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil...* op.cit., p.19.

<sup>38</sup> Fazenda experimental do governo estadual voltada a experiências no aumento da produção e beneficiamento de leite na região litorânea de Santa Catarina.

<sup>39</sup> FONTES, Henrique da Silva. *Pensamentos, Palavras e Obra...* op.cit., p.70.

<sup>40</sup> Cabe mencionar que a Penitenciária Agrícola da Trindade durante o decorrer da II Guerra Mundial foi utilizada como campo de concentração para alemães e italianos acusados de simpatizantes de fascismo e nazismo. Para mais informações, cf. FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) Guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina*. 2.ed. Itajaí: UNIVALI; Florianópolis: UFSC, 2005, p.239-240.



Figura 7. Antiga Fazenda Assis Brasil na Trindade. Fonte: Agecom [s/data]



Figura 8. O professor Fontes e o engenheiro Olavo Arantes. Fonte: Fontes [195?]. Nota: Este engenheiro foi o responsável pela construção da “Cidade Universitária”.

Em 1956, a Faculdade de Direito então presidida pelo professor João David Ferreira Lima é federalizada. Ferreira Lima já defendia a ideia da criação de uma universidade federal em Santa Catarina e mantinha laços políticos com o PSD, partido do então presidente Juscelino Kubitschek, o qual tinha o intuito de expandir o ensino em 3º Grau no país, com a criação de mais instituições federais. A federalização da Faculdade de Direito seria o acontecimento inicial que daria forças à criação de uma instituição federal no estado, em vez do projeto inicial de uma universidade estadual, desenvolvido por Fontes, com o apoio do governo estadual (UDN). Pode-se perceber uma luta político-partidária no processo de criação da Universidade Federal de Santa Catarina, que refletia o ambiente vivido pela elite florianopolitana à época, dividida entre PSD, UDN e minoritariamente PTB.

É a Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, que cria a Universidade de Santa Catarina. O Art. 5º trata da composição da Universidade que é dado pelas faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e Ciências Econômicas de Santa Catarina, Faculdade Catarinense de Filosofia, Escola de Engenharia Industrial e Faculdade de Serviço Social da Fundação Vidal Ramos.<sup>41</sup> Mesmo com a aglutinação sob a denominação de Universidade de Santa Catarina, as faculdades mantiveram intacto o seu funcionamento e estrutura docente e curricular. A Faculdade Catarinense de Filosofia passa então a denominar-se Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Santa Catarina. Oficialmente a UFSC foi instalada em 12 de março de 1962.<sup>42</sup>

## Universidade Federal de Santa Catarina: a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras

Nas memórias de Gerusa Duarte,<sup>43</sup> Luiz Fernando Scheibe,<sup>44</sup> Nereu do Vale Pereira<sup>45</sup> e Zuleika Lenzi<sup>46</sup> sobre o acesso à Trindade, registra-se que ainda era difícil e se dava apenas por uma via (hoje ruas Rui Barbosa, Delminda da Silveira e Lauro Linhares) que ligava o centro da cidade até a antiga freguesia da Trindade, que só viria a ser pavimentada em fins dos anos 1960. Como poucos eram os estudantes e professores que possuíam carro próprio, a grande maioria usava o transporte público, que era bastante precário. Devido à falta de infraestrutura urbana, conta-se que, quando chovia, a estrada de barro transformava-se num atoleiro que impossibilitava o tráfego de veículos, fazendo com que os alunos tivessem de percorrer parte do percurso próximo à entrada do *campus* a pé. Sujeitos a essas condições, os alunos da Faculdade de Filosofia contavam com uma pequena área externa ao prédio, perto da entrada, onde tinham a sua disposição uma torneira para lavarem os sapatos e pés sujos de lama antes de entrarem na classe. Por que professores e alunos aceitaram o desafio da mudança? De acordo com as lembranças da professora Emiliana:

Naquela época a Trindade era mais distante. E muitos professores não queriam ir pra lá. Mas nós fomos, convencidos pelo professor Fontes de que lá era melhor, que nós íamos ter instalações melhores. Então a Faculdade de Filosofia foi a primeira a se instalar lá.<sup>47</sup>



Figura 9. Prédio da Faculdade de Filosofia na Cidade Universitária na época da inauguração. Fonte: Fontes (196-7)

<sup>41</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*, v.1, n.1, 1962, p.24-25.

<sup>42</sup> SCHROEDER, Orlando Borges. *Renovação do Ensino Superior*. Florianópolis: UFSC, 1969, p.204.

<sup>43</sup> Gerusa Maria Duarte. *Entrevista citada*.

<sup>44</sup> Luiz Fernando Scheibe. *Entrevista citada*.

<sup>45</sup> Nereu do Vale Pereira. *Entrevista citada*.

<sup>46</sup> Zuleika Mussi Lenzi. *Entrevista concedida a Roselane Neckel*.

Florianópolis, 29 jul. 2010.

<sup>47</sup> Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva. *Entrevista citada*.

Em fins de janeiro de 1961, um terço das obras do conjunto da Faculdade de Filosofia na Trindade já estava concluído e em 16 de fevereiro para lá foi transferida. No dia 30 de janeiro de 1961, às 17 horas, deu-se a cerimônia de inauguração da chamada “Cidade Universitária”, na Trindade, nos jardins da Faculdade de Filosofia, que aí já estava instalada, no primeiro bloco construído. O bloco da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras é cerca de uma terça parte do que hoje é o bloco A do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da UFSC. As instalações eram pequenas e modestas.

O professor Nereu do Vale Pereira nos conta que à inauguração do primeiro bloco de prédios da Faculdade de Filosofia havia uma placa alusiva à criação da Universidade de Santa Catarina com data e nomes dos colaboradores do projeto então ainda ligado ao governo estadual. Após a instalação da Universidade Federal, a placa foi removida.<sup>48</sup> Mas o registro fotográfico permanece no acervo de Theresinha da Luz Fontes, filha do professor Henrique da Silva Fontes. Na fotografia podemos ler na placa: “CIDADE UNIVERSITÁRIA DE SANTA CATARINA. Aos Governadores: Irineu Bornhausen, Jorge Lacerda e Heriberto Hülse. Pela idealização, planejamento e início desta obra. Ao Presidente da República: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Pelo apoio emprestado e reconhecimento de Santa Catarina. 20-1-1961”

Já com 75 anos, o professor Henrique da Silva Fontes deixou a direção da Faculdade, assumindo em seu lugar o professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Sobre o professor Cabral, a professora Gersa Maria Duarte conta que, quando estudante, Cabral ministrava a disciplina de Antropologia Cultural e era rígido nos horários: “as aulas começavam às 7 h e 20 min, após essa hora a porta era trancada a chave e ninguém mais entrava”.<sup>49</sup> Logo no início de sua administração, Cabral instituiu um relógio de ponto sujeitando os funcionários a um duro regime de horas, o que causou grande insatisfação dentro da Faculdade levando à decadência da popularidade do Dr. Cabral entre os professores e pessoal da Faculdade.

Em meados de 1963, numa reunião da Congregação, Cabral apresentou uma proposta<sup>50</sup> que, no seu entender, era estratégica para a Faculdade. A maioria dos professores integrantes da Congregação, porém, resolveu ser contra a iniciativa, numa clara demonstração de inconformidade com o registro diário de suas horas de trabalho. Numa reação imediata, Cabral declarou que estava renunciando ao cargo de diretor, o que de fato aconteceu, apesar das iniciativas do reitor Ferreira Lima e de alguns colegas da própria Faculdade para demovê-lo do propósito.<sup>51</sup>

Mesmo sendo de grande importância o cargo, cabendo competência de nomeação do presidente da República, Cabral abdicou, sendo o único diretor na história da Faculdade a renunciar o cargo.<sup>52</sup>

Conforme os estudos de Celso João Carminati e Camila Porto Fasolo, no “início da década de 1960, a expansão do ensino secundário impulsionava a criação de cursos superiores para atender a crescente demanda de professores”.<sup>53</sup> É a partir de 1960 que passam a funcionar na Faculdade de Filosofia os cursos de Pedagogia e Didática “que capacita os bacharéis para o exercício do magistério”.<sup>54</sup> O Ginásio de Aplicação estava então vinculado à Faculdade de Filosofia, que oferecia o Curso de Pedagogia, estando instalado em alguns prédios de madeira atrás do bloco da Faculdade de Filosofia. Em 1968 já contava com 240 alunos do primeiro ciclo colegial;<sup>55</sup> entretanto, a Reforma Universitária, empreendida pela Ditadura militar, excluiria o Curso de Pedagogia e o Colégio do interior da Faculdade de Filosofia.

Em 1966 o número de alunos da Faculdade já era tão grande que houve a necessidade de iniciar obras de ampliação em suas instalações, iniciando a construção de uma segunda ala para atender melhor a demanda. “Em 1968 a escola conta com 675 alunos, distribuídos por seis cursos: línguas e letras, história, filosofia, geografia, pedagogia e matemática. Estão em projeto os cursos de ciências, psicologia, ciências sociais, orientação escolar”.<sup>56</sup>

## Os Militares e a Reforma Universitária: o Ciclo de Estudos Básicos

Deflagrado pelo golpe militar de 31 de março de 1964, a Ditadura militar brasileira só passou a ser sentida efetivamente dentro da Universidade a partir de 1968, por meio do Ato Institucional nº 5,<sup>57</sup> quando os professores, técnico-administrativos e alunos passam a sentir a repressão. Os diretórios acadêmicos são fechados. Nas Ciências Humanas, as

<sup>48</sup> Nereu do Vale Pereira. *Entrevista citada*.

<sup>49</sup> Gersa Maria Duarte. *Entrevista citada*.

<sup>50</sup> No decorrer da pesquisa, não conseguimos levantar nenhuma informação sobre o teor da proposta.

<sup>51</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil...* op.cit., p.30.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> CARMINATI, Celso João. FASOLO, Camila Porto. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santa Catarina: memórias de sua constituição e formação de professores em nível universitário. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13, 2007, Porto Alegre. *Anais do 13º Encontro...* Porto Alegre, 2007, p.4.

<sup>54</sup> FONTES, Henrique da Silva. *Pensamentos, Palavras e Obras...* op.cit., p.63.

<sup>55</sup> SCHROEDER, Orlando Borges. *Renovação do Ensino Superior...* op.cit., p.214.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> AI-5, Decreto emitido pelo regime militar brasileiro em 13 de dezembro de 1968, que, entre outras coisas, concedia plenos poderes ao presidente da República para fechar o Congresso, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão, coibir qualquer tipo de manifestação popular e impor censura direta à Imprensa.

cadeiras relacionadas à Sociologia, História e Filosofia estavam sob constante vigilância do governo militar, por serem consideradas nocivas à ordem pelos temas de estudos que as caracterizavam.

Em 1967 a professora Zuleika Lenzi passa a atuar junto a Instituição como docente, lecionando, principalmente, Sociologia da Educação. Perguntada sobre o início de sua atividade docente na Universidade lecionando Sociologia da Educação, ela diz:

Em 67, quando eu comecei a lecionar na Universidade, o que você sentia era o seguinte: era um nível de aluno com um conhecimento geral bastante elevado. Eu dava aulas especialmente para o Curso de Pedagogia, muitas vezes eram alunos bem mais velhos do que eu, eram professores que precisavam do diploma, mas com um nível de conhecimento muito grande. [...] cada vez que tinha um fato histórico, seja internacional, seja nacional, você tinha que antecipar o conhecimento mesmo que não fosse Sociologia da Educação, mas você tinha que ler muitos jornais, ter bastante conhecimento porque sabia que, quando entrasse em sala de aula, os alunos iriam perguntar.<sup>58</sup>

Após a renúncia do professor Cabral, a direção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras passa a intervenção do padre Francisco de Sales Bianchini, que se alinhava com as políticas do governo militar, de acordo com relatos das professoras Gerusa Duarte<sup>59</sup> e Zuleika Lenzi.<sup>60</sup>

É nesse período em que vem a maior dificuldade. No período em que ele [Pe. Bianchini] era diretor. Tudo coincidiu. Coincidiu que era o 477<sup>61</sup> para os professores e para os alunos [...], todos nós passamos a perceber o esvaziamento das pessoas que tinham uma visão mais de esquerda, mas simultaneamente nós também temos a figura do reitor, que era o David Ferreira Lima... mas o David Ferreira Lima era uma pessoa que era plausível de conversa.. O Dr. David ele era muito político, ele era muito do PSD, assim, ele era aquele *gentleman* que colocou a Universidade a nível nacional, que fazia as viagens, que conseguia contornar os embates e ele não entrava num conflito, ele fazia muito mais a conciliação.<sup>62</sup>

O governo militar, fazendo uso dos Atos Institucionais nº 5 e nº 12, institui “em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no país”.<sup>63</sup> E nas universidades isso se dá com a disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), acrescentada ao currículo de todos os cursos. Nesse contexto, a Universidade passa a contar com uma central de informações de segurança, onde deveriam ser dirigidas as denúncias de “conduta subversiva” por parte de alunos ou professores. Existia censura na sala de aula, os professores já não tinham mais liberdade de ministrar certos conteúdos, as aulas de maior cunho crítico eram consideradas perigosas, e o medo era constante. Sobre a atividade docente durante a Ditadura militar, a professora Anamaria Beck, que lecionava Antropologia, lembra que “havia sempre a possibilidade de alguém se levantar e ir ali à informação”.<sup>64</sup> A professora Ana Lize Brancher, que ingressou na Universidade como estudante em 1975, comenta que: “o pensamento brasileiro estava cerceado. [...] Era um período de alienação completa e total”.<sup>65</sup> O professor Nazareno José de Campos, aluno da graduação em Geografia durante a década de 1970, comenta sobre as dificuldades impostas pela repressão durante o período do governo militar, inclusive sobre “espões” da ditadura infiltrados nas turmas e encarregados de delatar alunos e professores envolvidos em atividades consideradas subversivas ou revolucionárias para os militares.<sup>66</sup> A professora Gerusa Duarte conta-nos que na sua atividade como docente, durante a década de 1970, em uma das turmas em que ministrava aulas, foram descobertos (por ela própria) três militares infiltrados dentre os alunos.<sup>67</sup> No entanto, mesmo sob o duro regime de repressão, ou talvez devido à repressão e à ânsia por liberdade de ação e expressão, havia um grande envolvimento político por parte dos estudantes. Ana Lize Brancher comenta que em fins da década de 1970, quando estudante de Engenharia Civil, havia uma grande integração entre os alunos das diversas áreas da Universidade, todos engajados na luta estudantil.

É no contexto do governo militar que foi implantada a Reforma Universitária na UFSC, que tinha suas bases no Parecer nº 977/65, do professor Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, e na Lei nº 5.540/68, que “fixa normas de

<sup>58</sup> Zuleika Mussi Lenzi.

*Entrevista citada.*

<sup>59</sup> Gerusa Maria Duarte.

*Entrevista citada.*

<sup>60</sup> Zuleika Mussi Lenzi.

*Entrevista citada.*

<sup>61</sup> O Decreto-lei nº 477 de 27 de fevereiro de 1969 levou efetivamente o golpe militar para dentro das universidades, estabelecia punições para os professores e alunos suspeitos de conduta subversiva, que podia levar desde ao desligamento da Universidade até ao processo administrativo, jurídico e prisão. Para mais informações, cf. BRASIL. Decreto-lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 26 de Fev. 1969, p.1706. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 8 set. 2010.

<sup>62</sup> Zuleika Mussi Lenzi.

*Entrevista citada.*

<sup>63</sup> Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n. 27, 1969, p.23-25.

<sup>64</sup> Anamaria Beck.

*Entrevista citada.*

<sup>65</sup> Ana Lize Brancher.

*Entrevista citada.*

<sup>66</sup> Nazareno José de Campos. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino e Icles Rodrigues*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

<sup>67</sup> Gerusa Maria Duarte.

*Entrevista citada.*

organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”, deflagrada com o Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969, que extingue as cátedras vitalícias dentro da universidade, assim como os cursos deixam de ser seriados. Com essa legislação, foi instituída a departamentalização da Universidade e a criação de Centros no lugar das antigas Faculdades. “Recomenda-se no plano estrutural [da Reforma] o agrupamento de unidades, de acordo com áreas de atividades ou conhecimentos, para maior organicidade do sistema. Por exemplo: as unidades da área das ciências da natureza, as ciências humanas, [...]”.<sup>68</sup>

É assim que as antigas faculdades desapareceram, dando origem a uma nova estrutura administrativa na Universidade. A um Centro de Estudos Básicos (CEB) é atribuída a competência de ministrar as disciplinas consideradas fundamentais em quatro grandes áreas de estudos.

[...] a reforma estava acontecendo de maneira acelerada numa universidade que tinha poucos anos de existência e um reduzido número de professores e alunos. No cenário nacional, o Ministério da Educação encontrava-se sob as influências do convênio MEC/Usaid,<sup>69</sup> que havia sido firmado pelos militares que estavam no poder.<sup>70</sup>

Ao mesmo tempo, instituiu-se o vestibular único e unificado: “*único* – um só concurso para todos os candidatos – e *unificado* – um só curso vestibular para todos os cursos da Universidade –,”<sup>71</sup> de múltipla escolha, o que acabava com o problema dos excedentes na Universidade, mas contribuía para a decadência do nível dos estudantes, já que não era mais exigido um senso crítico, apenas o acúmulo de informações necessárias para o alcance de uma nota suficientemente alta que garantisse o ingresso na Universidade.<sup>72</sup>

A Faculdade de Filosofia foi desmembrada em 15 de julho de 1969.<sup>73</sup> O Curso de Pedagogia e o Ginásio de Aplicação passam então a integrar o recém-criado Centro de Educação. O prédio utilizado pela antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras passa a abrigar o CEB. O Art. 11 do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina, de outubro de 1969, diz: “Com finalidades administrativas, didáticas e de pesquisa, o CENTRO DE ESTUDOS BÁSICOS (CEB) congregará áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em vista de ulteriores aplicações”.<sup>74</sup> O parágrafo primeiro expõe as duas áreas do CEB, as Ciências e as Humanidades, esta que abrange as Ciências Sociais e Humanas, Comunicações e Artes.<sup>75</sup> Dentro da área das Humanidades desdobram-se ainda os novos departamentos criados pela reforma: Filosofia, Geociências, História, Psicologia e Sociologia (até os dias atuais parte integrante do CFH).

Em seu depoimento Anamaria Beck afirmou que “a Universidade caminhou nos primeiros anos da Reforma Universitária com muitos altos e baixos, com muitas dificuldades”.<sup>76</sup> A UFSC foi uma das primeiras universidades brasileiras a adotar as mudanças impostas pela Reforma. Com a instalação do ensino básico, as dificuldades da repressão aumentaram, segundo a professora Zuleika Lenzi.<sup>77</sup> Com a instauração do sistema de créditos no ciclo básico imposto pela Reforma Universitária do regime militar, os cursos deixam de ser seriados, o que, para alguns dos nossos depoentes, pode ser considerado uma estratégia de repressão, já que os alunos não são mais organizados em turmas, o aluno não “pertencia” mais a um determinado grupo de uma faculdade, mas sim ao grande todo de uma área comum da universidade, o que inibia a criação de um vínculo entre eles, funcionando como um mecanismo de dispersão, que viria a dificultar possíveis movimentações políticas antirrepressão por parte dos acadêmicos. Sobre a implantação e o período de adaptação à Reforma, a professora Anamaria Beck comenta:

Nós saímos de férias em dezembro, quando voltamos os nomes das portas haviam mudado. E aí de repente tu tinhas que te localizar [...]. No Departamento de Sociologia, por exemplo, tivemos que conhecer quem eram os sociólogos, porque criou-se o Departamento de Sociologia, o que aconteceu? Todo mundo que trabalhava com Sociologia nas várias Faculdades foi reunido naquele Departamento. [...] Onde tivesse a palavra Sociologia, vinha para o Departamento. E não existia Curso de Ciências Sociais na Universidade, aí se criou todo o processo...<sup>78</sup>

<sup>68</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2000, p.209-211.

<sup>69</sup> Acordo firmado entre o Ministério da Educação e Cultura e *United States Agency for International Development*, onde o Brasil receberia apoio técnico e financeiro para remodelar a Educação, sendo que tais mudanças visavam atrelar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico dependente de interesse norte-americano.

<sup>70</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil...* op.cit., p.38.

<sup>71</sup> LIMA, João David Ferreira. *UFSC: Sonho e Realidade...* op.cit., p.203.

<sup>72</sup> Zuleika Mussi Lenzi. *Entravista citada*.

<sup>73</sup> CARMINATI, Celso João; FASOLO, Camila Porto. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santa Catarina... op.cit., p.6.

<sup>74</sup> Cf. ESTATUTO da Universidade Federal de Santa Catarina. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n. 27, 1969, Anexo I.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Anamaria Beck. *Entravista citada*.

<sup>77</sup> Zuleika Mussi Lenzi. *Entravista citada*.

<sup>78</sup> Anamaria Beck. *Entravista citada*.



Figura 10. O Centro de Estudos Básicos (CEB) em 1977. Fonte: Agecom (1977)

Até então, os departamentos de Psicologia e Sociologia só existiam oferecendo disciplinas para outros cursos, não havendo um curso específico nessas áreas. Com o advento da Reforma, as disciplinas da área da Sociologia, que eram ofertadas em alguns dos cursos das antigas faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Serviço Social e Filosofia, passam a ser consideradas disciplinas essenciais e são oferecidas nas primeiras fases do ciclo de estudos básicos, juntamente com algumas disciplinas da área de Antropologia, assim atribuindo mais alunos aos professores dessas áreas, sobrecarregando-os. Com a nova estrutura imposta pela Universidade, os departamentos foram constituídos pelos docentes que, pela constituição de 1967, eram considerados titulares das cadeiras, auxiliados por alguns outros professores auxiliares além de servidores técnico-administrativos.

Foi em decorrência da Reforma Universitária que novos cursos surgiram na área das Ciências Humanas. Ainda em 1972, o Departamento de Sociologia organizou um grupo de trabalho responsável pelo estudo da criação de um curso de graduação em Estudos Sociais “com o objetivo de formar professores num sistema de licenciatura curta para disciplinas como Organização Social e Política Brasileira (OSP), História e Geografia”.<sup>79</sup> Após três anos de trabalho, estudos e discussões, esse Curso transformou-se na Licenciatura em Ciências Sociais, que mantém a sua estrutura até hoje, reconhecido pelo Decreto presidencial nº 81.144, de 1978.<sup>80</sup> Na constituição do Curso de Ciências Sociais, houve um trabalho muito grande por parte de alguns professores para a inclusão de disciplinas de teoria sociológica no currículo do Curso, que viariam a aprofundar o conhecimento dos estudantes e propiciar um desenvolvimento do senso crítico, o que era considerado “perigoso” ao regime militar. Em consequência da criação do Curso, o Departamento de Sociologia passou a denominar-se Departamento de Ciências Sociais.

Já o Departamento de Psicologia, comandado inicialmente pelo professor Lydio Martinho Callado, surgiu juntamente com a Reforma, ministrando disciplinas de Psicologia em outros cursos da graduação. Três dos professores que compunham o Departamento eram oriundos do Departamento de Ciências Pedagógicas e, os outros três, do Departamento de Filosofia. “Os professores do primeiro grupo eram Emiliania Maria Simas Cardoso da Silva (Professora Titular), Ecy Lima Barreto (Professora Assistente) e Mara Coelho de Souza Lago (Professora Auxiliar) e, do segundo grupo, Lydio Martinho Callado (Professor Titular), Roberto Caetano Castiglia (Professor Assistente) e Walmor Cardoso da Silva (Professor Auxiliar)”.<sup>81</sup> Santa Catarina ainda não contava com nenhum curso de Psicologia, e a demanda social por psicólogos aumentava, havia uma demanda

<sup>79</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil...* op.cit., p.50-51.

<sup>80</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Coordenadoria do Curso de Graduação em Ciências Sociais. *Curso de Ciências Sociais da UFSC: Projeto Político Pedagógico*. Florianópolis: UFSC, 2006, p.8.

<sup>81</sup> GUERRA, Rogério F. BAUS, José. Dona Emiliania e o Departamento de Psicologia da UFSC. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: UFSC, n.40, p.265-297, out. 2006, p.277-278.

reprimida de alunos que procuravam cursos similares devido à falta de um curso de Psicologia na Universidade. Assim, em 1976 o reitor Caspar Erich Stemmer designou um grupo de trabalho liderado pela professora Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva para estudos acerca da criação do Curso. Foi convocado um seminário que contou com a presença dos pró-reitores, membros do Conselho Universitário e professores de diversos departamentos da Universidade. Ainda no mesmo ano, o Curso foi implantando, juntamente com o Serviço de Atendimento Psicológico (SAPSI), que iniciou suas atividades no segundo semestre de 1977, sob a coordenação das professoras Vera Lúcia Rocha e Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva. O SAPSI funciona como Centro de Psicologia Aplicada, por meio da realização de estágios supervisionados, projetos de pesquisa e extensão de professores do Departamento de Psicologia da UFSC, com oferta de atendimento psicológico em caráter público e gratuito, dando um retorno à comunidade. O início do Curso contou muito com o apoio da Reitoria e de outros departamentos da Universidade, como Sociologia, Filosofia e da área de Medicina. A primeira turma teve trinta alunos que ingressaram por aprovação no vestibular de março de 1978, sendo, que nesse ano, o curso de Psicologia foi o terceiro mais concorrido do concurso vestibular. Em via de regra, tem de se ter a primeira turma formada para o reconhecimento de um curso; porém, no último ano de estudos da primeira turma, o MEC encaminhou uma comissão de análise para examinar o Curso de Psicologia da UFSC:

O reconhecimento do Curso de Psicologia foi concedido meses após a formatura da primeira turma (ao final de 1982), por meio do Parecer nº 498/83, de 06 de outubro de 1983 do Conselho Federal de Educação e da Portaria nº 451/83-MEC, publicada no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 1983, nas habilitações Bacharelado, Licenciatura e Formação Psicólogo.<sup>82</sup>

Diferentemente da maior parte das universidades brasileiras que alocam a Psicologia dentro das Ciências da Saúde, na UFSC a Psicologia desde o princípio esteve vinculada às Ciências Humanas. Em sua entrevista, a professora Emiliana explicou que Psicologia, no ponto de vista daqueles que trabalharam na implantação do Curso na UFSC, não é uma ciência que trata de doenças para ser alocada dentro das Ciências da Saúde e, como não havia nenhum empecilho legal, a Psicologia ficou nas Ciências Humanas: “É isso que nós pretendemos, nós temos que atender ao ser humano, atender às pessoas, então é isso, por aí que nós queremos, não é doença, doença é mais um aspecto, daí ficamos nas Humanas, e até hoje estamos lá”,<sup>83</sup> explica a professora Emiliana.

Desde sua criação, juntamente com a Faculdade de Filosofia, até 1978, o Curso de Filosofia só oferecia a opção de licenciatura. É nesse ano, por meio da Portaria nº 429/GR, de 13 de outubro de 1978, e do Parecer nº 721, de 14 de setembro de 1978, do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSC,<sup>84</sup> que o Curso passou a oferecer a opção bacharelado em Filosofia juntamente com a Licenciatura. Segundo os professores Alberto Oscar Cupani<sup>85</sup> e Armen Mamigonian,<sup>86</sup> com a chegada de novos professores vindos de diversas partes do país (e do exterior), houve um aprofundamento em novos ramos da Filosofia na UFSC, perdendo um pouco do seu viés teológico (herança da formação por padres do Colégio Catarinense).

No entanto, a expansão na Universidade propiciada pela Reforma foi deficiente. O número de aulas e a carga horária de ensino aumentaram consideravelmente, e o corpo docente estava sobrecarregado, como afirmam alguns professores, pois o número de aulas era excessivo, não havia tempo disponível nem financiamentos para as atividades de pesquisa. O ingresso de alunos praticamente duplicou, concursos para a contratação de novos professores e funcionários técnico-administrativos foram realizados, o pessoal da Universidade crescia rapidamente, porém a expansão do espaço físico era lenta. Todos os departamentos das Ciências Humanas estavam alocados no primeiro andar do prédio do CEB, num espaço insuficiente. Conforme o relato de Gerusa Duarte, o espaço era muito limitado, diferentemente do de hoje, em que os professores contam com salas de trabalho, à época do Centro de Estudos Básicos o espaço era coletivo, compartilhado por **todos** os professores de um Departamento. Conta Gerusa que cada professor contava apenas com uma pequena mesa de trabalho, uma carteira escolar, todos apinhados dentro de uma pequena sala.<sup>87</sup> A falta de espaço físico acarretava num excesso de proximidade entre os

<sup>82</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Coordenadoria do Curso de Graduação em Psicologia. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia*. Florianópolis: UFSC, 2009, p.5.

<sup>83</sup> Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva. *Entrevista citada*.

<sup>84</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Graduação em Filosofia. *Projeto Político-Pedagógico*. Florianópolis: UFSC, 2004, p.6.

<sup>85</sup> Alberto Oscar Cupani. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 31 ago. 2010.

<sup>86</sup> Armen Mamigonian. *Entrevista citada*.

<sup>87</sup> Gerusa Maria Duarte. *Entrevista citada*.

professores, o que acabava gerando conflitos internos dentro dos departamentos, como nos contam os professores Anamaria Beck, Armen Mamigonian, Gerusa Duarte e Nereu do Vale Pereira.

É de se lembrar que o Parecer Sucupira, de 1965, que orientou a reforma universitária, teve também sua face positiva. A implantação dos cursos de pós-graduação mudou efetivamente o perfil das universidades públicas do País. O regime militar, que havia imposto controles à comunidade universitária, além de promover cassações e prisões de docentes, de servidores e de estudantes, também criou condições para expansão das universidades, ampliando as vagas dos cursos de graduação e estruturando o ensino de pós-graduação.<sup>88</sup>

## De Instituto a Museu: a Antropologia na UFSC

Desde princípios da década de 1960 o professor Cabral, então diretor da Faculdade, juntamente com seus auxiliares Walter Fernando Piazza e Sílvio Coelho dos Santos realizavam escavações arqueológicas em Santa Catarina, já demonstrando preocupação com a preservação de sítios arqueológicos no estado. A Lei nº 3.924, de 27 de julho de 1961, de proteção aos sítios arqueológicos, juntamente com a implantação do Programa Nacional de Arqueologia (Pronapa), ainda em 1960, serviu de estímulo aos estudos realizados pelos professores da cadeira de Antropologia da Faculdade, aumentando o interesse dos alunos nas pesquisas da área. Os alunos Marcílio Dias dos Santos e Anamaria Beck realizaram estágios com os professores Sílvio e Piazza, e posteriormente foram encaminhados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. A Antropologia crescia rapidamente dentro da Faculdade, o pequeno espaço físico já não era mais suficiente, levando Cabral a encaminhar uma proposta ao reitor Ferreira Lima expondo a necessidade da ampliação do campo de pesquisas para a Universidade, assim como apontando os aparatos legais para que a Universidade fosse responsável pela proteção dos sítios arqueológicos e afins, em outubro de 1964. Encaminhada a proposta e realizados os estudos necessários, a Resolução nº 017/68 do Conselho Universitário, do dia 2 de maio de 1968,<sup>89</sup> criou o Instituto de Antropologia, órgão que era subordinado diretamente à Reitoria e composto por um grupo de professores pesquisadores que realizavam simultaneamente as duas atividades. Cursos de pós-graduação também já eram projetados.

O campus universitário já estava instalado [...], onde anteriormente abrigava a Fazenda Experimental Assis Brasil, [...]. Lá existia uma estrebaria que se encontrava em ruínas, mas Cabral reformou o prédio e instalou o Instituto de Antropologia no local. A nova unidade acadêmica tinha salas de aulas, biblioteca, laboratórios e salas para os pesquisadores que se dedicavam a estudos variados (antropologia, arqueologia e etnologia). Algumas peças do acervo arqueológico ficavam expostas ao público, mas a finalidade precípua do Instituto de Antropologia era a pesquisa num novo campo de conhecimento, não o entretenimento aos visitantes ocasionais. A inauguração ocorreu em 29 de maio de 1968.<sup>90</sup>

As atividades de docência e pesquisa no Instituto de Antropologia tiveram início no segundo semestre de 1967.<sup>91</sup> “Suas instalações dentro de uma área de 480 m<sup>2</sup> abrigavam laboratórios, além de uma biblioteca e uma sala de exposições para o acervo arqueológico, indígena e de cultura popular.”<sup>92</sup> O quadro de professores e pesquisadores crescia, em janeiro de 1969 saiu o primeiro número da *Revista Anais do Instituto de Antropologia*, referente ao ano de 1968, exemplar este que ainda pode ser encontrado na Biblioteca Universitária. Cursos de extensão eram ministrados e havia vagas de estágio abertas a alunos já graduados.

O Instituto de Antropologia representava, sem dúvidas, nos finais dos anos de 1960, a vanguarda em termos de ensino, pesquisa e extensão na área de Ciências Humanas, quiçá, na própria Universidade. Era uma organização modelo e podia rivalizar com outras organizações congêneres no País.<sup>93</sup>

Em fins dos anos 1960, eram três os institutos que faziam parte da Universidade: Direito do Trabalho, Estudos Sócio-Econômicos e Antropologia, subordinados respectivamente às faculdades de Direito, Ciências Econômicas e Filosofia,<sup>94</sup> porém respondiam diretamente à Reitoria. Os outros dois institutos não tinham a mesma estrutura, organização e desempenho que o de Antropologia.

<sup>88</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil...* op.cit., p.52.

<sup>89</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n.17, 1968, p.1.

<sup>90</sup> GUERRA, Rogério F. Oswaldo Rodrigues Cabral: Notas sobre a trajetória de vida de um intelectual brilhante.

*Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: UFSC, n.42, p.9-60, abr./out. 2008, p.35.

<sup>91</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil...* op.cit., p.34.

<sup>92</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. *Museu Universitário – UFSC: 30 anos*. Revista Comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário “Oswaldo Rodrigues Cabral” - UFSC. Florianópolis: UFSC, 1998, p.8.

<sup>93</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil...* op.cit., p.36.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p.37.

Com a Reforma Universitária, esses órgãos deixaram de existir, pois os institutos foram extintos da nova estrutura administrativa departamentalizada da Universidade. A solução para a sobrevivência do Instituto de Antropologia foi a sua transformação em Museu Universitário, que passou a ser um órgão suplementar integrando o novo Departamento de Sociologia. Porém, como Museu, o Instituto perdeu a forma idealizada pelo professor Cabral. “A partir desse momento o Museu passa a ser uma instituição voltada exclusivamente para a guarda de acervo.”<sup>95</sup> Em 1974, por meio da Resolução 016/74, o Antigo Instituto de Antropologia passou a denominar-se Museu Universitário. Para que pudesse haver exposições, foram transformadas três salas de aula do antigo Instituto, que ficavam anexadas ao prédio principal da antiga estrebaria da Fazenda Assis Brasil em salas de exposições.

Com a transformação do Instituto em Museu, este passou à condição de órgão suplementar, como o Restaurante Universitário e a Imprensa Universitária, desvinculando-se assim da então Faculdade que nesse momento configura o CEB. Os professores pesquisadores Sílvio Coelho dos Santos, Anamaria Beck, Gerusa Duarte, Margarida Davina Andreatta, Luiz Carlos Halfpaf, Maria José Reis e Alroíno Baltazar Eble,<sup>96</sup> que eram lotados no Instituto, passam a integrar o recém-criado Departamento de Sociologia, juntamente com os professores titulares, chefiado pelo professor Nereu do Vale Pereira, titular da cátedra de Sociologia, vinculado à antiga Faculdade de Ciências Econômicas. “Nós deixamos de ser pesquisadores e passamos só a dar aulas”, fala-nos a professora Gerusa Duarte. Como relata o professor Sílvio Coelho dos Santos em seu livro sobre a Antropologia no Sul do Brasil, “a lotação e a consequente subordinação dos professores ao Departamento de Sociologia foram motivo de permanente tensão que se manifestava no dia-a-dia nas relações com os colegas professores de Sociologia”.<sup>97</sup>

Desde o seu início no Instituto de Antropologia, e posteriormente como parte integrante do Departamento de Sociologia, os estudos e pesquisas no campo da Antropologia representaram significativa importância no diálogo com as comunidades indígenas de todo o estado. Os professores ligados à Antropologia da UFSC proporcionaram visibilidade às comunidades indígenas, atuando na defesa de seus interesses perante o poder estadual.

Devido ao aumento no número de aulas de Sociologia, mais professores foram contratados, tornando os antropólogos uma minoria dentro do Departamento. Mesmo assim, a Antropologia se afirmava na Universidade por causa das inúmeras pesquisas realizadas e pelo intercâmbio com outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Em 1972 os professores de Antropologia da UFSC organizaram o Primeiro Encontro de Professores de Antropologia do Sul, aqui na Universidade. Graças às iniciativas dos antropólogos da UFSC, aconteceu em Florianópolis, em 1974, a IX Reunião da Sociedade Brasileira de Antropologia, onde foi decidida a reabertura da Associação, propiciando um incentivo no estudo da Antropologia no Brasil, e mais uma vez dando um papel de destaque à UFSC nessa área.

Em meados da década de 1970, o célebre pesquisador e artista catarinense Franklin Cascaes passou a atuar junto do Museu através de convênio firmado entre a Universidade e a Prefeitura



Figura 11: A Bruxa Grande. Fonte: Cascaes (1976)

<sup>95</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. *Museu Universitário – UFSC: 30 anos...* op.cit., p.8.

<sup>96</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil...* op.cit., p.43.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p.41.

municipal de Florianópolis na gestão Nilton Severo da Costa. Assim, passou a integrar o acervo do Museu, um arquivo composto por mais de três mil peças em cerâmica, madeira e outros materiais, e mais de oitocentos desenhos, gravuras e escritos de autoria de Franklin Cascaes, doado por ele mesmo. Esse acervo denominado *Coleção Prof<sup>a</sup> Elizabeth Pavan Cascaes* até hoje se encontra no Museu Universitário, e tem forte apelo popular devido à notoriedade de Cascaes nos estudos em relação à ocupação humana da Ilha de Santa Catarina.

## Necessidade por qualificação: o surgimento da pós-graduação

A expansão na Universidade propiciada pela Reforma acarretou em uma demanda por maior qualificação dos professores, levando à criação dos primeiros cursos de pós-graduação dentro da UFSC. Conforme os relatos dos antigos professores da Universidade, na época já se sentia a necessidade de uma melhor qualificação na formação acadêmica dos docentes, já que muitos deles possuíam apenas a graduação. Alguns haviam cursado especialização, porém poucos eram os que tinham mestrado ou doutorado, devido ao fato de não haver nenhum curso desse nível na área das Ciências Humanas em Santa Catarina até os anos 1970. Os interessados eram obrigados a deslocar-se aos grandes centros como Porto Alegre e São Paulo. Quando da comissão de avaliação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o Curso de Psicologia, foi salientado que os professores deveriam ter uma titulação acadêmica mais adequada – no Curso de Psicologia, como nos demais das Ciências Humanas da época, a maior parte deles ainda não era mestre ou doutor – sendo recomendado um investimento por parte da Universidade na criação de cursos de pós-graduação. Sobre a necessidade de uma maior qualificação profissional dos professores da Universidade. O professor Alberto Cupani do Departamento de Filosofia nos fala:

A partir da década de 1980, graças a um esforço conjunto dos professores do Departamento, os professores mais jovens conseguiram sair para cursar seus doutorados, seja no país, seja no estrangeiro, e o resultado é que, na atualidade, temos um Departamento de alta qualidade com doutores especialistas nos mais diversos assuntos e doutrinas filosóficas, e mantemos um curso de graduação com dois turnos e duas saídas, licenciatura e bacharelado, e um programa de pós-graduação que tem tanto o nível de mestrado quanto o de doutorado.<sup>98</sup>

Porém, poucos eram os professores na UFSC aptos a ministrar aulas na pós-graduação, foi necessário trazer professores de outros estados para completar o corpo docente desses cursos. Dentre os primeiros alunos dos cursos de pós-graduação, grande parte era de professores dos cursos de graduação da Universidade, que visavam aprimorar sua formação acadêmica. De acordo com Anamaria Beck, tal situação, de certa forma, gerava um problema ético dentro da Universidade, já que alguns dos professores que faziam parte do corpo docente da pós-graduação eram colegas de trabalho de seus alunos, professores da graduação.<sup>99</sup> Em entrevista, Alberto Cupani ainda nos lembra que a instalação de programas de pós-graduação é um processo muito lento porque se tem de combinar as condições que a Universidade oferece com as exigências da CAPES,<sup>100</sup> que nem sempre são fáceis de ser cumpridas em curto prazo.<sup>101</sup>

Como nas demais áreas da Universidade, dentro das Geociências também se sentia necessidade e uma demanda por especialização; porém, o departamento ainda não tinha um quadro de professores pra constituir um projeto de mestrado. Desde 1972 o Departamento de Geociências já promovia cursos de especialização em Geografia, *lato sensu*, levantando esforços para a criação de um curso de pós-graduação na área. Em 1977 passa a ser oferecida a modalidade Especialização em Geografia em Desenvolvimento Regional e Urbano; posteriormente, em 1979, também é oferecida a modalidade Utilização e Conservação de Recursos Naturais.<sup>102</sup> Diferentemente de outros cursos de especialização temporários, oferecidos pela Universidade, o Departamento de Geografia apresentava o Curso em caráter permanente, que, como afirma o professor Ewerton Machado, aluno da Especialização em Geografia e da primeira turma do Mestrado em Geografia, sendo atualmente coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia, o Curso era referência na área, no Sul do Brasil.<sup>103</sup> A criação das duas concentrações promovia

<sup>98</sup> Alberto Oscar Cupani. *Entrevista citada.*

<sup>99</sup> Anamaria Beck.

*Entrevista citada.*

<sup>100</sup> Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior, órgão federal que trabalha na expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação no país.

<sup>101</sup> Alberto Oscar Cupani. *Entrevista citada.*

<sup>102</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. *Catálogo de Dissertações e Teses 1989-2005*. Florianópolis: UFSC, 2006, p.14.

<sup>103</sup> Ewerton Vieira Machado. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 1º set. 2010.

integração entre profissionais de diversas áreas como geógrafos, economistas, arquitetos, engenheiros, geólogos, etc.

Com essa proposta de formação continuada, o departamento de Geociências na UFSC passava a atender não apenas quadros voltados para o campo de ensino e/ou pesquisa universitária, mas também demandas de profissionais de órgãos e empresas governamentais, como GAPLAN, FATMA, IBGE, DNPM e Eletrosul, entre outros interessados nas discussões da Ciência Geográfica e suas relações com áreas afins.<sup>104</sup>

Nesse momento o Curso contava com professores como Hélio Romito de Almeida, Armen Mamigonian, Vitor Antônio Peluso Jr., Gerusa Duarte, Paulo Araújo Lago, Neide Almeida, Milton Digiácomo, entre outros que ajudaram a formar mais de 150 especialistas titulados.<sup>105</sup>

Muitas vezes os cursos de Especialização *lato sensu* que existiam pelo país eram: ou periódicos durante épocas de férias ou atendiam a uma determinada demanda e depois acabavam, porém o nosso acontecia todos os anos, havia seleção, as turmas entravam no calendário normal da universidade, existia uma regularidade na vida acadêmica e isto fez com que logo de imediato o curso fosse credenciado a criar um mestrado, pois já havia esta experiência de especialização.<sup>106</sup>

De maneira que, em 4 de outubro de 1984,<sup>107</sup> na gestão do reitor Bruno Rodolfo Schlemper Junior, é autorizado o Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo esse o quinto Curso de pós-graduação em Geografia em nível de Mestrado no Brasil,<sup>108</sup> desde o princípio alcançando notoriedade nos meios de pesquisa. As atividades da primeira turma iniciaram no primeiro semestre do ano seguinte. Como o Centro ainda não possuía espaço físico suficiente e instalações adequadas, muitas das aulas eram nos prédios do Centro Sócio-Econômico e do Centro de Estudos Básicos. O Programa contava com os professores anteriormente já citados juntamente com um grupo de professores visitantes, destaques nacionais na Geografia, como Olga Cruz, João José Bigarella, Manuel Correia de Andrade, Roberto Lobato Correia, e, novamente, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro<sup>109</sup> (que já havia sido colaborador na antiga Faculdade Catarinense de Filosofia), agora responsável pela disciplina de Análise Ambiental, destaque dentro do Programa. Como afirma o professor Ewerton Machado, havia um grande comprometimento por parte dos alunos com o Programa: “nós tínhamos todo um sistema de cooperação muito interessante, havia um espírito de cooperação porque nós queríamos ver o Programa crescer”.<sup>110</sup>

Também vinculado ao Departamento de Geociências da UFSC, encontra-se o Planetário, cuja construção foi iniciada em fins da década de 1960, numa área verde hoje em torno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, que à época ainda não havia construções. Inaugurado em 1971, o Planetário foi equipado com um projetor alemão da marca Zeiss Jena, modelo ZKP1, fabricado na década de 1950.<sup>111</sup> A UFSC conta com o único Planetário do estado de Santa Catarina. Aberto à comunidade; contudo, o Planetário dirige suas atividades principalmente ao ensino, recebendo visitas de alunos de escolas da região, a fim de promover e divulgar os estudos em Astronomia, Geografia e Física.

Foi a Portaria nº 095, de 18/03/1976, a responsável pela implantação do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, nível de especialização, contemplando duas áreas, a Sociologia e a Antropologia. O corpo docente contava com os professores Sílvio Coelho dos Santos, Anamaria Beck e o professor visitante Tom Muller na área de Antropologia e Osni de Medeiros Régis, Nereu do Vele Pereira, Victorino Secco e Zuleika Mussi Lenzi na Sociologia.<sup>112</sup> Esses professores ainda recebiam o auxílio de outros pesquisadores, dentre eles Maria José Reis, Alrofno Eble e Neusa Bloemer, como docentes colaboradores. Eram cinco as linhas de pesquisa: Sociologia da Sociedade Rural, Sociologia da Modernização, Antropologia da Educação, Antropologia das Sociedades Tribais e Antropologia Aplicada.

<sup>104</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. *Catálogo de Dissertações e Teses 1989-2005*. Florianópolis: UFSC, 2006, p.14.

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup> Ewerton Vieira Machado. *Entrevista citada*.

<sup>107</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Resolução 009/CEPE/84* de 04 de outubro de 1984.

<sup>108</sup> Havia Mestrado em Geografia no Estado São Paulo na USP e na UNESP, no Rio de Janeiro na UFRJ e em Recife na UFPE.

<sup>109</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. *Catálogo de Dissertações e Teses 1989-2005...op.cit.*, p.15.

<sup>110</sup> Ewerton Vieira Machado. *Entrevista citada*.

<sup>111</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências (GCN). *Histórico do Planetário da UFSC*. Florianópolis: UFSC/CFH/GCN, s/ data. Disponível em: <<http://www.ch.ufsc.br/~planetar/historia.htm>>. Acesso em: 17 set. 2010.

<sup>112</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n.111, 1976, p.13.



Figura 12. Planetário da UFSC. Fonte: Agecom [1977]

Desde o início, o Programa de Pós-Graduação contou com a edição de publicações específicas na área como: o *Boletim de Ciências Sociais*, o *Caderno de Ciências Sociais* e, posteriormente, também a série *Antropologia em Primeira Mão*. A primeira turma contou com 19 alunos, dez na Antropologia e nove nas Ciências Sociais, com as aulas sendo ministradas no espaço do Museu de Antropologia. O espaço era limitado e as instalações inadequadas eram divididas com diversas outras atividades realizadas no Museu, assim, no segundo semestre de 1976, foi cedida, pela Reitoria, uma área no andar térreo do recém-inaugurado prédio da Biblioteca Central para serem ministradas as aulas dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais e Administração, como também a secretaria e coordenação dos cursos, instalações utilizadas pelas Ciências Sociais até 1987, quando transferidas para o prédio do Centro de Ciências Humanas, onde permanece até hoje.

O Curso de Mestrado em Ciências Sociais, com opções nas Áreas de Sociologia e Antropologia, foi criado pela Portaria nº 002/78,<sup>113</sup> assinada pelo reitor Caspar Erich Stemmer, “tendo por objetivo incentivar e desenvolver a pesquisa e aprofundar os estudos técnico-científicos, visando à formação de docentes, pesquisadores e técnicos”.<sup>114</sup> O mestrado surge da transformação do curso de especialização, que já era estudada por um grupo de trabalho composto por professores do Departamento de Ciências Sociais desde o primeiro semestre de 1977.

De forma semelhante ao Mestrado em Ciências Sociais, foi criado o Curso de Mestrado em História, em outubro de 1975,<sup>115</sup> por transformação do Curso de Especialização em História (que havia sido criado em 1974). A primeira defesa de dissertação aconteceu em 1977. Em entrevista nos conta a professora do Programa de Pós Graduação em História Maria Bernadete Ramos Flores,<sup>116</sup> aluna da primeira turma do Curso de Mestrado em História da UFSC, que o Curso ainda não havia sido aprovado pela CAPES quando do ingresso da primeira turma; no entanto, pouco após o início dos trabalhos, o Curso ganha o devido reconhecimento da instituição. “Nos anos iniciais do Programa, atuaram alguns professores estrangeiros (na maioria norte-americanos) e pesquisadores com vínculos estreitos com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – a começar por seu ativo primeiro coordenador, Walter Fernando Piazza.”<sup>117</sup>

## Reforma da reforma: a dissolução do Básico e o Centro de Ciências Humanas

Em 1976 a Estrutura do Centro de Estudos Básicos já começava a se dissolver. “Os alunos e boa parte dos professores sustentavam que a Reforma havia sido uma imposição da ditadura; com a redemocratização do país para a redemocratização da Universidade, era necessário reformar, acabar com a estrutura criada pela Universidade”;<sup>118</sup>

<sup>113</sup> Idem. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n. 133, 1978, p.3.

<sup>114</sup> Idem. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, 1980, p.24.

<sup>115</sup> UNIVERSIDADE

FEDERAL DE SANTA

CATARINA. *Boletim do*

*Pessoal*. Florianópolis,

n.106, 1975, p.18.

<sup>116</sup> Maria Bernadete

Ramos Flores. *Entrevista*

*concedida a Lara de Oliveira*

*Beck*. Florianópolis, 06 ago.

2010.

<sup>117</sup> GONÇALVES, Janice.

*Sombrios Umbrais a Transpor:*

arquivos e historiografia

em Santa Catarina no

século XX. 444f. Tese

(Doutorado em História

Social). Universidade

de São Paulo – USP, São

Paulo, 2006, p.35.

<sup>118</sup> Nereu do Vale Pereira.

*Entrevista citada.*

A UFSC foi uma das primeiras universidades no país a implantar a reforma. Anos depois, e especialmente considerando as práticas de vestibular único e unificado, e dicotomia entre curso básico e os cursos profissionalizantes, a inexistência de turmas, etc., houve necessidade de introduzir várias alterações nesse modelo, aproximando-o da estrutura que temos hoje.<sup>119</sup>

Em 1981 os departamentos ligados às humanidades desvinculam-se completamente das outras unidades que compunham o CEB, configurando assim o Centro de Ciências Humanas (CCH), que tem suas instalações inauguradas em 1979,<sup>120</sup> no prédio que até hoje permanece, e que inicialmente estava sendo construído destinado ao Centro de Ciências da Educação (CED). Sob a direção do professor Nereu do Vale Pereira, o CFH conseguiu transferir-se para o prédio onde hoje se encontra sua administração, ocupando o segundo e terceiro andar deste, dando melhores condições de alocação para os departamentos de História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais.

Porém, até meados da década de 1980, devido à falta de espaço físico adequado, o Centro de Ciências Humanas (como os demais centros da Universidade) ocupava barracões de madeira espalhados pelo *campus*, que haviam sido doados pela Eletrosul. Os barracões haviam sido usados pelos operários que trabalharam na construção de barragens no Sul do país, chegaram à Universidade em bom estado, e tinham um tamanho razoável para abrigar classes e laboratórios; porém, feitos de madeira e com telhado de zinco, eram extremamente quentes no verão e gelados no inverno. Com a ação do tempo, foram infestados por cupins, causando infiltrações e acabaram se deteriorando. A professora Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva em entrevista concedida a *Revista de Ciências Humanas* da UFSC, relata um episódio acontecido quando parte do Departamento de Psicologia estava localizado nos barracões de madeira:

Um outro problema diz respeito à segurança física e patrimonial, como foi demonstrado numa invasão no Laboratório de Psicologia Experimental (madrugada do dia 6 de Fevereiro/1997). Com efeito, o grupo *Animal Liberation Front* invadiu as nossas instalações soltaram cerca de 80 sagüis, primatas de pequeno porte que eram utilizados em pesquisas na pós-graduação. [...] Os ativistas picharam as paredes do laboratório e enviaram cartas com ameaças e dizeres ofensivos [...]. O Laboratório de Psicologia Experimental e o SAPSI foram transferidos para os barracões, pois nós imaginávamos que as instalações eram provisórias, até que fosse elaborado um projeto para obtenção de recursos para a construção de um novo prédio do CFH.<sup>121</sup>

O SAPSI em 2010 foi transferido para o recém-concluído Anexo do Bloco D do CFH, onde ganhou instalações adequadas, enquanto o Laboratório de Psicologia Experimental ainda permanece em um dos barracões.



Figura 13. O *campus* da Trindade na década de 1980. Fonte: Agecom [1987]. Nota: À direita, abaixo, o Museu de Antropologia e os blocos do CFH.

<sup>119</sup> SANTOS, Sívio Coelho dos (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil...* op.cit., p.38.

<sup>120</sup> Ibidem, p.59.

<sup>121</sup> GUERRA, Rogério F. BAUS, José. Dona Emiliana e o Departamento de Psicologia da UFSC... op.cit., p.276.

Em meados da década de 1980, através de financiamento do FINEP,<sup>122</sup> as pesquisas e estudos em Arqueologia são retomados dentro do Museu Universitário, que também recebe parte de um acervo arqueológico pertencente ao engenheiro e pesquisador suíço Tom Wildi, que havia realizado diversas escavações no Brasil e também no exterior. Com a implementação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ocorrida em meados da década de 1970, foram se tornando cada vez mais claras as diferenças entre as duas áreas – Sociologia e Antropologia –, que compunham o Departamento de Ciências Sociais. A CAPES era contrária ao modelo adotado pela UFSC, recomendava uma separação entre a Sociologia e a Antropologia, assim, em 1985 a seleção de alunos para o Mestrado ocorreu separadamente para Antropologia e Sociologia. No final desse mesmo ano o então reitor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz assina a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina.<sup>123</sup>

O início da construção do bloco de salas de aula do Centro de Ciências Humanas como também sua inauguração aconteceram na gestão da professora Neide Almeida que esteve à frente da direção do Centro de 1984 a 1988. A administração do CCH já funcionava no prédio onde se localiza atualmente desde 1979, porém as aulas eram ministradas em diversos espaços da Universidade, como no prédio do antigo Centro de Estudos Básicos, em algumas salas de aula do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas<sup>124</sup> e nos barracões de madeira da Eletrosul. O Curso de Mestrado em História, por exemplo, começou suas atividades nas salas de aula do prédio redondo localizado atrás do Centro de Comunicação e Expressão, espaço hoje ocupado pelo CFM, conforme lembra a professora Maria Bernardete Ramos Flores.

Foi só após a conclusão desse prédio que o Centro passou a contar com um auditório (o mesmo dos dias atuais), sendo até então utilizado para palestras e eventos o *hall* do prédio onde hoje funciona a direção do Centro. Após a conclusão das obras de ampliação do prédio, há uma remodelação na distribuição do espaço físico do Centro, na tentativa de proporcionar uma melhor acomodação aos departamentos que ainda não dispunham do espaço necessário, a partir de então os seus laboratórios passam a funcionar com a estrutura física adequada.

Por essa época, acontecem também algumas mudanças na estrutura pedagógica nos departamentos do Centro. Junto do Departamento de Geociências, desde 1969, de acordo com Decreto-lei nº 869, funcionava a coordenação de Estudos de Problemas Brasileiros, criada com a instituição da disciplina de EPB pelo governo militar. Após a dissolução do Centro de Estudos Básicos, a coordenadoria de EPB se vinculou ao CCH como subárea do Departamento de Geociências. Até foi proposta a criação de um Departamento de EPB dentro do Centro de Ciências Humanas, porém o processo arrastou-se por anos sem um parecer conclusivo. Com o fim do regime militar e a redemocratização do país, a coordenadoria representava apenas um resquício da ditadura, alocando professores de diversas áreas (História, Direito, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Psicologia, etc.), todos lotados no Departamento de Geociências. Com a extinção da disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros em todos os cursos no início da década de 1990, iniciou-se a discussão sobre o futuro da coordenadoria de EPB, que acabou por ser dissolvida, realocando os professores nos seus departamentos de formação.

Já o Departamento de Filosofia, até 1989 ficava encarregado de ministrar a disciplina de Metodologia Científica – implantada durante o período militar, situação semelhante à disciplina de EPB –, presente no currículo de todos os cursos de graduação da Universidade até então, tratando de uma introdução às técnicas de estudo na Universidade. A partir desse ano, o Colegiado do Curso de Filosofia opta por não mais oferecer esta disciplina, que já não mais cabia no contexto pedagógico vigente, deixando esta competência a cargo dos professores das áreas dos próprios cursos, oferecendo disciplinas de Introdução, de forma que “a atuação do Departamento em outros cursos diminuiu gradativamente e concentrou-se nas disciplinas de caráter mais reflexivo, dando também lugar a uma maior preocupação com o próprio Curso [...]”<sup>125</sup>

## Centro de Filosofia e Ciências Humanas: regresso às origens

Por ato ocorrido em função dos quarenta anos da criação da Faculdade de Filosofia, em 8 de setembro de 1991, por deliberação do Conselho Departamental do CCH, na gestão da professora Anamaria Beck, este passa a denominar-se Centro de Filosofia e

<sup>122</sup> Financiadora de Estudos e Projetos, empresa federal associada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

<sup>123</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Gabinete do Reitor. Portaria nº 0875/GR/85.

<sup>124</sup> Maria Bernardete Ramos Flores. *Entrevista concedida a Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, 06 ago. 2010.

<sup>125</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Graduação em Filosofia. *Projeto Político-Pedagógico*. Florianópolis: UFSC, 2004, p.7.

Ciências Humanas (CFH), atendendo aos propósitos de “preservar a especificidade do conhecimento filosófico e a origem histórica, uma vez que a Faculdade de Filosofia foi a *alma mater* da unidade”.<sup>126</sup>

Os cursos de doutorado no CFH são criados a partir da década de 1990, quando a CAPES passa a incentivar a criação de cursos de doutorado no país, sendo o primeiro o Doutorado em História, implantado no ano de 1995, tem como área de concentração a História Cultural estruturada em quatro linhas de pesquisa: Políticas da Escrita, da Imagem e da Memória; Migrações, Construções Socioculturais e Meio Ambiente; Relações de Poder e Subjetividades e Trabalho, Sociedade e Cultura, sendo reconhecido pela CAPES em setembro de 2002. Quatorze anos após a inauguração do Programa de Pós-Graduação em Geografia, este amplia seus horizontes com a implantação do doutorado,<sup>127</sup> cujas atividades tiveram início no primeiro semestre de 1999, concentrando seu foco sob as duas áreas de concentração já consagradas pelo mestrado, tendo suas primeiras teses defendidas no ano de 2003.

A partir de 1985, o Departamento de Filosofia já ofertava cursos em nível de Especialização em Filosofia Política, Filosofia da Ciência, Teoria do Conhecimento, entre outros, num esforço para a implantação de um Programa de Pós-Graduação em Filosofia na UFSC. É em 1995 que a CAPES autoriza o funcionamento do Curso de Mestrado em Filosofia: “inicialmente na área de Epistemologia e posteriormente nas áreas de Ética e Filosofia Política e Ontologia”,<sup>128</sup> de acordo com o professor Alberto Cupani:

Foi um projeto que culminou de uma série de esforços oferecendo cursos de Especialização para ir criando a sistemática de trabalho dos professores e irmos escutando os interesses do público de ter aqui na cidade, na região, um Curso de Pós-Graduação. [...] Então nós fizemos uma sondagem das possibilidades que o Corpo Docente na época tinha para oferecer estudos nesse nível, que supõe que os professores tenham doutorado, a maioria ao menos, e tenham já uma trajetória como pesquisadores.<sup>129</sup>

Em decorrência da separação dos programas de pós-graduação em Sociologia e Antropologia e por esforços dos pesquisadores e docentes da área de Antropologia na Universidade, em 27 de fevereiro de 1996 o Departamento de Ciências Sociais foi desmembrado em Departamento de Sociologia e Ciência Política.<sup>130</sup> Estruturado nas duas áreas de conhecimento, que oferece a graduação em Ciências Sociais e o mestrado em Sociologia Política, criando o Departamento de Antropologia, que continuou a oferecer o mestrado em Antropologia Social, sendo complementado no segundo semestre de 1998, com a implantação do doutorado em Antropologia Social por meio da Resolução nº 62/CPG/98, de 27 de agosto de 1998.

Durante os anos em que o Departamento de Antropologia esteve envolvido nas propostas de um Curso de Graduação, a área da Museologia parecia ser a única boa alternativa e a mais viável, dadas as questões de ordem nacional relativas a uma certa falta de consenso no próprio campo da Antropologia sobre o ideal de formação a ser oferecida a nível de graduação. De uns poucos anos para cá, porém, a área da Antropologia no Brasil passou a considerar não apenas oportuna, mas sobretudo interessante a criação de Cursos de Bacharelado em Antropologia como forma de ampliar, dinamizar e aprofundar a formação oferecida, já absolutamente consolidada no país a nível de Pós-Graduação, [...].<sup>131</sup>

Desta forma, no ano de 1988 surge a proposta por parte do Departamento de Antropologia para a criação de um Curso de Graduação em Museologia na Universidade; porém, as limitações eram grandes, espaço insuficiente, falta de professores etc., levaram a não consolidação imediata do projeto. Variadas novas propostas sucederam, sem sucesso. Em 2007 é elaborada uma outra, a de um Curso de Antropologia e Museologia, visando interdisciplinaridade e envolvendo os Departamentos de Antropologia, História e Expressão Gráfica<sup>132</sup> – este último integrante do Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Efetivamente, a criação do Curso de Museologia da UFSC dá-se em 30 de setembro de 2009, por meio de Resolução da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, tendo a primeira turma de alunos ingressado mediante concurso vestibular em março de 2010. Em decorrência da maior demanda de atuação por profissionais da área da Antropologia em órgãos públicos e levando em conta que há carência destes, sendo que “no geral, é que como ‘antropólogos’ acabam sendo contratados profissionais em qualquer das áreas

<sup>126</sup> GUERRA, Rogério F. BAUS, José. *Dona Emília e o Departamento de Psicologia da UFSC...* op.cit., p.275.

<sup>127</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Resolução nº 60/CPG/98*: de 27 de agosto de 1998. Florianópolis: UFSC/CPG, 1998.

<sup>128</sup> Alberto Oscar Cupani. *Entrevista citada*.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário (CUIn). *Resolução nº 04/CUIn/96*. In: \_\_\_\_\_. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n.8, Fev./Mar. 1996. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330925630d004c4e29/d3ecd4e6d73cfda7052562da007f5da9?OpenDocument&Highlight=2,04%2FCUIn%2F96>>. Acesso em: 17 set. 2010.

<sup>131</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. *Plano Político Pedagógico de Antropologia*. Florianópolis: UFSC/CFH, 2009. 7-8.

<sup>132</sup> Idem. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. *Plano Político Pedagógico de Museologia*. Florianópolis: UFSC/CFH, 2009.

das ciências sociais e/ou das ciências humanas”,<sup>133</sup> fica aprovada a criação do Curso de Bacharelado em Antropologia, também no dia 30 de setembro daquele ano.

A resolução 57/CEPE/UFSC, de 6 de dezembro de 1994, cria o Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Implantado no segundo semestre de 1995, oferece três áreas de pesquisa: Aprendizagem, Processos Organizacionais e Trabalho; Práticas Sociais e Constituição do Sujeito e Processos Psicossociais; e Saúde e Desenvolvimento Psicológico. O Curso de Mestrado foi recomendado pela CAPES em abril de 1996 e reconhecido por esta instituição por meio da Portaria nº 132, de 2 de fevereiro de 1999.

Na tentativa de promoção de uma interdisciplinaridade constituinte de um “novo saber” e da integração e unidade entre todos os departamentos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, no início da década de 1990 foi proposto pela então diretora do Centro, a professora Anamaria Beck, juntamente com o seu vice-diretor, o professor Marcos Ferreira (Psicologia), a criação de um doutorado único. Em 21 de maio de 1990 foi instituído grupo de trabalho composto pelos professores: Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (História), Valmir Martins (História), Leda Orselli (Geociências), Luiz Fernando Scheibe (Geociências), Rogério Ferreira Guerra (Psicologia), Clélia Maria Nascimento-Schulze (Psicologia), Alberto Oscar Cupani (Filosofia), Selvino José Assmann (Filosofia), Rabah Benakouche (Ciências Sociais), Sílvia Coelho dos Santos (Ciências Sociais).<sup>134</sup> Aos poucos o grupo, que durante os trabalhos foi agregando mais professores, foi definindo seus objetivos. Um levantamento foi realizado dentre as pesquisas que estavam em curso na Universidade e chegou-se a conclusão de que a área de Sociedade e Meio Ambiente era a de maior interesse dentre os pesquisadores. “A temática escolhida pretendia, além de agregar um grupo de pesquisadores do CFH, abordar a questão ambiental desde a perspectiva das ciências humanas e da filosofia, fazendo-a, portanto, emergir como temática para além das ciências biológicas e das diferentes áreas da tecnologia.”<sup>135</sup>

A cerimônia de abertura, que se deu a 17 de dezembro de 1992, contou com as ilustres presenças do sociólogo Otávio Ianni e do célebre historiador britânico Eric Hobsbawm, que assinaram, juntamente com os demais presentes a ata.<sup>136</sup> A primeira proposta curricular foi apresentada ao Colegiado em 1993, que, passando por algumas reformulações, foi aprovada através da Resolução nº 32/CEPE, de 15 de setembro de 1994. Mesmo sem aprovação da CAPES, pois a proposta de um curso interdisciplinar ainda era uma novidade, as aulas no Programa iniciaram em 1995, tendo como coordenador o professor Selvino Assmann, do Departamento de Filosofia.

Na gestão da Profa. Dra. Clélia Maria Nascimento-Schulze [1994-1997], foi feita uma mudança radical no caráter do programa: este deixou de ser centrado em “Sociedade e Meio Ambiente”, passando para doutorado em “Ciências Humanas”. Essa mudança foi impulsionada pelos problemas que a menção ao “meio ambiente” suscitava, continuamente, nos comitês de avaliação da CAPES, com a exigência da presença de cientistas naturais no programa para que assim fosse reconhecido.<sup>137</sup>

Mediante mudanças realizadas, o projeto tornou-se efetivamente o Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, congregando professores e disciplinas provenientes da Antropologia, Ciência Política, Filosofia, Geografia, História, Psicologia e Sociologia, oferecendo duas linhas de pesquisa: Sociedade e Meio Ambiente e Condição Humana na Modernidade (no ano 2000 foi incorporado ao Programa a linha de Estudos de Gênero), tendo alcançado o reconhecimento pela CAPES em 1999.

A Resolução nº 004/CEG/2007, do dia 16 de maio de 2007, aprova a criação do Curso de Oceanografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Sendo a UFSC já envolvida em projetos de extensão universitária e pesquisas na área das Ciências do Mar, constatou-se que Santa Catarina era um dos poucos estados brasileiros litorâneos a não ter um Curso de Oceanografia oferecido por Universidade Pública. A partir do ano de 2003 já vinha sendo estudada proposta de criação do Curso, num momento propício por fatores externos e ações governamentais, tais como o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Vinculado ao Departamento de Geociências, o Curso de Oceanografia é caracterizado pela multidisciplinaridade, congregando departamentos de cinco áreas distintas da Universidade: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro

<sup>133</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. *Plano Político Pedagógico de Antropologia...* op.cit., p.8.

<sup>134</sup> PEDRO, Joana Maria; SCHEIBE, Luiz Fernando. *Uma experiência de construção coletiva: o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.* (PPGICH/UFSC). Florianópolis, 21p. Trabalho não publicado, p.3

<sup>135</sup> PEDRO, Joana Maria; SCHEIBE, Luiz Fernando. *Uma experiência de construção coletiva...* op.cit., p.4.

<sup>136</sup> Ibidem, p.5.

<sup>137</sup> Ibidem, p.11.

de Tecnologia, Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Biológicas e Centro de Ciências Físicas e Matemáticas.<sup>138</sup> Em 2009 o Centro de Ciências Biológicas manifestou interesse em abrigar o Curso de Oceanografia, baseando-se na justificativa da temática do Curso, bem como na atuação dos departamentos de Ecologia e Zoologia, Bioquímica e Botânica (todos do CCB) nas disciplinas oferecidas; porém, sob uma análise dos demais cursos de Oceanografia do Brasil, grande parte destes estão vinculados à área das Geociências e afins, o Departamento de Geociências, visando formar profissionais com um caráter social na área de Oceanografia, manifestou seu desejo de permanecer sede do Curso de Oceanografia da UFSC.

Em 16 de abril de 2009 o reitor Álvaro Toubes Prata designa uma comissão composta pelos professores Edison Ramos Tomazzoli, João Carlos Rocha Gré, Luiz Fernando Scheibe, Norberto Olmiro Horn Filho e Juan Antônio Altamiro Flores para elaborar proposta, a fim da criação de um Curso de Graduação em Geologia na Universidade,<sup>139</sup> já que Santa Catarina era o único estado da região Sul/Sudeste do Brasil a não oferecer graduação na área. A demanda recente por profissionais na área devido “tanto ao reaquecimento do setor mineral [...], como as demandas em caráter de urgência, como a reação aos desastres naturais que ocorrem no Vale do Itajaí”.<sup>140</sup> Também é ressaltada a infraestrutura laboratorial já existente na Universidade, a colaboração que um curso de Geologia viria a trazer para outros cursos, como Biologia, Química, Engenharia Civil, Agronomia e Geografia,<sup>141</sup> e o apoio recebido da PETROBRAS levaram à criação do Curso em setembro de 2009, iniciando suas atividades no primeiro semestre de 2010.

## Considerações finais: o lugar das Ciências Humanas na Universidade

Atualmente o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina oferece nove cursos de graduação, sendo estes: Antropologia, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, Geologia, História, Museologia, Oceanografia e Psicologia, atendendo a mais de 2300 alunos e contando com cerca de 150 professores.<sup>142</sup> Integram o Centro seis departamentos: Antropologia, Filosofia, Geociências, História, Psicologia e Sociologia e Ciência Política, que oferecem cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado em todas as áreas. São desenvolvidas diversas atividades de pesquisa, ensino e extensão no âmbito da graduação e da pós-graduação, com projetos voltados à realidade social nas áreas de Educação, Saúde, Meio-ambiente, Movimentos sociais, dentre outros.<sup>143</sup>

Parte de uma Universidade de excelência, considerada a sexta melhor da América Latina pelo *Webometrics Ranking of World Universities*,<sup>144</sup> o CFH ainda enfrenta dificuldades posto à sua posição dentro da Universidade. Em suas memórias, a professora Gerusa Duarte,<sup>145</sup> comentando acerca da transferência dos Cursos das Ciências Humanas do prédio do CEB para as atuais instalações, lembra que o prédio que estava sendo construído era destinado ao Centro de Educação (CED) e não ao CCH, e levanta uma questão, por que os cursos das Ciências Humanas ficam à margem da Universidade? Talvez resquícios do “preconceito” criado pelo governo militar, que valorizou e investiu fortemente no ensino profissionalizante, visando à inserção do indivíduo diretamente no mercado de trabalho, enquanto as Ciências Humanas, cujo objetivo era a construção de sujeitos sociais baseados na reflexão e no pensamento crítico, foram deixadas de lado. Enquanto os militares estiveram no poder as Ciências Humanas foram oprimidas, silenciadas, pelo seu teor de caráter crítico e social. Com a abertura política voltou-se maior atenção à Educação; porém, de acordo com a referida professora as Ciências Humanas “continuam sendo deixadas de escanteio”.<sup>146</sup> Para o professor Ewerton,<sup>147</sup> o CFH nunca foi bem visto no contexto da Universidade, principalmente por grupos de visão mais reacionária, ligados ao poder na cidade de Florianópolis, já que a ideologia predominante dentro do Centro normalmente não condiz com os seus interesses, contudo o professor Ewerton afirma:

Vejo o CFH como um local onde as ideias são amplamente discutíveis, [...] o Centro de Filosofia e Ciências Humanas é como um farol dentro da Universidade, mesmo que ainda tenhamos divergências, mas isto é saudável, é importante, mas é um farol nas discussões que dizem respeito aos interesses num projeto de Universidade pública, de um projeto que reivindica uma Universidade pública para todos, para a toda a sociedade nos termos de possíveis acessibilidades.<sup>148</sup>

<sup>138</sup> UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. *Proposta de Criação do Curso de Oceanografia*. Florianópolis: UFSC/CFH, 2007, p.2.

<sup>139</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Gabinete do Reitor. *Portaria nº 505/GR/2009*. Florianópolis: UFSC/GR, 2009.

<sup>140</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Parecer *PPP Preliminar Curso de Geologia – CFH – UFSC*. Florianópolis: UFSC/CFH, 2009, p.20.

<sup>141</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Geologia. *Projeto Político Pedagógico*. Florianópolis: UFSC/CFH/Geologia, s/data, [p.2]. Disponível em: <<http://www.geologia.ufsc.br/PPP.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2010.

<sup>142</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/CFH, s/data. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/historico.php>>. Acesso em: 17 set. 2010.

<sup>143</sup> Idem.  
<sup>144</sup> CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS (CSIC). *Webometrics Ranking of World Universities. Top Latin America*. Madrid: CSIC, 2010. Disponível em: <[http://www.webometrics.info/top100\\_continent.asp?cont=latin\\_america](http://www.webometrics.info/top100_continent.asp?cont=latin_america)>. Acesso em: 17 set. 2010.

<sup>145</sup> Gerusa Maria Duarte. Entrevista citada.

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Ewerton Vieira Machado. Entrevista citada.

<sup>148</sup> Ewerton Vieira Machado. *Entrevista citada*.

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos UFSC/CFH

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n.17, 1968.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n. 27, 1969.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, jan./dez. 1972.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n.106, 1975.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n.111, 1976.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n.133, 1978.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, 1980.

\_\_\_\_\_. *Boletim Oficial*. Florianópolis, n.8, Fev./Mar. 1996. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf/3f3a06701f450e330325630d004c4e29/d3ecc4e6d73cfda7052562da007f5da9?OpenDocument&Highlight=2,04%2FCUn%2F96>>. Acesso em: 17 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. *Catálogo de Dissertações e Teses 1989-2005*. Florianópolis: UFSC, 2006.

\_\_\_\_\_. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. *Plano Político Pedagógico de Antropologia*. Florianópolis: UFSC/CFH, 2009.

\_\_\_\_\_. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. *Plano Político Pedagógico de Museologia*. Florianópolis: UFSC/CFH, s/data.

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. *Proposta de Criação do Curso de Oceanografia*. Florianópolis: UFSC/CFH, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Parecer PPP Preliminar Curso de Geologia – CFH – UFSC. Florianópolis: UFSC/CFH, 2009

### Depoimentos

Alberto Oscar Cupani. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, ago. 2010.

Ana Lice Brancher. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, ago. 2010.

Anamaria Beck. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, ago. 2010.

Armen Mamigonian. *Entrevista concedida a Roselane Neckel e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, ago. 2010.

Augusto Bernardino Coelho. *Entrevista concedida a Roselane Neckel e Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, jul. 2010.

Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, jul. 2010.

Ewerton Vieira Machado. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, set. 2010.

Gerusa Maria Duarte. *Entrevista concedida a Roselane Neckel e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, set. 2010.

Luiz Fernando Scheibe. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino e Icles Rodrigues*. Florianópolis, jul. 2010.

Maria Bernadete Ramos Flores. *Entrevista concedida a Lara de Oliveira Beck*. Florianópolis, ago. 2010.

Nazareno José de Campos. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino e Icles Rodrigues*. Florianópolis, jul. 2010.

Nereu do Vale Pereira. *Entrevista concedida a Roselane Neckel, Douglas Felipe Abelino e Icles Rodrigues*. Florianópolis, ago. 2010.

Raquel Maria Fontes do Amaral. *Entrevista concedida a Roselane Neckel e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, ago. 2010.

Walter Piazza. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino e Icles Rodrigues*. Florianópolis, jul. 2010.

Zuleika Mussi Lenzi. *Entrevista concedida a Roselane Neckel*. Florianópolis, jul. 2010.

### Figuras

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGECOM. *Antiga Fazenda Assis Brasil na Trindade*. [s/data]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

- AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGECOM. *O Centro de Estudos Básicos (CEB) em 1977*. 1977. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. *Planatório da UFSC*. 1970. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- BRASIL, José Vitor. *Busto de Henrique da Silva Fontes localizado em frente à Reitoria da UFSC*. 2010. 1 fotografia color.
- CASCAES, Franklin. *A bruxa grande*. 1976. 1 reprodução de arte, p&b, 65 x 45,1 cm, em papel. In: MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA – Palácio Cruz e Sousa. *Franklin Cascaes: desenhos/esculturas*. Florianópolis, 2010. 1 catálogo.
- DUARTE, Gerusa Maria. *Trote dos alunos da Faculdade de Filosofia (Turma de 1926)*. 1962. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo pessoal de Gerusa Maria Duarte.
- FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS. Diretoria de Obras Públicas. Departamento de Projetos. *Cidade Universitária de Santa Catarina*. Florianópolis, [195?]. Projeto Arquitetônico de autoria do engenheiro civil Adroaldo Pereira e do arquiteto Paulo A. de Macedo. Reprodução em Aquarela de Aldo Beck.
- FONTES, Theresinha de Jesus da Luz. *Professor Fontes em seu gabinete na Faculdade de Filosofia*. [entre 1950 e 1960]. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo pessoal de Theresinha de Jesus da Luz Fontes.
- \_\_\_\_\_. *Corpo docente da Faculdade Catarinense de Filosofia em 1955*. 1955. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo pessoal de Theresinha de Jesus da Luz Fontes.
- \_\_\_\_\_. *Primeira Aula Inaugural da Faculdade Catarinense de Filosofia em 1955*. 1955. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo pessoal de Theresinha de Jesus da Luz Fontes.
- \_\_\_\_\_. *O Professor Fontes e o engenheiro Olavo Arantes*. [195?]. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo pessoal de Theresinha de Jesus da Luz Fontes.
- \_\_\_\_\_. *O Prédio da Faculdade de Filosofia na Cidade Universitária na época da inauguração*. [196?]. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo pessoal de Theresinha de Jesus da Luz Fontes.

#### Referências bibliográficas e de web

- BIOGRAFIA de Henrique da Silva Fontes. Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.henriquefontes.pro.br/index.php?codpagina=00006262>>. Acesso em: 16 ago. 2010.
- BRASIL. Decreto-lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 26 de Fev. 1969, p.1706. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 08 set. 2010.
- CARMINATI, Celso João. FASOLO, Camila Porto. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santa Catarina: memórias de sua constituição e formação de professores em nível universitário. In: ENCONTRO CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS (CSIC). Webometrics Ranking of World Universities. *Top Latin America*. Madri: CSIC, 2010. Disponível em: <[http://www.webometrics.info/top100\\_continent.asp?cont=latin\\_america](http://www.webometrics.info/top100_continent.asp?cont=latin_america)>. Acesso em: 17 set. 2010.
- REGIONAL SUL DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13, 2007, Porto Alegre. *Anais do 13º Encontro...* Porto Alegre, 2007.
- FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) Guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina*. 2. ed. Itajaí: UNIVALI; Florianópolis: UFSC, 2005.
- FONTES, Henrique da Silva. *Pensamentos, Palavras e Obra: primeiro caderno: da Faculdade de Filosofia*. Florianópolis: Edição do Autor, 1960.
- GONÇALVES, Janice. *Sombrios Umbrais a Transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. 444f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.
- GUERRA, Rogério F. Osvaldo Rodrigues Cabral: Notas sobre a trajetória de vida de um intelectual brilhante. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: UFSC, n.42, p. 9-60, abr./out. 2008.
- GUERRA, Rogério F. BAUS, José. Dona Emiliana e o Departamento de Psicologia da UFSC. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: UFSC, n. 40, p. 265-297, out. 2006.
- LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2000.
- MAMIGONIAN, Armen et. al. Entrevista com o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. *Revista Geosul*. Florianópolis: UFSC, n.12, v.6, p.57-102, 1º sem.1991. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/12789/11973>>. Acesso em: 16 ago. 2010.
- PRATES, Arlene Maria Maykot; BUSS, Maria Dolores; GERCINO, Odair. Entrevista com o Professor Armen Mamigonian. *Revista Geosul*, Florianópolis, v.6, n.12, p.43-56, 1º sem., 1991.

- PEDRO, Joana Maria; SCHEIBE, Luiz Fernando. *Uma experiência de construção coletiva: o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC)*. Florianópolis, 21p. Trabalho não publicado.
- PRATES, Arlene Maria Maykot; BUSS, Maria Dolores; GERCINO, Odair. Entrevista com o Professor Armen Mamigonian. *Revista Geosul*, Florianópolis: UFSC, n.12, v.6, p.43-56, 1º sem., 1991. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/12788/11972>>. Acesso em: 16 ago. 2010.
- SANTA CATARINA. Lei nº 684 de 03 de julho de 1952. Autoriza O Poder Executivo a emitir apólices inalienáveis da dívida pública em favor da Faculdade Catarinense de Filosofia. *Diário Oficial de Santa Catarina*. Florianópolis, 03 jul. 1952.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC/ABA, 2006.
- SCHROEDER, Orlando Borges. *Renovação do Ensino Superior*. Florianópolis: UFSC, 1969.
- SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962 – 1980)*. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SILVEIRA, José Carlos da. *Gênese do ensino superior de geografia em Santa Catarina: da Faculdade de Filosofia à Universidade Federal (1951-1962)*. Ensino e pesquisa na dinâmica de modernização estadual. 192 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/CFH, s/data. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/historico.php>>. Acesso em: 17 set. 2010.
- \_\_\_\_\_. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Coordenadoria do Curso de Geografia. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia*. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/geografia/PPP.pdf>> Acesso em: 13 maio 2010.
- \_\_\_\_\_. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Coordenadoria do Curso de Graduação em Ciências Sociais. *Curso de Ciências Sociais da UFSC: Projeto Político Pedagógico*. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/gradCienciasSociais/ppp.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2010.
- \_\_\_\_\_. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Coordenadoria do Curso de Graduação em Psicologia. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia*. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/psicologia/graduacao/PROJ%20PEDAGOGICO%20NOVO%20CURRICULO.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2010.
- \_\_\_\_\_. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Graduação em Filosofia. *Projeto Político-Pedagógico*. Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/filosofia/graduacao/Projeto%20Pedagogico.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2010.
- \_\_\_\_\_. *Universitário – UFSC: 30 anos*. Revista Comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues.
- \_\_\_\_\_. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Geologia. *Projeto Político Pedagógico*. Florianópolis: UFSC/CFH/Geologia, s/data, [p.2]. Disponível em: <<http://www.geologia.ufsc.br/PPP.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2010.
- \_\_\_\_\_. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências (GCN). *Histórico do Planetário da UFSC*. Florianópolis: UFSC/CFH/GCN, s/data. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~planetar/historia.htm>>. Acesso em: 17 set. 2010.
- \_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. *Museu Universitário da UFSC: 30 anos*. Florianópolis: UFSC/PRCE, 1998. Disponível em: <[http://www.museu.ufsc.br/downloads/revista\\_mu\\_ufsc\\_30anos.pdf](http://www.museu.ufsc.br/downloads/revista_mu_ufsc_30anos.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2010.

# Centro de Ciências Físicas e Matemáticas: tempos e percepções

Júlia Pedrollo Albertoni<sup>1</sup>

## Considerações iniciais

**R**econstituir memórias revestidas por variáveis tempos e percepções, a fim de delinear uma história própria num conjunto de interposições históricas, lembranças que devem ser entendidas no seu tempo, reflete a discussão presente nessa composição. A partir de memórias cujas resultantes são vividas e experimentadas no cotidiano das pessoas envolvidas na construção da história de nossa universidade, a Universidade Federal de Santa Catarina, fomos construindo partes do todo – os centros de ensino.

Nesse trabalho para a constituição da história de nossa Universidade, aprendemos ao longo do projeto a lidar com a pesquisa histórica: tivemos a oportunidade de nos envolver com a dinâmica que caracteriza as atividades do historiador. Compondo um grupo de bolsistas de diferentes fases, percebemos logo a intensidade das memórias de algumas pessoas que deram existência à Universidade como é hoje. Nosso trabalho foi intenso e descobrimos uma série de informações dispersas em vários tipos de documentos espalhados pelo *campus*, que haviam sido pouco trabalhadas. A partir daí realizamos uma pesquisa que posteriormente poderá ser explorada por outras temáticas e outros ângulos. Nossa história do CFM foi constituída através de informações recuperadas de fontes primárias encontradas em documentos no Arquivo Geral da UFSC, nos *Boletins do Pessoal e Relatórios Anuais de Atividades da Biblioteca Universitária* e nas entrevistas que configuraram a história oral da composição.

Para entender a história do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, além do uso das fontes, precisamos inseri-lo na estrutura universitária e suas modificações, tentando perceber o contexto próprio do Centro. A história do CFM foi tecida aos poucos; um quebra cabeça montado a partir da união de várias peças documentais, já que as informações sobre a constituição desse centro aparecem dispersas nas documentações dos vários centros da UFSC. Uma dificuldade interessante, pois foi a partir desta fragmentação de informações sobre ele é que conseguimos pensar o Centro: a aparente invisibilidade das ciências físicas, químicas e matemáticas pode ser compreendida pela inexistência de uma estrutura administrativa centralizada até 1976, quando enfim é criado o CFM.

## Um centro dentro de outros

O Centro de Ciências Físicas e Matemáticas é constituído por múltiplas graduações, química, física e matemática – conhecimentos complementares e essenciais para outras áreas do conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. Sua história nos leva ao início do desenvolvimento do ensino de Química, Física e Matemática na Instituição durante a década de 1960. Nesse momento, pensando, então, a área de ciências físicas e matemáticas como suporte fundamental para o desenvolvimento de outras, sendo, por exemplo, a base das engenharias, estas áreas de conhecimento, que constituem o atual CFM, estavam presentes em várias faculdades antes mesmo da criação de suas graduações específicas.

O ensino de química, física e matemática aparece nos currículos de outros cursos em outros centros de ensino, mas ainda não se constituía num centro específico de ensino. O art.5º da Lei de Criação da UFSC de 1962 prescreve os estabelecimentos que conjugariam a Universidade Federal de Santa Catarina, os quais em sua maioria dedicaram-se a atividades de ensino da área de conhecimento conhecida como ciências. O ensino de Química, por exemplo, é incorporado a partir da combinação da Escola de Engenharia Industrial no contexto da criação da universidade, do mesmo modo que a Mecânica e a Metalurgia, estas que, por sua vez, imbricam noções de engenharias físicas e químicas.

<sup>1</sup> Estagiária do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmica do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação Prof<sup>ª</sup> Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

A matemática destaca-se na Faculdade de Ciências Econômicas e na Faculdade de Farmácia e de Medicina importantes eram as noções físico-químicas.

Pode-se dizer que o primeiro momento do ensino de tais ciências na Universidade Federal de Santa Catarina caracteriza-se por sua presença nas Faculdades do conjunto universitário, mas sem um centro que centralizasse todos aqueles que atuavam nessa área. Ou seja, o ensino das “ciências” estava muito mais relacionado à formação básica e complementar dos currículos dos cursos de graduação de outras áreas de formação acadêmica do que à sua própria especificidade. No entanto, a consolidação da UFSC como Instituição é acompanhada pelo fortalecimento desse ensino e suas pesquisas, que despontavam como promissoras.

A partir das atividades de ensino, distribuídas em vários cursos de graduação e centros, ocorre o fortalecimento das ciências químicas, físicas e matemáticas, com a criação de uma graduação específica do Curso de Matemática. “A primeira turma começou em 1965, eram professores que vinham de Porto Alegre, e as aulas davam-se sexta, sábado e domingo de manhã. O curso fazia parte da Faculdade de Filosofia, então a gente fazia vestibular para Filosofia.”<sup>2</sup>

Ministrado por professores que faziam ponte aérea Porto Alegre-Florianópolis, o Curso de Matemática era articulado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que, a fim de capacitar profissionais para o magistério de Santa Catarina, aglutina, no decorrer da década de 1960, ensinamentos de licenciatura e bacharelado. Tal articulação das ciências matemáticas a uma faculdade aparentemente destoante em conteúdo gerava peculiaridades: os primeiros calouros do Curso deveriam usar chapéus da Filosofia, “as pessoas achavam que íamos ser filósofos, e nós só gostávamos de matemática”.<sup>3</sup>

O primeiro registro de diplomas do Curso de Matemática se deu em 1969, consistindo em um bacharel,<sup>4</sup> fenômeno que caracteriza os poucos formandos na área de Ciências Físicas e Matemáticas ao longo do tempo. O Curso era intenso, como comenta o ex-aluno Aparício Siqueira,<sup>5</sup> era “um curso extremamente puxado”,<sup>6</sup> determinado como um apêndice da Faculdade de Filosofia; portanto, sem uma coordenação direcionada de professores, esses titulares da Federal do Rio Grande do Sul. O mais antigo entre eles era o professor Ary Nunes Thutebøel, que exercia papel simulado de coordenador do grupo, tornando-se, nesse primeiro momento, um dos pilares do Curso de Matemática, ao lado do professor Antônio Rodrigues.



Figura 1. Construção do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Fonte: Fontes [195?]

<sup>2</sup> Aparício Siqueira Filho. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni*. Florianópolis, 29 jul. 2010.

<sup>3</sup> Aparício Siqueira Filho. *Entrevista citada*.

<sup>4</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades de 1969*. Florianópolis: UFSC, 1970, p. 38.

<sup>5</sup> Aparício Siqueira Filho, professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina, formado na segunda turma do Curso de Matemática em 1969.

<sup>6</sup> Aparício Siqueira Filho. *Entrevista citada*.



Figura 2. Interior do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Fonte: Fontes [196?]

Nessa época, observamos nos vários documentos pesquisados a insistência da necessidade de mudanças pedagógicas e estruturais nas universidades brasileiras. Com frequência, nesse debate, destacava-se que a Universidade vivia seus últimos dias de uma instituição “tradicional, implantada em fundações medievais, viciada e emperrada”.<sup>7</sup> De acordo com estas compreensões, o futuro da Universidade brasileira estava “integralmente condicionado à sua Reforma, determinada pelos Decretos-lei nº 53 e nº 252, de 1966”<sup>8</sup>. É importante destacar que na década de 1960 o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras eram favoráveis à implantação de uma Reforma Universitária em nível nacional; acreditavam que essas mudanças proporcionariam a estas Instituições a modernização através da “racionalização do ensino e a aplicação de uma nova política financeira”.<sup>9</sup>

O nôvo e imenso País cresce, exigindo mais progresso da Universidade Brasileira. São milhares de jovens que procuram nos mais variados cursos superiores, o método adequado para saciar a sede de saber. [...] Por este e outros motivos, a Universidade está obrigada a acompanhar o processo e, se possível, antecipar-se a ele. Principalmente ela, que representa uma das forças vitais de desenvolvimento de um povo. Em Santa Catarina, particularmente, essa condição esboça-se em responsabilidades maiores, pois o sucesso da Universidade promove o Estado, elevando-o nacionalmente no conceito dos demais integrantes da Federação.<sup>10</sup>

A reforma proposta assentava-se, assim, sob o modelo norte-americano de Educação, acabando por influenciar a Comissão constituída para tratar deste assunto na Universidade Federal de Santa Catarina. O próprio Frank M. Teller, pessoa a quem “o governo dos EUA confiou a importante tarefa de dirigir o Centro de Estudos para Educação Superior na América Latina”, cita textualmente a UFSC e seu trabalho de implantação das ideias reformistas.<sup>11</sup> Em 1968, em convênio<sup>12</sup> com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL),<sup>13</sup> a UFSC realiza o primeiro seminário sobre a Reforma, envolvendo toda a estrutura universitária e seus profissionais no desdobramento: “trabalhamos em comissões, trabalhamos o dia inteiro nesse negócio, coordenados por uma comissão central de reforma”,<sup>14</sup> mesmo ano em que o vestibular Único e Unificado foi estabelecido.

A Reforma Universitária e a criação de um Centro de Estudos Básicos na UFSC contribuíram para aproximação dos vários profissionais das três áreas do ensino de ciências. Nessa política de “modernização” da Educação brasileira pelo governo ditatorial, visando, então, acabar com o sistema de cátedra, unir as faculdades em universidade, tornar o vestibular classificatório e inserir o sistema de créditos. Em 15 de julho de 1969 foram criados os departamentos de Química, Física e Matemática pelo Decreto nº

<sup>7</sup> LIMA, João David Ferreira. Discurso lido pelo Reitor João David Ferreira Lima perante a Assembleia Universitária, em abril de 1969. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades da UFSC de 1968*. Florianópolis: UFSC, 1969, p. 7.

<sup>8</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de atividades de 1967*. Florianópolis: UFSC, 1968, p. 64.

<sup>9</sup> LIMA, João David Ferreira. Discurso lido pelo Reitor João David Ferreira Lima perante a Assembleia Universitária em abril de 1969... op.cit., p. 7.

<sup>10</sup> LACERDA, Roberto Mündell de. Relatório lido aos professores e alunos pelo professor Roberto Mündell de Lacerda, Reitor em exercício em março de 1970. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de Atividades da UFSC de 1969*. Florianópolis: UFSC, 1970, p. 5.

<sup>11</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de atividades de 1968*. Florianópolis: UFSC, 1969, p. 78.

<sup>12</sup> LACERDA, Roberto Mündell de. Relatório lido aos professores e alunos pelo professor Roberto Mündell de Lacerda, Reitor em exercício em março de 1970... op.cit., p. 6.

<sup>13</sup> Autarquia federal criada pelo Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, e que tem como finalidade planejar e promover a execução do desenvolvimento da região Sul, coordenando e controlando a ação federal nessa região.

<sup>14</sup> Jaime Oltramari. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni*. Florianópolis, 27 jul. 2010.

64.824.<sup>15</sup> Mesmo ano em que ocorre a desintegração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em quatro áreas: Ciências Físicas e Matemáticas, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Educação, englobadas pelo Centro de Estudos Básicos (CEB), criado em 12 de setembro de 1969,<sup>16</sup> cuja função era a de sustentar um vestibular baseado no sistema de ciclo básico. Alguns meses depois, no dia 1º de janeiro de 1970, a Reforma Universitária é definitivamente implantada.<sup>17</sup>



Figura 3. Sala de aula da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Fontes: Fontes [196?]



Figura 4. O Centro de Estudos Básicos (CEB). Fonte: Agecom [197?]

<sup>15</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 64.824, de 15 de julho de 1969: Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 15 jul de 1969. Disponível: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64824-15-julho-1969-406147-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

<sup>16</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 3, n. 25, jan. 1969, p. 9.

<sup>17</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de atividades de 1970*. Florianópolis: UFSC, 1971, p. 9.

## A nova dinâmica das ciências exatas: a Reforma toma forma

Extinguimos as Faculdades e Escolas e criamos os Centros departamentalizados; estabelecemos o Vestibular Único e Unificado, já vigente há dois anos; substituímos as séries fechadas pelo sistema de créditos, amplo e arejado. Semestralizamos o período escolar, estabelecemos, através de longo estudo, os novos currículos.<sup>18</sup>

Com a Reforma e o desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, as ciências exatas se inserem noutra panorama: agora fazendo parte de um campo específico, o das Ciências Físicas e Matemáticas, passam a agregar disciplinas que se articulam com departamentos que comandam o ensino destas pelos centros recém-estabelecidos. Fazer a rede invisível de ensinamentos fragmentados perpassar por um núcleo relacionado, entre engenharias, farmácia, bioquímica, medicina, ciências econômicas, foi tarefa que envolveu esforço e destreza das pessoas envolvidas numa trama-encaixe sob a nova concepção do sistema universitário e seus respectivos conhecimentos.

A constituição de um Centro de Estudos Básicos, pensado para profissionalização, pronuncia semelhantes núcleos, aglomera disciplinas “básicas” de conhecimento e institui as chamadas licenciaturas curtas da política militar. Tais licenciaturas de curta duração eram formatadas para durar menos tempo e para formar profissionais com foco nas necessidades do mercado de trabalho, profissionais ligados ao magistério. O Centro de Estudos Básicos configurava, assim, a reunião das disciplinas básicas para áreas profissionalizantes, tanto para graduações quanto para licenciaturas curtas. A profissionalização, implantada pelas diretrizes da Reforma, propunha uma universidade integrada com uma nova ordem de conhecimento na sociedade. Atrelado a essa dinâmica, na conjuntura de Guerra fria, foi que o governo militar reconduziu o ensino brasileiro a uma racionalidade técnica, incumbida pela Reforma Universitária e alocada por uma organização tecnicista e, portanto, refletida na dinâmica da Universidade.

Por consequência, a nova organização do ensino elevava as competências, sendo esta “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles.”<sup>19</sup> O Centro de Estudos Básicos, inserido nessa lógica, instituiu cursos de licenciatura de curta duração com habilitação em Ciências, em 1971,<sup>20</sup> atendendo às determinações federais da Lei nº 5.692,<sup>21</sup> de 11 de agosto de 1971, da qual se originou o novo ensino de 1º e 2º grau. “Resolve aprovar o termo de convênio a ser celebrado entre a UFSC para a realização, em Florianópolis, dos cursos de Licenciatura de Curta Duração, em regime intensivo nos setores de matemática e ciências.”<sup>22</sup>

Considerando que as licenciaturas curtas eram realizadas por meio de um convênio com a Secretaria de Educação do estado e tinham a finalidade de criar executantes de um saber vindo de fora e não pesquisadores,<sup>23</sup> acabaram por criar fenômeno de esvaziamento científico, com um ensino voltado apenas para a transmissão de conhecimento, bem como a lógica de uma educação focada nas competências propunha. O professor que se formava no Curso de Ciências – Licenciatura em 1º grau tornava-se habilitado para ministrar aulas de biologia, matemática, física e química, numa forma de integração do conhecimento: um professor tecnólogo e apolítico.<sup>24</sup>

Mesmo com o Centro de Estudos Básicos com tal conjuntura profissionalizante, os departamentos das ciências exatas recém-criados experimentavam a administração de suas disciplinas ramificadas pelos cursos da UFSC, enquanto, no caso da Matemática, a graduação tinha seu próprio departamento. A departamentalização instituída pela Reforma reflete diretamente a nova lógica do ensino: a divisão dos saberes; o isolamento dos departamentos, logo, a não contribuição para que o licenciado, com exceção das licenciaturas curtas, percebesse a integração de conteúdos. Contudo, de qualquer maneira, causou a transformação em favor de uma organização dos ensinamentos, importante para as ciências exatas que se fragmentavam na já apontada rede invisível. Os departamentos eram coordenados por “um Professor Titular eleito pelo pessoal docente do Departamento, na forma do regimento Geral”,<sup>25</sup> e nos departamentos de Química, Física e Matemática ocorria um direcionamento das disciplinas para os cursos de Engenharia, Bioquímica, Biologia, Agronomia e Farmácia, de maneira que, organizadas, traçassem uma linha concordante aos respectivos departamentos. Pensava-se, pois, a partir da administração direcionada e da integração de professores variados, na criação de cursos de graduação

<sup>18</sup> Idem. *Relatório de atividades de 1971*. Florianópolis: UFSC, 1972, p. 4.

<sup>19</sup> PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 1999, p.7.

<sup>20</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 4, n. 45, set. 1970, p. 6.

<sup>21</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 11 ago. de 1971. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Legis/L5692.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

<sup>22</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.6, n. 65, maio 1972, p. 2.

<sup>23</sup> CHAUI, Marilena. Lei nº 5.692, Ciências Humanas e o ensino profissionalizante *apud* PILLETTI, Nelson. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 1997, p. 213.

<sup>24</sup> CANDAU, Vera Maria. *Universidade e formação de professores: que rumos tomar? In: \_\_\_\_\_*. *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 30-50.

<sup>25</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.3, n. 25, out. 1969, p. 9.

propriamente ditos, já que as licenciaturas de curta duração, voltadas apenas para o mercado de trabalho e suas competências, fragilizavam o desenvolvimento de atividades de pesquisa.

Todavia, a reunião de profissionais de universos de formação distintos repercutia numa dificuldade de criar os cursos específicos. O corpo docente do Departamento de Física, por exemplo, era constituído por nove professores graduados: seis engenheiros, um físico, um bioquímico e um matemático. Jaime Oltramari,<sup>26</sup> primeiro físico formado de Florianópolis, que desde 1968 tentava articular o ensino de física pela estrutura universitária, lembra: “você imagina reunir profissionais de tão diferentes formações pra conseguir um núcleo com a responsabilidade de desenvolver o ensino e a pesquisa e a extensão em física no conceito dos físicos”.<sup>27</sup> Inicia-se uma discussão, no caso da física, a qual circunscreve a instituição de um curso de graduação na área específica, até que se consegue estabelecer um primeiro passo para entender o que viria a ser o curso de graduação em Física: “numa reunião do departamento nós conseguimos aprovar o seguinte: primeiro, quais seriam as nossas metas, as primeiras metas [...] a razão da nossa existência em nós mesmos e não no curso que nós tínhamos que atender”.<sup>28</sup>

Só depois de estabelecido um diálogo entre os docentes, e o estabelecimento de linhas de pesquisa, é que o Curso de Física começou a se encaminhar para uma graduação condizente. Antes da criação de uma graduação, a fim de massificar os alicerces do ensino e estabelecer massa crítica necessária para enriquecer os programas prestes a se desenvolverem, foi pensado num programa de pós-graduação numa vertente específica de físico-química.

Institucionalmente, os programas de pós-graduação no Brasil tinham como referência o Parecer nº 977/55 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 3 de dezembro de 1965. Partindo de um governo desenvolvimentista, o parecer estabelecia linha de continuidade entre mestrado e doutorado e estava relacionado à qualificação dos professores da rede federal de universidades, como uma forma de complementar a Reforma Universitária.

O salto das pós-graduações brasileiras se deu em detrimento de uma estratégia do governo militar que buscava no desenvolvimento científico o desenvolvimento econômico do país justamente no período de expansão das universidades brasileiras, logo, as ciências exatas se viam inseridas num contexto favorável à sua estruturação, já que as pós-graduações é que dinamizam suas pesquisas. O primeiro ministro da Educação da Ditadura, Roberto Campos, pensava num Ensino Superior voltado às elites e um Ensino Médio sem caráter humanista, voltado à racionalidade. Tanto para a elite científica quanto para o setor nacionalista das forças armadas, a intensificação do sistema de ciências básicas a partir de programas de pós-graduação era instrumento de desenvolvimento econômico: para aquele primeiro, os consumidores de tecnologia iriam se tornar produtores, ao passo que, para o segundo grupo, tal política permitiria acesso às tecnologias sensíveis. O governo brasileiro principiou assim, projetos de capacitação de pesquisadores e apoio aos programas de pós-graduação.<sup>29</sup>

Nessa lógica, em 1971, com uma coordenadoria de cursos de pós-graduação já instalada, fomentou-se a abertura de novos programas de pós-graduação em toda a Universidade Federal de Santa Catarina. O reitor da época, João David Ferreira Lima, autorizou o Departamento de Física a contratar dois PHDs, já que a conjuntura nacional assim propunha, para estabelecer massa crítica para sua pós-graduação, contrato este que não foi fácil de encontrar. Nesse sentido, buscou-se no mundo PHDs da área de cristais-líquidos, por meio de publicações internacionais:

Eu tive que fazer milagres na época, eu juntei os *folders* de todas as companhias de turismo que haviam em Florianópolis, botava-os num envelope e mandava pra eles, e eles ficaram deslumbrados. Porque da Universidade não tinha o que mostrar, realmente não tinha. Mostrava o bonito do estado, a etnia, essas coisas todas.<sup>30</sup>

Mesmo a Universidade ainda sendo um campo aberto em construção tanto de espaços físicos quanto de conhecimentos, iniciou-se, enfim, em 1971 a pós-graduação em físico-química,<sup>31</sup> no Departamento de Física, com 33 inscritos, dos quais dois eram egressos da graduação de 1970, 24 eram docentes e sete eram de outras universidades.<sup>32</sup> Os professores passaram, pois, a ser alunos. Nessa gradual união dos ensinos das ciências, o ensino de

<sup>26</sup> Jaime Oltramari, professor aposentado do Departamento de Física da UFSC. Foi o primeiro físico de Santa Catarina e diretor do CFM por 12 anos.

<sup>27</sup> Jaime Oltramari. *Entrevista citada.*

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do Parecer CFE nº 977/55. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 30, set./dez. 2005, p. 7-20.

<sup>30</sup> Jaime Oltramari. *Entrevista citada.*

<sup>31</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de atividades de 1971*.

Florianópolis: UFSC, 1972, p. 15.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 16.

química também participava da fomentação que a pós-graduação em físico-química proporcionou e, por ser derivado da Escola de Engenharia Industrial, já possuindo noção de química no conceito dos químicos por professores provenientes das engenharias e da Farmácia, em 1971 é criado o Curso de Licenciatura em Química, por meio da Portaria nº 303/71.<sup>33</sup> O professor Ricardo José Nunes<sup>34</sup> foi o primeiro matriculado no Curso:

Você fazia vestibular pra Ciências Físicas, que englobava as engenharias, a Matemática. Dependendo de suas notas você escolhia para que graduação você iria, aí nesse meio tempo surgiu o Departamento de Química, e eu fui o primeiro aluno matriculado no Curso. Eu assisti às aulas sozinho por um mês, até chegar meu colega, o Bruno Szpoganicz.<sup>35</sup>



Figura 5. Construção do campus. Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (1978)



Figura 6. Exame de Vestibular. Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (1980)

<sup>33</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de atividades de 1971...* op.cit., p. 12.

<sup>34</sup> Ricardo José Nunes, professor do Departamento de Química, primeiro matriculado e formado da primeira turma de licenciatura em química, em 1975.

<sup>35</sup> Ricardo José Nunes. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni*. Florianópolis, 25 ago. 2010.



Figura 7. Aulas de Pós-Graduação em Físico-Química. Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina [1977]

Percebem-se os cursos das Ciências Exatas tomando forma em função do processo de estruturação da pesquisa e seu incentivo, base para estes se desenvolverem, bem como em função do estabelecimento de massa crítica pelos professores que aprimoravam seus conhecimentos com a própria pós-graduação recém criada. Criar uma pós-graduação em físico-química antes de um curso de graduação de física foi tática importante para gerar reconhecimento e elevar o nível dos cursos envolvidos: era como um instrumento de pressão dentro da estrutura universitária que visava credibilidade e habilitação, enquanto os cursos da área continuavam a atender a outros e a Reforma tomava forma.

Com o governo militar incentivando a produção científica, resultado da dinâmica tecnicista global, a capacitação de profissionais assinalou uma política nacionalista de desenvolvimento: em 1972 o professor Walter de Bona Castelan, do Departamento de Matemática, concluiu doutorado no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, bem como vários outros profissionais do país inteiro, que, por meio de bolsas de incentivo, voltam do exterior constituindo massa crítica necessária para consolidação dos programas de pós-graduação.

Os anos 1970 foram de grande expansão econômica, por conseguinte, o principal banco de investimento do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDS), dispõe fundo de apoio ao desenvolvimento tecnológico e é criada a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Os departamentos das ciências exatas da UFSC começaram processo indispensável para pesquisa: captação de recursos, criação de projetos e estruturação de laboratórios, como afirma Jaime Ultramari “submetemos projetos à Capes e à Finep, conseguimos um financiamento que foi decisivo, aprovamos o primeiro projeto no BNDS. Na época, conseguimos montar uma oficina boa que tem até hoje”.<sup>36</sup>

Uma vez que os laboratórios foram planejados, a pesquisa tomou dimensões reais. Com auxílio do Conselho Nacional de Pesquisas, foi feito um convênio em 1973 com a República Federal da Alemanha: “foram instalados dois modernos laboratórios de Física e Solda, montados no Departamento de Física e de Engenharia Mecânica, respectivamente”.<sup>37</sup> Tal Conselho, em 1975, foi reformado e transformado no amplo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, manejado pelo Ministério do Planejamento. Alguns aparelhos do Curso de Química também foram importados por convênio do Leste Europeu, como comenta o primeiro aluno do Curso: “Umás coisas muito grandes, que não funcionavam. Alguma coisa funcionava, a parte ótica, os polarímetros, funcionam até hoje, mas a maioria das coisas que havia lá nunca funcionou. Mas nós estávamos sob ar-condicionado, então a maioria dos professores ia para aquele laboratório, e os dois alunos também”.<sup>38</sup>

As pesquisas foram se fortalecendo aos poucos, mesmo que com falta de recursos necessários. Enquanto o departamento de Matemática se alinhava para a instituição de uma pós-graduação, que se deu em 1975<sup>39</sup> com opção em Matemática Aplicada (Portaria nº 456/75), dando continuidade ao trabalho em Matemática Aplicada e Pura, o Departamento de Química, respondendo às políticas nacionais de pesquisa, criou mestrado em 1974:

Nós apostamos na produção de recursos humanos e importação de doutores. O departamento notou que seria natural, em decorrência da físico-química, ter um programa de pós-graduação em Química, que tem também áreas de Físico-Química, Química Inorgânica, Analítica...<sup>40</sup>

<sup>36</sup> Jaime Ultramari.

*Entrevista citada.*

<sup>37</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de atividades de 1973*. Florianópolis: UFSC, 1974, p. 16.

<sup>38</sup> Ricardo José Nunes. *Entrevista citada.*

<sup>39</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório de atividades de 1975*. Florianópolis: UFSC, 1976, p. 62.

<sup>40</sup> Ricardo José Nunes. *Entrevista citada.*

Ajustados à política desenvolvimentista nacional, os programas de graduação e de pós-graduação estavam, assim, se fortalecendo, tomando o espaço provisório de blocos modulados perto do Centro de Estudos Básicos. As Ciências Físicas e Matemáticas ainda não possuíam um centro específico, deixando apenas de fazer parte do CEB em 11 de março de 1976, em função da Reforma Estatutária e do Regimento Geral da UFSC (Portaria nº 75/76), constituindo, por fim, o **Centro de Ciências Físicas e Matemáticas**



Figura 8. Laboratório de Pesquisa. Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina [197?]



Figura 9. Laboratório de Pesquisa da Físico-Química. Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina [197?]

As novas unidades decorridas da subdivisão do Centro de Estudos Básicos em quatro centros se instalaram então na área recém-terminada do próprio CEB, e em blocos modulados provisórios, edificadas ao longo da construção do *campus* universitário, que já haviam funcionado como Colégio Universitário. O Departamento de Matemática, por exemplo, teve suas atividades desenvolvidas até novembro de 1976 “numa área correspondente a meio bloco modulado, num total de sete salas: 4 salas de professores, 1 de monitores, a chefia do departamento e a secretaria do mesmo, realizados no bloco modulado C-2”.<sup>41</sup> Em novembro, o Departamento recebe o bloco modulado C-4 para instalação de nova sede, visto que, em março, o reitor constituiu um “grupo de trabalho com objetivo de definir as áreas necessárias à instalação da administração dos novos Centros”.<sup>42</sup> Com exceção do CFM, as outras unidades receberam espaços físicos específicos, enquanto o CFM permaneceu nos blocos modulados provisórios, que acabaram constituindo um prédio térreo feito de vários módulos, o qual se associa a um labirinto: “começou aquela história de se fazer aquele emaranhado de bloquinhos e coisa assim, foi uma solução adequada às disponibilidades financeiras da época. Não foi nada planejado como uma coisa pra grande futuro, não deveria ter durado tanto, não devia”.<sup>43</sup>

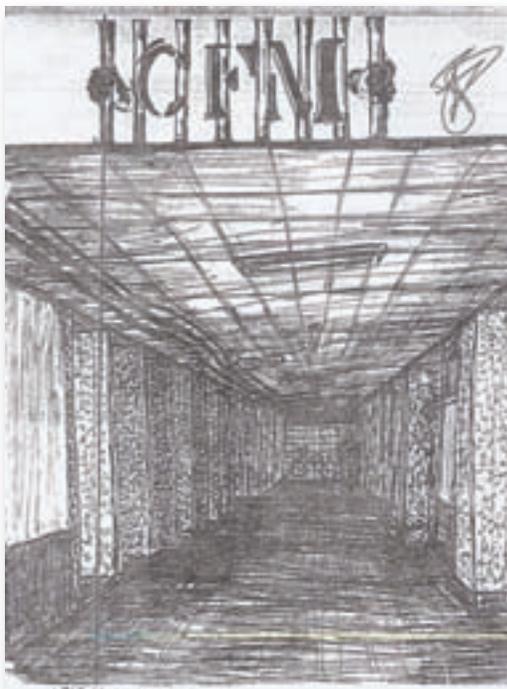


Figura 10. Corredor do CFM. Fonte: Pícolo, 2006. Nota: imagem utilizada pelos CA's dos cursos do CFM em 2007 para denunciar as precárias instalações do seu centro.



Figura 11. O *campus* universitário na década de 1980. Fonte: Agecom [198?]. Nota: Percebem-se os blocos modulados à esquerda, abaixo.

<sup>41</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Físicas e Matemáticas. *Relatório Anual do Departamento de Matemática*. Florianópolis, maio de 1976. Arquivo Geral UFSC-CFM. Caixa 03-E17, p. 54.

<sup>42</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.10, n. 111, mar. 1976, p. 8.

<sup>43</sup> Jaime Oltramari. *Entrevista citada*.

Os blocos modulados, num primeiro momento, foram construídos para funcionamento do Colégio de Aplicação na década de 1960:

Aquilo ali era o Colégio de Aplicação inicialmente. Em 1972, quando eu era chefe da Matemática, cuja sala da direção era ainda no CEB, nos fundos, nesses blocos modulados, era o Colégio de Aplicação. Eu lembro bem, porque em 1972 quando eu era chefe eu levei uma visita lá, quem me recebeu foi a professora Aurora Goulart que era diretora do Centro de Educação.<sup>44</sup>

Foi nos blocos modulados que o CFM desenvolveu seus cursos. Por ser visto como uma unidade prestadora de serviços, atendendo à maioria das áreas que demandavam disciplinas relacionadas com Física, Química e Matemática, por algum tempo a pesquisa do Centro era tímida perto de outros. Mas foi ali que ela se desenvolveu e foram instalados seus laboratórios, os quais, inclusive, foram construídos com frequência, em função dos vários professores que voltavam do exterior com doutorado e conhecimento numa área até então desconhecida no estado: “e o que a gente fazia no CFM: fechava um banheiro pra esse professor que vinha com uma medalha fazer o laboratório dele; o cara trouxe equipamento, ganhou um monte de coisa, colocar ele onde?”<sup>45</sup>

A dificuldade de construção, já que o Centro faz parte de uma torrente de áreas que, através da pesquisa científica, precisam de espaço físico para desenvolvimento, acabou por atrasá-lo. Tanto no fim da década de 1970, com o centro estabelecido, quanto na década de 1980 e 1990, a manutenção e construção de prédios foram lentas: enquanto os cursos cresciam potencialmente, o espaço físico continuava sendo o mesmo;

Se você andar pela Universidade, quase todos os outros centros, desde 1979, se desenvolveram bem. E esse aqui não. Porque o nosso Centro é um centro básico, atende quase a toda a Universidade, aqui tem disciplinas que são demandadas em quase todos os cursos. Todas as disciplinas que falam em matemática, física e química são procuradas aqui.<sup>46</sup>

As circunstâncias que mais propiciaram a estrutura do Centro e da pesquisa ocorreram, substancialmente, durante o período da ditadura militar, em vista do crescimento econômico deste e sua política de incentivo à pesquisa. A ditadura acabou afetando o CFM indiretamente:

Éramos meio alienados politicamente, no sentido de não participar, de não conhecer, de não se envolver, não discutir e tal, de agir, de atuar, de ir pra rua. Eu diria até que teve o contrário, teve o favorecimento por um ministro da educação que produziu uma mudança na estrutura da carreira que foi a melhor que já tivemos. Foi a época que nós tínhamos os melhores salários.<sup>47</sup>

Mesmo com a lei que controlava os estudantes, “estudantes servem para estudar”,<sup>48</sup> o governo militar de certa forma auxiliou a expansão do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas; no entanto, não o poupou do cimento repressivo que escorria pelo país:

Durante toda nossa graduação a censura e o AI-5 pairavam. A gente sabia que em cada sala de aula, ou no mínimo em cada curso tinha alguém que passava informação para os órgãos de informação, meio redundante, mas era exatamente isso que acontecia.<sup>49</sup>

A Lei de controle, “o AI-5 das Universidades”,<sup>50</sup> foi promulgada em 13 de dezembro de 1968, definindo “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares”,<sup>51</sup> acabando por derramar no ambiente universitário desconfiança e dúvida.

Você não podia se expandir muito em sala de aula, se você quebrava uma cadeira por acidente, podia ser enquadrado pelo AI-5. Quando eu fazia graduação eu senti isso, depois quando eu estava no Rio de Janeiro fazendo mestrado, alguns amigos foram presos em Florianópolis na Operação Bandeirante. Nos anos 70, houve uma série de prisões de professores da Universidade, alguns deles eram amigos meus.<sup>52</sup>

O auxílio do governo militar no CFM foi um auxílio que fazia sentido na dinâmica do momento. Logo após esse momento o CFM foi submetido à demanda interna da Universidade, com poucos convênios e investimentos, logo, sujeito a diminuição dos recursos públicos nos anos de 1980, que produziu dificuldades para o centro e para a UFSC.

<sup>44</sup> Aparício Siqueira Filho. *Entrevista citada.*

<sup>45</sup> Aparício Siqueira Filho. *Entrevista citada.*

<sup>46</sup> Tarciso Antônio Grandi. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni.* Florianópolis, 4 ago. 2010.

<sup>47</sup> Jaime Oltramari. *Entrevista citada.*

<sup>48</sup> SILVA, Luiz Antônio da Gama. Declaração do ministro da Justiça do governo Costa e Silva, Luís Antônio da Gama e Silva. *Apud SALLUM JÚNIOR*, Brasília, Federação, autoritarismo e democratização. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 8, n. 2, out. 1966, p. 7.

<sup>49</sup> Ricardo José Nunes. *Entrevista citada.*

<sup>50</sup> Expressão referida pelo cientista político Octaciano Nogueira, professor da UnB.

<sup>51</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1967: Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília-DF*, 26 fev. de 1967. Disponível: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129413/decreto-lei-477-67>>. Acesso em: 1º set. 2010.

<sup>52</sup> Ricardo José Nunes. *Entrevista citada.*



Figura 12. Alunos estudando. Fonte: Agecom (1971)

Foi no processo de redemocratização que os departamentos das ciências mais participaram de uma dinâmica com caráter divergente na Universidade, contribuindo com o processo eleitoral, uma resposta singela ao movimento “Diretas Já”,<sup>53</sup> de 1983. No começo dos anos 1980, foi criado no CFM uma alternativa de burla às eleições indiretas: nas eleições de centro era obrigatório mandar uma lista sêxtupla para o Ministério da Educação para que escolhesse um representante:

Dentro do CFM criou-se a seguinte regra, que depois passou para a Universidade: no conselho nós aprovamos que quem ganhasse a eleição montava a lista com mais cinco pessoas que nem participaram do processo. Com isso você forçava quem pegasse a lista sêxtupla a escolher aquele primeiro da lista, que foi o único que participou do processo. Mandávamos na lista só o mais votado, e o resto pessoas de confiança; era quase uma eleição direta. Forçamos, com algum risco, ser uma eleição direta.<sup>54</sup>

As eleições diretas para governadores já existiam desde 1982: havia um movimento forte na Universidade para que os chefes e diretores fossem eleitos diretamente: “eu renunciei a chefia do CFM, escrevi um ofício para o Stemmer,<sup>55</sup> não tolerava mais a falta de eleição, “tá na hora de democratizar” e ele me respondeu: “quando tivermos titulares suficientes para participar da eleição, nós podemos mudar [...]” numa reunião com o Departamento de Física, o pessoal votou e me elegeu. E eu mandei de volta pro Stemmer: “vou continuar porque fui eleito”.<sup>56</sup>

Assim, na época da redemocratização, as Ciências Físicas e Matemáticas ainda conquistavam seu espaço na Universidade como centro. Mas, seus professores já apresentavam uma rede visível e articulada em defesa do desenvolvimento da pesquisa e em defesa da democracia. Foram implantados, na década de 1980, os cursos de Bacharelado em Física e em Química, e em 1988 o Curso de Doutorado em Química. O Programa de Mestrado em Físico-Química capacitava os próprios profissionais que eram contratados como professores: “Tinham poucos grupos de pesquisa, poucas pessoas envolvidas, tinha muita gente ainda que estava realizando pós-graduação, porque naquela época nós ainda recebíamos professores que eram contratados só com graduação”.<sup>57</sup>

Inseridos na política tecnicista do governo militar, a qual ofereceu bolsas de estudo para capacitação, muitos professores no fim da década de 1970 e começo de 1980 voltavam do exterior com diplomas, intensificando diretrizes próprias, criando um estilo para cada curso. Aos poucos, o Programa de Pós-Graduação em Físico-Química não fazia mais sentido, e foi separado naturalmente com a criação de mestrado em Química e mestrado em Física.

<sup>53</sup> Movimento de reivindicação pelas eleições diretas no Brasil, marcando os anos de 1983 e 1984.

<sup>54</sup> Aparício Siqueira Filho. *Entrevista citada.*

<sup>55</sup> Professor Caspar Erich Stemmer, reitor em exercício da época, 1976-1980.

<sup>56</sup> Jaime Ultramari. *Entrevista citada.*

<sup>57</sup> Tarciso Antonio Grandi. *Entrevista citada.*

A Matemática foi o curso que teve dificuldade no fortalecimento no campo de estudos pós-graduados. O Programa de Mestrado em Matemática Aplicada instituído em 1975 se apropriou da função de formação do próprio pessoal do Curso: “os nossos alunos eram nossos professores [...] enquanto os garotos da Química e Física saíram para o mundo todo fazer doutorado, cada um voltava com uma linha de pesquisa, e o Curso só ia pra frente, nós ficamos formando nossos professores”.<sup>58</sup>

Ademais, em 12 de abril de 1980, o Curso perde seu líder, Walter de Bona Castelan, num acidente da Transbrasil no Morro da Virgínia, na Ilha de Ratonas: “Ele era o único doutor, era o que comandava a gente, era ídolo”.<sup>59</sup> Outro fator que contribuiu ao pouco desenvolvimento dos programas de Matemática foi a “importação” de professores estrangeiros. Com a Reforma e a criação da Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE), os professores passaram a ter dedicação exclusiva na Universidade, o que acabou afetando muito a dinâmica das Ciências Físicas, já que os professores trabalhavam com pesquisa, e a Universidade passou a ser lugar onde se passava maior parte do tempo. A integração entre os professores, por estes dedicarem mais tempo à vida acadêmica, tornou-se muito próxima. O Curso de Matemática, por precisar de doutores para nivelar-se e não os encontrando no Brasil, fez o mesmo que a Química e a Física: trouxe profissionais de outros países.



Figura 13. Solenidade de distribuição de recursos para pesquisadores por meio do Funpesquisa. Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (1981)

No entanto, a relação desses profissionais era muito complicada, acabando por gerar desentendimentos dentro do próprio Curso e por quebrar a dinâmica de integração dos professores da casa:

Gente do mesmo país que chegava aqui e, em vez de fazer amizade, disputava acirradamente, um querendo passar na frente do outro [...] Na Física e na Química, os professores da casa já estavam voltando do exterior, então não tiveram muitos problemas com estrangeiros como a Matemática [...] tinha gente que passou vinte anos na Matemática sem falar português porque não fazia nenhuma questão de aprender.<sup>60</sup>

Diante de tais fatores, a Matemática não conseguiu desenvolver um programa de doutorado, se posicionando, de certa maneira, à parte do cenário de desenvolvimento científico e tecnológico. Esse cenário, instituído pela política nacional desenvolvimentista de incentivo às pesquisas, foi suporte fundamental para configuração do CFM. No entanto, mesmo com uma burocracia flexível, sem ação limitada por outros setores do governo – com a criação da Finep, do CNPq, e o investimento semi-autônomo do estado –, a produção científica das Ciências Físicas e Matemáticas da Universidade pouco conseguiu se infiltrar no empresariado, bem como outras produções similares das universidades brasileiras. O que não aconteceu com centros, como o Centro Tecnológico, que desde seus primórdios realizou alianças e convênios com o setor industrial, por ter vertente política intensa, numa produção que primou a tecnologia de imediata reprodução. O empresariado, recebendo propostas baseadas na pesquisa científica pura – era o tipo de pesquisa mais desenvolvido no CFM – tinha pouco interesse no desenvolvimento destas, em função de já ter estabelecido em sua disposição um ambiente protegido de importações, o que acontece até hoje, mesmo com a pesquisa aplicada:

<sup>58</sup> Aparício Siqueira Filho. *Entrevista citada.*

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Aparício Siqueira Filho. *Entrevista citada.*

O empresariado vive sob as leis de mercado [...] existe um grupo de poderosos e esses poderosos manipulam: se algum grupo de pesquisa estiver sobressaindo, podendo fazer concorrência com os grandes grupos, alguma coisa vai acontecer, porque você sabe, pra conseguir algum lugar no mercado tem que ter muita briga, e a briga nem sempre é leal.<sup>61</sup>

A tradição da pesquisa criou raízes, e serviu como base para o desenvolvimento das Ciências Físicas e Matemáticas da Universidade Federal de Santa Catarina, como de outras universidades federais que passaram pelo processo da política desenvolvimentista. Contudo, tais pesquisas não encontraram espaço nas agências empresariais, que acabaram por concentrar a produção científica informal, criando uma linha direta de pesquisadores, escapando da burocracia universitária. O trato se deu direto com os pesquisadores. Enquanto as pós-graduações das universidades inflavam com equipamentos e capacitação, as empresas criavam seu próprio espaço alienado dos avanços científicos, estes captados facilmente pela Universidade, que está em contato direto com os fluxos globais.

O CFM, enquanto a Universidade se expandia e o *campus* deixava de ser a fazenda que era de início, não tinha uma política própria, e ficava à mercê da política tecnicista do governo federal, a qual não vingou, se vista sob aspecto econômico. Passou a se configurar como um centro com caráter interno, ao passo que suas pós-graduações e suas pesquisas eram desenvolvidas sem repercussão. Tal submissão acabou por resultar na inexistência de recursos precisos para o desenvolvimento da pesquisa aplicada, criando um quadro ambíguo: um centro que, à proporção que possui notabilidade internacional na pesquisa básica e faz parte de um panorama científico altamente moderno, tem precariedades visíveis em termos de estrutura para o desenvolvimento da pesquisa aplicada.

Apesar de estar mudando nos últimos anos, essa dualidade ainda se faz presente na realidade do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas: um Centro rico em potencial com departamentos empobrecidos. Nos anos 1980 e 1990 conquistou novas instalações para suas atividades, todavia parte de seu ensino permaneceu nos antigos blocos modulados, particularizando o atraso circunstancial.

Nosso problema continua sendo o problema do espaço físico, o Curso cresceu muito, quanto aos cursos de pós-graduação, quanto à pesquisa. Nós temos projetos de construção de nossas áreas de laboratório, de espaços para professores, de área administrativa, que remontam a meados da década de 1980. Em 1985 temos o primeiro projeto que se fez a nossa nova estrutura, faz mais de vinte anos. E nesse período se fizeram coisas, mas de uma maneira muito lenta.<sup>62</sup>

Nota-se a intensidade de efeito de uma política federal dos anos 1960 ainda escorrendo pelo Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, reflexo de um novo padrão de conhecimento e espírito científico do mundo contemporâneo que “ênfatiza a dedução, salientando a importância da demonstração da lógica, baseada na ordem probabilística”.<sup>63</sup> A racionalidade introduzida por tal padrão segregou as áreas de ensino, percebidas com a implantação da Reforma Universitária, ao passo que a

globalização aproximou as relações, resultando em ambiguidades não só no CFM como em outros nichos sociais. A pesquisa científica, por exemplo, de 1990 até hoje tem se conjugado como uma pesquisa global: “uma pessoa que gosta de Química Inorgânica pode estar trabalhando com o desenvolvimento de fármacos, não existe mais áreas estanques; a gente vê uma comunicação em todas essas áreas”.<sup>64</sup> Essa interface de setores acaba por ampliar noções comuns numa estrutura não condizente com os fluxos globais, entendendo por estrutura aspectos tanto ambientais quanto culturais.

Os avanços tecnológicos e científicos, assim, são pensados em centros como o de Ciências Físicas e Matemáticas, espalhando-se pelo globo de maneira semirrelacionada



Figura 16. O CFM hoje I. Fonte: Vilela (2009)

<sup>61</sup> Ricardo José Nunes.

*Entrevista citada.*

<sup>62</sup> Tarciso Antonio Grandi.

*Entrevista citada.*

<sup>63</sup> KNAUSS, Paulo.

O desafio da ciência: modelos científicos no ensino de história. *Cadernos Cedes*. Campinas, v. 25, n. 67, set./dez., 2005, p. 283.

<sup>64</sup> Ricardo José Nunes.

*Entrevista citada.*

àqueles, existindo uma comunicação entre setores semelhantes e não com a sociedade. Essa falta de diálogo provinda de uma segregação embolada, ao longo do tempo, não condiz com os fluxos que formam a teia global, visto que a injeção de pesquisas científicas condiz com o mundo tecnológico e com a realidade social. E foi assim que o CFM acabou por se construir, fazendo parte de um conjunto à parte, que pensa a ciência de maneira efetiva, mas que não se espalha pela sociedade. Um Centro que é ativo na construção tecnológica de uma cultura cuja representatividade mal aparece por entre os corredores universitários, tanto por um atraso circunstancial de estar à mercê de uma política interna quanto pela necessidade de ampliar suas relações entre a ciência e a sociedade. Desde a Lei da Criação da UFSC, as pesquisas são tomadas como fundamentais para a socialização de conhecimento. Em seu art. 115, diz-se dos projetos de pesquisa, os quais “tomarão quanto possível, os dados da realidade local e nacional, sem, contudo, perder o ponto de vista, em contexto mais amplo e universal, as novas descobertas e suas interpretações”.<sup>65</sup> É a pesquisa que dinamiza os ensinos por toda a Universidade, já que esta é um celeiro de produções. A dinâmica do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas foi determinada por construções de projetos de pesquisa, com a interação e a movimentação de alunos e profissionais diversos fazendo acontecer, dentro de uma estrutura móvel, caracterizando várias maneiras de pensar e fazer a ciência.



Figura 17. O CFM hoje II.  
Fonte: Vilela (2009)



Figura 18. O CFM hoje III. Fonte: Vilela (2009)

<sup>65</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.IX, n. 110, fev. 1976, p. 77

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos UFSC/CFM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.1, n.1, jul. 1962.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 3, n. 25, jan. 1969.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 4, n. 45, set. 1970.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 6, n. 65, maio 1972.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a.IX, n. 110, fev. 1976.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 10, n. 111, mar. 1976.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1967*. Florianópolis: UFSC, 1968.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1968*. Florianópolis: UFSC, 1969.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1969*. Florianópolis: UFSC, 1970.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1970*. Florianópolis: UFSC, 1971.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1971*. Florianópolis: UFSC, 1972.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1972*. Florianópolis:UFSC, 1973.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1973*. Florianópolis: UFSC, 1974.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1975*. Florianópolis: UFSC, 1976.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Físicas e Matemáticas. *Relatório Anual do Departamento de Matemática*. Florianópolis, maio de 1976. Arquivo Geral UFSC-CFM. Caixa 03-E17, p. 54

### Entrevistas

Aparício Siqueira Filho. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni*. Florianópolis, 29 jul. 2010.

Elisabete Nunes Duarte. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni*. Florianópolis, 04 ago. 2010.

Hamilton Schaefer. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni*. Florianópolis, 30 jul. 2010.

Jaime Oltramari. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni*. Florianópolis, 27 jul. 2010.

Ricardo José Nunes. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni*. Florianópolis, 25 ago. 2010.

Tarciso Antônio Grandi. *Entrevista concedida a Júlia Albertoni*. Florianópolis, 4 ago. 2010.

### Figuras

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGEKOM. *O Centro de Estudos Básicos (CEB)*. [197?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *O campus universitário na década de 1980*. [198?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.

\_\_\_\_\_. *Alunos estudando*. 1971. 1 fotografia p&b. s/autoria.

FONTES, Therezinha de Jesus da Luz. *Construção do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. [1950]. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo pessoal de Theresinha de Jesus da Luz Fontes.

\_\_\_\_\_. *Interior do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. [196?]. 1 fotografia p&b. s/autoria. Acervo pessoal de Theresinha de Jesus da Luz Fontes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Solemidade de distribuição de recursos para pesquisadores através da Funpesquisa*. 1981. 1 fotografia p&b s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1981*. Florianópolis, 1982, p. 48.

\_\_\_\_\_. *Construção do campus*. 1978. 1 fotografia p&b s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1981*. Florianópolis, 1982, p.02.

\_\_\_\_\_. *Exame de vestibular*. 1980. 1 fotografia p&b s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Relatório de atividades de 1981*. Florianópolis, 1982, p. 20.

\_\_\_\_\_. *Aulas de pós-graduação em Físico-Química*. [197?]. 2 fotografias p&b. s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Relatório de atividades de 1976*. Florianópolis, 1977, p. 10.

\_\_\_\_\_. *Laboratório de Pesquisa*. [197?]. 1 fotografia p&b s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1981*. Florianópolis, 1982, p.36.

\_\_\_\_\_. *Laboratório de Pesquisa da Físico-Química*. [197?]. 1 fotografia p&b s/autoria. In: \_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 1976*. Florianópolis, 1977, p.04.

PICOLO, Anna. *Corredor do CFM*. 2006. 1 desenho p&b. Acervo pessoal de Anna Picolo.

VILELA, Rafael. *O CFM hoje I*. 2009. 1 fotografia color. Acervo pessoal de Rafael Vilela.

\_\_\_\_\_. *O CFM hoje II*. 2009. 1 fotografia color. Acervo pessoal de Rafael Vilela.

\_\_\_\_\_. *Rafael. O CFM hoje III*. 2009.1 fotografia color. Acervo pessoal de Rafael Vilela.

### Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1967: Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília-DF*, 26 Fev de 1962. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129413/decreto-lei-477-67>>. Acesso em: 1º set. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília-DF*, 11 ago. de 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm)>. Acesso em: 31 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 64.824, de 15 de julho de 1969: Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina. *Diário Oficial da União, Brasília-DF*, 15 jul de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64824-15-julho-1969-406147-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

CANDAU, Vera Maria. Universidade e formação de professores: que rumos tomar? In: \_\_\_\_\_. *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 30-50.

CHAUÍ, Marilena. Lei 5.692, Ciências Humanas e o ensino profissionalizante *apud* PILLETTI, Nelson. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/55. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 30, set./dez. de 2005.

KNAUSS, Paulo. O desafio da ciência: modelos científicos no ensino de história. *Cadernos Cedes*. Campinas, v. 25, n. 67, set./dez., 2005, p. 283.

PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Luiz Antônio da Gama. Declaração do Ministro da Justiça do governo Costa e Silva, Luís Antônio da Gama e Silva. *Apud* SALLUM JÚNIOR, Brasília. Federação, autoritarismo e democratização. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 8, n. 2, out. 1966, p. 7.

# O Centro Sócio-Econômico e suas Trajetórias

Juan Filipi Garces<sup>1</sup>  
Rodrigo Prates de Andrade<sup>2</sup>

Como todos os artigos apresentados neste livro, não estamos buscando realizar uma história totalitária ou que defenda qualquer vertente, seja ela política e cultural. Procuramos formular uma narrativa detalhando acontecimentos e as relações dos indivíduos, tanto de professores e alunos quanto de pessoas que contribuíram para a formação da Universidade, apresentando depoimentos de pessoas que nos concederam entrevistas para um melhor entendimento da formação do CSE e da atual UFSC, podendo relatar sua formação desde a primeira Faculdade que teria relação com o CSE, com exceção do Direito, a Faculdade de Ciências Econômicas.

Além das entrevistas, os chamados *boletins do pessoal*, divididos desde 1962 até os anos 1990. Foram fundamentais para a formação deste artigo, pois foi principalmente por meio deles que buscamos as informações como alterações curriculares e atas do Conselho Universitário. Eles foram importantes para a realização das entrevistas, pois tivemos a curiosidade e necessidade de ir além das informações que continham nos Boletins.

Acreditamos que seria de suma importância agradecer aos autores Pedro Antônio Vieira e César Augusto Félix pelo livro *O Curso de Economia da UFSC. 65 anos de história*, que serviu como guia para a construção desse artigo, apresentando acontecimentos que consideramos importantes para o CSE. Embora fosse realizada uma pesquisa mais aprofundada sobre alguns assuntos, este livro deve ser de certa forma uma contribuição importante para a formação do texto.

O resultado do texto foi a busca constante das informações para termos em mãos uma versão da história do Centro Sócio-Econômico. Novas pesquisas poderão surgir, pois vão complementar nossas buscas. Não pretendemos acabar a história do CSE com este artigo, mas sim incentivar novas pesquisas que contribuam para a história da Universidade e mostrar as transformações que o Centro Sócio-Econômico representou para a UFSC.

## O início

O Centro Sócio-Econômico está entre um dos mais antigos da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo gestado na Faculdade de Ciências Econômicas e no antigo Curso de Administração e Finanças. Segundo a professora Sylvania Amélia Carneiro da Cunha, o curso tinha por objeto o ensino de Ciências Econômicas.<sup>3</sup>

Onde se encontra o atual Centro Sócio-Econômico, estava localizada parte do antigo cemitério da Trindade. Nilcéa Lemos Pelandré<sup>4</sup> lembra sobre esse cemitério em uma entrevista concedida:

Eu conhecia a Trindade e a época que era uma fazenda e tinha um cemitério onde meus avós maternos, avô paterno e meus bisavós estavam sepultados [...]. Ali atrás onde era o teatro e a igreja havia um grande cemitério, e eram dois cemitérios: o da Trindade e o do Itacurubi.<sup>5</sup>

Como afirmam Pedro Antônio Vieira e César Augusto Félix, em 1940 a economia catarinense estava em pleno vapor. Dentro da Academia de Comércio Catarinense, instituição que pode ser considerada o berço do ensino comercial no estado, foi criado o Curso Superior de Administração e Finanças em 1942.

Os primeiros professores desse Curso foram: Elpídio Barbosa, Fernando Machado Vieira, Flávio Ferrari, Jorge José de Souza, Manoel Boaventura Feijó, Rita da Costa Ávila Malheiros, Wilmar Orlando Dias e Sylvania Amélia Carneiro Cunha.<sup>6</sup> Portanto, a Faculdade nasceu da demanda de “algumas empresas comerciais, industriais e de economia as quais asseguravam que Santa Catarina, face ao seu desenvolvimento comercial e industrial, comportava o Curso Superior de Administração e Finanças.”<sup>7</sup>

<sup>1</sup> Estagiário do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmico do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da professora Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> Estagiário do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmico do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da professora Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC. O estagiário em março de 2010 foi selecionado para bolsista do Programa de Educação Tutorial-PET/História e foi substituído no projeto pela acadêmica Juan Filipi Garces.

<sup>3</sup> CUNHA, Sylvania Amélia Carneiro da Cunha. Recordando a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p.7-12, 1993, p.7.

<sup>4</sup> Nilcéa Lemos Pelandré, ex vice-reitora, é professora aposentada e trabalhou voluntariamente como orientadora da pós-graduação.

<sup>5</sup> Nilcéa Lemos Pelandré. *Entrevista concedida a Lara Beck e Roselane Neckel*. Florianópolis, 02 de set. 2010.

<sup>6</sup> VIEIRA, Pedro Antônio; FÉLIX, César Augusto. *O Curso de Economia da UFSC: 65 anos de história*. Florianópolis: Insular, 2008, p.62.

<sup>7</sup> CUNHA, Sylvania Amélia Carneiro da Cunha. Recordando a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas... op.cit., p.7.



Figura 1. Foto da área onde era localizado o cemitério. Fonte: Agecom [196?]. Nota: À direita, a igreja Henderson J. Speck e à esquerda, parte do CSE



Figura 2. Prédio onde funcionou a Academia de Comércio Catarinense, na Avenida Hercílio Luz. Fonte: Vieira & Félix (2008)

A Faculdade de Ciências Econômicas pouco a pouco atingiu autonomia junto à Academia de Comércio Catarinense. Com uma crise financeira na década de 1950, devido ao fato de ser uma Faculdade particular, ela só pode se reestruturar com a chegada de verbas estaduais, e, em 1958, com as verbas federais.<sup>8</sup> Alcançando, assim, sua “independência didática, administrativa e financeira”, em 16 de março de 1959 a Faculdade de Ciências Econômicas deixou de fazer parte da Academia de Comércio. Com a Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, foi criada a Universidade de Santa Catarina,<sup>9</sup> sendo constituída por diversas faculdades, dentre elas a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Serviço Social.<sup>10</sup>



Figura 3. Vista atual do prédio situado na Rua Almirante Alvim, onde funcionou a antiga faculdade de Ciências Econômicas. Fonte: Agecom (2010)

## A Fundação Vidal Ramos e a Faculdade de Serviço Social

Levando em conta a industrialização que acontecia em Santa Catarina nos anos 1950, era perceptível a alta demanda por assistentes sociais no estado. A necessidade chegou a tal ponto que, em 1952, foram oferecidas bolsas para estudantes cursarem o Curso de Serviço Social na PUC do Rio Grande do Sul.<sup>11</sup> Entretanto, desses bolsistas, apenas um retornou a Santa Catarina, tornando imperativa a criação de um curso de Serviço Social no estado. Levando em conta as necessidades desse e de outros tipos de Ensino Superior em SC, em 3 de maio de 1958 foi criada a Fundação Vidal Ramos (FVR).

A Fundação Vidal Ramos, de acordo com seu estatuto, foi constituída por instituições patronais, governamentais e da Igreja Católica. Dela fazem parte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina; Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina; Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina; Departamento Regional do Serviço Social da Indústria SESI/SC; Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI/SC; Arcebispado de Florianópolis; Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência Social; Conselho Regional de Serviço Social Rural; Departamento Nacional de Endemias Rurais – Circunscrição de Santa Catarina.<sup>12</sup>

A FVR, uma instituição particular, nasceu com a função de suprir as necessidades do estado, criando a Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina no mesmo ano. Como afirma o professor Alcides Abreu,

[...] a razão da criação da Fundação foi exatamente essa: temos que formar profissionais que sejam capazes de conduzir o processo que agora irá se deflagrar. Naquele tempo, o SESI já estava presente em várias cidades industriais. Uma das preocupações das empresas era a greve. [...] Agora você pode evitar isso, claro que pode, como? Pelos mecanismos de prevenção. O que provoca uma greve? Um descontentamento? Acompanhando aqueles que podem ficar descontentes. Quem cuida disso? Os agentes de promoção social, o famoso terceiro setor, um novo pacto de inclusão social. Atende-se às demandas antes da greve.<sup>13</sup>

<sup>8</sup> CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da Cunha. Recordando a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas... op.cit., p.8-10.

<sup>9</sup> A universidade só passou a se chamar “Universidade Federal de Santa Catarina” em 1965, por meio da Lei nº 4.759, de 20 de agosto do mesmo ano. Cf. BRASIL. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 24 Ago. 1965, p.8.554. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=90363>>. Acesso em: 23 ago. 2010

<sup>10</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.1, n.1, IIº semestre de 1962, p.24-25.

<sup>11</sup> GERBER, Luiza Maria Lorenzini. O Cenário catarinense na década de 1950 e a criação da faculdade de serviço social de Santa Catarina. *Serviço Social em revista: Publicação comemorativa 50 anos do Serviço Social UFSC*, Florianópolis, v.1, n.1 p 17-19 mar. 2009.

<sup>12</sup> GERBER, Luiza Maria Lorenzini. O Cenário catarinense na década de 1950 e a criação da faculdade de serviço social de Santa Catarina... op.cit., p.18.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.23-24.

Como dito anteriormente, a Lei nº 3.849 criou a Universidade, reunindo as faculdades pré-existentes, com exceção da Faculdade de Serviço Social, que se tornou agregada à Universidade, continuando a ser mantida pela Fundação Vidal Ramos.

## A Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) dentro da Universidade

Retornando à Faculdade de Ciências Econômicas, uma das principais mudanças com sua federalização e entrada na Universidade, foi que “[...] seu pessoal administrativo e auxiliar técnico passou a fazer parte do funcionalismo público. Quanto aos professores, o artigo 13 da Lei nº 3.849, criou vinte e três cargos de Professor Catedrático [...]”.<sup>14</sup>

A Faculdade de Ciências Econômicas pretendia formar três tipos de profissionais dentro da Universidade: economista, contador e atuário, este último acabou por não ser instalado.<sup>15</sup> Na tentativa de suprir as lacunas do estado catarinense, nasceu o Curso de Ciências Contábeis da USC, tendo como seu embrião o Departamento de Contabilidade da mesma Faculdade.<sup>16</sup> Nas Atas do Conselho da Faculdade de Ciências Econômicas, encontramos dados da criação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais.<sup>17</sup> No mesmo ano, como consta na Resolução nº 67/63, no *Boletim Informativo* de 1963, é aprovada a instalação do Curso de Contador da Faculdade de Ciências Econômicas.<sup>18</sup>

A FCE sofria um processo de expansão dentro da própria Universidade e diante da conjuntura política e econômica da época, o professor Sérgio Uchoa Rezende, juntamente com outros professores da Faculdade, propôs ao reitor da USC a criação do Curso de Administração, já que somente a Fundação Escola de Administração e Gerência (atual ESAG) oferecia o curso em Santa Catarina.<sup>19</sup> E em dezembro de 1965 foi aprovado o relatório para a criação do Curso de Administração de Empresas e de Administração Pública na Universidade.<sup>20</sup> Em 1966, Félix e Vieira afirmam que no novo Regimento da Faculdade foi acrescido o Curso de Administração,<sup>21</sup> que, no entanto, somente em 1968, obteve sua aprovação, de acordo com a Resolução nº 001/68.<sup>22</sup>

Em torno desses três cursos (Economia, Contabilidade e Administração) surge uma espécie de “núcleo básico”, onde os alunos estudavam os dois primeiros anos juntos, para depois no terceiro ano, frequentarem as matérias específicas do seu Curso. Nesse processo, como afirma o professor Silvio Lehmkul, nasceu um sentimento de pertencimento dentro da própria Faculdade.<sup>23</sup>

Em uma ata do Conselho da Faculdade de Ciências Econômicas, de 1963, este decide por construir uma sede temporária na Trindade.<sup>24</sup> Entretanto, somente em 1964, a Faculdade de Ciências Econômicas passaria a funcionar na cidade universitária, precisamente na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, porém somente por alguns anos, retornando em 1966 à Rua Almirante Alvim.<sup>25</sup>

Não há dúvidas de que, mesmo com a criação da UFSC, ela era apenas um aglomerado de faculdades autônomas. Tanto a Faculdade de Ciências Econômicas quanto a Faculdade de Serviço Social resistiam à mudança para a Trindade, temendo perder sua autonomia.

## A ditadura nas faculdades de Ciências Econômicas e de Serviço Social

Segundo Félix e Vieira, é na Faculdade de Ciências Econômicas que o recém-instaurado governo militar se lança contra um membro do corpo docente. Em 1964, o Brasil estava entrando em um período de Ditadura militar, período este que seria considerado um governo violento e com grandes censuras e prisões.<sup>26</sup> Algumas universidades sofreram influências com a ocupação militar; um exemplo no Centro Sócio-Econômico seria a prisão do professor José do Patrocínio Galloti, que resultou na instalação de uma Comissão de Inquérito para averiguar se ele havia descumprido a lei.<sup>27</sup>

Outro fator que afetou diretamente o CSE durante o regime militar foi a demissão de professores, como é o exemplo do caso do professor Jerônimo Vanderlei Machado. O professor Nildo Ouriques comenta sobre esse caso:

Claro que afetou [a Ditadura militar], vou lhe dar um exemplo claro. O caso clássico do professor Jerônimo Vanderlei Machado, membro do partido comunista. Fez um concurso aqui, passou e foi demitido pelo Stemmer, o reitor da época [...], demissão de professores arbitrariamente, embora tenham passado no concurso. Ainda estava na ditadura, mas veja que não era nenhum general mandando, era o próprio reitor no uso das suas atribuições mandando.<sup>28</sup>

<sup>14</sup> VIEIRA, Pedro Antônio; FÉLIX, César Augusto. *O Curso de Economia da UFSC...* op.cit., p.103.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.113.

<sup>16</sup> AMORIM, L. P. A. *evolução histórica dos cursos de contabilidade em Santa Catarina*. Florianópolis: Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, 1999, p.43.

<sup>17</sup> FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS. *Florianópolis, Atas das sessões realizadas no ano de 1963*.

<sup>18</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.2, n. 2, 1º semestre de 1963, p.51.

<sup>19</sup> 35 ANOS do departamento de ciências de administração. Florianópolis: [s.e.], 2004, p.5.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.2.

<sup>21</sup> VIEIRA, Pedro Antônio; FÉLIX, César Augusto. *O Curso de Economia da UFSC...* op.cit., p.127.

<sup>22</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 2, n. 13, jan. 1968, p.1.

<sup>23</sup> Silvio Lehmkul Meyer. *Entrevista concedida a Rodrigo Prates de Andrade*. Florianópolis, 14 abr. 2010.

<sup>24</sup> FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS. *Florianópolis, Atas das sessões realizadas no ano de 1963*.

<sup>25</sup> VIEIRA, Pedro Antônio; FÉLIX, César Augusto. *O Curso de Economia da UFSC...* op.cit., p.111-114.

<sup>26</sup> Questão mais detalhada no texto sobre a UFSC nos anos 70.

<sup>27</sup> VIEIRA, Pedro Antônio; FÉLIX, César Augusto. *O Curso de Economia da UFSC...* op.cit., p.114.

<sup>28</sup> Nildo Ouriques. *Entrevista concedida a Juan Filiji Garces, Kenya Souza Santos e Rodrigo Prates de Andrade*. Florianópolis, 28 jul. 2010.

Sobre o mesmo caso, Caspar Erich Stemmer apresenta uma versão diferente: ele comenta que esse caso fora ingenuidade sua, afirmando que não havia consultado o secretário da Segurança para confirmar se o concurso estava dentro dos conformes; porém, afirma como principal motivo da demissão o fato de o Jerônimo não possuir doutorado:

Tive um incômodo, o famoso caso Jerônimo, que aquilo foi ingenuidade minha. Ele falou que tinha um doutorado, mas não tinha. A questão era que eu achava que a área de Economia nossa era muito fraca. O governo, quando precisava de um economista, buscava em São Paulo, Rio, nunca pensava em Florianópolis. Então eu solicitei que fizessem pós-graduação aqui. Eles falaram que tinham que contratar professores, então falei que sim e contratamos sem consultar o segurança (secretário de Segurança), quando este mandou a ficha, foi descoberto que o contratado tinha fugido para a França, tinha sido filiado ao partido comunista, tinha uma ficha radical. Pensei, o que faço agora, fui falar com o comandante do Exército, e ele falou, “Stemmer, o problema é seu, eu recomendo que você não contrate o cara, não por razões políticas, mas psicológicas, o cara vai te incomodar. Agora, se você admiti-lo, nós vamos apenas botar na sua ficha que admitiu este sem a nossa recomendação, mas a decisão é sua.”<sup>29</sup>

Outro caso de prisão aconteceu no mesmo ano na Faculdade de Serviço Social. Um grupo de estudantes realizava atividades de extensão em uma comunidade carente de Florianópolis, no Morro do Céu. Lá pretendiam alfabetizar os adultos da comunidade utilizando o método de Paulo Freire. Com o Golpe de 64, esse projeto passou a ser visto como “subversivo”, como consta no Relatório da Comissão de Inquérito:

[...] aplicação do método Paulo Freire, realizada no Morro do Céu, tal método permite estimular a luta de classes e a pregação contra as instituições. Quanto aos alunos, ao empregarem o método Paulo Freire no Morro do Céu, aproveitaram a oportunidade para interpretar palavras e fatos no sentido da agitação e incentivo das lutas de classes, fugindo aos princípios adotados pela Escola que cursam.<sup>30</sup>

Neste momento fora aberto um processo contra a Faculdade de Serviço Social, contra os alunos envolvidos no projeto e contra a professora orientadora dele. Instaurada a Comissão, foram realizados diversos depoimentos, e no fim os alunos prestaram serviços à Faculdade.



Figura 4. Foto de um trote realizado pelo Curso de Serviço Social. Fonte: Agecom [s/data]

<sup>29</sup> Caspar Erich Stemmer. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne e Roselane Neckel*.

Florianópolis, 02 ago. 2010.

<sup>30</sup> RELATÓRIO da Comissão de Inquérito. Florianópolis: [s.e], 1964.

Na foto acima podemos levantar três pontos: que era um trote universitário do Curso de Serviço Social, a presença dos militares e a reivindicação de seus alunos. Nessa imagem, percebemos que o local onde acontecia esse trote não era na Trindade. Como afirma a professora Gerusa Duarte em seu relato:

O trote era muito interessante. Nós estávamos aqui, mas o trote era lá na Praça XV. A gente saía ali do Direito, que era na mesma onde era a Filosofia, na Esteves Junior, só que era lá em cima. Também tinham os alunos do Curso de Odontologia, e estes veteranos vinham até nós, e nos vestiam com outras roupas [...].<sup>31</sup>

Levando em conta o contexto, dois anos após o Golpe, percebemos que em ações públicas dos estudantes, como o trote universitário, faz-se à presença dos militares. Entretanto, mesmo com a presença do soldado (à esquerda da foto), uma aluna do Serviço Social segura um cartaz com os dizeres: “Governo não paga” e “Professores à disposição”.

Desse modo, levando em conta a foto anterior e o caso da prisão dos alunos do Curso de Serviço Social, percebemos que o preconceito de que não havia uma “agitação” estudantil dentro da Faculdade de Serviço Social não é verdadeira.

É interessante notar que o novo Regimento da Faculdade, de 1966, restringe a vida dos alunos, tendo sido impostos vários impedimentos a eles, e o próprio Diretório Acadêmico deveria prestar contas à Faculdade.<sup>32</sup>

Passados quase quinze anos, no início da década de 1980, a vida política dentro da Universidade começava a se transformar. Como afirmam Félix e Vieira, os estudantes “reivindicavam diretórios organizados por curso, livres e autônomos na política e na gestão, quer dizer, livres da influência dos militares, da Reitoria, dos diretores de centro, dos chefes de departamento, partidos políticos e professores<sup>33</sup>”. Como afirma o professor Nildo Ouriques, nesse momento um grupo de alunos decide entrar no Diretório Acadêmico do Centro Sócio-Econômico, querendo “implodi-lo” para a criação dos centros acadêmicos. E em 1980 é criado o Centro Acadêmico Livre de Economia (CALE), o primeiro centro livre do CSE.<sup>34</sup>

## A Reforma Universitária – o nascimento do Centro Sócio-Econômico

Através dos Decretos-lei nº 53, de 1966, e nº 252, de 67, e da Lei nº 5.540, de 1968, foi imposta às universidades brasileiras a Reforma Universitária. No *Boletim do Pessoal* de 1967, vemos que a UFSC começava a se adequar à nova conjuntura brasileira, assim as suas faculdades, incluindo a de Ciências Econômicas, “serão gradativamente absorvidas pelas novas unidades da Universidade, sendo os respectivos cargos redistribuídos à medida em que a implantação se efetivar”.<sup>35</sup> Adequado às novas leis, o plano da Reforma Universitária na Universidade Federal de Santa Catarina é assinado em 1969, pelo então Reitor João David Ferreira Lima.<sup>36</sup>

Com a Reforma Universitária, o aluno não prestava mais vestibular para um curso como Economia e Administração, e sim para uma área como Ciências Econômicas.<sup>37</sup> Outro ponto importante na Reforma foi a retirada da autonomia das faculdades, que foram desmembradas em cursos e departamentos. Extinguida a Faculdade de Ciências Econômicas, os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis, junto com o curso Direito, formaram o Centro Sócio-Econômico.<sup>38</sup>

Entretanto, as mudanças aconteceram pouco a pouco. Em 12 de setembro de 1969, o Reitor João David Ferreira Lima designou o professor Paulo Henrique Blasi como executor, com a função de “implantar o Centro Sócio-Econômico”.<sup>39</sup> Em 3 de agosto de 1970, o professor Paulo Henrique Blasi envia um ofício para o Reitor Ferreira Lima, alertando que:

É muito difícil implantar-se a reforma universitária, faltando justamente o seu elemento básico e fundamental, isto é, o Departamento. Vossa Magnificência, mais do que todos, empenhado nesta cruzada reformista, não pode deixar que o problema se arraste indefinidamente, sob pena de graves reflexos na estrutura da nova Universidade. A preocupação constante pela real efetivação dos objetivos da reforma levam-me a esta solicitação na certeza de que ela encontrará a devida ressonância.<sup>40</sup>

<sup>31</sup> Gerusa Duarte. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelin e Roselane Neckel*. Florianópolis, 1º set. 2010.  
<sup>32</sup> VIEIRA, Pedro Antônio; FÉLIX, César Augusto. *O Curso de Economia da UFSC... op.cit.*, p.129.  
<sup>33</sup> *Ibidem*, p.155.  
<sup>34</sup> Nildo Ouriques. *Entrevista citada*.  
<sup>35</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 1, n.1, jan. 1967, p.8.  
<sup>36</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962 – 1980)*. 269 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p.159.  
<sup>37</sup> *Ibidem*, p.165.  
<sup>38</sup> VIEIRA, Pedro Antônio; FÉLIX, César Augusto. *O Curso de Economia da UFSC... op.cit.*, p.138-142.  
<sup>39</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 3, n. 25, jan. 1969, p.10.  
<sup>40</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Ofício nº 271/70*. Florianópolis, 03 de agosto de 1970. Ofício enviado por Paulo Henrique Blasi para João David Ferreira Lima.

Portanto, apesar de o plano da Reforma Universitária ter sido assinado em 1969, em 1970 ele ainda não se concretizara na UFSC. Um ano após as palavras de Blasi, encontramos num Relatório do Curso de Administração, que a instalação do Departamento de Ciências de Administração aconteceu somente em 22 de abril de 1971.<sup>41</sup> E em outro documento encontramos que:

Sob a presidência do Diretor do Centro Sócio-Econômico, Professor Paulo Henrique Blasi, foi instalado [o] Conselho Departamental do Centro Sócio-Econômico, com a presença de todos os Chefes de Departamento que o integram, no dia 14/04/1971, ocasião em que se estabeleceram as primeiras diretrizes para o seu funcionamento.<sup>42</sup>

Desse modo, apesar de suas raízes estarem dentro da Faculdade de Ciências Econômicas (1943) e da Faculdade de Serviço Social (1958), o Centro Sócio-Econômico, dividido em departamentos, “nasce” como fruto da Reforma Universitária, somente na década de 1970. No entanto, é importante salientar que a Reforma não teve ampla aceitação dentro da Universidade, e, além disso, trouxe alguns “problemas” para esta. Como consta no Relatório do Curso de Administração de 1971, “o crescimento de CAD [Administração], CNM [Economia] e CCN [Contábeis] em face da Reforma Universitária, é inusitado”,<sup>43</sup> Assim, percebe-se que a expansão dos departamentos não era esperada, mas a expansão de vagas dentro do CSE era evidente, trazendo assim algumas dificuldades para o Centro. O relatório anual do Curso de Ciências Contábeis detalha um dos principais problemas: o de espaço físico devido à falta de salas de aula, em face da promoção da 4ª e 5ª fase para, respectivamente, 5ª e 6ª, além do ingresso de alunos na 4ª fase.<sup>44</sup> Em outra parte do relatório consta que,

[...] novos problemas de espaço físico ocorrerão, não mais pelo simples fato de se crescerem mais Três (3) turmas e, logo, mais três (3) salas de aula, mas também, porque a própria Biblioteca, Almoarifado e Diretório Acadêmico não terão mais condições e finalidades, diante de tal evolução.<sup>45</sup>

## A importância da integração

Nesse período em que as antigas faculdades foram substituídas pelos centros e pelos departamentos, o que aconteceria com a Faculdade de Serviço Social? Um caso à parte, a Faculdade foi “agregada” à Universidade, mas mantida pela Fundação Vidal Ramos. Como afirma a professora Zulamar Bittencourt, a Faculdade de Serviço Social exercia uma espécie de “protagonismo” nos projetos de extensão da Universidade.<sup>46</sup>

Quando o *Campus* Avançado de Santarém foi instalado, em 1971, era clara a necessidade de professores e alunos do Curso de Serviço Social. Foi então que o reitor convocou uma equipe de professores do Serviço Social, dentre eles a professora Zulamar. Ela afirma que a experiência do Serviço Social foi de suma importância em Santarém, no qual os assistentes sociais contribuíram com a criação de uma metodologia de abordagem da comunidade.<sup>47</sup>

Entretanto, o fato de ser mantida por uma instituição particular dificultava algumas ações da Faculdade em conjunto com a UFSC. Por esse motivo, ocorreu uma iniciativa dos professores do Curso de criar um vínculo com a Universidade, porém o presidente da FVR professor Aragão foi contra essa vinculação.

A integração com uma universidade pública, segundo os professores, traria melhorias para a Faculdade, principalmente em relação à oportunidade de realização de cursos de mestrado e doutorado por partes dos professores, e apoio financeiro em viagens e projetos de extensão:

O presidente da fundação, que era o doutor Aragão, ele não queria fazer essa vinculação, mas os professores do Serviço Social queriam, porque os professores não tinham essa possibilidade de fazer mestrado, fazer a carreira, doutorado, era uma universidade particular e também financeiramente havia questões. Além disso, era importante fazer uma vinculação à Universidade Federal.<sup>48</sup>

Nesse momento a Faculdade não foi totalmente incorporada pela UFSC; no entanto, em 1971, foi assinado um termo de convênio celebrado entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Faculdade de Serviço Social.<sup>49</sup> E, apesar da resistência da Fundação Vidal Ramos, a Faculdade passou a estar cada vez mais “dentro” da Universidade.

<sup>41</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Ciências da Administração.

*Relatório do Departamento de Ciências da Administração*. Florianópolis: Imprensa Universitária – UFSC, 1971, p.1.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Ciências Contábeis.

*Relatório do Departamento de Ciências Contábeis*. Florianópolis: Imprensa Universitária – UFSC, 1971, p.2.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Ibidem, p.4.

<sup>46</sup> Zulamar Maria de Bittencourt e Castro.

*Entrevista concedida a Rodrigo Prates de Andrade e Juan Filipi Garces*. Florianópolis, 09 ago. 2010.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 5, n. 50, fev de 1971, p.10.

## A expansão da Universidade

O período em que Eric Caspar Stemmer esteve como reitor ficou conhecido como o grande momento de expansão da Universidade, no qual se criaram novos cursos e novas vagas a todo momento, inclusive as do período noturno. Devido à necessidade de trazer alunos que não poderiam estudar durante o período diurno, no final da década de 1970, os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia já possuíam aulas noturnas, ou seja, cada um desses oferecia cerca de setenta vagas anualmente.<sup>50</sup> Como afirmam Félix e Vieira, a criação do Curso noturno de Economia, além de dobrar o número de alunos, possibilitou a renovação do corpo docente, portanto é possível inferir que o mesmo possa ter acontecido tanto no Curso de Ciências Contábeis quanto no de Administração.

No entanto, no início da década de 1970, período em que surgiram as primeiras consequências da Reforma Universitária, um fato curioso foi encontrado no Relatório do Curso de Administração de 1972, no qual os docentes estão “contrariados” com os horários vespertinos e noturnos do Curso de Administração:

Assim pensamos, pois estudando a situação dos alunos, concluímos que mais de 90% de nossos acadêmicos exercem atividades assalariadas, para poderem se manter. Desta forma, classes vespertinas não seriam recomendáveis, além de exigirem toda uma nova estrutura administrativa e técnica, o que em muito viria a onerar o orçamento universitário. Por estas últimas razões também silenciámos quanto às turmas noturnas pois, além de pessoalmente sermos contrários, o índice de aprendizado e de formação poderá cair em muito, o que fugiria aos conceitos da Reforma.<sup>51</sup>

O que fez com o professor Guido José Warken, e outros professores, se postassem contra esses horários alternativos? Em entrevista com o professor Rogério Vahl, este lembrou quando foi comentado sobre os horários alternativos:

Por uma razão muito simples, é porque havia a ESAG, ela dava curso à noite, e muito dos nossos professores também eram da ESAG, então não dava compatibilidade [...] ficava incompatível lecionar lá e aqui ao mesmo tempo, aí eles davam aula de manhã aqui e de noite lá, então não gostavam do curso da noite por essa razão [...] mas foi perfeitamente administrado, eles colaboraram sempre. A gente procurava locar as disciplinas em horários que eles tinham disponibilidade, porque não tinham que lecionar toda a noite lá e lecionavam algumas noites aqui.<sup>52</sup>

Ou seja, os professores se posicionaram contra as turmas nos períodos vespertinos e noturnos, por lecionar na antiga Fundação Escola de Administração e Gerência, ou por possuírem outras atividades fora da Universidade.

Nós tínhamos condição de ter os melhores professores da cidade lecionando conosco à noite, porque eles trabalhavam durante o dia em funções que eles não podiam pedir demissão para lecionar aqui à noite, mesmo porque o que recebiam aqui era irrelevante em relação ao que eles recebiam lá fora.<sup>53</sup>

Também foi nesse período que foram criados os primeiros cursos de pós-graduação da Universidade. Em 1969 foi criado o Mestrado em Engenharia Mecânica;<sup>54</sup> entretanto, o CSE não havia lançado nenhum projeto para um novo curso. Assim sendo, os docentes do Departamento de Administração, inspirados no modelo da Fundação Getúlio Vargas, e apoiados pelo Pró-Reitor Antônio Grillo, enviaram um projeto para a Reitoria.<sup>55</sup> Cerca de dez anos após a criação do primeiro mestrado da UFSC, instituiu-se o Mestrado em Administração (1977), com área de concentração em Administração Pública, sendo esse o primeiro curso de pós-graduação no CSE.<sup>56</sup>

As experiências com as reformas universitária e administrativa foram extremamente positivas para a Universidade, como consta no *Journal Universitário* de 1983,

[...] nos anos de 1967/71, em decorrência do convênio firmado com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, e com recursos do Ministério de Planejamento, a Universidade desenvolveu um programa de treinamento de cursos humanos que envolveu todas as Universidades do País. Esse trabalho culminou com a realização do Seminário Internacional de Administração Universitária, realizado no campus da Universidade em 1971 e que reuniu técnicos e professores da América Latina, Estados Unidos e Europa.<sup>57</sup>

<sup>50</sup> Idem. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 1, n.1, jan. 1967, p.8.

<sup>51</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Ciências da Administração. *Relatório do Departamento de Ciências da Administração...* op.cit., p.2.

<sup>52</sup> Theodoro Rogério Vahl. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues, Juan Filípi Garces, Rodrigo Prates de Andrade e Roselane Nechel*. Florianópolis, 02 ago. 2010.

<sup>53</sup> Idem. VIEIRA, Pedro Antônio; FÉLIX, César Augusto.

*O Curso de Economia da UFSC...* op.cit., p.180.

<sup>55</sup> 35 ANOS do Departamento de Ciências de Administração... op.cit.

<sup>56</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 11 n. 121, jan. 1977, p.14.

<sup>57</sup> PÓS-GRADUAÇÃO inova técnicas de pesquisa em Administração. *Journal Universitário*, Florianópolis, 16 maio 1983.

Como consta no relato do professor Vahl, cogitou-se até a ideia de criar um curso específico para a formação de profissionais na área de administração universitária.<sup>58</sup> Em 1972,

[...] os professores João David Ferreira Lima, Teodoro Rogério Vahl, Antônio Niccoló Grillo, Guido José Warken e Acácio Garibaldi de Paula Ferreira Santhiago para, sob a presidência do primeiro, constituírem Grupo de Trabalho para estudar a possibilidade da criação de um curso de pós-graduação em Administração Universitária.<sup>59</sup>

Alguns anos depois, em 1979, foi aprovado o currículo do Curso de Especialização em Administração Universitária.<sup>60</sup> Entretanto, a Especialização fora apenas mais um passo,

Como as atividades desenvolvidas nesse curso de especialização vieram a confirmar a experiência anterior da Universidade no trato de problemas e estudos universitários, propôs-se a criação de uma área de concentração, à nível de mestrado, dentro do Curso de Pós-Graduação em Administração, sendo que a referida área de concentração foi aprovada pelos órgãos superiores da Instituição, a partir de 1980.<sup>61</sup>

Como dito anteriormente, era de suma importância que a Faculdade fosse integrada à UFSC, para que seus profissionais coordenassem os projetos de extensão da Universidade. Já na metade da década de 1970 foi constituída uma comissão, composta pela professora Zulamar, padre Bianchini, professor Alcides de Abreu e a Irmã Clementina, que ficou responsável por pressionar a FVR para a integração com a Universidade. Dentro da UFSC, o Pró-Reitor de Extensão Volnei Milles, que via na integração da Faculdade de Serviço Social uma grande melhoria para a Universidade, serviu como mediador entre os docentes da antiga faculdade e a Reitoria.<sup>62</sup> Desse modo, tanto por pressões internas quanto externas, em 1979 foi criada a Coordenadoria de Serviço Social junto ao Departamento de Direito Privado e Social, que em um ano depois constituiria o Departamento de Serviço Social.<sup>63</sup>

Agora, por que no Departamento de Direito? Sabe-se que havia um interesse do professor Paulo Lago de levar o Serviço Social para o CFH; no entanto, foi se instalar no CSE.<sup>64</sup> Desde o início da década de 1970, com a professora Dymuth, o Serviço Social e o Direito realizavam um projeto em conjunto,<sup>65</sup> e além disso o próprio professor Volnei pertencia ao Departamento de Direito.<sup>66</sup> Portanto, é perceptível que os antigos projetos de extensão e os contatos do professor Volnei facilitaram a alocação da Faculdade de Serviço Social dentro do Departamento de Direito, no Centro Sócio-Econômico.

## Os anos 1980 e 1990: Criação da empresa júnior e os cursos de pós-graduação

Na década de 1980 percebemos alguns resultados da gestão do professor Stemmer, uma continuação da expansão da Universidade. Na entrevista realizada com Teodoro Rogério Vahl, foi levantada a informação que, por questões orçamentárias, a UFSC utilizou-se de um mesmo projeto arquitetônico para quatro diferentes prédios.<sup>67</sup> Sendo assim, podemos inferir – na entrevista os prédios não foram especificados – que os prédios em questão estejam localizados no Centro Sócio-Econômico, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Ciências da Saúde e Centro Tecnológico, pela semelhança entre quatro prédios, situados nestes centros.

Apesar de não ter sido criado nenhum curso de mestrado dentro do CSE, surgiram inúmeros cursos de especialização. Em 1981 foram aprovados os cursos de Especialização em Serviço Social Psiquiátrico e em Administração.<sup>68</sup> Em 1983, o Reitor Ernani Bayer<sup>69</sup> e, em 1985, o Reitor Rodolfo Pinto da Luz<sup>70</sup> aprovaram mais cursos de especialização em Serviço Social. Entre novembro e dezembro de 1988 é aprovado um termo de convênio no qual celebravam a UFSC e a Fundação de Ensino e do Desenvolvimento do Oeste com a intervenção da Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas visando a criação de um curso de pós-graduação em Contabilidade em nível de especialização.<sup>71</sup>

Também foi neste momento que o corpo docente sofreu severas mudanças. Enquanto nas décadas de 1960 e 1970 poucos professores ingressavam no regime de dedicação

<sup>58</sup> Teodoro Rogério Vahl. *Entrevista citada.*

<sup>59</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 11 n. 121, jan. 1977, p.24.

<sup>60</sup> Idem. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 12 n. 145, jan. 1979, p.9-10.

<sup>61</sup> PÓS-GRADUAÇÃO inova técnicas de pesquisa em Administração... op.cit.

<sup>62</sup> Zulamar Maria de Bittencourt e Castro.

*Entrevista citada.*

<sup>63</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 12 n. 145, jan. de 1979, p.44.

<sup>64</sup> GERBER, Luiza Maria Lorenzini. O Cenário catarinense na década de 1950 e a criação da faculdade de serviço social de Santa Catarina... op.cit., p.43-54.

<sup>65</sup> Zulamar Bittencourt. *Entrevista citada.*

<sup>66</sup> GERBER, Luiza Maria Lorenzini. O Cenário catarinense na década de 1950 e a criação da faculdade de serviço social de Santa Catarina... op.cit., p.48-53.

<sup>67</sup> Teodoro Rogério Vahl. *Entrevista citada.*

<sup>68</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 13, n. 177, set. 1981, p.5.

<sup>69</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, 1983, p.3.

<sup>70</sup> Idem. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, n.1985.

<sup>71</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, nov. a dez. 1988, p.4.

exclusiva,<sup>72</sup> na década de 1980 esse quadro se inverteu. Além disso, grande parte dos professores possuía apenas a graduação, alguns poucos o curso de mestrado; entretanto, “na geração de professores da década de 80 que, aproveitando os incentivos e oportunidades oferecidas pelo Governo Federal e pela UFSC, saíram em busca de obter doutorado em instituições nacionais e estrangeiras”<sup>73</sup>

Como visto anteriormente, foram criados inúmeros cursos de especialização dentro do CSE; entretanto, apenas o Departamento de Administração possuía um curso de mestrado. Como afirmam Félix e Vieira, desde o final da década de 1970, o Departamento de Economia procurava criar um curso em nível de mestrado, porém, devido a certos “obstáculos”, este não se concretizava.<sup>63</sup> Somente após algumas mudanças no projeto, aproveitando as experiências do departamento, em 1993 foi criado o Mestrado em Economia na UFSC, com área de concentração em Economia Industrial e Economia da Integração.<sup>74</sup>

No dia 20 de fevereiro de 1997, de acordo com a resolução Nº 02/CEPE/97, o presidente do conselho de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Santa Catarina resolve aprovar o curso de especialização em Gestão Contábil oferecido pelo departamento de Ciências Contábeis. Segundo o documento, o curso teve início no dia 04 de abril, com término em 20 de dezembro de 1997.<sup>75</sup>

Em 1999, o Departamento de Administração oferece com o apoio do presidente da Câmara de Pós-Graduação, de acordo com a resolução nº 87/CPG/99, o Curso de Especialização em Gestão de Pessoas em Hotelaria, no período de setembro de 1999 a setembro de 2000.<sup>76</sup> No mesmo ano, oferecido também pelo Departamento de Administração em apoio com o presidente da Câmara de Pós-Graduação cria o Curso de Especialização em Gestão de Recursos Humanos, no período de março a novembro de 2000.<sup>77</sup>

Entretanto, esse período não foi marcado somente pela criação de cursos de pós-graduação. No início dos anos 90, pelas análises que obtidas, o Centro Sócio-Econômico sentia a necessidade de possuir uma empresa júnior pela justificativa de que o mercado de trabalho estava muito competitivo e a Universidade estava lançando para o mercado de trabalho um número elevado de profissionais teóricos.<sup>78</sup> Foi então que no dia 13 de dezembro de 1990, auxiliados pela SEBRAE foi criada a UFSC Jr., então designação da atual Ação Júnior.<sup>79</sup>

Depois de criada, a Ação Júnior enfrentou algumas dificuldades. Além das dificuldades burocráticas, as maiores dos fundadores estavam ocupadas com outras atividades acadêmicas. Porém, um número relativamente bom de estudantes mostraram interesse, mesmo aqueles que não conheciam a verdadeira razão da empresa, o que contribuiu para a criação de um grupo do CSE que estava disposto a manter a empresa júnior.<sup>80</sup> A ação Júnior foi uma iniciativa construída por uma necessidade que o Centro Sócio-Econômico, e mantida graças ao apoio oferecido pelos estudantes.<sup>81</sup>

## Anos 2000: Continuação da expansão da criação do Curso de Relações Internacionais

No início dos anos 2000, os cursos de pós-graduação continuam a ser criados no CSE, o que denota que o centro tinha a necessidade de melhorar e expandir os cursos de especialização. No dia 04 de maio de 2000 foi aprovado de acordo com a resolução nº 016/CPG/2000 o curso de especialização em Gestão Previdenciária oferecido pelo departamento de Administração, porém o presidente da câmara de pós-graduação decide tornar essa decisão sem efeito.<sup>82</sup> Mesmo com esse fato, a criação do curso de especialização não diminuíram. No dia 19 de outubro é aprovado o curso de especialização em Recursos Humanos oferecido pelo departamento de Administração.<sup>83</sup> No dia 23 de novembro do mesmo ano, foi aprovado o curso de especialização em Gestão Estratégica de Empresas, oferecido pelo departamento de Administração e aprovado pelo presidente da câmara de pós-graduação, entretanto, só teve início no período de 13 de março de 2001 a 05 de dezembro de 2001.<sup>84</sup> No mesmo dia, ainda oferecido pelo departamento de Administração, foi criado o curso de especialização em Desenvolvimento Gerencial.<sup>85</sup>

<sup>72</sup> Lembrando o caso anteriormente citado, em que professores da UFSC davam aulas em outras universidades, e possuíam outros empregos.

<sup>73</sup> VIEIRA, Pedro Antônio; FÉLIX, César Augusto. *O Curso de Economia da UFSC...op.cit.*, p.153.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p.182.

<sup>75</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Resolução nº 02/CEPE/97*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 1997. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf.>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>76</sup> *Idem. Resolução nº 87/CPG/99*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 1999. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf.>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>77</sup> *Idem. Resolução nº 93/CPG/99*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 1999. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf.>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>78</sup> AÇÃO JÚNIOR CONSULTORIAS SÓCIO-ECONÔMICAS. *Empresa, história, objetivos*. Florianópolis: UFSC/CSE, [2010]. Disponível em: <[http://www.acaojr.com.br/open.php?id\\_ses=4&pk=53&fk=17](http://www.acaojr.com.br/open.php?id_ses=4&pk=53&fk=17)>. Acesso em: 12 nov. 2010.

<sup>79</sup> MORETTO NETO, Luís et al. (Orgs). *Ação Júnior: pioneira no sul do Brasil*. In: \_\_\_\_\_. *Empresa Júnior: espaço de aprendizagem*. Florianópolis: [s.e.], 2004, p.193-194.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p.193.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p.210.

<sup>82</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Resolução nº 054/CPG/2000*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2000. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf.>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>83</sup> *Idem. Resolução nº 058/CPG/2000*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2000. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf.>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>84</sup> *Idem. Resolução nº 065/CPG/2000*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2000. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf.>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>85</sup> *Idem. Resolução nº 067/CPG/2000*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2000. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf.>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>86</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Resolução nº 064/CPG/2001*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2002. Disponível: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>87</sup> Idem. *Resolução nº 065/CPG/2001*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2002. Disponível: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>88</sup> Idem. *Resolução nº 067/CPG/2001*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2002. Disponível: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>89</sup> Idem. *Resolução nº 010/CPG/2003*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2003. Disponível: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>90</sup> Idem. *Resolução nº 039/CPG/2003*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2003. Disponível: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>91</sup> Idem. *Resolução nº 042/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>92</sup> Idem. *Resolução nº 043/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>93</sup> Idem. *Resolução nº 044/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>94</sup> Idem. *Resolução nº 045/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>95</sup> Idem. *Resolução nº 046/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>96</sup> Idem. *Resolução nº 041/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível: <http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>97</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Resolução nº 013/CEG/2008*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2008. Disponível: <http://www.vestibular2009.ufsc.br/edital/res14\_ultimo\_quadro\_vagas.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>98</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>99</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>100</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>101</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>102</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>103</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>104</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>105</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>106</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>107</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>108</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>109</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>110</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>111</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>112</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

<sup>113</sup> Idem. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível: <http://ri.ufsc.br/>. Acesso em: 17 nov. 2010.

No ano de 2001, nota-se que a UFSC cria um vínculo com o SENAC a FEPESE para a criação de três curso de pós-graduação “Lato Sensu”. Em dezembro, oferecido pelo departamento de Administração através de um convênio entre a UFSC e o Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-SC) com a interveniência da Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos (FEPESE) foi aprovado o Curso de pós-graduação “Lato Sensu” em Gestão Estratégica de Empresas Turísticas com início previsto para abril de 2002 e término para setembro de 2003. O curso foi realizado no SENAC de Joinville.<sup>86</sup>

No mesmo período, com convênio entre a UFSC e o SENAC/PR com a interveniência da FEPESE, foi criado o curso de pós-graduação “Lato Sensu” em Gestão Estratégica de Recursos Humanos, a ser oferecido pelo departamento de Administração realizado no SENAC de Pato Branco (PR).<sup>87</sup> O terceiro curso de pós-graduação “Lato Sensu” criado foi o de Marketing para Gestão Empresarial, oferecido pelo Departamento de Administração através de convênio entre a UFSC e a Fundação de FEPESE. Esse curso foi administrado na UFSC/FEPESE.<sup>88</sup>

Em março de 2003 foi aprovado o curso de especialização em Finanças para Executivos oferecido pelo departamento de Administração em convênio entre a UFSC, o SENAC e a FEPESE. O curso teve seu início em maio de 2003 e término em julho de 2004.<sup>89</sup> Em junho do mesmo ano, é aprovado o curso de especialização em Gestão Estratégica de Negócios, oferecido pelo departamento de Administração, através de convênio entre a UFSC e a FEPESE, com início previsto para junho de 2003 e término para abril de 2005, nas instalações da Itaipu Multinacional em Foz do Iguaçu.<sup>90</sup>

Em dezembro de 2005, é aprovado o curso de especialização em Finanças para executivos, oferecido novamente pelo departamento de Administração. Segundo a resolução Nº 042/CPG/2005, o curso teve início no primeiro semestre de 2006.<sup>91</sup> Ainda oferecido pelo departamento de Administração, foi aprovado o curso de especialização em Marketing para Gestão Empresarial<sup>92</sup>, em Recursos Humanos<sup>93</sup>, em Gestão de Pessoas nas Organizações<sup>94</sup>, e em Desenvolvimento Gerencial; ambos oferecidos no primeiro semestre de 2006.<sup>95</sup>

No mesmo período, é aprovado o primeiro curso a ser oferecido fora do departamento de Administração, segundo os documentos estudados. O curso de especialização em Finanças e Controle Empresarial foi oferecido pelo departamento de Ciências Contábeis e aprovado pelo presidente da câmara de pós-graduação. Teve seu início também no primeiro semestre de 2006.<sup>96</sup>

Por volta de 2008, o CSE contribuiu novamente para a criação de um curso, mas com exceção dos anteriores, este foi na área da graduação. No dia 3 de setembro, é aprovado o curso de Relações Internacionais pela resolução 013/CEG/2008.<sup>97</sup> Mas somente em outubro de 2010 foi aprovado o curso de mestrado em relações internacionais em reunião composta pelos professores do departamento de economia e do direito. Foi decidido que o novo coordenador seria o Prof. Doutor Jaime Cesar Coelho. O curso conta com 22 professores doutores.<sup>98</sup>

A história do Centro Sócio-Econômico, como as histórias dos demais centros, é marcada por percalços e desafios constantes, independente da conjuntura social, política e econômica brasileira. Contudo, uma de suas marcas é a intensa busca por excelência, que pode ser comprovada pela constante expansão, que marca, principalmente, as últimas décadas.

## Fontes e referências bibliográfica

### Documentos UFSC/CSE

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS. Florianópolis, *Atas das sessões realizadas no ano de 1963*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.1, n.1, IIº semestre de 1962, p. 24-25.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo*. Florianópolis, a.2, n. 2, Iº semestre de 1963.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 1, n.1, jan. 1967.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 2, n. 13, jan. 1968.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 3, n. 25, jan. 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 5, n. 50, fev. 1971.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 11 n. 121, jan. 1977.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 12 n. 145, jan. 1979.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, a. 13, n. 177, set. 1981.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, 1983.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, 1985.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Pessoal*. Florianópolis, nov. a dez. 1988.

\_\_\_\_\_. *Ofício nº 271/70*. Florianópolis, 03 de agosto de 1970. Ofício enviado por Paulo Henrique Blasi para João David Ferreira Lima.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 02/CEPE/97*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 1997. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 87/CPG/99*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 1999. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 93/CPG/99*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 1999. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 054/CPG/2000*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2000. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 058/CPG/2000*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2000. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 065/CPG/2000*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2000. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 067/CPG/2000*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2000. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 064/CPG/2001*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2002. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 065/CPG/2001*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2002. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 067/CPG/2001*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2002. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 010/CPG/2003*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2003. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 039/CPG/2003*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2003. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 041/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 042/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 043/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 044/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 045/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 046/CPG/2005*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2006. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim.nsf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 013/CEG/2008*. Florianópolis: UFSC/Reitoria, 2008. Disponível em: <[http://www.vestibular2009.ufsc.br/edital/res14\\_ultimo\\_quadro\\_vagas.pdf](http://www.vestibular2009.ufsc.br/edital/res14_ultimo_quadro_vagas.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Ciências Contábeis. *Relatório do Departamento de Ciências Contábeis*. Florianópolis: Imprensa Universitária – UFSC, 1971.

\_\_\_\_\_. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Ciências da Administração. *Relatório do Departamento de Ciências da Administração*. Florianópolis: Imprensa Universitária – UFSC, 1971.

\_\_\_\_\_. Curso de Relações Internacionais. *Apresentação*. Florianópolis: UFSC/R.I., [2010]. Disponível em: <<http://ri.ufsc.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

RELATÓRIO da Comissão de Inquérito. Florianópolis: [s.e], 1964.

### Entrevistas

- Caspar Erich Stemmer. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne e Roselane Neckel*. Florianópolis, 02 ago. 2010.
- Gerusa Duarte. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino e Roselane Neckel*. Florianópolis, 1º set. 2010.
- Nilcéa Lemos Pelandrê. *Entrevista concedida a Lara Beck e Roselane Neckel*. Florianópolis, 02 set. 2010.
- Nildo Ouriques. *Entrevista concedida a Juan Filipi Garces, Kennya Souza Santos e Rodrigo Prates de Andrade*. Florianópolis, 28 jul. 2010.
- Silvio Lehmkhul Meyer. *Entrevista concedida a Rodrigo Prates de Andrade*. Florianópolis, 14 abr. 2010.
- Theodoro Rogério Vahl. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues, Juan Filipi Garces, Rodrigo Prates de Andrade e Roselane Neckel*. Florianópolis, 02 ago. 2010.
- Zulamar Maria de Bittencourt e Castro. *Entrevista concedida a Rodrigo Prates de Andrade e Juan Filipi Garces*. Florianópolis, 09 ago. 2010.

### Figuras

- AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO DA UFSC – AGECOM. *Foto onde era localizado o cemitério*. [196?]. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- \_\_\_\_\_. *Vista atual do prédio situado na Rua Almirante Alvim, onde funcionou a antiga faculdade de ciências econômicas*. [2010]. 1 Fotografia color. Autoria: Paulo Noronha.
- \_\_\_\_\_. *Foto de um trote realizado pelo curso de Serviço Social*. [s/data]. 1 fotografia p&b. s/autoria.
- VIEIRA & FÉLIX (2008). Prédio onde funcionou a academia de comércio catarinense, na Avenida Hercílio Luz. 1 fotografia p&b. s/autoria. In: VIEIRA, Pedro Antônio; FÉLIX, César Augusto. *O Curso de Economia da UFSC: 65 anos de história*. Florianópolis: Insular, 2008, p.61.

### Referências bibliográficas

- 35 ANOS do departamento de ciências de administração. Florianópolis: [s.e.], 2004.
- AÇÃO JUNIOR CONSULTORIAS SÓCIO-ECONÔMICAS. *Empresa, história, objetivos*. Florianópolis: UFSC/CSE, [2010]. Disponível em: <[http://www.acaojr.com.br/open.php?id\\_ses=4&pk=53&fk=17](http://www.acaojr.com.br/open.php?id_ses=4&pk=53&fk=17)>. Acesso em: 12 nov. de 2010.
- AMORIM, L. P. *A evolução histórica dos cursos de contabilidade em Santa Catarina*. Florianópolis: Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, 1999.
- BRASIL. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 24 Ago. 1965, p. 8.554. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=90363>>. Acesso em: 23 ago. 2010.
- CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da Cunha. Recordando a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p.7-12, 1993.
- GERBER, Luiza Maria Lorenzini. O Cenário catarinense na década de 1950 e a criação da faculdade de serviço social de Santa Catarina. *Serviço Social em revista: Publicação comemorativa 50 anos do Serviço Social UFSC*, Florianópolis, v.1, n.1 p 17-19 março/2009.
- MORETTO NETO, Luís et al. (Orgs). Ação Júnior: pioneira no sul do Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Empresa Júnior: espaço de aprendizagem*. Florianópolis: [s.e.], 2004.
- PÓS-GRADUAÇÃO inova técnicas de pesquisa em Administração. *Jornal Universitário*, Florianópolis, 16 maio 1983.
- SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 269 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- VIEIRA, Pedro Antônio; FÉLIX, César Augusto. *O Curso de Economia da UFSC: 65 anos de história*. Florianópolis: Insular, 2008.

# Disputas e tentativas: a gênese da engenharia catarinense

Marcos Dalcastagne<sup>1</sup>

O projeto de uma universidade para Santa Catarina, apesar de todo um esforço em mostrar o contrário, foi, desde o início, uma luta de interesses, políticos e ideológicos, tendo em vista um projeto específico de universidade, idealizado por um grupo dividido quanto à questão partidária. Isso destoa do discurso “oficial”, que mostra uma versão homogeneizante da emergência de um projeto, no qual todo o grupo de catarinenses envolvidos partilharia de uma mesma convicção quanto a localização da futura universidade. A proposta neste texto, mantendo uma ordem cronológica dos fatos analisados, é a de abordar alguns aspectos destes “conflitos” iniciais para a sua instalação e consolidação, dando especial ênfase à gênese do estudo de Engenharia no estado, inédito até então, e como esta iniciativa tornou-se uma das áreas mais reconhecidas de nossa Instituição, o Centro Tecnológico.

## Os anos anteriores à Universidade: embates e debates

Esta visão de embate entre forças antagônicas aparece no depoimento de ex-professores, como no artigo de autoria de Paulo Fernando Lago, na última página do jornal *O Estado*, de 21 de dezembro de 1960, logo após a sanção da lei de criação da UFSC, onde ele diz:

Há muita incógnita que precede a criação da Universidade, [...]. Sente-se que o “movimento” para a criação da Universidade é dispersivo, [...]. Não há nada esclarecido, por exemplo, quanto aos destinos da “Cidade Universitária”. [...], quanto à criação de outras escolas. [...], quanto aos homens que estão mais ativamente atuando no sentido da criação da Universidade de Santa Catarina [...].<sup>2</sup>

Existia inicialmente um projeto de uma universidade estadual para Santa Catarina, ligada à faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, esforço este empreendido pelo professor Henrique da Silva Fontes. Este projeto já vinha sendo implantado desde 1955, sob a Lei nº 1.362, de 29 de outubro do mesmo ano, assinada pelo então governador Irineu Bornhausen, do partido UDN, ao qual o professor Henrique da Silva Fontes também era vinculado. Já havia sido inclusive adquirido um terreno anteriormente em vigência desta lei, em 1954, no subdistrito da Trindade, destinado à implantação do projeto de uma cidade universitária, onde seria instalada a futura universidade estadual.

Esse projeto acabou por assim dizer “abortado”<sup>3</sup> devido ao fato de a federalização da Faculdade de Direito ter colocado em andamento um outro projeto diferente do anterior, o que ocorreu em 1956. Este novo projeto foi um esforço encabeçado pelo então diretor da Faculdade de Direito, professor João David Ferreira Lima. É interessante notar que durante este processo estava na presidência da República o catarinense Nereu Ramos, vinculado ao PSD, partido do qual o professor João David Ferreira Lima era ligado e reconhecido como uma liderança regional.

Com isso, o projeto de uma universidade para Santa Catarina foi levado adiante pela faculdade de Direito, já federalizada, e que se torna o núcleo da recém-nascida USC – Universidade de Santa Catarina (atual UFSC), em 1960. Porém, tendo em vista a eminência da implantação desta Universidade e não existindo um projeto específico para a sua localização, foram utilizados os prédios já existentes das faculdades isoladas (Direito, Farmácia e Odontologia (posteriormente separadas), Filosofia, Medicina e Serviço Social), que se uniram para formar a Universidade. Ainda assim, foram comprados novos prédios, todos no centro da cidade, com a justificativa de ser um lugar central para a localização da Universidade, facilitando o deslocamento de funcionários e alunos.

Esse é outro fator que mostra o descompasso político existente na época, pois um projeto de localização para uma universidade já existia há anos, inclusive com um terreno e um primeiro núcleo instalado, no caso a Faculdade de Filosofia na já citada cidade

<sup>1</sup> Estagiário do Projeto do Livro UFSC 50 Anos. Acadêmico do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação Profa Roselane Neckel do Departamento de História da UFSC.

<sup>2</sup> LAGO, Paulo Fernando. *Jornal O Estado*, 21 de dezembro de 1960. In: SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 291f. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2000, p.70.

<sup>3</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade...op.cit.*, p.52.

universitária da Trindade. Fato este ignorado pela administração da USC, neste primeiro momento, com a justificativa da localização deste no subdistrito da Trindade, bairro semirrural e tido como de difícil acesso.

Apesar de toda a pressão contrária vinda da ala pessedista da administração universitária, que defendia a continuação da implantação da USC no centro de Florianópolis, o Conselho Universitário, em novembro de 1962, com a Universidade já funcionando em prédios do centro da cidade, decidiu pela construção do conjunto universitário na Trindade. Porém, o conflito de interesses foi tão acirrado que, conforme entrevista com o professor Paulo Fernando Lago, quanto à decisão da localização da USC no centro ou na Trindade, a decisão pende para:

[...] Trindade, e acabou [...] como não havia nenhum projeto diferente daquele da Trindade, a coisa acabou se consolidando lá. Mas a coisa é tão sutil que chegaram a mudar até o nome, em vez de cidade universitária [projeto original] mudaram para conjunto universitário, para mudar a paternidade.<sup>4</sup>

E interessante notar nas fontes a questão do impacto sobre a cidade decorrida da criação da Universidade, em 1960, tendo em vista que a Florianópolis da época era uma “pacata capital provinciana, com menos de 18 mil eleitores e 70 mil habitantes”.<sup>5</sup> Considerando-se, ainda, que, logo após a USC, desloca-se para cá a Eletrosul do Rio de Janeiro, em 1975, o que acaba por acarretar um afluxo inédito de pessoas para a cidade, desde profissionais do Rio Grande do Sul, por parte da USC, e do Rio de Janeiro, por conta da Eletrosul, até uma sucessiva leva de estudantes do interior e de outros estados. Bairros como Trindade, Itacorubi, Pantanal e Córrego Grande são redesenhados em poucos anos. Deixando fortes reflexos no setor imobiliário.

## A iniciativa pioneira de implantação da Engenharia em Santa Catarina

No mesmo projeto que oficializou a USC, o Decreto-lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, assinado ainda na presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira, é criada a Escola de Engenharia Industrial da USC – EEI, embrião do futuro Centro Tecnológico, que inicia com sua primeira turma em 2 de maio de 1962.<sup>6</sup> Essa lei previa o funcionamento futuro da Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica e Engenharia Química, sendo somente a primeira implantada naquele momento, tendo em vista a demanda das indústrias de Brusque, Blumenau e Joinville, por profissionais dessa área.<sup>7</sup> O Curso de Graduação em Engenharia Química só foi criado em 1978 e o de Engenharia Metalúrgica nunca chegou a ser implantado. Segundo relato de Caspar Erich Stemmer, ex-professor e ex-diretor do EEI, isso se justificou, na época, pela impossibilidade inicial de implantar na Universidade de Santa Catarina cursos que demandassem laboratórios com equipamentos muito dispendiosos. Além disso, Stemmer também relata a existência de uma recomendação do Governo Federal em não abrir um curso de Engenharia Civil na nova escola, a qual aparentava ser a mais reconhecida das áreas da Engenharia de então. Apesar da demanda pelo curso em questão no estado, Stemmer afirma que, para o Governo Federal, havia um excesso desta modalidade nas universidades do resto do país.<sup>8</sup> Tal postura governamental de não abrir o Curso de Engenharia Civil acabou gerando um movimento contestatório, como expôs em entrevista a ex-Coordenadora e ex-professora do Curso de Engenharia Civil, Helena Amélia Stemmer:

A escola era voltada para a indústria, e a Engenharia Civil não é isto, não estava neste rol. E foi uma pressão dos engenheiros civis, pois o pessoal só entendia Engenharia Civil, as outras engenharias para o povo daqui não eram engenharia, pois eles não conheciam aquilo, pois o que era engenheiro para eles? Era apenas o Engenheiro Civil, que fazia casas e estradas, este era o velho conceito de engenharia, e o pessoal resistiu à ideia de mecânica, eletricidade, etc. Outros ramos da engenharia.<sup>9</sup>

De acordo com as obras produzidas sobre o ensino de Engenharia em Santa Catarina, a criação desta se deve, principalmente, ao esforço do primeiro reitor da USC, João David Ferreira Lima,<sup>10</sup> que solicitou, no momento da assinatura do decreto de criação da Universidade, em 1960, a criação da Escola de Engenharia (EEI) para a Instituição, que constituía uma carência já antiga do estado, que acabava por contratar profissionais

<sup>4</sup> LAGO, Paulo Fernando. Entrevista concedida a Elizabeth Farias da Silva. In: SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade... op.cit.*, p.75.

<sup>5</sup> ARANTE, Marcos Antonio. A UFSC e a Engenharia em SC. In: ACE Associação Catarinense de Engenheiros: 75 anos de história: 1934-2009. Florianópolis: Editora da UFSC, p.45-58, 2009, p.47.

<sup>6</sup> BRASIL. Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 21 dez. 1960, p.16173. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=86921>. Acesso em: 23 ago. 2010.

<sup>7</sup> STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. A Escola de Engenharia Industrial. In: *Engenharia Civil 25 anos*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1995, p.17-18.

<sup>8</sup> Caspar Erich Stemmer. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne e Roselane Neckel*. Florianópolis, ago. de 2010. [Revisada por Arno Blass]

<sup>9</sup> Helena Amélia Stemmer. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne e Roselane Neckel*. Florianópolis, ago. de 2010. [Revisada por Arno Blass]

<sup>10</sup> ARANTE, Marcos Antonio. A UFSC e a Engenharia em SC. In: ACE Associação Catarinense de Engenheiros... op.cit., p.47.

formados em outros centros, como Porto Alegre e Curitiba. De acordo com Caspar Erich Stemmer, Ferreira Lima “entendia que numa universidade tinha de haver um tripé indispensável, que era constituído por Medicina, Engenharia e Direito, Direito e Medicina já havia aqui”,<sup>11</sup> faltando só a engenharia para atingir o padrão de universidade almejado. A dificuldade em implantar uma escola de engenharia em Santa Catarina se devia ao baixo nível industrial do estado em comparação com outras unidades da Federação, e, em especial, a distância entre Florianópolis e os centros fabris catarinenses, como Blumenau e Joinville. Esta última cidade acabou por receber, cinco anos depois do primeiro vestibular para o EEI, o segundo Curso de Engenharia Mecânica do estado, desta vez criado pela Faculdade de Engenharia de Joinville (FEJ), da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC).<sup>12</sup>

## Começo modesto

Junto à primeira Reitoria da USC, ainda no centro de Florianópolis, situada num casarão à Rua Bocaiúva, nº 60, instalou-se a EEI, em 1962, no mesmo momento do início das atividades da Universidade. No bosque, atrás da Reitoria, foram construídas pequenas casas de madeira, onde passaram a funcionar provisoriamente a Escola, tendo em vista que, ao contrário das outras faculdades, Direito, Ciências Econômicas, Farmácia e Odontologia, Filosofia, Medicina e Serviço Social, a EEI estava começando do zero, sem um corpo docente preestabelecido e sem um prédio próprio. Pela Figura 1 podemos perceber como eram estas casas de madeira, denominadas pelos estudantes “casinhas de Tarzan”,<sup>13</sup> por estarem no meio de uma densa vegetação que adornava o bosque. Desde o começo das atividades, em 2 de maio de 1962, até 1967, a EEI funcionou nas ditas “casinhas de Tarzan”. Este apelido é algo recordado com saudosismo por ex-alunos e professores.<sup>14</sup> É interessante notar, ainda, sobre esse assunto que, na primeira turma de Engenharia Mecânica formada em Santa Catarina e futura professora da UFSC. Ela acabou recebendo o apelido carinhoso, tendendo ao jocoso, de “Jane”. Nome este retirado do livro *Tarzan of the Apes*, de 1912, de autoria de Edgar Rice Burroughs.<sup>15</sup> No ano de 1967 ocorre a mudança para o novo prédio, o pavilhão da Engenharia Mecânica, com seus 4.800 m<sup>2</sup> de área construída, já no *campus* universitário da Trindade.

Ainda neste meio tempo em que ficou instalada no centro da cidade, 1962-1967, a Escola cresceu e acabou por necessitar de ampliações do espaço físico. Com isso em vista, já sob a direção de Caspar Erich Stemmer, a partir de 1965, estrebarias existentes no mesmo terreno foram limpas e pintadas. A Biblioteca foi transferida para este novo espaço, sendo instalada no andar térreo, que comportava também as salas da secretaria e da diretoria, e duas salas de aula foram instaladas no andar de cima.



Figura 1. “Casinhas de Tarzan”. Fonte: Agecom [entre 1962 e 1967]

<sup>11</sup> Caspar Erich Stemmer. *Entrevista citada*.

<sup>12</sup> A FEJ foi criada pelo governo do estado de Santa Catarina, em 9 de outubro de 1956, por meio da Lei nº 1.520/56, que instituiu um curso de Engenharia, a ser implantado no interior do estado. Foi a primeira tentativa da interiorização do Ensino Superior, tradicionalmente restrito às capitais dos estados. Joinville, por ser o maior polo industrial do estado, constituiu-se num local ideal para a concretização desse sonho. O primeiro vestibular foi realizado em julho de 1965. Para maiores detalhes, cf. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA/*Campus* de Joinville. Faculdade de Engenharia de Joinville – FEJ. *Histórico*. Joinville: UDESC-FEJ, s/d. Disponível em: <<http://www.joinville.udesc.br/portal/instituicao/>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

<sup>13</sup> ARANTE, Marcos Antonio. A UFSC e a Engenharia em SC. In: ACE Associação Catarinense de Engenheiros... op.cit., p.49.

<sup>14</sup> STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. *Engenharia Civil 25 anos...* op.cit., p.17.

<sup>15</sup> CABRAL, Carla Giovana. *O conhecimento dialogicamente situado: histórias de vida, valores humanistas e consciência crítica de professoras do Centro Tecnológico da UFSC*. 205 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006, p.109-110.

Quanto à mudança para a Trindade, é interessante notar que o projeto original, feito por uma equipe de projetistas de Porto Alegre, previa um pavilhão de Mecânica amplo, além de outro edifício de administração com uma biblioteca anexa. Conforme consta no *Boletim Informativo* do ano de 1966:

Com uma previsão de 1.500 alunos, em um futuro próximo, a Escola de Engenharia já dispõe de um projeto completo de construções, elaborado pela Divisão de Obras da Universidade do Rio Grande do Sul. Este projeto está já em execução, no bairro da Trindade, na qual a Universidade dispõe de uma gleba de 950.000 metros quadrados, em números redondos. O bairro de Trindade fica situado a 7 quilômetros do centro da cidade, havendo amplas possibilidades de desenvolvimento. Deverá ter condições de ocupação parcial em março de 1967, e totalmente concluído em junho do mesmo ano, o Pavilhão de Mecânica que abrigará todos os laboratórios das cadeiras de aplicação, 6 amplas salas de aulas, além das salas de trabalho de professores e assistentes. A área coberta é de 6 mil metros quadrados. Será estaqueado, este ano, para construção em 1968, o edifício de Administração e os Auditórios, igualmente com 600 m<sup>2</sup> de área. Este edifício abrigará a Biblioteca, Auditórios, Diretório Acadêmico, Bar, Secretaria e demais setores administrativos. De início abrigará também salas de aulas e laboratórios das cadeiras básicas.<sup>16</sup>

Este projeto foi alterado devido a novas diretrizes do MEC acerca de instalações mais simples e funcionais, perspectiva esta de acordo com uma ótica reformista da Educação. Acabou por ficar destinado ao EEI apenas o pavilhão de Mecânica original. O edifício onde ficariam as instalações da administração foi adaptado para sediar a Reitoria, permanecendo ali até os dias atuais. Anos depois, já renomeado como Centro Tecnológico (CTC), e que um edifício próprio para sua administração é construído, fato ocorrido no final da década de 1970.<sup>17</sup> A Figura 2 é uma fotografia do prédio do Curso de Engenharia Mecânica tirada em 1970. É possível observar pela foto uma parte do prédio da Reitoria, num segundo plano.

Apesar de contratempos, o jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1967, relata: Santa Catarina conseguiu em cinco anos sua universidade, atualmente uma das mais bem equipadas do Brasil, com mais de 80% de seu material importado da Alemanha Oriental.<sup>18</sup>



Figura 2. Prédio do Curso de Engenharia Mecânica. Fonte: Agecom (1970)

<sup>16</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo da UFSC*. Florianópolis, a.V, n.10, jun./dez. 1966, p.26.

<sup>17</sup> STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. *Engenharia Civil 25 anos...* op.cit., p.79.

<sup>18</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo da UFSC*. Florianópolis, a.VI, n. 11, jan./jun. 1967, p.26.

Este dado é creditado, pelas fontes, a uma política de âmbito nacional, a aquisição de equipamentos oriundos do Leste Europeu, por meio dos chamados Convênios do Café, fato relatado na narrativa do ex-professor e então diretor de Centro, Arno Blass:

Este nome significa o seguinte, o Brasil durante muito tempo exportou café para os países do Leste Europeu, e foi acumulando um saldo credor lá, mas pagar que é bom eles não pagavam. Foi quando no governo do Jango [João Belchior Marques Goulart, presidente de 1961 até 1964] chegou-se numa situação de impossibilidade de manter esta situação. Daí os alemães e os húngaros, mas principalmente a Alemanha Oriental, diz: “nós temos uma indústria pesada aqui, nós produzimos equipamentos, e podemos mandar máquinas para vocês à vontade, nosso problema é não encontrar quem queira comprar nossas máquinas, se vocês aceitarem nossas máquinas, nós vamos pagando o café”. Com isto alguém do MEC pensou, vamos aproveitar isto para reequipar as universidades. Além de máquinas para indústria, poderiam trazer material para os laboratórios, para os hospitais universitários [...] Isto foi logo que eu entrei aqui [1964], circulava pela universidade uma pilha grande de catálogos, como circulou pelo Brasil inteiro. Quem quer alguma coisa daqui [dos catálogos] conseguiria, pois iria ser fácil. As empresas vão ter que pagar, mas as universidades, o governo vai aceitar doar estes equipamentos. O que aconteceu era o seguinte, a gente não tinha ideia precisa do que estava recebendo, eu era recém-formado, não tinha muita experiência, e tinha que opinar. Outra coisa era também que a gente não tinha muitas informações, só uma fotografia. Assim tinha uma fotografia grande, de página inteira do catálogo, e outra pequenininha no canto, daí pedíamos para trazer um deste, da foto pequenininha. Depois quando fomos ver aquele pequenininho era uma coisa enorme. Aí o que aconteceu foi o seguinte, as missões do Brasil inteiro receberam equipamentos, mas nem sempre era o equipamento mais adequado. Quando se ia ver, aconteceu conosco, ou a máquina era um “trambolho”, que ocupava todo o espaço de uma sala, e só tinha sentido para uma empresa, não tinha praticamente valor didático nenhum, e nem uso para uma Escola de Engenharia. Ou outras coisas que seriam interessantes de ter em mais quantidade, devido à fotografia grande, acabamos por pedir só um. E isto aconteceu no Brasil inteiro. O que acabou por acontecer foi que nós pusemos em uso aquilo que interessava, e, quando vimos o que era, deixamos encaixotado [o resto das máquinas] [...] Outro problema deste equipamento do Leste Europeu era não ser climatizado, se a gente comprasse um correspondente da Philips, por exemplo, era climatizada, a gente colocava aqui e funcionava bem. Já o equipamento do Leste Europeu, que não era climatizado, com nossa umidade ia se deteriorando. Daí aos poucos nós fomos adicionando componentes climatizados, e com isto algumas coisas foram possíveis de se aproveitar.<sup>19</sup>

Nesses primeiros anos, também se verificou a dificuldade de se encontrar um corpo docente para a nova Escola, o que levou a UFSC a firmar um convênio com a Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a qual colocou seus professores da área de Engenharia à disposição da EEI. Desse convênio vieram cinco professores do Rio Grande do Sul, dos quais foi indicado o nome do professor Ernesto Bruno Cossi, como primeiro diretor da EEI. Os outros nomes dos professores encarregados de implementar as disciplinas do primeiro curso da Escola, a Engenharia Mecânica, foram: Luiz Felizardo, José Carlos Bornanci, Luiz Leseigneur de Farias e Antônio Rodrigues. Vale mencionar que o currículo implantado teve um caráter inovador para a época, havia sido elaborado, e recusado, na UFRGS. Projeto esse do jovem professor da UFRGS, Caspar Erich Stemmer, nome já mencionado e que estaria intimamente ligado num futuro próximo à EEI e ao Centro Tecnológico (CTC) da UFSC.

Com exceção de Ernesto Bruno Cossi, os primeiros professores não residiam na cidade. As aulas, nestes primeiros anos, eram ministradas aos sábados e domingos, quando de suas visitas quinzenais à cidade. Nas aulas ministradas nesse curto espaço de tempo, eram orientados instrutores de ensino, na sua grande maioria jovens recém-formados pela UFRGS, selecionados para atuar nas aulas práticas dos laboratórios (no final de semana seguinte à visita dos professores efetivos), a quem caberia, no futuro, assumir a responsabilidade efetiva pelas aulas. Sobre estes professores assistentes, os instrutores de ensino, o ex-professor visitante Caspar Erich Stemmer aponta em entrevista:

<sup>19</sup> Arno Blass. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne e Roselane Neckel*. Florianópolis, jul. 2010.

Os professores da UFRGS vinham de avião de Porto Alegre, e escolhiam um assistente local, que era ou um jovem catarinense que estudara em Porto Alegre, caso do professor Espíndola, ou outros que voltavam para Florianópolis e já os aproveitavam; outros, ainda, eram professores locais, de outras matérias, Matemática, Física, Química, que também eram aproveitados, mas que, sendo de mais idade, se mostravam menos flexíveis.<sup>20</sup>

Ainda nestes primeiros anos, ocorre a chegada do professor Caspar Stemmer da UFRGS, como professor regente para a EEI, ocorrido em 1964, implantando a disciplina de Vibrações Mecânicas, tema importante em projeto de máquinas, matéria que não existia na Universidade de Porto Alegre. Fato este que atesta o caráter inovador do currículo implantado na UFSC. Tendo como primeiro instrutor de ensino José João de Espíndola, florianopolitano recém-formado no Rio Grande do Sul, que se destacou naquela universidade. O professor Stemmer veio a ser o segundo diretor do EEI, quando do fim do mandato do professor Cossi, no final de 1964, em episódio narrado pelo próprio sucessor da direção:

No ano seguinte [1965] havia mais uma segunda disciplina prática que ele [Bruno Cossi] queria que eu ministrasse, mas eu indaguei, vou dar duas disciplinas no sábado e domingo? Em primeiro lugar, eu nunca lecionei isto, eu fui aluno, tinha que organizar este material, tudo isso, e o material que eu tenho é todo em alemão, teria que traduzi-lo, isto só seria possível se eu vivesse em tempo integral aqui. Cossi falou, tempo integral, boa ideia, você assume então a direção da escola e vem para Florianópolis [morar].<sup>21</sup>

Porém esta sucessão não acontece sem conflitos, houve uma forte disputa interna, onde o corpo docente dividiu-se em dois, tendo, de um lado, os professores das disciplinas básicas, no geral catarinenses que queriam uma representação local, e, do outro, um grupo menor, dos professores vindos da UFRGS, responsáveis pelo ciclo profissional, que defendiam o discurso de que, mais importante que a origem, seria a capacidade e o comprometimento do futuro diretor para com a Escola. Na eminência da vitória do primeiro grupo, que já havia incluído um nome de representante na lista tríplice mandada a Brasília (tendo em vista que não existia uma eleição direta na época, pois o Brasil já se encontrava sob o regime do governo militar), o segundo grupo manda representantes a Porto Alegre com o objetivo de convencer o professor Stemmer a aceitar sua indicação e também para conseguir apoio político na UFRGS. Com isso, Stemmer acabou sendo designado como novo diretor da EEI. Para conciliar as aulas e as novas tarefas do cargo, mudou-se para Florianópolis, já em 1965. Ainda nesse ano, devido à sobrecarga de tarefas, decidiu abandonar as disciplinas que ministrava, passando-as para Arno Blass, um dos instrutores de ensino, que se torna o primeiro dos jovens docentes (assistentes), vindos da UFRGS, a assumir uma disciplina.<sup>22</sup>

Um dos maiores problemas enfrentados pela administração de Stemmer nesses primeiros anos foi o de atrair bons alunos, tendo em vista a falta de tradição da cidade no quesito da Engenharia, em comparação à tradição já estabelecida em centros vizinhos, como Curitiba e Porto Alegre. Somava-se a isso a dificuldade dos candidatos em vir para Florianópolis prestar o vestibular. Mesmo assim, segundo a fala do ex-professor Stemmer, houve cem candidatos para as trinta vagas, inicialmente oferecidas em 1962, para a Engenharia Mecânica. Apesar disso, a nova diretoria decide por levar as provas a outras cidades, no interior do estado, realizando assim o primeiro vestibular descentralizado da história da UFSC, em 1966. Porém, devido à prática da época, onde cada curso elaborava sua própria prova de vestibular, apenas os candidatos de Engenharia Mecânica tinham esta possibilidade inicialmente. Conforme explicitado no *Boletim Informativo* do ano de 1966:

Os exames vestibulares para a Escola de Engenharia Industrial da Universidade Federal de Santa Catarina, este ano também serão feitos no interior do Estado, nas cidades de Blumenau, Lages e Tubarão. A medida faz com que as provas para o ingresso naquela Escola sejam realizadas no interior, além da Capital, visando permitir fácil acesso a todos os estudantes catarinenses que optarem pela Engenharia Industrial.<sup>23</sup>

<sup>20</sup> Caspar Erich Stemmer. *Entrevista citada.*

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> DEPARTAMENTO de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina: história e contribuições 1962-2008. Florianópolis, SC: Departamento de Engenharia Mecânica, 2008, p.15-16.

<sup>23</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo da UFSC*. Florianópolis, ano V, n. 10, jun./dez. 1966, p.47.



Figura 3. Caspar Erich Stemmer (em destaque). Fonte: Agecom [196-?]

Nos anos seguintes esta prática foi estendida aos outros cursos, como Engenharia Elétrica, em 1967, e Engenharia Civil, em 1969.<sup>24</sup> Esta descentralização do vestibular acaba por ser extinta com a Reforma Universitária, implantada em 1970, na UFSC, mas é reimplantada a todos os cursos de graduação assim que Caspar Stemmer assume a Reitoria, em 1976.

Durante a gestão de Caspar Stemmer à frente da diretoria do EEI, também foi implantado o estágio obrigatório, prática pouco comum para o conjunto de universidades existentes no Brasil na década de 1960. Já em 1967, a diretoria da Escola tentou convencer os cerca de cem alunos da EEI, quanto da importância de estagiar nas férias, sofrendo muita resistência por parte dos alunos e da Congregação da EEI – equivalente ao atual Conselho Universitário. Porém, a visão da diretoria prevaleceu, e o estágio entrou no currículo.

Outra questão foi acerca do corpo docente, fator visto como determinante para o sucesso da Escola. Devido à importância dada a esta questão, é implantado o sistema de contratação de professores em caráter probatório por dois anos, tendo em vista a dificuldade anterior em exonerar um professor que não alcançasse o patamar de qualidade almejado, sistema este que viria a tornar-se regra nas universidades públicas do país, nas próximas décadas. Ainda dentro da questão docente, foi implantado o regime de dedicação exclusiva, pois o modelo anterior, onde o professor só ficava na Escola durante seu período de aulas, não agradava a atual diretoria. A medida deu tão certo para a Engenharia Mecânica que, no final da década de 1960, o então Reitor Ferreira Lima estendeu-a a outros cursos da UFSC, como Matemática e Física, conforme mostra a Portaria nº 006/68, de 1968:

DETERMINAR a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, previsto nos artigos 11 e 12 da lei nº 4.345, de 26 de Junho de 1964, e no artigo 7º da lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, e na conformidade do disposto no Regulamento objeto do Decreto nº 60.091, de 18 de janeiro de 1967, aos funcionários abaixo relacionados:...”

1–Nos termos do artigo 4º do Decreto nº 60.091, de 18 de janeiro de 1967, ao funcionário sujeito a regime de tempo integral e dedicação exclusiva é proibido exercer cumulativamente outro cargo, função ou atividades particulares de caráter empregatício profissional ou público de qualquer natureza.<sup>25</sup>

Esse projeto foi muito polêmico, acarretando um forte movimento contrário dos professores, principalmente os do ciclo básico, que tinham empregos concomitantes à Universidade, e que defendiam a manutenção desta situação. Eles argumentavam que a dedicação exclusiva afastaria o corpo docente do setor industrial, algo importante na fala

<sup>24</sup> DEPARTAMENTO de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina... op.cit., p.19.

<sup>25</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 13, 1968, p.3-5.

destes e também do outro grupo, constituídos pelos professores do nível profissionalizante. Este último grupo, porém, tinha um contra-argumento à tese, o qual aparece na fala do ex-aluno de mestrado e atual professor da UFSC, Jorge Mário Campagnolo:

Foi uma política muito acertada, da administração na época, de que o professor tinha que desenvolver seus projetos dentro da Universidade. E aí veio a questão que sempre foi um dilema, como um professor da área tecnológica, que tem que estar em contato com a indústria [pode não atuar diretamente nela], e aí entra a figura do professor Stemmer, que diz que [a dedicação exclusiva] não quer dizer que não estará em contato com o setor empresarial, a indústria, o setor tecnológico. Mas sim, o professor vai estar desenvolvendo seus projetos com a indústria, mas aqui dentro, desenvolvendo com a Universidade. Projetos da Universidade trazendo a indústria.<sup>26</sup>

Fala esta que demonstra a forte ligação da EEI com o setor industrial, algo compreensível para o setor tecnológico, e que constituiu uma das principais preocupações da Escola, fato este que se estendeu dos primeiros dias até o presente. Também é destacada nesse mesmo depoimento a importância do professor Stemmer para a implantação do regime de dedicação exclusiva, algo visto como muito importante para a qualidade do trabalho do corpo docente, além da justificativa de que tal regime não acarretaria no distanciamento do setor produtivo, como apreçoado pelos professores do ciclo básico.

### Engenharia Elétrica e Engenharia Civil, os novos cursos implantados na EEI

O segundo curso a ser implantado na EEI foi o de Engenharia Elétrica. O caso se destaca por ter sido uma solicitação da recém-instalada Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), em Florianópolis, que encontrava uma carência em profissionais desta área na região, tendo que buscá-los em Itajubá, Minas Gerais. Sendo assim, o diretor solicitou uma ajuda de custo da empresa para a instalação do Curso, e a Celesc com isso se comprometeu a pagar os salários dos professores por dois anos. Nesse contexto, tendo em vista “agilizar” todo um lento trâmite burocrático que era o caminho formal a seguir, foi criada a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC), em 1966, que abarcava recursos da Celesc e, posteriormente, da Eletrosul e da Eletrobras, viabilizando a criação da Engenharia Elétrica, no mesmo ano. Ao recordar o episódio da criação da FEESC, em entrevista Caspar Erich Stemmer, diretor da EEI na época, diz que esta foi uma iniciativa corajosa:

[...] teria que passar por várias instâncias dentro da Universidade, fora da Universidade, para criar um curso novo. E este Curso no caso foi criado no peito e na coragem, depois nós fomos apresentando os documentos, e no decorrer dos cinco anos de curso foi se oficializando.<sup>27</sup>

Para Stemmer, era um ato de coragem criar um curso dependendo do apoio de empresas para viabilizá-lo administrativamente, sem ter a certeza de que a Fundação garantiria a legalização dos recursos disponibilizados por elas. Dentro desta lógica, a criação da Fundação justifica-se pelos entraves impostos por boa parte dos trâmites legais usuais.

Cabe destacar, no entanto, outros aspectos dessa relação da universidade com as fundações, que nasce neste momento e que merecem ser observados. O professor do Curso de Arquitetura, Lino Fernando Bragança em entrevista argumenta:

Como temos assistido principalmente a partir de início dos anos 90, as fundações de fato deram, em muitos casos, maior celeridade e autonomia administrativas, facilitando a gestão de projetos e recursos, mas gerou-se um corpo institucional, em grande parte, autônomo dentro da Universidade, em moldes empresariais e com baixo controle institucional.<sup>28</sup>

Com a diversificação de cursos de Engenharia, começou por parte dos alunos uma pressão para implantar o a muito tempo almejado, curso de Engenharia Civil, tendo em vista que muitos destes faziam Engenharia Mecânica e Elétrica devido à falta dessa outra opção. O diretor Caspar Erich Stemmer mostrou-se resistente à ideia, com o discurso de não querer diluir esforços, enquanto os outros cursos não se consolidavam totalmente; porém, com a insistência por parte dos alunos, que recebiam apoio da sociedade, o diretor

<sup>26</sup> Jorge Mário Campagnolo. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne*. Florianópolis, jul. 2010.

<sup>27</sup> Caspar Erich Stemmer. *Entrevista citada*.

<sup>28</sup> Lino Fernando Bragança Peres. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne*. Florianópolis, jul. 2010.

coloca como condição que os próprios alunos conseguissem, por parte do governo, o investimento necessário para implantar esse curso. Tal fato aparece num documento que relata a resposta do diretor da EEI a um questionário proposto pelo Diretório Acadêmico, datado de 10 de novembro de 1967, no qual Stemmer diz:

Na atual situação não há possibilidade de funcionamento do Curso de Engenharia Civil em 1968, porquanto as verbas disponíveis pela Escola são totalmente insuficientes. Este ano já enfrentamos graves problemas em praticamente todos os itens do orçamento da Escola sem qualquer recurso. Já em meados do ano fomos forçados a cobrar dos alunos desenhos, folhas de apostilas e resumos de aula. A situação foi especialmente difícil na verba de Pessoal em que, apesar do número reduzidíssimo de funcionários e da falta de professores, especialmente no primeiro ano, houve um déficit de NCr\$ 135.000,00. Para 1968 a verba da Escola, embora nominalmente igual à de 1967, é, na realidade, 30% inferior, no mínimo, em virtude do processo inflacionário. Nestas condições, a Direção da Escola, já sobrecarregada com preocupações para o funcionamento dos cursos existentes, não vê possibilidade de assumir novos encargos. Conforme Vv.Ss poderão ver, no recente manifesto do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a participação das Universidades no orçamento da União, que era de 3,8% em 1965, baixou para 3,5% em 1966, 3,4% em 1967 e ficou em apenas 2,8% na proposta orçamentária aprovada para 1968. Esta política de redução de despesas no setor do Ministério da Educação e Cultura tem seus reflexos nas unidades universitárias.<sup>29</sup>

O documento segue apresentando as condições mínimas para que fosse possível a instalação e o funcionamento do Curso de Engenharia Civil ainda em 1968:

As condições são as seguintes: a) Recursos extra-orçamentários específicos para o Curso de Civil; b) Garantia da Escola poder dispor com continuidade destes recursos; c) Liberdade da Escola poder admitir os professores e funcionários necessários ao bom funcionamento do Curso. Para fins de orientação, esclarecemos que os recursos necessários são da ordem de NCr\$ 100.000,00 no primeiro ano de funcionamento do curso, de NCr\$ 180.000,00 no segundo ano e de NCr\$ 250.000,00 para os anos subseqüentes, com a correspondente correção monetária. O orçamento atual da Escola para 1968 é de NCr\$ 715.000,00, pelo que se pode verificar que os valores adicionais não são exagerados, mas, sim, mínimos indispensáveis.<sup>30</sup>

Com isso, de acordo com relato do ex-presidente da Associação Catarinense de Engenheiros (ACE), Engenheiro Aníbal Borin (gestão 1983-1987), publicado na obra *Engenharia Civil 25 anos*, os alunos se viram obrigados a montar uma comissão, para conseguir, de algum modo, tais recursos. Dentre os 28 alunos desta, foi possível levantar os seguintes nomes: o próprio Aníbal Borin, Marcos Ricardo de Almeida Brusa, Carlos Alberto Hermes, Álvaro Siqueira Pitta e Eliezer Mansur. Esta comissão consegue do Governador Ivo Silveira, depois de muita insistência, uma parte dos recursos correspondente à metade do necessário, em 1967; porém, para implantar o Curso, era preciso mais. Com isso, Stemmer é persuadido pelos alunos a começar o Curso com os recursos disponíveis, que, segundo ele, só foi possível aceitar esta demanda devido à posição favorável do Reitor Ferreira Lima, defendendo que se começasse mesmo com os recursos insuficientes, completando-os com os da própria Universidade. Decidiu-se por reativar o convênio com a UFRGS, a fim de conseguir completar o corpo docente para a implantação do Curso neste curto espaço de tempo. Contando com este apoio, o Curso de Engenharia Civil iniciou suas atividades já no início de 1968.<sup>31</sup> Tendo como primeiro Chefe de Departamento, o professor Alberto Odon May.

Apesar de todo o esforço, como relatado em sua obra *Engenharia Civil 25 anos*, a ex-professora Helena Amélia Stemmer diz que o Departamento de Engenharia Civil sofreu muitas outras dificuldades desde seu começo, principalmente por falta de verbas específicas, além de problemas em manter seu corpo docente ante o mercado. Nos primeiros anos, foram usados os laboratórios do 16º Distrito Rodoviário Regional e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DRF/DNER) e do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina (DER/SC), para as aulas práticas de Mecânica dos Solos, tendo em vista a inexistência de recursos para montar estes laboratórios na

<sup>29</sup> STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. Vitória de um movimento estudantil: surge o Curso de Engenharia Civil na EEI. In: *Engenharia Civil 25 anos...* op.cit., p.32.

<sup>30</sup> Ibidem, p.33.

<sup>31</sup> ARANTE, Marcos Antônio. A UFSC e a Engenharia em SC. In: *ACE Associação Catarinense de Engenheiros...* op.cit., p.53.

Instituição. E já na década de 1970, perdeu professores, funcionários e área construída para os dois novos cursos que o tiveram como matriz, Arquitetura e Urbanismo (1977) e Engenharia Sanitária (1979). Estes fatores acarretaram em muitos empecilhos para o desenvolvimento do Curso, fato que explica, em partes, a dificuldade em comparação com as outras áreas da Engenharia em implantar a pós-graduação em Engenharia Civil, algo que só acontece em 1991. Poucos anos depois o Curso acaba por receber mais um golpe, o pavilhão da Engenharia Civil sofre um incêndio, conforme citado na Portaria nº 0802/GR/96 – Art. 1º, que aparece no *Boletim Oficial* do ano de 1996:

CRIAR Comissão encarregada de coordenar as ações relativas à reconstrução do prédio dos Cursos de Engenharia Civil e de Engenharia Sanitária, compreendendo suas instalações físicas e o reequipamento dos Laboratórios atingidos pelo incêndio dia 14/04/96.<sup>32</sup>

RELAÇÃO DOS ACADÊMICOS INTERESSADOS EM CURSAR "CIVIL - 68"

1	Carlos Alberto Nogueira	27 ANO
2	Cláudio Luiz Ribeiro	27 -
3	Ulisses Figueira Pitta	27 ANO
4	José Teodoro	27 -
5	Carlos H. Guedes	27 -
6	Osvaldo Carlos de Sá	27 ANO
7	Antônio Carlos	27 ANO
8	Rudinei de Figueiredo	27 ANO
9	Marcos Antônio	27 ANO
10	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
11	Paulo Roberto de Sá	27 ANO
12	Francisco de Sá	27 ANO
13	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
14	José Roberto de Sá	27 ANO
15	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
16	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
17	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
18	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
19	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
20	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
21	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
22	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
23	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
24	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
25	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
26	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
27	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
28	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
29	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
30	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
31	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
32	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
33	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
34	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
35	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
36	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
37	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
38	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
39	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
40	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
41	Luiz Carlos de Sá	27 ANO
42	Luiz Carlos de Sá	27 ANO

Figura 4. Lista dos acadêmicos interessados em cursar "Civil" em [1967?]. Fonte: Stemmer & Ferreira (1995)

## O pioneiro Curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica

Outro marco destes primeiros anos da Escola de Engenharia Industrial foi a criação do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica (CPGEM), que iniciou suas atividades em março de 1969, sendo a primeira pós-graduação da UFSC, e uma iniciativa pioneira também no âmbito estadual. O que é interessante acerca desse fato é o episódio da ida ao Rio de Janeiro, ainda em 1968, do então diretor, Stemmer, em busca dos recursos para a instalação do novo Curso. O projeto deveria ser levado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – atual BNDES –, que na época tinha um fundo de apoio à pós-graduação, o programa Funtec. Porém, é constatado que o projeto da Pós-Graduação da UFSC requeria um financiamento muito menor do que era o usual do programa Funtec, e poderia por isso ser desconsiderado por este. Com isso em mente, um novo projeto foi feito às pressas, como relata o próprio ex-diretor:

Eu fiz um projetinho de cem mil [cruzeiros novos], e o professor Rodi Hickel, que estava lá no Rio de Janeiro fazendo Curso de Química, me disse que o BNDE só trabalhava na casa do milhão, que estes projetinhos pequenos nem eram considerados por eles. Eu disse que ia entrar assim mesmo como “boca de piranha” para ver o que acontecia. Ele me disse para não fazê-lo, pois queimaria uma chance, sugeri que reformulassemos isto. Eu tinha passagem para voltar no dia seguinte, mas ele disse para eu adiar isto. Assim, fiquei dormindo no sofá do apartamento do Professor Rodi, e fizemos um novo projeto. Ficava lá eu pensando o que mais podíamos comprar, e Rodi datilografando. E assim fizemos um projeto de um milhão, onde estava incluído um computador, o primeiro computador das universidades brasileiras. Dai eu fui lá na COPPE, com o professor Coimbra,<sup>33</sup> ao qual eu pedi que apoiasse nosso pedido junto ao BNDE. Ele respondeu que já estava apoiado, pois ele disse que os alunos que vieram de Santa Catarina e estavam fazendo estágio [mestrado] na COPPE [Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – pertencente a UFRJ], que estes eram todos brilhantes. “Parece que lá só tem gênios, de modo que nos vamos apoiar isto”. Então o diretor da Funtec veio a Florianópolis, e examinou e discutiu nosso programa e aprovou este um milhão.<sup>34</sup>

O computador em questão era o modelo IBM 1130, o primeiro da UFSC, e o segundo do estado. Com uma configuração básica de 16 Kb de memória RAM, uma unidade de disco de 512 K, uma impressora de 132 linhas por minuto, e um leitor de cartões de trezentos cartões por minuto. Ele foi instalado em fevereiro de 1970 e utilizado no auxílio do ensino de pós-graduação e graduação, sob a supervisão do professor Clávio Coutinho. O computador só foi substituído em 1977, apesar de já ter sido identificado como insuficiente no quesito de capacidade de memória e de velocidade de processamento desde 1971. Seu sucessor foi o IBM 360-40, instalado no recém-criado Núcleo de Processamento de Dados(NPD).<sup>35</sup>



Figura 5. Computador IBM 1130. Fonte: Agecom (1976)

<sup>33</sup> De acordo com informações levantadas com Arno Blass. *Entrevista citada*: “[...] trata-se do Prof. Alberto Luiz Galvão Coimbra, que naquele tempo era o diretor da COPPE (da qual foi, também, o fundador). Ele foi muito importante em convencer o BNDE a incluir a Eng. Mecânica de SC em seu programa de apoio à pós-graduação (Funtec). Por isso mesmo, quando, mais tarde, Stemmer chegou à Reitoria, a UFSC outorgou a Coimbra o título de Professor Emérito ou Dr. *Honoris Causa*.”

<sup>34</sup> Caspar Erich Stemmer. *Entrevista citada*.

<sup>35</sup> STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. *Engenharia Civil 25 anos...* op.cit., p.103.

A proposta da pós-graduação da UFSC, que foi aprovada pelo Funtec, representou um fato inédito fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo – Minas Gerais. Ao receber a notícia, o Reitor Ferreira Lima, com o discurso de agilizar a assinatura do contrato com o BNDE, dispensa a aprovação da proposta pelo Conselho Universitário, justificativa semelhante ao da criação da FEESC, mencionado anteriormente, o que seria o trâmite normal numa situação como esta. Por meio de uma procuração ao diretor Stemmer, é permitido a este assinar o contrato no lugar de Ferreira Lima, pois o contrato com o BNDE exigia a assinatura do Reitor da instituição. Questionado posteriormente se a dispensa da aprovação pelo Conselho Universitário não causaria problemas, o Reitor argumentou: “Já viu alguém reclamar por receber dinheiro?”.<sup>36</sup> A pós-graduação é oficializada pela Resolução nº 004/69, de 26 de março de 1969, que segue transcrita:

APROVAR, por unanimidade, as bases do Convênio a ser assinado entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para funcionamento do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica na Escola de Engenharia Industrial. Florianópolis, 26 de março de 1969.<sup>37</sup>

Ainda no ano de 1969, foi criada, por meio de uma área de concentração dentro da habilitação de pós-graduação em Engenharia Mecânica, a Engenharia de Produção e Sistemas (na época chamada de áreas de concentração em Engenharia Industrial e Gerência da Produção). Esta modalidade se desmembra da Engenharia Mecânica em 1970, com a criação do Departamento de Engenharia Industrial, que apenas no final da década recebeu a sua denominação atual, Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas. Apenas em 1980 começa a ser oferecido o curso de graduação na área (fato relatado adiante). A criação desta opção de pós-graduação ocorreu devido à demanda por um profissional capacitado ao gerenciamento industrial. Demanda esta exercida por parte do governo, empresas e até pelos alunos. O novo curso da EEI tem um enfoque na parte organizacional do processo industrial, englobando com isso a área técnica da formação do profissional: Engenharia Mecânica, Elétrica ou Civil. Estas informações foram levantadas por entrevista realizada com o ex-professor, designado na época como Integrador do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, Raul Valentim da Silva.<sup>38</sup>

No ano de 1970 foi iniciado o Curso de Engenharia de Telecomunicações, devido a uma forte demanda por esta especialidade, que na fala dos entrevistados é creditada a um *boom* do setor de telecomunicações na época. Este Curso, porém, não aparece mais nas fontes depois de alguns anos, fato apontado na fala do professor Campagnolo:

Depois da criação do Curso de Engenharia Elétrica, tínhamos também a questão das telecomunicações, então houve também um convênio nesta, uma parceria, na época com a predecessora da Telesc, e então se criou este Curso de Engenharia de Telecomunicações. O que aconteceu foi que houve mudanças no Conselho Nacional de Educação, que indicava que os cursos deviam ser um pouco diferentes, a fim de diminuir estas especificidades, e aí havia se criado o Curso de Engenharia Elétrica [anteriormente], que ficou em duas vertentes, uma vertente na área da informação e outra na área de energia. Indiretamente foi englobado pelo Curso da Engenharia Elétrica. E também na época foi aquele *boom* das telecomunicações, e aí se constrói as centrais, e a coisa foi diminuindo, diminuindo, até a procura pelo curso diminuiu, e o Curso acabou por ser absorvido pela Engenharia Elétrica. [...] e mais recentemente ele mudou novamente, tendo o Curso de Engenharia Elétrica, [criando] algumas especificidades, mas não como específicas, então o aluno recebe o diploma de Engenheiro Eletricista, mas ele pode fazer nas disciplinas optativas telecomunicações, foi uma evolução. E também eu acho que ele cumpriu o papel, aquele Curso de Engenharia de Telecomunicações, que foi aquele *boom* de necessidade, de gente de telecomunicações, e que depois morreu [a necessidade].<sup>39</sup>

Outro episódio recorrentemente narrado pelos entrevistados acerca dos acontecimentos referentes à primeira metade da década de 1970 é o ocorrido durante uma das inúmeras enchentes que atingiam o pavilhão da Mecânica. Stemmer, que apresentava anualmente pedidos de auxílio à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

<sup>36</sup> DEPARTAMENTO de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina... op.cit., p.27.

<sup>37</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 27, mar. 1969, p.26.

<sup>38</sup> Raul Valentim da Silva. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne*. Florianópolis, jul. 2010.

<sup>39</sup> Jorge Mário Campagnolo. *Entrevista citada*.

(CAPES), obtendo vários recursos assim, não consegue o mesmo com o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), justificando sua resposta negativamente ao pedido, devido à ideia de que um Curso de Engenharia Mecânica daria certo apenas em um polo industrial como São Paulo, não em uma cidade como Florianópolis, que não tinha esta característica. Stemmer contra-argumentou mostrando as qualidades da Escola, como o alto nível dos laboratórios, o entusiasmo dos alunos e professores e o crescente destaque que a indústria catarinense vinha alcançando. Estes argumentos acabam por não causar o efeito desejado, pelo menos nesse primeiro momento. Devido a esta recusa, por parte do CNPq, o Reitor Ferreira Lima aconselhou Stemmer a convidar representantes desse órgão para uma visita à Escola. Meses depois, um telefonema informou que o professor Abrahão Iachan, representante do CNPq, dispunha-se a realizar a visita.

Na véspera da visita, um temporal inundou o pavilhão da Mecânica. Uma camada de 5 cm de lama cobriu o piso dos laboratórios, encharcando as máquinas que se encontravam próximos ao chão. Preocupado com a eminente chegada dos representantes do CNPq, Stemmer pediu ajuda a todos, funcionários técnico-administrativos, alunos e professores, para que se realizasse uma rápida limpeza. Quando saiu para apanhar os visitantes no aeroporto, o trabalho de limpeza encontrava-se pela metade, o que fez com que ele os alertasse, ainda no carro, que não iria mostrar aos visitantes o que desejava.



Figura 6. Resultado de uma das enchentes no CTC. Fonte: Agecom (1976)

<sup>40</sup> DEPARTAMENTO de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina... op.cit., p.26-30.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p.28.

<sup>42</sup> BRASIL. Lei nº 5.540. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 23 nov. 1968, p.10369. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129118/lei-5540-68>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

<sup>43</sup> *Idem*. Decreto-Lei nº 464. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 11 de fev. 1969, p.1409. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126095/decreto-lei-464-69>>.

<sup>44</sup> Em 1971, o Centro de Estudos Básicos (CEB), foi dividido em quatro centros de formação básica, com atuação nas áreas de: Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), Ciências Biológicas (CCB), Ciências Humanas (CFH) e Ciências Sociais (CCS). No caso das Engenharias, inicialmente o candidato somente exercia a opção pela modalidade (Mecânica, Elétrica e Civil) ao se matricularem na quinta fase, no ciclo profissionalizante do curso. Durante as quatro primeiras fases, a grade curricular era comum para as três Engenharias da UFSC. Passados dois anos do primeiro vestibular, verificou-se uma demanda preferencial por Engenharia Civil, o que criou problemas logísticos para esta. A solução foi modificar o sistema e exigir que os candidatos definissem no vestibular a modalidade escolhida, mudança que só aconteceu no vestibular seguinte. Para maiores detalhes, cf. DEPARTAMENTO de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina... op.cit., p.37-39.

<sup>45</sup> Caspar Erich Stemmer. *Entrevista citada*.

Ao chegarem ao pavilhão, encontraram um aluno de calção de banho, limpando um motor, então Stemmer disse: “Dando duro, Carlos?” E ele respondeu: – “Sim professor, precisamos levantar novamente nossa Escola”. Esta cena contribuiu para mudar a opinião dos representantes do CNPq, que se impressionaram com a disposição e solidariedade da comunidade acadêmica da UFSC ante as adversidades. Quando Stemmer voltou ao Rio de Janeiro, ouviu no CNPq que o importante eram as pessoas, e que a partir daquele momento a UFSC teria todo o apoio aos seus projetos, o que aconteceu logo em seguida, na área de comandos numéricos, projeto aprovado por Iachan, e que representava um dos maiores auxílios individuais concedidos pelo CNPq, no contexto nacional da época.<sup>40</sup>

## Professores estrangeiros no CTC

Um dos nomes que se destaca na criação e consolidação da Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da UFSC é do seu primeiro diretor, o professor Raul Valentim da Silva, citado anteriormente, além do nome do professor Jaroslav Kozel, oriundo da Universidade de Praga. Nas fontes que pesquisamos, o caso de sua vinda para a Escola é destacado, pois ele surpreendeu a direção da EEI pela rápida aceitação do convite e a efetiva mudança para Florianópolis, processo ocorrido em apenas duas semanas, e que, futuramente, culminou com sua naturalização brasileira. Esta rápida mudança de país, por parte do professor, é justificada na fonte pela perspectiva que se concretiza em poucos dias após sua vinda para cá: os tanques soviéticos invadindo a Tchecoslováquia, o que fica conhecido como o fim da Primavera de Praga.<sup>41</sup>

O afluxo de professores visitantes de outros países continuou nos anos posteriores, podendo ser citado o caso do professor chinês Woon Kwan Luk, doutor em usinagem, o finlandês Jukka Artturi Lehtinen, área térmica, e os franceses Yves Jean Xavier Gasnier, economista, e Jean-Pierre Massola, engenheiro aeronáutico, além de outros. Com exceção do caso do professor Kozel, os visitantes, no geral, ficaram na EEI por um período médio de dois anos.

## Os anos de 1970, a Reforma Universitária e o Movimento de Redemocratização

Com a chegada da Reforma Universitária em 1969, que tomou forma pela Lei nº 5.540, aprovada em 1968,<sup>42</sup> e pelo Decreto-lei nº 464, de 1969,<sup>43</sup> várias mudanças são implantadas na UFSC, como a criação do Ciclo Básico,<sup>44</sup> a matrícula semestral por disciplina, o sistema de créditos e conceitos, o vestibular unificado para todos os cursos, a criação de departamentos e a mobilidade docente, com um sistema de progressão funcional de professores baseado em titulação acadêmica. Também é creditada a ela a instalação do sistema de dedicação integral em toda universidade, já citado anteriormente, vista como uma importante inovação, além da norma na regulamentação da Universidade, da destinação de 20% do tempo do professor para extensão, prática anterior à Reforma, que é creditada a iniciativas de Caspar Stemmer, que, em sua entrevista, justificou tal postura:

A extensão é parte da dedicação exclusiva. Uma das funções da Universidade é atuar sobre o meio ambiente, e ela o faz através dos professores, e, para isto, eles precisam de um tempo. Então fixamos que 20% do tempo poderia ser usado na extensão, pois não faz sentido mandar um sujeito para a Inglaterra, onde ele aprende a solucionar um problema, solução que a indústria requer, e ele se negar a resolvê-lo, pois está em dedicação exclusiva. Isto não pode acontecer.<sup>45</sup>

Com todas estas mudanças, a Escola de Engenharia Industrial é extinta, dando início a uma nova estrutura administrativa e pedagógica. A mudança é efetivamente feita em 31 de dezembro de 1969, quando foi criado o Centro Tecnológico (CTC), e que, quando instalado, já no ano de 1970, contava com cinco departamentos: Engenharia Mecânica (EMC), Engenharia Elétrica (EEL), Engenharia Civil (ECV), Engenharia Industrial, que mais tarde torna-se Engenharia de Produção e Sistemas (EPS), e Ciência Estatística e da Computação, atual Departamento de Informática e Estatística (INE). Apesar de todas as mudanças, a continuidade fica por conta da liderança do professor Stemmer, que já

exercia o segundo mandato de diretor da EEI, e que foi também empossado como diretor do novo Centro.<sup>46</sup>

Este período é lembrado como de investimento e crescimento para o CTC, o que não aplacou a disposição incessante da sua diretoria em buscar mais recursos, como fica claro na fala do ex-professor e ex-diretor, Arno Blass:

Quando chegou a revolução [1964], nós passamos por um bom período. Uma das primeiras coisas que a revolução fez foi aumentar o salário dos professores, e dar apoio [a estes]. Posteriormente a política do governo revolucionário foi a implantação dos *Campi*, então tinha bastante dinheiro dentro desta rubrica. Mas o Stemmer nunca se satisfaz com isto, para o Stemmer sempre foi procurar mais, e ele levava aquele discurso nos EUA, na Europa. [...] E o fato das ligações que o Stemmer tinha com o pessoal de Aachen [Alemanha, onde realizara um curso de estudos avançados a partir de 1955], então quando ele ia nestas indústrias de origem alemã, [esta ligação] abria muitas portas. E depois de um certo tempo aparecia o resultado.<sup>47</sup>

Nesta década de Reforma, assiste-se à ascensão do ex-diretor do CTC, Caspar Erich Stemmer, à Reitoria. Na sua administração são “festejados” os dados quantitativos de que, de 1976 a 1980, a UFSC dobrou sua área construída e criou 18 novos cursos de graduação. Em maio de 1980, depois de 15 anos de obras, finalmente começa a funcionar o Hospital Universitário. Os cursos de graduação criados neste período relacionados com a Engenharia são: Arquitetura e Urbanismo (1977), Ciências da Computação (1977), Engenharia de Alimentos (1978), Engenharia Química (1978), Engenharia Sanitária e Ambiental (1979), e Engenharia de Produção (na opção de graduação em 1980).<sup>48</sup>

Porém, problemas também são registrados na época, como o caso da recém-implantada pós-graduação, fato lembrado pelo ex-professor Arno Blass:

O período crítico, eu diria que foi no governo Geisel [1974 até 1979], aqui houve realmente um período de entressafra, depois até vindo o PBDCT, Planos Brasileiros de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e para estes nós tínhamos que ter credenciais, quer dinheiro tem que ter um projeto bom e forte. Era um período difícil, apesar de vivermos sob os PBDCTs. O problema era que nos criamos em Santa Catarina um programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, que cobria todo o aspecto da Engenharia Mecânica, e nossos concorrentes no Brasil afora atuavam num, ou outro, ou até mais de um, mas nós éramos o único Curso que era integrante. Se o sujeito é engenheiro mecânico, ele encontra alguma coisa para fazer na pós-graduação aqui. Então nós tínhamos muita gente, precisávamos ter uma capacidade instalada, e tínhamos necessidades. E mais ainda, como a gente dispersava, nas várias áreas, precisávamos ter vários alunos, e a CAPES dava uma bolsa nova por ano, e o CNPq outra. Isto não atendia nossas necessidades. Se não fosse o projeto nuclear [posteriormente] que, por exemplo, no seu primeiro ano nos deu vinte bolsas, depois passou a dar dez por ano, foi com isto que a gente conseguiu continuar. Não tinha condição, pois a pós-graduação passava por um momento que não conseguia absorver alunos, pois não conseguia bolsas para estes. Alguns a gente até contratava como professor, tinha a bolsa chamada APG [bolsa do aluno de pós-graduação], ou seja, o cara ganhava a bolsa mas tinha que trabalhar na Universidade, dar aula de alguma coisa. Quando eu voltei da Inglaterra, o que mais tinha era APG. Mas o problema era que também a gente não podia dar tantas assim, pois o bolsista da APG tinha sua quantidade de alunos para atender. Bom, mas daí vieram as bolsas da Comissão de Engenharia Nuclear,<sup>49</sup> e posteriormente, quando terminou o programa nuclear, aí realmente a situação na CAPES e no CNPq era outra, começamos a receber bolsas à vontade.<sup>50</sup>

Em 1977, começa a ser oferecida a graduação em Ciências da Computação, devido ao enorme crescimento dessa área na década. No mesmo ano foi criado o Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, que teve seu departamento instalado apenas em 1979, tendo como primeiro chefe, o professor Orestes Nestor Angeleri Lamas. Foi implantado em 1º de março de 1977, autorizado pelo Parecer nº 388/77 do CEPE, cuja responsabilidade esteve a cargo da comissão incumbida de estudar as condições para sua implantação, composta dos professores: Luiz Felipe Gama Lobo d’Eça, Carmen Seara Cassol, Tuing Ching Chang, Odilon Monteiro, todos arquitetos de formação, e Sérgio Roberto Arruda (formado em Engenharia Elétrica), então diretor do CTC. O Curso foi reconhecido em janeiro de 1983, pela Portaria nº 10 do MEC.<sup>51</sup>

<sup>46</sup> DEPARTAMENTO de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina... op.cit., p.34.

<sup>47</sup> Arno Blass. *Entrevista citada*.

<sup>48</sup> CONSTRUTORES de sonho – FEESC – 40 anos. Florianópolis: Núcleo de Projetos Editoriais/ Departamento de Jornalismo/UFSC, 2006, p.20.

<sup>49</sup> Em 1977, foi firmado um convênio entre UFSC e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), responsável pela implantação das usinas em Angra dos Reis, Rio de Janeiro. A CNEN buscava nas universidades assessoria para verificação dos cálculos relacionados à segurança dos equipamentos instalados. A parceria deu origem ao Grupo de Análise de Tensões (Grante), do Departamento de Engenharia Mecânica. O papel desse grupo era verificar os projetos das usinas nucleares. O domínio dessa tecnologia também aplicava-se a hidrelétricas, termelétricas e plataformas de petróleo. Este conhecimento migrou para os cursos de graduação e pós-graduação do CTC. Este convênio possibilitou a oferta de bolsas para estudantes e recursos para equipar laboratórios. Em 1982 o convênio chegou ao seu fim. Para maiores detalhes, cf. CONSTRUTORES de sonho – FEESC – 40 anos... op.cit., p.21-23.

<sup>50</sup> Arno Blass. *Entrevista citada*.

<sup>51</sup> STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. *Engenharia Civil 25 anos...* op.cit., p.105.



Figura 7. Laboratório de Pesquisa em Energia Nuclear. Fonte: Agecom (1979)



Figura 8. Laboratório do Curso de Arquitetura. Fonte: Acervo Agecom (1984)

O Curso de Arquitetura e Urbanismo trouxe, na fala dos entrevistados, em um segundo momento, quando da desvinculação deste da Engenharia Civil, uma nova safra de professores, questão esta levantada na fala de César Floriano dos Santos, professor do Departamento de Arquitetura desde 1979:

Foi criado o Curso de Arquitetura a partir da Engenharia Civil, em 1977, e funcionou primeiro como uma coordenação do núcleo de Engenharia Civil, com a atuação dos professores da própria Civil, arquitetos que já atuavam ali. Então da Engenharia Civil se criou o Departamento de Arquitetura, foi quando criamos efetivamente o coletivo. Este foi muito importante, composto por arquitetos jovens, recém-formados, foi uma aposta, pois não se tinha pessoas aqui no mercado. E isto [o fato de os arquitetos que vieram para a Escola serem recém-formados] foi muito importante, pois nós conseguimos formar uma Escola que se tornou uma vanguarda em nível nacional, pois veio um pessoal de Porto Alegre, de São Paulo, eu do Rio de Janeiro. Então, nós conseguimos trazer para Florianópolis, naquele momento, uma discussão, de certa maneira, nova, em relação ao que se estava pensando quanto à área de Arquitetura. Tem que se considerar que era um momento que estávamos saindo da ditadura militar, e havia a possibilidade de se construir alguma coisa nova. E nosso projeto pedagógico na Escola, era muito bonito, muito interessante, nós tínhamos um ensino centrado na experiência concreta, na crítica, então foi uma montagem de escola que funcionou bem, e até hoje nós colhemos o fruto disto, pois nossa Escola é considerada uma das melhores do país.<sup>52</sup>

Ainda sobre esta leva de professores, já formados no contexto da Reforma, e que tinham uma visão crítica sobre esta, é apontado pelo professor e ex-diretor do Departamento, Lino Fernando Bragança Peres:

Aqui [na UFSC], ela foi um campo experimental do regime militar, com base na Reforma MEC-USAID [Ministério da Educação e United States Agency for International Development], e já tínhamos uma visão crítica sobre isto. A Universidade em implantação foi concebida nos moldes de fazer supostamente uma integração institucional e acadêmica entre as áreas do conhecimento. É por isto que em vez de ser Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, como permaneceu, por exemplo, em São Paulo, Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, passou-se a Departamento de Arquitetura e Urbanismo. E este Departamento ficava sob a coordenação de uma direção de centro, sendo que os diretores deste centro se submetiam ao reitor. Conformava-se, assim, uma estrutura hierárquica, piramidal. Supostamente na época, o discurso era de que a proposta em vigor desburocratizaria o sistema universitário de faculdades isoladas, pois estas eram tidas como elefantes brancos de pouca eficiência e que não havia integração das áreas de conhecimento; uma faculdade tinha um corpo próprio isolado da outra faculdade. Este era o discurso vigente que vinha dos EUA; isto é, implementava-se uma modernização, através da Reforma Universitária, de acordo com o projeto de reforma do MEC, de integrar estas áreas de conhecimento num mesmo centro de áreas afins, implantando uma racionalização institucional, administrativa e acadêmica ao sistema universitário. Sabemos que, na prática, se buscavam outros fins, era outra coisa; servia para desmobilizar focos de resistência em vários pontos do país, implantarem-se *campi* universitários, isolados do centro das cidades, e aí a comunidade ficava isolada; a universidade, assim, tinha menos força e relação com a sociedade. Isto era o discurso que não era dito. Tinha-se uma direção nos centros e nos departamentos, e que supostamente simplificariam os cargos e horas administrativas, tornando menos pesadas que as antigas faculdades. Você, com isto, economizaria meios e recursos para ter uma gestão mais ágil. Na prática, não houve a integração que se apregoava, a estrutura administrativo-burocrática se reproduziu nos departamentos, vindo das faculdades ou se geraram novas estruturas burocráticas. O mais importante é que as universidades e faculdades perderam a autonomia universitária, sofrendo intervenção direta ou controle hierárquico. Aliás, este tema é até hoje problemático: a universidade, que atravessou vários governos, até hoje não tem uma autonomia plena. Falta a efetiva regulamentação do artigo 207 da Constituição Federal, assunto recorrente nas pautas do movimento docente e estudantil ao longo de todos estes anos. A autonomia que há anos se reivindica é a de gestão acadêmica e administrativa, uma demanda que tenho orgulho de lutar desde o começo dos anos 80, de dar uma efetiva autonomia de agilidade institucional à universidade. Por quê? Devido a não se ter obtido esta autonomia até hoje, as fundações foram surgindo dentro das IFES [Instituições Federais

<sup>52</sup> César Floriano dos Santos. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne*. Florianópolis, set. 2010.

de Ensino Superior], como resultado da lentidão administrativa de gestão ou excessiva centralização institucional. As fundações surgem em um ambiente em que qualquer diretor de centro, chefe de departamento, e eu já fui, para comprar qualquer material didático e administrativo do curso ou departamento, dependia-se e depende-se do diretor de centro, que depende de um setor dentro da Reitoria, e que, por sua vez, depende do MEC. Então, foi criando-se uma enorme burocracia, contradizendo-se os objetivos da Reforma Universitária MEC-USAID e reproduzindo o sistema ao qual se queria reformar, não se alterando significativamente desde o período das faculdades e o período militar até hoje. No fundo a gente sabe que a questão política era o controle e repressão do regime militar à livre expressão e organização dentro das universidades; tinha que ser calada a comunidade universitária.<sup>53</sup>

Os fatos narrados pelo entrevistado são aprofundados no artigo deste mesmo livro referente à década de 1970, onde se encontram estas e outras complicações que levaram a uma abolição de boa parte dos pressupostos da Reforma, ainda nos anos de 1970, culminando no ano de 1976, com o fim do Ciclo Básico. Apesar de ainda observarmos, no presente, muitos reflexos das mudanças realizadas nesses anos, como a departamentalização, os semestres letivos, as disciplinas por unidades e o sistema de créditos.<sup>54</sup>

Ainda na década de 1970, além dos já citados, são criados os cursos de graduação em Engenharia de Alimentos (1978), o de Engenharia Química (1978) e o de Engenharia Sanitária e Ambiental (1979). Quanto ao último, já havia sido feita uma tentativa anterior de sua criação, mas como opção Sancamento, que, junto às já existentes opções de Transporte e Construção Civil, constituiriam o Curso de Engenharia Civil. A proposta foi aprovada em 28 de novembro de 1974, na 27ª reunião de Colegiado do Departamento de Engenharia Civil, proposta esta encaminhada por uma comissão composta pelos professores Victor Otto Schaeffer, Afonso Veiga Filho e Francisco Assis Maccarini, mas que não chegou a ser implantada. A demanda só foi sanada com a Resolução nº 2/77 do CFE, publicada no *Diário Oficial da União*, criando a habilitação em Engenharia Sanitária, que entra efetivamente em funcionamento a partir de 1979. O Departamento de Engenharia Sanitária foi criado pela Resolução nº 129/Cun/85, do Conselho Universitário da UFSC, em 15 de outubro de 1985, e teve como seu primeiro chefe o professor Luiz Sérgio Philippi. Destacou-se a necessidade de contratação de um numeroso quadro de professores para o início do seu funcionamento e, assim, ingressaram no Departamento de Engenharia Civil (ao qual o novo curso estava vinculado) Daniel José da Silva, Fernando S.P. Sant'Anna, Flávio Rubens Lapolli, Henrique de Mello Lisboa, Henry Xavier Corseuil, Luiz Sérgio Philippi, Maurício Luiz Sens, Rejane Helena Ribeiro da Costa, Leziro Marques da Silva e Sandra Sulamita Baasch Silveira.<sup>55</sup>

No fim da década de 1970, devido às demandas das empresas por profissionais cada vez mais capacitados para gerenciamento industrial, o Departamento de Engenharia Mecânica se viu pressionado a considerar mudanças no seu currículo, voltando-se mais para a parte organizacional do processo industrial. Porém, os professores resistiram a estas mudanças “impostas” ao Curso, alegando que deveriam formar cientistas e projetistas, o que os levou a não ceder. A solução para o impasse foi a criação de um novo curso, o de Graduação em Engenharia de Produção, em 1980, que já existia como mestrado desde 1969, mantendo assim as características curriculares que eles julgavam importantes na Graduação de Engenharia Mecânica.

Neste período é interessante notar o engajamento de uma parte dos professores do CTC na redemocratização, por meio, por exemplo, do movimento pelas eleições diretas para chefe de departamentos na UFSC. Existia um descontentamento, por parte de boa parte do corpo docente do EMC, devido a situação de concentração de poder na mão de um pequeno grupo. Uma parte dos professores combinou o voto antes, tendo em vista que, na época, pelo menos os professores tinham poder de voto, mas apenas para constituir uma lista tríplice a ser enviada ao reitor e posteriormente ao MEC, o qual realizaria a escolha final entre os três nomes indicados na lista, para o posto de chefe de Departamento. Com isso, eles conseguiam indicar novos nomes, que não faziam parte do grupo que historicamente estava no poder. Essa lista foi composta por Hyppólito do Valle Pereira Filho, Almir Quites e José Carlos Zanini. O Reitor Stemmer escolheu o professor Hyppólito, que assumiu a chefia em junho de 1979.

<sup>53</sup> Lino Fernando Bragança Peres. *Entrevista citada*.

<sup>54</sup> Para maiores detalhes sobre o período em questão cf. *A UFSC sob o regime militar: do Centro de Estudos Básicos aos Movimentos Estudantis*, neste mesmo livro.

<sup>55</sup> STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. *Engenharia Civil 25 anos...* op.cit., p.108.

Esta vitória inicial levou o movimento a voos mais altos, defendendo agora as eleições diretas também para a diretoria do CTC. Professores do CTC criaram e enviaram ao Reitor uma lista sêxtupla, na qual hierarquicamente os nomes deveriam ser assim designados: diretor, vice-diretor, terceiro e quarto suplentes do CTC no Conselho Universitário e o quinto e sexto suplentes do CTC no Conselho de Ensino e Pesquisa. Esta ordem de cargos, que não existia oficialmente aos olhos da reitoria, foi acertada entre os candidatos que concordaram em não aceitar nenhum cargo que não fosse o definido pela lista. Com isso, em 1981 o professor do Departamento de Engenharia Mecânica Longuinho da Costa Machado Leal tornou-se o primeiro diretor eleito na UFSC, efetivamente escolhido pelos colegas.<sup>56</sup>

Neste contexto, é interessante notar as observações feitas pelo ex-Reitor Stemmer, posteriormente:

No início do meu mandato havia um clima favorável a um reitor que “tomasse decisões”, o que facilitou a minha administração, [...] ao final de minha gestão o clima mudou, [...] Os clamantes agora queriam outra coisa: “nós não queremos apenas um reitor que decida, mas queremos participar dessas decisões”. Foi nesse contexto que a UFSC passou pelo processo de “democratização”.<sup>57</sup>

Quanto à existência ou não de movimento por parte dos alunos, Stemmer em entrevista relata: “Não, a engenharia sempre foi muito conservadora. Procurava-se produzir, existiam restrições a fazer greves, comícios, achava-se que isto não levava a nada. O Curso era puxado, tinha-se que estudar se não rodava.”<sup>58</sup>

Apesar da fala do entrevistado e da constatação de não existirem tantos registros, quanto de outros centros, relativos ao envolvimento do corpo acadêmico do CTC no movimento de “democratização”, e de se presumir que as grandes manifestações de 1968, ocorridas no país inteiro, incluindo Florianópolis, e com uma adesão significativa da comunidade acadêmica da UFSC, tenham tido a participação de alunos da área de Tecnologia. Foi possível levantar um caso ocorrido já no contexto de abertura política, quando das eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE), em 1979. Nesta eleição, a primeira com voto direto em muitos anos, os alunos da Arquitetura acabam decidindo por não votar, num momento de obrigatoriedade do voto para eles. Este movimento tinha por objetivo a criação de centros acadêmicos livres, desatrelados da legislação do governo, propondo uma ação autônoma por parte dos estudantes.<sup>59</sup> Este episódio também é apontado na fala do professor do Curso de Arquitetura César Floriano dos Santos, mas, ao lembrar do período, levanta uma outra questão, como de maior destaque, acerca da contribuição do Curso de Arquitetura relativa aos movimentos sociais:

Neste período, tivemos a Novembrada, tivemos alguns problemas internos aqui, no começo da implantação do Curso [de Arquitetura], como a greve dos estudantes de Arquitetura [de 1979], tivemos um diretor de centro, como por exemplo, o Stemmer, o qual se tornou reitor, que era muito firme em relação as suas posturas, então tivemos enfrentamentos diversos. Mas o maior papel, da escola de Arquitetura, não foi tanto em relação aos movimentos estudantis, embora termos construído o Centro Acadêmico Livre, dentro desta ideia de desvincular da burocracia da Universidade, então o C.A. da Arquitetura foi o primeiro livre, e isto é importante historicamente. Mas a grande contribuição do Departamento de Arquitetura, do coletivo, foi através dos movimentos ecológicos, nós tínhamos os professores envolvidos com o AquaFlora, que foi o primeiro movimento ecológico de Florianópolis, e depois com o movimento M.E.L., Movimento Ecológico Livre. O AquaFlora, criado em 1979, começou a lutar pela Lagoa do Peri, pelo tombamento, para não ter os barcos lá, depois com o M.E.L. conseguimos articular mais pessoas ao redor do Movimento Ecológico Livre, e garantimos boas atividades ligadas à área de preservação nesta ilha. Eu acho que o Curso de Arquitetura teve um papel mais importante nesta estruturação do espaço da cidade do que propriamente no movimento estudantil, não só na questão ecológica, mas também na questão de uma crítica permanente sobre a cidade, temos, por exemplo, uma ação permanente sobre o plano diretor, então acredito que é uma escola que se mantém engajada no processo de construção. [Estes movimentos ecológicos envolviam alunos e professores], nós fazíamos ações diretas, bloqueávamos as entradas para a Lagoa do Peri, acampávamos, tínhamos bastantes atividades, também na Ponta do Coral, onde lutamos muito tempo para que esta não fosse privatizada, fazíamos [por exemplo] intervenções artísticas lá.<sup>60</sup>

<sup>56</sup> DEPARTAMENTO de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina... op.cit., p.57.

<sup>57</sup> BLASS, Arno; GUERRA, Rogério Ferreira. Caspar Erich Stemmer e o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 41, n. 1-2, p.9-46, abr. 2007, p.35.

<sup>58</sup> Caspar Erich Stemmer. *Entrevista citada*.

<sup>59</sup> Para maiores detalhes acerca dos movimentos sociais na universidade cf. *A UFSC sob o regime militar: do Centro de Estudos Básicos aos Movimentos Estudantis*, nesse mesmo livro.

<sup>60</sup> César Floriano dos Santos. *Entrevista citada*.

Lembrando do período que foi aluna da Engenharia Civil, de 1975 a 1977, a professora Ana Lize Brancher, atualmente credenciada na Pós-Graduação em História, aponta o envolvimento do CTC em mobilizações políticas de então:

Tinha [na época] o Professor Marcos Cardoso Filho, que depois acabou por morrer num acidente, que fez um trabalho muito bacana politicamente, tinha também o Jean-Marie Farines, que ainda é professor [do Departamento de Automação e Sistemas]. Eu fazia parte do centro acadêmico, que na época tinha outro nome, e nós tínhamos muitas atividades. E a área de engenharia não toda, mas o grupo do qual eu participava, era muito ativo politicamente, dentro da Universidade.<sup>61</sup>

Outro relato sobre o envolvimento dos alunos do CTC com os movimentos estudantis aparece na fala da professora e ex-diretora do Centro de Ciências da Educação Vera Lúcia Bazzo, que atua nesse Centro desde 1974, e que antes disso foi aluna da UFSC. Na entrevista ela aponta o caso do forte vínculo dos diretórios das áreas de humanas, considerados os mais combativos de então, com o centro acadêmico da Engenharia, no contexto de repressão da primeira metade da década de 1970.<sup>62</sup>

### Os anos 1980 e 1990, novos desafios e a busca contínua pela integração com o mercado

Outro marco para o ensino de Engenharia, no caso a Mecânica, aconteceu em novembro de 1980, com a criação do primeiro grupo de Programa de Educação Tutorial (PET), em Metrologia e Automação. Sob a coordenação do professor Carlos Alberto Schneider.

Em 1987, começaram-se discussões acerca da criação de um novo curso, aos moldes da graduação em Engenharia Mecatrônica, lançada na USP, devido ao crescimento da área de automação, graças à integração cada vez maior entre máquinas industriais e computadores. Com este intuito, foi elaborado um currículo para o Curso de Engenharia de Controle e Automação Industrial, que só viria a iniciar suas atividades em 1990.<sup>63</sup>

É interessante notar que, a partir da década de 1990, o esforço contínuo das diretorias do CTC em criar uma efetiva integração com o mercado, compreendendo tanto a iniciativa privada quanto a pública, começa, de acordo com sua avaliação, a gerar frutos. Neste período cerca de 90% dos projetos gerenciados pela FEESC eram financiados pelo setor privado, como, por exemplo, a parceria firmada entre a Fiat Automóveis e o Departamento de Engenharia Mecânica, com o intuito de criar um programa de mestrado e cursos profissionalizantes exclusivamente voltados aos funcionários dessa empresa, em 1998. Tendo como prática um híbrido de aulas presenciais e videoconferências, em consonância com as diretrizes de educação a distância da política acadêmica, que prevalece hoje.<sup>64</sup>



Figura 9. Inauguração do Laboratório de Software – Motorola. Fonte: Agecom (2001)

<sup>61</sup> Ana Lize Brancher. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, jul. 2010.

<sup>62</sup> Vera Lúcia Bazzo. *Entrevista concedida a Rosângela da Silva Vasconcelos*. Florianópolis, jul. 2010.

<sup>63</sup> DEPARTAMENTO de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina... op.cit., p.72.

<sup>64</sup> CONSTRUTORES de sonho – FEESC – 40 anos... op.cit., p.40.

Outro episódio, ocorrido em 1980, foi o da criação do Grupo de Pesquisa e Treinamento em Comando Numérico (Grucon), pelo Departamento de Engenharia Mecânica, iniciativa dos professores Áureo Campos Ferreira e Caspar Erich Stemmer. Este grupo acaba por chamar a atenção da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), em um momento de sua expansão, em que estava encontrando obstáculos devido a pouca capacidade de produção para suas novas máquinas de Comando Numérico. Por meio de um convênio com a UFSC, sob coordenação de Áureo Campos, por mais de dez anos uma equipe de aproximadamente cinquenta programadores, entre alunos-bolsistas, engenheiros e técnicos, desenvolveu a programação das máquinas de comando numérico da empresa. Nesta época, entre outras, a Embraer produziu as aeronaves Bandeirantes e Brasília, que tiveram muitas de suas peças programadas pela equipe do Grucon.<sup>65</sup> No ano de 1984, outro episódio ocorreu, dizendo respeito ao empenho da FEESC em criar a Fundação Certi, Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras, vinculada ao mesmo Departamento de Engenharia Mecânica. A Certi tornou-se referência no desenvolvimento de projetos inovadores, como: a urna eletrônica brasileira, os terminais de automação bancária e os terminais públicos de acesso à internet.<sup>66</sup> Este departamento também participou dos estudos para recuperação da ponte Hercílio Luz, patrimônio histórico e símbolo da Ilha de Santa Catarina. Em julho de 1997 foi assinado um convênio entre o DER/SC e a UFSC para viabilizar o desenvolvimento de uma proposta de recuperação. Em dezembro do mesmo ano um relatório com mais de três mil páginas, dividido em oito volumes, foi entregue, mas, apesar da solução técnica encontrada, não havia recursos para a execução da obra na época.<sup>67</sup> Alguns outros laboratórios e grupos de pesquisa que se destacaram durante, principalmente, a segunda metade da década de 1990 são:

- Projeto Cyclops de Telemedicina, do Departamento de Informática e Estatística, que aplica a informática ao trabalho dos médicos;
- Grupo Stela, formado por pesquisadores do Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, desenvolveu a plataforma Latters, que concentra boa parte dos registros de produção científica do país;
- Laboratório de Remediação de Águas Subterrâneas (Remas), do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, criado para atender as crescentes demandas de ensino, pesquisa e extensão na área de remediação de solos e águas subterrâneas contaminados por compostos orgânicos tóxicos;
- Laboratório de Soldagem, do Departamento de Engenharia Mecânica, que resolveu o problema das usinas hidrelétricas com a criação de um robô que solda pás danificadas por cavitação;
- O Laboratório de Circuitos e Processamento de Sinais (Linse) do Departamento de Engenharia Elétrica, desenvolve pesquisas na área da fala.<sup>68</sup>

Outros cursos de graduação criados ainda na década de 1990 são os de Engenharia de Controle e Automação Industrial (1990), Engenharia de Materiais (1999), e já no ano 2000, o de Sistemas de Informação.

## Considerações finais

É importante notar que o modelo de universidade implantado em Santa Catarina não foi um modelo único e de total consentimento, nem teve apenas alguns poucos nomes a quem se devem todos os louros desta obra. A constituição de uma universidade aqui, e em especial a Engenharia, a primeira no nosso estado, foi envolto em possibilidades e negações, entre conflitos de interesses, tanto ideológicos como políticos, e até mesmo práticos/profissionais. Foi um projeto que envolveu muitas pessoas e posições, que fizeram com que a Universidade mudasse muito com o passar do tempo, de acordo com os novos ares políticos ou as novas necessidades de um mercado cada vez mais competitivo e volátil. A constituição da UFSC transpassou vários momentos distintos da história brasileira, desde o final de um período populista, passando por uma forte mudança com um regime civil/militar, e chegando até um período dito de abertura política e democrática, o qual ainda apresentava muitas marcas deixadas pelo período anterior, pois foi uma abertura eminentemente conservadora, na qual se mantiveram no poder muitas das forças políticas anteriores, e que ainda têm muitos representantes no atual cenário político nacional.

<sup>65</sup> DEPARTAMENTO de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina... op.cit., p.73.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p.23.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p.101.

<sup>68</sup> CONSTRUTORES de sonho – FEESC – 40 anos... op.cit., p.37-39.

Todo este trajeto faz da UFSC uma instituição viva, que se adapta e sofre mutações, mas que no decorrer dos seus cinquenta anos de história vem se mostrando cada vez mais solidificada e uma das mais reconhecidas do nosso país.

Acerca da excelência da UFSC e dos desafios que ainda tem de enfrentar, o professor do Curso de Arquitetura César Floriano dos Santos diz em entrevista:

As pessoas não se dão conta, quando visitamos outras escolas, percebemos que aqui é um centro de excelência, mas precisamos dar alguns saltos, e estes são de desburocratizar o ensino, dar mais liberdade pedagógica, e trabalhos de ação direta com a comunidade, eu acredito que a Universidade tenha que sair de dentro de si mesmo, e se contaminar com a vida social, eu acho que este é o grande desafio da Universidade e particularmente nosso desafio aqui na Arquitetura. [Burocratização, esta uma herança da Reforma], e então como vamos sair para uma dinâmica, uma mobilidade, um nomadismo, uma estrutura mais rizomática e transversal de produção de conhecimento, dentro de uma estrutura que ainda está cheia de amarras. Estrutura esta que coloca, por exemplo, o índice de aproveitamento do aluno, onde um aluno que eu considero bom, preparado para me acompanhar em campo, não é o mesmo aluno que tira nota suficiente em cálculo, porque não consegue acompanhar um professor de cálculo que acha bacana reprovar 70% dos alunos em sala de aula. Então eu acho que há uma série de questões para nós pensarmos sobre esta produção de conhecimento, e como criar mobilidades sociais, mobilidades de conhecimento muito mais transversais e rizomáticas, que possam dar prioridade aos devires dos grupos, fundamentando de alguma maneira uma outra prática social da universidade.<sup>69</sup>

É interessante ainda notar as peculiaridades na visão dos dirigentes das áreas de Engenharia em comparação com a do resto da comunidade universitária. Por exemplo, questionado sobre o porquê de querer ser reitor, Caspar Erich Stemmer assim justificou: “Por que eu achei que o Centro Tecnológico havia progredido bastante, mas podia progredir muito mais se tivesse uma liderança dinâmica.”<sup>70</sup>

Isso aponta, com as devidas ressalvas que devem ser feitas, como, por exemplo, a luta empreendida por sua administração pela finalização do Hospital Universitário, um comprometimento com sua área de conhecimento. E este é apenas um caso, podendo ser citados os episódios mencionados da criação da FEESC e da Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, onde se observa um apoio da administração da época no processo de agilizar os trâmites corriqueiros para o surgimento destes cursos, que incluíam, na fala dos próprios envolvidos, passar por conselhos de curadores, Conselho Universitário, publicação no *Diário Oficial*, entre outros trâmites burocráticos. Talvez isso ajude a explicar o grande desenvolvimento observado na área tecnológica da UFSC, constituindo há décadas um centro de excelência amplamente reconhecido.

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo da UFSC*. Florianópolis, a.V, n.10, jun./dez. 1966.

\_\_\_\_\_. *Boletim Informativo da UFSC*. Florianópolis, a.VI, n.11, jan./jun. 1967.

\_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 13, 1968.

\_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 27, mar. 1969.

\_\_\_\_\_. *Boletim de Pessoal*. Florianópolis, n. 23, 1996.

### Entrevistas

Ana Lice Brancher. *Entrevista concedida a Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, jul. 2010.

Arno Blass. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne e Roselane Neckel*. Florianópolis, jul. 2010.

Caspar Erich Stemmer. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne e Roselane Neckel*. Florianópolis, ago. 2010. [Revisada por Arno Blass]

César Floriano dos Santos. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne*. Florianópolis, set. 2010.

Helena Amélia Stemmer. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne e Roselane Neckel*. Florianópolis, ago. 2010. [Revisada por Arno Blass]

Jorge Mário Campagnolo. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne*. Florianópolis, jul. 2010.

<sup>69</sup> César Floriano dos Santos. *Entrevista citada*.

<sup>70</sup> Caspar Erich Stemmer. *Entrevista citada*.

- Lino Fernando Bragança Peres. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne*. Florianópolis, jul. 2010.
- Raul Valentin da Silva. *Entrevista concedida a Marcos Dalcastagne*. Florianópolis, jul. 2010.
- Vera Lúcia Bazzo. *Entrevista concedida a Rosângela da Silva Vasconcelos*. Florianópolis, jul. 2010.

## Figuras

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UFSC – AGECOM. Casinhas de Tarzan. [Entre 1962-1969]. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. Prédio do curso de Engenharia Mecânica. 1970. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. Caspar Erich Stemmer. [196-?]. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. Computador IBM 1130. 1976. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. Resultado de uma das enchentes no CTC. 1976. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. Lab. de Pesq. em Energia Nuclear. 1979. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. Lab. do Curso de Arquitetura. 1984. 1 fotografia p&b, sem autoria.

\_\_\_\_\_. Inauguração do Lab. de Software Motorola. 2001. 1 fotografia p&b, sem autoria.

STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. Lista dos acadêmicos interessados em cursar “civil” em [1967?]. 1 fotografia p&b. In: \_\_\_\_\_. *Engenharia Civil 25 anos*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1995, verso.

## Referências

- ARANTE, Marcos Antonio. A UFSC e a Engenharia em SC. In: *ACE Associação Catarinense de Engenheiros: 75 anos de história: 1934-2009*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 45-58, 2009.
- BLASS, Arno. *Caspar Erich Stemmer – Administração, ciências e tecnologia*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2003.
- BLASS, Arno; GUERRA, Rogério Ferreira. Caspar Erich Stemmer e o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 41, n. 1-2, p. 9-46, abr. 2007.
- BRASIL. Decreto-lei nº 464. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 11 de fev. 1969, p. 1409. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126095/decreto-lei-464-69>>. Acesso em: 28 ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 21 dez. 1960, p. 16173. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=86921>>. Acesso em: 23 ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 5.540. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 23 Nov. 1968, p.10.369. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129118/lei-5540-68>>. Acesso em: 28 ago. 2010.
- CABRAL, Carla Giovana. *O conhecimento dialogicamente situado: histórias de vida, valores humanistas e consciência crítica de professoras do Centro Tecnológico da UFSC*. 205 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- CONSTRUTORES de sonho – FEESC – 40 anos. Florianópolis: Núcleo de Projetos Editoriais/ Departamento de Jornalismo/UFSC, 2006.
- DEPARTAMENTO de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina: história e contribuições 1962-2008. Florianópolis, SC: Departamento de Engenharia Mecânica, 2008.
- FUNDAÇÃO DO ENSINO DA ENGENHARIA EM SANTA CATARINA (Org.). *Centro Tecnológico – UFSC: potencialidade de assessoramento e pesquisa*. [S.l]: [s.e], 1974.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA/Campus de Joinville. Faculdade de Engenharia de Joinville – FEJ. *Histórico*. Joinville: UDESC-FEJ, s/d. Disponível em: <<http://www.joinville.udesc.br/portal/instituicao/>>. Acesso em: 30 ago. 2010.
- SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)*. 291f. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2000.
- STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. *Engenharia Civil 25 anos*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1995.



UFSC 50 Anos: Trajetórias e Desafios

# Desafios

A UFSC do Século XXI



UFSC



## Desafios – A UFSC do século XXI

Alita Diana Corrêa Küchler

Ao idealizar um livro que contasse de forma viva e com todas as tintas as trajetórias percorridas pela Universidade nesses 50 anos, não poderíamos deixar de falar também sobre a UFSC atual, a do século XXI. Qual é a face da universidade hoje? O que ela mostra e oferece à sociedade? Por que ela se destaca nos rankings de ensino de graduação e pós-graduação? Que pesquisas de ponta estão sendo realizadas? Como esse bem maior do conhecimento é divulgado? Com que atividades a universidade encontra as comunidades por meio da extensão?

Para responder, em parte, a essas questões, havia que estabelecer critérios. Escolhemos, há mais de um ano, quando este livro começou a ser gestado, um painel composto pelos 11 Centros de Ensino. Diferentemente da primeira parte do livro “Trajetórias” escrita por professores e estudantes de História, nessa segunda parte a linguagem escolhida foi a jornalística. Daí o tom diferente da composição, mas que não desafina, e sim torna polifônico o texto de tantas vozes nos depoimentos e tantas e diferentes mãos na escrita.

A equipe da Agência de Comunicação ([www.agecom.ufsc.br](http://www.agecom.ufsc.br)) se engajou com intensidade na tarefa de escrever sobre os Centros de Ensino, demandando muito tempo de sete de seus jornalistas, que paralelamente desenvolviam suas atividades cotidianas na Agecom. O professor Mauro César Silveira do Departamento de Jornalismo também prestou valiosa colaboração editando e supervisionando três Centros de Ensino. Participaram ainda, com muita dedicação, passando pelo projeto, ao longo deste ano, 13 bolsistas do Curso de Jornalismo, que contribuíram na apuração das matérias e na produção de material fotográfico. A construção do livro de 50 anos da UFSC foi para eles campo precioso de aprendizagem. Fica um agradecimento especial às pessoas do acervo fotográfico da Agecom pela disponibilidade e paciência para realizar a busca das fotos e digitalizar grande quantidade de negativos.

Os projetos e atividades de cada Centro foram indicados pelo diretor da unidade, variando de centro para centro a participação dos chefes dos Departamentos e de professores que auxiliaram especialmente na seleção e na intermediação com os pesquisadores. Das formas tão diversas de escolhas dos projetos e dos textos terem sido escritos por mais de 20 pessoas, o painel resultante é variado e extremamente rico nas diferentes abordagens.

Cada um dos Centros é apresentado pelo responsável (ou por um dos) pela edição e supervisão. O Hospital Universitário (HU) pelas pesquisas e ações desenvolvidas também possui um capítulo que se segue ao Centro de Ciências da Saúde, com o qual mantém estreita ligação. Finalizando o livro há um texto da administração central que fala sobre as perspectivas futuras da universidade e faz uma panorâmica sobre setores e atividades da UFSC não contemplados nos centros de ensino.

Para a capa do livro e para o projeto gráfico foi utilizado o emblemático mosaico que reveste o prédio da Reitoria. Escolhido também para a campanha dos 50 anos da UFSC como uma metáfora representando cada uma das pessoas que ao longo desse meio século ajudou a escrever a história da universidade.

Os painéis feitos na década de 1990, pelo artista Rodrigo de Haro, se tornaram uma das atrações da universidade e, para muitos, uma visita obrigatória para quem vem a Florianópolis. Os textos da obra resumem a história das Américas por meio de relatos de viagens, crônicas pré-colombianas, lendas amazonenses, literatura colonial e poemas de autores contemporâneos. No lado interno do Hall da Reitoria, parte de uma parede é dominada por um mosaico com a imagem de Catarina de Alexandria, padroeira dos estudantes e do Estado de Santa Catarina.

Com esta significativa mostra das atividades desenvolvidas no ensino, pesquisa e extensão, essa parte do livro é como a sua capa – o mural da Reitoria – um mosaico que revela que a UFSC é uma universidade que há 50 anos vem “produzindo conhecimento para um mundo melhor”, e está preparada para novos desafios.



## Centro de Ciências Agrárias (CCA)

Alita Diana/jornalista da Agecom

O Centro de Ciências Agrárias (CCA) ([www.cca.ufsc.br](http://www.cca.ufsc.br)) fica localizado no bairro Itacorubi – campus II de Florianópolis. Isso o deixa às vezes como um satélite do campus da Trindade. Todos costumam dizer: “Lá no CCA...”

Mas o CCA cresceu e se destacou nestes 35 anos de existência. Expandiu seus limites por laboratórios em toda a Ilha de Santa Catarina e mais além.

Para dar suporte às atividades acadêmicas dos alunos dos seus cursos e servindo também como campo de pesquisa para alunos de outros cursos de graduação e pós-graduação da UFSC, conta com a Fazenda Experimental situada no bairro Ressacada, com uma área de 183, 43 hectares. Possui também a Estação de Maricultura na Barra da Lagoa, com os Laboratórios de Moluscos Marinhos (LMM), de Camarões Marinhos (LCM) e de Piscicultura Marinha (LAPMAR). Na Lagoa do Peri está situado o Laboratório de Biologia e Cultivo de Peixes de Água Doce (LAPAD). Ao norte do Estado, a Fazenda Experimental Yakult, com área de 363 hectares, desenvolve atividades de Pesquisa e Treinamento em Cultivos de Camarões Marinhos.

Além disso, há os órgãos estudantis que dão consistência aos projetos de extensão, como as Empresas Juniores dos respectivos cursos.

No CCA são ministrados os cursos de Agronomia, Ciência e Tecnologia Agroalimentar, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia, além da estreita ligação com o Curso de Graduação em Ciências Rurais, que funciona no campus de Curitibaanos.

São quatro seus programas de pós-graduação: Agroecossistemas, Aquicultura, Ciências dos Alimentos e Recursos Genéticos Vegetais – este com nota 6 na última avaliação divulgada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que indica desempenho de referência e inserção internacional.

Seus quase 50 núcleos e laboratórios têm dado, por meio da pesquisa e extensão, decisiva contribuição para a mudança do panorama econômico do Estado e para a melhoria da qualidade de vida da população catarinense. Um dos exemplos emblemáticos é o fornecimento de forma continuada de sementes de ostras certificadas e a melhoria genética e otimização da produção de mexilhões, que mudou o *modus operandi* do maricultor catarinense, fazendo com que o Estado alcançasse o patamar de maior produtor brasileiro. As atividades de extensão, em parceria com outros órgãos, destacando-se a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), têm ajudado os agricultores catarinenses e suas famílias em toda a extensão de um Estado que tem uma vocação agrícola e uma característica de muitos minifúndios – em que a ilusão de ser proprietário é muitas vezes maior que a terra. A introdução de novos cultivares, técnicas de pastoreio, plantio, melhor utilização do solo, monitoramento de peixes e até o “Estágio de Vivência”, no qual os alunos do Curso de Agronomia convivem e trocam experiências com as famílias de agricultores, o que tem ajudado na melhoria da qualidade de vida do homem do campo, diminuindo o êxodo rural.

No processo de seleção dos projetos para este livro, contamos com colaboração prestímosa e indicação direta do professor e diretor do CTC Edemar Roberto Andreatta, que fez a ponte com os departamentos para a seleção dos 14 projetos que compõem uma pequena mostra das muitas atividades desenvolvidas no Centro. Pode-se, por meio dos textos, verificar a estreita ligação com as atividades relacionadas à aquicultura, que geraram curso de graduação e pós-graduação, com a busca da sustentabilidade, a valorização e difusão de frutas e raízes e outros alimentos brasileiros, a busca de tecnologias limpas, o apoio ao pequeno agricultor e suas famílias, a conservação dos recursos naturais e o comprometimento com a melhoria da economia e da qualidade de vida catarinenses.

Agradeço à secretária Carla Fernanda Silva Athayde da Silva, por sua pronta atenção, e a todos os pesquisadores que se dispuseram a colaborar na construção e revisão dos textos, mediante um incansável pingue-pongue de e-mails, em especial por sua disponibilidade, gentileza e preciosa colaboração à professora Edna Regina Amante, pesquisadora com nove pedidos de privilégio de invenção. Registro, ainda, o empenho do ex-bolsista e hoje jornalista Pedro Santos, que, quando da apuração das matérias, demonstrou tanta dedicação em meio à produção do seu Trabalho de Conclusão de Curso.

## Conservando a Mata Atlântica

Pedro Santos/ bolsista de jornalismo

A Mata Atlântica, a segunda maior floresta tropical na América do Sul, é uma das mais ameaçadas do planeta. Com a sua grande diversidade de formas de vida, um dos biomas mais ricos do mundo em plantas endêmicas (que se desenvolvem numa área restrita), é explorada desde a chegada dos europeus. Atualmente, restam menos de 7% da sua cobertura original.

Estudos que estabeleçam estratégias de conservação e uso sustentável de espécies da flora nativa são importantes, como é o caso dos desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisas em Florestas Tropicais (NPFT) ([www.npft.ufsc.br](http://www.npft.ufsc.br)), do Centro de Ciências Agrárias (CCA), que tem como objetivo principal formar recursos humanos e desenvolver ações de pesquisa e extensão que visem gerar e sistematizar conhecimentos para fundamentar estratégias de conservação e uso de espécies da flora nativa em ambiente florestal.

O NPFT completa 30 anos em 2010, com apoio, ao longo do tempo, de várias agências de fomento: FINEP, CNPq, EMBRAPA, Fundação Biodiversitas, FNMA, FAO, CAPES, Fundação Florestal/ SP, entre outras, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e formação de recursos humanos, envolvendo espécies, como: palmiteiro, pariparoba, caraguatá, xaxim, araucária, espinheira-santa, cataia, samambaia preta, canela-preta, bracatinga, erva-mate, imbuia e butiá.



Butiá (*Butia eriopatha*) (foto: NPFT/UFSC)



Imbuia (*Ocotea porosa*) (foto: NPFT/UFSC)

O Núcleo está envolvido em vários projetos de pesquisa, mas dois deles merecem maior destaque. O primeiro visa caracterizar aspectos da diversidade genética em populações naturais de espécies potencialmente ameaçadas de extinção, além de identificar a sua situação, para definir estratégias para proteger e reverter o quadro de extinção. Ele compõe o “Inventário Florístico-Florestal do Estado de Santa Catarina” com o objetivo de diagnosticar e inventariar as condições e status de conservação das florestas nativas do Estado, tanto no contexto do uso e cobertura do solo quanto no do valor econômico de seus recursos, da capacidade de restauração e da conservação dos seus recursos genéticos, além de revisar e elaborar a lista de espécies ameaçadas de extinção e levantar elementos para subsidiar o zoneamento ecológico-econômico do Estado. O segundo projeto tem como foco a Araucária, ameaçada de extinção, e seu mais nobre produto, o pinhão, que, além de fonte de renda, tem forte significado

cultural e valor na alimentação. “Fundamentos para a conservação da araucária e uso sustentável do pinhão” é coordenado pelo NPFT, em parceria com a UFRGS, a UDESC e o ICMBio. As pesquisas visam à manutenção dos processos ecológicos da araucária e da Floresta Ombrófila Mista, e a possibilidades de que os agricultores familiares usem a vegetação nativa para geração de renda. O projeto permitirá, também, o entendimento de aspectos relacionados à domesticação da espécie, análises sobre a cadeia produtiva do pinhão e impactos da extração sobre a fauna e a regeneração da espécie – aspecto ainda desconhecido e fundamental para estabelecimento de critérios para uma orientação sustentável no processo de coleta. A expectativa é estabelecer estratégias, ações e políticas públicas associadas à conservação e uso da araucária, gerando orientações para uso sustentável do pinhão, manejo da paisagem e regulamentações sobre época e intensidade de coleta.

Além disso, o NPFT contribuiu para a formação de agrônomos, biólogos e engenheiros florestais, que junto a ele desenvolvem trabalhos de conclusão de curso, de iniciação científica, além de dissertações e teses nas áreas de Recursos Genéticos Vegetais e Biologia Vegetal.

## Difundindo a goiabeira-serrana

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

A goiabeira-serrana (*Acca sellowiana*) é uma espécie originária do planalto meridional brasileiro e do norte do Uruguai, lugares onde é cultivada comercialmente, em pequena escala, mas amplamente mantida e utilizada em caráter doméstico e extrativo. No entanto, os frutos possuem grande potencial econômico graças às propriedades organolépticas, características como cor, sabor, odor e textura.

A *Acca sellowiana* é semelhante à goiaba somente na aparência, pois sua polpa possui um sabor mais ácido, além do aroma distinto da goiaba comum. Por suas características peculiares, pode ser empregada, além do consumo *in natura*, na fabricação de sucos, sorvetes, geleias, biscoitos, licores, espumantes e chás. No Uruguai é conhecida como *guayabo verde* e *guayabo del país* e, em inglês, como *pineapple-guava*.



Goiabeira-serrana (foto: Acervo LCM/AQI/CCA/UFSC)

Uma parte significativa dos usos da goiabeira-serrana está baseada no conhecimento local dos moradores do planalto meridional catarinense e na região de Ipê (RS), principalmente no que se refere às receitas para uso medicinal, como o chá para dor de barriga e o chá para gripe. Compreender as características da *Acca sellowiana*, bem como sistematizar um estudo de melhoramento genético para aumentar a utilização do fruto é o que pretende o projeto “Caracterização da diversidade genética, fenotípica e cultural como estratégia de melhoramento genético e ampliação do uso de goiabeira-serrana”, desenvolvido no Laboratório de Fisiologia do Desenvolvimento e Genética Vegetal (LFDGV) ([www.lfdgv.ufsc.br](http://www.lfdgv.ufsc.br)), do Departamento de Fitotecnia, do Centro de Ciências Agrárias.

Foram traçadas estratégias de coleta, conservação, caracterização genética e fenotípica, além de propagação, melhoramento e manejo das plantas. Foi assim que se deu início ao processo de observação das populações na natureza e a uma série de enxertos com o objetivo de avançar no processo de domesticação. Essa medida estimulou a implantação de um programa de melhoramento genético.

A ideia é favorecer a elaboração de estratégias de conservação *on farm*, isto é, a preservação dos tipos não domesticados em sistema de cultivo agrícola, paralelamente a variedades melhoradas. Esse método tem a vantagem de permitir o acesso dos pesquisadores aos recursos genéticos na área de ocorrência natural. E serve, também, como um laboratório que permite a evolução da espécie e de suas relações ecológicas. Em conjunto com profissionais da Epagri, do Centro Agroveterinário da UDESC e do Centro Agroecológico de Ipê, pesquisadores da UFSC desenvolveram e lançaram dois cultivares da goiabeira-serrana que apresentam maior número de características favoráveis ao cultivo e à qualidade da fruta. Os frutos desses cultivares possuem uma característica rara em relação a outras plantas frutíferas: maturam no outono, garantindo o fornecimento de frutas frescas nas entressafras. Além disso, está em curso um programa de melhoramento genético participativo, em que os próprios agricultores participam das decisões, dos cruzamentos entre plantas e também na elaboração e aplicações dos critérios de seleção. A primeira fase está sendo realizada na região de Ipê.

Embora pouco cultivada no país de origem, a *Acca sellowiana* não faz, ainda, parte das frutas comercializadas em escala nacional no Brasil, mas já é cultivada na Nova Zelândia e na Colômbia, que exportam para Europa, Estados Unidos e, inclusive, para o Brasil. Com o projeto, pretendem-se desenvolver e distribuir variedades melhoradas dessa fruta adaptada não somente em regiões de altitude, como nos municípios de São Joaquim e Urubici (SC), mas também em Lages (SC) e Ipê (RS).

## Valorizando nossa raiz

Thomas Michel/bolsista de jornalismo

O programa de apoio ao processamento da mandioca foi criado em 1989 com o objetivo de melhorar o beneficiamento da planta. Esse processo é realizado principalmente por agroindústrias familiares de pequeno porte, concentradas no Alto Vale do Itajaí e no sul do Estado. Elas são responsáveis pela produção de alimentos tradicionais da culinária brasileira, como o polvilho azedo, o amido e a farinha de mandioca.

A meta do programa é o processamento de uma matéria-prima nacional, originária da Amazônia brasileira: macaxeira, aipim ou mandioca; nomes diferentes para uma raiz importante na alimentação e na cultura do país.

A planta está tão presente no imaginário dos brasileiros que é comum acharmos que é somente cultivada aqui, mas a Nigéria é a maior produtora. O Brasil alterna com a Tailândia a segunda posição no *ranking* mundial.

Além da tradição, os pequenos agricultores têm por ela enorme apreço. Apesar de não ser cultivada extensivamente, a mandioca possui a oitava maior área de plantio do país. Por isso uma das metas do programa é a de valorizar a cultura por meio das várias possibilidades de utilização da raiz.

O Grupo de pesquisa em Tecnologias limpas no processamento de alimentos do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos ([www.cal.ufsc.br](http://www.cal.ufsc.br)), em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), desenvolve pesquisas sobre

Apesar de não ser cultivada extensivamente, a mandioca possui a oitava maior área de plantio do país.

os processos industriais de beneficiamento da mandioca. Além disso, novos produtos são criados para agregar valor à matéria-prima e melhorar a fabricação dos já existentes.

Um exemplo de sucesso é o emprego das águas poluentes, resultantes do processo de produção do polvilho azedo, que podem ser transformadas na “Frêshpa”: uma bebida refrescante, naturalmente carbonatada, lembrando um refrigerante.

Dentre os trabalhos desenvolvidos, uma tese de doutorado estudou os aspectos toxicológicos da utilização dessas águas. O programa visa reduzir o impacto ambiental das indústrias. Os danos à natureza causados pela mandioca têm sido consideráveis, já que possui alta concentração de ácido cianídrico e matéria orgânica. Os exemplos mais clássicos de poluentes são a manipueira (líquido da prensagem da mandioca) e água de lavagem, que, se despejados nos rios e solo, podem significar o fechamento da agroindústria.

O programa de apoio aos processadores de mandioca procura contribuir para a minimização do impacto ambiental no processamento da raiz, desenvolvendo novos produtos e sugerindo sistemas de gestão de resíduos compatíveis com a escala destas empresas.

Em outro projeto, foi proposto um modelo para o mecanismo de expansão do polvilho azedo, sem fermento e sem glúten. O método de controle de qualidade desenvolvido é rápido e acessível para empresas e panificadores definirem a capacidade de expansão dele.

Outro feito foi o desenvolvimento de um novo processo de fermentação para a produção de polvilho azedo mais rápido que o tradicional, com o aumento da produção e dos lucros para os pequenos produtores. Os resultados destas pesquisas são repassados aos trabalhadores das agroindústrias por meio de minicursos.

O apoio, sob o ponto de vista agrônomo, vem de outro trabalho em parceria com a Epagri, apoiado pela FAPESC e CNPq. Em duas dissertações de mestrado em Engenharia de Alimentos estão sendo estudados 10 cultivares de mandioca, com o objetivo de definir aplicações adequadas às características das raízes e dos amidos, além de selecionar as matérias-primas quanto à geração de resíduos e consumo de água no processo industrial.

O programa inclui, também, a formação de pessoal em nível de mestrado e doutorado e apoia estudantes de graduação com bolsa de iniciação científica, para os que se interessem em química de amido e potencial tecnológico da mandioca. Outro objetivo da capacitação é possibilitar que profissionais ampliem seus conhecimentos sobre o processamento dessa cultura e que novos pesquisadores possam colaborar no melhoramento do setor.

A grande meta é que a raiz se torne tão valorizada quantos outros vegetais que contêm amido, como milho e batata, dos quais as indústrias obtêm inúmeros produtos de alto valor agregado.

## Centro de apoio Terra Viva

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

No planalto norte de Santa Catarina, onze municípios têm apresentado os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do Estado. Nos assentamentos recebidos por meio da reforma agrária, os agricultores vivem, geralmente, desprovidos de infraestrutura mínima para desenvolver as atividades de cultivo. Esta situação é agravada por um cenário de pobreza que beira a miséria, sendo uma das causas o fato de os assentados não conseguirem comercializar os produtos da plantação.

Para amenizar essa realidade, foi desenvolvido o projeto “Terra Viva”, elaborado pelo Laboratório de Educação do Campo e de Estudos da Reforma Agrária (LECERA), do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, do Centro de Ciências Agrárias da UFSC. A equipe ajudou a desenvolver o plantio de hortaliças para que pudessem dar viabilidade econômica ao trabalho, nas hortas já existentes nos assentamentos.

A atividade teve início em agosto de 2008. A safra 2008/2009 foi de 65 toneladas. Depois da introdução do projeto, a produção 2009/2010 subiu para 120 toneladas de alimentos.

Uma das dificuldades enfrentadas era a instabilidade do mercado que compra os produtos da colheita. Como produziam e não tinham a quem entregar, muitos alimentos eram destinados a animais e até jogados no lixo. Com o Centro de Apoio “Terra Viva”, grande parte dos produtos é comercializada antes mesmo do plantio, o que dá tranquilidade para que o agricultor possa produzir.

*Grande parte dos produtos é comercializada antes mesmo do plantio, o que dá tranquilidade para o agricultor.*

O produto da venda, além de ser comercializado no mercado convencional, é comprado pelo Governo Federal por meio do Programa de Aquisição Alimentar (PAA). Os alimentos adquiridos são distribuídos em creches, bancos de alimentos, alimentações escolares e restaurantes populares.

O sucesso da iniciativa permitiu estender a produção de hortaliças para o entorno, em cidades, como Joinville, Rio Negrinho e Mafra. Atualmente, nessas regiões, hortas comunitárias garantem melhor condição alimentar à população das periferias.

Em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a produção, dessa forma viabilizada, assegura a permanência dos agricultores no campo, minimizando o grave e antigo problema do êxodo rural. Ao todo são 705 famílias, em 21 assentamentos, que veem resultados concretos chegando à frente de suas hortas, refletindo positivamente nas suas vidas, na comunidade e no desenvolvimento da região.

Paralelamente ao “Terra Viva”, são desenvolvidos programas como o de produção e difusão de plantas medicinais aromáticas e condimentares.

Outra medida implantada foi o empreendimento de oficinas de ensinamentos de primeiros socorros. As equipes também mostraram às pessoas como medir a pressão arterial e distribuíram *kits* que continham informações sobre como proceder em atendimentos emergenciais. Dessa forma, problemas de saúde do cotidiano puderam ser resolvidos dentro do próprio assentamento, com uma espécie de agente de saúde escolhido pelos agricultores, sem ter que utilizar a precária infraestrutura de transportes, já que o hospital mais próximo fica a 40 km dos assentamentos.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e aumentar a renda dos trabalhadores da região, o Centro de Apoio “Terra Viva” conseguiu construir uma ponte entre a produção de alimentos e a comercialização de compra pública de alimentos, fortalecendo, desta forma, a agricultura em áreas de periferia próximas a um dos grandes centros metropolitanos do país que é o município de Joinville, em Santa Catarina.

## Tecnologia limpa na erva-mate

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

No Sul do país, faça chuva ou faça sol, é comum ver pessoas com bomba e cuia nas mãos bebendo o tradicional chimarrão. Isso todos sabem. É que uma das propriedades da erva-mate é estimular a atividade física e mental também. O que não é de conhecimento geral é a necessidade de processos industriais mais seguros, minimizando a geração de resíduos, protegendo a saúde do consumidor.

Desenvolver novos produtos e melhorias no processo produtivo da erva-mate para ampliar as propriedades medicinais é a novidade apresentada pelo Projeto Ervanova. Trata-se de uma parceria entre o Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos do Centro de Ciências Agrárias (CCA), o Departamento de Engenharia Mecânica do Centro Tecnológico (CTC) da UFSC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Chapecó, e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/SC), com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do SEBRAE.

A erva, cientificamente conhecida como *Ilex paraguariensis*, provém de árvore originária da América do Sul, presente no Paraguai, Uruguai, Argentina e nas regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil. Os índios guarani e quíchua bebiam infusões da folha de erva-mate para resistir à fadiga e reduzir fome e sede. O legado foi aproveitado na bebida gelada, o tereré, e no chá quente, o chimarrão, que, no Brasil, é diretamente associado ao consumo de erva-mate. A cultura rende aos produtores brasileiros mais de R\$ 150 milhões ao ano e cerca de 700 mil empregos diretos ou indiretos.

O Projeto Ervanova teve início em 2006 e, até a finalização, dois anos depois, sugeriu melhorias no processo produtivo das indústrias ervateiras do oeste de Santa Catarina. A etapa do sapeco da erva-mate é um exemplo. Ponto crítico para a boa qualidade do produto é a fase em que as folhas recebem um choque térmico por meio de chama direta. Ali ocorre a inativação das enzimas oxidantes, que escurecem as folhas. A equipe multidisciplinar elaborou um aparelho: o sapecador, com a função de diminuir os resíduos de fumaça liberados durante o processo.



Processamento da erva-mate (foto: Gilson Hideki Nabechima)

O projeto criou, também, novos produtos, como a fabricação de balas a partir do reaproveitamento do pó da erva-mate. A “bala funcional de erva-mate” é feita com os mesmos ingredientes das balas de goma, acrescentando um resíduo sólido obtido na produção da erva-mate.

Essas ideias estão essencialmente baseadas no conceito de tecnologia limpa. Uma produção limpa se refere a uma série de atitudes e serviços aplicados desde o início do processo para a não geração de resíduos.

No tempo de implantação do estudo, foi possível incentivar indústrias ervateiras para o desenvolvimento de produtos com características químicas e biotecnológicas próprias da erva-mate. Uruguai e Síria já importam o produto brasileiro. Se a ideia se ampliar, ela poderá ser tão aproveitada e exportada como o café. Como negócio do futuro, a produção limpa cria um mercado potencial de produtos naturais que gera emprego e renda.

## Sustentabilidade para comunidades do sertão do Cariri

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

A seca no semiárido nordestino é um dos assuntos que sempre entra na pauta do noticiário nacional. Não bastasse a ausência de chuvas na região que cobre quase 8% do território nacional, a água presente naquele subsolo contém alta concentração de sais, o que a torna imprópria para o consumo. A ingestão excessiva desses sais causa enfermidades e pode até levar à morte.

Isso em um país que possui uma das maiores reservas hídricas do mundo e que concentra cerca de 1,5% da água doce superficial do planeta. O contraste na distribuição, em contrapartida, reflete a desigualdade do Brasil. A região Norte, com 7% da população, possui 68% da água do país, enquanto o Nordeste, com 29%, possui 3%.

Buscando uma solução ecologicamente correta para esses problemas, o projeto “Água: fonte de alimento e renda – uma alternativa sustentável para o semiárido do Nordeste” encontrou uma saída. Utilizando os rejeitos da dessalinização, cultiva-se a microalga Spirulina, além de tilápias e, também, desenvolvem-se culturas hidropônicas, como tomate, pimenta, pimentão e verduras. As comunidades beneficiadas podem, então, explorar economicamente tais produtos e, ao mesmo tempo, podem passar a ter melhor qualidade de vida.

Com o concentrado do dessalinizador, a comunidade produz o cultivo da microalga Spirulina. Atualmente, o Brasil é importador e a utiliza para a produção de fármacos. Quando seca contém duas vezes mais proteínas que a soja e três vezes mais que a carne bovina. Além disso, ajuda a combater a subnutrição, outro problema crônico do Nordeste brasileiro.

*Os rejeitos da dessalinização são usados para cultivo de microalgas, tilápias e culturas hidropônicas.*

Os rejeitos da dessalinização também podem ser utilizados em culturas hidropônicas. A hidroponia se caracteriza como sistema de cultivo dentro de estufas ou telados onde as plantas crescem fixadas em uma espécie de calha, por onde circula a solução de nutrientes, ou em vasos com fibra de coco. Os nutrientes que a planta precisa para se desenvolver são parcialmente fornecidos pelo concentrado do dessalinizador. Além do aproveitamento dos rejeitos, a cultura hidropônica se torna uma alternativa de renda por não depender das mudanças climáticas. O mesmo ocorre com a cultura da tilápia, cultivada em tanques, com os rejeitos do dessalinizador. São assim oferecidas três alternativas de renda para os habitantes da região.

Para testar a viabilidade das ideias, foi implantada uma versão-piloto no centro do sertão nordestino, na comunidade de Uruçu, localizada no município de São João do Cariri, a 216 km de João Pessoa, capital da Paraíba. A intenção é que a própria comunidade se torne protagonista do projeto. Por isso as pessoas tiveram acesso a todas as tecnologias e investimentos realizados no local.

O trunfo do estudo foi mobilizar e organizar a comunidade em torno de um objetivo comum: a exploração sustentável da água. Os resultados asseguram que é possível usufruir da água potável sem provocar danos ao meio ambiente e, simultaneamente, gerar trabalho, renda e melhoria da qualidade de vida de quem sempre viveu no semiárido.

O trabalho é uma parceria das equipes do Laboratório de Biotecnologia Alimentar (BIOTEC), do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos e do Laboratório de Hidroponia (LabHidro), do Departamento de Engenharia Rural do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFSC e do Laboratório em Referência em Dessalinização da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – em conjunto com a Fundação Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras (Certi) e a Petrobras, por meio do Programa Petrobras Ambiental.

## Produtividade para agricultura familiar

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

No Brasil, 84,4% dos estabelecimentos agropecuários são de agricultura familiar. De acordo com o Censo Agropecuário 2006, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura praticada por pequenos e médios produtores ocupa apenas 80,25 milhões de hectares (24,3% dos estabelecimentos agropecuários). Este tipo de atividade, no entanto, é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 58% da produção de leite e 59% do plantel de suínos. Apesar desse painel, há carência de alternativas tecnológicas sustentáveis, que associem produtividade, economicidade e proteção ambiental.

A situação dos agricultores em Santa Catarina, especialmente no oeste do Estado, onde está concentrada a maior parte de estabelecimentos agropecuários, reflete os desafios vividos pela agricultura familiar em todo o país. Para melhorar a situação, foi implementado o projeto “Desenvolvimento Sustentado do Oeste de Santa Catarina através do Método Participativo e do Planejamento e Uso Integrado da Unidade de Produção Familiar”.

Com financiamento do CNPq e recebendo apoio das prefeituras locais, o projeto pretende oferecer uma contribuição ao desafio enfrentado pelos pequenos e médios agricultores. No cenário atual, a falta de tecnologias alternativas aos modelos convencionais leva muitos trabalhadores rurais ao endividamento e à degradação do meio ambiente.

As ações foram iniciadas em oito municípios e atendendo à demanda, a equipe multidisciplinar age, atualmente, em 12: Anchieta, Bom Jesus, Coronel Martins, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Galvão, Guaraciaba, Jardinópolis, Jupiá, Novo Horizonte, Ponte Serrada e São Domingos. Ali, os trabalhos se concentram principalmente na produção leiteira, atividade predominante em estabelecimentos agrícolas do oeste catarinense, que responde por 72% da produção do Estado.

No município de Guaraciaba, a produção de leite é a principal atividade. São cerca de 36 milhões de litros produzidos anualmente, fazendo circular R\$ 1,5 milhão.

Como ocorre em outras regiões, a demanda de leite intensifica a disputa das indústrias. O projeto, então, auxilia os agricultores a aumentar a produtividade a partir de opções tecnologicamente sustentáveis.



Apoio ao desenvolvimento sustentado no oeste de Santa Catarina (foto: Acervo CCA)

Além da produção de leite, são realizadas pesquisas visando à melhoria do uso de sementes locais: milho e trigo, com a conservação e manejo integrado dos recursos da propriedade, o que auxilia na fixação de jovens na atividade agrícola.

O estudo é a continuidade de um trabalho que o Núcleo de Pastoreio Racional Voisin ([www.prv.ufsc.br](http://www.prv.ufsc.br)), do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural do Centro de Ciências Agrárias, já realizava no oeste do Estado, desde 1992.

Nesses 18 anos, o projeto auxiliou a implantar a divisão de área por meio de piquetes no manejo de pastagens. Diariamente, os animais saem de uma área pastoreada e são conduzidos para uma área de pasto fresco. Esse tempo de repouso concedido aos piquetes proporciona condições para que a vegetação possa crescer sem interrupções até que cheguem a um novo ponto de corte. Os animais também são beneficiados por consumirem um pasto com melhor qualidade. Esse método segue os princípios de manejo do Pastoreio Racional Voisin.

O que sempre norteou as ações do projeto é fazer com que o aumento de produtividade nas propriedades familiares aconteça de maneira ordenada, respeitando o bem-estar animal e protegendo o meio ambiente, contribuindo para diminuir as condições de desigualdade na agricultura brasileira.

## Vivendo com quem faz

Pedro Santos/ bolsista de jornalismo

**P**ara formar um profissional capacitado e com visão crítica sobre o processo produtivo, o Curso de Agronomia da UFSC exige, na quarta fase, que o estudante realize um Estágio de Vivência.

Os alunos devem passar em torno de três semanas morando com uma família de agricultores. Neste contexto, são obrigados a conviver com uma realidade impossível de ser ensinada nas salas de aula, como a da agricultura familiar, da produção de leite, da suinocultura, avicultura, da pesca artesanal e aquicultura em pequena escala.

É uma experiência em desenvolvimento em poucas faculdades de Agronomia do país, mas em estudo para ser incorporada em mais instituições que formam profissionais que irão atuar em Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). O Estágio de Vivência teve início em 1979 na Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), como parte da capacitação inicial de técnicos ingressantes na Extensão Rural. À época, 17 técnicos foram morar e trabalhar com famílias de agricultores por um mês. O objetivo era aprender a metodologia de trabalho e apreender o modo como eles tomavam decisões. Nos

anos 1990, os alunos da Agronomia da UFSC começaram a implementar essa experiência e, com ajuda de professores, tornaram-na disciplina obrigatória.

O desenvolvimento sustentável, usualmente caracterizado como o que visa satisfazer às necessidades dos homens sem comprometer gerações futuras, é um projeto político e social. O conceito aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, e exige tipos de desenvolvimento diversificados, respeitando os diferentes modos de vida das populações, fazendo com que a comunidade participe na apropriação e na transformação dos recursos ambientais.

Esta concepção de desenvolvimento concentra-se em gerar níveis crescentes de independência e em articular os seres humanos com a natureza e a tecnologia. Tendo como foco as pessoas, a experiência proporcionada pelo Estágio de Vivência é uma possibilidade para o estudante realizar uma imersão na complexa realidade que ele terá que enfrentar na vida profissional.

A partir da vivência de morar e trabalhar com uma família de agricultores, o estudante pode contribuir para diminuir os espaços que afastam o ensino técnico-universitário da sociedade. No projeto, o futuro profissional é estimulado a incorporar estratégias participativas e de valorização do saber, a criatividade e a lógica de decisão da agricultura familiar.



Atividades de extensão com famílias de agricultores em Santa Catarina (fonte: Acervo CCA/UFSC)

Ainda que o período de três semanas possa ser considerado pouco tempo, considerando a abrangência do projeto, o Estágio de Vivência tem alcançado a meta de ampliar a sensibilidade dos estudantes para temas fundamentais do desenvolvimento sustentável, da formação profissional e da relação da academia com a sociedade.

Na relação com os agricultores, está a chance de valorizar a diversidade étnica e cultural e de fomentar diferentes formas de manejo produtivo na biodiversidade.

## Colhendo o ano inteiro

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

No pomar, suspensos a um metro do chão, estão morangos bem vermelhos, grandes e suculentos. Há também abacaxis, alfaces, tomates, melões, pepinos, bem desenvolvidos e com as propriedades nutritivas preservadas. A diferença é que cresceram em um sistema de cultivo sem solo, colocados em canais ou vasos por onde circula uma solução composta de água potável e nutrientes, dissolvidos para atender às necessidades de cada espécie cultivada; é a técnica da hidroponia.



Horta Hidropônica (foto: Acervo LabHidro/ENR/CCA/UFSC)

Como, nessa modalidade de cultivo, a solução nutritiva é a principal fonte que alimenta as plantas, há que se estabelecer um sistema criterioso, com monitoramento frequente do pH e da concentração de nutrientes. Assim, as plantas crescem sob as melhores condições possíveis, já que recebem na dose certa, água, nutrição, sol e o apoio das bancadas ou dos vasos.

A hidroponia ganhou impulso na virada desse milênio em função dos impasses vividos pela agricultura tradicional, que exige maquinários caros, e das condições de trabalho que desestimulam os filhos dos produtores rurais.

Foi nesse contexto que o Laboratório de Hidroponia (LabHidro) ([www.labhidro.cca.ufsc.br](http://www.labhidro.cca.ufsc.br)), ligado ao Departamento de Engenharia Rural, surgiu em 2007. Partindo do princípio que as tecnologias existentes não têm sido bem aplicadas pelos produtores rurais, o LabHidro investiu no cultivo sem solo para atender ao conjunto ergonomia, meio ambiente e economia.

Já dominando a tecnologia, o laboratório passou a oferecer cursos dirigidos à comunidade. São dois dias de aulas, sendo um dedicado à parte prática. Em uma década, já foram oferecidos mais de 30 cursos.

Com as alterações climáticas, a hidroponia se expande com rapidez, sendo também uma alternativa ao modo agressivo e muitas vezes ineficiente com que a agricultura tradicional é praticada atualmente. No cultivo hidropônico a colheita é programada para durar o ano inteiro e a quantidade de água e de nutrientes é minimizada ao extremo.

No LabHidro, a produção é sem agrotóxicos, o que constitui outro desafio no projeto, começando pela escolha da formulação utilizada e pelo manejo correto da solução de nutrientes. Esses são fatores fundamentais para a alta qualidade da produção e para manter os microrganismos patogênicos e os insetos longe das plantas. Para reduzir ainda mais a probabilidade de infestação, o LabHidro lançou um sistema. A proposta inclui um novo arranjo do sistema hidráulico que impede a disseminação do patógeno entre bancadas de cultivo, uma nova formulação de nutrientes e um manejo diferenciado para as plantas, à medida que elas crescem. Os produtores que estão adotando esta técnica passaram a produzir mais, com significativo aumento de qualidade do produto final. Este tipo de cultivo foi adotado também na Argentina, Uruguai e Portugal, entre outros países.

Desde que a horta hidropônica foi concluída no final de 2007, as atividades no LabHidro são mantidas por alunos de graduação.

## Cultivo de camarões marinhos

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

Desde que foi criado, em 1983, o Laboratório de Camarões Marinhos (LCM) ([www.lcm.ufsc.br](http://www.lcm.ufsc.br)), vinculado ao Departamento de Aquicultura, do Centro de Ciências Agrárias, promove o desenvolvimento nesta área no Sul do país.

O Projeto de Desenvolvimento do Cultivo de Camarões Marinhos se dedica à pesquisa, reprodução e engorda desses animais. Inicialmente, as pesquisas foram focadas na reprodução e cultivo das espécies nativas, *Farfantepenaeus paulensis* (Camarão-rosa) e *Litopenaeus schmitti* (camarão-branco). Apesar dos ótimos resultados na reprodução no laboratório, os cultivos no campo não foram satisfatórios, com baixo crescimento dos animais. De 1991 a 1997, grande parte do potencial do LCM foi usada para programas socioambientais, meio do repovoamento de Lagoas Costeiras.

Para viabilizar a atividade da carcinicultura catarinense, em 1998, o LCM em conjunto com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina (Epagri) introduziu a espécie *Litopenaeus vannamei*, originária do Pacífico, no Estado.

Com o crescimento da atividade, foi criado o Programa Estadual para o Desenvolvimento do Cultivo de Camarões Marinhos, que estabelecia uma política ambiental, redação e padronização dos procedimentos para a produção de camarões, levantamento e a identificação de possíveis impactos ambientais causados pelas carcinicultura.

No início do programa, o LCM fomentou a carcinicultura catarinense, fornecendo pós-larvas para as fazendas. À época, foi o primeiro laboratório de produção de pós-larvas de camarão no Brasil a receber o Certificado ISO 14001, um dos mais importantes na área de meio ambiente.

A empresa Yakult S/A, em 1998, doou à UFSC uma área de 365 hectares, sendo 330 de mata nativa e 30 de área útil, com 17 viveiros.

A Fazenda Experimental Yakult/UFSC, no município de Balneário Barra do Sul, tornou-se um importante centro de pesquisa para carcinicultura brasileira, onde já foram desenvolvidas várias dissertações e teses. São realizados, também, nas dependências da fazenda, treinamentos no cultivo de camarões marinhos para empreendedores, técnicos, trabalhadores das fazendas de produção e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.

O grupo de pesquisadores do LCM, atualmente, trabalha no desenvolvimento do cultivo superintensivo de camarões em bioflocos, que permite produzir uma biomassa de camarões até 10 vezes superior, por área, em relação aos cultivos tradicionais. Este sistema preza o desenvolvimento de uma comunidade bacteriana que recicla os metabólitos produzidos pelos camarões, os bioflocos microbianos. Assim, o cultivo é desenvolvido sem renovação de água, sendo ambientalmente amigável por gerar menos efluentes e demandar menor área. O LCM também desenvolve pesquisas para estratégias alternativas de controle de enfermidades: probióticos, prebióticos e imunostimulantes, tratamento de efluentes e cultivo de microalgas.



Camarões marinhos (foto: Acervo LCM/AQI/CCA/UFSC)



Despesca de camarões no bioflocos com ajuda de alunos (foto: Acervo LCM/AQI/CCA/UFSC)

## Alternativas para produção de moluscos

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

No Estado que é o maior produtor nacional, desenvolve-se um projeto do Laboratório de Moluscos Marinhos (LMM) do Departamento de Aquicultura da UFSC, com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). As instituições estão em parceria, desde 1983, com produtores catarinenses e apoio financeiro de diversas agências de fomento, para desenvolver uma forma sustentável de cultivo desses animais.

Essas iniciativas visam permitir que Santa Catarina mantenha os números da produção em alta e repasse tecnologia para outros Estados, sempre com alternativas que respeitem o meio ambiente.

A produção de moluscos marinhos depende diretamente da oferta de sementes (jovens animais colocados para crescer). Ainda hoje, em comunidades pesqueiras de Santa Catarina, se pratica a técnica da raspagem para coletar sementes de mexilhão. Esse método destrói a natureza e põe em risco os pescadores, que têm que ir até os costões, em áreas expostas ao batimento das ondas. Como forma de minimizar esses danos, o Laboratório, junto com os pescadores artesanais do Estado, passou a utilizar uma tecnologia mais econômica e ecológica para a obtenção das sementes de mexilhão, com o uso de coletores manufaturados.

Esses equipamentos são feitos com materiais reutilizáveis, como plástico ou náilon, e apresentam uma região filamentosa e uma base sólida. São colocados na superfície da água do mar, até que as larvas se fixem nos coletores e até que sofram a metamorfose completa, transformando-se em mexilhões.

Outra frente de trabalho está no cultivo de ostras, particularmente as da espécie *Crassostrea gigas* (ostra do Pacífico). Como têm dificuldade de se reproduzir no ambiente natural, a melhor possibilidade de o cultivo ser realizado é pela produção de sementes em laboratório, permitindo aos maricultores produzir o ano todo de forma programada e, assim, suprir o mercado consumidor.

O desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras permitiu estabelecer uma boa infraestrutura de produção que possibilita, atualmente, manter-se o apoio direto à produção comercial de moluscos e, ainda, gerar local de ensino e treinamento para profissionais de diversas áreas afins do Brasil e do exterior.

Com os avanços na área de produção, o LMM tem ampliado o tempo em que se dedica às pesquisas em reprodução, condicionamento, maturação, larvicultura, assentamento e tecnologias de cultivo de outras espécies de moluscos marinhos nativos, aumentando, assim, as possibilidades de cultivo aplicáveis para diferentes ambientes em diferentes Estados.

Dessa forma, em parceria com os produtores e a Epagri, o Laboratório está produzindo sementes de ostras japonesas e larvas de mexilhão, que são ofertadas em safra de produção sob demanda específica dos produtores. Com as sementes de ostras nativas (de mangue), a parceria com produtores de vários locais do Brasil permite que eles enviem matrizes para que sejam produzidas e devolvidas sementes específicas a partir delas. Além do mais, o laboratório se dedica à produção de sementes de vieiras, com perspectivas de produção contínua e crescente em Santa Catarina e de apoio à produção em Estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

Pautados pela busca por inovação, em ação mais recente, apoiado pelo Ministério de Pesca e Aquicultura, o LMM gerou novas alternativas de produção e renda para os produtores de moluscos no Brasil, investindo nos estudos para produção de ptérias (ostras perlíferas), berbigões e polvos.



Desenvolvimento de tecnologias para o cultivo de berbigões no Laboratório de Moluscos Marinhos (foto: Lucas Sampaio)

## Promovendo a maricultura catarinense

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

O mar, um território definido por trocas econômicas, relações de poder, conflito entre pesca artesanal e industrial, especulação imobiliária e turismo, é um importante provedor de alimentos no mundo. Com o crescimento exponencial da população, em meados do século passado, associado à urbanização e industrialização, a obtenção de recursos alimentares nos oceanos deixou de ser predominantemente extrativa e artesanal. O resultado é a produção em larga escala na busca por um aumento da produtividade.

Para refletir sobre as medidas de impacto socioambiental, uma série de projetos sobre maricultura é desenvolvida na UFSC com o intuito de encontrar soluções para os dilemas na relação que o homem tem com o mar, sempre de uma perspectiva do paradigma do desenvolvimento sustentável.

Em meados da década de 1980, a maricultura chegou à Santa Catarina demonstrando grande potencial como alternativa de geração de emprego e renda. Clima favorável, investimento em tecnologia e mercado consumidor fazem com que seja a atividade com maior perspectiva de expansão no Estado. O cultivo de mexilhões e ostras, por exemplo, passou, com os anos, a ser realizado para suprimento do mercado, o que criou uma nova dinâmica na vida das comunidades pesqueiras. Hoje, 90% dos cultivos de ostras e mexilhões, no Brasil, vêm do litoral catarinense.

Para a produção de ostras, o Laboratório de Moluscos Marinhos (LMM) ([www.lmm.ufsc.br](http://www.lmm.ufsc.br)), ligado ao Departamento de Aquicultura, do Centro de Ciências Agrárias, desenvolveu, entre outros projetos, uma técnica para a produção de sementes. Em tanques especiais, as ostras são submetidas a choques de temperatura para liberar gametas. Depois da fecundação, viram larvas e em seguida se transformam em sementes, e com estas desenvolvidas ao tamanho de 1,5 mm, elas já poderão ser comercializadas. Assim, o cultivador catarinense pode comprar ostras por um preço subsidiado pelo governo, o que sustenta a produção no Estado.

Esses projetos articulados promovem o encontro da Universidade com a população catarinense por se basearem em uma ideia simples. A partir do estudo dessa atividade econômica, gera-se conhecimento para que os maricultores produzam com qualidade e sejam mais fortes e competitivos. Os estudos reconhecem oportunidades que, convertidas em ações, contribuem para o desenvolvimento pessoal, geração de renda e preocupação com o meio ambiente desta atividade promissora.

A vocação de Santa Catarina e da UFSC pelo mar, tão evidente em sua importância para a maricultura nacional, tem sido incentivada e ampliada pelos investimentos em cursos de tecnologia, graduação e pós-graduação em Aquicultura, em diferentes instituições públicas e privadas, trabalhando integradas. Além disso, tanto as áreas de mar quanto os animais ali produzidos são hoje foco de um programa higiênico-sanitário e de um de rastreabilidade para garantir a qualidade do ambiente e dos moluscos marinhos de Santa Catarina.



Sementes no dedo (foto: Lucas Sampaio)



Produção de ostras em Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (foto: Acervo LMM/CCA/UFSC)

## Monitoramento de peixes do rio Uruguai

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

**A**valiar o impacto causado pelas construções de usinas hidrelétricas, em conjunto com o monitoramento da ictiofauna – a fauna composta pelo conjunto das espécies de peixes de uma determinada região –, é um dos focos do “Projeto de estudos da ictiofauna da Bacia do Rio Uruguai”.

A proposta é produzir informações que possam auxiliar nas decisões futuras acerca da utilização de novas áreas da bacia hidrográfica do Rio Uruguai, uma das doze grandes bacias brasileiras.

Esta bacia se destaca em função das atividades agroindustriais e do grande potencial hidrelétrico. De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ela possui cerca de 384.000 km<sup>2</sup>, 45,8% situada em território nacional.

A área brasileira foi dividida em 13 unidades hidrográficas, sendo quatro em Santa Catarina e nove no Rio Grande do Sul. Na parte do Brasil, vivem cerca de 3,8 milhões de pessoas, destacando-se as cidades de Chapecó, Concórdia e Lages (SC) e Uruguaiana, São Borja, Bagé e Santana do Livramento (RS).

No contexto do uso múltiplo dos recursos hídricos, a região hidrográfica do Uruguai apresenta potencial hidrelétrico com uma capacidade total de produção de 40,5 kW/km<sup>2</sup>, uma das maiores relações energia/km<sup>2</sup> do mundo.

Para conciliar a necessidade de geração de energia com o uso racional do meio ambiente, o Laboratório de Biologia e Cultivo de Peixes de Água Doce (LAPAD) ([www.lapad.ufsc.br](http://www.lapad.ufsc.br)), do Departamento de Aquicultura, do Centro de Ciências Agrárias, iniciou um programa de monitoramento e manejo da ictiofauna na área de influência das usinas hidrelétricas. No projeto estão incluídas atividades como captura de peixes, coleta de ictioplâncton (ovos e larvas de peixes), definição de áreas de berçários, avaliação da produção pesqueira, manutenção da diversidade genética e estudos para o desenvolvimento de tecnologia de cultivo de peixes, tanto em tanques-rede, utilizando a área do reservatório, quanto em viveiros de terra, visando proporcionar um pacote tecnológico para o cultivo de espécies nativas da bacia do rio Uruguai.

O programa é financiado por empresas e órgãos de fomento como Tractebel-Energia, Baesa, Fapesc, Finep, MPA, CNPq, entre outros, e integra o Plano Básico Ambiental para a bacia do Rio Uruguai. O sucesso obtido se deve, também, ao auxílio dos pescadores nativos, que contribuem não só com a coleta de peixes para a manutenção de reprodutores, mas também no mapeamento de pontos estratégicos ao ciclo de vida dos peixes ao longo do rio Uruguai.

Com o monitoramento da ictiofauna, a equipe obteve informações como a distribuição das espécies no rio principal e em seus afluentes, além do mapeamento de áreas de residência, alimentação e desova desses animais.

Partes desses estudos vêm sendo utilizadas para a reformulação da legislação pesqueira da região e para a adoção de medidas ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o Plano de Manejo da área.



Captura de juvenis de mandi em rede de arrasto (foto: Acervo Lapad/AQI/CCA/UFSC)



Retirada de rede de pesca durante monitoramento ambiental no rio Uruguai (foto: Acervo Lapad/AQI/CCA/UFSC)

## Santa Catarina no circuito dos vinhos de qualidade

Alita Diana/jornalista da Agecom

Fazer de Santa Catarina uma referência em produção de vinhos de real valor é meta do governo do Estado, pesquisadores, técnicos e empresários. Para alcançar esse objetivo, a UFSC desenvolve três projetos de vitivinicultura, por meio de uma parceria entre os Departamentos de Engenharia Rural, Solos e Fitotecnia, do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFSC, e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri).

O primeiro deles, na região de Urussanga, se trata da uva Goethe, que está a caminho de obter uma indicação de origem. Híbrida de espécies originárias dos Estados Unidos e da Europa, teve excelente adaptação em Santa Catarina, e se transformou em uva que é padrão do sul do Estado.

Os rótulos indicação de procedência (IP), indicação geográfica (IG) e denominação de origem (DO) valorizam o produto, e cada país tem sua legislação.

Um grupo de pesquisadores da UFSC estudou o clima, o solo e a planta – ou seja, o “terroir”, voltados para a variedade Goethe, para montar um dossiê para o Ministério da Agricultura e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), visando alcançar uma IP e, futuramente, uma DO.

O segundo projeto de repercussão é o dos vinhos de altitude: um acordo de cooperação entre o Instituto Agrario di San Michele All’Adige (IASMA), da Província Autônoma de Trento, Itália, e o governo do Estado de Santa Catarina, que permite o intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e professores. Estão sendo avaliadas 36 variedades de uva de origem italiana quanto ao comportamento, adaptação, fisiologia, sua qualidade e qualidade do vinho.

Os estudos são realizados em quatro unidades de pesquisa em cidades catarinenses: Água Doce, Campos Novos, São Joaquim e Tangará. É realizada anualmente avaliação, bem como é elaborado vinho por meio de microvinificação (produção de vinho em pequenas quantidades) na Epagri de Videira.

Pesquisadores, enólogos e sommeliers se reúnem, a cada ano, para avaliar o vinho típico das regiões de altitude: 900 a 1.400m, no caso de Santa Catarina.

Devem ser selecionadas no mínimo três variedades de uvas que produzam excelentes vinhos. Estão em processo de seleção, com resultados animadores, as brancas Vermentino e Fiano e as tintas Sangiovese, Nero d’Avola, Negroamaro e Primitivo.

O terceiro projeto, no campo da extensão, é o acompanhamento de uma vinícola no município de Campo Belo do Sul, onde foram implantadas cinco variedades de uva em 2006, tendo-se obtido excelente resultado na produção de vinhos finos de altitude, colocando a região definitivamente na rota do turismo. A vinícola é também campo de

estágio para estudantes da UFSC e de um colégio agrícola da região.

Com esses projetos, os pesquisadores do Centro de Ciências Agrárias da UFSC contribuem para que a vitivinicultura de Santa Catarina receba reconhecimento nacional e internacional, fomentando o enoturismo, a geração de renda e o desenvolvimento regional.



Uvas Sangiovese – vinhedos de São Joaquim, Santa Catarina (foto: Acervo CCA)

## Centro de Ciências Biológicas (CCB)

Arley Reis/jornalista da Agecom

Com 150 professores e 197 artigos indexados no ISI Web of Knowledge em 2009, o Centro de Ciências Biológicas é uma das unidades com maior produção científica na UFSC. Suas atividades de pesquisa abrangem diversos aspectos das ciências da vida, nos campos da Biologia, Saúde e Ambiente.

A geração de conhecimentos é impulsionada por um elenco de dez programas de pós-graduação. Neurobiologia da dor, do stresse e da depressão; Farmacologia cardiovascular; Farmacodependência; Etnofarmacologia; Ecotoxicologia e microbiologia ambiental; Ecologia de comunidades terrestres e aquáticas; Fisiocologia de animais aquáticos e terrestres; Fisiologia e farmacologia da dor; Ecotoxicologia e monitoramento ambiental; Células-tronco e terapia celular; Genômica e proteômica são apenas algumas de suas linhas de pesquisa.

O CCB está organizado em oito departamentos: Biologia Celular, Embriologia e Genética; Botânica; Bioquímica; Ciências Fisiológicas; Ciências Morfológicas; Ecologia e Zoologia; Farmacologia; Microbiologia, Imunologia e Parasitologia.

No ensino é responsável pelo Curso de Graduação em Ciências Biológicas, nas modalidades Licenciatura e Bacharelado, recebendo anualmente 80 novos alunos. Os professores, 90% com doutorado, também ministram importante parcela das disciplinas básicas de 17 cursos de graduação vinculadas a outros centros de ensino da UFSC.

Entre eles, o Centro de Ciências Agrárias (colaborando para a formação nos cursos de Agronomia e Engenharia de Aquicultura); o Centro de Ciências da Saúde (com disciplinas nas graduações em Farmácia e Bioquímica, Enfermagem, Medicina, Nutrição e Odontologia) e Centro Tecnológico (cursos de Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação Industrial, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Engenharia Mecânica, Engenharia Sanitária e Ambiental). Há ainda cooperação com o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, em aulas nos cursos de Psicologia e de Oceanografia.

Por meio desse Centro de Ensino, a UFSC forma professores em outros estados, a partir do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, na modalidade a distância. Essa graduação é oferecida ao polo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil em Pato Branco, no Paraná. As 50 vagas anuais colaboram com a formação de professores que atuam no Ensino Básico. O CCB tem também atuação importante no campo da extensão, desenvolvendo diversas atividades com comunidades, instituições públicas e empresas do município de Florianópolis e de outros estados. As páginas que seguem trazem uma pequena mostra do que é esse grande Centro da Universidade Federal de Santa Catarina

### Museu Entomológico Fritz Plaumann

O Centro de Ciências Biológicas da UFSC e a Prefeitura de Seara são responsáveis pela coleção de 80 mil exemplares de 17mil espécies de insetos coletados por Fritz Plaumann na região do Alto Uruguai. Plaumann nasceu em 2 de maio de 1902, na cidade de Preussich Eylau, norte da Prússia Oriental. Chegou ao Brasil em novembro de 1924. Agricultor, fotógrafo, professor, comerciante e músico, dedicava-se a seu orquidário, e com precisão e rigor identificava cada uma das espécies, segundo os rigorosos critérios taxonômicos aceitos na época. Manteve intensa correspondência com pesquisadores nacionais e internacionais. Fritz Plaumann coletou, conservou e classificou os insetos; em geral representados por dois exemplares de cada espécie ou tipo, um macho e uma fêmea, em impecável estado de conservação. Estima-se que 75% da coleção contenha espécies extintas na região ou mesmo em todo o globo.



Acervo do museu é formado por 80 mil exemplares de 17mil espécies de insetos (foto 1: Edmundo Grisard; foto 2: Prefeitura Municipal de Seara)

### Unidade de Conservação Ambiental Desterro

O Centro de Ciências Biológicas é também responsável pela coordenação da Unidade de Conservação Ambiental Desterro. Localizada na região central da Ilha de Santa Catarina, a área possui 491,5 ha, 1,1% do território da Ilha, abrigando Mata Atlântica secundária em diversos estágios de regeneração, algumas áreas de cobertura herbácea e de floresta com estrutura primária conservada.

A Unidade conserva diversas comunidades biológicas, abrangendo animais e vegetais nativos. É formada por morros, inúmeras nascentes e lençóis freáticos que dão origem às bacias hidrográficas do Saco Grande e do Ratonas. A área esteve sob domínio privado até meados de 1970, e em 1995 a responsabilidade foi transferida à Universidade Federal de Santa Catarina, estando atualmente sob coordenação do Departamento de Botânica.

Graças a sua localização e às características ambientais, possui grande potencial para educação ambiental, pesquisa científica, conservação e uso dos mananciais hídricos, preservação da biodiversidade e dos remanescentes da Floresta Ombrófila Densa sobre a Ilha de Santa Catarina.

## Referência em Farmacologia Pré-Clinica

Arley Reis/jornalista da Agecom

No final dos anos 1960, com a integração da Faculdade de Medicina do Estado de Santa Catarina à Universidade Federal de Santa Catarina, a disciplina de Farmacologia passou a fazer parte do Departamento de Patologia, ligado ao Centro de Ciências da Saúde. Na década de 1970, os esforços para fazer crescer a Universidade, instalada há poucos anos, levaram à implantação da Coordenadoria de Farmacologia, vinculada ao Centro de Ciências Biológicas (CCB). Com o incentivo do então reitor, Carpar Erich Stemmer, que com sua visão de futuro estimulava o fortalecimento do ensino e também da pesquisa, professores foram transferidos de outros estados para reforçar a área. Assim, a Farmacologia cresceu e se consolidou como polo gerador de conhecimento científico e formação de recursos humanos.

A Coordenadoria se transformou em Departamento de Farmacologia, os cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Farmacologia conquistaram destaque no ensino, pesquisa e extensão. Na graduação, os professores colaboram com a formação de profissionais da área e também em diversos outros cursos ligados à Saúde, como Medicina, Odontologia, Farmácia, Bioquímica, Nutrição e Enfermagem. Em 1991 foi implantado o Mestrado em Farmacologia, e desde 1997 a pós-graduação oferece também o doutorado. Na Avaliação Trienal 2010 da Capes, o programa foi reconhecido com o conceito máximo, 7.

Com um corpo docente formado por 17 professores, a Pós-Graduação em Farmacologia tem 40% de sua produção científica, resultado das teses e dissertações, publicada em revistas *Qualis A*, o topo da qualificação de periódicos científicos. Mais de 75% dos docentes do programa são bolsistas de produtividade do CNPq – oito são de nível 1. O conjunto de professores publicou, ao longo de 19 anos, 762 artigos em revistas internacionais indexadas. Foram defendidas no último triênio de avaliação (2007-2009) 30 dissertações e 17 teses. Ex-alunos exercem atividades docentes e de pesquisa na própria UFSC, em outras Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal e no exterior (em países como Itália, Estados Unidos, Espanha, França e Reino Unido). Os egressos atuam também na indústria farmacêutica.



Estudos investigam princípios ativos de plantas medicinais, entre diversas outras abordagens (foto: Paulo Noronha/Agecom)



Farmacologia cresceu e se consolidou como polo gerador de conhecimento científico e formação de recursos humanos (foto: Paulo Noronha/Agecom)

O programa de pós-graduação tem como área de concentração Farmacologia, sendo organizado em nove linhas de pesquisa. Entre elas, Farmacologia de plantas medicinais; Neurofarmacologia das doenças neurodegenerativas; Mecanismos neurais, celulares e moleculares envolvidos na dor e na inflamação. O conhecimento gerado colabora com o entendimento fundamental de doenças neurodegenerativas como Parkinson e Alzheimer; há investigações sobre a neurobiologia dos processos de aprendizado e memória; estudos sobre estresse, ansiedade e depressão; pesquisas abordando fatores genéticos, farmacológicos e comportamentais envolvidos com a dependência química a drogas, entre diversas outras.

Na linha de Farmacologia de plantas medicinais, há forte interação com a indústria farmacêutica, o que resultou na solicitação de 18 patentes e lançamento de três produtos no mercado até 2010. Reconhecida nesse campo, a UFSC é parceira da Finep e do governo do Estado de Santa Catarina na estruturação de um Centro de Referência em Farmacologia Pré-Clínica. No Centro serão desenvolvidos estudos de farmacodinâmica, farmacologia de segurança e de toxicidade, para atender à demanda das indústrias nacionais. Essa iniciativa também permitirá que a Universidade amplie sua competência na pesquisa, extensão e formação de recursos humanos.

## Em busca de células-tronco

Arley Reis/jornalista da Agecom

A restrição legal de pesquisas no Brasil com células-tronco extraídas de embriões fez a Universidade Federal de Santa Catarina avançar em um campo alternativo: o estudo de células-tronco adultas. São realizadas pesquisas para obtenção desse material a partir de pele, placentas, cordões umbilicais e dentes humanos. Assim como as embrionárias, as células-tronco adultas representam esperança para a recomposição de tecidos danificados, com potencial para tratamento de queimaduras e lesões no cérebro, como o AVC, assim como para o desenvolvimento de terapias direcionadas a doenças como o diabetes e a leucemia.

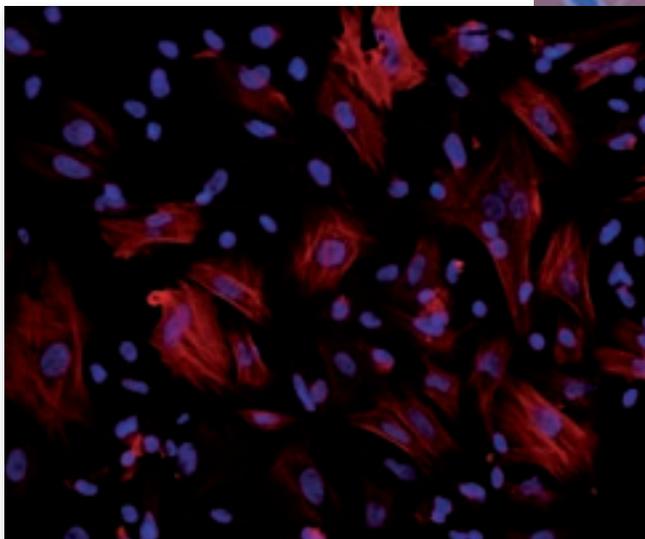
Na UFSC é investigada a transformação das células-tronco adultas em células hematopoiéticas (ligadas à geração dos diversos constituintes do sangue) e mesenquimais (que

podem gerar células nervosas). No Laboratório de Células-Tronco e Regeneração Tecidual (Lacert) foi desenvolvida tecnologia de obtenção de células-tronco mesenquimais a partir de cordão umbilical e placenta de partos realizados no Hospital Universitário. A equipe também desenvolveu tecnologia de obtenção de células-tronco a partir da pele. O sistema de amplificação *in vitro* é capaz de dobrar ou mesmo triplicar essas células.

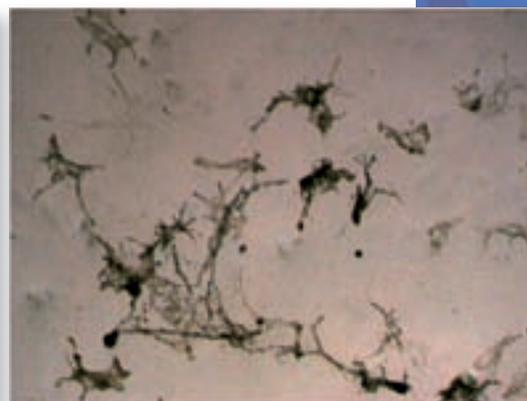
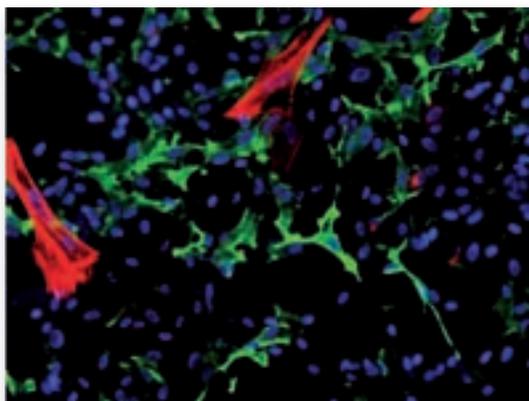
A técnica é uma alternativa para preparação de grandes quantidades de células-tronco mesenquimais e vem estimulando a realização de novas pesquisas. Entre elas, o uso desse material para tratamento do acidente vascular cerebral (AVC), doença neurológica que mais afeta o sistema nervoso e é a principal causa de incapacidades físicas e mentais no país. O objetivo das pesquisas é verificar o potencial de células-tronco na regeneração de lesões no cérebro e em nervos periféricos. A expectativa da equipe é colaborar com a difusão deste recurso terapêutico no Sistema Único de Saúde.

No caso das células-tronco hematopoéticas, a meta é de que sua geração em laboratório facilite transplantes de medula. Atualmente há no Brasil pelo menos 1.500 pacientes portadores de leucemia (câncer que compromete o desenvolvimento dos glóbulos brancos) e de outras doenças genéticas e auto-imunes que necessitam de um transplante de medula óssea e não têm doador compatível. Esses pacientes estão cadastrados em uma fila de espera do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome).

As células-tronco obtidas no laboratório da UFSC a partir de dentes têm potencial para diferenciação em osteoblastos (as células que geram o tecido ósseo) e células neuronais (que geram tecidos nervosos). As células-tronco de pele, com potencial para regeneração dérmica, representam uma esperança para o tratamento de grandes queimaduras. Estas células também apresentam um potencial de regeneração neural, podendo ser utilizadas no tratamento de diversas doenças neurológicas.



Células de músculo liso originadas a partir de células-tronco nas pesquisas desenvolvidas na UFSC (foto: Bianca Luisi Teixeira)



Células-tronco da crista neural de embriões de aves em observação no Laboratório de Células-Tronco e Regeneração Tecidual (fotos: Ricardo Castilho Garcez)

## Biologia do desenvolvimento

A Biologia do Desenvolvimento é uma área fascinante do conhecimento voltada para o estudo dos muitos eventos teciduais, celulares e moleculares que levam à transformação de uma única célula, resultante do processo de fecundação, em um novo indivíduo.

Estudos nesse campo ganharam força na UFSC com a implantação do Programa de Pós-graduação em Biologia Celular e do Desenvolvimento, em 2009, primeiro do país com suas especificidades, constituído em grande parte por professores do Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética.

Exemplos das pesquisas são os trabalhos realizados nos laboratórios do Centro de Ciências Biológicas que contemplam a compreensão do conjunto de mecanismos celulares e moleculares inerentes aos organismos vegetais e animais durante o seu desenvolvimento.

São desenvolvidas pesquisas em biologia celular, molecular, citogenética e ultraestrutura de diversos organismos vegetais e animais, utilizando modelos *in vivo* e *in vitro*. Há também investigações sobre processos de desenvolvimento em modelos animais e vegetais; sobre mecanismos celulares e moleculares espécie-específicos e conservativos da embriogênese, além de estudos voltados para a caracterização de patologias e o desenvolvimento de novas terapias.

## A UFSC e os projetos genoma

Arley Reis/jornalista da Agecom

O Brasil entrou na pesquisa em genômica nos anos 1990, tornando-se capaz de sequenciar os genes que são responsáveis pelas características de animais e plantas. Na UFSC os trabalhos também iniciaram nesta época, com o Projeto Genoma Brasileiro – Rede Nacional de Sequenciamento de DNA ([www.brgene.incc.br](http://www.brgene.incc.br)). A partir dessa ação, uma série de outras se seguiram para a implementação e melhoria de laboratórios e grupos de pesquisa, além de formação continuada de recursos humanos.

Na UFSC, os estudos são especialmente realizados junto ao Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia, ligado ao Centro de Ciências Biológicas. O trabalho é realizado por meio de redes de pesquisa integradas por instituições de diferentes estados e conta também na UFSC com a parceria de pesquisadores de outros centros de ensino. São projetos que vêm permitindo a geração de conhecimento e formação de docentes e pesquisadores em uma área estratégica. O sequenciamento completo ou de parte de um genoma é a base de um processo para que a informação contida no DNA seja explorada e compreendida por pesquisas em outras áreas, como a genômica funcional e a proteômica. A seguir, exemplos dos estudos que têm a colaboração da UFSC.

### Projeto Genoma Brasileiro — Rede Nacional de Sequenciamento de DNA

A ação permitiu que em 2001 fosse concluído o sequenciamento do DNA da bactéria *Chromobacterium violaceum*, empreendido por 25 laboratórios espalhados por todo o Brasil. Além de participar do mapeamento do DNA, a UFSC foi a instituição que propôs a *C. violaceum* como primeiro microorganismo a ser sequenciado pela rede de pesquisa. Estudos relacionam propriedades farmacológicas antitumorais ao pigmento de cor violeta dessa bactéria, que é também alvo de pesquisas em busca de moléculas com potencial para produção de novos medicamentos para doenças como a Leishmaniose e a doença de Chagas. Do ponto de vista biológico, a importância do microorganismo está relacionada a sua capacidade de produzir polímeros que podem gerar plásticos biodegradáveis. A expectativa é de que o conhecimento nesse campo possa auxiliar a produção desse tipo de plástico, para aplicações em próteses médicas e odontológicas.

### Rede Sul de Análises de Genoma e Biologia Estrutural — Programa de Investigações de Genomas Sul

Permitiu o sequenciamento do genoma da bactéria *Mycoplasma hyopneumoniae*, causadora da pneumonia de suínos de criação. A infecção causa prejuízo superior a U\$ 200 milhões por ano para os suinocultores. Na região Sul, a suinocultura propicia empregos, diretos e indiretos, a 2,5 milhões de pessoas. Mais de 30% do rebanho nacional

está na região, o que corresponde a cerca de 36,5 milhões de suínos. Se não leva à morte, a bactéria prejudica o crescimento dos animais. Alguns genes foram escolhidos para testes diagnósticos e pesquisa de vacinas que estão em fase de testes.

### Programa Genoma do Estado do Paraná

O projeto possibilitou o sequenciamento do genoma da bactéria *Herbaspirillum seropedicae*, escolhida por apresentar como principal característica a fixação de nitrogênio no solo, o que pode levar a uma redução do uso de fertilizantes nitrogenados na agricultura. O uso desse tipo de fertilizante gera custos superiores a U\$ 420 milhões por ano no Brasil.

### Projeto genoma EST do camarão *Litopenaeus vannamei*

Também desenvolvida em rede, a pesquisa vai mapear cerca de 300 mil seqüências de genes da espécie. Esse camarão é originário do Pacífico americano e, desde sua introdução no Brasil, vem se destacando como a principal espécie de cultivo no país, totalizando uma produção acima de 40 mil toneladas anuais. O mapeamento tem potencial para ser aproveitado, por exemplo, na produção de linhagens resistentes a doenças ou de melhor e maior crescimento, aumentando a produtividade da espécie. A base de conhecimento está disponível aos diferentes setores de pesquisa, desenvolvimento e produção no Brasil.

### Projeto genoma do *Anopheles darlingi*

O *Anopheles darlingi* é o principal transmissor da malária na América do Sul e Central. Os resultados serão comparados com o genoma do *A. gambiae*, vetor da malária no continente africano, que já foi sequenciado por um consórcio internacional. A expectativa é de que os resultados forneçam subsídios para compreensão de inúmeros fatores ligados à transmissão da doença e auxiliem no desenvolvimento de novas estratégias para o controle no Brasil. A malária atinge 500 milhões de pessoas e causa 1,5 a 2,7 milhões de óbitos por ano, sendo que aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas (34% da população mundial) vivem em áreas onde há risco de transmissão.

### Projetos genoma de parasitos

A rede nacional recentemente iniciou o estudo dos genomas de uma série de parasitos ([www.parasite.lncc.br](http://www.parasite.lncc.br)). Destacam-se o *Trypanosoma cruzi*, agente causador da doença de Chagas, e um segundo parasito do mesmo gênero, o *Trypanosoma rangeli*. A comparação dos genomas de organismos patogênicos como o *T. cruzi* com organismos que não determinam doenças em humanos e animais como o *T. rangeli* irá permitir a compreensão de desconhecidos aspectos da doença de Chagas, assim como determinar novos alvos para um diagnóstico mais específico e para o desenvolvimento de medicamentos e vacinas.

## Em sintonia com os desafios da proteômica

Arley Reis/jornalista da Agecom

Se na década de 1990 um dos desafios no campo da biotecnologia era a genômica, no século XXI os esforços se voltam à proteômica. Enquanto a primeira possibilita o mapeamento dos genes de determinado organismo, a segunda estuda o produto desse material. Nesse campo a pesquisa se volta à investigação do conjunto das proteínas de uma célula, pois essas estruturas são responsáveis pela formação e funcionamento dos organismos vivos.

O proteoma reflete o conjunto de proteínas expressas em determinada situação e, ao contrário do genoma, não é estático. Pode se modificar dependendo das condições e estímulos a que o ser vivo está exposto. A UFSC compartilha com pesquisadores de todo o mundo o desafio de avançar nesse campo do conhecimento.

Desde 2005 a Universidade integra a Rede de Proteoma do Estado de Santa Catarina (RPSC), criada com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc). Integram a rede UFSC, Universidade Regional de Blumenau (FURB), Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e Universidade do Vale do Itajaí (Univali), além da Embrapa Suínos e Aves.

As equipes estudam duas espécies de bactérias que já tiveram seu genoma sequenciado e que causam pneumonia em animais de grande importância econômica – a *Mycoplasma synoviae*, responsável pela doença em frangos, e a *Mycoplasma hyopneumoniae*, que ataca suínos. O objetivo é descobrir as proteínas associadas à capacidade da bactéria de infectar os animais, o que no futuro poderá ser aproveitado em estudos para produção de vacinas. São também investigadas proteínas que estão envolvidas na resposta imunológica do camarão de cultivo ao vírus da síndrome da mancha branca, doença que ataca esse crustáceo.

A Rede de Proteoma do Estado de Santa Catarina faz parte da Rede Integrada de Estudos Genômicos e Proteômicos, financiada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A partir dessas iniciativas grupos de pesquisa de diferentes estados estudam a proteômica de plantas de interesse regional (como macieiras e videiras) e de organismos marinhos (como algas e camarões). A UFSC também está integrada ao programa GenoProt, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), direcionado a pesquisas nas áreas de genômica e proteômica. Os estudos associam grupos de pesquisa multidisciplinares, visando à obtenção de novos produtos ou processos com potencial de aplicação nas áreas da Saúde, Agricultura, Indústria e Meio Ambiente. Os avanços neste campo permitem que a UFSC inaugure no ano de seu cinquentenário um Centro de Biologia Molecular Estrutural.



Estudos dão suporte ao desenvolvimento de produtos ou processos para as áreas da Saúde, Agricultura, Indústria e Meio Ambiente (foto: Manuel R. Couto)

## Estudos sobre a fauna marinha

Arley Reis/jornalista da Agecom

**A** pesca é um dos principais fatores de redução da biodiversidade no ambiente marinho. Estudos desenvolvidos por equipes integradas por professores e estudantes do Centro de Ciências Biológicas da UFSC buscam subsídios para avaliar e amenizar esse impacto. Exemplo é o projeto Ilhas do Sul, uma iniciativa multi-institucional e multidisciplinar direcionada a avaliar diferentes organismos marinhos que tradicionalmente têm sido estudados isoladamente. A meta é estudar de maneira sistêmica as complexas relações entre os organismos e o ambiente.

Uma das primeiras etapas do projeto possibilitou o levantamento de espécies e quantidades de peixes em ilhas do litoral de Santa Catarina. A pesquisa foi desenvolvida pela equipe do Laboratório de Biogeografia e Macroecologia Marinha e permitiu uma comparação entre habitats com diferentes graus de proteção contra a pesca, avaliando dez pontos localizados em cinco ilhas. Três pertencem a reservas e são protegidas por lei (Ilha da Galé, Ilha Deserta e Ilha do Arvoredo) e duas não têm restrição explícita à pesca, mas são importantes patrimônios ecológicos (Ilha do Campeche e arquipélago das Ilhas de Moleques do Sul). Relatório parcial do projeto indica que a fiscalização exercida na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo pode não estar contendo a pesca ilegal na área protegida, pois não foram detectadas diferenças significativas nos dados sobre espécies-alvo de pesca, como a garoupa e badejos, entre ilhas localizadas na reserva e em outras sem proteção.

Peixes predadores, as garoupas são bons indicadores da saúde do ambiente marinho, pois atuam na regulação da quantidade de indivíduos de outras espécies. Por seu valor de pesca, são também espécies-chave para avaliação da qualidade do ambiente marinho e monitoramento de áreas protegidas. Outro projeto envolvendo a fauna marinha adota essa espécie para uma comparação entre reservas marinhas de interesse pesqueiro e reservas biológicas. O projeto Ecogaroupa é desenvolvido na Reserva Marinha de Cabo de Palos-Islas Hormigas (Espanha) e na **Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (Brasil)**. Adotando também o censo visual, o trabalho vai avaliar quais são as condições ambientais que afetam a distribuição e o uso do habitat por esta espécie, em diferentes fases de seu ciclo de vida. Vai também determinar o tamanho do espaço que a espécie necessita para viver e avaliar suas migrações, entre diversos outros aspectos, possibilitando uma comparação entre reservas marinhas de interesse pesqueiro e reservas biológicas (a mais restritiva das categorias de unidades de proteção, sendo destinada exclusivamente para a proteção da biodiversidade e permitindo o acesso de humanos apenas para a pesquisa científica e para atividades de educação ambiental).



Desafio do projeto é estudar de maneira sistêmica as complexas relações entre os organismos marinhos e o ambiente (fotos: Sergio R. Floeter)

## Mamíferos aquáticos

Arley Reis/jornalista da Agecom

No campo da Ecologia e Zoologia, a UFSC é referência nas pesquisas com mamíferos aquáticos. Os estudos nesse campo iniciaram na década de 1980. O grande número de carcaças de golfinhos, baleias, lobos-marinhos e focas coletadas ao longo do litoral catarinense e as primeiras observações realizadas em mar aberto estimularam o início de um inventário da fauna e a criação de uma coleção científica.



Entre as pesquisas estão os estudos sobre a pesca cooperativa entre golfinhos e pescadores em Laguna (fotos: Lamaq)

Atualmente o acervo do Laboratório de Mamíferos Aquáticos (Lamaq) engloba também mamíferos terrestres, contabilizando mais de três mil peças preservadas, cerca de 400 de mamíferos aquáticos. Dezenas de trabalhos de conclusão de curso, mestrado e doutorado são desenvolvidos com o apoio desse material, referência na América Latina. O laboratório realiza também ações de educação ambiental, recebendo alunos da rede pública e privada, realizando exposições, cursos e palestras de divulgação científica.

São desenvolvidos diversos projetos nas áreas de ecologia comportamental e etnobiologia, e também em estrutura dos esqueletos e osteologia (estudo dos ossos). A equipe gerenciou dois projetos internacionais: o Censo de Baleias Minke da Costa do Brasil e Monitoramento de Baleias Jubarte por Satélite. Atualmente participa com o Instituto Baleia Jubarte dos estudos populacionais dessa espécie na costa da Bahia. Os estudos sobre uso de habitat, censos populacionais, estrutura social e monitoramento de golfinhos (especialmente *Tursiops truncatus* e *Sotalia guianensis*) ao longo da costa fornecem subsídios para manejo e sua conservação na Barra de Laguna (SC), Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim (SC), Reserva Ecológica dos Carijós (SC), Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (SC), Baía da Babitonga (SC) Baía de Paranaguá (PR) e Caravelas (BA).

## Restauração de florestas degradadas

Arley Reis/jornalista da Agecom

Os oceanos e as florestas tropicais, entre elas a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica, são os ecossistemas de maior biodiversidade. Essa riqueza implica também uma série de desafios para conter o desmatamento e produzir conhecimento para aproveitamento adequado. No caso das florestas, a pesquisa busca formas de conciliar a proteção dos remanescentes com atividades de geração de trabalho e renda, agregando valor aos produtos florestais e gerando suporte científico para discussão e revisão da legislação ambiental. A UFSC contribui com esse processo.

Estudos desenvolvidos junto ao Departamento de Botânica deram suporte ao desenvolvimento de uma tecnologia para recuperação de florestas degradadas. Nucleação, sucessão, conectividade da paisagem, permeabilidade, transposição de solo e chuva de sementes são alguns dos termos presentes na produção bibliográfica assinada pela equipe.

A terminologia técnica mostra o suporte científico alcançado pelo grupo para criar condições de que a própria natureza retome seus processos. A escolha do título dos cursos que levam a tecnologia para diferentes públicos (Restauração de áreas degradadas – Imitando a Natureza) sintetiza os princípios adotados.

O princípio básico é a nucleação, técnica que reúne uma série de estratégias para favorecer o retorno de plantas e animais às áreas degradadas. Para reconstituir a biodiversidade, diversas técnicas são associadas: poleiros artificiais, refúgios para a fauna, transposição de solo e chuva de sementes.

Mas, em conjunto, todas as tecnologias não devem ocupar mais de 5% da área a ser restaurada (daí a denominação nucleação), para que o restante seja propício às “eventualidades da natureza”. Aos poucos os núcleos foram aglomerados de vegetação densa, que se destacam na paisagem como os primeiros locais de abrigos para a fauna e produção das primeiras sementes na área. Todas estas tecnologias são apenas gatilhos para que os processos naturais sejam recuperados.

## Pesquisas na Lagoa do Peri

Arley Reis/jornalista da Agecom

A Lagoa do Peri é um dos principais reservatórios de água doce da costa catarinense, fonte de abastecimento da população do sul da Ilha de Santa Catarina. O Parque Municipal da Lagoa do Peri foi delimitado com o objetivo de conciliar a proteção dos ecossistemas (rios, restinga, mata, lagoa) com práticas educacionais, científicas e recreativas que envolvam a comunidade local. É proibida qualquer atividade de exploração dos recursos naturais, mas o aumento da população e da pressão imobiliária e a demanda pelo recurso hídrico têm intensificado o impacto nesse ambiente.

Ainda incipiente, o conhecimento científico sobre a lagoa aumentou consideravelmente nos últimos anos e tem a colaboração da UFSC. São informações que podem contribuir com a elaboração de propostas de conservação e uso sustentável. Um estudo pioneiro foi o realizado em 1978, avaliando as características físico-químicas e biológicas da lagoa. O trabalho gerou dados sobre peixes, caranguejos e camarões, sobre o plâncton e fauna bentônica, pH, temperatura, salinidade e teor de oxigênio dissolvido, além de determinar a batimetria e sedimentologia do fundo desse corpo d'água.

Outras pesquisas vêm sendo realizadas, abordando temas como caracterização física e socioambiental do parque, qualidade da água, presença de cianobactérias (espécie de alga que pode produzir toxinas, causando problemas de saúde pública e danos ao meio ambiente). Há ainda estudos sobre influência da preservação das nascentes sobre a fauna aquática, vegetação de Mata Atlântica, pessoas e plantas no Sertão do Peri, mamíferos aquáticos, aves e insetos como as formigas de chão. Atividades de extensão, como o seminário Peri em Foco, periodicamente compartilham com a comunidade os resultados desses estudos.

## Ecologia humana e etnobotânica

Arley Reis/jornalista da Agecom

A Etnobotânica é a ciência que estuda e interpreta a história e a relação entre as plantas e os homens em uma determinada localidade. Esse conhecimento ajuda a conhecer as sociedades, suas culturas e até mesmo a recuperar a história. Congregando vários ramos do conhecimento humano, como a História, a Antropologia, a Botânica e a Ecologia, a Etnobotânica utiliza o conhecimento tradicional de determinadas populações locais em prol da melhoria da qualidade de vida das pessoas e da conservação do ambiente.

Uma série de trabalhos com essa filosofia é desenvolvida por integrantes do Centro de Ciências Biológicas. Uso e conhecimento tradicional de plantas medicinais no Sertão do Ribeirão; transformações na relação entre pessoas e plantas na planície do Campeche; plantas de uso medicinal nas comunidades da Costa da Lagoa e do Canto dos Araçás e caracterização da pesca artesanal no mosaico de áreas protegidas do litoral de Santa Catarina são exemplos.

Em um dos projetos mais recentes a UFSC atua em parceria com a Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi) para colaborar com a criação de uma unidade de conservação. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Areais da Ribanceira (RDS) foi planejada para auxiliar as populações tradicionais, incentivando o aproveitamento sustentável dos recursos da região.



Em um dos projetos mais recentes a UFSC atua em parceria com a Associação Comunitária Rural de Imbituba (foto: Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica)

## Centro de Comunicação e Expressão (CCE)

O Centro de Comunicação e Expressão reúne os cursos de Graduação em Design (com habilitações em Design Gráfico, Animação e Produto), Jornalismo, Letras-Português, Letras-Línguas Estrangeiras (com habilitações em Inglês, Francês, Italiano, Espanhol, Alemão e Secretariado Executivo), Letras-Libras, Cinema e Artes Cênicas, além de quatro a Distância (Licenciaturas em Letras-Português, Letras-Espanhol e Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras). Em nível de Pós-Graduação, o CCE oferece seis cursos, sendo quatro com mestrado e doutorado (Linguística, Literatura, Inglês e Estudos da Tradução) e dois com mestrado (Jornalismo e Design).

O prédio é dividido em dois blocos, sendo que um deles é o mais antigo do *campus* principal da Universidade, onde funcionava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desde antes da criação da UFSC em 1960. A partir de 1970, quando todos os cursos da UFSC foram instalados no atual campus da Trindade – até então, diversos cursos funcionavam em prédios no centro de Florianópolis – o prédio (hoje do CCE) passou a abrigar o Centro de Estudos Básicos. Nele, os alunos de todas áreas cursavam as disciplinas dos dois primeiros anos da graduação – eram as chamadas “disciplinas básicas”, razão do apelido “Básico”, pelo qual o CCE é chamado até hoje.

Alguns dos projetos incluídos neste livro são recentes, como o trabalho Improvisação em Contato, que faz parte do recém-criado Departamento de Artes Cênicas. Outros não estão mais em funcionamento – como o *Unaberta*, portal de notícias feito por alunos do curso de Jornalismo –, mas ganharam destaque devido à grande relevância que tiveram dentro da comunidade universitária. De qualquer maneira, é importante ressaltar que o CCE reúne ainda vários projetos de pesquisa e extensão que, por força do espaço e da dificuldade em selecionar alguns e excluir outros, acabaram sendo deixados de fora do livro.

A revista virtual *Punctum*, por exemplo, é produzida por alunos do curso de Cinema e permite o exercício das críticas e análises cinematográficas já dentro da Graduação. No curso de Jornalismo são produzidos e distribuídos os jornais *Zero* e *Quatro*, além da revista semestral *Mequetrefe* – todos com textos dos alunos da graduação, permitindo que seja exercido o conhecimento adquirido até então em sala de aula.

Além disso, no CCE também estão em funcionamento vários projetos e núcleos de pesquisa, alguns bastante relevantes dentro do ambiente acadêmico. O Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, por exemplo, inclui o Núcleo de Pesquisa em Informação, Literatura e Linguística (NUPILL), o Núcleo de Estudos Literários e Culturais (NELIC), o Projeto Variação Linguística Urbana de Região Sul (VARSUL), o Projeto Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil, entre outros. Já o Núcleo de Gestão de Design (NGD) incentiva alunos de graduação e pós-graduação de Design, além de profissionais de várias outras áreas, a trabalhar com o desenvolvimento de atividades relacionadas à área do curso e ao desenvolvimento de estratégias para organizações.

A estrutura do CCE também apresenta especificidades em relações a outros centros. Com a inauguração do curso de Licenciatura em Letras-Libras (Língua Brasileira de Sinais), por exemplo, foi criado o laboratório de videoconferência, que contou com o auxílio logístico de vários departamentos para ser concluído. O espaço funciona desde 2006, e atualmente é dividido em dois, atendendo regularmente a quatro cursos de graduação a distância e uma pós, além de oferecer atendimento a outras necessidades do Centro, como defesas de teses ou reuniões a distância.

Com mais de 2 mil alunos de graduação e cerca de 500 de pós, o CCE ocupa um lugar de destaque dentro da Universidade. Em 2009, contava-se com 146 docentes efetivos e 46 substitutos. Apenas em 2008, foram formados 270 alunos do Centro, além de 100 defesas de Teses e Dissertações.

## Videoconferências melhoram o ensino pela internet

Gabriel Luis Rosa/bolsista de jornalismo

O Laboratório de Videoconferências do CCE foi criado em 2006, junto com a fundação do Curso de Licenciatura em Letras Língua Brasileira de Sinais (Libras). Atualmente, outros quatro cursos também utilizam o laboratório: Bacharelado em Letras Libras, Letras Português, Letras Espanhol e Pós-Graduação em Estudos da Tradução.

Inicialmente alocado em uma sala junto ao auditório do CCE, agora o Laboratório ocupa dois espaços maiores no Bloco B, atendendo regularmente, além dos quatro cursos de graduação e o de pós-graduação, outras requisições do Centro. “Todo o CCE auxilia no funcionamento da sala. Os cursos de línguas ajudaram nas instalações iniciais, além da pós-graduação do Jornalismo, do Departamento de Design, entre outros”, explica o coordenador do Laboratório, Roberto Dutra Vargas.

O projeto conta hoje com o auxílio de sete bolsistas da graduação, que trabalham na edição de vídeos, nas videoconferências pela Internet e no auxílio aos professores dos cursos. A estrutura do local inclui câmeras para o *streaming* (transmissão ao vivo), mesas de edição e um espaço próprio para o professor, com fundo azul e uma TV de plasma para as aulas que utilizem apresentações. “Apesar de termos mudado de sala em 2008, continuamos em constante adaptação, testando”, afirma o coordenador.

As experimentações são feitas pelo próprio Roberto Vargas, com auxílio dos bolsistas. Como cada curso tem suas especificidades, o Laboratório deve ser adaptado a alunos e aulas diferentes. “O maior diferencial do Libras, por exemplo, é que ele exige uma maior qualidade da transmissão de vídeo, e também um maior contraste de cores. Nos outros cursos, mesmo com uma transmissão razoável, já é possível realizar uma aula graças ao áudio – ao contrário do Libras”, ressalta o coordenador.



Laboratório atende graduação e pós-graduação do CCE (foto: Derlis Cristaldo)

## Integrando o Sistema Universidade Aberta do Brasil

Gabriel Luis Rosa/bolsista de jornalismo

Os cursos de Letras Português, Letras Espanhol e o de Pós-Graduação em Estudos da Tradução fazem parte do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), um projeto do governo federal que visa levar o Ensino Superior gratuito a locais até então com pouco acesso. As aulas desses cursos são transmitidas do Laboratório para várias cidades do

estado, e os polos – também equipados com câmera e microfone – podem dialogar em tempo real com o professor.

Já as videoconferências dos cursos de Letras Libras da UFSC são feitas com alunos em universidades de vários estados, com professores de Florianópolis, do Rio Grande do Sul e de Brasília, mas organizado de uma maneira semelhante à da UAB.

O Curso de Licenciatura em Língua Brasileira de Sinais foi criado em 2006, e une aulas presenciais e a distância com material didático impresso, *online* e gravado em DVD, produzido por uma equipe específica dentro da UFSC. A primeira turma do Bacharelado em Letras Libras iniciou em 2008.

## Mais de cinquenta mil pessoas passaram pelo Curso de Línguas Estrangeiras

Gabriel Luis Rosa/bolsista de jornalismo

O curso extracurricular de línguas estrangeiras, em funcionamento desde meados da década de 1970, é um projeto de extensão oferecido pelo Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE). Com aulas em cinco idiomas – inglês, francês, espanhol, alemão e italiano –, além do curso de português para estrangeiros, atende a cerca de 1.200 alunos por semestre. Aproximadamente 51 mil pessoas já passaram pelas salas de aula.

A professora Susana Maria Fontes está no projeto desde 1975, e é coordenadora do Curso de Português para Estrangeiros. Ela lembra que “no começo, o projeto era totalmente ligado à chefia do Departamento. Não havia a figura de um coordenador, uma secretaria, nem funcionários especialmente contratados para administrar o curso extracurricular, nem bolsistas para auxiliar. Era tudo muito menor”.

Hoje, mais de noventa professores trabalham no projeto, todos alunos de graduação e pós-graduação da UFSC. “A atuação dos estudantes no projeto é muito produtiva. Além de significar uma fonte de renda imprescindível para a permanência deles na UFSC, também lhes proporciona um campo de trabalho valioso na aquisição de experiência profissional”, explica a professora Susana.

Cada semestre tem cerca de 60 horas/aula, divididas em duas aulas semanais. O valor pago em 2010 para cursar um semestre foi de R\$ 275,00 para a comunidade universitária (universitários, alunos do Colégio de Aplicação, funcionários técnico-administrativos, professores) e de R\$ 470 para a comunidade em geral.

## Rádio Ponto, mais de uma década no ar

Gabriel Luis Rosa/bolsista de jornalismo

A Rádio Ponto UFSC é uma emissora que tem o seu conteúdo produzido pelos alunos do Curso de Jornalismo, tanto ligados a carga horária de disciplinas quanto de maneira voluntária, e também pelos bolsistas, professores e técnicos do Laboratório de Radiojornalismo. Com uma programação ininterrupta desde a sua criação, em 1999 foi criada como um Trabalho de Conclusão de Curso das então formandas do Curso de Jornalismo Fabiana de Liz e Sabrina D’Aquino, tornando-se logo após em um projeto de extensão.

A cada semestre, a programação da Emissora recebe novas produções, que fazem parte da grade diária e ficam disponíveis no seu acervo *online*. Também veicula notícias e programas ao vivo diariamente. A Rádio, que hoje se consolida num formato de programação mais próximo do *-talk and news-*, também tem se destacado em coberturas especiais, como nas eleições para reitor, nos vestibulares da UFSC, nas greves universitárias, nos eventos da Universidade e nas edições das Semanas de Pesquisa e Extensão da UFSC (Sepex).

Para a professora da disciplina Radiojornalismo, Valci Zuculoto, “mesmo a Rádio Ponto não sendo uma emissora convencional, com concessão para transmitir por ondas sonoras em AM ou FM, o fato de ser produzida em uma universidade pública faz com que seu papel seja a produção voltada ao interesse público.” A programação pode ser ouvida na internet, em [www.radioponto.ufsc.br](http://www.radioponto.ufsc.br), e também em circuito interno de FM, com alcance somente para o *campus* universitário da Trindade, na frequência 106.1.



Acadêmicos de Jornalismo produzem e apresentam os programas da emissora (foto: Gabriel Luís Rosa)

## O pioneirismo do Portal Universidade Aberta

Gabriel Luis Rosa/bolsista de jornalismo

O portal Universidade Aberta *Online* (Unaberta) foi criado em 1997 para veicular notícias sobre a UFSC e o Ensino Superior no país, além de familiarizar os alunos do Curso de Jornalismo com o ambiente de uma redação. O conteúdo era produzido por mais de trinta alunos bolsistas a cada semestre e pelo menos outros vinte estudantes extracurriculares ou voluntários, também semestralmente, além de profissionais jornalistas e técnicos da área de Comunicação. Em 2006, quando o projeto foi encerrado, o *site* já contabilizava mais de três milhões de acessos, com cerca de seis mil visitas diárias.

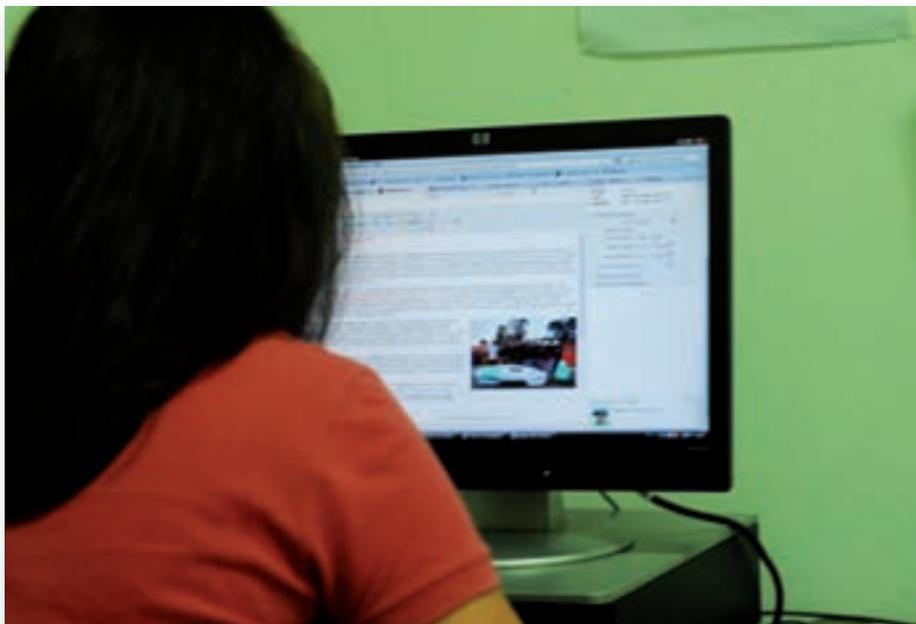
Inicialmente um programa diário de rádio sobre a UFSC, o projeto Unaberta começou em 1991 em espaço cedido na extinta Rádio União. Depois passou a ser transmitido, também diariamente, pela Rádio Barriga Verde. Na década de 1990, ainda contou com páginas nos jornais *O Estado* e *A Notícia Capital*, e também com um programa de televisão nas TVs UFSC e Cultura. Em 1997, foi criado então o portal – o primeiro *site* jornalístico de atualização diária em Santa Catarina e entre as universidades brasileiras.

Segundo Valci Zuculoto, uma das fundadoras e coordenadoras do Unaberta, “o projeto foi importante porque complementou a formação dos estudantes de jornalismo da UFSC e prestou serviços tanto à comunidade universitária quanto à sociedade em geral, integrando a comunidade e a Universidade, informando e educando ao mesmo tempo”. O *site* encerrou suas atividades em 2007 por não obter mais o volume de bolsas, estrutura e os recursos necessários ao seu funcionamento e produção diários.

## Site Cotidiano explora potencialidades do jornalismo online

Gabriel Luis Rosa/bolsista de jornalismo

O portal Cotidiano é um projeto de extensão criado no início de 2007 para incentivar a produção de materiais que explorem os novos formatos do jornalismo *online*. As reportagens são escritas por alunos bolsistas e voluntários do Curso de Jornalismo da UFSC, e exploram temas diversos relacionados à comunidade universitária.



Trabalho reconhecido: portal recebe entre 1.200 e 1.500 visitas diárias (foto: Gabriel Luis Rosa)

As matérias produzidas pela equipe, que conta em média com dez pessoas por semestre, são publicadas no endereço [www.cotidiano.ufsc.br](http://www.cotidiano.ufsc.br), e a página recebe entre 1.200 e 1.500 visitas diárias. Além das reportagens feitas dentro das especificidades do novo meio, o portal também traz vídeos e hiper mídias – matérias que exploram o texto, o áudio e a imagem ao mesmo tempo.

A professora Maria José Baldessar, coordenadora do portal, explica que “a internet, como uma nova mídia, exige conhecimento de suas características. Como é um projeto experimental, permite-nos acertar e errar; avaliar e retroceder. Além disso, é um dos grandes potenciais de mercado profissional na atualidade e futuro”.

A produção dos alunos é revisada pelos professores responsáveis pelo portal.

O *site* faz parte do Núcleo de Televisão Digital Interativa (NTDI), que é vinculado ao Departamento de Jornalismo e atua na pesquisa e produção de conteúdo para a TV interativa.

## Cinema com debate

Gabriel Luis Rosa/bolsista de jornalismo

O Cineclube Rogério Sganzerla surgiu em 2005, no semestre inaugural do Curso de Cinema na UFSC. Criado com o objetivo de apresentar ao público universitário filmes pouco acessíveis e de importância histórica, a atividade é conduzida por estudantes do Curso, contando também com o apoio do Centro Acadêmico de Cinema e do Laboratório de Estudos de Cinema (LEC). As sessões são realizadas às quintas-feiras no auditório do Centro de Comunicação e Expressão (CCE).

Em 2006, o Cineclube foi contemplado pelo Programa de Extensão Universitária, oficializando-se como projeto de extensão e tendo como sessão inaugural o filme *O bandido da luz vermelha*, obra de 1968, do diretor catarinense patrono do Clube. Hoje, mais de cem longas-metragens já foram exibidos pelo Cineclube, incluindo clássicos do cinema brasileiro e mundial, como *Um cão andaluz*, *Terra em transe* e *Macunaíma*.



Cineclube homenageia o diretor catarinense Rogério Sganzerla (foto: Creative Commons)

Ainda que em fase de testes durante o primeiro ano do projeto, o formato escolhido para as sessões semanais já incluía debates após as exposições, que são realizados até hoje e mediados pelos alunos do Clube e pelo professor coordenador Jair Tadeu Fonseca. A programação e as sinopses dos filmes exibidos, além de mais informações sobre o Cineclube, podem ser encontrados no *site* [www.cineclube.ufsc.br](http://www.cineclube.ufsc.br).

## Acesso livre nas oficinas do Núcleo de Produção Digital

Gabriel Luis Rosa/bolsista de jornalismo

O Núcleo de Produção Digital de Santa Catarina (NPD-SC) funciona desde 2009, por meio de um convênio entre o Curso de Cinema da UFSC, a Cinemateca Catarinense, o Fundo Municipal de Cinema de Florianópolis (FUNCINE) e o Ministério da Cultura. O projeto surgiu a partir do lançamento do edital do programa Olhar Brasil, criado pelo governo federal para incentivar a atividade audiovisual e aumentar a reflexão sobre o tema no país.

O principal eixo de trabalho do NPD-SC tem sido a realização de oficinas gratuitas e abertas ao público em geral, divididas em introdutórias e avançadas. O público das primeiras costuma ser mais amplo, enquanto o das avançadas são mais especializados, geralmente profissionais da área, estudantes de Cinema ou interessados que já possuem algum conhecimento específico sobre os temas tratados.

As oficinas são criadas a partir de informações sobre as principais demandas a serem cobertas na área do audiovisual em Florianópolis e em Santa Catarina. Já os profissionais responsáveis pelas aulas “são sugeridos e escolhidos em função de reconhecido mérito e atuação, além de experiência docente, na área contemplada por cada oficina”, explica Cláudia Mesquita, professora do Curso de Cinema da UFSC e integrante do Conselho Gestor do NPD.

## Design valoriza a agricultura familiar em Santa Catarina

Camila Collato/bolsista de jornalismo

Utilizar o design para promover desenvolvimento social. Isso é o que propõe o projeto *Valorização de produtos da agricultura familiar* desenvolvido desde 2002 pelo Núcleo de Gestão de Design do CCE da UFSC. A ideia de trabalhar em conjunto com pequenos agricultores familiares surgiu em 2000, mas se concretizou dois anos depois com apoio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (FUNCITEC) e da Faculdade Barddal.

A primeira ação do projeto foi no município de Mafra, onde profissionais de Design, Engenharia de Alimentos, Agronomia e Ciências da Informação trabalharam juntos na elaboração de uma proposta de valorização de produtos regionais, como conservas, mel, frango caipira e bolachas. Notou-se que os produtos possuíam baixo poder de competitividade no mercado, já que sua apresentação não era adequada. Por meio da elaboração de novas embalagens e rótulos, o grupo conseguiu divulgar e comunicar aos consumidores as características do produto como: matérias-primas, processos de fabricação, composição, entre outros.

O professor Eugênio Merino, coordenador do Núcleo, explica que “a gestão de design focada na valorização precisa abranger três conceitos: diferenciação, competitividade, sustentabilidade ambiental e social”. Esses projetos de apoio à produção regional auxiliam a manter os pequenos produtores no campo. A intenção não é competir com os produtos industrializados, mas fortalecer o que há de típico em cada localidade.

O Núcleo desenvolveu uma nova etapa do projeto em 2003 e 2004, juntamente com a Secretaria de Estado da Agricultura, o Instituto CEPA-Epagri (Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e o Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária. As regiões atendidas foram Canoinhas, Porto União e Itapiranga. Esse trabalho rendeu ao Núcleo três prêmios *Design Catarina MPE* em 2005: desenvolvimento de identidade visual para a Associação de Grupos de Pequenos Agricultores de Canoinhas e Região (Agrupar); desenvolvimento

de embalagem *premium* para a cachaça “Beleza” da Indústria de Derivados de Cana-de-Açúcar de Itapiranga; e desenvolvimento de identidade visual para cachaça do produtor Hermes de Ré, de Palma Sola-SC.

Em 2004 e 2005 começaram os trabalhos em Urussanga (vinho e cachaça), Videira (vinho), São Miguel d'Oeste (cachaça) e Chapecó (panificação). A cada nova etapa, o Núcleo acompanha durante seis meses, em média, os agricultores e associações fazendo cerca de cinco visitas por localidade.

As ações em Mafra, Canoinhas, Porto União e Itapiranga estão registradas em dois livros: *Valorização de produtos da agricultura familiar através do Design e Design valorizando produtos da agricultura familiar*. O Núcleo de Gestão de Design também produziu um DVD com imagens das atividades com os agricultores e com reportagens realizadas sobre o projeto e veiculadas em redes de televisão como Globo, RBS e Futura.

Atualmente, está sendo desenvolvido um projeto internacional de pesquisa juntamente com a Universidad de los Andes, da Venezuela, e com a Asociación Perú Green Day, do Peru. Além da necessidade de compreender a forma e a realidade da produção de pequenos grupos familiares, também é focado o direito à proteção legal das marcas desenvolvidas. A pesquisa tem apoio do CNPq, UFSC, FAPESC e Epagri.

## Dança, performance e ativismo nos projetos de Artes Cênicas

Gabriel Luis Rosa/bolsista de jornalismo

Sendo uma das graduações mais recentes na Universidade, o Curso de Artes Cênicas (Habilitação em Teatro) conta com projetos que ainda estão em fase de experimentação. A coordenadora Janaína Träsel Martins explica que até o primeiro semestre de 2010 ela era a única professora titular, além de ser a responsável pelo primeiro projeto de Extensão do Departamento. “Entretanto, hoje há outras atividades bastante interessantes, com focos em várias áreas”.

Com duração de 2009 ao final de 2010, o projeto “Improvisação em contato: poéticas do corpo” teve como objetivos a difusão, a reflexão e a promoção da dança contemporânea. O trabalho promoveu ações educativas para a formação e qualificação artística de professores, alunos e da comunidade em geral.

As atividades realizadas pelo grupo incluíram aulas de dança gratuitas para a comunidade dentro do *campus* da UFSC e em Centros Comunitários de Florianópolis, além de palestras e encontros de estudos sobre as poéticas do corpo. “Trata-se de uma ação que trabalhou com a ampliação das oportunidades educacionais através da interação do conhecimento acadêmico com o saber popular”, ressalta a coordenadora do Curso de Artes Cênicas.

O projeto, contemplado pelo edital do PROEXT/MEC/UFSC de 2009, reuniu diversas práticas da dança contemporânea, com ênfase na dança cênica, na linguagem do contato e na improvisação. As atividades contaram ainda com o apoio de dois alunos do Curso de Artes Cênicas e de duas professoras de dança.

Outras pesquisas também comentadas pela coordenadora do Curso incluem o trabalho “Performance, Artes Cênicas e Tecnologia”, do professor Rodrigo Garcez, e o “Laboratório de Interface entre Arte e Ativismo (LIAA)”, sob a coordenação do professor Fabio Salvatti.

A primeira teve seu início em agosto de 2010, e estuda as relações da dança com a *performance*, o teatro e os meios tecnológicos. O grupo inclui *performers* e pesquisadores, além de bolsistas da graduação em Artes Cênicas da UFSC.

Já o segundo trabalha, desde outubro de 2010, na investigação, documentação e no desenvolvimento de ações que abordem as fronteiras entre arte e ativismo. Este laboratório interdisciplinar tem como metas atrair pesquisadores das áreas das Artes, Ciências Sociais, Filosofia, História, Comunicação e afins, para funcionar ao mesmo tempo como um arquivo multimidiático sobre o tema e como um polo de produção.

## Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)

**E**m 10 de agosto de 1984, o Conselho Departamental do Centro Sócio-Econômico aprovou, por unanimidade, a criação do Centro de Ciências Jurídicas, decisão devidamente homologada pelo Conselho Universitário da UFSC em outubro do mesmo ano. O Centro foi oficialmente instalado em 1985 e funcionou até dezembro de 1998 nas dependências do CSE, sendo que a partir desta data passou a ter prédio próprio. A partir de março de 2006 teve ampliado seu espaço físico, com a construção do prédio que abriga a administração central, biblioteca, auditório e EMAJ.

Atualmente, oferece a graduação no período diurno ou noturno e possui 20 salas de aulas, seis de multimídia, uma biblioteca setorial com 15 mil exemplares entre outros ambientes. Com 855 alunos de graduação, 55 professores efetivos e 19 substitutos, o curso de Direito desenvolve projetos voltados ao atendimento cidadão e se destaca como um dos mais bem sucedidos nos exames da OAB. Um dos projetos de extensão, o Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ), atende anualmente cinco mil pessoas e concilia os interesses da população carente com o acesso à Justiça por meio da universidade.

Em 1991 foi instalada uma Vara Cível como uma extensão do Judiciário catarinense, para dar maiores condições aos alunos do EMAJ de estágio e aprendizado jurídico. Como consequência do sucesso do empreendimento, em 2003 foi construído o prédio do Fórum do Norte da Ilha, onde hoje funcionam Varas Cíveis e Criminais que permitem o ajuizamento das ações nessas áreas oriundas do atendimento feito no Escritório Modelo. O Fórum localiza-se ao lado do CCJ, a poucos metros do Emaj.

Há ainda o Laboratório de Informática Jurídica, um espaço de apoio à realização de trabalhos e pesquisas acadêmicas no CCJ, além de ter sido o local onde a *Buscalegis* foi desenvolvida. Criada em 1997, essa biblioteca jurídica virtual está disponível na internet e facilita o acesso a trabalhos científicos relativos às áreas do direito. O curso também oferece Pós-Graduação que possui, hoje, 23 doutores credenciados como professores permanentes e vários professores colaboradores e convidados nacionais e estrangeiros.

O CCJ destaca-se pelo elevado conceito dentre os maiores centros de pesquisa e ensino no Direito, oferecendo cursos na sede e em outros estados da federação. Perfeitamente integrado ao processo de democratização da pesquisa jurídica, realiza constantemente intercâmbio cultural com renomadas Instituições da Europa e das Américas.

## Lições de cidadania nas escolas públicas

Camila Collato/bolsista de jornalismo

Desenvolvido durante dois anos, o projeto de extensão *Lições de cidadania* atendeu a mais de 650 alunos de três escolas públicas em comunidades carentes da capital, ou que possuíam altos índices de criminalidade e violência urbana. A iniciativa envolveu cerca de trinta estudantes de graduação e pós-graduação da UFSC. Foram realizadas semanalmente atividades de formação com os alunos do Ensino Fundamental ao Médio da Escola Estadual Padre Anchieta, Colégio Dutra Machado e Escola Estadual Básica Getúlio Vargas.

As metodologias de trabalho variaram conforme a faixa etária. Os acadêmicos foram distribuídos em três equipes, subdivididas em duplas ou trios para atender às turmas. Segundo a coordenadora do projeto, professora Thaís Collaço, “trabalhar direito é mais do que abrir um Código. É relacionar com a realidade social das pessoas”. Com os alunos mais novos, os extensionistas utilizaram materiais como revistas em quadrinhos com conteúdos sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente* e jogos para trabalhar conceitos jurídicos.

O objetivo principal das atividades foi informar e educar os alunos sobre noções básicas da cultura jurídica por meio de conhecimentos ligados diretamente à vida cotidiana, tais como direito ao voto, ao trabalho, acesso à justiça, entre outros. Esse tipo de formação visa combater o tráfico de drogas e prevenir a violência entre os alunos. O envolvimento das direções das escolas foi um dos requisitos para o bom andamento, ou não, do projeto. “O apoio das direções foi variável porque os alunos começaram a questionar procedimentos internos e métodos das próprias escolas onde estudavam”, explica Thaís.

Para Fernanda Vasconcelos, mestranda e ex-aluna do Curso de Direito que atuou como coordenadora da equipe de trabalho do Colégio Dutra Machado, a experiência proporcionada pelo projeto permitiu um envolvimento na formação pessoal e profissional dos alunos das escolas. “O *Lições de cidadania* ajudou-me a compreender o próprio valor do Direito e do diferencial do profissional que é sensível às demandas sociais. Não imagino a minha formação acadêmica e profissional sem essa extensão, pois foi com os conhecimentos adquiridos nela que foi desenvolvida outra proposta, *Reconhecer- Ação de Direitos Humanos e Cultura Popular no Centro Educacional Regional São Lucas*. Ainda como reflexo foi minha entrada no mestrado para continuar trabalhando nesta área do Direito da Criança e do Adolescente.”

## Justiça para os menos favorecidos

Camila Collato/bolsista de jornalismo

Promover o acesso da população carente à justiça e qualificar futuros profissionais do Direito é a proposta do Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ), criado em 1975. Vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, o EMAJ presta serviços gratuitos nas áreas de Direito da Família, Direito Civil, Direito Penal, Direito Trabalhista e Direito previdenciário. Alunos da 7ª, 8ª, 9ª e 10ª fase, orientados por um grupo de 14 professores, estagiam no local de segunda à quinta-feira. Divididos em equipes de duas ou três pessoas, os estagiários elaboram toda documentação necessária às ações que são responsáveis, encaminham, fazem acompanhamento em juízo, ou seja, vivenciam a realidade do judiciário brasileiro.

O professor Carlos Danilo Moreira Pires explica que até a 6ª fase o aluno recebe a formação teórica que será aliada ao trabalho prático feito no EMAJ. A cada fase os alunos se tornam responsáveis por ações de natureza jurídica mais complexa: “Por exemplo, o aluno da 7ª fase só trabalha com ações de Direito da Família. Na 8ª, Família e Direito Civil. Na 9ª, Família, Civil e Direito Penal até que na 10ª fase ele abrange todas: Família, Civil, Penal e Direito Trabalhista e Previdenciário”. Quando uma ação é repassada a uma das equipes, o relatório inicial é encaminhado ao professor orientador para que, conjuntamente, seja discutida a estratégia mais adequada para cada caso.

Segundo levantamento realizado por Rosângela Márcia Livramento Dutra, coordenadora administrativa do Escritório Modelo, em 2009, foram 546 ações ajuizadas, 190 audiências realizadas, 202 orientações e 862 clientes novos que procuraram os serviços de assistência. As ações mais frequentes são ligadas a Direito da Família e Direito Civil. Ainda

em 2009 foi desenvolvido um trabalho em conjunto com alunas do Curso de Serviço Social na triagem. Para a pessoa ser atendida no EMAJ, é necessário que ela passe no critério socioeconômico e more em Florianópolis. Para os próximos anos, as prioridades do Escritório são: a informatização plena; a adequação do espaço físico; e um atendimento mais completo à comunidade, unindo serviços de assistência social e psicologia.

## Quatro núcleos rompem os muros das prisões

Jéssica Butzge/bolsista de jornalismo

O Projeto *Universidade sem muros*, do Departamento de Direito da UFSC, promove há quatro anos um espaço de encontro e troca de ideias, inquietudes, saberes e experiências sobre causas e consequências das prisões para a sociedade. Iniciativa da professora Vera Regina de Andrade, essa atividade de extensão busca a aplicação rigorosa da Constituição brasileira, da Lei de Execução Penal e de tratados internacionais no Complexo Penitenciário de Florianópolis.

Os objetivos se concentram na intervenção sobre as múltiplas formas de violência e privações do encarceramento. Segundo Vera Regina, que também coordena o projeto, essas ações “contribuem para tornar menos danosas e dolorosas as condições presentes da permanência e saída da prisão, tanto para os aprisionados como para suas famílias”.

O *Universidade sem muros* se divide em quatro núcleos: o de Formação-Ação, que é responsável pela estruturação de grupos de estudo, pesquisas, cursos e outras atividades preparatórias para a atuação e sensibilização dos seus integrantes; o de Legalidade, que tenta minimizar os danos e as dores do aprisionamento para os detentos e suas famílias; o de Família, que objetiva a abertura dos muros que separam os internos de seus parentes; e de Comunidade, que promove a ruptura do isolamento da prisão da sociedade, visando à reintegração social.

Ainda de acordo com a coordenadora, “a prisão não busca mais discursos legitimadores como o de ressocialização, reabilitação, reinserção, readaptação ou reintegração social”. Para Vera Regina, o sistema carcerário gera a neutralização dos criminosos, resultado de um controle social seletivo que busca manter a situação atual. “Procuramos uma forma de fazer a academia dialogar com a ‘rua’, de derrubar os muros subjetivos que criamos ao sermos alimentados pela cultura do medo”, esclarece.

## Reaprendendo a pescar

Jéssica Butzge/bolsista de jornalismo

Em Florianópolis, o mau tempo e a falta de equipamentos de segurança são os maiores problemas enfrentados pelos pescadores artesanais. É com o objetivo de diminuir os riscos da atividade que o projeto AQUASEG deve capacitar cerca de 150 pescadores para o cumprimento das normas de segurança para navegação e apresentar novas tecnologias para prevenção de naufrágios e outros acidentes.

Com início previsto para fevereiro de 2011, o AQUASEG vai realizar atividades por meio de videoaula, cartilha e de um *site* na internet, além de visitas às comunidades de pescadores com orientações de segurança em navegação. Fazem parte do roteiro do projeto as praias da Armação, Pântano do Sul, Barra da Lagoa, Canasvieiras, Ingleses, Lagoa da Conceição e o Centro.

Segundo o coordenador do projeto de extensão, Eduardo Antonio Lebre, professor da Disciplina de Direito Marítimo, a pesca artesanal no Brasil apresenta “limitadas condições de expansão devido à falta de políticas públicas”. De acordo com Lebre, é comum existir nessa área recursos limitados de navegação para os barcos, o que aumenta os riscos de acidentes a que os pescadores estão sujeitos. “Queremos buscar soluções socioeconômicas para lidar com o alto custo dos equipamentos de segurança e da baixa renda dessa atividade”, afirma.

Além disso, o projeto pretende estimular o desenvolvimento sustentável e a proteção à natureza, e os modelos de produção com menos riscos de acidentes ambientais. A pesca artesanal se desenvolve e se mantém exclusivamente pelo trabalho manufatureiro. É uma atividade realizada em embarcações pequenas movidas a remo, à vela ou mesmo motorizadas. “A maioria deles conta apenas com a experiência e conhecimento rudimentar, como a capacidade de observação climática sobre os ventos, as ondas e as marés”, observa Lebre.

## Em busca da transparência das ações governamentais

Jéssica Butzge/bolsista de jornalismo

O projeto Estabelecimento do Observatório de Governo Eletrônico (EGOBS) disponibiliza na internet, desde junho de 2009, um panorama geográfico de órgãos do estado para a promoção da transparência das ações governamentais. Por meio de mapas, endereços referentes às ações de governo eletrônico, informações sobre Judiciário, Segurança Pública, Fazenda Pública, Modelos e Projetos, Convergência e inclusão digital, Ambiental e Campus Virtual podem ser acessados por qualquer cidadão.

Coordenada pelos professores Aires José Rover e Orides Mezzaroba, e em parceria com a Universidade de Zaragoza (Unizar), da Espanha, a iniciativa visa à aproximação do cidadão com as atividades do Estado. “O governo eletrônico pode ser uma forma de atingir e manter a tão esperada maturidade na gestão pública, por isso o observatório é tão importante”, explica Rover. Ainda de acordo com o coordenador, para que os orçamentos e auditorias publicados na internet tenham impacto maior, os cidadãos têm que estar aptos para acessar e trabalhar com esses dados.



Integrantes do Observatório de Governo Eletrônico: trabalho a favor da cidadania (foto: Divulgação/CCJ)

Os resultados do projeto foram apresentados na Universidade de Valladolid e Zaragoza, na Espanha, pelos dois coordenadores, em junho e julho de 2010. Além disso, foram também discutidos nas disciplinas de pós-graduação e informática jurídica do Curso de Direito. Entre alunos e professores da UFSC e da Unizar, o projeto de extensão contou com a participação de 21 pessoas. Na coleta e organização das informações atuaram oito alunos dos Programas de Pós-graduação em Direito (CPGD) e Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC). Também auxiliaram na atividade os bolsistas de iniciação científica do Curso de Direito que atuam no Laboratório da Informática Jurídica (Linjur).

O projeto pode ser visualizado neste endereço eletrônico [www.egov.ufsc.br](http://www.egov.ufsc.br)

## A ressocialização por meio do conhecimento

Jéssica Butzge/bolsista de jornalismo

Com a proposta de resgatar a autoestima, autonomia e dignidade dos adolescentes internados no Centro Educacional Regional São Lucas (CER São Lucas), o professor do Departamento de Direito, Ildemar Egger, desenvolveu o Projeto Ação de Direitos Humanos e Cultura Popular: Mediação Comunitária.

Durante o ano de 2007, os jovens que cumpriam medida socioeducativa puderam participar de palestras, grupos de trabalho, apresentações, publicações e produção de

documentário. De acordo com Egger, não se falou apenas de conflitos e mediação, mas também de sexologia, histórias da cultura popular e combate às drogas. “Essas atividades trouxeram uma nova realidade para os internos, novos conhecimentos e visões de mundo”, destaca o coordenador do projeto.

Além disso, os cerca de cinquenta internos também participaram de jogos com ações nas áreas de Direitos Humanos, Direito da Criança e do Adolescente e Cultura Popular de Periferia (História, Hip-Hop, Grafite e Dança de Rua). O coordenador do projeto ressalta que intercalar a teoria com a prática foi muito importante para formar uma política de humanização por meio da sensibilização dos funcionários da entidade e de uma pedagogia de resgate do adolescente.

Outro motivo para a execução do projeto foi a interação entre os graduandos, os professores e os internos. Além de colaborar para a formação de perfis de juristas cidadãos comprometidos com a sociedade, essa convivência contribuiu para a autogestão da Comunidade do CER São Lucas mesmo após o fim do programa. “É importante que alunos e professores do Direito conheçam a cultura da periferia urbana e ajudem na valorização dos direitos humanos do adolescente em uma prática comunitária que não seja hierarquizada, e, sim, transdisciplinar, contínua e transformadora”, avalia.

## O caminho da mediação para acabar com os conflitos

Jéssica Butzge/bolsista de jornalismo

**D**ivulgação e estímulo da mediação e arbitragem de conflitos. É com este objetivo que o projeto *Pacificar*, coordenado pelo professor Ildemar Egger, atende a pessoas de baixa renda desde 2008, implantando, fortalecendo e divulgando formas de resolução não violenta de conflitos.

O núcleo de Mediação foi implementado pela necessidade de desenvolver técnicas comunitárias de justiça e resolução alternativa de conflitos (negociação, conciliação, mediação e arbitragem), com fundamento na educação para os Direitos Humanos. De acordo com Egger, essas ações fazem parte da tentativa de humanização da justiça. “Essas atividades oferecem aos alunos e professores um espaço de reflexão e de mudança de paradigma. É a tentativa de aproximar a comunidade da justiça”, explica.

O coordenador atenta para a importância do apoio das instituições encarregadas da administração da justiça do Estado para que iniciativas como essa sejam impulsionadas e sustentadas. “O *Pacificar* encontra suporte e fundamentos em um amplo projeto Nacional de humanização da justiça. Demanda o engajamento das principais instituições judiciais e de ensino, entre elas, a Universidade”.

No Brasil, de acordo com Egger, há uma cultura judicial muito forte, e a maioria das pessoas não conhece o processo de mediação. Processos que levaria no mínimo cinco anos, não precisam de nem três meses para ser concluídos neste tipo de resolução de conflitos. Ainda de acordo com o professor, a mediação é voluntária. “Muitas vezes a decisão não satisfaz nenhuma das partes no tribunal. Já a mediação busca reestabelecer a relação entre as partes por meio de um acordo. Quem decide ao final são os envolvidos, não o mediador”.

O *Pacificar* conta com três modalidades de serviço. As atividades assistenciais, que englobam o atendimento à comunidade com sessões de mediação, possuem um espaço terapêutico de assistência aos menores infratores e suas famílias, onde são realizadas reuniões semanais com acadêmicos e professores mediadores.

Há as comunitárias, em que o atendimento é realizado diretamente nos bairros onde se pretende desenvolver atividades permanentes. Nesse espaço, os acadêmicos prestam todo tipo de assistência, informação e esclarecimento às comunidades carentes da cidade e seus arredores. Os universitários atuam junto com as lideranças comunitárias dando suporte necessário para que se tornem agentes atuantes e formadores de cidadania. O núcleo de Mediação estabeleceu convênios com esses centros, associações e clubes de mães que realizam reuniões com os agentes comunitários, para que os conflitos e necessidades dos moradores sejam solucionados dentro da própria comunidade.

Já as atividades extracurriculares de extensão organizam palestras, seminários, debates e pequenos cursos de requalificação e aperfeiçoamento profissional, nas associações comunitárias de bairros e instituições conveniadas.



Projeto Pacificar, um dos destaques da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC (foto: Divulgação/CCJ)

O Projeto de implantação do Núcleo de Mediação junto à Prática Jurídica do CCJ/UFSC foi aprovado como parte integrante do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), em conjunto com a Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça. O Programa Nacional de Humanização da Justiça dá suporte aos projetos de capacitação de operadores comunitários de cidadania e direitos humanos, que buscam uma mudança de cultura do atual sistema jurídico. A intenção é que os conflitos sejam tratados considerando, acima de tudo, os seres humanos neles envolvidos.

## A simulação da realidade política no tribunal

Jéssica Butzge/bolsista de jornalismo

A experiência adquirida em sala de aula colocada em prática no tribunal. Foi assim que, em outubro de 2007, sete estudantes de Direito atuaram no papel de juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC). O evento foi organizado pelo professor José Isaac Pilati, em parceria com a Escola Judiciária (EJESC) da Justiça Eleitoral.

O Julgamento Eleitoral Simulado lotou o auditório do Fórum da Ilha, com uma plateia de aproximadamente duzentas pessoas. De acordo com Pilati, a iniciativa incentiva o estudo das instituições políticas e provoca nos alunos a curiosidade pelo tema. “Houve grande repercussão do caso e, a partir dele, os alunos começaram a reivindicar a disciplina de Direito Eleitoral, que o Curso não oferecia na época”.

Para a realização do julgamento, um processo arquivado da Justiça Eleitoral foi utilizado para a simulação. O documento era da cassação de um prefeito por infração eleitoral que foi liberado pelo TRE/SC. Os participantes da atividade de simulação do processo eleitoral foram Carlos Antônio de Oliveira, representante do Ministério Público, os alunos do Curso de Direito da UFSC e os advogados do Partido dos Trabalhadores (PT), Mauro Prezzotto, e do Partido Progressista (PP), Alexandre Abreu. Todos eram profissionais que militavam no dia a dia da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Segundo o professor Pilati, o evento foi inspirado nos júris simulados que se realizavam no campo penal quando ainda era estudante. “Aproveitando a oportunidade da minha condição de juiz Eleitoral do TRE/SC e de professor de Direito na época, resolvi pôr em prática o que pude vivenciar enquanto fazia minha graduação. Foi um sucesso”.

## Centro de Ciências da Saúde (CCS)

Moacir Loth/ jornalista da Agecom

O Centro de Ciências da Saúde (CCS) ([www.ccs.ufsc.br](http://www.ccs.ufsc.br)) destaca-se na geração de conhecimento, na formação profissional e na inserção da Universidade na sociedade. Reconhecido pela sua qualidade e atuação na região, no Estado e no País, é referencial de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão. Seus projetos inovam pela interdisciplinaridade e pelo comprometimento com a transformação social, o exercício da cidadania plena e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A inclusão social, o direito à saúde, a preocupação com a vida e o zelo pela ética movem as ações e o cotidiano dos 320 professores, 86 técnico-administrativos em educação e os 2.312 alunos de graduação que compõem o CCS.

Mantendo uma relação umbilical com o Hospital Universitário (HU), que funciona como incubadora de conhecimentos e práticas, o Centro de Ciências da Saúde oferece seis cursos de graduação: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Fonoaudiologia.

Suas pesquisas adquirem relevância política e social pelo conceito conquistado pelos seis programas de pós-graduação, que abrigam 14 cursos, entre especializações, mestrados e doutorados.

O funcionamento é garantido por departamentos de ensino conectados à direção do CCS: Análises Clínicas, Cirurgia, Ciências Farmacêuticas, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Patologia, Clínica Médica, Ginecologia e Saúde Pública.

Seus cursos, amparados por 36 laboratórios, mantêm uma veia aberta com as pessoas que buscam e precisam do conhecimento científico gerado pela universidade pública. Um exemplo emblemático é a clínica odontológica, que há décadas cuida gratuitamente da saúde bucal da comunidade carente. Os projetos abordados neste livro confirmam e legitimam o CCS como um elo inquebrantável da Universidade com as instituições e a comunidade, ratificando o seu compromisso com as políticas públicas.

A excelência no ensino, na extensão e na pesquisa reservam um lugar de honra ao CCS nos 50 anos da UFSC. Até porque alguns dos seus cursos, como Medicina, Odontologia e Farmácia, já escreveram história antes mesmo da criação da própria Universidade.

Agradecemos à professora Maria Itayra Padilha, do Departamento de Enfermagem, pela ajuda preciosa na comunicação com o seu e com os outros departamentos do CCS, além da seleção dos temas a serem abordados.

## Aprimorando o diagnóstico da tuberculose

Ingrid Fagundes/bolsista de jornalismo

O nome parece complicado, mas a proposta é bem simples: ajudar no diagnóstico correto da tuberculose (TB). O projeto de pesquisa “Tuberculose e doença pulmonar causadas por micobactérias em indivíduos soropositivos ao HIV”, ligado ao Laboratório de Biologia Molecular e Micobactérias, do setor de Análises Clínicas do Hospital Universitário (HU), tem como objetivo identificar as mais de 145 espécies de micobactérias que causam doenças pulmonares como a tuberculose, a segunda doença que mais afeta os portadores de HIV. Desde a pandemia de AIDS na década de 1980, a infecção passou a ser um grande problema, já que a baixa imunidade dos portadores facilita a contaminação.

Sintomas como dor no peito, tosse com expectoração e sangue, febre com suores e calafrios noturnos, perda de apetite e emagrecimento compõem o quadro típico da tuberculose. Esse quadro é facilmente identificado pelos médicos, que normalmente acertam no diagnóstico. Mas, não se pode esquecer que outras doenças pulmonares provocam os mesmos efeitos no organismo.

A tuberculose é causada pela micobactéria *Micobacterium tuberculosis*, também conhecida como Bacilo de Koch. O diagnóstico pode ser feito de três formas: a clínica, em que o médico identifica a doença pelos sintomas; a laboratorial, feita por meio de exames; e a clínico-laboratorial, uma integração das duas anteriores. Na laboratorial, procura-se por micobactérias no sangue, urina, escarro e líquido da medula óssea ou pleura. O método mais fácil e rápido é a Baciloscopia, que demora, em média, 30 minutos. Mas, essa técnica não consegue identificar qual espécie contaminou o paciente. Isso pode levar o médico a começar o tratamento para tuberculose, quando, na verdade, a infecção pulmonar foi causada por outra micobactéria. A forma mais eficaz de determinação é a cultura. Nesse caso, os resultados demoram até 42 dias, tempo que não pode ser desperdiçado porque a doença continua sendo transmitida. O contágio acontece pelo ar, quando a pessoa infectada expelir bacilos de Koch pela tosse, espirro ou fala. Estima-se que um doente, se não tratado, pode contaminar 15 pessoas no período de um ano.

O tratamento para os que nunca contraíram TB dura seis meses e é feito pela combinação de quatro antibióticos. Se o paciente não apresenta melhora, há duas justificativas possíveis: a *Micobacterium tuberculosis* é resistente ou é uma espécie diferente. Para a segunda opção, o tratamento dura 18 meses. Fazer o diagnóstico correto é ainda mais importante para os soropositivos porque, se estiverem infectados por outra micobactéria, eles devem continuar com a medicação por toda a vida, evitando que a infecção volte em crises de imunidade.

É com a intenção de evitar esses erros no tratamento que o projeto trabalha para identificar os agentes infecciosos. Um grupo de cinco pessoas entre bolsistas e professores analisa o material por meio da MHMA, técnica desenvolvida para diferenciar as micobactérias pelo seu DNA. O método foi elaborado por Paulo César Peregrino, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que orientou a tese de Maria Luiza Bazzo, sobre a eficácia do MHMA. Bazzo é a criadora e coordenadora do projeto. “O processo que utilizamos já nos ajudou na identificação de mais de dez tipos de bactérias. Mas estamos



Laboratório de Biologia Molecular e Micobactérias (foto: Rodolfo Conceição)

sempre procurando uma nova técnica, mais rápida e eficaz para que o procedimento ganhe agilidade e possa ajudar mais pessoas em menos tempo”, conta. O laboratório tem uma parceria com o Departamento de Microbiologia e Parasitologia (MIP) do Centro de Ciências Biológicas (CCB), que estuda a elaboração de um método mais eficiente.

## Educação para diabéticos

Thomas Michel/ bolsista de jornalismo

O projeto Educação Continuada a Clientes Diabéticos, do Departamento de Nutrição, começou inspirado no Grupo Multiprofissional de atendimento ao diabético do Hospital Universitário. O objetivo principal é melhorar a adesão ao tratamento da doença.

No começo, alunos voluntários iam até o HU para conscientizar os portadores de diabetes que lá estavam internados. O trabalho era feito porque havia poucos funcionários de nutrição para orientar os pacientes. Hoje esse número é bem maior, mas ainda não é suficiente para atender a toda a demanda. Em 1991 o projeto foi oficializado e opera, desde então, com dois bolsistas fixos. Ainda há estudantes que trabalham espontaneamente. A intenção é reforçar e dar apoio ao nutricionista.

A atividade é feita com os pacientes do Hospital Universitário que sofrem de diabetes. Esse tipo de paciente, geralmente, está com um quadro mais avançado da doença e deve ser informado sobre como se tratar. Para isso o programa vai até as enfermarias três vezes por semana para fazer um levantamento dos diabéticos. Em seguida é fornecido um número mínimo de informações que eles devem saber: o que é a doença, o que ela causa, como se tratar, prescrevendo por último uma dieta específica para o internado.

Durante o acompanhamento são feitas visitas regulares para checar se o paciente entendeu bem as orientações, que são dadas também por escrito. Para aqueles que não sabem ler, o programa confecciona uma cartilha com desenhos que explicam a dieta e a doença. Além disso, explora também as curiosidades dos internados para informá-los de acordo com o interesse de cada um.

Essa dieta individual é de fundamental importância, pois é feita de acordo com a capacidade financeira da pessoa, com seus gostos e, de preferência, com os tipos de alimento a que ela tem acesso. Em 1991 foi feito um “manual de alimentação” para que diabéticos tivessem sempre à mão noções essenciais de nutrição. A cartilha mostra ao paciente como os açúcares podem estar escondidos nos mais variados alimentos e quais os tipos de comida que têm prioridade no cardápio de um diabético.

Quem sofre dessa doença sabe bem que deve evitar ao máximo alimentos ricos em açúcares. O projeto Educação Continuada a Clientes Diabéticos tenta desfazer o mito de que somente doce deve ser deixado de lado na dieta. Mandioca, por exemplo, é um alimento com alto teor de amido que não pode ser consumido, pois no fim de sua digestão se torna glicose, a forma mais elementar de açúcar.

O projeto ainda lida com outra dificuldade: a de o paciente desistir da dieta. Isso ocorre normalmente quando há uma mudança brusca na alimentação ou quando há uma recusa em admitir o diagnóstico da doença. Por isso a orientação e o acompanhamento do diabético são fundamentais. As famílias do enfermo e os agentes de saúde que acompanham o paciente também são orientados em relação à doença. Isso ajuda no tratamento contínuo e integral do diabético.

Além da inserção da família, o projeto realiza reuniões no hospital com todos os pacientes para orientá-los. Jogos, atividades e dinâmicas de grupo são feitas para sanar as dúvidas, divertir e distrair, amenizando um pouco o ambiente hospitalar.

Apesar de possuir um foco na alimentação, o programa dá orientações sobre atividade física e medicação. Assim, consegue dar conta do triângulo de procedimentos da saúde para tratamento de diabéticos.



Educação para diabéticos (foto: Thaine Machado)

## Remédio eficaz para artrite

Thomas Michel/bolsista de jornalismo

O estudo da eficácia anti-inflamatória do micofenolato mofetil em modelos de inflamação aguda em camundongos é uma tese de doutorado que começou em 2008 no Departamento de Análises Clínicas. O projeto prevê a sua utilização em tratamento de doenças inflamatórias crônicas como a artrite.

A substância já é usada em transplantes com sucesso, principalmente nos de rim. No futuro, a droga poderá ser utilizada para tratar doenças crônicas que ainda não têm cura.

Para isso estão sendo feitos os testes em camundongos, que é a primeira das quatro fases necessárias para a produção de um medicamento de uso humano. Depois dos roedores, são feitos testes em pequenos grupos de pessoas, depois em grupos maiores durante alguns anos, para só então o remédio chegar ao mercado. As fases duram por volta de 15 anos e são seguidas para testar possíveis efeitos colaterais, interações com outros medicamentos e a eficácia da droga.

O micofenolato mofetil foi escolhido por inibir certas células responsáveis pela defesa do organismo. Elas são responsáveis pelo processo inflamatório, pois “destroem” células saudáveis continuamente. Além disso, a substância também atinge alguns mediadores que fazem parte da resposta inflamatória.

Outro motivo para escolher essa substância para a pesquisa é o fato de ela provocar menos efeitos colaterais que os tratamentos atuais. Por exemplo, para tratamento de artrite, um dos medicamentos possíveis são os corticoides. Esse tipo de remédio pode levar a efeitos colaterais como osteoporose, aumento de peso, diabetes, catarata e outras infecções oportunistas. Do modo como o micofenolato mofetil age, é possível que estes efeitos sejam minimizados.

O estudo ganhou o Annual Awards Luncheon em junho de 2009, prêmio concedido pela American Association of Clinical Chemistry.

## Apoio aos familiares de portadores de Alzheimer

Silvia Maria Azevedo dos Santos/professora do Departamento de Enfermagem

O projeto de extensão Grupo de Ajuda Mútua de Familiares de Idosos Portadores da Doença de Alzheimer ou Doenças Similares teve sua origem no Grupo de Estudos sobre Cuidados em Saúde de Pessoas Idosas – GESPI, do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC. Iniciado em 1994, continua em fluxo contínuo, funcionando de fevereiro a dezembro, ininterruptamente, ao longo de 17 anos.



Reunião do Grupo de Ajuda Mútua (foto: Jones Bastos)

Tem como objetivos: reunir familiares e/ou profissionais para troca de experiências e conhecimentos para desenvolverem ações concretas visando dar suporte técnico e emocional aos familiares cuidadores; oferecer informações atualizadas e elucidar as dúvidas sobre a doença de Alzheimer e/ou doenças similares; propiciar espaço de integração entre extensão, ensino e pesquisa para os acadêmicos e pós-graduandos que participam ativamente do Grupo. Além disso, quer ampliar o número de grupos de apoio às famílias cuidadoras de idosos portadores da Doença de Alzheimer por meio da efetivação da rede estadual de apoio social e de saúde, em parceria com a Associação Brasileira de Alzheimer – Regional Santa Catarina, que hoje atende aproximadamente a 500 famílias, atingindo em média 2.500 pessoas, em 12 diferentes municípios de todas as regiões do Estado.

## Vacina contra o HPV

Ingrid Fagundez/bolsista de jornalismo

O HPV é um vírus de transmissão prioritariamente sexual, considerado como a doença sexualmente transmissível (DST) mais frequente no mundo. Existem cerca de 200 tipos de HPV, dos quais 45 infectam a região genital de homens e mulheres, provocando o aparecimento de verrugas, lesões pré-cancerígenas e até mesmo o câncer. Esses últimos, classificados como vírus de alto risco, são responsáveis por cerca de 70% dos casos de câncer de colo de útero. Porém, a grande maioria das infecções é assintomática, ou seja, o paciente não sabe que está contaminado, embora continue a transmitir o vírus. Elas só se manifestam quando há diminuição das defesas do indivíduo. Em cerca de 80% dos casos, a cura acontece pelo próprio sistema de defesa, que elimina o HPV do organismo num período de um ano.

Levando em consideração a alta taxa de disseminação do vírus – estudos estimam que a infecção venha a atingir 85% da população mundial nos próximos dez anos –, surgiu, em 2002, um sistema de pesquisa internacional para a criação de uma vacina. São 15 centros de pesquisa no Brasil e 31 países envolvidos no estudo e elaboração de um meio eficaz de prevenir a doença. O Centro de Pesquisas Clínicas “Projeto HPV”, ligado ao Departamento de Ginecologia e Obstetrícia do Centro de Ciências da Saúde da UFSC, e localizado no térreo do Hospital Universitário (HU), integra essa rede internacional de pesquisa.

Coordenado pelo professor Edison Fedrizzi, o projeto começou as investigações em 2002, testando a eficácia da vacina quadrivalente – com quatro variedades do vírus, duas causadoras de verrugas e duas cancerígenas – em mulheres de 16 a 26 anos. Metade das mulheres recebeu três doses da vacina e metade uma substância inativa. Por meio da comparação entre os dois grupos foi possível atestar se ela realmente oferecia proteção contra o vírus. O acompanhamento era feito a cada seis meses, quando as pacientes retornavam ao HU para fazer exames de sangue e coleta de material. Essa primeira etapa terminou em 2006 com a análise dos dados recolhidos durante os quatro anos de investigação. Os resultados apontaram uma eficácia de 99% a 100% na prevenção de verrugas genitais e lesões pré-cancerígenas. Comprovado a sua eficiência, a vacina para mulheres foi disponibilizada a partir de 2007.

Embora as manifestações e complicações da infecção incidam mais nas mulheres devido às características genitais femininas, o HPV também afeta os homens. Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), em parceria com o Instituto de Virologia da Fundação Oswaldo Cruz, mostra que o vírus está associado a até 75% dos casos de câncer de pênis. Com esse diagnóstico nas mãos, o Projeto HPV iniciou em 2005 a pesquisa com 70 pacientes do sexo masculino. Os métodos utilizados foram semelhantes aos aplicados com as mulheres: três doses da vacina no primeiro ano de estudo, e acompanhamento de seis em seis meses. O trabalho vai ser finalizado este ano com a análise dos casos levantados. Segundo Edison Fedrizzi, os resultados revelam uma eficácia de 90% para prevenção de verrugas e de 100% em casos de câncer.

No início de 2009 uma nova etapa da pesquisa começou. Os nove membros da equipe, composta por um investigador – o próprio Fedrizzi –, subinvestigadores, enfermeiros e uma estagiária, estudam uma nova vacina que contém nove variedades do vírus. Agora, a nonavalente é comparada à quadrivalente, que já tem a sua importância confirmada no

*Estudos estimam que o vírus possa atingir 85% da população mundial nos próximos 10 anos.*

combate ao vírus. Como ocorreu anteriormente, cada uma das vacinas foi ministrada a uma porcentagem das 140 mulheres participantes. O acompanhamento das pacientes está em andamento. Estima-se que daqui a dois anos o processo seja estendido aos homens, e os primeiros frutos do estudo da nonovalente apareçam.

Apesar da ênfase direcionada ao desenvolvimento das vacinas, a prioridade inicial dos centros de Pesquisa do HU, incluindo o Projeto HPV, é voltada às várias formas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. “Embora o nosso trabalho final resulte nas vacinas, também insistimos que nossas pacientes usem a camisinha, impedindo que entrem em contato não só com o HPV, mas como todas as outras DSTs”, esclarece Fedrizzi.

## Projetos de Extensão Interdepartamentais coordenados pelo CCS

Kenya Schmidt Reibnitz/Diretora do CCS e professora Departamento de Enfermagem

### Rede Docente Assistencial UFSC (RDA)/Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis

A Rede Docente Assistencial (RDA) se configura em um espaço social de ensino e atenção à saúde. Ela envolve a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), abrangendo quatro centros de Ensino e o Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago (HU) e integrando os profissionais que atuam nessas instituições. Fruto da ampliação de Programa Docente Assistencial (PDA), que iniciou na década de 1970, a Rede articula conhecimentos, consolida modelos de aprendizagem, favorece a melhoria da assistência à luz dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Apresenta como metas: desenvolver proposta de gestão compartilhada, estabelecendo atribuições e compromissos das instituições; criar espaços para discussão do processo de integração ensino-serviço; promover o ensino, a pesquisa e a assistência à saúde contextualizada com a realidade; promover a educação permanente e desenvolver mecanismos de avaliação das ações. Como estratégias para atingir os objetivos, destaca-se a composição de grupos de trabalho envolvendo profissionais das duas instituições – técnicos e professores – e estudantes dos cursos de Enfermagem, Medicina, Odontologia, Nutrição, Farmácia, Serviço Social, Educação Física e Psicologia, o que facilita a integração das ações de saúde, favorecendo o trabalho coletivo. A RDA consolida vários programas indutores do Ministério da Saúde e Ministério da Educação para a reorientação da formação profissional, tais como o Pró-Med, Pró-Saúde, PET-Saúde da Família, PET Vigilância, UnA-SUS, fortalecendo a função social da educação superior e consolidando as parcerias interinstitucionais já existentes em Florianópolis desde a década de 1970. Esses programas essenciais promovem o trabalho em equipe multiprofissional, qualificando a assistência à saúde, o ensino na Atenção Básica, contribuindo para a resolução de dilemas prioritários e para a melhoria dos indicadores de saúde.

A participação de professores e estudantes articulados com os profissionais da Saúde tem crescido significativamente ao longo dos anos. Em 2005, 18 centros de Saúde eram campos de prática para o processo de ensino de 647 alunos. Em 2010 trabalha-se nessa parceria em 43 desses centros, contando com o engajamento de cerca de 1.400 estudantes dos cursos da Saúde da UFSC.

### Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde – UnA-SUS/UFSC

Para atender às necessidades de formação e educação permanente do SUS, foi criada pelo Ministério da Saúde, em 2008, uma rede colaborativa de instituições acadêmicas, serviços de saúde e gestão, a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UnA-SUS).

Compartilhada em serviços e no intercâmbio de informações acadêmicas, a Rede busca, além da criação de um acervo público e colaborativo de materiais educacionais para a área da Saúde, incorporar novas tecnologias de informação e comunicação aos processos de educação nesse campo do conhecimento. A proposta da Universidade Aberta do SUS é formar profissionais em larga escala, num programa de dimensão nacional e que também propicie a criação de um acervo colaborativo de materiais instrucionais para a formação de uma biblioteca virtual de aprendizagem para a área da Saúde.

*A RDA envolve na UFSC os centros de ensino CCS, CDS, CFH e CSE, além do Hospital Universitário.*

Num primeiro momento (2008), seis universidades brasileiras foram convidadas para desenvolver um projeto piloto de Especialização a Distância em Saúde da Família, dentre as quais a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para tanto, foi proposta a modalidade de educação a distância para a formação de especialistas em Saúde da Família, reforçando a integração ensino-serviço e a educação no trabalho, que tem por finalidade contribuir para a valorização do indivíduo e da instituição, por meio de uma mediação pedagógica que trabalhará com a realidade vivenciada no âmbito de seus processos de trabalho, instrumentalizando-os em metodologias ativas e credenciando-os para as atividades inerentes à função dos profissionais da Saúde.

A UnA-SUS disponibiliza aos trabalhadores da Saúde a oferta de cursos adequados à realidade local, utilizando-se de interações presenciais e a distância. E isso só é possível a partir da articulação de ações de universidades. O projeto conta com uma rede articulada para a utilização de novas tecnologias aliadas ao objetivo de produção de conhecimento. Essa cooperação em tecnologias educacionais desenvolve materiais de livre acesso às instituições e estudantes interessados, por meio das bibliotecas virtuais e mídias como CD-ROMs e programas gravados em DVDs. Atualmente, o CCS participa desse programa ministerial, com a Especialização em Saúde da Família, sob a responsabilidade do Departamento de Saúde Pública e em parceria com os demais departamentos do Centro, com mil profissionais do Estado de Santa Catarina já matriculados, e a Especialização em Gestão da Assistência Farmacêutica, sob a responsabilidade do Departamento de Ciências Farmacêuticas, que será ofertada para dois mil farmacêuticos de todo o país.

## Programa prepara o estudante para a vida profissional

Ingrid Fagundes/ bolsista de jornalismo

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) surgiu em 2008 da parceria entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Educação Superior (SESU) do Ministério da Educação. O programa tira das salas de aula os estudantes de graduação em Saúde, procurando incentivar a sua atuação nas comunidades e centros de Saúde de Florianópolis. Em 2009, apenas os alunos dos cursos de Medicina, Odontologia e Enfermagem da UFSC participaram do projeto. Este ano, Psicologia, Nutrição e Educação Física, Farmácia e Serviço Social também integram a iniciativa. Todos os cursos participantes já fizeram ou estão fazendo reformas curriculares que abraçam o conceito “educação pelo trabalho”.

O projeto está voltado para a atenção básica, o primeiro dos três níveis de atenção em que são atendidas pessoas que não estão doentes. “Nos centros de Saúde, eles fazem o trabalho de orientação e prevenção de doenças, que não é muito praticado no ambiente hospitalar com o qual estão acostumados”, assinala a professora orientadora de um dos grupos do programa, Roxana Mamani.

Os grupos do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde são interdisciplinares e formados por um tutor acadêmico – normalmente um professor –, 30 estudantes e seis preceptores, profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis que trabalham nos centros de Saúde. Entre os alunos há voluntários e 12 bolsistas. Os últimos passam por um processo de seleção e permanecem no programa durante dois anos. Em 2010 são 482 pessoas envolvidas.

O projeto não é aberto para todos, há restrições quanto à fase de graduação. No caso da Odontologia, os alunos só podem participar a partir da sétima fase, já a Medicina é a única exceção, todos podem fazer parte das atividades.

Em cada um dos 27 postos de Saúde conveniados são desenvolvidos projetos de pesquisa, ensino e extensão, que procuram atender às necessidades da população local. Para determinar qual o foco das ações, os estudantes pesquisam os problemas das comunidades. “É o que chamamos ‘pesquisAção’. Primeiro analisamos o que falta para aquela população e depois criamos o projeto. Não dá para solucionar os problemas, mas dá pra amenizá-los”, explica Roxana. Os trabalhos podem acontecer em escolas, centros comunitários, asilos, ou em qualquer local de encontro daquela comunidade. Os grupos também incentivam a continuidade dos projetos junto aos preceptores, para que os seus esforços possam otimizar os resultados mais tarde.

*Antes de criar o projeto, os estudantes do PET-Saúde pesquisam os problemas das comunidades, realizando a ‘pesquisAção’.*

Segundo alerta Roxana, o PET fortalece os laços entre prefeitura, universidade e população, ajudando a formar profissionais conscientes da realidade onde vivem. Além disso, os estudantes de graduação em Saúde, que tem o currículo baseado no diagnóstico e tratamento de doenças, começariam a pensar na importância da atenção primária na construção de uma sociedade mais saudável.

## Grupo de Gestantes e Casais grávidos

Maria de Fátima Mota Zampieri/ professora do Departamento de Enfermagem

O Grupo de Gestantes e Casais Grávidos é uma atividade de extensão gratuita, educativa e interdisciplinar. É articulada ao ensino e à pesquisa dirigida às gestantes e acompanhantes atendidos na rede pública ou privada, realizada, desde 1996, em ambiente acolhedor no Centro de Capacitação do Hospital Universitário (HU). É uma ação coordenada pelas professoras Maria de Fátima Mota Zampieri e Vitória Regina Petters Gregório, do Departamento de Enfermagem, pela psicóloga Zaira Aparecida de Oliveira Custódio, do HU, e pela socióloga Maria Isabel Régis.

Tem como objetivos: orientar sobre o ciclo gravídico-puerperal (gravidez, parto, puerpério, cuidados com o bebê, aleitamento materno, e nascimento e formação de uma nova família); oportunizar a expressão de vivências, a troca de experiências e informações; desenvolver uma tomada de consciência corporal e postural; realizar técnicas de respiração e relaxamento; desenvolver pesquisas; promover visita à maternidade; oportunizar a participação de profissionais da Saúde, da rede básica e privada, e de discentes; construir o site do grupo e realizar o encontro de pais e bebês após os nascimentos. Os encontros de cada grupo são realizados nas quartas ou quintas-feiras, durante oito semanas, sendo constituídos de três momentos: 1) conscientização corporal, relaxamento e respiração; 2) lanche; 3) desenvolvimento dos temas, escolhidos pelos participantes de acordo com suas necessidades e expectativas no primeiro encontro. Os conteúdos são desenvolvidos por meio de oficinas, exposição dialogada do tema, discussões em subgrupos, troca de experiências, demonstrações práticas, atividades lúdicas e artísticas. Os temas abordados nos grupos dizem respeito ao desenvolvimento do ciclo gravídico-puerperal.



Grupo de gestantes e casais grávidos (foto: Sofia Franco)

Ao longo de 15 anos de atividades, foram concebidos 56 grupos com a participação de 1.035 gestantes e de 574 acompanhantes, sendo a maioria destes companheiros das gestantes, seguidos de mães, sogras e amigas. Participaram também alunos de graduação, pós-graduação, profissionais da rede pública e privada.

O Grupo constitui-se em um ambiente interativo, dinâmico e complexo, com vistas à promoção da saúde, pesquisa e ensino-aprendizagem. Tem sido uma oportunidade para que as gestantes e os casais grávidos expressem seu sentimentos e dúvidas, preparem-se para a maternidade e paternidade, repensem e reafirmem seus papéis sociais, e compreendam e vivenciem de forma mais tranquila e confiante todo o processo do nascimento. Enfim, um espaço para estimular a participação do acompanhante no processo e o parto normal.

Como campo de ensino e de pesquisa tem contribuído para a produção de novos conhecimentos, aperfeiçoamento e ampliação do processo de ensino-aprendizagem dos acadêmicos, bolsistas e especialistas da área da Obstetrícia e da Atenção Básica na promoção da saúde.

O Grupo, um projeto permanente da UFSC, é uma experiência exitosa. Procura refletir criticamente sobre as práticas obstétricas, divulgar ações baseadas em evidências, oportunizar a participação de profissionais, motivando a replicação dessa iniciativa, além de fortalecer as relações docentes assistenciais. O Grupo de Gestantes e Casais Grávidos constitui-se em um fórum de reflexão, possibilitando aos participantes, ao construir coletivamente o conhecimento, fortalecer seus recursos pessoais, reelaborar suas compreensões sobre o processo de nascimento, escolher alternativas saudáveis a partir de suas percepções, ter subsídios para superar suas limitações e oportunidades para participar ativamente e com segurança do processo de nascimento.

## Lutando contra o sobrepeso infantil

Thomas Michel/bolsista de jornalismo

O projeto Estado Nutricional de Escolares de sete a quatorze anos do Município de Florianópolis: evolução da composição corporal, tendência e prevalência de sobrepeso, obesidade e baixo peso é um trabalho do Departamento de Nutrição do CCS, e conta com apoio dos departamentos de Pediatria e Saúde Pública, além de técnicos das secretarias municipais de Educação e de Saúde.

O trabalho começou em 2002, financiado pela Fapesc, quando foram coletados dados de 3.100 crianças de sete a dez anos de 16 escolas públicas e particulares de Florianópolis. As informações colhidas foram, em sua maioria, antropométricas: peso, estatura, circunferência da cintura, quadril e braço, dobras cutâneas e maturação sexual. Além disso, houve entrevistas com os estudantes perguntando sobre o que comiam, e o preenchimento, por parte dos pais, de um questionário socioeconômico. A intenção é a de monitorar os dados da saúde alimentar infantil a cada cinco anos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a obesidade como um dos problemas mais importantes para a saúde pública. Isso se deve às variadas doenças crônicas associadas ao excesso de peso. Adultos com sobrepeso têm grande risco de desenvolver doenças cardiovasculares, diabetes e problemas musculoesqueléticos.

Em 2007, uma nova coleta de dados foi feita, dessa vez com pessoas de sete a 14 anos e fomentado pelo CNPq, tendo sido observadas taxas de sobrepeso e de obesidade acima



Contra o sobrepeso infantil (foto: Cláudia Reis)

do padrão brasileiro. Por isso o projeto forneceu sugestões às secretarias estaduais e municipais de Educação e Saúde para conter a obesidade infantil.

Entre as medidas sugeridas estava a educação nutricional curricular. A maioria das escolas particulares já tinha essa prática, que estava diluída em algumas disciplinas. Também foi feita uma breve capacitação dos professores, com base na pirâmide nutricional (que é mais simples e de fácil entendimento).

Outra proposição foi a de estimular o cultivo de hortas nas escolas públicas a partir de programas como o “Horta Viva” e “Educando com a Horta”, o que poderia gerar vários impactos na educação, tanto alimentar como ambiental. Além disso, foram feitas sugestões aos merendeiros e aos pais para coibir o aumento do sobrepeso infantil.

O sobrepeso não está relacionado somente com a alimentação da pessoa. Hormônios, histórico familiar e atividade física também estão inclusos como fatores determinantes para o aumento do peso. O projeto também serve como um banco de dados que pode ser usado como base para trabalhos científicos. Isso para que se entenda melhor o sobrepeso infantil e como ele evolui. Outro objetivo é que os dados sejam usados por autoridades da área da Saúde pública, para elaboração de planos visando à melhoria das condições alimentares, o que levaria a uma redução dos problemas de saúde decorrentes da obesidade.

## Rede de Nanobiotecnologia

Thomas Michel/bolsista de jornalismo

**I**nciado em setembro de 2009 e mobilizando pesquisadores de três universidades federais, o projeto Rede de Nanobiotecnologia visa à formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento e inovação de produtos nanoestruturados lipídicos aplicados à saúde.

A UFSC, juntamente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Minas Gerais, criou o projeto com a finalidade de formar alunos de pós-graduação na área de Farmácia. Esses estudantes têm acesso a bolsas – sanduíche nacional e internacional, além de doutorado pleno e pós-doutorado no Brasil. A Rede de Nanobiotecnologia também dá suporte para que esses alunos possam viajar para encontros científicos e ajuda ainda nas passagens do intercâmbio entre as instituições.

O Departamento de Ciências Farmacêuticas do Centro de Ciências da Saúde (CCS), em parceria com as faculdades de Farmácia das outras universidades conta com um total de 17 professores atuando na Rede.

O projeto fomenta a pesquisa e incentiva a troca de experiências entre as três universidades. Os alunos não ficam presos apenas a uma instituição ou a uma área específica, o que possibilita ao estudante uma formação mais consistente. Ao conhecer a cultura de outros grupos de pesquisa, pode compartilhar os conhecimentos adquiridos com seus colegas.

A escolha das três universidades foi facilitada por alguns pontos em comum. O principal deles foi o de todas trabalharem com produtos naturais.

Outro aspecto diz respeito ao domínio do conhecimento em “nanoestruturas lipídicas”, utilizadas na produção de cremes, pomadas, comprimidos, géis, entre outros.

As áreas contempladas pelo projeto são os antivirais e antitumorais. O estudo desses fármacos rende para a sociedade novos e melhores remédios. Mas esses medicamentos precisam de meios para funcionar. Por exemplo: a UFSC faz uma nova droga que consegue controlar facilmente a herpes, mas ela não resolve porque não é absorvida pelo organismo. Para isso as três universidades “trocam figurinhas” até encontrar um meio de tornar o novo antiviral eficaz.

Cada uma das federais possui áreas de pesquisa mais fortes: a UFRGS trabalha com o desenvolvimento tecnológico de produtos inovadores de base nano; a UFMG é especialista em química de produtos naturais, incluindo a parte tecnológica; e a UFSC desenvolve, além das áreas citadas, também a avaliação dos antivirais e antitumorais.

Um exemplo da cooperação das universidades fundamenta-se em um equipamento que só a UFSC dispõe. A máquina serve para simular a absorção de fármacos pela boca e pela pele. Esse tipo de estudo só pode ser feito aqui, mas ele pode “resolver” muitos dos problemas de pesquisa enfrentados na UFMG e na UFRGS.

*UFSC, UFMG  
e UFRGS se  
unem para  
pesquisar  
antivirais e  
antitumorais.*

O projeto inicialmente contemplou seis alunos, dois de cada instituição. Apesar do pouco tempo, o programa já desencadeou um processo de patente a partir de um trabalho desenvolvido pela UFSC em parceria com a UFMG.

O projeto também prevê cursos em cada uma das universidades com todos os envolvidos.

Em 2010 as aulas estão acontecendo na UFSC, em 2011 na UFMG e em 2012 serão ministradas na UFRGS.

## Terapeutas da Alegria

Thomas Michel/bolsista de jornalismo

Com a intenção de diminuir o sofrimento de pacientes internados em hospital, alguns estudantes, médicos e professores vão até o hospital vestidos de palhaço: são os Terapeutas da Alegria. O grupo foi criado em 2007 na Unisul, em Tubarão/SC, e foi trazido pela criadora do projeto para a UFSC, que o ampliou e multiplicou.

Os Terapeutas da Alegria atuam por várias cidades de Santa Catarina visitando, principalmente, os hospitais infantis. O ambiente rígido e tedioso da internação é quebrado pelas brincadeiras e estórias contadas por palhaços treinados na Universidade.

Os estudantes são voluntários, contemplados com um treinamento de seis meses, que consiste de aulas de biodança, teatro, oratória e expressão corporal, o que os torna aptos a adentrar no hospital. No início são acompanhados por palhaços mais experientes, mas depois fazem as visitas semanais sozinhos ou em pequenos grupos.

A chamada “instrumentalização”, que ocorre antes das idas ao hospital, proporciona aos futuros Terapeutas uma sensibilidade maior para relacionamentos, fazendo com que percebam se a pessoa está ou não gostando do que fazem. Também aumenta a sensibilidade de atração, para que possam fazer suas palhaçadas sem perder a atenção das pessoas, e mais, curtindo o que eles fazem.

Os Terapeutas seguem a mesma linha ideológica dos “Doutores da Alegria”, que pregam o poder terapêutico da felicidade. Os Doutores são mais famosos, já que foram abordados pelo filme *Patch Adams – o amor é contagioso*. Ao contrário deles, os Terapeutas não trabalham com atores, mas, em sua maioria, com estudantes da área da Saúde. Por esse motivo, o conhecimento adquirido em salas de aula é passível de ser aplicado nas visitas ao hospital.

Entre os benefícios para os pacientes, destacam-se a diminuição do sofrimento e a possibilidade de uma interação diferente com pessoas que não os médicos e enfermeiros, com quem convivem diariamente. Esses benefícios se estendem também aos familiares, pois são eles que muitas vezes detêm noção mais clara sobre a gravidade da situação das crianças, o que faz com que sofram mais.

Ao contrário do que pode parecer, os ganhos não se limitam aos doentes e familiares, mas aos estudantes, que relatam conseguirem, com o treinamento, diminuir a timidez e melhorar o relacionamento social. Além disso, eles adquirem uma formação mais humanizada, que possibilita enxergar pacientes para além da doença.

A UFSC ampliou o projeto criando o Humanizarte, espécie de pós-graduação dos Terapeutas da Alegria. Depois do primeiro ano atuando com crianças, começa a trabalhar com doentes do Instituto de Psiquiatria – IPQ. Além das tradicionais brincadeiras, são discutidos assuntos relacionados à psique e cuidado com a saúde. Esse projeto complementa os Terapeutas, pois também usa a arte como artifício terapêutico.

Embora promova a extensão, o projeto está ligado ao Grupo de Pesquisa e Políticas de Saúde – GPPS, que faz a avaliação das terapias aplicadas.

## Medicamentos para a comunidade

Ingrid Fagundez/bolsista de jornalismo

Tudo cidadão brasileiro tem direito aos medicamentos fornecidos gratuitamente pelo Ministério da Saúde. Apesar disso, a distribuição destes no Sistema Único de Saúde (SUS) não é racional e eficaz, fazendo com que muitas pessoas fiquem sem medicação. A má orientação sobre o uso dos remédios é outro fator preocupante: sem informações precisas, há o risco de intoxicação e até do agravamento da doença.

*Os benefícios se estendem dos pacientes aos familiares e proporcionam aos estudantes voluntários uma formação mais humanizada.*



Atendimento Farmácia Escola (foto: Jones Bastos)

Para tentar melhorar esse quadro, o Departamento de Ciências Farmacêuticas da UFSC elaborou, em 2008, o projeto Qualificação da Assistência Social no SUS, que tem como objetivo promover o uso e dispensação dos medicamentos de forma consciente, garantindo o acesso fácil e seguro aos remédios. A iniciativa foi influenciada pelas novas diretrizes dos cursos de graduação em Saúde, implantadas em 2001. Elas incentivam as universidades a pensarem dentro da realidade do Sistema Único de Saúde, destacando a importância da atenção básica.

As reflexões sobre o assunto foram concretizadas em março do mesmo ano, com a inauguração da Farmácia Escola, um convênio entre a UFSC e a Prefeitura de Florianópolis, que atende à população da cidade. Localizada dentro do campus universitário, a Farmácia faz parte da Rede Municipal de Saúde e contribui para a formação e capacitação dos profissionais da área.

No local são distribuídos dois tipos de medicamentos: os Componentes Especializados da Assistência Farmacêutica (CEAFs) – remédios para doenças raras e crônicas que têm um custo mais alto; e os remédios para atenção básica, direcionados normalmente a pacientes do ambulatório do Hospital Universitário (HU). Os primeiros constam numa lista elaborada pelo Ministério da Saúde e são pagos por ele. Para conseguir esses medicamentos, deve-se estar cadastrado no local, além de apresentar exames e receitas médicas que comprovem a existência da patologia.

Os outros remédios são selecionados pela prefeitura, por meio da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), que contém 176 itens considerados indispensáveis para atender ao município. Para obtê-los também é preciso estar cadastrado, apresentar a prescrição médica e a carteira do SUS. Em ambos os casos é necessário provar residência em Florianópolis. As doses distribuídas duram um mês, e o cadastro deve ser renovado a cada três meses, para evitar a acumulação e a revenda de medicamentos.

Como explica uma das professoras supervisoras do projeto, Célia Teixeira de Campos, “a proposta é fazer a dispensação em vez da simples entrega. Isso significa não só fornecer o remédio, mas também fazer um acompanhamento terapêutico com o paciente dando-lhe orientações e tirando suas dúvidas”.

A Farmácia Escola também pretende formar e capacitar farmacêuticos que estejam integrados à realidade do SUS. Ela conta hoje com 16 estagiários e cinco bolsistas do

Curso de Farmácia, pós-graduandos em Farmácia, Nutrição e Serviço Social. Além dos alunos, o grupo de atendimento é formado por três professoras supervisoras e nove farmacêuticos. A equipe está trabalhando no seu limite: recebe o número máximo de pessoas que consegue atender. Quando começou, há dois anos, a Farmácia Escola atendia, por mês, cerca de 2.300 pessoas em busca dos CEAFs; este ano, são 6.000. Para os medicamentos de atenção básica, são quase 60 pedidos por dia.

O projeto é pioneiro no Brasil, e está servindo de exemplo para outras universidades do país.

## Pró-Saúde

Pedro Santos/ bolsista de jornalismo

**A**daptar a formação dos profissionais às necessidades particulares das diversas realidades do país. Essa era a principal preocupação do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), quando foi criado em 2005. O projeto é uma parceria do Departamento de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da UFSC com o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, e com a cooperação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

A ideia era fazer com que o ensino e os serviços nas áreas de Saúde do país fossem completamente integrados, de modo a reorientar a formação profissional de quem trabalha nessa área. Dessa forma, seria possível um melhor atendimento na prestação de serviços de saúde à população.

As instituições acadêmicas, escolas de Medicina, Enfermagem e Odontologia cooperam com os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) para melhorar a qualidade do serviço. Trata-se de dispor mais atenção ao cidadão, de humanizar o atendimento e difundir informação, instrução e conhecimento na formação dos profissionais da Saúde.

O projeto está estruturado em três grandes eixos: a orientação teórica, com pesquisas ajustadas à realidade local, incluindo o incentivo a Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) voltados ao interesse do SUS; os cenários de prática, que visa à integração entre o ensino e o serviço prático; e a orientação pedagógica para uma aprendizagem ativa, com constituição de fóruns e grupos de trabalho para a implementação da Sistematização da Assistência na Rede Básica.

Para contribuir com a qualificação das práticas de ensino, de atenção à saúde, de gestão e de controle social e gerar conhecimento, o Pró-Saúde integra ações entre o Curso de Graduação em Enfermagem da UFSC e os serviços de Saúde. Desse modo é que são realizadas atividades para estudantes e profissionais da Saúde no município de Florianópolis e no Hospital Universitário da UFSC. O Pró-Saúde implantou, em conjunto com as enfermeiras da rede básica de Florianópolis e do HU e professoras e estudantes de Enfermagem da UFSC, uma rede de referência e contrarreferência de educação em saúde.

O projeto obteve relevância internacional numa parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que é um organismo internacional que se dedica a melhorar as condições de saúde pública dos países da América. Técnicos e cientistas de vários países do mundo estão vinculados à organização de modo a promover transferência de conhecimento e tecnologia acumulados a partir de experiências produzidas nos estados membros. Integrante da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Pan-Americana da Saúde estimula o trabalho entre os países para alcançar metas comuns como iniciativas sanitárias multilaterais.

Nesse conjunto de atividades desempenhadas pelo Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), o objetivo agora é identificar e encaminhar novas necessidades do ensino e da qualificação da assistência em saúde.

# Hospital Universitário (HU)

Paulo Clóvis Schmitz/jornalista na Agecom

**H**á 30 anos, o Hospital Universitário Professor Ernani Polydoro de São Thiago ([www.hu.ufsc.br](http://www.hu.ufsc.br)) busca atender às políticas públicas, atuando nos três níveis de assistência: atenção básica, média e alta complexidade. Tornou-se referência em diversas especialidades, com forte demanda na área de câncer e cirurgias de grande porte, atendendo exclusivamente a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Pelo trabalho realizado, conquistou amplo reconhecimento da sociedade catarinense, assim como das instituições responsáveis pela gestão da saúde, em todos os níveis de governo.

Em outubro de 2004, o HU foi reconhecido como Hospital de Ensino, por meio de credenciamento junto aos ministérios da Educação e da Saúde. Naquele momento também foi firmado convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, pactuando serviços e atividades e explicitando diretrizes e metas físicas de qualidade para as áreas de atenção à saúde, ensino e pesquisa e aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão hospitalar.

Em sua trajetória, o HU teve nove diretores: Ernani Polydoro de São Thiago, Nelson Grisard, Alberto Chterpensque, Otmar Bauer, Marcelino Osmar Vieira, Fernando Osni Machado, Carlos Alberto Justo da Silva (atual Vice-Reitor da UFSC), Marisa Helena Coral e o atual diretor, Felipe Felício.

O HU conta hoje quase 300 leitos, cerca de 300 médicos, 150 enfermeiros e mais de 400 técnicos e auxiliares de enfermagem, além de outros profissionais de saúde. Coloca à disposição dos usuários tratamentos clínicos e cirúrgicos, obstetrícia/alojamento conjunto, berçário, pediatria, unidade de terapia intensiva (adulto e neonatal), emergências (adulto e pediátrica), ginecologia e centro de tratamento dialítico.

Em 2009, o Hospital Universitário realizou 242.806 atendimentos na emergência, ambulatório e internações. Isso equivale a uma média próxima a 20 mil atendimentos/mês, abrangendo todo o Estado. Naquele momento, o número de funcionários chegava a 1.739, incluindo os de caráter temporário e os terceirizados. No ano de 2010, começaram a ser contratados os 196 selecionados no último concurso.

A partir do próximo ano, a casa de saúde poderá se beneficiar dos aportes do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), criado para dar aos HUs as condições materiais e institucionais necessárias para desempenhar plenamente suas funções.

Enquanto isso, o HU segue avançando, oferecendo, desde 2009, transplantes de córnea e outros procedimentos de alta complexidade na área da oftalmologia. A ala de queimados está sendo construída, e os transplantes de rim e fígado começam a ser planejados, abrindo uma nova perspectiva para centenas de pessoas que aguardam esse tipo de cirurgia para voltar a ter uma vida normal.

A equipe do HU vem trabalhando intensivamente na filosofia do atendimento humanizado, contando nos últimos anos com o apoio da Associação dos Amigos do HU e de entidades da sociedade civil. Em 1998, um grupo de profissionais do hospital, que vinha discutindo a questão do “parto humanizado”, formulou um projeto para que fosse possível a presença de um acompanhante durante o parto. A proposta, encaminhada através de deputados, foi aprovada em nível estadual, e em 2005 a “Lei do Acompanhamento” foi aprovada na esfera federal.

A ideia do parto humanizado evoluiu também para a criação do Grupo de Casais Grávidos ou Gestantes, para o estímulo ao resgate do parto natural e para a adoção de medidas como o método Mãe Canguru, para assistir os recém-nascidos de baixo peso, que necessitem de cuidados especiais. A criança é colocada junto ao corpo da mãe e dela recebe o calor suficiente para se manter aquecida. O método tem permitido a alta precoce de unidades de UTI neonatais e até a alta hospitalar.

Hoje, a maternidade é reconhecida em nível nacional como centro de excelência em assistência obstétrica. O HU, pela qualidade do trabalho desenvolvido e pela assistência humanizada, conquistou o reconhecimento de “Hospital Amigo da Criança”.

*Mensalmente a Secretária Estadual de Saúde encaminha 250 novos pacientes para o teste da orelhinha.*

## Uma referência no diagnóstico para uso de aparelho auditivo

Camila Collato/bolsista de jornalismo

O Laboratório de Estudos em Voz e Audição do Hospital Universitário, inaugurado em 2006, é referência no atendimento de alta complexidade em próteses auditivas e na triagem auditiva neonatal. Mais conhecida como teste da orelhinha, a triagem é realizada em bebês recém-nascidos para diagnosticar perda auditiva precoce. Todo mês, a Secretaria de Estado de Saúde encaminha 250 novos pacientes à equipe do LEVA, formada por sete fonoaudiólogos, dois técnico-administrativos, uma bolsista e dois estagiários da Universidade Estácio de Sá. Também há uma equipe auxiliar composta por dois otorrinolaringologistas, um pediatra, um assistente social, um neurologista, um psicólogo e um geneticista. Mais de 800 pacientes diagnosticados para o uso de aparelho auditivo são atendidos mensalmente e cada um recebe quatro atendimentos ao longo do tratamento.

Segundo Francine Freiberg, fonoaudióloga do Laboratório, “a maioria dos pacientes procura atendimento motivada pela família, e as reclamações mais comuns referem-se ao zumbido no ouvido, que é um dos sintomas da perda auditiva, e à dificuldade de compreender aquilo que escuta”. Um levantamento realizado pela fonoaudióloga de dezembro de 2006 até abril de 2009 revelou ainda que cerca de 35% do público que recebe assistência são idosos (acima de 60 anos).

Além dos atendimentos, desde 2004, o HU tenta obter o credenciamento do Ministério da Saúde para realizar cirurgias de implante coclear. Esse tipo de implante, diferente do aparelho auditivo que somente amplifica ou intensifica o som, estimula diretamente fibras neurais na cóclea, possibilitando à pessoa perceber os sons. Em 2007, o LEVA realizou esse tipo de cirurgia para demonstração com sucesso. Isso mostrou que o Hospital Universitário, por meio da equipe do LEVA, tem condições técnicas e o pessoal necessário para realizar o procedimento.

A cada dois anos também é realizada a Semana de Fonoaudiologia do HU, com palestras, mesas-redondas e avaliações auditivas gratuitas ao público. “Esperamos que com a criação do curso de graduação em Fonoaudiologia na UFSC os dados e as pesquisas realizadas pelo LEVA possam ser melhor analisados pelos estudantes e aplicadas em futuros estudos e projetos”, afirma Francine.

## Um núcleo que trabalha a favor do bem-estar da terceira idade

Camila Collato/bolsista de jornalismo

O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Assistência Gerontogeriatrica (NIPEG) surgiu dentro do Hospital Universitário como Grupo Interdisciplinar de Geriatria (GIG) em 1988 e foi oficializado em outubro de 1998. Observou-se, na época, que havia uma carência de disciplinas oferecidas pelos cursos da UFSC na área geriátrica. Assim, além de dar apoio ao desenvolvimento de estudos interdisciplinares em saúde do idoso, o NIPEG também acompanha e supervisiona estagiários e presta atendimentos ao público em nível ambulatorial.

O objetivo do núcleo é diminuir o número e o tempo das internações. Para isso, são desenvolvidas atividades como acompanhamento psicológico e educativo na sala de espera – com vídeos, minipalestras e distribuição de panfletos informativos sobre doenças ligadas à idade avançada (depressão, osteoporose, diabetes), direitos do idoso, como evitar quedas e os perigos da automedicação –, visitas domiciliares de acompanhamento e consultorias na área de geriatria e gerontologia. Também são realizadas oficinas sobre memória, trabalhos para tratamento da incontinência urinária e orientações fisioterapêuticas. A equipe do núcleo atualmente tem dois médicos, uma enfermeira, um nutricionista, um assistente social, uma psicóloga voluntária, um fisiatra e um psiquiatra.

A média de atendimentos varia entre 130 a 150 por mês, com dois a três retornos anuais. A faixa etária assistida é de 60 a 100 anos de idade, com predominância de pacientes de 70 a 85 anos. A maioria das pessoas é da região da Grande Florianópolis, com alguns casos eventuais de outros municípios do Estado, e, geralmente, são as famílias que encaminham

o idoso ao NIPEG. Também é desenvolvido um trabalho de apoio chamado Grupo de Ajuda Mútua com as famílias com idosos portadores de doenças degenerativas, como o Alzheimer, em parceria com o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI).

Para o médico Vanir Cardoso, coordenador do núcleo, “é preciso ter mais amplitude nas questões gerontológicas, pois elas não se restringem apenas à saúde. É necessário desenvolver mais estudos em outras áreas como na Arquitetura, por exemplo. Hoje, nossas cidades não são planejadas para a população idosa, gerando situações que facilitam a ocorrência de quedas e fraturas. É preciso entender que o idoso possui uma fisiologia, um corpo e problemas próprios”. Durante o ano de 2010, os objetivos no núcleo foram fortalecer e ampliar, para outros cursos do CCS, a Liga de Geriatria formada por estudantes que prestam serviços de orientação, contratar mais profissionais da área geriátrica, realizar uma Jornada do NIPEG, convidando mais alunos, professores e profissionais para atuarem no núcleo, e divulgar os estudos e atividades realizadas.

## Centro de Informações Toxicológicas

Thomas Michel/bolsista de jornalismo

O Centro de Informações Toxicológicas (CIT/SC) é fruto de um convênio entre a Fundação Oswaldo Cruz, a UFSC e a Secretaria de Estado da Saúde. Vinculado ao Departamento de Patologia, o centro funciona no Hospital Universitário desde 1984, e desde 2003 é um braço da Secretaria da Saúde.

Este tipo de centro começou a funcionar na década de 1930 nos EUA como uma maneira de ajudar os profissionais com os diferentes tipos de tóxicos existentes. Apesar da longa carreira acadêmica e da bagagem intelectual acumulada, os médicos não têm condição de conhecer todos os tipos de venenos e suas características. O CIT supre essa necessidade orientando sobre tratamentos e cuidados com intoxicações.

A maioria dos atendimentos destina-se aos médicos. Eles ligam para o centro, dão as características clínicas do doente e são informados sobre possíveis causas e tratamentos para o paciente. O CIT também atende à emergência do HU e no próprio espaço físico do Centro.

*A média de atendimentos do NIPEG é de 130 a 150 por mês, com dois a três retornos anuais.*



Centro de Informação Toxicológica – CTI (foto: Thaine Machado)

A importância de um centro como o CIT é crucial para a saúde humana. Existem hoje cerca de 15 milhões de substâncias químicas no mundo e cem mil estão em contato com o homem, e mais de mil produtos novos são lançados todo ano. Isso representa um risco que é comprovado pelos números do centro: somente em 2009 foram registrados 10.197 atendimentos, o que representa quase 28 casos por dia.

Os casos mais comuns de intoxicação são os por animais peçonhentos, como aranhas, cobras e lagartas. A aranha, principalmente a marrom, é a campeã de acidentes em Santa Catarina – em 2009, foram 1.195 casos. No Brasil, o animal que lidera casos de envenenamento é o escorpião. Esses casos acontecem principalmente nas cidades, pois esses animais se escondem em sapatos e roupas, causando acidentes. Outro tipo de intoxicação que acontece em casa é causado por plantas ornamentais, a exemplo de comigo-ninguém-pode, uma espécie que oferece grande perigo, principalmente para as crianças. Elas colocam a planta na boca, seja por impulso ou curiosidade, e acabam parando no hospital.

Medicamentos que deveriam ajudar também acabam sendo grandes vilões. Entre automedicação e tentativas de suicídio, o CIT já atendeu a quase 25 mil casos relacionados a remédios em toda sua história. O descuido dos pais ao guardar sua minifarmácia é outra razão do elevado número de atendimentos: foram 543 crianças de um a quatro anos vítimas desse mau hábito somente em 2009. O centro tem o objetivo de ajudar no diagnóstico e no tratamento de casos como estes, e para isso acompanha toda a evolução das ocorrências até a sua solução.

Entre as várias atribuições do CIT estão a identificação e catalogação de plantas e animais que possam causar algum tipo de intoxicação. Para isso conta com a colaboração de estudantes de Biologia que recebem no centro cerca de 500 animais por ano. Além de estudantes de ciências biológicas, o CIT possui também estagiários de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Sistemas de Informação, totalizando quase 50 colaboradores discentes. O CIT proporciona ainda estágios curriculares (no caso da Medicina) e extracurriculares, auxiliando na formação dos alunos.

O Centro é um dos maiores produtores de conhecimento científico da Universidade, contribuindo com orientações de TCCs, dissertações e teses. Também produz artigos científicos e relatórios mensais e anuais sobre os atendimentos. Outro serviço prestado é a organização de um banco de dados de produtos comerciais regionais e nacionais, facilitando o acesso a informações de ordem toxicológica. Para a comunidade, o Centro produz folhêres e panfletos para esclarecimento acerca de animais peçonhentos e de manuseio e acondicionamento de produtos que possam causar acidentes.

## Serviço de Anatomia Patológica do HU

Thomas Michel/ bolsista de jornalismo

O Serviço de Anatomia Patológica do Hospital Universitário (SAP/HU) foi fundado em 1985 para atender à grande demanda por análises e diagnósticos. Foi o pioneiro no Estado de Santa Catarina com o serviço de patologia.

O médico patologista geralmente não trabalha diretamente com o paciente. A sua função principal é fazer as análises para que médicos de todas as especialidades possam realizar os tratamentos corretos em suas áreas específicas.

O trabalho começa com a coleta do material (pedaços de ossos, pele ou qualquer outro tecido), depois há a preparação para que possa, em seguida, ser processado. Após isso, há a análise e a emissão do laudo pelo patologista. É com esse documento que serão tomadas as medidas recomendadas para o tratamento do paciente.

O SAP/HU possui cinco professores, o mesmo número de médicos, um bioquímico e seis técnicos. Eles se dividem entre os serviços de imunofluorescência, imunohistoquímica, laboratório de anatomia patológica e necropsia.

O serviço de imunofluorescência foi implantando em 1994, é referência no país e serve para a diferenciação de tumores. Ele é feito através de uma técnica que deixa as células fosforescentes, de forma que se possa identificá-las para assim obter um resultado preciso. É como um microscópio que faz as células brilharem.

A imuno-histoquímica serve para achar certos antígenos em células de tecidos. Em termos mais simples, tem a função de vasculhar, por exemplo, os ingredientes de que são feitos um bolo. Esse serviço é prestado desde 1995 no Hospital Universitário, e em 2002 passou por uma modernização. Assim como a imunofluorescência, a imuno-histoquímica também atende os médicos de todo o Estado de Santa Catarina.

Entre outros serviços prestados estão a punção aspirativa por agulha fina, PAAF, que consiste em uma técnica minimamente invasiva para a retirada de tecidos para análise. Necropsia também é outro serviço feito pelo SAP/HU e serve para descobrir a *causa mortis*.

A estrutura do Serviço de Anatomia Patológica é utilizada também para pesquisas e possui a segunda mais antiga residência médica do Hospital Universitário. Além disso, há salas de aula e orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), dissertações e teses.

O SAP/HU conta ainda com um arquivo que contém todo o material que já passou por ali desde sua fundação em 1985. Além de laudos, requisições e blocos, todas as lâminas de microscópio que foram analisadas estão guardadas neste arquivo. Esse serviço é para que o paciente possa ter um atendimento posterior à sua recuperação. Por exemplo, uma mulher que se curou de um câncer de mama há 10 anos ainda enfrenta o risco de a doença reincidir. Então, é feita uma consulta sobre o tipo do tumor que ela teve, sendo, a partir disso, indicado um tratamento mais moderno para evitar novas complicações relativas à doença.



Serviço de Anatomia Patológica do Hospital Universitário – SAP (fotos: Thaïne Machado)



## Centro de Desportos (CDS)

Margareth Rossi/jornalista da Agecom

Referência nacional e internacional nos ensinos de graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão, o Centro de Desportos (CDS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é um dos principais polos de difusão do esporte nas suas várias manifestações, do exercício e atividade física relacionados à saúde, disponibilizando projetos e programas importantes para a sociedade.

Com o objetivo de transformar desafios em novas oportunidades, essas ações resultam do trabalho contínuo e especial desempenho dos 51 docentes, 19 técnico-administrativos e 610 estudantes. O apoio de instituições de fomento, de órgãos financiadores e do Ministério do Esporte garante a realização e continuidade das atividades esportivas, científicas, artísticas e culturais, que envolvem cerca de 3 mil pessoas da comunidade interna e externa, tendo como público-alvo, idosos, portadores de deficiência, crianças, jovens e adultos. Portanto, a inclusão social se faz cada vez mais presente, gerando uma rica troca de experiências entre universidade e sociedade, e, principalmente, na promoção de desenvolvimento, educação, saúde e qualidade de vida.

O corpo docente é composto por 92% de mestres e doutores, professores efetivos do Departamento de Educação Física, que buscam formar profissionais altamente qualificados, na graduação (licenciatura e bacharelado) e pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado). Além de contribuírem com o desenvolvimento científico e social do país, atuam em importantes redes de pesquisa (CENESP e CEDES).

A infraestrutura do Centro de Desportos disponibiliza salas de aula, de estudos para docentes e discentes, e de informática, laboratórios e núcleos de pesquisas, unidades administrativas, complexo aquático, piscina olímpica (aquecida e coberta), quadras de tênis de campo, pista de atletismo, ginásios poliesportivos, campo de futebol, quadras polivalentes e laboratórios de dança, de ginástica, de condicionamento físico e de artes marciais. O CDS é palco de competições esportivas abertas à comunidade universitária, como a tradicional Copa UFSC. É também o lugar onde os alunos fazem as atividades físicas de disciplinas curriculares ou extracurriculares.

Os Núcleos de Pesquisa possuem amplas instalações e equipamentos necessários para a realização dos trabalhos investigativos. São eles: Atividade Física e Saúde (NuPAF), Estudos Pedagógicos (NEPEF), Cineantropometria e Desempenho Humano (NUCIDH) e Estudos em Tênis (NETEC). Também são responsáveis por diversas publicações regulares, destacando-se a *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano* e a *Revista Motrivivência*. Da mesma forma, os laboratórios de Biomecânica (BIOME), de Ergonomia (LAERG), de Esforço Físico (LAEF), de Mídia (LaboMídia), de Orientação em Atividade Física e Saúde (LOAFIS) e de Pedagogia do Esporte (LAPE) consolidam-se como espaço didático para apoio às atividades realizadas no CDS.

Os estudantes têm a oportunidade de participar de projetos de extensão em mais de 30 modalidades esportivas que proporcionam a prática dentro da formação acadêmica. Para a produção de conhecimentos inovadores, recebem, ainda, incentivos por meio da oferta de bolsas de iniciação científica, pesquisa, monitorias e Programa Especial de Treinamento (PET e PET-Saúde). Todos os projetos desenvolvidos estão voltados à comunidade em geral, integrando a extensão com o ensino e a pesquisa.

Em parceria com outros departamentos da UFSC, o Centro de Desportos iniciou, em 1996 e 2007, o mestrado e o doutorado – o primeiro em Santa Catarina –, respectivamente, e em 2008 as atividades de pós-doutorado. O Programa de Pós-Graduação em Educação Física é composto por três áreas de concentração: Atividade Física Relacionada à Saúde; Teoria e Prática Pedagógica em Educação Física; e Cineantropometria e Desempenho Humano. Recentemente, foi avaliado pela Capes com conceito 5 (muito bom nível de desempenho), o que demonstra a qualidade do corpo docente e discente e o grande impacto da sua produção científica.

## Atividades físicas ao alcance de todos

Marília Marasciulo/bolsista de Jornalismo

**H**á 15 anos, o Programa de Atividade Motora Adaptada (AMA), do Centro de Desportos da (CDS/UFSC), oferece aos portadores de uma ou mais deficiência (visual, mental, física e auditiva), com comprometimento variado, moradores da Grande Florianópolis, a possibilidade de participar de diferentes exercícios físicos. São cerca de 150 pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm a oportunidade de praticar modalidades como dança, recreação e atividades aquáticas, de acordo com seus interesses e possibilidades motoras. O AMA proporciona vivências práticas a alunos de diferentes cursos de graduação, entre eles Educação Física, Enfermagem, Pedagogia e Psicologia, que também desenvolvem pesquisas na área.

As turmas são formadas por 10 a 15 alunos, e as aulas são organizadas e ministradas por bolsistas, voluntários e acadêmicos vinculados às disciplinas Educação Física Especial, Atividade Física para Grupos Especiais e Estudos Individuais. Interessados em ingressar no programa, que funciona durante o ano letivo, devem se inscrever e marcar entrevista com a coordenadora Ângela Zuchetto, professora do Departamento de Educação Física. Todos os integrantes passam por um processo de adaptação e são monitorados pelos bolsistas, que ao final do semestre escolhem um participante para acompanhar mais de perto. Não há período máximo para os alunos permanecerem no programa (alguns estão desde quando foi criado), mas podem perder a vaga se faltarem mais de três vezes sem justificativa.

São três as modalidades oferecidas durante o ano letivo, duas vezes por semana. Com movimentos criativos, a dança permite que o indivíduo se comunique de forma variada, melhorando aspectos de caráter físico, como força, ritmo e equilíbrio, e de psíquico, como a autoestima e a segurança. Os esportes e os exercícios recreativos ajudam a restaurar as capacidades individuais, estimulam o desenvolvimento de habilidades motoras e o condicionamento físico. Já as atividades aquáticas possibilitam a execução de movimentos ou posturas muitas vezes impossíveis no solo, melhorando a orientação espacial, a capacidade cardiovascular e as funções fisiológicas. O AMA-baby é um programa especial que trabalha especificamente com crianças, de 9 meses a 3 anos, portadoras de paralisia cerebral. Os exercícios são realizados no solo e na piscina, por 20 minutos cada, com as seguintes finalidades: desenvolver habilidades motoras, reduzir a espasticidade, manter a capacidade respiratória, entre outras.

O programa vem atingindo os objetivos propostos e vários estudos desenvolvidos já foram apresentados em congressos nacionais e internacionais, publicados em revistas, e são temas de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs). Anualmente, a equipe do AMA mostra seu trabalho em estande na Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepex) da UFSC.



Exercícios recreativos ajudam a restaurar as capacidades individuais (foto: Paulo Noronha, Agecom)



Dança, recreação e atividades aquáticas são as modalidades praticadas no AMA (foto: Paulo Noronha, Agecom)

## Sábado no Campus é exemplo de inclusão social

Margareth Rossi/jornalista da Agecom e  
Marília Marasciulo/bolsista de Jornalismo

**F**avorecer a socialização, a saúde e a qualidade de vida de pessoas com deficiências são algumas das características do Projeto Sábado no Campus: Esportes Adaptados, que oferece atletismo, bocha paraolímpica, goalball, futsal para cegos, natação, polibaty, handebol e tênis de campo em cadeira de rodas e xadrez, de segunda-feira a sábado, com várias opções de horários. Cerca de 80 atletas, de ambos os sexos e idade acima de 12 anos, participam das atividades no Centro de Desportos (CDS), em parceria com entidades sociais do Estado de Santa Catarina voltadas à inclusão. Acadêmicos dos cursos de Educação Física, Nutrição, e Psicologia da UFSC, quatro professores do Departamento de Educação Física e sete de outras instituições educacionais atuam no programa.

No Brasil, a UFSC é uma das únicas universidades que têm disciplinas específicas para os esportes adaptados no currículo da graduação. Não é por acaso que, nesses 13 anos de existência, o “Sábado no Campus” vem contribuindo para pesquisas na área e é tema de eventos científicos que divulgam as modalidades praticadas. Segundo o coordenador do projeto, professor Luciano Lázaris Fernandes, assuntos relacionados à inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular e, mais especificamente, nas aulas de Educação Física, começaram no final da década de 1980, embora os esportes adaptados tenham sido criados na Segunda Guerra, para a reabilitação de soldados mutilados.

No goalball, elaborado para atletas cegos ou com pouca visão, duas equipes de três jogadores devem marcar o maior número de gols. Os atacantes arremessam uma bola sonora com as mãos e os defensores ficam agachados ou ajoelhados, ocupando a maior área possível da quadra, que tem as mesmas dimensões da de voleibol. Todos os atletas usam vendas nos olhos.

Já a bocha paraolímpica é praticada por pessoas com grandes problemas motores, seguindo o mesmo princípio do jogo tradicional: colocar as bolas o mais próximo do bolim (bola-alvo). Em algumas categorias são permitidos assistentes – para estabilizar a cadeira de rodas, por exemplo – e/ou a utilização do dispositivo auxiliar, uma rampa ou uma calha que ajudam no lançamento da bola.

O polibaty é disputado entre dois indivíduos ou duplas em uma mesa de tênis de mesa (com a rede removida). Nas laterais, são colocados painéis como barreiras para que a bola de plástico (tipo *airflow*) não saia da área. O objetivo do jogo é rebatê-la e lançá-la para fora do lado adversário ou forçar uma falta e ganhar o ponto. Participam deste esporte pessoas com sérios comprometimentos neuromotores.

Para Luciano Lázaris, tanto a bocha quanto o polibaty deveriam ser desenvolvidos em escolas de Ensino Fundamental e Médio. “Os professores têm dificuldades em incluir alunos com deficiências nas aulas de Educação Física, e essa seria uma maneira simples de fazê-los participar”, explica. Para mostrar essa possibilidade, o Projeto Sábado no Campus promove atividades na comunidade com o objetivo de divulgar o paradesporto.



Atleta combina força e precisão na batida da bola e velocidade e técnica na movimentação da cadeira (foto: Thaine Machado, Agecom)



Praticam o polibaty pessoas com sérios comprometimentos neuromotores (foto: CDS)

Os resultados do projeto comprovam que é possível quebrar preconceitos: pessoas com deficiências podem, sim, praticar esportes e obter sucesso. Os atletas disputam campeonatos e conquistam boas colocações regionais e nacionais. Alguns já representaram a seleção brasileira em jogos mundiais e paraolimpíadas. Exemplos não faltam. As jogadoras de goalball Irani Castro, Leoni Artmann e Rosângela Castro são tricampeãs nos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (Parajasc). Em 2003, Mara Adriana Mendonça e Rosângela Castro conquistaram a medalha de prata no mundial da International Blind Sports Federation (IBSA), no Canadá, classificando o Brasil pela primeira vez para os Jogos Paraolímpicos de Atenas de 2004. Em 2008, Paulo Roberto Homem, também do goalball, participou das Paraolimpíadas de Pequim.

## Melhorando a saúde do coração

Marflia Marasciulo/bolsista de Jornalismo

**P**ortadores de Doença Arterial Coronariana (DAC) contam com o Programa de Prevenção e Reabilitação Cardiorrespiratória (ProCor), do Centro de Desportos (CDS) da UFSC, oferecido à comunidade desde 1997. O objetivo é diminuir os fatores de risco e proporcionar a reabilitação daqueles que enfrentam a doença, também chamada de aterosclerose. Os encontros servem de campo de estudo aos acadêmicos dos cursos de Educação Física e Medicina, que elaboram um conjunto de exercícios voltados para o condicionamento físico e melhora da saúde dos participantes.

Para estimular a capacidade do corpo dos cerca de 100 integrantes, as aulas são divididas em três sessões semanais de exercícios que trabalham a resistência aeróbica e muscular e a flexibilidade. A pista de atletismo, o Laboratório de Esforço Físico (LAEF), o campo de futebol e o ginásio de esportes são utilizados para avaliações físicas, alongamentos, caminhada ou ciclismo em aparelhos e relaxamentos. A frequência cardíaca dos pacientes é monitorada durante todo o processo. A equipe reúne um professor, coordenador do projeto, três monitores (alunos da graduação) e um médico.

O ingresso no programa é realizado de acordo com a disponibilidade de vaga nas turmas (15 por semestre), prescrição médica e avaliação clínica, que objetivam analisar a adaptação dos participantes e definir o tratamento a ser seguido. Os indivíduos com quadro clínico estável e aqueles que possuem fatores de risco cardiovascular têm prioridade, entre eles diabéticos, hipertensos, fumantes e obesos.

As pesquisas realizadas e os dados coletados pelo projeto servem de base para diversos trabalhos acadêmicos, como dissertações, monografias de graduação e pós-graduação.



Programa busca o condicionamento físico e a saúde dos participantes (foto: CDS)

## Terceira idade: envelhecer com saúde e qualidade de vida

Margareth Rossi/jornalista da Agecom

**D**e duas a três vezes por semana, 650 idosos circulam pelas dependências do Centro de Desportos (CDS) da UFSC para praticar atividades físicas e recreativas que incluem ginástica localizada, yoga, vôlei, jogos coletivos, hidroginástica, natação e dança. As turmas são formadas por alunos acima de 60 anos, de ambos os sexos, que compartilham do Programa de Atividades Físicas para a Terceira Idade, projeto de extensão reconhecido pela comunidade por promover a saúde e melhorar a qualidade de vida.

Com os objetivos de proporcionar a socialização e o bem-estar físico e emocional, as aulas compreendem exercícios aeróbios, de alongamento, flexibilidade, equilíbrio, força, resistência, relaxamento, ritmo, entre outros. São realizadas de acordo com as condições físicas, necessidades e interesses do grupo. Avaliar o próprio desenvolvimento é um dos pontos altos do projeto. Os idosos, no início e final do ano, passam por testes de aptidão física e são mensurados no Laboratório de Esforço Físico do CDS, que acompanha e verifica o desempenho dos participantes.



Projeto promove a saúde e melhora a qualidade de vida (foto: Agecom)

Desenvolvido desde 1985, o programa é o terceiro criado no Brasil, sob a coordenação das professoras Marize Amorim Lopes e Tânia Rosane Bertoldo Benedetti, do Departamento de Educação Física. Para Marize, a grande procura e o baixo índice de evasão evidenciam a serenidade e responsabilidade de atuação dos profissionais e acadêmicos comprometidos com a área gerontológica. “As pessoas vêm tanto dos bairros próximos à UFSC quanto do continente, dos municípios de São José e Palhoça”, conta. O projeto mantém ainda um grupo de dança folclórica que atua 21 anos na Grande Florianópolis.

## Recriando o folclore ilhéu e do litoral catarinense

Margareth Rossi/jornalista da Agecom

O Grupo de Dança Folclórica da Terceira Idade da UFSC foi formado em 1989, com a proposta de divulgar as danças de etnia portuguesa com origem açoriana. Nos encontros semanais cerca de 30 idosos, com faixa etária de 60 a 84 anos, e oito músicos vivenciam a dança moderna, folclórica, parafolclórica, livre, entre outras.

Atualmente, o projeto tem um repertório de dez danças, criadas e recriadas com a participação do grupo, transmitindo seus conhecimentos folclóricos em festivais no Brasil e no exterior. Também se apresentam em comunidades e eventos, como a Fenastra e a Festa do Divino Espírito Santo. O resultado desse trabalho já rendeu o lançamento, em 2001, do CD “Cantando a Cultura do Ilhéu e Litoral Catarinense” e, em 2005, do DVD “Danças Folclóricas do Litoral Catarinense”, que mostra várias coreografias, entre elas o Pau de Fita, Arco de Flores, Rendeira, Balaio, Jardineira e Farinhada. As duas produções são requisitadas nacional e internacionalmente como acervo histórico-cultural.



Grupo tem um repertório de dez danças folclóricas do litoral catarinense (foto: Agecom)



Grupo tem um repertório de dez danças folclóricas do litoral catarinense (foto: Agecom)

O Grupo tem uma participação efetiva no Conselho Consultivo do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) da UFSC, oferecendo a instituições públicas e privadas e grupos de folclore treinamento e consultoria em figurinos folclóricos, músicas e coreografias. Em 2009, recebeu o Prêmio Franklin Cascaes de Cultura.

Na equipe há cinco pessoas com mais de 80 anos, e é raro, segundo Marize Amorim, os participantes apresentarem problemas sérios de saúde, graças ao empenho com que se dedicam às danças. “Eles são assíduos, afetivos e demonstram carinho e respeito uns pelos outros”, relata. Neste projeto, ela tem a parceria das professoras Tânia Bertoldo Benedetti e Vera Lúcia Amaral Torres.

## Liberdade de expressão em movimentos

Marília Marasciulo/bolsista de Jornalismo

O projeto de extensão Experimentações em dança: Grupo Fazendo Corpo Mole, do Centro de Desportos (CDS) da UFSC, foi criado em 2009 como um espaço de estudo e construção coletiva de coreografias. Para isso, busca aproximar a dança contemporânea às diferentes linguagens artísticas, como o teatro, a música, as artes plásticas e circenses, a percussão corporal, o canto, interagindo com variados estilos: sapateado, dança afro, jazz e a técnica corporal contato-improvisação.



Dançarinas experimentam a acrobacia aérea em tecido (foto: CDS)

Segundo a professora Luciana Fiamoncini, do Departamento de Educação Física, e atual coordenadora do projeto, o nome “Fazendo Corpo Mole” representa a leveza e o molejo de um corpo disposto a experimentar novos movimentos. Participam também as bailarinas Julia Terra Denis Collaço e Vera Pardo. Anteriormente, o grupo integrou o projeto O Corpo na Música, a Música no Corpo, de 2007 a 2008, que se apresentava junto ao Coral da UFSC.

São dois os principais trabalhos desenvolvidos atualmente, nos quais as artistas criam em conjunto as coreografias: em Diálogo, elas experimentam a combinação entre música e dança. Nessa produção, o grupo musical Coisamar, de Florianópolis, realiza as composições; e em Acrobacia aérea e dança em tecido, o grupo propõe formas criativas em parceria com o projeto de extensão Acrobacia Aérea em Tecido, do Curso de Educação Física. Os trabalhos são aprimorados em oficinas elaboradas pelas três integrantes da equipe e abertas ao público. Ao mesmo tempo, funcionam como um espaço para explorar e discutir novas técnicas, enriquecendo as composições.

Entre as apresentações realizadas na Universidade, o grupo integrou algumas edições da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepex); da abertura da Semana de Educação Física de 2009 e 2010; e do 1º Festival de Práticas Corporais. Em eventos externos, destacam-se as seguintes participações: Festival Nacional de Dança – Dança em Cena, em Florianópolis, em 2007 e 2008; Festival de Dança da Unisul (Unidança) de 2008, em Tubarão; e 6ª e 7ª Mostra de Dança realizada pela Udesc.

## Práticas corporais garantem o bem-estar

Marília Marasciulo/bolsista de Jornalismo

O projeto Práticas Corporais (Pratico), do Centro de Desportos da UFSC, tem contribuído para o processo de percepção do corpo e autoconhecimento dos sujeitos envolvidos, por meio de práticas de sensibilização que buscam integrar a totalidade do ser. Por ano, em média 500 pessoas com idade acima de 18 anos frequentam as aulas nos laboratórios de Prática de Ginástica e de Dança, ministradas por bolsistas e estudantes auxiliares de vários cursos da Universidade, entre eles o de Educação Física.

Segundo a coordenadora, Cristiane Ker, professora do Departamento de Educação Física, esse é um local onde as pessoas podem “cuidar de si”, sem obedecer à lógica do culto ao corpo e do movimento mecanizado, comum em nossa sociedade. Focada nessa ideia, são realizadas atividades como yoga, dança do ventre, afro, jazz, contemporânea e improvisação, e outras práticas corporais que alcançam significativas dimensões da vida. Além disso, proporcionam uma sensação de prazer e satisfação às pessoas, garantindo a assiduidade ao programa, que funciona desde 2004.

Em 2010, o Pratico promoveu o 1º Festival de Práticas Corporais da UFSC, que durante dois dias reuniu mais de 100 pessoas em oficinas e apresentações de trabalhos. O evento contou com a participação de outros projetos de extensão do Centro de Desportos e funcionou como um espaço para troca de experiências. Ao longo do ano, também são oferecidas atividades culturais gratuitas e abertas ao público, como palestras, seminários, cursos de formação, trilhas e aulas.

O projeto de extensão envolve também dois grupos de dança do CDS: Flores do Nilo e Vidança, os quais já participaram de diversos festivais nacionais e internacionais. Para integrar o Práticas Corporais, é necessário se inscrever no site [www.cds.ufsc.br](http://www.cds.ufsc.br) e pagar uma taxa, que varia de acordo com a modalidade e carga horária.



Práticas de sensibilização contribuem para o autoconhecimento (foto: CDS)



A dança do ventre é uma das atividades do projeto (foto: CDS)

## Brinca Mané: Desenvolvendo Tecnologias de Educação pelo Esporte

Margareth Rossi/jornalista da Agecom

A principal meta do Projeto Social de Educação pelo Esporte Brinca Mané é reunir arte, educação, saúde, esporte e cultura num espaço aberto e criativo. Em parceria com o Instituto Ayrton Senna/Audi AG (IAS), as atividades iniciaram em 2003 no Centro de Desportos da UFSC, visando aos quatro pilares da Educação para o século 21, segundo a Unesco: Aprender a conhecer; Aprender a viver; Aprender a fazer; Aprender a ser.

O Brinca Mané, coordenado pelo professor Edison Roberto de Souza, do Departamento de Educação Física, pratica ações educativas que visam promover o desenvolvimento humano. Além disso, busca a consolidação de um espaço para a convivência social, na qual semelhanças e diferenças são cotidianamente constituídas e mediadas em prol de uma identidade saudável.



Programa proporciona a integração entre Universidade e Comunidade (foto: CDS)



Crianças e adolescentes vivenciam experiências lúdico-esportivas (foto: CDS)

Anualmente, são atendidas 200 crianças e adolescentes com idade entre 7 e 15 anos, moradores dos bairros que circundam a Universidade, que têm a oportunidade de vivenciar experiências lúdico-esportivas. O programa estabelece uma relação de compromisso entre Universidade e comunidade e contribui na formação dos educadores envolvidos, além de proporcionar a integração e a participação das famílias.

O projeto é desenvolvido semanalmente por meio de diferentes oficinas que oferecem uma variedade de experiências culturais e cinéticas, ampliando o universo formativo do grupo. São possibilidades concretas de criar, recriar e transformar conceitos estabelecidos e de expressar sentimentos e percepções do mundo. Utiliza diferentes tipos de linguagens como a poética, a plástica, a estética, a corporal, a musical, o conhecimento de manifestações artísticas e culturais regionais e globais.

Todo o trabalho é conduzido por alunos dos cursos de licenciatura e de bacharelado em Educação Física, Odontologia, Pedagogia e Psicologia da UFSC e de outras universidades, sob a supervisão de professores do Departamento.

#### Oficinas:

- **Lúdico-esportiva:** oportuniza a vivência de jogos infantis, tradicionais e pré-desportivos, além de diferentes esportes;
- **Esportes especiais:** oferecem modalidades escolhidas a partir do interesse dos participantes, entre elas boxe, capoeira, circo, dança, kung fu e tênis de campo;
- **Natação:** desenvolvida, em níveis, de acordo com o grau de habilidade na água: I – dificuldades; II – locomoção razoável; III – domínio da técnica. A adaptação, flutuação e iniciação ao nado são desenvolvidas a partir de jogos aquáticos; e
- **Projetos interdisciplinares:** proporcionam reflexões e vivências lúdicas para que os participantes conheçam suas origens e compreendam a história e a cultura da Ilha de Santa Catarina. Projetos desenvolvidos: A Ilha mítica, lúdica e mágica de Franklin Cascaes; Olha a Farra do Boi de Mamão; O Mané e seus Jogos; O Mané na Copa do Mundo; O Mané no Mundo dos Gibis; O Pau de Fitas do Mané; O Mané conhecendo Ayrton Senna.

## Trinta e quatro anos de incentivo ao esporte educativo

Margareth Rossi/jornalista da Agecom

Visando à iniciação esportiva, o primeiro projeto de extensão permanente do Centro de Desportos (CDS) foi a Escola Infantil de Esportes (ESINDE), direcionada para crianças e adolescentes de 6 a 13 anos da Grande Florianópolis. Funcionando desde 1976, as modalidades oferecidas procuram desenvolver o domínio motor, por meio de habilidades específicas, em sintonia com a aprendizagem afetiva, social e cognitiva. Em duas sessões semanais de 60 minutos cada, as aulas são ministradas pelos acadêmicos/bolsistas do Curso de Educação Física da UFSC, sob a supervisão do coordenador da ESINDE, proporcionando um espaço para reflexões, pesquisas e vivências.

Até o ano de 2002 foram oferecidas 14 modalidades e 650 vagas, frequentadas por um grande número de alunos. Muitas dessas crianças conquistaram títulos estaduais, brasileiros e sul-americanos, como Alexandre Vaz, Aline Ferreira de Figueiredo e Mara



A natação proporciona o desenvolvimento das crianças nos aspectos cognitivo, emocional e social (foto: Paulo Noronha, Agecom)

Cristina Lemos de Andrade. Hoje a realidade é outra: são oferecidas apenas 270 vagas, por semestre, distribuídas na ginástica olímpica, na natação e no voleibol, sendo em nenhuma dessas atividades as vagas totalmente preenchidas.

Vários fatores influenciaram para esse quadro da ESINDE: a falta de bolsistas qualificados em certas modalidades, o equipamento sem manutenção e sucateados, o aumento das escolinhas nos bairros e centros comunitários, a falta de verbas para investimento, o trânsito caótico no entorno da Universidade e, principalmente, a mudança de comportamento

cultural do público-alvo. O computador, o videogame, a televisão, por exemplo, acabam se tornando muito mais atraentes. Nesse sentido, a participação dos pais é fundamental.

Mesmo assim, a Escola Infantil de Esportes sobrevive, confirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de ser tema de inúmeros trabalhos de conclusão de curso e de amplas discussões em salas de aulas.

## Exercícios que fazem a diferença

Marília Marasciulo/bolsista de Jornalismo

**P**ara evitar os prejuízos que o sedentarismo causa à saúde das pessoas, uma das consequências do estilo de vida moderno, o Centro de Desportos criou, em 1991, o Programa de Condicionamento Físico Relacionado à Saúde. Os participantes são estimulados a praticar atividades aeróbicas, de força e resistência muscular e jogos recreativos, orientados e acompanhados de acordo com as condições e necessidades físicas individuais.

Além dos problemas de saúde corporais, como a hipertensão, obesidade, osteoporose e diabetes, a inatividade física também se reflete em fatores psicológicos. Segundo o coordenador do projeto, Adair da Silva Lopes, professor do Departamento de Educação Física, as atividades físicas quando realizadas de forma regular e dosadas, com orientação profissional, contribuem para a prevenção de problemas psicológicos, como a depressão, e de doenças crônico-degenerativas não transmissíveis, entre elas o diabetes, a osteoporose e as complicações cardiovasculares.



Programa evita prejuízos que o sedentarismo causa à saúde (foto: Paulo Noronha, Agecom)



Participantes apresentam melhora na aptidão física relacionada à saúde, na socialização e na autoestima (foto: Rodolfo Conceição, Agecom)

A cada semestre, em média 60 pessoas de ambos os sexos e com idade acima de 18 anos, da comunidade universitária e externa, participam das atividades. Ao ingressar no programa, passam por uma avaliação na qual são medidas a massa corporal, a estatura, a circunferência da cintura e do quadril e as dobras cutâneas, para estimar o percentual de gordura corporal. Também realizam testes de flexibilidade e da milha (caminhar 1.609 metros). Com os resultados, os alunos recebem uma ficha de acompanhamento, com prescrição de exercícios.

As aulas acontecem três vezes por semana, com duração de uma hora, e cada sessão é dividida em três partes. O aquecimento é feito em até 15 minutos, em seguida, são realizadas caminhadas, corridas, exercícios de flexibilidade e localizados, e musculação, de 30 a 40 minutos. Para finalizar, a chamada “volta à calma” é dedicada ao alongamento e relaxamento.

Como principais resultados, os participantes têm apresentado melhora não só na aptidão física relacionada à saúde, mas também na socialização e no aumento da autoestima.

## Esporte universitário em ação

Margareth Rossi/jornalista da Agecom e  
Marília Marasciulo/bolsista de Jornalismo

Com mais de 17 anos de história, os projetos de extensão do Centro de Desportos (CDS) da UFSC destinados ao treinamento esportivo universitário são destaque em competições regionais, estaduais e nacionais, conquistando importantes troféus e medalhas. Duzentos acadêmicos dos mais variados cursos de graduação e pós-graduação formam as equipes de atletismo, basquete, voleibol, futsal e handebol masculino e feminino, judô, futebol, rugby e natação, que têm como técnicos professores do Departamento de Educação Física, com a colaboração de bolsistas do Curso.

Como forma de incentivo ao esporte universitário e à revelação de talentos, em 2005, a Federação Catarinense do Desporto Universitário (FCDU) tornou a investir e a promover jogos entre as universidades. Ao mesmo tempo, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) em parceria com o CDS criou a Divisão de Apoio ao Esporte Universitário (DAEU), garantindo a participação da delegação da UFSC em vários eventos.

Para desenvolver a prática esportiva interna e a integração dos estudantes, a DAEU organiza a Copa UFSC que vem ganhando força a cada ano e já está na sétima edição. O evento é realizado semestralmente e movimentou a Universidade com mais de mil alunos inscritos em diferentes esportes individuais e coletivos.

Para os treinadores, a disponibilidade dos jogadores é muito grande, em vista da renovação permitida pela entrada de novas turmas a cada ano. A participação é gratuita e os interessados passam por uma seleção. O que dificulta a busca de mais títulos nacionais é o alto grau de competitividade das equipes das universidades privadas, especialmente as de São Paulo. Em Santa Catarina, apesar da estrutura da UFSC, as equipes se ressentem da falta de patrocínio das empresas, que poderiam ter um bom retorno institucional com apoios de baixo custo mensal.



Equipe do judô na Copa Unisinos 2010 (foto: CDS)

## Saúde na Boa: Ser saudável é tudo de bom

Marília Marasciulo/bolsista de Jornalismo

O excesso de peso na adolescência pode comprometer a saúde na vida adulta. A afirmação é do pesquisador Markus Vinicius Nahas, professor do Departamento de Educação Física e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde (NuPAF), do Centro de Desportos da UFSC, a partir do estudo sobre o Comportamento do Adolescente Catarinense (COMPAC), ocorrido entre 2001 e 2002. As análises confirmaram que um terço dos estudantes do ensino médio, em Santa Catarina, era inativo e 50% se alimentavam de maneira inadequada, com maior vulnerabilidade nos alunos do turno da noite.

Esses dados serviram de base para a criação do Projeto Saúde na Boa, em parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE), que envolveu cerca de 2.500 alunos, de 15 a 24 anos, do ensino médio noturno. A pesquisa, realizada entre 2005 e 2007, em 20 escolas estaduais, revelou que 16,2% desses estudantes têm excesso de peso corporal, com valores diferentes nas duas cidades envolvidas: 15,3% em Florianópolis e 17,1% em Recife.

Para Nahas, a preocupação ao se avaliar esse resultado é expressiva diante da constatação de que 80% desses jovens tendem a se manter com excesso de peso ao longo da vida adulta, com óbvias consequências para a saúde. O especialista ressalta, ainda, que dados do IBGE também indicam um aumento desse quadro nas últimas décadas, com percentuais que triplicaram para o sexo masculino e dobraram para o feminino desde meados da década de 1970.

Recife veio criar o contraponto no estudo. As cidades foram escolhidas por representarem duas regiões distintas geográfica e culturalmente, além dos indicadores socioeconômicos e educacionais serem bem superiores em Florianópolis. Já a preferência pelos estudantes do ensino noturno foi porque eram os que apresentavam os comportamentos mais negativos e menos oportunidades para mudanças, pois a maioria trabalhava durante o dia.

O Saúde na Boa planejou ações simples e de baixo custo, implementadas pelos professores e funcionários das escolas, com o objetivo de promover hábitos alimentares mais saudáveis e prevenir o ganho de peso dos estudantes, reduzindo os riscos de diversas doenças, como obesidade, hipertensão e diabetes. Os professores de Educação Física participaram de uma capacitação e foram estimulados a ajustar o currículo, incluindo temas relacionados, principalmente, à atividade física e à alimentação. Boletins, cartazes e um site, criados pelo projeto, contribuíram para enriquecer as discussões em sala de aula. Cada escola

recebeu um bicicletário e materiais para a prática de exercícios, além de uma vez por semana, durante dois meses, serem distribuídas frutas no recreio. Em alguns finais de semana, o grupo organizava atividades de lazer, como trilhas e jogos de futebol.

Os relatórios finais apontaram a diminuição de jovens inativos, a redução no consumo de refrigerantes e o aumento no consumo semanal de frutas. Um dado chamou a atenção dos pesquisadores: alguns dos envolvidos resistiram às mudanças propostas, como os donos das cantinas e até mesmo professores de Educação Física.

A pesquisa foi apresentada pela primeira vez em dezembro de 2008, na terceira edição do encontro “Estilos de Vida Saudáveis, Gente Saudável: Revisão de Programas e Intervenção e Ciência na América Latina”, em Itu – SP, que reuniu especialistas da Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos e México. E, também, em eventos científicos nos Estados Unidos, Holanda e Tailândia, durante o Congresso Mundial de Nutrição, em 2009. O Projeto Saúde na Boa tem resultado em diversos artigos, capítulos de livros e periódicos, além de subsidiar outros estudos sobre promoção de estilos de vida saudáveis.



Alunos do Colégio Estadual Padre Anchieta, de Florianópolis (foto: CDS)

## Tecnologia aliada ao esporte

Marília Marasciulo/bolsista de Jornalismo

O Centro de Desportos (CDS) é um dos 13 núcleos de Instituições de Ensino Superior (IES) que participam da Rede CENESP – Centro de Excelência Esportiva –, vinculada ao Ministério do Esporte, desenvolvendo e aplicando tecnologias que auxiliem o esporte de alto rendimento no país. Formada pelas estruturas físicas e administrativas, recursos humanos e materiais existentes nas IES de diversos estados, a rede prioriza detectar, selecionar e desenvolver talentos esportivos, especialmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas. Integrando a CENESP desde 2006, o CDS realiza pesquisas, projetos e avaliações de atletas, nos Laboratórios de Biomecânica (BIOMEC), de Esforço Físico (LAEF) e de Neurociência do Esporte e Exercício (LANESPE), da UFSC.

Para melhorar o rendimento de atletas catarinenses, a principal pesquisa realizada “Atletismo do Século XXI: Estudo interdisciplinar na avaliação de corredores federados nas diferentes etapas de treinamento” uniu neurociência aos conhecimentos de fisiologia e biomecânica. A iniciativa recebeu financiamento de R\$ 300 mil da Finep, do Ministério da Ciência e Tecnologia, responsável por investir em projetos inovadores. Ao todo, foram avaliados 34 atletas catarinenses, com idade 15 e 27 anos, no período de outubro de 2007 a março de 2009.

Durante os testes, o LANESPE utilizou técnicas de avaliações pioneiras no Brasil, como os jogos eletrônicos, chamados de “treinamento mental”. Sensores que mediam os batimentos cardíacos, a sudorese e a temperatura das extremidades do corpo serviram para avaliar a capacidade do atleta em nível de concentração, cooperação em equipe e velocidade de respostas a estímulos. Em um dos jogos, por exemplo, as peças se moviam com mais velocidade de acordo com o nervosismo do jogador.

No estudo foram medidos o consumo de oxigênio, a potência muscular dos competidores e a capacidade de se recuperar da fadiga. A pesquisa mostrou como o estresse e o cansaço físico interferem no rendimento e afetam os aspectos cognitivos, possibilitando a criação de novos protocolos de treinamento.

Desde então, a REDE CENESP/UFSC tem realizado projetos de acordo com a demanda dos desportistas. Em 2008, por exemplo, acompanhou a equipe de ciclistas da Seleção Brasileira Juvenil, em Urubici, Santa Catarina, durante um treinamento para os Jogos Pan-Americanos. O objetivo foi observar como a altitude – a cidade fica a 1.800 metros acima do nível do mar – influencia na capacidade aeróbica e na resistência física.

De olho nas Olimpíadas de 2016, sediadas no Brasil, e na descoberta de novos talentos, o Centro de Desportos começou a desenvolver, em outubro deste ano, o programa “Atleta do Futuro”. Em parceria com o SESI-SC, serão avaliadas 100 crianças e jovens de 7 a 15 anos por meio de jogos como o xadrez e o tênis de mesa.

Nesses 10 anos de atuação, o CENESP/UFSC tem promovido também a geração e transferência de tecnologias, capacitação de pessoal, intercâmbio e eventos técnico-científicos. Cinco professores e oito alunos de pós-graduação atuam no projeto, sob a coordenação de Juarez Müller Dias e coordenação técnico-científica de Antônio Renato Pereira Moro.



Atletas são avaliados enquanto realizam esforço físico (foto: CDS)

## Democratização do esporte recreativo e do lazer

Margareth Rossi/jornalista da Agecom

A Rede CEDES – Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer – é gerenciada pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL) e foi implantada, em 2003, como uma ação programática do Ministério do Esporte. Busca incentivar a criação de novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a gestão de políticas públicas de esporte e lazer. Atualmente, a rede está inserida em 21 estados e no Distrito Federal, conta com 59 Núcleos (Instituições de Ensino Superior), 80 grupos de estudos, 95 coordenadores de pesquisas e mais de 140 pesquisas concluídas ou em andamento.

A UFSC ingressou na Rede CEDES em 2004, por meio do Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física (NEPEF), primeiro grupo de pesquisa do Centro de Desportos (CDS) inscrito no CNPq. O trabalho inicial articulou diversos temas e contou com 25 pesquisadores e acadêmicos, resultando na publicação de quatro livros sobre práticas corporais na contemporaneidade.

Esse estudo garantiu grande visibilidade ao Núcleo da Rede CEDES/UFSC nacional e internacionalmente. Com a confiança conquistada junto à SNDEL, foi possível a formação de novas linhas de pesquisas para qualificar a temática no contexto da modernidade. O apoio da Administração Central da UFSC nesses primeiros passos foi muito importante, e vem se intensificando na atual gestão da Universidade e do CDS.

Com a maior produção editorial, o Centro de Desportos se destaca entre todos os núcleos da Rede CEDES do país. São vários artigos em periódicos e em anais de eventos científicos, e dez livros publicados nestes seis anos, que divulgam as pesquisas do NEPEF, do Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva (LaboMídia) e do Vitral Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde, grupos que compõem a Rede CEDES/UFSC. Dentre os últimos livros estão: *Práticas Corporais no Contexto Contemporâneo: (In)Tensas Experiências; Observando o Pan RIO/2007 na mídia; Ensaios Alternativos Latino-Americanos de Educação Física, Esporte e Saúde*; e, no prelo, *O acadêmico e o popular nas práticas corporais: diálogos entre saberes*.



Produção editorial do CDS é destaque entre os núcleos da Rede CEDES (foto: Rodolfo Conceição, Agecom)

Atualmente, são diversos os projetos de pesquisa em comunidades de Florianópolis, alguns sem financiamentos. Os trabalhos dos pesquisadores e acadêmicos priorizam as metodologias de transformações didático-pedagógicas das práticas corporais e do esporte e lazer, visando à sua democratização como direito social. Por exemplo, tornando-as acessíveis às populações de escolares, aos não atletas e às comunidades carentes.

Outra ação relevante concretizada pelo Núcleo UFSC ocorreu em 2009, quando o LaboMídia tornou-se responsável pela implementação e gestão do Repositório Institucional da Rede CEDES. O repositório digital organiza, preserva e disponibiliza uma extensa produção acadêmica de todo o país, nas áreas da Educação Física e das Ciências do Esporte. A coleção está disponível em [www.labomidia.ufsc.br/redecedes](http://www.labomidia.ufsc.br/redecedes) e [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br).

## Conheça as revistas científicas do Centro de Desportos

Margareth Rossi/jornalista da Agecom e Marília Marasciulo/bolsista de Jornalismo

Como forma de ampliar e divulgar pesquisas em Educação Física, o Centro de Desportos (CDS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é responsável por duas publicações científicas nas áreas de cineantropometria, desempenho humano, educação física escolar, esporte e lazer.

A *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano (RBCDH)* chegou ao mercado editorial em 1999 e é publicada bimestralmente pelo Núcleo de Pesquisa em Cineantropometria e Desempenho Humano (NUCIDH). Para atender ao mercado, os trabalhos submetidos são divididos em três categorias: Artigos Científicos Originais; Artigos de Revisão/Atualização; e Pontos de Vista.

Fazem parte da lista de consultores cerca de 70 pesquisadores de instituições brasileiras de Ensino Superior e de 20 universidades internacionais de países como África do Sul, Canadá, Espanha, Estados Unidos, México, Portugal, entre outros. O conteúdo da RBCDH está disponível em português nas versões impressa e eletrônica no endereço [www.rbcdh.ufsc.br](http://www.rbcdh.ufsc.br). Também está indexada nas seguintes bases/listas: SIBRADID, Lilacs, Sirc-SportDiscus, Latindex, Physical Education Index, IBICT-SEER, Genamics Journal Seek e DOAJ. No triênio 2007-2009 recebeu avaliação B2 do Qualis/Capes.

Outro periódico científico preparado para divulgar pesquisas em educação física, esporte e lazer, orientadas nas ciências humanas, é a *Revista Motrivivência*. Esse veículo promove também a troca de experiências entre a comunidade universitária e demais instituições socioculturais e educativas ligadas ao campo, dinamizando a produção acadêmica no Centro de Desportos.

Fundada em 1988, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), encontra-se vinculada ao Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física (NEPEF/CDS/UFSC) desde 1993. Nesses 22 anos de existência já foram publicados 29 números, sendo sua periodicidade atualmente semestral. A partir de 2008, a Revista passou a ser publicada apenas em formato digital, com acesso livre pelo portal de periódicos da UFSC ([www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia)).



Publicações ampliam e divulgam as pesquisas em Educação Física (foto: Thaine Machado e Rodolfo Conceição, Agecom)

## Centro de Ciências da Educação (CED)

### Missão: formar professores e socializar informações

Cláudia Schaun Reis/ Jornalista na Agecom

O encontro aconteceu em 2007: crianças do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), na faixa dos quatro anos, pintavam com guache e dedo o rosto dos calouros do Curso de Pedagogia. A arte abstracionista marcava um ritual: a comunhão entre a criança, também lambuzada de cores, e o futuro educador, ajoelhado para que os dedos alcançassem seu rosto embevecido.

O trote solidário daquele semestre é uma síntese do que o Centro de Ciências da Educação tem como um de seus valores mais preciosos: a formação de professores que orientem os caminhos dos pequenos, porque é a partir desse verde trilhar que todo o resto do percurso será seguido.

Dividido em três departamentos – Metodologia de Ensino (MEN), Ciência da Informação (CIN) e Estudos Especializados em Educação (EED) –, o Centro tem, por meio de dois cursos – Pedagogia e o recente Educação do Campo –, a meta de observar, pesquisar e pôr em prática com cuidado e carinho a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e desenvolver estudos de organização sistemática das informações com os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia.



Trote do segundo semestre de 2007 do curso de Pedagogia promoveu o encontro dos calouros com as crianças do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (foto: Jéssica Lipinski)

O professor Wilson Schmidt, diretor do CED, afirma que o Curso de Pedagogia é referência na formação de professores em Santa Catarina, e explica que a integração com os de Biblioteconomia e Arquivologia é fundamental. “O local de pesquisa de obras não deve ser visto como simples depósito; é sim um ambiente dinâmico, que exige a articulação entre pedagogo, bibliotecário e arquivologista”.

A organização e socialização das informações, num tempo em que a multiplicação de conteúdos é infinita, tornam fundamental o trabalho do arquivologista e do bibliotecário: encontrar o que se procura de forma ágil, contribuir para a conservação de documentos

e dados que, reunidos, carregam consigo a história de uma época, além de incentivar a leitura em todas as idades fazem da Biblioteconomia e da Arquivologia cursos imprescindíveis para o CED.

O Curso de Educação do Campo foi criado em nome da diversidade, já que as crianças que habitam as áreas de cinzento asfalto têm vivências bem distintas das que crescem num meio em que o horizonte é dividido entre o azul do céu e o verde das plantações. A licenciatura forma professores em Educação nas áreas de Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias. O novo Curso, oferecido em parceria com o Centro de Ciências Agrárias (CCA), é a consequência natural do trabalho do CED, desenvolvido por meio de projetos de extensão e pós-graduação com o objetivo de promover a permanência do homem no campo com qualidade de vida.

O CED oferece também especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares (modalidade a distância), Mestrado em Ciências da Informação, Mestrado e Doutorado em Educação Científica e Tecnológica e Mestrado e Doutorado em Educação.

Abrigando o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e também o Colégio de Aplicação (CA), o Centro proporciona aos futuros profissionais, por meio de estágios nos dois locais de ensino, a oportunidade de exercitar os conhecimentos teóricos, colocando na prática o relembrar da infância e da adolescência.

O olhar-brilho que os calouros de 2007 derramavam às crianças é fundamental para a profissão que escolheram, e é também a essência do que o CED quer manter em cada um de seus estudantes.

## Pelos direitos de ler

Cláudia Schaun Reis/ Jornalista na Agecom

**H**á uns 70 anos, a fotografia não era tão fácil de ser tirada como hoje. Os filmes eram caros e só as famílias abastadas possuíam uma máquina. Quem teve registros da década de 1930 ou 1940 possivelmente foi visitado por um fotógrafo que batia de porta em porta oferecendo seus serviços. Quando o “homem da máquina” chegava, as pessoas colocavam suas roupas mais bonitas – geralmente aquelas reservadas para a missa de domingo – e incorporavam uma postura solene, como se posassem para um pintor. Nessa mesma época, em Caratinga, Minas Gerais, o menino se aprontava para o raro ritual. Ao vê-lo pronto para o click, a mãe pediu que o companheiro do filho também aparecesse no retrato: mandou buscar seu livro de ilustrações, impresso em duas cores. O menino, conhecido como Ziraldo, tem hoje 78 anos, já escreveu mais de 130 obras – a maioria para crianças, dentre elas o famoso *O Menino Maluquinho* – e conta que essa é a lembrança mais antiga que tem dos livros.

A relação com a leitura, para a maioria das pessoas que gosta de ler, é um caso de paixão desde a infância. E para que esse sentimento aflore, os livros devem ser relacionados a bons momentos. “Muitas crianças ainda veem a biblioteca escolar como um ambiente enfadonho; se deixam de fazer a lição, a professora manda que fiquem de castigo na biblioteca, à procura de materiais para pesquisa; se decidem pegar um livro e atrasam a entrega, devem pagar multas. São poucas as associações positivas que valorizam a leitura”, explica a professora Magda Chagas Pereira, coordenadora do Núcleo de Biblioterapia, Bibliotecas Escolares e Leitura, o Nubbel.

O Núcleo, criado pelas professoras Magda, Clarice Fortkamp Caldin e Araci de Andrade Hillesheim, todas do Departamento de Ciência da Informação (CIN), desenvolve suas atividades de pesquisa e extensão desde o ano 2000, e tem como foco não só as bibliotecas, mas principalmente os leitores, ou ainda, os futuros leitores. “Há um movimento nacional para que as bibliotecas sejam vistas como um corpo vivo dentro da escola, que tomem parte ativa no processo de aprendizado dos alunos”, completa Magda.

A Biblioteca Livre do Campeche (bairro de Florianópolis), chamada carinhosamente de Bilica, já foi tema de estudos do Nubbel em 2008. Naquele ano, contabilizava cerca de 850 usuários e aproximadamente 10 mil obras, a maioria adquirida por doação, e funcionava por meio do trabalho de voluntários. A acadêmica Aline Deschamps atuou junto à Bilica, no projeto de extensão “Organização do Acervo da Biblioteca Livre do Campeche”, com os objetivos de sistematizar a disposição e a procura do acervo e capacitar voluntários que já se dedicavam ao ambiente. “É fundamental a organização de bibliotecas comunitárias

*“Há um movimento nacional para que as bibliotecas tomem parte ativa no processo de aprendizado dos alunos”  
– Magda Pereira.*

para a continuidade da educação escolar. Além disso, essa disposição também serve como estímulo para que a criança explore, sem receio, o acervo de outras bibliotecas”, defende Aline. Depois das obras catalogadas, os voluntários puseram em prática outras atividades, como a recitação de poesias, o Dia do Conto, as oficinas de mandala e origami e as aulas de espanhol.

Outra biblioteca que mereceu a atenção do Nubbel foi a Monteiro Lobato. Localizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Florianópolis, o ambiente – que também se constituiu numa brinquedoteca – passou por um processo de sistematização de seu acervo, contando inclusive com a colaboração do Núcleo de Processamento de Dados (NPD) da UFSC, que desenvolveu base de dados estruturada pelas professoras do CIN.

Com a organização do acervo, surgiu a possibilidade de realizar as atividades de leitura para os alunos de algumas turmas da Associação. O início foi difícil: os estudantes se mostravam arredios, mas depois de duas semanas as bolsistas do projeto já recebiam beijos e abraços em retribuição. Ao fim do estágio as acadêmicas eram requisitadas também por outros docentes da Apae para que contassem as histórias às suas turmas. Débora Russiano Pereira e Marchelly Pereira Porto relembram a experiência. “Além dos conhecimentos adquiridos no Curso de Biblioteconomia – organizar, disponibilizar e atender o usuário –, o tempo passado na Apae nos proporcionou a riqueza de receber um muito obrigado, um sorriso, um abraço, o beijo estalado, a risada e os ‘ois’ na chegada e na saída do Instituto”.

A Biblioterapia – que significa o cuidado com o ser, mediante a leitura de histórias – oferece disciplina específica optativa no Curso de Biblioteconomia desde 2003. Durante o semestre, são vistos conceitos, histórico, fundamento filosófico, objetivos, método biblioterapêutico e aplicações. “Os alunos, após o domínio do referencial teórico, elaboram um projeto e executam atividades de Biblioterapia em instituições – que atendem crianças, jovens, adultos e idosos – previamente selecionadas da comunidade”, explica a professora Clarice, que ministra a disciplina.

Um dos projetos foi aplicado na ala pediátrica do Hospital Universitário. Várias eram as técnicas utilizadas: leitura de livros, contação de histórias com encenação, dedoches – fantoches animados por um só dedo – música, gravuras em cartolina ou em isopor, figuras fixadas em palitos, desenhos, máscaras, balões coloridos, bonecos e bichinhos de pelúcia. A professora ressalta que “existe de fato uma terapia por meio da leitura” e que as atividades realizadas “destacam o papel do bibliotecário como parceiro da equipe médica no processo saúde-doença em pacientes hospitalizados”.

O relato do projeto, denominado “Biblioterapia para crianças internadas no Hospital Universitário da UFSC”, comprova a função da prática. “A hora da história era mágica: proporcionava uma viagem ao mundo do imaginário, onde bichos e fadas saltavam das páginas impressas e se misturavam aos meninos e meninas em um corredor de hospital. O desconforto e a dor cediam lugar às risadas ante as passagens divertidas da história, em que personagens inquietas transformavam o impossível em verossímil. O universo ficcional com princesas, palácios, dragões e animais falantes estabelecia um contraponto à realidade da criança. Naquele instante, abandonava-se a asséptica Sala de Recreação e embrenhava-se na floresta encantada cheia de perigos – e garantia-se, dessa maneira, a identificação com as personagens e o alívio das pressões emocionais”.

O projeto alcançou resultados inesperados. “Com as sessões de Biblioterapia, as crianças foram estimuladas para a leitura. As alfabetizadas emprestavam livros e as menores pediam para que os acompanhantes lhes contassem histórias. Algumas chegavam a exigir um livro como presente, tanto dos pais quanto da equipe do projeto”.

A professora Clarice também registrou outra experiência no artigo “Biblioterapia para a classe matutina de aceleração da E.E.B. Dom Jaime de Barros Câmara”, localizada na capital. A turma de aceleração dessa escola era composta por jovens de 14 a 24 anos, com dificuldades de aprendizado, histórico de repetência e evasão escolar. Por meio da Biblioterapia, foram propostas atividades paralelas: a escrita de uma história maluca, em que todos os alunos participaram, juntando pedaços de contos lidos e textos criados; a confecção de maquete com o tema da história O aguilhão do rei, e a encenação de uma peça teatral, O mágico de Oz.

*A hora da história era mágica: bichos e fadas saltavam das páginas e se misturavam às crianças no corredor do hospital.*



Integrantes do Nubbel defendem que a leitura deve ser associada a bons momentos desde a infância para que se torne prazerosa (foto: Cláudia Reis)

“A maquete fez sucesso e foi apresentada a todas as salas do Ensino Fundamental, servindo como pano de fundo para que os alunos da classe, que se revezavam, contassem a história. Foi uma situação atípica. Até os mais tímidos ingressaram na atividade e todos se sentiram valorizados perante as outras turmas”. A encenação trouxe resultado semelhante. “A peça foi apresentada no pátio da Escola aos alunos de todas as turmas, professores e servidores. Foi um trabalho bastante elogiado. Durante os ensaios, procurou-se melhorar as atitudes, diminuir os ressentimentos e fortalecer o espírito de equipe”, relata a professora.

A tônica do Nubbel é promover a leitura pela leitura, como ainda explica Clarice. “O ato de ler deve ser praticado de maneira prazerosa, desvinculado das abomináveis fichas de leitura. Procuramos atender aos ‘Dez direitos imprescritíveis do leitor’, estipulados pelo escritor francês Daniel Pennac: o de não ler, o de pular páginas, o de não terminar um livro, o de reler, o de ler qualquer coisa, o direito a se sentir o próprio personagem, o de ler em qualquer lugar, o de ler uma frase aqui e outra ali, o de ler em voz alta, e o de calar”. A professora Magda completa: “leitura não é hábito, é prazer”.

## Educação para banalizar a inclusão

Cláudia Schaun Reis/ Jornalista na Agecom

O grupo de crianças de cinco anos brincava de pega-pega no recreio do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI). Num canto, um par de olhos brilhava; também queria participar, mas seu corpinho não lhe permitia pular e correr. A solução foi encontrada no próprio pátio: um grande carro colorido de plástico adquiriu a importante função de conduzir a menina – que era guiada pelos colegas – e integrá-la à brincadeira, tornando o pega-pega especial para toda a turma.

A história relatada atesta mudanças no convívio escolar em relação às pessoas com deficiência. Mas não é só isso. “Não queremos falar de inclusão, e sim de educação”, afirma o professor Adriano Henrique Nuernberg, coordenador do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). “A educação deve ser inclusiva, respeitando todas as crianças em suas diferenças. Não queremos ter, em cada escola, um professor especialista em inclusão: todos devem estar aptos a acolher qualquer criança. No momento em que pararmos de discutir a inclusão significa que ela já foi assimilada e posta em prática pela sociedade”, completa.



O NDI desenvolve conceitos e práticas de inclusão orientados pelo NED: educação deve respeitar todos os alunos em suas diferenças (foto: Rodolfo Conceição)

A psicóloga do NDI, Roseli Kuhnen, reforça a ideia de que a inclusão deve ser pensada focando o grupo, e não o indivíduo. “Quando uma criança se sente excluída da turma, ela dá pistas de que o processo educacional não está funcionando. Às vezes encontramos nas rodas de conversa, realizadas todos os dias com as turminhas, uma criança com deficiência que demonstra não se integrar aos colegas. Esse distanciamento fica evidente por ela ser fisicamente diferente, mas decerto, nessa mesma turma, há outros alunos em situação semelhante”, constata.

O NED vem aplicando seus estudos no NDI e também em toda a Universidade. Professores dos departamentos de Psicologia e Estudos Especializados em Educação orientam estagiários desses cursos a atuar junto aos profissionais que trabalham nas unidades de ensino vinculadas ao CED, como diretores, professores, merendeiras e vigias, a fim de que a inclusão seja efetiva. Para isso são feitas supervisões coletivas – com leitura de textos científicos e estudos de caso –, supervisões individuais – que também analisam a atuação do estagiário –, reuniões coletivas com equipes técnica e pedagógica das instituições – com o objetivo de se negociar diretrizes de atuação e relatar as intervenções já concluídas –, além da socialização dos resultados e avanços alcançados.

Apesar das diretrizes, não existe uma cartilha que indique de que forma se deve tratar uma criança com deficiência. “Não há regras. Cada criança com Síndrome de Down, por exemplo, é tão singular quanto qualquer outra. O mais importante é que é uma criança”, reforça Roseli.

Muitos professores costumam ter a mesma reação quando descobrem que terão um aluno com deficiência em sua classe: “e agora?”, é o que se perguntam. Assim que percebem que estão amparados, que há possibilidades e que seus saberes docentes são válidos, o dia a dia começa a transcorrer de maneira mais tranquila. “Não ensinamos a dar aula, e sim a articular seu próprio plano pedagógico”, enfatiza Adriano.

O Núcleo ainda tem muito trabalho pela frente. No artigo “Rompendo barreiras atitudinais no contexto do ensino superior” Adriano aponta dados do Ministério da Educação (MEC) relacionando a inclusão em universidades públicas e privadas. “Chama a atenção o fato de as matrículas de pessoas com deficiências se concentrarem em sua maioria nas instituições privadas, a maior parte delas possuindo deficiências físicas e sensoriais. Isso se deve aos diversos obstáculos que o sistema escolar impõe a esse grupo social, especialmente aos educandos com deficiência mental, além da falta de acessibilidade e do alto grau competitivo dos vestibulares das universidades públicas. É preocupante também o fato de apenas uma parcela ínfima das pessoas com deficiência

alcançarem o ensino superior (5.392 pessoas ao todo em 2006), considerando que seu contingente constitui 14,5% da população brasileira, de acordo com levantamento do IBGE, feito em 2000”.

Adriano explica ainda que existem diversas barreiras a ser enfrentadas pelas pessoas com deficiência: as arquitetônicas, as comunicacionais, as pedagógicas e também as atitudinais. “As barreiras atitudinais se sustentam nos preconceitos, estigmas e estereótipos acerca das pessoas com deficiência, e são as mais difíceis de transpor”.

A professora do CED Maria Sylvia Carneiro defende a urgência de se instituir políticas públicas que contemplem todas as pessoas e de repensar comportamentos. “Em uma sociedade excludente como a nossa, a inclusão é e sempre será uma luta, uma disputa de interesses, de lugares sociais. Não é um tema que se resolve com ações práticas; requer muitas rupturas culturais”.

Maria Sylvia orienta alunos do Curso de Pedagogia que atuam junto ao NDI, em turmas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais. Desde 2008, ela coordena um grupo que propõe a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFSC, cujas pesquisas e práticas estariam voltadas a toda comunidade universitária, principalmente à graduação, a fim de promover o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na Instituição.

Enquanto o Núcleo não se torna oficial, o grupo que o reivindica – formado por professores, servidores técnico-administrativos e estudantes – já desenvolve ações no Colégio de Aplicação, na Biblioteca Universitária, no NDI e no Centro de Desportos, sempre em parceria com outros centros de ensino e setores como a própria Biblioteca. “Precisamos incluir no planejamento institucional da Universidade medidas que permitam a esses alunos iguais condições de participação, desde o acesso às vagas até a apropriação do conhecimento, incluindo a realização das avaliações, no decorrer de sua formação profissional”, reforça Sylvia.

O NED, no entanto, já vislumbra mudanças incitadas a partir da intervenção realizada no NDI. “O mais importante é perceber a adesão dos professores ao princípio de inclusão, além de toda a Instituição estar sendo redimensionada a partir desse princípio”, diz Adriano. Além dos docentes, as estagiárias de Psicologia do NED e as crianças do grupo demonstram ter assimilado o conceito de que todos são diferentes, e que, por esse motivo, tornam-se iguais. A estagiária Fernanda Scalabrin relembra um momento em que os pequenos desenhavam. Uma das crianças reclamou que a colega “só fazia rabiscos”, enquanto outra a defendeu: “mas ela está aprendendo. E eu gosto dos desenhos dela porque são bem coloridos!”.

A aluna Stephanie Richardson também atua no NDI e entende que o novo comportamento deverá modificar a convivência entre as pessoas num futuro próximo. “Essas crianças um dia serão adultas, e o preconceito velado com que convivemos hoje talvez se dilua”.

Daniella Pessoti Bambi, integrante do grupo de alunas, afirma que fará um curso de Libras para poder atender depois de formada às pessoas surdas. “Não seria um favor: todo profissional deveria ser acessível. Hoje eu vou aos lugares e fico reparando se uma cadeira de rodas passaria pelo corredor, por exemplo”. Amanda Oliveira Alvez é outra estagiária do Núcleo, e completa a linha de pensamento de Daniella: “É melhor subir uma rampa do que uma escada. Melhor para todos”.

## Para germinar os saberes da terra

Cláudia Schaun Reis/ Jornalista na Agecom

**E**stimativas indicam que, até 2030, a população mundial rural será de aproximadamente 3,2 bilhões de pessoas – na América Latina, serão 108 milhões. Some-se a esses números a necessidade de se produzir alimentos para todos os habitantes do planeta e também a questão de justiça social. O fato é que é urgente a criação de políticas públicas que contribuam para a permanência do homem no campo. E a UFSC começou a fazer a sua parte.

Incentivada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação, a Universidade implantou, em 2009, no Centro de Ciências da Educação (CED) o Instituto de Educação do Campo e Desenvolvimento

*“A inclusão não se efetiva apenas com ações práticas: requer rupturas culturais” – Maria Sylvia Carneiro.*

*O que mais se planta no Brasil? Cana-de-açúcar, soja e milho: esses produtos não são a base da nossa alimentação” – Beatriz Hanff.*

Territorial Sustentável, o Educampo ([www.educampo.ufsc.br](http://www.educampo.ufsc.br)). Dentre várias ações, o Instituto – que também está vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) – deu suporte à criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e coordena os projetos Projovem Campo – Saberes da Terra e Escola Ativa.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo é um dos 13 em todo o Brasil que se debruçam exclusivamente sobre o estudar e o viver no campo. “Não pensamos só na escolarização, mas também em estimular a reflexão a respeito das condições de vida no meio rural, a fim de se promover melhorias”, explica a professora Beatriz Collere Hanff, coordenadora do Curso. “O que mais se planta no Brasil? Cana-de-açúcar, soja e milho: esses produtos não são a base da nossa alimentação. Precisamos mostrar aos que trabalham na agricultura familiar, responsáveis por cultivar feijão, arroz, legumes e frutas, que é possível viver da terra, com qualidade de vida”, defende a professora.

A agricultura familiar apresenta como características a produção em pequena escala e a variedade dos alimentos. Volnei Luíz Heideman mora em Santa Rosa de Lima, cidade sede da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agrego), que tem cadastrados produtores de 36 municípios de Santa Catarina. Volnei, que é presidente da Associação, tem cerca de 40 tipos de frutas em suas terras. “Às vezes nasce um pé de pêssego no terreno e eu mudo para um local mais adequado”, ilustra, denotando o caráter nada mecanizado de sua relação com a terra e os alimentos. Filho de fumicultores, percebeu que seu caminho deveria ser outro. “Perdi minha mãe para o câncer, devido à lida com as folhas de fumo, e meu pai em decorrência dos agrotóxicos. A gente só tende a se preocupar com a saúde depois dos 40 anos, e não tenho mais coragem de utilizar 1 ml de agrotóxico para produzir alimentos para mim ou para os outros”, adverte.

O Curso de Educação do Campo vem combatendo também algo que se tornou mais comum nos últimos 15 anos: a nucleação – o fechamento de escolas rurais e o deslocamento de alunos para as escolas das cidades, que traz como consequência a formação desses indivíduos para o meio urbano. “O problema é que a escola não funciona apenas como referencial de certificação, mas principalmente como ponto de difusão de cultura: é nesse ambiente que as mães se reúnem, os eventos da comunidade são organizados e as informações são socializadas”, esclarece Beatriz.

Maria Waltrick Cruz, em tese de mestrado intitulada “Memórias da escola do campo: estudo de caso das escolas fechadas com a nucleação no Município de Palmeira, SC”, apresentada à Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) – com quem a UFSC mantém relações de cooperação multilateral –, registra que desde a década de 1970 as pesquisas referentes ao trabalho no campo têm sido escassas, “como se o fim do ‘rural’ fosse um resultado normal, previsível e mesmo desejável da modernização da sociedade”. A autora – que aponta as estatísticas do início do texto – esclarece que, além do deslocamento de crianças e adolescentes até as escolas urbanas (levando, às vezes, duas ou três horas diárias), a nucleação também fomenta o declínio dessas comunidades, já que seus centros de convivência são extintos.

O professor Antônio Munarim, diretor do Instituto Educampo, defende um caminho contrário à nucleação: as escolas multisseriadas, no projeto denominado Escola Ativa. As classes multisseriadas têm como princípio o convívio com a diferença – afinal, crianças e adolescentes de idades distintas estudam juntos, e cada um traz, dentro de suas vivências, o conhecimento que detém para colaborar com o grupo. Diferentemente do que se encontra em escolas de regiões carentes do Brasil, em que um professor precisa se desdobrar para atender a diversas classes num mesmo espaço, as escolas multisseriadas preveem a participação de professor e pelo menos um assistente. “Na Catalunha, as escolas rurais aplicam esse método e seus alunos apresentam melhores índices de aprendizado que os estudantes das escolas urbanas”, atesta Munarim, que, no entanto, faz uma ressalva: “o projeto é uma ótima iniciativa, pelo treinamento e apoio técnico que oferece, mas há deficiências que precisam ser contornadas, como a falta do assistente e a valorização da diversidade entre os alunos como princípio de facilitação dos processos de ensino-aprendizagem”. O projeto de extensão Escola Ativa está sendo desenvolvido em 87 municípios catarinenses.



Aluno do curso técnico de Agroecologia Elizeu Padilha (de azul), sua família e o agrônomo João Da Ros (de branco), supervisor do curso pela UFSC (foto: Arquivo do curso)

Já por meio do programa Projovem Campo – Saberes da Terra, a UFSC se une com o MEC, o Ministério do Trabalho e Emprego e também com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, além da Secretaria Estadual de Educação, para atuar em duas frentes: propiciando a formação continuada de professores do meio rural, os recém-capacitados professores replicam o conhecimento aos jovens e adultos agricultores familiares que não concluíram o Ensino Fundamental, integrando-os à qualificação profissional e social. De acordo com a professora Beatriz, o projeto tende a se transformar em curso de especialização.

Manuel dos Passos Pereira é um dos que aprendem e ensinam ao mesmo tempo: membro da comunidade quilombola Aldeia, de Garopaba (SC), cursa a Licenciatura em Educação do Campo e também o Saberes da Terra. Ele conta que a formação tem lhe propiciado uma “fala mais legítima dentro da comunidade”, e que a metodologia que vem aplicando junto à Aldeia tem como ponto principal o ressignificado dos saberes que estavam perdidos. “Hoje nós nos organizamos. No engenho de farinha que estava abandonado, fizemos o Centro Cultural onde acontecem as aulas, reativamos o tanque de peixes – onde são criados tilápias, bagres e dourados – e também a horta que mistura hortaliças e ervas medicinais, assim como faziam nossos antepassados”, relata.

A colega Ely das Graças Souza, da comunidade quilombola Invernada dos Negros, localizada em Campos Novos (SC), também planta, junto com os alunos, cenoura, beterraba, alface, brócolis e erva-doce, camomila, espinheira-santa e hortelã. “Valorizamos muito os mais velhos, porque são eles que nos ensinam”. Ela enfatiza que não pretende trabalhar com a terra, mas que pode contribuir de outra forma: “lá somos todos parentes, já que a Invernada teve origem a partir de poucas famílias. Então eles me veem como um exemplo, e percebem que se terminarem o Projovem, terão melhores oportunidades”. Ely lembra-se do último vestibular para Educação do Campo, realizado em agosto de 2010: “tivemos uma moça da comunidade interessada em fazer o Curso. Houve quem dissesse a ela: ‘nem faça que não vai passar’, mas ela não se intimidou, fez a prova e passou. Para nós é um ganho muito grande. Estamos tendo acesso à universidade. A educação está se expandindo”.

## Acervos fortalecem as Ciências da Informação

Cláudia Schaun Reis/ Jornalista na Agecom

Onde encontrar referências de estudos, artigos científicos, teses e dissertações sobre Biblioteconomia, Arquivologia, Documentação e Ciências da Informação produzidos na região Sul do Brasil? O Núcleo de Informação, Pesquisas e Estudos em Educação e Educação Bibliotecária (Nipeeb) se incumbiu da tarefa de facilitar a procura dessas obras, a fim de contribuir com as discussões da área.

Atuando desde 1996, o Nipeeb organizou três bases de dados: Bibliografia Escolar Bibliotecária (BSB), Produção Catarinense de Literatura Bibliotecária (Procalbi) e Bibliografia Escolar de Biblioteconomia (BES).

Genericamente, as bases de dados podem ser referenciais, mistas ou textuais. São classificadas como mistas ou textuais aquelas que trazem referências e também possibilitam o acesso às obras mencionadas. As referenciais não disponibilizam links dos trabalhos porque sua função é descrevê-los por meio de informações como nome do autor, título, localização e palavras-chave, fornecendo, assim, o recenseamento da produção e a produtividade dos autores.

“Um pesquisador pode necessitar saber quem, quando, onde, em que veículos foram publicados, quais ou quantos textos sobre dado tema, sem necessitar, num primeiro momento, ler esses textos, apenas verificar que existem, que o assunto já foi tratado, que escrever sobre ele não seria novidade mediante as palavras-chave que foram identificadas. No Nipeeb, tem-se a pretensão de oferecer predominantemente bases referenciais”, explica o professor Francisco das Chagas Souza, coordenador do Núcleo.

A Base BSB lista as referências bibliográficas captadas dos programas e planos de ensino dos cursos de graduação em Biblioteconomia. É um instrumento para se verificar as leituras que os cursos indicam aos seus acadêmicos.

Na Base Procalbi são encontradas informações sobre a produção escrita pelos profissionais, publicadas ou comunicadas em diversas circunstâncias e suportes de informação. Na Procalbi, inúmeros trabalhos são disponibilizados em sua versão integral.

Já a Base BES é resultado do cruzamento das bases Procalbi e BSB, e traz a literatura indicada pelos cursos de Biblioteconomia, produzida pelos profissionais da região Sul do país.



Nipeeb organiza bases de dados de artigos, teses e dissertações da área de Ciências da Informação produzidos na região Sul do Brasil (foto: Jones Bastos)

A produção científica dos membros do Nipeeb pode ser acessada na página do Núcleo – [www.nipeeb.blogspot.com](http://www.nipeeb.blogspot.com) –, disponibilizada na seção “Destaques”, no link “Nipeeb e Grits – Produção”.

Os trabalhos desenvolvidos junto ao Núcleo versam sobre as ciências da informação e também sobre a educação. Rosivaldo da Silva Flausino, em sua dissertação de mestrado intitulada “Representações sociais sobre o ensino de arte contemporânea – Discurso de professores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis”, analisa de que forma o professor de artes da capital catarinense lida com os conteúdos de sua disciplina relacionando-os às suas condições de trabalho. Dez professores foram entrevistados pelo pesquisador, que relata detalhes das conversas, em sua maioria, de docentes insatisfeitos com o sistema educacional, a relação com outros profissionais de ensino e a falta de reconhecimento junto à própria instituição.

O autor alerta que os docentes precisam procurar novos caminhos que considerem as especificidades de cada aluno, a fim de despertar-lhes o interesse pela disciplina. “Os esforços praticados pelos professores na direção de promover uma reverberação dos aprendizados e descobertas relacionados ao conhecimento estético na vida cotidiana tornam-se armas ultrapassadas diante do arsenal de experiências e saberes já internalizados durante a socialização primária, que conta com o aporte afetivo como primordial meio de aproximação e transmissão de saberes entre o indivíduo e a realidade que o cerca”.

Eliane Fioravante Garcez aponta, na dissertação de mestrado “Pesquisa escolar na educação básica: discurso de bibliotecários catarinenses”, que o tema “perpassa pelos currículos de todos os níveis de ensino”, e problematiza a relação docentes versus bibliotecários. “Evidentemente que a atividade técnica do bibliotecário não será realizada pelo professor. Também o bibliotecário não desempenhará tarefas específicas do professor. Em contrapartida, o bibliotecário pode estar mais próximo da sala de aula e o professor da biblioteca. O primeiro pode estar em sala de aula e na biblioteca, orientando os alunos e também o professor para a pesquisa. O segundo pode acompanhar os alunos no processo de desenvolvimento da pesquisa, orientando-os também; transitando entre biblioteca e sala de aula”. Eliane entrevistou oito bibliotecários, dois com especialização na área de Educação, o que, para ela, “pode desencadear futuros diálogos com professores”.

A proximidade das duas áreas deveria, ainda segundo a autora, trazer benefícios para alunos, professores, bibliotecários e para a própria educação em si. “O professor ainda não percebe que, por meio de parceria com o bibliotecário, é possível minimizar o número de ‘pesquisas-cópia’ na escola; o bibliotecário entende que para avançar é necessário conciliar as várias funções que precisam ser desempenhadas com as já existentes na biblioteca. Para ele, é preciso ir ao encontro do aluno, apresentar a biblioteca, mas, fundamentalmente, conquistar e orientar previamente o professor”.

O professor Francisco avalia que os estudos realizados com a colaboração do Nipeeb auxiliam na melhoria das condições sociais. “Como neste Núcleo em geral não trabalhamos majoritariamente com pesquisa aplicada ou inovação tecnológica, mas com a abordagem social de fenômenos que envolvem profissionais da educação e das ciências da informação, nossa contribuição mais significativa é com a compreensão da realidade e formação de um discurso interpretativo sobre os fenômenos nela produzidos. É, portanto, uma contribuição de cunho qualitativo, visando ao aperfeiçoamento das relações sociais no âmbito das questões enfocadas”.

## Novos olhares sobre o cotidiano de ser pequeno

Cláudia Schaun Reis/ Jornalista na Agecom

**O**deslumbramento com a história, as cores e as danças do Boi de Mamão ou com o movimento do ônibus passando na rua onde se situa a creche: para as crianças, o cotidiano é rico em matéria-prima para a imaginação. Assim como a família, os educadores devem estimular a descoberta de novos olhares por tão novos olhos, e é essa busca constante a tônica do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância, o Nupein.

O Nupein ([www.ced.ufsc.br/nupein](http://www.ced.ufsc.br/nupein)) foi formado na UFSC em 1990, por três professores: João Josué da Silva Filho, Ana Beatriz Cerisara e Eloísa Acires Candal Rocha. Nesses vinte anos, já contribuiu com a formação de graduandos em Pedagogia,

*“O professor ainda não percebe que, em parceria com o bibliotecário, é possível minimizar o número de ‘pesquisas-cópia’ na escola” – Eliane Garcez.*



Para os integrantes do Nupein, vivenciar diferentes experiências é fundamental ao desenvolvimento das crianças (foto: Maria Luiza Gil)

com a titulação de cerca de 40 mestres e dez doutores e também na formação continuada de maneira enfática, apoiando secretarias de educação, creches e pré-escolas por meio de consultorias, orientações, palestras e cursos ministrados pelos integrantes do Núcleo aos profissionais da Educação, especialmente aqueles que trabalham em instituições públicas.

Os aspectos práticos e teóricos não ficam restritos apenas aos estudantes da UFSC ou aos educadores locais; o Nupein promove também ciclos de debates abertos à comunidade, para a troca de experiências que têm como centro a criança de zero a seis anos.

E é exatamente essa faixa etária – foco dos estudos do Núcleo – que dá nome à revista eletrônica do Nupein. Zero-a-seis ([www.periodicos.ufsc.br/index.php/zeroiseis](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/zeroiseis)) é editada desde 1999 e, naquela época, tinha como objetivo socializar relatórios de estágio e relatos de educadores, a fim inspirar outros profissionais que atuam com crianças a repensar o fazer pedagógico e aplicar novas atividades em sala de aula.

A partir de 2006 a Revista começou a ampliar sua linha editorial trazendo resenhas, entrevistas e artigos científicos e integrando-se ao projeto de criação e consolidação do Portal de Periódicos da UFSC. A publicação semestral, no entanto, não perdeu suas origens: os relatos e

relatórios mantêm seus espaços no veículo de comunicação, que também aceita a produção de professores e estudantes não vinculados à UFSC.

Os conteúdos ficam disponíveis desde o primeiro acesso, a fim de democratizar o conhecimento, e contam, como na edição nº 21, por exemplo, como os pequenos da creche Nossa Senhora de Lourdes se empenharam em criar figurinos e histórias sobre o Boi de Mamão. A experiência foi relatada como projeto por Zelândia Souza Machado, Maria Rodrigues Fernandes e Simone da Silva, e incluiu os pais, que pesquisaram sobre a origem da tradição e receberam em casa as fantasias de materiais reaproveitáveis, registrando a interação dos filhos com a magia das histórias. Contagiados pelas crianças, que envolviam o tema em qualquer atividade, lotaram a escolinha para assistir à apresentação da dança do boi que os próprios filhos reinventaram.

Envolvimento semelhante pôde ser constatado pelas estudantes Carla do Rosário e Giovana Ranucci Ramos no relatório de estágio “De carona na imaginação das crianças: o processo de construção de um ônibus coletivo”. Ao observar que a passagem do veículo nas imediações da creche Anjo da Guarda, de Florianópolis, enternecia os pequenos, surgiu a ideia de incitar as crianças, de dois e três anos, a dar formas concretas à imaginação, ajudando a montar o próprio ônibus com caixas de papelão, garrafas pet, jornais e tinta.

“O mais importante para as crianças é participar de processos que ampliem suas vivências”, explica o professor Josué da Silva, atual coordenador do Núcleo. As experiências relatadas na Zero-a-seis e também sua tese de doutorado comprovam a afirmação. Aplicados no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) entre 1996 e 98, os estudos do professor consistiram em perceber as potencialidades do uso da informática junto às crianças de quatro e cinco anos. Com as atividades desenvolvidas, o computador acabou se tornando ferramenta lúdica: incentivou a criação de histórias, as pesquisas e buscas na internet (num tempo em que o Google mal era difundido), a comunicação

em tempo real com outras crianças da mesma idade que moravam em Portugal e a criatividade. O professor lembra-se de quando as crianças, envolvidas com as histórias de extraterrestres, “divertiram-se muito construindo um ‘foguetete’ para ir à Lua e chegando mesmo a inventar uma ‘linguagem’ para falar com os ETs”.

A tese intitulada “Computadores: super-heróis ou vilões?” também apresentou uma catalogação dos jogos educativos encontrados no Brasil e apontou como uma das conclusões a escassez desses softwares voltados para crianças de quatro e cinco anos, naquela época, no país.

O autor salientou ainda que, mesmo para crianças pequenas, o ambiente computacional pode favorecer o desenvolvimento de relações de diálogo não alienantes e consumistas, mas trouxe um alerta: “percebemos problemas bastante graves quando observamos os itens interatividade e preconceito. Apenas 10% dos jogos pesquisados ofereceram um mínimo de interatividade para as crianças. Os demais traziam vários símbolos equivocados e instruções escritas e demoradas, sem contar as questões de preconceitos como o de gênero, pois a mulher sempre aparecia em segundo plano, em posição social inferior a do homem”, atesta.

Josué é a favor da utilização das máquinas pelos docentes como ferramenta criativa no processo ensino-aprendizagem. “Os professores precisam ter formação tecnológica que lhes possibilite digitar textos, mas que também propicie a reflexão sobre estratégias que incitem as crianças a buscar o conhecimento”, completa.

## Brincadeiras para afirmar a vida

Cláudia Schaun Reis/ Jornalista na Agecom

**T**alvez por ter passado a infância num quintal com 25 mangueiras, “onde se brincava de tudo”, a professora baiana Lydia Hortélio defende que o divertir-se deve ser prática também entre adolescentes e adultos. “A infância está guardada dentro de cada um. É preciso brincar para afirmar a vida”, afirmou, do auge de seus 75 anos, em 2008, para a revista Almanaque Brasil.

E como a infância se desenvolve em tempos onde, no lugar de mangueiras, as crianças têm televisões, vídeo-games, computadores, além dos não tão modernos jornais, revistas, e rádios? Esse é um dos questionamentos que norteia o Núcleo de Infância, Comunicação e Arte, o Nica ([www.nica.ufsc.br](http://www.nica.ufsc.br)), do CED.

Criado em 1999 pelas professoras Telma Piacentini, Monica Fantin e Gilka Girardelo, o Núcleo desenvolve quatro linhas de pesquisa: Arte, Cultura e Narrativa (que considera a narração oral de histórias como ação cultural e instância de educação, memória, imaginação e identidade); Educação e Comunicação (pesquisa as relações entre educação e comunicação e tecnologia e cultura); Mídia-Educação e Mediações Culturais (ênfata como a cultura pode ser construída por meio das relações entre crianças, mídias e tecnologias); e Formação de professores e tecnologias (que estuda a utilização das tecnologias no ensino).

Inaugurado no mesmo ano em que o Nica foi instituído, o Museu do Brinquedo faz parte da linha Arte, Cultura e Narrativas, e até 2003 teve seu acervo exposto no Museu Universitário. Hoje, parte dele pode ser visitada na Biblioteca Universitária, e basta observar por alguns instantes para perceber que quem se detém apreciando as coleções – que reúnem bonecas de vários países, imagens de barro feitas por Milene Domingues e inspiradas nas do artista e pesquisador Franklin Cascaes, retratando as brincadeiras e os costumes açorianos, além de brinquedos do povo guarani e jogos como as cinco marias, elástico e taco – não deixa de esboçar um sorriso, onde se escondem as lembranças da infância.

“Brincar é uma atividade universal, encontrada nos vários grupos humanos, em diferentes períodos históricos e estágios de desenvolvimento”, explica Telma, que idealizou o projeto e doou sua coleção de bonecas ao Museu. “Guardar brinquedos num lugar público e de fácil acesso, como um museu, possibilita abrir o mundo infantil aos olhos de crianças e adultos. Além disso, estantes cuidadosamente montadas para a sua apreciação e espaços estrategicamente criados para uma vivência cultural significativa são, no mínimo, uma resposta de valorização da infância e de respeito ao mundo adulto que, por diferentes vias, é resultado de um tempo de infância”, completa.

*“As crianças precisam ser ouvidas sobre o que pensam, o que acham daquilo que assistem e como tudo se relaciona às suas vidas” - Mônica Fantin.*



Museu do Brinquedo: quem o visita não deixa de esboçar um sorriso, onde se escondem as lembranças da infância (foto: Thaine Teixeira Machado)

Gilka e a coordenadora do Curso de Pedagogia, Mônica Fantin, dedicam-se às demais linhas de pesquisa, e entendem que os estudos não devem estar dissociados de outros âmbitos do mundo infantil. “Não basta sabermos o que as crianças assistem ou leem; também é preciso saber, por exemplo, de que maneira aquela atividade se insere no seu dia a dia, com que outras oportunidades de lazer elas contam, que tipo de mediação adulta orienta suas práticas culturais”, afirmam na apresentação da obra *Práticas culturais e consumo de mídias entre crianças*, que editaram pelo Núcleo de Publicações da UFSC como organizadoras.

Mônica desenvolveu sua tese de doutorado analisando de que forma crianças de sete a dez anos das cidades de Florianópolis e de Treviglio, na Itália, interagem com o cinema. “Quais os significados que as crianças constroem a partir dos filmes? Para responder a essa pergunta, fizemos oficinas de fotografia; o grupo de Florianópolis produziu um audiovisual contando da infância, escola e das brincadeiras para as crianças italianas e receberam cartas dos pequenos de Treviglio falando sobre as similaridades e diferenças entre suas culturas. Eles chegaram a aprender italiano para se comunicar com os colegas estrangeiros”, relata Mônica. A pesquisa apontou também o que toda mãe sabe, mas, no corrido cotidiano, acaba esquecendo. “Foi possível perceber a importância de as crianças serem ouvidas; mais que a vontade de falar, é evidente a necessidade que muitas têm de compartilhar seus sentimentos e ideias. Um dos meninos relatou ter gostado de participar da pesquisa ‘porque ninguém nunca pergunta o que a gente acha dos filmes e é bom falar sobre isso’. As crianças precisam ser ouvidas a respeito do que pensam das coisas, o que acham daquilo que assistem e como relacionam tudo às situações de suas vidas”, constata a professora.

Resultado do Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo pela UFSC, o artigo de Claudia Garzel intitulado “Jornalismo para crianças: um estudo sobre práticas culturais e consumo de mídia junto a crianças de dez e 11 anos em Florianópolis”, detecta que os produtos de mídia voltados ao público infantil, além de serem escassos, são produzidos de adultos para os pequenos. “Em geral, são adultos que julgam o que as crianças querem ler e escrevem segundo seus próprios conceitos”. Claudia defende outras formas de abordagem, que possam contemplar de maneira mais específica o mundo infantil a que se destina. “O jornalismo para crianças parece ter uma dupla responsabilidade: a de colocá-las aos poucos em contato com as notícias locais e internacionais e a de ajudá-las a compreender o mundo. Para isso, o profissional da comunicação deve usar de ferramentas pedagógicas, já que seu leitor tem pouca bagagem para entender os conflitos atuais. Fazer jornalismo para crianças é ir ao limite dos princípios jornalísticos de clareza de linguagem,

precisão, explicação de conceitos e, mais, ampliar a notícia buscando esmiuçar o contexto, o histórico e as consequências de cada fato”.

O Nica também produz pesquisas a respeito das mídias relacionadas aos professores. Silvio Costa Pereira, no artigo “Consumo cultural entre professoras do ensino fundamental”, traz detalhes de como as docentes se utilizam de televisões, rádios, celulares e jogos eletrônicos em casa e no ambiente escolar. De 43 questionários aplicados a profissionais do ensino de escolas particulares, estaduais e municipais de Florianópolis, Silvio constatou que grande número das entrevistadas possuía câmera fotográfica (incluindo as digitais, analógicas e as acopladas aos celulares), e muitas se valiam dos recursos do aparelho para registrar atividades escolares. O estudo demonstra, no entanto, que o uso dessas ferramentas não tem sido potencializado. “Aparentemente, uma formação curta voltada para a reflexão sobre a imagem e algumas noções de composição já permitiriam que as professoras viessem a desenvolver trabalhos interessantes ligados à fotografia junto aos alunos, uma vez que as técnicas parecem estar razoavelmente dominadas por elas”.

A utilização de vídeos e a produção de audiovisuais ainda é incipiente no meio escolar pesquisado. “Das cinco professoras que relataram já terem produzido algum filme, três realizaram trabalhos com os alunos, uma fez trabalho na faculdade e uma produziu vídeo-arte. Isso sugere que as professoras são mais consumidoras do que produtoras de filmes. Depois de filmar, apenas armazenam (ou apagam) as tomadas feitas. Não há – ou há muito pouco – trabalho de edição das tomadas de forma a realizar uma narrativa audiovisual a partir das imagens captadas”, atesta Silvio.

Mônica e Gilka enfatizam a importância das pesquisas no Núcleo – que ainda realiza vários outros projetos e parcerias –, como forma a contribuir com o pensamento crítico de quem está na linha de frente da formação dos pequenos. “Acreditamos que os estudos sobre a presença das mídias na vida das crianças são cruciais para que possamos conhecê-las melhor, podendo assim subsidiar a formulação de políticas e projetos educacionais e culturais voltados às necessidades das infâncias brasileiras. Essa questão adquire uma urgência particular se considerarmos a rapidez e a eficiência com que os interesses do mercado – frequentemente tão antagônicos aos da educação – esquadrinham e mapeiam o universo subjetivo infantil para orientar suas estratégias mercantis”.

## Mãos que levam a UFSC ao mundo

Cláudia Schaun Reis/ Jornalista na Agecom

**D**uas pequenas salas localizadas no CED, no início dos anos de 1990, colaboraram com a descoberta e o aprendizado do mundo digital numa época em que a internet começava a se tornar popular. Professores se familiarizavam com os computadores, percebendo de que maneiras poderiam utilizar as ferramentas cheias de *bites* e *bytes* na Educação. Hoje o Lantec continua atuando na formação de professores, mas o resultado desse trabalho pode ser visto bem além dos muros da UFSC: é pelas mãos do Lantec que a formação de professores na modalidade a distância toma forma, amadurece e se lança ao vento para germinar o conhecimento nos mais distantes municípios.

Entre licenciatura, bacharelado, especialização e extensão, a Educação a Distância (Ead) da Universidade conta com 30 polos só em Santa Catarina, e está presente também em outros 17 Estados, oferecendo cursos como o de Matemática à cidade com 40 mil habitantes denominada Pedreiras, no Maranhão; Letras-Português no município de Divinolândia de Minas (MG), que tem menos de oito mil moradores, e de especialização em Gestão Escolar, em Xanxerê, oeste de Santa Catarina, onde o IBGE contabilizou, em 2009, pouco mais que 42 mil pessoas.

Para a coordenadora pedagógica do Lantec, professora Rose Cerny, a EaD oportuniza a expansão e a democratização do Ensino Superior público. “Visitei um dos polos da UFSC e conheci uma costureira que sempre sonhou fazer curso superior e nunca teve oportunidade. Hoje ela está matriculada em Matemática e vai se tornar professora”, relata.

Para possibilitar essa inclusão, todo o trabalho de suporte à Ead é realizado pelo Lantec desde 2004, numa parceria com os centros que oferecem as licenciaturas na modalidade a distância: Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Centro de Ciências Biológicas (CCB) e Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). A partir da parceria com os centros, o Laboratório se responsabiliza

*“Conheci uma costureira que sonhava em fazer curso superior e nunca teve oportunidade. Agora ela vai ser professora de Matemática” – Rose Cerny.*

pela coordenação pedagógica da EaD, organizada em três núcleos – Formação, Produção de Materiais e Pesquisa e Avaliação.

O Núcleo de Formação tem como objetivo preparar as equipes para a docência na modalidade a distância e no uso pedagógico das tecnologias. Além de lidarem com as ferramentas, os professores, tutores, *designers* gráficos e instrucionais são envolvidos num processo diferenciado de produção e uso das tecnologias. “O projeto pedagógico de cada curso é concebido em parceria com os centros de ensino, e quem se propõe a trabalhar com a EaD percebe que não se pode entendê-la de maneira individualizada: é um trabalho em equipe, em que cada um faz a sua parte para colaborar com o aprendizado dos alunos”, explica Rose.

O dia a dia do Núcleo de Produção de Materiais é intenso. A cada turma que se inicia, os livros didáticos são editados ou reeditados, o que significa que passam pelo planejamento e revisão dos professores, *designers* instrucionais e, finalmente, pelos *designers* gráficos, que concebem o projeto gráfico e organizam os conteúdos nas páginas até que a obra esteja pronta para a impressão. “Produzir materiais didáticos para Educação a Distância é um ato de criação constante, onde a criatividade e a crítica figuram como elementos estruturantes do processo”, contextualiza a coordenadora. Por ano, cerca de cem títulos são editados.

Conteúdos em vídeo também são produzidos: o Lantec conta com um estúdio para gravação de aulas e realização de videoconferências, além de confeccionar materiais de hipermídia, como CD-ROMs.

Já o Núcleo de Pesquisa e Avaliação acompanha de perto o trabalho de todo o Laboratório, a fim de aprimorar os processos de formação e melhorar os conteúdos disponibilizados. A ideia, explica a professora, “é associar a avaliação à pesquisa, respeitando os tempos e especificidades de cada curso, mas integrando o Núcleo aos programas de pós-graduação das áreas relacionadas”.

Os 15 anos de atividades frutificaram mais do que o esperado. A equipe aumentou, a estrutura física se ampliou e o reconhecimento também se espalhou pelo país: o programa Proinfo Integrado – que capacita os professores para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação, do MEC –, tem como suporte o material produzido pelo Lantec. O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, também do Ministério da Educação, pretende formar, em cinco anos, 330 mil docentes em todo o país, com a ajuda de várias instituições federais e também da UFSC, por meio do Laboratório, que tem confeccionado parte dos materiais. Ainda em parceria com o MEC, o Lantec fará a formação de docentes para os programas Conselheiros Municipais de Educação e Um Computador por Aluno em Santa Catarina (UCA-SC).

Além das licenciaturas, o Lantec também capacita educadores através dos cursos de Especialização em Gestão Escolar, Gestão do Cuidado para uma Escola que Protege, Gestão de Bibliotecas Escolares, numa parceria com o MEC e as suas Secretarias de Educação Básica (SEB) e de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad).



Estúdio do Lantec onde são gravadas as aulas e transmitidas as videoconferências (foto: Divulgação)

# Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)

Alita Diana/jornalista da Agecom

Apresentar o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) ([www.cfh.ufsc.br](http://www.cfh.ufsc.br)) é tratar do lugar onde o maior desafio para o século XXI continua sendo a produção de análises e propostas que contribuam para o debate na sociedade acerca de quais mudanças fundamentais são necessárias para acabar com as relações de poder que aumentam os preconceitos, a discriminação étnica, de gênero, das pessoas com deficiência, das desigualdades sociais e da destruição ambiental. Elas devem vir respaldadas teórica e metodologicamente por meio das pesquisas e atividades de ensino e extensão.

Esses são grandes desafios para a humanidade e prioridades na produção do conhecimento para um mundo melhor das Ciências Humanas.

São mais de 2.300 alunos nos cursos de graduação em Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Antropologia, Geologia, Museologia e Oceanografia. Com exceção dos quatro últimos, os cursos formam, além de suas modalidades específicas, professores para o nível fundamental e Médio, por meio de suas licenciaturas. Os estudantes são estimulados a integrar os grupos de pesquisa contando com o apoio de bolsas como as de iniciação científica do CNPq, por meio do Programa PIBIC, de monitoria, estágio, extensão e permanência. Destacam-se os projetos voltados para a realidade social em áreas como Educação, Saúde, e Movimentos sociais. Organizaram-se mais de 100 núcleos, laboratórios, grupos e institutos de pesquisa e extensão em torno de temas como: as culturas indígenas, os migrantes, a arte, a construção das identidades, a luta pelos direitos das mulheres, os afro-brasileiros, as pessoas com deficiência, o estudo das violências, os japoneses, os estudos medievais, a sociologia do trabalho, os estudos sociológicos dos mercados, o desenvolvimento infantil, o psicodiagnóstico (destacando-se aí o Serviço de Atenção Psicológica – SAPSI), a psicologia organizacional e jurídica, a antropologia audiovisual, chegando à cartografia tátil e escolar.

Referência em Astronomia em Santa Catarina, o Planetário da UFSC (<http://www.cfh.ufsc.br/~planetar/>) possui, desde 2009, um projetor digital modelo Digistar 3SPII, que transformou a sala de projeção num ambiente de realidade virtual multitemático. Suas atividades incluem atendimento às escolas, palestras semanais, cursos e acompanhamento público com telescópios para observação de fenômenos astronômicos especiais como eclipses, cometas e outros.

Outro destaque é o Núcleo de Publicações e Periódicos (NUPPE) (<http://nuppe.ufsc.br>), que agrega 20 revistas com enfoque multidisciplinar e temas diversos. A Revista, localizada no piso térreo do CFH, também integra o NUPPE. Lá se pode conhecer e adquirir revistas e livros produzidos no Centro.

O CFH, que conta com mais de 150 professoras/es e 70 técnico-administrativos em educação, dispõe de um Laboratório de Informática e da Sala de Leitura José Saramago, que dão suporte para os estudantes. Pessoas com deficiência podem utilizar elevador, passarelas integradoras e escadas com sinalização de acessibilidade.

São seis programas de pós-graduação com doutorado e mestrado: Antropologia, Filosofia, Geografia, História, Psicologia e Sociologia Política, e um Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas que mantém parcerias e convênios nacionais e internacionais e que têm vasta e importante produção científica.

Iniciando como Faculdade de Filosofia e Letras na década de 1960, passando a Centro de Estudos Básicos nos anos de 1970, Centro de Ciências Humanas, ainda na mesma década, e, em 1982, recebendo a atual denominação de Centro de Filosofia e Ciências Humanas, o CFH, nesses 50 anos de UFSC, busca ampliar as relações da Universidade com a sociedade, contribuindo para os debates políticos fazendo o que há de mais humano: pensar, pensar sobre a sociedade e o mundo em que vivemos.

Pensando e lutando para melhorar o mundo, o CFH contribui para a diminuição das injustiças e dos preconceitos sociais.

Agradeço especialmente a colaboração fundamental da professora Roselane Neckel, diretora do CFH.

## Uma via láctea lilás

Alita Diana/jornalista da Agecom e  
Luisa Nucada/bolsista de jornalismo

“**A**gente não nasce mulher, a gente se torna”, disse, emblematicamente, a filósofa francesa Simone de Beauvoir, uma das prorreferências para estudos de gênero e questões feministas.

Os estudos de gênero nos seus núcleos, laboratórios, encontros, redes, publicações, também não nasceram prontos Cresceram e se multiplicaram como a luta de quem os gestou, mães na vida real ou não. Mulheres que trouxeram para a UFSC a luta pelos direitos, a exemplo da ex-vereadora e professora do Departamento de Saúde Pública, Clair Castilhos, uma das fundadoras da Casa da Mulher Catarina, da historiadora Joana Maria Pedro, uma das pioneiras na discussão de temas ainda hoje polêmicos, que já dirigiu o CFH e foi candidata à Reitoria; da antropóloga Miriam Pillar Grossi, que já foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e é fundadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades. Núcleo que segue com bandeiras como a da legalização do aborto na América Latina e Caribe, da discussão dos direitos homoafetivos e da luta contra a violência contra as mulheres. Tantos outros nomes a citar: Cristina Scheibe Wolff, Carmen Rial, Cláudia Costa, Jussara Gue Martini, Luzinete Minella, Maria Regina Lisboa, Mara Lago, Maria Juracy Toneli, Roselane Neckel, Simone Schmidt, Sônia Maluf, Susana Funck, Rosana Kamita, Tânia Ramos, Teresa Kleba Lisboa, Zahidé Muzart – estrelas que contribuíram, cada uma delas, com um pouco de luz, para formar, com tantas outras, uma constelação gigante, que foi se fazendo maior em palestras, dissertações, teses, Fazendo Gênero, uma rede, um Instituto.

### *A Revista de Estudos Feministas e o “Fazendo Gênero”*

Na década de 1990, professoras de universidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul iniciaram pesquisas e estudos buscando a igualdade real entre homens e mulheres, e o respeito a todas as expressões de sexualidade. Em 1992 foi criada, no Rio de Janeiro, transferindo-se para Florianópolis em 1999, a *Revista Estudos Feministas* (REF), periódico que trazia discussões sobre esses temas em forma de ensaios, artigos e resenhas. Logo a revista ganhou visibilidade e tornou-se referência obrigatória no campo de estudos de gênero. A REF está a caminho da 19ª edição, com impressa e eletrônica, disponíveis, também, em espanhol e inglês.

O evento “Fazendo Gênero”, como a revista, nasceu de pesquisadoras/es em estudos da área que queriam divulgar sua produção de conhecimento. Sediado desde 1994, no campus da UFSC, o congresso reuniu acadêmicas/os de várias universidades para reflexão e troca de experiências. Já trouxe temas como: Feminismo como política; Corpo, violência e poder; e Diásporas, diversidades, deslocamentos. Em sua última edição, Fazendo Gênero 9 ([www.fazendogenero9.ufsc.br](http://www.fazendogenero9.ufsc.br)), reuniu estudiosos do mundo todo, com mais de 4 mil inscritas/os.

### **Instituto de Estudos de Gênero**



Notando a necessidade de reunir e ampliar as ações e pesquisas em estudos da área, nasceu, a partir de uma iniciativa interinstitucional com pesquisadoras/es de universidades catarinenses, em 2005, o Instituto de Estudos de Gênero ([www.ieg.ufsc.br](http://www.ieg.ufsc.br)), com sede no CFH. O conhecimento produzido passou a ter maior repercussão a partir da criação do Instituto, que deflagra mensagens com alcance internacional. Foram criados, também, núcleos e laboratórios em várias universidades do país, além de ministrados cursos de curta duração sobre estudos de gênero e feminismo.

O IEG trabalhando sempre na perspectiva interdisciplinar e da demanda da América Latina, constrói um diálogo entre a academia e os movimentos sociais, para ajudar a formular políticas públicas voltadas para a igualdade entre gêneros e a diminuição dos preconceitos e se constitui num pioneiro e, a cada dia mais importante, espaço institucional.

## Aprendendo a lidar com o vestibular, a carreira e a aposentadoria

Thomas Michel e Luisa Nucada/ bolsistas de jornalismo

O Laboratório de Informação e Orientação Profissional (LIOP) ([www.liop.ufsc.br](http://www.liop.ufsc.br)) foi fundado em 1988 com a intenção de ajudar os jovens na construção da carreira no mercado de trabalho. No começo era uma atividade da disciplina de Orientação Profissional, atualmente é um projeto do Departamento de Psicologia, do CFH, que integra ensino, pesquisa e extensão.

O primeiro seminário de Informação e Orientação foi realizado em 1997. Depois houve as feiras que trouxeram de três a quatro palestrantes por noite para que passassem suas experiências aos vestibulandos.

As orientações são uma forma de diminuir a ansiedade dos candidatos. O Laboratório vai aos colégios e usa várias técnicas consagradas de psicologia para que os alunos repensem sua postura diante da temida prova. Uma das atividades feitas para os estudantes do ensino médio é o “foto vestibular”, em que o aluno dá forma ao concurso. Alguns desenham monstros horrendos, cruces e afins no primeiro encontro com o LIOP. Depois de quatro reuniões, pode-se perceber o progresso da terapia: as figuras se tornam menos assustadoras, não tão associáveis ao medo, o que mostra a mudança da relação do estudante com o vestibular.

A informação profissional é outra atividade desenvolvida: o Laboratório apresenta os cursos e explica o que cada profissional faz, sua inclusão no mercado de trabalho, os campos de atuação. Desse modo, o vestibulando que geralmente tem dúvidas e ainda lida com as pressões familiares sente-se mais seguro para escolher seu curso.

O Laboratório trabalha, também, com planejamento de carreira. Para isso, oferece uma disciplina aberta a qualquer aluno da UFSC, a partir da sétima fase, que usa técnicas de dinâmica de grupo, permitindo que haja troca de experiências e expectativas em relação ao ingresso no mercado de trabalho. A cadeira orienta como se portar nas entrevistas de emprego e como elaborar um bom currículo. Ao fim da disciplina, todos fazem um planejamento a médio e curto prazo de sua carreira.

A aposentadoria também é foco do LIOP. O “Aposenta-ção” é um meio diferente de planejar o período pós-mercado de trabalho. O programa incentiva, por exemplo, a retomada de antigos projetos, para que os aposentados não caiam na inatividade.

O Programa de Orientação Financeira (Profin) foi criado pelo Laboratório com o objetivo de ajudar as pessoas na administração dos gastos. A iniciativa, que não é uma educação financeira, faz repensar e criar objetivos para guardar ou gastar dinheiro.

O LIOP já organizou quatro congressos junto com a Associação Brasileira de Orientação Profissional, sendo dois regionais e dois nacionais. Além disso, em 2008, promoveu também o Ciclo de Informação Profissional, em parceria com o Colégio de Aplicação da UFSC, que teve mais de 500 participantes.

## Mapeamento dos desastres naturais

Murilo Bomfim/bolsista de jornalismo

Criado em 1999, o Grupo de Estudos de Desastres Naturais (GEDN) do Departamento de Geociências começou sob a denominação Grupo de Área de Risco. A ideia era realizar estudos voltados para o tema e aglutinar os pesquisadores da área. Foi em 2003 que o grupo ampliou o objeto de estudos – de riscos para desastres naturais.

As linhas de pesquisa analisam os episódios pluviométricos extremos – história, mecanismos e distribuição espaço-temporal de chuvas intensas –, fazem a cartografia dos riscos geoambientais para obter zoneamento territorial e implementação de medidas preventivas.

O simples levantamento de dados dos episódios meteorológicos extremos que causaram danos acabou por materializar uma grande contribuição do GEDN para a comunidade. O *Atlas dos desastres naturais em Santa Catarina*, feito por meio da junção de registros de bolsistas e professores do Grupo, de arquivos da Diretoria Estadual de Defesa Civil de SC (DEDC-SC) e de jornais locais, reúne 34 mapas e informações sobre os desastres que aconteceram entre 1980 e 2004. Descreve desde inundações, escorregamentos, períodos de fortes estiagens, às tempestades severas que ocasionam vendavais, chuvas de granizo,

*As orientações ajudam a diminuir a ansiedade do candidato e a se sentir mais seguro na escolha de seu curso.*

tornados e maré de tempestade (ressaca). Para 2011 está prevista a reedição do livro, que mapeia a geografia catarinense de desastres naturais entre 1980 e 2010, com parceria da FAPESC.

O Grupo promoveu, na UFSC, em setembro de 2004, o 1º Simpósio Brasileiro de Desastres Naturais – SIBRADEN –, tendo como tema “Riscos geoambientais relacionados a episódios pluviais intensos”. Desde sua criação o GEDN tem promovido minicursos, palestras e desenvolvido projetos.

A proposta inicial permanece: organizar um banco de dados para trabalhos de conclusão de curso e de pós-graduação, com a temática dos desastres naturais. Entre as informações disponíveis, além dos desastres naturais que ocorreram no estado de Santa Catarina, segundo consta nos relatórios dos eventos adversos da Defesa Civil, estão as anomalias pluviométricas coletadas pela Agência Nacional da Água (ANA) e pelo Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (CLIMERH).



GEDN na área do complexo do Morro do Baú, entre os municípios de Ilhota e Gaspar (SC), após deslizamentos em novembro de 2008 (foto: Acervo GEDN)

Os trabalhos realizados servem, também, como forma de educar para prevenção os habitantes de locais com grande incidência de acidentes. O Grupo teve grande envolvimento no atendimento à população atingida na catástrofe ocasionada pelas fortes chuvas que ocorreram no Estado, no ano de 2008.

Atualmente estabelece trocas de experiências com professores da UFSC (RS) e da Universidad de Cantabria – Santander, na Espanha, e com a pretensão de ampliar as parcerias. Espera, também, a organização de mais encontros, principalmente da região Sul, para aumentar a troca de conhecimentos. O GEDN não é restrito aos alunos de Geociências, os de Arquitetura e de Engenharia Ambiental também participam do projeto, que é aberto a qualquer interessado. Basta fazer inscrição em: [www.cfh.ufsc.br/~gedn](http://www.cfh.ufsc.br/~gedn).

### Atendimento psicológico aberto à comunidade

Ingrid Fagundez e Luisa Nucada/bolsistas de jornalismo da Agecom

**I**nstalado no bloco D do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), o Serviço de Atenção Psicológica da UFSC (SAPSI) oferece às comunidades universitária e local tratamento psicológico gratuito e diversificado. Foi criado em 1977 como pré-requisito

para a instalação do Curso de Psicologia, que iniciou suas atividades em 1978. Entre os serviços oferecidos estão: atendimentos a casais e famílias; psicoterapia para crianças, adolescentes e adultos; grupos de orientação profissional e direcionados à terceira idade; e tratamento e prevenção a recaídas de dependentes químicos. O prédio Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva, onde o SAPSI está instalado, foi inaugurado em julho 2010 e homenageia a psicóloga, ex-diretora do Serviço e uma das fundadoras do Curso de Psicologia. O atendimento funcionava, anteriormente, numa casinha branca de madeira, nas proximidades do CFH.

O trabalho é realizado por psicólogos contratados pela Universidade, professores do Departamento de Psicologia e alunos do Curso. Os estágios acontecem a partir da oitava fase, e o estudante pode ficar até um ano acompanhando o paciente. “O SAPSI prepara os profissionais para que saibam lidar com os pacientes, escutar as suas queixas. Ele também permite a aplicação de todos os conhecimentos teóricos na prática.” explica a ex-coordenadora do Serviço, Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré.

O Serviço de Atenção Psicológica da UFSC tem um papel importante na rede de saúde mental da Grande Florianópolis. Este ano, a partir de um convênio entre a UFSC e a Secretaria Municipal de Saúde, o SAPSI vai ser incluído na lista das instituições de referência na área.

As poucas opções de atendimento psicológico gratuito na capital fazem com que a demanda pelo serviço seja alta. Entretanto, o restrito número de profissionais do SAPSI impede que todos os interessados sejam atendidos. A seleção dos pacientes é feita por ordem de inscrição e acontece no início de cada semestre. O número de vagas oferecidas depende da quantidade de estagiários disponíveis no momento.

No primeiro semestre, em menos de duas semanas, cerca de duzentas pessoas se inscreveram. Em torno de 60 foram atendidas. Como o SAPSI é uma clínica-escola, não pode ceder à demanda. “Visa contribuir para a formação profissional do aluno e não sobrecarregá-lo”, explica Carmen. A atual coordenadora é a psicóloga Maria Cristina Vignoli, que procura prosseguir com a linha da administração anterior, além de ter quase 30 anos de serviços prestados na área dos projetos extensionistas no SAPSI.

A alta procura pelos serviços oferecidos não significa total comprometimento dos pacientes ao tratamento. Segundo dados do SAPSI, mais de um terço dos inscritos não comparece na triagem ou nas primeiras consultas. Quando o paciente falta sem avisar, sua situação é considerada abandono e o próximo na lista de inscrição é chamado. A coordenadora do Serviço considera esse comportamento a reprodução do descaso que se observa no serviço público.

A média de atendimentos do SAPSI é 900 pacientes ao ano, dos quais a maioria é de caráter duradouro (período de um ano de sessões semanais). Por mês, o Serviço recebe cerca de 200 telefonemas, além de visitas de pessoas em busca de diferentes tratamentos psicológicos. Em julho, o Serviço contava com 12 professores supervisores, 100 estagiários e 200 alunos de graduação e pós-graduação.

## Estudos afro-brasileiros e cartografias sociais

Alita Diana/jornalista da Agecom e Thomas Michel/bolsista de jornalismo

O Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas (NUER) ([www.nuer.ufsc.br](http://www.nuer.ufsc.br)) foi criado em 1986 por pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas para desenvolver estudos sobre as populações negras no Sul do Brasil. O NUER vem realizando análises sobre identidades étnicas e fronteiras culturais em contextos nacionais e pós-coloniais, direitos territoriais, educacionais, artísticos, religiosos e políticos. Um dos seus projetos pioneiros foi o “Quilombos no Sul do Brasil,” criado para realizar perícias antropológicas visando regularizar terras de quilombos, que resultaram relatórios socioantropológicos, para compor documentos destinados a instruir processos de reconhecimento dos direitos constitucionais dos quilombos.

Atualmente o NUER desenvolve o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, em parceria com a UFAM e UFPA, visando mapear e dar voz, por meio de oficinas de cartografia, a grupos sociais em busca de reconhecimento de suas expressões culturais e territoriais, como quilombolas, ribeirinhos, extratores e pescadores. Nelas, os grupos

*O SAPSI tem um papel importante na rede de saúde mental da Grande Florianópolis atendendo 900 pacientes ao ano.*



Sueli Siqueira e Altair Almiro Leodoro – oficina de cartografia social, elaboração do Mapa do território (Morro do Boi / Balneário Camboriú) (foto: Rosa Marin Acevedo, pesquisadora da NUER)

aprendem a usar GPS e técnicas para produzir uma autocartografia e dialogam com os pesquisadores sobre seus direitos socioculturais. O resultado das oficinas é publicado em “livretos” que têm sido utilizados para reivindicar direitos territoriais coletivos.

O NUER iniciou, em 2006, um conjunto de pesquisas no campo das artes visuais, literatura e cinema, tendo como eixo a discussão sobre os conceitos de arte africana, afro-brasileira e das diásporas.

O Projeto Biblioteca Afro-Brasileira visa disponibilizar fontes que estimulem a produção de novos conhecimentos sobre temas afro-brasileiros e africanos na UFSC.

## Refletindo sobre a ciência e o conhecimento humano

Murilo Bomfim/ bolsista de jornalismo

O Núcleo de Epistemologia e Lógica (NEL), do Departamento de Filosofia, criado em 1996, promove e difunde a pesquisa nos campos da Epistemologia e da Lógica, e funciona como ligação entre os diversos grupos que trabalham estas questões na UFSC ou em outras instituições. Entre as universidades com quem o NEL mantém parceria estão a USP, Unicamp, PUC-Rio, além de universidades na França e Estados Unidos.

O núcleo possui três grupos de pesquisa: o Grupo de estudos sobre conhecimento e linguagem ([www.cfh.ufsc.br/~necl/](http://www.cfh.ufsc.br/~necl/)), o Grupo de estudos em lógica e fundamentos da ciência ([www.cfh.ufsc.br/~logica/](http://www.cfh.ufsc.br/~logica/)) e o Grupo Fritz Müller Desterro de estudos em filosofia e história da biologia ([www.cfh.ufsc.br/fritzmuller/](http://www.cfh.ufsc.br/fritzmuller/)).

Além da pesquisa, outros objetivos do NEL são a organização de palestras e publicações acadêmicas. A revista *Principia* ([www.cfh.ufsc.br/~principi/](http://www.cfh.ufsc.br/~principi/)), que publica artigos sobre Epistemologia contemporânea, Filosofia da ciência e áreas relacionadas, já chegou à 14ª edição, aceitando artigos em português, espanhol, inglês e francês.

Os membros do NEL esperam atingir um número cada vez maior de universidades para que a contribuição de ideias e a discussão sobre a Epistemologia e a Lógica sejam cada vez mais significativas.

## Pluralidades do Brasil

Pedro Santos/ bolsista de jornalismo

Você já deve ter ouvido falar nas grandes diferenças entre a Amazônia e o Sul do Brasil, que fazem parte de dois “Brasis” completamente distintos, com realidades divergentes, onde o Norte conta com populações indígenas, florestas a perder de vista, e é uma terra sem lei, enquanto o Sul seria mais desenvolvido, com população, legislação e instituições estruturadas e estáveis.

Enfrentando o desafio, uma rede de pesquisadores se articulou para criar uma organização para analisar essas diferenças sob o olhar da Antropologia. A proposta do Instituto Brasil Plural ([www.brasilplural.ufsc.br](http://www.brasilplural.ufsc.br)) é abrigar um esforço conjunto de pesquisas. São ações educacionais e de intervenção que buscam divulgar conhecimento sobre as diferentes realidades humanas nos respectivos contextos socioambientais.

O projeto teve início a partir de uma rede de pesquisadores da UFSC, ligados a vários grupos de pesquisa do Departamento de Antropologia do CFH e do Amazonas, de diferentes campos e especialidades da Antropologia, com a proposta de aprofundar o conhecimento sobre a diversidade sociocultural do Brasil, tendo como foco estas duas regiões, a princípio tão distintas. Posteriormente, ampliou sua área de interesse para

as outras regiões do país para retratar (sempre de uma perspectiva Antropológica, mas agregando pesquisadores de áreas afins) as realidades brasileiras na sua complexidade, tendo como estratégia uma abordagem a partir de temas transversais, como saúde, educação e gênero.

No programa figuram seções tipicamente relacionadas à pesquisa e extensão, como pesquisas de campo, com seminários, oficinas e colóquios, constituição de acervos bibliográficos e criação de laboratórios. Por meio dos temas transversais, os resultados devem subsidiar as políticas públicas brasileiras e a formação de profissionais para atuar junto às populações estudadas.

Em 2009, ano de sua criação, o Instituto Brasil Plural (IBP) promoveu eventos como o Colóquio “Antropologias em Performance”, com pesquisadores do Brasil, Argentina e Estados Unidos. Em outubro, ocorreu a I Mostra de Arte Indígena, que trouxe para Florianópolis a exposição “Naaki: a trama ritual na vida Wauja”, que integra o acervo do Museu de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Esse evento levantou à a discussão sobre os direitos humanos e territoriais das populações indígenas brasileiras.

Outro diferencial do projeto é a interface interdisciplinar para estudos das questões socioambientais do Sul do Brasil e Amazônia. Em dezembro de 2009, ocorreu a oficina “Realidades de Pesquisa em Saúde e Alimentação: Interfaces com a Antropologia”, um encontro de pesquisadores ligados à área da Antropologia com trabalhos dedicados aos temas saúde e alimentação.

Para desenvolver tais projetos, o Instituto conta com uma rede de pesquisadores de diferentes instituições além da UFSC. São elas: Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

O Instituto é resultado da colaboração de apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O montante dos recursos chega a R\$ 2,4 milhões.



Indígenas Matis se divertem na Festa das Capivaras, Terra Indígena Vale do Javari, Amazonas (foto: Barbara Arisi/IBP)

## Autonomia para as escolas indígenas

Luisa Nucada/bolsista de jornalismo

A UFSC, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, lança um novo curso de graduação dirigido a uma população específica: Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica: Guarani, Kaingang e Xokleng ([www.licenciaturaindigenas.ufsc.br](http://www.licenciaturaindigenas.ufsc.br)).

A partir de 2011, os membros dessas três etnias terão um curso superior específico que os habilitará a lecionar nas escolas de suas aldeias. A iniciativa foi da Comissão Interinstitucional para Educação Superior Indígena (CIESI), composta também por membros da sociedade civil, que buscava atender a uma demanda dos próprios povos indígenas, que queriam ter uma graduação voltada para sua língua, costumes e valores.

O Curso atende também à legislação vigente (LDB da Educação Nacional e Constituição Federal de 1988), segundo a qual todo professor que atue na educação básica deve ter

formação superior. A licenciatura está ligada ao Departamento de História, do CFH. São 120 vagas, sendo 40 para cada etnia. O Curso terá duração de oito semestres, com o enfoque “Territórios Indígenas: Questão fundiária e ambiental no bioma Mata Atlântica”. A graduação terá as seguintes habilitações: Licenciatura da Infância, Licenciatura das Linguagens, Licenciatura em Humanidades e Licenciatura do Conhecimento Ambiental. O Curso, pioneiro nas regiões Sul e Sudeste em uma universidade pública, será desenvolvido na Pedagogia da Alternância: Tempo Universidade e Tempo Comunidade, com a participação de sábios indígenas.



Professores Kaingáng, da Terra Indígena Xapecó, Santa Catarina, estudando (foto: Jeniffer Caroline da Silva)

## Pontes para uma sociologia sustentável

Alita Diana/ jornalista da Agecom e Thomas Michel/bolsista de jornalismo

O Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade (IRIS) ([www.iris.ufsc.br](http://www.iris.ufsc.br)) é um projeto do Departamento de Sociologia e Ciência Política, criado em 2009, desmembrado do Núcleo Interdisciplinar em Sustentabilidade e Redes Agroalimentares.

Trabalha com a perspectiva de riscos “manufaturados”, sejam ambientais, alimentares ou de ordem tecnológica. O Instituto faz uma espécie de intermediação entre leigos e peritos criando um canal de comunicação para um debate mais igualitário. Um dos seus trabalhos é o envolvimento público nas questões sobre transgênicos: reuniões entre pessoas da comunidade e pesquisadores geraram um debate com legitimidade, indo além da discussão tecnocrática.

O IRIS estuda questões de governança global, procurando estratégias para que novas tecnologias não tenham impacto negativo na sociedade, sempre com o foco na sustentabilidade. Procura, também, contribuir para o fortalecimento da sociologia ambiental no Brasil. Propõe-se, ainda, a ser um aglutinador de pesquisadores colaboradores de outros departamentos da UFSC e de outras instituições, para a organização de pesquisas.

Estas são suas áreas de atuação: análise social de riscos e inovações científico-tecnológicas; consumo, globalização e saúde; responsabilidade social e ambiental; e desenvolvimento rural sustentável e métodos participativos. Dentre as pesquisas desenvolvidas estão “Consumo saudável em mercados alimentares globalizados” e “Avaliação de políticas de saúde: o SUS”.

## Múltiplas faces da violência

Thomas Michel/bolsista de jornalismo

O Laboratório de Estudo das Violências (LEVIS) ([www.cfh.ufsc.br/~levis](http://www.cfh.ufsc.br/~levis)) foi criado em 1996 para uma leitura crítica dos conflitos e das “violências” (em latim *vis* – que dá o nome à sigla do laboratório).

No ano de criação foi procurado pelas polícias civil e militar para um trabalho conjunto, tendo realizado treinamentos sobre a violência e segurança pública, para policiais e delegados em Santa Catarina e na Paraíba.

Essa ação inicial levou a um convênio com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-SC), que apoiou estudos do LEVIS entre 2002 e 2007. Nesse acordo, o Laboratório teve acesso a dados e documentos que subsidiaram pesquisas, assim como teve a colaboração de funcionários da SSP-SC e, mais especificamente, do Instituto Geral de Perícias (IGP).

O LEVIS estuda a violência como fenômeno complexo e plural, ou seja, nas suas múltiplas dimensões como conflito, crime, relação e representação social.

O Laboratório produz análises sobre segurança pública, relatórios de apoio à criação e implantação de políticas sociais, dá cursos de formação em Direitos Humanos e participa, ativamente, no debate sobre esses temas em Santa Catarina.

O LEVIS é responsável pela capacitação de educadores e lideranças comunitárias no Estado em convênio com a Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) e MEC, e, também, pelo Comitê de Educação em Direitos Humanos de Santa Catarina.

As pesquisas realizadas no Laboratório têm caráter interdisciplinar e interinstitucional, congregando professores, alunos de graduação e pós-graduação, além de servidores das polícias civil e militar. Os projetos desenvolvidos no LEVIS recebem financiamento do CNPq, FAPESC, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina, SEDH e MEC.

## Movimentos sociais como foco de pesquisa

Luisa Nucada/bolsista de jornalismo

O Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) ([www.npms.ufsc.br](http://www.npms.ufsc.br)) foi criado em 1983, pela professora Ilse Scherer-Warren e por um grupo de estudantes da pós-graduação em Ciências Sociais da UFSC, motivados em pesquisar ações coletivas locais e da realidade brasileira. O contexto histórico era de transição democrática, em que a sociedade civil se recuperava da ditadura. Os acadêmicos do núcleo buscavam entender o momento de inquietação cidadã e as contradições entre a herança autoritária e a luta coletiva pela democracia.

Foram objeto de estudo do NPMS os movimentos de caráter ambientalista e ecológico, sindical, feminista, como também os protagonizados pelos sem-terra, mulheres agricultoras, e outras populações do campo excluídas, indígenas, negros e minorias étnicas. As pesquisas têm se voltado, dentre outros objetivos, para a problemática da pobreza, da exclusão social e étnica, da sociedade civil, da democracia e participação cidadã.

Com a proposta de atualizar discussões e reflexões sobre as novas ações coletivas e suas relações com o processo de democratização da sociedade, o núcleo organizou no campus da UFSC o I, II e o III Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Participação e Democracia, nos anos de 2004, 2007 e 2010, respectivamente. O último evento incluiu o I Seminário Internacional. Além dos trabalhos acadêmicos, que vão da iniciação científica a teses, o NPMS desenvolve pesquisas mais amplas, coordenadas por professores da UFSC.

## Filosofia para o ensino médio

Luisa Nucada /bolsista de jornalismo

O Núcleo de Estudos e Atividades de Filosofia no Ensino Médio (NEAFEM) ([www.cfh.ufsc.br/~wfil/neafem](http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/neafem)), ligado ao Departamento de Filosofia do CFH, foi criado na década de 1990, a partir do interesse em trocar experiências e promover discussões sobre o ensino da disciplina para alunos do ensino médio. Faltava um espaço para que os professores da Grande Florianópolis debatessem os conteúdos de suas aulas e se mantivessem atualizados. O núcleo foi criado também para ampliar a formação dos profissionais de forma continuada. O grupo é interinstitucional, formado por docentes

*O Levis produz análises sobre segurança pública e dá cursos de formação em Direitos Humanos em Santa Catarina.*

da rede pública estadual, do CFH, do Colégio de Aplicação da UFSC e do Centro de Ciências da Educação (CED).

O NEAFEM criou, em 2004, o Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia (LEFIS), que promove palestras, oficinas, cursos de especialização e avaliações sobre a docência. O núcleo, em ação conjunta com o LASTRO (Laboratório de Sociologia do Trabalho), também organiza encontros regionais de professores de Filosofia e Sociologia.

As perspectivas do núcleo para os próximos anos são: fortalecer a qualificação dos alunos de licenciatura em Filosofia; estabelecer uma relação mais próxima com as outras universidades; e promover novos cursos de Especialização. O NEAFEM conta com rica bibliografia disponível para a formação constante dos docentes.

## Da Teoria à Praxis

Murilo Bomfim /bolsista de jornalismo

Foi durante o I Seminário Regional de Sociologia no Ensino Médio, em 2003, que surgiu a ideia de criar o Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia, o LEFIS ([www.sed.sc.gov.br/lefis](http://www.sed.sc.gov.br/lefis)). Uma parceria entre a UFSC e a Secretaria Estadual da Educação e Inovação, o projeto oferece um espaço onde professores do Ensino Superior e Ensino Médio podem se relacionar com alunos para promover uma discussão mais ampla sobre as ciências humanas.

Entre os objetivos estão a capacitação e atualização dos professores de Filosofia e Sociologia, a criação de metodologias e materiais didáticos através de experiências com estudantes da rede pública e a publicação de livros voltados para o ensino médio.

São membros do núcleo professores e técnico-administrativos dos departamentos de Filosofia e de Sociologia e Ciência política da UFSC, tendo também a participação do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro) (<http://lastro.ufsc.br>), do Colégio de Aplicação da UFSC e da rede estadual de ensino público catarinense.

O LEFIS lançou, em 2009, o portal Práxis ([www.praxis.ufsc.br](http://www.praxis.ufsc.br)) – uma plataforma composta por uma rede social virtual e uma biblioteca digital especializada, possibilitando além da aquisição de conhecimentos, a troca de informações mediante fóruns.

O projeto foi implementado em escolas de Florianópolis, São José, Balneário Camboriú e na Faculdade Municipal de Palhoça, esperando ampliar cada vez mais seu alcance.

## Um olhar para os povos indígenas

Murilo Bomfim/bolsista de jornalismo

Fundado pelo antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, em 1996, o Núcleo de Estudos de Povos Indígenas (NEPI) ([www.nepi.ufsc.br](http://www.nepi.ufsc.br)), do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, desenvolve pesquisas sobre povos indígenas – estudos que envolvem seus saberes tradicionais, condições de vida e projetos. Por meio da articulação com professores e pesquisadores de diferentes universidades e instituições, ele forma e orienta estudantes de graduação e pós-graduação, presta assessorias como atividades de extensão relativas às questões pesquisadas e tem considerável produção acadêmica.

Os 17 membros do NEPI trabalham com quatro linhas: políticas indígenas e indigenistas, infância e educação indígena, história da antropologia e consequências sociopolíticas e ambientais de projetos de desenvolvimento. Essas linhas se articulam na trajetória acadêmica de seu fundador, pioneiro nas investigações dessas áreas. Além dos indígenas, outras minorias, como os pequenos produtores rurais também são foco dos estudos.



Atividade do LEFIS no Colégio Estadual Simão José Hess, em Florianópolis (foto: Thaine Machado)



Mãe e filha raspando mandioca na aldeia Kumarumã, Terra Indígena Uaçá, município de Oiapoque, Amapá (foto: Antonella Maria Imperatriz Tassinari)

O NEPI tem desenvolvido parcerias com Universidades como USP, UFSCar, UNIVALI e as argentinas Universidad de Buenos Aires, de La Plata e Universidad Nacional de Misiones. A proposta do núcleo é dar continuidade às linhas de pesquisa e à formação de novos pesquisadores e professores. Outra meta é a sistematização e conservação do acervo documental, bibliográfico e audiovisual, fruto das pesquisas já realizadas, visando sua disponibilização às populações indígenas.

## Questões de Ethic@

Thomas Michel/bolsista de jornalismo

O Núcleo de Ética e Filosofia Política (NÉFIPO) ([www.nefipo.ufsc.br](http://www.nefipo.ufsc.br)) foi criado em 1996 para dar suporte às várias pesquisas relacionadas ao tema.

Ganhou notoriedade no Brasil pelos trabalhos realizados e pelo acervo de sua biblioteca.

Entre as perguntas fundamentais da Filosofia Política estão: “Como devemos viver para sermos felizes?”, “Como fundamentar a existência de um estado?”, “Qual a melhor forma de administração?” “O que é justo?”. Em torno desses questionamentos se criaram grupos de estudos cuja troca de experiências serve para motivar os alunos da graduação.

Entre os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo estão os Grupos de Estudos em Filosofia do Direito (GEFID) e o Seminário de Aprofundamento em Pesquisas Éticas (SAPE), a revista eletrônica Ethic@ – Revista Internacional de Filosofia da Moral (Qualis CAPES B1) e a Néfipo Online, que publica livros disponibilizados gratuitamente (*Creative Commons*).

O NÉFIPO desenvolveu, também, uma pesquisa sobre o impacto do Programa Bolsa Família, que acabou desmistificando a visão assistencialista que se pode ter do Programa. Verificou-se que os beneficiários saem do projeto assim que podem e que Outra constatação foi a de que só usa o dinheiro quem não tem alternativa.

O NÉFIPO tem ainda como objetivo oferecer cursos de extensão e pós-graduação nas áreas de Ética e Filosofia Política.

## Uma rede de proteção aos aquíferos

Thomas Michel/bolsista de jornalismo

O projeto Rede Guarani/Serra Geral ([www.cfh.ufsc.br/~laam/rsgsg/index2.htm](http://www.cfh.ufsc.br/~laam/rsgsg/index2.htm)) visa à proteção, gestão e conservação do Sistema Aquífero Integrado Guarani /Serra Geral (SAIG/SG). Os aquíferos são rochas porosas ou fraturadas que contêm reservas exploráveis de águas subterrâneas, abaixo do nível freático. O projeto, iniciado em dezembro de 2007, abrange toda a região Sul do Brasil. Em Santa Catarina, a UFSC atua em parceria com a UDESC, Unoesc e Uniplac, além da Epagri, recebendo o suporte de agências de fomento.

O projeto começou pelo uso extensivo das águas do Serra Geral. Ele é muito mais explorado por causa da profundidade, em média 50 m, bem menor que o Guarani, que fica cerca de 700 m abaixo do solo. Em Santa Catarina, dos cinco mil poços cadastrados em 2005, 4.985 são abastecidos pelo Serra Geral.

A extensão do projeto se deve à importância e ao tamanho dessas reservas de água. Para se ter uma ideia, o Guarani está em quatro países, sendo cerca de 70% no Brasil, com uma área de cerca de 1,2 milhão de km<sup>2</sup>, mais de 12 vezes o tamanho de Santa Catarina.

Os dois aquíferos têm uma grande área em comum, que é o deserto de Botucatu: enorme porção de arenito, uma espécie de areia sedimentada, cuja formação é extremamente propícia para a retenção de águas.

Ao contrário do que a maioria pensa, os aquíferos não são como uma grande bolha de água, ou como rios subterrâneos, eles se assemelham mais a uma esponja retendo o líquido. Por isso, é preciso tomar cuidado para não sujar essas águas, pois elas estão paradas e não são renováveis como as dos cursos d'água. A degradação dessas reservas é feita da poluição do leito dos rios e, principalmente, do solo.

A maior preocupação está no oeste do Estado, onde há maior exploração das águas, e no planalto catarinense. Estima-se que haja mais de 1000 poços, somente no município de Chapecó, que não estão cadastrados. representa uma diminuição do volume dos rios em épocas de seca, quando são abastecidos com água dos lençóis freáticos.

A água do Guarani, por sua profundidade, é quente – cerca de 40°C. Por isso, é usada em aplicações industriais como aviários e estâncias hidrotermais. Apesar de custarem cerca de cem vezes mais que no Serra Geral, a construção de poços é economicamente viável nesses casos. Essa exploração extensiva das águas subterrâneas leva as pessoas a um descaso com os rios, que, no oeste do Estado, têm altos níveis de poluição.

No planalto, o problema é que há um grande afloramento de águas do Guarani nos municípios de Correia Pinto e Ponte Alta. Na região estão instaladas indústrias papeleiras altamente poluentes. Há também muitas plantações de *pinus*, que produzem toxinas

(fenóis) em suas folhas, afetando diretamente o solo. Definir áreas de risco, como essas, é uma das metas do projeto. Outra é ajudar as prefeituras a fazer planos diretores para o uso de recursos hídricos e do solo, respeitando as áreas de vulnerabilidade. A educação ambiental em relação aos recursos hidrológicos é outro foco do programa, para que as águas sejam aproveitadas de forma sustentável.



Água poluída percola por fraturas no sistema Aquífero Serra Geral ( obras da UHE Foz do Chapecó) (foto: Luiz Fernando Scheibe)

## Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM)

Arley Reis/jornalista da Agecom

O Centro de Ciências Físicas e Matemáticas foi criado em 1975, congregando os cursos de licenciatura em Química, Física e Matemática. Atualmente essas áreas estão organizadas em departamentos que oferecem sete cursos de graduação, com habilitações em licenciatura (para formação de docentes) e bacharelado (capacitando profissionais com base científica para se tornarem pesquisadores ou para atuarem em empresas). O planejamento do CFM inclui a criação da graduação em Meteorologia. Há também um forte envolvimento com a educação a distância, colaborando com a capacitação de professores de Física, Química e Matemática das redes municipal e estadual de Educação.

Professores do CFM são responsáveis por aulas em outros 20 cursos da UFSC. Suas disciplinas fundamentais colaboram com a formação de estudantes nas diversas Engenharias, na Farmácia, Agronomia, Aquicultura, Oceanografia, Arquitetura, entre outras graduações. No campo da pós-graduação, está ligado ao CFM um dos mais reconhecidos programas em Química do país, que na Avaliação Trienal 2010 da Capes manteve o conceito máximo, 7 (desde 1996 o programa é classificado como de excelência). O Centro abriga também o Programa de Pós-Graduação em Física. Com conceito 5 na Capes e um abrangente leque de linhas de pesquisas, é um polo competitivo em Física Experimental, Física Teórica e Astrofísica. No mestrado em Matemática e Computação Científica, a pesquisa resulta em trabalhos publicados em importantes revistas internacionais, como o *Journal of Hyperbolic Differential Equations* e o *Journal of Computational Analysis and Applications*.

Professores do CFM participam ainda da Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, programa que envolve docentes do Centro de Educação e do Centro de Ciências Biológicas, que tem como objetivo desenvolver atividades de ensino e pesquisa sobre a relação entre educação e ciência. Projetos voltados ao ensino e à extensão são enriquecidos pela pesquisa, ao mesmo tempo que alimentam e socializam o desenvolvimento científico e tecnológico.

### Química: desempenho de referência e inserção internacional

Arley Reis/jornalista da Agecom

Área de Química tem no Brasil 55 programas de pós-graduação acadêmicos. Desses, sete receberam o conceito máximo na Avaliação Trienal 2010 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Entre eles está o **Programa de Pós-Graduação em Química da UFSC**, que manteve a nota 7. Em 2010 a UFSC conquistou a terceira melhor nota ponderada entre os sete primeiros classificados, confirmando seu desempenho de referência e inserção internacional.



Com conceito 7 na Capes, Pós-Graduação em Química da UFSC está entre os melhores cursos da área no Brasil (fotos: Paulo Noronha/Agecom)

A Pós-Graduação em Química oferece Mestrado Acadêmico e Doutorado, com formação nas áreas de concentração em Química Analítica, Química Inorgânica, Química Orgânica e Físico-Química. São mais de 50 linhas de pesquisa. Criado em 1971, o programa forma recursos humanos para o exercício da docência em instituições de ensino superior e para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia de forma interdisciplinar.

O corpo docente é constituído por 35 professores, todos com doutorado – em 1988 o Departamento de Química da UFSC foi o primeiro no país a ter 100% de seus professores com esse nível de capacitação. Esses pesquisadores publicam 150 a 160 artigos científicos por ano – uma média de 4,2 artigos por professor a cada ano (nos últimos seis anos foi assim, com um dos mais altos índices de produtividade no país).

Nesse conjunto de docentes, apenas quatro são formados na UFSC: 58% se capacitaram no exterior e os demais em outras universidades brasileiras. Há colaboração com instituições de 12 países. Todos os professores têm orientações concluídas nos últimos três anos – estão qualificando pessoas, orientando, gerando conhecimento. O programa forma, em média, 20 mestres e 20 doutores por ano. São cerca de 125 alunos matriculados, uma média de 3,8 orientandos por professor.

Relacionado ao número de citações que um trabalho recebe de outros pesquisadores, o índice H do programa é 48 (para a Capes, índices acima de 20 são excelentes). Em 2009, 90% dos professores atuaram também na graduação, qualificando o Curso de Química da UFSC, que assim como a Pós-Graduação atrai estudantes de diversas regiões do Brasil.

## Acelerando reações químicas

Arley Reis/jornalista da Agecom

Campeão mundial em biodiversidade vegetal, o Brasil é também um dos principais produtores do mundo em óleos essenciais, fonte de matéria-prima para indústrias como a cosmética, a farmacêutica e a alimentícia. Mas o país exporta óleos essenciais de baixo custo e importa os manufaturados, de elevado valor agregado. Colaborar com o desenvolvimento de conhecimento e tecnologias para reverter esse quadro é apenas uma das metas do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) de Catálise em Sistemas Moleculares e Nanoestruturados.



Coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Catálise em Sistemas Moleculares e Nanoestruturados acompanha trabalho em laboratório (foto: Jones Bastos/Agecom)

“A pesquisa na área de catálise é muito promissora na solução de diversos problemas do mundo moderno, como a terapia genética, a obtenção de combustíveis de fontes renováveis e a obtenção de novos fármacos. Tem contribuído significativamente em processos que visam ao desenvolvimento sustentável e à proteção ambiental, dentro do conceito de Química Verde”, explica o professor do Departamento de Química da UFSC, Faruk Nome, coordenador do INCT de Catálise em Sistemas Moleculares e Nanoestruturados, um dos quatro INCTs que têm sede na UFSC.

Os estudos no campo da catálise podem colaborar com setores como petroquímica, plásticos, química fina e controle ambiental. “A catálise representa uma forma econômica e ecologicamente atraente de realizar transformações químicas dos compostos de origem natural, com objetivo de sintetizar produtos de maior valor, importantes tanto para indústria farmacêutica quanto para a de aromas e fragrâncias, entre diversas outras”, acrescenta o professor.



Estudos no campo da catálise podem colaborar com setores como petroquímica, plásticos, química fina e controle ambiental (foto: Jones Bastos/Agecom)

O INCT de Catálise em Sistema Moleculares e Nanoestruturados tem sua sede no Departamento de Química, agregando o trabalho de 15 laboratórios. Nacionalmente integra mais de 350 membros de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Alagoas e do Distrito Federal. São pesquisadores seniores (líderes de grupos em diferentes universidades), mestrandos, doutorandos, pós-doutores e também estudantes de iniciação científica. Uma rede que está permitindo o avanço de uma área que depende de visão multidisciplinar.

## A Química presente no Programa INCTs

Arley Reis/jornalista da Agecom

Lançado em julho de 2008 para mobilizar e agregar grupos de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, o Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia tem a participação de diversos professores da UFSC. Na área de Química, além de propor, sediar e coordenar o INCT em Catálise e Sistemas Nanoestruturados, professores do Departamento participam de outras quatro iniciativas que têm como desafio fazer avançar a ciência, a tecnologia e a inovação.

## Rede em Bioanalítica

O professor Eduardo Carasek é o representante da UFSC no INCT de Bioanalítica, uma rede de pesquisa formada por 33 grupos de diferentes instituições de Ensino Superior brasileiras. O objetivo é consolidar a Química Bioanalítica no Brasil, colocando o país entre os líderes no desenvolvimento de ferramentas de análise necessárias para diagnósticos clínicos, testes bioquímicos, farmacológicas e avaliações ambientais. As atividades incluem o estudo e a aplicação de metodologias para análises químicas voltadas a problemas de genômica, proteômica e metabolômica (a análise das substâncias produzidas pelo metabolismo, área nova que se propõe a conhecer em detalhe os resultados químicos dos processos celulares). Desenvolvimento de novos mecanismos para diagnóstico de drogas proibidas no esporte; para investigações das diferenças entre indivíduos saudáveis e bipolares e identificação de proteínas com diferentes expressões em amostras de soja transgênica e não transgênica estão entre as frentes de trabalho.

## Químicos nas ciências do mar

Grande parte dos impactos ambientais dos últimos anos é resultado da disposição inadequada de substâncias tóxicas. Essa problemática faz da Química disciplina estratégica na compreensão de processos oceanográficos envolvendo a dinâmica do mar. O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Transferência de Massa Continente-Oceano integra pesquisadores que colaboram com pesquisas nesse campo. O professor Luiz Augusto dos Santos Madureira, do Departamento de Química da UFSC, integra o desafio de desenvolver estudos sobre transporte, transformações e destino de sedimentos, nutrientes, matéria orgânica e metais do continente para o mar na costa leste-nordeste brasileira. Um dos objetivos é avaliar o impacto desses processos nas cadeias produtivas locais e processos naturais, subsidiando políticas públicas e o desenvolvimento sustentado regional, ampliando resultados gerados anteriormente pelo Instituto do Milênio Estuários.

## Energia e ambiente

O INCT de Energia e Ambiente tem a participação dos professores da UFSC Adilson José Curtius e Bernhard Welz. Vinculado ao Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente da UFBA, esse Instituto atua também na forma de rede nacional, desenvolvendo estudos sobre preparação de biocombustíveis e valorização de produtos associados. Formulação e certificação de combustíveis e de misturas de combustíveis fósseis e biocombustíveis; a combustão em motores e o impacto dos gases e material particulado, em escala micrométrica e nanométrica, emitidos na atmosfera de centros urbanos brasileiros são focos das investigações. Os esforços desse INCT também estão voltados à análise do ciclo de vida de combustíveis, com ênfase em sequestro e conversão de carbono e análises de impactos e toxicologia.

## Engenharia de Superfícies

O professor Valdir Soldi, que integra o Grupo de Estudos em Materiais Poliméricos, é o representante da UFSC no INCT de Engenharia de Superfícies. **Entender e dominar** os fenômenos de superfícies e transformar o conhecimento consolidado da área de Engenharia de Superfícies em produtos, processos e serviços, gerando valor econômico, estão entre as metas, assim como formar recursos humanos e disseminar o conhecimento sobre essa área. Esse campo é bastante desenvolvido na indústria de países tecnologicamente avançados e permite agregar valor a produtos, melhorar o seu desempenho e produzir soluções avançadas para setores como aeronáutico e aeroespacial, gás e óleo, metal-mecânico, e biomédico.

## Florianópolis capital da Química

Com o tema “Química – a nossa vida, o nosso futuro” 2011 vai celebrar o Ano Internacional da Química. A agenda será organizada pela União Internacional de Química Pura e Aplicada (Iupac) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O objetivo é promover mundialmente o conhecimento e a educação em Química em todos os níveis, celebrando suas contribuições para o bem-estar da humanidade. A comemoração no mesmo ano do 100º aniversário do Prêmio Nobel em

*Colaboração do  
Departamento de Química  
no Programa INCiTs:  
– INCT de Catalise em  
Sistemas Moleculares e  
Nanoestruturados (sede na  
UFSC);  
– INCT Bioanalítica;  
– INCT Transferência de  
Massa Continente-Oceano;  
– INCT de Energia e  
Ambiente;  
– INCT de Engenharia de  
Superfícies.*

Química para Marie Sklodowska Curie motivará também a celebração pela contribuição das mulheres à Ciência.

Dentro da programação no Brasil, Florianópolis (SC) foi escolhida como a Capital da Química. Em Santa Catarina, a Secretaria Regional da SBQ, em conjunto com o Departamento de Química da UFSC, prepara agenda com diversas atividades.

O encontro da Sociedade Brasileira de Química será na cidade, reunindo mais de quatro mil químicos de todo o país. Uma das ações de divulgação será o desenvolvimento do Projeto Ilha da Química, com químicos e cientistas dos principais países unidos na divulgação dessa ciência entre os jovens.

## Prazer em descobrir a Química

Claudia Mebs Nunes/Bolsista de Jornalismo na Agecom

A Química estudada nas salas de aula pode ser muito mais atrativa do que as reações explicadas nos livros. É a partir desse pensamento que surge, em 1999, o Quimindex – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Divulgação da Ciência, um espaço do Departamento de Química da UFSC montado para receber visitas de alunos do Ensino Fundamental e Médio. O projeto busca promover o interesse pela Ciência, com experimentos que demonstram o quanto a Química está presente no cotidiano.



Quimindex é aberto à visitação de escolas. Experimentos mostram como é importante a química (fotos: Thaine Machado/Bolsista de Jornalismo na Agecom)

Quando surgiu, a estrutura para receber as escolas era de 30 metros quadrados. Os cerca de 50 experimentos, entre eles os de chuva ácida, vulcão em erupção e testes com o bafômetro, ficavam na mesma sala. Mas o espaço não era compatível com a grandeza do projeto. Além de estimular a curiosidade dos estudantes, o Quimindex surgiu com o objetivo de indicar caminhos para que os professores tornem o ensino da Química mais interessante.

A partir de 2001, o ambiente foi ampliado e atualmente conta com três salas temáticas que explicam essa ciência por meio de contextos diferentes: Perfumes, aromas e sabores: uma química inesquecível; A Química na agricultura e A Química em nossa casa.

Em cada visita, o grupo de alunos assiste a um vídeo que mostra a relação entre a Química e outras áreas do conhecimento. Nada para sentir sono: a gravação conta a história da indústria de perfumes, cita as grandes marcas mundiais e explica de que forma o químico se insere nesse universo dos aromas. A atividade seguinte é visitar um dos ambientes preparados por estudantes do Curso de Química que atuam como bolsistas do Quimindex. Frascos de perfumes, extratos de plantas, miniaturas de produtos idênticos aos de supermercado, alimentos e equipamentos para demonstração química se unem a painéis que auxiliam no apoio didático de cada ambiente.

Além de receber escolas na Universidade, a equipe vai a campo. Os integrantes visitam escolas da capital e ajudam os professores a adaptar os equipamentos utilizados nas demonstrações. Os materiais alternativos garantem uma aula prática sem muitos gastos. O experimento com o alambique, feito de garrafa pet, é um dos que mais atraem os alunos.

Há 11 anos se dedicando a esse projeto de extensão, a coordenadora, professora Dilma Marconi, continua fazendo planos para ampliar as ações do Quimindex. A expectativa é escutar ainda mais respostas positivas daqueles que passam a enxergar a Química com outros olhos.

## Um centro competitivo em Física Experimental, Física Teórica e Astrofísica

Com doutorado implantado em 1996, o Programa de Pós Graduação em Física da UFSC cresceu e amadureceu, consolidando-se como um polo gerador de conhecimento científico e formação de recursos humanos. Trinta e três professores, um abrangente leque de linhas de pesquisas, boa produtividade (média de dois artigos por docente/ano), conexões nacionais e internacionais, infraestrutura adequada e em expansão, fazem desse programa um centro competitivo em Física Experimental, Física Teórica e Astrofísica, reconhecido pela Capes com conceito 5.

A pesquisa cobre um diversificado conjunto de linhas experimentais, aplicadas e teóricas, da física de partículas e campos ao estudo de estrelas e galáxias; estudos de átomos e moléculas a sistemas nanoestruturados; caracterização de novos materiais ao desenvolvimento de instrumentação científica, entre outros campos. Diversidade é um ponto forte.



Com um abrangente campo de pesquisas, Pós-Graduação em Física é reconhecida pela Capes com o conceito 5 (foto: Paulo Noronha/Agecom)

### Física Experimental

A Física da Matéria Condensada e suas diversas ramificações estão no cerne das pesquisas experimentais desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Física da UFSC. Esse campo tem como objetivo estudar as propriedades da matéria em fase sólida ou líquida. É ciência que investiga como os átomos se organizam para formar os diferentes materiais e como sua “topografia” influencia propriedades elétricas, magnéticas, óticas, mecânicas e térmicas. Ciência básica, a Física da Matéria Condensada gerou a base sobre a qual a tecnologia da eletrônica foi desenvolvida na segunda metade do século XX.

Uma das linhas de destaque na UFSC é o estudo de filmes finos de sistemas orgânicos e inorgânicos, que são caracterizados estrutural, estruturalmente, morfológica, magnética, elétrica e termicamente. Os filmes finos têm aplicação em inúmeras áreas e desempenham uma função essencial na tecnologia de circuitos e dispositivos integrados, presentes em equipamentos eletrônicos como microcomputadores e *chips*, por exemplo. Outros trabalhos são direcionados a sistemas nanoestruturados, com estudos para fabricação de filmes, nanofios e nanocristais.



Imagem de bactéria obtida em microscópio de força atômica do Grupo de Cristais Líquidos e Micelas. Trabalho é exemplo de projeto realizado em colaboração entre professores do Departamento de Física e do Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia.

Há um conhecimento acumulado em processos de fabricação de nanomateriais e capacidade de caracterização – e também de modelá-los, em colaboração com pesquisadores teóricos. O programa reúne competências necessárias ao avanço em diversas linhas. Entre elas, materiais orgânicos voltados para aplicações eletrônicas (como os OLEDs, diodos orgânicos emissores de luz), OTFTs (transistores orgânicos de filme fino) e as células solares orgânicas. Há também infraestrutura e competência para desenvolvimento de nanoestruturas e nanopartículas para biossensoriamento e diagnóstico, conhecimentos que têm como aplicação direta o diagnóstico e liberação controlada de fármacos. Outra área de futuro na qual o programa está começando a atuar é a microdifração de raios-X, uma poderosa técnica de caracterização empregada em casos nos quais a área a ser analisada é menor que 1 milímetro quadrado, e pode atender a problemas científicos e industriais, nas indústrias química, farmacêutica, siderúrgica e de mineralogia.

### Física Teórica

A pesquisa em Física Teórica também varre um extenso terreno. Em Física Atômica e Molecular, por exemplo, a interação de elétrons ou pósitrons com átomos e moléculas é um dos temas de investigação mais antigos e tem se mantido atual e instigante. Em colaboração com pesquisadores da UFSCar, UFPR, Unicamp e Udesc, o grupo da UFSC desenvolve trabalhos nessa linha. Os conhecimentos dominados permitem estudar propriedades de transporte de elétrons em semicondutores, primordiais na produção de componentes da indústria eletrônica.

Há também grupos trabalhando com a transferência de elétrons em sistemas moleculares. Esse é um mecanismo fundamental para vários processos físicos, químicos e biológicos, como corrosão, catálise, fotossíntese, eletroquímica, produção e conversão de energia, condutividade elétrica em polímeros e biomoléculas. Simulações computacionais avançadas são empregadas nesses estudos.

A UFSC também participa do esforço de investigação na área de Teoria de Campos e Física Matemática. Essa linha ganhou evidência com os grandes aceleradores de partículas como o LHC, direcionados a verificar teorias de partículas e interações fundamentais da natureza e possivelmente observar novos fenômenos, que necessitarão novas teorias para sua descrição. Além de ser aplicada em física de partículas, a teoria de campos é ferramenta fundamental em outras áreas, como Física Nuclear, Matéria Condensada e até Astrofísica. Os membros do grupo de Teoria de Campos e Física Matemática da UFSC trabalham, por exemplo, em modelos de interesse para a compreensão de estrelas superdensas e experimentos como os que estão sendo executados no LHC. Há também grupos consolidados nas áreas de Física Nuclear e de Hádrons (que buscam a respostas a diversas perguntas sobre estrutura nuclear e matéria estelar, entre uma enorme gama de outros assuntos) e Mecânica Estatística (equipe que atua em pesquisa básica nas áreas de Termodinâmica e Mecânica Estatística de equilíbrio e não equilíbrio).

## Astrofísica

A pesquisa em Astrofísica engloba observações, análise e interpretação de dados, desenvolvimento de instrumentação e software, manejo e exploração de grandes bases de dados, cobrindo as áreas estelar e extragaláctica. Os telescópios SOAR, Gemini, Hubble e do Laboratório Nacional de Astrofísica, entre outros, e bases de dados públicas, como a Sloan Digital Sky Survey são usadas pelos pesquisadores, que mantêm uma extensa rede de colaborações internacionais (principalmente Chile, Espanha, Estados Unidos e França).



Grupo de Astrofísica mantém diversas colaborações internacionais (foto: Paulo Noronha/Agecom)

Na área estelar, uma das linhas de pesquisa é a astrosismologia, que estuda interiores estelares a partir da análise de flutuações de brilho. Um exemplo de resultado importante nessa linha foi a primeira identificação de uma anã branca cristalizada, em 2005.

Outra linha foca sistemas binários, nos quais a transferência de matéria entre duas estrelas produz uma série de fenômenos hidrodinâmicos, radiativos e magnéticos. Essa riqueza torna esses sistemas laboratórios de grande interesse, e o grupo da UFSC é um dos líderes nessa área, tendo desenvolvido métodos pioneiros de mapeamento por eclipse e tomografia Doppler.

Na linha de astrofísica extragaláctica, importantes resultados vêm sendo alcançados com trabalhos de síntese espectral de populações estelares. Um dos destaques é o desenvolvimento do código Starlight, uma ferramenta para síntese de espectros eletromagnéticos. Por meio de técnicas matemáticas e computacionais, o Starlight indica a combinação de populações estelares de diferentes idades que melhor reproduz o espectro de uma galáxia. Além de massas, quantidade de poeira e várias outras propriedades físicas, essa ferramenta extrai dos dados a evolução passada das galáxias, informações que permitem abordar uma longa lista de problemas em aberto na Astrofísica Extragaláctica. O grupo também trabalha em instrumentação e software, incluindo o desenvolvimento de telescópios robóticos.

## Contemplando planetas e estrelas

Claudia Mebs Nunes/Bolsista de Jornalismo na Agecom

O universo ficou “mais próximo” da Universidade Federal de Santa Catarina com o projeto “De Olho no Céu de Floripa”. A atividade de extensão desenvolvida pelo Grupo de Astrofísica, ligado ao Departamento de Física, é um dos exemplos de projeto de extensão do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas. O objetivo é despertar o interesse da comunidade acadêmica e do público em geral pela astronomia.

Áreas de Concentração  
do Programa de Pós-  
Graduação em Física:

- Astrofísica;
- Física Atômica e Molecular;
- Física da Matéria Condensada;
- Física Matemática e Teoria de Campos;
- Física Nuclear e de Hádrons;
- Mecânica Estatística e Transições de Fase.

No Observatório da Universidade, inaugurado em maio de 2005, Sol, luas, planetas, estrelas e até galáxias podem ser contempladas. Às quartas-feiras de céu limpo, após o pôr do sol, a equipe abre o Observatório para o público. Não é um momento formal. A intenção é conversar sobre a lua, as estrelas, as galáxias e os aglomerados estelares, com um enfoque nos elementos que despertam mais curiosidade.

Para escolas, há possibilidade de agendar a visita nas terças-feiras, dia em que são realizadas atividades em conjunto com o Planetário da Universidade. O agendamento deve ser feito no site [www.venhaconhecer.ufsc.br](http://www.venhaconhecer.ufsc.br). De segunda à sexta-feira, entre 9 e 11 horas, o Observatório é aberto para observação do Sol, mas uma chance de ter contato com a imensidão do Universo.

## A física “acontecendo”

O Laboratório de Instrumentação, Demonstração e Exploração (Labidex) é um espaço construído para proporcionar a interação dos jovens com o universo científico. Seus experimentos de mecânica, termodinâmica, ondas, óptica e eletromagnetismo permitem que os estudantes vejam a Física “acontecendo”, com informações e conhecimentos para diferentes faixas etárias, desde o Ensino Fundamental até o Superior.



Labidex é mais um espaço de extensão do Departamento de Física (foto: Thaine Machado/Bolsista de Jornalismo na Agecom)

As visitas são acompanhadas por monitores, alunos do Curso de Física, que exercitam sua capacidade didática ao explicar os efeitos físicos, e tiram dúvidas sobre o que está sendo mostrado. Visitas podem ser agendadas no site [www.venhaconhecer.ufsc.br](http://www.venhaconhecer.ufsc.br)

## Caderno Brasileiro de Ensino de Física

Outra ação que aproxima a UFSC da Educação Básica é o Caderno Brasileiro de Ensino de Física. A publicação promove a troca de experiências entre pesquisadores e professores, colaborando com a qualidade do ensino de Física tanto nas escolas quanto nas instituições formadoras de novos docentes. São divulgados experimentos de fácil aquisição, montagem e utilização em aula, artigos de divulgação científica e tópicos de Física Geral, em linguagem acessível ao professor de segundo grau. A revista também traz artigos de pesquisa em ensino de Física, sobre recursos instrucionais, história e filosofia da física, política educacional e eventos.

## Baú de Ciências

O projeto leva experimentos para escolas do Ensino Fundamental e Médio. Em geral as demonstrações são realizadas nas aulas de Ciências. A visita mostra como é possível incorporar a atividade experimental ao ensino de Ciências, priorizando demonstrações que possam ser manuseadas pelos alunos. São priorizados projetos de realização simples, que empregam materiais de baixo custo.

## Parque Viva a Ciência

Estudantes, técnico-administrativos e docentes do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas fazem parte de um esforço que reúne diversas entidades na implantação de um Parque de Ciências no aterro da Baía Sul, em Florianópolis (SC). O projeto de um Planetário que será o núcleo de uma grande estrutura voltada à divulgação da Ciência já existe. Estão previstos pavilhão de exposições, local para a realização de oficinas experimentais para estudantes do Ensino Fundamental e Médio, ambiente para cursos de formação continuada para professores. Além disso, espaços para prática de esportes e lazer. Um deles deve receber “brinquedos” semelhantes aos instalados no campus da UFSC em 2008. São gangorras, balanços, mangueliras, gira-gira, parabólicas, bicicleta suspensa, tubos sonoros, uma cadeira auto-elevatória, entre outros equipamentos interativos que ajudam a apresentar conceitos científicos de forma lúdica.



“Brinquedos” proporcionam contato com conceitos da ciência (fotos: Jones Bastos/Agecom)

## Departamento de Matemática: suporte às diversas áreas do conhecimento

Arley Reis/jornalista da Agecom

A Matemática é um dos pilares do desenvolvimento científico e tecnológico e da formação nas diversas áreas do conhecimento. O Departamento de Matemática da UFSC forma professores no Curso de Licenciatura em Matemática e profissionais capacitados a atuar em diferentes campos, a partir do Bacharelado em Matemática e Computação Científica (a Matemática de alta tecnologia, que permitiu desenvolver foguetes, chegar à Lua, desenvolver a tomografia, fazer sensoriamento remoto, maximizar a utilização de poços de petróleo, entre muitas outras aplicações).

O corpo docente desse Departamento da Universidade Federal de Santa Catarina também colabora com a formação em outros cursos. Entre eles, Administração, Agronomia, Ciência e Tecnologia Agroalimentar, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Ciências Econômicas, Farmácia, Física, Oceanografia, Química e diversas Engenharias. Em 2009 foram ministradas 155 disciplinas por semestre na Graduação e 13 na Pós-Graduação, atendendo a cerca de 7 mil alunos. Em 2010 são 172 disciplinas, ofertadas à maioria dos 81 cursos da UFSC.



Departamento de Matemática também possui importantes projetos de extensão que buscam mostrar importância da área e colaborar com a melhoria da qualidade do ensino (fotos: Jones Bastos/Agcom)

Os números aumentam com a implantação de novos cursos (como Geologia, Oceanografia, Meteorologia, Aquicultura, Zootecnia, entre outros) e em função do aumento de vagas na Universidade. Aos calouros da área de Ciências Exatas, com facilidade em Matemática e Física, e que gostam de Computação, o Departamento oferece um programa especial de Cálculo e Álgebra Linear, chamado Programa Avançado de Matemática. Esse Curso especial capta alunos para projetos de Iniciação Científica e para a Pós-Graduação, capacitando estudantes que a partir dessa formação são convidados por diversos grupos para trabalharem junto a laboratórios ou projetos de pesquisa. Também para garimpar alunos para mestrado e doutorado, o Departamento desenvolve a Escola de Verão da Pós-Graduação, iniciativa que há 10 anos é desenvolvida com apoio do CNPq. O objetivo é criar um ambiente propício para a troca de conhecimentos e para a discussão de problemas de pesquisa matemática.

#### Áreas de pesquisa da Pós-Graduação em Matemática:

- Álgebra;
- Álgebras de Operadores;
- Análise Numérica;
- Biomatemática e Sistemas de Controle;
- Computação Científica;
- Didática da Matemática;
- Equações Diferenciais Parciais;
- Física Matemática;
- Geometria Diferencial;
- Modelos Matemáticos e Aplicações às Engenharias;
- Otimização;
- Sistemas Dinâmicos;
- Teoria da Informação.

Além de colaborar com a formação na Graduação e Pós-Graduação, o Departamento de Matemática da UFSC desenvolve, em média, 25 projetos de pesquisa por ano. São estudos que buscam contribuir com avanços teóricos em diversos ramos da Matemática, como Álgebra, Análise Numérica, Biomatemática e Sistemas de Controle, Geometria Diferencial. Há também investigações sobre métodos computacionais teóricos e práticos, apropriados para aplicações e de interesse para o desenvolvimento tecnológico do país. Os projetos são integrados a núcleos de pesquisa consolidados do Departamento, e que fazem parte do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq: Grupo Física Matemática; Grupo de Desenho Geométrico Informatizado; Grupo de pesquisa Álgebras de Operadores e Grupo de Equações Diferenciais Parciais. Resultados das pesquisas são publicados em importantes revistas internacionais, como o *Journal of Hyperbolic Differential Equations*, *Journal of Computational Analysis and Applications*, *Journal of Mathematical Analysis and Applications*, *Journal of Operator Theory*, *Nova Science Publishers*.

No campo da extensão, diferentes ações colaboram com a qualificação de professores do Ensino Fundamental e Médio, como o Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática do Ensino e os cursos de Graduação e Pós-Graduação em nível de especialização oferecidos por meio de educação a distância.

## Olimpíadas de Matemática

Professores e estudantes do Departamento e da Pós-Graduação em Matemática colaboram com a realização das três olimpíadas realizadas nesta área no país: a Olimpíada Brasileira de Matemática; a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e a Olimpíada Regional de Matemática de Santa Catarina. A Olimpíada Regional de Matemática de Santa Catarina, por exemplo, é elaborada, aplicada e corrigida por integrantes da UFSC. O trabalho envolve também a orientação de professores e alunos participantes. A equipe é ainda responsável pela edição da Revista da Olimpíada Regional de Matemática de Santa Catarina, enviada às escolas, e pela coordenação da logística para as atividades de Iniciação Científica Júnior no estado de Santa Catarina, beneficiando jovens que se destacam.

Nas diferentes edições as ações são desenvolvidas com objetivos semelhantes: contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica; promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento; identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas. Também contribuem com o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, com sua valorização profissional e para a integração entre as escolas públicas, as universidades federais, os institutos de pesquisa e as sociedades científicas.

## Qualificando o Ensino

Uma das responsabilidades dos centros desenvolvidos em ciências básicas é atuar na melhoria do ensino por meio da qualificação de professores do Ensino Fundamental e Médio. O Departamento de Matemática da UFSC colabora com esse esforço a partir do Curso de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática do Ensino Fundamental e Médio ([mtm.ufsc.br/ensinomedio](http://mtm.ufsc.br/ensinomedio)). Essa capacitação é promovida desde 1991 em parceria com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). É oferecida por meio de cursos intensivos de curta duração (uma a duas semanas), realizados nas férias escolares, com ênfase no fortalecimento do conteúdo matemático dos professores participantes e criação de literatura especificamente voltada para docentes do Ensino Médio. Parte da capacitação é ministrada por meio de videoconferências, com a participação de professores do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, autores de livros na área e com importante experiência no magistério. Os principais beneficiados são professores da rede pública de Ensino.

## Centro Sócio-Econômico (CSE)

O Centro Sócio-Econômico (CSE) abriga cinco cursos de Graduação: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Serviço Social. Na Pós-Graduação, apenas a área de Relações Internacionais ainda não é atendida. O CSE oferece cursos de Mestrado e Doutorado em Administração, e de Mestrado em Contabilidade, Economia e Serviço Social. As perspectivas são de que, em breve, o Centro também contará com mais um curso de Pós-Graduação: em sessão ocorrida em primeiro de julho de 2010, a Câmara de Pós-Graduação da UFSC aprovou o projeto de criação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, em nível de Mestrado e Doutorado. O projeto, encaminhado a CAPES/MEC, envolve professores dos Departamentos de Ciências Econômicas, Direito e Sociologia e Ciência Política.

O CSE tem origem na Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 15 de fevereiro de 1943 pela Academia de Comércio de Santa Catarina e que foi reconhecida pelo MEC em setembro de 1955. Cinco anos mais tarde, a Faculdade foi integrada à UFSC e funcionou nas antigas dependências do Centro de Estudos Básicos até maio de 1980, quando passou a ocupar o prédio atual, entregue na gestão do reitor Caspar Erich Stemmer e tendo como diretor o professor Antonio Adolfo Lisboa. Dois anos depois, através da Portaria 56/MEC/82, foi transformada no atual Centro Sócio-Econômico.

Entre as iniciativas do CSE que interagem com a sociedade, figuram o Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), a Ação Júnior – Consultorias Sócio-Econômicas, que em 2010 conquistou o título de Melhor Empresa Júnior do país pelo segundo ano consecutivo, e a Incubadora Popular de Cooperativas (IPC), criada em 2006 com o objetivo de estimular atividades dentro das propostas da Economia Solidária, qualificando jovens de grupos vulneráveis no mercado de trabalho. Também merece ser citado o trabalho desenvolvido pelo Laboratório de Mercado de Capitais (LABMEC) - um projeto pioneiro que visa aproximar o meio acadêmico às empresas e aos profissionais do mercado financeiro, criando um ambiente propício para pesquisa e aprendizado. E deve ser destacada a oferta do Educação a Distância pelos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, reafirmando o pioneirismo da UFSC nessa área.

Com 3.146 alunos regulares na Graduação e cerca de 160 na Pós, mais 2.345 matriculados no Educação a Distância, o CSE é reconhecido como um dos centros de excelência da UFSC. Em 2010, apresenta um quadro composto por 142 docentes efetivos.

## Por uma América Latina unida

Camila Collato/bolsista de jornalismo

O Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) iniciou suas atividades em 2004, com o Observatório Latino-Americano (OLA). Esse grupo de estudo e pesquisa englobava três pesquisas iniciais dos professores Nildo Ouriques (Departamento de Economia), Beatriz Paiva (Departamento de Serviço Social) e da jornalista, pesquisadora e técnica-administrativa da UFSC Elaine Tavares. Também integravam o grupo alunos de graduação de diferentes cursos, entre outros, História, Economia, Serviço Social, Jornalismo, os quais desempenhavam atividades de leituras e debates acerca de obras de intelectuais latino-americanos.

Devido à grande confluência de diferentes áreas da Universidade dentro do OLA, o IELA foi formalmente fundado em 2006. Segundo Elaine Tavares, “o IELA nasceu com uma vida própria, pois não surge vinculado à pós-graduação e tem um pensamento próprio crítico, que trabalha com a concepção de *grande pátria* de Simon Bolívar”. Dessa forma, além de manter o Observatório Latino-Americano, o Instituto dá suporte às atividades de diversos núcleos de pesquisa – como o Núcleo de Estudos de História da América Latina (NEHAL), vinculado ao Departamento de História – e tem em andamento outros seis projetos.

Dentre esses projetos destacam-se o Anuário Latino-Americano de Educação/Seção Brasileira e o Projeto Córdoba. O primeiro começou há seis anos no México, por iniciativa da professora Guadalupe Bertussi (Universidade Nacional do México – UNAM), e tem como proposta o acompanhamento de informações que saem nos jornais sobre Educação. Ao final de cada ano, estudiosos e pesquisadores do tema realizam análises sobre as questões que foram mais noticiadas e verificam se realmente o que sai na mídia são assuntos relevantes para a área. O segundo é um Acordo de Cooperação Acadêmico-Cultural firmado entre a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidad Nacional de Córdoba, por meio do Colégio de Aplicação, e a Escuela Superior de Comercio Manuel Belgrano. Assim, realizam-se intercâmbios entre técnicos, professores e estudantes.

O IELA também mantém na UFSC o Circuito de Cinema Latino-americano (CIRCULA), e realiza anualmente, desde 2004, as Jornadas Bolivarianas e coordena a Rede Brasileira de Estudos Latino-Americanos (REBELA), um programa que unifica os estudos acerca da América Latina de nove universidades do país. O primeiro encontro do REBELA ocorreu em Florianópolis, nos dias 22 e 23 de outubro de 2009. Em 2010, o Instituto começou a lançar uma série de 40 livros sobre pensadores latino-americanos, como Agustín Cueva, do Equador, René Zavaleta, da Bolívia, Orlando Fals Borda, da Colômbia, Guerreiro Ramos, do Brasil, Ludovico Silva, da Venezuela, entre outros.

## Melhor empresa júnior do país é da UFSC

Camila Collato/bolsista de jornalismo

Fundada há 20 anos, a Ação Júnior(AJ) – Consultorias Sócio-Econômicas é a mais antiga empresa júnior do Sul do Brasil. Gerida exclusivamente por graduandos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Serviço Social da UFSC, a AJ presta serviços de consultoria para pequenas e médias empresas da região da Grande Florianópolis, e tem como meta capacitar o estudante na área de gestão. Em 2010, pelo segundo ano consecutivo, recebeu o prêmio de Melhor Empresa Júnior do Brasil, no critério Sociedade, superando experiências similares de instituições como a USP e a Universidade Federal de Juiz de Fora.

O aluno pode entrar na Ação Júnior desde a primeira fase do curso. Ele passa por um processo seletivo que inclui uma palestra de apresentação da proposta da AJ, entrevistas e dinâmicas de grupo. Se selecionado, ele passará por diversas etapas de aprendizado dentro da empresa júnior, as quais permitirão que, a cada nova fase, assuma novas funções. Ou seja, inicialmente, ele fará parte de diretorias como assessor de recursos humanos, marketing ou administrativo-financeiro, para gradualmente assumir atribuições de diretor e, por último, consultor – somente a partir da 6ª fase de graduação.

Há ainda uma equipe de 13 professores dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e do Centro Tecnológico que orientam os alunos. Hoje, a AJ atende a cerca de

nove empresas (Canasvieiras Transportes, Auto Viação Catarinense, Jotur Transportes, Transol Transportes, Hippo Supermercados, Hospital Universitário, Hospital de Caridade, site Guia Floripa e Dígito Tecnologia) e oferece em seu portfólio sete projetos de consultoria: avaliação de desempenho, análises de custos, diagnóstico estratégico, clima organizacional, pesquisa de mercado, pesquisa de opinião e plano de cargos e salários. A Ação Júnior é certificada pelo Conselho Regional de Administração, e as consultorias não são gratuitas, sendo cobrado um valor abaixo do mercado. Cada projeto leva de dois a quatro meses para ser executado e conta com uma equipe de dois a três consultores.

Segundo o vice-presidente Diego Wander Demétrio, “o aluno que faz parte da Ação Júnior sai da Universidade com um grande diferencial para o mercado de trabalho. Nós queremos que os futuros profissionais tenham um impacto positivo e direto na sociedade”. Para isso, existem também programas como o 3º Amigo, onde a AJ presta serviços gratuitos para instituições por meio da captação de recursos de empresas patrocinadoras. Dessa forma, além da Ação Júnior auxiliar no desenvolvimento das instituições mediante consultorias, a empresa patrocinadora ganha no quesito responsabilidade social.

## Empreendimentos populares contam com suporte contábil

Gabriel Luis Rosa/bolsista de jornalismo

A Incubadora Popular de Cooperativas (IPC) foi criada em 2006 com o objetivo de estimular atividades dentro das propostas da Economia Solidária, qualificando jovens de grupos vulneráveis no mercado de trabalho. O projeto é ligado ao Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), uma entidade criada em 1994 para incentivar a integração entre moradores de comunidades periféricas por meio de projetos sociais e culturais.

O projeto Suporte contábil às atividades do Centro Cultural Escrava Anastácia funciona desde 2007, sob a coordenação da professora Maria Denize Casagrande, do Departamento de Ciências Contábeis. A iniciativa visa prestar o auxílio e suporte contábil para a IPC e seus empreendimentos populares. Esse suporte contábil trata do gerenciamento dos recursos nos empreendimentos, ou seja, na sua formação, constituição e legalização de acordo com a legislação específica das cooperativas e também auxiliar na fabricação de seus produtos e serviços, por meio de levantamento de custos e preço de venda.

A IPC é parte do plano de atividades do Consórcio da Juventude-Aroeira, que também é um projeto do CCEA e que recupera jovens em situação de risco social, como o envolvimento com a violência, por exemplo. Assim, estimulando o retorno aos estudos – além de capacitá-los para sua inserção no mercado de trabalho –, o Aroeira ajuda a manter jovens fora de conflitos com a lei. Na primeira edição do Consórcio, cerca de 100 pessoas foram selecionadas para participar dos cursos de qualificação.

Atualmente, as Cooperativas que contam com o apoio da IPC são: Sonho Nosso, do setor de panificação; Ellas, do setor de beleza e estética afro; Universo Livre, do setor de informática; Ecoarte, do setor de reciclagem de papel; Solto, do setor de confecções e moda jovem; e Cooper-Recicla, do setor de reciclagem em geral. As cooperativas foram apoiadas pela Rede de Cooperação Berimbau, um programa de cooperação internacional entre o CCEA e entidades italianas: os projetos de cooperativas novas passam por uma avaliação e, caso aprovados, recebem financiamento de um banco italiano, o Monte dei Paschi di Siena, possibilitando o início das atividades.

A Incubadora está instalada em um prédio cedido pelo Governo do Estado, no bairro Estreito, local em que até 2006 funcionava o Instituto Médico Legal (IML) e por onde estima-se que tenham passado cerca de 840 corpos de jovens da região de Florianópolis, vitimados pela violência urbana.



Arte de material reciclado recebe apoio da Incubadora Popular de Cooperativas (IPC) (foto: Creative Commons)

## Centro Tecnológico (CTC)

Alita Diana/jornalista da Agecom

O Centro Tecnológico (CTC) ([www.ctc.ufsc.br](http://www.ctc.ufsc.br)) é um mundo à parte na Universidade Federal de Santa Catarina. Não à parte porque desintegrado, mas certamente é como um Sol, uma estrela que brilha com luz própria.

Com mais de 200 laboratórios e núcleos de pesquisa, quase 400 professores efetivos, além dos que se aposentaram e permanecem como voluntários, 120 técnico-administrativos, mais de 5 mil alunos de graduação e 2 mil de pós-graduação, este livro inteiro seria pouco para falar de todos os projetos que são desenvolvidos nesse Centro, suas invenções, patentes e publicações impressas e eletrônicas.

Seus cursos de graduação: Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Computação, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Materiais, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Engenharia Sanitária e Ambiental e Sistemas de Informação já formaram mais de 10 mil engenheiros, além de arquitetos e os graduados nas áreas de computação. Mantém, ainda, estreita ligação com os cursos recém-implantados nos novos campi da UFSC, que foram concebidos e detalhados no Centro Tecnológico, com a expressiva participação de seus docentes.

Seus 12 programas de pós-graduação produziram mais de oito mil dissertações e mais de duas mil teses. Na avaliação divulgada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em setembro de 2010, o Programa de Engenharia Mecânica – a primeira pós-graduação implantada na UFSC (1969) – alcançou a nota máxima: 7. Os programas de Ciências e Engenharia de Materiais, Engenharia Elétrica e Engenharia Química ficaram com 6. Dos 2.718 programas avaliados em todo o Brasil, apenas 6,8% obtiveram nota 6 e 4,1% a nota máxima. As notas indicam desempenho de referência e de inserção internacional. O alto nível dos programas é, também, reconhecido pelo grande número de parcerias, convênios e financiamentos recebidos.

Nos cursos de graduação, os estudantes podem participar das várias Empresas Juniores ou dos Programas de Educação Tutorial (PETs). As atividades de extensão envolvem projetos sociais que proporcionam integração dos universitários e pesquisadores com a comunidade. As bolsas de iniciação científica e os estágios nos laboratórios e nas várias empresas parceiras nacionais e internacionais têm servido como experiência valiosa na formação do profissional-cidadão.

Como fazer então para num espaço de menos de 20 páginas dar um panorama desse universo tão complexo? Pela necessidade de se estabelecerem critérios para uma amostragem, acordou-se, com a direção do Centro e o representante da Comissão do livro dos 50 anos, proceder a uma chamada por departamento.

As respostas variaram, e o resultado final é caleidoscópico. Uma amostragem que é talvez 1% do que se desenvolve no Centro Tecnológico. Mas certamente pode-se verificar que há uma unidade nos termos que se repetem nas matérias – Um “*Trend topics do CTC*” (ranking dos assuntos mais comentados) como eficiência energética, energia solar, excelência, inovação, laboratório referência, laboratórios reunidos, inovações tecnológicas, parcerias, prêmios, sustentabilidade, reconhecimento nacional e internacional, além de um compromisso inalienável com a comunidade local e com o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de Santa Catarina.

Escrito a 12 mãos, com a colaboração de professores e técnico-administrativos, os textos refletem, por isso, estilos diferentes na abordagem dos temas. Seriam muitos os agradecimentos a fazer. Fica o registro da pronta cooperação do diretor professor Edison da Rosa e do representante da Comissão do Livro dos 50 anos professor Carlos Alberto Szücs, além da agilidade para fazer pontes da secretária Simone Maria Carraro.

Agradeço a participação valiosa da comunidade docente, que doou um de seus mais preciosos e caros bens: o tempo, citando três pesquisadores pela paciência, disponibilidade e generosidade nas trocas efetivadas, quando da construção das matérias: Armando Albertazzi Gonçalves Júnior, Ênio Valmor Kassick e Leonardo Ensslin.

## Sistema catarinense de telemedicina e telessaúde

Alita Diana/jornalista da Agecom

A telemedicina nasceu em Santa Catarina para facilitar o acesso das pessoas a serviços de saúde, já que torna possível a realização de exames e emissão de laudos a distância. Esta tecnologia foi desenvolvida pelo Grupo Cyclops do INE/CTC da UFSC. O projeto foi iniciado, em 2005, em duas cidades do interior. Nestes cinco anos, a Rede Catarinense de Telemedicina se expandiu para todo o Estado, englobando mais e mais serviços.

O Ministério da Saúde, em 2007, incentivou também a criação do Programa Telessaúde Brasil, para qualificar a atenção básica, prover recursos tecnológicos em unidades de saúde do interior e capacitar profissionais. A experiência em telemedicina no Estado a credenciou a participar do programa.

Essas duas ações foram integradas em 2010, e formaram o Sistema Catarinense de Telemedicina e Telessaúde, desenvolvido e operacionalizado pela UFSC, com financiamento estadual e federal, oferecendo, além de laudos a distancia de diversas modalidades, acesso dos pacientes aos seus exames, palestras temáticas pela Internet, segunda opinião formativa a profissionais da atenção básica e capacitação continuada. Até agosto de 2010, o sistema já estava presente em 259 dos 293 municípios catarinenses, e 193 deles estão realizando o envio de exames e laudos a distância. O volume de exames realizados pela rede já ultrapassa a 700.000 e engloba eletrocardiogramas, exames dermatológicos, análises clínicas, tomografias computadorizadas e Raios X, entre outros.



Médica da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina emitindo laudo a distância (foto: Aldo von Wangenheim)

## Controle de tráfego urbano em tempo real

Rafael Hertel/bolsista de jornalismo

A Central de Controle de Tráfego Urbano em Tempo Real (CONTREAL), projeto realizado desde 1998 pelo Departamento de Automação e Sistemas, possibilitou a construção de um sistema capaz de perceber áreas de congestionamento e de ajustar em tempo real os semáforos de acordo com o trânsito da cidade, visando diminuir o tempo de espera em um sinal.

Com os dados dos sensores, uma central calcula o quanto é necessário que o semáforo fique fechado para o ajuste do tráfego na região. “Há uma central de controle de tráfego instalada em uma sala com recursos computacionais e de visualização. Esta central comunica-se via celular com os equipamentos que acionam os semáforos, que são os

controladores de tráfego”, explica o coordenador do projeto. Isso permite uma maior maleabilidade no caso, por exemplo, de um acidente, em que menos tempo é gasto pelos motoristas para se deslocarem.

A instalação da Central em Macaé, Rio de Janeiro, deveu-se à parceria com um fabricante de equipamentos de trânsito, como radares e lombadas eletrônicas. A empresa já tinha equipamentos instalados em diversos cruzamentos da cidade, facilitando a implantação do sistema. É a primeira cidade de porte médio a possuir um sistema de controle em tempo real. O município tem 170 mil habitantes e uma frota de 60 mil veículos. São mais de 30 cruzamentos controlados em tempo real e mais de 20 em tempo fixo, que é o semáforo cujo tempo de espera é programado de acordo com a hora do dia, o mais comum no Brasil.

## Educar para percepção do risco

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

Santa Catarina é um estado com grande incidência de desastres naturais. Dos eventos adversos que mais frequentemente ocorrem no Brasil, todos incidem em maior ou menor grau no Estado, ocasionando danos e prejuízos: estiagem, vendavais, tornados, ciclones, furacões, cheias, chuvas de granizo.

Com a intenção de ampliar a percepção de riscos de lideranças comunitárias, educadores e jovens com relação aos fenômenos naturais e outros decorrentes da ação humana, uma campanha educativa para a prevenção de desastres foi desenvolvida pelo Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED/UFSC) ([www.ceped.ufsc.br](http://www.ceped.ufsc.br)), ligado ao Departamento de Engenharia Civil, do Centro Tecnológico (CTC).

A iniciativa foi resultado de uma parceria da UFSC com o Departamento Estadual de Defesa Civil (DEDC), com a Secretaria de Estado da Educação e com a Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina (SJC).

O Projeto Educativo para Cultura de Prevenção de Desastres teve início em 2007 e término em 2010, configurando uma ação inédita no país. Atualmente 167 nações, incluindo o Brasil, estão mobilizadas para implementar as ações instituídas pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do órgão de Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD). Entre outras prioridades, os países-membros acreditam que a redução de desastres naturais começa nas escolas.



Kit do professor (foto: Acervo do Projeto Percepção de Risco)

Trata-se de buscar alternativas, a médio e longo prazo, para minimizar os impactos ambientais vividos em nossa época. Nesse contexto, a responsabilidade da ação humana sobre as alterações climáticas pode agravar ou reduzir a vulnerabilidade das comunidades. A percepção de riscos e o acesso a informações podem modificar os comportamentos que mantêm os sistemas fragilizados e menos resilientes aos desastres naturais.

O projeto propôs a mobilização de uma ampla rede de atores e organizações com enfoque multidisciplinar: governo, universidade, comunidades, veículos de comunicação, organizações do terceiro setor e, também, do setor privado. Além da capacitação de lideranças comunitárias para a percepção de riscos, o projeto desenvolveu ações com a finalidade de introduzir conteúdos relacionados à prevenção de desastres nos currículos escolares. Foram elaborados materiais destinados às escolas de ensino fundamental de todo o Estado. Os kits educativos contêm um livro didático para professores, um DVD de um filme documentário produzido para o projeto, um boletim informativo e um gibi. O material está disponível para download no site [www.percepcaderisco.sc.gov.br](http://www.percepcaderisco.sc.gov.br).

Para fomentar a articulação dos meios de comunicação para redução de desastres, o projeto lançou, em agosto de 2008, a Rede Cooperativa de Comunicação para a Cultura de Prevenção de Desastres.

Após dois anos de execução, os resultados do projeto possibilitaram que crianças e jovens pudessem aprender a transformar as vulnerabilidades aos desastres em capacidades de enfrentamento. Espera-se que as novas gerações tenham garantidos os instrumentos para lidar com as perspectivas de futuro, em um mundo que sofre com as mudanças do clima.

Esse é só o início de amplas ações com o intuito de construir comunidades mais seguras, capacitar pessoas para minimizar os desastres e promover qualidade de vida. Acredita-se que todos os catarinenses podem fazer muito mais pelo meio ambiente, além de discar o 199 para chamar a Defesa Civil.

## Eficiência em energia elétrica

Alita Diana/jornalista da Agecom

O Instituto de Eletrônica de Potência (INEP) ([www.inep.ufsc.br](http://www.inep.ufsc.br)), vinculado ao Departamento de Engenharia Elétrica, do Centro Tecnológico (CTC), desenvolve pesquisas na área de processamento eletrônico de energia elétrica, visando à utilização desta energia de forma mais eficiente. Os equipamentos destinados a processá-la eletronicamente são chamados “conversores estáticos” e são o foco da eletrônica de potência.

Nos anos 1970 a energia elétrica era basicamente utilizada *in natura* para alimentar lâmpadas incandescentes ou fluorescentes, chuveiros elétricos simples, geladeiras, condicionadores de ar, bombas e compressores. A energia era eletronicamente processada apenas em dispositivos “especiais”, como radiorreceptores e televisores.

A partir daí, houve a progressiva incorporação dos conversores estáticos em lâmpadas incandescentes com controle de luminosidade (*dimmers*), chuveiros, aquecedores e fornos elétricos com controle eletrônico de temperatura, microcomputadores e seus periféricos, telefones sem fio e celulares, aparelhos eletrônicos diversos (*electronic appliances*). Isso possibilitou incorporar novas funções aos equipamentos e aumentar o rendimento, além de reduzir o preço e democratizar o uso.

O consumo de energia apresenta variações dependendo da localização geográfica e da finalidade da instalação. O maior responsável pelo consumo é o acionamento de motores: em média 65% do total utilizado na indústria e mais de metade do consumo global. A estimativa atual é de que, até 2015, mais de 80% da energia para acionamentos de motores será provida por conversores estáticos, o que impõe a busca por maior eficiência energética e, dependendo do processo envolvido, reduções de até 70% do consumo de energia podem ser obtidas. Até os eletrodomésticos mais modernos incorporam conversores estáticos para controlar de forma mais econômica os processos mecânicos. Em segundo lugar no consumo mundial está o aquecimento para processos químicos ou físicos. Também nesta área os conversores estáticos representam a forma mais eficiente de controlar a quantidade de energia e consequentemente a temperatura destes processos.



Laboratório de Pesquisa – INEP (foto: Lucas Sampaio)

A iluminação está em terceiro lugar no consumo mundial de energia: em torno de 19%. Porém, quase 75% dos sistemas de iluminação instalados são ineficientes. Observa-se, porém, que há um potencial de melhoria de rendimento ao se utilizarem lâmpadas eficientes, controladas por reatores eletrônicos e também com o desenvolvimento da iluminação de estado sólido (*Light Emitter Diodes*: LEDs). Ambos, reatores eletrônicos e LEDs são alimentados por conversores estáticos.

Outra área em que a Eletrônica de Potência permite avanços é a transmissão e a distribuição de energia elétrica. As linhas de transmissão em corrente contínua são controladas por conversores estáticos de grande porte, possibilitando transmissão mais eficiente que a convencional em corrente alternada.

A Eletrônica de Potência é primordial na área de geração de eletricidade a partir de fontes de energias não convencionais: solar fotovoltaica, eólica, células a combustível, térmica, movimento das águas do oceano, entre outras. Os conversores estáticos representam a forma mais eficiente e economicamente viável de processar a energia elétrica e torná-la adequada ao consumo.

O INEP atua em diversas destas áreas com a missão de assimilar, gerar e transmitir conhecimento científico e tecnológico na área de eletrônica de potência, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas e do planeta.

## Energia solar

Rafael Hertel/bolsista de jornalismo

**A**UFSC inovou em setembro de 1997 quando inaugurou a primeira instalação de energia solar fotovoltaica integrada a uma edificação e conectada na rede pública do Brasil. A energia solar é convertida em eletricidade por meio de módulos fotovoltaicos, que produzem energia quando expostos à luz.

Durante um ano esse sistema, que foi instalado no Departamento de Engenharia Mecânica do CTC, é capaz de gerar em torno de 2.6 megawatts-hora de energia, o suficiente para abastecer pelo mesmo período uma residência média brasileira de quatro pessoas.

A energia solar representa uma energia limpa, silenciosa e inesgotável. Os painéis podem ser agregados a prédios e, portanto, não ocupam o espaço para construção de usinas ou represas, como acontece com as fontes convencionais.

O LABSOLAR é um dos integrantes dos Laboratórios de Engenharia de Processos de Conversão e Tecnologia de Energia, LEPTEN ([www.lepten.ufsc.br](http://www.lepten.ufsc.br)) e é reconhecido internacionalmente por trabalhos como o do primeiro *Atlas de Radiação Solar do Brasil*, publicado também naquele ano com a chancela do Instituto Nacional de Meteorologia. O laboratório realizou ainda o primeiro estudo consistente do impacto da energia solar sobre os chuviros elétricos no Brasil. O volume de recursos captado pela UFSC para financiamento e realização dos projetos que envolvem o LABSOLAR vem crescendo ano a ano e ultrapassa a cifra dos 15 milhões de reais.

## Tecnologia da fala ao alcance de todos

Alita Diana/jornalista da Agecom

O Laboratório de Circuitos e Processamento de Sinais (LINSE) ([www.linse.ufsc.br](http://www.linse.ufsc.br)) criado em 1985, é uma unidade do Departamento de Engenharia Elétrica do Centro Tecnológico (CTC). Seus focos principais de pesquisa são Processamento de Sinais e Projetos de Circuitos e Sistemas. Conta com uma equipe altamente especializada de 50 colaboradores composta por doutores, mestres e especialistas nas mais diversas áreas, como engenharia elétrica, linguística e computação, além de ser espaço de estágios para alunos dos cursos da UFSC.

As pesquisas desenvolvidas no Laboratório recebem suporte de fomento de agências governamentais, como CNPq, CAPES e FINEP.

O LINSE, desde 1988, mantém parceria com a empresa Dígitro Tecnologia Ltda., situada em Florianópolis, e fundada por ex-alunos da UFSC. Com ela são desenvolvidos *softwares* especializados e sistemas dedicados à utilização na área de comunicações e telecomunicações, como o sistema TTS (*text-to-speech*), que gera voz de qualidade próxima à voz humana a partir de qualquer texto escrito.

Dentre as atividades realizadas no LINSE, destacam-se pesquisas na área de processamento de imagem e vídeo, filtragem digital, filtragem adaptativa e processamento da fala: síntese e reconhecimento de fala, identificação e autenticação de locutor.

Nos próximos anos, o LINSE pretende desenvolver, dentre outros projetos, uma tecnologia de autenticação da fala, que poderá ser usada em sistemas de automação bancária.



Teste no Laboratório de Circuitos e Processamento de Sinais (foto: Rodolfo Conceição)

## O sol por testemunha

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

Um projeto ousado repercute na mídia. Trata-se da construção de barcos movidos exclusivamente por motores elétricos, abastecidos por energia solar fotovoltaica. Apesar de estar vinculado ao Departamento de Engenharia Mecânica (EMC), há integrantes de outros cursos, como graduandos das Engenharias de Alimentos, Civil, Elétrica e Produção, além do envolvimento, no projeto, de estudantes de Jornalismo e Design.

Um grupo de alunos se reuniu para desenvolver uma embarcação para competir no Primeiro Desafio Solar Brasil 2009, um rali de barcos movidos a energia solar, especificamente projetados para esse evento. A competição, organizada pelo Polo Náutico da UFRJ, visava estimular o desenvolvimento de fontes limpas de energia alternativas. Foram oito etapas de prova em 200 km de percurso total em oito dias. A orientação e a coordenação foram do professor do EMC, Orestes Estevan Alarcon.



Barco Guarapuvu (foto: Acervo equipe Vento Sul de barcos solares)



Barco Vento Sul (foto: Acervo equipe Vento Sul de barcos solares)

O modelo desenvolvido é do tipo catamarã, composto por dois cascos de fibra de vidro unidos por uma estrutura tubular de aço inox com travessas de fibra de carbono. Foram quatro meses projetando a embarcação, que tem velocidade máxima de 20 km/h, como a de um barco de passeio. Com 6 m de comprimento por 2,40 m de largura, o veículo é movido a energia elétrica proveniente dos módulos fotovoltaicos, que convertem diretamente energia solar em energia elétrica. O nome da embarcação é sugestivo: Vento Sul, já que, além de tudo, a equipe era a única da região Sul do país.

Os conhecimentos exigidos para operar uma embarcação dessas envolvem noções náuticas avançadas. Esse foi um complicador, uma vez que não existe graduação em Engenharia Naval na UFSC. Mas por meio da telemetria – uma técnica de obtenção, processamento e transmissão de dados a distância –, a tripulação era informada sobre o instante exato de acelerar e reduzir. “Vento Sul” completou o circuito no tempo de 22h31min49s, 40 minutos à frente do segundo colocado.

Graças à vitória no Desafio Solar Brasil, a UFSC disputou o Frisian Solar Challenge 2010, o campeonato mundial de barcos movidos à energia solar, realizado na Holanda. Especialmente para a competição, foi desenvolvido o barco “Guarapuvu”, embarcação monocasco em fibra de carbono. As empresas patrocinadoras da equipe foram Tractebel, Eletrosul, Radix, Fapesc, entre outras. Dentre as quatro equipes brasileiras que participaram da competição, a UFSC obteve a melhor colocação. Embora o Brasil esteja em posição privilegiada no cenário de produção de energia elétrica, ainda continua dependente dos combustíveis fósseis, sobretudo no setor de transportes. Para estimular alternativas não poluentes, os projetos “Vento Sul” e “Guarapuvu” (<http://barcosolarufsc.blogspot.com>) mostram a viabilidade de tecnologias disponíveis no mercado que causam pouco impacto ambiental. A UFSC conta com um laboratório de energia solar, que também está envolvido no projeto. Além do barco, há projetos como o carro elétrico, que substitui as tobatas poluentes como transporte interno da Universidade e a motoelétrica, alimentada por baterias carregadas por energia solar.

## Instituto de Engenharia Biomédica da UFSC

Rafael Hertel/ bolsista de jornalismo

O Instituto de Engenharia Biomédica da UFSC (IEB-UFSC) ([www.ieb.ufsc.br](http://www.ieb.ufsc.br)), criado em 1974 como Grupo de Pesquisas em Engenharia Biomédica, integra o Departamento de Engenharia Elétrica, do Centro Tecnológico (CTC).

O IEB-UFSC possui o único laboratório do Estado acreditado pelo Inmetro em Ensaio de Desempenho de Equipamentos médico-hospitalares.

Atua prioritariamente em quatro áreas: Informática em saúde, que abrange os processos de educação, prática e pesquisa, incluindo a manipulação e processamento de dados, informações e conhecimentos; Instrumentação biomédica, que desenvolve sistemas para auxiliar os profissionais da saúde no diagnóstico, monitoração de pacientes e investigação de patologias durante o tratamento ou em procedimento de reabilitação; Engenharia clínica, que gere tecnologias médico-hospitalares para o uso adequado e racional dos

recursos tecnológicos dos estabelecimentos de saúde; e Bioengenharia, que desenvolve instrumentos, sistemas de registro e análise de dados, comportamentais e fisiológicos, destinados ao processamento de parâmetros comportamentais e bioelétricos.

Estas atividades têm gerado diversas publicações, projetos e parcerias nacionais e internacionais, além de ser tema de dissertações e teses da Pós-Graduação em Engenharia Elétrica.

O IEB-UFSC integra a estrutura do Centro de Gestão e Desenvolvimento de Tecnologias Médico-Hospitalares (Cegeed-TMH), pioneiro no Brasil e na América Latina como referência técnica na área de gestão em tecnologias médico-hospitalares. Este Centro atua, principalmente, voltado para as ações do Sistema Único de Saúde (SUS). Por desenvolver essas atividades de referência, a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) nomeou, em 2010, o IEB-UFSC como Centro Colaborador na Área de Gestão de Tecnologia na Saúde.

## Um mundo menos barulhento

Alita Diana/jornalista da Agecom

O Laboratório de Eletromagnetismo e Compatibilidade Eletromagnética (MagLab) ([www.maglab.ufsc.br](http://www.maglab.ufsc.br)), do Departamento de Engenharia Elétrica, foi acreditado pelo Inmetro para avaliar equipamentos eletroeletrônicos. Deste modo se tornou o único no Estado e o único brasileiro ligado a uma universidade, acreditado para testes na área de compatibilidade eletromagnética e, também, um dos poucos no mundo.

O exemplo clássico da interferência eletromagnética é o ruído do liquidificador na televisão. Nesse caso ela provoca desconforto. Mas pode ter consequências mais graves nos casos de equipamentos industriais ou hospitalares. A acreditação permite que os equipamentos recebam um selo de qualidade reconhecido mundialmente, garantindo a entrada do produto no mercado internacional e, também, colabora para o desenvolvimento adequado do produto.

Quando se ensaia um equipamento, geralmente não está adequado às normas, havendo necessidade de se pesquisar as fontes de interferências e tentar amenizá-las, o que requer processos tecnológicos sofisticados.

Essa atuação, junto às empresas, é importante já que permite ao MagLab entender equipamentos complexos como os ligados às telecomunicações. Isto possibilita estabelecer novos princípios de redução da interferência através de pesquisas via modelagem numérica e também de ensaios em laboratório.

Os resultados têm sido bons, como se pode verificar nos vários equipamentos de telecomunicações disponíveis nos mercados nacional e internacional, produzidos por indústrias regionais. Muitas delas desenvolveram os equipamentos com o MagLab, tanto no aspecto funcional quanto no aspecto das normas relacionadas à compatibilidade eletromagnética, obrigatórias em qualquer parte do mundo.

## Um modelo para casas populares

Ingrid Fagundes /bolsista de jornalismo

O Grupo Interdisciplinar de Estudos da Madeira (GIEM) ([www.giem.ufsc.br](http://www.giem.ufsc.br)), ligado ao Departamento de Engenharia Civil, do Centro Tecnológico (CTC) da UFSC, realiza desde 2004 pesquisas sobre habitações de interesse social (HIS).

O projeto teve início a partir de edital do Programa de Tecnologia em Habitação (HABITARE) da FINEP. O objetivo do GIEM é o estudo da madeira como opção viável para a construção de casas de baixo custo. Os trabalhos começaram com base em uma casa que atenda às condições de conforto, em torno de 40 m<sup>2</sup>, construída no sistema leve em madeira conhecido como *wood frame*, que dispensa o uso de pilares e vigas, pois as paredes sendo “autoportantes”, não necessitam de suportes adicionais. No primeiro projeto aprovado pela FINEP, os pesquisadores do GIEM em conjunto com o Grupo de Habitação (GHab) do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, também do CTC, firmaram parceria com uma empresa catarinense que produzia casas pré-fabricadas em madeira, para avaliar o sistema construtivo. A iniciativa visava aplicá-lo em programas institucionais de habitação para populações com renda mensal entre quatro e 10 salários mínimos.

**O IEB-UFSC**  
tem o único  
laboratório de  
SC acreditado  
pelo Inmetro  
em Ensaios de  
Desempenho de  
Equipamentos  
médico-  
hospitalares.



Sistema construtivo de casa do GIEM (foto: Acervo GIEM)

Da parceria resultou a construção de uma casa modelo ao lado do ECV. O imóvel tem dois andares com sala, cozinha ligada à sala, varanda, área de serviço, quarto e banheiro.

O segundo projeto, com a mesma empresa, visava melhorar o grau de industrialização na produção dessas casas. O GIEM auxiliou a empresa a acelerar a produção, sugerindo que as chapas de fechamento fossem pregadas à estrutura, ainda no ateliê da fábrica. Assim, o ritmo de produção aumentaria com diminuição de custos.

Com o término desses projetos, outros foram iniciados. A construção de móveis, usando materiais como bambu, foi um deles. Com plantio ainda pequeno em Santa Catarina, pode ser uma alternativa à produção de madeira para fins específicos, como no caso dos móveis. Outro projeto está verificando a capacidade das habitações de resistir a incêndios. A casa de madeira planejada pelo GIEM possui um revestimento interno que retarda a ação do fogo, fazendo com que se mantenha íntegra por mais tempo do que as construções convencionais.

O financiamento de casas de madeira pré-fabricadas ainda é um processo demorado e difícil. No fim do primeiro projeto, quando a habitação modelo foi inaugurada, alguns representantes da Caixa Econômica Federal foram convidados a conhecer a qualidade e segurança dessa edificação. “Quando eles conheceram o método que usamos na construção e a preocupação com a origem do material, asseguraram que iriam fazer o possível para facilitar o processo de financiamento dessas habitações”, conta-nos o coordenador do GIEM. Apesar disso, o processo ainda depende da agência: algumas financiam, outras não.

Para garantir o credenciamento do sistema leve em madeira junto aos órgãos financiadores, um grupo de pesquisadores, professores e empresários, reúne-se mensalmente em Curitiba, onde há sempre um membro do GIEM.

Os participantes do Grupo alertam para a necessidade de integrar vários núcleos de pesquisa para que o material e a habitação apresentem a melhor qualidade: “A grande diferença da madeira em relação aos outros materiais é que ela não é produzida pela mão do homem, pois a fábrica da madeira é a árvore. É preciso então que haja um manejo adequado desde o plantio até o corte da árvore, passando por uma montagem cuidadosa da estrutura. Precisamos, então, integrar todas essas etapas, congregando as áreas da silvicultura, botânica, arquitetura e engenharia”.

## Etiquetagem para edificações

Alita Diana/jornalista da Agecom

Quando do racionamento que atingiu todo o país em 2001, foi promulgada a Lei nº 10.295, a lei da eficiência energética, e foi criado um grupo de trabalho de edificações para definir índices mínimos. A partir do grupo, o Ministério das Minas e Energia solicitou à Eletrobrás estabelecer convênio com a UFSC. O Laboratório de Eficiência Energética em Edificações (LabEEE) ([www.labee.ufsc.br](http://www.labee.ufsc.br)), do Departamento de Engenharia Civil, procedeu a uma revisão do estado da arte do tema, em nível internacional, decidindo, a partir daí, em vez de definir índices mínimos de consumo, optar por uma métrica de classificação. Desenvolveu-se uma etiqueta que classifica a edificação em A, B, C, D

ou E, sendo o A o nível máximo e E o mínimo. O sistema foi aprovado e entrou em funcionamento com o Inmetro. Em 2009, edifícios de serviços públicos receberam as primeiras etiquetas. Aperfeiçoando a metodologia, estão sendo desenvolvidas etiquetas para habitações. O trabalho é enorme para cobrir o Brasil, em rede capilar, treinando-se consultores para divulgar a etiquetagem.

Em termos de impacto, a Caixa Econômica Federal estabeleceu recomendação que as futuras agências sejam projetadas com eficiência B. O BNDES lançou uma linha de financiamento “ProCopa Turismo” para hotéis sustentáveis. O que foi projetado visando à etiqueta A tem redução de juros e aumento do prazo de financiamento. A tendência é que o LabEEE se torne centro de referência no país.

## Teoria da Resposta ao Item

Rafael Hertel/bolsista de jornalismo

O Laboratório de Custos e Medidas ([www.custoemedidas.ufsc.br](http://www.custoemedidas.ufsc.br)), ligado ao Departamento de Produção e Sistemas do Centro Tecnológico (CTC), estuda, desde 1995, aplicações da Teoria de Resposta ao Item (TRI), que utiliza conceitos matemáticos de estatística para a avaliação de habilidades e conhecimentos que não podem ser medidos pelos conceitos tradicionais, como sorte e azar. Ou seja, é a criação de uma escala, ou régua imaginária, para medir coisas as quais não conseguem ser avaliadas por métodos clássicos. Ela também pode ser usada para medir o conhecimento em uma área específica, assim, podendo ser aplicada em provas.

Na resposta ao item, cada questão tem um valor representativo diferente. Assim, dois candidatos que acertam o mesmo número de questões podem ter uma pontuação diferente, dependendo do grau de conhecimento que a pergunta representa. O sistema matemático também permite exclusão de pontos ao detectar o padrão “chute”. Desde 1995, a teoria está sendo utilizada em algumas provas de eficiência, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica, SAEB, e em 2009 foi implementada a sua utilização nas avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM. A TRI permite que os resultados de provas realizadas em diferentes anos sejam comparados, diferentemente do método tradicional, que só poderia comparar duas provas cujas questões fossem iguais. Isso porque a Teoria de Resposta ao Item concentra-se nos itens, ou questões, enquanto as teorias clássicas dependem da população e da prova à qual os itens pertencem.

A Teoria é fortemente aplicada em áreas de educação e psicologia, e uma das propostas do laboratório é também o desenvolvimento para utilização na área empresarial.

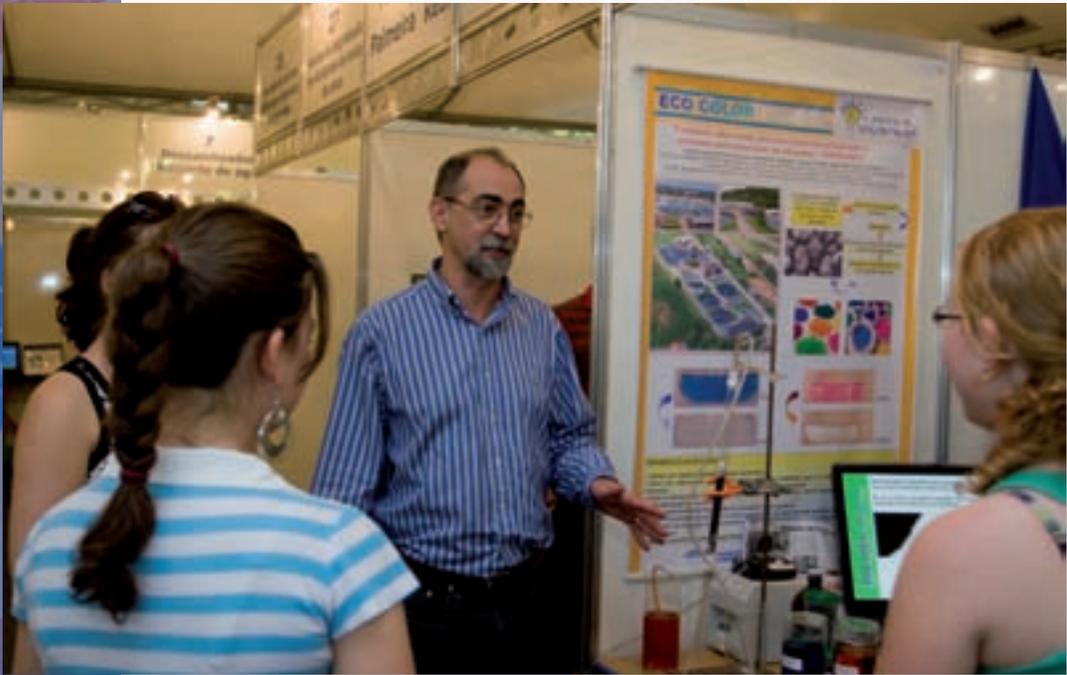
## Uma solução que nasceu do lodo

Pedro Santos/bolsista de jornalismo

Corantes presentes em efluentes líquidos causam danos ao meio ambiente, tanto por serem tóxicos à vida aquática quanto por alterarem a transmissão da luz na água. Para evitar a transformação nociva do ecossistema, um adsorvente alternativo foi desenvolvido pela equipe do Laboratório de Transferência de Massa (LABMASSA), do Departamento de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos, do Centro Tecnológico (CTC), da UFSC. O projeto foi o vencedor da 1ª Feira do Inventor da UFSC em 2009, e ficou entre os três primeiros colocados do Prêmio Stemmer Inovação, na Categoria Protagonista da Inovação.

Um dos maiores problemas do setor têxtil é a remoção da cor do banho de lavagem. Em torno de 15% da produção mundial de corantes é perdida para o meio ambiente durante a síntese, processamento ou aplicação. A principal fonte desses contaminantes corresponde à incompleta fixação dos corantes durante a etapa de tingimento das fibras têxteis. O projeto “Eco Color Remove”, patenteado em 2007, tem a proposta de produzir um adsorvente utilizando lodo da indústria têxtil para a remoção de cor de efluentes líquidos industriais. O trabalho consistiu em transformar o lodo residual, resultante do tratamento de efluentes, em uma solução para remover os corantes. Para que as moléculas adiram à superfície, o lodo tem que passar por ativação térmica e química.

*A Teoria da Resposta ao Item foi implementada, em 2009, nas avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM.*



Projeto Eco Color Remove – 1ª Feira do Inventor da UFSC (foto: Lucas Sampaio)

A quantidade de lodo gerado em estações de tratamento é um fator econômico relevante no tratamento de rejeitos líquidos, podendo representar até 60% dos custos operacionais de uma unidade de tratamento de efluentes. De acordo com estudos realizados em laboratório, cada grama de composto remove 100 mg de corante.

Os pesquisadores concluíram que o processo possui viabilidade técnica e é promissor para ser utilizado para remoção de cor, especialmente das indústrias têxteis. Assim, uma das vantagens é a possibilidade de ser instalado nas indústrias como unidade auxiliar nas etapas de tratamento de efluentes convencionais já existentes, aproveitando o investimento já realizado.

Além disso, com a remoção de cor via adsorção, a quantidade de produtos químicos utilizados é menor do que em qualquer outro processo. Também é menor a quantidade de floculantes e de polímeros utilizados, o que reafirma a preocupação com o meio ambiente.

O adsorvente gerado possui uma capacidade de regeneração tão eficiente quanto os carvões ativados que estão no mercado. Com essa capacidade, pode ser reutilizado com a mesma eficiência pelo menos quatro vezes.

No forno de ativação térmica do adsorvente, é gerado um combustível gaseificado que minimiza a matriz energética. Isso significa menor consumo de combustível fóssil e, conseqüentemente, menor quantidade de gás carbônico expelida na atmosfera, o que pode ser aproveitado como créditos de carbono. A próxima etapa será realizada em parceria com uma empresa têxtil de grande porte, onde será testada a tecnologia em escala industrial.

## Inovando na tomada de decisão

Alita Diana/jornalista da Agecom

O Laboratório de Metodologias Multicritério em Apoio à Decisão (LabMCDA) ([www.deps.ufsc.br/labmcda](http://www.deps.ufsc.br/labmcda)), ligado ao Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, conta com quatro professores e 20 alunos de graduação e pós-graduação.

O trabalho realizado pelo LabMCDA é sempre na perspectiva da inovação. O que o laboratório faz é criar novas maneiras de serem alcançados os objetivos desejados. A metodologia MCDA-C busca aperfeiçoar os sistemas por meio da construção de conhecimento adicional ao contexto.

A filosofia é de que o caminho mais curto para a inovação é a de trabalhar nos objetivos e não nas alternativas. A lâmpada e a serra elétrica não teriam sido descobertas aperfeiçoando a vela e o machado, respectivamente.

O LabMCDA já desenvolveu mais de 100 aplicações práticas da metodologia MCDA-C, desde aperfeiçoamento de medicamentos, *softwares* e produtos até os complexos modelos de negociação e gestão de organizações. Já recorreram aos serviços do laboratório e foram beneficiários da metodologia: Itaipu, Siemens, CELESC, FUNCEME, SSP/SC, entre tantos outros.

É o único Laboratório de Metodologias Multicritério em Apoio à Decisão com visão construtiva da América do Sul. Isso significa que só ele reconhece que antes de iniciar o processo de aperfeiçoamento de um sistema é necessária sua estruturação em forma singular. O método de trabalho começa pela estruturação e só depois evolui para a avaliação. Nesta etapa o conhecimento qualitativo é transformado em modelos matemáticos que permitem uma pesquisa mais abrangente e aguçada para buscar novas formas, em lugar de se restringir a melhorar as velhas alternativas. Uma vez desenvolvido o conhecimento para criar alternativas inovadoras e evidenciar sua superioridade em relação às demais, o processo é concluído, disponibilizando um instrumento objetivo para seu monitoramento e gestão. Ao centrar os esforços no conhecimento e aperfeiçoamento dos objetivos a MCDA-C se desliga dos processos clássicos para ingressar em forma disruptiva no mundo da criatividade e inovação.

## Um PET com gestão de qualidade

Thomas Michel/bolsista de jornalismo

O grupo do Programa de Educação Tutorial da Engenharia de Produção, o PET-Produção ([www.peteps.ufsc.br](http://www.peteps.ufsc.br)), foi criado em 1991. Nos primeiros anos promovia cursos e palestras para a comunidade acadêmica com profissionais da área. Após um planejamento estratégico, foi desenvolvido um plano de ação com objetivos anuais. A partir daí, o grupo cresceu e começou a organizar eventos de grande porte, como a semana de palestras Brainstorm realizada em 2000.

Um marco para o grupo foi a certificação ISO 9001:2000, alcançada em 2003, a primeira em uma unidade estudantil Sul-americana. A norma é um sistema de gestão de qualidade (SQG) que serve para assegurar a melhoria de práticas de trabalho. O SQG do PET Produção é baseado em princípios como: foco no cliente; melhoria contínua; abordagem factual para a tomada de decisão e benefícios mútuos nas relações com fornecedores. Esse certificado afirmou a qualidade do grupo, que começou a ajudar outros PETs e pequenas empresas a implantar SQG para a obtenção da ISO 9001. Outras atividades são as visitas técnicas às empresas, os trabalhos sociais como arrecadação de alimentos e campanhas de doação de sangue e as publicações científicas. Mais de 50 artigos foram publicados por mais de 100 alunos que integraram o grupo PET, cuja equipe é formada por acadêmicos dos cursos de Engenharia de Produção Civil, Elétrica e Mecânica. O PET é uma espécie de primeiro trabalho para os graduandos, uma forma diferente de o estudante prestar serviços à comunidade, serve como um estágio para a entrada no mercado, além de enriquecer o currículo.

## Tecnologias sociais para a governança da água

Thomas Michel/bolsista de jornalismo

O projeto Tecnologias Sociais para Gestão da Água (TSGA) ([www.tsg.agua.ufsc.br](http://www.tsg.agua.ufsc.br)), teve início em 2006 quando foi escolhido pelo edital da Petrobras Ambiental, entre mais de 700 concorrentes. Nascido no Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, do Centro Tecnológico (CTC), da UFSC, tem como parceiras a EMBRAPA e a EPAGRI e recebe, também, colaboração do Centro de Ciências Agrárias (CCA) e do Departamento de Psicologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH).

*A filosofia é de que o caminho mais curto para a inovação é a de trabalhar nos objetivos e não nas alternativas.*



Maquete do Centro de Tecnologias Sociais para Gestão da Água – CETRAGUA (Ilustração: Acervo do Projeto TSGA)

A proposta principal é disseminar Tecnologias Sociais e conhecimentos que permitam o empoderamento de comunidades para a governança da água. Para isso o programa trabalha com objetivos que focam saneamento básico, redução de consumo de água na produção de alimentos e disseminação de conhecimentos para a população. O TSGA ganhou o prêmio do instituto Biosfera, em 2008, de destaque nacional em saneamento. O projeto atua em vários municípios catarinenses: em Concórdia, no oeste, prevê a captação de água da chuva, já que é uma região atingida frequentemente por secas. Ações para a redução da poluição produzida pela suinocultura são desenvolvidas no oeste e em municípios como Braço do Norte, no sul.

Em Turvo, Forquilha e Nova Veneza, também no sul do Estado, a rizicultura é a principal fonte de renda da população. Esta cultura é a maior consumidora de água na bacia do Araranguá, onde se localizam estas cidades. O projeto atua na qualidade da irrigação, manejo do solo, além de incentivar a produção orgânica.

O saneamento básico, que é de fundamental importância, ainda é um recurso escasso em Santa Catarina, o que a deixa como o 11º Estado com pior tratamento de esgoto nos municípios. Apenas 16% das cidades catarinenses possuem este serviço, segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008/IBGE, divulgada em agosto de 2010. Para sanar parte desse problema, o programa trabalha na área rural implantando tecnologias simples, mas funcionais e ainda desconhecidas pela maioria da população.

O TSGA trabalha na educação ambiental de todas as comunidades atendidas. Para cumprir este objetivo, faz a mobilização e sensibilização através de escolas, das organizações políticas e da mídia.

Uma realização comprovando o êxito do programa é a construção do prédio do Centro de Tecnologias Sociais para Gestão da Água – CETRAGUA, certificado pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, Procel, como um dos primeiros edifícios “sustentáveis” de Santa Catarina. O prédio possui sistemas de captação de água da chuva, utilização máxima de capacidade de iluminação e ventilação naturais, o que reduz muito o consumo energético.

## Novos cursos de engenharia

Murilo Bomfim/ bolsista de jornalismo

**E**m março de 2011, o campus da UFSC de Araranguá ganhará mais dois novos cursos: Engenharia da Computação e Fisioterapia, que se somam aos de Engenharia de Energia e aos de Tecnologias da Informação e Comunicação, já em andamento. “Dessa forma preenchemos as principais demandas da sociedade, no município. A cidade é muito forte em produção de energia e carece de cursos de saúde”, justifica o diretor do Centro Tecnológico, professor Edison da Rosa.

O engenheiro da Computação, capaz de planejar, analisar, gerir e avaliar sistemas de computação tem um vasto campo de trabalho. Pode atuar nas áreas como a comunicação de dados, redes de computadores, robótica, automação industrial e comercial, microeletrônica, microprocessadores e microcomputadores, processamento digital de sinais e eletrônica automotiva.

O engenheiro de Energia lida com mapeamento de recursos naturais, conversão, armazenamento e impactos da energia. A atuação do profissional é ampla e envolve desafios como o de: desenvolver estratégias para prover energia em escala continental para locais com alta concentração populacional ou para áreas em que as populações estão espalhadas; e pesquisar métodos para o uso eficiente dos recursos naturais, convertendo-os em energia e, armazenando-a, quando for o caso, sempre com o foco na sustentabilidade econômica e social. O curso tem duas áreas de concentração: Conversão de Energia e Bioenergia e sustentabilidade.



Aula Magna do Curso de Engenharia de Energia (2010) (foto: Tudo Eh Festa)

## Engenharia da mobilidade

Rafael Hertel/bolsista de jornalismo

Com cada vez mais pessoas e produtos em trânsito, detectou-se que a estrutura de transportes precisa ser reinventada, buscando-se soluções para otimizar o deslocamento, como é o caso da criação do Curso de Engenharia da Mobilidade – CEM, no campus da UFSC, em Joinville. Ele oferece oferecendo 400 vagas de graduação por ano, e sua implantação completa acontecerá em 2014.

O Centro (<http://joinville.ufsc.br/cem>) é uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão para formar pessoas capazes de planejar, projetar, manter e gerenciar sistemas usados para movimentar e/ou transportar pessoas, produtos e informações.

O profissional ali graduado deve ir além da solução dos desafios clássicos da engenharia, já que a proposta é que o curso seja inovador na maneira de repassar e de produzir conhecimentos.

A formação se dará em duas modalidades: civil, com habilitação em infraestrutura e em tráfego e logística; e a industrial, com habilitação em naval e oceânica, automotiva, ferroviária e metroviária, aéreo e espacial, além de mecatrônica. Entende-se que o nosso Estado poderá se beneficiar com o curso de naval e oceânica, em face da vocação de construção de navios e plataformas que desponta. O curso de ferroviária é o primeiro do país. Outra área importante é aéreo e espacial, associada à mecatrônica, já que o objetivo é formar alunos para atuarem na agregação de valor aos produtos que estão sendo desenvolvidos com a portabilidade de *software* e *hardware*. Isso já é forte no Estado, que poderá ganhar muito com o CEM.

## Suinocultura sustentável

Rafael Hertel/bolsista de jornalismo

A suinocultura é uma das principais atividades econômicas de Santa Catarina. Até 2003, o Estado possuía cerca de 60 mil propriedades com esta destinação e mais de sete milhões de cabeças, o que correspondia a 20% dos suínos do Brasil.

A maioria dos produtores mantém seu rebanho confinado, o que concentra também seus dejetos. Os resíduos gerados pelas granjas, abatedouros e frigoríficos apresentam elevados teores de matéria orgânica e nutrientes como fósforo e nitrogênio. Quando estes nutrientes se acumulam nas águas superficiais, podem ser responsáveis pela eutrofização da água. Este fenômeno acontece porque, com a água cheia de nutrientes, muitas algas se desenvolvem, e posteriormente entram em decomposição, aumentando consideravelmente o número de microorganismos, tornando a água imprópria para o consumo.

Uma das soluções para o problema poderia ser a utilização dos dejetos como fertilizante; porém, os produtores não têm área suficiente para absorver toda a carga orgânica.

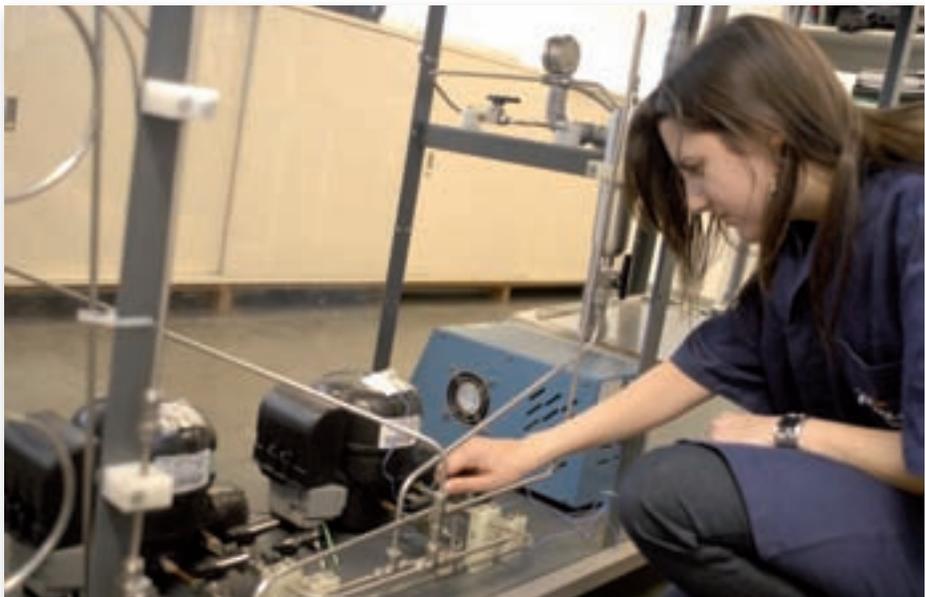
Pensando no impacto ambiental causado pela suinocultura, o Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, do CTC, está desenvolvendo uma pesquisa com o Laboratório Integrado do Meio Ambiente (LIMA) ([www.ens.ufsc.br/lima](http://www.ens.ufsc.br/lima)), para obter uma tecnologia de tratamento por meio de sistema de tratamento com lagoas: anaeróbia, facultativa aerada e de maturação para remoção de matéria orgânica e nutrientes, localizadas em uma média propriedade em Braço do Norte, SC.

A lagoa facultativa aerada possui um sistema de introdução de oxigênio na água, para estimular a reprodução de bactérias que agem sobre os dejetos. Já a de maturação visa à remoção dos nutrientes e acabar com bactérias patogênicas pela ação da luz solar com raios ultravioletas. O tratamento acaba sendo uma alternativa de baixo custo para o a desinfecção da água.

## Referência em refrigeração

Murilo Bomfim/bolsista de jornalismo

Fundado em 1986 por profissionais da área das Ciências Térmicas, o POLO (Laboratórios de Pesquisa em Refrigeração e Termofísica) ([www.polo.ufsc.br](http://www.polo.ufsc.br)) é parte do Departamento de Engenharia Mecânica do Centro Tecnológico (CTC) da UFSC. Seus mais de 100 alunos (graduandos e pós-graduandos) e servidores buscam a solução de problemas complexos de engenharia por meio de pesquisas que possibilitem avanços e inovações nesta área do conhecimento.



Laboratório do POLO (foto: Rodolfo Conceição)

O diferencial ante os outros laboratórios é a característica de tríplice-hélice, “nome que se dá aos programas que se desenvolvem com o apoio do governo, de empresas privadas e da universidade”, explica um dos pesquisadores responsáveis pelo POLO. O reconhecimento veio quando o laboratório se tornou um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia do CNPq, passando a ser referência no setor de refrigeração, tanto no Brasil como no exterior. “Atravessamos as fronteiras e fizemos parcerias com empresas dos EUA, Alemanha, China, Turquia, entre outras”, completa o professor. A oferta de estágios por empresas estrangeiras comprova a formação de mão de obra qualificada.

A tendência do Instituto é crescer ainda mais. “Já fomos procurados, inclusive, pela indústria automobilística para estudar sistemas de ar-condicionado veicular”, explica o integrante do POLO. Entretanto, antes que novas linhas de pesquisa possam ser contempladas, o laboratório precisa crescer em estrutura física e laboratorial e principalmente em recursos humanos.

## Casa Solar Flex

Alita Diana/jornalista da Agecom

Um grupo de professores, alunos da graduação e pós-graduação da UFSC e de reconhecidas universidades brasileiras (UFMG, UFRJ, UFRGS, Unicamp e USP) criou, em 2008, o Consórcio Brasil visando à participação nacional no Solar Decathlon Europe, realizado pela primeira vez em Madri, em 2010. A proposta é participar da próxima versão, também na capital espanhola, em 2012.

Na UFSC estão envolvidos no projeto os Departamentos de Arquitetura e Urbanismo, Automação e Sistemas e Engenharias Civil, Mecânica e Sanitária e Ambiental, todos do Centro Tecnológico (CTC). Também houve colaboração do Departamento de Expressão Gráfica, do Centro de Comunicação e Expressão.

O Solar Decathlon é uma competição entre universidades, onde os alunos devem projetar, construir e habitar a casa mais atraente e eficiente, tendo o sol como única fonte de energia. As casas participantes são montadas em um parque e são testadas em dez provas, que medem a qualidade do projeto e sua eficiência, passando pela inovação e sustentabilidade, até comunicação e marketing, já que quanto mais se divulga a proposta mais se ajuda a disseminar a ideia da necessidade de casas mais eficientes e com menor impacto no meio ambiente.



Casa Solar Flex (Ilustração: Acervo Projeto Casa Solar Flex)

Um dos principais desafios lançados às equipes participantes é estabelecer um trabalho colaborativo entre pesquisadores de diferentes áreas, para projetar uma casa com área máxima de cobertura de 74 m<sup>2</sup>. Este é um paradigma a ser mudado no ensino e pesquisa universitários, se desejarmos promover construções para uma sociedade mais sustentáveis.

O consórcio brasileiro ([www.sdlbrasil.org](http://www.sdlbrasil.org)) foi viabilizado tendo como principal patrocinador a Eletrobras.

Cada equipe participante deve comprovar a viabilidade econômica da proposta. Uma casa com estas características ainda possui um custo relativamente alto para o mercado nacional. Por essa razão, a equipe brasileira escolheu projetar uma moradia temporária, direcionada prioritariamente a abrigar turistas em regiões sem infraestrutura e com ecossistemas frágeis. A Casa Solar Flex possui importante caráter educativo, uma das propostas principais dos organizadores do Solar Decathlon, e é orientada para apresentar uma nova forma de morar. Seus habitantes poderão verificar o impacto de cada atividade realizada e estarão mais conscientes da importância da mudança de seus hábitos, além disso poderão também implantar algumas destas novas tecnologias em suas residências, tornando-a, assim, acessível para um número maior de famílias.

A primeira versão da Casa Solar Flex estará concluída no primeiro semestre de 2011, quando terá seu desempenho testado, visando à participação da equipe brasileira na competição de 2012. O processo colaborativo, interinstitucional e transdisciplinar a partir do projeto e construção de um protótipo desta natureza gerou a articulação de redes de pesquisa e ensino, nacionais e internacionais, voltadas para moradias de alto desempenho e mais sustentáveis.

## A Ilha de Santa Catarina como paisagem cultural

Alita Diana/jornalista da Agecom

Florianópolis tem sua maior área localizada na Ilha de Santa Catarina. Com 438,9 km<sup>2</sup>, possui 70% do seu território natural preservado. A relação com a natureza foi predominante em sua paisagem quando considerada a ocupação e exploração humanas. Os sistemas de defesa e colonização estabeleceram fortalezas e freguesias que conectadas por caminhos, definiram um conjunto de trilhas e mirantes espalhados pela ilha, que, além de percursos, tinham função estratégica para a pesca e defesa.

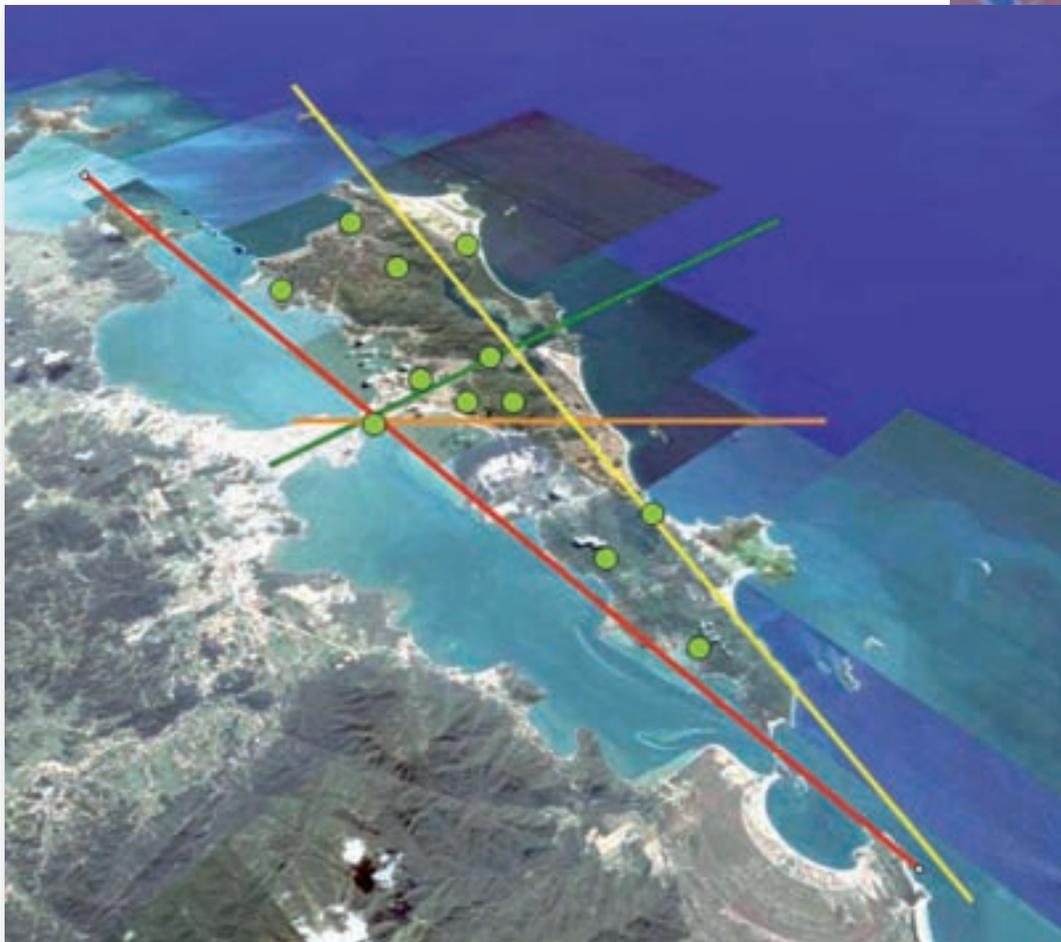
Com natureza exuberante e diversificada, apresenta costões rochosos, promontórios, mangues e dunas que formam baías, enseadas e lagunas, elementos que definiram a relação do homem com o meio ambiente.

A tradição da pesca e da agricultura manteve-se até meados do século XX. Esta produção, enraizada no território e nos hábitos do ilhéu, gerou paisagens de povoações, como as de pescadores da praia da Armação e Costa da Lagoa e engenhos de farinha e cachaça como os do Sertão do Peri. Por toda a Ilha se formaram trilhas, pontos de pescaria e de observação, sendo mais de 100 mirantes naturais e mais de 40 caminhos e trilhas reconhecidos e utilizados para práticas de lazer e esportes.

Recentemente, nas áreas de borda d'água, o cultivo de ostras e mariscos no Ribeirão da Ilha e Santo Antonio de Lisboa acrescentou novo panorama à produção regional.

A pesquisa "Identificação e estratégias de preservação das paisagens culturais da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis", desenvolvida por professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do CTC, apresentará a Ilha como paisagem cultural de múltiplos significados, estabelecendo uma cartografia social que revela as paisagens e mapeia os pontos de memória e interesse cidadão.

Seguindo as categorias da UNESCO, considera-se a Ilha como paisagem cultural evolutiva viva e relíquia. Na primeira encontramos os produtos gerados pela relação homem/natureza que permanecem em uso e têm características e peculiaridades indiscutíveis: as povoações comerciais, pesqueiras e de produção agrícola, as trilhas e mirantes. Na categoria: relíquias encontram-se as fortalezas, sambaquis e inscrições rupestres, vestígios de processos finalizados.



Mirantes da Ilha de Santa Catarina e seus eixos de visualização (imagem: Google com intervenção gráfica de Evandro Andrade)

Para a implementação e gestão da proposta, está prevista a participação no anteprojeto de lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis. O plano propõe quatro Áreas de Proteção Cultural (APCs): a APC1, que trata dos sítios históricos; a APC2, que trata das áreas de interesse paisagístico cultural; a APC3, que trata dos sítios arqueológicos; e a APC4, que é foco especial do projeto de pesquisa e que trata dos locais de memória (LM) e áreas de interesse cidadão.

A pesquisa espera como resultado que a Ilha possa ser vista como um território único, onde as paisagens naturais e culturais identificadas e preservadas se relacionem de maneira indissociável como um espaço múltiplo e polissêmico.

## Redes Temáticas Petrobras e INPetro

Rafael Hertel/bolista de jornalismo

A Petrobras lançou, em 2006, o projeto das Redes Temáticas Petrobras, para financiar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de projetos de pesquisa nas instituições parceiras e a formação de recursos humanos. O modelo segue os interesses estratégicos da companhia que pretende o desenvolvimento de inovações tecnológicas para o setor de petróleo e energia. Os projetos são desenvolvidos junto com instituições de reconhecida competência nessas áreas, como a UFSC.

Vários projetos da UFSC integram as Redes. Um deles é o do Laboratório de Remediação de Águas Subterrâneas (Remas) ([www.remas.ufsc.br](http://www.remas.ufsc.br)), ligado ao Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, que recebeu três milhões de reais como incentivo para continuidade do projeto Ressacada. O Remas vem desenvolvendo pesquisas na busca dos

melhores procedimentos para conservação e recuperação de ecossistemas nos casos de vazamento de petróleo e seus derivados.

Do montante recebido, dois milhões foram destinados à construção de um prédio de arquitetura sustentável, que contará com energia solar, telhado verde e aproveitamento da luz natural. O telhado terá grama em vez de telhas, o que evita a perda ou ganho de calor, conservando a temperatura.

O EMC está integrado através de várias Redes, como a de Metrologia ligada ao Laboratório de Metrologia e Automatização ([www.labmetro.ufsc.br](http://www.labmetro.ufsc.br)) e como as do Laboratório de Simulação Numérica (SINMEC) ([www.sinmec.ufsc.br](http://www.sinmec.ufsc.br)).

O SINMEC está envolvido em quatro Redes. Um cluster de 512 processadores e uma sala de visualização 3D de última geração dão suporte às pesquisas na área de Engenharia de Reservatórios. Na Rede de Tecnologia de Poços, um projeto pioneiro para desenvolver tecnologias de acoplamento entre o reservatório e os poços horizontais de petróleo está em desenvolvimento, em parceria com uma empresa incubada na UFSC. A terceira é a Rede de CFD em Refino e a quarta, ainda em fase de análise, é a de Simulação de Bacias Sedimentares, para fomentar a pesquisa no desenvolvimento de modelos que identifiquem a localização de reservatórios de petróleo.

### INPetro

Resultado da parceria entre a UFSC e a Petrobras, com investimentos que ultrapassam 30 milhões de reais, oriundos de cinco Redes Temáticas (TMEC, CFD em Refino, GEDIG, Combustão e Metrologia), o Instituto do Petróleo, Gás e Energia (INPetro) está sendo construído no Sapiens Parque, em Florianópolis, concebido como um “prédio verde” – com elevados padrões de eficiência energética.

Participam de sua implantação e trabalharão juntos, reunindo competências essenciais ao desenvolvimento de projetos avançados, sete grupos dos Departamentos de Engenharia Mecânica, de Automação e Sistemas e Engenharia Química da UFSC.

O INPetro, com 9 mil m<sup>2</sup>, contará com laboratórios de pesquisa voltados para as áreas de ensaios de dutos, soldagem, instrumentação, inspeção óptica, automação, controle, corrosão, gerenciamento digital integrado, metrologia e combustão, além do Laboratório Experimental de Escoamento Multifásico. A sede contará com um tanque experimental, onde serão feitas simulações com robôs e com um sistema de visão submarina para monitorar as estruturas e reparos em cascos de navios. Terá, ainda, três poços secos com 120 m de profundidade para testar técnicas de bombeamento de petróleo.



INPetro (Ilustração: Studio metaphora arquitetos)

# Universidade Federal de Santa Catarina – referência no ensino, pesquisa e extensão

José Carlos Cunha Petrus/ chefe de gabinete e  
Paulo Clovis Schmitz/jornalista da Agecom

A Universidade Federal de Santa Catarina não teria o que comemorar nesses 50 anos não fosse o esforço das pessoas que fizeram parte da sua história e contribuíram para o seu crescimento. O avanço da instituição, em todas as áreas, retrata também a soma das conquistas e do trabalho das administrações que dirigiram a universidade e de sucessivas gerações de professores, técnico-administrativos em educação e estudantes. A liderança conquistada pela instituição registrada neste livro é um presente a todas as pessoas comprometidas com a instituição. Para a geração futura, cabe o desafio de continuar a consolidar o projeto de universidade pública e de qualidade que as gerações passadas trabalharam para construir.

Como uma forma de personificar a gratidão da Instituição e mostrar que a dedicação e o mérito não passam despercebidos, 11 pesquisadores, cada um representando a sua unidade acadêmica, estão sendo escolhidos pelos seus pares para receber o *Prêmio Destaque Pesquisador UFSC 50 anos*.

Ao mesmo tempo, a Administração Central e todos os servidores docentes e técnico-administrativos em educação sabem que os desafios nunca foram tão grandes. Se muito há a celebrar, reconhecendo o que foi feito desde os primeiros anos de sua criação, imensos são os obstáculos a serem superados. A expansão implica mover novos esforços para satisfazer as expectativas da sociedade em função dos recentes passos dados pela UFSC para efetivamente atender a toda a Santa Catarina, tornando-se ainda maior, presente e parceira da população, assim como dos agentes sociais e econômicos, do Estado e do país. Essa grandeza pode ser medida pelos avanços alcançados ao longo dessa trajetória singular, sobretudo pelas conquistas que a elevaram à condição de destaque ocupada atualmente.

Com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), financiado pelo Ministério da Educação, a UFSC interiorizou-se fisicamente, aumentou de forma significativa o número de cursos que coloca à disposição da sociedade, ajudando a traçar o futuro da juventude catarinense e brasileira. É a resposta dada às novas demandas de pesquisa, do mercado de trabalho e da sociedade, em áreas tão díspares como a educação no campo e a engenharia aeronáutica e espacial, o design e a tecnologia da informação, as relações internacionais e os estudos do mar.

Importantes, também, são as iniciativas da Instituição que permitem o estímulo à agricultura familiar, a assistência jurídica a pessoas de menor poder aquisitivo, a formação de professores em pequenos municípios, a implantação de cursinho pré-vestibular para alunos carentes e a educação indígena. Além dessas iniciativas, a Universidade possui programas institucionais voltados à área de extensão, tais como o Programa de Apoio a Projetos de Extensão – Proextensão e o Programa de Bolsas de Extensão – Probolsas. Ambos têm como objetivo principal apoiar os projetos de cunho sociocomunitário, voltados à comunidade, por meio do aporte financeiro direto e da concessão de bolsas a estudantes de graduação. Outras atividades dessa natureza têm recebido sua atenção especial, destacando-se o Projeto Rondon, o programa Conexões dos Saberes, o projeto Sala Verde, e o projeto Venha Conhecer a UFSC, bem como iniciativas de grande destaque social são tomadas pelo Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI). Igualmente a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) tem desempenhado papel preponderante para divulgar os projetos e trabalhos, bem como para oferecer visibilidade destes à comunidade catarinense, com grande repercussão nas mídias local e nacional.

A Universidade sempre reconheceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a importância de fomentar a interdisciplinaridade em todos os níveis. Ela persegue os objetivos de divulgar e popularizar a ciência, estimular a reflexão crítica e colaborar com a promoção da qualidade de vida e da formação de recursos humanos, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento político, econômico, social, cultural, desportivo, científico e tecnológico do Estado e do país.



SEPEX e Centro de Cultura e Eventos (foto: Lucas Sampaio)

## Estrutura administrativa

A UFSC está hoje estruturada administrativamente em 11 unidades acadêmicas, cobrindo todas as áreas do conhecimento, com atividades de ensino, pesquisa e extensão e com estrutura que inclui centenas de laboratórios, núcleos, institutos, secretaria de educação a distância, hospital universitário, bibliotecas, editora, agência de comunicação, emissora de TV, fórum, centro esportivo, centro de cultura e eventos, museu, planetário, observatório astronômico e farmácia escola. A sua Administração Central é constituída pela Reitoria, Vice-Reitoria, três secretarias especiais: Secretaria de Cultura e Arte – SeCArte; Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais – SINTER; e a Secretaria de Planejamento e Finanças – SEPLAN; e seis pró-reitorias: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG; Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PRPG; Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão – PRPE; Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE; Pró-Reitoria de Infraestrutura – PROINFRA e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social – PRDHS.

## Posição de destaque

Em 2009, o *Guia do Estudante*, da Editora Abril, elegeu a UFSC a sétima melhor instituição superior pública do país, à frente de outras grandes universidades brasileiras. Em sua mais recente pesquisa, divulgada no mês de julho de 2010, avaliando 12 mil instituições, o Ranking Mundial de Universidades na Web (Webometrics) traz outra vez a UFSC como a primeira entre as universidades federais brasileiras em conteúdo disponibilizado na internet. Entre as latino-americanas, ela ocupa o sexto lugar.

A UFSC comemora seu cinquentenário oferecendo 83 cursos de graduação e habilitações presenciais na sede em Florianópolis e nos campi de Joinville, Curitiba e Araranguá. Por meio deles, a UFSC chega com projetos político-pedagógicos revolucionários, presentes em poucas instituições do país.

Agregam-se ao total de vagas presenciais, nos quais estão matriculados 19.660 alunos de graduação, 5.389 alunos distribuídos em 13 cursos na modalidade a distância (EaD), em que a UFSC é pioneira em nível nacional com 5.389 alunos. Nos últimos cinco anos, 80 mil pessoas, de 4.730 localidades, tiveram acesso aos cursos de capacitação e

extensão a distância nas mais diversas áreas do conhecimento, representando 77% dos municípios brasileiros. Desde 2008, foram criados novos cursos para atender às necessidades emergentes do mercado de trabalho no país. Entre as opções que passaram a ser oferecidas aos jovens, em Florianópolis, estão os cursos de Ciência e Tecnologia Agroalimentar, Design de Animação, Design de Produto, Língua Brasileira de Sinais – bacharelado e licenciatura, Fonoaudiologia, Museologia, Licenciatura em Educação no Campo, Licenciatura em Química, Arquivologia, Antropologia, Geologia, Relações Internacionais e Engenharia Eletrônica.

A UFSC atua também na Educação Infantil e no ensino fundamental e médio. No início da década de 1980 foi implantado no campus da Trindade o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), vinculado ao Centro de Educação, que, além de atender prioritariamente à comunidade da UFSC, na educação infantil dos filhos de docentes, técnico-administrativos e discentes, atua como campo de estágio e de pesquisa para diversos cursos da, participando também de projetos de ensino e pesquisa no cenário nacional.

De outra parte, o Colégio de Aplicação, aberto a alunos da comunidade, atende a estudantes do ensino fundamental e médio, proporcionando também campo de estágio supervisionado e de pesquisa para alunos e professores da UFSC e de outras instituições públicas. Trata-se de uma escola experimental, que permite o desenvolvimento de diferentes projetos de ensino, pesquisa e extensão e que disponibiliza laboratórios, espaço estético para exposições e o Laboratório de Brinquedos (Labrinca).

A Instituição conta atualmente com 1.550 docentes, sendo 86% com doutorado, e 2.880 técnico-administrativos em educação. Em vista da expansão e das aposentadorias, realizou, em 2010, concurso público para contratação de 205 novos docentes para o Ensino Superior e 42 para a Educação Básica. Estão matriculados mais de 34 mil alunos, incluindo a graduação, pós-graduação, educação a distância, ensino básico, médio, técnico e fundamental, além da pré-escola. É importante ressaltar que hoje a instituição concede mais de 7.500 bolsas para acadêmicos da graduação.

Na pós-graduação, são oferecidos 110 cursos, sendo 107 próprios (42 doutorados, 55 mestrados acadêmicos e dez mestrados profissionais) e três em associação com outras instituições (dois doutorados e um mestrado acadêmico). A Universidade também tem possibilitado a atualização de profissionais, já inseridos no mercado de trabalho, por meio de seus cursos de especialização.

## Avanços importantes

### UFSC sem papel

Mostrando a sua preocupação ambiental, a Universidade lançou neste ano o projeto UFSC sem papel, que visa paulatinamente substituir o papel pelo meio eletrônico nos procedimentos internos e nos processos envolvendo todas as instâncias administrativas da instituição. Esse Projeto vai mudar a cultura na Instituição, que ganha mais transparência em seus atos, agilidade e redução de despesas. A campanha, já deflagrada, tem como objetivo sensibilizar a comunidade universitária diante dos propósitos de sustentabilidade e integração em rede, que possibilitam a implantação dos sistemas de gestão digital. Esse é mais um passo em direção à Universidade do século XXI, uma instituição ágil, desburocratizada e preocupada com as questões de sustentabilidade ambiental, com a eficiência e transparência administrativa.

### Planejamento institucional

A UFSC, a partir da aprovação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – vigente para o período 2010 a 2014, adotou como uma de suas metas a institucionalização das práticas de planejamento e gestão estratégica. Dessa forma, coordenou, ao longo de 2010, a construção dos planos estratégicos de todas as suas unidades visando obter, ao final deste ano, os planos anuais a serem executados em 2011. Os planos anuais das unidades convergem na direção do alcance dos objetivos do PDI, que define as metas a serem alcançadas pela Instituição nos próximos cinco anos. Ao mesmo tempo, permitem o aprimoramento da gestão organizacional por meio da internalização progressiva da cultura da administração orientada por projetos e metas.

### Governança eletrônica

A UFSC, no sentido de adequar sua infraestrutura às demandas da atualidade, reestruturou o seu *Núcleo de Processamento de Dados – NPD*, transformado-o em *Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação – SeTIC*. A nova superintendência objetiva atender às demandas nas áreas de sistemas de informação e tecnologia de redes. O novo sistema está adaptado e acompanha as novas tecnologias, proporcionando melhores respostas às demandas da comunidade universitária.

### Atualização dos atos normativos

A Universidade iniciou em 2009 a atualização de todos os seus atos normativos, incluindo o Estatuto e o Regimento Interno, para que fiquem em consonância com a legislação superior e adaptados à nova realidade nacional nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

### A interiorização

No segundo semestre de 2009, iniciaram-se as aulas nos campi de Joinville, Curitiba e Araranguá – regiões do Estado onde a implantação de novas unidades se fazia premente em vista das carências de cursos em áreas específicas, voltadas para as vocações regionais.

Em Joinville, maior cidade e potência econômica de Santa Catarina, foi implantado o Centro de Engenharia da Mobilidade (CEM/UFSC), destinado à formação de profissionais de alta competência técnica e gerencial com foco no desenvolvimento de sistemas nos campos veicular (automobilístico, metroviário, ferroviário, marítimo, fluvial, aéreo, espacial e mecatrônica) e no estudo de cenários em logística de transporte e desenvolvimento de projetos de infra-estrutura (estradas, portos, aeroportos e ferrovias), além de operação e manutenção de sistemas de transporte. É a UFSC tornando realidade os anseios e reivindicações das populações locais e regionais, sempre dentro de uma visão macro e universal.

No campus de Curitiba, a formação em nível de bacharelado tem duração de três anos, com aplicações imediatas na área de Ciências Agrárias. As habilitações profissionais se dão em mais dois anos subsequentes, com ingresso por meio de análise do desempenho acadêmico nos cursos.

Em Araranguá, o Curso de Bacharelado em Tecnologias da Informação e Comunicação, opções diurno e noturno, funciona desde agosto de 2009. No primeiro semestre de 2010 foi criado o Curso de Engenharia de Energia, enquanto consolidam-se o curso inicial e as obras físicas que vão abrigar também, no futuro, alternativas de formação para os jovens do sul de Santa Catarina. Para início de 2011, foram criados os cursos de Fisioterapia e Engenharia de Computação. A formação no bacharelado se dá em três anos, com aplicações no mercado de tecnologias da informação e comunicação. Isso reverterá em importantes benefícios para a comunidade, pela formação de alunos e pela oferta de mão de obra qualificada a empresas da região.

É importante destacar que a UFSC foi tutora da implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, que em 2010 já oferta 2.160 vagas. Com sede em Chapecó, possui também outros campi: Erechim, Cerro Largo (ambos no Rio Grande do Sul), Realeza e Laranjeiras do Sul (no Paraná). A UFFS atende a uma ampla região que nunca foi contemplada com cursos superiores públicos, apesar da grande demanda provocada pelo crescimento econômico e pelas características de fronteira que a tornam peculiar.

### A internacionalização

A projeção da UFSC no cenário acadêmico internacional continua crescendo. Na pós-graduação e na pesquisa, é destacada a atuação de equipes em projetos conjuntos com países como Alemanha, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália e Portugal, entre outros, com apoio da CAPES, do CNPq e de organismos internacionais, como a União Europeia. A UFSC é uma parceira privilegiada da CAPES, sendo responsável pela condução pedagógica dos programas de formação de professores no

Timor Leste. Cresce o número de cotutelas, em que se obtém um diploma comum ou a validação de títulos obtidos no exterior. Aumenta o número de projetos conjuntos de pesquisa, permeando as mais diferentes áreas do conhecimento, que vão do Direito à Biotecnologia, passando pelas engenharias. A mobilidade de estudantes de graduação, para dentro e fora da UFSC, que se contava em poucas dezenas há poucos anos, hoje estão na casa das centenas. São mais de cem alunos no Programa de Estudantes Convênio (PEC-G), que recebe para a graduação alunos da América e da África. O intercâmbio de graduandos e de professores com instituições públicas da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, além das Jornadas de Jovens Pesquisadores, um evento de apresentação de trabalhos de Iniciação Científica, ocorre dentro dos programas da Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu (AUGM). Com o apoio de organizações como a União Europeia e o Santander Universidades, há bolsas para estudantes passarem um semestre em universidades da Europa, além dos programas de parcerias universitárias da CAPES, como CAPES/FIPSE, com os EUA, BRAFAGRI e BRAFITEC com a França e UNIBRAL com a Alemanha. A UFSC tem recebido alunos de países africanos para atuarem em seus laboratórios e em breve receberá estudantes do Haiti, que passarão um ano na UFSC, enquanto suas universidades são reconstruídas. A prioridade é apoiar os alunos que mais se destacam, mas ainda considerando sua situação socioeconômica. Tal é o caso do programa de Licenciaturas Internacionais CAPES/Grupo de Coimbra, que já neste ano de 2010 permitirá que alunos da Instituição, egressos de escolas públicas, estudem dois anos na Universidade de Coimbra.

Há desafios, como atualizar a legislação interna para facilitar os intercâmbios de estudantes e possibilitar a emissão de diplomas conjuntos com outras instituições. É preciso aumentar a cultura da mobilidade, no país e fora dele, e é urgente aumentar a flexibilidade dos currículos. Estão sendo agilizados os processos de garantia de propriedade intelectual, visto que são cada vez mais numerosos os projetos de pesquisa, pura e aplicada, com equipes internacionais, envolvendo vários países.



Reitoria da UFSC (foto: Acervo Agecom)

As atividades de cooperação internacional têm sido articuladas com aquelas das pré-reitorias, especialmente de pós-graduação, de pesquisa e extensão, de graduação e de assuntos estudantis. Essas atividades e políticas são coerentes com a missão da UFSC, e estão ligadas ao aumento da motivação dos estudantes, à solidariedade internacional, à possibilidade de vivência cultural e ao aperfeiçoamento acadêmico da Instituição. Os esforços vão no sentido de contribuir com a missão da UFSC em escala e abrangência cada vez mais amplas no cenário internacional.

## Livros, cultura e arte

Toda a estrutura da UFSC depende de suportes que facilitam a vida acadêmica e que muitas vezes suprem também a comunidade externa. É o caso da Biblioteca Universitária, cujo acervo é superior a 300 mil obras, alcançando 661.197 livros, quando se considera o sistema de bibliotecas do Campus, além de oito mil periódicos impressos e mais de nove mil periódicos eletrônicos. Maior biblioteca pública de Santa Catarina, ela vem se aperfeiçoando para assegurar o melhor atendimento à comunidade. A Editora da UFSC, por sua vez, vem publicando livros de excelência, de grande qualidade e visibilidade no mercado editorial, tanto de autores nacionais como estrangeiros.

Na área cultural e artística, deve ser destacado o Centro de Cultura e Eventos da UFSC, inaugurado em 9 de maio de 2004, cujo auditório em forma de anfiteatro é o maior do Estado de Santa Catarina. Com 8.000 m<sup>2</sup> de área construída e com um auditório com capacidade para 1.371 lugares, é um dos principais palcos de formaturas, simpósios, seminários, congressos, workshops, feiras e demais eventos que acontecem no Estado.



Formatura no Centro de Cultura e Eventos (fotos: Acervo Centro de Cultura e Eventos)

A partir da inauguração do Centro de Eventos, todas as cerimônias de colação de grau dos cursos de graduação da UFSC, de forma pioneira, passaram a ser realizadas nesse espaço. Até dezembro de 2010 foram realizadas cerca de 450 cerimônias de colação de grau, onde 18.360 alunos receberam outorga de grau. Todas as cerimônias passaram a seguir o mesmo protocolo, respeitando as especificidades de cada curso e oportunizando a participação de todos os formandos da UFSC, de forma igualitária e sem custo. Nesses cinco anos, foram realizados 534 eventos, trazendo para esse espaço um público em torno de 665 mil pessoas. Destaca-se o programa *Vitrine Cultural*, que oferece gratuitamente para comunidade interna e externa à UFSC minicursos de artesanato. Em cinco anos, foram oferecidas 82 turmas de artesanato, atendendo aproximadamente a 1.230 pessoas das mais diversas camadas da sociedade.

A UFSC tem promovido eventos, discussões e parcerias que atraíram para si os olhares de artistas, produtores e agentes culturais. Ela adotou uma proposta que pressupõe uma visão de universidade culta, ousada, internacionalizada e acadêmica. Eventos como a “Semana Ousada de Artes” e o “Festival de Música”, afirmam-se como grandes acontecimentos culturais no estado de Santa Catarina, atraindo um grande público e rompendo com um período de ausência da Instituição na vida cultural catarinense. Está em plena atividade a orquestra de câmara, bem com um madrigal e um coral. Aliados a projetos, tais como o *Café Filosófico* e *O Pensamento no Século XXI*, pode-se dizer que a UFSC entrou definitivamente na era da arte e da cultura.

### Atenção destinada aos servidores docentes, técnico-administrativos em educação e discentes

Uma conquista importante para a comunidade universitária foi a criação do Plano de Saúde Suplementar da UFSC, que está operando desde julho de 2008 e mostrou ser um dos mais completos e vantajosos oferecidos no país. Hoje, 11 mil pessoas são beneficiadas pelo plano, que oferece aos segurados procedimentos médicos não contemplados em modelos similares em Santa Catarina.

Também devem ser ressaltados os esforços destinados às ações de capacitação dos servidores da Instituição, que atendem anualmente a cerca de 2.557 deles, entre técnico-administrativos em educação e docentes, com um total de 2.057 horas de participação em cursos de capacitação profissional.

A atenção ao estudante, inserida na política de inclusão social com qualidade, passa pela expansão da área construída da moradia estudantil, que significará num aumento de 50% das vagas ofertadas aos alunos com vulnerabilidade socioeconômica, e pela duplicação da área do Restaurante Universitário, onde foram implantados programas de qualidade da alimentação. Haverá um aumento significativo do número de refeições diárias, que era de 2.400, em 2008, para quase 7.000, já em 2011, podendo chegar perto de 10.000 com o término da nova cozinha e do novo refeitório. Houve, ainda, um aumento de 120% no número de bolsa permanência. Também está em construção espaços de convivência dos alunos, incluindo sala de projeção e auditórios multiusos.

A UFSC cumpre meio século, e a partir de agora precisa se preparar para enfrentar os desafios de seu futuro primeiro século de vida. Nos próximos 50 anos o Brasil colocará para suas universidades e institutos de nível superior desafios globais. O Brasil é hoje potência emergente em todos os planos, e a UFSC deverá ser parceira nesse projeto de merecida e singular grandeza que nosso país anuncia ao mundo. Professores, técnico-administrativos em educação, alunos e autoridades precisam sintonizar as demandas e exigências desse desafio para estar à altura dele. Ampliar permanentemente os níveis de excelência, eficiência e ousadia será a melhor garantia de estarmos atendendo a confiança em nós depositada pelo povo brasileiro, que é em última instância quem nos inspira e a quem servimos.







Impresso em papel couché fosco 90g/m<sup>2</sup>, tipologia  
Baskerville Win95BT com corpo 9. Tiragem de 2.000 exemplares.  
Tamanho: 170 x 240 mm (fechado), 340 x 240 mm (aberto)

**coan**

(48) 3631 9000  
[www.coan.com.br](http://www.coan.com.br)



Neste livro comemorativo, o passado, o presente e o futuro da UFSC deixam de ser marcados por imagens fixas, dando lugar a uma instituição vibrante, assinalada por utopias, tensões, contradições, alianças, conflitos, esperanças, projetos políticos diversos, interesses individuais e coletivos, apresentando vários olhares sobre a UFSC, sua organização, desenvolvimento, consolidação e desafios para o século XXI. Escolhemos, há mais de um ano, quando este livro começou a ser gestado, que a primeira parte do livro "Trajetórias" seria escrita por pesquisadores/as da área de história com a linguagem que lhes é própria, com referências bibliográficas e citações das fontes escritas e orais. Para a segunda parte, os "Desafios", uma intersecção de passado, presente e futuro, a linguagem escolhida foi a jornalística. Daí o tom diferente da composição, mas que não desafia, e sim torna polifônico o texto de tantas vozes nos depoimentos e de tantas e diferentes mãos na escrita.

**Alita Diana C. Küchler e Roselane Neckel**



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

[www.ufsc.br](http://www.ufsc.br) | +55 (48) 3721-9000